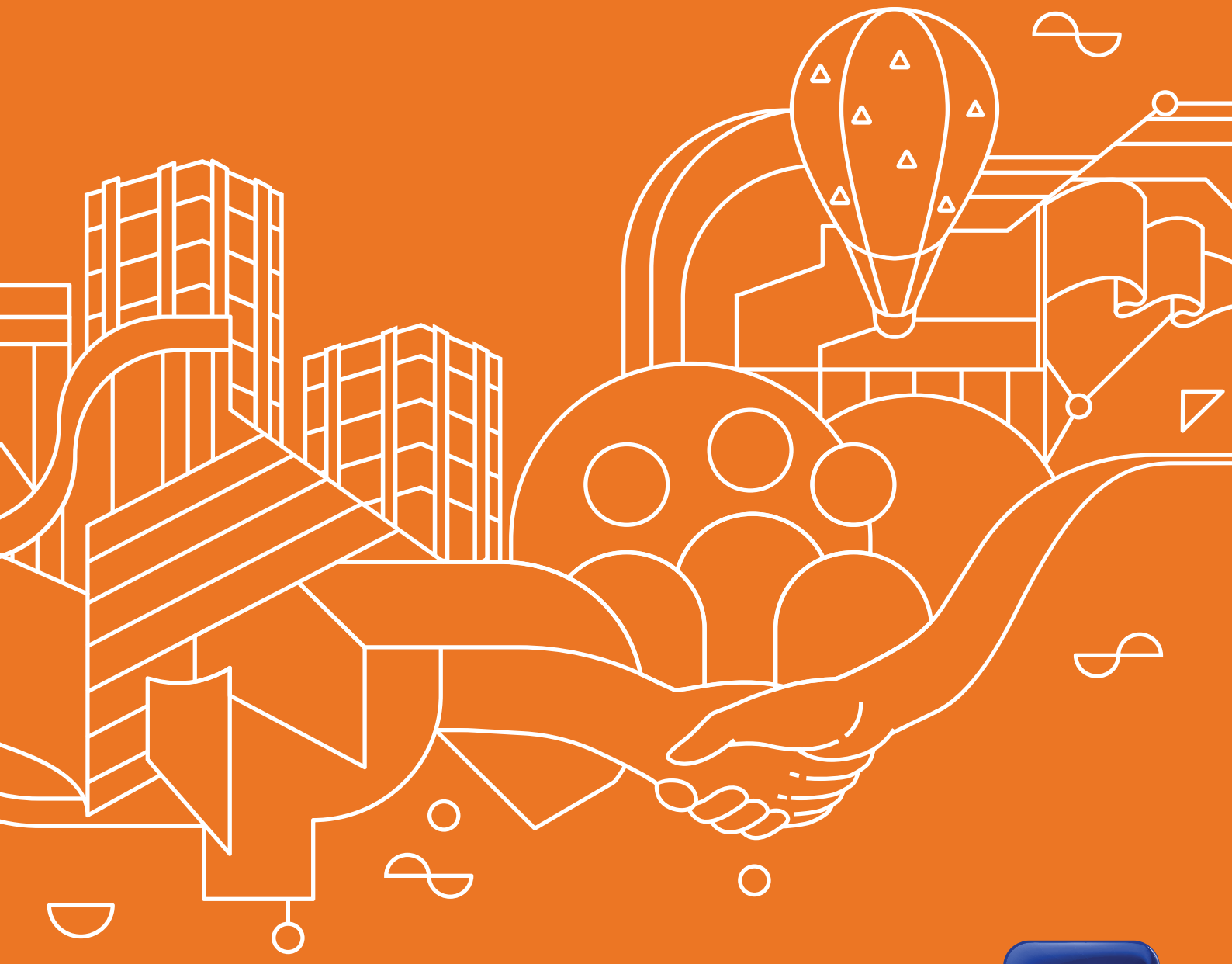
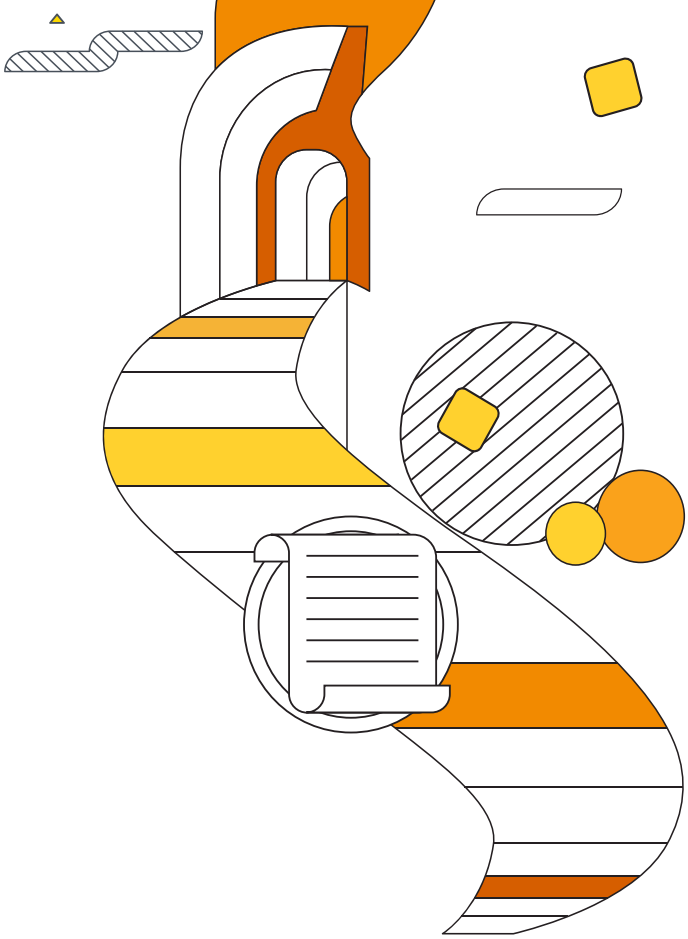
Relatório Anual Consolidado

2017



Itaú Unibanco Holding S.A.

Sumário



1 Contexto

A-04 Contexto macroeconômico
A-09 Contexto do Itaú Unibanco Holding
A-09 Contexto deste relatório

2 Nosso perfil

A-17 Em números
A-21 Destaques de 2017
A-27 Nossa história
A-33 Nosso negócio
A-46 Pontos fortes competitivos

3 Nossa governança

A-50 Nossas práticas
A-52 Estrutura da administração
A-81 Nossas ações
A-88 Principais diferenças entre as práticas de governança corporativa no Brasil e nos EUA

4 Nossa gestão de riscos

A-91 Fatores de risco
A-102 Gerenciamento de riscos
A-119 Ambiente regulatório

5 Desempenho

A-143 Principais políticas contábeis
A-169 Resultados
F-187 Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS)

6 Sustentabilidade

A-356 Estratégia de sustentabilidade
A-358 Materialidade
A-372 Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nossa estratégia
A-377 Responsabilidade bancária | Impactos sociais, econômicos e ambientais
A-393 Mudanças climáticas

7 Anexos

A-473 Sumário de conteúdos da GRI Standards "de acordo" – Essencial
A-481 Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos deste relatório
A-483 Declaração de independência
A-484 Informações estatísticas selecionadas
A-486 Taxas de câmbio
A-488 Tributação de detentores de ADSs
A-495 Controles e procedimentos
A-496 Glossário

1 Contexto

Conheça o cenário macroeconômico e as nossas estratégias que influenciaram os nossos negócios em 2017.



Contexto macroeconômico

GRI 103-2 | 103-3 Antecipação de cenários

Contexto global

A atividade econômica global continua com bom desempenho e as pesquisas com empresas indicam que o crescimento pode ser ainda maior. Como apresentaremos a seguir, o PIB dos EUA cresceu 2,3% em 2017 após uma expansão a uma taxa de 1,5% em 2016. A Zona do Euro e o Japão vêm se recuperando a taxas modestas de crescimento econômico. Enquanto isso, na China, o crescimento encontra-se estável e em outros mercados emergentes o crescimento tem acelerado.

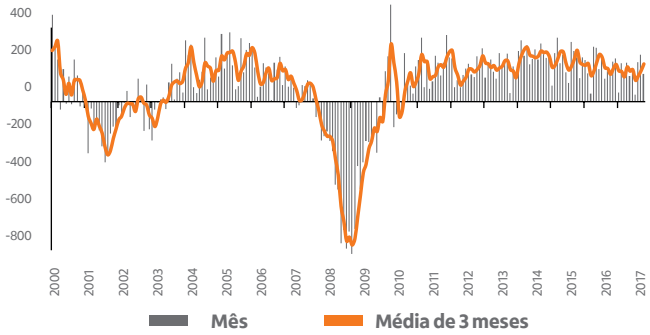
Na Zona do Euro, a economia vem se recuperando em ritmo modesto, considerando que as reformas fiscais e a política monetária acomodatícia do Banco Central Europeu (BCE) contribuíram para a melhora na confiança e nas condições financeiras. O PIB real cresceu 1,8% na região em 2016 e expandiu a uma taxa de 2,5% em 2017. Os riscos políticos na região são relativamente baixos. As negociações do Brexit entre a União Europeia e o Reino Unido já mostram avanços esse ano. O resultado das eleições na Itália indica que partidos populistas devem participar do novo governo, reduzindo chances de reformas estruturais, mas uma saída da Zona do Euro é improvável. Ao mesmo tempo, a coalizão pró-Europa na Alemanha e o governo Emmanuel Macron na França proporcionam estabilidade à região.

Considerando as medidas de políticas monetárias inéditas que vêm sendo implantadas pelos países desenvolvidos, desde 2008, há maior liquidez disponível para investimentos nos mercados emergentes, impulsionando os preços dos ativos nesses mercados. Considerando que a economia dos Estados Unidos continua em recuperação e as perspectivas de crescimento continuam positivas, o Federal Reserve elevou seis vezes o intervalo de taxas de juros pretendido para os fundos federais desde a reunião do FOMC de dezembro de 2015. Além disso, o FOMC iniciou a redução de seu balanço patrimonial permitindo o vencimento da sua carteira de títulos do Tesouro dos Estados Unidos e títulos de dívida do governo dos Estados Unidos sem substituí-los. Indicou ainda que deve continuar elevando gradualmente o intervalo de taxas de juros pretendido para os fundos federais.

Entre 2013 e 2016, valores significativos de recursos financeiros foram retirados de investimentos nos mercados emergentes em resposta ao fraco crescimento dessas economias e em antecipação a um aperto monetário gradual nos Estados Unidos. Entretanto, desde meados de 2016, fluxos financeiros estão gradualmente retornando aos mercados emergentes, uma vez que os preços das *commodities* se estabilizaram e os fundamentos econômicos melhoraram em algumas economias de mercados emergentes. Os riscos no cenário econômico estão equilibrados, uma vez que o crescimento global está mais sincronizado, os riscos políticos nos EUA e Europa continuam moderados e as políticas monetária e fiscal induzem uma desaceleração modesta e controlada da economia da China.

O PIB real dos Estados Unidos cresceu 2,3% em 2017, comparado com 1,5% em 2016 e 2,9% em 2015. A expansão econômica deve continuar a um ritmo moderado (de acordo com a Survey of Professional Forecasters emitida pelo Federal Reserve Bank of Philadelphia), sustentada por uma sólida demanda doméstica. A demanda doméstica deve ser amparada por (i) políticas monetária e fiscal acomodatícias; (ii) otimismo entre consumidores e empresários, de acordo com os dados de pesquisas de dezembro de 2017, publicadas pelo The Conference Board e pelo Institute for Supply Management, respectivamente; e (iii) mercado de trabalho saudável, com crescimento líquido médio de 182.330 empregos por mês em 2017 e taxa de desemprego de 4,1% em dezembro de 2017.

Criação de empregos nos EUA – Follha de pagamento não agrícola (sazonalmente ajustado, em milhares)



Fonte: Itaú Unibanco Holding e Bureau de Estatíticas do Trabalho (BLS) dos EUA.

O PIB real da China cresceu 6,9% em 2017, 0,2 ponto percentual maior em relação ao exercício anterior. A atividade econômica deve ser moderada em 2018.

Contexto na América Latina

As condições financeiras externas continuam amparando o crescimento na América Latina, em um contexto de recuperação econômica global, preços de *commodities* mais altos e taxas de juros baixas em mercados desenvolvidos. Taxas de câmbio têm contribuído para manter a inflação baixa (ou mais baixa) em quase todos os países (exceto na Argentina), o que, em combinação com hiatos negativos do produto, proporciona um ambiente para uma política monetária expansionista.

Assim, o crescimento econômico está ganhando força gradualmente em 2018. No México, entretanto, incertezas com relação ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) estão impactando negativamente sobre o investimento.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento real do PIB em sete países da América Latina para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013, exceto quando de outra forma indicado.

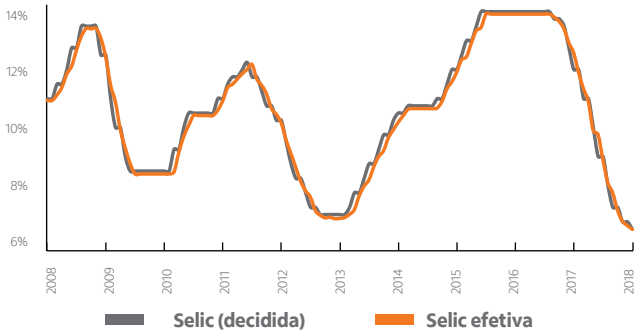
Crescimento real do PIB (%)	2017	2016	2015	2014	2013
	Exercício findo em 31 de dezembro de				
Argentina[1]	2,9	(1,8)	2,7	(2,5)	2,4
Chile[2]	1,5	1,3	2,3	1,8	4,0
Colômbia[3]	1,8	2,0	3,1	4,4	4,9
Mexico[4]	2,0	2,9	3,3	2,8	1,4
Paraguai[5]	3,7	4,1	3,0	4,7	14,0
Peru[6]	2,5	4,0	3,3	2,4	5,8
Uruguai[7]	2,7	1,7	0,4	3,2	4,6

(1) Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censos.
(2) Fonte: Banco Central de Chile.
(3) Fonte: Banco de la República.
(4) Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Geografía.
(5) Fonte: Banco Central del Paraguay. Dado de 2017 se refere ao período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2017.
(6) Fonte: Banco Central de Reserva del Perú.
(7) Fonte: Banco Central de Uruguay.

Contexto brasileiro

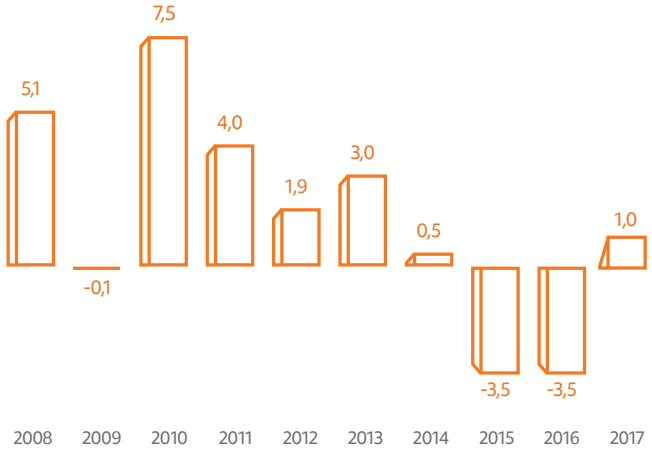
Na qualidade de banco brasileiro cujas atividades são preponderantemente realizadas no Brasil, somos afetados de forma significativa pelas condições econômicas, políticas e sociais do país. De 2004 a 2013, fomos beneficiados pela estabilidade geral da economia brasileira, com crescimento médio do PIB de aproximadamente 4,0% a.a. naquele período, o que favoreceu o aumento dos empréstimos e depósitos bancários. Os anos seguintes foram menos favoráveis, com desaceleração do crescimento do PIB para 0,5% em 2014 e recuo de 3,5% tanto em 2015 quanto em 2016. A economia brasileira mostrou sinais de recuperação em 2017, com um alta do PIB de 1,0%.

Selic
(taxa de juros nominal)



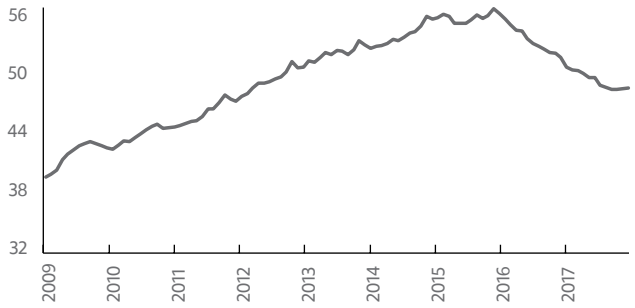
Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Crescimento do PIB (%)



Fonte: IBGE.

Crédito total
(em % do PIB)

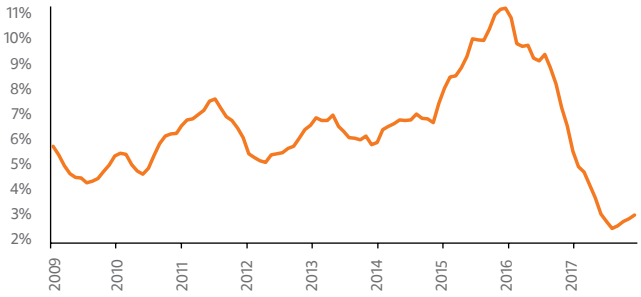


Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

A queda generalizada na inflação, devido ao alto nível de capacidade ociosa na economia brasileira e expectativas de inflação ancoradas, criou oportunidade para o Banco Central iniciar um ciclo de afrouxamento monetário. Após atingir 14,25% a.a. no final de 2015, a taxa de juros começou a ser reduzida pelo Banco Central em outubro de 2016. Em março de 2018, a taxa Selic atingiu 6,50%. Como proporção do PIB, o saldo de empréstimos bancários diminuiu para 47,1% em dezembro de 2017, em comparação com 49,6% em dezembro de 2016.

A inflação atingiu 2,9% em 2017, uma desaceleração em relação aos 6,3% de 2016. Os preços regulados pelo governo (como gasolina, plano de saúde, medicamentos, energia elétrica, passagens de ônibus urbanos, entre outros) tiveram aumento de 8,0% no período em 2017 (ante 5,5% em 2016), enquanto os preços livres aumentaram 1,3% no mesmo período (ante 6,6% em 2016).

Taxa de inflação em 12 meses (IPCA)



Fonte: Itaú Unibanco Holding e IBGE.

O resultado primário do setor público brasileiro tem sido deficitário desde 2014. Os cortes nas despesas discricionárias e os aumentos nos impostos foram insuficientes para compensar a queda da arrecadação e o aumento das despesas obrigatórias. No período de 12 meses, o saldo primário do setor público brasileiro fechou 2017 com *deficit* de 1,7% do PIB, após *deficit* de 2,5% do PIB em 2016, 1,9% em 2015 e 0,6% em 2014. Para contornar o desequilíbrio fiscal estrutural, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que estabelece um teto de gastos que limitará o crescimento dos gastos públicos à inflação de anos anteriores para no mínimo 10 anos, representando uma reforma estrutural para a economia brasileira. A reforma da previdência social e outras reformas são consideradas fundamentais para garantir que o teto permaneça viável nos próximos anos; entretanto, a aprovação dessas reformas pelo Congresso Brasileiro é incerta. Essas reformas são um importante passo no sentido de retornar aos *superavits* primários, estabilizando, assim, a dívida pública no médio prazo.

Além disso, o Brasil passou por muitas alterações regulatórias, como mudanças nas regras de compulsório e de requerimento de capital para instituições financeiras, além de outras políticas macroprudenciais. Para mais informações, consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil, e seção Desempenho, item Depósitos compulsórios no Banco Central.

O estoque total de crédito bancário continuou recuando em dezembro de 2017 na variação anual real, com queda de 3,3%, ritmo menos intenso que o observado em dezembro de 2016 (queda de 9,2%). O total de novos empréstimos ficou praticamente estável em 2017 contra redução de 15,7% em 2016, em termos reais. A taxa de inadimplência no crédito às famílias diminuiu 0,5 ponto percentual na comparação anual, atingindo 3,5% em dezembro de 2017. A taxa de inadimplência nos empréstimos para empresas não financeiras atingiu 2,9% em dezembro de 2017, abaixo do nível observado em dezembro de 2016 (3,5%).

O real sofreu leve depreciação frente ao dólar americano atingindo R$ 3,31 por US$ 1,00 em 29 de dezembro de 2017, em comparação com R$ 3,26 por US$ 1,00 em 30 de dezembro de 2016. Apesar das incertezas em relação aos ajustes e às reformas, o ambiente externo tem se mostrado mais benigno para ativos de risco, resultando em prêmios de risco menores.

Taxa de câmbio nominal

(Real/US$)



O *deficit* em conta-corrente brasileiro (saldo líquido do comércio de bens e serviços) alcançou 0,5% do PIB em dezembro de 2017. O Brasil manteve sua solvência externa, com US$ 382 bilhões em reservas internacionais e US$ 310 bilhões em dívida externa em dezembro de 2017.

A tabela abaixo mostra o crescimento real do PIB, a taxa de inflação, a variação cambial e as taxas de juros no Brasil referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013, exceto quando de outra forma indicado.

	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2017	**2016**	**2015**	**2014**	**2013**
Crescimento real do PIB[1]	1,0	(3,5)	(3,5)	0,5	3,0
Taxa de inflação – IGP-DI[2]	(0,4)	7,2	10,7	3,8	5,5
Taxa de inflação – IPCA[3]	2,9	6,3	10,7	6,4	5,9
Variação cambial (R$/US$)[4]	1,8	(17,8)	48,9	12,5	15,1
TR (taxa referencial de juros)[5]	0,00	1,98	2,07	1,01	0,53
CDI (certificado de depósito interbancário)[6]	6,99	13,63	14,14	11,51	9,78
Selic (taxa de juros overnight)[6]	7,00	13,65	14,15	11,58	9,90
CDS soberano – 5 anos[7]	162,0	280,8	494,9	200,8	193,8

(1) Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
(2) Fonte: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getulio Vargas.
(3) Fonte: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo IBGE.
(4) Fonte: Bloomberg (taxas acumuladas no período); números positivos significam depreciação do real.
(5) Fonte: Taxa Referencial (TR), publicada pelo Banco Central. Dados apresentados em porcentagem por ano.
(6) Fonte: Banco Central. Dados apresentados em porcentagem por ano.
(7) Fonte: Bloomberg (final do período). *Swap* de crédito soberano (CDS) é uma medida do risco-país (pontos-base).





Mensagem dos Copresidentes do Conselho de Administração

Prezado leitor,

O ano de 2017 foi marcado por mudanças importantes no Brasil e no Itaú Unibanco.

Observamos sinais que indicam o início da recuperação da maior crise dos últimos 100 anos da economia brasileira, com crescimento de 1% do PIB após três anos de recessão, em um cenário de baixa inflação e menores taxas de juros. Acreditamos que o Brasil está preparado para superar as crises econômica e política, voltar a gerar empregos e a crescer em patamares sustentáveis.

A mudança no cenário econômico foi refletida em nossas operações, sendo o último trimestre de 2017 marcado pela retomada do crescimento da carteira de crédito para pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas. A inadimplência de nossos clientes diminuiu e, neste cenário de menor risco, nosso custo de crédito(1) reduziu-se em 29,6% em comparação a 2016. Esse fato, aliado a outras importantes conquistas, como o controle de custos operacionais, nos permitiu atingir o lucro líquido de R$ 23,9 bilhões(2), um aumento de 2,6% em relação ao ano anterior. Mantivemos o retorno recorrente sobre nosso patrimônio líquido em patamar elevado, registrando 20,1% no ano de 2017.

Esses resultados foram obtidos no primeiro ano do Candido Bracher como nosso CEO, cujo início da gestão também é destacado pelos avanços na agenda estratégica, pautada por seis frentes amplamente divulgadas ao mercado: (i) Centralidade no Cliente, (ii) Transformação Digital, (iii) Gestão de Pessoas, (iv) Gestão de Riscos, (v) Internacionalização e (vi) Rentabilidade Sustentável. Acreditamos que as três primeiras precisam passar por transformações profundas dentro da organização ao longo dos próximos anos e as três últimas compõem a melhoria contínua. Cabe frisar que Governança Corporativa e Sustentabilidade permeiam todos esses esforços.

Temos a convicção de que nossos objetivos não podem ser alcançados sem que enfatizemos a gestão de pessoas, pois é nelas que reside o grande poder de transformação, são elas que nos fazem evoluir, garantem resultados sustentáveis e tornam concreta a nossa capacidade de gerar valor para a sociedade e o país. Assim, temos o desafio de ser cada vez mais atraentes para todas as gerações e engajar, desenvolver e reter talentos. Por isso, investimos consistentemente na divulgação do nosso propósito e do que chamamos de Nosso Jeito, uma cultura forte, pautada pela colaboração, ética e respeito total e irrestrito.

No Conselho de Administração tomamos importantes decisões no ano de 2017, definindo diretrizes estratégicas para o Itaú Unibanco, das quais destacamos o apetite de riscos. Definimos também uma nova prática para distribuição de resultados (*payout*), segundo a qual temos o objetivo de manter nosso índice de CET1(3) em 13,5%, distribuindo todo o montante excedente. Assim, com base no crescimento dos nossos ativos ponderados pelo risco (RWA) e retorno sobre o patrimônio, distribuímos em 2017 o equivalente a 83% do nosso lucro líquido recorrente(4), incluindo as recompras de ações que realizamos, valor recorde em nossa história. Essa distribuição foi possível também porque emitimos, pela primeira vez, títulos perpétuos que comporão nosso capital principal, reduzindo nosso custo de capital e favorecendo a geração de valor para nossos acionistas.

Continuamos a evoluir em nossas práticas de governança corporativa, adaptando-as ao novo contexto de negócios. Assim, em 2017 criamos o Digital Advisory Board, que passou a ter um papel importante de propor desenvolvimento tecnológico, avaliar a experiência dos clientes e nos permitir acompanhar tendências mundiais. Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela passará a compor o Conselho de Administração, trazendo um novo olhar sobre nossa gestão, além de refletir nosso compromisso cada vez maior em garantir a diversidade na organização.

Por fim, queremos convidá-los à leitura deste Relatório Anual Consolidado. Destacamos as seções "Nossa governança" e "Nossa gestão de riscos", que foram reformuladas em comparação às últimas edições e apresentam as informações de forma mais objetiva, de fácil entendimento e organizadas.

Cordialmente,

Roberto Setubal **Pedro Moreira Salles**

Copresidentes do Conselho de Administração

(1) De acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen – BRGAAP.
(2) Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores, em IFRS.
(3) *Common Equity Tier I* (Capital Principal).
(4) O *payout* considera o lucro líquido recorrente apurado segundo as normas estabelecidas pelo Bacen – BRGAAP.



Mensagem do Presidente Executivo e CEO GRI 102-14

Caro leitor,

O ano passado foi marcado pelo início da recuperação econômica do Brasil. Vimos a inflação cair, assim como a taxa de juros, além da retomada do crescimento do PIB, ainda que de forma modesta. Esse movimento interrompeu um longo período de recessão, cujos efeitos sobre nossa carteira de crédito foram relevantes durante os anos de 2015 e 2016.

Por outro lado, também houve acentuada volatilidade nos mercados locais, provocada pela instabilidade política e pelas incertezas relacionadas ao processo de aprovação das reformas tão necessárias para o país.

Neste contexto, nossas receitas foram impactadas pela queda das taxas de juros e por uma recuperação de demanda ainda muito incipiente. Este fato foi mais do que compensado por um melhor desempenho da inadimplência e pela manutenção de um rigoroso controle sobre os níveis de despesas. A resultante destes fatores foi um lucro líquido de R$ 23,9 bilhões(1), 2,6% superior ao de 2016.

Gostaria de destacar o impacto gerado pelo banco por meio do valor adicionado(2) à economia, que atingiu R$ 67,2 bilhões em 2017. O montante foi distribuído entre diversos segmentos da sociedade, por meio do pagamento de nossos colaboradores, de tributos e de aluguéis, do reinvestimento dos lucros na operação e da remuneração dos mais de 120 mil acionistas. O impacto gerado pelo valor adicionado materializa o nosso propósito, que é estimular o poder de transformação das pessoas.

É importante notar que o desempenho em 2017 reflete em grande parte as decisões estratégicas tomadas em 2012. Na ocasião, decidimos atuar em três grandes frentes – serviços e seguros, crédito e tesouraria – para reduzir a volatilidade dos nossos resultados por meio de uma maior diversificação de receitas.

Da mesma forma que em 2012, em 2017 tomamos decisões que contribuíram para o bom desempenho do ano, mas que deverão ter seus maiores efeitos no médio prazo. A partir de uma reflexão colegiada sobre nossos principais desafios estratégicos, demos início a um processo de estruturação de nossas frentes prioritárias, com o objetivo de dar maior consistência e qualidade ao nosso resultado nos próximos anos. As novas frentes foram divididas em dois grandes grupos: Transformação e Melhoria Contínua.

No primeiro grupo, estão as frentes de Centralidade no Cliente, Transformação Digital e Gestão de Pessoas. Queremos conceber uma cultura de atendimento focada no que os clientes precisam, tendo-os realmente como centro das nossas decisões. Devemos fazer isso no contexto da nossa transformação digital, que nos possibilitará oferecer aos clientes experiências melhores e aperfeiçoar constantemente nossos processos. Tudo isso dentro de uma nova dinâmica de trabalho, altamente cooperativa, que mudará de forma significativa a experiência dos nossos colaboradores no seu cotidiano.

Em Melhoria Contínua, estão as outras três frentes estratégicas. A de Gestão de Riscos, que permite identificar ameaças, atuar na prevenção ou na rápida mudança de curso, quando necessário. A de Rentabilidade Sustentável, cujo principal desafio é trazer resultados ainda mais sustentáveis para o banco. E, por fim, a nossa agenda de Internacionalização, por meio da qual perseguiremos níveis de rentabilidade próximos aos do Brasil, além de buscar sinergias e aprendizados que o intercâmbio cultural e de operações possibilita.

Estas frentes prioritárias possibilitarão ao Itaú Unibanco continuar a crescer de forma sustentável neste e nos próximos anos, construindo ao longo do tempo um banco cada vez melhor para nossos clientes, colaboradores e acionistas e, consequentemente, para a sociedade. Você encontra o detalhamento da nossa atuação nas frentes prioritárias na seção “Estratégia de negócios”.

Agradeço a confiança e o apoio que tive ao longo de 2017 e desejo um ótimo 2018.

Boa leitura!

Abraço,

Candido Bracher

Presidente Executivo e CEO

(1) Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores, em IFRS.
(2) Considera o lucro líquido recorrente e a reclassificação dos efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior para a margem financeira, em BRGAAP.

Contexto do Itaú
Unibanco Holding

Um banco com um propósito

Em 2017 revelamos para os nossos colaboradores o propósito do Itaú Unibanco, destacando os valores que fazem parte da nossa essência e que nos trouxeram até aqui.

Nestes 93 anos de história, alcançamos o posto de maior banco do país[1] e somos considerados a marca brasileira mais valiosa do Brasil por publicações como Interbrand, entre outros importantes reconhecimentos. Essas conquistas são fruto da forma como conduzimos os negócios, sempre colocando a ética à frente dos resultados, buscando constantemente a inovação e a excelência.

Crescemos ajudando as pessoas e o país a crescer, incentivando o crescimento de quem está ao nosso redor. Trabalhamos para transformar sonhos em realidade, impulsionar o desenvolvimento, despertar a vontade de fazer cada vez mais e melhor. Esse é o sentido da nossa trajetória e este é o nosso propósito: estimular o poder de transformação das pessoas.

Por trás de tudo o que fazemos existem pessoas. Pessoas que têm ideias, que viram soluções, que mudam a vida de outras pessoas. Revelar o propósito do Itaú Unibanco faz parte da reafirmação da nossa razão de existir, ampliando o poder que cada pessoa tem de inventar e de se reinventar. Para isso, é necessário engajar todos os colaboradores nessa mesma direção.

Em linha com este objetivo, a chegada do novo presidente do Itaú Unibanco foi marcada pela incorporação desse propósito na organização, que originou a definição das seis prioridades estratégicas que nortearão nossas ações nos próximos anos: Centralidade no Cliente, Transformação Digital, Gestão de Pessoas, Gestão de Riscos, Rentabilidade Sustentável e Internacionalização.

Essas prioridades foram definidas a partir da percepção compartilhada do Comitê Executivo sobre as tendências do mercado e os desafios da instituição e organizam iniciativas que já estavam em andamento por todo o banco reforçando o nosso compromisso com os colaboradores, clientes, acionistas e sociedade.

O propósito do Itaú Unibanco não nasceu em 2017, ele sempre existiu dentro de todas as pessoas que fizeram parte dessa organização e de quem agora dá continuidade a esse legado. Somos gente que move gente.

Contexto deste relatório

Este relatório anual consolidado unifica o conteúdo dos principais relatórios confeccionados anualmente como o Formulário 20-F, o Relatório Anual e o Prospecto de Dívida do Programa de Notas de Médio Prazo (Programa MTN). O Formulário 20-F, documento disponibilizado na Securities and Exchange Commission (SEC), nos EUA, foi a referência para o conteúdo do relatório aqui apresentado.

O relatório anual consolidado descreve nossa estratégia, estrutura, atividades e operações, usando uma linguagem simples e direta para se tornar acessível para todos os públicos que possam vir a consultar este relatório.

As informações apresentadas estão em linha com o Pronunciamento 13 do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado (CODIM), uma iniciativa conjunta de entidades brasileiras que representam o mercado de capitais, cujo objetivo é melhorar a transparência e a divulgação de informações no mercado de capitais brasileiro.

Este relatório anual consolidado reúne dados apurados no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, exceto quando de outra forma indicado, apresentando a nossa estrutura corporativa e de negócios, governança e desempenho financeiro, entre outros assuntos. O relatório também abrange informações sobre todas as organizações sujeitas ao controle ou à influência significativa do Itaú Unibanco Holding. Quaisquer potenciais alterações ou impactos sobre os dados coletados como resultado de certas transações, aquisição ou venda de ativos ou outras alterações significativas para os negócios, serão sinalizados ao longo deste relatório. O relatório anual consolidado está dividido nas seguintes seções: (i) Contexto; (ii) Nosso perfil; (iii) Nossa governança; (iv) Nossa gestão de riscos; (v) Desempenho; (vi) Sustentabilidade; e (vii) Anexos. **GRI 102-1 | GRI 102-49 | GRI 102-50 | GRI 102-52**

A auditoria das nossas demonstrações contábeis, seguindo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), é realizada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC).

(1) Em termos de ativos totais de acordo com o Banco Central.

Documentos disponibilizados

Estamos sujeitos às exigências de informações aplicáveis aos emissores privados estrangeiros previstas sob o aditamento à U.S. Securities Exchange Act (Lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários) de 1934. Dessa forma, somos obrigados a arquivar relatórios e outras informações na SEC, inclusive os relatórios anuais no Formulário 20-F e os relatórios no Formulário 6-K. Os relatórios e outras informações por nós arquivados na SEC podem ser examinados e copiados nas instalações de consulta pública mantidas pela SEC na 100 F Street, N.W., Washington, D.C. 20549. Cópias dos materiais podem ser obtidas por correio, solicitando-as à Public Reference Room da SEC, em 100 F Street, N.W., Washington, D.C. 20549 às tarifas prescritas. O público pode obter informações sobre o funcionamento da Public Reference Room da SEC contatando a SEC nos Estados Unidos pelo telefone 1-800-SEC-0330. Além disso, a SEC mantém o website no endereço www.sec.gov, em que é possível acessar esses materiais por meio eletrônico, inclusive este Relatório Anual e seus respectivos anexos. Também arquivamos demonstrações contábeis e outros relatórios periódicos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), localizada à Rua Sete de Setembro, 111 – Rio de Janeiro – RJ 20050- 901 – Brasil. A CVM mantém um website no endereço www.cvm.gov.br.

Cópias de nosso Relatório Anual no Formulário 20-F estarão disponíveis para consulta, mediante solicitação ao Departamento de Relações com Investidores, em nosso escritório localizado à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Conceição, 9º andar – São Paulo – SP – 04344-902 – Brasil.

Os investidores podem receber uma cópia impressa deste relatório anual consolidado, inclusive das nossas demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao último exercício fiscal, sem custo, solicitando uma cópia ao nosso Departamento de Relações com Investidores, pelo e-mail relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br, mencionando as informações para contato e o endereço completo. Comentários e sugestões em relação a este relatório podem ser enviados ao mesmo endereço eletrônico. GRI 102-53

Estratégia de negócios

Agenda estratégica de médio e longo prazos

Nossas seis prioridades estratégicas, com perspectivas de médio a longo prazos, têm pautado nossa gestão. A nossa atuação foi organizada em várias frentes com divisão de responsabilidades em grupos de trabalho que integram diversos níveis organizacionais com objetivos claros a serem alcançados e indicadores selecionados para acompanhamento do processo. Já colhemos alguns frutos e temos a expectativa de agregar mais valor nos próximos anos à sociedade e aos nossos acionistas.

Segmentamos as seis prioridades em dois grupos: Transformação e Melhoria Contínua.

No primeiro grupo, incluímos as prioridades que acreditamos necessitar de uma verdadeira transformação na organização: Centralidade no Cliente, Transformação Digital e Gestão de Pessoas.

Em Melhoria Contínua, estão incluídos os temas Gestão de Riscos, Internacionalização e Rentabilidade Sustentável. São prioridades amplamente difundidas na organização, mas que requerem esforço para seu contínuo aperfeiçoamento.

Permeando todos esses desafios, estão a governança corporativa e a sustentabilidade.

A governança corporativa tem o papel fundamental de garantir os interesses dos diversos públicos que se relacionam com a organização e é chave no alcance do crescimento sustentável de longo prazo. Está integrada não apenas aos desafios aqui descritos, mas também em cada etapa de nossas atividades diárias, desde práticas de remuneração até a gestão de riscos.

A sustentabilidade deve estar totalmente integrada aos negócios, tanto nos aspectos operacionais quanto comerciais, fazendo as questões socioambientais parte de nosso cotidiano. Suas variáveis precisam ser incorporadas e mensuradas em cada um de nossos diferentes processos, como concessão de crédito, investimentos, atividades de seguros, contrato de fornecedores e gestão de recursos.

Detalhamos a seguir esses temas prioritários:

Transformação GRI 103-2 | 103-3 Eficiência

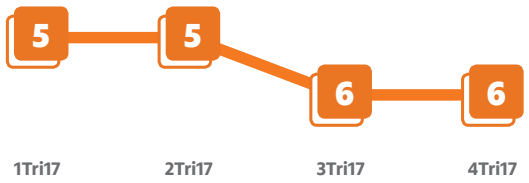
Centralidade no cliente

Temos a visão de ser o banco líder em *performance* sustentável e satisfação dos clientes. Hoje o cliente é o protagonista e, portanto, o ponto central da nossa cultura organizacional. No ambiente de mercado atual, negócios têm-se destacado por oferecer experiências diferenciadas e novas ao cliente. Dessa forma, nossas ações, incluindo a transformação digital e os esforços em relação à gestão de pessoas, são orientadas para a satisfação dos nossos clientes, métrica-chave para toda a organização, sendo que estabelecemos indicadores para acompanhá-la de forma tempestiva e contínua e que estão diretamente vinculados aos incentivos aos nossos colaboradores.

Vamos construir uma cultura focada na satisfação de clientes e em relações de longo prazo. Assim, nossos esforços serão direcionados para comunicar, incentivar e capacitar nossos colaboradores em torno dos pilares dessa cultura.

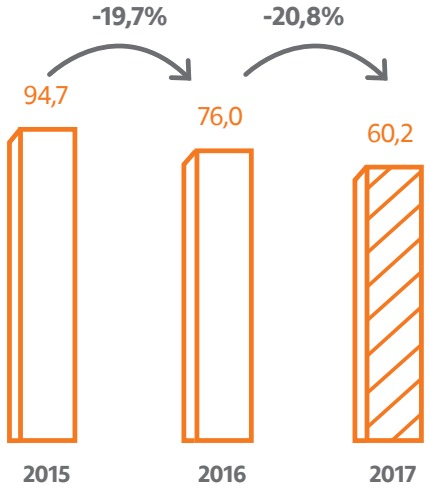
Pesquisas de opinião e acompanhamento dos números de reclamações demonstram que estamos acima da média do mercado em relação à satisfação dos clientes. Porém, acreditamos que podemos ir além e, por isso, estamos adotando o *Net Promoter Score* (NPS), que estará presente em cada etapa dos nossos processos.

Procedentes |
Ranking histórico



Fonte: Banco Central.

Procon |
Entradas (mil)



Fonte: Serviço de Proteção ao Consumidor (Procon).

Nosso objetivo é construir um banco com o cliente e para o cliente. Dedicamos-nos cada vez mais a ouvir o que os clientes têm a dizer, identificando os atributos que mais valorizam no relacionamento e desenvolvendo produtos e serviços que superem suas expectativas. Assim, agimos para melhorar a experiência do cliente, evoluindo e desburocratizando nossos processos.

Alguns exemplos de iniciativas para melhoria da satisfação dos clientes:

- App Light, vencedor do Financial World Innovation Awards. Lançado em 2017, foi desenvolvido em conjunto com nossos clientes. O aplicativo necessita menor uso de memória dos *smartphones* e oferece navegação mais simples do que a tradicional. O app Light já atingiu mais de 500 mil usuários, com 90% de fidelização.

- Em março de 2017, lançamos a plataforma Personnalité Investimento 360, que amplia a conveniência e comodidade ao disponibilizar um leque completo de produtos de investimentos do Itaú e de outras instituições financeiras por meio da Itaú Corretora. Esta iniciativa também disponibiliza um serviço de assessoria especializada, levando-se em consideração as necessidades dos nossos clientes no curto, médio e longo prazos e oferecendo mais agilidade aos investidores por meio do acompanhamento de toda a sua movimentação financeira e rendimentos em um só lugar.

- Buscando garantir a equalização da jornada multicanal na internet, modernizamos a plataforma tecnológica e revisamos a experiência de navegação e compra, tornando-a mais intuitiva para o usuário. Para o segmento Empresas, melhoramos também os serviços de pagamentos e recebimentos, fazendo do Itaú o melhor *internet banking* para empresas do Brasil pelo terceiro ano consecutivo.

- Fomos eleitos, por votação dos leitores da revista *Euromoney*, o melhor banco para gestão de caixa do Brasil pelo décimo ano consecutivo.

Transformação Digital

Temos o desafio de acelerar nosso processo de transformação digital com aumento contínuo de produtividade de nossa área de Tecnologia da Informação e difusão da mentalidade digital por todo o banco, de forma a ganhar mais eficiência e a melhorar a experiência do usuário e satisfação dos clientes.

Atualmente, a tecnologia representa a espinha dorsal da evolução do Itaú Unibanco.

Alguns dos frutos dessa transformação digital incluem: (i) o desenvolvimento de mais de mil APIs (*application programming interface*), que permitem a criação de aplicativos reutilizáveis; (ii) a participação em 100% das aplicações de *blockchain* sendo desenvolvidas no Brasil para evoluir o mercado financeiro; (iii) a consolidação de uma *cloud* privada, que já roda dezenas de aplicações (sistemas internos) do banco; e (iv) o uso de inteligência artificial e *machine learning* para ganho de eficiência operacional. Os frutos dessa transformação digital se concretizam por meio da combinação harmoniosa de três elementos fundamentais.

O primeiro deles é pessoas com *expertise* digital. São especialistas em design, *user experience*, ciência de dados, mídia digital, *web analytics* e cibersegurança, somando-se aos nossos profissionais de formações clássicas (engenharia, administração, economia e contabilidade). Essa evolução acontece de forma exponencial na organização. Nos últimos dois anos, aumentamos em 13 vezes a presença de profissionais com perfis digitais no Itaú Unibanco.

O segundo é a simbiose **tecnologia-negócios**, considerando que reconhecemos que a área de Tecnologia é fundamental na criação de soluções de transformação. Dessa forma, é possível aproveitar a evolução exponencial das tecnologias, acelerar a frequência de inovações e disrupções e promover ciclos de entregas de valor mais curtos (semanas e até mesmo dias).

Essa união de esforços já é uma realidade em nosso banco. Concluímos, ao fim de 2017, a segunda fase do fortalecimento das especialidades técnicas (arquitetura de tecnologia, engenharias de distribuição, sistemas bancários e de dados, desenvolvimento de sistemas, entre outras) e da integração das equipes (mais de cinco mil colaboradores envolvidos), com a criação de comunidades de entrega e times multidisciplinares em que trabalham de forma colaborativa, seguindo os princípios Lean[1] e Agile[2], para solucionar desafios de negócio. Esse

(1) Lean: Estrutura de processo em que há uma tentativa de minimizar o risco e o desperdício, enquanto maximiza o valor do cliente.
(2) Agile: Filosofia focada no tempo que permite construir um produto passo a passo, entregando-o por peças menores.

novo modelo de trabalho, caracterizado por decisões rápidas, compartilhadas entre pessoas com diferentes especialidades e com autonomia, é responsável pela geração de resultados cada vez mais sustentáveis como:

- *Time to Market* (ciclos de entregas reduzidos): redução de 22% do tempo médio de entrega de um projeto; e
- Qualidade (testes e homologação mais rápidos, enxutos e automatizados): redução de 31%[1] no índice de indisponibilidade e 25% no número de incidentes.

Por fim, o último componente é a centralidade no cliente, também entendida como uma nova concepção de banco. Hoje vivemos a era das experiências, em que empresas e clientes cocriam soluções. Nesse contexto, o banco tem atuado colocando o cliente no centro da sua estratégia. Para isso, busca entender tudo aquilo que ele diz, analisando, por exemplo, os centenas de milhares de *feedbacks* recebidos nas redes sociais ou fornecidos pelos nossos beta-testers (clientes tecnologicamente engajados que testam novas versões dos apps do banco). Já fazemos uso também da tecnologia (*big data*, aprendizado de máquina, computação em nuvem, entre outras) para buscar eficiência operacional, como aplicação de inteligência artificial nos nossos modelos de crédito, e para compreender o comportamento do cliente em todos os seus pontos de contato com o banco. Isso porque essas interações são insumos importantes para a criação de produtos e serviços mais conectados às suas reais necessidades.

Apresentamos a seguir alguns dos nossos destaques de 2017:

- App Itaú Light: mais leve e com menor consumo de dados, o app oferece navegação intuitiva e simplificada;
- App Itaú Abreconta: mais de 190 mil contas abertas por meio do aplicativo, que permite abertura de conta corrente pelo celular de forma 100% digital, sem necessidade de ir à agência;
- Evolução *mobile*: apps com novo design e navegação simplificada para Itaú e Itaú Empresas. Em maio de 2017, o app Itaú foi eleito o melhor app pela *Folha de São Paulo* e app do momento na Apple Store; e
- Agências digitais: oferecemos atendimento em horário diferenciado para clientes Personnalité e Uniclass. Ao fim de 2017, possuíamos 160 agências digitais, sendo 25 abertas em 2017.

Gestão de Pessoas

No Itaú Unibanco sempre tivemos uma convicção muito forte de que é nas pessoas que reside o grande poder de transformação. São elas que nos fazem evoluir, garantem resultados sustentáveis e impulsionam nossa capacidade de gerar valor para a sociedade e o país.

Temos o desafio de ser cada vez mais atrativos para todas as gerações e de engajar e desenvolver nossos talentos. Para isso, temos investido consistentemente na disseminação de nosso propósito e do que chamamos de Nosso Jeito – uma cultura forte, pautada pela colaboração, meritocracia, ética e respeito total e irrestrito ao indivíduo.

Se o banco é composto de capital humano, proporcionar a melhor experiência ao colaborador, para que ele seja capaz de promover seu desenvolvimento, é fundamental. Com esse objetivo, a frente prioritária de pessoas está revendo modelos de incentivos, além de estimular a autonomia e a mobilidade das pessoas, fazendo com que se sintam cada vez mais donas do negócio e da própria carreira.

Nesse sentido, em consonância com todas as transformações ocorrendo no mundo, a prioridade da frente de pessoas busca também inspiração no que existe de mais inovador nas práticas atualmente utilizadas e está focada na construção de uma organização que promova cada vez mais a diversidade e a inclusão.

Melhoria contínua

Gestão de riscos

Administrar riscos é a essência da nossa atividade e uma responsabilidade de todos os colaboradores. Nossas atividades de gestão incluem atuarmos de maneira proativa para estarmos em conformidade com as orientações referentes ao Apetite de Risco estabelecidas pelo nosso Conselho de Administração. Além disto, focaremos os esforços para tratar as prioridades de 2018 – Riscos de Negócios, de Tecnologia, de Pessoas e Regulatório.

Com relação ao Apetite de Risco, temos o desafio de monitorar a evolução das disciplinas tradicionais de risco (risco de mercado, risco de crédito e risco operacional) e buscar, por meio de ferramentas de cultura de riscos, o envolvimento de todos os nossos colaboradores no dia a dia da gestão de riscos e, consequentemente, no cumprimento do nosso Apetite de Risco.

Em se tratando de Risco de Negócio, temos como princípio a centralidade no cliente, priorizando a sustentabilidade dos nossos relacionamentos. Acompanhamos a evolução no perfil de nossos clientes e da concorrência, concebendo novos produtos e serviços sempre focados na satisfação dos clientes.

No desafio de Risco de Tecnologia, temos o compromisso de gerenciar nossa transformação digital, evitar a obsolescência de plataformas ou sistemas que possam não atender mais as necessidades do negócio, além de aumentar a produtividade de nossa área de TI.

Dentro do Risco de Pessoas, temos o compromisso de aperfeiçoar os mecanismos de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais, além de evitar a concentração de equipes com conhecimento em pessoas-chave. Buscamos aperfeiçoar continuamente nossos modelos de avaliação para sermos cada vez mais percebidos como justos e meritocráticos.

Por fim, entendemos que dentro da frente de Risco Regulatório devemos sempre estar atentos às mudanças específicas de leis e normas que possam afetar nossos negócios e a oferta de serviços ou produtos. Dessa forma, temos o compromisso de agir proativamente e acompanhar as mudanças regulatórias.

(1) Refere-se ao segundo semestre de 2017 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Rentabilidade Sustentável

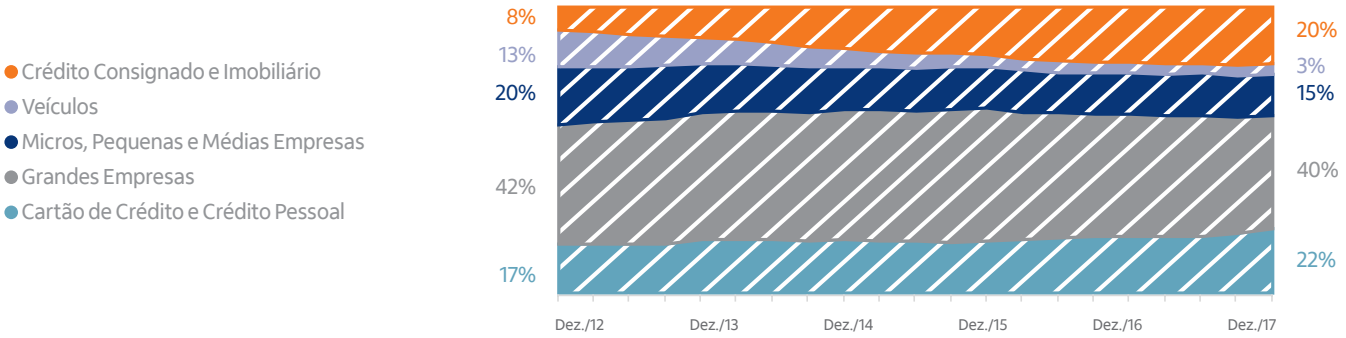
Temos o desafio de melhorar de forma contínua a eficiência de nossas operações, manter a capacidade de identificar oportunidades de reduzir custos e administrar os investimentos visando ganhar agilidade, além de gerir de forma eficiente a alocação de capital, bem como nosso custo de capital.

Nosso modelo de negócios, utilizado desde 2012, baseia-se no conceito fundamental de Criação de Valor, que considera não apenas nossas despesas operacionais ou financeiras, mas o custo do capital alocado em cada atividade, buscando remunerá-lo adequadamente.

Essa visão sobre o resultado direciona nossa atuação para negócios que efetivamente geram valor para o acionista, estabelecendo a remuneração mínima exigida para nossas operações.

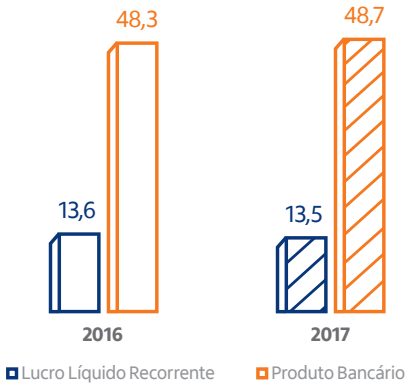
Sob esse modelo, revisamos o mix da nossa carteira de crédito, que, em um cenário de crise econômica, ampliou a participação da nossa carteira composta de produtos com risco menor, como crédito imobiliário, que envolvem garantias por ativos reais, e crédito consignado, que tem suas parcelas descontadas em folhas de pagamento e é concentrado em clientes que contam com estabilidade de renda, como aposentados e funcionários públicos federais.

Abaixo, detalhamos a evolução da composição da nossa carteira de crédito[1] no Brasil:



Priorizamos, também, nossas operações de **Serviços e Seguridade**, que necessitam de menor alocação de capital e cujos resultados e criação de valor são menos voláteis em relação aos ciclos econômicos. Além disso, nossa estratégia nesses negócios é focar em produtos massificados, tipicamente comercializados por meio de nossa rede de agências e canais digitais. Desta forma, operações como seguros de vida em grupo, grandes riscos e garantia estendida foram alienadas ou descontinuadas ao longo dos últimos anos. Ainda assim, ampliamos o produto bancário[2] advindo de serviços e seguridade.

Serviço e Seguridade, Lucro Líquido Recorrente e Produto Bancário (R$ bilhões)



(1) Inclui garantias financeiras prestadas.
(2) Soma da margem financeira gerencial, das receitas de prestação de serviços, das outras receitas operacionais e do resultado de seguros, previdência e capitalização antes das despesas de sinistros e de comercialização.

Diante do crescimento mesmo que moderado do PIB brasileiro a partir de 2017, nosso modelo de negócios, em conjunto com as ferramentas advindas dos nossos esforços em relação à gestão de riscos, nos permitirá identificar oportunidades granulares de diversificação e expansão das operações que atendam à necessidade de criação de valor para nossos acionistas e se enquadrem nos limites estabelecidos pelo nosso apetite de risco.

O foco na eficiência é um tema muito relevante em nossa estratégia de Rentabilidade Sustentável, tratado como de alta prioridade no banco já há alguns anos. Temos estruturado iniciativas que envolvem desde a redução de desperdícios de recursos e energia e a revisão de estruturas de departamentos até projetos para aumento de produtividade e transformação digital, e assim esperamos ampliar ganhos de escala e garantir sinergias para os negócios.

O processo de transformação digital pelo qual estamos passando gera diversos ganhos nesse sentido, pois conseguimos reformular processos e oferecer produtos com qualidade a um custo menor.

Internacionalização

Atuamos no Brasil há mais de 90 anos e, nesse período, atingimos um elevado grau de maturidade de gestão, disseminamos nossa cultura e temos apresentado de maneira consistente níveis de rentabilidade que geram valor para os nossos acionistas.

Nossa estratégia nos demais países latino-americanos prevê atingirmos, nessa região, o padrão de gestão que o Itaú Unibanco tem no Brasil, homogeneizando práticas e estabelecendo condições para assumirmos ainda mais posições de liderança. Esses objetivos se aplicam às nossas operações do Cone Sul e são especialmente importantes no processo de integração do Itaú CorpBanca (importante concorrente nos mercados

bancários do Chile e da Colômbia) que é fruto da fusão entre o Itaú Chile e o CorpBanca.

Buscamos fortalecer, também, nossa atuação no hemisfério norte, onde temos o objetivo primário de otimizar e simplificar nossos processos. Na América Latina, procuramos sempre melhorar a satisfação de clientes, bem como desenvolver produtos e serviços com soluções e bases digitais. O desafio principal é acelerar a transformação digital em todas as nossas unidades externas.

Finalmente, o Itaú Unibanco acompanha constantemente o cenário internacional, buscando entender diferentes mercados, negócios, produtos e serviços, identificando oportunidades de expansão de nossa operação e de integração entre nossas unidades.

Leitura deste relatório

Neste relatório, os termos:

- **"Itaú Unibanco Holding"**, **"Grupo Itaú Unibanco"**, **"nós"**, **"nos"** ou **"nosso"** referem-se ao Itaú Unibanco Holding S.A. e todas as suas subsidiárias e coligadas consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **"Itaú Unibanco"** refere-se ao Itaú Unibanco S.A. com as suas subsidiárias consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma; GRI 102-45
- **"Itaú BBA"** refere-se ao Banco Itaú BBA S.A. e suas subsidiárias consolidadas, exceto onde especificado ou exigido pelo contexto de outra forma;
- **"Brasil"** refere-se à República Federativa do Brasil;
- **"Governo brasileiro"** refere-se ao governo federal da República Federativa do Brasil;
- **"Banco Central"** e **"Bacen"** referem-se ao Banco Central do Brasil;
- **"CMN"** refere-se ao Conselho Monetário Nacional;
- **"CVM"** refere-se à Comissão de Valores Mobiliários;
- **"Ações preferenciais"** e **"ações ordinárias"** referem-se às ações preferenciais e ordinárias autorizadas e em circulação sem valor nominal;
- **"ADSs"** referem-se às nossas Ações Depositárias Americanas (uma [1] ADS representa 1 [uma] ação preferencial);
- **"R$"**, **"reais"** ou **"real"** referem-se ao real, a moeda oficial do Brasil; e
- **"US$"**, **"dólares"** ou **"dólares dos EUA"** referem-se aos dólares dos Estados Unidos.

Adicionalmente, acrônimos utilizados repetidamente neste relatório anual, termos técnicos e expressões específicas do mercado serão explicados ou detalhados na seção Anexos, item Glossário, assim como o nome completo de nossas principais subsidiárias e outras entidades referenciadas neste relatório anual consolidado.

A data-base para as informações quantitativas dos saldos apresentados neste relatório anual consolidado é 31 de dezembro de 2017 e, para os resultados, é o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto quando de outra forma indicado.

Nosso exercício fiscal termina em 31 de dezembro e as alusões neste relatório anual consolidado a qualquer exercício fiscal específico referem-se ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro daquele mesmo exercício.

As informações constantes deste relatório anual são precisas apenas com referência à data em que foram consolidadas ou à data deste documento, conforme o caso. Nossas atividades, situação financeira e patrimonial, resultado das operações e perspectivas podem ter mudado desde essa data.

Este documento contém informações, incluindo dados estatísticos, sobre determinados mercados e nossa posição competitiva. Exceto quando indicado de forma diferente, estas informações são extraídas ou derivadas de fontes externas. Indicamos o nome da fonte externa em cada caso específico, quando são apresentados dados setoriais neste relatório anual consolidado. Não podemos garantir a precisão das informações extraídas de fontes externas, ou que, em relação às estimativas internas, um terceiro, utilizando métodos diferentes, obteria as mesmas estimativas que aquelas apresentadas neste relatório.

As informações contidas ou acessíveis em sites mencionados neste relatório anual consolidado não fazem parte deste relatório, a menos que especifiquemos que são incorporadas por referência e fazem parte deste relatório. Todas as referências a sites neste relatório são referências textuais inativas e somente para fins de informação.

Informações prospectivas

Este relatório anual consolidado contém declarações que são ou podem constituir declarações prospectivas, de acordo com o significado da Seção 27A da Lei das Sociedades por Ações de 1933 dos EUA, e alterações posteriores, e da Seção 21E da Lei das Sociedades por Ações de 1934 dos EUA, e alterações posteriores. Tais declarações prospectivas baseiam-se, em grande parte, nas nossas expectativas e projeções atuais com respeito a acontecimentos futuros e tendências financeiras que afetam nossas atividades. Essas declarações prospectivas estão sujeitas a riscos, incertezas e pressupostos que incluem, entre outros riscos:

- Condições gerais econômicas, políticas e comerciais no Brasil e as variações nos índices de inflação, nas taxas de juros e de câmbio e o desempenho dos mercados financeiros;
- Condições gerais econômicas e políticas no exterior e, em particular, nos países em que operamos;
- Normas governamentais e legislação fiscal e respectivas alterações;
- Desdobramentos de investigações de grande visibilidade atualmente em curso e seu impacto nos clientes e na nossa exposição fiscal;
- Turbulências e volatilidade nos mercados financeiros globais;
- Aumentos nas exigências referentes a reservas e depósitos compulsórios;
- Regulação e liquidação do nosso negócio de forma consolidada;
- Obstáculos para os detentores de nossas ações e ADSs receberem dividendos;

- Falha ou violação de nossos sistemas ou infraestrutura operacional e de segurança;
- Fortalecimento da concorrência e consolidação do setor;
- Alterações em nossas carteiras de crédito e no valor dos nossos títulos e valores mobiliários e derivativos;
- Perdas associadas às exposições das contrapartes;
- Nossa exposição à dívida pública brasileira;
- Metodologias incorretas de precificação de produtos de seguro, previdência e capitalização e reservas inadequadas;
- Eficácia da nossa política de gestão de riscos;
- Danos à nossa reputação;
- Capacidade de nosso acionista controlador de dirigir nosso negócio;
- Dificuldades na integração dos negócios adquiridos ou incorporados;
- Efeitos de questões socioambientais; e
- Outros fatores de risco expostos na seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco.

As palavras "acreditar", "poder", "dever", "estimar", "continuar", "prever", "pretender", "esperar" e semelhantes são usadas para caracterizar declarações prospectivas, mas não são formas exclusivas de identificação de tais declarações. Não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou rever declarações prospectivas devido a novas informações, acontecimentos futuros ou outros fatores. Em vista desses riscos e incertezas, as informações, os fatos e as circunstâncias prospectivos expostos neste relatório anual consolidado podem não vir a ocorrer. Nossos resultados e desempenho efetivos podem diferir substancialmente daqueles previstos nessas declarações prospectivas.

Sobre nossas informações contábeis

Nossas demonstrações contábeis completas, incluídas neste Relatório Anual Consolidado, são preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações contábeis consolidadas referentes aos exercícios de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013, incluídas neste relatório, foram elaboradas em conformidade com a IFRS.

Usamos práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para instituições autorizadas a operar pelo Banco Central ("BRGAAP") em nossos relatórios aos nossos acionistas brasileiros, nos registros na CVM e para a apuração de pagamento de dividendos e de passivos fiscais.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que as instituições financeiras que atendem certos critérios, como o Itaú Unibanco Holding, devem apresentar Demonstrações Contábeis Completas de acordo com a IFRS, emitido pelo IASB, assim como as Demonstrações Contábeis Completas em BRGAAP.

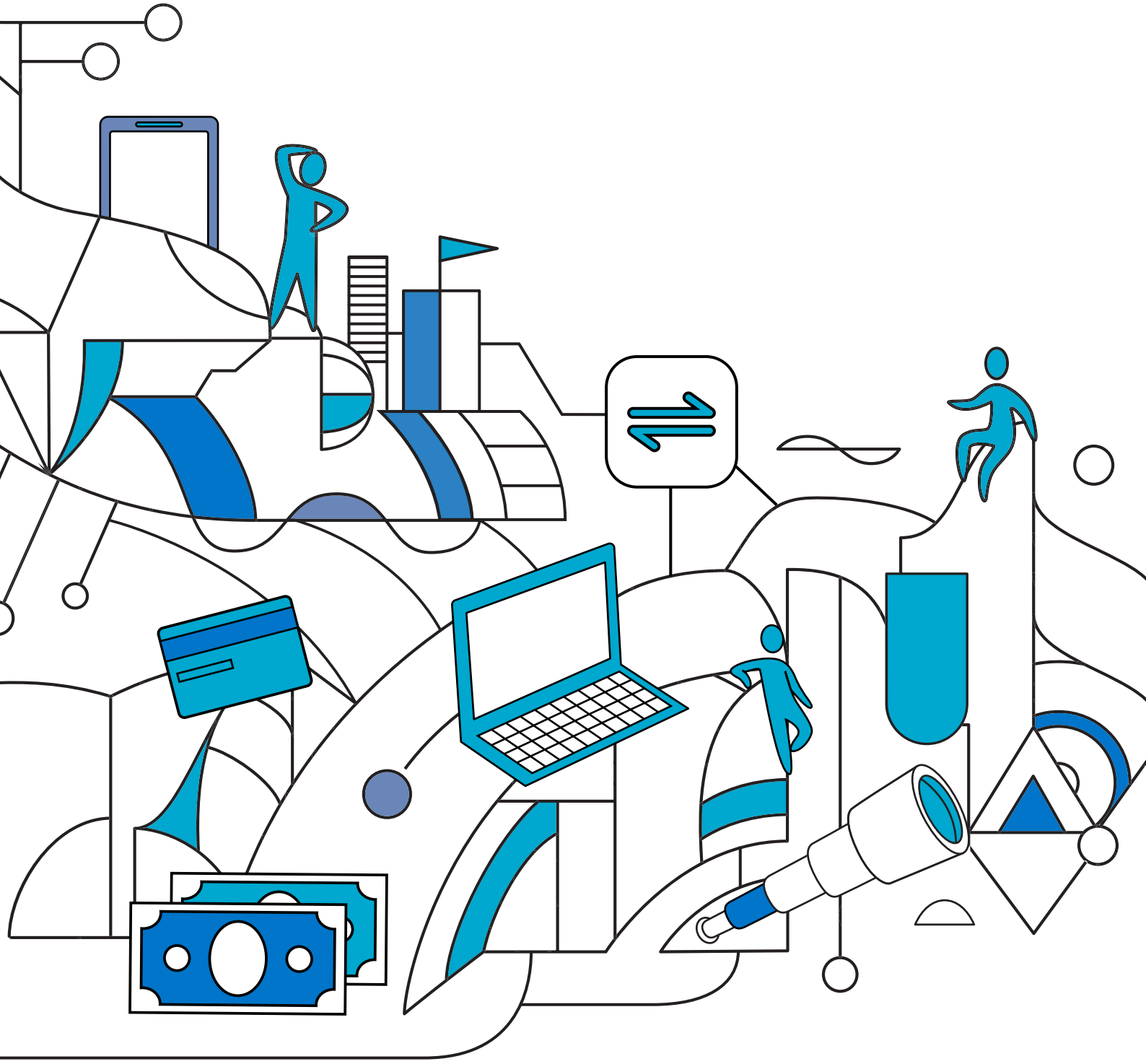
Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 34 – Informações por Segmento, para mais detalhes sobre as principais diferenças entre nossos sistemas de relatórios gerenciais e as Demonstrações Contábeis Completas elaboradas de acordo com a IFRS.

Nossas demonstrações contábeis completas referentes a 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), uma empresa de auditoria independente, conforme declarado no parecer incluído na seção Desempenho, item Desempenho Financeiro deste relatório.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas, para mais detalhes sobre as principais políticas contábeis aplicadas na preparação de nossas Demonstrações Contábeis Completas de acordo com a IFRS.

2 Nosso perfil

Nossa cultura e nossos valores direcionam as nossas atitudes para uma atuação ética, meritocrática e transparente. Conheça nossa história, nossos negócios e diferenciais competitivos. GRI 102-7



Em números

Dados financeiros selecionados – IFRS

Os dados financeiros selecionados apresentados a seguir devem ser lidos em conjunto com a seção Desempenho, item Resultados e Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), incluídos neste relatório anual consolidado.

Os dados constantes das tabelas a seguir são extraídos de nossas demonstrações contábeis completas, referentes aos exercícios apresentados, elaboradas de acordo com o IFRS emitido pelo IASB, salvo indicação em contrário.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Ativo	Em 31 de dezembro de					Variação							
	2017	2016	2015	2014	2013	2017-2016	%	2016-2015	%	2015-2014	%	2014-2013	%
Disponibilidades	18.749	18.542	18.544	17.527	16.576	207	1,1	(2)	(0,0)	1.017	5,8	951	5,7
Depósitos compulsórios no Banco Central	98.837	85.700	66.556	63.106	77.010	13.137	15,3	19.144	28,8	3.450	5,5	(13.904)	(18,1)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.053	22.692	30.525	23.081	25.660	6.361	28,0	(7.833)	(25,7)	7.444	32,3	(2.579)	(10,1)
Aplicações no mercado aberto	244.707	265.051	254.404	208.918	138.455	(20.344)	(7,7)	10.647	4,2	45.486	21,8	70.463	50,9
Ativos financeiros mantidos para negociação	270.121	204.648	164.311	132.944	148.860	65.473	32,0	40.337	24,5	31.367	23,6	(15.916)	(10,7)
Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado	1.746	1.191	642	733	371	555	46,6	549	85,5	(91)	(12,4)	362	97,6
Derivativos	22.843	24.231	26.755	14.156	11.366	(1.388)	(5,7)	(2.524)	(9,4)	12.599	89,0	2.790	24,5
Ativos financeiros disponíveis para venda	102.284	88.277	86.045	78.360	96.626	14.007	15,9	2.232	2,6	7.685	9,8	(18.266)	(18,9)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	36.560	40.495	42.185	34.434	10.116	(3.935)	(9,7)	(1.690)	(4,0)	7.751	22,5	24.318	240,4
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, líquidas	465.472	463.394	447.404	430.039	389.467	2.078	0,4	15.990	3,6	17.365	4,0	40.572	10,4
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	493.367	490.366	474.248	452.431	411.702	3.001	0,6	16.118	3,4	21.817	4,8	40.729	9,9
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.895)	(26.972)	(26.844)	(22.392)	(22.235)	(923)	3,4	(128)	0,5	(4.452)	19,9	(157)	0,7
Outros ativos financeiros	59.568	53.917	53.506	53.649	47.592	5.651	10,5	411	0,8	(143)	(0,3)	6.057	12,7
Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto	5.171	5.073	4.399	4.090	3.931	98	1,9	674	15,3	309	7,6	159	4,0
Ágio	10.716	9.675	2.057	1.961	1.905	1.041	10,8	7.618	370,3	96	4,9	56	2,9
Imobilizado, líquido	7.359	8.042	8.541	8.711	6.564	(683)	(8,5)	(499)	(5,8)	(170)	(2,0)	2.147	32,7
Ativos intangíveis, líquido	8.667	7.381	6.295	6.134	5.797	1.286	17,4	1.086	17,3	161	2,6	337	5,8
Ativos fiscais	41.927	44.274	52.149	35.243	34.742	(2.347)	(5,3)	(7.875)	(15,1)	16.906	48,0	501	1,4
Bens destinados à venda	736	631	486	196	117	105	16,6	145	29,8	290	148,0	79	67,5
Outros ativos	10.453	10.027	11.611	13.921	12.142	426	4,2	(1.584)	(13,6)	(2.310)	(16,6)	1.779	14,7
Total do ativo	**1.434.969**	**1.353.241**	**1.276.415**	**1.127.203**	**1.027.297**	**81.728**	**6,0**	**76.826**	**6,0**	**149.212**	**13,2**	**99.906**	**9,7**
Ativos médios remunerados[1]	**1.226.148**	**1.151.430**	**1.070.450**	**955.416**	**882.472**	**74.718**	**6,5**	**80.980**	**7,6**	**115.034**	**12,0**	**72.944**	**8,3**
Ativos médios não remunerados[1]	**143.022**	**159.779**	**115.596**	**97.526**	**83.025**	**(16.757)**	**(10,5)**	**44.183**	**38,2**	**18.070**	**18,5**	**14.501**	**17,5**
Ativos médios totais[1]	**1.369.170**	**1.311.209**	**1.186.046**	**1.052.942**	**965.497**	**57.961**	**4,4**	**125.163**	**10,6**	**133.104**	**12,6**	**87.445**	**9,1**

(1) Calculamos o saldo médio com base nos saldos contábeis mensais. Consulte a seção Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimoniais para mais detalhes.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Passivo	Em 31 de dezembro de					Variação							
	2017	2016	2015	2014	2013	2017-2016	%	2016-2015	%	2015-2014	%	2014-2013	%
Depósitos	402.938	329.414	292.610	294.773	274.383	73.524	22,3	36.804	12,6	(2.163)	(0,7)	20.390	7,4
Captações no mercado aberto	312.634	349.164	336.643	288.683	266.682	(36.530)	(10,5)	12.521	3,7	47.960	16,6	22.001	8,2
Passivos financeiros mantidos para negociação	465	519	412	520	371	(54)	(10,4)	107	26,0	(108)	(20,8)	149	40,2
Derivativos	26.746	24.698	31.071	17.350	11.405	2.048	8,3	(6.373)	(20,5)	13.721	79,1	5.945	52,1
Recursos de mercados interbancários	129.616	135.483	156.886	122.586	111.376	(5.867)	(4,3)	(21.403)	(13,6)	34.300	28,0	11.210	10,1
Recursos de mercados institucionais	98.482	96.239	93.918	73.242	72.055	2.243	2,3	2.321	2,5	20.676	28,2	1.187	1,6
Outros passivos financeiros	77.613	71.832	68.715	71.492	61.274	5.781	8,0	3.117	4,5	(2.777)	(3,9)	10.218	16,7
Provisões de seguro e previdência privada	181.232	154.076	129.305	109.778	99.023	27.156	17,6	24.771	19,2	19.527	17,8	10.755	10,9
Passivos de planos de capitalização	3.301	3.147	3.044	3.010	3.032	154	4,9	103	3,4	34	1,1	(22)	(0,7)
Provisões	19.736	20.909	18.994	17.027	18.862	(1.173)	(5,6)	1.915	10,1	1.967	11,6	(1.835)	(9,7)
Obrigações fiscais	7.839	5.836	4.971	4.465	3.794	2.003	34,3	865	17,4	506	11,3	671	17,7
Outros passivos	26.361	27.110	25.787	23.660	20.848	(749)	(2,8)	1.323	5,1	2.127	9,0	2.812	13,5
Total do passivo	**1.286.963**	**1.218.427**	**1.162.356**	**1.026.586**	**943.105**	**68.536**	**5,6**	**56.071**	**4,8**	**135.770**	**13,2**	**83.481**	**8,9**
Capital social	97.148	97.148	85.148	75.000	60.000	-	0,0	12.000	14,1	10.148	13,5	15.000	25,0
Ações em tesouraria	(2.743)	(1.882)	(4.353)	(1.328)	(1.854)	(861)	45,7	2.471	(56,8)	(3.025)	227,8	526	(28,4)
Capital adicional integralizado	1.930	1.785	1.733	1.508	984	145	8,1	52	3,0	225	14,9	524	53,3
Reservas integralizadas	12.499	3.443	10.067	8.210	13.468	9.056	263,0	(6.624)	(65,8)	1.857	22,6	(5.258)	(39,0)
Reservas a integralizar	28.365	25.362	20.947	16.301	12.138	3.003	11,8	4.415	21,1	4.646	28,5	4.163	34,3
Resultado abrangente acumulado	(2.359)	(3.274)	(1.290)	(431)	(1.513)	915	(27,9)	(1.984)	153,8	(859)	199,3	1.082	(71,5)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	**134.840**	**122.582**	**112.252**	**99.260**	**83.223**	**12.258**	**10,0**	**10.330**	**9,2**	**12.992**	**13,1**	**16.037**	**19,3**
Participações de acionistas não controladores	13.166	12.232	1.807	1.357	969	934	7,6	10.425	576,9	450	33,2	388	40,0
Total do patrimônio líquido	**148.006**	**134.814**	**114.059**	**100.617**	**84.192**	**13.192**	**9,8**	**20.755**	**18,2**	**13.442**	**13,4**	**16.425**	**19,5**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.434.969**	**1.353.241**	**1.276.415**	**1.127.203**	**1.027.297**	**81.728**	**6,0**	**76.826**	**6,0**	**149.212**	**13,2**	**99.906**	**9,7**
Passivos médios remunerados[1]	**1.016.569**	**969.461**	**875.904**	**793.069**	**738.535**	**47.108**	**4,9**	**93.557**	**10,7**	**82.835**	**10,4**	**54.534**	**7,4**
Passivos médios não remunerados[1]	**212.633**	**214.024**	**203.376**	**169.247**	**148.215**	**(1.391)**	**(0,6)**	**10.648**	**5,2**	**34.129**	**20,2**	**21.032**	**14,2**
Patrimônio líquido total médio[1]	**127.590**	**117.844**	**105.034**	**90.626**	**78.747**	**9.746**	**8,3**	**12.810**	**12,2**	**14.408**	**15,9**	**11.879**	**15,1**
Passivo e patrimônio líquido total médio[1]	**1.369.170**	**1.311.210**	**1.186.046**	**1.052.942**	**965.497**	**57.960**	**4,4**	**125.164**	**10,6**	**133.104**	**12,6**	**87.445**	**9,1**

(1) Calculamos o saldo médio com base nos saldos contábeis mensais. Consulte a seção Anexos – Informações Estatísticas Selecionadas, item Dados Médios de Balanço Patrimoniais para mais detalhes.

(Em milhões de R$, exceto porcentages)

Demonstração do resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de					Variação							
	2017	2016	2015	2014	2013	2017-2016	%	2016-2015	%	2015-2014	%	2014-2013	%
Produto bancário	111.050	118.661	92.011	91.657	79.387	(7.611)	(6,4)	26.650	29,0	354	0,4	12.270	15,5
Perdas com créditos e sinistros	(18.240)	(22.122)	(21.335)	(15.801)	(14.870)	3.882	(17,5)	(787)	3,7	(5.534)	35,0	(931)	6,3
Produto bancário líquido de perdas com créditos e sinistros	**92.810**	**96.539**	**70.676**	**75.856**	**64.517**	**(3.729)**	**(3,9)**	**25.863**	**36,6**	**(5.180)**	**(6,8)**	**11.339**	**17,6**
Despesas gerais e administrativas	(54.118)	(50.904)	(47.626)	(42.550)	(39.914)	(3.214)	6,3	(3.278)	6,9	(5.076)	11,9	(2.636)	6,6
Despesas tributárias	(7.029)	(7.971)	(5.405)	(5.063)	(4.341)	942	(11,8)	(2.566)	47,5	(342)	6,8	(722)	16,6
Participação no resultado de empresas não consolidadas	548	528	620	565	603	20	3,8	(92)	(14,8)	55	9,7	(38)	(6,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(4.539)	(3.898)	(8.965)	(7.209)	(7.503)	(641)	16,4	5.067	(56,5)	(1.756)	24,4	294	(3,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(3.404)	(10.712)	16.856	262	3.160	7.308	(68,2)	(27.568)	(163,6)	16.594	6.333,6	(2.898)	(91,7)
Lucro líquido	**24.268**	**23.582**	**26.156**	**21.861**	**16.522**	**686**	**2,9**	**(2.574)**	**(9,8)**	**4.295**	**19,6**	**5.339**	**32,3**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	23.903	23.263	25.740	21.555	16.424	640	2,8	(2.477)	(9,6)	4.185	19,4	5.131	31,2
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	**365**	**319**	**416**	**306**	**98**	**46**	**14,4**	**(97)**	**(23,3)**	**110**	**35,9**	**208**	**212,2**

(Em R$, exceto número de ações)

Lucro e dividendo por ação	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2017	2016	2015	2014	2013
Lucro básico por ação[1][2]					
Ordinárias	3,68	3,57	3,91	3,26	2,48
Preferenciais	3,68	3,57	3,91	3,26	2,48
Lucro diluído por ação[1][2]					
Ordinárias	3,65	3,54	3,89	3,24	2,47
Preferenciais	3,65	3,54	3,89	3,24	2,47
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação					
Ordinárias	2,71	1,58	1,24	1,22	1,03
Preferenciais	2,71	1,58	1,24	1,22	1,03
Média ponderada das ações em circulação – Básica[1]					
Ordinárias	3.347.889.957	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais	3.156.020.074	3.171.215.661	3.228.881.081	3.266.347.063	3.257.578.674
Média ponderada do número de ações em circulação – Diluída[1]					
Ordinárias	3.347.889.957	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais	3.197.763.868	3.216.235.372	3.270.734.307	3.305.545.129	3.289.183.380

(1) As informações por ação relacionadas a 2015, 2014, 2013 e 2012 foram ajustadas retrospectivamente pela distribuição de bonificação de ações ocorrida em 2016, 2015, 2014 e 2013 conforme apropriado.
(2) O lucro por ação foi calculado seguindo o método "Duas Classes" estabelecido pelo IAS 33 – Lucro por Ação. Consulte a seção Nosso Perfil, item Nossas Ações, Informações para o investidor, Pagamento de acionistas para mais detalhes sobre nossas duas classes de ações. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 28 – Lucro por Ação para mais Detalhes sobre o Cálculo do Lucro por Ação.

(Em US$)

Lucro e dividendo por ação	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2017	2016	2015[1]	2014[1]	2013[1]
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação[2][3]					
Ordinárias	0,82	0,48	0,32	0,46	0,44
Preferenciais	0,82	0,48	0,32	0,46	0,44

(1) As informações por ação relacionadas a 2015, 2014, 2013 e 2012 foram ajustadas retrospectivamente pela distribuição de bonificação de ações ocorrida em 2016, 2015, 2014 e 2013 conforme apropriado.
(2) Nos termos da legislação societária brasileira, podemos pagar juros sobre capital próprio como alternativa ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas. Consulte a seção Nosso perfil, item Nossas ações, Informações para o investidor, Pagamento de acionistas e seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório para mais detalhes sobre juros sobre capital próprio.
(3) Convertido de reais para dólares dos Estados Unidos pela taxa de câmbio de venda estabelecida pelo Banco Central no final do exercício em que os dividendos ou os juros sobre capital próprio foram pagos ou declarados, conforme o caso.

Índices consolidados selecionados

(%)

Liquidez	Em 31 de dezembro de				
	2017	2016	2015	2014	2013
Empréstimos e arrendamento mercantil como porcentagem do total de depósitos[1]	122,4	148,9	162,1	153,5	150,0
Patrimônio líquido total como porcentagem do total dos ativos[2]	10,3	10,0	8,9	8,9	8,2

(1) Operações de crédito e arrendamento mercantil no final do exercício divididas pelo total de depósitos no final do exercício.
(2) Total do patrimônio líquido no final do exercício dividido pelo total de ativos no final do exercício.

Destaques de 2017 GRI 102-10 | GRI 102-49

Eventos societários

Novo Presidente Executivo

Em abril de 2017, Candido Botelho Bracher assumiu a Presidência Executiva do Itaú Unibanco, sucedendo Roberto Egydio Setubal. Após 23 anos à frente da Companhia, Roberto atingiu o limite de idade e passou a atuar como Copresidente do Conselho de Administração. Agradecemos ao Roberto por toda a sua dedicação e contribuições à organização, que viveu um período de relevante crescimento, com aumento, por exemplo, de 69 vezes em nosso lucro líquido recorrente anual.

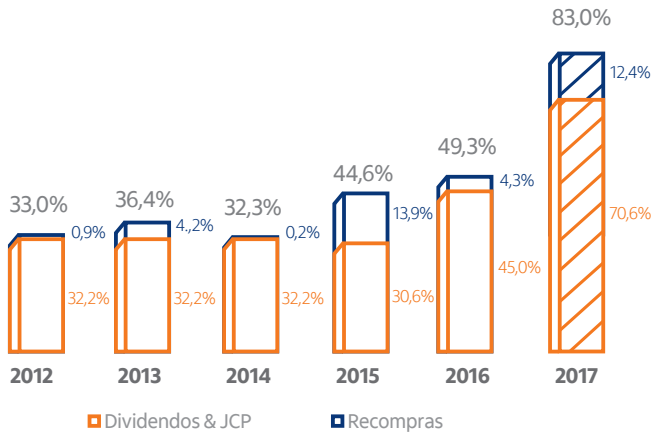
Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP)

Em 2017, pagamos, provisionamos ou destacamos no Patrimônio Líquido R$ 17,6 bilhões em dividendos e JCP líquidos, valor recorde na nossa história e que equivale a 70,6% do lucro líquido consolidado recorrente do exercício de 2017, representando um aumento de 75,6% em relação ao exercício de 2016.

Em 7 de março de 2018, pagamos, entre dividendos e JCP líquidos, R$ 2,0707 por ação (posição acionária em 15 de fevereiro de 2018) e R$ 0,122825 por ação (posição acionária em 14 de dezembro de 2017).

Portanto, no ano base de 2017 (competência) os acionistas da Companhia receberão R$ 2,7127 líquido por ação.

Adicionalmente, considerando as recompras de ações de emissão própria durante o ano de 2017, o *payout* atinge 83,0% do lucro líquido consolidado recorrente de 2017.



Observação: O *payout* considera o lucro líquido recorrente apurado segundo as normas estabelecidas pelo Bacen – BRGAAP.

Em 2017, estabelecemos uma nova prática de pagamento de dividendos e JCP, que prevê a distribuição de, no mínimo, 35% do lucro líquido recorrente anual, sendo que o valor total a ser distribuído a cada ano será fixado pelo Conselho de Administração, considerando-se, entre outros:

1. O nível de capitalização da Companhia, conforme regras definidas pelo Banco Central.

2. O nível mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração de 13,5% de capital Nível 1.

3. A lucratividade no ano.

4. As perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado dos negócios, programas de recompra de ações, fusões e aquisições, e alterações normativas e de mercado que possam alterar a exigência de capital.

5. Mudanças fiscais.

Assim, o percentual a ser distribuído poderá flutuar ano a ano em função da lucratividade e demandas de capital da companhia, sempre considerando o mínimo previsto no estatuto social.

Gestão de capital

Adotamos postura prospectiva no gerenciamento do nosso capital, por meio das seguintes etapas: (i) identificação dos riscos materiais e avaliação da necessidade de capital adicional para esses riscos; (ii) elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse; (iii) estruturação do plano de contingência de capital; (iv) avaliação interna da adequação de capital; e (v) elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

O resultado do último ICAAP – realizado para a data-base dezembro de 2016 – apontou que, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, dispomos de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial.

Visando garantir a nossa solidez e disponibilidade de capital para amparar o crescimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo Banco Central, conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia. Para mais informações, consulte o relatório "Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3" no nosso site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa.

Ao final de 2017, o Índice de Basileia atingiu 18,8%, sendo: (i) 16,2% referentes ao Capital de Nível I, composto pela soma do Capital Principal e do Capital Complementar, e (ii) 2,6% referentes ao Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram a nossa capacidade efetiva de absorver perdas inesperadas. O montante de instrumentos elegíveis a capital regulatório de Nível II alcançou R$ 19,8 bilhões em 31 de dezembro de 2017.

Na gestão de capital, em 2017, merecem destaque:

- Programa de Recompra de Ações – no período de janeiro a dezembro de 2017, adquirimos ações de emissão própria:
  - Ações preferenciais: 37.982.900, no montante total de R$ 1,4 bilhão ao preço médio de R$ 36,19 por ação;
  - Ações ordinárias: 46.214.237, no montante total de R$ 1,7 bilhão ao preço médio de R$ 37,00 por ação; e
  - O total de 84,2 milhões de ações recompradas equivalem a 1,3% do capital social do banco em 31 de dezembro de 2016.

Nosso programa de recompra atual, aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017, autoriza a Companhia a adquirir até 28.616.649 ações ordinárias e até 50 milhões de ações preferenciais de emissão própria, permitindo que as operações sejam efetuadas no período de 20 de dezembro de 2017 a 19 de junho de 2019.

- Cancelamento de Ações em Tesouraria – das ações recompradas e que estavam em tesouraria, 31.793.105 ações ordinárias foram canceladas por decisão do nosso Conselho de Administração, sem redução do valor do capital social. O cancelamento está pendente de aprovações regulatórias.

O processo de aquisição de ações de emissão própria com posterior cancelamento das ações tem como principais objetivos: (i) maximizar a alocação de capital por meio da aplicação eficiente dos recursos disponíveis; (ii) prover a entrega de ações aos funcionários e administradores da Companhia e de suas controladas no âmbito dos modelos de remuneração e dos planos de incentivos de longo prazo; e/ou (iii) utilizar as ações adquiridas caso haja oportunidades de negócios no futuro.

- Notas Subordinadas Perpétuas – Em dezembro de 2017, emitimos pela primeira vez notas subordinadas perpétuas/AT1, no montante de US$ 1,25 bilhão. As notas têm taxa fixa de 6,125%, que será válida até o quinto aniversário da data da emissão. Após esta data, inclusive, a taxa de juros será recalculada a cada cinco anos com base na taxa de juros dos títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos para o mesmo período. No quinto ano ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente, poderemos recomprar as notas, sujeito à aprovação prévia de autoridades brasileiras, incluindo o Banco Central.

  As notas foram oferecidas no mercado internacional somente a investidores institucionais qualificados, conforme definido pela Regra 144A da Securities Act, e a investidores não americanos fora dos EUA, de acordo com a Regulamentação S da Securities Act.

  Solicitamos a aprovação do Banco Central para que as notas componham o Capital Complementar do seu Patrimônio de Referência, incrementando em aproximadamente 0,6 p.p. o índice de capitalização Nível I do banco.

Decisão do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)

Em 2013, fomos autuados pela Receita Federal para a cobrança de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) decorrentes da operação societária relacionada à associação dos conglomerados financeiros Itaú e Unibanco.

Em 10 de abril de 2017, o CARF, em turma ordinária, proferiu decisão favorável a nós, reconhecendo serem inaplicáveis as pretendidas cobranças de imposto de renda e de CSLL e ratificando a regularidade e legitimidade dos atos da fusão do Itaú com o Unibanco da forma como foram integralmente aprovados pelo Banco Central, pela CVM e pelo CADE, o que reafirma nosso entendimento de que essas operações cumpriram todas as exigências legais.

Até esse momento, considerando os desdobramentos recebidos, nós continuamos acreditando que o risco de perda no procedimento fiscal mencionado acima permanece remoto.

Planos econômicos

O Itaú Unibanco é parte em ações específicas referentes à suposta cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 1980 e 1990 como medida de combate à inflação. Apesar de termos observado as regras vigentes à época, figuramos como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre esse tema, bem como em ações coletivas e, portanto, constituímos provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do Banco Central do Brasil, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, contra os bancos brasileiros, inclusive nós. Este acordo foi ratificado em sessão plenária do STF (01/03/2018) e os poupadores terão 90 dias para aderirem a seus termos por um período de 24 meses para a conclusão dos procedimentos legais.

Cancelamento do Programa de CEDEAR

Em junho de 2017, cancelamos nosso Programa de CEDEAR (Certificados de Depósito Argentinos), cujos certificados são lastreados por ações preferenciais escriturais da Companhia. O cancelamento foi aprovado pela Comissão Nacional de Valores da Argentina (CNV) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e não afeta a negociação das nossas ações nas bolsas de valores de São Paulo e Nova Iorque. Não há CEDEARs do banco em circulação na bolsa de valores da Argentina desde dezembro de 2016. Em decorrência desse cancelamento, o conteúdo do site de Relações com Investidores em espanhol não está mais disponível. Enfatizamos que continuamos a atualizar os sites de Relações com Investidores em português (www.itau.com.br/relações-com-investidores) e inglês (www.itau.com.br/investor-relations).

Índice de Sustentabilidade Dow Jones

Pelo 18º ano consecutivo, fomos selecionados para compor o Índice de Sustentabilidade Dow Jones (DSJI), principal índice de sustentabilidade do mundo, em sua edição 2017/2018. Somos o único banco da América Latina a compor o índice desde a sua criação em 1999. Nessa nova edição, atingimos a melhor nota do setor bancário nos quesitos "Políticas/Medidas Anticrime", "Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico'', "Materialidade, Filantropia e Cidadania Corporativa", "Riscos e Oportunidades de Negócios", "Estratégia Climática" e "Reporte Social".

Fusões, aquisições e parcerias

Gestora de inteligência de crédito

Em janeiro de 2016, anunciamos que nossa controlada Itaú Unibanco S.A. assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A. e Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma Gestora de Inteligência de Crédito (GIC).

Em novembro de 2016, a operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) com certas restrições e, em 14 de junho de 2017, a GIC foi constituída por Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., e Caixa Econômica Federal (através da sua subsidiária Caixa Participações S.A.).

A GIC está estruturada como uma sociedade anônima e seu controle é compartilhado entre os sócios, cada qual detendo 20% de seu capital social. Seu Conselho de Administração é composto por membros indicados pelos sócios e seus executivos se dedicarão com exclusividade às atividades da GIC, preservando a natureza independente da administração da gestora. A plataforma técnica e analítica da GIC será desenvolvida e implementada por meio de um contrato de prestação de serviços com a LexisNexis® Risk Solutions FL Inc.

Itaú CorpBanca

Em 26 de abril de 2016, concluímos a incorporação do Banco Itaú Chile pelo CorpBanca e, como resultado, adquirimos o controle da entidade resultante – Itaú CorpBanca. Nessa mesma data, celebramos o acordo de acionistas do Itaú CorpBanca (Acordo de Acionistas do Itaú CorpBanca), que nos dá o direito de indicar, em conjunto com o Corp Group, antigo controlador do CorpBanca, a maioria dos membros do Conselho de Administração do Itaú CorpBanca. Esses membros são nomeados de acordo com a participação acionária de cada uma das partes e nós temos o direito de eleger a maioria dos membros eleitos por esse bloco. Também nessa mesma data, o Itaú Unibanco consolidou o Itaú CorpBanca em suas demonstrações contábeis, acrescentando R$ 114,7 bilhões de ativos em seu balanço patrimonial.

De acordo com a opção de venda estabelecida no Acordo de Acionistas do Itaú CorpBanca, adquirimos (i) em outubro de 2016, 10,9 bilhões de ações do Itaú CorpBanca por aproximadamente R$ 288,1 milhões, aumentando nossa participação acionária de 33,58% para 35,71%, e (ii) em setembro de 2017, 1,8 bilhão de ações do Itaú CorpBanca por aproximadamente R$ 55,6 milhões, aumentando nossa participação acionária de 35,71% para 36,06%, e, em ambos os casos, sem alterar a governança do Itaú CorpBanca.

Em janeiro de 2017, celebramos um aditamento ao acordo da operação, estabelecendo (i) o adiamento da data de aquisição das ações detidas pelo Corp Group no Banco CorpBanca Colombia S.A. ("CorpBanca Colômbia") de 29 de janeiro de 2017 para 28 de janeiro de 2022, sujeito à obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis; (ii) a modificação da estrutura previamente definida para a combinação das operações do Itaú Unibanco e do Itaú CorpBanca na Colômbia, para uma compra e venda de ativos e passivos, que foi concluída em abril de 2017; e (iii) a substituição da obrigação de realizar uma oferta pública inicial (IPO) do CorpBanca Colômbia pela obrigação de registrar o CorpBanca Colômbia como uma empresa de capital aberto e listar suas ações na bolsa de valores colombiana.

Alienação da operação de seguro de vida em grupo

Em setembro de 2016, celebramos um contrato de alienação de nossas operações de seguros de vida em grupo com a Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. A transferência das ações e a liquidação financeira dessa transação ocorreu em 1º de abril de 2017, mediante o cumprimento de certas condições previstas no acordo. Essa transação reforça nossa estratégia, já divulgada, de focar em produtos de seguro massificados, tradicionalmente relacionados com o segmento Banco de Varejo.

Aquisição dos negócios de varejo do Citibank no Brasil

Em outubro de 2016, celebramos um contrato de compra de participação (*Equity Interest Purchase Agreement*) com o Citibank para a aquisição de seus negócios de varejo no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo Citibank na TECBAN – Tecnologia Bancária S.A. e na CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização.

O negócio de varejo do Citibank no Brasil (que inclui 71 agências) contava, na data da assinatura do contrato, com aproximadamente 315.000 clientes do segmento de varejo, aproximadamente 1,1 milhão de cartões de crédito e uma carteira de crédito de aproximadamente R$ 6 bilhões e, na data-base de 31 de dezembro de 2015, aproximadamente R$ 35 bilhões em depósitos e ativos sob gestão.

Em agosto de 2017, o CADE aprovou a transação e, em outubro desse mesmo ano, foram obtidas todas as aprovações do Banco Central do Brasil. Assim, a liquidação financeira da aquisição e a transferência do controle operacional das operações de varejo do Citibank ocorreram em 31 de outubro de 2017, data em que o Itaú Unibanco se tornou responsável por essas operações.

Já a liquidação financeira da aquisição das operações de varejo da Citibank Corretora e a correspondente transferência dessas operações ocorreu em 1º de dezembro de 2017. Finalmente, as aquisições das participações societárias detidas pelo Citibank na TECBAN e CIBRASEC e as respectivas liquidações financeiras ocorreram em 26 de dezembro de 2017, em conformidade com as disposições dos respectivos acordos de acionistas dessas empresas.

XP Investimentos

Em 11 de maio de 2017, celebramos com a XP Controle Participações S.A. ("XP Controle"), G.A. Brasil IV Fundo de Investimento em Participações e Dyna III Fundo de Investimento em Participações, entre outros ("Vendedores"), um contrato de compra e venda de ações para adquirir 49,9% do capital social total (sendo 30,1% das ações ordinárias) da XP Investimentos S.A. ("XP Holding"), holding que consolida todos os investimentos do grupo XP ("Grupo XP"), incluindo a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP Investimentos"), por meio de aporte de capital no valor de R$ 600 milhões e aquisição de ações de emissão da XP Holding detidas pelos Vendedores no valor de R$ 5,7 bilhões, estando tais valores sujeitos a ajustes contratualmente previstos ("Primeira Aquisição"). O valor atribuído a 100% do capital social total da XP Holding (antes do aporte) foi de aproximadamente R$ 12 bilhões, o que reflete um múltiplo Preço sobre Lucro Projetado (2018) de 20 vezes.

Além da Primeira Aquisição, por meio da qual o Itaú Unibanco tornar-se-á acionista minoritário da XP Holding, o Itaú Unibanco comprometeu-se a adquirir (i) em 2020, um percentual adicional de 12,5%, que lhe garantirá 62,4% do capital social total da XP Holding (sendo 40,0% das ações ordinárias), com base em um múltiplo de resultado (19 vezes) da XP Holding, e (ii) em 2022, outro percentual adicional de 12,5%, que lhe garantirá 74,9% do capital social total da XP Holding (sendo 49,9% das ações ordinárias), com base no valor justo de mercado da XP Holding à época, sendo certo que o controle do Grupo XP, incluindo a XP Investimentos, permanecerá com os acionistas da XP Controle, que serão titulares da maioria das ações com direito a voto.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco e alguns dos vendedores firmarão, na data de fechamento da Primeira Aquisição, um acordo de acionistas que conterá, entre outros, disposições sobre (a) os direitos do Itaú Unibanco como acionista minoritário da XP Holding; (b) o direito do Itaú Unibanco de indicar dois de sete membros do Conselho de Administração da XP Holding, de forma a garantir os direitos anteriormente mencionados; e (c) o direito (i) de a XP Controle exercer, a partir de 2024, uma opção de venda da totalidade de sua participação no capital social da XP Holding ao Itaú Unibanco, e (ii) de o Itaú Unibanco exercer, a partir de 2033, uma opção de compra da totalidade da participação detida pela XP Controle no capital social da XP Holding. O exercício de qualquer dessas opções, caso efetivado, resultará na aquisição de controle e da totalidade do capital social da XP Holding pelo Itaú Unibanco.

Cabe destacar que a gestão e a condução dos negócios de todas as sociedades do Grupo XP, incluindo a XP Investimentos, continuará independente, segregada e autônoma, preservando os mesmos princípios e valores atualmente em vigor. O controle do Grupo XP continuará com os sócios da XP Controle, sendo que os atuais diretores e executivos da XP Holding, XP Investimentos e outras controladas permanecerão à frente de seus respectivos negócios, de forma a assegurar que a XP Investimentos continue atuando como plataforma aberta e independente, oferecendo aos seus clientes uma gama diversificada de produtos próprios e de terceiros, competindo livremente com as demais corretoras e distribuidoras do mercado de capitais, inclusive aquelas pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco, sem qualquer tipo de restrições ou barreiras. O Itaú Unibanco atuará como sócio minoritário e não terá influência nas políticas comerciais e operacionais da XP Investimentos ou de qualquer outra sociedade do Grupo XP, nem qualquer acordo de preferência ou exclusividade na comercialização de produtos.

A consumação da transação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis, sendo que com a aprovação da transação pelo CADE em 14 de março de 2018 e as aprovações de órgãos estrangeiros já obtidas, as únicas aprovações regulatórias ainda pendentes são do Banco Central do Brasil.

Estimamos que o impacto da Primeira Aquisição será de 0,8% no Índice de Basileia do Itaú Unibanco.

Oferta pública inicial do IRB

Em julho de 2017, o IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB) realizou uma oferta pública inicial de ações, que consistiu na distribuição pública secundária de 63.960.000 ações ordinárias escriturais pelos acionistas controladores, pelo valor de R$ 27,24 por ação para (i) o público no Brasil, (ii) investidores institucionais qualificados nos Estados Unidos (conforme definido pela Regra 144A do Securities Act e alterações posteriores), e (iii) investidores institucionais e outros investidores não americanos fora dos Estados Unidos e Brasil (conforme definido pela Regulation S sob o Securities Act, ou Regulation S). Em decorrência da oferta pública inicial, a Itaú Vida e Previdência S.A. vendeu 677.400 ações ordinárias, representativas da totalidade da sua participação no capital social do IRB, e a Itaú Seguros S.A. vendeu 9.618.600 ações ordinárias, representativas de 3,1% do capital social do IRB, reduzindo sua participação para 11,64% do capital social e permanecendo no bloco de controle nos termos do acordo de acionistas do IRB. Os valores recebidos pela Itaú Seguros S.A. e pela Itaú Vida e Previdência S.A. na oferta pública inicial totalizaram R$ 280.463.040,00.

De acordo com o Artigo 24 da Instrução CVM nº 400, o número de ações ordinárias inicialmente ofertadas poderia aumentar para até 9.594.000 ações ordinárias, representativas de até 15% das ações inicialmente oferecidas, caso o agente estabilizador (ou quaisquer pessoas atuando em seu nome) exercesse a opção de aquisição suplementar. Como resultado do exercício pleno da opção de aquisição suplementar pelo agente estabilizador em 28 de agosto de 2017, a Itaú Seguros S.A. passou a deter 11,14% do capital social do IRB.

Eventos subsequentes

Cancelamento de Ações em Tesouraria: em fevereiro de 2018, anunciamos a aprovação do cancelamento das 14.424.206 ações escriturais ordinárias mantidas em tesouraria, as quais foram adquiridas pela Companhia por meio do programa de recompra autorizado pelo Conselho de Administração em reunião de 15 de dezembro de 2017.

Em decorrência desse cancelamento, o capital social de R$ 97.148.000.000,00 passa a ser representado por 6.536.090.232 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 3.305.526.906 ordinárias e 3.230.563.326 preferenciais, sendo que a consequente alteração estatutária será deliberada na próxima Assembleia Geral de Acionistas.

O processo de aquisição de ações de emissão própria com posterior cancelamento das ações tem como principais objetivos: (i) maximizar a alocação de capital por meio da aplicação eficiente dos recursos disponíveis; (ii) prover a entrega de ações aos colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas no âmbito dos modelos de remuneração e planos de incentivos de longo prazo; e/ou (iii) utilizar as ações adquiridas caso haja oportunidades de negócios no futuro.

Notas Subordinadas Perpétuas: em março de 2018, emitimos notas subordinadas perpétuas/AT1, no valor de US$ 750 milhões. As notas têm taxa fixa de 6,5%, que será válida até o quinto aniversário. Após esta data, inclusive, a taxa de juros será recalculada a cada cinco anos com base na taxa de juros dos títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos para o mesmo período. No quinto ano ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente, poderemos recomprar as notas, sujeito à aprovação prévia das autoridades brasileiras, incluindo o Banco Central.

As notas foram oferecidas somente a investidores institucionais qualificados conforme definido pela Regra 144A da Securities Act e a investidores não americanos fora do território dos Estados Unidos, de acordo com a Regulamentação S da Securities Act.

Será solicitada a aprovação do Banco Central para que as notas componham o Capital Complementar do seu Patrimônio de Referência, incrementando em aproximadamente 0,3 p.p. nosso índice de capitalização Nível I.

Prêmios e reconhecimentos

Em 2017, recebemos uma série de prêmios e reconhecimentos que contribuíram com o fortalecimento da nossa reputação. Abaixo, a lista dos principais prêmios recebidos durante o período:

PRÊMIOS/RECONHECIMENTOS	DESCRIÇÃO
Índice Bloomberg de Igualdade de Gênero em Serviços Financeiros (Bloomberg – janeiro 2017)	O Itaú Unibanco foi uma das 52 empresas selecionadas para o Índice.
IF Design Award (International Forum Design GmbH – janeiro 2017)	O Itaú Unibanco teve como *case* premiado o Miami Open na categoria Communication.
World's Best Trade Finance Providers (*Global Finance* – janeiro 2017)	O Itaú BBA foi reconhecido como "*Best Trade Finance Provider 2017 in Brazil*".
Empresas Legais (Centro de Inteligência Padrão – abril 2017)	O Itaú Unibanco foi reconhecido na categoria Bancos como Empresa Legal, ou seja, uma empresa engajada na solução de conflitos por meio do diálogo.
Ranking anual dos 50 maiores bancos da América Latina e Caribe (*S&P Global Market* – abril 2017)	O Itaú Unibanco ficou na primeira posição da edição 2017 no *ranking* anual dos 50 maiores bancos da América Latina e Caribe.
Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar (*Great Place to Work* – maio 2017)	O Itaú Unibanco ficou na quarta colocação entre as Grandes Empresas na primeira edição do *ranking*.
XVIII Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente (Grupo Padrão – maio 2017)	O Itaú Unibanco foi o vencedor na categoria Bancos.
Top 1000 World Banks 2017 (*The Banker* – julho 2017)	O Itaú Unibanco conquistou o primeiro lugar no *ranking* "*Top 25 – Latin America and Caribbean*".
Anuário Época Negócios 360º (*Época Negócios* – agosto 2017)	O Itaú Unibanco foi o campeão do setor bancário e na dimensão Responsabilidade Socioambiental.
As Melhores da Dinheiro 2017 (*IstoÉ Dinheiro* – setembro 2017)	O Itaú Unibanco conquistou o primeiro lugar no setor bancário.
Prêmio Conarec (Grupo Padrão – setembro 2017)	O Itaucard foi o vencedor na categoria "Contratantes" no segmento de "Cartões".
Prêmio MarCo – Marcas Corporativas de Maior Prestígio do Brasil (MarCo, *Época Negócios* e Troiano Branding – outubro 2017)	O Itaú Unibanco conquistou o primeio lugar na categoria Bancos.
Guia Você S/A – As Melhores Empresas para Trabalhar (*Você S/A* – Ed. Abril – outubro 2017)	O Itaú Unibanco foi campeão na categoria Bancos.

PRÊMIOS/RECONHECIMENTOS	DESCRIÇÃO
Valor CARREIRA (*Valor Econômico* e AON – outubro 2017)	O Itaú Unibanco foi eleito a empresa do ano e o primeiro colocado na categoria "Empresas com mais de 17 mil funcionários".
Prêmio ÉPOCA Reclame Aqui (*Época* – Ed. Globo – outubro 2017)	O Itaú Unibanco foi primeiro lugar nas categorias Bancos e Consórcios. A Itaucard venceu a categoria Operadoras de Cartão.
World's Best Investment Banks 2017 (Global Finance – outubro 2017)	O Itaú Unibanco venceu nas categorias "*Best Investment Bank in Latin America*", "*Best Equity Bank in Latin America*" e "*Best M&A Bank in Latin America*" e um dos nossos executivos ganhou como "*Best Leader in Private Bank*".
Global Private Banking Awards (PWM/*The Banker, Financial Times* – outubro 2017)	O Itaú Unibanco recebeu os prêmios "*Best Private Bank in Latin America for Customer Service*" e *Best Private Bank in Brazil*".
Startup Awards (Associação Brasileira de Startups – outubro 2017)	O Cubo venceu a categoria *co-working* e o Itaú Unibanco a categoria *corporate*.
As Marcas Brasileiras Mais Valiosas – Interbrand (Interbrand – novembro 2017)	O Itaú Unibanco ocupou o primeiro lugar pela 14ª vez.
Valor Grandes Grupos (*Valor Econômico* – dezembro 2017)	O Itaú Unibanco ficou em 1º lugar nos *rankings* "10 maiores em lucro líquido", "20 maiores em patrimônio líquido" e "20 maiores em lucro líquido".
Bank of the Year (*The Banker* – dezembro 2017)	O Itaú Uruguay foi anunciado como "Banco do Ano – Uruguay".
Época Empresa Verde (Revista *Época* – dezembro 2017)	O Itaú Unibanco foi premiado como Destaque do Ano e venceu a categoria Finanças Verdes.
Empresa Pró-Ética 2017 (Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – dezembro 2017)	O Itaú Unibanco foi uma das 23 companhias contempladas com o Prêmio Empresa Pró-Ética 2017.
Financial Innovation Awards 2017 (IFS University College e BBA Association – dezembro 2017)	O Itaú Unibanco foi vencedor na categoria *Innovation in Product or Service Design* com o case *App Light*.
Guia de Previdência Valor/FGV (Jonal *Valor Econômico* e Centro de Estudos em Finanças da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas – dezembro 2017)	O Itaú Unibanco recebeu o prêmio de melhor gestora em diversidade de fundos de previdência.
The World's Best Foreign Exchange Providers 2018 (Revista *Global Finance* – dezembro 2017)	O Itaú Unibanco recebeu o prêmio de melhor banco de câmbio do Brasil.
Melhor Empresa para Trabalhar (*Great Place to Work* – dezembro 2017)	O Itaú Paraguai foi eleito a melhor empresa para trabalhar pelo segundo ano consecutivo.

Nossa história

Linha do tempo

Itaú

UNIBANCO

Autorização de Funcionamento da Casa Moreira Salles – **1924**

Anos 1940 a anos 1960

1944 – Fundação do Banco Central de Crédito S.A.
1945 – Início das operações do Banco Central de Crédito S.A.

Fusões da Casa Bancária Moreira Salles, Banco Machadense e Casa Bancária de Botelhos, dando origem ao Banco Moreira Salles, posteriormente União de Bancos Brasileiros S.A.
Constituição do BIB – Banco de Investimentos do Brasil

Mudança da razão social para Banco Federal de Crédito S.A., depois Banco Federal Itaú e, posteriormente, Federal Itaú Sul Americano S.A., após fusões com outros bancos brasileiros
Fusão com o Banco da América, formando o Banco Itaú América

Anos 1970 a anos 1990

Aquisições de outras instituições financeiras, como o Banco Nacional, tornando o Unibanco uma das três maiores instituições financeiras do Brasil

Incorporação do Banco Aliança, marco da expansão pela região Nordeste
Incorporações de bancos nacionais, como o Banco União Comercial, o que tornou o Itaú o segundo maior banco privado do país
Aquisição do Banco Francês e Brasileiro S.A., antecessor do Itaú Personnalité
Aquisição dos bancos estaduais Banerj e Bemge

Anos 2000 a anos 2010

Incorporação do Banco Bandeirantes e do Credibanco, colocando o Unibanco entre os cinco maiores bancos na América Latina e o terceiro maior banco privado no Brasil

Aquisição dos bancos estaduais Banestado e Beg, do Banco Fiat, e das operações brasileiras do Bank Boston, ampliando a presença no segmento de alta renda e do BBA Creditanstalt, antecessor do Itaú BBA, maior banco de atacado do Brasil

Itaú Unibanco

2008 Associação entre Itaú e Unibanco

2009 Associação com a Porto Seguro

2012 Associação com o Banco BMG para operações com crédito consignado e aquisição da totalidade das ações em circulação da Redecard

2013 Aquisição da totalidade das ações do Banco Citicard S.A. e da Citifinancial Promotora de Negócios S.A., incluindo a marca Credicard

2015 Abertura do Centro Tecnológico, o maior centro de processamento de dados de tecnologia verde da América Latina
Aliança com a MasterCard Brazil Soluções de Pagamento Ltda. no mercado de soluções de pagamento no Brasil
A Redecard S.A. adquiriu 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.
Contrato de Compra e Venda para a aquisição de 81,94% do capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A.

2016 Autorização da fusão entre o Itaú Chile e o CorpBanca resultando em nossa nova subsidiaria Itaú CorpBanca
Aquisição da totalidade de participações no Banco Itaú BMG Consignado S.A.
Aquisição das operações de varejo do Citibank no Brasil

2017

Aquisição dos negócios de varejo do Citibank no Brasil
Aquisição minoritária da XP Investimentos S.A.[1]

(1) Essa operação está pendente de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

O Itaú Unibanco tem sua origem datada de 1924, quando a Casa Moreira Salles, criada por João Moreira Salles no sul de Minas Gerais, recebeu a carta patente que permitia seu funcionamento como correspondente dos principais bancos do estado. Essa instituição veio a ser o Unibanco. Já o Itaú nasceu cerca de duas décadas depois, em 1945, quando Alfredo Egydio de Souza Aranha, um empresário, e seu parceiro Aloysio Ramalho Foz fundaram o Banco Central de Crédito S.A., na cidade de São Paulo.

Em 1933, as operações do Unibanco foram assumidas por Walther Moreira Salles, que passou a conduzir o desenvolvimento da instituição. Olavo Setubal, por sua vez, assumiu a presidência do Itaú em 1959 e, com o apoio de Eudoro Villela, genro do fundador, promoveu o crescimento exponencial da empresa.

As duas instituições também foram pioneiras no uso de tecnologia para o processamento de transações bancárias e na prestação de serviços aos clientes e fizeram investimentos pesados na automação e no suporte de modernos centros operacionais. Os conceitos de "Banco Eletrônico", criado em 1981 pelo Itaú, e "30 Horas", criado em 1991 pelo Unibanco, são marcos que demonstram a liderança dessas duas empresas no setor.

Quando as duas organizações se uniram em 2008, deram origem ao maior banco brasileiro e um dos 20 maiores bancos do mundo. Na realidade, a parceria significou a fusão de duas mentalidades que se complementam e compartilham diversos pontos em comum, como crescimento baseado em várias fusões, aquisições e incorporações, ética e transparência nos negócios, respeito às leis, valorização dos colaboradores, relacionamentos próximos com os clientes e expansão dos negócios com suporte financeiro adequado.

Com o objetivo de contribuir com a sociedade, o Itaú Unibanco sempre investiu em outros setores diferentes do seu ramo principal, como iniciativas culturais. Assim foi criado o Instituto Itaú Cultural em 1987. Além disso, o Instituto Unibanco, fundado em 1982, e a Fundação Itaú Social, constituída em 1993, foram criados para canalizar os esforços feitos pelo banco no âmbito social pela melhoria da educação pública no Brasil.

Todas essas realizações ajudaram a criar os alicerces que construíram o caminho para o Itaú Unibanco de hoje. Mais de nove décadas depois de sua criação, a experiência adquirida no Brasil nos incentiva a investir e trabalhar em grandes causas, como cultura, educação, esportes e mobilidade urbana.

Nosso trabalho no âmbito da cultura é traduzido, entre outras iniciativas, no Espaço Itaú de Cinema, que está presente em seis cidades brasileiras. O apoio ao esporte também está em nosso DNA por meio do patrocínio de diversas modalidades esportivas. Desde 2008, patrocinamos todas as categorias da seleção brasileira de futebol. A parceria entre o Itaú e o tênis também vem de longa data. Patrocinamos uma plataforma abrangente que vai desde as categorias básicas até as de alta *performance* com investimentos em torneios nacionais e internacionais.

Com relação à mobilidade urbana, o banco investe há seis anos nas populares "laranjinhas", um programa de compartilhamento de bicicletas em vigor em seis capitais brasileiras, além de Santiago, no Chile, como forma de promover o uso da bicicleta como meio de transporte.

Nosso objetivo é promover mudanças positivas na sociedade e ser uma parte significativa na vida das pessoas. Com base nessa perspectiva, criamos em 2013, a plataforma #issomudaomundo.

Sempre atentos às mudanças na sociedade nos últimos anos, fortalecemos nosso posicionamento digital com a abertura de agências bancárias virtuais e o desenvolvimento de aplicativos para smartphones e tablets, e reforçamos nossa presença nas redes sociais.

Em 2017, sob a gestão de Candido Bracher, nosso novo CEO, e com o alinhamento com sustentabilidade, um conceito que permeia todos os negócios da organização, continuamos seguindo as lições aprendidas ao longo da nossa história. Somos agentes transformadores da sociedade e contribuímos com o desenvolvimento do país, fazendo a diferença em todas as nossas ações e em todas as comunidades em que atuamos.

Nossa visão, nossa cultura GRI 102-16

Acreditamos que uma cultura forte é o nosso suporte para atrair e reter talentos, direcionar nossos rumos e promover vantagens competitivas, além de refletir o que somos.

Nossa cultura é traduzida em sete atitudes que nos mantêm atualizados em termos de contexto, demandas e transformações do nosso negócio e da organização. Nosso Jeito, como chamamos essas sete atitudes, direciona o modo como pretendemos alcançar nossa visão, que é a de sermos líderes em *performance* sustentável e em satisfação de clientes.

Nosso Jeito:

1. Só é bom para a gente se for bom para o cliente _

2. Fanáticos por *performance* _

3. Gente é tudo pra gente _

4. O melhor argumento é o que vale _

5. Simples. Sempre _

6. Pensamos e agimos como donos _

7. Ética é inegociável _

Encontro entre líderes

Realizado anualmente desde 2010 como uma das iniciativas para fortalecer nossa cultura, o objetivo deste evento é alinhar a liderança da organização com a nossa estratégia, garantindo o comprometimento e o engajamento contínuo de nossos colaboradores. Em 2017, o evento contou com um público de mais de 10 mil líderes, presencialmente e por telepresença (todo o território brasileiro e unidades externas).

O principal objetivo do evento foi revelar nosso propósito: estimular o poder de transformação das pessoas. O propósito fundamenta a razão da nossa existência. Está ligado à nossa história e aos nossos fundadores, fazendo a diferença entre o Itaú Unibanco e outras empresas. Com integridade, excelência e nos antecipando acima de tudo, e com foco em pessoas, o propósito traz inspiração e significado ao que fazemos.

Dando prosseguimento a esse propósito, nosso jeito e nossa visão, os seis temas estratégicos que elevaram nossa posição como instituição financeira foram reforçados e serão prioridades nos próximos anos: acentuar a centralidade no cliente, acelerar nosso processo de transformação digital, aumentar a rentabilidade, aperfeiçoar a gestão de riscos e nos diferenciar na gestão de pessoas, porque acreditamos fundamentalmente que o nosso banco é focado em pessoas!

Colaboradores GRI 401-1

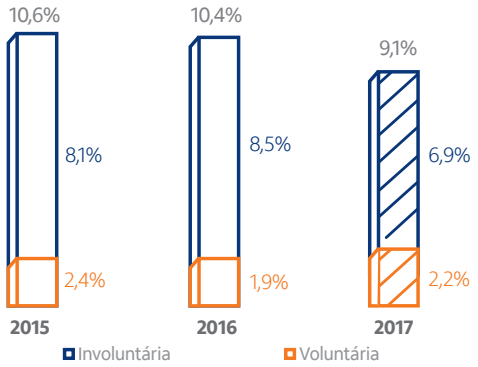
O número de colaboradores do Itaú Unibanco passou de 94.779 em 31 de dezembro de 2016 para 99.332 em 31 de dezembro de 2017, principalmente por conta da aquisição do Citibank. GRI 102-7

Apresentamos nas tabelas a seguir o número total de colaboradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, segmentados por região (Brasil e exterior) e unidade operacional:

Colaboradores (Brasil e exterior)	Em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
No Brasil	85.537	80.871	83.481	4.666	5,8%	(2.610)	(3,1)%
Exterior	13.795	13.908	6.839	(113)	(0,8)%	7.069	103,4%
Argentina	1.700	1.647	1.607	53	3,2%	40	2,5%
Chile	5.922	5.919	2.539	3	0,1%	3.380	133,1%
Colômbia	3.650	3.754	39	(104)	(2,8)%	3.715	-
Uruguai	1.122	1.134	1.170	(12)	(1,1)%	(36)	(3,1)%
Paraguai	829	806	799	23	2,9%	7	0,9%
Europa	203	200	216	3	1,5%	(16)	(7,4)%
Outros	369	448	469	(79)	(17,6)%	(21)	(4,5)%
Total	**99.332**	**94.779**	**90.320**	**4.553**	**4,8%**	**4.459**	**4,9%**

Colaboradores (por unidade operacional)	Em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Banco de varejo	75.768	71.159	72.815	4.609	6,5%	(1.656)	(2,3)%
Banco de atacado	22.630	22.909	16.468	(279)	(1,2)%	6.441	39,1%
Atividades com o mercado e corporação	934	711	1.037	223	31,4%	(326)	(31,4)%
Total	**99.332**	**94.779**	**90.320**	**4.553**	**4,8%**	**4.459**	**4,9%**

Taxa de rotatividade total(1)



(1) Taxa de Rotatividade = Total de desligamentos / (Total de colaboradores no início do período + Total de colaboradores no final do período) / 2.
O total de colaboradores no final do período considera funcionários no início do período e a contratação de funcionários menos desligamentos.

A taxa de rotatividade é a relação entre admissões e desligamentos (voluntários ou involuntários) de colaboradores em um determinado período. Monitoramos esta taxa mensalmente e a submetemos ao Comitê Executivo (os critérios utilizados não incluem os colaboradores no exterior, aprendizes, expatriados, aposentados por invalidez, diretores e estagiários).

Programa Conectando Oportunidades

O Programa Conectando Oportunidades evoluiu a partir da reorganização do Centro de Realocação. Os objetivos do programa são: (i) potencializar aproveitamento interno na organização; e (ii) apoiar e orientar os colaboradores alinhados à nossa cultura organizacional (Nosso Jeito), que se encontram sem espaço na área atual.

A abordagem inicial para essa situação consiste na aceitação do colaborador em participar do programa e na preparação do seu perfil para futuras indicações a posições no Itaú Unibanco. Após discussões, o colaborador participará de um processo de iniciativa de carreira cobrindo aspectos como elaboração de currículo, técnicas para entrevistas e ativação

da rede de contatos. Dessa forma, o colaborador recebe suporte para garantir o melhor desempenho durante o processo. Além disso, o colaborador recebe um guia com informações, papéis e responsabilidades durante o Programa Conectando Oportunidades. A equipe de seleção trabalha em conjunto com os gestores responsáveis pela vaga na qual o colaborador está interessado. Em 2017, esse projeto produziu resultados positivos: 30% dos colaboradores indicados encontraram novas posições nas quais poderiam crescer dentro da organização. GRI 404-2

Relações trabalhistas GRI 102-41

O Itaú Unibanco mantém um canal de diálogo permanente o ano todo com as entidades sindicais que representam os nossos colaboradores nas diversas categorias profissionais. Reuniões entre a empresa e os sindicatos são realizadas constantemente para discutir temas com o intuito de promover um bom clima organizacional e assuntos relacionados com a organização e a segurança no local de trabalho. Realizamos reuniões para discutir acordos coletivos específicos, como participação nos lucros e resultados, registro de ponto eletrônico e esquemas de compensação de dias de trabalho (banco de horas), entre outros.

Sob a ótica das relações do trabalho, reconhecemos os sindicatos como sendo representantes legítimos dos nossos colaboradores. Asseguramos aos nossos colaboradores o direito de livre associação sindical, assim como absoluta liberdade para participar de atividades sindicais, sempre reconhecendo os direitos e prerrogativas daqueles que são eleitos para cargos diretivos nos sindicatos, em conformidade com a legislação brasileira vigente e a convenção coletiva de cada categoria profissional, da qual fazemos parte. A empresa tem 1.386 colaboradores ativos com funções nas diversas diretorias dos sindicatos que os representam. Como previsto na convenção coletiva para bancários, 849 colaboradores trabalham em tempo integral para esses sindicatos. Além disso, permitimos aos sindicatos a possibilidade de realizar campanhas de sindicalização e, quando solicitados, realizar reuniões eventuais com os sindicatos, nossos gestores e colaboradores, com o intuito de buscar soluções negociáveis de forma respeitável e em linha com princípios éticos.

Salientamos que todas as atividades no âmbito das relações trabalhistas são conduzidas com foco em inovação e soluções negociadas com vistas a minimizar possíveis diferenças e conflitos envolvendo nossos colaboradores.

No Itaú Unibanco, todos os colaboradores estão cobertos por convenções trabalhistas que garantem direitos, não somente aqueles garantidos pela legislação trabalhista, mas também outros benefícios pontuais que podem ser proporcionados aos nossos colaboradores de acordo com nossas políticas internas de recursos humanos. As regras das convenções coletivas e outras alterações e ajustes às normas internas que impactam a rotina dos colaboradores ou modificam seus direitos são amplamente divulgadas pelos diversos meios de comunicação da Companhia. Esses meios de comunicação incluem e-mail, vídeos, mídia eletrônica, totens de propaganda, a revista interna e o Portal Corporativo, onde disponibilizamos nossa regulamentação para pessoal ("RPs") com detalhes das políticas de recursos humanos. Além disso, os colaboradores contam com uma central de atendimento à disposição para entrar em contato no caso de dúvidas.

A Companhia participa das mesas-redondas de negociações coletivas anuais que envolvem os sindicatos representantes de empregados de bancos, seguradoras e instituições de crédito para a elaboração, em conjunto com os sindicatos patronais, das convenções coletivas que versam sobre direitos e benefícios a empregados. O setor bancário tem experimentado historicamente greves anuais. Segue, abaixo, um resumo das paralisações trabalhistas:

Ano	Paralisações (dias úteis)[1]	Agências fechadas (%)
2015	14 dias úteis	37,7
2016[2]	22 dias úteis	37,7

(1) Estas paralizações não resultaram em perdas para o Itaú Unibanco, uma vez que elas afetaram todo o sistema financeiro brasileiro.
(2) As negociações coletivas em 2016 estabeleceram acordos válidos por um período de dois anos, de 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2018. Em 1º de setembro de 2017, conforme estabelecido pelos atuais acordos coletivos, reajustamos salários e benefícios de todos os colaboradores da categoria dos bancários. Dessa forma, não tivemos nenhum tipo de greve ou interrupção significativa nas operações bancárias em 2017.

Todas essas manifestações e greves em nossas agências tiveram apenas um impacto parcial. Algumas agências conseguiram abrir durante o dia e a operação da rede de agências nunca parou completamente de funcionar. Contudo, nos últimos anos, temos observado um volume crescente de operações realizadas por meio dos nossos canais digitais. Isso tem contribuído de maneira significativa no sentido de compensar os efeitos da ação da greve nas nossas operações.

Apesar do acima descrito, o Itaú Unibanco acredita que a forma de resolver disputas trabalhistas é a negociação direta, evitando questões litigiosas, que podem ser resolvidas por meio de um processo de diálogo exaustivo e transparência nas relações com as entidades sindicais.

Marca GRI 103-2 | 103-3 Marca e reputação

O propósito da nossa marca é promover mudanças positivas na vida das pessoas e da sociedade. Nossas entregas de produtos e serviços, orientados para atender as necessidades de nossos clientes, refletem nossa busca constante em proporcionar a melhor experiência para todos os que se relacionam conosco no dia a dia.

Nossas iniciativas de educação financeira permeiam toda a organização e visam incentivar colaboradores e clientes a manterem um relacionamento mais equilibrado com o dinheiro ao escolherem o melhor tipo de crédito e ao planejarem com eficiência seus investimentos. Nossa responsabilidade com o desenvolvimento do país está na essência da nossa marca, de forma que, além da transformação inerente à nossa atividade principal, também investimos em projetos ligados a educação, cultura, esportes e mobilidade urbana.

A plataforma #issomudaomundo, que concentra nossas causas e investimentos em vários projetos, continua sendo tema de nossas campanhas institucionais. No ano de 2017, com a ação "Leia para uma criança", alcançamos um marco impressionante: foram distribuídos mais de três milhões de livros, incluindo livros em braile.

Além disso, a distribuição de livros dura, em média, um mês. Em 2017, todos os livros foram distribuídos em um tempo recorde de nove dias. Tudo isso demonstra que continuamos a mobilizar clientes e não clientes a fazerem diferença na vida das crianças.

Nossa capacidade de inspirar e engajar pessoas também pode ser percebida nas mídias sociais. Publicamos uma série de artigos e vídeos que expressam nosso ponto de vista e contam histórias que incentivam as pessoas a promover mudanças positivas em suas vidas. Em 2017, alcançamos mais de 469 milhões de visualizações em nossos vídeos no Youtube, o que significa que somos no Brasil o segundo maior canal de vídeos de marca e o maior no segmento financeiro.

As redes sociais são cada vez mais importantes em nossa estratégia. Este ano, chegamos a mais de oito milhões de fãs no Facebook. De acordo com a *Socialbakers*, nós temos a segunda maior comunidade mundial de fãs, entre os bancos, no *Facebook* e uma das maiores bases de fãs entre as marcas brasileiras. Nosso perfil no *Twitter* possui mais de 617 mil seguidores, sendo o número um no segmento financeiro do país. Contamos ainda com aproximadamente 201,235 mil seguidores no *Instagram*.

Continuamos a monitorar todos os nossos perfis em mídias sociais 24 horas por dia, sete dias por semana. Contamos com uma estrutura especial que interage com o público sobre todos os assuntos relacionados com o Itaú: dúvidas, sugestões, elogios e reclamações. Recebemos mais de 495 mil menções nas redes sociais de janeiro a dezembro de 2017, sendo 66% desses comentários positivos e neutros, segundo a Gauge, nossa parceira em análise de dados de redes sociais.

Consequentemente, em 2017, nossa marca foi apontada mais uma vez como a mais valiosa do Brasil, de acordo com o *ranking* da Interbrand, com um valor estimado de R$ 28,19 bilhões. Esta é a 14ª vez consecutiva em que ocupamos a liderança desse *ranking*. A análise é baseada na capacidade da nossa marca de gerar resultados financeiros, influenciar o processo de escolha dos clientes e garantir uma demanda de longo prazo. GRI 102-7

Patentes

Somos os titulares de registros e pedidos de registro de patentes, no Brasil e no exterior, para um método de geração de teclado virtual para digitação da senha de segurança ou de PIN (número de identificação pessoal) de usuários. Os pedidos relativos à patente desta tecnologia ainda estão pendentes de análise no Brasil, Uruguai e Venezuela. Somos os titulares de patente para esse método em países como Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Chile, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Peru, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. Além disso, no Brasil, somos os titulares de patente para um método de identificação do PIN de acesso de instituição financeira e de um pedido de patente para um método, dispositivo e sistema para envio de informações de operações financeiras.

No Brasil, o prazo de vigência das patentes de invenção é de 20 anos a contar da data do depósito do respectivo pedido. Os prazos de vigência e requisitos para prorrogação de patentes no exterior dependem da legislação de cada país ou região em que a patente está registrada.

Canais de distribuição GRI G4-FS13

Provemos serviços e produtos financeiros integrados para os nossos clientes, por meio de diversos canais de distribuição. Além da nossa carteira tradicional de produtos bancários, oferecemos seguros, investimentos, câmbio e corretagem. Nossa carteira de produtos corporativos voltados para empresas de grande porte é administrada pelo nosso segmento de Banco de Atacado.

Nossa rede de distribuição está dividida em (i) canais tradicionais: que incluem agências, PABs (postos de atendimento bancário localizados em clientes corporativos), caixas eletrônicos, telefones e (ii) canais digitais, que incluem internet banking, celular e SMS. O volume de transações bancárias realizadas pela internet e pelo celular cresceram significativamente nos últimos anos.

Canais tradicionais (agências, PABs e caixas eletrônicos)

GRI G4-FS13

Nossa rede de agências é o nosso canal de distribuição para todos os produtos e serviços que oferecemos aos nossos clientes. Em 31 de dezembro de 2017, nossa rede de agências tradicionais atingiu 3.790 agências. Temos 46 agências no Brasil especialmente reformuladas para o atendimento em shoppings, com uma nova identidade visual e proposta de serviços. Os espaços apresentam um novo conceito de atendimento ao cliente e contam com layout diferenciado inspirado no projeto de uma loja de varejo. Com foco no relacionamento com o cliente – e para fortalecer o contato com o nosso público –, essas agências ficam abertas entre 12h e 20h. Além disso, atingimos um total de 160 agências digitais em dezembro de 2017, que se alinha com nossa estratégia de Transformação Digital.

De forma semelhante, implantamos também mudanças nos horários de atendimento de certas agências localizadas em centros comerciais, que abrem às 8h ou 9h e fecham às 18h ou 20h. Essa iniciativa visa adaptar os nossos serviços à rotina de nossos clientes.

O leque de serviços oferecidos nos PABs pode ser o mesmo de uma agência de serviços completos ou mais limitado, de acordo com o tamanho do cliente corporativo e suas necessidades. Os PABs constituem uma alternativa de baixo custo à abertura de agências com serviços completos. Além disso, acreditamos que eles nos proporcionam uma oportunidade de conquistar novos clientes de varejo, enquanto atendemos os clientes corporativos e seu pessoal.

Os caixas eletrônicos constituem uma alternativa de baixo custo para os serviços executados por funcionários e permitem a oferta de pontos de atendimento a custos significativamente inferiores aos das agências. Nossos clientes podem realizar praticamente todas as transações relacionadas com contas bancárias por meio dos caixas eletrônicos.

Além de todos os nossos canais de atendimento ao cliente (agências, PABs e caixas eletrônicos), temos ainda parceria com a rede de caixas eletrônicos da TecBan, composta por mais de 21.195 caixas eletrônicos, que fornece aos clientes serviços limitados – principalmente serviços de saque.

Desde 2012, disponibilizamos serviços diferenciados para certos clientes cadastrados. Além dos serviços disponíveis aos nossos clientes em geral, determinados clientes cadastrados podem fazer saques e consultar saldos e extratos da conta corrente por meio de biometria. A biometria permite que esses clientes cadastrados

realizem operações bancárias pela identificação da impressão digital, sem a necessidade de digitar senha ou usar cartão, trazendo mais segurança e comodidade. Para utilizar a biometria, basta realizar o cadastro em qualquer agência Itaú Unibanco.

Canais digitais (internet e *mobile banking*)

GRI G4-FS13 | GRI 103-2 | 103-3 Tecnologia da informação

Em um mundo que passa por uma transformação digital contínua, nosso desafio é acompanhar as mudanças e atender às necessidades dos nossos clientes. Parte essencial dessa transformação é a crescente utilização de dispositivos móveis com acesso à internet, que se reflete diretamente no crescimento exponencial do uso do *mobile banking*, como mostra o aumento de 29% no uso dessa tecnologia por pessoas físicas e de 43% por empresas em comparação com 2016.

Com isso em mente, em 2017, aperfeiçoamos nossas plataformas móveis de maneira significativa, que passaram por reformulação para proporcionar ao cliente uma experiência ainda mais intuitiva, com uma gama de produtos e serviços ofertados cada vez maior. O App Itaú foi eleito o melhor app pela *Folha de São Paulo* e app do momento na Apple Store. Lançamos, também, o primeiro app para usuários de baixa renda, o Itaú Light, mais leve e com menor consumo de dados. Em reconhecimento por essa inovação, o App Itaú Light foi premiado com menção honrosa no *Financial World Innovation Awards*. A crescente importância do banco digital também aparece na demanda cada vez maior pela abertura de conta on-line, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

Para assegurar uma experiência perfeita em todos os canais, garantindo que os clientes consigam navegar da mesma maneira por canais móveis e pela internet, modernizamos a plataforma tecnológica da internet e revisamos a experiência de navegação e compra, tornando-a mais intuitiva para o usuário. Para empresas, melhoramos também os serviços de pagamentos e recebimentos, fazendo do Itaú o melhor *internet banking* para empresas do Brasil pelo terceiro ano consecutivo, de acordo com o Estadão PME.

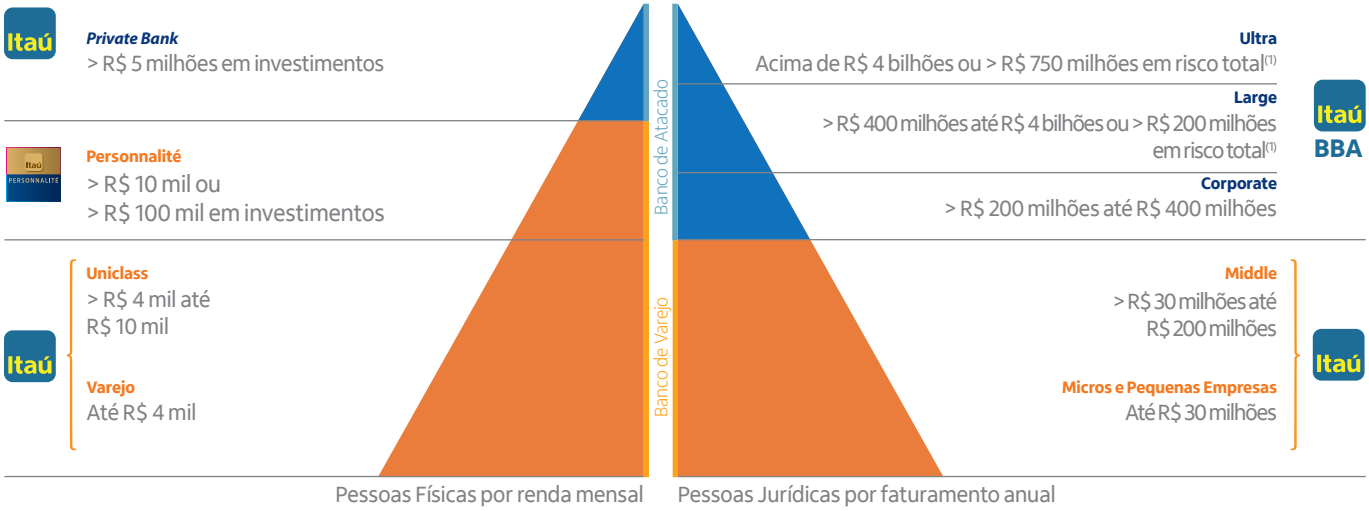
Canais padrão	Agências			PABs			Caixas eletrônicos		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Brasil[1]	3.743	3.780	3.910	703	766	824	24.745	25.079	25.802
Exterior	497	531	228	38	26	23	1.196	1.228	610
Argentina	72	72	72	15	15	17	178	178	178
Chile	201	223	96	-	2	-	469	502	70
Colômbia	161	174	-	13	-	-	176	178	-
Paraguai	31	31	32	8	8	5	312	311	307
Uruguai	24	23	23	2	1	1	61	59	55
Outros	8	8	5	-	-	-	-	-	-
Total no Brasil e no exterior	**4.240**	**4.311**	**4.138**	**741**	**792**	**847**	**25.941**	**26.307**	**26.412**

(1) Em 2017, inclui 71 agências e 171 caixas eletrônicos do Citibank.

Nosso negócio

Visão geral GRI 102-2

As informações divulgadas referem-se aos seguintes segmentos: (i) Banco de Varejo; (ii) Banco de Atacado; e (iii) Atividades com o Mercado e Corporação. Por meio desses segmentos operacionais, fornecemos um amplo leque de serviços bancários a uma diversificada base de clientes que inclui clientes pessoas físicas e jurídicas, em base integrada, conforme segue:



(1) Exposição total, inclui garantias financeiras prestadas e títulos privados.

O segmento Banco de Varejo oferece serviços a uma diversificada base de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e micro e pequenas empresas. O resultado do Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a clientes do varejo, de alta renda e micro e pequenas empresas, além de produtos e serviços financeiros ofertados aos nossos clientes não correntistas, abrangendo o financiamento de veículos e a oferta de cartões de crédito realizados fora da rede de agências e as operações com o Itaú Consignado. O segmento Banco de Varejo representa uma importante fonte de captação para nossas operações e gera um volume significativo de receitas financeiras e tarifas bancárias.

O segmento Banco de Atacado é responsável pelos nossos clientes com elevado patrimônio financeiro (private banking), pelas atividades das unidades da América Latina, nosso negócio de banking para médias empresas e pelas atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas atividades com clientes corporativos e pela atuação como banco de investimento. Nosso modelo de gestão de serviços bancários baseia-se em construir um relacionamento estreito com nossos clientes, obtendo um entendimento aprofundado de suas necessidades e oferecendo soluções personalizadas. As atividades focadas em clientes corporativos incluem fornecer serviços bancários a grandes corporações enquanto nossas atividades como banco de investimento consistem na captação de recursos para o segmento de grandes empresas, incluindo instrumentos de renda fixa e variável.

O segmento Atividades com o Mercado e Corporação gerencia o resultado financeiro associado ao nosso excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada e ao carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários, bem como à margem financeira líquida proveniente das atividades de negociação de instrumentos financeiros via posições proprietárias, de gestão de *gaps* de taxas de juros e câmbio e outros fatores de risco, de oportunidades de arbitragem nos mercados local e internacional, e de marcação a mercado (*mark-to-market*) de instrumentos financeiros. Este segmento também inclui nossa participação na Porto Seguro.

Realizamos uma grande variedade de operações no exterior, com unidades estrategicamente localizadas nas Américas, Europa e Ásia. Nossa presença internacional cria sinergias significativas em financiamento ao comércio exterior, na colocação de Eurobonds, e na oferta de transações financeiras mais sofisticadas para nossos clientes.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados, e a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 34, Informações por Segmento, para mais informações.

A diversificação dos nossos negócios reflete-se na composição variável da nossa carteira de crédito nos últimos anos, com foco na originação e nos segmentos de risco mais baixo e com mais garantias. Estamos sempre procurando implementar e priorizar a oferta de novos produtos e serviços que agregam valor para os nossos clientes e diversificam as nossas fontes de receita, permitindo o crescimento da nossa receita não financeira proveniente principalmente da receita de prestação de serviços e de tarifas bancárias, e de operações com seguro, previdência e capitalização. Alguns detalhes da nossa carteira de crédito e serviços são apresentados a seguir.

Banco de Varejo

Temos uma ampla e diversificada carteira de produtos, como crédito, investimentos e serviços, para atender as necessidades de nossos clientes. Nosso segmento de Banco de Varejo está dividido de acordo com os perfis dos clientes, o que nos permite estar mais próximos e compreender suas necessidades, além de oferecer os produtos mais adequados para atender suas exigências.

Banco Itaú de Varejo (pessoa física)

Nosso principal negócio é o banco de varejo e é por meio das operações desse segmento que oferecemos uma estrutura de serviço exclusiva para clientes em todo o Brasil. Nossa estrutura de atendimento busca oferecer as melhores soluções para cada perfil de cliente. Classificamos nossos clientes de varejo como pessoas físicas com renda mensal de até R$ 4.000.

Nossos serviços Itaú Uniclass estão disponíveis em todas as agências para clientes que ganham mais de R$ 4.000 e menos de R$ 10.000 por mês. Oferecemos serviços exclusivos para clientes Itaú Uniclass como consultoria de investimentos, caixas exclusivos, atendimento telefônico especial e limites de crédito mais altos, além de uma grande equipe com gerentes de relacionamento exclusivos. Para clientes que preferem serviços remotos, o Itaú Uniclass oferece uma "plataforma de banco digital", na qual gerentes de relacionamento atendem os clientes por telefone, e-mail, SMS, videoconferência, e *chat* on-line das 8h às 22h nos dias úteis sem custo adicional.

Com foco nas necessidades dos nossos clientes, lançamos em 2017 nosso aplicativo Light, uma versão mais leve do app do banco completo projetado para clientes cujos smartphones não têm capacidade suficiente para suportar o aplicativo completo. Fomos o primeiro banco de varejo no Brasil a oferecer abertura de conta on-line por meio de um aplicativo para celular.

Nossa rede de banco de varejo está focada na construção de relacionamentos duradouros com nossos clientes.

Itaú Personnalité (serviços bancários para pessoas físicas de alta renda)

Começamos a fornecer serviços personalizados a pessoas físicas de alta renda em 1996, com a criação do Itaú Personnalité, que atualmente atende pessoas físicas com rendimento acima de R$ 10.000 por mês ou investimentos acima de R$ 100.000.

O foco do Itaú Personnalité é fornecer (i) serviços de assessoria financeira por gerentes que entendem as necessidades específicas de nossos clientes de alta renda; (ii) uma ampla oferta de produtos e serviços exclusivos e (iii) benefícios especiais com base no tipo e tempo de relacionamento com o cliente, inclusive descontos para diversos produtos e serviços. O Itaú Personnalité atende seus clientes por meio de uma rede especial, formada por 264 agências nas principais cidades brasileiras. Os clientes do Itaú Personnalité também têm acesso à rede de agências e caixas eletrônicos do Itaú Unibanco em todo o país, bem como aos serviços bancários por internet, telefone e *mobile banking*.

Para os clientes que preferem serviços remotos, o Itaú Personnalité oferece uma "plataforma de banco digital", na qual os gerentes de relacionamento atendem os clientes por telefone, e-mail, SMS e videoconferência, entre 7h e 0h em dias úteis. Também desenvolvemos apps para smartphones e tablets que permitem aos clientes fazerem investimentos, comprar produtos como crédito e seguro, depositar cheques, fazer transferências e pagamentos, verificar saldos, além de encontrar agências e caixas eletrônicos mais próximos por meio do GPS.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Banco de Varejo (incluindo o Itaú Personnalité)	Em dezembro de 2017, alcançamos participação de mercado de 11,2% em termos de saldo total de empréstimos em reais, posicionando-nos como o **terceiro maior** banco de varejo no Brasil.	O Itaú Unibanco Holding detém posição de liderança em muitos setores do mercado financeiro brasileiro. Com base nos dados do Banco Central e em informações disponíveis ao público, nossos principais concorrentes são a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S.A., o Banco Bradesco S.A. e o Banco Santander Brasil S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Itaú Empresas (micro e pequenas empresas)

Para atender às necessidades de nossos clientes corporativos, somos especializados em oferecer soluções personalizadas e aconselhamento detalhado sobre todos os produtos e serviços para:

- Microempresas: base de clientes composta de empresas com receita anual de até R$ 1,2 milhão, atendidas por 3.422 agências bancárias com 2.166 gerentes em 31 de dezembro de 2017; e
- Pequenas empresas: base de clientes composta de empresas com receita anual entre R$ 1,2 milhão e R$ 30 milhões, atendidas por 359 agências bancárias com 1.603 gerentes em 31 de dezembro de 2017.

Nossos gerentes são certificados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e recebem treinamento e capacitação para oferecer as melhores soluções a cada perfil de cliente, orientados por todas as variáveis que possam afetar as empresas que atendemos e seus proprietários.

Nossos clientes contam com nossa principal estratégia de aproveitar as oportunidades do mercado e suprir suas necessidades, particularmente em relação à gestão de fluxos de caixa, linhas de crédito, investimentos e serviços bancários.

Melhorar nossa carteira de crédito e reduzir o volume de empréstimos inadimplentes permaneceu como nossa meta em 2017, da mesma forma que em 2016, dando continuidade aos esforços para manter e aumentar o desempenho sustentável. Nesse período, aprimoramos processos, políticas e ferramentas de crédito e intensificamos nossos esforços de cobrança e recuperação de crédito.

Para atender às necessidades dos nossos clientes, lançamos o "Rede no Conta Certa", uma solução que fornece descontos progressivos no aluguel da máquina de cartão de crédito e na tarifa de manutenção de conta, com base nos valores recebidos nas transações feitas pelos clientes por cartão de crédito – quanto mais vende, maior o desconto.

Por fim, continuamos nossos esforços de digitalizar produtos e serviços, e desenvolvemos as ferramentas utilizadas por nossas equipes de vendas e relacionamentos. Em 2018, esperamos aproveitar os benefícios desses investimentos, considerando o aumento de produtividade dos negócios e a maior proximidade com nossos clientes.

Cartões de crédito e acordos comerciais

Somos os líderes do mercado brasileiro de cartões de crédito. Por meio de operações próprias e parcerias com grandes varejistas, operadoras de telefonia, montadoras e companhias aéreas estabelecidas no Brasil, oferecemos uma ampla gama de cartões de crédito e de débito a mais de 55,46 milhões de correntistas e não correntistas (em número de contas em dezembro de 2017).

Focamos nossos esforços em promover constantemente o crescimento de nossa carteira de cartões de crédito, melhorar sua rentabilidade, gerenciar a qualidade de nossos ativos, proporcionar a melhor experiência digital e buscar a satisfação de nossos clientes. Para tanto, nossa divisão de cartões de crédito dedica-se ao desenvolvimento de novos produtos; e novos serviços digitais, à avaliação de nossas parcerias, ao controle da qualidade de crédito de nossa carteira e à gestão de custos mais eficaz.

Em maio de 2016, firmamos uma parceria com a Netshoes para desenvolver o NCARD Itaucard, que é oferecido de maneira 100% digital por meio do website do parceiro. O processo de venda do cartão foi desenvolvido em parceria com a Netshoes, com uma tecnologia de análise instantânea do perfil do cliente e ofertas de produtos segmentados. Além de uma experiência 100% digital, com avaliação instantânea das propostas de adesão, o processo permite que os clientes aprovados imediatamente façam compras no site sem ter de esperar o cartão de crédito físico, podendo, assim, aproveitar os benefícios e descontos oferecidos aos titulares do cartão.

Até dezembro de 2017, havíamos alcançado mais de 80.000 contas nesse portfólio.

Em julho de 2016, celebramos um acordo com a Multiplus, uma das primeiras e mais importantes empresas de programas de fidelidade, para o lançamento de um cartão de crédito de marca associada (*co-branded*). O produto foi lançado em janeiro de 2017 com condições exclusivas para compras de passagens LATAM, bônus extras na aquisição e desconto de 30% na compra de pontos Multiplus. Além dos benefícios oferecidos pela Multiplus e LATAM, os cartões de crédito também oferecem as vantagens tradicionais da plataforma Itaucard, tais como 50% de desconto no valor de ingressos para teatro e cinema, e descontos em estabelecimentos parceiros. O cartão também oferece uma ampla gama de benefícios da Mastercard.

Em junho de 2017, lançamos o cartão de crédito Passaí em parceria com o Assaí, varejista que possui lojas atacadistas e faz parte do grupo Pão de Açúcar, um dos maiores varejistas do país e proprietário de outras marcas importantes com as quais também temos parceria, como Pão de Açúcar, Ponto Frio e Extra. O Assaí apresentou crescimento de dois dígitos de receita líquida nos últimos dois anos.

A expectativa é termos um ponto de venda Passaí em todas as lojas Assaí físicas até o final do primeiro semestre de 2018.

Em dezembro de 2017, relançamos nosso cartão de crédito da marca Credicard, que foi adquirida pelo Itaú Unibanco em 2013. A ocasião foi marcada com o lançamento do novo Credicard ZERO. O produto não tem anuidade e traz diversos benefícios, como parcerias com Uber, Decolar.com e Netshoes, entre outros. A experiência do cliente é 100% digital por meio do aplicativo Credicard para celular. Recebemos mais de 427.000 pedidos de Credicard ZERO no primeiro mês após seu lançamento.

Com relação ao atendimento ao cliente, fornecemos um aplicativo que pode ser usado 24 horas por dia. O aplicativo do Itaucard tem constantemente trazido novas funcionalidades, como o Cartão Virtual, que simplifica e oferece mais segurança para compras on-line. Outro recurso desse aplicativo é a linha do tempo, que permite a visualização de compras e transações em tempo real. O aplicativo também oferece controle de gastos por categoria, permite a ativação e desativação do cartão, assistência virtual e notificações de viagem. Em dezembro de 2017, contávamos com mais de 3,26 milhões de usuários ativos desse aplicativo com um aumento de 61% desde 2016.

Em 2017, nossa carteira cresceu apesar de mantermos nossas rigorosas políticas de crédito. Os indicadores de inadimplência e risco do nosso negócio de cartão de crédito continuaram bem abaixo da média do mercado. Conseguimos reduzir o índice de inadimplência acima de 90 dias de 6,95% em dezembro de 2016 para 5,70% em dezembro de 2017.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Cartões de crédito	Somos **líderes** no mercado brasileiro de cartões de crédito, em termos de volume de transações, com 38,2% de participação no mercado, no período de janeiro a dezembro de 2017.	O mercado brasileiro de cartões de crédito é altamente competitivo, registrando um crescimento médio de 9,3% de janeiro a dezembro nos últimos cinco anos, segundo a ABECS. Nossos principais concorrentes neste setor são Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECS.

Empréstimos consignados

O empréstimo consignado consiste em um empréstimo com parcelas fixas descontadas diretamente na folha de pagamento do devedor para a conta do banco. Nossa estratégia para esse segmento é expandir nossas atividades em negócios historicamente com riscos mais baixos.

Para expandir esse negócio e complementar nossa estratégia, em 9 de julho de 2012, celebramos um acordo de associação com o Banco BMG S.A. para a oferta, distribuição e comercialização de empréstimos consignados por meio do canal de correspondentes adicionalmente à oferta já existente na nossa rede de agências.

Em dezembro de 2016, concluímos a operação de aquisição da totalidade da participação detida pelo Banco BMG nessa associação, na qual passamos a deter 100% do capital total dessa instituição. Dessa forma, o Itaú encontra-se apto a constantemente buscar uma posição de liderança na oferta, distribuição e venda de empréstimos consignados no Brasil.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Empréstimos consignados	Em dezembro de 2017, alcançamos participação de mercado de 14,2% em empréstimos consignado, posicionando-nos como o terceiro maior banco no segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes neste setor são Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco S.A. e Banco Santander Brasil S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Crédito imobiliário

O produto crédito imobiliário nos permite participar da realização dos sonhos de nossos clientes. Dessa forma, contribuímos para seu desenvolvimento social e financeiro, pois participamos da formação de seu patrimônio. Assim, aproximamos o cliente e criamos relações duradouras, pois nossas operações são de longo prazo.

Estamos entre os líderes no segmento de financiamento imobiliário para pessoas físicas desde 2008, o que reflete nosso foco no negócio alinhado à nossa estratégia de migrar para carteiras de menor risco.

Em 2016, com o *case* "Crédito Imobiliário Digital: Agilidade na realização do sonho da casa própria", o Itaú foi o vencedor do Prêmio Efinance da categoria Crédito Imobiliário. Atualmente, mais de 35% das contratações utilizam essa ferramenta.

Contamos com diversos canais de vendas: rede de agências, incorporadoras, imobiliárias, parcerias com a REMAX e CrediPronto.

Nosso processo é rápido e eficiente, retornamos ao cliente com a análise de crédito em até uma hora para operações de até R$ 800 mil. É possível realizar todo o processo de contratação de forma digital. Além disso, o cliente conta com um consultor especializado em financiamento imobiliário para dar todo o suporte necessário durante o processo.

Estamos firmando diversas parcerias para captura de *leads* via internet, corroborando com nossa prioridade estratégica de frentes digitais. Nosso simulador está presente nos sites de incorporadoras e imobiliárias parceiras, aproximando nossa marca do cliente no momento em que ele ainda está escolhendo seu imóvel. Atuamos de forma personalizada com o cliente de acordo com cada momento de sua jornada digital, desde o Bankline até redes sociais para estarmos cada vez mais presentes.

O número de financiamentos que concedemos diretamente a pessoas físicas em 2017 foi de 23.000, totalizando R$ 6,9 bilhões no período. O LTV (relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem comprado) médio da carteira em 2017 foi de 40,2%, comparado com 41,8% em 2016. Com relação a empréstimos comerciais, financiamos 8,4 mil novas unidades imobiliárias durante 2017, totalizando R$ 1,6 bilhão.

Outra característica positiva do mercado brasileiro é o sistema de amortização constante segundo o qual parcelas decrescentes trazem uma amortização mais rápida do contrato, reduzindo nosso indicador LTV (relação entre o valor do empréstimo e o valor do imóvel) a uma taxa mais rápida, quando comparada a outros sistemas de amortização.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Financiamento e crédito imobiliário	No período de janeiro a dezembro de 2017, fomos líderes, entre os bancos privados brasileiros, na concessão de novos empréstimos para pessoas físicas, com 38,6% de participação de mercado, e ficamos em segundo lugar, quando consideramos todos os bancos, em termos de novos empréstimos para pessoas físicas, detendo 20,3% de participação de mercado.	O principal participante do mercado imobiliário brasileiro é a Caixa Econômica Federal (CEF), banco de propriedade do governo brasileiro A CEF dedica-se ao financiamento de imóveis e, com uma estratégia de precificação agressiva, é líder nesse mercado. Outros concorrentes incluem Banco do Brasil S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECIP.

Adquirência

A Rede é uma das empresas líderes no setor de soluções de pagamento eletrônico no Brasil, e é uma adquirente multibandeira de transações com cartões de crédito, débito e de benefícios. As atividades da Rede são adquirência, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações com cartões de crédito e débito; antecipação de recebíveis para estabelecimentos comerciais (resultantes de vendas feitas com cartões de crédito); aluguel de terminais para pontos de venda (PDV), soluções de *e-commerce*, *e-wallet* e consulta de cheques por meio desses terminais.

Iniciamos em 2017 uma reestruturação do nosso modelo de negócio, que tem como prioridade: (i) integração a nossas operações bancárias; (ii) robustecimento de canais de vendas diretas; e (iii) transformação digital.

Em 2017, recebemos R$ 391,7 bilhões em transações realizadas com cartões de crédito e débito, um aumento de 1,1% quando comparado com 2016. O quadro a seguir apresenta o volume financeiro das transações de cartões de crédito e de débito que processamos em 2017, 2016 e 2015:

(Em bilhões de R$)

	Volume financeiro		
	2017	**2016**	**2015**
Cartões de crédito	255,9	251,9	249,7
Cartões de débito	135,8	135,4	133,4
Total	**391,7**	**387,3**	**383,1**

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Adquirência	No período de janeiro a dezembro de 2017, atingimos 32,8% de participação do mercado, em termos do volume total de transações (crédito e débito) geradas pelos serviços de adquirência, nos posicionando em segundo lugar neste segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes no setor são Cielo S.A., GetNet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (GetNet) e Banco Bankpar S.A. (American Express).

Fonte: Itaú Unibanco Holding e ABECS.

Planos de previdência privadas

Oferecemos planos de previdência privada para nossos clientes como opção para planejamento financeiro e sucessório e para fins de imposto de renda (esses produtos têm imposto diferido). Proporcionamos aos nossos clientes uma solução para assegurar a manutenção de sua qualidade de vida, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos de longo prazo.

A inovação dos produtos tem sido importante para o crescimento sustentável das nossas operações relacionadas com planos de previdência privada. Para pessoas jurídicas, oferecemos consultoria especializada e desenvolvemos soluções personalizadas para cada empresa. Estabelecemos parcerias duradouras com nossos clientes pessoas jurídicas, mantendo um estreito relacionamento com seus departamentos de recursos humanos e adotando uma estratégia de comunicação focada na educação financeira dos nossos colaboradores.

De acordo com a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), as contribuições alcançaram R$ 28,6 bilhões de janeiro a dezembro de 2017, principalmente em decorrência do aumento do nosso produto VGBL.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Planos de previdência privada	Em dezembro de 2017, nosso saldo de provisões representava 23,2% da participação de mercado em previdência, posicionando-nos como a terceira maior fornecedora de planos de pensão no Brasil.	Nossos principais concorrentes no setor de produtos de previdência privada são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A., os quais, como nós, usam a própria rede de agências para ganhar acesso ao mercado de varejo.

Fonte: FENAPREVI (Saldo de provisões – Planos de Previdência para Pessoas Físicas e Jurídicas).

Financiamento de veículos

Desenvolvemos uma série de novos produtos e serviços que foram lançados no mercado. Alguns desses produtos são:

- **Financiamento de acessórios e serviços automotivos** – Oferecemos uma linha de crédito adicional disponível para todos os clientes de financiamento de veículos para a aquisição de acessórios e serviços automotivos. O cliente paga uma prestação que inclui os valores de financiamento do veículo e seus acessórios. Com um preço diferenciado, o produto gera mais receita para operações de financiamento de veículos. Nossa meta é atingir uma taxa de penetração de 30% em vendas por meio de financiamentos e expandir as vendas para empresas e corporações em um prazo de cinco anos.

- **Troca Certa** – É um produto de financiamento de veículos, lançado em 2015, que oferece diversas opções de financiamento diferenciadas, como prestações reduzidas ao longo do contrato e garantia de venda do veículo por um valor de mercado que assegure a extinção do contrato atual e a entrada para o financiamento do próximo veículo. O produto atende a um nicho de mercado específico: clientes que trocam de carro com frequência e buscam uma experiência diferenciada. Em 2016, lançamos uma versão para empresas que representa o único produto de financiamento de veículos no mercado que oferece essas opções de financiamento diferenciadas.

- **Varejo digital no iCarros** – O varejo digital por meio do iCarros é um dos canais de aplicativos de crédito mais importantes. Esse processo torna as transações de financiamento de veículos mais transparentes que os canais tradicionais. Os clientes conseguem fazer cotação de preços e análise de crédito on-line. Além disso, nossa plataforma possui um sistema de relacionamento com o cliente para melhorar a experiência do cliente e facilitar o processo de venda do revendedor. Isso significa que o cliente que faz uma solicitação de crédito pelo iCarros pula etapas importantes no processo de venda e o revendedor consegue continuar a solicitação começando com a última etapa concluída pelo cliente.

Em 31 de dezembro de 2017, nossa carteira de financiamento de veículos para pessoas físicas totalizou R$ 14,1 bilhões, uma redução de 8,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em dezembro de 2017, o LTV da carteira de veículos (relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem comprado) foi de 66,5%, seguindo uma tendência de baixa desde o exercício anterior, quando chegou a 68,1% em 31 de dezembro de 2016. Desde 2012, reduzimos nossa exposição ao risco neste setor e priorizamos clientes com melhores perfis de risco, o que nos permitiu melhorar a qualidade do crédito da nossa carteira de financiamento de veículos.

Em 2017, o volume financeiro de crédito (pessoas físicas e jurídicas) aumentou 11,3% versus o mesmo período do ano anterior, alcançando R$ 10,5 bilhões. O prazo médio das contratações, foi de 41 meses, sendo que 46% foram realizadas com prazo de até 36 meses.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Veículos	Em dezembro de 2017, alcançamos 9,4% de participação de mercado em termos de empréstimos a pessoas físicas entre os bancos, posicionando-nos como o **terceiro** maior banco nesse segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes neste setor são Banco Santander Brasil S.A., Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding e Banco Central.

Seguros

Nosso segmento de seguros oferece uma ampla gama de produtos de seguro de vida e acidentes pessoais, automóveis e patrimoniais, crédito e seguro viagem. Nossa atividade foco de seguros, que inclui nossa participação de 30% na Porto Seguro, consiste em produtos de seguro massificados relacionados aos ramos de vida e patrimoniais e seguro de crédito. Estes produtos são oferecidos em sinergia com canais de varejo – nossa rede de agências, parcerias com varejistas, clientes de cartão de crédito, financiamentos de imóveis e de veículos, empréstimos pessoais e consignados – e o canal de atacado. Esses produtos têm características como menor sinistralidade, menor volatilidade no resultado e menor utilização de capital, o que os tornam estratégicos e mais relevantes na diversificação de receitas do conglomerado. Outras atividades de seguros correspondem à garantia estendida, seguro saúde e nossa participação do IRB – Brasil Resseguros S.A. e outras atividades.

Nossos produtos de seguros têm sido atualizados em termos de cobertura e assistência, trazendo mais valor aos clientes em vida. Para expandir a carteira de produtos de seguros, estamos concentrando nossos canais de distribuição existentes e expandindo a oferta de apólices de seguro por meio de uma plataforma aberta, por meio da qual fornecemos aos clientes do Itaú produtos de seguradoras parceiras.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Seguros	Considerando nossa participação de 30% na Porto Seguro S.A., atingimos 8,4% de participação do mercado brasileiro em termos de prêmios ganhos – excluindo VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) –, de janeiro a dezembro de 2017, posicionando-nos como a **terceira maior** seguradora neste segmento no Brasil. Considerando apenas nossas atividades foco de seguros, nossa participação de mercado chegou a 11,2% no mesmo período.	O mercado brasileiro de seguros é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes neste setor, excluindo companhias de seguro saúde, são afiliados a grandes bancos comerciais como Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. Apesar de haver uma grande concentração de bancos brasileiros, esse mercado ainda é disperso, com agentes trabalhando em nichos específicos. Em dezembro de 2017, este setor era formado por cerca de 152 seguradoras de vários portes, inclusive 39 conglomerados e 44 companhias independentes. Acreditamos que nossa aliança com a Porto Seguro S.A. resultou em ganho de escala e eficiência para nós.

Fonte: SUSEP. Os principais ramos de seguro incluem: Seguro de pessoas (vida, acidentes pessoais, prestamista, educacional, viagem, desemprego, auxílio-funeral, doenças graves, eventos aleatórios), habitacional, riscos diversos, crédito doméstico – pessoas físicas. Seguro saúde e produtos resgatáveis VGBL não estão incluídos.

Títulos de capitalização

Títulos de capitalização são produtos em que o cliente paga, de uma única vez ou mensalmente, uma quantia fixa que lhe será devolvida ao término de um prazo previamente determinado. A posse dos títulos de capitalização permite que o cliente participe automaticamente de sorteios periódicos, concorrendo a prêmios em dinheiro significativos. Em 2017, distribuímos R$ 47,5 milhões em prêmios para 1.810 clientes.

Atualmente, nossos produtos de capitalização são comercializados por meio da nossa rede de agências, canais eletrônicos e terminais de caixa, e estamos desenvolvendo novas tecnologias para diversificação dos canais. As receitas de capitalização, considerando a dedução de resgates, cresceram 3,2% em 2017, quando comparadas a 2016.

Em linha com os princípios corporativos de responsabilidade social, desde agosto de 2014 mantemos uma parceria com o Instituto Ayrton Senna, organização sem fins lucrativos que se dedica a promover a qualidade do ensino público no Brasil. Parte da receita da compra do PIC, nosso título de capitalização, é direcionada aos projetos educacionais do Instituto Ayrton Senna.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Títulos de capitalização	No período de janeiro a dezembro de 2017, atingimos 13,8% de participação de mercado em termos de receita de vendas de títulos de capitalização, posicionando-nos em **terceiro lugar** neste segmento no Brasil.	Nossos principais concorrentes no setor de títulos de capitalização são controlados por grandes bancos comerciais, como o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A., os quais, como nós, usam a própria rede de agências para ganhar acesso ao mercado de varejo. Nossa rentabilidade (medida por lucros líquidos em relação a receitas sobre vendas) é a mais alta entre nossos principais concorrentes.

Fonte: SUSEP.

Consórcios

Consórcio é a reunião de pessoas físicas e/ou jurídicas em grupo com a finalidade de proporcionar a seus integrantes, de forma igualitária, a aquisição de ativos como veículos/imóveis ou serviços, por meio de autofinanciamento. Os pagamentos feitos pelos participantes do grupo são utilizados na criação de um fundo comum, usado por um ou mais membros do consórcio de cada vez, para aquisição dos bens escolhidos pelos integrantes no momento da contratação do produto. Em geral, os participantes recebem o bem durante a vigência do contrato por meio das seguintes maneiras de contemplação: (i) sorteio; (ii) oferta de lance com recursos próprios (dinheiro); (iii) parte da carta de crédito; e (iv) FGTS (para consórcio de imóvel), sendo que, com exceção do sorteio, as outras opções podem ser combinadas entre si.

Como o consórcio é considerado prestação de serviços pela legislação brasileira, sua administração não gera risco de inadimplência nem alocação de capital de crédito para a instituição.

Como os consórcios não cobram taxas de juros, nossa receita é gerada, principalmente, pelas taxas de administração cobradas dos clientes.

Em razão das características expostas, esse negócio é estratégico para nós, pois contribui para diversificar a receita e oferecer uma carteira de produtos mais completa para os nossos clientes.

Em dezembro de 2017, obtivemos os seguintes resultados:

- 392,8 mil contratos ativos, uma redução de 0,7% quando comparado com dezembro de 2016;
- R$ 11,1 bilhões em saldo de prestações a receber, um aumento de 2,9% quando comparado com dezembro de 2016; e
- R$ 628,2 milhões em taxas de administração de janeiro a dezembro de 2017, uma redução de 6,9% quando comparado com o mesmo período de 2016.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Receitas de serviços de consórcios	No período de janeiro a dezembro de 2017, atingimos uma participação do mercado de 7,5% no total de receitas de serviços de consórcios. Considerando apenas os bancos, ocupamos o **terceiro lugar** em receitas de serviços de consórcios no Brasil.	Considerando apenas bancos, nossos principais concorrentes no mercado brasileiro de consórcio são Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. e BB Administradora de Consórcios.

Fonte: Banco Central.

Microcrédito GRI G4-FS7

Nossa unidade de microcrédito oferece a oportunidade de expandir o próprio negócio para empreendedores de baixa renda que não possuem os atributos necessários para usufruir do sistema financeiro formal. Os agentes de microcrédito do Itaú buscam clientes novos e antigos, oferecendo crédito (junto com um microsseguro grátis de proteção ao crédito). Os agentes também são responsáveis por disseminar as informações referentes a conceitos financeiros relacionados ao uso consciente do dinheiro.

Um dos principais benefícios dessa iniciativa é o fato de os microempreendedores começarem a desenvolver um relacionamento com o sistema financeiro formal. Nossas atividades de microcrédito são divididas em dois níveis:

- Crédito de 1º nível: inclui crédito para capital de giro, para reformas e compra de imobilizado, concedido a empreendedores formais e informais envolvidos em pequenos negócios. Qualquer concessão de crédito exige a presença de um agente de microcrédito treinado; e
- Crédito de 2º nível: crédito para microempreendedores por intermédio de organizações da sociedade civil de interesse público registradas no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo. Nosso compromisso é o de promover as melhores práticas em microfinanças e trocar experiências com organizações parceiras.

Nosso investimento em microcrédito é parte da nossa estratégia de atuar como agentes transformadores da sociedade. O microcrédito é importante pois reforça a nossa visão de sustentabilidade e aumenta a nossa capacidade de transmitir conhecimentos em educação financeira. O objetivo final é criar um círculo virtuoso no qual o banco estimula o desenvolvimento econômico e social da população brasileira de baixa renda.

Setor público

Nosso segmento voltado ao setor público opera em todas as áreas do governo, incluindo os níveis federal, estadual e municipal (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário).

Para atender esses clientes, usamos plataformas exclusivas, diferentes daquelas das agências de banco de varejo, com equipes de gerentes especialmente treinados para oferecer soluções personalizadas para a arrecadação de impostos, serviços de câmbio, administração de ativos públicos, pagamentos a fornecedores, folha de pagamento de servidores civis e militares e aposentadoria. Com base nessas plataformas, temos uma quantidade significativa de negócios com clientes do setor público, sobretudo nos estados brasileiros onde, anteriormente, havíamos adquirido instituições financeiras estatais. Em dezembro de 2017, contávamos com 5.399 clientes do setor público e 12 escritórios no Brasil para oferta desses serviços no Brasil.

Banco de Atacado

Banco de Atacado é o segmento responsável por operações bancárias de empresas médias, corporações, grandes e de porte muito grande (receita anual acima de R$ 30 milhões) e serviços de banco de investimento. O segmento oferece uma ampla gama de produtos e serviços para os maiores grupos econômicos do Brasil. A segmentação de Pessoa Jurídica é baseada nas receitas anuais, conforme descrito na imagem do item Visão geral deste capítulo.

Nossas atividades nesse segmento variam de transações típicas de um banco comercial a transações em mercado de capitais e consultoria em fusões e aquisições. Estas atividades estão totalmente integradas, o que nos permite alcançar um desempenho personalizado, ajustado às necessidades dos nossos clientes.

Uma das características mais importantes do nosso Banco de Atacado é a série de iniciativas relacionadas à melhoria da eficiência das nossas operações. Essas ações contínuas, que devem continuar crescendo nos próximos anos, são projetadas para aumentar receitas, aprimorar processos e reduzir custos.

Itaú Private Banking

Com uma plataforma completa de gestão de patrimônio global, somos líderes de mercado no Brasil e um dos principais participantes na América Latina. Nossa equipe multidisciplinar, apoiada por uma equipe de consultores de investimento e especialistas em produtos, presta serviços financeiros abrangentes, entendendo e atendendo as necessidades de nossos clientes, em oito escritórios no Brasil e em nossos escritórios localizados em Zurique, Miami, Nova Iorque, Santiago, Assunção e Nassau.

Nossos clientes têm acesso a uma carteira completa de produtos e serviços, desde gestão de investimentos até planejamento patrimonial, passando por soluções bancárias e de crédito. Além de nossos produtos e serviços personalizados internamente, oferecemos a nossos clientes acesso a uma arquitetura aberta de alternativas de prestadores de serviços.

Em linha com nossa visão de ser o banco líder em *performance* sustentável e satisfação dos clientes, decidimos nos concentrar nas nossas prioridades estratégicas no Itaú Private Banking e pretendemos continuar a fazê-lo no próximo ano, com as seguintes iniciativas:

- Ser o banco privado líder em termos de satisfação do cliente;
- Agregar valor para clientes e acionistas, oferecendo assessoria proativa completa e de longo prazo;
- Continuar a investir em plataformas internacionais para aperfeiçoar nossos serviços e atendimento para o cliente brasileiro e expandir nossa operação na América Latina;
- Aumentar a eficiência operacional da nossa plataforma por meio de investimentos contínuos em plataformas de TI; e
- Manter o foco na gestão de riscos e nos aspectos regulatórios.

Produto/Serviço	Posição no mercado
Private banking	Em dezembro de 2017, nosso *market share* era 28,1% em temos de *private banking* local.

Fonte: ANBIMA.

Banco de Investimento

Nossas atividades de banco de investimento realizadas pelo Itaú BBA ajudam empresas a captar recursos por meio de instrumentos de renda fixa e ações em mercados de capital públicos e privados e abrangem serviços de consultoria em fusões e aquisições. Assessoramos empresas, fundos de ações e investidores na estruturação de produtos de renda variável e em fusões e aquisições. Desde a fase de pesquisa até a execução, acreditamos oferecer uma ampla carteira de serviços de banco de investimento para empresas brasileiras e outras companhias latino-americanas.

No segmento de banco de investimento, o departamento de renda fixa atua como bookrunner ou gestor na emissão de debêntures, notas promissórias e operações de securitização.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Banco de Investimento	No período de janeiro a dezembro de 2017, o Itaú BBA ficou em **primeiro** lugar em fusões e aquisições(1). De janeiro a dezembro de 2017, ficamos em **primeiro** lugar em originação e em distribuição em transações em mercados de capital – dívida(2).	Em Banco de Investimento, os principais concorrentes do Itaú BBA são Banco Santander, Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A., Banco Morgan Stanley S.A., Banco JP Morgan S.A., Bradesco BBI e Banco BTG Pactual S.A.

Fonte: (1) Dealogic. (2) *Ranking* ANBIMA em termos de volume.

Gestão de recursos

No ano em que completamos 60 anos de experiência em gestão de investimentos, a Itaú Asset Management, de acordo com o *ranking* da ANBIMA, alcançou R$ 610,0 bilhões(1) em recursos sob gestão, representando 14,8% de participação do mercado. Registramos também um crescimento de 15,8% em relação ao mesmo período do exercício anterior em recursos sob gestão.

Em junho de 2017, a Fitch Ratings afirmou o *rating* de qualidade de gestão de investimento da Itaú Asset Management (IAM) como "excelente". A perspectiva de *rating* permanece estável. O *rating* "excelente" da IAM reflete a opinião da Fitch sobre a capacidade operacional extremamente forte e as características das estratégias de investimento oferecidas. O *rating* considera o processo de investimento bem estabelecido e disciplinado, a forte geração de receitas e a alta qualidade da equipe executiva da IAM. A avaliação também reflete as rígidas políticas de risco e conformidade, os fortes investimentos em tecnologia e controles, uma base de clientes ampla e diversificada e extensos canais de distribuição.

Em setembro de 2017, a S&P Global Rating atribuiu classificação "AMP-1" (muito forte) – o nível mais alto na sua escala de *rating* – à IAM por suas práticas de gestão de recursos. O *ranking* é baseado na forte posição de negócios da empresa como uma das maiores gestoras de recursos privados no Brasil e na América Latina, seu mix de produtos e clientes, sua equipe de gestores altamente experientes e sua clara estratégia corporativa. O *ranking* também considera seus processos bem estruturados de gestão de investimentos, sólidas práticas operacionais e de gestão de risco, fortes princípios fiduciários e desempenho consistente.

A Kinea, empresa de gestão de investimentos alternativos controlada por nós, detinha R$ 29,9 bilhões de ativos sob gestão no final de 2017.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Gestão de recursos	Em dezembro de 2017, alcançamos 14,8% de participação de mercado em termos de recursos sob gestão, posicionando-nos como terceiro maior gestor de recursos de terceiros no Brasil.	Segundo a ANBIMA, em dezembro de 2017, o setor de gestão de recursos de terceiros no Brasil alcançou R$ 4.134 bilhões, com a concorrência concentrada em grandes e tradicionais bancos de varejo. Nossos principais concorrentes são o Banco do Brasil S.A. e o Banco Bradesco S.A.

Fonte: ANBIMA.

Soluções para mercado de capitais *(Itaú Securities Services)*

As unidades de negócios da área de Soluções para Mercado de Capitais oferecem os seguintes serviços:

(i) Custódia local e serviços fiduciários.

(ii) Custódia internacional.

(iii) Soluções corporativas, atuando como prestador de serviços de transferência e de escrituração para empresas brasileiras que emitem ações, títulos corporativos, promissórias e cédulas de crédito bancário. Também atuamos como agente de garantias em transações de project finance, contas garantidas e contratos de empréstimos e financiamentos.

Nosso foco é ser um prestador de serviços completos com profissionais especializados tendo como alicerce a tecnologia.

Fundos de pensão, companhias de seguro, gestores de ativos, investidores institucionais internacionais e emissores de títulos de crédito e dívida são nossos principais clientes nesses negócios, representando aproximadamente 3.242 clientes em 22 países, que alcançaram R$ 2,82 trilhões de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2017, incluindo fundos de investimento, *underwriting*, fundos de pensão, serviços fiduciários e de corretagem.

Em 2017, a Global Finance apontou o Itaú Securities Services como melhor subcustodiante na América Latina (Brasil e Uruguai). Nossa plataforma tecnológica está sendo atualizada com relação a soluções para o mercado de capitais. Hoje, nossa plataforma nos permite oferecer fundos *offshore* a nossos clientes. Além disso, criamos o Laboratório *Blockchain*, a maior iniciativa do banco para desenvolver soluções de negócios utilizando tecnologia blockchain. Nesse laboratório, já começamos a desenvolver, na forma de um protótipo interno, uma solução específica para o nosso produto de escrituração de ações.

(1) *Ranking* de Gestão ANBIMA – dezembro de 2017 – Itaú Unibanco e Intrag.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Custódia local	Em dezembro de 2017, alcançamos 25,5% de participação de mercado em termos de ativos sob custódia, nos posicionando como o **segundo** maior custodiante local.	Segundo a ANBIMA, em dezembro de 2017, o serviço de custódia local de ativos no Brasil totalizou R$ 4.582 bilhões. Nossos principais concorrentes são o Banco Bradesco S.A e o Banco do Brasil S.A.
Custódia internacional	Em dezembro de 2017, a nossa participação de mercado atingiu 12,6% em termos totais de ativos sob custódia internacional e ocupamos a **terceira posição** entre os custodiantes internacionais.	Segundo a ANBIMA, em dezembro de 2017, o serviço de custódia internacional de ativos totalizou R$ 1.452 bilhões. Nossos principais concorrentes são Banco Citibank S.A., JP Morgan's Securities Services e Banco Bradesco S.A.
Soluções corporativas	Em dezembro de 2017, lideramos como agentes de transferência e de registro para 211 empresas listadas na B3, o que representa 61,5% das empresas listadas nessa bolsa de valores. Além disso, lideramos como agente de transferência com 403 ofertas de debêntures no mercado brasileiro, o que representa 42,6% do mercado.	Nossos principais concorrentes no mercado de ações são o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. Nosso principal concorrente em debêntures é o Banco Bradesco S.A.

Fonte: Itaú Unibanco Holding, ANBIMA e B3.

Itaú Corretora (corretagem)

A Itaú Corretora presta serviços de corretagem na B3 desde 1965. Atendemos mais de 142 mil clientes de varejo no Brasil, com posições em mercados de ações e renda fixa, sendo responsáveis por, aproximadamente, R$ 49 bilhões em volume de negociações em 2017. Esses serviços também são oferecidos para clientes internacionais por meio de nossa corretora em Nova Iorque.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Serviços de corretagem – Varejo[1]	Classificado em **terceiro** lugar em Serviços de corretagem – varejo por volume de negociação em dezembro de 2017.	Principais concorrentes: XP Investimentos, Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Rico Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cash Equities[2]	Classificada em **oitavo** lugar no segmento de *Cash Equities*, por volume de negociação, no período de janeiro a dezembro de 2017.	Principais concorrentes: UBS Brasil Corretora, XP Investimentos, Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Merrill Lynch S.A.
Futuros e derivativos[2]	Classificada em sétimo lugar no segmento de Futuros e derivativos por volume de contratos negociados, no período de janeiro a dezembro de 2017.	Principais concorrentes: UBS Brasil Corretora, BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., XP Investimentos, Tullett Prebon Brasil S.A. Corretora de Valores e Câmbio e BGC Liquidez Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Research[3]	Classificada como a **terceira** *research house* na América Latina.	Principais concorrentes (*players* locais e globais): J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e Bank of America Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Fonte: (1) CBLCnet. (2) Bloomberg. (3) Institutional Investor Magazine.

Nossas operações internacionais GRI 102-4 | 102-6 | 103-2 | 103-3 Atuação internacional

Itaú Unibanco Holding | Atuação global

CIB
NY, Cayman, Bahamas
Clientes institucionais/*Asset*
NY, Cayman
Private Banking
Cayman, Bahamas, Miami

CIB
Londres, Lisboa, Madri,
Paris, Frankfurt
Clientes institucionais/*Asset*
Londres
Private Banking
Zurique

CIB/Clientes institucionais
México

CIB/Clientes institucionais/*Asset*
Tóquio, Dubai



Operações da América Latina

Panamá

Colômbia[1]
Colaboradores: 3.650
Agências + PAs: 174
ATMs: 176

Brasil (*Holding*)
Colaboradores: 82.640
Agências + PAs: 4.383
ATMs: 45,769

México
Colaboradores: 9

Peru
Escritório de
Representação

Paraguai
Colaboradores: 829
Agências + PAs: 39
ATMs: 312
Correspondentes
não bancários: 57

Chile
Colaboradores: 5.922
Agências + PAs: 201
ATMs: 469

Uruguai
Colaboradores: 1.112
Branches + CSBs: 26
Postos de Atendimento OCA: 35
ATMs: 61

Argentina
Colaboradores: 1.700
Agências + PAs: 87
ATMs: 178

CIB
Brasil, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Panamá
Clientes institucionais/*Asset*
Brasil, Argentina, Chile, Uruguai
Private Banking
Brasil, Chile, Paraguai
Varejo
Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Panamá

Somos uma empresa brasileira com atuação em 19 países, dos quais nove estão na América Latina.

(1) Inclui os colaboradores e agências do Panamá.

América Latina

A América Latina é nossa prioridade na expansão internacional devido à proximidade geográfica e cultural dos seus países com o Brasil. Nosso propósito é sermos reconhecidos como "o banco da América Latina", uma referência na região para todos os tipos de serviços financeiros prestados a pessoas físicas e jurídicas.

Nos últimos anos, consolidamos nossa presença na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, onde atuamos nos segmentos de varejo bancário, empresas, corporate e tesouraria, com foco principal nas atividades de banco comercial. Com a fusão entre Banco Itaú Chile e CorpBanca, que nos assegurou presença também na Colômbia e no Panamá, ampliamos ainda mais nossa atuação na região. No Peru, operamos no segmento corporate por meio de um escritório de representação. No México, estamos presentes por meio de um escritório dedicado a atividades de *equity research*.

Em 31 de dezembro de 2017, contávamos com uma rede de 527 agências e postos de atendimento bancário (PABs) na América Latina (excluindo o Brasil). No Paraguai, contávamos com 57 correspondentes não bancários – postos de atendimento com estrutura simplificada – localizados estrategicamente em supermercados para fornecer serviços a nossos clientes no país. Em 31 de dezembro de 2017, tínhamos ainda 35 postos de atendimento por intermédio da OCA S.A., nossa operadora de cartões de crédito no Uruguai. Consulte a seção Nosso perfil, item Canais de distribuição para mais detalhes sobre nossa rede de distribuição na América Latina.

Banco Itaú Argentina

Operamos na Argentina desde 1979, com foco em empresas de grande porte com ligações comerciais com o Brasil. Em 1995, demos início a nossas operações de varejo em Buenos Aires. Em 1998, aumentamos nossa presença naquele país com a aquisição do Buen Ayre Bank, renomeado posteriormente para Banco Itaú Argentina.

Oferecemos, por intermédio do Banco Itaú Argentina, produtos e serviços nos segmentos de grandes empresas (corporate), pequenas e médias empresas e varejo. Nosso foco de atuação, quanto ao segmento de grandes empresas, são companhias de grande porte e clientes institucionais, com a oferta de serviços de empréstimos, financiamento estruturado, investimentos e gestão de caixa. Nosso segmento de pequenas e médias empresas oferece crédito para capital de giro e investimentos para crescimento da capacidade produtiva. No varejo, concentramos nosso foco de atuação em clientes de média e alta renda e oferecemos serviços de contas correntes e de poupança, crédito pessoal e cartões de crédito.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Total da carteira de crédito (inclui somente bancos privados)	Em novembro de 2017, alcançamos participação de mercado de 2,2% em termos de saldo total de empréstimos em pesos argentinos, posicionando-nos como o **13º** maior banco privado na Argentina.	Nossos principais concorrentes são Banco Santander Río S.A., Banco de Galicia y Buenos Aires S.A., BBVA Banco Frances S.A. e Banco Macro S.A.

Fonte: Banco Central da Argentina.

Itaú CorpBanca

Em 2015, a última aprovação regulatória pendente exigida para a fusão do Itaú Chile com o CorpBanca foi concedida pela Superintendência de Bancos e Instituciones Financieras (SBIF), no Chile. Como resultado, obtivemos todas as aprovações de órgãos reguladores necessárias para concluir a fusão no Brasil, Chile, Colômbia e Panamá.

A fusão foi concluída em 1º de abril de 2016 e adquirimos o controle do banco resultante (Itaú CorpBanca). Desde o segundo trimestre de 2016, os resultados financeiros do Itaú CorpBanca vêm sendo consolidados com nossos resultados.

Em outubro de 2016, adquirimos do Corp Group 10,9 bilhões de ações adicionais do Itaú CorpBanca por aproximadamente R$ 288,1 milhões, conforme o acordo de acionistas celebrado na data da fusão. Como resultado, nossa participação no Itaú CorpBanca aumentou de 33,58% para 35,71%, sem alteração na governança do Itaú CorpBanca.

Em janeiro de 2017, o acordo que estabelece os termos e as condições da fusão foi alterado para refletir, entre outros, mudanças nos termos das transações relacionadas com as operações na Colômbia. Consulte a seção Nosso perfil, item Destaques de 2017, Fusões, aquisições e parcerias, Itaú CorpBanca.

Em setembro de 2017, adquirimos do Corp Group 1,8 bilhão de ações adicionais do Itaú CorpBanca por aproximadamente R$ 55,6 milhões, conforme o acordo de acionistas celebrado na data da fusão. Como resultado, nossa participação no Itaú CorpBanca aumentou de 35,71% para 36,06%, sem alteração na governança do Itaú CorpBanca.

Essa operação representa um importante passo em nossa estratégia de expandir nossa presença na América Latina, diversificando as operações na região. Passamos da sétima para a quarta posição no *ranking* de maiores bancos privados do Chile em termos de empréstimos e ingressamos no mercado colombiano de varejo financeiro através do Banco CorpBanca Colômbia S.A. A migração de agências e a segmentação de clientes foram concluídas em dezembro de 2017 no Chile. Em maio de 2017, começamos nossas operações na Colômbia sob a marca Itaú e planejamos concluir a integração dos sistemas até junho de 2018. Atualmente, operamos também no Panamá.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Total da carteira de crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2017, alcançamos participação de mercado de 12,5% em termos de saldo total de empréstimos em pesos chilenos, posicionando-nos como o **quarto** maior banco de varejo no Chile.	Nossos principais concorrentes são Banco Santander-Chile S.A., Banco de Chile S.A., Banco de Crédito e Inversiones S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Chile S.A.

Fonte: Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras.

Banco Itaú Paraguai

Em 1978, iniciamos nossas operações no Paraguai, nos segmentos de varejo e de atacado, por intermédio do Interbanco, adquirido pelo Unibanco em 1995. Em 2010, a marca Itaú foi introduzida e o nome do banco foi mudado para Banco Itaú Paraguai. O Banco Itaú Paraguai oferece produtos e serviços para pequenas e médias empresas, agronegócios, grandes empresas, clientes institucionais e clientes do segmento *consumer banking*. As principais fontes de receita do Banco Itaú Paraguai são os produtos de *consumer banking*, com destaque para os cartões de crédito. O segmento de varejo também está voltado para clientes de folha de pagamento. No segmento de grandes empresas, o Banco Itaú Paraguai é referência em agronegócios.

O Banco Itaú Paraguai foi vencedor na categoria "Melhor Banco do Paraguai" do *Euromoney Awards for Excellence 2017*.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Total da carteira de crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2017, alcançamos participação de mercado de 14,4% em termos de saldo total de empréstimos em guaranis, posicionando-nos como o **terceiro** maior banco privado no Paraguai.	Nossos principais concorrentes são Banco Continental S.A.E.C.A., Banco Regional S.A.E.C.A. e Banco Bilbao Viscaya Argentaria Paraguay S.A.

Fonte: Banco Central do Paraguai.

Banco Itaú Uruguai

Nossas operações no Uruguai incluem o Banco Itaú Uruguai, a OCA (o maior emissor de cartões de crédito do Uruguai, segundo o Banco Central do Uruguai) e a empresa de gestão de fundos de pensão Unión Capital. Nossa estratégia no Uruguai é atender uma ampla gama de clientes por meio de soluções bancárias personalizadas.

Nosso negócio de banco de varejo está focado em clientes pessoas físicas e pequenas empresas. Os produtos e serviços de varejo priorizam os segmentos de média e alta renda e também incluem contas correntes e de poupança, folha de pagamento, áreas de autosserviços e caixas eletrônicos em todas as agências, além de serviços bancários via telefone e internet. A divisão de banco de atacado é voltada para empresas multinacionais, instituições financeiras, empresas de médio e grande porte e para o setor público, fornecendo serviços de empréstimos, gestão de caixa, tesouraria, negociação e investimentos.

O quadro a seguir apresenta nossa posição de mercado e informações sobre a concorrência no setor:

Produto/Serviço	Posição no mercado	Informações adicionais e principais concorrentes
Total da carteira de crédito (inclui somente bancos privados)	Em dezembro de 2017, alcançamos participação de mercado de 21,4% em termos de saldo total de empréstimos em pesos uruguaios, posicionando-nos como o **segundo** maior banco privado no Uruguai.	Nossos principais concorrentes são Banco Santander S.A., Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Uruguay S.A. e Scotiabank Uruguay S.A.

Fonte: Banco Central do Uruguai.

Peru

Possuímos um escritório de representação no Peru onde operamos no segmento *corporate*.

México

Como parte de um processo de reestruturação de nossas atividades na América Latina, a venda de nossas operações de corretagem no México foi aprovada pelo órgão regulador local em 1º de outubro de 2016. Continuaremos com nossa presença no México com um escritório dedicado às atividades de equity research com cobertura de empresas listadas na bolsa mexicana.

Itau BBA International

Nossas atividades bancárias desenvolvidas sob a estrutura societária do Itau BBA International estão focadas principalmente em duas linhas de negócios:

- *Corporate and investment banking*: com sede no Reino Unido e plataformas comerciais em diversas cidades europeias, atendemos às necessidades financeiras de empresas com presença e operações internacionais, com destaque para as operações associadas a financiamentos e relações de investimentos entre empresas na América Latina e na Europa. Os serviços que oferecemos incluem a originação de financiamento estruturado, operações de cobertura de riscos, financiamento de exportação e consultoria para empresas europeias que investem na América Latina e companhias latino-americanas que fazem investimentos internacionais; e
- *Private banking*: sob a estrutura corporativa do Itau BBA International, atuamos como gestor de atividades de private banking em Miami e na Suíça, oferecendo produtos e serviços financeiros especializados para clientes latino-americanos com alto poder aquisitivo.

Outras operações internacionais

Para dar suporte a nossos clientes em serviços e operações financeiras internacionais, nossas unidades internacionais fornecem diversos produtos financeiros, como financiamento de operações comerciais, empréstimos de agências multilaterais de crédito, empréstimos no exterior, serviços internacionais de gestão de caixa, câmbio, cartas de crédito, garantias exigidas em processos internacionais de licitação, derivativos para fins de proteção (*hedging*) ou negociação comercial própria, transações estruturadas e ofertas nos mercados de capitais estrangeiros. Esses serviços são oferecidos, principalmente, por meio de nossas agências localizadas em Bahamas, Nova Iorque e Ilhas Cayman e de nossas outras operações internacionais.

Gerenciamos carteiras próprias e captamos recursos mediante a emissão de títulos e valores mobiliários no mercado internacional. A captação de recursos mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, certificados de depósito, papéis comerciais e notas comerciais pode ser feita por nossas agências localizadas nas Ilhas Cayman, Bahamas e em Nova Iorque, bem como pelo Itau Bank Ltd. subsidiária bancária constituída nas Ilhas Cayman. Nossas carteiras próprias são mantidas principalmente pelo Itau Bank e por nossas agências das Ilhas Cayman e de Nassau. Esses escritórios também aumentam nossa capacidade de administrar nossa liquidez internacional.

Por meio de nossas operações internacionais, estabelecemos e monitoramos linhas de crédito comerciais de bancos estrangeiros e mantemos relacionamentos de banco correspondente com centros monetários e bancos regionais em todo o mundo, além de supervisionarmos nossas outras atividades de captação de fundos no exterior.

Além disso, o Itaú BBA participa como distribuidor nos mercados internacionais, pois contamos com equipes de negociação e vendas de ações e produtos de renda fixa em São Paulo, Nova Iorque, Santiago e Londres. Oferecemos ampla cobertura de pesquisa para mais de 202 empresas com ações negociadas no Brasil, México, Chile, Colômbia, Peru, Panamá e Argentina. Nossas equipes de ações e renda fixa atuam na oferta e negociação de títulos e valores mobiliários brasileiros e latino-americanos para investidores institucionais.

Pontos fortes competitivos

Com base em uma análise de percepção do mercado, selecionamos algumas inciativas que, pela nossa opinião, nos proporcionam vantagens competitivas significativas e nos distinguem da concorrência.

Manutenção de uma base de capital sólida

Adotamos uma abordagem prospectiva com relação à gestão de capital que nos possibilitou atingir uma alta taxa de capitalização e, por conseguinte, uma maior capacidade de remunerar nossos acionistas, ao mesmo tempo em que não pretendemos manter capital excedente além dos níveis estabelecidos sem qualquer previsão de utilização.

Nossa estratégia de capitalização, baseada em fontes de receitas diversificadas, uma política de crédito adequada e foco em governança corporativa, reflete-se em nossos índices de capital. No final de dezembro de 2017, nosso índice de Basileia estava em 18,8%, dos quais: (i) 16,2% referem-se ao Capital de Nível I, composto pela soma do Capital Principal e do Capital Complementar, e (ii) 2,6% referem-se ao Capital de Nível II. Acreditamos que esses indicadores fornecem evidência da nossa capacidade efetiva de absorção de perdas.

Além disso, no quarto trimestre de 2017, nosso Índice de Cobertura de Liquidez[1] (LCR – *Liquidity Coverage Ratio*) alcançou 190,2% enquanto a exigência mínima do Banco Central para 2017 foi de 80%.

Foco em Receitas de Prestação de Serviços e Resultado de Seguros[2] e menor exposição ao risco de crédito

Nos últimos anos, aperfeiçoamos nossos modelos de gestão de risco de crédito, nossas previsões econômicas e modelagens de cenários. Por meio de uma maior seletividade na concessão do crédito e na alteração do mix da nossa carteira de crédito, acreditamos que obtivemos resultados positivos considerando o cenário econômico nos mercados em que atuamos.

Temos investido em um modelo de precificação baseado em riscos conforme aplicados aos nossos produtos, proporcionando assim uma visão mais precisa da relação risco-retorno em diferentes cenários. Essa é uma ferramenta fundamental para explorar oportunidades comerciais e, simultaneamente, gerenciar riscos.

Além disso as Receitas de Prestação de Serviços e o Resultado de Seguros[2] cresceram 5,2% de 2016 para 2017 e nossas receitas operacionais[3] de Serviços e Seguro, Previdência e Capitalização aumentaram de R$ 48,3 bilhões em 2016 para R$ 48,7 bilhões em 2017. Focamos nesses dois segmentos, que exigem menor alocação de capital e cujos resultados e criação de valor relacionado são menos voláteis durante ciclos econômicos adversos. Nossa estratégia para esses negócios é focar em produtos massificados, tipicamente comercializados por meio de nossa rede de agências e canais digitais. Desta forma, operações como seguros de vida em grupo, grandes riscos e garantia estendida foram alienadas ou descontinuadas ao longo dos últimos anos.

Grandes investimentos em tecnologia

Quando investimos em nossos primeiros caixas eletrônicos em 1983, nosso objetivo já era utilizar tecnologia para oferecer melhores serviços e facilitar a vida dos nossos clientes. Em dezembro de 2017, atingimos o número de160 agências digitais que, em conjunto com os nossos aplicativos para dispositivos móveis e computadores, facilitam o acesso dos clientes aos nossos produtos e serviços.

O intenso uso de tecnologia e canais de distribuição eletrônicos contribui significativamente para o crescimento do volume de vendas de produtos e serviços e é uma das nossas vantagens competitivas mais importantes. De 2016 a 2017, apresentamos um aumento de 43% no número de clientes pessoa jurídica que utilizam canais móveis, enquanto que para clientes pessoas físicas esse aumento foi de 29%. Investimos em tecnologia porque acreditamos que assim poderemos melhorar o ambiente para os nossos colaboradores e clientes. Priorizamos esforços no desenvolvimento de plataformas e serviços que utilizam o melhor da tecnologia, com o objetivo de simplificar e facilitar a vida de todos os que se relacionam com o banco, com foco em mobilidade e conveniência.

Com o intuito de se reinventar e assumir a dianteira da transformação digital, o Itaú criou o Cubo em parceria com a Redpoint para se conectar com o universo do empreendedorismo tecnológico e, consequentemente, encontrar oportunidades para gerar vantagem competitiva e evoluir como banco digital.

O Cubo é uma organização sem fins lucrativos que promove o empreendedorismo tecnológico por meio de diversas iniciativas. Além de oferecer um espaço de coworking para startups digitais, as startups residentes podem contar com o suporte de mentores especializados em uma vasta gama de temas e com uma plataforma de eventos que inclui workshops e palestras, entre outros, voltados para empreendedores e outros interessados.

(1) Esse índice identifica ativos de alta liquidez para cobrir saídas (líquidas) às quais a instituição pode estar sujeita em um cenário de estresse severo considerando um período de 30 dias.
(2) Receitas de prestação de serviços (+) Resultado de operações de seguros, previdência e capitalização (-) Despesas de sinistros (-) Despesas de comercialização de seguros, previdência e capitalização.
(3) Receitas operacionais são a soma da margem financeira gerencial, das receitas de prestação de serviços, das outras receitas operacionais e do resultado de seguros, previdência e capitalização antes das despesas de sinistros e de comercialização.

Principal marca de banco do Brasil

Acreditamos que uma marca forte impacta os resultados de uma companhia, proporcionando maior rentabilidade e crescimento da participação no mercado, podendo reduzir certos riscos enfrentados pela companhia e assim diminuir a volatilidade dos resultados.

A marca Itaú é um dos nossos ativos mais valiosos. Avaliada pela Interbrand em R$ 28,2 bilhões, a marca Itaú foi considerada pelo 14º ano consecutivo a marca mais valiosa no Brasil em 2017. Nossa posição nesse *ranking* nos proporcionou reconhecimento no Brasil e no exterior e associa a nossa marca a qualidade e confiabilidade.

Ainda em 2017, reforçamos nosso posicionamento como banco digital, combinando tecnologia inovadora com nossa visão de facilitar a vida das pessoas simplificando cada vez mais as transações financeiras.

Diversificação geográfica e extensa rede de agências

Nosso modelo de negócio foi impulsionado pela nossa presença significativa em todo o território nacional e pelo aumento dessa presença no exterior, promovendo a criação de depósitos estáveis e financiamento de baixo custo e ajudando a atingir um nível conveniente de diversificação de receitas.

Nossa ampla rede de banco de varejo, composta por agências, postos de atendimento bancário e caixas eletrônicos no Brasil e no exterior, proporciona sólidos resultados recorrentes e uma grande participação das receitas de serviços em nossos resultados.

Concorrência

Os últimos anos caracterizaram-se pelo aumento da concorrência e da consolidação no setor de serviços financeiros no Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, havia 135 conglomerados, bancos comerciais e múltiplos, bancos de desenvolvimento e Caixa Econômica Federal, dentre um total de 1.396 instituições no Brasil.

Nós, juntamente com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Santander Brasil S.A., somos os líderes no setor privado de atividades bancárias de serviços múltiplos. Em 31 de dezembro de 2017, estes bancos respondiam por 37,7% do total de ativos do setor bancário brasileiro. Enfrentamos também a concorrência de bancos do setor público, que recentemente se acirrou. Em 31 de dezembro de 2017, o Banco do Brasil S.A., a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) respondiam por 42,3% do total de ativos do sistema bancário.

A tabela a seguir apresenta o total de ativos dos dez principais bancos no Brasil, classificados de acordo com a sua participação no total de ativos do setor bancário brasileiro:

(Em bilhões de R$)

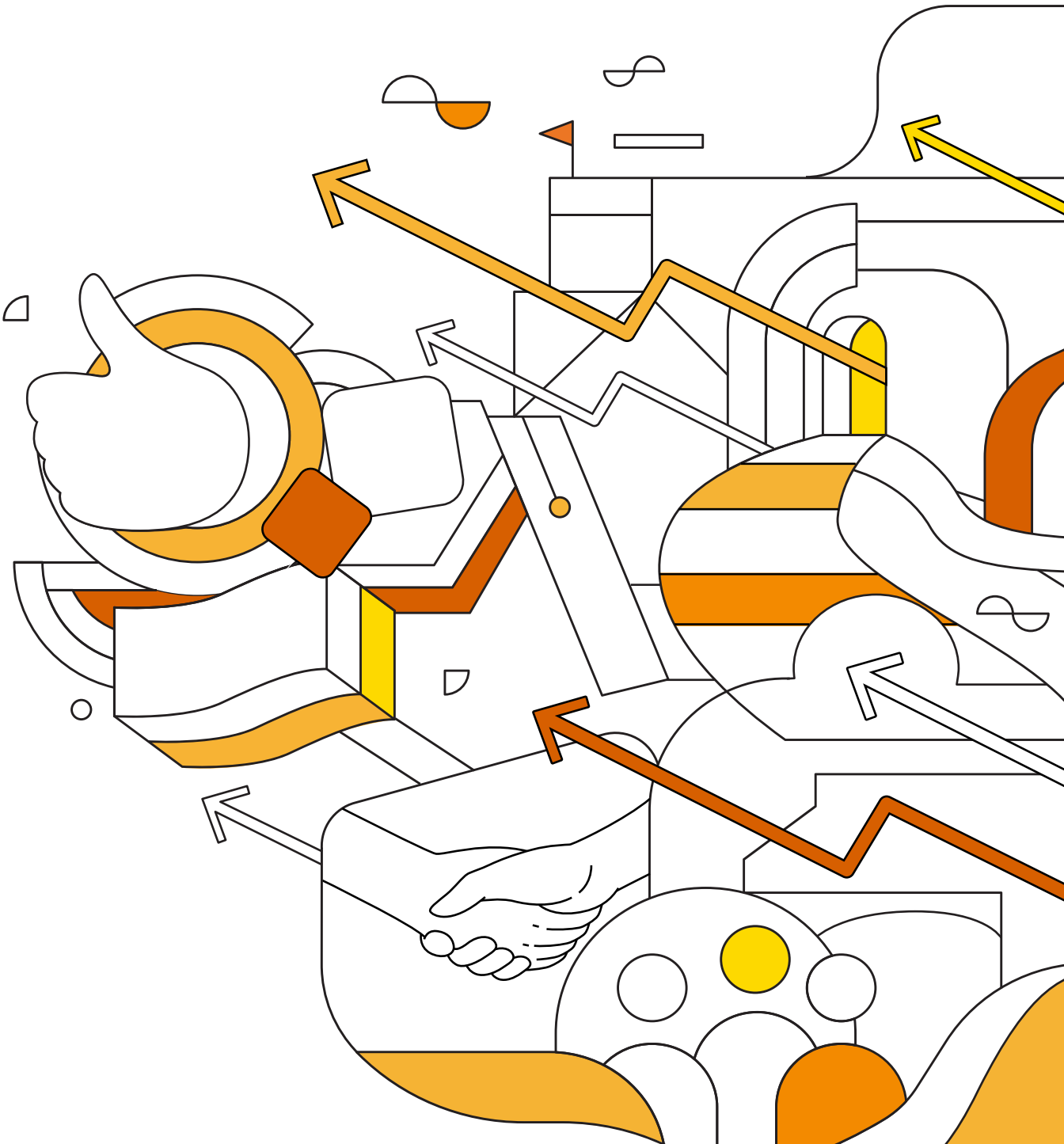
Posição	Bancos por total de ativos[1]	Tipo de controle	Em 31 de dezembro de	
			2017	% do total
1°	Itaú Unibanco Holding S.A.	Privado	1.383,6	16,8
2°	Banco do Brasil S.A.[2]	Estatal	1.368,4	16,6
3°	Caixa Econômica Federal	Estatal	1.261,5	15,3
4°	Banco Bradesco S.A.[3]	Privado	1.054,9	12,8
5°	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Estatal	861,5	10,4
6°	Banco Santander Brasil S.A.	Privado	674,7	8,2
7°	Banco BTG Pactual S.A.	Privado	153,4	1,9
8°	Banco Safra S.A.	Privado	149,5	1,8
9°	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul)	Estatal	72,6	0,9
10º	Banco Citibank S.A.	Privado	61,9	0,8
n.a.	Outros	n.a.	1.208,8	14,7
	Total[4]		**8.250,8**	**100,0**

(1) Baseado em serviços bancários , excepto seguros e fundos de pensão.
(2) Inclui a consolidação de 50,0% do Banco Votorantim S.A. com base na participação acionária do Banco do Brasil e exclui esses 50,0% do Sistema Financeiro Nacional .
(3) Inclui a consolidação do HSBC Bank Brasil S.A.
(4) Não inclui instituições de pagamento.
Fonte: Banco Central (Top 50 Bancos no Brasil).

3 Nossa governança

GRI 102-18 | GRI 103-2 | 103-3
Governança corporativa

Adotamos práticas de governança corporativa alinhadas com as melhores práticas do mercado e que atendem às regras da CVM e do Banco Central. Conheça detalhes da nossa estrutura e de nossos administradores.



Introdução

A adoção de boas práticas de governança corporativa agrega valor a uma empresa, facilita seu acesso ao capital e contribui para a sua longevidade. Portanto, além de cumprirmos as regras regulatórias relacionadas à governança corporativa, adotamos práticas que estão alinhadas às melhores práticas em vigor nos mercados brasileiro e internacional.

Acreditamos que uma governança sólida e meritocrática, orientada para a criação de valor de longo prazo, assegura um desempenho sustentável. Nossas práticas estão alinhadas com nossos valores e objetivos. Portanto, incentivamos o diálogo, a meritocracia e a gestão profissional do nosso negócio.

Estrutura de governança

O principal objetivo da nossa estrutura de governança corporativa é criar um conjunto eficiente de mecanismos de incentivo e monitoramento para assegurar que nossos administradores estejam sempre alinhados aos interesses dos nossos acionistas de forma sustentável e perene.

Para alcançar nosso objetivo, constituímos órgãos decisórios e procedimentos institucionalizados para alinhar nossa administração à cultura meritocrática, focada em desempenho e criação de valor a longo prazo.

Os três pilares principais da nossa estrutura de governança corporativa estão apresentados abaixo.

IUPAR (Itaú Unibanco Participações)

- Alinhamento e união entre os acionistas;
- Visão, missão e valores do grupo;
- Fusões e aquisições relevantes;
- Indicações para Conselho de Adminisração e CEO;
- Avaliação de desempenho e admissão de familiares; e
- Discussão e aprovação da estratégia de longo prazo.

Controle familiar

Com visão estratégica de longo prazo

Conselho de Administração (CA) do Itaú Unibanco

- Definição e acompanhamento da estratégia da empresa;
- Fusões e aquisições;
- Acompanhar o desempenho do Comitê Executivo;
- Nomeação da diretoria (meritocracia);
- Aprovação de orçamento;
- Definição e supervisão do apetite de risco e políticas de utilziação de capital;
- Definição e acompanhamento dos modelos de incentivos e remuneração e definição de metas;
- Supervisão da estratégia de tecnologias;
- Definição de políticas de meritocracia; e
- Supervisão de operação do negócio.

Gestão profissional

Definição de parâmetros operacionais

Comitê Executivo

- Implementação das diretrizes e metas do CA;
- Condução dos negócios e estratégias de produtos e segmentos;
- Garantir melhor alocação e gestão dos recursos financeiros, operacionais e humanos;
- Monitoramento de riscos de mercado, crédito e operacional; e
- Operar o banco em busca da criação de valor.

Criação de valor

Implemantação da estratégia e gestão do dia a dia

Nossas políticas

Adotamos políticas com o intuito de formalizar e consolidar estruturas existentes para proteger os interesses dos nossos colaboradores e acionistas, assim como promover nossa cultura e nossos valores, buscando sempre conduzir nossos negócios de maneira ética e transparente, prevenindo e combatendo fraude e atos ilícitos e assegurando a sustentabilidade dos nossos negócios.

A tabela a seguir apresenta nossas principais políticas relacionadas à Governança Corporativa, todas elas aprovadas pelo nosso Conselho de Administração.

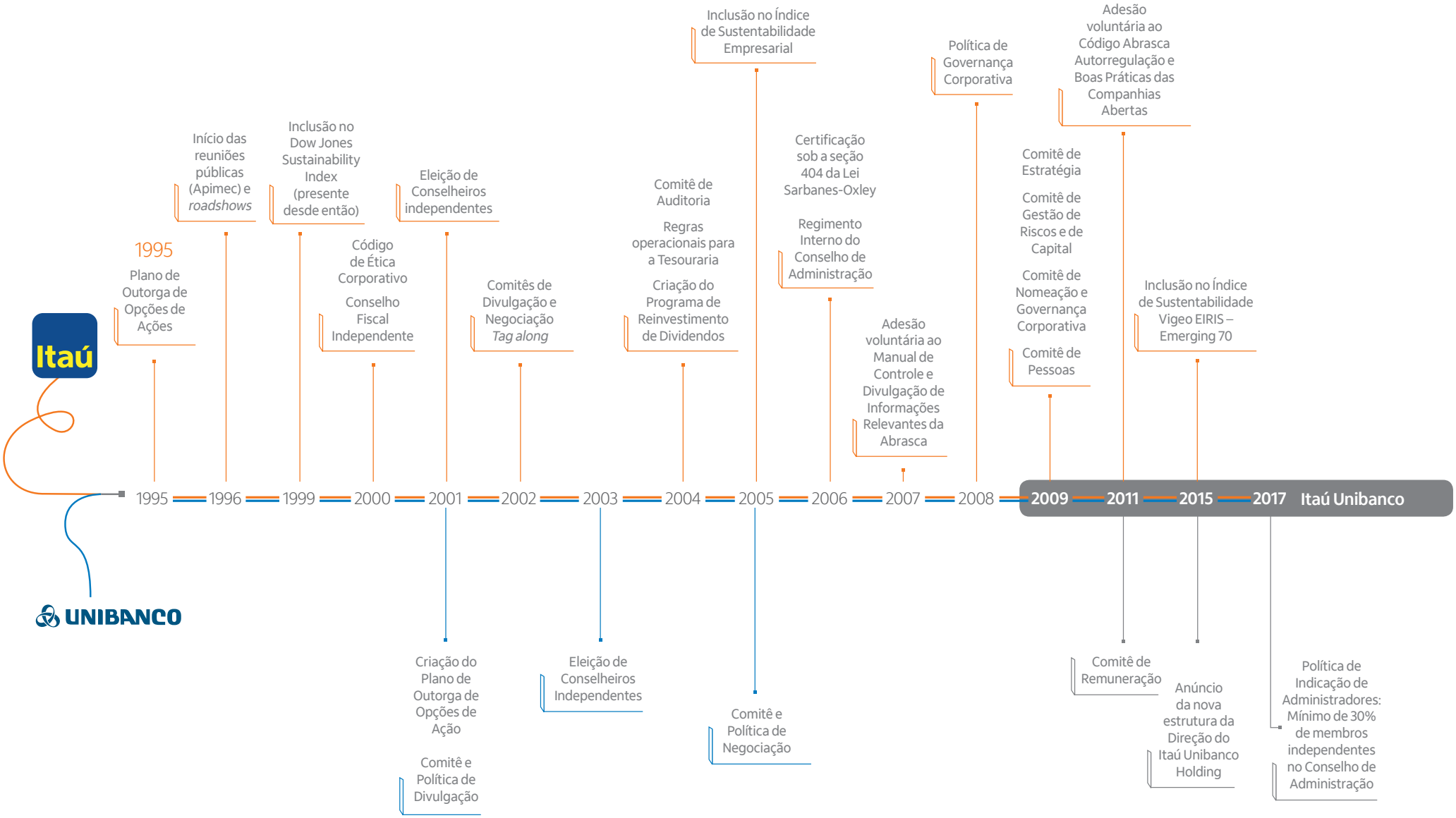
Nossas políticas	
Política de Governança Corporativa Atualizada em novembro de 2017	Esta política consolida os princípios e as práticas de Governança Corporativa adotados pelo Itaú Unibanco para que possam ser disseminados por toda a organização.
Código de Ética Atualizada em agosto de 2016	O Código de Ética se aplica a todos os nossos colaboradores, membros do Conselho de Administração e diretores e é baseado em princípios que orientam uma cultura organizacional voltada para a valorização das pessoas, o cumprimento rigoroso de regras e regulamentos e a busca permanente pelo desenvolvimento.
Política Corporativa de Integridade e Ética Atualizada em agosto de 2017	Esta política estabelece diretrizes adicionais ao Código de Ética do Itaú Unibanco relacionadas com o Programa Corporativo de Integridade e Ética e com situações de conflitos de interesse e dilemas éticos.
Política de Relacionamento com Agentes Públicos e Contratação com Órgãos e Empresas Públicas Aprovada em julho de 2016	O objetivo dessa política é orientar as relações do Conglomerado Itaú Unibanco, de uma maneira organizada, por meio de seus colaboradores e membros do Conselho de Administração, com agentes e órgãos públicos no âmbito dos interesses institucionais do banco e do sistema financeiro em geral. Além disso, a política também estabelece normas que tratam da nossa participação em contratos públicos com a Administração Pública e empresas governamentais.
Política Corporativa de Prevenção à Corrupção Atualizada em março de 2017	O objetivo dessas políticas é estabelecer normas para evitar conflitos de interesses em processos relacionados com doações e patrocínios e em relações com clientes, fornecedores e parceiros, nos setores público e privado, e também estabelecer diretrizes e procedimentos de prevenção e combate à corrupção, como treinamento, comunicação, consulta e canais de reclamação.
Políticas de Divulgação de Ato ou Fato Relevante Atualizada em março de 2018	A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante trata da divulgação pública de informações relevantes e da manutenção da confidencialidade dessas informações antes de sua divulgação, de acordo com as regras da CVM.
Políticas de Negociação de Valores Mobiliários de emissão da própria Companhia Atualizada em fevereiro de 2018	O objetivo desta política é estabelecer diretrizes e procedimentos a serem seguidos pela Companhia e por pessoas vinculadas na negociação das ações emitidas pela Companhia, assegurando transparência a todas as partes interessadas, sem privilegiar algumas em detrimento de outras.
Política para Transações com Partes Relacionadas Atualizada em outubro de 2017	O objetivo desta política é estabelecer normas e consolidar procedimentos a serem seguidos em transações entre partes relacionadas, assegurando equidade e transparência de modo a garantir aos acionistas, investidores e outras partes interessadas que estamos em conformidade com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Nossas práticas

Acreditamos que a sustentabilidade da nossa organização depende da maneira como interagimos com nossos colaboradores, clientes, acionistas e a sociedade. Assim, ouvimos e entendemos as demandas dos investidores e comunicamos as estratégias e os resultados do nosso negócio com clareza e transparência, buscando continuamente desenvolver iniciativas que agregam aos nossos diferentes públicos.

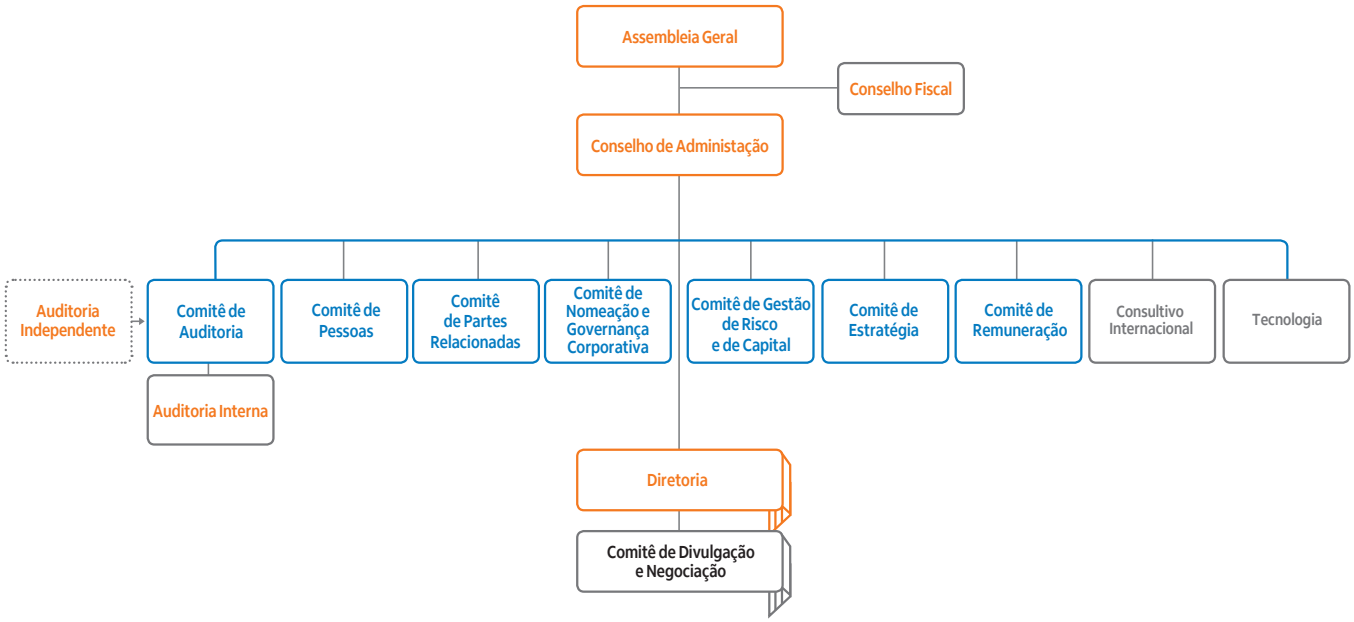
Desde 2002, em linha com o compromisso de fortalecer nossa posição no mercado de capitais brasileiro, realizamos uma série de apresentações nos escritórios regionais da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC). Desde 1996, também temos feito apresentações nos Estados Unidos e na Europa sobre as nossas práticas de governança. Nesses encontros, temos a oportunidade de fornecer à comunidade financeira detalhes sobre nosso desempenho, estratégias para agregar valor e perspectivas futuras, entre outras questões importantes.

A linha do tempo a seguir apresenta as principais práticas de Governança Corporativa adotadas nos últimos anos.


Itaú
UNIBANCO
1995
Plano de Outorga de Opções de Ações
Início das reuniões públicas (Apimec) e *roadshows*
Inclusão no Dow Jones Sustainability Index (presente desde então)
Código de Ética Corporativo
Conselho Fiscal Independente
Eleição de Conselheiros independentes
Comitês de Divulgação e Negociação *Tag along*
Comitê de Auditoria
Regras operacionais para a Tesouraria
Criação do Programa de Reinvestimento de Dividendos
Inclusão no Índice de Sustentabilidade Empresarial
Certificação sob a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley
Regimento Interno do Conselho de Administração
Adesão voluntária ao Manual de Controle e Divulgação de Informações Relevantes da Abrasca
Política de Governança Corporativa
Comitê de Estratégia
Comitê de Gestão de Riscos e de Capital
Comitê de Nomeação e Governança Corporativa
Comitê de Pessoas
Adesão voluntária ao Código Abrasca Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas
Inclusão no Índice de Sustentabilidade Vigeo EIRIS – Emerging 70
1995
1996
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2011
2015
2017
Itaú Unibanco
Criação do Plano de Outorga de Opções de Ação
Comitê e Política de Divulgação
Eleição de Conselheiros Independentes
Comitê e Política de Negociação
Comitê de Remuneração
Anúncio da nova estrutura da Direção do Itaú Unibanco Holding
Política de Indicação de Administradores: Mínimo de 30% de membros independentes no Conselho de Administração

Estrutura da administração

Nossa administração está estruturada de forma a garantir que as questões sejam amplamente discutidas e que as decisões sejam tomadas de forma colegiada. A tabela e o texto abaixo apresentam os órgãos da nossa administração, suas principais funções e os administradores que os compõem.



Assembleia Geral

Nossa Assembleia Geral reúne os acionistas regularmente até o final do mês de abril de cada ano e, excepcionalmente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. Nessas assembleias, os acionistas votam em determinados itens importantes que exigem seu consentimento e sua aprovação.

A convocação da Assembleia Geral é de responsabilidade do nosso Conselho de Administração. O primeiro edital de convocação deve ser publicado até 15 dias antes da data da assembleia, em primeira chamada. A legislação societária brasileira estabelece que, em circunstâncias específicas, a assembleia também pode ser convocada pelo conselho fiscal ou por qualquer acionista.

O edital de convocação de uma assembleia geral deve ser publicado três vezes, em datas diferentes, em jornais de grande circulação em São Paulo, onde está localizada a nossa sede, determinando o local, a data e a hora da assembleia, a ordem do dia e, no caso de alteração do estatuto social, uma descrição da alteração proposta.

Além de cumprir as exigências da legislação societária brasileira, também publicamos os editais em dois idiomas diferentes (português e inglês) em nosso site de Relações com Investidores e enviamos por mensagem eletrônica para os investidores e acionistas cadastrados, e também por meio da CVM, da B3, da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

Como regra geral, a legislação societária brasileira prevê que o quorum para uma assembleia geral é composto por acionistas que representem, pelo menos, 25% do capital votante, em primeira convocação. Caso esse quorum não seja alcançado, ele será representado por qualquer percentual do capital votante da empresa na data da segunda convocação da assembleia. Geralmente, as nossas assembleias são realizadas com um quorum que representa aproximadamente 90% do nosso capital votante.

Para participar de uma assembleia geral, os acionistas devem apresentar um documento de identidade. O acionista pode ser representado na assembleia geral por um procurador nomeado menos de um ano antes da assembleia.

Desde 2012, passamos a disponibilizar a ferramenta "Assembleia On-line", uma plataforma de votação eletrônica que permite maior acessibilidade aos acionistas, os quais podem exercer seus votos antecipadamente, de qualquer localidade. Em setembro de 2016, espontaneamente, disponibilizamos o Boletim de Votação à Distância, documento eletrônico pelo qual os acionistas conseguem transmitir suas instruções de votação diretamente para a Empresa ou por meio de prestadores de serviços. De acordo com a Instrução CVM nº 561/2015, alterada pela Instrução CVM nº 594/2017, a adoção do Boletim de Votação à Distância tornou-se obrigatória a partir de 2017.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão independente, composto por três a cinco membros eleitos anualmente pelos nossos acionistas, cujas atribuições são fiscalizar as atividades da nossa Administração, examinar nossas demonstrações contábeis e emitir uma opinião sobre as mesmas, entre outras competências estabelecidas pela legislação brasileira. O Conselho Fiscal deve atuar de forma independente da Administração, dos nossos auditores externos e do Comitê de Auditoria.

Embora sua existência permanente não seja legalmente obrigatória, temos um Conselho Fiscal instalado e operando de forma ininterrupta desde 2000. Consulte em www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/pt/Regimento_conlho_fiscal.pdf o Regimento Interno do Conselho Fiscal.

Conselho de Administração GRI 102-25

Nosso Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes gerais dos nossos negócios, inclusive das sociedades controladas, e seus membros são eleitos anualmente por nossos acionistas.

Contamos, atualmente, com 12 conselheiros, 11 dos quais são não executivos (91,66%), dos quais cinco são considerados independentes (41,66%). Nosso Conselho de Administração se reúne ordinariamente oito vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que necessário (na prática, uma média de uma vez por mês). Para promover a rotatividade dos conselheiros, nosso estatuto prevê a inelegibilidade de pessoas que tenham alcançado a idade de 70 anos.

Os membros do Conselho da Administração devem atuar de forma isenta, de acordo com regras preestabelecidas, evitando conflitos de interesse. Essas regras incluem:

- Não participar de deliberações referentes aos assuntos com os quais os interesses do membro do Conselho de Administração sejam conflitantes com os nossos interesses. O membro do Conselho de Administração deve informar ao Conselho qualquer possível conflito de interesse, assim que o assunto que gerou esse conflito for incluído na ordem do dia ou proposto pelo Presidente do Conselho de Administração e, em qualquer circunstância, antes do início de qualquer discussão sobre o tema em questão;
- Caso o membro do Conselho de Administração, ou uma empresa controlada ou gerida por esse membro, realize uma operação com qualquer empresa do Grupo Itaú Unibanco: (a) a operação deve ser realizada em condições normais de mercado; (b) se ela não for uma operação cotidiana ou uma prestação de serviços, devem ser avaliadas as características da operação as quais comprovem que será realizada em condições normais de mercado; e (c) a operação deve ser conduzida sob a governança da Política para Transações com Partes Relacionadas e ser enviada para aprovação do Comitê de Partes Relacionadas ou dos canais habitualmente competentes na hierarquia do Itaú Unibanco, conforme o caso; e
- Participar de, no máximo, quatro conselhos de administração de empresas que não pertençam a um mesmo grupo.

Consulte a seção Nossa governança, item Nossos conselheiros e diretores executivos, para mais informações sobre os membros do nosso Conselho de Administração.

Comitês do Conselho de Administração

Apresentamos, neste organograma, nossos sete comitês, os quais respondem diretamente ao Conselho de Administração. Seus integrantes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de um ano e devem ter conhecimento comprovado nas respectivas áreas de atuação e capacitação técnica compatível com as suas atribuições.

Os comitês podem contratar especialistas externos, com a preocupação de sempre zelar pela manutenção da integridade e da confidencialidade de seus trabalhos.

Consulte www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/regulamentos-e-politicas para acessar o Regimento Interno de cada comitê.

COMITÊS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AUDITORIA

- Garantir a integridade das demonstrações contábeis
- Cumprir exigências legais e regulatórias
- Assegurar a eficiência dos controles internos
- Gestão de riscos em geral (terceira linha de defesa)

• 100% dos membros são independentes | • 146 reuniões em 36 dias | • Desde 2004

"Durante 2017, mantivemos nossa agenda regular. Dentre os temas de maior dedicação do Comitê neste ano, podemos citar os reportes das diversas áreas sobre os controles em relação aos riscos à segurança da informação, tema que se encontra em foco em várias outras industrias. Ressaltamos, também, a atuação dos Comitês de Auditoria das subsidiarias da companhia e seu relacionamento com o Comitê da matriz. Por fim, destacamos que durante o ano de 2017, o Banco Central do Brasil emitiu importantes normativos, em especial, aqueles referentes ao relacionamento com clientes, compliance, auditoria interna e regras do cartão de crédito, assim como gestão integrada de riscos, o que resultou em uma atuação do Comitê de Auditoria, o qual se dedicou a acompanhar as ações da administração para implementação das medidas necessárias ao cumprimento desses normativos."

Diego Fresco Gutierrez – Especialista financeiro do Comitê de Auditoria

PESSOAS

- Definir políticas para atração e retenção de talentos
- Propor diretrizes para recrutamento e capacitação dos colaboradores
- Apresentar programas de incentivo de longo prazo aplicar e monitorar a cultura de meritocracia

• 100% dos membros são não executivos | • 3 reuniões | • Desde 2009

"Em 2017 revelamos, em um evento para mais de 10 mil líderes no Brasil e no exterior, e posteriormente para toda a organização, o nosso Propósito – Estimular o Poder de Transformação das Pessoas – e as seis frentes prioritárias que racionalizam nossos esforços e garantem uma discussão mais objetiva dos resultados que perseguimos para os próximos anos. Iniciamos também os esforços para melhorar a experiência da jornada digital de nossos colaboradores e os pilotos de home office e jornada flexível com 700 pessoas; assinamos o compromisso WEPs (*Women's Empowerment Principles*) da ONU; e revisamos os modelos de incentivos das equipes que trabalham em comunidades na área de Tecnologia. A agenda de Pessoas para 2018 prevê ênfase em frentes que direcionam nossa atuação para o futuro: (1) melhorar a experiência do colaborador no dia a dia da empresa, fator-chave para o sucesso das organizações; (2) respeitar a diversidade, de modo a favorecer o debate de ideias e a inovação; e (3) revisar os modelos de incentivos das demais áreas do banco, para que suportem a transformação para uma cultura organizacional mais digital e colaborativa."

Pedro Moreira Salles – Copresidente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Pessoas

PARTES RELACIONADAS

- Gerir as operações entre partes relacionadas
- Assegurar a igualdade e transparência destas operações

• 100% dos membros são independentes | • 15 reuniões | • Desde 2013

"Durante o ano de 2017, o Comitê de Partes Relacionadas revisou a Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia, aprimorando conceitos, fluxos de informação e alçadas de aprovação relacionadas a esse tipo de transação. Mais de 20 casos foram recepcionados e analisados pelo Comitê, envolvendo temas como tecnologia, doações e prestação de serviços financeiros, sendo 2 deles divulgados ao mercado, em cumprimento à Instrução CVM 480/09. Dessa forma, prosseguimos com nosso compromisso de manter uma governança robusta e transparente nas transações envolvendo Partes Relacionadas, assegurando a igualdade entre nossos acionistas, investidores e *stakeholders*."

Fábio Colletti Barbosa – Conselheiro Independente e Presidente do Comitê de Partes Relacionadas

NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA CORPORATIVA

- Revisar periodicamente os critérios de nomeação e Sucessão
- Apoiar metodologicamente a avaliação do Conselho de Administração e do Presidente
- Indicar Conselheiros e Diretores Gerais
- Analisar potenciais conflitos de interesse

• 100% dos membros são não executivos | • 2 reuniões | • Desde 2013

"Em 2017, o Comitê de Nomeação e Governança Corporativa teve discussões relevantes a respeito da composição do Conselho de Administração e dos Comitês do Conselho e teve uma agenda bastante voltada ao aprimoramento da nossa Governança Corporativa, o que incluiu a análise de práticas recomendadas por índices de sustentabilidade e pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa. Além disso, foi aprovada uma Política de Sucessão de Administradores, visando assegurar que a Companhia disponha de profissionais cujas experiências e competências contribuam para o seu bom desempenho e para preservação de seu valor."

Alfredo Egydio Setubal – Conselheiro e membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa

Comitê | Conselho Consultivo

COMITÊS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

- Apoiar o Conselho de Administração Definir o apetite de risco
- Avaliar o custo de capital e o retorno mínimo esperado
- Alocar o capital
- Supervisionar as atividades da gestão e o controle de riscos
- Aperfeiçoar a cultura de riscos
- Atender exigências regulatórias

100% dos membros são não executivos | 8 reuniões | Desde 2009

"Em 2017, além de exercer seu mandato de supervisionar as atividades de gestão de riscos e de capital, o Comitê investiu um tempo significativo monitorando e aprimorando nossa política de apetite a riscos em todas suas dimensões. Adicionalmente, o Comitê aprofundou sua abordagem e estabeleceu uma agenda contínua de atualização na gestão dos riscos relevantes do conglomerado".
Pedro Luiz Bodin de Moraes – **Conselheiro Independente e Presidente do Comitê de Gestão de Riscos e Capital**

ESTRATÉGIA

- Propor diretrizes orçamentárias
- Fornecer subsídios para tomada de decisão
- Recomendar diretrizes estratégicas e oportunidades de investimento (Fusões e Aquisições)
- Internacionalizar e criar novas áreas de negócio

80% dos membros são não executivos | 3 reuniões | Desde 2009

"O Comitê de Estratégia reuniu-se quatro vezes durante 2017. Discutiu estratégias de crescimento, tendências e estratégias de sustentabilidade corporativa. Avaliou oportunidades de desenvolvimento e de aquisição de novos negócios, destacando-se a aquisição de 49,9% do capital social da XP Investimentos S.A., que se encontra pendente de aprovação pelo Banco Central do Brasil."
Roberto Setubal – **Copresidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia**

REMUNERAÇÃO

- Promover discussões sobre os modelos de incentivo e remuneração
- Desenvolver políticas de remuneração para os Administradores e colaboradores
- Definir metas

100% dos membros são não executivos | 4 reuniões | Desde 2011

"Ao longo de 2017, o Comitê de Remuneração dedicou-se a:
- Analisar estudos comparativos sobre a remuneração dos executivos com base em pesquisas de mercado, concluindo que nosso modelo é consistente com níveis de mercado e com nossos resultados;
- Aprovar o pool de bônus global a ser distribuído aos empregados e administradores;
- Atender à solicitação do Banco Central para ajustar o cálculo da remuneração de executivos da área de risco para evitar metas financeiras;
- Alinhar as regras do Programa de Sócios para os executivos de unidades internacionais com os padrões do Brasil;
- Aprimorar a regra aplicável ao executivo que se desvincula da organização próximo de atingir a idade limite para aposentadoria; e
- Discutir e aprovar as metas e a remuneração de cada membro do Comitê Executivo."

Gustavo Jorge Laboissière Loyola – **Conselheiro e membro do Comitê de Remuneração**

CONSULTIVO INTERNACIONAL

- Avaliar as perspectivas para a economia mundial
- Adotar tendências, códigos e normas internacionalmente aceitas
- Oferecer diretrizes para o Conselho de Administração analisar oportunidades

TECNOLOGIA

- Propor evoluções tecnológicas
- Avaliar a experiência dos clientes
- Acompanhar tendências mundiais

Comitê | Conselho Consultivo

Auditoria Interna GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9)

A Auditoria Interna, com supervisão técnica do Comitê de Auditoria, proporciona, ao Conselho de Administração e à alta administração avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento de riscos, a adequação dos controles e o cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado. Essas avaliações são realizadas periodicamente, com intervalos geralmente de 12 a 36 meses, seguindo uma metodologia preparada segundo os padrões do Instituto de Auditores Internos (IIA).

A Auditoria Interna requer que a área auditada estabeleça planos de ação para as deficiências identificadas, considerando prazos que variam de acordo com as classificações de risco.

Pré-aprovação de políticas e procedimentos

Entre as responsabilidades do Comitê de Auditoria está a determinação de políticas e procedimentos relativos a serviços que podem ser prestados por nossos auditores externos. Anualmente, o Comitê de Auditoria emite (i) a lista de serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos, considerando que tais serviços poderiam, eventualmente, afetar sua independência; (ii) a lista de serviços que estão pré-aprovados; e (iii) os serviços que precisam ser aprovados previamente pelo Comitê de Auditoria.

Honorários e serviços dos principais auditores

O quadro a seguir apresenta o valor total cobrado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes por categoria de serviços prestados nos exercícios de 2017 e 2016:

(Em milhares de R$)

Honorários	2017	% de aprovação pelo Comitê de Auditoria	2016	% de aprovação pelo Comitê de Auditoria
Honorários de auditoria	61.835	100,0	60.512	100,0
Honorários relacionados à auditoria	6.478	100,0	4.755	100,0
Honorários de serviços tributários	416	100,0	453	100,0
Outros honorários	89	100,0	969	100,0
Total	**68.819**		**66.689**	

- **Honorários de auditoria:** correspondem à auditoria das nossas demonstrações contábeis consolidadas anuais, à revisão das nossas demonstrações contábeis trimestrais, bem como à auditoria e revisão das demonstrações contábeis de nossas subsidiárias, serviços referentes à emissão de *comfort letters* em ofertas de títulos e valores mobiliários e auditoria de controles internos referentes à Lei Sarbanes-Oxley.

- **Honorários relacionados à auditoria:** correspondem aos serviços prestados relacionados à emissão de laudos de avaliação contábil, assessoria na revisão de documentos a serem enviados aos órgãos reguladores nacionais e internacionais, inclusive documentos sobre o cumprimento de leis e regulamentos, auditoria de demonstrações contábeis específicas, asseguração de controles e políticas de emissão de gases de efeito estufa, atividades de *due diligence*, revisão de relatórios para fins especiais e procedimentos previamente acordados para revisão de cálculos de *profit share* decorrentes de contratos de parceria comercial.

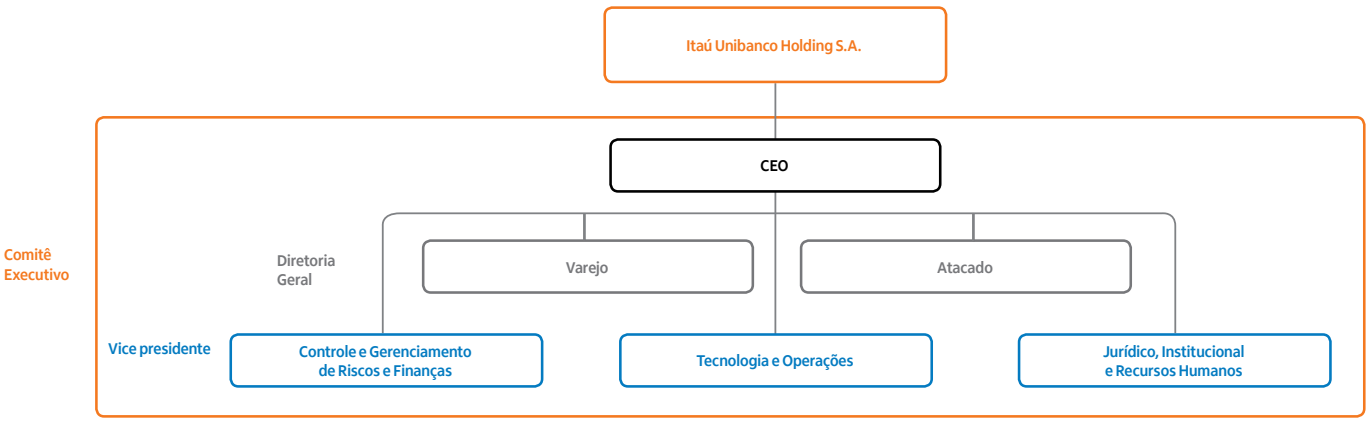
- **Honorários de serviços tributários:** correspondem à revisão da Escrituração Contábil Fiscal, emissão de relatório sobre a liquidação de imposto de renda e revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência.

- **Outros honorários:** correspondem a treinamentos, aquisição de materiais técnicos e pesquisas, consultoria relacionada aos processos internos e *benchmarking* para operação de *middle market*, revisão de controles dos processos de negociação de dívidas de cartão de crédito e assessoria na revisão da estruturação da venda de carteira de crédito.

Comitê Executivo

Nosso Comitê Executivo é responsável por conduzir as estratégias relacionadas aos produtos e aos negócios desenvolvidos pela Sociedade e implementar as diretrizes propostas pelo Conselho de Administração.

Conforme anunciado em 9 de novembro de 2016, foram realizadas mudanças estruturais na direção do Itaú Unibanco Holding. A tabela abaixo apresenta a estrutura do nosso comitê executivo, composto pelo Presidente Executivo, dois Diretores Gerais e três Vice-Presidentes:



Consulte a seção Nossa governança, item Nossos conselheiros e diretores executivos, para mais informações.

Diretoria

Nossa Diretoria é eleita anualmente pelo Conselho de Administração e tem o papel de implementar as diretrizes por ele propostas. Os diretores conduzem nossas atividades de negócios no dia a dia, garantindo a melhor alocação e gestão dos recursos para alcance das metas estabelecidas. A estrutura da nossa Diretoria leva em consideração a segmentação dos nossos negócios que, em vista da complexidade de nossa organização, exigem um profundo conhecimento de diferentes áreas, habilidades e setores de negócios.

A eleição de cada membro da nossa Diretoria deve ser aprovada pelo Banco Central. Ainda segundo a legislação brasileira, um diretor em exercício mantém o seu cargo até que seja reeleito ou até a posse de seu sucessor. Nossos diretores passam por uma rigorosa avaliação interna periódica, na qual são considerados critérios de desempenho como satisfação do cliente e gestão financeira e de pessoas.

Comitê de Divulgação e Negociação

Fomos uma das primeiras empresas de capital aberto no Brasil a ter um Comitê de Divulgação e Negociação. Este órgão, instituído em 2005, é subordinado ao Conselho de Administração e suas atribuições e composição estão descritas abaixo:

Funções	Composição
• Gerir a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e a Política de Negociação de Valores Mobiliários; • Conduzir as ações internas que buscam melhorar o fluxo de informações; • Promover a conduta ética de nossos administradores e colaboradores; e • Assegurar a transparência, qualidade, igualdade e segurança nas informações prestadas aos nossos acionistas, investidores, e demais participantes do mercado de capitais.	• Membros do Conselho de Administração; • Membros da Diretoria do Itaú Unibanco Holding ou qualquer empresa do Conglomerado Itaú Unibanco; • Profissionais de conhecimento comprovado na área de mercado de capitais; e • Diretor de Relações com Investidores (membro permanente do Comitê).

Membros da Diretoria e do Conselho de Administração

Três dos nossos conselheiros, Alfredo Egydio Setubal, Ricardo Villela Marino e Roberto Egydio Setubal, são membros da família Egydio de Souza Aranha e dois dos nossos conselheiros, João Moreira Salles e Pedro Moreira Salles, são membros da família Moreira Salles.

Nosso Conselho de Administração foi eleito e reeleito na Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2017. Pedro Moreira Salles, Roberto Egydio Setubal, Alfredo Egydio Setubal, Fábio Colletti Barbosa, Gustavo Jorge Laboissiére Loyola, José Galló, Pedro Luiz Bodin de Moraes e Ricardo Villela Marino foram reeleitos membros do nosso Conselho de Administração para o mandato de um ano.

Na mesma data, Amos Genish, Geraldo José Carbone, João Moreira Salles e Marco Ambrogio Crespi Bonomi também foram eleitos membros do Conselho de Administração.

Candido Botelho Bracher deixou o Conselho de Administração para assumir o cargo de Presidente Executivo. Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Demosthenes Madureira de Pinho Neto e Nildemar Secches não foram reeleitos membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho Amos Genish, Fábio Colletti Barbosa, Gustavo Jorge Laboissière Loyola, José Galló e Pedro Luiz Bodin de Moraes foram considerados por nós como Conselheiros Independentes, representando 42% de nosso Conselho de Administração.

Com relação a nosso Conselho Fiscal, Alkimar Ribeiro Moura foi reeleito como membro efetivo, tendo como seu suplente João Costa também reeleito. José Caruso Cruz Henriques foi reeleito como membro efetivo, tendo Reinaldo Guerreiro sido eleito como seu suplente. Carlos Roberto de Albuquerque Sá foi reeleito como membro efetivo, tendo como seu suplente Eduardo Azevedo do Valle, também reeleito.

Na reunião do Conselho de Administração de 27 de abril de 2017, os membros da nossa Diretoria Executiva foram reeleitos para o mandato de um ano. Nessa reunião, Tatiana Grecco foi eleita Diretora e Wagner Bettini Sanches não foi reeleito.

Os membros do Comitê de Auditoria também foram reeleitos para o mandato de um ano. Nessa mesma data, Gustavo Jorge Laboissière Loyola foi eleito Presidente do Comitê de Auditoria e Diego Fresco Gutierrez como nosso Especialista Financeiro.

Em 25 de maio de 2017, o Banco Central aprovou a eleição e reeleição (conforme o caso) dos membros do nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Em 14 de junho de 2017, José Caruso Cruz Henriques foi nomeado Presidente do nosso Conselho Fiscal e o Conselheiro Alkimar Ribeiro Moura foi nomeado seu suplente em caso de ausência ou incapacidade.

Na reunião do Conselho de Administração de 28 de setembro de 2017, os membros Andre Balestrin Cestare, Renato Barbosa do Nascimento e Tom Gouvêa Gerth foram eleitos diretores. O Banco Central aprovou essas eleições em 31 de outubro de 2017.

Na reunião do Conselho de Administração de 5 de outubro de 2017, os membros aprovaram a indicação do Diretor Executivo Alexsandro Broedel para o cargo de Diretor Executivo de Relações com Investidores. Na reunião do Conselho de Administração de 30 de outubro de 2017, Marcelo Kopel deixou o cargo de diretor do Itaú Unibanco Holding e, portanto, não mais exerce essa função na companhia a partir dessa data.

Na reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2017, os membros ratificaram a saída de Atilio Luiz Magila Albiero Junior do cargo de diretor do Itaú Unibanco Holding, que deixou, assim, de exercer essa função na Companhia a partir dessa data.

Conselho de Administração

Pedro Moreira Salles (Copresidente)

Competências relevantes e experiência

Pedro Moreira Salles tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, dentre eles Presidente do Conselho de Administração (agosto de 2009 a abril de 2017) e Vice-Presidente Executivo (novembro de 2008 a agosto de 2009) do Itaú Unibanco Holding S.A.

Além disso, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. (fevereiro de 2010 a abril de 2012); membro do Conselho de Administração (dezembro de 1989 a julho de 1990), Vice-Presidente do Conselho de Administração (julho de 1990 a dezembro de 2008), Diretor Presidente (setembro de 2004 a novembro de 2008) e Diretor Vice-Presidente (novembro de 2008 a outubro de 2009) do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.; Vice-Presidente do Conselho de Administração (março de 2008 a novembro de 2008) e Diretor Presidente (março de 2007 a novembro de 2008) do Unibanco Holdings S.A., e Presidente do Conselho de Administração da Unibanco Seguros S.A. (dezembro de 1995 a fevereiro de 2009).

Moreira Salles ocupa os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia E. Johnston de Participações desde 2008.

Foi também membro do Conselho de Administração (novembro de 2008 a junho de 2015) e é Diretor Presidente desde junho de 2015 da IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A., tendo anteriormente ocupado o cargo de Presidente do Conselho de Administração (novembro de 2008 a abril de 2012). Foi membro do Conselho de Administração da Totvs S.A. (março de 2010 a setembro de 2017).

Ocupou o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. (novembro de 2009 a março de 2012) e Presidente do Conselho de Administração da E. Johnston Representação e Participações S.A. (2001 a fevereiro de 2009).

Outros cargos

Pedro Moreira Salles é Presidente do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) desde março de 2017.

Formação acadêmica

É Bacharel, *magna cum laude*, em Economia e História pela Universidade da Califórnia, Los Angeles, EUA. Também cursou o programa de mestrado em Relações Internacionais na Universidade de Yale e o programa de Administração de Sócio-Presidente (OPM) na Universidade de Harvard, ambos nos Estados Unidos.

Roberto Egydio Setubal (Copresidente)

Competências relevantes e experiência

Roberto Egydio Setubal tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, dentre eles Diretor Presidente (novembro de 1995 a abril de 2017), Vice-Presidente do Conselho de Administração (março de 2003 a abril de 2017) e Presidente do Conselho Consultivo Internacional (março de 2003 a abril de 2009) do Itaú Unibanco Holding S.A.

É membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Royal Dutch Shell (Holanda) desde outubro de 2017.

Ocupou também os cargos de Diretor Presidente (abril de 1994 a março de 2015), Diretor Geral (julho de 1990 a abril de 1994) e membro do Conselho de Administração (maio de 1991 a março de 2003) no Itaú Unibanco S.A.

Roberto Egydio Setubal foi também Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2004 a abril de 2015); Diretor Presidente do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (novembro de 2008 a abril de 2011); e Presidente do Conselho de Administração (julho de 2005 a abril de 2013) e Diretor Presidente (março de 2005 a julho de 2008) da Itauseg Participações S.A.

Atua como Diretor Vice-Presidente da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. desde maio de 1994, tendo sido Presidente do Comitê de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a abril de 2011.

Outros cargos

Desde 1994 é membro do Conselho da Conferência Monetária Internacional. Foi Presidente da Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) de abril de 1997 a março de 2001, e Presidente do Conselho Consultivo da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) (outubro de 2008 a março de 2017). Em abril de 2000, tornou-se membro da Comissão Trilateral do Conselho Internacional da NYSE e, em 2002, membro de Comitê Consultivo Internacional do Federal Reserve Bank of New York. Em 2010, passou a integrar o Fórum de Desenvolvimento da China e desde 2015 é Copresidente do Fórum Econômico Mundial (WEF). Integra também o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República desde novembro de 2016.

Formação acadêmica

É Bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) em 1977 e Mestre em Engenharia pela Universidade de Stanford, Estados Unidos (1979).

Alfredo Egydio Setubal (Membro)

Competências relevantes e experiência

Alfredo Egydio Setubal tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente (março de 2003 a março de 2015) e Diretor de Relações com Investidores (março de 2003 a fevereiro de 2015) do Itaú Unibanco Holding S.A.

Atuou como Presidente do Conselho de Administração da Investimentos Bemge S.A. (abril de 2008 a abril de 2013) e como Diretor Vice-Presidente (abril de 1996 a março de 2015), Diretor de Relações com Investidores (1995 a 2003), Diretor Executivo (maio de 1993 a junho de 1996) e Diretor Gerente (1988 e 1993) do Itaú Unibanco S.A.

Alfredo Egydio Setubal é também Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde maio de 2015, Vice-Presidente do Conselho de Administração desde setembro de 2008, Coordenador desde maio de 2015 e membro dos Comitês de Ética e de Divulgação e Negociação desde maio de 2009 e foi membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a abril de 2011 da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Outros cargos
Ocupou os cargos de Vice-Presidente (1994 a agosto de 2003) e Presidente (agosto de 2003 a agosto de 2008) da Associação Nacional de Bancos de Investimento (ANBID), membro do Conselho de Administração (1999 a 2009) do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), sendo Presidente do seu Comitê Superior de Orientação, Nomeação e Ética desde 2009.

Atua também como membro do Conselho Consultivo da Associação dos Concessionários de Valores Mobiliários (ADEVAL) desde 1993; membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA) desde 1999; e Diretor Financeiro do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) desde 1992.

Formação acadêmica
É Bacharel e pós-Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV), de São Paulo, com curso de especialização na INSEAD, França.

Amos Genish (Membro independente)
Competências relevantes e experiência
Amos Genish possui vasta experiência no setor de alta tecnologia e telecomunicações. Atuou como Diretor Presidente da Telefônica Brasil S.A. (maio de 2015 a novembro de 2016) e membro do Conselho de Administração (maio de 2015 a janeiro de 2017).

Foi Diretor Presidente da Global Village Telecom S.A. (1999 a 2015) e da Edunetics (1995 a 1996), empresa de sistemas de software que teve suas ações negociadas na NASDAQ até 1996 quando foi adquirida pela National Education Corporation. Foi também membro do Conselho de Administração da Vivendi S.A. (2011 a 2012).

Exerceu cargos de administração no Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL), na Innoweb Ltda., na POP Internet Ltda. e na GVT Participações S.A.

Fez parte da equipe fundadora da GVT em 1999, presidindo-a durante sua bem-sucedida oferta inicial de ações (IPO) em 2007 e subsequente aquisição de controle pela Vivendi em 2009.

Formação acadêmica
É Bacharel em Economia e Contabilidade pela Universidade de Tel-Aviv, Israel.

Fábio Colletti Barbosa (Membro independente)
Competências relevantes e experiência
Fábio Colletti Barbosa é membro do Conselho de Administração da Natura Cosméticos S.A. e da Cia. Hering desde maio de 2017.

Foi Presidente da Abril Comunicações S.A. (setembro de 2011 a março de 2014); Presidente do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A. (janeiro de 2011 a setembro de 2011); Presidente do Conselho de Administração do Banco Santander S.A. (agosto de 2008 a dezembro de 2010); e Diretor Presidente do Banco Real S.A. (1998 a 2008).

Outros cargos
Exerce também os cargos de Presidente do Conselho de Administração da Fundação OSESP desde 2012; membro do Conselho Deliberativo do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa desde 2010; membro do Conselho da Fundação das Nações Unidas (EUA) desde 2011; membro do Conselho do Instituto Empreender Endeavor desde 2008; membro do Conselho da Almar Participações S.A. desde 2013 e membro do Comitê de Investimentos da Gávea Investimentos desde setembro de 2015.

Formação acadêmica
É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV), de São Paulo e Mestre em Administração de Empresas pelo Institute for Management and Development, em Lausanne, Suíça.

Geraldo José Carbone (Membro)
Competências relevantes e experiência
Geraldo José Carbone tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, dentre eles membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. (agosto de 2006 a abril de 2008) e Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. (abril de 2008 a abril de 2011); Diretor Executivo do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (novembro de 2008 a outubro de 2009); Diretor Vice-Presidente do Banco Itaubank S.A. (abril de 2009 a abril de 2011), e Diretor Vice-Presidente da Itaú Vida e Previdência S.A. (março de 2009 a março de 2011).

É Sócio-Diretor da G/xtrat Consultoria Econômica Ltda. e da GC/Capital Empreendimentos e Participações Ltda. desde 2011.

Foi Diretor Presidente do Bank Boston (julho de 1987 a agosto de 2006); Vice-Presidente da Divisão de Asset Management (1994 a 1997) e Diretor do Departamento de Economia e da Unidade de Pesquisa de Investimento no Brasil (1991 a 1994).

Foi também Economista Chefe da Bunge y Born (1982 a 1987).

Formação acadêmica
É Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) em 1978.

Gustavo Jorge Laboissière Loyola (Membro independente)
Competências relevantes e experiência
Gustavo Jorge Laboissière Loyola foi membro do Conselho Fiscal (março de 2003 a abril de 2006) do Itaú Unibanco Holding S.A.

Atua como Sócio nas empresas Tendências Consultoria Integrada S/S Ltda., desde novembro de 2002, e Tendências Conhecimento Assessoria Econômica Ltda. desde julho de 2003, e como Sócio-Diretor da Gustavo Loyola Consultoria S/C desde fevereiro de 1998.

Exerceu o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil (novembro de 1992 a março de 1993 e junho de 1995 a novembro de 1997) e Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional do Banco Central do Brasil (março de 1990 a novembro de 1992).

Formação acadêmica
É Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília (1979) e Doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, Brasil (1983).

João Moreira Salles (Membro)

Competências relevantes e experiência
João Moreira Salles ocupa diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, dentre eles membro do Conselho de Administração da Iupar – Itaú Unibanco Participações S.A. desde 2015. Foi também economista do Banco Itaú BBA Creditanstalt S.A. (2002 a 2003).

Atualmente é Diretor da Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A., onde, desde 2013, é corresponsável pela gestão da BW Gestão de Investimentos (BWGI) e membro dos Comitês de Investimento (CO-CIO), Risco e Operacional; membro do Conselho Consultivo da Cambuhy Agrícola e responsável pelo acompanhamento das demais subsidiárias da BWSA.

É Sócio da Cambuhy Investimentos desde 2013; membro do Comitê de Investimentos desde 2013; e foi membro do Conselho de Administração da investida Parnaíba Gás Natural (2014 a 2017).

Foi Banqueiro de Investimento do J. P. Morgan Chase, NY, EUA (2011 a 2013) e Economista Chefe da ForeSee Asset Management, São Paulo, Brasil (2003 a 2005).

Formação acadêmica
É Bacharel em Economia pelo INSPER (IBMEC-SP) em 2003; Mestre em Economia pela Universidade de Columbia, GSAS, NY, EUA (2007) e Mestre em Finanças pela Universidade de Columbia, GSB, NY, EUA (2009). Também é Doutor em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 2012.

José Galló (Membro independente)

Competências relevantes e experiência
José Galló é membro do Conselho de Administração desde 1998 e Diretor Presidente desde março de 1999, tendo ocupado as posições de Presidente do Conselho de Administração (1999 a 2005) e Diretor Superintendente (setembro de 1991 a março de 1999) das Lojas Renner S.A.

Tem atuado como Diretor desde setembro de 2005 da Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e da Dromegon Participações Ltda.; Diretor desde agosto de 2008 da LR Investimentos Ltda.; e Diretor desde dezembro de 2015 da Realize Participações S.A.

Foi também Diretor Presidente da Realize Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (dezembro de 2016 a agosto de 2017) e membro do Conselho de Administração da SLC Agrícola S.A. (abril de 2007 a maio de 2016).

José Galló é membro do Conselho Deliberativo do Instituto Lojas Renner desde junho de 2008; Diretor Executivo da Rumos Consultoria Empresarial Ltda. desde março de 1987 e membro do Conselho de Administração da Localiza Rent a Car S.A. desde outubro de 2010.

Outros cargos
É membro do Conselho de Administração do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) desde julho de 2004 e exerce o cargo de Vice-Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre desde junho de 2004.

Formação acadêmica
É Bacharel em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV) em 1974.

Marco Ambrogio Crespi Bonomi (Membro)

Competências relevantes e experiência
Marco Ambrogio Crespi Bonomi tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Geral do Itaú Unibanco Holding S.A. (julho de 2015 a abril de 2017).

Atuou como Diretor Geral (abril de 2015 a abril de 2017), Diretor Vice-Presidente (abril de 2007 a março de 2015), Diretor Executivo (abril de 2004 a abril de 2007), Diretor Gerente Sênior (outubro de 2000 a abril de 2004), e Diretor Gerente (agosto de 1988 a outubro de 2000) do Itaú Unibanco S.A.

Foi também Diretor Executivo do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (novembro de 2008 a junho de 2014).

Outros cargos
Foi Vice-Presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI) de abril de 2004 a abril de 2011.

Formação acadêmica
É Bacharel em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), São Paulo (1978), e tem cursos de Aperfeiçoamento Executivo Financeiro pela Fundação Getulio Vargas (1982) e Mercado de Capitais pela Universidade de Nova Iorque (1984).

Pedro Luiz Bodin de Moraes (Membro independente)

Competências relevantes e experiência
Pedro Luiz Bodin de Moraes é Sócio da Cambuhy Investimentos Ltda. desde 2011 e da Ventor Investimentos Ltda. desde 2009.

Atuou como membro do Conselho de Administração do Unibanco – União de Banco Brasileiros S.A. (julho de 2003 a dezembro de 2008); Diretor (2002 a 2003) e Sócio (2005 a 2014) da Icatu Holding S.A. e Diretor e Sócio do Banco Icatu S.A. (1993 a 2002).

Foi também Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil (1991 a 1992) e Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 1990 a 1991.

Formação acadêmica
É Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). É Doutor em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos.

Ricardo Villela Marino (Membro)

Competências relevantes e experiência

Ricardo Villela Marino tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde agosto de 2010, tendo sido Diretor Executivo (setembro de 2006 a agosto de 2010), Diretor Gerente Sênior (agosto de 2005 a setembro de 2006) e Diretor Gerente (dezembro de 2004 a agosto de 2005).

Atua também como membro suplente do Conselho de Administração da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. desde abril de 2011, membro suplente do Conselho de Administração da Duratex S.A. desde abril de 2009, membro suplente do Conselho de Administração da Elekeiroz S.A. desde abril de 2009 e membro suplente do Conselho de Administração da Itautec S.A. desde abril de 2009.

Formação acadêmica

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) em 1996 e Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Administração de Empresas do MIT Sloan, Cambridge, EUA (2000).

Diretoria

Candido Botelho Bracher (Diretor Presidente)

Competências relevantes e experiência

Candido Botelho Bracher tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Geral de Atacado (julho de 2015 a maio de 2017), Diretor Vice-Presidente (agosto de 2005 a junho de 2015) e membro do Conselho de Administração (fevereiro de 2009 a abril de 2017) do Itaú Unibanco Holding S.A. Ocupou também os cargos de Vice-Presidente do Conselho de Administração (março de 2013 a abril de 2015), Diretor Presidente (agosto de 2005 a fevereiro de 2015), e Diretor Vice-Presidente (fevereiro de 2003 a agosto de 2005) do Banco Itaú BBA S.A. Foi também membro do Conselho de Administração (abril de 2009 a junho de 2014) da Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&Bovespa S.A. (denominação atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão); membro suplente do Conselho de Administração (setembro de 1999 a junho de 2005) e membro do Conselho de Administração (junho de 2005 a março de 2013) do Pão de Açúcar – Companhia Brasileira de Distribuição; e Diretor e Sócio do Banco Itaú BBA Creditanstalt S.A. (1988 to 2003).

Formação acadêmica

É Bacharel em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV) em 1980.

Eduardo Mazzilli de Vassimon (Diretor Geral)

Competências relevantes e experiência

Eduardo Mazzilli de Vassimon tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente (abril de 2015 a dezembro de 2016) e Diretor Executivo (março de 2013 a abril de 2015) do Itaú Unibanco Holding S.A.

Atua como Diretor Geral do Itaú Unibanco S.A. desde dezembro de 2016, tendo sido Diretor Vice-Presidente (março de 2013 a dezembro de 2016) e Gerência Geral de Câmbio (1980 a 1990).

É Diretor Presidente do Banco Itaú BBA S.A. desde dezembro de 2016 e foi também membro do Conselho de Administração (novembro de 2004 a abril de 2015) e Diretor Vice-Presidente (novembro de 2004 a dezembro de 2008), responsável pelas áreas Internacional, Instituições Financeiras, Produtos, Mesa Cliente e Tesouraria.

Atuou também como membro do Conselho de Administração do Banco Itaú BMG Consignado S.A. (maio de 2013 a dezembro de 2016); membro do Conselho de Administração da Investimentos Bemge S.A. (fevereiro de 2013 a abril de 2017); membro do Conselho de Administração da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (abril de 2015 a junho de 2017); Diretor Adjunto de Câmbio (1990 a 1991) e Diretor da Área Internacional (1992 a 2003) do Banco BBA-Creditanstalt S.A.

Formação acadêmica

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP) em 1980 e em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em 1980. Pós-graduado pela EAESP/FGV (1982) e pela École dês Haute Etudes Commerciales, França (1982).

Márcio de Andrade Schettini (Diretor Geral)

Competências relevantes e experiência

Márcio de Andrade Schettini tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Geral do Itaú Unibanco S.A. desde abril de 2015 e Diretor Vice-Presidente (novembro de 2008 a março de 2015).

Atuou também como Diretor Vice-Presidente do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (abril de 2004 a abril de 2009).

Formação acadêmica

É Bacharel em Engenharia Elétrica e Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), onde também se especializou em sistemas e modelagem matemática; Mestre em Finanças pela Universidade de Londres, Reino Unido, cursou também o Programa de Administração de Sócio-Presidente (OPM) da Harvard Business School.

André Sapoznik (Vice-Presidente)

Competências relevantes e experiência

André Sapoznik tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde dezembro de 2016, Diretor Executivo (dezembro de 2011 a dezembro de 2016) e Diretor (abril de 2009 a dezembro de 2011).

Ingressou no Unibanco em 1998.

Formação acadêmica

É Bacharel em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA pela Graduate School of Business da Universidade Stanford.

Caio Ibrahim David (Vice-Presidente)

Competências relevantes e experiência

Caio Ibrahim David tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Executivo (junho de 2010 a abril de 2015) do Itaú Unibanco Holding S.A. Atualmente, David é o Diretor Financeiro (CFO) e Diretor de Riscos (CRO) do Conglomerado.

Atua como Diretor Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde maio de 2013, tendo sido Diretor Executivo (maio de 2010 a abril de 2013). Ingressou no Grupo em 1987 como trainee e trabalhou nas áreas de Controladoria, Controle de Riscos de Mercado e Liquidez, e Tesouraria.

Foi Diretor Executivo (maio de 2008 a abril de 2010) e Diretor (março de 2003 a abril de 2008) do Banco Itaú BBA S.A. Atuou nas áreas de Finanças, Riscos, Inteligência de Mercado, Produtos e Operacional.

É membro do Conselho de Administração da Investimentos Bemge S.A. desde abril de 2012 e foi Diretor Vice-Presidente (outubro de 2010 a abril de 2013).

É também membro do Conselho de Administração da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil desde julho de 2010 e foi Diretor Executivo (abril de 2010 a abril de 2013) e Diretor Presidente (maio de 2013 a março de 2015) da Itauseg Participações S.A.

Ocupou os cargos de Vice-Presidente do Conselho de Administração (junho de 2010 a dezembro de 2012) e membro do Conselho de Administração (maio de 2010 a dezembro de 2012) da Redecard S.A.

Formação acadêmica

É Bacharel em Engenharia pela Universidade Mackenzie (1986 a 1990), com pós-graduação em Economia e Finanças pela Universidade de São Paulo (USP) de 1992 a 1993; Mestre em Controladoria pela USP de 1994 a 1997 e possui MBA pela Universidade de Nova Iorque (1997 a 1999), com especialização em Finanças, Contabilidade e Negócios Internacionais.

Claudia Politanski (Vice-Presidente)

Competências relevantes e experiência

Claudia Politanski tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretora Executiva (novembro de 2008 a março de 2015) do Itaú Unibanco Holding S.A.

Atua como Diretora Vice-Presidente do Itaú Unibanco S.A. desde julho de 2013, tendo sido Diretora Executiva (fevereiro de 2010 a julho de 2013).

Foi também Diretora Executiva (agosto de 2007 a julho de 2014), Diretora (fevereiro de 2006 a agosto de 2007) e Diretora Adjunta (julho de 2003 a fevereiro de 2006) do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Formação acadêmica

É Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), em 1992, e Mestre em Direito (LL.M) pela Universidade da Virgínia, Estados Unidos.

Alexsandro Broedel (Diretor Executivo)

Competências relevantes e experiência

Alexsandro Broedel (Diretor Executivo) tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor de Finanças e Controle e Controller do Grupo (agosto de 2012 a março de 2015), Diretor Executivo de Finanças (desde 2015) e Diretor de Relações com Investidores do Itaú Unibanco Holding S.A. (desde outubro de 2017).

Outros cargos

Antes de sua nomeação no Itaú Unibanco, Alexsandro foi Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no período de 2010 a 2011.

Além de suas funções no Itaú Unibanco, Alexsandro é membro do Conselho de Administração da IRB Brasil Resseguros S.A., membro do Conselho de Administração do International Integrated Reporting Committee (IIRC) e membro do Accounting Standards Advisory Forum (ASAF) do International Accounting Standards Board (IASB). De 2013 a 2017, também atuou como membro do Conselho de Administração da CETIP S.A. – Mercados Organizados. Foi Consultor da Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados (2007 a 2009) e membro do Comitê de Auditoria (2012) da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa S.A. (denominação atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão).

É Professor de Contabilidade e Finanças na Universidade de São Paulo desde 2002. Alexsandro Broedel é também Professor *of Practice* na *Manchester Business School* no Reino Unido. Anteriormente, foi palestrante convidado na *London School of Economics*.

Formação acadêmica

Alexsandro é *Chartered Management Accountant* (FCMA e CGMA) e PhD em Contabilidade e Finanças pela *Manchester Business School* (2008). É também Bacharel em Direito e Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo.

Fernando Barçante Tostes Malta (Diretor Executivo)

Competências relevantes e experiência

Fernando Barçante Tostes Malta tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Executivo do Itaú Unibanco S.A. desde março de 2015, atuando na Diretoria de Controles Internos e Compliance desde março de 2016; Operações de Cartões, Rede (Redecard), Crédito Imobiliário, Financiamento de Veículos, Consórcios, Cobrança, Operações Jurídicas, e de todas as centrais de atendimento receptivas e ativas do Itaú Unibanco (fevereiro de 2015 a fevereiro de 2016).

Também no Itaú Unibanco S.A., foi Diretor atuando na Diretoria de Atendimento, Operações e Serviços de Cartões, Crédito Imobiliário, Financiamento de Veículos, Consórcio, Seguros e Capitalização (março de 2013 a janeiro de 2015); na Diretoria de Atendimento, Operações e Serviços da área de Crédito ao Consumidor (cartões e financeiras) (maio de 2011 a fevereiro de 2013); na Diretoria de Atendimento da área de Crédito ao Consumidor (cartões e financeiras) (fevereiro de 2009 a abril de 2011); na Diretoria de Canais e CRM (Unibanco, antes da fusão) (dezembro de 2004 a janeiro de 2009).

Iniciou sua trajetória em 1988, passando por diversos cargos.

Atuou também na gestão nas áreas de Canais, Agências, Carteira Institucional e participou em diversos projetos/iniciativas do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (1995 a 2008).

Ocupou também os cargos de Conselheiro Suplente na Tecnologia Bancária S.A.; Conselheiro Adjunto na Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento; e Conselheiro Suplente na Financeira Itaú CBD Crédito, Financiamento e Investimento e no Banco Carrefour S.A.

Formação acadêmica

É Bacharel em Tecnologia da Informação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e possui MBA pela Fundação Dom Cabral (1988); Extensão em Estratégia pela Kellogg School of Management (FDC) em 2003 e Extensão em Gestão de Bancos pelo Swiss Finance Institute em 2011.

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo (Diretora Executiva)

Competências relevantes e experiência

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretora Executiva do Itaú Unibanco S.A. desde abril de 2015. Atua no conglomerado há mais de 20 anos, atualmente sendo responsável por toda a área Jurídica, que engloba Jurídico Contencioso, Jurídico Negócios Varejo, Jurídico Negócios Atacado e Jurídico Institucional e Internacional. Desde 2014, atua também como Diretora responsável pela Ouvidoria.

Foi também Diretora Adjunta do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (outubro de 2008 a abril de 2009). Ingressou no Unibanco em 1997, atuando na Assessoria Jurídica do Unibanco em operações envolvendo produtos bancários, cartão de crédito, financiamento imobiliário e de veículos, e de projetos relativos a fusões e aquisições, reestruturações societárias e mercado de capitais, entre outras.

Outros cargos

É membro do International Women's Forum (IWF) e do W.I.L.L. – Women in Leadership in Latin America, organização com cobertura internacional cujo foco é melhorar o valor individual e coletivo das mulheres em posições de liderança na América Latina.

Também atuou nas áreas de Project Finance e Securities do escritório Debevoise & Plimpton em Nova Iorque e no Programa Women Up – Construindo uma Comunidade de Liderança Global promovido pela McKinsey & Company, Inc.

Formação acadêmica

É Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), possui especialização em Direito Financeiro e Mercado de Capitais pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais) e em Fundamentos de Direito Empresarial pela Universidade de Nova Iorque (NYU).

Paulo Sergio Miron (Diretor Executivo)

Competências relevantes e experiência

Paulo Sergio Miron é membro do Comitê de Auditoria da Porto Seguro; membro do Conselho Fiscal da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; e Diretor Executivo do Instituto Unibanco.

Foi sócio da PricewaterhouseCoopers, São Paulo, Brasil (1996 a 2015), tendo sido o sócio responsável pelos trabalhos de auditoria em grandes conglomerados financeiros brasileiros, entre eles Unibanco – União de Bancos Brasileiros (1997 a 2000), Banco do Brasil (2001 a 2005) e Itaú Unibanco S.A. (2009 a 2013).

Foi sócio da PricewaterhouseCoopers em Brasília, Distrito Federal (2001 to 2008), tendo sido o sócio responsável pela área de serviços a governo da PwC Brasil (2004 a 2008) e o sócio responsável pela área de *banking* da PwC Brasil (1997 a 2008).

Outros cargos

Foi o coordenador da área de treinamento em instituições financeiras da PwC Brasil por mais de 10 anos e atuou como professor universitário por vários anos em matérias relacionadas ao mercado financeiro.

É membro do Instituto Brasileiro de Contadores e palestrante em diversos seminários relacionados a instrumentos financeiros e auditoria.

Formação acadêmica

É Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, e em Economia pela Universidade Mackenzie, São Paulo.

Adriano Cabral Volpini (Diretor)

Competências relevantes e experiência

Adriano Cabral Volpini tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor de Segurança Corporativa do Itaú Unibanco Holding S.A. desde julho de 2012.

Também no Itaú Unibanco S.A., exerceu os cargos de Superintendente de Prevenção a Atos Ilícitos (agosto de 2005 a março de 2012); Gerente de Prevenção a Atos Ilícitos (janeiro de 2004 a julho de 2005); Gerente de Inspetoria (junho de 2003 a dezembro de 2003); Inspetor (janeiro de 1998 a março de 2003); e Auditor (maio de 1996 a dezembro de 1997) e atuou na Área Operacional de Agências (março de 1991 a abril de 1996). Ocupa ainda cargo de administrador em diversas empresas do Conglomerado Itaú Unibanco.

É ainda Diretor do Banco Itaú BBA S.A. desde abril de 2016 e Diretor da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil desde janeiro de 2014 onde também atuou como Diretor Executivo (junho de 2012 a janeiro de 2014).

Formação acadêmica

É Bacharel em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) de 1991 a 1995; Pós-Graduado em Administração Contábil e Financeira pela FAAP de 1998 a 2000; e é Mestre (MBA) em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (2000 a 2002).

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues (Diretor)

Competências relevantes e experiência

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor do Itaú Unibanco S.A. desde outubro de 2014; Superintendente Jurídico (julho de 2008 a agosto de 2014) e Gerente Jurídico (março de 2006 a julho de 2008).

Também no Itaú Unibanco S.A., atuou na Coordenação e Supervisão do Jurídico de M&A (Fusões e Aquisições), do Jurídico Societário Nacional e Governança Corporativa, do Paralegal de Assuntos Corporativos, do Jurídico Contratos, Patrimônio, Marketing e Terceiro Setor do Jurídico Internacional (responsável pela gestão matricial das equipes jurídicas das unidades externas do Conglomerado Itaú Unibanco e pelo acompanhamento e avaliação das principais questões jurídicas relativas a essas unidades) e do Jurídico de Negócios de Varejo (responsável pelas questões jurídicas atinentes aos produtos e serviços do banco de varejo e da seguradora).

Atuou também nas áreas de direito societário e contratual (agosto de 1998 a fevereiro de 2005) na Tozzini Freire Advogados.

Formação acadêmica

É Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1999. Possui especialização em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2001, e Mestrado ("Master of Laws" – LL.M.) pela School of Law da Universidade de Columbia, Nova Iorque (2004).

Andre Balestrin Cestare (Diretor)

Competências relevantes e experiência

Andre Balestrin Cestare tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor do Itaú Unibanco S.A. desde agosto de 2017, tendo sido o Superintendente Financeiro responsável pelo planejamento financeiro do Banco de Varejo; análise e divulgação dos resultados e das variações em relação ao orçado; orçamento e acompanhamento de desempenho de produtos sob gestão do Varejo (abril de 2016 a julho de 2017); responsável também pela gestão contábil de operações de crédito; atendimento a órgãos reguladores, incluindo o envio de informações regulatórias da carteira de crédito; apuração e controle da provisão para devedores duvidosos (junho de 2015 a abril de 2016); responsável pela elaboração, análise e divulgação do orçamento gerencial, apuração do resultado gerencial por produto, por canal de comercialização e por operação, e apuração do modelo de custeio (junho de 2014 a junho de 2015); responsável pela elaboração, análise e divulgação do orçamento gerencial (junho de 2012 a junho de 2014), e responsável pela apuração do resultado gerencial de Tesouraria, fornecendo suporte à gestão das posições estruturais e proprietárias e suporte ao orçamento do resultado de Tesouraria (junho de 2010 a junho de 2012).

É Diretor da Investimentos Bemge S.A. desde agosto de 2017.

Formação acadêmica

É Bacharel em Engenharia Mecânica pela Politécnica (USP) em 2000; Pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV), São Paulo, Brasil (2002); Mestre Profissional em Finanças e Economia pela FGV em 2007; participou do Programa de Formação Executiva da Fundação Dom Cabral, em 2016.

Eduardo Hiroyuki Miyaki (Diretor)

Competências relevantes e experiência

Eduardo Hiroyuki Miyaki tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor do Itaú Unibanco S.A. desde abril de 2017 e de maio de 2010 a agosto de 2011.

Atuou como Gestor do programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Fraudes do Itaú Unibanco (1996 a 2003) e como o gestor responsável pelo Departamento de Auditoria Interna das áreas de Gestão de Ativos e Tesouraria (2003 a 2004). Atuou na cobertura dos riscos das áreas de Mercado de Capitais, Seguros e Títulos e Valores Mobiliários na qualidade de superintendente de auditoria interna (2005 a 2010) e foi responsável pelas atividades de auditoria interna das áreas de atacado, *wealth management* e unidades internacionais (maio de 2010 a fevereiro de 2017), quando passou a coordenar as funções de Controle de Risco Operacional e Controles Internos do Itaú Unibanco Holding Financeira até a presente data.

É também Diretor do Banco Itaú BBA S.A. desde abril de 2017.

Formação acadêmica

É Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP) em 1994 e concluiu em 1996 especialização em Saneamento pela Universidade Federal de Gundai, no Japão. Em julho de 1998 concluiu especialização em Administração de Empresas pelo CEAG na Fundação Getulio Vargas (FGV). Em maio de 2003 obteve o título de MBA em Finanças e Negócios Internacionais pela *Leonard Stern School of Business* da Universidade de Nova Iorque.

Emerson Macedo Bortoloto (Diretor)

Competências relevantes e experiência

Emerson Macedo Bortoloto ingressou no Itaú Unibanco S.A. em julho de 2003, ocupando cargos na área de Auditoria Interna. Desde novembro de 2008, é responsável pela avaliação de processos relacionados com riscos de mercado, de crédito e operacional, além de auditoria de projetos e auditoria contínua. Também foi responsável por auditorias nos processos de tecnologia da informação e de análise e concessão de crédito no varejo.

Formação acadêmica

É Bacharel em Tecnologia de Processamento de Dados pelas Faculdades Integradas Tibiriçá e pós-graduado em Auditoria e Consultoria em Segurança da Informação pelas Faculdades Associadas de São Paulo (FASP). Em 2004, obteve certificação CISA emitida pelo ISACA. Cursou MBA em Auditoria Interna pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI).

Gilberto Frussa (Diretor)

Competências relevantes e experiência

Gilberto Frussa tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor da Área de *Compliance* Corporativo desde março de 2017. Atua como Diretor desde abril de 2014, tendo ocupado o cargo de Diretor Jurídico de Negócios e Produtos de Varejo (abril de 2016 a março de 2017).

É também Diretor da Dibens Leasing S.A. desde junho de 2017 e Diretor do Banco Itaú BBA S.A. desde junho de 2017. No Itaú BBA S.A. foi também Diretor (junho de 2006 a fevereiro de 2016) e Advogado (abril de 1995 a junho de 2006).

Foi sócio do escritório Carvalho Pinto, Monteiro De Barros, Frussa & Bohlsen – Advogados, responsável pela área de direito bancário (outubro de 1993 a abril de 1995), Advogado do Banco BBA-Creditanstalt S.A. (outubro de 1989 a outubro de 1993) e estagiário de direito e assistente jurídico nas áreas de Contratos e Propriedade Intelectual na Pinheiro Neto – Advogados (setembro de 1986 a maio de 1989).

Outros cargos

Atuou como Presidente do Comitê de Assuntos Jurídicos da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (2012 a 2015) e Conselheiro titular do CRSFN – Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, na qualidade de representante da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (2000 a 2003) e na qualidade de representante da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (2011 a 2013).

Formação acadêmica

É Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1989.

José Virgilio Vita Neto (Diretor)

Competências relevantes e experiência

José Virgilio Vita Neto tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor do Itaú Unibanco S.A. desde outubro de 2011.

Ingressou no Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. em fevereiro de 2000, atuando como advogado até junho de 2003, sendo responsável pelas áreas de consultoria jurídica do banco de atacado, especialmente operações estruturadas e crédito imobiliário. Atuou como Gerente Jurídico (junho de 2003 a junho de 2008), sendo responsável pela consultoria jurídica do banco de atacado, incluindo especialmente as áreas de operações estruturadas, crédito imobiliário, câmbio, derivativos e financiamentos de projetos, consultoria jurídica de varejo e processos administrativos e investigatórios, incluindo aqueles relacionados a órgãos de defesa do consumidor. Atuou também como Superintendente Jurídico (junho de 2008 a outubro de 2009), responsável pelas áreas de consultoria jurídica de varejo, processos administrativos e investigatórios, contencioso de grandes causas e ações civis públicas. Na estrutura do Itaú Unibanco, atuou como Superintendente Jurídico (dezembro de 2009 a março de 2011), sendo responsável pela Consultoria Jurídica de Varejo, contencioso de grandes causas e ações civis públicas, gestão de recursos nos tribunais superiores, processos administrativos e investigatórios, processos administrativos tributários e processos criminais.

Formação acadêmica

É Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 2000, Mestre em Direito Civil – Contratos pela Universidad de Salamanca – Espanha (2006) e Doutor em Direito Civil – Contratos pela USP em 2007.

Matias Granata (Diretor)

Competências relevantes e experiência

Matias Granata tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor do Itaú Unibanco S.A. desde julho de 2014.

Também no Itaú Unibanco S.A. foi Superintendente de Risco de Mercado (outubro de 2010 a abril de 2014); Superintendente de Risco Operacional (março de 2009 a outubro de 2010); Trader Sênior da Tesouraria – Mesa Proprietária São Paulo (agosto de 2007 a março de 2009); Trader Sênior da Tesouraria – Mesa Proprietária Londres (agosto de 2004 a agosto de 2007); Trader Tesouraria – Mesa Proprietária São Paulo (abril de 2003 a agosto de 2004); Economista Sênior de Pesquisa Econômica (maio de 2002 a abril de 2003).

Formação acadêmica

É Mestre em Política Econômica Internacional pela Universidade de Warwick, Reino Unido, com bolsa pela *British Chevening Scholarship* (2000 a 2001); Mestre em Economia pela Universidade Torcuato Di Tella (UTDT), Argentina (1998 a 2000) e Bacharel em Economia pela Universidade de Buenos Aires (UBA), Argentina (1992 a 1997).

Renato Barbosa do Nascimento (Diretor)

Competências relevantes e experiência

Renato Barbosa do Nascimento ocupou diversos cargos na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (São Paulo, Brasil), incluindo o de Sócio de Auditoria de julho de 2009 a julho de 2017. Participou de um intercâmbio profissional de três anos na firma PricewaterhouseCoopers da Cidade do México, México, na função de diretor de auditoria, liderando a execução de trabalhos de auditoria externa de subsidiárias de entidades internacionais do setor financeiro estabelecidas naquele país (julho de 2014 a julho de 2017). Sua principal responsabilidade como Sócio de Auditoria foi a liderança de trabalhos de auditoria externa de entidades do setor financeiro localizadas em São Paulo (julho de 2009 a julho de 2017). Nesse período foi responsável por acompanhar os trabalhos de auditoria externa executados pelas equipes da PricewaterhouseCoopers Estados Unidos, Reino Unido, Suíça, Portugal, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai em subsidiárias de instituições financeiras brasileiras localizadas naqueles países.

Também na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (São Paulo, Brasil), foi Gerente Sênior de Auditoria do setor financeiro (março de 2008 a julho de 2009), tendo como principal responsabilidade o gerenciamento de equipes encarregadas da execução de trabalhos de auditoria de entidades do setor financeiro, reguladas pelo Banco Central do Brasil. Foi Gerente Sênior de Auditoria do setor financeiro (fevereiro de 2006 a março de 2008) e participou de intercâmbio profissional de dois anos na firma PricewaterhouseCoopers de Londres, Reino Unido, na função de gerente sênior de auditoria, tendo como principais responsabilidades o gerenciamento de trabalhos de auditoria externa de instituições financeiras britânicas estabelecidas naquele país, o gerenciamento de trabalhos de auditoria externa de subsidiárias de bancos internacionais, bem como o consequente desenvolvimento de conhecimento sobre a aplicação dos Padrões Internacionais de Divulgação Financeira (IFRS), das regras

Sarbanes-Oxley (SOx) e das políticas emitidas pelo Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB).

Formação acadêmica
É Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (1998); Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Paulista (1999); possui MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV) de São Paulo (2003).

Rodrigo Luís Rosa Couto (Diretor)

Competências relevantes e experiência
Rodrigo Luís Rosa Couto tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor desde junho de 2012. Atuou como Superintendente de Riscos Corporativos (fevereiro de 2008 a dezembro de 2011) do Itaú Unibanco Holding S.A. e é Diretor do Banco Itaú BBA S.A. desde junho de 2015.

É Diretor da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil desde janeiro de 2014 e Diretor do Itaú Unibanco S.A. desde dezembro de 2011.

Foi Associado da McKinsey & Company (setembro de 2005 a fevereiro de 2008) e Inspetor do Banco Central do Brasil (1998 a 2003).

Outros cargos
Participou de um programa de estágio no Financial Stability Institute do BIS, onde trabalhou no desenvolvimento de um curso de formação para supervisores bancários de autoridades reguladoras de todo o mundo, sendo membro do corpo docente para esse curso (abril a junho de 2003).

Formação acadêmica
É Bacharel em Administração de Empresas com ênfase em Finanças pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993 a 1997) e Mestre em Administração de Empresas com ênfase em Finanças pela The Wharton School da Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos (2003 a 2005).

Sergio Mychkis Goldstein (Diretor)

Competências relevantes e experiência
Sergio Mychkis Goldstein tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor do Itaú Unibanco S.A. e de Diretor do Banco Itaú BBA S.A., ambos desde dezembro de 2015.

No Banco Itaú BBA S.A., foi responsável pelo Departamento Jurídico de Atacado e pelo Tributário atuando no atendimento jurídico das seguintes linhas de negócio; (i) Investment Banking: coordenação da atuação no atendimento das operações de renda fixa, renda variável, fusões e aquisições e operações estruturadas; (ii) Tesouraria: coordenação da atuação no atendimento das operações de tesouraria, especialmente, captações junto ao varejo, segmento *private* e investidores institucionais; (iii) Wealth Management Services: coordenação da atuação no atendimento das operações da *asset management* do Grupo Itaú, do Private Banking e das atividades de custódia, administração e gestão de fundos próprios e de terceiros; (iv) Recursos Direcionados e Repasses: coordenação da atuação no atendimento das demandas do banco corporativo em relação a operações de recursos direcionados (rural e imobiliário) e nas operações de repasses de recursos do BNDES e de linhas externas captadas; (v) Reestruturação de Dívidas: coordenação da atuação no atendimento das demandas da área de reestruturação de dívidas tanto no segmento de grandes empresas quanto no segmento das maiores empresas do *middle market*, atuando essencialmente em reestruturações contratuais – extrajudiciais; (vi) Empréstimos internacionais/Câmbio: coordenação da atuação no atendimento das demandas para a realização de empréstimos externos e de empréstimos internacionais; (vii) Altos Volumes: coordenação da atuação no atendimento das demandas de produtos bancários como capital de giro, compra, venda, operações de cessão e desconto; (viii) Tributário consultivo e contencioso.

Formação acadêmica
É Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2000 e Mestre em Banking e Finanças pela Faculdade de Direito da Universidade de Boston (MA, EUA) em 2004.

Tatiana Grecco (Diretora)

Competências relevantes e experiência
Tatiana Grecco tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretora do Itaú Unibanco S.A. desde julho de 2017. Superintendente de Fundos de Investimento desde junho de 2014, na área Itaú Asset Management – Superintendência de *Portfolio Solutions*, sendo responsável pela mesa de gestão de *portfolio solutions* da Itaú Asset Management, compreendendo os fundos sistemáticos, estruturados e smart betas, bem como os fundos e carteiras exclusivos de clientes do Itaú dos segmentos Private, Corporate e Institucionais; Superintendente de Fundos de Investimento desde janeiro de 2009, na área Itaú Asset Management – Superintendência de Fundos Indexados, sendo responsável pela mesa de gestão de fundos indexados da Itaú Asset Management, compreendendo tanto os fundos de Renda Fixa como os de Renda Variável – fundos e ETFs baseados em índices locais e em índices internacionais; Superintendente de Reservas Técnicas e Administrador de Carteiras Sênior (outubro de 2001 a dezembro de 2008), na área Itaú Asset Management – Superintendência de Reservas Técnicas, sendo responsável pela mesa de gestão das reservas técnicas das companhias seguradoras, de capitalização e entidades abertas e fechadas de previdência complementar do Conglomerado Itaú.

Formação acadêmica
É Bacharel em Tecnologia da Construção Civil pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) em 1995; Pós-graduada em Administração de Empresas pela Universidade Ibirapuera (1997); possui MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC Business School (2001); e Mestre Profissional em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV), São Paulo (2012).

Tom Gouvêa Gerth (Diretor)

Competências relevantes e experiência
Tom Gouvêa Gerth ocupa o cargo de Diretor do Itaú Unibanco Holding S.A. desde novembro de 2017. Foi Diretor da área de Controladoria para América Latina (junho de 2015 a junho de

2017) e é membro do Comitê Executivo para América Latina da PayPal do Brasil Serviços de Pagamentos Ltda.

Atuou como Controller da Metropolitan Life Seguros e Previdência S.A. (MetLife) (agosto de 2013 a maio de 2015), responsável por reporte financeiro, tesouraria, controles internos e impostos.

Iniciou sua carreira na PricewaterhouseCoopers (abril de 1998) como Senior Manager e permaneceu até julho de 2013. Atuou na área de Capital Markets & Accounting Advisory Services focado na assessoria para clientes em questões envolvendo US GAAP, IFRS e requerimentos da Securities and Exchange Commission – SEC. Atuou no escritório de Nova Iorque (2007 a 2009).

Formação acadêmica
É Bacharel em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) em 2000 e em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie em 1997. Cursou o MBA Executivo Internacional na Fundação Instituto de Administração (FIA), concluído em 2011, e possui cursos educação continuada da Fundação Dom Cabral e na Booth School of Business da Universidade de Chicago, Estados Unidos.

Possui certificação de US Certified Public Accountant (CPA) e é membro do American Institute of Certified Public Accountants (AICPA).

Comitê de Auditoria

O currículo de Gustavo Jorge Laboissière Loyola (membro do Conselho de Administração) está detalhado anteriormente no item Conselho de Administração.

Antonio Francisco de Lima Neto (Membro independente)

Competências relevantes e experiência
Antonio Francisco de Lima Neto foi Presidente do Banco Fibra S.A. (agosto de 2009 a outubro de 2013) e ocupou diversos cargos no Banco do Brasil S.A. incluindo o de Presidente (dezembro de 2006 a abril de 2009); Vice-Presidente de Varejo e Distribuição (julho de 2005 a dezembro de 2006); Vice-Presidente de Negócios Internacionais e Atacado (novembro de 2004 a julho de 2005); Diretor Comercial (setembro de 2001 a novembro de 2004); Superintendente Executivo da Diretoria Comercial (julho de 2000 a setembro de 2001); Superintendente Estadual de Tocantins (maio de 1999 a maio de 2000) e Superintendente Regional de Belo Horizonte (janeiro de 1997 a maio de 1999).

Atuou como membro do Conselho de Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (2007 a 2009); membro do Conselho de Administração da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos (2006 a 2009); membro do Conselho de Administração da BB Securities Limited (2004 a 2005); membro do Conselho de Administração da Brasilsaúde Companhia de Seguros (2003 a 2005); membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Aliança do Brasil (2001 a 2009) e membro do Conselho de Administração da BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil (2000 a 2007).

Formação acadêmica
É Mestre em Economia pela Fundação Getulio Vargas (FGV), São Paulo (janeiro de 2017); participou do Curso para Conselheiros pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2014); Pós-graduado *Lato Sensu* em Marketing pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 2001 e MBA em Formação para Executivos pela Fundação Dom Cabral (1997); É Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1996).

Diego Fresco Gutierrez (Membro independente e especialista financeiro)

Competências relevantes e experiência
Diego Fresco Gutierrez atua como membro do Comitê de Auditoria do Itaú CorpBanca (Chile) desde maio de 2016 e Conselheiro suplente do Itaú CorpBanca (Chile) desde março de 2018.

É consultor independente desde 2013 em assuntos complexos de reporte financeiro, principalmente para empresas abertas com ações registradas no Brasil e nos Estados Unidos e em questões de compliance e de auditoria interna e externa.

Foi sócio responsável por consultoria contábil e exigências regulatórias para emissão de títulos no exterior da PricewaterhouseCoopers (1990 a 2013) (Brasil, Uruguai e Estados Unidos), atuando também na auditoria de demonstrações contábeis.

Formação acadêmica
É Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidad de la Republica Oriental del Uruguay (1994); é membro CPA (Certified Public Accountant) nos Estados Unidos pelo Estado de Virginia desde 2002 e Contador Público registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo; formado no Curso para Conselheiros de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2013).

Geraldo Travaglia Filho (Membro independente)

Competências relevantes e experiência
Geraldo Travaglia Filho tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de Diretor Executivo (novembro de 2008 a abril de 2009) e secretário do Conselho de Administração (dezembro de 2010 a julho de 2012) do Itaú Unibanco Holding S.A.

Atuou também como Diretor Executivo do Itaú Unibanco S.A. (novembro de 2008 a abril de 2009), do Banco Itaú BBA S.A. (novembro de 2008 a janeiro de 2010) e da Redecard S.A. (maio de 2009 a abril de 2010).

Foi Vice-Presidente (setembro de 2004 a abril de 2009), Diretor Executivo (1996 a 2004) e Diretor de Planejamento, Contabilidade e Controle (1990 a 1994) do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Formação acadêmica
É Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo (USP) em 1979, com especialização em Gestão Bancária pela *Wharton School* da Universidade da Pensilvânia (1992).

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (Membro independente)

Competências relevantes e experiência

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana atua como membro do Conselho de Administração da BME – *Bolsas y Mercados Españoles* desde 2016 e como membro do Conselho Curador da IFRS Foundation desde janeiro de 2014.

Atuou como membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Governança Corporativa da Companhia Brasileira de Distribuição S.A. (2013 a 2017); membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Totvs S.A. (2013 a 2017); membro do Conselho de Administração da CPFL Energia S.A. (abril de 2013 a 2015); e Presidente (julho de 2007 a julho de 2012) e Diretora (julho de 2006 a julho de 2007) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Trabalhou na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa S.A. (denominação atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) (1994 a 2006) inicialmente na área de Projetos Especiais e foi Superintendente Executiva de Relações com Empresas (2000 a 2006). Nessa posição, foi responsável pela supervisão das companhias listadas e por atrair novas empresas para a bolsa. Esteve envolvida na criação do Novo Mercado e foi responsável pela sua implementação.

Outros cargos

Atuou como Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) de 2004 a 2006; Presidente do Comitê Executivo da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) de 2010 a 2012; e membro da Mesa Redonda de Governança Corporativa da América Latina (OECD/Grupo WB) de 2000 a 2015.

Formação acadêmica

É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia, Administração de Empresas e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) em 1990.

Rogério Paulo Calderón Peres (Membro independente)

Competências relevantes e experiência

Rogério Paulo Calderón Peres tem ocupado diversos cargos no Itaú Unibanco incluindo o de Diretor do Itaú Unibanco Holding S.A. (abril de 2011 a abril de 2014), membro do Comitê de Divulgação e Negociação (junho de 2009 a abril de 2014) e Diretor do Itaú Unibanco S.A. (abril de 2009 a abril de 2014).

Também foi Diretor Vice-Presidente (junho de 2012 a abril de 2013); Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente (abril de 2013 a abril de 2014) da Investimentos Bemge S.A.

Atuou também como Diretor da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (abril de 2013 a abril de 2014); Diretor Executivo do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (2007 a 2009) e Diretor Financeiro (CFO) para América Latina, membro do Conselho de Gestão Financeira e do Comitê Administrativo para América Latina do Grupo HSBC (julho de 2014 a outubro de 2016).

Foi Vice-Presidente Executivo do Grupo Bunge – Bunge Brasil S.A. (2003 a 2006), membro dos Conselhos de Administração da Fosfertil, da Ultrafértil e da Fertifos e membro dos Comitês de Auditoria da Fundação Bunge, Bungeprev e Fosfertil.

Foi Sócio atuante nas divisões de Auditoria, Tributária e Consultoria para Agronegócio e Produtos de Consumo e Varejo (1981 a 2003) da PricewaterhouseCoopers.

Formação acadêmica

É Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV), São Paulo, e em Ciências Contábeis pela Fundação Paulo Eiró, São Paulo; Pós-graduado e com cursos profissionais especiais em E-Business Education Series na *Darden School of Business* da Universidade da Virgínia; MBA Executivo na Univerdade de Western Ontario, Canadá, Estudos de Casos em empresas de consumo e varejo; *Center for Executive Development Faculty* da Universidade de Princeton, Estratégia e Organização Empresarial; Gerenciamento de Educação Continuada e Treinamentos Profissionais – Arundel, Inglaterra; Executive Business Development – Curso de Finanças e Decisão de Investimentos – Análises e Métricas pela FGV, São Paulo, Curso de educação continuada "*Making Corporate Boards more Effective*" na *Harvard Business School*, EUA.

Conselho Fiscal

Alkimar Ribeiro Moura (Membro independente)

Competências relevantes e experiência

Alkimar Ribeiro Moura tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de membro do Comitê de Auditoria (maio de 2010 a julho de 2015).

É Professor aposentado de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV), São Paulo.

Atuou como membro independente do Conselho de Administração (maio de 2012 a março de 2017) e foi membro coordenador do Comitê de Auditoria (novembro de 2013 a março de 2017) da Cetip S.A. Mercados Organizados.

Foi membro independente do Conselho de Supervisão da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&Bovespa S.A. (denominação atual B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão): Supervisão de Mercado (outubro de 2007 a setembro de 2010).

Atuou como Presidente do Banco de Investimentos (abril de 2001 a janeiro de 2003) e Vice-Presidente de Finanças e Mercado de Capitais (abril de 2001 a janeiro de 2003) do Banco do Brasil S.A.

Ocupou diversos cargos no Banco Central do Brasil, dentre os quais o de Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional (fevereiro de 1996 a setembro de 1997); Diretor de Política Monetária (fevereiro de 1994 a fevereiro de 1996); Diretor de Dívida Pública e Operações do Mercado Aberto (janeiro de 1987 a janeiro de 1988).

Foi Diretor do Banco Pirelli-Fintec (março de 1988 a março de 1993).

Formação acadêmica
É Bacharel em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (1963); Mestre pela Universidade da Califórnia, Berkeley, Califórnia (1966); Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Stanford, Califórnia, Estados Unidos (1978).

Carlos Roberto de Albuquerque Sá (Membro independente)
Competências relevantes e experiência
Carlos Roberto de Albuquerque Sá tem ocupado diversos cargos no Grupo Itaú Unibanco, incluindo o de membro suplente do Conselho Fiscal (abril de 2015 a abril de 2016).

Atua como Coordenador do Comitê de Auditoria das Lojas Marisa S.A. desde 2012 e da Moinhos Paulista S.A. desde 2016.

Foi membro efetivo (2016 a 2017) e membro suplente (março de 2011 a outubro de 2012) do Conselho Fiscal da Marfrig S.A.; Diretor da KPMG Auditores Independentes (março de 2003 a dezembro de 2010); Diretor de Riscos da Net Serviços de Comunicação S.A. (março de 1999 a dezembro de 2002); Diretor Administrativo e Financeiro da Sobremetal (março de 1995 a dezembro de 1998); Diretor Financeiro da Castrol do Brasil Ltda. (março de 1991 a dezembro de 1994); Controller da Schlumberger Serviços de Petróleo Ltda. (março de 1986 a dezembro de 1988); e Gerente Financeiro da Det Norske Veritas (março de 1979 a dezembro de 1981).

Formação acadêmica
É Bacharel em Economia pela Universidade Candido Mendes (1973) e em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Júnior (1981); Pós-graduado em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em 1995.

José Caruso Cruz Henriques (Membro independente)
Competências relevantes e experiência
José Caruso Cruz Henriques atua como membro suplente do Conselho Fiscal do Itaú Unibanco Holding S.A. desde agosto de 2011, sendo membro efetivo desde 3 de maio de 2016 e Presidente desde junho de 2017.

Foi Diretor Gerente do Itaú Unibanco S.A. (dezembro de 1988 a agosto de 2003); Diretor do BFB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (junho de 1997 a julho de 2003); membro do Conselho de Administração do Banco Itauleasing S.A. (dezembro de 1994 a setembro de 2003); Diretor do Banco Itaucard S.A. (março de 2000 a abril de 2003); Diretor Gerente da Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (abril de 1994 a julho de 2003); Diretor Gerente do Banco Itaú Cartões S.A. (julho a outubro de 2000); e Diretor da Itautec Componentes da Amazônia S.A. – Itaucam (abril de 1993 a abril de 2003).

Atua como Presidente Executivo da Corhen Serviços Ltda. desde 2003.

Formação acadêmica
É Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) em 1971 e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (FGV), São Paulo (1979).

	Membros Nome (idade), posição		Membro desde	Comitê de Auditoria	Comitê de Pessoas	Comitê de Partes Relacionadas	Comitê de Nomeação e Governança Corporativa	Comitê de Gestão de Risco e Capital	Comitê de Estratégia	Comitê de Remuneração[1]
Posição Conselho de Administração[2] (12 membros)	Pedro Moreira Salles (58), Copresidente		08/2009		P		P		P	M
	Roberto Egydio Setubal (63), Copresidente		03/2003					M	M	P
	Alfredo Egydio Setubal (59), Membro		06/2007		M		M			
	Amos Genish (57), Membro Independente	I	04/2017		M					
	Fábio Colletti Barbosa (63), Membro Independente	I	07/2015		M	P	M		M	
	Geraldo José Carbone (61), Membro		04/2017				M	M		
	Gustavo Jorge Laboissière Loyola (65), Membro Independente	I	07/2006			M				M
	João Moreira Salles (36), Membro		04/2017						M	
	José Galló (66), Membro Independente	I	04/2016		M					
	Marco Ambrogio Crespi Bonomi (61), Membro		04/2017		M		M			
	Pedro Luiz Bodin de Moraes (61), Membro Independente	I	02/2009			M		P		M
	Ricardo Villela Marino (43), Membro		06/2008						M	
Comitê de Auditoria[2] (6 membros)	Antonio Francisco de Lima Neto (52), Membro Independente	I	07/2015	M						
	Diego Fresco Gutierrez (47), Membro Independente e Especialista Financeiro	I	04/2014	M						
	Geraldo Travaglia Filho (66), Membro Independente	I	03/2013	M						
	Gustavo Jorge Laboissière Loyola (65), Membro Independente	■ I	04/2017	P						
	Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana (58), Membro Independente	I	06/2014	M						
	Rogério Paulo Calderón Peres (55), Membro Independente	I	11/2016	M						

(1) Inclui os indivíduos que não são membros do nosso Conselho de Administração: Israel Vainboim.
(2) Os critérios de independência para os membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal são diversos, sob as nossas políticas e regulamentos aplicáveis em vigor.

P Presidente M Membro I Membro Independente ■ Também Membro do Conselho de Administação

Avaliação de desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração, seus membros e seu Presidente, assim como os Comitês do Conselho, são avaliados anualmente para averiguar o desempenho dos nossos administradores e órgãos em observância às melhores práticas de governança corporativa.

A reeleição de membros do Conselho de Administração e dos comitês leva em consideração seu bom desempenho e assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior e sua experiência e nível de independência.

O processo de avaliação consiste de autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação cruzada dos membros do Conselho de Administração (os membros avaliam uns aos outros), avaliação do próprio Conselho de Administração por seus membros, avaliação do Presidente do Conselho por seus membros, e avaliação dos Comitês do Conselho por seus membros.

O processo de avaliação é estruturado levando-se em consideração as características/responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e de cada um dos Comitês, buscando atingir um alto nível de expertise.

O processo de avaliação é conduzido por uma pessoa independente, responsável por distribuir questionários específicos para o Conselho de Administração e cada um dos Comitês, bem como por entrevistar cada um dos membros do Conselho e dos Comitês individualmente.

A pessoa independente é também responsável por analisar as respostas e compará-las com os resultados dos anos anteriores, a fim de identificar e abordar eventuais falhas relacionadas com o Conselho de Administração e os Comitês que possam ser identificados por esse processo.

Além disso, o Comitê de Nomeação e Governança Corporativa oferece apoio metodológico e procedimental ao processo de avaliação. Esse Comitê também discute os resultados da avaliação, bem como a composição e o plano de sucessão do Conselho de Administração. Além desse apoio fornecido pelo Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, uma pessoa independente é responsável por fazer a avaliação.

Nosso Conselho de Administração é composto por profissionais com excepcional conhecimento e *expertise* em diferentes áreas de operação. Apresentamos abaixo uma matriz de habilidades com a *expertise* do nosso Conselho de Administração.



Diretores

Com relação a diretores, a avaliação de desempenho consiste na avaliação de comportamento e resultados, conforme apresentado abaixo:

PEP – Planejamento estratégico de pessoas

1 EIXO X
O que alcançou?

2 EIXO Y
Como alcançou?



Gestão de consequências

- Carreira de sucessão
- Desenvolvimento
- Remuneração

Métricas de desempenho

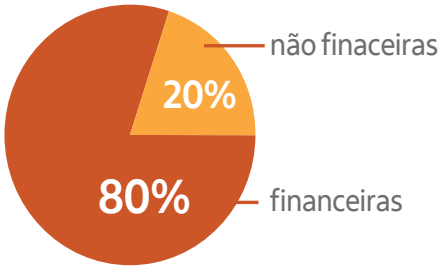
Mensuração de desempenho por metas



Diretores

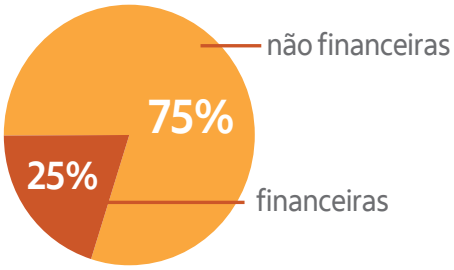
A avaliação de resultados é mensurada com base nas seguintes metas:

Mediana das metas das áreas comerciais



Visam principalmente resultados operacionais gerenciais, receitas de produtos bancários, custos e resultados de clientes.

Mediana das metas das áreas de suporte



Estão relacionadas principalmente com pesquisa de satisfação de clientes e custos.

Remuneração e benefícios

GRI 102-36 | GRI 405-2 | GRI 103-2 | 103-3 Remuneração e incentivos

Governança de remuneração

A nossa estratégia de remuneração adota processos claros e transparentes, que visam atender à regulamentação aplicável e às melhores práticas nacionais e internacionais, bem como assegurar a compatibilidade com nossa política de gestão de riscos.

Comitê de Remuneração

Possuímos um Comitê de Remuneração subordinado ao Conselho de Administração, cujas funções incluem:

- Elaborar a política de remuneração de administradores, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- Discutir, analisar e supervisionar a implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, discutindo os princípios gerais da política de remuneração dos colaboradores e recomendando ao Conselho de Administração o seu aprimoramento à luz dos princípios da política;
- Propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária; e
- Elaborar, com periodicidade anual, o "Relatório do Comitê de Remuneração".

Política de remuneração

O objetivo da nossa política de compensação é consolidar nossos princípios e práticas de remuneração, de forma a atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores e colaboradores na condução dos negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados e estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas.

Estratégia de remuneração

Adotamos estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de atuação e com parâmetros de mercado. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio de:

- Contratação de pesquisas salariais, realizadas por consultores especializados;
- Participação em pesquisas realizadas por outros bancos; e
- Participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios.

Remuneração dos colaboradores

A remuneração dos nossos colaboradores é composta por:

- Remuneração fixa mensal;
- Remuneração variável; e
- Benefícios.

A remuneração fixa é estabelecida de acordo com a complexidade das atribuições profissionais de cada colaborador e com o seu desempenho individual em relação às suas atribuições. As alterações na remuneração fixa dos nossos colaboradores variam segundo a nossa política de promoção e mérito, a qual considera a senioridade, as responsabilidades e o desempenho pessoal de cada colaborador no exercício de suas funções durante o período de avaliação. Além disso, os colaboradores têm direito a receber reajustes salariais, de acordo com as convenções coletivas aplicáveis.

A remuneração variável, por sua vez, reconhece o nível de envolvimento, os resultados alcançados e a sustentabilidade de curto, médio e longo prazos desses resultados. Além disso, os colaboradores têm direito a receber valores adicionais, se previstos nas convenções coletivas aplicáveis.

Por fim, oferecemos diversos benefícios acordados com os sindicatos que representam diversas categorias profissionais de nossos colaboradores, sendo que esses benefícios estão estabelecidos nas respectivas convenções coletivas, como: auxílios para alimentação, babá/creche, transporte, etc.

Além do estabelecido em convenção coletiva, oferecemos os seguintes benefícios:

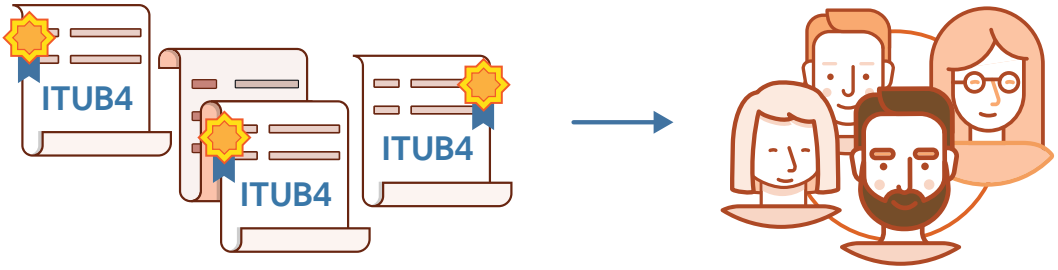
- Planos de assistência médica e odontológica;
- Planos de previdência privada;
- Seguro de vida em grupo;
- *Check-up*;
- Estacionamento;
- Serviços psicossociais; e
- Tratamento personalizado no uso de produtos e serviços bancários.

A concessão desses benefícios pode variar de acordo com a categoria dos colaboradores ou com a regulamentação aplicável a cada jurisdição.

Participação nos lucros baseada em ações para colaboradores

Temos um programa de participação nos lucros baseada em ações preferenciais para um público-alvo específico, que visa ao reconhecimento daqueles que mais se destacam durante o ano vigente.

Participação nos lucros baseada em ações

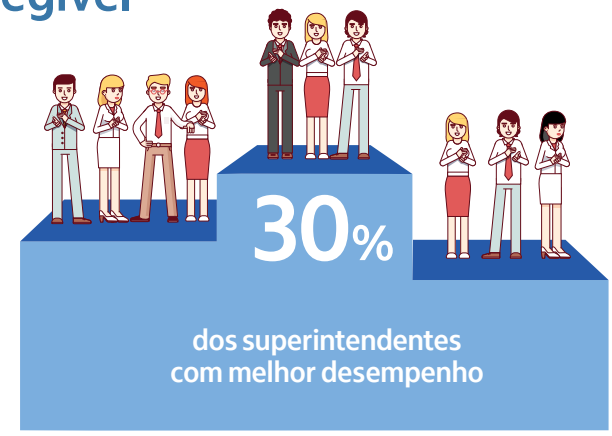


O programa consiste em conceder ações preferenciais (ITUB4) ou instrumentos equivalentes

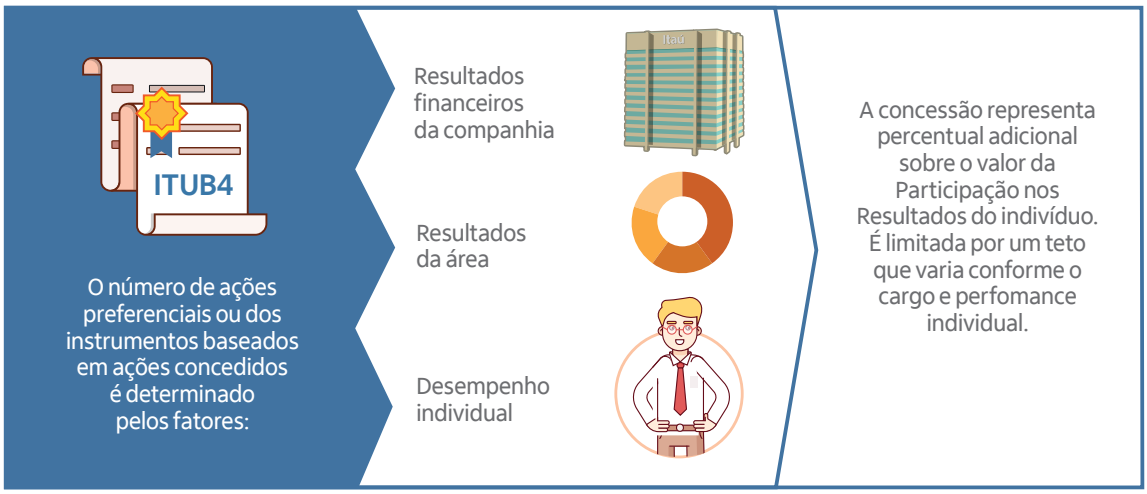
Observados os limites estabelecidos pelo Comitê de Remuneração

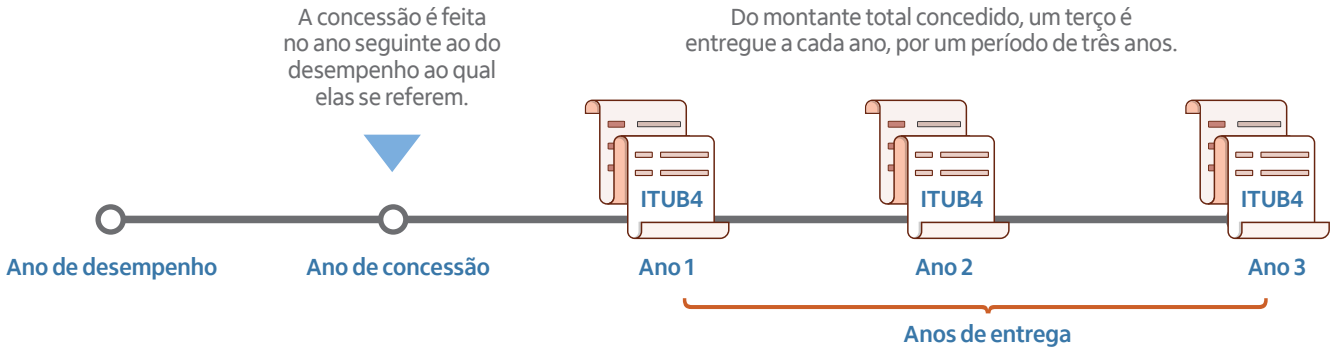
Público elegível





Entrega das ações preferenciais







Para fins de cálculo de valor das ações é utilizada a média da cotação das nossas ações preferenciais na B3, nos 30 dias anteriores à apuração, o que deve ser realizado no sétimo dia útil anterior à data da entrega das ações.



Nestas entregas também são pagos os valores correspondentes aos dividendos e juros sobre capital próprio calculados desde a data da concessão até a entrega das respectivas ações aos administradores, corrigidos pela taxa de rentabilidade do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

Remuneração dos administradores

Composição da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria[1]

Conselho de Administração [2][3][4][5]

Remuneração fixa mensal
Valor global dos honorários em dinheiro aprovados em Assembleia Geral Ordinária

Remuneração fixa anual
Honorários em ações aprovados em Assembleia Geral Ordinária



Remuneração variável anual
Honorários em ações aprovados somente em caso de deliberação do Comitê de Remuneração, sujeita às diretrizes da Resolução CMN n° 3.921 e limitada ao determinado pela Assembleia Geral Ordinária

Diretoria [3]

Remuneração fixa mensal
Valor global dos honorários em dinheiro aprovados em Assembleia Geral Ordinária

Plano de benefícios
Composto por plano médico, odontológico, *check-up*, previdência complementar, estacionamento e seguro de vida



Remuneração variável anual
Participação nos lucros estatutária e honorários (em dinheiro e em ações) aprovado pelo Comitê de Remuneração e limitado pelo montante anual aprovado em Assembleia Geral Ordinária

Conselho Fiscal

Remuneração fixa mensal
Honorários em dinheiro aprovados em Assembleia Geral Ordinária



Comitê de Auditoria [4][5]

Remuneração fixa mensal
Honorários em dinheiro definidos pelo Conselho de Administração



1. Os administradores que também sejam membros dos nossos comitês estatuários e não estatuários ou de nossas controladas ou coligadas são remunerados por suas funções em órgãos ou áreas executivas nas quais atuam. Em regra, não recebem remuneração pelo fato de participarem dos referidos comitês. O membro não administrador do Comitê de Remuneração recebe remuneração pelo exercício de suas funções no referido Comitê.
2. Caso o membro do Conselho de Administração também faça parte da Diretoria do Itaú Unibanco ou de suas controladas, a sua remuneração seguirá o modelo remuneração de Diretores.
3. Os valores máximos de remuneração são determinados pelos limites impostos pelo artigo 152 da Lei e Sociedade por Ações.
4. Membros do Conselho de Adminstração e do Comitê de Auditoria somente possuem benefícios se anteriormente foram diretores da companhia.
5. Na hipótese de membros do Comitê de Auditoria também integrarem o Conselho de Administração é adotada a política de remuneração prevista para o Conselho.

Composição da remuneração dos administradores

Membro	Ano	Rem. fixa mensal	Rem. fixa anual	Rem. variável anual	Benefícios
Conselho de Administração[1][2]	2017	23%	31%	44%	2%
	2016	21%	40%	37%	2%
	2015	24%	40%	34%	2%
Diretoria[2]	2017	8%	0%	91%	1%
	2016	7%	0%	92%	1%
	2015	7%	0%	92%	1%
Conselho Fiscal[2]	2017	100%	0%	0%	0%
	2016	100%	0%	0%	0%
	2015	100%	0%	0%	0%
Comitê de Auditoria[2]	2017	100%	0%	0%	0%
	2016	100%	0%	0%	0%
	2015	100%	0%	0%	0%

(1) A legislação brasileira não exige a divulgação da remuneração individual dos nossos administradores, com exceção do maior e do menor valor recebido, não sendo necessário identificar o executivo. O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças do Rio de Janeiro (IBEF) ajuizou, em nome dos seus filiados, uma ação judicial questionando a legalidade da exigência de referida divulgação, obtendo decisão favorável para suspender a exigência. Por intenção do Conselho de Administração, aguardaremos a decisão judicial para realizar a divulgação em questão.
(2) O percentual de benefícios relativo ao Conselho de Administração refere-se aos membros que anteriormente foram diretores na companhia.
(3) Exceto pelos benefícios estabelecidos pela nossa política, não temos contratos de prestação de serviços com os administradores que estabeleçam benefícios em caso de término do vínculo.

Critérios para definição da remuneração fixa mensal e anual dos administradores:

A remuneração fixa do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como o plano de benefícios concedidos aos diretores, não é impactada por indicadores de desempenho.

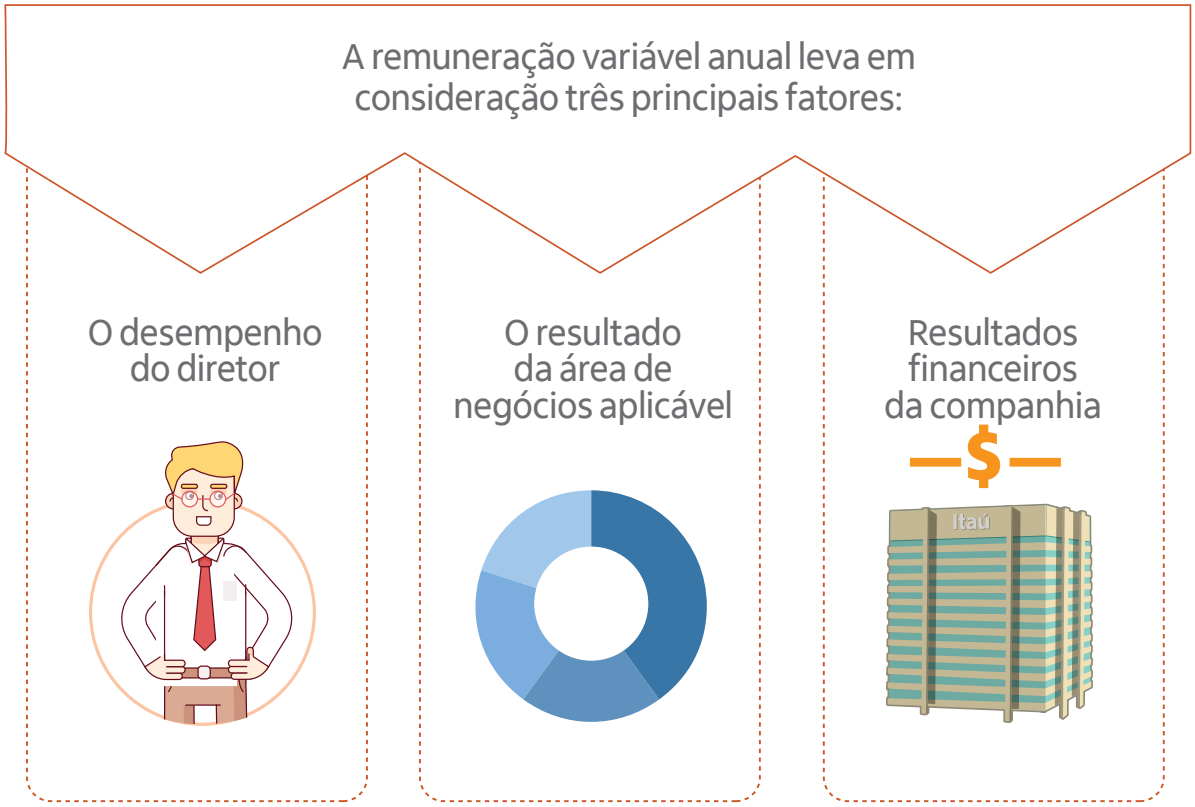
Conselho de Administração: a remuneração fixa é alinhada às práticas de mercado e revisada periodicamente para atrair os profissionais qualificados. Ainda, são levados em consideração o histórico e o currículo, entre outros fatores.

Diretoria: a remuneração fixa mensal é estabelecida de acordo com o cargo exercido e tem como fundamento o princípio da equidade interna, uma vez que todos os diretores que exercem o mesmo cargo recebem o mesmo valor de remuneração fixa mensal, possibilitando também a sua mobilidade em nossos diversos negócios. A definição de valores da remuneração fixa leva em consideração a competitividade frente ao mercado.

Conselho Fiscal: dentro dos limites estabelecidos pela legislação, os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus ao plano de benefícios. Ainda conforme a legislação aplicável, a remuneração de cada membro em exercício não pode ser inferior a 10% da remuneração fixa atribuída a cada diretor (i.e., não computados os benefícios, as verbas de representação e a participação nos lucros).

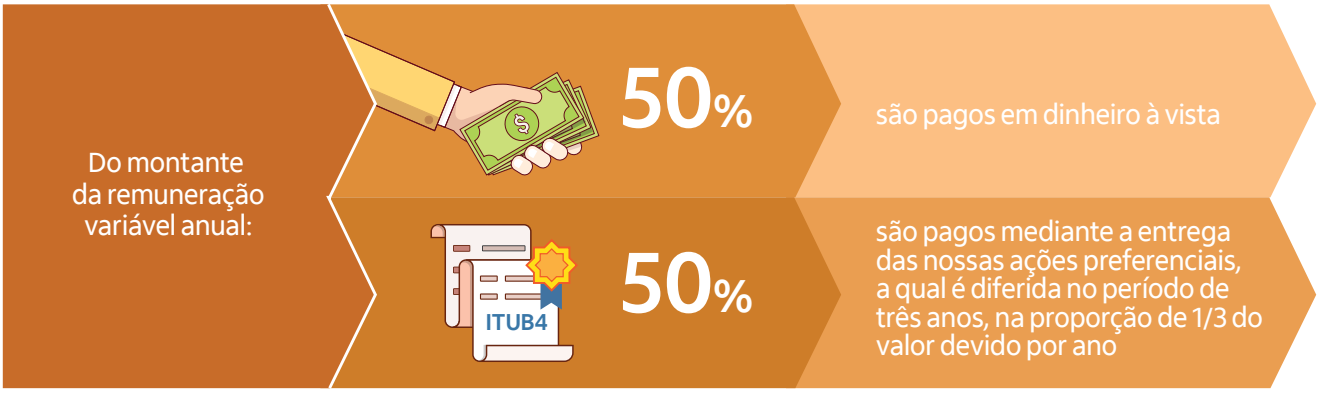
Comitê de Auditoria: os membros do Comitê de Auditoria recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus ao plano de benefícios. Na hipótese de membros do Comitê de Auditoria também integrarem o Conselho de Administração é adotada a política de remuneração prevista para tal órgão.

Critérios para definição da remuneração variável anual da Diretoria[1]



(1) Dentro dos limites estabelecidos pela legislação, a remuneração dos Diretores responsáveis pelas áreas de controles internos e riscos independe do desempenho das áreas de negócios por eles controladas e avaliadas, de forma a não gerar conflitos de interesse. Contudo, ainda que não sofra com o resultado da área de negócios, essa remuneração está sujeita ao impacto decorrente do resultado da Companhia.

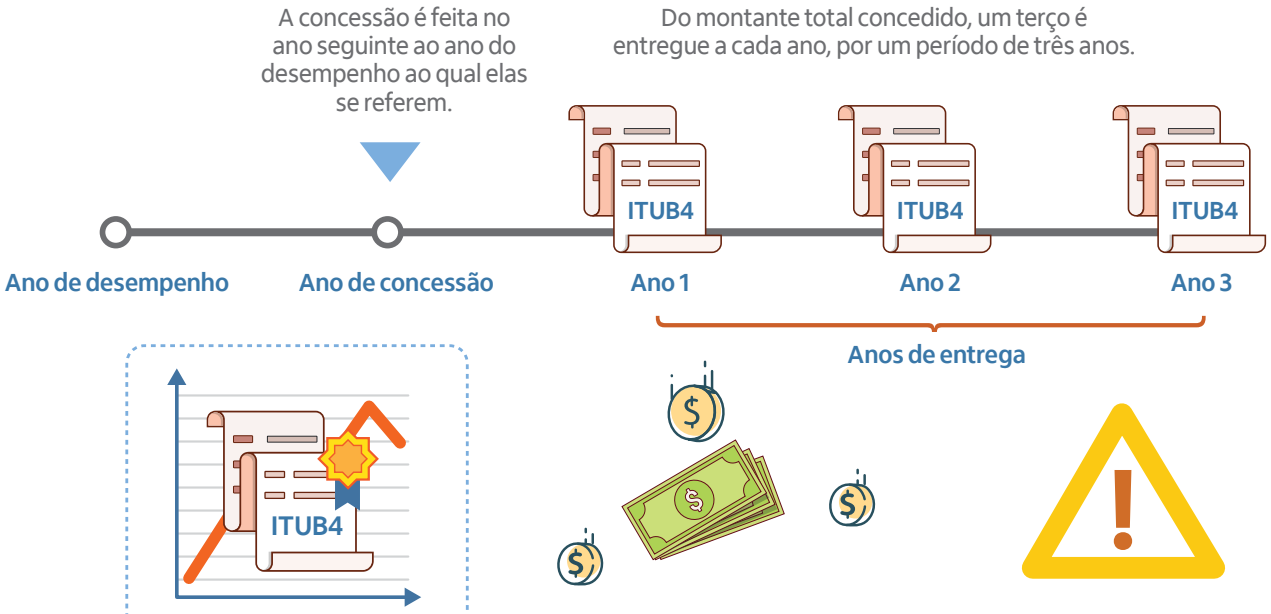
Distribuição da remuneração variável anual da Diretoria[1]



(1) Conforme a Resolução CMN nº 3.921, uma parcela da remuneração variável deve ser diferida.

Entrega das ações preferenciais da remuneração variável anual da Diretoria

Entrega das ações preferenciais



Para fins do cálculo do valor das ações é utilizada a média da cotação das nossas ações preferenciais na B3 nos 30 dias anteriores à apuração o que deve ser realizado no sétimo dia útil anterior a data da entrega das ações.

Nestas entregas também são pagos os Valores correspondentes aos dividendos e juros sobre capital próprio a título de remuneração, calculados desde a data da concessão até a entrega das respectivas ações aos administradores corrigidos pela Taxa de rentabilidade do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

Estas parcelas poderão ser reduzidas ou não pagas em razão de eventual redução do nosso lucro líquido recorrente realizado ou na área de negócios aplicável no período diferimento.

Programa de Sócios e Associados para diretores e colaboradores

Com o objetivo de alinharmos os interesses de nossos diretores e colaboradores aos de nossos acionistas, o programa concede aos seus participantes a oportunidade de investir em nossas ações preferenciais (ITUB4), compartilhando os riscos de curto, médio e longo prazos.

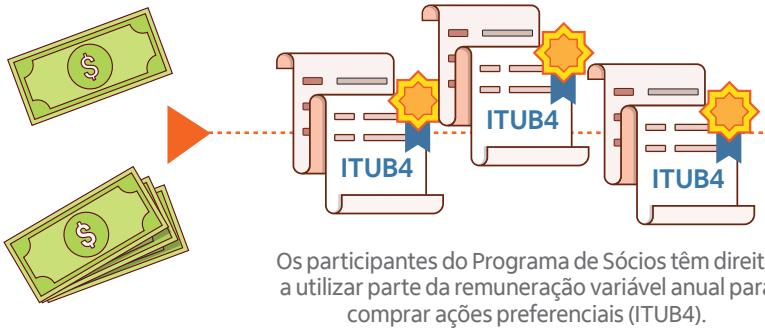
O programa é direcionado a diretores e colaboradores aprovados pelo Comitê de Pessoas em vista de seu histórico de contribuições, trabalho relevante e desempenho diferenciado. O programa possui dois tipos de nomeações: sócios e associados, sendo que o ingresso no programa deve ser primeiramente como associado. Destacamos abaixo as principais diferenças:

Sócios:

- Mandato de oito anos;
- Elegível a sucessíveis renomeações; e
- Possibilidade de investir de 50% a 100% da remuneração variável.

Associados:

- Mandato de quatro anos;
- Elegível a duas renomeações (prazo máximo de 12 anos); e
- Possibilidade de investir de 35% a 70% da remuneração variável.

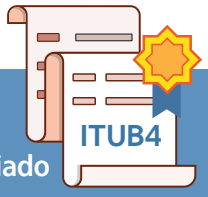


Os participantes do Programa de Sócios têm direito a utilizar parte da remuneração variável anual para comprar ações preferenciais (ITUB4).

O investimento realizado deverá ser mantido por no mínimo:



Contrapartida



Associado

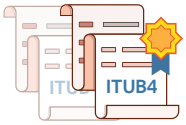
Os participantes podem ser eleitos para a categoria de Associados ou Sócios, sendo que ambos possuem uma contrapartida sobre o investimento realizado no Programa.



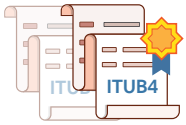
Sócio

Do montando total concedido, 50% é entregue no ano 3 e 50% é entregue no ano 5.

ANO DE ENTREGA



ANO DE ENTREGA



ano de concessão | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 | Ano 6 | Ano 7 | Ano 8

A contrapartida em ações permanecerá indisponível para venda até o quinto e o oitavo ano a contar da data de cada investimento realizado.



DISPONÍVEL PARA VENDA

70% ASSOCIADOS
50% SÓCIOS

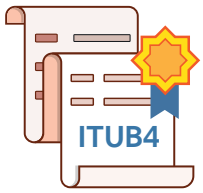


DISPONÍVEL PARA VENDA

30% ASSOCIADOS
50% SÓCIOS



O Programa de Sócios poderá considerar outros instrumentos derivados das ações, além das ações.



Ao cumprir com os prazos de investimento mencionados acima, o beneficiário terá, nas mesmas datas, a titularidade sobre a contrapartida paga pela empresa, a qual é entregue em ações preferenciais (ITUB4).



Para fins do cálculo do valor das ações é utilizada a média da cotação das nossas ações preferenciais na B3, nos 30 dias anteriores à apuração, o que deve ser realizado no sétimo dia útil anterior à data da entrega das ações.



As Ações de Sócios ainda não recebidas também estão sujeitas a "Malus", ou seja, redução proporcional a eventual redução do nosso lucro líquido recorrente realizado ou da área de negócios aplicável.

Plano de Outorga de Ações

Com o objetivo de consolidarmos, nos termos da Instrução CVM nº 567/15, as regras relativas aos nossos programas de incentivo de longo prazo baseados em ações, que foram descritos nos itens anteriores, aprovamos na Assembleia Geral Extraordinária de 2017 o Plano de Outorga de Ações.

Por meio do Plano de Outorga de Ações, reforçamos o alinhamento dos interesses dos nossos administradores e colaboradores e de nossas controladas diretas ou indiretas aos interesses dos acionistas e da própria Companhia.

Plano de Opções de Ações para diretores e colaboradores

Possuímos um Plano para Outorga de Opções de Ações por meio do qual nossos diretores e colaboradores com desempenho diferenciado podem receber opções de ações. Essas opções permitem que os mesmos compartilhem o risco da flutuação do preço das nossas ações preferenciais (ITUB4) com outros acionistas e são destinadas a integrar os participantes deste programa no processo de desenvolvimento do Conglomerado a médio e longo prazos.

Nosso Comitê de Pessoas administra o Plano de Opções de Ações, inclusive aspectos como preços de exercício e prazos de carência e de vigência das opções, de acordo com as regras previstas no Plano.

As opções somente poderão ser concedidas aos participantes se houver lucro suficiente para a distribuição dos dividendos obrigatórios. Ainda, a fim de evitar a diluição dos acionistas, a soma das ações a serem utilizadas para os programas descritos no Plano de Outorga de Ações e no Plano para Outorga de Opções de Ações em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% do total das ações em circulação. Caso o número de ações entregues e de opções concedidas fique abaixo do limite de 0,5%, a diferença poderá ser acrescida, para fins de remuneração baseada em ações ou de concessão de opções em qualquer um dos sete exercícios fiscais subsequentes.

Desde 2012, nenhuma opção simples foi outorgada no âmbito de nosso Plano para Outorga de Opções de Ações. Para mais informações sobre a movimentação do plano, consulte a nota explicativa 22 das Demonstrações Contábeis em IFRS.

Para mais informações sobre o Plano para Outorga de Opções de Ações, consulte o site de Relações com Investidores: www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/pt/Plano_AGE_2015_(site_RI).pdf.

Nossas ações

No Brasil, temos duas classes de ações negociadas na B3: ordinárias e preferenciais. Nos Estados Unidos, temos American Depositary Receipts (ADRs) de nossas ações preferenciais negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

As ações ordinárias conferem a seu titular direito a um voto nas assembleias gerais. O direito de voto dos nossos acionistas controladores não difere do direito de voto dos outros detentores de ações ordinárias.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem a seu titular:

- Prioridade no recebimento do dividendo obrigatório, no valor de R$ 0,022 por ação, não cumulativo com o dividendo mínimo; e
- Direito de venda conjunta (*tag-along*) em eventual alienação de controle, garantindo o preço igual a 80% do valor pago pelas ações ordinárias dos acionistas controladores.

A legislação societária brasileira prevê que os acionistas detentores de ações preferenciais podem votar quando a empresa deixar de pagar dividendos fixos, ou mínimos, aos quais eles têm direito, pelo prazo previsto no estatuto social da empresa, nunca superior a três exercícios consecutivos. Os acionistas detentores de ações preferenciais mantêm esse direito até que o pagamento seja efetuado, no caso de dividendos não cumulativos, ou até que os dividendos cumulativos sejam pagos.

A criação de uma nova classe de ações com prioridade sobre as ações preferenciais, ou qualquer mudança na preferência ou nos direitos associados às ações preferenciais, precisa ser aprovada por, no mínimo, 50% das ações ordinárias e também pelos acionistas que representam a maioria das ações preferenciais, em uma assembleia geral extraordinária. Consulte a seção Nossa governança, item Estrutura da administração, Assembleia Geral Ordinária para mais informações sobre os procedimentos de convocação de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias.

BOLSA DE VALORES	***TICKER***	
	ITUB3 (Ação Ordinária)	ITUB4 (Ação Preferencial)
Brasil, Bolsa, Balcão (B3)	Governança Corporativa **Nível 1**	
New York Stock Exchange (NYSE)	ITUB[1]	Governança Corporativa **Nível 2**

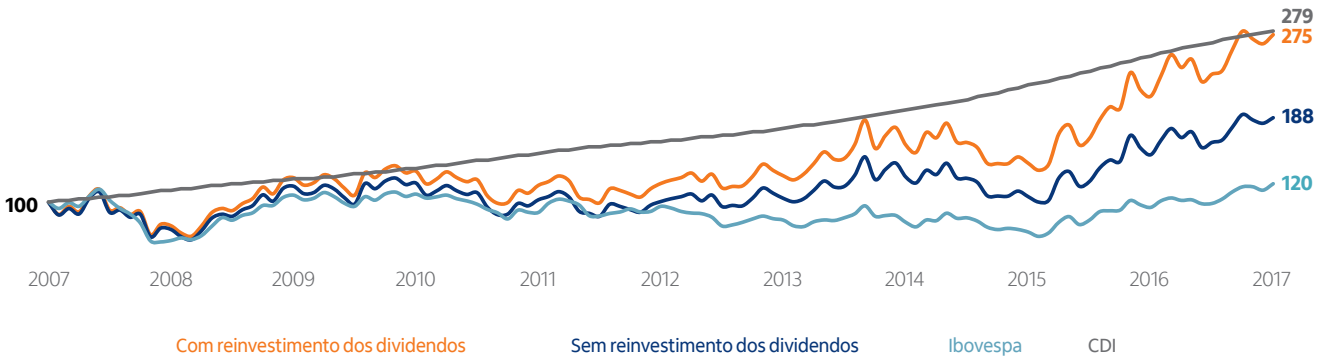
(1) American Depositary Shares, ou ADSs.

A tabela a seguir apresenta os maiores e menores preços de fechamento da ação preferencial para os períodos indicados:

Valor das ações preferenciais	Por ação preferencial (ITUB4)[1]		Por ADS (ITUB)[1]	
	Máximo (Em R$)	Mínimo (Em R$)	Máximo (Em US$)	Mínimo (Em US$)
2018	**53,12**	**43,88**	**16,98**	**13,53**
Janeiro	53,12	43,88	16,98	13,53
Fevereiro	53,00	50,03	16,59	15,11
Março	52,79	49,92	16,21	15,04
Abril (até 18 de abril de 2018)	51,64	49,70	15,45	14,59
2017	**45,25**	**33,53**	**14,34**	**10,22**
Primeiro trimestre	41,68	33,53	13,52	10,70
Segundo trimestre	40,30	34,68	12,96	10,22
Terceiro trimestre	43,94	36,16	13,98	10,97
Quarto trimestre	45,25	40,85	14,34	12,33
2016	**38,40**	**20,97**	**11,98**	**4,99**
Primeiro trimestre	30,18	20,97	8,31	4,99
Segundo trimestre	30,65	25,44	8,76	7,28
Terceiro trimestre	33,71	27,88	10,51	8,38
Quarto trimestre	38,40	31,01	11,98	9,12
2015	**32,34**	**23,46**	**11,18**	**5,75**
Primeiro trimestre	30,49	27,07	11,18	8,59
Segundo trimestre	32,34	27,11	10,98	8,64
Terceiro trimestre	28,95	23,46	9,26	5,75
Quarto trimestre	27,05	23,64	7,38	5,90
2014	**34,08**	**21,98**	**15,14**	**8,98**
2013	**26,00**	**20,14**	**13,00**	**8,78**
2012	**26,36**	**18,48**	**14,86**	**8,94**

Fonte: Sistema Economatica.
(1) Os preços históricos são ajustados por eventos societários, como, por exemplo, a bonificação de 10% em ações do Itaú Unibanco.

O gráfico abaixo apresenta a evolução de R$ 100 investidos entre 28 de dezembro de 2007 e 28 de dezembro de 2017, comparando o preço da nossa ação preferencial (ITUB4), com e sem reinvestimento de dividendos, com o desempenho do Ibovespa e CDI.



Fonte: Sistema Economatica.

Principais acionistas

Somos controlados pela IUPAR que, por sua vez, é controlada conjuntamente pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston. A Itaúsa é controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha e a Cia. E. Johnston é controlada pelos membros da família Moreira Salles.

Exceto pelas ações detidas de forma indireta pelos nossos acionistas controladores (por meio da participação na IUPAR e Itaúsa), os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, individualmente e como grupo, são usufrutuários de menos de 1% das nossas ações ordinárias e de menos de 1% das nossas ações preferenciais em 31 de dezembro de 2017.

De acordo com a regulamentação brasileira, e conforme aprovado pelo Banco Central, os investidores estrangeiros podem deter, no máximo, 30% das nossas ações ordinárias.

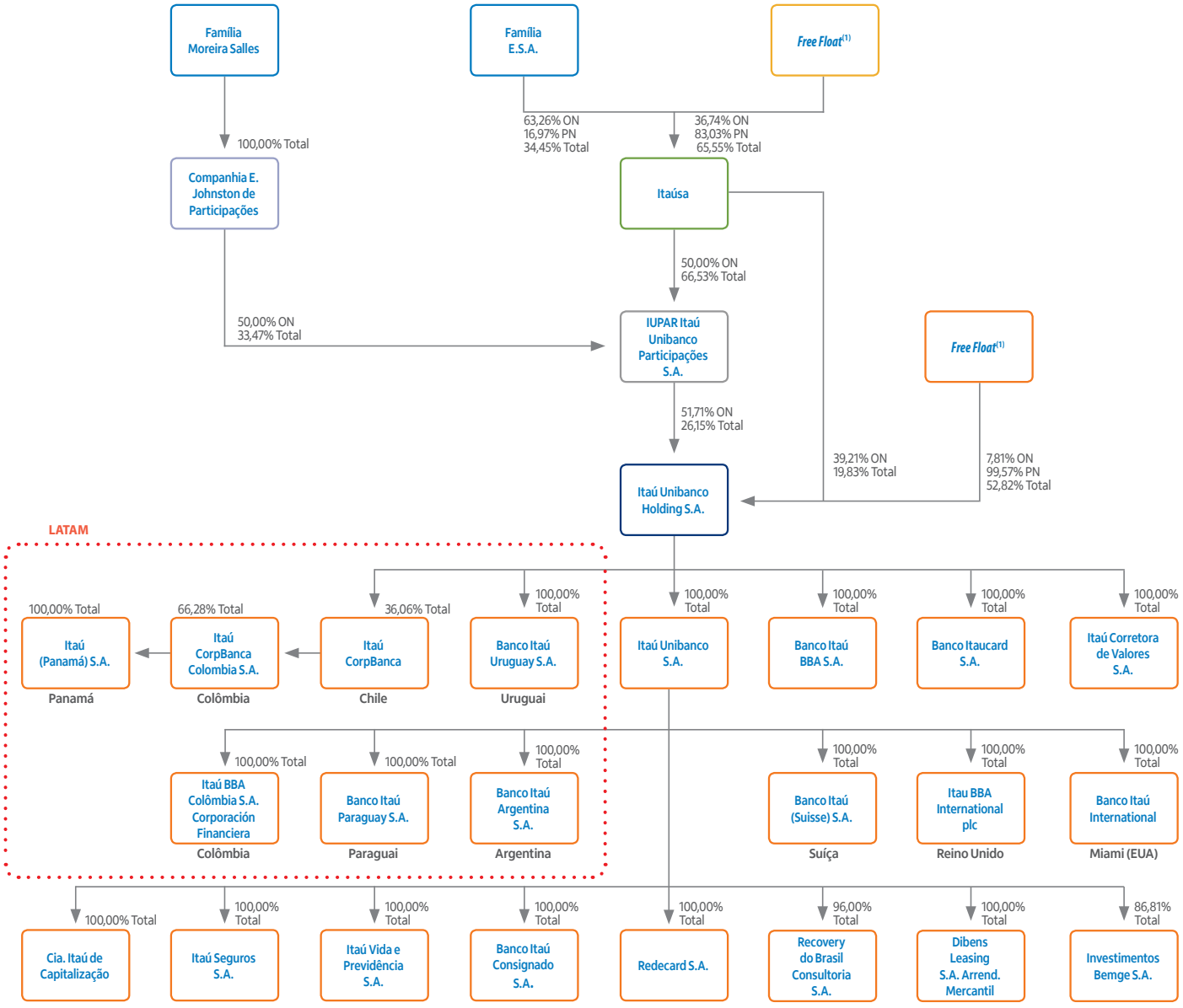
A tabela a seguir apresenta informações relativas às pessoas que, em nosso conhecimento, detinham mais de 5% de nossas ações ordinárias ou preferenciais em 31 de março de 2018:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade total de ações	% do total	Quantidade total de ações	% do total	Quantidade total de ações	% do total
IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.	1.709.389.603	51,71	-	-	1.709.389.603	26,15
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.	1.295.937.718	39,21	112.882	0,00	1.296.050.600	19,83
BlackRock(1)	-	-	233.283.398	7,22	233.283.398	3,57
Outros	300.199.585	9,08	2.948.754.411	91,28	3.248.953.996	49,71
Subtotal	**3.305.526.906**	**100,00**	**3.182.150.691**	**98,50**	**6.487.677.597**	**99,26**
Ações em tesouraria	-	-	48.412.635	1,50	48.412.635	0,74
Total	**3.305.526.906**	**100,00**	**3.230.563.326**	**100,00**	**6.536.090.232**	**100,00**

(1) Participação acionária fornecida pelo acionista.
Data: 31/03/2018.

Estrutura

O quadro a seguir é uma visão geral da estrutura acionária do conglomerado Itaú Unibanco em 31 de março de 2018 e inclui nossos controladores e algumas de nossas principais controladas:



(1) Exclui ações mantidas em tesouraria e pelos nossos acionistas controladores.

Acordo de Acionistas da IUPAR

A Itaúsa e a Cia. E. Johnston possuem um acordo de acionistas para regulamentar o seu relacionamento enquanto acionistas controladoras da IUPAR e, indiretamente, enquanto nossas acionistas controladoras e de nossas subsidiárias. Para mais detalhes, consulte https://www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/IUPARAcordoAcionistasCVM.pdf.. Os seus principais termos e condições estão descritos a seguir.

O Conselho de Administração e a Diretoria da IUPAR são compostos por quatro membros cada: dois indicados pela Itaúsa e dois indicados pela Cia. E. Johnston, para cada um desses órgãos. Conforme o acordo de acionistas da IUPAR, as ações da IUPAR detidas pela Itaúsa e pela Cia. E. Johnston não podem ser transferidas para terceiros até 3 de novembro de 2018. Após esse período, se qualquer dos acionistas decidir transferir as suas ações da IUPAR a um terceiro, a outra parte terá direito de preferência na aquisição de tais ações ou direitos de venda conjunta (*tag-along*). Se a Itaúsa e a Cia. E. Johnston decidirem transferir a totalidade de suas ações detidas na IUPAR ou a totalidade das ações detidas pela IUPAR no Itaú Unibanco Holding para terceiros, a Itaúsa poderá exercer seu direito de venda conjunta, a fim de incluir na venda a totalidade ou parte das ações por ela detidas diretamente no Itaú Unibanco Holding. Todas as ações detidas diretamente pela Itaúsa no Itaú Unibanco Holding podem ser transferidas livremente.

O acordo de acionistas da IUPAR é válido pelo prazo de 20 anos a contar de 27 de janeiro de 2009, podendo ser prorrogado automaticamente por novos e sucessivos períodos de 10 anos, exceto se indicado de outra forma.

Transferência de controle e aumento da participação no capital social

Observados os termos do acordo de acionistas da IUPAR, nosso estatuto não contém disposições que visem retardar, adiar ou impedir uma mudança de nosso controle acionário ou que produziriam efeitos em relação às operações de fusão, aquisição ou reestruturação societária da Companhia ou de suas controladas. Entretanto, em conformidade com a regulamentação brasileira, todas essas operações precisam ser realizadas de acordo com procedimentos específicos estabelecidos pelo CMN e aprovadas previamente pelo Banco Central.

A legislação brasileira determina que a aquisição do controle de uma empresa aberta desencadeia a exigência de que a parte adquirente faça uma oferta de compra de todas as ações ordinárias em circulação, por um preço equivalente a, pelo menos, 80% do preço pago por ação aos acionistas controladores. Adicionalmente, nosso estatuto estabelece a mesma regra de preço para os detentores de nossas ações preferenciais.

Essa legislação também requer que nossos acionistas controladores façam uma oferta de todas as nossas ações, caso haja aumento da sua participação no nosso capital próprio até um nível que afete significativa e negativamente a liquidez das nossas ações.

Direitos dos acionistas

Ações ordinárias

- Direito a voto (uma ação tem direito a um voto);
- 80% *Tag-along;* e
- Preferência na subscrição de novas ações em qualquer aumento de capital.

Ações preferenciais

- Prioridade no recebimento do dividendo obrigatório, no valor de R$ 0,022 por ação;
- 80% *Tag-along;*
- Preferência na subscrição de novas ações em qualquer aumento de capital; e
- Direito a voto caso a empresa deixe de pagar dividendos fixos, ou mínimos, pelo prazo previsto no estatuto social da empresa, nunca superior a três exercícios consecutivos até que os dividendos sejam pagos.

ADSs

- Preferência na subscrição de novas ações em qualquer aumento de capital.

Pagamento aos acionistas

Nosso estatuto estabelece a distribuição aos acionistas de dividendo obrigatório equivalente a 25% de nosso lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores referentes à constituição da reserva legal, da reserva para contingências e da reversão dessa reserva relativa a exercícios anteriores.

O dividendo obrigatório poderá ser pago na forma de dividendos ou de juros sobre o capital próprio. A principal diferença entre as duas formas de pagamento é o tratamento fiscal. O pagamento de dividendos é isento de tributação para os acionistas.

O pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito à incidência de imposto de renda retido na fonte, à alíquota de 15%, ou 25% para acionistas residentes ou domiciliados em jurisdição de paraíso fiscal ou regime tributário privilegiado. O valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital, líquido de qualquer retenção de imposto, poderá ser incluído como parte do dividendo obrigatório. Nesses casos, temos que distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido recebido pelos acionistas, depois do pagamento que nos cabe dos impostos aplicáveis referentes à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja, no mínimo, igual ao dividendo obrigatório. Consulte a seção Anexos, item Considerações para detentores de ADS, Tributação para detentores de ADS, para mais informações.

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece o pagamento mensal de R$ 0,015 por ação, a título de antecipação do dividendo obrigatório. A data-base para apuração dos acionistas que fazem jus a esse recebimento, no Brasil, é determinada com base na posição acionária registrada no último dia do mês anterior ao mês de referência do dividendo mensal. Com relação às nossas ADSs, entretanto, a data usada para

determinar os acionistas que fazem jus ao recebimento do dividendo mensal é três dias após a data de referência brasileira. Em ambos os casos, os dividendos mensais são pagos no primeiro dia útil do mês seguinte.

Quando o valor do nosso resultado estiver calculado, pretendemos pagar a diferença existente entre o valor acumulado dos dividendos mensais antecipados e o valor equivalente ao dividendo obrigatório, calculado conforme mencionado anteriormente. Além disso, nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários, os quais deverão ser submetidos à ratificação da assembleia geral ordinária.

O acionista pode pleitear o pagamento de qualquer dividendo no prazo de três anos, a partir da data de pagamento desses dividendos. Após esse período, não temos qualquer responsabilidade por tal pagamento.

Acionistas não residentes no Brasil precisam registrar-se no Banco Central para que os dividendos, juros sobre o capital próprio e outros valores relativos às suas ações possam ser remetidos em moeda estrangeira para fora do Brasil.

Atualmente, pagamos dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes ou superiores ao obrigatório, o que pode não ocorrer caso nossos acionistas decidam que tal distribuição seria desaconselhável em vista de nossa situação financeira. Nesse caso, se o nosso Conselho Fiscal estiver constituído, ele precisará dar um parecer sobre essa decisão e a administração precisará apresentar à CVM um relatório detalhado com os motivos da suspensão do pagamento de dividendos. O lucro não distribuído em virtude de suspensão de pagamento de dividendos terá que ser alocado em uma reserva especial e, caso não seja absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, ele será pago como dividendo assim que a situação financeira permitir.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 21b, e a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Implementação de Basileia III no Brasil.

Pagamento de dividendos aos detentores de ADS

As ações preferenciais subjacentes às ADSs são mantidas no Brasil pelo custodiante, o Itaú Unibanco, que é também o proprietário registrado nos serviços de registro de nossas ações preferenciais. O depositário do nosso programa de ADS é o The Bank of New York Mellon. Os pagamentos de dividendos e distribuições em dinheiro sobre nossas ações preferenciais subjacentes às ADSs são feitos diretamente ao banco depositário no exterior, que é responsável por repassá-los aos acionistas titulares em um prazo médio de dez dias após a realização do pagamento no Brasil. O montante recebido pelo detentor de ADS pode ser reduzido se nós, o custodiante ou o depositário, tivermos que reter um montante referente aos impostos ou outros encargos governamentais.

Consulte a seção Nosso perfil, item Destaques de 2017, Eventos societários, Pagamento de dividendos, Bonificação de 10% das ações do Itaú Unibanco e consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 21 – Patrimônio Líquido, para outras informações sobre dividendos, bonificação de ações e ações em circulação.

Adoção do voto múltiplo

Segundo a legislação societária brasileira e a regulamentação da CVM, os acionistas que representam pelo menos 5% do capital social com direito a voto podem exigir o processo de voto múltiplo com até 48 horas de antecedência à assembleia geral ordinária. Cada ação terá direito a tantos votos quantos forem os membros do conselho eleitos, e o acionista tem o direito de concentrar os votos em um candidato ou de distribuí-los entre os diversos candidatos. Cabe à mesa que dirigir os trabalhos da assembleia informar antecipadamente aos acionistas o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

Sempre que a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema do voto múltiplo e os titulares de ações ordinárias ou preferenciais exercerem a prerrogativa de eleger um conselheiro, será assegurado ao acionista controlador o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas mais um, independentemente do número de conselheiros que, segundo o estatuto, compuser o conselho.

Além disso, como o nosso estatuto social não prevê mandatos escalonados, nossos conselheiros podem ser reeleitos consecutivamente sem interrupção. Sempre que a eleição for realizada por meio do processo de voto múltiplo, a destituição do cargo de quaisquer conselheiros pelos acionistas, em uma assembleia geral, resultará na destituição de todos os demais membros e uma nova eleição será providenciada. Para não afetar a administração da empresa, como resultado da destituição de conselheiros, a legislação societária brasileira prevê que, apesar da destituição, os mesmos conselheiros poderão continuar no exercício de suas funções até que os novos membros eleitos sejam empossados.

Direito de preferência, aumento de capital e integralização de ações subscritas

Todo acionista tem o direito de preferência na subscrição de novas ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação acionária, exceto em casos específicos, conforme a legislação societária brasileira.

Nosso estatuto autoriza o Conselho de Administração a aumentar o capital social até o limite de 8.784.600.000 de ações, sendo 4.392.300.000 de ações ordinárias e 4.392.300.000 de ações preferenciais (capital autorizado). Até o limite do nosso capital autorizado, a emissão de ações pode ser feita sem consideração ao direito de preferência dos nossos acionistas se for realizada: (i) para venda em bolsa de valores; (ii) por subscrição pública; e (iii) para troca por nossas ações em uma oferta pública para aquisição do nosso controle. Independentemente desta disposição, todos os nossos aumentos de capital social precisam ser ratificados pelos nossos acionistas e aprovados pelo Banco Central.

Após aprovação do aumento de capital pelo Banco Central, o acionista precisará integralizar o montante correspondente às ações subscritas, nos prazos previstos na documentação de subscrição relativa àquele aumento de capital. O acionista que não fizer a integralização no prazo determinado na documentação de subscrição será considerado inadimplente segundo os termos da legislação societária brasileira.

A legislação brasileira não prevê responsabilidade em chamadas de capital, portanto, a participação de nossos acionistas pode ser diluída caso eles optem por não exercer seus direitos de preferência na subscrição de ações em caso de aumento de capital.

Forma e transferência

Nossas ações são escriturais e a Itaú Corretora de Valores S.A. é a nossa prestadora dos serviços de escrituração de ações. Portanto, as ações emitidas por nós devem ser mantidas em contas de depósito e em nome do investidor.

Como alternativa, o investidor também pode depositar ações na B3 por intermédio de uma instituição custodiante autorizada pela CVM. Nesse caso, a B3, como depositária central, detém as ações em seu nome, mas controla a titularidade dos valores mobiliários por meio de uma estrutura de contas de depósito mantidas em nome do investidor. Não há distinção nos direitos e nas obrigações dos acionistas, independentemente de suas ações estarem depositadas em uma corretora e distribuidora de valores ou na B3.

Direitos de resgate e de retirada

Nossas ações ordinárias e preferenciais não são resgatáveis, exceto no caso de deixarem de ser negociadas em bolsa. Segundo a legislação societária brasileira, contudo, a aprovação de determinadas matérias dá ao acionista dissidente o direito de retirada da empresa e esse direito expirará 30 dias após a publicação da ata de assembleia aplicável. Essa retirada pode ocorrer em certas condições, mediante o reembolso do valor justo das ações desse detentor, calculado com base em critérios estabelecidos pela legislação societária brasileira. Ainda de acordo com a legislação societária brasileira, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que dê origem a uma retirada no prazo de até dez dias após o término do prazo de retirada estabelecido, se o exercício do direito de retirada vier a comprometer a nossa estabilidade financeira.

O direito de retirada não está disponível para acionistas cujas ações possuírem liquidez e forem negociadas ativamente no mercado acionário em casos de fusão ou incorporação, ou no caso de a empresa optar por fazer parte de um grupo de sociedades.

As ações ordinárias e preferenciais devem ser reembolsadas mediante o cancelamento de seu registro, ao preço justo apurado pelos critérios estabelecidos pela legislação societária brasileira. Se a deliberação que ensejou o direito de retirada for aprovada em mais de 60 dias após a data da aprovação do último balanço patrimonial, o acionista poderá exigir o resgate de suas ações por um valor baseado em novo balanço patrimonial, datado de até 60 dias após a data da realização da assembleia geral.

Nos Estados Unidos

ITUB LISTED NYSE

Nossas ações preferenciais são negociadas na NYSE, na forma de ADSs (uma ADS representa uma ação preferencial), desde 21 de fevereiro de 2002, de acordo com as exigências da NYSE e da SEC. Essas exigências incluem a divulgação das demonstrações contábeis em IFRS, a partir de 2011, e o atendimento às exigências da legislação dos EUA, inclusive a Lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários de 1934 dos EUA (*Securities Exchange Act of 1934*) e a lei Sarbanes-Oxley de 2002.

Nossas ADSs são emitidas pelo *The Bank of New York Mellon*, na qualidade de depositário, nos termos do contrato de depósito datado de 31 de maio de 2001, e alterações posteriores de 20 de fevereiro de 2002 e 30 de março de 2009, em vigor a partir 3 de abril de 2009, entre nós, o depositário e titulares e usufrutuários de ADSs de tempos em tempos. O escritório principal do depositário está localizado em 225 Liberty Street, New York, New York 10281.

Os detentores de ADS não têm os mesmos direitos dos acionistas, que são regidos pela legislação societária brasileira. O depositário é o detentor das ações preferenciais subjacentes às ADSs. Os detentores de ADSs possuem os direitos dos detentores daqueles títulos.

O investidor pode deter as ADSs diretamente, registradas em seu nome, ou indiretamente, por meio de uma corretora ou outra instituição financeira. Os detentores de ADSs não possuem os mesmos direitos que os acionistas, depositários e proprietários das ações correspondentes, no Brasil. O contrato de depósito determina os direitos e obrigações dos detentores de ADSs e é regido pela legislação de Nova Iorque.

Na hipótese de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito anteriormente, têm direito de preferência apenas na subscrição de novas ações preferenciais emitidas. Na hipótese de um aumento de capital que reduza a proporção do capital representado pelas ações preferenciais, os detentores de ADSs, exceto conforme descrito acima, têm direito de preferência na subscrição de ações preferenciais, proporcionalmente a suas participações, e de ações ordinárias somente até o limite necessário para evitar diluição de suas participações.

Consulte a seção Anexos, item Considerações para detentores de ADS para mais informações.

Taxas e despesas

A tabela a seguir resume as taxas e despesas a serem pagas pelos detentores de ADSs ao depositário:

Evento	Taxas
Emissão[1] ou cancelamento para fins de resgate[2] de ADSs	US$ 5,00 (ou menos) por 100 ADSs (ou parcela delas) + quaisquer taxas adicionais cobradas por quaisquer autoridades governamentais, ou outras instituições, pela formalização e entrega ou resgate de ADSs.
Qualquer distribuição em dinheiro	US$ 0,02 (ou menos) por ADS (ou parcela delas).
Serviços depositários	US$ 0,02 (ou menos) por ADS (ou parcela dela), por ano civil (além de uma taxa de distribuição em dinheiro de US$ 0,02 por ADS durante o ano).

(1) Inclusive emissões resultantes da distribuição de ações preferenciais ou direitos ou outros bens, substituição de ações subjacentes e transferência, desdobramento ou agrupamento de recebimentos.
(2) Inclusive em caso de término do contrato de depósito.

Além disso, as outras taxas e despesas a serem pagas pelos detentores de ADSs são:

- Taxas de registro: registro das transferências de ações preferenciais no nosso registro de ações preferenciais de/para o nome do depositário ou seu agente, quando o detentor deposita ou retira ações preferenciais.

- Taxa de distribuição de valores mobiliários feita pelo depositário aos detentores de ADSs: equivalente à taxa que seria paga se os títulos e valores mobiliários distribuídos ao detentor fossem ações preferenciais, e se essas ações tivessem sido depositadas para emissão de ADSs.

- Despesas de conversão de moeda estrangeira: despesas do depositário na conversão de moeda estrangeira para dólares dos Estados Unidos.

- Despesas do depositário: transmissões por cabo, telex e *fac-símile* (quando previstas expressamente no Contrato de Depósito).

Além disso, impostos e outros encargos governamentais que o depositário, ou o custodiante, tem que pagar sobre qualquer ADR ou ação preferencial subjacente a uma ADS (como: os impostos sobre a transferência, impostos do selo ou impostos retidos na fonte) seriam pagos pelos detentores de ADSs. Quaisquer outras despesas incorridas pelo depositário ou seus agentes referentes aos títulos e valores mobiliários não são realizadas no mercado brasileiro neste momento.

Pagamento de impostos

O depositário pode deduzir o valor de quaisquer impostos devidos de quaisquer pagamentos realizados aos investidores ou vender títulos depositados, em uma venda pública ou privada, para pagar quaisquer impostos devidos. Os investidores continuarão responsáveis pelo débito se o produto da venda não for suficiente para pagar os impostos. Se o depositário vender os títulos e valores mobiliários depositados, ele reduzirá, caso seja adequado, o número de ADSs para refletir a venda e pagar aos investidores qualquer importância obtida, ou enviar aos investidores quaisquer bens remanescentes após o pagamento dos impostos.

Reembolso de taxas

O The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário, concordou em nos reembolsar pelas despesas que incorrermos em relação à organização e manutenção do programa de ADS. O depositário concordou em nos reembolsar pelas taxas em que incorrermos para continuidade da negociação em bolsa de valores. O depositário também concordou em pagar os custos de manutenção usuais para as ADSs, que consistem em despesas de postagem e envelopes para remessa de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques de dividendos, arquivamento eletrônico de informações sobre impostos federais dos Estados Unidos, despacho de formulários fiscais obrigatórios, papel timbrado, *fac-símile* e ligações telefônicas; assim como em nos reembolsar, anualmente, por certos programas de relacionamento com o investidor ou atividades promocionais especiais de relações com investidores. Em certos casos, o depositário concordou em realizar pagamentos adicionais para nós, com base em indicadores de desempenho aplicáveis, referentes à ADS. Existem limites para o valor das despesas que serão reembolsadas pelo depositário, mas o valor do reembolso disponível para nós não está necessariamente vinculado ao valor das taxas que o depositário cobrar dos investidores.

O depositário cobra taxas pela entrega e resgate de ADSs diretamente dos investidores que depositam ações ou resgatam ADSs, em caso de exercício dos direitos de retirada ou de intermediários agindo em nome deles. O depositário cobra taxas pela realização das distribuições aos investidores, deduzindo-as dos valores distribuídos ou vendendo uma parte dos bens passíveis de distribuição para pagar essas taxas. O depositário pode cobrar uma taxa anual pelos serviços de depósito por ele prestados, deduzindo-a das distribuições em dinheiro, faturando diretamente os investidores ou, ainda, fazendo lançamentos nas contas do sistema de escrituração dos participantes agindo em nome deles. Em geral, o depositário pode se recusar a prestar serviços sujeitos a taxas até que elas tenham sido pagas.

Em 2017, recebemos do depositário US$ 23,5 milhões destinados a promover e incentivar o programa de ADR no mercado e a suprir os custos de manutenção das ADSs (conforme descritos anteriormente), quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis referentes à ADS, taxas de subscrição e despesas legais.

Informações adicionais ao investidor GRI 102-3

Somos constituídos, por prazo indeterminado e de acordo com as leis do Brasil, como uma empresa de capital aberto. Nossa sede administrativa está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, 04344-902, São Paulo, SP, Brasil, e nosso telefone é +55 (11) 2794-3547. Somos regidos, principalmente, pela legislação societária brasileira e pelo nosso estatuto social. Estamos registrados no CNPJ sob o nº 60.872.504/0001-23 e estamos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo por meio do NIRE 35300010230. Nosso objeto social, estabelecido no Artigo 2º do nosso Estatuto Social, é o de desenvolver a atividade bancária em todas as formas autorizadas, inclusive transações cambiais. Nosso agente para citação nos Estados Unidos é o gerente geral de nossa agência em Nova Iorque, que está localizada na 767 Fifth Avenue, 50th floor, New York, NY 10153.

CONTATOS	
Programa de ações	
Serviço de escrituração contábil	Itaú Corretora de Valores S.A.
Telefone	3003 9285 (capitais e áreas metropolitanas) ou 0800 720 9285 (outras localidades) (ligações do Brasil) ou +55 11 3003 9285 (ligações do exterior)
E-mail	investfone@itau-unibanco.com.br
Site	www.itaucorretora.com.br
Endereço das agências especializadas	www.itaucustodia.com.br/agencia_enderecos.htm
Programa de ADS	
Banco depositário	The Bank of New York Mellon
Telefone	1 888 BNY ADRS (1 888 269 2377) (ligações dos EUA) ou +1 201 680 6825 (ligações de fora dos EUA)
E-mail	shrrelations@cpushareownerservices.com
Site	www.bnymellon.com/shareowner
Relações com investidores	Itaú Unibanco Holding S.A.
Telefone	+55 11 2794 3547
E-mail	relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br
Site	www.itau.com.br/relacoes-com-investidores

Agenda Corporativa 2018	
Assembleia Geral Ordinária	25 de abril de 2018
Divulgação dos Resultados – Primeiro Trimestre de 2018	1º de maio de 2018
Divulgação dos Resultados – Segundo Trimestre de 2018	30 de julho de 2018
Divulgação dos Resultados – Terceiro Trimestre de 2018	29 de outubro de 2018

Nosso compromisso com as melhores práticas de governança corporativa está diretamente relacionado com a atenção direcionada aos acionistas e investidores, a transparência e a prestação de contas. Dedicamos atenção especial à plataforma de comunicação com esses públicos e investimos continuamente no aprimoramento dos canais de atendimento e na qualidade dos serviços prestados.

Em 2017, para estreitar o diálogo e fortalecer nosso relacionamento com nossos acionistas, analistas e investidores do mercado de capitais, divulgamos os resultados, estratégias e perspectivas da organização em 16 reuniões públicas, em parceria com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), com a presença de aproximadamente 2.200 participantes em diversas cidades brasileiras. Participamos, também, de 30 conferências e sete road shows no Brasil e no exterior.

Realizamos quatro teleconferências em 2017, no dia seguinte à divulgação dos resultados trimestrais. Todas são transmitidas em inglês e depois em português, e podem ser acessadas por telefone ou pela internet.

Nossas informações corporativas são divulgadas em nosso site de Relações com Investidores (www.itau.com.br/relacoes-com-investidores).

Ratings de crédito

Nosso risco de crédito é submetido à avaliação independente pelas agências Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's (S&P). As agências avaliam nossa qualidade de crédito baseada em análises sobre a abrangência dos nossos negócios e atributos financeiros, incluindo processos e procedimentos de gestão de riscos, capitalização, resultados, captação, liquidez, contabilidade e governança, bem como suporte externo do governo e/ou grupo econômico.

***Ratings* de crédito[1]**

20 de abril de 2018	Fitch Ratings	S&P Global	Moody's
Itaú Unibanco Holding S.A.			
Curto prazo	B	B	NP
Longo prazo	BB	BB-	(P) Ba3[2]
Perspectiva	Estável	Estável	Estável
Itaú Unibanco S.A.			
Curto prazo	B	B	NP
Longo prazo	BB	BB-	(P) Ba2[3]
Perspectiva	Estável	Estável	Estável
Itau BBA International plc[4]			
Curto prazo	-	-	P-2
Longo prazo	-	-	A3
Perspectiva	-	-	Negativa

(1) *Ratings* em Escala Internacional em Moeda Estrangeira.
(2) Refere-se ao *rating* da Dívida Sênior Não Garantida do Itaú Unibanco Holding S.A. A Moody's não classifica *Ratings* de Depósito para o Itaú Unibanco Holding.
(3) Refere-se ao *Rating* da Dívida Sênior Não Garantida MTN do Itaú Unibanco Holding S.A. O *Rating* de Depósito de Longo Prazo do Itaú Unibanco S.A. é Ba3.
(4) O Itau BBA International plc não é avaliado pela Fitch Ratings ou pela Standard & Poor's. Refere-se aos *ratings* de depósito da Moody's.

Devido à metodologia adotada pelas agências de *rating*, os *ratings* do Itaú Unibanco estão alinhados aos *ratings* atribuídos ao Brasil.

Dessa forma, em linha com as revisões da perspectiva do risco soberano, desde 2017, a Moody's fez as seguintes mudanças na perspectiva dos *ratings* do Itaú Unibanco S.A. e Itaú Unibanco Holding S.A.:

- Em março de 2017: de negativa para estável;
- Em maio de 2017: de estável para negativa; e
- Em abril de 2018: de negativa para estável.

Em março e em agosto de 2017, a Fitch afirmou os *ratings* do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco S.A., destacando: o apetite de risco controlado, as consistentes posições de funding e de liquidez e o adequado nível do índice de cobertura. Em março de 2018, a Fitch rebaixou o *rating* de longo prazo do Itaú Unibanco de BB+ para BB, alterando a perspectiva de negativa para estável, em decorrência da alteração anterior do rating soberano brasileiro realizada em fevereiro de 2018 (de BB para BB-).

Em setembro de 2017, a S&P elevou nosso *rating* de curto prazo em escala nacional de brA-1 para brA-1+ e reafirmou os *ratings* atribuídos ao Itaú Unibanco e ao Itaú Unibanco S.A., elevando a posição de "capital e resultados" de moderada para adequada, avaliando nossas empresas de forma superior a seus concorrentes. Além disso, a S&P mencionou a diversificação geográfica do banco e suas receitas de prestação de serviços como fatores positivos.

Em maio de 2017, a S&P conduziu uma revisão do *rating* soberano do Brasil e, como reflexo, também os *ratings* do Itaú Unibanco. A revisão foi concluída em agosto de 2017 e os ratings foram afirmados. Entretanto, em janeiro de 2018, a S&P rebaixou o *rating* soberano do Brasil de BB para BB-, o que levou ao rebaixamento de várias instituições financeiras, inclusive do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco S.A.

Principais diferenças entre as práticas de governança corporativa no Brasil e nos EUA

Registramos nossas ADSs na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) nos Estados Unidos na qualidade de emissor privado estrangeiro e, como resultado, a NYSE nos permite cumprir algumas exigências de governança corporativa previstas na legislação brasileira aplicável, em vez daquelas previstas nas normas de listagem de governança corporativa da NYSE aplicáveis às empresas norte-americanas com títulos negociados naquela bolsa.

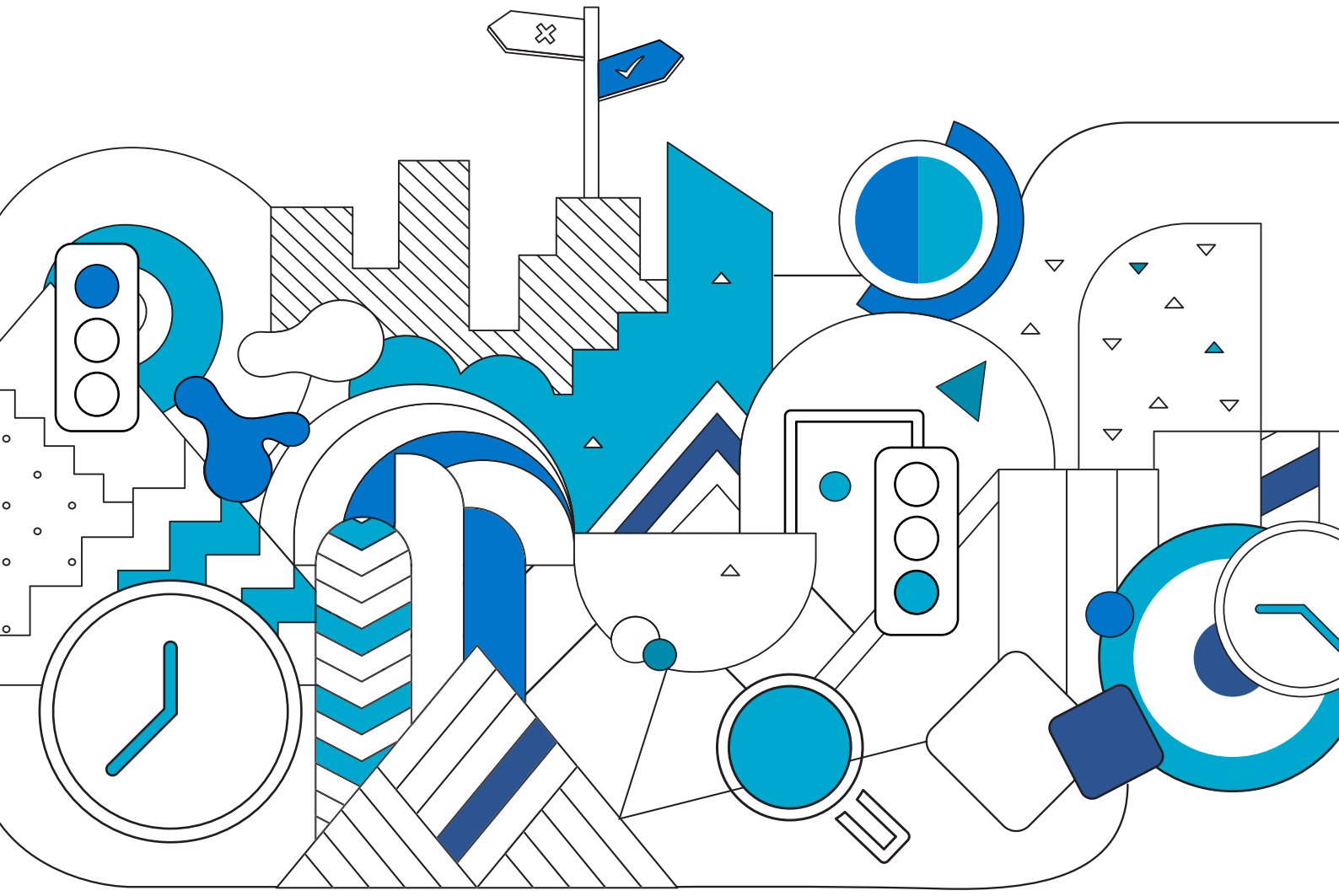
Apresentamos a seguir a descrição das principais diferenças entre as nossas práticas de governança corporativa e aquelas exigidas para as companhias de capital aberto dos EUA. Nossas principais normas e políticas podem ser encontradas em www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/regulamentos-e-politicas.

EXIGÊNCIAS DA NYSE	NOSSAS PRÁTICAS
MEMBROS INDEPENDENTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Companhias registradas na NYSE devem ter seu Conselho de Administração composto por uma maioria de membros independentes (conforme definido nas normas aplicáveis). Entretanto, as companhias controladas nela registradas (companhias com mais de 50% do seu capital detidos por uma pessoa física, um grupo ou outra companhia) não precisam cumprir essa exigência e estão isentas desta norma.	Embora estejamos enquadrados na exceção prevista pela norma da NYSE e a legislação brasileira não tenha exigência semelhante, nosso Conselho de Administração conta com cinco membros considerados independentes de acordo com os critérios estabelecidos em nossa Política de Governança Corporativa. Os critérios que utilizamos para definir independência também são diferentes dos utilizados pela NYSE.
SESSÕES EXECUTIVAS	
Membros não administradores do Conselho de Administração devem ser reunir em sessões executivas, regularmente programadas, sem a presença dos membros do Conselho de Administração que sejam diretores da companhia.	Embora a legislação brasileira não tenha exigência semelhante, essas sessões executivas são realizadas pelo menos uma vez por ano. Atualmente, somente um dos doze membros do nosso Conselho de Administração é considerado membro administrador.
COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA CORPORATIVA	
As companhias registradas na NYSE devem ter um comitê de nomeação ou governança corporativa formados inteiramente por membros independentes do Conselho de Administração e regidos por regimentos que disponham sobre os objetivos e as responsabilidades do comitê. Entretanto, as companhias controladas nela registradas, que tenham mais de 50% do seu capital votante detidos por uma pessoa física, um grupo ou outra companhia, como no nosso caso, não precisam cumprir essa exigência.	Possuímos um Comitê de Nomeação e Governança Corporativa responsável por incentivar e supervisionar discussões de assuntos relacionados com a governança da Companhia. Atualmente, um dos cinco membros do nosso Comitê de Nomeação e Governança Corporativa é considerado independente, segundo a nossa Política de Governança Corporativa. Ainda, todos os membros do nosso Comitê de Nomeação e Governança Corporativa são considerados membros não administradores.
COMITÊ DE REMUNERAÇÃO	
As companhias registradas na NYSE possuem um comitê de remuneração formado por membros independentes do Conselho de Administração e regidos por regimentos que disponham sobre os objetivos e as responsabilidades do comitê. Entretanto, as companhias controladas nela registradas, que tenham mais de 50% do seu capital votante detidos por uma pessoa física, um grupo ou outra companhia, como no nosso caso, não precisam cumprir essa exigência.	As regras da CVM não exigem que as companhias abertas tenham um comitê de remuneração. No entanto, a regulamentação bancária brasileira exige que tenhamos um Comitê de Remuneração. Em atendimento a essa regulamentação, nosso Comitê de Remuneração é subordinado ao Conselho de Administração, e os membros desse comitê não precisam ser necessariamente independentes. Atualmente, entretanto, três dos cinco membros do Comitê de Remuneração são considerados independentes, segundo a nossa Política de Governança Corporativa.
COMITÊ DE AUDITORIA	
As companhias registradas na NYSE devem ter um comitê de auditoria que (i) seja composto por, no mínimo, três membros independentes que tenham conhecimento em finanças; (ii) atenda às regras da SEC referentes a comitê de auditoria de companhias registradas na NYSE; (iii) tenha, no mínimo, um membro que seja especialista em contabilidade ou gestão financeira; e (iv) seja regido por um regimento que determine expressamente os objetivos e as responsabilidades do comitê e estabeleça avaliações anuais de desempenho.	A legislação brasileira aplicável regula a prestação de serviços de auditoria independente para instituições financeiras e exige a formação de um comitê de auditoria composto por, no mínimo, três membros independentes, de acordo com os critérios de independência dispostos nessas regras. Nosso Comitê de Auditoria, criado em 28 de abril de 2004, atende às exigências brasileiras legais aplicáveis, sendo eleito anualmente pelo Conselho de Administração e composto por profissionais com comprovada capacitação técnica compatível com as atribuições desse Comitê. Segundo as normas da SEC, nós não somos obrigados a ter um Comitê de Auditoria formado ou que funcione de acordo com as normas da NYSE se atendermos às exigências especificadas pela SEC. Acreditamos que o nosso Comitê de Auditoria atende às exigências da Regra 10A-3(c)(3) da Exchange Act (Lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários) e atua de forma independente no desempenho de suas atribuições. Nosso Comitê de Auditoria, na medida do que é permitido pela legislação brasileira, desempenha todas as funções exigidas pela regra 10A-3 da Exchange Act.
APROVAÇÃO PELOS ACIONISTAS DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E DOS PLANOS PARA OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES	
Os acionistas têm a oportunidade de votar em todos os planos de remuneração baseados em ações e suas alterações relevantes, assim como em aumentos significativos da quantidade de ações disponíveis para o plano, salvo algumas exceções.	A legislação brasileira estabelece exigência semelhante, uma vez que prevê a necessidade de aprovação da remuneração global anual dos administradores (incluindo ações) e dos planos de outorga de opções de ações em Assembleia Geral.
CÓDIGO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	
As companhias registradas na NYSE devem adotar e divulgar suas diretrizes de governança corporativa.	Possuímos uma Política de Governança Corporativa que consolida os princípios e as práticas de governança corporativa que adotamos. Acreditamos que esses princípios e práticas, consistentes com a legislação brasileira, são compatíveis com as diretrizes estabelecidas pela NYSE. Adotamos regras mais rígidas do que aquelas exigidas pela legislação brasileira, uma vez que aderimos, de forma voluntária, ao Nível 1 de governança corporativa da B3 e concedemos direitos de venda conjunta (*tag-along*) para todos os acionistas, independentemente de seus direitos de voto.
CÓDIGO DE ÉTICA	
As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas adotem e divulguem um código de conduta comercial e ética para os membros do Conselho de Administração, diretores e colaboradores. A NYSE também exige que as companhias nela registradas divulguem imediatamente eventuais dispensas de aplicação das disposições do código de ética para os membros do conselho ou diretores.	A legislação brasileira não tem uma exigência semelhante. Entretanto, temos um Código de Ética que, dentre outros assuntos, rege a conduta de todos os membros do Conselho de Administração, diretores e colaboradores do Grupo Itaú Unibanco, detalhando os princípios que norteiam nossas atitudes e práticas.
AUDITORIA INTERNA	
As regras da NYSE exigem que as companhias nela registradas mantenham uma auditoria interna cuja responsabilidade é fornecer avaliações constantes dos processos de gerenciamento de risco da companhia e do sistema de controles internos à administração e ao Comitê de Auditoria.	A legislação bancária brasileira estabelece exigência semelhante, uma vez que exige que as instituições financeiras tenham uma auditoria interna compatível com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição financeira, que seja realizada por uma unidade específica diretamente subordinada ao Conselho de Administração ou por um auditor independente (desde que esse auditor não seja responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da instituição financeira ou por outras atividades que possam implicar em conflito de interesses). A nossa Auditoria Interna é responsável por avaliar a suficiência e a eficácia dos nossos controles operacionais e de gestão, bem como a adequação de nossos processos de identificação e gerenciamento de riscos. Além disso, nossa Auditoria Interna tem atuação independente da administração na condução de suas atividades e possui acesso a todos os lugares, executivos e informações necessárias para desempenhar suas funções. A Auditoria Interna está subordinada, administrativamente, à presidência do Conselho de Administração, sendo suas atividades supervisionadas pelo Comitê de Auditoria.

4 Nossa gestão de riscos

GRI 102-15

Consideramos nossa gestão e cultura de risco essenciais para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando maximizar a criação de valor para os acionistas.



Fatores de risco

Esta seção trata dos riscos que consideramos relevantes para os nossos negócios e para os investimentos em nossos valores mobiliários. Caso qualquer um desses eventos descritos ocorra, nossa situação financeira e nossos negócios podem ser afetados negativamente, assim como o montante dos investimentos feitos em nossos valores mobiliários. Dessa forma, os investidores devem avaliar cuidadosamente os fatores de risco descritos a seguir e as demais informações contidas neste documento.

Outros riscos que atualmente consideramos não relevantes ou sobre os quais não temos conhecimento podem gerar efeitos semelhantes aos mencionados anteriormente, caso se materializem.

Riscos macroeconômicos

Cenário internacional

Alterações nas condições econômicas podem nos afetar adversamente

Nossas operações dependem do desempenho das economias dos países nos quais fazemos negócios, especialmente da América Latina. Crises e a volatilidade nos mercados financeiros de outros países podem afetar os mercados financeiros globais e a economia brasileira e ter um impacto negativo em nossas operações.

A demanda por crédito e serviços financeiros, assim como a capacidade de pagamento por parte de nossos clientes, é impactada diretamente por variáveis macroeconômicas, tais como crescimento econômico, renda, desemprego, inflação e flutuações nas taxas de juros e de câmbio. Dessa forma, qualquer mudança relevante nas economias dos países nos quais fazemos negócios, especialmente da América Latina, poderá afetar nossas operações.

A turbulência e a volatilidade dos mercados financeiros globais podem também ter consequências significativas para os países onde operamos, tais como volatilidade no valor de títulos patrimoniais, nas taxas de juros e de câmbio. A maior incerteza e volatilidade podem resultar em uma desaceleração do mercado de crédito e da economia, o que, por sua vez, poderia gerar aumento na taxa de desemprego e redução no poder aquisitivo dos consumidores. Além disso, esses eventos podem prejudicar de forma significativa a capacidade dos nossos clientes de cumprir com suas obrigações e aumentar a ocorrência de operações de crédito em atraso ou inadimplentes, resultando em um aumento do risco associado à nossa atividade de crédito.

As condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os EUA, países da União Europeia e países emergentes, podem afetar em graus variados a disponibilidade de crédito e o montante de investimentos estrangeiros no Brasil e nos países nos quais fazemos negócios. Incertezas políticas continuam a apresentar um risco significativo ao cenário da economia global, especialmente a possibilidade de uma guerra comercial entre EUA e China. Na zona do Euro, a formação de governo na Itália e as negociações para a saída do Reino Unido da União Europeia constituem fontes de incerteza, embora nenhum desses eventos pareça apresentar um risco imediato para a região ou a economia global. Crises nesses países podem diminuir o interesse dos investidores por ativos brasileiros e de outros países nos quais fazemos negócios, o que poderia afetar, de forma adversa e material, o preço de mercado de nossos títulos, dificultando o nosso acesso ao mercado de capitais e, consequentemente, o financiamento de nossas operações no futuro.

Os bancos que operam em países considerados mercados emergentes, inclusive nós, podem estar particularmente suscetíveis a turbulências e reduções na disponibilidade de crédito ou ao aumento nos custos de financiamentos, que poderiam ter impacto material adverso sobre as suas operações. Em particular, a disponibilidade de crédito para as instituições financeiras que operam nos mercados emergentes é significativamente influenciada por movimentos de aversão ao risco global. Adicionalmente, qualquer fator que impacte a confiança dos investidores, como um rebaixamento na classificação do risco de crédito, uma vez que as classificações das instituições financeiras, inclusive a nossa, tendem a sujeitar-se a um teto baseado na classificação de crédito soberano, ou uma intervenção do governo ou da autoridade monetária em um desses mercados, pode impactar o preço ou a disponibilidade de recursos para instituições financeiras inseridas em qualquer um desses mercados, o que pode nos afetar.

Dessa forma, crises nesses países podem diminuir o interesse dos investidores por ativos brasileiros, o que poderia afetar, de forma adversa e material, o preço de mercado de nossos títulos, dificultando o nosso acesso ao mercado de capitais e, consequentemente, o financiamento de nossas operações no futuro. Crises financeiras globais, além do ambiente macroeconômico brasileiro, também podem afetar de forma material e adversa o preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros ou causar outros efeitos negativos no Brasil e nos países em que operamos, tendo efeito adverso material sobre nós.

Consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto global e Contexto brasileiro para mais detalhes sobre dados e indicadores econômicos.

Cenário doméstico

As autoridades brasileiras exercem influência sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, bem como a deterioração das contas fiscais do governo, podem nos afetar adversamente

Nossas operações são altamente dependentes do desempenho da economia brasileira. A demanda por crédito e serviços financeiros, assim como a capacidade de pagamento por parte de nossos clientes, é impactada diretamente por variáveis macroeconômicas, tais como crescimento econômico, renda, desemprego, inflação e flutuações nas taxas de juros e de câmbio.

Após um período de expansão econômica acentuada, as taxas de crescimento do Brasil começaram a desacelerar em 2011 e, em 2015, o país entrou em recessão. Em 2016, o PIB teve contração de 3,5%, e cresceu 1,0% em 2017. O crescimento foi impactado pelas altas taxas de juros, baixo preço das *commodities* e alta alavancagem corporativa. No longo prazo, o crescimento pode ser limitado por diversos fatores, inclusive estruturais, como infraestrutura inadequada, os quais ocasionam riscos de potencial falta de energia e deficiências no setor de transporte, dentre outros, bem como a escassez de profissionais qualificados, que podem reduzir os níveis de produtividade e eficiência do país. Baixos níveis de poupança nacional requerem entrada de fluxos financeiros relativamente significativos do exterior, o que pode não ocorrer caso investidores estrangeiros percebam instabilidade política e fiscal no país. Dependendo da sua intensidade,

esses fatores poderiam levar à redução nas taxas de emprego e queda nos níveis de renda e de consumo, resultando no aumento de índices de inadimplência nos empréstimos que concedemos para pessoas físicas e empresas não financeiras e, consequentemente, gerar efeito material adverso para nós.

As autoridades brasileiras intervêm com alguma frequência na economia brasileira por meio de alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, o que pode nos afetar negativamente. Tais alterações podem impactar variáveis que são fundamentais para nossa estratégia de crescimento (tais como taxas de câmbio e de juros, a liquidez do mercado monetário, a carga tributária e o crescimento econômico), limitando a nossa atuação em determinados mercados, afetando a nossa liquidez e a capacidade de pagamento dos nossos clientes, o que consequentemente afetará nossas operações.

Fiscais

O resultado primário do setor público brasileiro tem sido deficitário desde 2014. A continuidade da deterioração das contas fiscais do governo poderia gerar uma perda de confiança dos investidores locais e estrangeiros. Os governos estaduais também vêm enfrentando desafios fiscais devido à rigidez de seus gastos, receitas menores e, em alguns casos mais críticos, elevado endividamento. O Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que limitará o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior por um período de no mínimo 10 anos. No curto prazo, o foco permanecerá na reforma da Previdência, fundamental para se conseguir o cumprimento dos limites de gastos no futuro. Considerada imprescindível, a reforma está pronta para ser votada pelo Congresso. Entretanto, incertezas políticas podem levar ao seu adiamento para 2019, após as eleições gerais. A menor confiança na situação fiscal do governo brasileiro poderia levar as agências de *rating* de crédito a rebaixar o *rating* soberano do Brasil, impactando negativamente a economia do país e causando desvalorização da moeda brasileira, o aumento da inflação e das taxas de juros e a desaceleração do crescimento econômico, afetando, dessa forma, nossos negócios, os resultados das operações e nossa posição financeira.

Monetárias

Aumentos repentinos de preços e longos períodos de inflação alta podem causar, dentre outros efeitos, perda de poder aquisitivo e distorções na alocação de recursos na economia. As medidas para combater taxas de inflação elevadas incluem maior rigidez na política monetária, com elevação da taxa básica de juros (SELIC), resultando em restrições de crédito e liquidez no curto prazo, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. Mudanças nas taxas de juros podem afetar de forma material nossas margens líquidas, já que influenciam nossos custos de captação e concessão de empréstimos. Adicionalmente, os aumentos na taxa SELIC podem reduzir a demanda por crédito, aumentar os custos de nossas reservas e elevar o risco de inadimplência dos nossos clientes. De forma inversa, reduções na taxa SELIC poderiam diminuir nossos ganhos provenientes de ativos remunerados por juros, assim como as nossas margens líquidas.

Cambiais

O Brasil utiliza o sistema de câmbio flutuante, segundo o qual o mercado estabelece o valor do real em relação às moedas estrangeiras. No entanto, o Bacen pode fazer intervenções na compra e na venda de moedas estrangeiras com o objetivo de suavizar as oscilações e reduzir a volatilidade da taxa de câmbio. Apesar dessas intervenções, a taxa de câmbio pode apresentar variações significativas. Além disso, em alguns casos, intervenções realizadas com o objetivo de evitar oscilações bruscas do valor do real, frente às outras moedas, podem ocasionar o efeito oposto, levando ao aumento na volatilidade da referida taxa de câmbio. A instabilidade nas taxas de câmbio também pode impactar negativamente os nossos negócios. Uma potencial depreciação do real poderia resultar em (i) perdas em nossos passivos expressos em moeda estrangeira ou a ela indexados; (ii) redução da nossa capacidade de pagar obrigações expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas, pois a obtenção da moeda estrangeira necessária para cumprir tais obrigações ficaria mais cara; (iii) redução da capacidade dos tomadores brasileiros de nos pagar dívidas expressas em moeda estrangeira ou a ela indexadas; e (iv) impactos negativos sobre o preço de mercado da nossa carteira de títulos. Por outro lado, a valorização da moeda brasileira poderia nos levar a incorrer em perdas sobre os ativos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

Todas essas alterações podem impactar variáveis que são fundamentais para nossa estratégia de crescimento (tais como taxas de câmbio e de juros, a liquidez do mercado, a carga tributária e o crescimento econômico), limitando a nossa atuação em determinados mercados e afetando a nossa liquidez e a capacidade de pagamento dos nossos clientes. Incertezas sobre políticas econômicas futuras podem aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, que, por sua vez, pode ter relevante efeito adverso sobre nós. Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil e no exterior que tenham impacto no país também podem nos afetar. Resumindo, qualquer mudança relevante na economia brasileira, poderá afetar nossas operações.

Investigações sobre corrupção, com ampla repercussão, que estão em andamento no Brasil poderão afetar a percepção das perspectivas de crescimento interno e do Brasil

Certas empresas brasileiras dos setores de energia e infraestrutura e de óleo e gás estão sendo investigadas pela CVM, pela SEC, pelo Departamento de Justiça (DOJ) dos Estados Unidos, pela Polícia Federal e outros órgãos públicos brasileiros responsáveis por investigações sobre formação de cartel e corrupção, relacionadas a alegações de corrupção (chamada de operação Lava Jato) e, dependendo do resultado dessas investigações e do tempo necessário para concluí-las, essas empresas podem enfrentar (algumas delas já enfrentam) rebaixamentos das agências de classificação de crédito, restrições de acesso a financiamento (algumas delas já sofrem) e redução nas receitas (algumas delas já experimentam), entre outros efeitos negativos. Esses efeitos negativos podem prejudicar a capacidade das empresas de honrar tempestivamente os seus compromissos financeiros trazendo perdas para nós. As empresas envolvidas na operação Lava Jato também podem ser processadas pelos

investidores (algumas delas já foram), alegando terem sido enganados por informações divulgadas por elas, incluindo suas respectivas demonstrações contábeis. Além disso, as investigações de corrupção em andamento contribuíram para reduzir o valor dos títulos e valores mobiliários de diversas empresas. Os bancos de investimento (inclusive o Itaú BBA Securities) que atuaram como subscritores de distribuições públicas dessas empresas investigadas também são partes em alguns desses processos judiciais nos EUA e podem ser partes em outros processos que ainda venham a ser instaurados. Não podemos prever a duração dessas investigações sobre corrupção, ou a intensidade dos efeitos que essas investigações poderão ter sobre a economia brasileira e o setor financeiro que também poderá ser investigado em virtude de um possível relacionamento comercial com as empresas e pessoas envolvidas nas investigações da operação Lava Jato. Outra investigação de alta repercussão, além da Lava Jato, em curso no Brasil é a chamada operação Zelotes. Se as alegações de tal investigação forem confirmadas também poderão afetar alguns dos nossos clientes e sua confiabilidade de crédito. Em março de 2016, fomos citados pela Receita Federal do Brasil para prestar contas sobre os processos tributários relacionados com o BankBoston no Brasil, que está sendo investigado pela operação Zelotes. Adquirimos as operações do BankBoston no Brasil do Bank of America em 2006. Em 1º de dezembro de 2016, a Polícia Federal conduziu buscas nas instalações do Itaú Unibanco à procura de documentos relacionados com esses processos e documentos relacionados com pagamentos feitos a advogados e consultores que atuaram nesses processos. Esclarecemos que o contrato firmado com o Bank of America para a aquisição das operações do BankBoston no Brasil incluía uma cláusula segundo a qual o vendedor permaneceria responsável pela condução dos processos tributários do BankBoston, inclusive com relação à retenção de advogados e consultores. Portanto, de acordo com esse contrato, quaisquer e todos os pagamentos feitos pelo Itaú Unibanco a advogados e consultores foram estritamente em nome do Bank of America. Essas investigações não foram concluídas e permanecemos inteiramente à disposição, cooperando com as autoridades para quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam necessários. Depois de revisar nossos procedimentos de controle e sistemas de monitoramento, acreditamos estar em conformidade com as normas existentes, especialmente as relacionadas com prevenção à lavagem de dinheiro. Não obstante, devido ao tamanho e à amplitude das nossas operações e ao nosso relacionamento comercial com empresas e pessoas investigadas, e devido aos diversos bancos, públicos e privados, adquiridos pelo Itaú Unibanco nos últimos 15 anos, podemos nos tornar foco dessas investigações, que podem, em última instância, resultar em danos à reputação, responsabilização civil ou criminal. Os efeitos negativos sobre várias empresas também podem impactar o nível de investimentos em infraestrutura no Brasil, resultando em menor crescimento econômico.

Riscos legais e regulatórios

Regulamentação bancária

Estamos sujeitos à regulamentação em base consolidada e podemos estar sujeitos à liquidação ou intervenção

Atuamos em diversos setores relacionados a crédito e serviços financeiros, por meio de entidades que controlamos. Para fins de regulamentação ou supervisão, o Banco Central trata o banco e nossas subsidiárias e coligadas como uma única instituição financeira. Embora a nossa base de capital consolidada proporcione solidez financeira e flexibilidade para nossas subsidiárias e coligadas, suas atividades individuais podem colocar, indiretamente, nossa base de capital em risco. Uma investigação ou intervenção do Banco Central, em especial nas atividades desenvolvidas por qualquer uma de nossas subsidiárias ou coligadas, pode ter impacto material adverso sobre nossas outras subsidiárias e coligadas e, por fim, sobre nós. Na hipótese de nós ou qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras se tornar insolvente, o Banco Central poderá realizar um processo de intervenção ou liquidação em bases consolidadas, em vez de realizar tais procedimentos em cada entidade individualmente. Em caso de intervenção ou liquidação em base consolidada, os nossos credores teriam reivindicações sobre os nossos ativos e sobre os ativos das nossas subsidiárias financeiras consolidadas. Neste caso, reivindicações de credores de mesma natureza contra nós e nossas subsidiárias financeiras consolidadas teriam classificação equivalente em relação ao pagamento. Se o Banco Central realizar o processo de liquidação ou de intervenção do banco ou de qualquer uma das nossas subsidiárias financeiras em base individual, os nossos credores não poderão fazer uma reivindicação direta dos ativos dessas subsidiárias financeiras, e os credores dessas subsidiárias financeiras terão preferência em relação aos nossos credores sobre os ativos dessas subsidiárias financeiras. O Banco Central também tem autoridade para realizar outras reorganizações societárias ou transferências de controle em caso de processo de intervenção ou liquidação.

Alterações na lei e regulamentação aplicáveis podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios

Alterações na legislação e regulamentação aplicáveis às instituições financeiras no Brasil podem afetar a nossa capacidade de conceder empréstimos e de cobrar dívidas em atraso, o que pode ter um efeito adverso sobre nós. Nossas operações também podem ser afetadas de forma adversa na hipótese de ocorrerem outras alterações, inclusive alterações relativas a restrições sobre as remessas para o exterior e outros controles cambiais, bem como à divergência em interpretações das leis por tribunais e agências reguladoras em relação à opinião de nossos assessores legais.

No contexto de crises financeiras ou econômicas, o governo brasileiro também pode decidir implementar alterações na estrutura legal aplicável à operação das instituições financeiras brasileiras. Por exemplo, em resposta à crise financeira global que teve início no final de 2007, órgãos reguladores nacionais e intergovernamentais, como o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, propuseram reformas regulatórias para evitar a ocorrência de crises semelhantes, que incluíram a criação de novas exigências de capital mínimo regulamentar mais elevado (Basileia III). Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Ambiente regulatório, Estrutura de Basileia III e Implementação de Basileia III no Brasil para mais detalhes sobre as exigências de capital regulatório.

Além disso, o Congresso brasileiro está analisando a promulgação de uma nova legislação que, se convertida em lei com a redação atual proposta, poderia nos afetar de forma adversa. Por exemplo, o projeto de lei que propõe a alteração do Código de Defesa do Consumidor permitiria aos tribunais alterar os termos e condições dos contratos de crédito em determinadas situações, impondo certas dificuldades para a cobrança de valores de consumidores finais. Recentemente, o Superior Tribunal Justiça (STJ) publicou um precedente que poderá ter impacto sobre a capacidade dos bancos brasileiros cobrarem valores devidos por contratos de empréstimo com pessoas físicas. Entretanto, os impactos desse precedente ainda não estão claros, uma vez que seu âmbito de aplicação está sendo avaliado. Além disso, os órgãos legislativos estaduais e municipais podem periodicamente considerar projetos de lei destinados a impor medidas de segurança e normas para atendimento aos clientes, como limites em filas e exigências de acessibilidade, que, se convertidos em lei, poderiam afetar as nossas operações. Mais recentemente, certos projetos de lei convertidos em lei (e outros que foram propostos) em determinados estados ou municípios impõem restrições à possibilidade dos credores de incluírem dados sobre devedores insolventes em registros dos serviços de proteção ao crédito, o que também poderia ter um efeito adverso sobre nossa capacidade de cobrar dívidas em atraso.

Também temos operações em outros países, incluindo Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Reino Unido, Estados Unidos, Uruguai e Suíça. Alterações nas leis e regulamentos pertinentes aos nossos negócios nos países em que operamos, ou a adoção de novas leis, e regulamentações relacionadas, podem nos afetar de forma adversa.

Aumentos nas exigências de depósitos compulsórios podem nos afetar de forma negativa e material

Depósitos compulsórios são reservas que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central. Em geral, os depósitos compulsórios não proporcionam os mesmos retornos que outras formas de investimentos e depósitos, já que uma parte deles não rende juros. Esses recursos precisam ser detidos em títulos do governo federal brasileiro e são usados para financiar programas governamentais, como o programa habitacional federal e subsídios do setor rural. O Banco Central vem alterando, periodicamente, o nível mínimo dos depósitos compulsórios – reservas que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central.

Regulamentação de seguros

Nossa operação de seguros está sujeita a órgãos reguladores, como a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Nesse sentido, podemos ser afetados negativamente pelas penalidades aplicadas por estas autarquias

As companhias de seguro estão sujeitas a intervenção e/ou liquidação pela SUSEP. Em caso de recursos ou reservas técnicas insuficientes, ou saúde econômica frágil em relação a uma entidade regulamentada, a SUSEP poderá nomear um diretor fiscal para atuar na companhia. Se a intervenção não surtir efeito, a SUSEP encaminhará ao CNSP uma proposta para cassação da autorização para funcionamento da seguradora. Além disso, as companhias de seguro estão sujeitas a multas, advertências, suspensão do exercício da atividade e inabilitação para o exercício de atividade conforme estabelecido por lei.

As companhias de seguro saúde estão sujeitas à regulamentação da ANS. Com relação a companhias de seguro saúde que apresentem insuficiência de garantias do equilíbrio financeiro, anormalidades econômico-financeiras ou administrativas graves, a ANS poderá determinar a alienação da carteira da seguradora ou outras medidas como regime de direção fiscal ou técnica por prazo não superior a 365 dias, ou sua liquidação extrajudicial. As penalidades estabelecidas para violações cometidas por companhias de seguro saúde e seus conselheiros e diretores são: (i) advertências; (ii) multas; (iii) suspensão do exercício do cargo; (iv) inabilitação temporária para o exercício de cargos em operadoras; (v) inabilitação permanente para o exercício de cargos em companhias de seguro saúde, bem como em previdência complementar aberta, seguradoras, corretoras de seguro e instituições financeiras; e (vi) cancelamento da autorização de funcionamento da companhia e alienação da sua carteira.

Nesse sentido, nossas operações de seguros podem ser afetadas negativamente pelas penalidades aplicadas pela SUSEP ou ANS, conforme descrito acima.

Regulamentações fiscais e do mercado de capitais

Os detentores de nossas ações e ADSs podem não receber dividendos

No Brasil as companhias devem obrigatoriamente pagar a seus acionistas um dividendo mínimo, pelo menos, em base anual (exceto em casos específicos estabelecidos em legislação aplicável). De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido calculado e ajustado de acordo com a legislação societária brasileira. A legislação brasileira aplicável também permite que as companhias incluam o montante de juros sobre capital próprio distribuído a seus acionistas no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. O cálculo do lucro líquido de acordo com a legislação societária brasileira pode diferir significativamente do nosso lucro líquido calculado de acordo com o IFRS.

A legislação societária brasileira também permite a suspensão do pagamento de dividendos obrigatórios em qualquer exercício específico se o nosso Conselho de Administração informar nossa Assembleia Geral de Acionistas que esse pagamento seria incompatível com a nossa situação financeira. Portanto, caso isso ocorra, o detentor de nossas ações e ADSs pode não receber dividendos. Nesse caso, os dividendos que deixarem de ser distribuídos nesse exercício fiscal deverão ser registrados como uma reserva especial e, caso não sejam usados para cobrir um eventual prejuízo em exercícios subsequentes, esses montantes de dividendos não pagos ainda disponíveis sob essa reserva deverão ser distribuídos quando a situação financeira da Companhia assim o permitir.

Além disso, de acordo com seus poderes normativos nos termos da lei brasileira e das regulamentações bancárias, o Banco Central pode, discricionariamente, reduzir os

dividendos a serem pagos, ou determinar que não sejam pagos dividendos por uma instituição financeira caso tal restrição seja necessária para mitigar riscos relevantes à instituição financeira ou ao sistema financeiro brasileiro.

Consulte a seção Nosso perfil, item Nossas ações, Pagamento dos acionistas e a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Estrutura de Basileia III, Implementação de Basileia III no Brasil para mais detalhes sobre as exigências de capital pelo CMN; e também a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 2.4t e Nota 21 para mais detalhes sobre dividendos e juros sobre capital próprio.

As reformas fiscais podem afetar negativamente as nossas operações e a lucratividade

O governo brasileiro altera regularmente a legislação e as normas fiscais por meio da criação de novos tributos que podem ser temporários, da mudança nas alíquotas, nas bases de incidência dos impostos ou na forma como os mesmos são calculados, inclusive com relação às alíquotas aplicáveis unicamente ao setor bancário. As reformas fiscais podem reduzir o volume das nossas transações, aumentar nossos custos ou limitar a nossa lucratividade.

Riscos associados aos nossos negócios

Fator de risco de mercado

O valor de nossos títulos e valores mobiliários e derivativos está sujeito a flutuações de mercado, devido a mudanças nas condições econômicas brasileiras ou internacionais, podendo gerar prejuízos relevantes

O risco de mercado é o risco de ocorrência de prejuízos resultantes de variações nos preços do mercado financeiro. Essas perdas podem resultar da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos de operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, índices de preços e preços de ações e *commodities*.

Os valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos de nossa carteira podem nos levar a registrar ganhos e perdas, quando vendidos ou ajustados ao valor de mercado (no caso de títulos negociáveis), e apresentar flutuação considerável de um período para o outro em função das condições econômicas nacionais e internacionais.

Não temos condições de estimar o montante de ganhos ou perdas realizados ou não realizados para qualquer período futuro. Ganhos e perdas em nossa carteira de investimentos podem não contribuir para a nossa receita líquida no futuro ou podem deixar de contribuir para ela em níveis compatíveis com períodos mais recentes. Podemos não ser bem-sucedidos ao realizar as valorizações ou desvalorizações atualmente existentes na nossa carteira de investimentos consolidada ou em qualquer um dos ativos dessa carteira.

Fatores de risco de crédito

O desempenho passado da nossa carteira de crédito pode não ser indicativo de desempenho futuro. Mudanças no perfil de nosso negócio podem afetar adversamente nossa carteira de crédito. Além disso, o valor de qualquer garantia que assegura nossos empréstimos pode não ser suficiente e podemos ser incapazes de realizar o valor cheio da garantia que assegura nossa carteira de crédito

Nossa experiência histórica de perdas de crédito pode não ser indicativa de perdas de crédito futuras. Embora a qualidade da nossa carteira de crédito esteja associada ao risco de inadimplência dos setores nos quais atuamos, alterações no perfil dos nossos negócios podem ocorrer em função do nosso crescimento orgânico ou de fusões e aquisições, alterações nas condições políticas e econômicas locais, desaceleração da demanda de clientes, acirramento na concorrência do mercado, bem como alterações na regulamentação e nos regimes fiscais aplicáveis aos setores nos quais atuamos e, em menor grau, a outras mudanças relacionadas em países nos quais operamos e no ambiente econômico internacional. Além disso, o valor de mercado de qualquer garantia relacionada à nossa carteira de crédito pode variar, desde o momento em que o avaliamos no início da negociação até o momento de sua execução, devido a fatores relacionados a mudanças na economia, na política ou a fatores setoriais além do nosso controle.

Por exemplo, no início desta década, os bancos brasileiros experimentaram um aumento nas operações de crédito aos consumidores, principalmente no setor automotivo. No entanto, o aumento da demanda por financiamento de veículos foi acompanhado, posteriormente, pela elevação significativa do nível de endividamento dos consumidores, levando a elevados índices de inadimplência. Como resultado, muitas instituições financeiras registraram maiores perdas com créditos decorrentes do aumento no volume de provisões e da redução na concessão de empréstimos para aquisição de veículos.

Quaisquer alterações que afetem um dos setores nos quais temos exposição de crédito significativa, e mudanças no valor da garantia que assegura nossos empréstimos, podem resultar em redução no valor que realizamos com base na garantia e de nossa carteira de crédito. Consequentemente, podem ter um impacto adverso sobre o resultado de nossas operações e situação financeira e também afetar negativamente a taxa de crescimento e o mix da nossa carteira de crédito.

Podemos incorrer em perdas associadas aos riscos de exposição das contrapartes, inclusive do governo federal

Nós rotineiramente realizamos transações com contrapartes no setor de serviços financeiros, inclusive com corretoras e distribuidoras, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e de *hedge*, entre outros clientes institucionais. Assim como a maioria dos bancos brasileiros, investimos em títulos de dívida emitidos pelo governo brasileiro. Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 20,6% de todos os nossos ativos e 72,3% da nossa carteira de títulos eram compostos por esses títulos da dívida pública.

Podemos incorrer em prejuízos no caso de qualquer uma de nossas contrapartes deixar de honrar suas obrigações contratuais em virtude de falência, falta de liquidez, falha

operacional ou de outros motivos atribuíveis exclusivamente às nossas contrapartes. Por exemplo, qualquer descumprimento do governo brasileiro em relação ao pagamento pontual desses títulos, ou a redução significativa em seu valor de mercado, poderia afetar negativamente os resultados das nossas operações de duas formas: diretamente, devido a perdas da carteira, e indiretamente, devido a instabilidades que poderiam ser causadas ao sistema bancário como um todo no caso de uma inadimplência na dívida pública, especialmente considerando que é alta a exposição dos bancos comerciais à dívida do governo nos países em que atuamos. Esse risco da contraparte também pode surgir ao contratarmos resseguro ou celebrarmos contratos de crédito nos quais as contrapartes tenham a obrigação de nos fazer pagamentos e sejam incapazes de fazê-lo, ou ao realizarmos operações no mercado de câmbio (ou outros mercados) que não sejam liquidadas no momento especificado devido à não entrega pela contraparte, câmara de compensação ou outro intermediário financeiro. O não cumprimento de suas obrigações contratuais pode afetar negativamente nosso desempenho financeiro.

Um rebaixamento de nossos *ratings* pode afetar negativamente nosso custo de captação de recursos, acesso aos mercados de capitais e de dívidas, liquidez e, como resultado, nossa posição competitiva

Ratings de crédito representam a opinião das agências independentes de *rating* acerca de nossa capacidade de pagar nossas dívidas e afetam o custo e outros termos que servem de base para nossa captação de recursos. Cada agência revisa seus *ratings* e metodologias de *rating* periodicamente e pode decidir alterar uma nota a qualquer momento, com base em fatores que afetam nossa solidez financeira, tais como liquidez, capitalização, qualidade de ativos e lucratividade.

Segundo os critérios adotados pelas agências de *rating*, os *ratings* atribuídos às instituições financeiras brasileiras, incluindo o Itaú Unibanco, são limitadas pelas notas atribuídas ao *rating* soberano do Brasil. Eventos além de nosso controle, como crises econômicas ou políticas, podem levar ao rebaixamento do *rating* soberano do Brasil e um correspondente rebaixamento dos *ratings* atribuídos ao Itaú Unibanco.

Os *ratings* de crédito são essenciais para nossa capacidade de captar recursos e financiamentos por meio da emissão de títulos de dívida e de cobrir os custos desses tipos de financiamento. Um rebaixamento potencial ou real em nossos *ratings* de crédito poderia ter um impacto adverso sobre nossas operações, receita e ponderação de risco. O lucro líquido, exigências de capital e retorno sobre níveis de capitais também seriam afetados, o que causaria um impacto negativo sobre nossa posição competitiva. Além disso, no caso de rebaixamento de nossos *ratings* de crédito, possíveis cláusulas relacionadas a *rating* em nossos contratos de financiamento poderiam ser ativadas e resultar na necessidade imediata de acrescentar mais garantias a contrapartes ou de tomar outras medidas nos termos de nossos contratos de derivativos, o que poderia impactar negativamente nossas margens de juros e o resultado de nossas operações. Dessa forma, o fato de não conseguirmos manter *ratings* e perspectivas favoráveis podem afetar o custo e a disponibilidade de conseguirmos financiamento por meio do mercado de capitais ou de outras formas de financiamento, o que afetaria nossas margens de juros e capacidade operacional.

Fator de risco de liquidez

O risco de liquidez, como o entendemos, é o risco de não contarmos com recursos financeiros suficientes para honrar nossas obrigações nas respectivas datas de vencimento ou de o fazermos a um custo excessivo. Este risco é inerente às atividades de qualquer banco comercial ou de varejo.

Nossa capacidade para captar recursos e o custo associado podem ser afetados por vários fatores, como mudanças nas condições de mercado (por exemplo, nas taxas de juros), oferta de crédito, mudanças regulatórias e choques sistêmicos no setor bancário, além de mudanças na percepção que o mercado tem acerca de nosso banco.

Em cenários em que o acesso a recursos é escasso e/ou torna-se muito custoso, e o acesso ao mercado de capitais não é possível ou é limitado, podemos nos encontrar na situação de termos que aumentar a taxa de retorno paga por depósitos a fim de atrair mais clientes e/ou liquidar ativos não compromissados e/ou potencialmente desvalorizados para assim sermos capazes de honrar nossas obrigações. Caso a liquidez do mercado seja reduzida, a pressão da demanda poderá ter impacto negativo sobre os preços, uma vez que os compradores naturais podem não estar disponíveis imediatamente. Nesse caso, poderemos registrar um deságio significativo sobre os ativos, o que impactará os resultados e a situação financeira do banco. A persistência ou piora dessas condições de mercado adversas ou altas nas taxas de juros básicas podem ter um impacto adverso material sobre nossa capacidade de acessar o mercado de capitais e sobre nosso custo de captação de recursos.

Fator de risco de concentração

O risco de concentração é o risco associado a potenciais perdas financeiras causadas por uma exposição significativa a um determinado componente de risco, seja relacionado a uma certa contraparte, setor ou concentração geográfica. Alguns exemplos incluem exposição significativa a uma única contraparte, a contrapartes operando no mesmo setor econômico ou região geográfica, ou a instrumentos financeiros que dependem do mesmo índice ou moeda.

Acreditamos que uma concentração excessiva de um determinado fator de risco poderia gerar um prejuízo financeiro significativo para nós, especialmente se for um risco descrito neste relatório anual. Reconhecemos a importância deste risco e os potenciais impactos que podem afetar nossa carteira e o resultado das operações.

Fator de risco de *hedge*

Nossa estratégia de *hedge* pode não ser capaz de evitar perdas

Utilizamos diversos instrumentos e estratégias para nos proteger de exposições a vários riscos associados aos nossos negócios, mas podemos incorrer em perdas caso esses *hedges* não sejam eficazes.

Podemos não ser capazes de proteger nossas posições, ou protegê-las somente parcialmente, ou podemos não ter a eficácia desejada para mitigar a exposição aos diversos riscos e ao mercado no qual operamos.

Fatores de risco operacional

Riscos operacionais, que podem surgir a partir de erros na execução de nossos processos, conduta dos colaboradores, instabilidades, mau funcionamento ou interrupção de nossos sistemas de informática e infraestrutura, interrupção da continuidade dos negócios, ou outras causas semelhantes relacionadas a nossos fornecedores, podem interromper nossos negócios e levar a prejuízos significativos. Estamos sujeitos a riscos operacionais causados por erros, acidentais ou premeditados, cometidos durante a execução, confirmação ou liquidação de transações ou por deficiências no registro, avaliação ou contabilização das transações.

Estamos expostos a falhas, deficiências ou inadequação de nossos processos internos, erros humanos ou má conduta e a ataques cibernéticos. Além disso, dependemos de serviços terceirizados. Todos esses fatores podem nos afetar de forma adversa

Devido ao alto volume de processamento diário, dependemos da tecnologia e da gestão da informação, o que nos expõe a eventual indisponibilidade de sistemas e infraestrutura, como falta de energia, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas, bem como eventos internos e externos que podem afetar terceiros com os quais fazemos negócios ou que são essenciais para as nossas atividades (como bolsas de valores, câmaras de compensação, intermediários financeiros ou prestadores de serviços) e eventos resultantes de questões de natureza política ou social mais abrangentes, como ataques cibernéticos ou a divulgação não autorizada de informações pessoais em nosso poder. Gerenciamos e armazenamos certas informações proprietárias e dados sensíveis ou confidenciais relacionados a nossos clientes e a nossas operações. Podemos estar sujeitos a violações nos sistemas de TI, que usamos para esses propósitos. Além disso, temos operações em várias localidades geográficas e estamos sujeitos com frequência à ocorrência de eventos fora de nosso controle. Apesar dos planos de contingência que possuímos, nossa capacidade de conduzir negócios em qualquer dessas localidades pode ser impactada de forma adversa por falhas na infraestrutura que suporta nossos negócios. Somos muito dependentes de tecnologia e isso nos torna vulneráveis a vírus, worms e outros softwares mal intencionados, inclusive bugs e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação de nossos sistemas.

Falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos ou fraudes, não apenas aumentam nossos custos e causam prejuízos, como também geram conflitos com nossos clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização. Desvios de condutas éticas e não cumprimento de normas – desvios de condutas éticas ou violações de leis aplicáveis cometidas por nossas empresas ou nossos colaboradores também podem trazer prejuízos à nossa reputação e resultar em litígios, ações regulatórias e penalidades. Todos esses fatores podem ter efeito material adverso sobre nossos negócios, nossa reputação e resultados das operações. O risco operacional também inclui: (i) o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados por nós; (ii) as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, como regulamentação para o combate à lavagem de dinheiro e sobre embargos; e (iii) indenizações punitivas a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas por nós. Além disso, certos serviços essenciais para o adequado funcionamento do nosso negócio e da nossa infraestrutura tecnológica, como centrais de atendimento, redes, internet e sistemas, entre outros, são prestados por empresas externas ou terceirizadas. Impactos na prestação desses serviços, causados por essas empresas devido à falta de fornecimento ou à baixa qualidade dos serviços contratados, podem afetar a condução dos nossos negócios, bem como nossos clientes. Também dependemos de determinados provedores externos de gerenciamento de dados, cujas limitações de capacidade, possíveis problemas de segurança e vulnerabilidades podem ter efeito semelhante sobre nós.

Ataques cibernéticos podem causar perda de receita e dano à reputação, causados por violações de segurança de dados que podem prejudicar nossas operações ou resultar na divulgação de informações confidenciais ou exclusivas

Definimos um ataque cibernético como qualquer tipo de manobra ofensiva empregada por estados, nações, indivíduos, grupos ou organizações que buscam atingir, por meios variados, sistemas informatizados, infraestrutura, redes e/ou dispositivos pessoais, com a finalidade de roubar, alterar ou destruir um alvo específico hackeando um sistema suscetível. Ataques cibernéticos vão desde a instalação de vírus em um computador pessoal até tentativas de destruir a infraestrutura de nações inteiras.

Estamos expostos a este risco durante todo o ciclo de vida da informação, desde o momento em que é coletada até seu processamento, transmissão, armazenamento, análise e destruição.

Um ataque cibernético bem-sucedido pode resultar na indisponibilidade de nossos serviços e vazamento ou comprometimento da integridade das informações, causando perdas financeiras e danos à nossa imagem, afetando diretamente nossos clientes e parceiros.

A perda de membros de média e alta liderança ou de nossa capacidade de atrair e manter pessoal-chave pode ter um efeito adverso relevante sobre nós

Nossa capacidade de manter nossa posição no mercado e implementar estratégias depende de nossa liderança. A perda de alguns membros de média e alta liderança ou de nossa capacidade de atrair e manter mais pessoal-chave pode ter um efeito adverso relevante sobre nossas operações e capacidade de implementação de estratégias.

Nosso desempenho e sucesso são altamente dependentes dos talentos e esforços de profissionais altamente qualificados. A atração e retenção de talentos é um dos pilares-chave que apoiam os resultados de nossa organização, cujos focos são a satisfação do cliente e a *performance* sustentável. Nossa capacidade de atrair, desenvolver, motivar e reter a quantidade certa de pessoal qualificado é crucial para nosso desempenho e capacidade de alcançar sucesso global. Ao mesmo tempo, enfrentamos o desafio de propiciar uma nova experiência para nossos colaboradores, de forma que sejamos capazes de atrair e reter profissionais altamente qualificados que valorizem ambientes que oferecem igualdade de oportunidades e que desejem construir suas carreiras em locais de trabalho dinâmicos e cooperativos, que estimulem a diversidade e a meritocracia, e estejam atualizados

com novos modelos de trabalho. Nosso atual cenário de negócios também exige não apenas um olhar cuidadoso para as carreiras tradicionais, mas também para aquelas novas, indispensáveis para o futuro da organização.

Nosso desempenho pode ser afetado de forma adversa se formos incapazes de atrair, reter e motivar talentos-chave. Como somos altamente dependentes das habilidades técnicas de nosso pessoal, inclusive dos sucessores de cargos cruciais de liderança, bem como de seus relacionamentos com clientes, a perda de elementos-chave de nossa força de trabalho poderia dificultar competir, crescer e gerenciar nosso negócio. A perda dessa expertise poderia afetar de forma relevante nosso desempenho financeiro, perspectivas futuras e posição competitiva.

O desvio de conduta de nossos colaboradores ou representantes pode nos afetar de forma adversa

Nosso negócio se baseia em princípios institucionais ("Nosso Jeito"), entre os quais temos "só é bom para a gente se for bom para o cliente" e "ética é inegociável". Entretanto, parte do relacionamento com o cliente depende da interação direta com nossos colaboradores ou representantes. Embora tenhamos vários instrumentos de gestão e controle para estimular uma conduta adequada por parte de nossos colaboradores e representantes podem ocorrer desvios de comportamento, como vendas irregulares e o uso inadequado de informações. Esses riscos podem causar perda de clientes, necessidade de compensação ou reembolsos, litígios e, de acordo com sua extensão, podem expor a instituição ao risco reputacional, a perdas financeiras e de credibilidade com o mercado e órgãos reguladores.

Fatores de risco de estratégia

Nossa estratégia de negócios pode não proporcionar os resultados que esperamos

Nossa estratégia e desafios são determinados pela administração com base em premissas relacionadas, tais como o ambiente econômico futuro e os cenários regulatório, político e social nas regiões em que atuamos. Essas premissas estão sujeitas a imprecisões e riscos que poderiam não ser identificados ou previstos.

Dessa forma, os resultados e consequências resultantes de possíveis premissas imprecisas podem comprometer nossa capacidade de implementar estratégias, de forma integral ou parcial, bem como atingir os resultados e benefícios esperados das mesmas, o que pode causar perdas financeiras e reduzir a geração de valor para nossos acionistas.

Além disso, fatores além de nosso controle, como condições econômicas e de mercado, mudanças nas leis e regulamentos e outros fatores de risco apresentados neste documento podem dificultar ou impossibilitar a implementação integral ou parcial de nosso modelo de negócios e também o atingimento dos resultados e benefícios esperados de nosso plano de negócios.

Mudanças desfavoráveis no cenário econômico e político na América Latina podem afetar alguns dos desafios que assumimos, tais como a internacionalização de nossos negócios, uma vez que a estratégia de fortalecer nossa posição em outros países também depende do respectivo desempenho econômico desses países.

A integração de negócios adquiridos ou incorporados envolve certos riscos que podem ter um efeito material adverso sobre nós

Como parte da nossa estratégia de crescimento no setor financeiro do Brasil e da América Latina, realizamos uma série de fusões, aquisições e parcerias com outras empresas e instituições financeiras no passado e podemos buscar novas operações dessa natureza no futuro. Até a assinatura de um acordo definitivo, é normal não comentarmos publicamente sobre possíveis aquisições. Quando fazemos o anúncio, o preço de nossas ações pode cair dependendo do tamanho da operação. Embora analisemos as empresas que planejamos adquirir, em geral não é viável que essas análises sejam integrais em todos os seus aspectos. Todas essas transações envolvem riscos, como, por exemplo, a possibilidade de incorrermos em custos não esperados dada a dificuldade de integrarmos sistemas, finanças, contabilidade e pessoas, falha na diligência ou a ocorrência de contingências não previstas e quebra de cláusulas contratuais por contrapartes. Ademais, podemos não alcançar as sinergias operacionais e financeiras e outros benefícios esperados dessas transações em tempo hábil, de uma forma eficaz em termos de custos, ou até não alcançar qualquer benefício. Existe ainda o risco de as autoridades regulatórias e de defesa da concorrência imporem restrições ou limitações às operações ou aos negócios decorrentes de certas combinações, ou de aplicarem multas ou sanções devido à sua interpretação de irregularidades em uma fusão, consolidação ou aquisição de empresas.

Na hipótese de não conseguirmos aproveitar as oportunidades de crescimento dos negócios, redução de custos, eficiências operacionais, sinergias de receitas e outros benefícios que prevemos a partir de fusões e aquisições, ou de incorrermos em maiores custos de integração do que o estimado, poderemos ser afetados de forma adversa.

O acionista controlador tem o poder de direcionar nossos negócios

Em 31 de dezembro de 2017, a IUPAR, nossa acionista controladora, detinha, de maneira direta, 51,49% de nossas ações ordinárias e 26,10% de nosso capital total, o que lhe confere poder de nomear e destituir nossos conselheiros e diretores e determinar o resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, entre eles, as transações com partes relacionadas, as reorganizações societárias e a data e o pagamento de dividendos.

Além disso, a IUPAR é controlada em conjunto pela Itaúsa, que, por sua vez, é controlada pela família Egydio de Souza Aranha e pela Cia. E. Johnston, que é controlada pelos membros da família Moreira Salles. Os interesses da IUPAR, da Itaúsa e das famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles podem ser diferentes dos nossos demais acionistas.

Além disso, alguns de nossos conselheiros são afiliados da IUPAR e podem surgir circunstâncias nas quais haja conflitos entre os interesses da IUPAR e seus afiliados com os de nossos outros acionistas. Quando existirem estes ou outros conflitos de interesses, nossos acionistas dependerão do exercício, por parte de nossos conselheiros, de seus deveres fiduciários como membros de Conselho de Administração. De acordo com a legislação societária brasileira, entretanto, os acionistas

controladores devem votar de acordo com os interesses da empresa. Além disso, eles são proibidos de votar na hipótese de conflitos de interesse nas questões a serem decididas.

Fatores de risco de litígios

Decisões judiciais desfavoráveis envolvendo valores significativos para os quais não constituímos provisões, ou no caso em que as perdas sejam tão significativamente maiores do que as provisões que constituímos, podem afetar de forma adversa nossos resultados e nossa situação financeira

Como parte do curso normal dos nossos negócios, estamos sujeitos e somos parte em vários processos civis, fiscais e trabalhistas que envolvem quantias substanciais de dinheiro. Nossas Demonstrações Contábeis Completas incluem apenas provisões para perdas prováveis que podem ser razoavelmente estimadas e despesas em que eventualmente incorrermos, relacionadas com litígios ou processos administrativos pendentes ou de outra forma exigidas pela legislação brasileira. No momento, não é possível estimar o montante de todos os custos em potencial em que possamos incorrer, ou penalidades que possam nos ser impostas, além daqueles para os quais constituímos provisões. No caso de decisões judiciais desfavoráveis envolvendo valores significativos para os quais não constituímos provisões, ou no caso em que as perdas sejam tão significativamente maiores do que as provisões que constituímos, o custo total dessas decisões desfavoráveis pode afetar de forma adversa nossos resultados e nossa situação financeira.

Decisões sobre processos judiciais referentes a planos de estabilização econômica do governo podem ter um efeito material adverso sobre nós

Somos réus em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de planos econômicos implementados nas décadas de 1980 e 1990 pelo governo federal brasileiro para combater a inflação.

O Itaú Unibanco Holding é réu em ações movidas por pessoas físicas e em ações coletivas movidas (i) por associações de defesa do consumidor; e (ii) pelo Ministério Público em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Para essas ações coletivas, o Itaú Unibanco Holding constitui provisões quando do recebimento da citação relacionada à execução da sentença proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para cálculo das provisões de ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares das cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às contas de poupança. Atualmente, estão suspensos os recursos referentes a essa questão por ordem do STF até que este emita uma sentença definitiva sobre a questão constitucional.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do Bacen, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados com os planos econômicos contra os bancos brasileiros, inclusive nós. Este acordo foi ratificado em sessão plenária do STF (01/03/2018) e os poupadores terão 90 dias para aderirem a seus termos por um período de 24 meses para a conclusão dos procedimentos legais.

Autuações fiscais podem nos afetar negativamente

Como parte do curso normal dos negócios, estamos sujeitos a fiscalizações de autoridades fiscais municipais, estaduais e federais. Essas fiscalizações, provenientes de divergências no entendimento da aplicação das leis tributárias, podem gerar autuações fiscais que, dependendo dos seus resultados, podem ter efeito adverso sobre nossos resultados financeiros.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Passivos, Litígios, para mais informações.

Fator de risco relacionado ao gerenciamento de risco

Nossas políticas, procedimentos e modelos relacionados ao controle de riscos podem se mostrar ineficazes e nossos resultados podem ser afetados de forma adversa por perdas não esperadas

Nossos métodos, procedimentos e políticas de gestão de riscos, inclusive as ferramentas e modelos estatísticos para mensuração de riscos, tais como o Valor em Risco (VaR) e os modelos que estimam probabilidades de inadimplência, podem não ser totalmente eficazes na mitigação de nossa exposição ao risco em todos os ambientes econômicos ou contra todos os tipos de riscos, inclusive aqueles que não conseguimos identificar ou prever. Alguns de nossos instrumentos e medições qualitativos para gerenciamento de risco são baseados em nossas observações sobre o comportamento histórico do mercado. Além disso, devido à limitação de informações disponíveis no Brasil para avaliação da capacidade de pagamento de um cliente, confiamos principalmente em informações disponíveis em nossos próprios bancos de dados, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor e em outras fontes. Aplicamos ferramentas estatísticas, entre outras, para essas observações, e dados para quantificar nossa exposição ao risco. Essas ferramentas e medições podem não prever todos os tipos de exposições futuras ao risco. Essas exposições ao risco poderiam, por exemplo, ser decorrentes de fatores que não prevemos ou não avaliamos corretamente em nossos modelos estatísticos. Esse cenário limitaria nossa capacidade de gerenciar nossos riscos. Portanto, nossas perdas poderiam ser significativamente maiores do que as indicadas pelas métricas históricas. Além disso, nosso modelo quantitativo pode não levar em consideração todos os riscos existentes. Nossa abordagem qualitativa para gerenciamento desses riscos pode se revelar insuficiente, expondo-nos a perdas inesperadas relevantes.

Nossos resultados operacionais e posição financeira dependem de nossa capacidade de avaliar perdas associadas aos riscos aos quais estamos expostos e de nossa capacidade de incluir esses riscos em nossas políticas de preços. Constituímos provisão para créditos de liquidação duvidosa com o objetivo de garantir um nível de provisão compatível com a perda esperada, de acordo com os modelos internos para mensuração do risco de crédito. Esse cálculo envolve, ainda, uma sólida capacidade de julgamento de nossos administradores. Tais juízos podem se revelar incorretos ou ser modificados no futuro, dependendo das informações que forem disponibilizadas. Estes fatores podem nos afetar negativamente.

Fatores de risco relacionados à divulgação de informações financeiras

Elaboramos estimativas e premissas relacionadas à preparação de nossas demonstrações contábeis e mudanças relevantes nessas estimativas e premissas podem ter efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais

Na preparação de nossas demonstrações contábeis, utilizamos estimativas e premissas baseadas no histórico de nossas experiências e em outros fatores. Apesar de acreditarmos que essas estimativas e premissas são razoáveis em vista das circunstâncias, elas estão sujeitas a incertezas significativas, algumas das quais fora do nosso controle. Caso qualquer uma dessas estimativas e premissas sofra mudanças ou se mostre incorreta, nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa e material.

Como resultado de limitações inerentes a nossos controles contábeis e de divulgação, erros de classificação devido a erros ou fraudes podem ocorrer e não ser detectados

Nossos controles e procedimentos de divulgação são elaborados para proporcionar confiança razoável de que as informações que devem ser divulgadas por nós nos relatórios que arquivamos ou submetemos à SEC, nos termos da Lei das Bolsas de Títulos e Valores Mobiliários (Exchange Act), serão reunidas e comunicadas à administração, além de serem registradas, processadas, resumidas e reportadas dentro dos prazos especificados nas regras e formulários da SEC. Acreditamos que quaisquer controles e procedimentos de divulgação, ou controles e procedimentos internos, inclusive os respectivos controles contábeis, forneçam somente segurança razoável, e não absoluta, de que os objetivos do sistema de controle estão sendo atingidos. Essas limitações inerentes incluem a realidade de que os julgamentos no processo de tomada de decisões podem ser falhos e gerar consequências negativas devido a erros ou a equívocos simples. Além disso, controles podem ser burlados por atos individuais, pela atuação em conluio de duas ou mais pessoas ou por uma sobreposição não autorizada dos controles.

Qualquer falha de nossa parte na manutenção de controles internos efetivos sobre a divulgação das informações financeiras pode afetar adversamente a confiança dos investidores em nossa empresa e, como resultado, o valor dos investimentos em nossos títulos e valores mobiliários

Nos termos da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, devemos apresentar um relatório preparado por nossa administração sobre a eficácia de nossos controles internos relacionados à elaboração de demonstrações contábeis e incluir um parecer emitido por nossos Auditores Independentes confirmando essa eficácia. Qualquer falha de nossa parte na manutenção de controles internos efetivos sobre a divulgação das informações financeiras pode afetar de maneira adversa nossa capacidade de fornecer relatórios precisos sobre nossa situação financeira e patrimonial e os resultados de nossas operações. Se não pudermos concluir que nossos controles internos relacionados à elaboração de demonstrações contábeis são eficazes, ou ainda, se os nossos auditores independentes determinarem que apresentamos alguma fraqueza material ou alguma deficiência significativa, poderíamos perder a confiança dos investidores na exatidão e integridade de nossos relatórios financeiros e, por consequência, os valores de mercado de nossas ações e ADSs poderiam cair ou poderíamos estar sujeitos a sanções ou investigações da SEC ou de outra autoridade reguladora. A falha de nossa parte em corrigir qualquer fraqueza material em nossos controles internos relacionados à elaboração de demonstrações contábeis ou em implementar ou manter outros sistemas de controles eficazes requeridos das empresas de capital aberto sujeitas à regulamentação da SEC também poderia restringir nosso futuro acesso aos mercados de capitais.

Fator de risco de subscrição

Metodologias inadequadas de precificação de produtos de seguro, previdência e capitalização podem nos afetar de forma adversa

Nossas subsidiárias com atividades no segmento de seguros e previdência estabelecem preços e cálculos para esses produtos com base em estimativas atuariais ou estatísticas. A precificação desses produtos de seguros e previdência é baseada em modelos que incluem premissas e projeções que podem se provar incorretas, já que envolvem uma série de juízos de valor quanto ao nível ou tempo de recebimento ou pagamento de prêmios, contribuições, provisões, benefícios, sinistros, despesas, juros, resultados de investimentos, aposentadoria, mortalidade, morbidade e persistência. Podemos incorrer em perdas decorrentes de eventos contrários às nossas expectativas direta ou indiretamente baseadas em premissas biométricas e econômicas incorretas, ou bases atuariais com erros que seriam utilizadas para cálculo de contribuições e provisões.

Embora os preços de nossos produtos de seguros e previdência e a adequação de suas respectivas reservas sejam revisados anualmente, não podemos determinar com precisão se os ativos que suportam as nossas responsabilidades, somados aos prêmios e contribuições futuros, serão suficientes para o pagamento dos benefícios, sinistros e despesas. Dessa forma, a ocorrência de desvios significativos nas premissas utilizadas para precificação podem ter um efeito adverso na rentabilidade dos nossos produtos de seguros e de previdência. Adicionalmente, se concluirmos que as nossas reservas e prêmios futuros são insuficientes para cobrir os futuros benefícios de apólices e sinistros, teremos que elevar as nossas reservas e registrar tais efeitos em nossas demonstrações contábeis, o que pode ter um efeito material adverso sobre nós.

Fator de risco de concorrência

Enfrentamos riscos associados ao ambiente cada vez mais competitivo e às recentes consolidações do setor bancário brasileiro, bem como a concorrência baseada em alternativas tecnológicas em relação a serviços bancários tradicionais

O mercado brasileiro de serviços financeiros e bancários é altamente competitivo. Enfrentamos significativa concorrência de outros bancos brasileiros e internacionais, bem como de outras empresas não financeiras que competem nos mercados em que atuamos. Essas últimas podem não estar sujeitas às mesmas exigências regulatórias e de capital que nós e, dessa forma, podem ser capazes de atuar com exigências normativas menos restritivas. A concorrência tem se intensificado como resultado das consolidações recentes entre instituições financeiras no

Brasil e de normas que aumentam a capacidade do cliente de transferir negócios de uma instituição financeira para outra. Além disso, as tecnologias digitais vêm mudando a forma como os clientes acessam serviços bancários e o ambiente competitivo em relação a esses serviços. O uso de canais digitais tem aumentado consistentemente nos últimos anos. Nesse contexto, os novos competidores vêm buscando substituir os modelos existentes de negócios com alternativas tecnológicas aos serviços bancários tradicionais. Se não conseguirmos competir com esses mercados e modelos de negócios revolucionários, poderemos perder participação no mercado e, como resultado, ter nossas margens e lucratividade reduzidas. Essa crescente concorrência também pode nos afetar negativamente, por exemplo, limitando nossa capacidade de reter ou aumentar a base de clientes existentes e expandir nossas operações, ou impactando as tarifas e taxas que praticamos, reduzindo nossas margens de lucro sobre serviços bancários e outros serviços e produtos que oferecemos.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, regulamentação concorrencial para mais informações sobre a concorrência nos mercados brasileiros.

Fator de risco reputacional

Danos à nossa reputação poderiam prejudicar nossos negócios e perspectivas

Somos altamente dependentes de nossa imagem e credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à nossa reputação e gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outras partes interessadas, como o não cumprimento de obrigações legais, vendas irregulares para clientes, envolvimento com fornecedores com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de nossos colaboradores e falhas de terceiros na gestão de riscos, entre outros. Além disso, algumas ações significativas tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado, podem, indiretamente, abalar nossa reputação perante clientes, investidores e o mercado em geral. Se formos incapazes, ou percebidos como incapazes, de lidar adequadamente com essas questões, podemos estar sujeitos a penalidades, multas, ações coletivas e investigações regulatórias, entre outros. Danos à nossa reputação entre clientes, investidores e outras partes interessadas podem afetar, adversamente e de maneira relevante, nossos negócios, nosso desempenho financeiro e nossas perspectivas.

Fator de risco socioambiental

Podemos enfrentar perdas financeiras e danos à nossa reputação associados a riscos socioambientais

Os fatores socioambientais são considerados um dos tópicos mais relevantes para os negócios, uma vez que podem afetar a criação de valor no curto, médio e longo prazo, do ponto de vista da organização e de suas principais partes interessadas. Além disso, também entendemos o risco socioambiental como o risco de potenciais perdas em função da exposição a eventos socioambientais decorrentes do desempenho de nossas atividades. Para mais informações sobre nossa gestão de riscos socioambientais, consulte a seção Gestão de capital e riscos.

As instituições financeiras estão sujeitas a diretrizes específicas sobre a gestão de riscos socioambientais, conforme diretrizes da Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, que estabeleceu que as instituições financeiras deveriam implementar uma Política de Responsabilidade Socioambiental considerando os requisitos mínimos trazidos por esta norma. Entre outras, essa regulamentação estabeleceu a obrigação de registrar as perdas em função de danos socioambientais e a avaliação prévia do risco socioambiental na aprovação de produtos e serviços. O Bacen é responsável pela fiscalização da implementação de tal regulamentação pelas Instituições Financeiras.

Entendemos que questões socioambientais podem afetar nossas atividades e a receita de nossos clientes, provocando atrasos em pagamentos ou inadimplência, especialmente no caso de incidentes socioambientais graves.

Os riscos socioambientais tornam-se mais evidentes quando financiamos projetos e os mesmos causam algum dano ambiental. Nesse caso, poderíamos ser responsáveis indiretos por tais danos e, consequentemente, sermos submetidos as mesmas consequências do empreendedor.

Também reconhecemos as mudanças climáticas como um de nossos principais desafios, uma vez que eventos climáticos podem afetar nossas atividades em nossos prédios administrativos, rede de agências e centros de processamento de dados, e são relevantes para todas as regiões geográficas em que atuamos no Brasil.

Finalmente, poderíamos sofrer danos à nossa imagem e marca se não formos capazes de honrar nossos compromissos voluntários, tais como aplicarmos os Princípios do Equador, Princípios para o Investimento Responsável e o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Gerenciamento de riscos

Assumir e gerenciar riscos é essencial para nossos negócios, além de serem responsabilidade de todos os nossos colaboradores. Dessa forma, cultivamos objetivos bem definidos em relação ao gerenciamento de riscos.

Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitável para a organização, e a cultura de risco orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. Em 2018, continuaremos nossos esforços para seguir de forma integral as diretrizes de apetite de riscos definidas pelo Conselho de Administração. Além disso, focaremos na abordagem das prioridades de 2018, como segue:

- **Apetite de risco:** Nosso desafio é monitorar o desenvolvimento de áreas tradicionais de risco (risco de mercado, risco de crédito e risco operacional) e, por meio de ferramentas de cultura de riscos, buscar envolver todos os nossos colaboradores no dia a dia do gerenciamento de riscos e, consequentemente, seguir nossas diretrizes de Apetite de Risco.

- **Risco de negócio:** Foco no cliente é um princípio nosso, priorizando a sustentabilidade de nossos relacionamentos. Monitoramos o perfil em transformação de nossos clientes e concorrentes, criando novos produtos e serviços focados na satisfação do cliente.

- **Risco de tecnologia:** Estamos comprometidos a gerenciar nosso processo de digitalização, para evitar que plataformas ou sistemas tornem-se obsoletos e não consigam mais satisfazer as necessidades do negócio, e para aumentar a produtividade de nosso departamento de TI.

- **Risco de pessoas:** Temos o compromisso de aperfeiçoar os mecanismos de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais, além de evitar equipes com concentração de conhecimento em pessoas-chave. Buscamos aperfeiçoar continuamente nossos modelos de avaliação para sermos percebidos cada vez mais como justos e meritocráticos.

- **Risco regulatório:** Entendemos que devemos sempre estar atentos à mudanças específicas em leis e normas que possam afetar nossos negócios e aos serviços ou produtos que oferecemos. Dessa forma, temos o compromisso de agir proativamente e acompanhar as mudanças regulatórias.

Princípios de gerenciamento de riscos

Buscamos processos robustos de gerenciamento de riscos que permeiem toda a organização e sejam a base de decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade de nossos negócios.

Os princípios abaixo fornecem os fundamentos do gerenciamento de riscos, do apetite de risco e da forma como nossos colaboradores atuam no dia a dia para a tomada de decisão:

1. **Sustentabilidade e satisfação do cliente:** Queremos ser o banco líder em *performance* sustentável e em satisfação dos clientes. Preocupamos-nos em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade de nosso negócio. Faremos apenas negócios que são bons para o cliente e para o banco.

2. **Cultura de risco:** Nossa cultura de risco vai além de políticas, procedimentos e processos, fortalece a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando nossa forma ética de fazer negócios. Consulte o item Cultura de risco a seguir para mais informações sobre nossa cultura de risco.

3. **Apreçamento do risco:** Atuamos e assumimos riscos em negócios que conhecemos e entendemos, evitamos riscos que não conhecemos ou nos quais não temos vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno.

4. **Diversificação:** Temos baixo apetite por volatilidade dos nossos resultados e por isso atuamos em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos a que estamos expostos e priorizando negócios de menor risco.

5. **Excelência operacional:** Queremos ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável de forma a oferecer um serviço de alta qualidade.

6. **Ética e respeito à regulação:** Para o Itaú Unibanco, ética é inegociável. Promovemos um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, respeitar as normas, zelando assim, nossa reputação.

Apetite de risco

Nossa política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo Conselho de Administração e que direciona a nossa estratégia de negócios, é fundamentada na seguinte declaração do Conselho de Administração:

"Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital."

A partir dessa declaração, implementamos cinco dimensões para nossa estrutura de apetite de risco, cada uma composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração e buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: eestabelece que devemos ter capital suficiente para nos proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse, sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada por meio do acompanhamento dos nossos

índices de capital, em situação normal e de estresse, e dos nossos *ratings* de emissão de dívidas.

- Dimensão de liquidez: estabelece que nossa liquidez deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada por meio do acompanhamento dos nossos indicadores de liquidez.

- Dimensão de composição dos resultados: define que nossos negócios serão focados principalmente na América Latina, onde teremos uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, riscos de mercado e de crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países, regiões geográficas e fatores de riscos, a adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos nossos resultados e à sustentabilidade dos negócios.

- Dimensão de risco operacional: foca no controle de eventos de risco operacional que possam impactar negativamente nossa estratégia de negócio e operação, realizada por meio do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas.

- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da nossa marca e da reputação junto a clientes, colaboradores, reguladores, investidores e o público em geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito por meio do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos nossos clientes e da nossa exposição nas mídias, além da observância de nossa conduta.

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco & Capital (CGRC) e do nosso Diretor de Riscos (CRO).

O apetite de risco é monitorado, analisado e reportado regularmente aos níveis executivos e ao Conselho de Administração. Caso o monitoramento de alguma métrica aponte para um nível acima do apetite de risco, em situações normais ou projetadas, há uma governança preestabelecida com alçadas de reporte, inclusive ao Conselho de Administração, que organiza as discussões necessárias e ações a serem tomadas para retomar as exposições aos níveis desejados de apetite de risco.

Cultura de risco

Visando fortalecer nossos valores e alinhar o comportamento de nossos colaboradores com as diretrizes estabelecidas na gestão de risco, adotamos diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco. Nossa cultura de risco é baseada em quatro princípios básicos ilustrados a seguir.

Esses princípios são nossa diretriz que visa ajudar nossos colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar riscos de maneira consciente.

Além de políticas, procedimentos e processos, a cultura de risco fortalece a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores na gestão de riscos inerentes às atividades exercidas individualmente, respeitando a maneira ética de gerenciar negócios.

Promovemos a cultura de risco, enfatizando comportamentos que ajudarão as pessoas em qualquer nível da organização a assumir e gerenciar riscos conscientemente. Com esses princípios disseminados pela instituição, há um incentivo para que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantido dentro dos níveis determinados pelo apetite de risco e assumido como responsabilidade individual de cada colaborador do Itaú Unibanco, independentemente de sua posição, área ou função.

Também disponibilizamos canais para comunicar falhas operacionais, fraude interna ou externa, conflitos no ambiente de trabalho ou casos que possam ocasionar transtornos e/ou prejuízo para nós ou lesar os clientes. Todos os colaboradores ou terceiros têm a responsabilidade de comunicar problemas imediatamente, assim que tomem conhecimento da situação.



Governança e estrutura organizacional

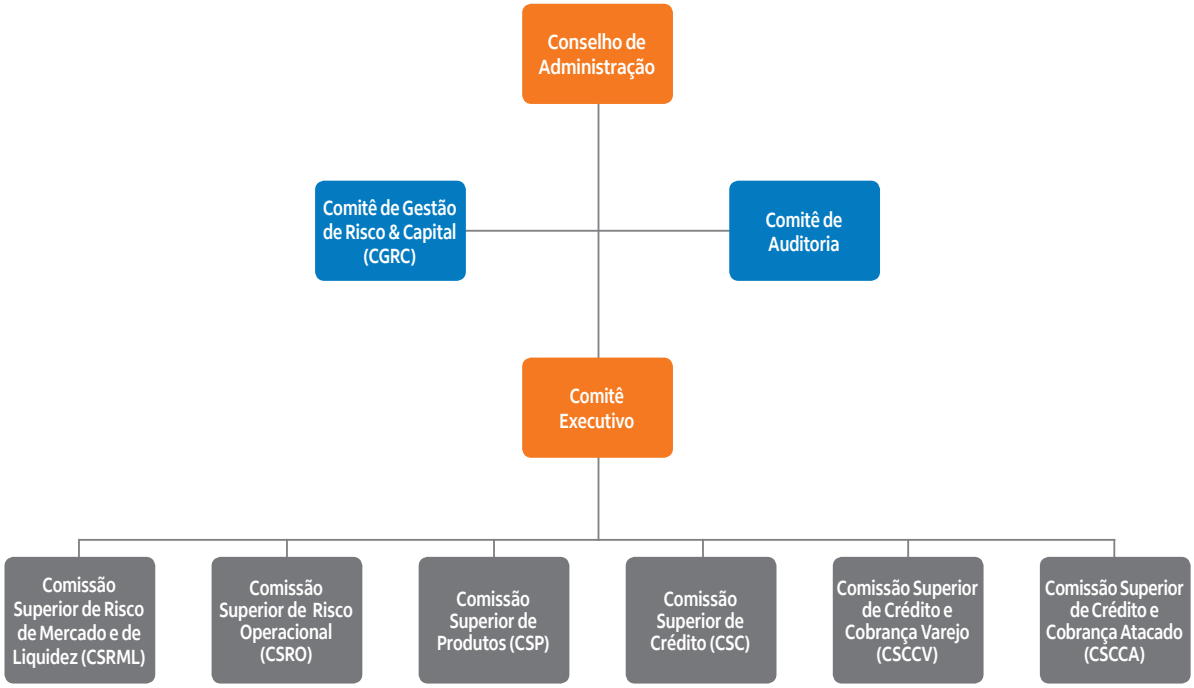
GRI 103-2 | 103-3 Gestão de riscos e de capital

Nossa estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. As responsabilidades relacionadas à gestão de riscos estão estruturadas de acordo três linhas de defesa, a saber:

- Na primeira linha de defesa, as áreas de negócio e suporte gerenciam seus respectivos riscos, identificando, avaliando, controlando e reportando esses riscos.
- Na segunda linha de defesa, uma unidade independente fornece controle centralizado para garantir que nosso risco seja gerenciado de acordo com o apetite ao risco e com as políticas e procedimentos estabelecidos. Esse controle centralizado fornece ao Conselho e aos executivos uma visão geral global de nossa exposição, a fim de otimizar e acelerar as decisões corporativas.
- Na terceira linha de defesa, a auditoria interna fornece uma avaliação independente das atividades da instituição, para garantir que a alta administração possa verificar se os controles são adequados, se a gestão de riscos é eficaz e se as normas institucionais e exigências regulatórias estão sendo cumpridas.

A fim de fornecer os dados necessários para o Conselho, são preparados relatórios da administração para informar sobre a adequação de capital da instituição, bem como as previsões de nível de capital em situações normais e de estresse. Possuímos uma estrutura dedicada à coordenação e consolidação de informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O CGRC é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas à nossa gestão de risco e de capital. No nível executivo estabelecemos órgãos colegiados, presididos pelo nosso CEO, que são responsáveis pela gestão de risco e capital e se reportam diretamente ao Comitê de Gestão de Risco e Capital. O Conselho de Administração é o órgão principal para decisões de gestão de risco e capital. Os comitês a seguir são parte de nossa estrutura de governança de gestão de riscos e capital:



Comitê de Gestão de Riscos & Capital (CGRC): apoia o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relacionadas à nossa gestão de risco e capital, reunindo-se, no mínimo, quatro vezes ao ano e submetendo relatórios e recomendações para auxiliar o Conselho de Administração na tomada de decisões relacionadas a:

- Decisões acerca do apetite de risco da instituição nas dimensões de capital, liquidez, resultados, risco operacional e reputação, garantindo o alinhamento desses aspectos com nossa estratégia e incluindo: níveis aceitáveis de capital e liquidez, tipos de risco a que poderemos estar expostos, bem como limites agregados para cada tipo de risco, tolerância à volatilidade de resultados e a concentrações de risco, e diretrizes gerais sobre tolerância a riscos que possam ter impacto sobre o valor da nossa marca (ex.: risco de imagem);
- Supervisão de nossas atividades de gestão e controle de risco para assegurar sua adequação aos níveis de risco assumidos e à complexidade das operações, bem como o atendimento aos requisitos regulatórios;
- Revisão e aprovação de políticas e estratégias para gestão de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos por nós;
- Definição de nosso retorno mínimo esperado sobre o capital como um todo e de nossas linhas de negócio, bem como monitoramento do desempenho;
- Supervisão de nossas estruturas de incentivos, inclusive de remuneração, visando a assegurar seu alinhamento aos objetivos de controle de risco e criação de valor; e
- Promoção do aperfeiçoamento de nossa cultura de risco.

Consulte a seção Nossa governança, item Estrutura da Administração, para mais informações sobre as responsabilidades do Comitê de Auditoria e para informações complementares sobre o CGRC.

Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML): reúne-se mensalmente, é responsável por estabelecer as diretrizes e governança de investimentos e de riscos de mercado e liquidez associados a nossas posições consolidadas e linhas de negócios.

Comissão Superior de Riscos Operacionais(CSRO): reúne-se bimestralmente, é responsável por entender os riscos de nossos processos e negócios, definir diretrizes para gestão dos riscos operacionais e avaliar os resultados decorrentes do funcionamento do Sistema de Controles Internos e Compliance. Este é nosso principal comitê de tomada de decisões para todas as questões de gestão de riscos operacionais, sendo também responsável pela definição da estrutura do risco operacional e políticas relacionadas para identificação, mensuração, avaliação, reporte e monitoramento do risco operacional.

Comissão Superior de Produtos (CSP): reúne-se semanalmente, é responsável por avaliar produtos, operações, serviços e processos que estão fora da alçada de decisão dos Comitês de Produtos subordinados a ela ou que envolvam risco de imagem para nós.

Comissão Superior de Crédito (CSC): reúne-se semanalmente, é responsável por avaliar e decidir sobre propostas de crédito que excedam as alçadas das Comissões de Crédito que se reportam a ela, e analisar decisões que não foram tomadas devido à falta de consenso na comissão imediatamente subordinada a ela ou casos que, por sua relevância ou por características especiais, essa comissão decidir por bem submeter à sua apreciação.

Comissão Superior de Crédito e Cobrança Varejo (CSCCV): reúne-se mensalmente, é responsável pela aprovação das políticas de crédito e avaliação da *performance* das carteiras e estratégias de Crédito e Cobrança no Varejo.

Comissão Superior de Crédito e Cobrança Atacado (CSCCA): reúne-se mensalmente, é responsável pela aprovação das políticas de crédito e avaliação da *performance* das carteiras e estratégias de Crédito e Cobrança do Atacado.

Adicionalmente, possuímos órgãos colegiados, presididos por nossos CRO e CFO, que também são responsáveis pela gestão de risco e capital. Esses órgãos colegiados se reportam diretamente ao Comitê de Gestão de Risco e Capital ou aos órgãos colegiados mencionados acima.

Para dar suporte a essa estrutura, dispomos da Área de Controle e Gestão de Riscos & Finanças, estruturada com diretorias especializadas e subordinadas aos nossos CRO e CFO, com o objetivo de assegurar de forma independente e centralizada que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

Política de gestão de riscos

Contamos com uma norma definida para a revisão de políticas, aplicável a nossas operações no Brasil e em nossas unidades internacionais. As diretrizes institucionais, bem como metodologias e processos, a forma de abordar exigências regulatórias e as melhores práticas são determinadas principalmente por nossas políticas[1]. A instituição possui uma política interna que fornece diretrizes e estabelece governança para a gestão de riscos:

Política	Aprovação	Data de aprovação
Gestão de Risco	Conselho de Administração	23/02/2017

(1) Disponível para consulta no website www.itau.com.br/relacoes-com-investidores na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

Gestão de capital

Principais Indicadores

O foco de nossa gestão de risco e capital é nos manter alinhados à estratégia de riscos aprovada por nosso Conselho de Administração. Abaixo estão resumidos os principais indicadores apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 31 de dezembro de 2017.

Índice de Capital Principal
16,2%

Índice de Nível 1
16,2%

Índice de Basileia
18,8%

Capital Principal
R$ 122.396 milhões

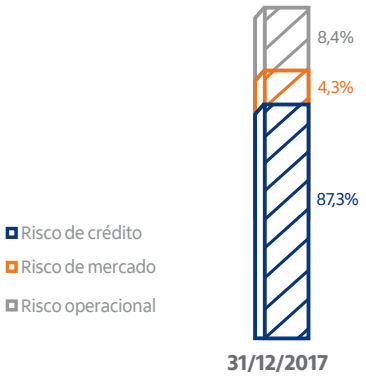
Nível 1
R$ 122.453 milhões

Patrimônio de Referencia
R$ 142.252 milhões

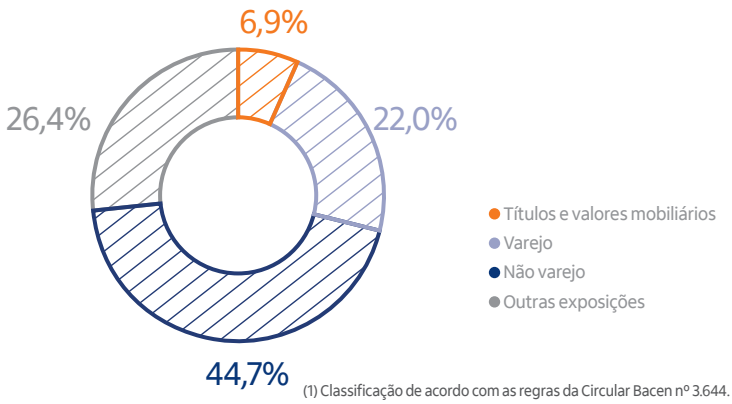
Composição do RWA
R$ 756.708 milhões

Exposição ao Risco de Crédito
R$ 660.516 milhões

Composição do RWA



Composição da exposição ao risco de crédito(1) 31/12/2017



(1) Classificação de acordo com as regras da Circular Bacen nº 3.644.

O Conselho de Administração é o principal órgão responsável pelo gerenciamento do nosso capital e por aprovar as políticas de gerenciamento de capital da instituição e as diretrizes relacionadas ao nível de capitalização da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação do relatório do ICAAP, processo que visa a avaliar a adequação do nosso capital. No nível executivo, existem comitês responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital. Possuímos uma estrutura dedicada à coordenação e consolidação de informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Para nossa avaliação anual da adequação do capital, nosso procedimento é o seguinte:

- Identificação dos riscos aos quais estamos expostos e análise de sua materialidade;
- Avaliação da necessidade de capital para cobrir riscos materiais;
- Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- Quantificação de capital e avaliação interna da adequação de capital;
- Plano de Capital e Contingência; e
- Envio do relatório de adequação de capital ao Bacen.

Em conformidade com as regulamentações do CMN e do Banco Central, implementamos uma estrutura de gerenciamento de capital e um Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno (ICAAP), assumindo um ponto de vista prospectivo em relação à gestão de capital.

O resultado do último ICAAP – realizado para a data-base dezembro de 2016 – apontou que, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, dispomos de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, para mais informações sobre a implementação de Basileia III no Brasil.

Requerimentos mínimos

Nossos requerimentos mínimos de capital seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo Bacen, que implantaram no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível, demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional. O Itaú Unibanco utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito e operacional.

A partir de 1º de setembro de 2016, o Banco Central autorizou nossa instituição a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulamentar, utilizando a parcela RWA_{MINT} para o cálculo diário, em substituição à parcela RWA_{MPAD}, conforme previsto na Circular Bacen nº 3.646.

A abordagem padronizada continua a ser utilizada para as unidades externas. Desta forma, o uso de modelos internos não se aplica às seguintes unidades: Argentina, Chile, Itau BBA International, Itaú BBA Colômbia, Paraguai e Uruguai.

De 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, o índice mínimo de capital total requerido era de 9,25%. Seguindo o cronograma de redução gradual, chegará a 8% em 1º de janeiro de 2019.

Além dos requerimentos mínimos, as regras do Banco Central estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas $ACP_{Conservação}$, $ACP_{Contracíclico}$ e $ACP_{Sistêmico}$ que, em conjunto com os requerimentos mencionados, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo. Conforme Resolução CMN, os valores das parcelas, $ACP_{Conservação}$ e $ACP_{Contracíclico}$, aumentarão gradualmente de 0,625%, a partir de 1º de janeiro de 2016, para 2,5%, a partir de 1º de janeiro de 2019. O montante de cada componente e os requerimentos regulatórios mínimos são estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.193.

Composição do capital

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo Bacen consiste no somatório de três itens, a saber:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais;
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo, que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I; e
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

De acordo com as regulamentações aplicáveis no Brasil, devemos sempre manter os índices de Capital Total (PR), Nível I e Capital Principal acima dos requisitos mínimos estabelecidos. Para avaliar esses requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante total dos ativos ponderados pelo risco (RWA) pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;

RWA_{MINT} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para risco de mercado, calculada segundo o valor máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, e regulamentado pelas Circulares nº 3.646 e nº 3.674 do Banco Central;

RWA_{OPAD} = parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional, calculada segundo a abordagem padronizada.

Suficiência de capital

Por meio do processo de ICAAP, avaliamos a suficiência de capital para fazer frente aos nossos riscos, representado pelo capital regulatório para os riscos de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando garantir a nossa solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos nossos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do exigido pelo Banco Central, conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, Capital Complementar e de Basileia. Em 31 de dezembro de 2017, nosso Capital Total alcançou R$ 142.252 milhões, aumento de R$ 2.775 milhões em comparação com 31 de dezembro de 2016, impactado principalmente pelo resultado e pelo efeito de variações cambiais no período.

Composição do Capital	Em 31 de dezembro de Conglomerado Prudencial			Variação	
	2017	2016	2015	2017-2016	2016-2015
	(Em milhões de R$)			(%)	
Capital Nível 1[1]	122.453	115.940	101.001	5,6	14,8
Capital Principal[2]	122.396	115.408	100.955	6,1	14,3
Capital Complementar[3]	57	532	46	(89,3)	1.056,5
Capital Nível 2[4]	19.799	23.537	27.464	(15,9)	(14,3)
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	**142.252**	**139.477**	**128.465**	**2,0**	**8,6**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**69.995**	**72.210**	**79.471**	**(3,1)**	**(9,1)**
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**72.257**	**67.267**	**48.994**	**7,4**	**37,3**
Patrimônio de referência calculado para cobertura do risco de taxa de juros em operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	**2.470**	**2.264**	**1.275**	**9,1**	**77,6**
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**756.708**	**731.240**	**722.468**	**3,5**	**1,2**

(1) Composto pelo Capital Principal, bem como o Capital Complementar.
(2) Soma de capital social, certas reservas e lucros acumulados, líquido das deduções e ajustes prudenciais.
(3) Composto por instrumentos de caráter perpétuo, que atendam a requisitos de elegibilidade.
(4) Composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido, que atendam a requisitos de eligibilidade.

Nosso índice de Basileia (calculado como a relação entre nosso Capital Total e o valor total dos ativos ponderados pelo risco) alcançou 18,8%, em 31 de dezembro de 2017, redução em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando atingiu 19,1%. Essa redução é causada principalmente por um aumento dos ativos ponderados pelo risco. Em 31 de dezembro de 2017, nosso Índice de Basileia consistia em 16,2% do Capital Nível I e 2,6% do Capital Nível II.

(%)

Índices de Capital	Em 31 de dezembro de Conglomerado Prudencial		
	2017	2016	2015
Índice de Basileia	18,8	19,1	17,8
Capital Nível 1	16,2	15,9	14
Capital Principal	16,2	15,8	14
Capital Complementar	0	0,1	0
Capital Nível 2	2,6	3,2	3,8

Os índices de Capital Total, de Capital de Nível I e de Capital Principal são apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, que abrange não só instituições financeiras como também administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumem direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o Grupo Itaú Unibanco retenha substancialmente riscos e benefícios.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Implementação de Basileia III para mais informações sobre índices de capital mínimos.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 33 – Capital Regulatório para mais informações sobre capital regulatório.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Estrutura de Basileia III, Implementação de Basileia III no Brasil.

Risco de crédito

Visão geral GRI 103-2 | 103-3 Crédito e inadimplência

Definimos risco de crédito como o risco de ocorrência de perdas associadas: ao não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; à desvalorização de um contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, emissor ou contraparte; à redução de ganhos ou remunerações e vantagens concedidas na renegociação; ou aos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa manter qualidade da carteira de crédito em níveis compatíveis com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

Governança

A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados subordinados ao Conselho de Administração ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Esses órgãos avaliam as condições competitivas de mercado, definindo nossos limites de crédito, revendo práticas e políticas de controle e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações institucionais complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito. Gerenciamos o risco de crédito a que estamos expostos durante todo o ciclo de crédito, desde antes da aprovação, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação.

A estrutura de controle e gestão do risco de crédito é centralizada e independente das unidades de negócios. É responsável pela definição dos limites operacionais, mecanismos e processos de mitigação de riscos e instrumentos para mensuração, monitoramento e controle do risco de crédito inerente a todos os produtos, de concentrações da carteira e de potenciais mudanças no ambiente econômico. Nossa carteira, políticas e estratégicas de crédito são monitoradas de forma permanente para garantir a observância às regulamentações e legislações vigentes em todos os países em que atuamos.

Procedimentos e indicadores-chave

As principais atribuições das unidades de negócio são (i) monitorar as carteiras sob sua responsabilidade, (ii) conceder crédito, levando em conta as alçadas vigentes, condições de mercado, perspectivas macroeconômicas, mudanças nos mercados e produtos, e (iii) gerenciar o risco de crédito de forma a proporcionar sustentabilidade ao negócio.

Nossa política de crédito é definida com base em fatores internos, como: critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução de nossa carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado, entre outros, além de fatores externos, como: taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação no consumo, entre outros.

Em relação a nossos clientes pessoas físicas e pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos (nos estágios iniciais de nossa relação com o cliente) e pontuação comportamental (adotado para clientes com os quais já temos um relacionamento). A classificação de crédito para transações com grandes empresas é baseada em informações como a situação econômica e financeira da contraparte, sua capacidade de gerar caixa, o grupo econômico ao qual pertence, a situação atual e a perspectiva do mercado no qual atua. As propostas de crédito são analisadas individualmente, por meio da governança de aprovação.

As concentrações são monitoradas de forma permanente por setor econômico e maiores devedores, o que possibilita a tomada de medidas para evitar que os limites estabelecidos sejam ultrapassados.

Também controlamos rigorosamente a nossa exposição ao risco de crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações de violações de limites. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, como a liquidação antecipada e a exigência de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, levamos em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, o histórico de perdas por inadimplência e a concentração em determinados tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos que adotamos são validados de forma independente para garantir que as bases de dados utilizadas na construção dos modelos sejam completas e precisas e que o método de estimativa de parâmetros seja adequado, para reduzir o risco associado a modelos e manter os modelos calibrados, de forma a refletir os parâmetros de risco com maior exatidão.

Em consonância com os princípios da Resolução CMN nº 3.721, nossa estrutura de risco de crédito e normativo institucional relacionado são aprovados pelo Conselho de Administração e aplicáveis a todas as empresas e subsidiárias no Brasil e no exterior.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos para mais informações sobre risco de crédito.

Processo de aprovação de crédito

As concessões de crédito são aprovadas com base nas políticas de cada unidade de negócio, determinadas de acordo com as premissas de cada departamento e com o apetite ao risco do banco. O crédito pode ser concedido por meio de um processo de pré-aprovação ou pelo mecanismo tradicional de aprovação, que é aplicado a cada cliente, individualmente. Em ambos os casos, as decisões são tomadas com base em princípios de qualidade de crédito, como classificação de crédito (*credit rating*) fundamentada em modelos estatísticos, percentual da renda comprometida/alavancagem do cliente e restrições de crédito definidas pelo banco e pelo mercado.

As unidades de negócios elaboram e mantêm atualizadas as políticas e os procedimentos do ciclo de crédito.

O processo de concessão de crédito engloba o uso de serviços de proteção ao crédito, com o objetivo de verificar se o histórico de crédito do cliente inclui informações que poderiam ser consideradas um obstáculo para a concessão do crédito, como bens bloqueados por ordens judiciais, CPF/CNPJ inválidos, processos de renegociação ou reestruturação de dívidas anteriores ou pendentes e cheques não honrados devido à insuficiência de fundos.

O processo de avaliação previsto na política permite a identificação de riscos potenciais e destina-se a garantir que as decisões de crédito sejam razoáveis, tanto do ponto de vista econômico quanto do risco.

Pessoas físicas

Os produtos de crédito ofertados em nossa rede de agências e nos canais eletrônicos incluem, entre outros, cheque especial, cartões de crédito, empréstimos pessoais, crédito consignado, financiamento de veículos e crédito imobiliário.

Em todos os casos, aplicamos uma pontuação de crédito interna e estabelecemos um limite de corte para cada linha de produto. A documentação necessária no momento em que o cliente decide abrir uma conta conosco ou quando concedemos um crédito inclui um formulário de proposta com assinatura do cliente, identificação pessoal e comprovante de renda.

No caso do crédito pré-aprovado, se o perfil de risco do cliente estiver dentro do limite de corte e dos parâmetros estabelecidos em nossa política de crédito, o crédito será considerado pré-aprovado e estará automaticamente disponível para o cliente. Nos casos em que o crédito não é pré-aprovado, a análise de crédito é realizada por meio de um processo tradicional, pelo qual as propostas são avaliadas individualmente por um especialista de crédito. Nesse processo, as aprovações são decididas por uma mesa de crédito, uma vez que os gerentes comerciais não possuem alçada para aprovações de propostas individuais.

Cartões de crédito

Nosso negócio de cartões de crédito é constituído pelos cartões de crédito da Itaucard e da Hipercard, bem como pelos cartões de associações e acordos comerciais com importantes varejistas. Nossos cartões de crédito estão disponíveis para clientes correntistas ou não correntistas e podem ser solicitados por telefone, internet ou em postos de atendimento nas instituições parceiras.

O processo de concessão de cartões de crédito contempla uma fase de pré-qualificação, na qual são aplicados filtros restritivos internos ou de mercado. Para os clientes elegíveis, o valor máximo de crédito oferecido leva em consideração o risco do cliente, baseado em modelos estatísticos desenvolvidos especificamente para cartões de crédito (application score) e na renda dos proponentes. Uma taxa de juros fixa é aplicada para operações com crédito rotativo.

Empréstimos pessoais

Nossa decisão de conceder crédito para um correntista considera o seu nível de renda e a nossa classificação de crédito interna do cliente, baseada em modelos estatísticos desenvolvidos internamente. Por meio desses modelos, definimos quais clientes receberão as ofertas de crédito e em quais valores, o número máximo de prestações e o valor máximo para as prestações mensais, baseadas em uma taxa de juros fixa.

Crédito consignado

Nossos produtos de crédito consignado estão disponíveis para clientes correntistas e não correntistas. As parcelas fixas são descontadas diretamente da folha de pagamento do tomador para a conta do banco, sem ser registrada na conta do devedor.

O percentual máximo da parcela do empréstimo é definido por lei e está limitado a 35% da renda líquida do tomador do crédito consignado (funcionários do setor público), dos quais 5% devem ser dirigidos exclusivamente para cartões de crédito. Para funcionários do setor privado, o percentual máximo é de 30%, sem limite adicional para cartões de crédito.

A documentação necessária para obter um crédito consignado inclui a identificação pessoal, os comprovantes de folha de pagamento e de residência e o comprovante da conta no banco por meio do qual o cliente recebe o pagamento. Caso o salário seja depositado no nosso banco, essa documentação não será necessária.

Financiamento de veículos

As propostas de financiamento de veículos são recebidas por meio (i) de concessionárias parceiras existentes em todo o Brasil para todos os tipos de clientes (sejam correntistas ou não) ou (ii) diretamente nas nossas agências ou por meio dos canais eletrônicos para correntistas.

A classificação de crédito interna do cliente e os termos e condições da operação proposta são considerados antes da aprovação da proposta. Caso a proposta preencha todos os requisitos de nossa política de crédito, que define o valor máximo da prestação, o Loan to Value (LTV, relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem), e o vencimento, e as informações pessoais do cliente sejam validadas pelos serviços de proteção de crédito, o crédito será aprovado automaticamente.

Uma taxa de juros fixa é definida com base na classificação de crédito e de acordo com as características da operação. Todas as operações de financiamento de veículos são garantidas por alienação fiduciária do próprio bem, e o LTV máximo é definido para suportar eventuais períodos de estresse.

Crédito imobiliário

Além do crédito imobiliário oferecido pela nossa rede de agências, celebramos parcerias com grandes corretoras imobiliárias no Brasil que originam com exclusividade, financiamentos imobiliários em diferentes cidades do país.

A aprovação do crédito imobiliário baseia-se em premissas envolvendo a parcela da renda do cliente comprometida para pagamentos dos empréstimos, na classificação do cliente de acordo com nosso sistema de classificação interna e no LTV máximo, de tal forma que o LTV, mesmo em cenário de estresse, mantenha-se em níveis adequados. As taxas de juros são fixas.

Os dados constantes na proposta de financiamento são analisados, validados e confirmados pela documentação fornecida pelo cliente. A proposta pode ser rejeitada se for constatada divergência nas informações prestadas, se não se enquadrar na política vigente ou, ainda, se não forem apresentadas as informações solicitadas.

Crédito para micro e pequenas empresas

Oferecemos produtos como financiamento para capital de giro e desconto de duplicatas para micro e pequenas empresas.

A atribuição de limites de crédito para micro e pequenas empresas é baseada no seu faturamento e tem como fundamento a avaliação de risco das empresas, além de critérios como a situação econômico-financeira dos seus acionistas e sócios, a identificação de possíveis restrições de crédito no mercado e a avaliação do setor econômico no qual a empresa opera. A documentação exigida inclui os documentos corporativos da empresa, o comprovante de receita e as informações sobre seus sócios ou acionistas.

De forma similar aos nossos procedimentos para concessão de créditos para pessoas físicas, podemos conceder crédito para micro e pequenas empresas de acordo com limites pré-aprovados ou sujeito a uma análise individual pela mesa de crédito.

A maior parte dos créditos que concedemos para pessoas jurídicas nesse segmento necessita de garantias. As operações de financiamento para produção de bens normalmente requerem máquinas e equipamentos para esse fim. O financiamento de capital de giro pode ser garantido por contas a receber, cheques a receber ou recebíveis de cartões de crédito, ou poderá ser garantido pelos sócios ou acionistas da empresa e/ou por terceiros.

A taxa de juros pode ser fixa ou variável, dependendo do produto escolhido pelo cliente.

Crédito para médias e grandes empresas

O processo de análise de crédito para as médias e grandes empresas é realizado com base na situação econômica e financeira dessas empresas e dos grupos econômicos aos quais pertencem. A análise de crédito considera o histórico da empresa, sua capacidade financeira e a adequação da transação solicitada às necessidades do cliente. Essa análise é fundamentada em demonstrações contábeis da empresa (balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa), reuniões presenciais com a empresa, condições de mercado, análise do setor econômico no qual a empresa opera e consultas aos órgãos de proteção ao crédito.

Uma avaliação socioambiental proporcional é realizada para cada empresa com a qual mantemos uma relação de crédito. Conforme adequado, um plano de ação pode ser criado como resultado dessa análise a fim de adequar o cliente às nossas políticas internas. Uma recomendação para recusa do crédito também pode ser emitida como resultado dessa avaliação.

O valor máximo de crédito proposto e concedido e a classificação interna do cliente, com um limite de corte definido, são submetidos às alçadas de aprovação competentes de acordo com o valor envolvido, o prazo da transação e garantias disponíveis, segundo nossas políticas de governança. A taxa de juros pode ser fixa ou variável dependendo do produto escolhido pelo cliente dentro do limite de crédito aprovado.

Unidades externas

As pessoas físicas e jurídicas das unidades externas seguem procedimentos similares aos aplicados aos segmentos de pessoa física e jurídica acima apresentados. Para o segmento de pessoa física, a concessão de crédito baseia-se principalmente no nível de renda, na pontuação interna de crédito (credit score) e na classificação interna de crédito. No segmento de pessoa jurídica, a concessão de crédito baseia-se na análise econômica e financeira do cliente.

A concessão de crédito em nossas subsidiárias que operam fora do Brasil segue a mesma governança corporativa e as políticas descritas anteriormente. Todas as subsidiárias estão sujeitas a um monitoramento corporativo das carteiras de crédito no Brasil, assim como às regras de concessão de crédito de acordo com as características de cada subsidiária, incluindo alçadas de aprovação apropriadas no Brasil, que é responsável pela governança corporativa relacionada à concessão de crédito.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos, Risco de Crédito, item 3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito, para mais detalhes sobre nossos instrumentos de mitigação de risco.

Risco operacional

Visão geral

Definimos o risco operacional como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Classificamos internamente esses eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- Interrupções de nossas atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento de nossas atividades.

O gerenciamento de risco operacional inclui o risco de conduta, que é objeto de ações mitigatórias que contemplam a avaliação do desenho do produto (*suitability*) e de modelos de incentivos. Ações relacionadas a prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados pelos comitês de riscos e de integridade e ética.

Governança

Possuímos uma governança estruturada por meio de fóruns e órgãos colegiados compostos por membros da alta administração que, por sua vez, respondem ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a reafirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas com relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, compliance e risco operacional, por meio de metodologias, treinamentos, certificação e monitoramento do ambiente de controle de maneira independente.

Os gestores das áreas executivas utilizam metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, compliance e risco operacional. Entre as metodologias e ferramentas utilizadas, destacam-se a autoavaliação e o mapa de riscos priorizados da instituição, a aprovação de processos, produtos e projetos de desenvolvimento de sistemas, o monitoramento de indicadores-chave de risco e a base de dados de perdas operacionais, garantindo uma base conceitual única para o gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos e serviços.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos são apresentados, periodicamente, os relatórios consolidados de monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Procedimentos e indicadores-chave

Gestão de crises e continuidade dos negócios

Nosso Programa de Continuidade de Negócios tem por objetivo proteger os colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de nossas linhas de negócio, salvaguardar as receitas e sustentar tanto a estabilidade dos mercados financeiros em que atuamos quanto a confiança de nossos clientes e parceiros estratégicos no fornecimento de nossos produtos e serviços.

É composto pelos procedimentos para realocação e/ou recuperação de operações em resposta a vários níveis de interrupção e abrange os seguintes planos:

- Plano de Disaster Recovery: foco na recuperação de nosso *data center* primário, assegurando a continuação do processamento de sistemas críticos dentro de períodos mínimos preestabelecidos;
- Plano de Contingência de Local de Trabalho: colaboradores responsáveis pela execução de funções críticas contam com instalações alternativas para conduzirem suas atividades em caso de indisponibilidade dos prédios em que trabalham diariamente. Existem aproximadamente duas mil posições de contingência dedicadas totalmente equipadas para atender as necessidades das unidades de negócio críticas em situações de emergência;
- Plano de Emergência: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre nossas instalações, com foco preventivo;
- Plano de Contingência de Processos: alternativas (Plano B) para execução de processos críticos identificados nas áreas de negócio.

No intuito de manter as soluções de continuidade alinhadas aos requerimentos de negócios, o programa prevê a aplicação das seguintes ferramentas para o entendimento da instituição:

- Análise de Impacto nos Negócios (AIN): avaliação da criticidade da recuperação dos processos que amparam a entrega de produtos e serviços. Por meio desta análise, são definidas as prioridades de retomada do ambiente de negócio; e
- Avaliação de Vulnerabilidades e Ameaças (AVA): identificação das ameaças às localidades, onde os prédios que utilizamos estão localizados.

Adicionalmente, contamos com o Programa Corporativo de Gerenciamento de Crises, que visa a gerenciar eventos de interrupção de negócios, desastres naturais, impactos ambientais, sociais, de infraestrutura/operacionais (incluindo tecnologia da informação) ou de qualquer outra natureza que ameacem a imagem e a reputação e/ou a viabilidade de nossos processos perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos e órgãos reguladores, com respostas tempestivas e integradas.

Consulte www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/pt/PoliticaCorporativadeContinuidadedeNegocios.pdf para mais informações sobre nossa Política Corporativa de Continuidade de Negócios.

Risco de liquidez

Visão geral

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Governança

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde operamos. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Adicionalmente, em observância às exigências da regulamentação do CMN e do Banco Central, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários para projeções de liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que possibilitam o monitoramento das posições de risco;
- Avaliação do custo e de fontes alternativas de captação; e
- Acompanhamento e monitoramento de fontes de captação, considerando tipo de contraparte e prazo, entre outros fatores.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados para mais informações sobre liquidez e recursos de capital.

Procedimentos e indicadores-chave

A partir do segundo trimestre de 2016, passamos a reportar a média do nosso índice de cobertura de liquidez (LCR) do período, que é calculado com base na metodologia definida pela regulamentação do Banco Central, alinhada com as diretrizes internacionais. Em 2017, o mínimo requerido pelo Banco Central é 80%. O índice médio do quarto trimestre foi de 190,2%. Dispomos de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. As principais fontes de recursos são depósitos, poupança, emissão de títulos e recursos de aceites.

Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Passivos, para mais detalhes sobre captação de recursos e resultados e o item Demonstrações Financeiras Completas (IFRS), Nota 17 – Depósitos, Nota 19 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais e Nota 36 – Gerenciamento de Riscos para mais detalhes.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, para mais informações sobre a implementação de Basileia III no Brasil.

Risco de mercado

Visão geral

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos índices de preços e dos preços das ações e de *commodities*.

Governança

Nossa política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se em linha com os princípios das normas da CMN e alterações posteriores. Esses princípios orientam a abordagem da instituição em relação à gestão e ao controle do risco de mercado em todo o Grupo Itaú Unibanco.

Nossa estratégia de gerenciamento de riscos busca balancear os objetivos do negócio, considerando, entre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da nossa carteira; e
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

Os princípios fundamentais da nossa estrutura de controle de riscos de mercado são:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com nossos objetivos de risco-retorno;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco de mercado global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócios; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com nossa governança, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para torná-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura da governança de limites de risco.

Nossa estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Essa estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Esses limites e alertas são dimensionados com base em projeções de balanço, patrimônio líquido, liquidez, complexidade e volatilidade dos mercados no futuro e em nosso apetite de risco.

Procedimentos e indicadores-chave

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, realizamos *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução dessas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por nossos normativos institucionais.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*), de acordo com os critérios gerais estabelecidos por regulamentação específica.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e *commodities* (inclusive derivativos), detidas com a intenção de negociação.

Já a carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente por operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, com a finalidade de manutenção até o vencimento ou de venda no médio ou longo prazo.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em cenários de estresse (teste de estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop loss*: medida que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado (MtM – *Mark to Market*); e
- VaR estressado: medida estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de descasamentos (*Gaps*): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador; e
- Sensibilidades aos diversos fatores de riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Consulte nossas Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos para mais informações sobre risco de mercado.

VaR – Consolidado Itaú Unibanco Holding

Nosso VaR Consolidado é calculado por simulação histórica. A premissa que embasa a simulação histórica é que a distribuição esperada para possíveis ganhos e perdas (demonstração do resultado) de uma carteira ao longo do tempo pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que essa carteira está exposta. Para o cálculo do VaR de instrumentos não lineares, é realizada uma reprecificação completa (avaliação integral), sem qualquer simplificação potencial nesse cálculo.

O VaR é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de quatro anos (1.000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (holding period) que varia de acordo com a liquidez de mercado da carteira, considerando um horizonte de pelo menos 10 dias úteis. Ainda, em uma abordagem conservadora, o VaR é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o VaR final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

A partir do terceiro trimestre de 2016, passamos a calcular o VaR para a carteira regulatória (exposição da carteira de negociação e exposição em moeda estrangeira e *commodities* da carteira de não negociação) de acordo com modelos internos aprovados pelo Banco Central. A tabela de VaR Total Consolidado apresenta uma análise da exposiçãode nossa carteira ao risco de mercado.

(Em milhões de R$)

VaR Global (Abordagem Simulação Histórica)[1]	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2017	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2016
Grupo de fator de risco								
Taxa de juros	721,0	583,6	1.311,9	764,7	482,5	323,7	607,4	607,4
Moedas	20,4	6,5	50,2	11,9	18,4	6,8	33,2	17,0
Ações	45,4	38,5	54,9	46,4	45,2	34,0	63,3	44,3
Commodities	1,5	0,7	4,0	0,8	1,7	0,7	4,0	0,8
Efeito de diversificação[2]				(451,5)				(339,7)
Total	**409,9**	**304,8**	**874,0**	**372,3**	**236,6**	**155,1**	**341,5**	**329,8**

(1) Determinado em moeda local e convertido em reais pela cotação de fechamento na data apresentada.
(2) Redução do risco, devido à combinação de todos os fatores de riscos.

Em 31 de dezembro de 2017, nossa média do VaR Global (simulação histórica) foi de R$ 409,9 milhões, representando 0,28% de nosso patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2017, em comparação com R$ 236,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, 0,18% de nosso patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2016.

VaR – Carteira de negociação

A tabela a seguir apresenta os riscos decorrentes de todas as posições com a intenção de negociação, seguindo os critérios acima definidos para Carteira de Negociação. Nossa média total do VaR da Carteira de Negociação foi de R$ 52,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, em comparação com R$ 38,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R$ 23,6 milhões em 31 de dezembro de 2015.

(Em milhões de R$)

VaR – Carteira de Negociação[1]	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2017	Médio	Mínimo	Máximo	31 de dezembro de 2016
Grupo de fator de risco								
Taxa de juros	52,8	13,8	100,4	58,3	41,0	15,6	69,5	49,1
Moedas	14,6	3,9	43,6	8,8	8,9	3,5	20,8	11,0
Ações	11,7	3,5	22,0	13,6	7,9	3,3	23,8	4,0
Commodities	1,3	0,3	4,0	0,8	1,6	0,5	5,3	0,8
Efeito de diversificação[2]				(34,2)				(18,3)
Total	**52,0**	**15,3**	**102,8**	**47,3**	**38,6**	**16,2**	**69,4**	**46,6**

(1) Determinado em moeda local e convertido em reais pela cotação de fechamento na data apresentada.
(2) Redução do risco, devido à combinação de todos os fatores de riscos.

Análises de sensibilidade (carteira de negociação e carteira de não negociação)

Conforme requerido pela regulamentação brasileira, realizamos a análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes. As maiores perdas resultantes são apresentadas a seguir, com impacto no resultado, por fator de risco, em cada um dos cenários e líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão de nossa exposição em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade das carteiras de negociação e de não negociação aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira. Dessa forma, não consideram a capacidade dinâmica de reação da administração (por exemplo, unidade de controle de risco de tesouraria e de mercado) que aciona medidas mitigadoras do risco sempre que se identifica uma situação de alto risco ou perda, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Além disso, o objetivo da análise é avaliar a exposição a riscos e as respectivas medidas protetivas, levando em consideração o valor justo dos instrumentos financeiros, independente da contabilização dos instrumentos financeiros ser feita, ou não, pelo regime de competência.

(Em milhares de R$)

Exposições		Carteira de Negociação[1] 31 de dezembro de 2017			Carteiras de Negociação e Não Negociação[1] 31 de dezembro de 2017		
Fatores de risco	**Risco de variação**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Taxa de juros	Taxas de juros prefixadas em reais	(677)	(181.412)	(293.515)	(8.313)	(1.653.629)	(3.179.360)
Cupons cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(464)	(38.269)	(79.140)	(1.759)	(264.749)	(505.366)
Taxas de câmbio	Preços de moedas estrangeiras	1.720	126.269	392.106	1.832	123.518	387.645
Índices de preços	Taxas de cupons de índices de preços	(586)	(44.720)	(82.604)	(3.198)	(251.703)	(474.026)
TR	Taxas de cupons de TR	-	(1)	(1)	479	(121.136)	(307.836)
Ações	Preços de ações	168	(1.885)	(30.632)	4.569	(110.354)	(244.940)
Outros	Outros preços ou taxas de mercado relevantes	8	1.238	2.671	(4)	7.521	16.726
Total		**169**	**(138.780)**	**(91.115)**	**(6.394)**	**(2.270.532)**	**(4.307.157)**

(1) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

- Cenário I: acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros prefixadas, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações;
- Cenário II: aplicação de choques de 25% nas taxas de juros prefixadas, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco; e
- Cenário III: aplicação de choques de 50% nas taxas de juros prefixadas, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco

Sensibilidade à taxa de juros

A sensibilidade à taxa de juros é a relação entre as taxas de juros do mercado e a receita financeira líquida resultante do vencimento ou das características de revisão de preços dos ativos e dos passivos remunerados.

Nossa estratégia de sensibilidade à taxa de juros considera as taxas de retorno, o grau de risco implícito e as exigências de liquidez, inclusive as nossas reservas normativas mínimas de caixa, índices de liquidez obrigatórios, saques e vencimento de depósitos, custos de capital e demanda adicional por recursos.

A estrutura de determinação de preços está casada quando valores iguais desses ativos ou passivos vencem ou são repactuados. Qualquer descasamento de ativos e de passivos remunerados é conhecido como *gap*. Variações na sensibilidade à taxa de juros podem ocorrer dentro dos períodos de repactuação apresentados devido às diferentes datas de repactuação dentro do período. Podem ainda surgir variações entre as diferentes moedas nas quais as posições de taxa de juros são mantidas.

Essas relações são significativas somente para uma data específica e oscilações significativas podem ocorrer diariamente, tanto como resultado das forças de mercado quanto das decisões da administração. Nossa Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML) analisa mensalmente a posição descasada do Grupo Itaú Unibanco e estabelece limites para exposição ao risco de mercado, posições de taxa de juros e posições em moeda estrangeira.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos para mais detalhes sobre a posição dos nossos ativos e passivos remunerados em 31 de dezembro de 2017. A Nota 36 de nossas Demonstrações Contábeis Completas apresenta uma visão pontual e, consequentemente, não reflete os *gaps* da taxa de juros que podem existir em outros momentos, devido às variações nas posições de ativos e passivos e às ações da administração para gerenciar o risco nessas posições variáveis.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A maior parte de nossas operações bancárias é expressa em reais ou indexada a essa moeda. Também temos ativos e passivos expressos em moedas estrangeiras, principalmente em dólares dos Estados Unidos, assim como ativos e passivos que, embora expressos em reais, são indexados ao dólar e nos expõem, portanto, ao risco cambial. O Banco Central regula nossas posições em moeda estrangeira. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos para outras informações.

A política de administração de *gap* adotada pela CSRML leva em consideração os efeitos fiscais referentes às nossas posições de câmbio. Como os rendimentos da variação cambial de investimentos no exterior não são tributados, constituímos um *hedge* (um passivo em instrumentos derivativos em moeda estrangeira) em montante suficiente para que nossa exposição total em moeda estrangeira, líquida de efeitos fiscais, seja compatível com a nossa estratégia de baixa exposição ao risco.

Nossa posição de câmbio é composta, do lado do passivo, por diversos elementos como a emissão de títulos e valores mobiliários nos mercados de capitais internacionais; o crédito de bancos estrangeiros para financiar importações e exportações; os repasses vinculados ao dólar de instituições financeiras governamentais e os depósitos em moedas de países da América Latina. Os resultados dessas operações financeiras são geralmente aplicados em operações de crédito e em compras de títulos e valores mobiliários vinculadas ao dólar.

As informações a seguir foram preparadas de forma consolidada, eliminando as transações entre partes relacionadas. Nossos investimentos no exterior, eliminados no processo de consolidação, somavam R$ 79,8 bilhões em 31 de dezembro de 2017, sob a política de administração de *gap* adotada, conforme mencionado acima. Ressaltamos que o banco aplica tanto *hedge* econômico quanto *hedge* contábil para os investimentos líquidos no exterior.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Em 31 de dezembro de 2017				
Sensibilidade à taxa de câmbio	**Moeda brasileira**	**Denominado em moeda estrangeira[1]**	**Indexado em moeda estrangeira[1]**	**Total**	**% dos valores denominados e indexados em moeda estrangeira sobre o total**
Ativos	**1.123.686**	**288.219**	**23.064**	**1.434.969**	**21,7**
Disponibilidades	6.869	10.475	1.405	18.749	63,4
Depósitos compulsórios no Banco Central	98.837	-	-	98.837	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.369	22.684	-	29.053	78,1
Aplicações no mercado aberto	243.917	790	-	244.707	0,3
Ativos financeiros mantidos para negociação	256.557	10.747	2.817	270.121	5,0
Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado	-	1.746	-	1.746	100
Derivativos	12.024	9.303	1.516	22.843	47,4
Ativos financeiros disponíveis para venda	64.753	36.824	707	102.284	36,7
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	26.501	10.059	-	36.560	27,5
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	312.989	170.192	10.186	493.367	36,6
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.587)	(6.069)	(239)	(27.895)	22,6
Outros ativos financeiros	47.304	5.779	6.485	59.568	20,6
Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto	5.169	2	-	5.171	-
Ágio	3.461	7.255	-	10.716	67,7
Imobilizado, líquido	6.530	829	-	7.359	11,3
Ativos intangíveis, líquido	6.165	2.502	-	8.667	28,9
Ativos fiscais	39.221	2.706	-	41.927	6,5
Bens destinados à venda	524	212	-	736	28,8
Outros ativos	8.083	2.183	187	10.453	22,7
Porcentagem do total do ativo	**78,3**	**20,1**	**1,6**	**100,0**	
Passivo e patrimônio líquido	**1.130.480**	**289.713**	**14.776**	**1.434.969**	**21,2**
Depósitos	259.933	142.641	364	402.938	35,5
Captações no mercado aberto	295.612	17.022	-	312.634	5,4
Passivos financeiros mantidos para negociação	-	465	-	465	100,0
Derivativos	16.953	8.538	1.255	26.746	36,6
Recursos de mercados interbancários	92.400	36.595	621	129.616	28,7
Recursos de mercados institucionais	21.216	74.127	3.139	98.482	78,5
Outros passivos financeiros	68.517	3.737	5.359	77.613	11,7
Provisão de seguros e previdência privada	181.035	197	-	181.232	0,1
Passivos de planos de capitalização	3.301	-	-	3.301	-
Provisões	19.627	109	-	19.736	0,6
Obrigações fiscais	6.968	871	-	7.839	11,1
Outros passivos	16.912	5.411	4.038	26.361	35,8
Participações de acionistas não controladores	13.166	-	-	13.166	-
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	134.840	-	-	134.840	-
Porcentagem do total do passivo e patrimônio líquido	**78,8**	**20,2**	**1,0**	**100,0**	

(1) Predominantemente em dólares dos EUA.
As informações apresentadas na tabela acima não são elaboradas com a mesma base utilizada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Teste de aderência

A eficácia dos modelos de VaR é comprovada pelo teste de aderência, que compara perdas e ganhos hipotéticos e efetivos diários com o VaR diário estimado. O número de exceções dos limites preestabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem aceitável, com a hipótese de nível de confiança de 99%, considerando uma janela de 250 dias úteis. Também são considerados os níveis de confiança de 97,5% e 95% e as janelas de 500 e 750 dias úteis. As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de supervisão bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): corresponde aos resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): refere-se a uma faixa intermediária, que sinaliza a necessidade de atenção e/ou monitoramento e pode indicar a necessidade de revisão do modelo; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): demonstra a necessidade de uma ação de melhoria.

De acordo com a Circular nº 3.646 do Banco Central, teste hipotético consiste na aplicação das variações de preços de mercado de um dia específico ao saldo da carteira no final do dia útil anterior. O teste efetivo corresponde à variação do valor da carteira até o final do dia, incluindo as operações intradia e excluindo valores não relacionados com variações de preços de mercado, como honorários, taxas de corretagem e comissões.

O teste de aderência com nível de confiança de 99% e janela de 250 dias úteis não apresentou falhas em relação aos resultados efetivos e hipotéticos no período.

Outros riscos

Riscos de produtos de seguros, previdência e capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das nossas seguradoras estão relacionados com seguros de vida e elementares, bem como com previdência privada e capitalização. Desse modo, entendemos que os principais riscos inerentes a esses produtos são:

- Risco de subscrição (é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de produtos de seguro, previdência e capitalização que contrariem nossas expectativas, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas);
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional; e
- Risco de liquidez.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais, possuímos uma estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam avaliados adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de governança, em que as decisões podem ser tomadas por órgãos colegiados, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação aos riscos.

Nosso objetivo é assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Risco socioambiental GRI 102-11

Consideramos o risco socioambiental como o risco de potenciais perdas em função da exposição a eventos socioambientais decorrentes do desempenho de nossas atividades.

São realizadas ações mitigadoras do risco socioambiental por meio de mapeamento de processos, controles internos, monitoramento de novos regulamentos sobre o assunto e registro de ocorrências em bases de dados internas.

Além disso, os riscos identificados, priorizados e as medidas tomadas são comunicados à nossa gerência de risco socioambiental.

Consulte www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/pt/DOC_RI_POLITICA_DE_SUSTENTABILIDADE_DEZ_2016.pdf, para mais informações sobre nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental.

O gerenciamento de risco socioambiental é realizado pela primeira linha de defesa nas operações diárias, complementado pelo suporte técnico da nossa área jurídica e de controle de riscos, que conta com uma equipe especializada em gestão socioambiental. As unidades de negócio também possuem critérios próprios para a aprovação de novos produtos, inclusive avaliando os riscos socioambientais, que asseguram a conformidade em todos os produtos e processos novos utilizados pela instituição. A governança relacionada com esses riscos também inclui o Comitê de Risco Socioambiental, que é basicamente responsável pela emissão de visões institucionais sobre a exposição ao risco socioambiental relacionado com nossas atividades e operações.

Procuramos evoluir de forma coerente na gestão do risco socioambiental, sempre atentos aos desafios para monitorar as mudanças na sociedade e suas demandas. Dessa forma, entre outras medidas, assumimos e integramos em nossos processos internos vários compromissos voluntários e pactos nacionais e internacionais visando a integração de aspectos socioambientais e de governança em nossos negócios. Destacam-se os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta pelos Direitos Humanos – Ethos, os Princípios do Equador (EP), o Pacto Global, o Carbon Disclosure Project (CDP), o Programa Brasileiro GHG Protocol e o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, entre outros. Nossos esforços para expandir os conhecimentos sobre avaliação dos critérios sociais e ambientais

têm sido reconhecidos dentro e fora do país, como mostra a presença recorrente da instituição nos principais índices de sustentabilidade no exterior, como o Dow Jones Sustainability Index e, recentemente, o Índice de Sustentabilidade Euronext Vigeo – Emerging 70, e no Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial, além dos diversos prêmios que já recebemos.

Risco regulatório

O risco regulatório é o risco de perdas devido a multas, sanções e outras punições aplicadas por órgãos reguladores decorrentes do não cumprimento de requerimentos regulatórios. O risco regulatório é gerenciado por meio de um processo estruturado que visa identificar alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos na instituição e acompanhar a implementação de ações voltadas para a aderência às exigências normativas.

Possuímos um processo estruturado para o tratamento de normas, abrangendo as etapas de reconhecimento, distribuição, acompanhamento e cumprimento, sendo que todos os processos estão definidos em políticas internas. O processo de tratamento do risco regulatório envolve diversas áreas da instituição e consiste em: (i) estrutura de linhas de defesa; (ii) acompanhamento de projetos de lei, editais e consultas públicas; (iii) monitoramento de novas normas e definição de planos de ação; (iv) relacionamento com órgãos reguladores e entidades de representação; (v) acompanhamento de planos de ação; e (vi) controle de cumprimento de decisões judiciais e de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) celebrados em ações civis públicas. Além disso, os riscos da instituição são classificados e priorizados de acordo com a nossa metodologia de controles internos.

Risco de modelo

O risco de modelo é o risco decorrente dos modelos que utilizamos não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do observado. Esse risco pode se materializar, principalmente, devido ao uso em realidades distintas da modelada.

As melhores práticas que balizam o controle do risco de modelo na instituição incluem: (i) certificação da qualidade das bases de dados utilizadas; (ii) aplicação de uma lista de verificação de pontos essenciais a serem cumpridos durante o desenvolvimento; (iii) conservadorismo em modelos julgamentais; (iv) uso de benchmarks externos; (v) homologação dos resultados gerados na implantação do modelo; (vi) validação técnica de modelos independente; (vii) validação de uso dos modelos; (viii) avaliações de impacto no uso dos modelos; (ix) monitoramento de desempenho; e (x) monitoramento da distribuição das variáveis explicativas e da pontuação final.

Risco país

O risco país é o risco de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor.

Dispomos de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição segue um procedimento estruturado e consistente para gerenciar e controlar o risco país, que abrange: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países específicos; e (iii) monitoramento dos limites.

Risco de negócio e estratégia

Definimos o risco de negócio e estratégia como o risco de impacto negativo nos resultados financeiros ou no capital em consequência de falhas no planejamento estratégico, da tomada de decisões estratégicas adversas, da incapacidade de implantar planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio. Implementamos diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam normas de governança adequadas, tenham a participação ativa da diretoria e do Conselho de Administração, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco e visem a otimizar a relação risco-retorno. A tomada de decisões e a definição de diretrizes de negócio e estratégicas contam com o pleno envolvimento do Comitê de Administração, basicamente por meio do Comitê de Estratégia, e dos executivos, por meio do Comitê Executivo. Com o intuito de tratar o risco adequadamente, possuímos governança e processos que envolvem a Área de Controle e Gestão de Riscos e Finanças nas decisões de negócio e estratégicas, visando a garantir que o risco seja gerido e que as decisões sejam sustentáveis no longo prazo. Entre eles, incluem-se: (i) as qualificações e os incentivos dos membros do Conselho e executivos; (ii) o processo orçamentário; (iii) a avaliação de produtos; (iv) a avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) um arcabouço de apetite de risco que restringe, por exemplo, a concentração de crédito e exposição a riscos específicos e materiais.

Risco reputacional GRI 103-2 | 103-3 Ética e transparência | GRI 103-2 | 103-3 Marca e reputação

Definimos como risco reputacional aquele decorrente das práticas internas, eventos de risco e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa do banco por parte dos clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais, entre outros, acarretando em impactos no valor da marca e em perdas financeiras, além de afetar de maneira adversa nossa capacidade de manter relações comerciais existentes, dar início a novos negócios e continuar tendo acesso a fontes de captação de recursos.

Acreditamos que nossa reputação seja extremamente importante para atingir nossas metas de longo prazo, sendo essa a razão de tentarmos alinhar nosso discurso com um trabalho e uma prática ética e transparente, essencial para aumentar a confiança de nossas partes interessadas. Nossa reputação depende de nossa estratégia (visão, cultura e habilidades) e deriva das experiências diretas e indiretas de nossa relação com nossas partes interessadas.

Visto que o risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as nossas operações e nossos processos, possuímos uma estrutura que busca garantir que potenciais riscos reputacionais sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e na análise de novos produtos.

O tratamento dado ao risco reputacional é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas, que por sua vez são suportados por normativos internos. Seu principal objetivo é

proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre esses processos e iniciativas internas, destacam-se: (i) declaração de apetite de risco; (ii) processo de prevenção e combate ao uso do Itaú Unibanco em atos ilícitos; (iii) processos de gestão de crises e procedimentos de continuidade de negócios; (iv) processos e diretrizes referentes a relações governamentais e institucionais; (v) processos de comunicação corporativa; (vi) processos de gestão da marca; (vii) iniciativas de ouvidoria e compromisso com a satisfação do cliente; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

Prevenção à lavagem de dinheiro

GRI 103-2 | 103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e as fraudes.

O desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes de atividades ilegais.

Estabelecemos uma política corporativa com o intuito de prevenir nosso envolvimento com atividades ilícitas, proteger nossa reputação e imagem perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, o rigoroso cumprimento de normas e regulamentos e a cooperação com as autoridades policiais e judiciárias. Também buscamos um alinhamento contínuo às melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e capacitação permanentes de nossos colaboradores.

Para estarmos em conformidade com as diretrizes da política corporativa, estabelecemos um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseados nos seguintes pilares:

- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo "Conheça seu Cliente" (KYC);
- Processo "Conheça seu Parceiro" (KYP);
- Processo "Conheça seu Fornecedor" (KYS);
- Processo "Conheça seu Funcionário" (KYE);
- Avaliação de Risco de Novos Produtos e Serviços;
- Monitoramento de Transações;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se ao Itaú Unibanco e suas controladas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e detecção de atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitês de Compliance e Risco Operacional e pelos Comitês de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

Para mais informações sobre a regulamentação de lavagem de dinheiro, consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório. Informações mais detalhadas de nossa Política Corporativa de Prevenção e Combate a Atos Ilícitos estão disponíveis no *link* www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/pt/HF16_-_DOC_PRT_RI_2016.pdf.

Pessoas expostas politicamente

Nosso compromisso com o cumprimento da legislação e com a adoção das melhores práticas para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro contempla a identificação, análise do relacionamento e monitoramento diferenciado para pessoas expostas politicamente (PEP), sejam elas pessoas físicas ou jurídicas.

De acordo com as políticas relacionadas a PEPs, é aplicada uma diligência reforçada para esses clientes, além de ser obtida aprovação de alçada superior, de diretor no mínimo, para qualquer relação de negócio.

Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, para mais informações sobre pessoas expostas politicamente.

Ambiente regulatório

Estamos sujeitos à regulamentação e à supervisão de várias entidades, nos países e segmentos nos quais atuamos. Essas atividades de supervisão são determinantes para a estrutura dos nossos negócios e impactam diretamente as nossas estratégias de crescimento. Destacamos a seguir as principais entidades que regulamentam e supervisionam nossas atividades no Brasil:

- CMN: a principal autoridade responsável por estabelecer políticas monetárias e financeiras no Brasil, pela supervisão geral das políticas monetária, de crédito, orçamentária, fiscal e da dívida pública brasileira, pela regulamentação das condições para constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras, bem como pela supervisão da liquidez e solvência dessas instituições. O CMN também é responsável pelas diretrizes gerais a serem seguidas na organização e operação do mercado de títulos e valores mobiliários e pela regulamentação de investimentos estrangeiros no Brasil.

- Banco Central: responsável por implantar as políticas estabelecidas pelo CMN, autorizar a constituição de instituições financeiras e supervisioná-las no Brasil. O Banco Central determina os requisitos de capital mínimo, limites de ativo permanente, limites de crédito e as exigências de depósitos compulsórios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo CMN.

- CVM: responsável por normatizar, sancionar e fiscalizar o mercado brasileiro de valores mobiliários (que, no Brasil, inclui derivativos) e seus participantes, bem como supervisionar os mercados de bolsa e de balcão organizado.

- CNSP: responsável por estabelecer as orientações e diretrizes para companhias de seguros e de títulos de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

- SUSEP: responsável por regular e supervisionar o mercado brasileiro de seguros, previdência complementar aberta e capitalização e seus participantes.

- ANS: responsável por regular e supervisionar o mercado brasileiro de seguro saúde no Brasil e seus participantes.

Fora do Brasil, possuímos operações sujeitas à supervisão de autoridades regulatórias locais nas seguintes jurisdições: América do Sul, especialmente Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai e Paraguai; Europa, especialmente Reino Unido e Suíça; América Central, especialmente Panamá; no Caribe, especialmente Bahamas e Ilhas Cayman; e nos Estados Unidos.

As instituições financeiras estão sujeitas a várias exigências e restrições regulatórias, dentre as quais podemos citar as seguintes:

- Proibição de operar no Brasil sem a autorização prévia do Banco Central;
- Proibição de adquirir imóveis não destinados ao uso próprio da instituição financeira, salvo os recebidos em liquidação de empréstimo de liquidação difícil ou duvidosa solução, sendo que, nesse caso, tal imóvel deverá ser vendido no prazo de um ano, prorrogável pelo Banco Central;
- Proibição de adquirir participações em empresas sem a autorização prévia do Banco Central, exceto as participações societárias típicas de carteiras de investimento mantidas por bancos de investimento ou bancos múltiplos com carteira de investimento;
- Proibição de conceder empréstimos que representem mais de 25% do patrimônio de referência da instituição financeira para uma única pessoa ou grupo;
- Restrições para tomar ou conceder empréstimos, bem como para conceder adiantamentos e garantias, para determinadas pessoas físicas e jurídicas relacionadas. Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, item Limites de empréstimos para mais informações sobre essas pessoas físicas e jurídicas;
- Obrigação de depositar uma parcela dos depósitos recebidos de clientes no Banco Central (depósito compulsório); e
- Obrigação de manter reservas de capital suficientes para absorver perdas inesperadas, de acordo com as regras propostas pelo Comitê da Basileia e implementadas pelo Banco Central.

Estrutura de Basileia III

A estrutura de Basileia III aumenta os requerimentos mínimos de capital, cria adicionais de capital de conservação e de capital contracíclico, altera as mensurações de capital baseadas em risco e introduz um novo limite de alavancagem e novas normas de liquidez em relação à antiga estrutura. Essas novas regras deverão ser gradualmente introduzidas e a expectativa é que cada país adote tais recomendações em leis ou regulamentos aplicáveis às instituições financeiras locais.

A estrutura de Basileia III exige que os bancos mantenham níveis mínimos de capital correspondentes aos seguintes percentuais dos seus ativos ponderados pelo risco: (i) coeficiente mínimo de capital principal de 4,5%, composto por ações; (ii) coeficiente mínimo de capital Nível 1 de 6,0%; e (iii) coeficiente mínimo de capital total de 8,0%. Além dos requerimentos mínimos de capital, Basileia III exige um adicional de conservação de capital principal de 2,5% e cada órgão regulador nacional poderá instituir, a seu critério, um adicional de capital contracíclico, caso tal regulador entenda haver um maior risco sistêmico no sistema bancário como resultado de expansão excessiva do crédito em sua jurisdição. A Basileia III também introduziu um novo nível de alavancagem, definido como Capital de Nível 1 dividido pela exposição total do banco.

A Basileia III também implementou índices de liquidez de curto prazo (LCR), e de longo prazo (NSFR). O LCR exige que os bancos afetados mantenham ativos de alta liquidez suficientes para cobrir as saídas de caixa líquidas que poderiam ocorrer em caso de um cenário de potencial perda de liquidez por um período de 30 dias. Já o NSFR exige que os bancos mantenham sempre um valor mínimo de fontes de captação estáveis ("*stable sources of funding*"), calculado com base nos perfis de liquidez dos ativos do banco, bem como na potencial necessidade de liquidez de natureza contingencial resultante de compromissos não registrados no balanço patrimonial, durante o período de um ano.

Exigências adicionais aplicam-se aos instrumentos elegíveis ao Capital Complementar e ao Nível 2 emitidos por bancos ativos internacionalmente. Para ser incluído no Capital Complementar, ou no Capital de Nível 2, o instrumento deve conter uma condição que exija que, de acordo com o critério da autoridade competente, tal instrumento seja extinto ou convertido em ações caso ocorra um evento de gatilho. Um "evento de gatilho" é a decisão de uma autoridade competente segundo a qual, para manter a situação do banco como uma instituição financeira viável, é necessário: (i) baixar um instrumento; ou (ii) injetar recursos públicos ou qualquer outro tipo de suporte equivalente nesse banco, o que ocorrer primeiro. Essas exigências são válidas para todos os instrumentos emitidos após 1º de janeiro de 2013. Os instrumentos qualificados como capital, emitidos antes dessa data, que não cumprirem com as exigências anteriores mencionadas serão gradualmente excluídos do capital dos bancos, em um prazo de dez anos, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Exigências de patrimônio de referência adicional são aplicáveis para instituições financeiras consideradas sistemicamente importantes (G-SIFIs). A metodologia de avaliação do Comitê da Basileia para determinar quais instituições financeiras são consideradas sistemicamente importantes baseia-se em indicadores que refletem os seguintes aspectos das G-SIFIs: (i) o porte; (ii) a interconexão; (iii) a inexistência de substituto ou de infraestrutura de instituição financeira prontamente disponível para os serviços prestados; (iv) atividade interjurisdicional ou global; e (v) complexidade. Cada um desses fatores corresponde ao mesmo peso de 20,0% na avaliação.

O Comitê da Basileia também publicou uma estrutura para a regulamentação de bancos locais sistemicamente importantes (D-SIBs), que complementam a estrutura de G-SIFI, ao se concentrar no impacto que dificuldades ou falência de bancos sistemicamente importantes teriam sobre a economia interna de cada país.

Implementação de Basileia III no Brasil

O coeficiente mínimo de capital total dos bancos brasileiros é calculado como a soma de dois componentes: Patrimônio de referência e adicional de capital principal.

O patrimônio de referência dos bancos brasileiros é composto por Capital de Nível 1 e Capital de Nível 2. O Capital de Nível 1 é subdividido em dois elementos: o capital principal (capital social e reservas de lucros) e o capital complementar (instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central).

Para ser incluído no Capital Complementar ou no Nível 2, todos os instrumentos emitidos por um banco brasileiro após 1º de outubro de 2013 deverão conter mecanismos de absorção de perdas, incluindo uma cláusula que estabeleça que tais instrumentos serão automaticamente baixados ou convertidos em ações se ocorrer um "evento de gatilho". Um evento de gatilho é o fato que ocorrer primeiro entre (i) Capital Principal ser inferior a 5,125% do RWA (ativos ponderados pelo risco) para instrumentos do Capital Complementar e 4,5% para instrumentos de Nível 2; (ii) assinatura de um contrato firme e irrevogável por escrito de injeção de capital na instituição financeira por parte do governo; (iii) declaração, pelo Banco Central, do início de um regime de administração especial temporária (RAET) ou intervenção na instituição financeira; ou (iv) decisão, pelo Banco Central, segundo critérios estabelecidos pelo CMN, de que a baixa ou a conversão do instrumento é necessária para manter o banco como uma instituição financeira viável e mitigar os riscos relevantes para o sistema financeiro brasileiro. A regulamentação do CMN estabelece procedimentos e critérios específicos para conversão das ações e baixa da dívida existente, relacionada aos instrumentos de captação de recursos elegíveis para qualificação como patrimônio de referência. A estrutura legal aplicável a letras financeiras foi adaptada para permitir que as instituições financeiras brasileiras emitam instrumentos de dívida em conformidade com Basileia III no mercado brasileiro.

Os instrumentos híbridos de capital e as dívidas subordinadas, já aprovadas pelo Banco Central como instrumentos de capital elegíveis, podem continuar qualificados como Capital Complementar ou de Nível 2, conforme o caso, desde que tais instrumentos atendam às exigências descritas acima e uma nova autorização do Banco Central seja obtida. Os instrumentos que não atendam a essas exigências serão retirados gradativamente dos instrumentos de capital elegíveis, com a dedução de 10% de seus valores contábeis, por ano, do valor qualificado como Capital Complementar ou de Nível 2. A primeira dedução ocorreu em 1º de outubro de 2013 e as deduções subsequentes ocorrerão anualmente, entre 1º de janeiro de 2014 e 1º de janeiro de 2022.

O Adicional de Capital Principal é dividido em três elementos: o Adicional de Conservação de Capital Principal, o Adicional Contracíclico de Capital Principal e o Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal. O objetivo do Adicional de Conservação de Capital Principal é aumentar a capacidade de absorção de perdas das instituições financeiras. O Adicional Contracíclico de Capital Principal poderá ser imposto pelo Banco Central se o mesmo julgar que o crescimento de crédito aumenta o risco sistêmico. O objetivo do Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal é tratar do impacto que as dificuldades ou a falência desses bancos poderiam ter sobre a economia nacional. Em caso de não cumprimento das exigências do Adicional de Capital Principal, algumas restrições serão aplicáveis, inclusive a incapacidade da instituição financeira de: (i) pagar uma remuneração variável aos diretores e membros do conselho de administração; (ii) distribuir dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas; e (iii) recomprar as próprias ações e efetuar reduções no seu capital social.

A partir de 1º de outubro de 2015, um índice de cobertura de liquidez (LCR) mínimo em cenários de estresse de liquidez padronizado é exigido de bancos com ativos totais acima de R$ 100 bilhões, calculado individualmente ou de forma consolidada para o conglomerado prudencial, conforme o caso. O cálculo do LCR segue a metodologia estabelecida pelo Banco Central, que se encontra alinhada a diretrizes internacionais. Durante períodos de maior necessidade de liquidez, os bancos podem apresentar um LCR abaixo do limite mínimo exigido, desde que informem ao Banco Central as causas para o não cumprimento dos requerimentos mínimos, as fontes contingentes de liquidez de que dispõem e as medidas que pretendem adotar para estar em conformidade com a exigência de LCR. Os bancos também serão obrigados a divulgar trimestralmente informações sobre seu LCR a partir de 1º de abril de 2016.

Em janeiro de 2017, o Banco Central promulgou uma nova regra que altera os métodos de cálculo e procedimentos para divulgação de informações sobre o LCR. A nova regulamentação estabelece um novo cenário de estresse possível e indica que, para fins do LCR, depósitos à vista e a prazo são considerados componentes da captação de recursos no varejo.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de implementação gradual estabelecido pelo Banco Central para as exigências de adequação de capital e liquidez segundo Basileia III, conforme aplicáveis ao Itaú Unibanco Holding. Os números apresentados abaixo referem-se à porcentagem dos nossos ativos ponderados pelo risco.

A partir de 1º de janeiro

Basiléia III – cronograma

	2015	2016	2017	2018	2019
					(%)
Capital principal	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Nível 1	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
Capital total	**11,0**	**9,875**	**9,25**	**8,625**	**8,0**
Adicional de capital principal (ACP)	**-**	**0,625**	**1,5**	**2,375**	**3,5**
De conservação	-	0,625	1,25	1,875	2,5
Contracíclico[1]	-	-	-	-	-
De importancia sistêmica	-	-	0,25	0,5	1,0
Capital principal + ACP	**4,5**	**5,1**	**6,0**	**6,9**	**8,0**
Capital total + ACP	**11,0**	**10,5**	**10,8**	**11,0**	**11,5**
Índice de cobertura de liquidez	0,6	0,7	0,8	0,9	1,0
Dedução de ajustes prudenciais	**40,0**	**60,0**	**8,0**	**100,0**	**100,0**

(1) Conforme a Circular nº 3.769 do Banco Central, o ACP contracíclico é igual a zero.

Os bancos são obrigados a divulgar trimestralmente informações sobre seus índices de alavancagem a partir de 1º de outubro de 2015.

Em novembro de 2017, o CMN definiu um limite mínimo para o índice de liquidez de longo prazo (NSFR) e para o índice de alavancagem, a serem observados pelas instituições financeiras brasileiras enquadradas como Segmento 1 e Segmento 2 nos termos da segmentação das instituições financeiras criadas em 2017, e os termos de cumprimento dessas exigências. O NSFR consiste na razão entre os Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) e os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) da instituição financeira. Essa nova regra para o NSFR, que entrará em vigor em 1º de outubro de 2018, determina que o limite mínimo do NSFR para as instituições financeiras do Segmento 1 (nosso caso) é 1%. O índice de alavancagem, cuja metodologia de cálculo foi definida pelo Bacen em 2015, consiste da razão entre a soma do capital principal e do capital complementar em relação à exposição total da instituição financeira determinada conforme estabelecido pela regulamentação aplicável. O índice de alavancagem promulgado em novembro de 2017 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e determina que o requerimento mínimo desse índice para uma instituição financeira do Segmento 1 (nosso caso) é 3%.

A regulamentação do CMN também define as entidades que compõem o conglomerado prudencial de uma instituição financeira brasileira e estabelece a exigência de uma instituição financeira elaborar e arquivar mensalmente no Banco Central as demonstrações contábeis completas do conglomerado prudencial, conforme definido na regulamentação. Essas demonstrações contábeis também devem ser auditadas por empresa de auditoria independente a cada seis meses. A partir de 1º de janeiro de 2015, os requerimentos mínimos de capital e de índices são aplicadas ao conglomerado prudencial.

Além das normas emitidas no âmbito de Basileia III, em julho de 2013, foi emitida a Lei nº 12.838, que permite a determinação do crédito presumido baseado em ativos fiscais diferidos provenientes de diferenças temporárias resultantes de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o que, na prática, isenta as instituições financeiras de deduzir esse tipo de crédito de seu capital principal. A lei também altera as regras para emissão de dívida subordinada, ao exigir a inclusão de cláusulas de suspensão da remuneração estipulada e a extinção do direito creditório ou sua conversão em ações e as condições de remuneração dos acionistas para atendimento das exigências prudenciais estabelecidas pelo CMN.

As instituições financeiras brasileiras também devem implantar uma estrutura de gestão de capital compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, bem como com a dimensão da sua exposição a riscos. Em fevereiro de 2017, o CMN introduziu uma nova regra que unifica e amplia a regulação brasileira sobre gestão de riscos e capital. Essa norma estabelece que a gestão de riscos deve ser conduzida por meio de um esforço integrado pela entidade pertinente e introduz diferentes estruturas para gestão de riscos e capital aplicáveis para diferentes perfis de risco.

De acordo com a legislação brasileira, a gestão de capital é definida como um processo que inclui: (i) monitoramento e controle do capital da instituição financeira; (ii) avaliação das necessidades de capital em vista dos riscos aos quais a instituição financeira está sujeita; e (iii) estabelecimento de metas e planejamento de capital para atender às necessidades de capital em virtude de mudanças nas condições de mercado. As instituições financeiras devem publicar, pelo menos, uma vez por ano, um relatório descrevendo a sua estrutura de gestão de capital. O Banco Central regulamenta a divulgação e a comunicação de questões relacionadas à gestão de riscos, ao cálculo de ativos ponderados pelo risco e à adequada observância às exigências de patrimônio de referência, que refletem o chamado Pilar 3 do patrimônio de referência recomendado por Basileia III, com o objetivo de aprimorar a governança e a divulgação.

Avaliação das instituições financeiras consideradas sistematicamente importantes no Brasil

O Banco Central adota os mesmos indicadores estabelecidos pelo Comitê de Basileia para determinar se as instituições financeiras brasileiras se qualificam como instituições financeiras consideradas sistemicamente importantes em nível global (G-SIFIs). Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Estrutura de Basileia III, para mais informações. Essa avaliação é exigida de bancos com exposição total – o denominador do índice de alavancagem – acima de R$ 500 bilhões, calculada individualmente ou de forma consolidada para o conglomerado prudencial, conforme o caso. Entretanto, não foram estabelecidas exigências de absorção de perdas adicionais para G-SIFIs brasileiras. Não fomos incluídos na última lista de G-SIFIs emitida em 21 de novembro de 2017. A próxima atualização deverá ocorrer em novembro de 2018.

Planos de recuperação para instituições financeiras sistemicamente importantes

Em 30 de junho de 2016, o CMN promulgou uma regra que estabelece diretrizes mais rígidas para planos de recuperação para instituições financeiras brasileiras sistemicamente importantes. A nova regra, que incorporou recomendações do Conselho de Estabilidade Financeira, requer que as instituições financeiras elaborem planos de recuperação com o intuito de restabelecer níveis adequados de capital e liquidez e preservar a viabilidade dessas instituições em cenários de estresse. As diretrizes requerem, entre outras coisas, que as instituições financeiras identifiquem suas funções críticas para o Sistema Financeiro Nacional e suas principais linhas de negócio, monitorem indicadores e seus níveis críticos, adotem cenários de teste de estresse, prevejam estratégias de recuperação, avaliem possíveis riscos e barreiras relacionadas com as estratégias e definam procedimentos de governança claros e transparentes, assim como planos de comunicação eficazes com as principais partes interessadas. A regra prevê um período de implementação gradual de outubro de 2016 a dezembro de 2017 para permitir que as instituições financeiras relevantes adaptem seus planos de recuperação às novas exigências. Arquivamos nosso plano de recuperação com o Banco Central dentro do prazo estabelecido pela nova regra.

Segmentação para aplicação proporcional da regulação prudencial

Em 30 de janeiro de 2017, o CMN promulgou uma resolução estabelecendo a segmentação de instituições financeiras, grupos de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central para aplicação proporcional da regulação prudencial, considerando porte, atividade internacional e perfil de risco de membros de cada segmento. De acordo com essa resolução, os segmentos são qualificados como segue:

(i) Segmento 1, no qual estamos incluídos, é composto por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas que (a) tenham porte igual ou superior a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ou (b) exerçam atividade internacional relevante, independentemente do porte da instituição.

(ii) Segmento 2, composto por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas (a) de porte inferior a 10% do PIB brasileiro e (b) outras instituições de porte igual ou superior a 1% do PIB brasileiro.

(iii) Segmento 3, composto por instituições de porte inferior a 1% e igual ou superior a 0,1% do PIB brasileiro.

(iv) Segmento 4, composto por instituições de porte inferior a 0,1% do PIB brasileiro.

(v) Segmento 5, composto por (a) instituições de porte inferior a 0,1% do PIB brasileiro que utilizem metodologia facultativa simplificada para apuração dos requerimentos mínimos de patrimônio de referência, exceto bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas e (b) instituições não sujeitas à apuração de patrimônio de referência.

Em 19 de outubro de 2017, o CMN publicou uma nova regulamentação, estabelecendo critérios e metodologia de aplicação de requerimentos simplificados de capital (Patrimônio de Referência) para instituições financeiras não bancárias que se enquadram no Segmento 5 (segmento que inclui instituições financeiras com o perfil de risco menos complexo). Em janeiro de 2018, o Bacen também introduziu uma norma estabelecendo novos critérios e metodologia para avaliação e aplicação de requerimentos de capital para instituições enquadradas nos segmentos 1 e 2.

Há expectativa de que o CMN também introduza uma nova regulamentação definindo critérios e metodologias para aplicação de requerimentos de capital para instituições financeiras enquadradas nos segmentos 3 e 4.

Letra imobiliária garantida

Em 2015, a Lei nº 13.097 foi promulgada criando a letra imobiliária garantida (LIG), um novo instrumento de dívida para captação de recursos à disposição de instituições financeiras brasileiras que observam a estrutura de títulos cobertos. Essa lei estabelece que o CMN será o responsável por regulamentar os dispositivos da Lei nº 13.097, inclusive quanto aos termos e condições de emissão, as instituições financeiras autorizadas a emitir as LIGs, as condições para resgate e vencimento antecipado, requisitos de elegibilidade, composição, suficiência, vencimento e liquidez da respectiva carteira de ativos, condições para substituição e reforço desses ativos, requisitos para que as instituições financeiras atuem como agente fiduciário e os pressupostos, condições e forma de sua retirada ou substituição, além de suas atribuições.

Em agosto de 2017, o CMN emitiu uma nova norma regulamentando os dispositivos da Lei nº 13.097. Em dezembro de 2017, o CMN introduziu duas novas normas aplicáveis à emissão das LIGs. A primeira norma estabelece os procedimentos para contabilização e divulgação de informações a serem realizados pelos emissores das LIGs, na condição de gestores da carteira de ativos sujeitos ao regime fiduciário estabelecido pela Lei nº 13.097. A segunda norma estabelece as informações mínimas sobre as LIGs que devem ser fornecidas pelos emissores aos investidores.

Provisão passiva para garantias financeiras

Em 28 de julho de 2016, o CMN promulgou uma nova regra estabelecendo procedimentos contábeis específicos para avaliação e registro de provisões passivas que as instituições financeiras devem criar em relação a garantias financeiras. Os procedimentos contábeis estabelecidos por essa regulamentação buscam alinhar as normas brasileiras com o IFRS. Essa resolução entrou em vigor em 1° de janeiro de 2017.

Operações e exposição em moeda estrangeira

Operações de compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser realizadas por instituições autorizadas pelo Banco Central. Não existem limites para as posições de câmbio, compradas ou vendidas, de bancos autorizados a operar no mercado de câmbio. Não há atualmente uma alíquota do recolhimento compulsório sobre a posição vendida de câmbio de instituições financeiras.

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras brasileiras podem captar recursos no exterior, por meio de empréstimos diretos ou emissão de títulos de dívida. Os recursos captados dessa forma podem ser livremente aplicados no Brasil, incluindo, mas não se limitando a, repasses a empresas e instituições financeiras brasileiras. Os bancos brasileiros autorizados a operar no mercado de câmbio com patrimônio de referência superior a R$ 5 bilhões também podem utilizar esses recursos para conceder empréstimos no exterior para empresas brasileiras, suas subsidiárias *offshore* e empresas estrangeiras controladas por brasileiros ou para adquirir no mercado primário títulos emitidos ou garantidos por tais empresas. Os empréstimos transfronteiriços, cujo processo envolve uma das partes no Brasil e a outra no exterior, exigem registro prévio no Banco Central, o qual pode estipular limites para as condições dessas operações de empréstimos em moeda estrangeira. Consulte o item Tributação para mais informações sobre impostos incidentes sobre operações de câmbio.

As instituições financeiras também podem conceder empréstimos em moeda estrangeira ou a ela indexados, para as atividades relacionadas ao comércio exterior de seus clientes, como a concessão de adiantamento sobre contrato de câmbio, adiantamento sobre cambiais entregues, ou pré-pagamento de exportação e financiamento à importação, todas de acordo com os regulamentos brasileiros referentes aos mercados de câmbio e aos fluxos de capital internacional.

O Banco Central e o governo brasileiro frequentemente alteram as regras e os regulamentos aplicáveis a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira conforme o cenário econômico e a política monetária brasileira.

A legislação estabelece que a exposição total em ouro e outros ativos e passivos indexados ou vinculados à variação da taxa de câmbio de instituições financeiras (inclusive as sucursais *offshore*), e suas controladas diretas e indiretas, de forma consolidada, não pode ultrapassar 30% do seu patrimônio de referência.

Regime de investimento em ativo permanente e liquidez

De acordo com a regulamentação do CMN, as instituições financeiras não podem deter, de forma consolidada, ativos permanentes que incluam investimentos em subsidiárias não consolidadas, imóveis, equipamentos e ativos intangíveis, em valor superior a 50,0% do patrimônio de referência ajustado.

Limites de empréstimos

Além disso, a regulamentação também nos impede de conceder empréstimos ou adiantamentos, garantias, incluindo operações de derivativos, subscrever ou deter em nossa carteira de investimentos os títulos e valores mobiliários de qualquer cliente ou grupo de clientes afiliados que, em conjunto, gerem exposição para esse cliente ou grupo de clientes afiliados superior a 25,0% do nosso patrimônio de referência. A esse respeito, em 9 de fevereiro de 2018, o Banco Central submeteu à consulta pública uma proposta de resolução para alteração da base de cálculo dos limites de empréstimos aplicáveis a instituições financeiras enquadradas como Segmento 1 (nos termos da segmentação de instituições financeiras criada em 2017, que é o nosso caso) em relação ao Nível 1 do patrimônio de referência. De acordo com a norma proposta, a exposição máxima por cliente de uma instituição financeira do Segmento 1 será de 25% do Nível 1 de seu patrimônio de referência e a exposição máxima concentrada dessa instituição financeira do Segmento 1 será de 600% de seu capital de Nível 1 (sendo que um cliente individual concentrado significa, para fins da proposta de regulamentação, qualquer cliente individual ao qual o banco tenha exposição igual ou superior a 10% do Nível 1 de seu patrimônio de referência). Essa proposta de resolução ainda está sujeita a alterações.

Limites de exposição de crédito

Para fins deste limite, as seguintes entidades do setor público serão consideradas clientes separados: (i) a União; (ii) uma entidade controlada direta ou indiretamente pela União que não mantenha relação de dependência econômica com outra entidade também controlada direta ou indiretamente pela União; (iii) entidades controladas direta ou indiretamente pela União que mantenham relação de dependência econômica entre si; (iv) um Estado ou o Distrito Federal, juntamente com todas as entidades direta ou indiretamente controladas por ele; e (v) um município, em conjunto com todas as entidades direta ou indiretamente controladas por ele. Essa definição também é sujeita a alterações nos termos da consulta pública submetida pelo Banco Central em 9 de fevereiro de 2018 mencionada acima. A proposta de regulamentação estabelece outros critérios para identificação de clientes distintos: (i) a União, incluindo o Banco Central do Brasil; (ii) uma entidade cujo capital votante seja detido diretamente pela União em 50% ou mais, em conjunto com pessoas jurídicas controladas por essa entidade; (iii) um Estado da República Federativa do Brasil ou o Distrito Federal, em conjunto com as entidades por esse Estado ou pelo Distrito Federal ou com entidades que mantenham relação de dependência econômica com esse Estado, Distrito Federal ou de suas entidades controladas; (iv) cada município brasileiro, em conjunto com as entidades

por ele controladas ou com entidades que mantenham relação de dependência econômica com esse município ou de suas entidades controladas; (v) cada governo central de jurisdição estrangeira; (vi) cada banco central de jurisdição estrangeira; (vii) cada entidade cujo capital votante seja detido diretamente por governo central de jurisdição estrangeira em 50% ou mais, em conjunto com as pessoas jurídicas controladas por essa entidade ou que com ela mantenham relação de dependência econômica; (viii) um ente governamental de jurisdição estrangeira, em conjunto com pessoas jurídicas controladas por esse ente governamental ou com entidades que mantenham relação de dependência econômica com esse ente ou com suas entidades controladas; e (ix) qualquer outra entidade pública ou privada que esteja sujeita ao risco de crédito calculado pela instituição financeira nos termos das regulamentações do CMN. Conforme acima mencionado, essa proposta de resolução ainda está sujeita a alterações.

Cálculo dos ativos ponderados pelo risco

O cálculo da exposição ao risco baseia-se em vários fatores estabelecidos pelas regulamentações do Banco Central e influencia as exigências de capital. Os componentes levam em consideração o tipo de risco e incluem parâmetros e procedimentos para cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para determinar as exigências de capital resultantes da exposição a cada risco. O Banco Central vem alterando e atualizando com frequência as regras e regulamentos para cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA).

Letras financeiras

A Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, adaptou as letras financeiras à estrutura de Basileia III e concedeu ao Banco Central o poder de limitar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio pelas instituições financeiras que não cumprirem os requerimentos de capital definidos pelo CMN. Com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.838, as instituições financeiras brasileiras provavelmente emitirão instrumentos de dívida subordinada ou instrumentos híbridos em conformidade com Basileia III no contexto da estrutura regulatória das letras financeiras. As principais características das letras financeiras alteradas pela Lei nº 12.838 são:

- A possibilidade de emissão de letras financeiras conversíveis em ações; a conversão não pode ser solicitada pelo investidor ou pela instituição financeira emissora;
- A suspensão do pagamento de juros em caso de não conformidade com as regras de requerimentos de capital e no caso das letras financeiras fazerem parte do patrimônio de referência da instituição financeira. Além disso, para preservar o funcionamento regular do sistema financeiro brasileiro, o Banco Central poderá determinar a conversão de letras financeiras em ações ou a extinção da dívida (baixa). Essas determinações não constituirão inadimplência e não anteciparão o vencimento de outras dívidas da instituição financeira; e
- As letras financeiras podem incluir, como eventos de vencimento antecipado, o não pagamento da remuneração das letras financeiras ou a dissolução da instituição financeira.

Estabelecimento de uma política de sucessão

Em 24 de novembro de 2016, o CMN introduziu uma nova resolução determinando que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central estabeleçam uma política de sucessão para seus administradores. A nova regulamentação determina que o Conselho de Administração das instituições aprove, supervisione e controle o processo de planejamento dessa política, que deve atribuir expressamente os cargos observando a política de sucessão, levando em consideração a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição. A política de sucessão trata de recrutamento, promoção, eleição e processos de retenção, com base em regras que regulamentem a identificação, avaliação e treinamento de cargos da alta administração considerando os seguintes aspectos: (i) as condições exigidas pela lei brasileira para exercer o cargo; (ii) capacidade técnica; (iii) capacidade de gestão; (iv) habilidades interpessoais; (v) conhecimento da legislação e regulamentação sobre responsabilização por suas ações; e (vi) experiência.

Em 25 de março de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou a Política de Sucessão de Administradores, em conformidade com a resolução do CMN. O objetivo de nossa política de sucessão é a consolidação dos procedimentos e práticas internas do Conglomerado Itaú Unibanco acerca da sucessão de seus administradores.

Código de governança corporativa

Em 2016, foi editado o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas. Este Código estabelece princípios, diretrizes e ações relacionadas à governança corporativa aplicáveis a companhias abertas e determina que as companhias adotem o modelo "aplique ou explique" em relação a seus princípios, diretrizes e ações. Como resultado da edição desse Código, em junho de 2017, a CVM publicou uma nova regulamentação e as companhias devem submeter o relatório sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa dentro de 7 (sete) meses a partir da data de fechamento do exercício fiscal. A implementação do Código Brasileiro de Governança Corporativa foi incorporada à estrutura regulatória nacional em 2017 por meio da Instrução CVM nº 586/17.

Além disso, em abril de 2017, o CMN emitiu uma nova resolução acerca da inclusão dos princípios e critérios de governança corporativa de instituições financeiras estabelecidos pelo Comitê de Basileia na estrutura regulatória brasileira, por meio dos "Princípios Fundamentais para uma Supervisão Bancária Efetiva".

Essa nova regra estabelece os termos para o envio de informações acerca da administração de instituições financeiras para o Banco Central, o grupo controlador e correspondentes acionistas, inclusive a obrigação de comunicar ao órgão regulador qualquer informação que possa afetar a reputação de qualquer pessoa enquadrada em uma dessas categorias. Para esse fim, as instituições financeiras deverão providenciar um canal de comunicação para que funcionários, colaboradores, clientes, usuários, associados ou prestadores de serviços possam denunciar, com garantia de anonimato, situações que indiquem atos ilícitos de qualquer natureza relacionadas à instituição. As instituições financeiras também deverão definir um órgão interno como responsável pelo recebimento da informação e cumprimento das obrigações de comunicação.

Lei anticorrupção GRI 205-2 | GRI 103-2 | 103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

Em janeiro de 2014, entrou em vigor no Brasil uma nova lei de combate à corrupção, que estabelece que as pessoas jurídicas têm responsabilidade objetiva (independentemente de culpa ou negligência) se estiverem envolvidas em qualquer forma de corrupção. Embora seja conhecida como lei anticorrupção, também abrange outros atos ilícitos contrários à administração pública brasileira ou internacional, como fraude à licitação e obstrução da justiça. A lei prevê penalidades rigorosas, por meio de processos administrativos e judiciais, inclusive dissolução da companhia, proibição de acesso a financiamento de órgãos públicos e de participação em licitações públicas.

Além disso, a lei autoriza as autoridades públicas administrativas responsáveis pela investigação a celebrar acordos de leniência. A divulgação, pelas próprias partes infratoras, de violações cometidas e sua cooperação poderá levar à redução de multas e outras sanções, conforme determinado pela nova regulamentação federal emitida em março de 2015.

Essa nova regulamentação proporciona parâmetros para aplicação da lei anticorrupção, inclusive com respeito a penalidades e programas de compliance. Consulte:

(i) www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/pt/POLITICA_CORPORATIVA_DE_PREVENCAO_A_CORRUPCAO_PORT.pdf para mais informações sobre a nossa Política Corporativa de Prevenção à Corrupção.

(ii) www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/pt/HF5_-_DOC_RI_2016_(portugues).pdf para mais informações sobre a nossa Política Corporativa de Integridade e Ética e sobre diretrizes para situações de conflito de interesses.

Remuneração de membros da diretoria e do conselho de administração de instituições financeiras GRI 102-35

De acordo com as regras estabelecidas pelo CMN, as instituições financeiras brasileiras devem ter uma política de remuneração. Quando houver pagamento de remuneração variável aos administradores, do total da remuneração variável, 50%, no mínimo, deve ser paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e 40%, no mínimo, deve ser diferida para pagamento futuro em um período de pelo menos três anos. Se a instituição apresentar redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo durante o período de diferimento, as parcelas diferidas e não pagas devem ser revertidas proporcionalmente à redução no resultado, com o intuito de minimizar a perda incorrida pelas instituições financeiras e seus acionistas.

Nossa política de remuneração, aplicável a conselheiros e diretores no Brasil (que constituem a maior parte dos administradores do Grupo Itaú Unibanco) está de acordo com as exigências regulatórias do CMN. Nossas práticas de princípios de remuneração aplicados em todo o mundo observam regulamentos locais e buscam um maior alinhamento entre os interesses dos nossos acionistas e dos nossos administradores.

Para mais informações, consulte a seção Nossa governança, item Remuneração e benefícios.

Regulamentação antitruste

A lei antitruste brasileira estabelece que as operações que resultem em concentração econômica devem ser submetidas à aprovação prévia do CADE, o órgão brasileiro que regula a defesa da concorrência no país, desde que atendidos os seguintes critérios: (i) o grupo econômico de uma das partes da operação registre, no exercício fiscal anterior ao da operação, faturamento bruto mínimo de R$ 750 milhões, e (ii) ao menos um dos demais grupos econômicos envolvidos na operação registre, no mesmo período, faturamento bruto mínimo de R$ 75 milhões. A consumação de uma operação antes da aprovação pelo CADE sujeita as partes a multas que vão de R$ 60 mil a R$ 60 milhões, à declaração de nulidade do respectivo acordo e à possível instauração de processos administrativos. Além de submeter essas operações à aprovação do CADE, a Circular nº 3.590/2012 do Banco Central (atualizada pela Circular nº 3.800/2016) torna obrigatório que as instituições financeiras submetam atos de concentração que envolvam duas ou mais instituições financeiras à aprovação antitruste do Banco Central nas seguintes hipóteses: (i) aquisição de controle societário, (ii) fusão, (iii) transferência do negócio para outra instituição financeira, e (iv) outras operações que levem ao aumento da participação de mercado nos segmentos de atuação em que operem.

Com relação ao conflito de competência para análise e aprovação de atos de concentração envolvendo instituições financeiras, a questão continua indefinida. A incerteza sobre se é o CADE ou o Banco Central que deve revisar e aprovar os atos de concentração envolvendo instituições financeiras resultou na submissão, pelas instituições financeiras, dos atos de concentração no setor bancário à aprovação antitruste não apenas do Banco Central, como também do CADE.

Consulte www.itau.com.br/_arquivosestaticos/RI/pdf/pt/HF45_-_DOC_RI_2017.pdf para mais informações sobre nossa Política Corporativa Antitruste.

Tratamento de dívidas vencidas

As instituições financeiras brasileiras devem classificar suas operações de crédito (inclusive operações de arrendamento mercantil e outras caracterizadas como adiantamentos de crédito) em diferentes níveis e constituir provisões de acordo com o nível atribuído a cada operação. A classificação é baseada na situação financeira do cliente, nos termos e nas condições da operação e no eventual tempo de atraso no pagamento da operação, se houver. Para atendimento às exigências do Banco Central, as operações são classificadas como nível AA, A, B, C, D, E, F, G ou H, sendo AA a classificação mais alta. As classificações de crédito devem ser revisadas mensalmente e, sem prejuízo das provisões adicionais àquelas exigidas pelo Banco Central, consideradas necessárias pela administração das instituições financeiras; cada nível tem um percentual específico de provisão que é aplicado a ele e que usamos para calcular nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme especificado mais detalhadamente na tabela a seguir:

Classificação[1]	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Provisão (%)	0	0,5	1	3	10	30	50	70	100
Atraso (em dias)	**-**	**-**	**15 a 30**	**31 a 60**	**61 a 90**	**91 a 120**	**121 a 150**	**151 a 180**	**Acima de 180**

(1) Nossa classificação de crédito também considera o perfil de crédito do cliente, que pode impactar negativamente a classificação das dívidas vencidas.

Segundo o IFRS, a provisão para créditos de liquidação duvidosa baseia-se em nossos modelos de perda incorrida, desenvolvidos internamente, os quais calculam a provisão para créditos de liquidação duvidosa multiplicando a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte pelo potencial de recuperação dos créditos inadimplentes para cada operação, conforme descrito na Nota 2.4(d) X das nossas demonstrações contábeis completas de acordo com o IFRS. Os níveis de risco são classificados em baixo, médio, alto, e redução ao valor recuperável (*impairment*), com base na probabilidade de inadimplência, por meio de uma escala interna detalhada na Nota 36 das nossas demonstrações contábeis completas de acordo com o IFRS.

Insolvência bancária

A insolvência de instituições financeiras é tratada de acordo com as leis e regulamentações aplicáveis pelo Banco Central, responsável por iniciar e acompanhar todos os procedimentos administrativos aplicáveis. São três as modalidades de regimes especiais que podem ser impostos às instituições financeiras privadas ou públicas (exceto federais) ou a instituições a elas equiparadas: (i) regime de administração especial temporária (RAET), (ii) intervenção e (iii) liquidação extrajudicial. Essas instituições também podem ser submetidas ao regime falimentar.

No curso dos regimes especiais descritos a seguir, o conselho diretor, o interventor e o liquidante poderão, quando autorizados pelo Banco Central: (i) alienar bens e direitos da instituição financeira a terceiros e (ii) realizar processos de reorganização societária na instituição financeira ou em suas subsidiárias, dentre outras medidas possíveis, de efeito similar.

RAET

O RAET é um regime especial menos severo que permite às instituições financeiras continuarem operando, sendo seu principal efeito a perda do mandato dos administradores e sua substituição por um conselho diretor nomeado pelo Banco Central, com amplos poderes de gestão. Tem duração limitada e seu principal objetivo é a adoção de medidas visando à retomada das atividades normais da instituição financeira. Caso a retomada não seja possível, tal regime pode vir a ser transformado em liquidação extrajudicial.

Intervenção

Nesse regime, o Banco Central nomeia um interventor, que assume a gestão direta da instituição financeira, suspendendo as suas atividades normais e destituindo os respectivos administradores. De modo geral, a intervenção objetiva evitar a continuidade de certas irregularidades cometidas e o agravamento da situação financeira da instituição, que pode colocar ativos em risco e prejudicar os credores da instituição financeira. Também tem duração limitada e poderá ser seguida da retomada das atividades normais da instituição, da decretação de liquidação extrajudicial ou de falência.

A intervenção suspende todas as ações relacionadas com obrigações de pagamento da instituição financeira, impede a liquidação ou o vencimento antecipado de suas obrigações e congela os depósitos preexistentes.

Liquidação extrajudicial

A liquidação extrajudicial, de forma geral, corresponde ao processo de extinção da empresa em casos de insolvência irrecuperável ou de graves infrações às normas que regulam as atividades da instituição financeira. A liquidação extrajudicial visa a promover a liquidação dos ativos existentes para pagamento dos credores, com devolução de eventual saldo aos acionistas. Os acionistas controladores também podem ser responsabilizados pelas obrigações remanescentes.

A liquidação extrajudicial (i) suspende as ações ou execuções relacionadas com a instituição financeira; (ii) antecipa o vencimento de suas obrigações; e (iii) interrompe a prescrição de suas obrigações. Além disso, deixam de incorrer juros contra os bens em liquidação até que todas as obrigações perante terceiros tenham sido pagas.

Seguro de depósitos

Em caso de intervenção, liquidação extrajudicial ou liquidação de uma instituição financeira, o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), um sistema de seguro de depósitos, garante o valor máximo de R$ 250.000 em certos depósitos e instrumentos de crédito mantidos por uma pessoa física, jurídica ou outra entidade legal, na instituição financeira (ou instituições financeiras pertencentes ao mesmo grupo econômico). Esses depósitos e instrumentos de crédito contratados a partir de 22 de dezembro de 2017 estão sujeitos a um limite adicional: a cobertura total dessa garantia é de R$ 1.000.000 por investidor, independentemente da quantidade de contas detidas em diferentes grupos financeiros, sendo que esse limite é válido por um período de quatro anos. Os recursos do FGC provêm, principalmente, de contribuições obrigatórias de todas as instituições financeiras brasileiras que recebem depósitos de clientes, atualmente à taxa mensal de 0,0125% do montante dos saldos das contas referentes aos instrumentos financeiros objeto de garantia ordinária, ainda que os créditos correspondentes não sejam integralmente garantidos pelo FGC, e de certas contribuições especiais. Os depósitos e recursos captados no exterior não são garantidos pelo FGC. A partir de fevereiro de 2016, não estão protegidos pela garantia ordinária do FGC os créditos de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, entidades de previdência privada, companhias de seguro, empresas de capitalização, clubes de investimento e fundos de investimentos, bem como créditos que representem qualquer participação em tais entidades ou instrumentos financeiros mantidos por tais entidades.

Pagamento de credores em liquidação

Em caso de liquidação extrajudicial de uma instituição financeira ou liquidação de uma instituição financeira em um processo de falência, os salários de funcionários e suas respectivas ações trabalhistas até um determinado valor, créditos com garantia real e cobranças de impostos têm prioridade entre todas as reivindicações contra a empresa em liquidação. O pagamento de créditos quirografários, inclusive depósitos ordinários de clientes de varejo não garantidos pelo FGC, está sujeito ao pagamento prioritário de créditos com preferência. Além disso, quando do pagamento dos depósitos garantidos pelo FGC, este se torna um credor quirografário da massa falida.

Regulamentação de seguros

As companhias de seguro domiciliadas no Brasil, mediante aprovação do governo, podem oferecer, diretamente aos clientes ou por meio de corretores habilitados, todos os tipos de seguros, com exceção do seguro de acidentes de trabalho.

As companhias de seguro são obrigadas a constituir reservas para investimento em tipos específicos de títulos e valores mobiliários. Consequentemente, as seguradoras estão entre os principais investidores no mercado financeiro brasileiro, estando sujeitas às normas do CMN sobre o investimento de reservas técnicas.

Em caso de quebra, a seguradora estará sujeita a um procedimento específico de liquidação administrado pela SUSEP ou pela ANS. As companhias de seguro somente estarão sujeitas à falência se, decretada a liquidação extrajudicial, (i) seus ativos não sejam suficientes para garantir, pelo menos, a metade dos créditos quirografários, ou (ii) houver fundados indícios da ocorrência de crime falimentar.

Não existe, atualmente, qualquer restrição a investimentos estrangeiros em companhias de seguro no Brasil.

A legislação brasileira determina que as companhias de seguro contratem resseguro na medida em que as responsabilidades assumidas excedam seus limites técnicos, de acordo com as normas do órgão regulador (CNSP e SUSEP), podendo a celebração de contratos de resseguro ser feita por negociação direta entre as seguradoras e as resseguradoras, ou por uma corretora de resseguros autorizada a operar no Brasil.

A partir de 1º de janeiro de 2017, as companhias de seguro, ao ceder riscos em resseguro, devem contratar 30% de cada contrato facultativo ou automático com resseguradoras locais (companhias domiciliadas no Brasil).

A partir de 1º de janeiro de 2018, esse percentual é reduzido para 25% e será reduzido anualmente até atingir 15% em 1º de janeiro de 2020.

Além disso, a partir de 1º de janeiro de 2017, a cessão de risco entre seguradoras e resseguradoras pertencentes ao mesmo grupo financeiro sediado no exterior está limitada a 30,0% dos prêmios correspondentes a cada contrato facultativo ou automático.

A partir de 1º de janeiro de 2018, esse percentual é aumentado para 45% e será aumentado anualmente até atingir 75% em 1º de janeiro de 2020.

Regulamentação sobre prevenção à lavagem de dinheiro

A lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro estabelece a estrutura básica para a prevenção e punição de práticas de lavagem de dinheiro como crime. Ela proíbe a ocultação ou a dissimulação da origem, localização, disponibilização, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores financeiros originados, direta ou indiretamente, de crimes, e os agentes dessas práticas ilegais ficam sujeitos à pena de prisão, inabilitação temporária pelo prazo de até 10 anos para o exercício do cargo de administrador, além de multa pecuniária.

A lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro também criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), unidade brasileira de inteligência financeira que opera sob a égide do Ministério da Fazenda. O COAF possui um papel central no sistema brasileiro de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e sua responsabilidade legal é coordenar os mecanismos de cooperação internacional e trocas de informações.

Em conformidade com a lei brasileira de prevenção à lavagem de dinheiro e a respectiva regulamentação promulgada pelo Banco Central, inclusive as regras aplicáveis aos procedimentos que devem ser adotados pelas instituições financeiras na prevenção e no combate desses crimes, em consonância com as recomendações do Grupo de Ação Financeira Contra Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (GAFI, na sigla em português, ou *Financial Action Task Force* – FATF), e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, as instituições financeiras brasileiras devem estabelecer controles internos e procedimentos para:

- Identificar e conhecer os seus clientes, determinando se eles são Pessoas Expostas Politicamente (PEP), identificando os beneficiários finais das operações. Esses registros devem ser mantidos atualizados;
- Verificar a compatibilidade entre a movimentação de recursos e a capacidade econômica e financeira do cliente;
- Verificar a origem dos recursos;
- Efetuar análise prévia dos novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção à lavagem de dinheiro;
- Manter registros de todas as transações realizadas ou serviços financeiros prestados em nome de um determinado cliente ou para ele;
- Notificar o COAF, no prazo de um dia útil, sobre qualquer transação considerada suspeita pela instituição financeira, inclusive quaisquer transações em dinheiro equivalentes ou superiores a R$ 50.000, sem informar a pessoa envolvida ou qualquer terceiro;
- Dispor atenção especial a (i) transações não usuais ou transações propostas, ou aparentemente sem base econômica ou legal; (ii) transações que envolvam PEPs, (iii) indicadores de burla na identificação do cliente ou da transação; (iv) clientes e operações para os quais o beneficiário final não possa ser identificado; (v) transações originadas ou destinadas a países que não apliquem suficientemente as recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI); e (vi) situações em que não é possível manter atualizadas as informações cadastrais dos clientes;
- Estabelecer critérios para contratação de pessoal e oferecer treinamento para combate à lavagem de dinheiro para os colaboradores;
- Estabelecer os procedimentos de combate à lavagem de dinheiro que devem ser respeitados por todas as agências e subsidiárias de instituições financeiras brasileiras localizadas no exterior;
- Determinar que as instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio brasileiro com instituições financeiras localizadas no exterior devem verificar se a instituição financeira estrangeira está localizada fisicamente na jurisdição em que foi constituída e autorizada a operar, e se está sujeita a uma supervisão eficiente;
- Monitorar as transações e situações que poderiam ser consideradas suspeitas para fins de combate à lavagem de dinheiro;
- Notificar o COAF sobre a ocorrência de transações suspeitas conforme exigido pela regulamentação aplicável e, pelo menos anualmente caso não tenham sido verificadas operações suspeitas, a fim de certificar a inexistência de transações que devam ser notificadas ao COAF (declaração de negativa);
- Exigir que os clientes informem à instituição financeira, com pelo menos três dias úteis de antecedência, sobre a intenção de sacar valores iguais ou superiores a R$ 50.000;
- Garantir que as políticas, procedimentos e controles internos sejam proporcionais ao tamanho e volume das transações; e
- Indisponibilizar bens, valores e direitos de posse ou propriedade, bem como todos os demais direitos, reais ou pessoais, de titularidade, direta ou indireta, de clientes pessoas físicas ou jurídicas submetidos a sanções oriundas das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

O descumprimento de qualquer uma das obrigações anteriores sujeita a instituição financeira e seus diretores a penalidades que variam de: (i) advertência formal, (ii) multas (de 1,0% a 200,0% do valor da transação, 200,0% do lucro gerado por ela, ou multa de até R$ 20 milhões); (iii) seus diretores executivos serão considerados inelegíveis para qualquer cargo gerencial em instituições financeiras, até (iv) revogação da licença de funcionamento da instituição financeira.

Em agosto de 2013, a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) promulgou o Normativo de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo. Seu objetivo é melhorar a contribuição do sistema financeiro brasileiro para a prevenção da lavagem de dinheiro e padronizar as práticas adotadas por todos os bancos, incentivando-os a reforçar procedimentos de prevenção.

Em 28 de julho de 2017, o Banco Central introduziu uma nova norma incluindo requerimentos adicionais a respeito do combate à lavagem de dinheiro, que entrou em vigor em 27 de dezembro de 2017. As recentes alterações da regulação incluem a obrigação de as instituições financeiras manterem registros específicos de transações em dinheiro (depósitos em espécie, saque em espécie, saque em espécie por meio de cartão pré-pago, pedidos de provisão de saques ou transferência eletrônicas por meio de TED) de valor igual ou superior a R$ 50.000 por transação. Essa norma também determina que os bancos comerciais, bancos múltiplos e cooperativas de crédito devem requerer de seus clientes comunicação prévia, com no mínimo de três dias úteis de antecedência, dos saques e pagamentos em espécie de valor igual ou superior a R$ 50.000,00 por transação.

Pessoas expostas politicamente

De acordo com o Banco Central, Pessoas Expostas Politicamente (PEP) são funcionários públicos que ocupam – ou ocuparam – cargos públicos importantes, bem como seus representantes, familiares e outras pessoas próximas, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em outros países, territórios e jurisdições estrangeiras. Inclui também suas pessoas jurídicas. As instituições financeiras precisam elaborar e implementar procedimentos internos para identificar PEPs e obter aprovação especial de um membro da equipe de nível hierárquico superior, como diretores, processo necessário para início de relacionamento com essas pessoas. As instituições também precisam adotar medidas reforçadas e contínuas para o monitoramento das transações com PEPs e notificar o COAF sobre todas as transações suspeitas.

Portabilidade de operações de crédito

Regulamentada pelo Banco Central desde 2013, a portabilidade das operações de crédito consiste na transferência de uma operação de crédito do credor original para outra instituição, por solicitação do devedor, mantendo o mesmo saldo em aberto e as mesmas condições de pagamento. Essa regulamentação determina procedimentos padrão e prazos para a troca de informações e o uso obrigatório de um sistema eletrônico, autorizado pelo Banco Central, para a transferência de recursos entre as instituições financeiras, proibindo o uso de qualquer procedimento alternativo para produzir os mesmos efeitos da portabilidade, inclusive as denominadas "compras de dívida".

Regras relativas à cobrança de tarifas bancárias e de cartões de crédito

As tarifas bancárias e as operações com cartões de crédito são amplamente reguladas pelo CMN e pelo Banco Central. De acordo com a legislação brasileira, devemos classificar os serviços que prestamos para pessoas físicas em categorias predefinidas e estamos sujeitos a limitações na cobrança de tarifas por esses serviços.

Em geral, as instituições financeiras brasileiras não estão autorizadas a cobrar tarifas bancárias pela prestação de serviços a pessoas físicas, classificados como essenciais em relação a contas correntes e de poupança, tais como fornecimento de cartões de débito, talões de cheques, saques, extratos e transferências, entre outros.

A legislação brasileira também autoriza as instituições financeiras a cobrar tarifas por "serviços prioritários", um conjunto de serviços definidos pela regulamentação do Banco Central. As instituições financeiras são obrigadas a oferecer para esses clientes um "pacote padronizado" de serviços prioritários. Os clientes podem também optar por este ou outros pacotes oferecidos pela instituição financeira ou pela utilização e pelo pagamento de serviços individuais, em oposição à escolha de um pacote.

As regras atuais autorizam ainda que as instituições financeiras cobrem tarifas pela prestação de determinados serviços chamados de diferenciados, desde que o correntista ou usuário seja informado das condições de uso e pagamento, ou quando as tarifas e os métodos de cobrança estejam definidos em contrato.

O CMN também estabelece regras aplicáveis aos cartões de crédito, definindo os eventos que permitem a cobrança de tarifas pelos emissores, bem como as informações a serem divulgadas nas faturas de cartões de crédito e no respectivo contrato. Existe também uma lista de serviços prioritários. As regras estabelecem dois tipos de cartões de crédito: (i) cartões de crédito básicos, com serviços mais simples, sem programas de recompensas; e (ii) "cartões de crédito especiais" com programas de recompensas. No mínimo, 15% do saldo total em aberto da fatura precisam ser pagos mensalmente pelos portadores de cartões de crédito.

A cobrança de uma nova tarifa bancária ou a majoração do preço de tarifa vigente somente poderá ocorrer após divulgação ao público, com, no mínimo, 30 dias de antecedência, enquanto as tarifas relativas aos serviços prioritários somente poderão ter seu valor acrescido após 180 dias da data do último aumento (a redução do preço, por outro lado, poderá ser feita a qualquer momento). Com relação aos cartões de crédito, é necessária a divulgação ao público, com pelo menos 45 dias de antecedência, para qualquer aumento ou criação de tarifas, e elas só podem ser aumentadas 365 dias após o último aumento. O prazo de 365 dias fica sujeito também às mudanças nas regras aplicáveis aos programas de benefícios ou recompensas.

No fim de 2016 e início de 2017, ocorreram duas alterações importantes no mercado de pagamentos brasileiro. Em dezembro de 2016, foi publicada uma medida provisória autorizando sobretaxar, de acordo com os instrumentos de pagamento utilizado pelo consumidor, como uma forma de incentivar as vendas no varejo, permitindo aos varejistas cobrar preços diferentes dependendo do meio de pagamento. Em janeiro de 2017, o Banco Central publicou uma nova resolução estabelecendo que o crédito rotativo para financiamento de dívidas com cartões de crédito somente poderá ser feito até a data devida de vencimento da próxima fatura do cartão. Após esse período, a instituição financeira fornecedora do crédito deve oferecer ao cliente um outro tipo de financiamento com condições mais favoráveis do que aquelas concedidas no mercado de cartões de crédito. Além disso, a instituição fornecedora do crédito não poderá mais oferecer esse tipo de crédito a clientes que já o contrataram para financiamento de dívidas com cartão de crédito que não forem pagas tempestivamente.

Regulamentação de arrendamento

Embora as operações de arrendamento mercantil não sejam classificadas como operações de crédito pela legislação brasileira, o Banco Central regulamenta e supervisiona essas operações. As partes envolvidas em uma operação de arrendamento mercantil são o arrendador (o banco) e o arrendatário (nosso cliente). O bem, de propriedade do arrendador, é entregue para o uso do arrendatário até o final da vigência do contrato, momento no qual o arrendatário pode optar por adquirir o bem ou devolvê-lo ao arrendador, ou ainda renovar o contrato por um novo período.

A legislação brasileira estabelece uma metodologia específica para a contabilização de lucros ou perdas nas operações de arrendamento mercantil e para todas as informações que devem constar do respectivo contrato. O Valor Residual Garantido (VRG) pago pelo arrendatário deve corresponder ao valor mínimo de retorno necessário para que a operação seja viável para o arrendador, seja ou não exercida a opção de compra. As leis e os regulamentos aplicáveis às instituições financeiras, tais como as referentes aos requisitos de informação, suficiência de capital e alavancagem, limites de composição de ativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa, também são geralmente aplicáveis às empresas de arrendamento mercantil.

Correspondentes bancários

Podemos contratar outras empresas para prestar determinados serviços aos nossos clientes, inclusive atendimento ao cliente. Essas empresas são, em geral, denominadas correspondentes e o nosso relacionamento com elas é regulamentado pelo Banco Central. Entre outras exigências, o Banco Central determina que os funcionários de todos os correspondentes deverão possuir uma certificação técnica que os autorize a atender clientes em operações de crédito e de arrendamento mercantil.

Sigilo bancário

As instituições financeiras brasileiras devem guardar sigilo em relação às operações bancárias e aos serviços prestados aos seus clientes. As únicas circunstâncias nas quais informações sobre clientes, serviços e transações de empresas de cartão de crédito ou instituições financeiras brasileiras podem ser divulgadas a terceiros são:

- A divulgação de informações com o consentimento expresso dos interessados;
- A troca de informações entre instituições financeiras para fins cadastrais;
- A divulgação de informações a empresas de proteção ao crédito, com base no cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes;
- A divulgação de informações às autoridades competentes relacionadas à prática real ou suspeita de atos criminosos ou improbidade administrativa, inclusive a divulgação de informações relacionadas às operações que envolvam recursos relacionados a atividades ilegais;
- A divulgação de algumas informações determinada por lei a autoridade fiscal; e
- A divulgação de informações mediante mandado judicial.

Exceto conforme estabelecido pela legislação brasileira ou por ordem judicial, a quebra de sigilo bancário constitui crime.

Digitalização de documentos e manutenção de registros

Em 31 de março de 2016, o CMN promulgou uma nova resolução que regulamenta a digitalização de documentos referentes a operações realizadas por instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central. A regulamentação autoriza essas instituições a manter documentos digitais em vez de documentos em papel para fins de manutenção de registros, se forem atendidas certas exigências para assegurar a autenticidade, validade e proteção desses documentos. Ela permite ainda a eliminação de documentos originais em papel, desde que essa medida não prejudique a capacidade da instituição de exercer direitos, iniciar procedimentos ou exercer medidas protetivas relacionadas com o referido documento.

Ouvidoria

A Ouvidoria do Itaú Unibanco possui três diferentes pilares como objetivo:

- Funcionar como último recurso para resolver demandas de clientes;
- Melhorar processos internos; e
- Estar em observância com as obrigações normativas.

Os principais deveres da Ouvidoria são funcionar como último recurso dentro da empresa para resolver demandas entre os clientes e a instituição e atender reclamações não resolvidas pelos nossos principais canais.

Os clientes podem entrar em contato com a Ouvidoria por meio do telefone divulgado em nosso site, conforme requerido pela regulamentação do Banco Central.

A Ouvidoria também se envolve em todas as soluções para as demandas dos clientes. Esses processos estão sujeitos a instituições reguladoras, como o Banco Central e a SUSEP, e institutos de defesa do consumidor, como o Procon e a plataforma consumidor.gov.br, assegurando, dessa forma, melhores soluções para as demandas dos clientes.

Indutor de melhorias: a Ouvidoria atua como um parceiro para os departamentos de negócios, produtos, operações, qualidade e atendimento ao cliente, visando a reduzir o volume de reclamações por meio de estudos de caso para melhorar processos e serviços, de forma a garantir os princípios de ética e transparência.

A Ouvidoria monitora permanentemente o desempenho por meio de comitês específicos de procedimentos e de ouvidoria.

Em julho de 2018, as alterações adicionais introduzidas nas regulamentações da ouvidoria entrarão em vigor. Entre essas mudanças, destacamos as exigências de implementar uma ferramenta para que clientes possam realizar uma avaliação direta da qualidade dos serviços da ouvidoria e de fazer uma divulgação completa da existência da Ouvidoria por meio de seus canais de comunicação.

Como parte da estratégia para nos tornarmos referência no setor e melhorar nossos serviços, estabelecemos um cronograma de relacionamentos com o sistema nacional de defesa do consumidor, institutos de regulação normativa e entidades civis. Essas agendas constituem instrumentos para garantir as práticas regulatórias internas e contribuir para a evolução do mercado e a satisfação dos clientes.

A cada seis meses, a Ouvidoria deve preparar um relatório sobre as reclamações mais críticas, estudos de caso e planos de ação para melhorar a experiência do cliente. Esse relatório é submetido à alta administração e ao Comitê de Auditoria, bem como ao Banco Central. A Ouvidoria publica duas vezes por ano um relatório ao público acerca das principais evoluções no cronograma de relacionamentos com os clientes em nosso site institucional (www.itau.com.br).

A Ouvidoria também faz parte do processo de validação de projetos, da criação de novos produtos e do atendimento ao cliente, por meio do sistema geral de avaliação de riscos, que é um modelo de governança necessário para a gestão de crises. Trata-se de uma ferramenta em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor para garantia da satisfação dos clientes.

Regulamentação do mercado brasileiro de valores mobiliários

De acordo com a legislação societária brasileira, uma empresa é considerada de capital aberto ou fechado dependendo da admissão ou não dos valores mobiliários de sua emissão à negociação no mercado. Todas as empresas de capital aberto, como a nossa, são registradas na CVM e estão sujeitas a exigências específicas de divulgação de informações e apresentação de relatórios.

Exigências de divulgação

De acordo com as regras da CVM, as empresas de capital aberto estão sujeitas às exigências de divulgação e às normas que regem o uso de informações relevantes. Considera-se relevante qualquer decisão que possa influenciar razoavelmente o preço dos valores mobiliários emitidos por uma companhia de capital aberto ou a decisão dos investidores de comprar, vender ou manter esses valores mobiliários.

A CVM aprimorou a qualidade das informações que devem ser apresentadas nos arquivamentos periódicos pelos emissores de valores mobiliários, ao exigir que esses emissores arquivem um "Formulário de Referência" na CVM. Esse formulário foi baseado no modelo denominado "*shelf registration system*" da IOSCO, que reúne todas as informações do emissor em um único documento.

Em 2018, algumas companhias de capital aberto, como nós, arquivarão também um formulário acerca do Código Brasileiro de Governança Corporativa, conforme acima mencionado, no formato "aplique ou explique".

Regulamentação de gestão de ativos (*asset management*)

A regulamentação brasileira de administração de recursos de terceiros exige registro prévio na CVM para prestação de serviços de administração de carteiras e de fundos de investimento.

O Grupo Itaú Unibanco oferece diversos serviços relacionados nos mercados de capitais e, especificamente, executa atividades relacionadas à administração e gestão de fundos de investimento e carteiras sob registro na CVM, de acordo com a regulamentação da CVM.

Na prestação desses serviços, nossas entidades envolvidas no negócio de gestão de ativos podem ser responsabilizadas, civil e administrativamente, por prejuízos resultantes de atos intencionais ou negligência na condução de suas atividades.

A CVM possui poderes regulatórios para supervisionar essas atividades, incluindo a aplicação de multas e outras sanções àqueles registrados para realizar a atividade de administração de recursos de terceiros.

Fundos de investidores estrangeiros

Pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil podem investir em empresas ou outros ativos nos mercados financeiros e de capitais, em conformidade com as restrições e requerimentos estabelecidos na legislação local. Todos os investimentos estrangeiros no Brasil deverão ser registrados no Banco Central e/ou na CVM, dependendo do tipo de investimento.

O investimento estrangeiro direto (RDE-IED) permite que investidores não residentes detenham ações de empresas no Brasil, enquanto que o investimento em portfólio (RDE – Portfólio) concede o direito de investir em quase todos os ativos e transações financeiras disponíveis nos mercados financeiros e de capitais no Brasil, contanto que certas restrições da regulamentação brasileira sejam respeitadas.

Em março de 2015, entrou em vigor uma nova estrutura regulatória aplicável ao RDE – Portfólio. As mudanças mais significativas nas regras aplicáveis aos investimentos estrangeiros nos mercados financeiros e de capitais no Brasil introduzidas pela nova regulamentação são: (i) a exigência de que somente as instituições financeiras autorizadas a operar no Brasil podem atuar como representantes legais de investidores não residentes no Brasil, para fins de quaisquer investimentos realizados nos termos dessa regulamentação; (ii) esclarecimento das exigências referentes às operações simultâneas de câmbio (sem a efetiva transferência de dinheiro) relacionadas a investimentos estrangeiros; e (iii) esclarecimento sobre os tipos de investimentos que podem ser realizados por intermédio de uma conta de domiciliado no exterior mantida em um banco no Brasil.

A nova regulamentação também alterou as regras aplicáveis aos depositary receipts, ao permitir a emissão desses certificados com lastro em: (i) qualquer título ou valor mobiliário emitido por empresas brasileiras registradas junto à CVM (companhias abertas), em oposição às regras anteriores, que limitavam a emissão de depositary receipts lastreados apenas em ações; e (ii) instrumentos de crédito emitidos por instituições financeiras e outros tipos de instituições registradas junto à CVM e autorizadas pelo Banco Central, e que possam ser incluídos no patrimônio de referência da instituição financeira.

Certas alterações implementadas pela CVM relacionadas com registro, operações e divulgação de informações sobre investimentos estrangeiros nos mercados financeiros e de capitais brasileiros têm como objetivo detalhar as atividades de representantes legais, aumentar o escopo das transações particulares de investidores não residentes no Brasil e determinar as exceções de transferências entre investidores não residentes proibidas pelo CMN.

Regulamentação de internet e comércio eletrônico

Certos aspectos do comércio eletrônico são regulamentados, tais como a validade dos documentos eletrônicos no Brasil e as transações de comércio eletrônico sob a ótica da defesa do consumidor. A regulamentação atual sobre comércio eletrônico destina-se a: (i) identificar com clareza o fornecedor e o produto comercializado pela internet; (ii) disponibilizar um canal de atendimento para os clientes em meio eletrônico; e (iii) garantir o direito de cancelamento e devolução dos pedidos feitos pela internet.

Além disso, as violações de computadores realizadas por hackers passaram a ser consideradas crime no Brasil em 2012.

Em vista do aumento do uso de canais eletrônicos no setor bancário brasileiro, o CMN introduziu diversas resoluções ao longo dos últimos anos de forma a prever ou estabelecer:

- A permissão para a abertura, por residentes brasileiros, de contas de depósito bancário por meios eletrônicos, incluindo internet, caixas eletrônicos, telefone e outros canais de comunicação, pelos quais as transferências de valores dessas contas devem ser feitas apenas entre contas do mesmo correntista ou, na hipótese de liquidação de produtos de investimento e fundos, de conta dos mesmos correntistas que possuam produtos ou fundos de investimento;
- As exigências referentes à verificação da identidade do cliente;
- Todas as instituições financeiras que oferecem produtos e serviços por meios eletrônicos devem garantir a segurança, o sigilo e a confiabilidade de todas as transações eletrônicas e divulgar, em termos claros e precisos, os riscos e as responsabilidades envolvendo o produto ou serviço adquirido por meio desses canais; e
- A abertura de contas de depósito e de poupança movimentadas exclusivamente por meios eletrônicos.

Em 25 de abril de 2016, o CMN introduziu um regulamento sobre a abertura e o encerramento de contas bancárias por meio eletrônico sem as restrições descritas acima. Os bancos devem adotar procedimentos e controles para confirmar e garantir a identidade do cliente e a autenticidade das informações exigidas para abertura de conta. A regulamentação permite a utilização de assinaturas digitais e a coleta de assinaturas por meio de dispositivos eletrônicos. Os procedimentos e as tecnologias utilizadas na abertura e no encerramento de contas de depósito por meio eletrônico devem observar:

I – A integridade, autenticidade e confidencialidade das informações e dos documentos eletrônicos utilizados.

II – Proteção contra o acesso, o uso, a alteração, a reprodução e a destruição não autorizados de informações e documentos eletrônicos.

III – Produção de cópia de segurança das informações e dos documentos eletrônicos.

IV – Rastreamento e auditoria dos procedimentos e das tecnologias empregados no processo.

Pela nova regulamentação, os clientes devem ter a opção de encerrar contas bancárias por meio eletrônico.

A Lei Federal nº 12.965/2014 e o Decreto Federal nº 8.771/2016 estabelecem a estrutura regulatória para prestação de serviços de internet no Brasil e preveem princípios e regras a serem observados por prestadores de serviços e usuários de internet, incluindo proteção da privacidade e de dados pessoais e a preservação de neutralidade da rede.

A FEBRABAN estabeleceu uma regulamentação específica para a concessão de crédito por canais remotos (caixas eletrônicos, central de atendimento e *internet banking*), estabelecendo diretrizes e procedimentos mínimos para assegurar confiabilidade, qualidade, transparência e eficiência dos procedimentos.

Regulamentação sobre agentes de pagamento e arranjos de pagamento

Uma lei brasileira promulgada em outubro de 2013 estabelece a estrutura legal para arranjos de pagamento (conjunto de regras que regem um esquema de pagamento, como uma operação de cartão de crédito ou débito) e para agentes de pagamento (qualquer agente que emita um instrumento de pagamento ou credencie um estabelecimento para aceitação de pagamento), que passaram a fazer parte do Sistema de Pagamentos Brasileiro e estão sujeitos à supervisão do Banco Central. Apesar de regulamentados pelo Banco Central, os agentes de pagamento não são considerados instituições financeiras e estão proibidos de exercer atividades que sejam exclusivas de instituições financeiras.

Em novembro de 2013, o CMN e o Banco Central publicaram regras regulamentando os arranjos de pagamento e os agentes de pagamento. Essa regulamentação determina, entre outras matérias: (i) o cumprimento das regras de proteção ao consumidor e de combate à lavagem de dinheiro e a prevenção de perdas que devem ser seguidas por todas as

entidades supervisionadas pelo Banco Central quando atuarem como agentes de pagamento e instituidores de arranjo de pagamento; (ii) os procedimentos para a constituição, organização, autorização e funcionamento de agentes de pagamento, bem como para a transferência de controle, sujeitos à aprovação prévia do Banco Central; (iii) as exigências de capital; (iv) a definição de arranjos excluídos do Sistema de Pagamentos Brasileiro; (v) as contas de pagamento que são segregadas em pré-pagas e pós-pagas; e (vi) uma exigência de liquidez para contas pré-pagas que requer que seu saldo seja alocado a uma conta especial no Banco Central ou investido em títulos públicos, a partir de 20% em 2014 e aumentando gradualmente até atingir o saldo total da conta em 2019.

Em outubro de 2015, o Banco Central publicou regulamentação sobre limitações em arranjos fechados de pagamento, o conceito de instituição de domicílio, a obrigação de câmaras de liquidação centralizadas para os arranjos de pagamento e a transparência de regras de interoperacionalidade nos arranjos e entre os mesmos.

Prestação de serviços financeiros por meio de canais eletrônicos

Em 25 de abril de 2016, o CMN promulgou nova regulamentação, alterando as exceções à regra geral que obriga as instituições financeiras a fornecerem ao cliente acesso a canais de serviços bancários tradicionais, estabelecendo que esse acesso não é necessário para serviços de cobrança e recebimento baseados em contratos que prevejam exclusivamente canais eletrônicos.

Informações sobre desempenho de crédito

O CMN regulamenta um banco de dados conhecido como Sistema de Informações de Crédito (SCR), que consiste em informações acerca de operações de crédito enviadas ao Banco Central. O objetivo do SCR é fornecer informações ao Banco Central para monitoramento e supervisão do crédito no sistema financeiro, bem como para promover a troca de informações entre as instituições financeiras.

Código de Defesa do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor brasileiro (CDC) estabelece normas de proteção e defesa do consumidor aplicáveis às relações dos consumidores com fornecedores de produtos ou prestadores de serviços. Os tribunais superiores brasileiros entendem que o CDC também se aplica às instituições financeiras.

Os direitos básicos dos consumidores que utilizam os serviços de instituições financeiras são:

- Inversão do ônus da prova em juízo;
- Informações corretas e claras fornecidas sobre os diferentes produtos e serviços oferecidos, com especificação exata de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre quaisquer riscos que os produtos apresentem;
- Os juros cobrados no crédito pessoal e nas operações de crédito direcionadas aos consumidores devem ser proporcionalmente reduzidos em caso de pagamento antecipado de dívidas;
- Os valores cobrados indevidamente poderão, em circunstâncias limitadas, ter que ser devolvidos em valor equivalente ao dobro do valor pago mais. Porém, essa regra não se aplica aos casos de erro justificável, como falha de sistema ou erro operacional;
- A cobrança de dívida não pode expor o cliente a constrangimento ou ser feita em forma de ameaças;
- As instituições financeiras são proibidas de divulgar informações abusivas ou enganosas com relação aos seus contratos e serviços, bem como de promover práticas comerciais abusivas ou desleais; e
- As instituições financeiras são responsáveis por qualquer dano causado aos seus clientes em decorrência de imprecisões na publicidade ou nas informações fornecidas.

O Congresso brasileiro está analisando a promulgação de legislação que, se for convertida em lei com a redação atual proposta, poderia nos afetar de forma adversa. Por exemplo, um projeto de lei para alterar o Código de Defesa do Consumidor poderia permitir que os tribunais alterassem os termos e as condições de contratos de crédito em certas circunstâncias, impondo restrições específicas à cobrança de valores dos consumidores finais.

Além disso, há certos projetos de lei estaduais e municipais que regem as operações bancárias que impõem medidas de segurança, normas para atendimento ao cliente e exigências de acessibilidade (como limites em filas, biombos, guardas de segurança, avisos em braile, comunicação de recebimento na cobrança de dívidas e cronograma estrito de cobrança). Devido à ilegalidade ou falta de razoabilidade em certos dispositivos, entretanto, algumas dessas leis estão sendo questionadas judicialmente.

Pagamentos em atraso e inadimplência

Em 23 de fevereiro de 2017, o CMN introduziu uma nova regulamentação definindo que no caso de atraso ou falta de pagamento em operações de crédito, as instituições financeiras podem cobrar dos clientes: (i) a taxa de juros estabelecida no contrato; e (ii) a taxa por inadimplência e multa moratória, nos termos aplicáveis da lei. Essa regulamentação entrou em vigor em 1º de setembro de 2017.

Regulamentação de auditores independentes

Segundo a regulamentação do CMN que disciplina as normas que regem os serviços de auditoria externa prestados às instituições financeiras, as demonstrações contábeis e as informações contábeis das instituições financeiras devem ser auditadas por auditores independentes que (i) sejam devidamente registrados na CVM; (ii) sejam qualificados como especialistas em auditorias de bancos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON); e (iii) atendam às exigências que assegurem a independência do auditor.

Após emitidos pareceres por cinco exercícios sociais consecutivos, é obrigatório o rodízio do sócio de auditoria

responsável e de todos os membros da equipe de auditoria com responsabilidades gerenciais; eles não poderão fazer parte da equipe de auditoria daquela instituição antes que tenham decorrido três exercícios fiscais a partir do rodízio.

A regulamentação do CMN também proíbe a contratação e a manutenção de auditores independentes por instituições financeiras no caso de (i) ocorrência de qualquer uma das circunstâncias de impedimento ou incompatibilidade da prestação de serviços de auditoria, previstas nas regras e nos regulamentos da CVM, do CFC ou do IBRACON; (ii) existência de participação acionária ou realização de transações financeiras (ativo ou passivo) na instituição financeira auditada, pela empresa de auditoria ou por membros da equipe de auditoria envolvida nos trabalhos de auditoria daquela instituição financeira; e (iii) os honorários a serem pagos pela instituição representarem 25% ou mais do faturamento anual total da auditoria. Além disso, a instituição financeira auditada está proibida de contratar os sócios e os membros, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da instituição financeira nos últimos 12 meses.

O auditor independente deve elaborar, além do parecer de auditoria, os seguintes relatórios, conforme exigido pela regulamentação do CMN.

- Avaliação dos controles internos e dos procedimentos de gestão de risco da instituição financeira, inclusive de seu sistema de processamento eletrônico de dados;
- Descrição de qualquer não conformidade com dispositivos legais e regulamentares que tenham, ou possam vir a ter, impacto significativo nas demonstrações contábeis auditadas ou nas operações da instituição financeira auditada; e
- Outros relatórios exigidos pelo Banco Central.

Tais relatórios, bem como os papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestação de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria deverão ser mantidos e ficar à disposição do Banco Central pelo período mínimo de cinco anos.

De acordo com a legislação brasileira, as nossas demonstrações contábeis devem ser elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Também elaboramos as demonstrações contábeis de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Consulte Contexto, item Contexto deste relatório, sobre nossas informações contábeis para mais detalhes. As instituições financeiras devem ter suas demonstrações contábeis auditadas a cada seis meses. As informações financeiras trimestrais arquivadas na CVM devem ser revisadas pelos auditores independentes das instituições financeiras. A CVM requer que empresas de capital aberto, inclusive as instituições financeiras, divulguem informações referentes a quaisquer serviços que não sejam de auditoria externa prestados por auditores independentes, que representem mais de 5% dos honorários relativos aos serviços prestados pela auditoria externa. Essas informações devem incluir o tipo de serviço, o valor contratado e o percentual que tal valor representa em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Consulte Nossa Governança, item Comitê de Auditoria, para mais informações sobre honorários e serviços dos principais auditores.

Autorregulação

Somos signatários de códigos de autorregulação que estabelecem princípios, regras e recomendações de melhores práticas de governança corporativa e determinadas atividades, conforme aplicável. Algumas das entidades de autorregulação a que estamos sujeitos são: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais (ANBIMA) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Taxas cobradas por atraso nos pagamentos

No início de 2017, o CMN introduziu uma nova norma sobre taxas cobradas por instituições financeiras, financeiras e empresas de arrendamento mercantil sobre pagamentos em atraso, que restringem expressamente essas taxas a juros compensatórios por dia sobre o montante devido, juros de mora e multas moratórias. Essa nova regulamentação entrou em vigor em setembro de 2017 e se aplica a operações originadas a partir dessa data.

Registro e depósito centralizado de ativos financeiros e títulos e valores mobiliários

Em 28 de agosto de 2017, o Congresso brasileiro converteu a Medida Provisória nº 775, emitida pelo Presidente da República em abril de 2017, na Lei nº 13.476. Essa nova lei consolida as disposições sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários. Nessa mesma data, o CMN emitiu uma nova norma regulamentando as disposições da Lei nº 13.476 e consolidando a regulamentação sobre registro e depósito centralizado de ativos financeiros e títulos e valores mobiliários emitidos ou mantidos por instituições financeiras e instituições de outra natureza autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. O CMN estabeleceu um prazo de 180 dias para entrada em vigor dessa norma.

Em 1º de fevereiro de 2018, o Banco Central submeteu para consulta pública um projeto de lei alterando a norma existente sobre registro e depósito centralizado de ativos financeiros e títulos e valores mobiliários e a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e títulos e valores mobiliários e estabelecendo os termos para constituição de gravames e ônus sobre os ativos financeiros registrados com as entidades registradoras. De acordo com o projeto de lei proposto pelo Banco Central, essa norma deverá estabelecer o prazo de vigência desses gravames e ônus. A consulta pública em questão deverá estar concluída em março de 2018, mas, nesta data, não existe indicação da data de entrada em vigor dessa norma proposta.

Reforma trabalhista

A Lei nº 13.467/2017 (conhecida como Reforma trabalhista) entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, alterando vários artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre essas alterações, a lei agora permite que empregadores e sindicatos negociem determinadas disposições da CLT, para preservar certos direitos constitucionais dos trabalhadores. Isso deve dar às empresas uma chance de organizar melhor turnos de trabalho, horas extras e o cronograma de férias, entre outras questões. A lei também regulamenta a contratação de teletrabalho e de trabalho intermitente (que se referem a uma jornada menor do que um trabalho em tempo integral, não possuindo um horário fixo). Além disso, a lei autoriza que determinados altos funcionários podem fazer uso da arbitragem como uma ferramenta de solução de disputas em vez de levar a questão para o Judiciário. Alguns juízes trabalhistas e intelectuais têm levantado questões jurídicas e constitucionais sobre essa nova legislação. Apesar desses debates, a nova legislação trabalhista constitui uma importante reforma das relações de trabalho no Brasil.

Lei que altera o processo administrativo sancionador no Sistema Financeiro Nacional, no SPB e nos mercados de capitais

Em junho de 2017, foi introduzida a Medida Provisória nº 784 (MP 784), que alterou o processo administrativo sancionador no Sistema Financeiro Nacional, no Sistema de Pagamentos Brasileiro e nos mercados de capitais. Após vários debates, em 19 de outubro de 2017, a MP nº 784 perdeu sua eficácia, por falta de medida legislativa tomada a respeito. As propostas de alterações no âmbito da MP nº 784, que tratava de procedimentos administrativos sancionadores aplicáveis a operações no Sistema Financeiro Nacional, Sistema de Pagamento Brasileiro e mercados de capitais no Brasil, foram reemitidas nos termos do projeto de lei nº 8.843, aprovado pela Câmara dos Deputados em 18 de outubro de 2017 e convertida no projeto de lei da Câmara nº 129, então subsequentemente aprovada pelo Senado brasileiro em 25 de outubro de 2017. O resultado de todo esse processo foi a lei nº 13.506, sancionada em 14 de novembro de 2017.

A Lei nº 13.506 estabelece processos administrativos sancionadores supervisionados pelo Banco Central e pela CVM. Principais aspectos da Lei nº 13.506: (i) aumenta o valor da multa máxima aplicável pelo Banco Central, que passa de R$ 250 mil para R$ 2 bilhões, ou 0,5% da receita de serviços e de produtos financeiros apurada no ano anterior ao da consumação da infração; (ii) aumenta o valor da multa máxima aplicável pela CVM, que passa de R$ 500 mil para R$ 50 milhões; (iii) acrescenta alguns tipos de infrações e redefine outros tipos, no âmbito da autoridade normativa do Banco Central; (iv) estabelece uma penalidade de "admoestação pública" no lugar de "advertência", aplicável pelo Banco Central; (v) define o que são "infrações graves" enquadradas no âmbito da autoridade normativa do Banco Central; (vi) aumenta o prazo máximo da penalidade de inabilitação para atuar para 20 anos; (vii) determina que o Banco Central pode celebrar termos de compromisso; (viii) determina que o Banco Central e a CVM podem celebrar acordos administrativos em processo de supervisão, similares aos acordos de leniência; e (ix) redefine certas condições consideradas proibidas nas operações de crédito entre partes relacionadas.

Risco de conformidade (*compliance*)

Em 28 de agosto de 2017, o CMN introduziu uma nova norma que dispõe que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central deverão implementar e manter uma política de conformidade (*compliance*) compatível com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da respectiva instituição. Essas políticas de conformidade destinam-se a assegurar o gerenciamento eficaz do risco de conformidade e podem ser estabelecidas no nível do conglomerado prudencial. Uma política de conformidade deve estabelecer o escopo e o objetivo da função de compliance na instituição, a estrutura organizacional das políticas de compliance, especificar o pessoal alocado à função de compliance e a segregação de funções entre o pessoal envolvido para evitar conflitos de interesses.

Auditoria Interna

Em 29 junho de 2017, o CMN publicou a Resolução nº 4.588, que dispõe sobre as normas aplicáveis à função de auditoria interna nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central. Essa resolução dispõe que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central deverão implementar e manter funções de auditoria interna compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio da respectiva instituição. Essa atividade deve ser desenvolvida por uma unidade específica na instituição diretamente subordinada ao Conselho de Administração ou um auditor independente (desde que esse auditor não esteja encarregado da auditoria das demonstrações contábeis da instituição ou de outra atividade que implique um conflito de interesses).

Tributação de fundos de investimentos fechados

Em 30 de outubro de 2017, o governo federal introduziu a Medida Provisória nº 806 (MP nº 806/17), que altera substancialmente o regime tributável aplicado a investimentos em fundos de investimentos chamados exclusivos (fechados). Com a promulgação da MP nº 806/17, o governo federal pretende extinguir o regime de diferimento de tributação aplicável a esses fundos de investimentos fechados, que serão então, em termos gerais, sujeitos às mesmas regras de tributação atualmente aplicáveis aos fundos abertos. Os fundos que poderão ser afetados pelo novo regime de tributação são os fundos de investimentos fechados em geral, como os Fundos de Investimento Multimercados (FIMs). As disposições da nova tributação também podem impactar os investimentos em Fundos de Investimento de Participações (FIPs).

Considerando que a MP nº 806/17 não foi convertida em lei durante 2017 e está ainda em debate no Congresso brasileiro, a tributação estabelecida pela MP nº 806/17 será somente aplicável a partir de 2019 ser for aprovada no ano calendário de 2018 e dentro de 120 dias a contar de sua promulgação. Caso não seja aprovada nesse período, a MP nº 806/17 perderá validade.

Dessa forma, caso a MP nº 806/17 seja convertida em lei, os investimentos em fundos fechados estarão sujeitos à incidência de imposto de renda retido na fonte (no último dia dos meses de maio e novembro, um procedimento conhecido como "come quotas") às alíquotas de 15% ou 20%, respectivamente, para fundos com carteira de longo prazo (prazo médio dos ativos que compõem a carteira do fundo acima de 365 dias) ou com carteira de curto prazo (prazo médio dos ativos que compõem a carteira igual ou inferior a 365 dias).

Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs/FIC-FIDCs), Fundos de Investimento em Ações (FICs/FIAs), fundos de investimento constituídos exclusivamente para investidores não residentes, bem como fundos de investimento fechados em geral, cujos regulamentos prevejam, em 30 de outubro de 2017, de forma improrrogável, a liquidação dos fundos até 31 de dezembro de 2018, não estão sujeitos às alterações instituídas pela MP nº 806/17.

A MP 806/17 dispõe sobre a tributação na fonte dos rendimentos considerados pagos ou creditados acumulados até 31 de maio de 2018, a ampliação do regime de tributação semestral geralmente aplicável a fundos abertos para os fundos fechados a partir de 1º de junho de 2018 e também a incidência de tributação sobre determinados eventos de reorganização societária envolvendo fundos de investimentos (cisões, fusões, consolidações ou transformações de fundos. Por transformação entenda-se qualquer ato que altere a natureza jurídica de fundos como FIA, FIP e FIDC, ou sua qualificação, como fundos de investimentos abertos, fechados e clubes de investimentos, de acordo com a Instrução CVM nº 555, emitida em 17 de dezembro de 2014 e o Ofício-Circular CVM nº 5 de 21 de novembro de 2014).

Outra alteração importante está relacionada ao regime tributário geralmente aplicável a FIPs. Dependendo da qualificação normativa de um FIP particular (entidades de investimento ou não qualificadas como entidade de investimento), os investidores desses FIPs poderão ser sujeitos à tributação na realização dos ganhos no momento da venda dos ativos pelo FIP (para entidades de investimentos) ou o FIP poderá ser sujeito ao mesmo tratamento tributável aplicável a pessoas jurídicas brasileiras (não qualificadas como entidades de investimento).

A legalidade de certas disposições da MP 806/17 é controversa e, caso convertida em lei, poderá levar a disputas entre os contribuintes e a União.

Tributação

Resumimos a seguir os principais tributos incidentes sobre as operações realizadas pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco no Brasil. Esta descrição não representa uma análise exaustiva de todas as considerações tributárias aplicáveis ao Grupo Itaú Unibanco. Para uma análise mais detalhada, recomendamos aos potenciais investidores que consultem seus assessores tributários. Os principais tributos aos quais estamos sujeitos, com suas respectivas alíquotas, estão apresentados a seguir:

Imposto	Alíquota	Base de cálculo do tributo
IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)	15,0% mais adicional de 10,0%	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido)	20,0% (instituições financeiras, seguradoras e entidades de capitalização) ou 9,0% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Lucro líquido com ajustes (exclusões, adições e deduções)
COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)	4,0% (instituições financeiras, seguradoras, entidades de capitalização e entidades similares) ou 7,6% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
PIS (Programa de Integração Social)	0,65% (instituições financeiras, seguradoras, entidades de capitalização e entidades similares) ou 1,65% (demais empresas do Grupo Itaú Unibanco)	Receita bruta menos deduções específicas
ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	2,0% a 5,0%	Preço do serviço prestado
IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)	Depende do tipo de operação, conforme descrito a seguir.	Valor nominal da operação

Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

De acordo com a legislação aplicável, o regime de apuração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) é o Lucro Real. De acordo com esse regime, nosso lucro tributável, sobre o qual incidirão o IRPJ e a CSLL, deve ser ajustado por meio de adições, deduções e exclusões como, por exemplo, despesas indedutíveis, custos operacionais e equivalência patrimonial, respectivamente.

O IRPJ incide a uma alíquota básica de 15,0% e uma alíquota adicional de 10,0% é aplicável quando o montante total do lucro do período fiscal exceder R$ 20.000 ao mês ou R$ 240.000 ao ano. Em outras palavras, a parte do nosso lucro que exceder referido limite será tributada por uma alíquota efetiva de 25,0%.

Atualmente, a CSLL incide sobre o nosso lucro tributável a uma alíquota de 20,0%, específica para instituições financeiras, companhias de seguros e empresas similares. Observamos que, em geral, essa alíquota é de 9,0% para pessoas jurídicas não financeiras. Entretanto, a União aumentou essa alíquota inicialmente para 15,0% e depois para 20,0%. Com respeito a essa matéria, vale a pena mencionar que, na mesma norma que aumentou a CSLL de 15,0% para 20,0% (Lei nº 13.169), o governo federal também determinou que, a partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota da CSLL será reduzida para 15,0%.

Como as demais pessoas jurídicas brasileiras, nossas empresas podem compensar os montantes históricos nominais de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores com os resultados produzidos em exercícios futuros, a qualquer momento (isto é, sem limitações quanto às restrições temporais), desde que essa compensação não ultrapasse o limite de 30,0% do lucro tributável do ano da compensação. Para fins de tributação do IRPJ e da CSLL, as empresas devem considerar suas receitas auferidas no exterior e não apenas as receitas referentes às operações brasileiras. Dessa forma, os lucros, ganhos de capital e outras receitas auferidas no exterior pelas empresas do Grupo Itaú Unibanco no Brasil, suas agências, filiais, coligadas ou subsidiárias, também serão computados para apuração do lucro líquido dessas empresas. No entanto, a legislação brasileira nos permite deduzir do IRPJ devido no Brasil, e também da CSLL, os valores pagos de imposto de renda no exterior, desde que respeitados certos limites.

Imposto de renda de pessoas físicas e investidores estrangeiros

Em 22 de setembro de 2015, a Presidente da República Federativa do Brasil promulgou a Medida Provisória nº 692 (MP nº 692) convertida na Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016, que determinou o aumento da alíquota básica de 15% de imposto sobre o ganho de capital auferido por pessoa física, certas sociedades e investidores estrangeiros (pessoas físicas ou jurídicas) como resultado da alienação de bens e direitos em geral que ultrapassem R$ 5 milhões, adotando um sistema de alíquotas progressivas que podem atingir 22,5% (para resultados positivos que ultrapassarem R$ 30 milhões). Uma vez que os ganhos de capital resultantes de operações realizadas por meio de bolsa de valores estão sujeitos a regulamentações tributárias específicas, não incluídas no escopo da Lei nº 13.259, é possível sustentar o posicionamento de que as disposições dessa regulamentação não deveriam ser aplicáveis a tais operações. Essa regulamentação se aplica desde 1º de janeiro de 2017. Para acionistas residentes ou domiciliados em jurisdição de paraíso fiscal ou regime tributário privilegiado, os ganhos de capital permanecem sujeitos à incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de 25%.

Contribuição para o Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Além do IRPJ e da CSLL, as pessoas jurídicas brasileiras estão sujeitas às seguintes contribuições sobre suas receitas: Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

De acordo com a legislação vigente, as instituições financeiras estão sujeitas ao regime de apuração cumulativo dessas contribuições. Por meio desse regime, as instituições financeiras estão obrigadas ao recolhimento do PIS à alíquota de 0,65% e da COFINS à alíquota de 4%. O regime cumulativo apresenta alíquotas inferiores àquelas incidentes no regime não cumulativo, explicado a seguir, mas, em contrapartida, impede a utilização de créditos fiscais.

Algumas deduções adicionais são permitidas por lei às instituições financeiras, de forma que a base de cálculo é similar à margem de lucro.

A maioria das empresas não financeiras, por outro lado, está autorizada a recolher o PIS e a COFINS de acordo com o regime não cumulativo, pelo qual a contribuição ao PIS incide a uma alíquota de 1,65% e à COFINS a uma alíquota de 7,6%. A base de cálculo destes impostos é a receita bruta auferida pela entidade; entretanto, o contribuinte pode compensar créditos, calculados por meio da aplicação das mesmas alíquotas sobre o valor pago na compra de insumos usados no processo produtivo da entidade. Atualmente, segundo o regime não cumulativo, as receitas financeiras das empresas não financeiras estão sujeitas ao PIS e à COFINS às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, com exceção das receitas decorrentes do recebimento de juros sobre capital próprio, que estão sujeitas ao PIS e à COFINS às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente.

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incide, em geral, sobre o preço dos serviços prestados (por exemplo, serviços bancários) e é cobrado diretamente pelo município no qual nossa agência ou escritório prestador de serviço está localizado. As alíquotas do imposto variam de 2% até o máximo de 5% dependendo do município em que o serviço é prestado e sua respectiva natureza.

Uma nova lei promulgada em 30 de dezembro de 2016 trouxe diversas alterações relacionadas com o ISSQN. Dentre a série de modificações ao ISSQN, a nova lei introduziu uma alíquota mínima de 2%.

A legislação proposta originalmente aprovada pelo Congresso brasileiro previa alterações relacionadas com a apuração do ISSQN sobre novas atividades, tais como operações de cartão de crédito e de arrendamento mercantil, mas o Presidente Temer vetou essas alterações. Em 30 de maio de 2017, entretanto, o Congresso brasileiro derrubou o veto presidencial. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2018, o ISS incidente sobre os serviços de arrendamento mercantil, administração de cartões, administração de fundos e de consórcio, será cobrado pelo município onde o cliente está localizado. Por se tratar de alteração com impactos relevantes, houve, em novembro de 2017, ajuizamento de ação judicial sobre a matéria perante o Supremo Tribunal Federal, a qual foi proposta pela CONSIF (Confederação Nacional do Sistema Financeiro) e pela CNSEG (Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização). Assim, em 23 de março de 2018, foi deferida a liminar, de modo a afastar a alteração introduzida pela nova lei e retomar o tratamento anterior pela incidência do ISSQN no Município onde está localizado o estabelecimento prestador. No entanto, a decisão prolatada não é definitiva, aguardando pronunciamento final pelo Supremo Tribunal Federal.

Imposto sobre Operações Financeiras

O IOF incide em alíquotas específicas e de acordo com a operação em questão, podendo ser alteradas por meio de decreto do Poder Executivo (o qual pode entrar em vigor a partir da data de sua publicação), não sendo necessária uma lei promulgada pelo Congresso Nacional.

A tabela a seguir resume as principais alíquotas do IOF incidentes sobre nossas operações. Mesmo assim, notamos que o IOF é um imposto muito abrangente. Dessa forma, para uma análise mais detalhada, recomendamos consultar seus assessores tributários.

Tipo de operação	Alíquotas aplicáveis (as alíquotas podem ser alteradas por decreto promulgado pelo governo brasileiro, até a alíquota máxima descrita a seguir e o decreto poderá entrar em vigor na data da sua publicação)
Operações de câmbio	IOF/Câmbio: zero a 6,38% (dependendo da operação) Alíquota máxima: 25%
Operações de seguros	IOF/Seguros: zero a 7,38% Alíquota máxima: 25%
Empréstimos e operações de crédito	IOF/Crédito: 0,0082% (pessoas físicas) ou 0,0041% (pessoas jurídicas) ao dia, até atingir 365 dias, mais 0,38% Alíquota máxima: 1,5% ao dia
Títulos e valores mobiliários	IOF/Títulos e valores mobiliários: zero a 1,5% como regra geral Alíquota máxima: 1,5% ao dia
Títulos e valores mobiliários – Derivativos	IOF/Títulos e valores mobiliários – Derivativos: zero Alíquota máxima: 25%

Lei dos EUA de conformidade fiscal de contas estrangeiras (FATCA)

A Lei de FATCA visa minimizar a evasão fiscal por parte de pessoas dos EUA (residentes fiscais para fins americanos) que investem em ativos estrangeiros, tanto por meio de suas próprias contas quanto por meio de investimentos em entidades estrangeiras. Ela exige que os agentes de retenção nos EUA, como o Itaú Unibanco, forneçam informações à Receita Federal dos Estados Unidos (*Internal Revenue Service* – IRS), referentes aos seus correntistas nos EUA, inclusive detentores substanciais de certas Entidades Estrangeiras Não Financeiras (*Non-Financial Foreign Entity* – NFFEs) e pessoas específicas dos EUA que tenham participação em certos meios de investimento sob gestão profissional e trustes conhecidos como Fideicomisso Documentado pelo Titular (*Foreign Financial Institution* – FFIs).

Na medida em que um agente de retenção nos EUA não consegue documentar devidamente a conta, ele será obrigado a reter 30% na fonte, de certos pagamentos de renda dos EUA, conforme estabelecido pela Lei de FATCA. Os rendimentos brutos da venda de bens que renderiam dividendos ou juros nos EUA estão sujeitos à retenção na fonte a partir de 1º de janeiro de 2019.

A lei fiscal dos EUA detalhou as regras para a determinação da fonte de renda. São aplicadas regras diferentes para cada tipo de renda. Juros e dividendos, dois dos tipos mais comuns de renda para investidores, geralmente têm a fonte determinada por referência à residência do sujeito passivo da obrigação.

Os dividendos, especificamente, são tratados em geral como fonte de renda dos EUA quando pagos por uma empresa com referência às suas ações, e os juros são em geral tratados como fonte de renda dos EUA quando do pagamento por um devedor dos EUA.

Os Estados Unidos colaboraram com outros governos para desenvolver Acordos de Cooperação Intergovernamentais (IGAs) para implementar a Lei de FATCA. Os IGAs celebrados com jurisdições parceiras facilitam a implementação eficaz e eficiente das regras de FATCA. O objetivo desses acordos é, essencialmente, remover os impedimentos legais locais para cumprimento da FATCA, compartilhar informações e reduzir os encargos incidentes sobre os FFIs localizados em jurisdições parceiras.

Mais de 70 jurisdições são signatárias de um IGA, inclusive o Brasil, as Ilhas Cayman, a Suíça e oReino Unido. Além disso, aproximadamente 30 outras jurisdições são consideradas como tendo um IGA em vigor. Alguns países assinaram um acordo de reciprocidade, o que significa que aqueles países (como o Brasil) e os EUA irão trocar automática e anualmente, em bases recíprocas, informações específicas sobre correntistas.

Há dois tipos de IGAs – o IGA Modelo 1, em que os FFIs locais devem implementar procedimentos para abertura de contas e realizar a devida diligência para identificar contas dos EUA e informá-las à autoridade fiscal local para intercâmbio com a autoridade tributária dos EUA (IRS) – exemplos de países com o IGA Modelo 1 são Brasil, Ilhas Cayman, Bahamas, Peru e Colômbia – e o IGA Modelo 2, em que os FFIs devem implementar procedimentos para abertura de contas e de devida diligência para identificar contas dos EUA e informá-las diretamente à autoridade tributária daquele país (IRS) – exemplos de países com o IGA Modelo 2 são Suíça, Chile, Paraguai e Japão.

Os governos do Brasil e dos EUA celebraram um Acordo de Cooperação Intergovernamental (IGA) Modelo 1 em 23 de setembro de 2014, em vigor no Brasil desde 24 de agosto de 2015, após aprovação do Congresso brasileiro, ratificação da Presidência da República e promulgação do Decreto nº 8.506 (IGA-BR).

Nos termos do IGA-BR, as instituições financeiras e outras entidades brasileiras sujeitas às exigências de divulgação da Lei de FATCA devem, em geral, fornecer informações sobre pessoas dos EUA que sejam titulares de contas no Brasil às autoridades fiscais brasileiras, que compartilharão essas informações com a Receita Federal dos Estados Unidos.

Além disso, a Instrução Normativa nº 1.680, datada de 28 de dezembro de 2016, foi promulgada para introduzir o chamado Padrão de Declaração Comum (*Common Reporting Standard* – CRS) no Brasil, com o intuito de implementar um sistema de identificação de contas financeiras semelhante ao da Lei de FATCA. O CRS é o resultado de debates sobre a necessidade da troca de informações entre autoridades fiscais de diversos países no contexto do Projeto Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (*Base Erosion and Profit Shifting* – BEPS), coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). Ainda nesse sentido, uma obrigação acessória denominada "e-financeira", prevista

pela Instrução Normativa n° 1.571, datada de 2 de julho de 2016, foi criada para ser o relatório obrigatoriamente apresentado pelas instituições financeiras para atender às exigências da FATCA e do CRS.

Adicionalmente, em 6 de maio de 2016, as autoridades fiscais brasileiras emitiram a Instrução Normativa nº 1.634, vigente a partir de 1º de janeiro de 2017, que alterou a regulamentação aplicável ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Essa regulamentação introduziu uma nova norma que prevê uma obrigação acessória pela qual certas entidades devem indicar o "Beneficiário Final" em cada CNPJ, que é definido como a pessoa natural que, em última instância, de forma direta ou indireta, possui, controla ou influencia significativamente a entidade ou em nome da qual uma transação é conduzida.

Foi promulgada também a Instrução Normativa nº 1.681 em 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade da entrega anual da chamada Declaração País-a-País, uma obrigação acessória também decorrente dos debates no âmbito do Projeto BEPS, junto à Receita Federal do Brasil (RFB), da qual se espera que troque essas informações com as autoridades fiscais de outros países.

De acordo com a Lei de FATCA, o emissor ou qualquer outra instituição financeira sujeita às exigências de divulgação da Lei de FATCA, para a qual, ou por intermédio da qual, seja realizado qualquer pagamento referente a ações preferenciais ou ADSs, poderá ser obrigado, nos termos do acordo IGA-BR ou da legislação aplicável: (i) a solicitar certas informações de detentores ou usufrutuários de nossas ações preferenciais ou ADSs, sendo que tais informações poderão ser fornecidas à autoridade fiscal dos EUA (IRS); e (ii) a reter o imposto de renda dos Estados Unidos à alíquota de 30% sobre a totalidade ou parte dos pagamentos considerados pagamentos sujeitos a retenção feitos após 31 de dezembro de 2018, referentes às ações preferenciais ou ADSs, se essas informações não forem fornecidas devidamente pelo detentor ou usufrutuário (designado na Lei de FATCA como "correntista recalcitrante"). Se o emissor ou qualquer outra pessoa for obrigado a reter valores nos termos da Lei de FATCA, ou relacionados a ela, de quaisquer pagamentos feitos com referência a ações preferenciais ou ADSs, os detentores ou usufrutuários dessas ações preferenciais ou ADSs não terão direito de receber qualquer reembolso do imposto ou nem qualquer outro valor adicional para compensar a retenção.

A descrição acima baseia-se na orientação emitida até esta data, pelo Departamento do Tesouro dos EUA, e inclui a regulamentação final do Tesouro e o IGA-BR. Futuras orientações poderão afetar a aplicação da Lei de FATCA em relação às ações preferenciais ou ADSs.

Controles cambiais

Pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas fora do Brasil, podem deter nossas ações por meio de ADSs negociadas em bolsa de valores dos EUA ou de investimentos diretos no mercado brasileiro.

Entretanto, o direito de converter em moeda estrangeira os pagamentos de dividendos e resultados das vendas de nossas ações no mercado brasileiro e remeter esses montantes para o exterior está sujeito às restrições da legislação brasileira sobre investimentos estrangeiros e moeda estrangeira. Em geral, essa legislação exige, entre outras coisas, evidências documentais que estabeleçam a legalidade, a legitimidade e a fundamentação econômica da operação de câmbio e que o investimento em questão seja registrado no Banco Central do Brasil e na CVM, conforme aplicável.

Caso o investimento em nossas ações seja feito por meio de ADSs, os detentores de ADSs terão um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro obtido no Brasil pelo custodiante de ações preferenciais correspondentes às ADSs, o qual permite ao banco depositário converter dividendos e outras distribuições referentes às ações preferenciais subjacentes às ADSs em moeda estrangeira e remeter os resultados financeiros para o exterior.

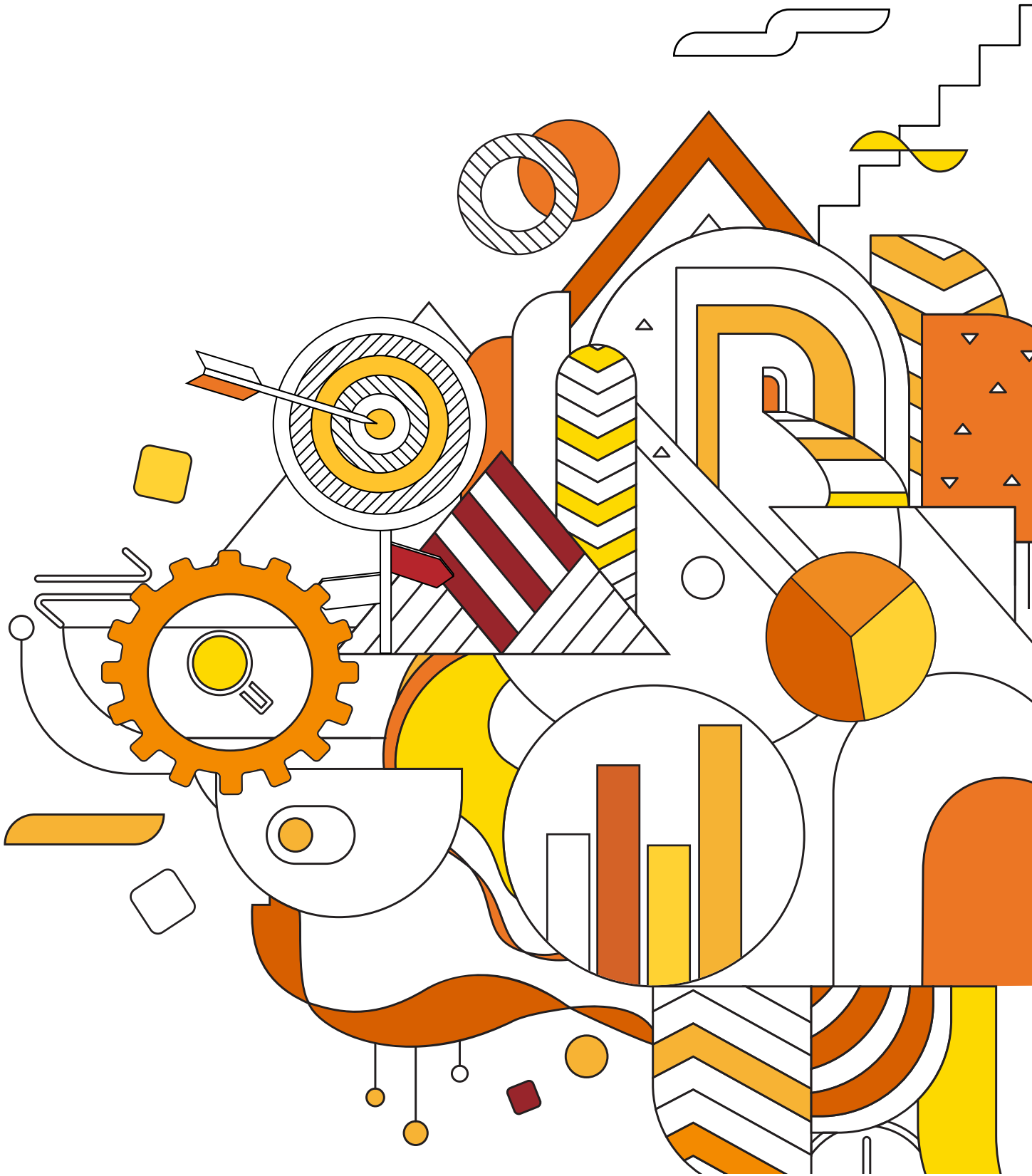
Se o investimento em nossas ações for feito diretamente no mercado brasileiro, esse investimento precisará ser registrado diretamente no Banco Central como (i) investimento estrangeiro direto, Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Estrangeiro Direto (RDE-IED), ou (ii) investimento em carteira, Registro Declaratório Eletrônico – Portfólio (RDE – Portfólio).

O investimento estrangeiro direto (RDE-IED) permite que investidores não residentes detenham ações de empresas no Brasil, embora limite a capacidade do investidor de negociar essas ações no mercado de capitais brasileiro. Por outro lado, o investimento em carteira (RDE – Portfólio) dá direito a certos investidores estrangeiros de investir não apenas em ações, mas também em quase todos os ativos financeiros e títulos e valores mobiliários e a realizar diversas operações disponíveis nos mercados financeiros e de capitais brasileiros, contanto que certas exigências da regulamentação sejam atendidas.

O Registro no RDE – Portfólio proporciona tratamento fiscal favorável a investidores não residentes ou domiciliados em paraísos fiscais, conforme definido pela legislação fiscal brasileira.

5 Desempenho

Conheça os detalhes de nossa *performance* financeira em 2017.



Mensagem do Chief Financial Officer



Caro leitor,

O ano de 2017 representou uma importante evolução em nossa estratégia voltada para a Criação de Valor para os nossos acionistas, baseada em uma *performance* diferenciada e sustentável, e voltada para o encantamento dos nossos clientes face à sua experiência em produtos e serviços, tanto nos canais tradicionais como nos canais digitais.

Desta forma, demos continuidade à busca contínua por maior eficiência em nossas operações, identificando novas oportunidades de redução de custos e maximizando o retorno dos nossos investimentos, inclusive aqueles destinados ao uso de novas tecnologias. Em 2017, contávamos com aproximadamente 9,5 milhões de usuários em nossos canais digitais (*mobile*, *bankline* e *sms*). No mesmo período, foram abertas aproximadamente 200 mil novas contas correntes, através do nosso app "Abreconta".

Adicionalmente, a redução significativa das nossas perdas com crédito e o crescimento das receitas de serviços e de seguros contribuíram de forma importante para um lucro e uma rentabilidade acima da concorrência também em 2017, mesmo em um cenário de queda expressiva da taxa livre de risco, a Selic, no Brasil, nosso principal mercado.

Importante destacar que o conceito de Criação de Valor, calculado a partir do lucro do período deduzido do custo de 14% aplicado sobre o capital utilizado, é o principal direcionador da gestão de cada um dos nossos negócios, garantindo assim pleno alinhamento de interesses e incentivos face à remuneração mínima exigida pelos acionistas para as nossas operações, a qual foi de 14% em 2017.

Assim, com base na busca incessante por mais eficiência na gestão de capital, alteramos a nossa política de distribuição de resultados em 2017, decidindo pela devolução ao acionista de eventual excesso de capital acima do nível estabelecido pelo Conselho de Administração, atualmente em 13.5% de Índice de Capital Nível 1.

Em 2017, distribuímos 83% de nosso resultado[1], sendo 12,4% via recompra de ações e 70,6% via dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R$ 17,6 bilhões, recorde em nossa história.

O percentual efetivamente distribuído será revisitado anualmente e será fruto da relação prospectiva entre lucratividade (ROE) e demandas adicionais de capital (Crescimento de RWA), conforme tabela a seguir:

***Payout* total[1] para manter o Capital Nível 1[2] em 13,5% em diferentes cenários de retorno e crescimento**

		ROE[4]				
		15,00%	17,50%	20,00%	22,50%	25,00%
Crescimento de RWA[3]	5,00%	65-70%	70-75%	75-80%	80-85%	85-90%
	10,00%	40-45%	45-50%	50-55%	55-60%	60-65%
	15,00%	35%	35%	35-40%	40-45%	45-50%

(1) Considera montantes totais de dividendos e recompra de ações. As simulações consideram base de junho/2017, com a incorporação de Citibank e aquisição da participação minoritária de 49,9% na XP Investimentos.
(2) Considerando a aplicação integral das regras de Basileia III, além do impacto da aquisição da participação minoritária de 49,9% na XP Investimentos.
(3) Sigla em inglês para ativos ponderados pelo risco.
(4) Sigla em Inglês para retorno sobre o patrimônio líquido.

Visando também otimizar nossa estrutura de capital, voltamos ao mercado de dívidas subordinadas. Em dezembro de 2017 e janeiro de 2018, emitimos Notas Perpétuas no valor de US$ 2 bilhões, o que corresponde a 0,9 p.p. de nosso capital nível 1[2]. Essas operações reduzem nosso custo de capital e, portanto, contribuem para a geração de valor ao acionista.

Neste relatório, apresentamos, em maiores detalhes, nossa estratégia, perfil, governança, gestão de risco e, claro, *performance*. Destaco as seis frentes estratégicas, declaradas ao mercado neste ano, no capítulo "Nosso Perfil", com ênfase para aquelas transformacionais, a saber: satisfação de clientes, transformação digital e gestão de pessoas.

Na seção sobre gestão de riscos, você pode conhecer melhor o nosso Apetite de Risco, também definido pelo Conselho de Administração, e as suas cinco dimensões, bem como nossos fatores de risco que representam os principais eventos que poderiam impactar significativamente nossos negócios e resultados.

Iniciamos esse capítulo sobre *performance* convidando-os à leitura da Análise Gerencial da Operação que detalha o resultado do ano de 2017 em IFRS, sendo possível observar em os resultados de nossa estratégia

Por fim, lembro que nossa equipe de Relações com Investidores está sempre à sua disposição.

Cordialmente,

Caio Ibrahim David
CFO e CRO

(1) O *payout* considera o lucro líquido recorrente apurado segundo as normas estabelecidas pelo Bacen – BRGAAP.
(2) No capital de nível 1 pode-se ter no máximo 1,5 p.p. composto por títulos perpétuos (Additional Tier 1).

Principais políticas contábeis

Informações gerais

A elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas, incluídas neste Relatório Anual Consolidado, envolve algumas premissas baseadas em nossa experiência histórica e em outros fatores que consideramos razoáveis e importantes. Embora revisemos as estimativas e premissas no curso normal dos negócios, a apresentação de nossa situação financeira e o resultado das nossas operações frequentemente exige julgamento por parte da nossa administração com relação aos efeitos sobre nossa situação financeira e o resultado de nossas operações. Os comentários a seguir descrevem os aspectos que requerem julgamento significativo, ou que envolvem um grau mais elevado de complexidade na aplicação de políticas contábeis. Os resultados reais podem diferir daqueles estimados, segundo diferentes variáveis, premissas ou condições.

Uso de estimativas e premissas

A elaboração de demonstrações contábeis completas, de acordo com a IFRS, exige que a administração faça estimativas e premissas que afetam os valores informados dos ativos e passivos, na data das demonstrações contábeis completas, bem como os valores informados de receita e despesa, e ganhos e perdas, durante o período do relatório, uma vez que os resultados reais podem diferir dos resultados obtidos com base nessas estimativas e premissas.

Todas as estimativas e premissas adotadas pela administração estão em conformidade com a IFRS e representam as melhores estimativas, feitas de acordo com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados de forma contínua, a partir de experiências passadas e outros fatores.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 2.3 – Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos, para mais detalhes.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está relacionada à nossa estimativa de prováveis perdas da carteira de operações de crédito no final de cada período de relatório. Para determinar o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a carteira é classificada em duas categorias, para as quais são utilizadas metodologias específicas para estimar os prejuízos, sendo os empréstimos e arrendamentos analisados individual ou coletivamente.

- Empréstimos e arrendamentos analisados individualmente (correspondem à nossa carteira de grandes empresas): a análise individual é feita para a verificação da redução ao valor recuperável (*impairment*). Para aqueles empréstimos considerados como tendo seu valor recuperável reduzido, determinamos o valor da provisão com base na expectativa dos fluxos de caixa da companhia beneficiária do empréstimo. Para os demais empréstimos, analisados individualmente, que não tiveram seu valor recuperável reduzido são classificados com base em fatores de risco e os prejuízos inerentes para cada classificação são estimados com base em nossa experiência histórica, envolvendo julgamentos relacionados à identificação dos fatores de risco e à atribuição de uma classificação.

- Empréstimos analisados coletivamente (correspondem às carteiras (i) de pessoas físicas; (ii) de micro, pequenas e médias empresas; e (iii) de unidades externas – América Latina) são subdivididos em classes, quando apropriado, com base em seus riscos e características subjacentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada por carteira, com base na experiência histórica e por meio de julgamentos e premissas.

Muitos fatores afetam a estimativa de perdas em cada uma das categorias cuja provisão é estimada para a carteira como um todo, tais como a metodologia usada para quantificar a inadimplência histórica e o período histórico a ser considerado. Além disso, os fatores que afetam o valor específico das provisões a serem registradas são subjetivos e incluem as condições econômicas e políticas, as tendências de qualidade de crédito e o volume e crescimento verificados em cada carteira. Apresentamos a seguir as informações sobre nossa provisão para créditos de liquidação duvidosa:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14	31/12/13
Saldo reconhecido no Balanço Patrimonial no início do período	**26.972**	**26.844**	**22.392**	**22.235**	**25.713**
Baixas	**(19.823)**	**(24.251)**	**(20.065)**	**(18.675)**	**(21.769)**
Pessoas físicas	(12.538)	(13.682)	(11.235)	(12.668)	(13.541)
Cartão de crédito	(4.252)	(4.905)	(4.055)	(3.784)	(3.513)
Crédito pessoal	(6.412)	(6.745)	(5.221)	(5.150)	(6.247)
Crédito consignado	(1.357)	(1.273)	(622)	(429)	(480)
Veículos	(476)	(709)	(1.294)	(3.254)	(3.263)
Crédito imobiliário	(41)	(50)	(43)	(51)	(38)
Grandes empresas	(1.648)	(4.985)	(4.321)	(672)	(478)
Micros, pequenas e médias empresas	(4.168)	(4.267)	(3.981)	(4.992)	(7.573)
Unidades externas – América Latina	(1.469)	(1.317)	(528)	(343)	(177)
Despesa reconhecida na Demonstração do Resultado	**20.746**	**24.379**	**24.517**	**18.832**	**17.856**
Saldo reconhecido no Balanço Patrimonial no final do período[1]	**27.895**	**26.972**	**26.844**	**22.392**	**22.235**
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	**3.698**	**3.742**	**4.779**	**5.054**	**5.061**

(1) O valor contábil dos créditos para pessoas físicas cresceu R$ 435 milhões em 2013 devido à aquisição de empresas conforme explicado nas Demonstrações Contábeis (IFRS).

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14	31/12/13
Pessoas físicas	1.425	1.397	1.886	2.077	2.058
Cartão de crédito	500	450	590	663	653
Crédito pessoal	435	426	563	577	525
Crédito consignado	333	341	458	453	278
Veículos	105	118	202	324	499
Crédito imobiliário	52	62	73	60	103
Grandes empresas	807	929	1.537	1.642	1.602
Micros, pequenas e médias empresas	446	450	666	769	891
Unidades externas – América Latina	1.020	966	690	566	510
Baixas líquidas	**(16.125)**	**(20.509)**	**(15.286)**	**(13.621)**	**(16.708)**
Relação de baixas durante o período sobre a média dos empréstimos em aberto no período (%)	4,1	5,0	4,3	4,4	5,7
Relação de baixas líquidas durante o período sobre a média dos empréstimos em aberto no período (%)	3,4	4,2	3,3	3,2	4,4
Relação da provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o total de operações de crédito e arrendamento mercantil (%)	5,7	5,5	5,7	4,9	5,4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, baixamos o montante total de R$ 19.823 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos foi de 5,7%. Devido a melhoria no cenário macroeconômico, principalmente no Brasil, foi registrada uma redução no volume de créditos baixados em 2017, após um aumento acima da média no segmento de grandes empresas por dois anos consecutivos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, baixamos o montante total de R$ 24.251 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos foi de 5,5%. O aumento no volume de créditos baixados do exercício anterior é resultado da piora do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, baixamos o montante total de R$ 20.065 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos foi de 5,7%. O aumento no volume de créditos baixados do exercício anterior é resultado da piora do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, baixamos o montante total de R$ 18.675 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos foi de 4,9%. A redução no volume de créditos baixados do exercício anterior é consequência da adoção de uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência em relação ao exercício anterior.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baixamos o montante total de R$ 21.769 milhões da nossa carteira de crédito e o índice de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao total dos créditos foi de 5,4%. A redução no volume de créditos baixados do exercício anterior é consequência da adoção de uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência em relação ao exercício anterior.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem, principalmente, os títulos e valores mobiliários classificados como "mantidos para negociação" e "disponíveis para venda", além de outros ativos para negociação, inclusive derivativos. Os títulos e valores mobiliários classificados como "mantidos até o vencimento" são registrados no balanço patrimonial pelo custo histórico amortizado, e seus valores justos correspondentes são apresentados nas notas explicativas às nossas Demonstrações Contábeis Completas. Apresentamos a seguir informações sobre o valor justo de nossos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Em milhões de R$, exceto porcentagens

Instrumentos financeiros registrados por valor justo	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Ativos			
Mantidos para negociação	270.121	204.648	164.311
Designados a valor justo através do resultado	1.746	1.191	642
Derivativos	22.843	24.231	26.755
Disponível para venda	102.284	88.277	86.045
Total	**396.994**	**318.347**	**277.753**
Derivativos/Ativo total	**5,8%**	**7,6%**	**9,6%**
Passivo			
Mantidos para negociação	465	519	412
Derivativos	26.746	24.698	31.071
Total	**27.211**	**25.217**	**31.483**
Derivativos/Passivo total	**98,3%**	**97,9%**	**98,7%**

Apuramos o valor justo de nossos instrumentos financeiros com base na International Financial Reporting Standard 13 (IFRS 13), que define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração.

De acordo com a IFRS 13, existem diferentes níveis de dados que podem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros, classificados como Níveis 1, 2 e 3.

- Nível 1: os dados observáveis refletem os preços cotados (não ajustados) de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos.
- Nível 2: os dados observáveis refletem as informações de ativos e passivos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) observáveis, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: as informações de ativos e passivos não baseadas em dados de mercado observáveis, devido à sua pouca atividade de mercado na data de mensuração. Apresentamos a seguir informações sobre nossos instrumentos financeiros de Nível 3, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Nível 3	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Mantidos para negociação	1.033	1.005	60
Disponíveis para venda	8.424	9.534	4.259
Derivativos (líquido)	333	461	1.218
Total	**9.790**	**11.000**	**5.537**

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 31 Valor Justo dos Instrumentos Financeiros para mais detalhes.

Também é necessário julgamento para determinar se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, sofreu redução ao seu valor recuperável. Caso haja essa evidência para ativos financeiros disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, a perda cumulativa, mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, é reconhecida na demonstração do resultado. Os principais fatores usados pela administração para determinar se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro tenha sofrido perda por redução ao valor recuperável incluem o período observado, o grau de perda, se fomos obrigados a vender os títulos antes da recuperação, e a expectativa, na data da análise, da possibilidade de realização do valor mobiliário. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas, para mais detalhes sobre as principais políticas contábeis.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, inclusive ex-funcionários e órgãos públicos, relacionados a ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas de nossa administração, levando em consideração o parecer de assessores legais, quando existe a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas com base na probabilidade de perdas, como segue:

- Provável: os passivos são reconhecidos na rubrica "provisões" em nosso balanço patrimonial consolidado;
- Possíveis: os passivos são divulgados em nossas demonstrações contábeis completas, mas nenhuma provisão é registrada; e
- Remotas: os passivos não requerem provisão nem divulgação.

Os passivos contingentes para os quais são registradas provisões e aqueles com probabilidade de perda classificada como possível são avaliados com base em nossas melhores estimativas, para as quais utilizamos modelos e critérios que permitam uma avaliação adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

Alterações significativas nas normas contábeis

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 2.2 – Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes, para mais detalhes sobre mudanças significativas nas normas contábeis.

Práticas contábeis adotadas no Brasil

Nossos livros e registros são mantidos em reais, a moeda de curso legal no Brasil, e as nossas Demonstrações Contábeis Completas, para propósitos estatutários e regulatórios, são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central (Bacen). Os princípios e as normas contábeis, geralmente aplicáveis segundo o BRGAAP, incluem aqueles estabelecidos por meio da legislação societária brasileira, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – cujo início de emissão de normas foi em 2007 –, e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). No caso de instituições sujeitas às regras do Banco Central, caso do Itaú Unibanco Holding, a aplicação dos pronunciamentos contábeis emitidos por entidades como o CPC depende da aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), que também estabelece a data de vigência de quaisquer pronunciamentos relacionados às instituições financeiras. Além disso, a CVM e outros órgãos reguladores brasileiros, como a SUSEP e o Banco Central, emitem diretrizes complementares específicas ao setor.

Regulamentação aplicável para apresentação das demonstrações contábeis completas

A regulamentação brasileira estabelece regras específicas para a consolidação das Demonstrações Contábeis Completas pelas instituições financeiras. De acordo com as normas atuais do Banco Central, as instituições financeiras, com exceção de cooperativas de crédito, são obrigadas a preparar demonstrações contábeis consolidadas, incluindo investimentos em companhias que os detêm, direta ou indiretamente, individual ou conjuntamente, e com relação aos quais essas instituições financeiras possuem (i) o direito de nomear ou designar a maioria do conselho de administração da companhia; (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos diretores e conselheiros da companhia; e/ou (iii) o controle operacional ou societário. Essa regulamentação aplica-se a todo o grupo ao qual a instituição financeira pertence.

Ativos

Carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Informações gerais

Apresentamos a seguir a nossa carteira de ativos financeiros mantidos para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento e instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Os valores excluem nossos investimentos em títulos de empresas não consolidadas. Para mais informações sobre nossos investimentos em empresas não consolidadas, consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 13 – Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto. Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados ao valor justo e os ativos financeiros mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 2 – Principais Políticas Contábeis para mais informações.

Em 31 de dezembro de 2017, detínhamos títulos emitidos pelo governo federal brasileiro, classificados como títulos públicos do governo brasileiro – no país, com valor contábil e valor de mercado agregado de R$ 294.163 milhões e R$ 295.779 milhões, respectivamente, representando 199,84% de nosso patrimônio líquido consolidado nessa data. Em 31 de dezembro de 2017, não detínhamos títulos de nenhum outro emissor que, pelo valor contábil agregado, representassem mais de 10% de nosso patrimônio líquido consolidado. Isso se deve à nossa gestão conservadora de ativos e passivos e à nossa liquidez em moeda local, mantida em títulos emitidos pelo governo federal brasileiro. Além disso, os títulos emitidos pelo governo federal são aceitos como depósitos em nossas operações no mercado na B3.

Ativos mantidos para negociação

Apresentamos a seguir os ativos adquiridos e incorridos que estão disponíveis para venda no curto prazo, ou quando são parte de uma carteira de instrumentos financeiros administrados como um todo e para os quais existe um histórico recente de vendas em curto prazo. Para mais informações, consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 7 – Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Em 31 de dezembro de					
	2017	**% do total**	**2016**	**% do total**	**2015**	**% do total**
Ativos financeiros mantidos para negociação	**270.121**	**100,0**	**204.648**	**100,0**	**164.311**	**100,0**
Fundos de investimento	3.212	1,2	1.173	0,6	1.051	0,6
Títulos públicos – governo brasileiro	233.777	86,5	165.349	80,8	121.484	73,9
Títulos públicos do governo brasileiro	230.567	85,4	160.024	78,2	117.053	71,2
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	3.210	1,2	5.325	2,6	4.431	2,7
Títulos públicos – exterior	3.975	1,5	3.735	1,8	1.149	0,7
Argentina	1.466	0,5	651	0,3	696	0,4
Estados Unidos	100	0,0	78	0,0	132	0,1
México	5	0,0	6	0,0	3	0,0
Chile	51	0,0	127	0,1	36	0,0
Paraguai	6	0,0	88	0,0	68	0,0
Uruguai	222	0,1	32	0,0	40	0,0
Colômbia	2.092	0,8	2.669	1,3	72	0,0
Outros	33	0,0	84	0,0	102	0,1
Títulos de dívida de empresas	29.157	10,8	34.391	16,8	40.627	24,7
Ações negociáveis	3.763	1,4	2.491	1,2	2.161	1,3
Certificados de recebíveis imobiliários	65	0,0	-	-	-	-
Certificados de depósito bancário	347	0,1	1.824	0,9	2.583	1,6
Debêntures	3.258	1,2	3.190	1,6	4.522	2,8
Eurobonds e assemelhados	634	0,2	662	0,3	991	0,6
Letras financeiras	20.612	7,6	25.893	12,6	30.367	18,5
Notas promissórias	391	0,1	-	-	-	-
Outros	87	0,0	331	0,2	3	0,0
Ativos financeiros mantidos para negociação como porcentagem do total do ativo	**18,8%**		**15,1%**		**12,9%**	

Observamos que os títulos do governo brasileiro representaram mais de 85,4% da nossa carteira de ativos financeiros mantidos para negociação em 2017. Esses títulos, classificados como "Mantidos para Negociação", representaram 16,1% do total de ativos no mesmo período. Consulte Nossa gestão de riscos, item Fatores de risco, Podemos incorrer em perdas associadas aos riscos de exposição das contrapartes, inclusive do governo federal.

Ativos disponíveis para venda

Relacionamos a seguir os ativos financeiros que, de acordo com o entendimento da administração, podem ser vendidos em resposta às alterações nas condições de mercado ou em antecipação a estas e não são classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, como empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 10 – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, para mais informações.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Em 31 de dezembro de					
	2017	**% do total**	**2016**	**% do total**	**2015**	**% do total**
Ativos financeiros disponíveis para venda	**102.284**	**100,0**	**88.277**	**100,0**	**86.045**	**100,0**
Fundos de investimento	301	0,3	42	0,0	218	0,3
Títulos públicos – governo brasileiro	39.279	38,4	32.003	36,3	29.108	33,8
Títulos públicos do governo brasileiro	26.489	25,9	17.938	20,3	11.796	13,7
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	12.790	12,5	14.065	15,9	17.312	20,1
Títulos públicos – exterior	24.390	23,8	14.472	16,4	9.883	11,5
Estados Unidos	1.567	1,5	1.427	1,6	2.022	2,3
México	544	0,5	-	-	-	-
Dinamarca	1.951	1,9	819	0,9	2.548	3,0
Espanha	2.936	2,9	923	1,0	1.060	1,2
Coreia	1.944	1,9	2.673	3,0	1.626	1,9
Chile	9.710	9,5	5.844	6,6	1.407	1,6
Paraguai	1.800	1,8	1.111	1,3	912	1,1
Uruguai	592	0,6	411	0,5	178	0,2
Colômbia	3.346	3,3	1.155	1,3	-	-
Holanda	-	-	101	0,1	122	0,1
Outros	-	-	8	0,0	8	0,0
Títulos de dívida de empresas	38.314	37,5	41.760	47,3	46.836	54,4
Ações negociáveis	2.343	2,3	1.385	1,6	928	1,1
Certificados de recebíveis imobiliários	1.762	1,7	2.095	2,4	2.037	2,4
Certificados de depósito bancário	803	0,8	2.641	3,0	1.573	1,8
Debêntures	20.746	20,3	21.170	24,0	22.835	26,5
Eurobonds e assemelhados	5.576	5,5	7.715	8,7	10.112	11,8
Notas promissórias	3.244	3,2	2.173	2,5	991	1,2
Cédula de produtor rural	2.828	2,8	1.425	1,6	1.130	1,3
Letras financeiras	619	0,6	2.816	3,2	6.846	8,0
Outros	393	0,4	340	0,4	384	0,4
Ativos financeiros disponíveis para venda como porcentagem do total do ativo	**7,1%**		**6,5%**		**6,7%**	

Os títulos do governo brasileiro e os títulos de dívida de empresas representaram 25,9% e 37,5%, respectivamente, de nossa carteira de ativos financeiros disponíveis para venda em 2017. Esses títulos, classificados como títulos disponíveis para venda, usados como proteção à nossa carteira de dívida subordinada, representaram 1,8% e 2,6%, respectivamente, do nosso total de ativos no mesmo período.

Ativos mantidos até o vencimento

Relacionamos a seguir os ativos financeiros não derivativos, os quais temos a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 11 – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para mais informações.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Em 31 de dezembro de					
	2017	% do total	2016	% do total	2015	% do total
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	**36.560**	**100,0**	**40.495**	**100,0**	**42.185**	**100,0**
Títulos públicos – governo brasileiro	22.723	62,2	24.979	61,7	26.509	62,9
Títulos públicos do governo brasileiro	13.650	37,3	12.937	31,9	11.721	27,8
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	9.073	24,8	12.042	29,7	14.788	35,1
Títulos públicos – exterior	461	1,3	539	1,3	15	-
Títulos de dívida de empresas	13.376	36,5	14.977	37,0	15.661	37,1
Debêntures	8	0,0	12	0,0	-	-
Eurobonds e assemelhados	9	0,0	18	0,0	4	0,0
Certificados de recebíveis imobiliários	12.842	35,1	14.487	35,8	15.657	37,1
Outros	517	1,4	460	1,1	-	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento como porcentagem do total do ativo	**2,5%**		**3,0%**		**3,3%**	

Derivativos

São classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*), conforme determinado pela regulamentação brasileira. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 8 – Derivativos para mais informações. Nossa carteira de derivativos (ativos e passivos) é composta por futuros, termos, *swaps*, opções e derivativos de crédito, conforme demonstrado na tabela a seguir:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Instrumentos financeiros derivativos	Em 31 de dezembro de					
	2017	% do total	2016	% do total	2015	% do total
Ativo						
Contratos de futuros	158	0,7	127	0,5	529	2,0
Contratos de opções	3.337	14,6	4.792	19,8	5.583	20,9
Contratos a termo (Brasil)	6.911	30,3	4.971	20,5	3.166	11,8
Contratos de *swaps* – ajuste a receber	9.190	40,2	10.542	43,5	9.147	34,2
Derivativos de crédito – instituições financeiras	137	0,6	181	0,7	614	2,3
Contratos a termo (*offshore*)	2.950	12,9	3.459	14,3	3.430	12,8
Verificação de *swap* – empresas	68	0,3	88	0,4	355	1,3
Outros	92	0,4	71	0,3	3.931	14,7
Total de instrumentos financeiros derivativos – ativo	**22.843**	**100,0**	**24.231**	**100,0**	**26.755**	**100,0**
Instrumentos financeiros derivativos como porcentagem do total do ativo	**1,6%**		**1,8%**		**2,1%**	
Passivo						
Contratos de futuros	-	-	-	-	-	-
Contratos de opções	(2.793)	10,4	(4.552)	18,4	(5.783)	18,6
Contratos a termo (Brasil)	(6.272)	23,5	(3.530)	14,3	(833)	2,6
Contratos de *swaps* – ajuste a pagar	(13.692)	51,2	(13.221)	53,5	(16.331)	52,6
Derivativos de crédito	(58)	0,2	(147)	0,6	(875)	2,8
Contratos a termo (*offshore*)	(3.745)	14,0	(2.825)	11,5	(3.142)	10,1
Verificação de *swap* – empresas	(122)	0,5	(353)	1,4	(545)	1,8
Outros – empresas	(64)	0,2	(70)	0,3	(3.562)	11,5
Total de instrumentos financeiros derivativos – passivo	**(26.746)**	**100,0**	**(24.698)**	**100,0**	**(31.071)**	**100,0**
Instrumentos financeiros derivativos como porcentagem do total do ativo e patrimônio líquido	**1,9%**		**1,8%**		**2,4%**	

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Em 31 de dezembro de 2017

Distribuição de nossos ativos financeiros por vencimento	Sem vencimento determinado		Vencimento em 1 ano ou menos		Vencimento entre 1 ano e 5 anos		Vencimento entre 5 anos e 10 anos		Vencimento após 10 anos		Total	
	R$	Rendimento médio (%)	R$	Rendimento médio (%)	R$	Rendimento médio (%)	R$	Rendimento médio (%)	R$	Rendimento médio (%)	R$	Rendimento médio (%)
Ativos financeiros mantidos para negociação, a valor justo	**4.703**		**43.708**		**168.558**		**44.246**		**8.906**		**270.121**	
Fundos de investimento[1]	937	-	2.275	-	-	-	-	-	-	-	3.212	-
Títulos públicos – governo brasileiro	-		26.707		154.909		43.325		8.836		233.777	
Títulos públicos do governo brasileiro	-	-	26.509	1,7	154.372	1,9	41.403	0,5	8.282	0,6	230.567	1,6
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	-	197	-	537	1,6	1.922	5,4	555	2,1	3.210	3,9
Títulos públicos – exterior	3		2.557		1.231		177		8		3.975	
Argentina	-	-	1.405	14,3	34	7,2	25	13,1	1	7,2	1.466	14,1
Estados Unidos	-	-	-	-	100	0,2	-	-	-	-	100	0,2
México	-	-	-	-	2	5,0	2	5,1	1	12,1	5	6,6
Chile	-	-	5	-	39	0,2	2	-	5	0,1	51	0,1
Paraguai	-	-	-	-	-	-	6	3,7	-	-	6	4,0
Uruguai	3	-	218	1,6	-	17,6	1	16,2	-	15,4	222	1,7
Colômbia	-	-	897	0,3	1.056	0,9	138	1,1	1	26,2	2.092	0,7
Outros	-	-	32	-	-	7,6	1	10,4	-	19,8	33	0,7
Títulos de dívida de empresas	3.763		12.169		12.418		745		62		29.157	
Ações negociáveis	3.763	1,1	-	-	-	-	-	-	-	-	3.763	1,1
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	0	0,6	65	0,7	-	-	65	0,7
Certificados de depósito bancário	-	-	205	0,1	142	-	-	-	-	-	347	0,1
Debêntures	-	-	777	0,6	1.977	1,7	481	1,7	23	2,3	3.258	1,4
Eurobonds e assemelhados	-	-	84	1,9	330	7,3	181	6,5	39	3,1	634	6,1
Letras financeiras	-	-	10.896	4,6	9.710	0,6	5	-	-	-	20.612	2,7
Notas promissórias	-	-	206	-	185	-	-	-	-	-	391	-
Outros	-	-	-	-	74	5,9	13	4,4	-	-	87	5,6
Ativos financeiros designados a valor justo através do resultado – Títulos públicos – governo brasileiro – Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	-	**1.041**		**705**		**-**		**-**		**1.746**	
Derivativos	-		**13.341**		**6.681**		**2.821**				**22.843**	
Ativos financeiros disponíveis para venda, a valor justo	**2.659**		**23.448**		**44.722**		**17.439**		**14.016**		**102.284**	
Fundos de investimento[1]	301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	301	-
Títulos públicos – governo brasileiro	-	-	3.924	-	14.337		9.197		11.821		39.279	-
Títulos públicos do governo brasileiro	-	-	3.924	13,5	12.230	7,0	1.862	10,3	8.473	7,3	26.489	8,3
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	-	-	-	2.108	7,1	7.335	10,2	3.348	2,2	12.790	7,5
Títulos públicos – exterior	-		11.006		10.627		2.707		50		24.390	
Estados Unidos	-	-	818	0,3	749	0,5	-	-	-	-	1.567	0,4
México	-	-	544	-	-	-	-	-	-	-	544	-
Dinamarca	-	-	1.951	1,1	-	-	-	-	-	-	1.951	1,1
Espanha	-	-	1.942	1,2	994	0,9	-	-	-	-	2.936	1,1
Coreia	-	-	1.944	0,6	-	-	-	-	-	-	1.944	0,6
Chile	-	-	1.724	0,3	5.649	0,5	2.287	0,4	49	0,6	9.710	0,4
Paraguai	-	-	1.085	5,5	715	1,0	-	-	-	-	1.800	3,7
Uruguai	-	-	446	0,9	146	0,6	-	-	0	0,5	592	0,8
Colômbia	-	-	552	1,0	2.374	4,9	420	10,8	-	-	3.346	5,0
Títulos de dívida de empresas	2.358		8.518		19.758		5.535		2.145		38.314	
Ações negociáveis	2.343	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.343	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	-	12	0,3	1.750	1,2	1.762	1,2
Certificados de depósito bancário	-	-	787	0,7	16	0,3	-	-	-	-	803	0,7
Debêntures	8	4,8	1.272	11,2	14.231	4,3	4.959	2,8	276	0,4	20.746	4,3
Eurobonds e assemelhados	-	-	2.637	0,9	2.625	1,0	300	4,7	14	5,2	5.576	1,2
Notas promissórias	-	-	2.650	3,3	592	1,4	2	8,5	-	-	3.244	3,0
Cédula de produtor rural	7	6,0	631	2,2	1.856	1,5	229	1,1	105	0,5	2.828	1,6
Letras financeiras	-	-	484	15,2	135	7,7	-	-	-	-	619	13,6
Outros	-	-	57	1,7	303	0,7	33	52,6	-	-	393	5,2
Ativos financeiros mantidos até o vencimento, ao custo amortizado	**-**		**10.296**		**9.437**		**10.243**		**6.584**		**36.560**	
Títulos públicos – governo brasileiro	-		9.157		6.142		4.541		2.883		22.723	
Títulos públicos do governo brasileiro	-	-	9.157	34,2	1.610	20,1	-	-	2.883	10,1	13.650	27,4
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	-	-	-	-	4.532	6,6	4.541	20,3	-	-	9.073	13,4
Títulos públicos – exterior	-	-	448		-		-		13		461	-
Colômbia	-	-	448	1,3	-	-	-	-	-	-	448	1,3
Uruguai	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	13	-
Títulos de dívida de empresas	-	-	691		3.295		5.702		3.687		13.376	
Debêntures	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	8	-
Eurobonds e assemelhados	-	-	-	-	-	-	9	8,3	-	-	9	8,3
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	176	31,0	3.294	5,5	5.685	2,3	3.687	0,3	12.842	3,0
Outros	-	-	515	0,4	1	-	-	-	-	-	517	0,4

(1) Os rendimentos médios não são demonstrados para esses títulos, pois tais rendimentos não são significativos porque os rendimentos futuros não são quantificáveis. Esses títulos foram excluídos do cálculo do total de rendimentos.

(Em milhões de R$)

Distribuição de nossos ativos financeiros por moeda	Valor justo				Custo amortizado	
	Ativos financeiros mantidos para negociação	Ativos financeiros designados a valor justo	Derivativos	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Total
Em 31 de dezembro de 2017	**270.121**	**1.746**	**22.843**	**102.284**	**36.560**	**433.554**
Denominado em moeda brasileira	256.557	-	12.024	64.753	26.501	359.835
Denominado em moeda brasileira e indexado em moeda estrangeira(1)	2.817	-	1.516	707	-	5.040
Denominado em moeda estrangeira(1)	10.747	1.746	9.303	36.824	10.059	68.679
Em 31 de dezembro de 2016	**204.648**	**1.191**	**24.231**	**88.277**	**40.495**	**358.842**
Denominado em moeda brasileira	191.250	-	10.710	52.859	27.436	282.255
Denominado em moeda brasileira e indexado em moeda estrangeira(1)	2.653	-	4.634	670	-	7.957
Denominado em moeda estrangeira(1)	10.745	1.191	8.887	34.748	13.059	68.630
Em 31 de dezembro de 2015	**164.311**	**642**	**26.755**	**86.045**	**42.185**	**319.938**
Denominado em moeda brasileira	154.737	505	7.445	51.621	27.378	241.686
Denominado em moeda brasileira e indexado em moeda estrangeira(1)	3.043	-	10.044	791	-	13.878
Denominado em moeda estrangeira(1)	6.531	137	9.266	33.633	14.807	64.374

(1) Predominantemente em dólares dos EUA.

Com o objetivo de analisar a exposição às variações nas taxas de câmbio, apresentamos a seguir a composição de nossos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017, em reais e em moeda estrangeira. Para fins do valor referencial de instrumentos financeiros derivativos, consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 8 – Derivativos.

(Em milhões de R$)

Instrumentos financeiros derivativos (valores referenciais)	Em 31 de dezembro de 2017		
	Moeda brasileira	Denominado em moeda estrangeira ou vinculado à mesma	Total
Contratos de *swap*			
Compromissos de compra (venda), líquidos	4.374	(9.144)	**(4.770)**
Contratos a termo			
Compromissos de compra (venda), líquidos	(7.000)	(13.650)	**(20.650)**
Contratos de futuros			
Compromissos de compra (venda), líquidos	36.356	1.868	**38.224**
Contratos de opções			
Compromissos de compra (venda), líquidos	112.566	4.345	**116.911**
Outros			
Compromissos de compra (venda), líquidos	717	1.611	**2.328**

Reservas compulsórias sobre depósitos mantidas no Banco Central

O Banco Central exige que as instituições financeiras brasileiras mantenham reservas para depósitos. As exigências de depósitos compulsórios são uma ferramenta utilizada pelo Banco Central para controlar a liquidez do sistema financeiro brasileiro, para fins de política monetária e mitigação de risco. Essas exigências são aplicadas a saldos de depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. Veja a seguir a regra aplicada a cada tipo de depósito.

Depósitos Compulsórios	Regulamentação(1)	Remuneração	2017	2016	2015	2014
Depósito à vista						
Compulsório	Circular nº 3.632	Zero	40%	45%	45%	45%
Compulsório adicional	Circular nº 3.655	SELIC	0%	0%	0%	0%
Rural(2)	Resolução nº 4.096	Zero	34%	34%	34%	34%
Microcrédito(2)	Resolução nº 4.000	Zero	2%	2%	2%	2%
Poupança(3)						
Compulsório	Circular nº 3.093	TR + 6,17% a.a.	24,5%	24,5%	24,5%	20%
Compulsório adicional	Circular nº 3.655	SELIC	0%	5,5%	5,5%	10%
Financiamento imobiliário(2)	Resolução nº 3.932	80% (TR + 6,17% a.a.)	65%	65%	65%	65%
Depósito a prazo e interfinanceiros captados de sociedades de arrendamento mercantil						
Compulsório	Circular nº 3.569	SELIC	36%	25%	25%	20%
Compulsório adicional	Circular nº 3.655	SELIC	0%	11%	11%	11%

(1) Regulação mais recente sobre o assunto.
(2) Trata-se de aplicação obrigatória de recursos que é feita em operações elegíveis para tanto, ou seja, os recursos são cedidos para os outras entidades econômicas.
(3) Remuneração sobre os recursos de depósitos de poupança:
Para depósitos efetuados até 05/03/12, inclusive: TR + 6,17% a.a.
Para depósitos efetuados após 05/03/12: (a) e a meta da taxa Selic > 8,5% a.a.: TR + 6,17% a.a. (b) Se a meta da taxa Selic ≤ 8,5% a.a.: TR + 70% da meta da taxa Selic a.a.

Dependendo do cenário econômico e dos objetivos de sua política monetária, o Banco Central pode alterar as normas que regulam as exigências de depósitos compulsórios a serem seguidas pelas instituições financeiras brasileiras e que atuam como um mecanismo de controle da liquidez do sistema financeiro brasileiro.

Dessa forma, em meados de 2017, o Banco Central fez alterações nas normas sobre depósitos compulsórios que não mudaram o volume de dinheiro em circulação na economia, mas que simplificaram os processos operacionais para reduzir os custos administrativos dos bancos, a fim de reduzir o custo do crédito de médio e longo prazos no Brasil.

Uma dessas alterações foi o congelamento do valor das deduções (uma parcela que podia ser baixada dos montantes compulsórios), utilizado em 20 de janeiro de 2017, das exigências de reservas sobre depósitos à vista e a prazo.

Essas serão reduzidas gradualmente até chegar a 50% do valor determinado até o final de 2018, 30% até o final de 2019 e zero em janeiro de 2020.

Outra medida foi a migração da alíquota compulsória adicional sobre depósitos a prazo para a alíquota principal desse depósito compulsório.

Consequentemente, as exigências de reservas permaneceram conforme demonstrado a seguir: (i) depósitos a prazo: 36,0%, (ii) depósitos à vista: 45,0% (reduzida para 40,0% no final de 2017) e (iii) depósitos de poupança: 24,5% e 21% para poupança rural.

Em 31 de dezembro de 2017, registramos depósitos compulsórios em espécie no valor de R$ 98.837 milhões comparados a R$ 85.700 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R$ 94.047 milhões em depósitos remunerados comparados a R$ 82.698 milhões em dezembro de 2016, conforme indicado na tabela a seguir. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 5 – Depósitos Compulsórios no Banco Central para mais informações.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Depósitos Compulsórios	2017		2016		2015	
	R$	% do total dos depósitos compulsórios	R$	% do total dos depósitos compulsórios	R$	% do total dos depósitos compulsórios
Depósitos não remunerados[1]	4.790	4,8	3.002	3,5	3.790	5,7
Depósitos remunerados[2]	94.047	95,2	82.698	96,5	62.766	94,3
Total	**98.837**	**100,0**	**85.700**	**100,0**	**66.556**	**100,0**

(1) Relacionados basicamente a depósitos a vista.
(2) Relacionados basicamente a depósitos a prazo e depósitos de poupança.

Operações de crédito e arrendamento mercantil

A maior parte dos nossos empréstimos destina-se a clientes domiciliados no Brasil e estão expressos em reais. Adicionalmente, 45,8% da nossa carteira de crédito consiste em transações com taxas de juros fixas e 54,2% em transações com taxas de juros variáveis.

Indexação

A maior parte de nossa carteira é expressa em reais. Contudo, uma parcela de nossa carteira está indexada a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar dos EUA. A parcela de nossa carteira em moeda estrangeira consiste em empréstimos e financiamentos a importação e exportação e repasses. Nossos empréstimos no exterior representaram 35,2%, 34,1% e 27,1% da nossa carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 36 – Gerenciamento de Riscos – 5. Exposição ao Risco de Crédito.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por tipo

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito de acordo com o tipo de operação de crédito e arrendamento mercantil:

- A carteira de pessoas físicas consiste principalmente em cartões de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial), empréstimos consignados, financiamento de veículos e crédito imobiliário;
- A carteira de grandes empresas consiste principalmente em empréstimos feitos para grandes clientes corporativos;
- A carteira de pequenas e médias empresas corresponde principalmente a empréstimos para empresas de pequeno e médio porte; e
- A carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composta principalmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas e jurídicas pelas nossas operações na Argentina, no Chile, na Colômbia, no Paraguai e no Uruguai.

(Em milhões de R$)

Operações de crédito e arrendamento mercantil, por tipo[1]	2017		2016		2015	
	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão	Crédito	Provisão
Pessoas físicas	190.153	12.992	183.147	14.259	187.220	14.717
Cartão de crédito	66.650	3.469	59.022	3.693	58.542	4.141
Crédito pessoal	25.193	6.844	25.813	7.756	28.396	8.330
Crédito consignado	44.419	2.082	44.636	2.108	45.434	1.319
Veículos	14.083	550	15.434	644	20.058	874
Crédito imobiliário	39.808	47	38.242	58	34.790	53
Grandes empresas	**107.617**	**6.958**	**121.754**	**5.862**	**152.527**	**6.459**
Micros, pequenas e médias empresas	**59.453**	**3.819**	**58.935**	**4.743**	**66.038**	**4.809**
Unidades externas – América Latina	**136.144**	**4.126**	**126.530**	**2.108**	**68.463**	**859**
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil	**493.367**	**27.895**	**490.366**	**26.972**	**474.248**	**26.844**

(1) Classificamos todas as operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias como Operações de crédito de curso anormal e interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados a eles. O valor contratual das operações de crédito de curso anormal era de R$ 19.105 milhões, R$ 19.942 milhões e R$ 19.458 milhões em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. O total de operações de crédito renegociadas no saldo das operações de crédito de curso anormal era de R$ 4.002 milhões, R$ 4.225 milhões e R$ 3.417 milhões em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. As operações de crédito de curso anormal são apresentadas acima na categoria apropriada das operações de crédito e arrendamento mercantil. A receita de juros determinada em nossas operações de crédito de curso anormal líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2017, 2016 e 2015 era de R$ 1.725 milhões, R$ 2.017 milhões e R$ 1.882 milhões, respectivamente.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por vencimento

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito por vencimento, incluindo as operações com parcelas vincendas e vencidas, conforme a modalidade:

(Em milhões de R$)

Parcelas a vencer							31/12/2017
Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
Pessoas físicas	**32.995**	**24.388**	**18.431**	**19.079**	**55.027**	**31.361**	**181.281**
Cartão de crédito	26.277	18.809	10.909	5.418	138	-	61.551
Crédito pessoal	4.298	1.627	2.007	3.392	11.159	78	22.561
Crédito consignado	1.527	2.518	3.525	6.408	27.756	2.211	43.945
Veículos	599	1.050	1.466	2.733	7.952	3	13.803
Crédito imobiliário	294	384	524	1.128	8.022	29.069	39.421
Grandes empresas	**9.870**	**11.257**	**14.103**	**18.400**	**41.199**	**10.530**	**105.359**
Micros, pequenas e médias empresas	**10.680**	**11.536**	**6.867**	**9.456**	**18.693**	**220**	**57.452**
Unidades externas – América Latina	**14.146**	**12.530**	**13.407**	**16.346**	**43.751**	**31.473**	**131.653**
Total[1]	**67.691**	**59.711**	**52.808**	**63.281**	**158.670**	**73.584**	**475.745**

(1) Inclui R$ 8.653 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas a vencer							31/12/2016
Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
Pessoas físicas	**29.843**	**22.919**	**16.934**	**18.401**	**55.700**	**30.254**	**174.051**
Cartão de crédito	23.093	16.972	9.185	4.237	199	-	53.686
Crédito pessoal	4.353	1.788	1.986	3.414	11.188	238	22.967
Crédito consignado	1.388	2.551	3.571	6.552	28.279	1.854	44.195
Veículos	705	1.236	1.693	3.113	8.290	20	15.057
Crédito imobiliário	304	372	499	1.085	7.744	28.142	38.146
Grandes empresas	**12.970**	**13.645**	**15.232**	**20.627**	**48.332**	**9.528**	**120.334**
Micros, pequenas e médias empresas	**10.388**	**11.661**	**6.619**	**9.566**	**17.952**	**292**	**56.478**
Unidades externas – América Latina	**14.144**	**14.743**	**11.903**	**13.641**	**40.798**	**27.431**	**122.660**
Total[1]	**67.345**	**62.968**	**50.688**	**62.235**	**162.782**	**67.505**	**473.523**

(1) Inclui R$ 9.085 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas a vencer — 31/12/2015

Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
Pessoas físicas	**29.539**	**23.792**	**18.033**	**20.223**	**57.797**	**27.682**	**177.066**
Cartão de crédito	21.997	16.998	9.193	4.174	161	-	52.523
Crédito pessoal	4.924	2.115	2.314	4.060	11.766	164	25.343
Crédito consignado	1.395	2.591	3.651	6.692	28.779	1.935	45.043
Veículos	978	1.760	2.414	4.301	9.974	21	19.448
Crédito imobiliário	245	328	461	996	7.117	25.562	34.709
Grandes empresas	**16.696**	**17.094**	**16.745**	**22.944**	**63.454**	**13.711**	**150.644**
Micros, pequenas e médias empresas	**12.121**	**12.862**	**7.248**	**10.475**	**20.539**	**368**	**63.613**
Unidades externas – América Latina	**8.611**	**7.673**	**8.045**	**7.370**	**19.304**	**16.326**	**67.329**
Total[1]	**66.967**	**61.421**	**50.071**	**61.012**	**161.094**	**58.087**	**458.652**

(1) Inclui R$ 8.399 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R$)

Parcelas vencidas[1] — 31/12/2017

Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto	Operações de crédito e arrendamento mercantil	Total líquido
Pessoas físicas	**1.963**	**815**	**840**	**2.099**	**3.096**	**59**	**8.872**	**190.153**	**(12.992)**	**177.161**
Cartão de crédito	841	383	454	1.246	2.175	-	5.099	66.650	(3.469)	63.181
Crédito pessoal	595	313	302	673	738	11	2.632	25.193	(6.844)	18.349
Crédito consignado	85	54	48	121	130	36	474	44.419	(2.082)	42.337
Veículos	123	44	25	45	41	2	280	14.083	(550)	13.533
Crédito imobiliário	319	21	11	14	12	10	387	39.808	(47)	39.761
Grandes empresas	**314**	**737**	**748**	**303**	**135**	**21**	**2.258**	**107.617**	**(6.958)**	**100.659**
Micros, pequenas e médias empresas	**707**	**185**	**163**	**410**	**518**	**18**	**2.001**	**59.453**	**(3.819)**	**55.634**
Unidades externas – América Latina	**2.564**	**605**	**346**	**461**	**433**	**82**	**4.491**	**136.144**	**(4.126)**	**132.018**
Total[2]	**5.548**	**2.342**	**2.097**	**3.273**	**4.182**	**180**	**17.622**	**493.367**	**(27.895)**	**465.472**

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.
(2) Inclui R$ 10.452 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas vencidas[1] — 31/12/2016

Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto	Operações de crédito e arrendamento mercantil	Total líquido
Pessoas físicas	**1.704**	**931**	**859**	**2.318**	**3.231**	**53**	**9.096**	**183.147**	**(14.259)**	**168.888**
Cartão de crédito	937	443	446	1.273	2.236	1	5.336	59.022	(3.693)	55.329
Crédito pessoal	514	352	319	846	800	15	2.846	25.813	(7.756)	18.057
Crédito consignado	71	53	48	116	123	30	441	44.636	(2.108)	42.528
Veículos	145	64	37	69	60	2	377	15.434	(644)	14.790
Crédito imobiliário	37	19	9	14	12	5	96	38.242	(58)	38.184
Grandes empresas	**484**	**238**	**201**	**161**	**315**	**21**	**1.420**	**121.754**	**(5.862)**	**115.892**
Micros, pequenas e médias empresas	**481**	**301**	**223**	**619**	**799**	**34**	**2.457**	**58.935**	**(4.743)**	**54.192**
Unidades externas – América Latina	**2.170**	**523**	**329**	**386**	**414**	**48**	**3.870**	**126.530**	**(2.108)**	**124.422**
Total[2]	**4.839**	**1.993**	**1.612**	**3.484**	**4.759**	**156**	**16.843**	**490.366**	**(26.972)**	**463.394**

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.
(2) Inclui R$ 10.857 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas vencidas[1] — 31/12/2015

Tipo de operações de crédito e arrendamento mercantil	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto	Operações de crédito e arrendamento mercantil	Total líquido
Pessoas físicas	**1.840**	**1.000**	**1.014**	**2.708**	**3.557**	**35**	**10.154**	**187.220**	**(14.717)**	**172.503**
Cartão de crédito	979	418	551	1.598	2.466	7	6.019	58.542	(4.141)	54.401
Crédito pessoal	540	406	347	876	875	9	3.053	28.396	(8.330)	20.066
Crédito consignado	72	51	44	103	105	16	391	45.434	(1.319)	44.115
Veículos	220	109	64	118	98	1	610	20.058	(874)	19.184
Crédito imobiliário	29	16	8	13	13	2	81	34.790	(53)	34.737
Grandes empresas	**825**	**130**	**125**	**560**	**238**	**5**	**1.883**	**152.527**	**(6.459)**	**146.068**
Micros, pequenas e médias empresas	**557**	**314**	**267**	**623**	**647**	**17**	**2.425**	**66.038**	**(4.809)**	**61.229**
Unidades externas – América Latina	**649**	**120**	**64**	**118**	**148**	**35**	**1.134**	**68.463**	**(859)**	**67.604**
Total[2]	**3.871**	**1.564**	**1.470**	**4.009**	**4.590**	**92**	**15.596**	**474.248**	**(26.844)**	**447.404**

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.
(2) Inclui R$ 11.059 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por taxa de juros

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito segregada em taxas fixas e variáveis, incluindo as operações com parcelas vincendas e vencidas:

(Em milhões de R$)

Parcelas a vencer	Vencimento em 30 dias ou menos	Vencimento entre 31-90 dias	Vencimento entre 91-180 dias	Vencimento entre 181-360 dias	Vencimento entre 1 ano e 5 anos	Vencimento após 5 anos	Total de parcelas a vencer
31/12/2017							
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento							
Taxas variáveis	19.158	25.848	23.020	30.863	91.392	70.500	260.781
Taxas fixas	48.533	33.863	29.788	32.418	67.278	3.084	214.964
Total [1]	**67.691**	**59.711**	**52.808**	**63.281**	**158.670**	**73.584**	**475.745**
31/12/2016							
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento							
Taxas variáveis	21.082	28.062	22.294	28.525	90.341	64.232	254.536
Taxas fixas	46.263	34.906	28.394	33.710	72.441	3.273	218.987
Total [1]	**67.345**	**62.968**	**50.688**	**62.235**	**162.782**	**67.505**	**473.523**
31/12/2015							
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento							
Taxas variáveis	17.424	23.010	19.880	24.869	79.466	53.659	218.308
Taxas fixas	49.543	38.411	30.191	36.143	81.628	4.428	240.344
Total [1]	**66.967**	**61.421**	**50.071**	**61.012**	**161.094**	**58.087**	**458.652**

(1) Inclui R$ 8.653 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

(1) Inclui R$ 9.085 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

(1) Inclui R$ 8.399 milhões relacionados às parcelas a vencer de operações de crédito de curso anormal.

(Em milhões de R$)

Parcelas vencidas[1]	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto
31/12/2017								
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento								
Taxas variáveis	3.139	1.360	1.076	608	543	111	6.837	267.618
Taxas fixas	2.409	982	1.021	2.665	3.639	69	10.785	225.749
Total[2]	**5.548**	**2.342**	**2.097**	**3.273**	**4.182**	**180**	**17.622**	**493.367**

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.
(2) Inclui R$ 10.452 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas vencidas[1]	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto
31/12/2016								
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento								
Taxas variáveis	2.513	795	512	506	686	76	5.088	259.624
Taxas fixas	2.326	1.198	1.100	2.978	4.073	80	11.755	230.742
Total[2]	**4.839**	**1.993**	**1.612**	**3.484**	**4.759**	**156**	**16.843**	**490.366**

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.
(2) Inclui R$ 10.857 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Parcelas vencidas[1]	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	1 ano ou mais	Total de parcelas vencidas	Total de operações de crédito bruto
31/12/2015								
Taxa de juros de crédito a clientes por vencimento								
Taxas variáveis	1.166	240	156	531	347	39	2.479	220.786
Taxas fixas	2.705	1.324	1.314	3.478	4.243	53	13.117	253.462
Total[2]	**3.871**	**1.564**	**1.470**	**4.009**	**4.590**	**92**	**15.596**	**474.248**

(1) Definida como operações de crédito e arrendamento mercantil contratualmente vencidas em relação ao pagamento de juros ou do principal.
(2) Inclui R$ 11.059 milhões relacionados às parcelas vencidas de operações de crédito de curso anormal.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por atividade econômica

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossa carteira de crédito, incluindo as operações de crédito de curso anormal, por atividade econômica do tomador:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Atividade econômica	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito
Setor público	2.366	0,5	3.051	0,6	3.182	0,7
Indústria e comércio	106.620	21,6	112.067	22,8	125.386	26,5
Serviços	113.981	23,1	118.102	24,1	104.226	22,0
Setor primário	23.013	4,7	24.362	5,0	25.306	5,3
Pessoas físicas	243.745	49,4	229.945	46,9	213.622	45,0
Outros setores	3.642	0,7	2.839	0,6	2.526	0,5
Total	**493.367**	**100,0**	**490.366**	**100,0**	**474.248**	**100,0**

Em 31 de dezembro de 2017, não havia concentração de operações de crédito e arrendamento mercantil que excediam 10% do total da carteira e que não tinham sido divulgadas em uma categoria de empréstimos e perdas.

Operações de crédito e arrendamento mercantil por concentração

A tabela a seguir apresenta a composição da nossa carteira de crédito por concentração com relação aos valores devidos pelos devedores:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Concentração	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito	Carteira de crédito	% da carteira de crédito
Maior devedor	4.078	0,8	3.543	0,7	4.615	1,0
10 maiores devedores	20.365	4,1	21.609	4,4	27.173	5,7
20 maiores devedores	30.761	6,2	32.720	6,7	40.831	8,6
50 maiores devedores	50.089	10,2	52.992	10,8	63.797	13,5
100 maiores devedores	69.427	14,1	72.441	14,8	85.167	18,0
Total	**493.367**		**490.366**		**474.248**	

Rating da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil

Apresentamos a seguir a classificação de nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil com base na probabilidade de inadimplência para os períodos indicados a seguir:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Classificação interna	31/12/2017			
	Operações de crédito a vencer sem evento de perda	Operações de crédito vencidas sem evento de perda [1]	Operações de crédito com evento de perda	Total das operações de crédito
Risco baixo	357.710	10.601	-	368.311
Risco médio	69.671	7.014	-	76.685
Risco alto	12.147	6.207	-	18.354
Crédito com evento de perda [2]	-	-	30.017	30.017
Total	439.528	23.822	30.017	493.367
%	89,1	4,8	6,1	100,0

Classificação interna	31/12/2016			
	Operações de crédito a vencer sem evento de perda	Operações de crédito vencidas sem evento de perda [1]	Operações de crédito com evento de perda	Total das operações de crédito
Risco baixo	363.954	5.543	-	369.497
Risco médio	62.883	6.904	-	69.787
Risco alto	13.767	6.998	-	20.765
Crédito com evento de perda [2]	-	-	30.317	30.317
Total	440.604	19.445	30.317	490.366
%	89,8	4,0	6,2	100,0

Classificação interna	Operações de crédito a vencer sem evento de perda	Operações de crédito vencidas sem evento de perda (1)	Operações de crédito com evento de perda	Total das operações de crédito
				31/12/2015
Risco baixo	340.368	3.838	-	344.206
Risco médio	76.940	6.489	-	83.429
Risco alto	12.609	6.847	-	19.456
Crédito com evento de perda(2)	-	-	27.157	27.157
Total	429.917	17.174	27.157	474.248
%	90,7	3,6	5,7	100,0

(1) As operações classificadas como Operações de crédito vencidas sem evento de perda estão vencidas entre 1 dia e 90 dias e o saldo é o total do valor principal em aberto (vencidas e a vencer).
(2) Consideramos que as operações de crédito encontram-se com evento de perda quando (i) as operações com grandes empresas têm probabilidade de inadimplência superior a 31,84%; (ii) as operações estão vencidas há mais de 90 dias; ou (iii) as operações renegociadas estão vencidas há mais de 60 dias.

A classificação de crédito para transações com grandes empresas é baseada em informações como a situação econômica e financeira da contraparte, sua capacidade de gerar caixa, o grupo econômico ao qual pertence, a situação atual e a prospectiva do setor econômico no qual atua. As propostas de crédito são analisadas individualmente, por meio de um mecanismo de aprovação de crédito.

Em relação às operações no varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), essa classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de crédito e na pontuação comportamental. As decisões são tomadas com base em modelos de pontuação, continuamente atualizados por uma unidade independente. Em circunstâncias limitadas, pode haver uma análise individualizada de casos específicos na qual a aprovação esteja sujeita a níveis mais altos de aprovação de crédito. As classificações de risco são agrupadas em quatro categorias: (i) baixo, (ii) médio, (iii) alto e (iv) crédito com evento de perda. Consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro – Provisão para créditos de liquidação duvidosa, para mais informações sobre as análises individuais e coletivas.

Operações de crédito de curso anormal

Consideramos todos os empréstimos vencidos e não pagos há 60 dias ou mais como de curso anormal e, dessa forma, interrompemos a apropriação de encargos financeiros relacionados àqueles empréstimos.

Baixas contábeis

As operações de crédito e arrendamento mercantil são baixadas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa quando o empréstimo não é recebido ou quando é considerado sujeito à redução permanente ao valor recuperável. Em geral, baixamos os empréstimos quando estes estão vencidos e não pagos há 360 dias, exceto aqueles com vencimento original superior a 36 meses, que são baixados quando o atraso é superior a 540 dias. Entretanto, as baixas contábeis podem ser reconhecidas antes de 360 dias, se for entendido que o empréstimo não é recuperável.

Consulte a seção Desempenho, item Ativo – Operações de crédito e arrendamento mercantil – Operações de crédito renegociadas para mais informações.

Informações sobre a qualidade de operações de crédito e arrendamento mercantil

A tabela a seguir apresenta nossas operações de crédito de curso anormal juntamente com certos índices de qualidade de ativos.

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
					(Em milhões de R$, exceto porcentagens)
Operações de crédito de curso anormal	19.105	19.942	19.458	16.514	18.065
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.895	26.972	26.844	22.392	22.235
Total da carteira de crédito e arrendamento mercantil	493.367	490.366	474.248	452.431	411.702
Operações de crédito de curso anormal sobre o total da carteira de crédito e arrendamento mercantil (%)	3,9	4,1	4,1	3,7	4,4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o total da carteira de crédito e arrendamento mercantil (%)	5,7	5,5	5,7	4,9	5,4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o total da carteira de crédito de curso anormal (%)	146,0	135,3	138,0	135,6	123,1

Avaliação

A nossa primeira análise é feita sobre a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou alocada coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos, com evidência objetiva de redução ao valor recuperável, utilizamos metodologias que consideram tanto a qualidade do cliente quanto a natureza do financiamento, inclusive a garantia, para estimar o fluxo de caixa esperado dessas operações de crédito.

Se não houver evidência objetiva de perda em um crédito avaliado individualmente, seja significativo ou não, ele é incluído em um grupo de créditos com características semelhantes de risco e será então avaliado coletivamente quanto à perda por redução ao valor recuperável. Os créditos avaliados individualmente e para os quais é reconhecida uma redução ao seu valor recuperável não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros do ativo financeiro.

No caso de empréstimos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, para os quais exista uma garantia recebida, reflete o desempenho histórico de execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que podem resultar das execuções, menos custos para obtenção e venda daquela garantia.

Para fins de avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos, pois podem ser indicadores da dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito estabelecidas. Os fluxos de caixa futuros de um grupo de créditos que sejam avaliados coletivamente, para fins de identificação da necessidade de reconhecimento da redução ao valor recuperável, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais do grupo de créditos e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada, com base em dados observáveis correntes, de modo a refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada, e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso de créditos individualmente significativos, sem evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável, essas operações de crédito são classificadas em determinadas categorias de crédito (*ratings*) com base em fatores qualitativos e quantitativos aplicados a modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diversas características de risco de cada contrato, os *ratings* determinados segundo os modelos internos podem ser revisados e modificados pelo nosso Comitê de Crédito, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito corporativo. Estimamos as perdas inerentes para cada *rating* por meio de uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, para a qual usamos nossa experiência histórica na elaboração de modelos internos para cálculo de estimativas de probabilidade de inadimplência e do potencial de recuperação dos créditos inadimplentes.

Para determinar o valor da provisão para itens que não são significativos individualmente, as operações de crédito são segregadas em classes baseadas nos riscos subjacentes e nas características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes, por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência com perdas em operações de crédito em anos anteriores.

Alocação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A tabela a seguir apresenta o detalhamento por segmento e classe, conforme definido na segmentação da nossa carteira, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, dessa provisão como uma porcentagem do total das perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil para o respectivo segmento ou classe, e a porcentagem do total de operações de crédito e arrendamento mercantil em cada segmento e classe em relação ao total de operações de crédito e arrendamento mercantil.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

	31/12/2017			31/12/2016			31/12/2015			31/12/2014			31/12/2013		
	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total	Provisão alocada	Provisão alocada como % do total de operações de crédito e arrendamento mercantil	Operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento e classe como % do total
Pessoas físicas	12.992	**2,6**	**38,5**	**14.259**	**2,9**	**37,3**	**14.717**	**3,1**	**39,5**	**13.385**	**3,0**	**41,1**	**13.853**	**3,4**	**40,7**
Cartão de crédito	3.469	0,7	13,5	3.693	0,8	12,0	4.141	0,9	12,4	3.740	0,8	13,1	2.952	0,7	12,9
Crédito pessoal	6.844	1,4	5,1	7.756	1,6	5,3	8.330	1,7	6,0	7.024	1,6	6,2	6.488	1,6	6,5
Crédito consignado	2.082	0,4	9,0	2.108	0,4	9,1	1.319	0,3	9,6	1.107	0,2	9,0	1.133	0,3	5,5
Veículos	550	0,1	2,8	644	0,1	3,1	874	0,2	4,2	1.469	0,3	6,4	3.245	0,8	9,9
Crédito imobiliário	47	-	8,1	58	-	7,8	53	-	7,3	45	-	6,4	35	-	5,9
Grandes empresas	**6.958**	**1,4**	**21,8**	**5.862**	**1,2**	**24,8**	**6.459**	**1,4**	**32,2**	**3.114**	**0,7**	**32,5**	**2.006**	**0,5**	**31,6**
Micro, pequenas e médias empresas	**3.819**	**0,8**	**12,1**	**4.743**	**1,0**	**12,1**	**4.809**	**1,0**	**13,9**	**5.158**	**1,1**	**15,2**	**5.854**	**1,4**	**17,6**
Unidades externas – América Latina	**4.126**	**0,8**	**27,6**	**2.108**	**0,4**	**25,8**	**859**	**0,2**	**14,4**	**735**	**0,2**	**11,2**	**522**	**0,1**	**10,1**
Total	**27.895**	**5,6**	**100,0**	**26.972**	**5,5**	**100,0**	**26.844**	**5,7**	**100,0**	**22.392**	**4,9**	**100,0**	**22.235**	**5,4**	**100,0**

Operações de crédito renegociadas

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2017	2016	2015	2014	2013
Operações de crédito renegociadas[1]	17.254	16.398	14.932	11.572	12.880
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.792	7.341	6.991	5.459	6.284
Provisão para créditos de liquidação duvidosa/ Operações	**45,2**	**44,8**	**46,8**	**47,2**	**48,8**

(1) Inclui consolidação e diferimento de dívida ou qualquer outro acordo que altere o prazo ou condições de operações originalmente em atraso.

Incluímos em operações de crédito renegociadas tanto créditos cujos prazos contratuais originais foram aditados (acordos) quanto novas operações de crédito celebradas para liquidar contratos ou transações com o mesmo cliente (operações de crédito reestruturadas), que originalmente estavam vencidos. Aditamentos e operações de crédito reestruturadas geralmente refletem modificações nos termos contratuais, nas taxas ou condições de pagamento.

Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento, sob os termos da renegociação, que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

O fato de uma operação de crédito ou arrendamento mercantil ter sido renegociada é também levado em consideração no momento da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa após a renegociação. O desempenho passado e o histórico de pagamento do cliente e da transação, bem como a probabilidade de ocorrer nova inadimplência nas operações renegociadas, são levados em consideração por nossos modelos de risco, a fim de determinar a probabilidade de inadimplência, que é geralmente mais alta do que a probabilidade atribuída em operações similares para as quais nunca houve renegociação. Outro fator considerado na determinação do nível adequado da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a garantia adicional a ser fornecida pelo devedor. Os níveis da provisão resultantes são compatíveis com o perfil de risco de cada operação.

Em 31 de dezembro de 2017, nossa carteira de créditos renegociados aumentou para 3,5% do total da nossa carteira de crédito, em comparação com 3,3% em 31 de dezembro de 2016. No final de 2017, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 45,2% em comparação com 44,8% em 31 de dezembro de 2016. O ambiente macroeconômico, tanto em termos globais quanto especificamente no Brasil, continuou a afetar adversamente nossa carteira de créditos renegociados, que registrou crescimento em 2017, especificamente nos segmentos de grandes empresas e de empréstimos no exterior – América Latina – e redução na carteira de crédito para pessoas físicas. A tabela Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas a seguir é detalhada por segmento.

Em 31 de dezembro de 2016, nossa carteira de créditos renegociados aumentou para 3,3% do total da nossa carteira de crédito, em comparação com 3,1% em 31 de dezembro de 2015. No final de 2016, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 44,8% em comparação com 46,8% em 31 de dezembro de 2015. O crescimento dessa carteira em 2016 se deve à deterioração do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil, especificamente nos segmentos de grandes empresas e de pequenas e médias empresas, conforme apresentado na tabela Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2015, nossa carteira de créditos renegociados aumentou para 3,1% do total da nossa carteira de crédito, em comparação com 2,6% em 31 de dezembro de 2014. No final de 2015, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 46,8% em comparação com 47,2% em 31 de dezembro de 2014. O crescimento dessa carteira em 2015 se deve à deterioração do cenário macroeconômico, principalmente no Brasil, especificamente no segmento de grandes empresas, conforme apresentado na tabela Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2014, nossa carteira de créditos renegociados reduziu-se para 2,6% do total da nossa carteira de crédito, em comparação com 3,1% em 31 de dezembro de 2013. No final de 2014, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 47,2% em comparação com 48,8% em 31 de dezembro de 2013. Durante todo o exercício de 2014, a provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira seguiu a evolução do mix do risco de crédito na carteira renegociada.

Em 31 de dezembro de 2013, nossa carteira de créditos renegociados reduziu-se para 3,1% em relação ao total de nossa carteira de crédito, em comparação com 4,0% em 31 de dezembro de 2012. No final de 2013, o índice da carteira renegociada em relação à provisão para créditos de liquidação duvidosa era de 48,8%, em comparação com 46,6% em 31 de dezembro de 2012. Durante todo o exercício de 2013, a provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira seguiu a evolução do mix do risco de crédito na carteira renegociada.

Desde 2013, mantemos a política de recuperação dos créditos com parcelas vencidas, inclusive créditos já baixados como prejuízo, e, para reduzir os prejuízos, aprimoramos nossas iniciativas de cobrança e recuperação. Adotamos, também, uma política de maior seletividade na originação dos créditos, resultando em níveis mais baixos de inadimplência e uma quantidade menor de operações renegociadas.

O valor total de cada tipo de crédito renegociado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 é apresentado na tabela a seguir:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Em 31 de dezembro de 2017

Tipo de operação de crédito	Total de operações de crédito renegociadas	Total da provisão para crédito de liquidação duvidosa	Provisão para crédito de liquidação duvidosa/ Operações de crédito renegociadas (%)	Total das operações de crédito renegociadas inadimplentes(1)	Operações de crédito renegociadas inadimplentes (%)
Operações de crédito reestruturadas	13.549	6.184	45,6	3.367	24,9
Acordos	3.705	1.608	43,4	635	17,1
Total	**17.254**	**7.792**	**45,2**	**4.002**	**23,2**

(1) Nossas operações de crédito renegociadas inadimplentes são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

Em 31 de dezembro de 2016

Tipo de operação de crédito	Total de operações de crédito renegociadas	Total da provisão para crédito de liquidação duvidosa	Provisão para crédito de liquidação duvidosa/ Operações de crédito renegociadas (%)	Total das operações de crédito renegociadas inadimplentes(1)	Operações de crédito renegociadas inadimplentes (%)
Operações de crédito reestruturadas	14.405	6.740	46,8	3.930	27,3
Acordos	1.993	601	30,2	295	14,8
Total	**16.398**	**7.341**	**44,8**	**4.225**	**25,8**

(1) Nossas operações de crédito renegociadas inadimplentes são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

Em 31 de dezembro de 2015

Tipo de operação de crédito	Total de operações de crédito renegociadas	Total da provisão para crédito de liquidação duvidosa	Provisão para crédito de liquidação duvidosa/ Operações de crédito renegociadas (%)	Total das operações de crédito renegociadas inadimplentes(1)	Operações de crédito renegociadas inadimplentes (%)
Operações de crédito reestruturadas	11.985	5.508	46,0	3.077	25,7
Acordos	2.947	1.483	50,3	340	11,5
Total	**14.932**	**6.991**	**46,8**	**3.417**	**22,9**

(1) Nossas operações de crédito renegociadas inadimplentes são operações renegociadas vencidas há 60 dias ou mais.

As tabelas a seguir apresentam uma segregação adicional das operações de crédito renegociadas por carteiras, em segmentos e tipos, com base no tipo de modificação, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$)

Em 31 de dezembro de 2017

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Prorrogação do pagamento(1)	Concessões múltiplas(2)	Modificações múltiplas(3)	Total
Pessoas físicas	166	2.419	4.436	**7.021**
Cartão de crédito	-	432	-	**432**
Crédito pessoal	-	1.802	4.436	**6.238**
Crédito consignado	-	185	-	**185**
Veículos	76	-	-	**76**
Crédito imobiliário	90	-	-	**90**
Grandes empresas	-	-	4.175	**4.175**
Pequenas e médias empresas	89	1.879	2.318	**4.286**
Unidades externas – América Latina	178	1.594	-	**1.772**
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	**433**	**5.892**	**10.929**	**17.254**

(1) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.
(2) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil múltiplas que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações encerradas.
(3) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil de pessoas físicas realizadas com um cliente que está renegociando mediante aditamento das condições contratuais originais, que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre valores em aberto e prorrogação de prazos de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2016

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Prorrogação do pagamento(1)	Concessões múltiplas(2)	Modificações múltiplas(3)	Total
Pessoas físicas	138	2.470	5.209	**7.817**
Cartão de crédito	-	333	-	**333**
Crédito pessoal	-	1.964	5.209	**7.173**
Crédito consignado	-	173	-	**173**
Veículos	68	-	-	**68**
Crédito imobiliário	70	-	-	**70**
Grandes empresas	-	-	2.908	**2.908**
Pequenas e médias empresas	34	2.102	2.201	**4.337**
Unidades externas – América Latina	188	1.148	-	**1.336**
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	**360**	**5.720**	**10.318**	**16.398**

(1) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.
(2) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil múltiplas que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações encerradas.
(3) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil de pessoas físicas realizadas com um cliente que está renegociando mediante aditamento das condições contratuais originais, que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre valores em aberto e prorrogação de prazos de pagamento.

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Em 31 de dezembro de 2015 Prorrogação do pagamento(1)	Concessões múltiplas(2)	Modificações múltiplas(3)	Total
Pessoas físicas	213	2.457	5.123	**7.793**
Cartão de crédito	-	356	-	**356**
Crédito pessoal	-	1.965	5.123	**7.088**
Crédito consignado	-	136	-	**136**
Veículos	163	-	-	**163**
Crédito imobiliário	50	-	-	**50**
Grandes empresas	-	-	3.181	**3.181**
Pequenas e médias empresas	53	2.348	1.357	**3.758**
Unidades externas – América Latina	-	200	-	**200**
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	**266**	**5.005**	**9.661**	**14.932**

(1) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil sujeitas a aditamento das condições contratuais referentes exclusivamente às datas de vencimento.
(2) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil múltiplas que foram reestruturadas, ou seja, todas as operações em aberto foram encerradas e uma única operação nova foi realizada, consolidando as operações encerradas.
(3) Representa operações de crédito e arrendamento mercantil de pessoas físicas realizadas com um cliente que está renegociando mediante aditamento das condições contratuais originais, que pode incluir alteração das taxas de juros, descontos sobre valores em aberto e prorrogação de prazos de pagamento.

As tabelas a seguir apresentam uma segregação adicional das operações de crédito renegociadas por segmento e classe em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$)

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Em 31 de dezembro de 2017 A vencer e com evento de perda	A vencer e sem evento de perda	Vencidas e com evento de perda	Vencidas e sem evento de perda	Total
Pessoas físicas	**-**	**4.136**	**1.700**	**1.185**	**7.021**
Cartão de crédito	-	421	-	11	**432**
Crédito pessoal	-	3.527	1.585	1.126	**6.238**
Crédito consignado	-	124	49	12	**185**
Veículos	-	61	8	7	**76**
Crédito imobiliário	-	3	58	29	**90**
Grandes empresas	**2.849**	**113**	**1.204**	**9**	**4.175**
Pequenas e médias empresas	**-**	**1.809**	**1.451**	**1.026**	**4.286**
Unidades externas – América Latina	**4**	**1.110**	**379**	**279**	**1.772**
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	**2.853**	**7.168**	**4.734**	**2.499**	**17.254**

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Em 31 de dezembro de 2016 A vencer e com evento de perda	A vencer e sem evento de perda	Vencidas e com evento de perda	Vencidas e sem evento de perda	Total
Pessoas físicas	**-**	**4.162**	**2.162**	**1.493**	**7.817**
Cartão de crédito	-	333	-	-	**333**
Crédito pessoal	-	3.689	2.033	1.451	**7.173**
Crédito consignado	-	104	55	14	**173**
Veículos	-	32	29	7	**68**
Crédito imobiliário	-	4	45	21	**70**
Grandes empresas	**2.113**	**135**	**633**	**27**	**2.908**
Pequenas e médias empresas	**-**	**2.064**	**1.293**	**980**	**4.337**
Unidades externas – América Latina	**22**	**733**	**292**	**289**	**1.336**
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	**2.135**	**7.094**	**4.380**	**2.789**	**16.398**

Operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas	Em 31 de dezembro de 2015				
	A vencer e com evento de perda	A vencer e sem evento de perda	Vencidas e com evento de perda	Vencidas e sem evento de perda	Total
Pessoas físicas	**-**	**4.133**	**2.118**	**1.542**	**7.793**
Cartão de crédito	-	356	-	-	**356**
Crédito pessoal	-	3.679	1.919	1.490	**7.088**
Crédito consignado	-	83	28	25	**136**
Veículos	-	13	135	15	**163**
Crédito imobiliário	-	2	36	12	**50**
Grandes empresas	2.796	198	187	-	**3.181**
Pequenas e médias empresas	-	1.666	1.207	885	**3.758**
Unidades externas – América Latina	-	95	69	36	**200**
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas(1)	2.796	6.092	3.581	2.463	**14.932**

(1) Nossas operações de crédito e arrendamento mercantil renegociadas apresentaram crescimento em 2015 devido à piora do cenário macroeconomico, principalemnte no Brasil, especificamente para o segmento de Pessoas Jurídicas.

A tabela a seguir apresenta as alterações em nossa carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil com evento de perda, incluindo as alterações das operações renegociadas referentes a 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$)

Evento de perda	2017	2016	2015
Saldo no início do período	**30.317**	**27.157**	**17.206**
(+) Operações de crédito adicionadas	16.637	21.075	21.701
(+) Operações de crédito adicionadas devido a nova inadimplência	4.753	5.188	4.587
(-) Operações de crédito excluídas devido a baixas	(11.202)	(10.737)	(9.474)
(-) Operações de crédito excluídas devido à renegociação (inclusive aditamentos)	(1.281)	(1.453)	(1.160)
(-) Operações de crédito excluídas devido à liquidação total ou parcial	(9.207)	(10.913)	(5.703)
Saldo no final do período	**30.017**	**30.317**	**27.157**

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 12 – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro para mais informações.

Transações transfronteiriças

As transações transfronteiriças são ativos monetários expressos em moeda estrangeira, que ultrapassam 1% do nosso total de ativos em transações com clientes no exterior realizadas por nossas subsidiárias no Reino Unido (nossa antiga subsidiária em Portugal), nas Ilhas Cayman, nas Bahamas e no Chile. Apresentamos a seguir a composição do total das transações transfronteiriças dessas subsidiárias para os períodos indicados:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Transações transfronteiriças	31/12/17	%	31/12/16	%	31/12/15	%
Disponibilidades	42.570	3,0	41.234	3,1	52.649	4,1
Aplicações em depósitos interfinanceiros	115.396	8,0	97.934	7,2	139.190	10,9
Aplicações no mercado aberto	17.954	1,3	22.267	1,6	20.187	1,6
Depósitos compulsórios no Banco Central	1.966	0,1	266	0,0	2.891	0,2
Ativos financeiros mantidos para negociação	9.844	0,7	12.121	0,9	6.995	0,5
Derivativos	14.897	1,0	10.153	0,8	15.409	1,2
Ativos financeiros disponíveis para venda	59.387	4,1	47.002	3,5	69.331	5,4
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	9.633	0,7	12.595	0,9	15.446	1,2
Operações de crédito e arrendamento mercantil	51.275	3,6	59.667	4,4	70.010	5,5
Total	**322.922**	**22,5**	**303.239**	**22,4**	**392.108**	**30,7**

Empréstimos de curto prazo

Os empréstimos de curto prazo estão incluídos em nosso balanço patrimonial na rubrica Captações no mercado aberto. A principal categoria para os empréstimos de curto prazo é "Captações no mercado aberto com ativos financeiros próprios e de terceiros". A tabela a seguir apresenta nossos empréstimos de curto prazo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Captações no mercado aberto	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Valor em aberto	312.634	349.164	336.643
Valor máximo em aberto durante o período	346.518	358.781	336.643
Média ponderada da taxa de juros no fim do período (%)	9,4	12,1	11,7
Valor médio em aberto durante o período	328.721	339.416	297.509
Média ponderada da taxa de juros (%)	7,0	11,9	12,3

Passivo

Captações

Principais fontes

Nossa atual estratégia de financiamento é continuar a usar todas nossas fontes de recursos, de acordo com seus custos e disponibilidades e nossa estratégia geral de administração de ativos e passivos. Para financiar nossas operações, intensificamos o uso da liquidez proporcionada por depósitos de poupança, depósitos interbancários, dívidas no mercado interbancário e dívidas no mercado institucional em 2017, 2016 e 2015.

Além disso, utilizamos as debêntures brasileiras sujeitas à recompra como fonte de recursos, reportadas em captações no mercado aberto e oferecidas não somente a clientes institucionais, mas também para clientes de private banking, corporate banking (grandes empresas) e de varejo. Essa captação de recursos foi definida para oferecer mais rentabilidade, por meio de *spreads* mais altos em nossos depósitos de poupança e taxas mais altas obtidas sobre fundos de mercado.

Nossa capacidade de obter financiamento depende de diversos fatores, incluindo as classificações de crédito, as condições econômicas gerais e a percepção dos investidores de mercados emergentes em geral e do Brasil (em particular, as condições políticas e econômicas vigentes no Brasil e os regulamentos do governo para financiamentos em moeda estrangeira).

Parte de nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto, quando da ocorrência de determinados fatos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2017, nenhum desses eventos, incluindo eventos de inadimplência e descumprimento de cláusula financeira, havia ocorrido e não temos motivos para acreditar que seja provável a ocorrência de algum desses eventos em 2018.

Nossa principal fonte de captação de recursos são nossos depósitos, divididos em depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo e depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2017 o total de depósitos foi de R$ 402.938 milhões, valor que representa 42,7% da captação total. Em 31 de dezembro de 2016 o total de depósitos foi de R$ 329.414 milhões, valor que representa 36,3% da captação total. Em 31 de dezembro de 2015, o total de depósitos foi de R$ 292.610 milhões, valor que representa 33,2% da captação total. Os depósitos a prazo representam uma de nossas maiores fontes de recursos e, em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, foram responsáveis por 22,4%, 17,2% e 12,0% da captação total, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta a composição de nossas principais fontes de recursos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Composição das principais fontes de recursos	2017	% do total de recursos	2016	% do total de recursos	2015	% do total de recursos
Depósitos	**402.938**	**42,7**	**329.414**	**36,3**	**292.610**	**33,2**
Depósitos a vista	68.973	7,3	61.133	6,7	61.092	6,9
Depósitos de poupança	119.980	12,8	108.250	12,0	111.319	12,6
Depósitos a prazo	211.800	22,4	156.274	17,2	105.250	12,0
Depósitos interfinanceiros	2.182	0,2	3.757	0,4	14.949	1,7
Outros depósitos	3	0,0	-	0,0	-	0,0
Captações no mercado aberto	**312.634**	**33,1**	**349.164**	**38,2**	**336.643**	**38,3**
Recursos de mercados interbancários	**129.616**	**13,8**	**135.483**	**14,9**	**156.886**	**17,8**
Letras hipotecárias	-	-	-	-	139	-
Letras de crédito imobiliário	18.525	2,0	19.179	2,1	14.452	1,6
Letras de crédito do agronegócio	15.101	1,6	15.442	1,7	13.775	1,6
Letras financeiras	27.691	3,0	19.566	2,2	18.496	2,1
Financiamento à importação e à exportação	39.089	4,1	45.633	5,0	65.566	7,5
Repasses no país	24.181	2,6	29.828	3,3	38.804	4,4
Obrigações por operações vinculadas a cessão de crédito	5.029	0,5	5.835	0,6	5.654	0,6
Recursos de mercados institucionais	**98.482**	**10,4**	**96.239**	**10,6**	**93.918**	**10,7**
Dívida subordinada	52.696	5,5	57.420	6,3	65.785	7,5
Obrigações por TVM no exterior	41.400	4,4	33.583	3,7	24.188	2,7
Certificados de operações estruturadas	4.386	0,5	5.236	0,6	3.945	0,4
Total	**943.670**	**100,0**	**910.300**	**100,0**	**880.057**	**100,0**

Depósitos por vencimento

A tabela a seguir apresenta o perfil de vencimento de nossos depósitos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$)

Depósitos por vencimento	2017				
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos não remunerados	**68.976**	**-**	**-**	**-**	**68.976**
Depósitos a vista	68.973				68.973
Outros depósitos	3				3
Depósitos remunerados	**147.867**	**33.258**	**23.238**	**129.599**	**333.962**
Depósitos de poupança	119.980	-	-	-	119.980
Depósitos a prazo	27.799	32.350	22.569	129.082	211.800
Depósitos interfinanceiros	88	908	669	517	2.182
Total	**216.843**	**33.258**	**23.238**	**129.599**	**402.938**

Depósitos por vencimento	2016				
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos não remunerados	**61.133**	**-**	**-**	**-**	**61.133**
Depósitos a vista	61.133	-	-	-	61.133
Depósitos remunerados	**139.982**	**30.166**	**17.734**	**80.399**	**268.281**
Depósitos de poupança	108.250	-	-	-	108.250
Depósitos a prazo	30.555	28.248	17.109	80.362	156.274
Depósitos interfinanceiros	1.177	1.918	625	37	3.757
Total	**201.115**	**30.166**	**17.734**	**80.399**	**329.414**

Depósitos por vencimento	2015				
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos não remunerados	**61.092**	**-**	**-**	**-**	**61.092**
Depósitos a vista	61.092	-	-	-	61.092
Depósitos remunerados	**129.260**	**27.979**	**14.288**	**59.991**	**231.518**
Depósitos de poupança	111.319	-	-	-	111.319
Depósitos a prazo	13.466	19.252	13.276	59.256	105.250
Depósitos interfinanceiros	4.475	8.727	1.012	735	14.949
Total	**190.352**	**27.979**	**14.288**	**59.991**	**292.610**

A tabela a seguir apresenta o vencimento dos depósitos a prazo em aberto com saldos acima de US$ 100 mil (ou seu equivalente) de nossa emissão em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$)

	2017	2016	2015
Vencimento em três meses	37.622	30.560	26.545
Vencimento entre três meses e seis meses	13.541	11.124	10.512
Vencimento entre seis meses e doze meses	15.484	12.509	8.925
Vencimento após doze meses	67.218	35.167	17.443
Total de depósitos a prazo que excedem US$ 100.000	**133.865**	**89.360**	**63.425**

Apresentamos a seguir a composição dos depósitos a prazo, de pessoas físicas e jurídicas, segregados entre os mercados de varejo, Itaú Personnalité, médias e grandes empresas (cada um expresso como uma porcentagem do total de depósitos a prazo), em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(%)

	2017	2016	2015
Varejo	11,6	8,1	8,3
Itaú Personnalité	23,4	14,3	17,3
Médias empresas	24,5	39,7	28,5
Grandes empresas	38,2	32,5	44,2
Institucionais	2,3	5,4	1,7
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Outras fontes

Atuamos também como agente financeiro em empréstimos de fundos do BNDES e do FINAME e no repasse de tais recursos, por um diferencial determinado pelo governo, para determinados setores da economia. Obtemos linhas de crédito em dólares dos Estados Unidos de nossas coligadas, inclusive do Itaú Unibanco Holding S.A. – agência Grand Cayman, Banco Itaú Chile e Itaú BBA S.A. – agência de Nassau, para financiamento de operações comerciais de empresas brasileiras. Para mais informações sobre repasses no país e financiamentos à importação e exportação, consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 19 – Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários.

Litígios

Visão geral

Não somos réus em nenhum processo administrativo significativo junto à CVM, À SUSEP, ao Banco Central ou a qualquer município. Como parte do curso normal dos nossos negócios, somos parte em vários processos judiciais e administrativos (incluindo reclamações de consumidores) movidos contra nós junto à SUSEP, a alguns municípios ou ao Banco Central do Brasil.

Nossas Demonstrações Contábeis Completas incluem apenas provisões para perdas prováveis que podem ser razoavelmente estimadas e despesas em que eventualmente incorrermos, relacionadas a litígios ou processos administrativos pendentes ou de outra forma exigidas pela legislação brasileira. Nossa administração acredita que nossas provisões, incluindo juros, para processos judiciais nos quais somos réus são suficientes para cobrir prováveis perdas que possam ser razoavelmente estimadas no caso de decisões judiciais desfavoráveis. No momento, não é possível estimar o montante de todos os custos em potencial em que possamos incorrer, ou penalidades que possam nos ser impostas, além daqueles para os quais constituímos provisões. Acreditamos que potenciais obrigações relacionadas com esses processos judiciais e administrativos não exercerão efeito adverso significativo sobre nosso negócio, situação financeira ou resultados. Não há processos relevantes nos quais qualquer de nossos membros do conselho, da alta administração, ou qualquer de nossas coligadas seja parte contrária a nós ou a nossas subsidiárias ou tenha interesse relevante diferente do nosso ou de nossas subsidiárias.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos, para mais informações sobre alterações nas provisões e nos respectivos depósitos judiciais relacionados a ações de natureza fiscal e previdenciária e aos principais tipos de controvérsias de natureza fiscal. A tabela a seguir apresenta nossas provisões para essas contingências em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$)

Provisões	31/12/17	31/12/16	31/12/15
Cíveis	5.300	5.172	5.227
Trabalhistas	7.283	7.232	6.132
Fiscais e Previdenciárias	7.003	8.246	7.500
Outras	150	259	135
Total	**19.736**	**20.909**	**18.994**

Em 2017, não havia nenhuma ação coletiva por concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio movida contra nós. GRI 206-1

Processos cíveis

Litígios originados dos planos de estabilização econômica do governo

Somos réus em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 1980 e 1990 pelo governo federal brasileiro para combater a inflação. Para informações adicionais, consulte a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos legais e regulatórios, A decisão sobre processos judiciais referentes a planos governamentais para estabilização econômica pode ter um efeito material adverso sobre nós.

Outros processos cíveis

Além dos processos decorrentes dos planos de estabilização econômica, somos réus em vários processos cíveis resultantes do curso normal dos negócios. No momento, não temos condições de prever o total dos valores envolvidos nessas reivindicações devido à natureza dos pleitos em discussão. Entretanto, acreditamos que quaisquer possíveis passivos relacionados a esses processos não terão impacto adverso significativo sobre nossa situação financeira ou nossos resultados.

Processos trabalhistas

Em 2017, nós e nossas subsidiárias não fomos expostos a passivos ou contingências trabalhistas que impactam individualmente nossos resultados de forma significativa. O conjunto das reclamações trabalhistas de nossas subsidiárias no referido período abrangeu aquelas ajuizadas tanto por colaboradores atuais e ex-colaboradores, quanto por prestadores de serviços terceirizados.

Sindicatos e ex-colaboradores moveram reclamações trabalhistas contra nós, buscando obter indenização por supostas violações de contratos de trabalho ou direitos trabalhistas previstos na legislação trabalhista aplicável. Em 31 de dezembro de 2017, havia 72.382 reclamações trabalhistas movidas contra nós.

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas ajuizadas por nossos atuais e ex-colaboradores incluem:

- Diferenças salariais decorrentes da aplicação da jornada de 30 horas de trabalho por semana, limite previsto no artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) brasileira, aplicável aos colaboradores do banco cujas funções não requerem especial confiança do empregador;
- Diferenças salariais decorrentes de horas extras não devidamente registradas no sistema interno;
- Reinvindicações em relação ao método que estabelece o pagamento das horas extras trabalhadas; e
- Equiparação salarial.

As ações coletivas trabalhistas movidas contra nós referem-se principalmente à manutenção de planos de saúde, normas de segurança e greves. Somos também réus em reclamações trabalhistas movidas pelo Ministério Público do Trabalho referentes a enquadramento sindical, terceirização, doenças ocupacionais, saúde e segurança e cumprimento da cota mínima para pessoas com deficiência. No exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017, pagamos aproximadamente R$ 3.135 milhões em despesas trabalhistas diretas, principalmente acordos e condenações envolvendo ex-funcionários, em conformidade com os termos transacionados e as sentenças impostas pela Justiça do Trabalho. GRI 103-2 | 103-3 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar

Por sua vez, as reclamações trabalhistas ajuizadas por prestadores de serviços terceirizados geralmente envolvem alegações de responsabilidade subsidiária das empresas pertencentes ao nosso grupo.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos, para mais informações sobre os processos trabalhistas.

Litígios de natureza fiscal

Somos parte em algumas controvérsias de natureza fiscal, decorrentes do curso normal dos nossos negócios, relacionadas, principalmente, à constitucionalidade ou legalidade de tributos que nos são cobrados.

Classificamos como obrigação legal as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

Contingências fiscais correspondem ao montante principal de impostos envolvidos em disputas de natureza fiscal, administrativa ou judicial, sujeitos a autuações fiscais, acrescidos de juros e, se aplicável, multas e outros encargos. Reconhece-se uma provisão caso uma perda seja provável.

Em 25 de junho de 2013, recebemos um auto de infração da Receita Federal do Brasil alegando que não havíamos recolhido os valores aproximados de R$ 11.844,7 milhões de IRPJ e de R$ 6.867 milhões de CSLL, ambos acrescidos de multas e juros acumulados, no exercício fiscal de 2008, decorrentes da transação que levou à associação da Itaú Holding e do Unibanco Holdings S.A. A Receita Federal alega que deveria ter sido utilizado um outro modelo de transação. Entretanto, a operação sugerida pela Receita não encontra respaldo nas normas aplicáveis às instituições financeiras. Em 30 de janeiro de 2014, fomos informados de que as autoridades fiscais confirmaram essas notificações em uma decisão não unânime. Em 28 de fevereiro de 2014, recorremos da decisão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Continuamos defendendo nossa posição de que as transações realizadas foram apropriadas e legítimas, tendo sido aprovadas pelos órgãos administrativos das empresas envolvidas e seus respectivos acionistas e, subsequentemente, sancionadas também pelas autoridades regulatórias competentes, inclusive a CVM, o Banco Central e o CADE. Juntamente com nossos advogados externos, avaliamos o risco de perda nesse processo tributário como remoto. Em 10 de abril de 2017, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em Turma Ordinária, proferiu decisão favorável à Companhia, cancelando o auto de infração.

Adicionalmente, recebemos em 14 de novembro de 2013, ainda sobre essa mesma operação, auto de infração lavrado em nome do Itaú Unibanco S.A., cobrando R$ 1.439,9 milhões de IRPJ e R$ 502,6 milhões de CSLL, acrescidos de multa e juros. Referido litígio também é classificado como de chance de perda remota pelos nossos advogados. Nós interpusemos recurso voluntário que foi julgado improcedente pelo CARF. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso especial interposto pela empresa junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF).

Outros litígios

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos, para mais informações sobre alterações nas provisões e nos respectivos depósitos judiciais relacionados a ações de natureza fiscal e previdenciária e aos principais tipos de controvérsias de natureza fiscal.

Instrumentos derivativos que se qualificam para *hedge* contábil

As operações de *hedge* podem ser classificadas em três categorias: *hedge* de valor justo, de fluxo de caixa e de investimento líquido de operações no exterior.

- *Hedge* de valor justo: visa nos proteger de variações no risco de mercado decorrente de mudanças no valor justo dos juros sujeitos a taxas variáveis.
- *Hedge* de fluxo de caixa: visa nos proteger de variações nos fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros.
- *Hedge* de investimentos líquido de operações no exterior: visa nos proteger de variações nos fluxos de caixas futuros de variações cambiais dos investimentos líquidos, em operações no exterior.

Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Gestão de riscos e capital, Risco de mercado para mais informações sobre *hedge*.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 9 – *Hedge* contábil, para mais informações. Quanto à política de contabilização de *hedge*, consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 2.4 d V – Resumo das Principais Políticas Contábeis.

Divulgação tabular de obrigações contratuais

A tabela a seguir resume o perfil de vencimentos de nossa dívida consolidada de longo prazo, arrendamentos operacionais e outros compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2017:

(Em milhões de R$)

Obrigações contratuais	Pagamentos devidos por período				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Recursos de mercados interbancários[1][3]	140.604	75.937	46.528	7.156	10.983
Recursos de mercados institucionais[2][3]	123.989	29.140	22.695	32.274	39.880
Depósitos a prazo[3]	262.736	93.387	30.762	133.038	5.549
Obrigações de arrendamentos operacionais e de capital	5.428	1.118	2.595	1.331	384
Avais e fianças	70.489	19.312	7.078	2.515	41.584
Cartas de crédito a liberar	9.214	9.214	-	-	-
Obrigações com previdência	466	45	90	90	241
Benefícios de planos de saúde	256	19	42	48	147
Total	**613.182**	**228.172**	**109.790**	**176.452**	**98.768**

(1) Contemplam letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, letras financeiras, financiamento à importação e exportação e repasses - no país.
(2) Contemplam dívida subordinada, obrigações por emissão de debêntures e obrigações por TVM no exterior.
(3) Inclui o total estimado de pagamento de juros (incluindo derivativos). Esses pagamentos estimados de juros foram calculados com base nas taxas interbancárias a termo em períodos específicos.

Compra de ações pelo emissor e compradores afiliados

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, em 18 de novembro de 2004 passamos a divulgar voluntariamente a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão do Itaú Unibanco Holding S.A. Para mais informações, consulte www.itau.com.br/arquivosestaticos/RI/pdf/pt/IHF-Politica_de_Negociacao_(FOR)_PORTUGUES.pdf. Divulgamos mensalmente ao mercado as operações realizadas com ações próprias pela Tesouraria por meio de um "Comunicado ao Mercado", assim como outras exigências de divulgação impostas pela regulamentação brasileira sobre títulos e valores mobiliários.

O programa de recompra que entrou em vigor em 2017 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 1º de fevereiro de 2016, com os limites de 50,0 milhões de ações preferenciais e 10,0 milhões de ações ordinárias, sem redução de nosso capital social.

Em 25 de maio de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou a renovação de nosso programa de recompra de ações até 26 de novembro de 2018, autorizando a compra de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais. Em 31 de agosto de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou a renovação de nosso programa de recompra de ações até 26 de novembro de 2018, autorizando a compra, no total, de até 60,0 milhões de ações ordinárias e 39,155 milhões de ações preferenciais.

Em 15 de dezembro de 2017, nosso Conselho de Administração renovou mais uma vez nosso programa de recompra de ações até 19 de junho de 2019, autorizando a compra, no total referente a todas as ações compradas nos termos do programa, de até 28,617 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais emitidas por nós, sem redução do capital social. O processo de aquisição das ações tem como potenciais objetivos: (i) maximizar a alocação de capital por meio da aplicação eficiente de recursos disponíveis; (ii) prover a entrega de ações aos colaboradores e administradores da Companhia e de suas subsidiárias no âmbito dos modelos de remuneração e planos de incentivos de longo prazo; e (iii) utilizar as ações adquiridas em caso de oportunidades de negócios no futuro. Todas as compras deverão ser feitas no mercado aberto por meio de bolsas de valores.

Período[1]	(a) Quantidade total de ações preferenciais adquiridas[2]	(b) Preço médio pago por ação preferencial[2]	(c) Quantidade total de ações preferenciais adquiridas como parte dos planos ou programas divulgados publicamente[2]	(d) Quantidade máxima de ações preferenciais que ainda podem ser adquiridas pelos planos ou programas	(e) Quantidade total de ações ordinárias adquiridas[2]	(f) Preço médio pago por ação ordinária[2]	(g) Quantidade total de ações ordinárias adquiridas como parte dos planos ou programas divulgados publicamente[2]	(h) Quantidade máxima de ações ordinárias que ainda podem ser adquiridas pelos planos ou programas
02/01 a 31/01/2017	6.350.000	35,21	29.000.000	21.000.000	-	-	-	10.000.000
01/02 a 24/02/2017	-	-	29.000.000	21.000.000	-	-	-	10.000.000
01/03 a 31/03/2017	1.626.000	38,26	30.626.000	19.374.000	-	-	-	10.000.000
03/04 a 28/04/2017	7.461.900	38,14	38.087.900	11.912.100	-	-	-	10.000.000
02/05 a 25/05/2017	11.700.000	35,53	49.787.900	212.100	-	-	-	10.000.000
25/05 a 31/05/2017	1.260.000	35,83	1.260.000	48.740.000	-	-	-	10.000.000
01/06 a 30/06/2017	6.985.000	35,90	8.245.000	41.755.000	-	-	-	10.000.000
03/07 a 31/ 07/2017	2.600.000	36,43	10.845.000	39.155.000	-	-	-	60.000.000
01/08 a 31/ 08/2017	-	-	-	39.155.000	-	-	-	60.000.000
01/09 a 29/09/2017	-	-	-	39.155.000	-	-	-	60.000.000
02/10 a 31/10/2017	-	-	-	39.155.000	-	-	-	60.000.000
01/11 a 30/11/2017	-	-	-	39.155.000	-	-	-	60.000.000
01/12 a 19/12/2017	-	-	-	39.155.000	31.793.105	37,05	31.793.105	28.206.895
20/12 a 29/12/2017	-	-	-	50.000.000	14.421.132	37,05	14.421.132	14.195.517

(1) Em 1º de fevereiro de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou a aquisição de até 10.000.000 ações ordinárias e 50.000.000 ações preferenciais, que terminou em 2 de agosto de 2017; em 25 de maio de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou a renovação do nosso programa de recompra de ações até 26 de novembro de 2018, autorizando a compra, no total referente a todas as ações compradas nos termos do programa, de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais, e em 31 de agosto de 2017, pela segunda vez, nosso Conselho de Administração aprovou o programa de recompra até 26 de novembro de 2018, autorizando a compra, no total referente a todas as ações compradas nos termos do programa, de até 60,0 milhões de ações ordinárias e 39,155 milhões de ações preferenciais, e em 15 de dezembro de 2017, nosso Conselho de Administração renovou mais uma vez nosso programa de recompra até 19 de junho de 2019, autorizando a compra, no total referente a todas as ações compradas nos termos do programa, de até 28,617 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais.
(2) Inclui custos de corretagem.

Investimentos

Conforme nossa prática nos últimos anos, os dispêndios para aquisição de imobilizado no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2017 foram financiados com recursos internos. Não podemos assegurar que realizaremos dispêndios para aquisição de imobilizado no futuro e que, caso sejam feitos, o montante corresponderá à estimativa atual. A tabela a seguir apresenta nossos investimentos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Investimentos	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Imobilizado	**943**	**1.430**	**1.466**	**(487)**	**(34,1)%**	**(36)**	**(2,5)%**
Imobilizado em curso	302	341	198	(39)	(11,4)%	143	72,2%
Terrenos e edificações	-	127	6	(127)	(100,0)%	121	2.016,7%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	147	137	139	10	7,3%	(2)	(1,4)%
Móveis e equipamentos de processamento de dados	412	602	1.040	(190)	(31,6)%	(438)	(42,1)%
Outros	82	223	83	(141)	(63,2)%	140	168,7%
Ativos intangíveis	**2.307**	**2.846**	**1.062**	**(539)**	**(18,9)%**	**1.784,00**	**168,0%**
Direitos de aquisição de folha de pagamento	345	342	109	3	0,9%	233	213,8%
Associação para promoção e oferta de produtos e serviços financeiros	18	719	39	(701)	(97,5)%	680	1.743,6%
Software desenvolvido ou obtido para uso interno	1.556	1.508	899	48	3,2%	609	67,7%
Outros ativos intangíveis	388	277	15	111	40,1%	262	1.746,7%
Total	**3.250**	**4.276**	**2.528**	**(1.026)**	**(24,0)%**	**1.748,00**	**69,1%**

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 15 – Imobilizado e Nota 16 – Ativos Intangíveis, para mais informações.

Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2017, éramos proprietários e locatários de nossos principais escritórios administrativos, que incluíam prédios de escritórios em dez diferentes endereços, com área total de 445.476 m², localizados na cidade de São Paulo, Brasil. Esses escritórios incluem nossa sede, bem como vários outros prédios administrativos, nos quais são realizadas funções administrativas, tais como as do departamento comercial, as atividades de suporte, do banco de atacado e de investimento e do nosso centro de processamento de dados.

Também alugamos parte de nossos escritórios administrativos e a maioria de nossas agências bancárias por preços competitivos, de terceiros e mediante contratos de aluguel renováveis com prazos de vencimento que vão desde o primeiro semestre de 2018 (em processo de renovação em condições semelhantes) até o primeiro trimestre de 2037.

Em 31 de dezembro de 2017, éramos proprietários de aproximadamente 32% de nossos escritórios administrativos e agências (inclusive postos de atendimento bancário, caixas eletrônicos e estacionamentos) e alugávamos aproximadamente 68%.

Capitalização

A tabela a seguir apresenta nossa capitalização em 31 de dezembro de 2017. As informações descritas são extraídas das nossas demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Na data deste Relatório Anual Consolidado, não houve nenhuma alteração relevante em nossa capitalização desde 31 de dezembro de 2017.

A tabela a seguir deve ser analisada em conjunto com as informações incluídas na seção Nosso perfil, item Em números, Dados contábeis selecionados – IFRS, seção Desempenho e seção Anexos, item Informações estatísticas selecionadas, para mais informações.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Capitalização	Em 31 de dezembro de 2016	
	R$	US$[1]
Passivo Circulante		
Depósitos	273.339	82.630
Captações no mercado aberto	240.808	72.796
Passivos financeiros mantidos para negociação	55	17
Derivativos	13.412	4.054
Recursos de mercados interbancários	73.414	22.193
Recursos de mercados institucionais	26.026	7.868
Outros passivos financeiros	77.598	23.458
Provisão de seguros e previdência privada	-	-
Passivos de planos de capitalização	3.301	998
Provisões	4.974	1.504
Obrigações fiscais	3.175	960
Outras obrigações	24.381	7.370
Total	**740.483**	**223.846**

(1) Conversão de conveniência a 3,3080 reais por dólar dos Estados Unidos, à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Capitalização	Em 31 de dezembro de 2016	
	R$	US$[1]
Passivo não Circulante		
Depósitos	129.599	39.177
Captações no mercado aberto	71.826	21.713
Passivos financeiros mantidos para negociação	410	124
Derivativos	13.334	4.031
Recursos de mercados interbancários	56.202	16.990
Recursos de mercados institucionais	72.456	21.903
Outros passivos financeiros	15	5
Provisão de seguros e previdência privada	181.232	54.786
Provisões	14.762	4.463
Obrigações fiscais	4.223	1.277
Outras obrigações	1.980	599
Total	**546.039**	**165.066**
Imposto de renda e contribuição social – diferido	**441**	**133**
Participações de acionistas não controladores	**13.166**	**3.980**
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas controladores[2]	**134.840**	**40.762**
Capitalização total[3]	**1.434.969**	**433.788**
Índice de Basileia[4]	**18,8%**	

(1) Conversão de conveniência a 3,3080 reais por dólar dos Estados Unidos, à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017.
(2) O capital acionário autorizado e em circulação da Itaú Unibanco Holding é composto de 3.305.526.906 ações ordinárias e 3.159.103.612 ações preferenciais, todas totalmente integralizadas. Para mais informações sobre nosso capital acionário vide Nota 21 às nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017.
(3) A capitalização total corresponde à soma do total do passivo circulante, exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros, participações minoritárias nas subsidiárias e patrimônio líquido.
(4) Calculado dividindo-se o capital regulatório total pelos ativos ponderados pelo risco.

Itens não registrados no balanço patrimonial

Não temos nenhum item que não esteja registrado no balanço patrimonial, exceto as garantias concedidas e descritas na Nota 36 – Gerenciamento de Riscos, item 3 – Garantias e Política de Mitigação do risco de crédito e item 5 – Exposição ao risco de crédito das nossas demonstrações contábeis consolidadas, e os instrumentos financeiros derivativos discutidos anteriormente. Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Gerenciamento de riscos e capital, Sensibilidade à taxa de câmbio, para mais informações.

Resultados

Destaques

Os destaques dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 são apresentados a seguir:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Destaques	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Demonstração do resultado			
Lucro líquido (atribuível aos acionistas controladores)	23.903	23.263	25.740
Produto bancário	111.050	118.661	92.011
Ações (R$)			
Lucro líquido por ação – Básico (ordinárias e preferenciais)	3.68	3.57	3.91
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação – Básica – Em milhares[1]			
Ordinárias	3.347.890	3.351.741	3.351.741
Preferenciais	3.156.020	3.171.216	3.228.881
Capitalização do mercado[2]	275.523	219.348	155.732
Capitalização do mercado (em milhões de US$)[3]	83.290	67.303	39.882
Índices de desempenho (%)			
Retorno sobre patrimônio líquido médio – Anualizado[4]	19,7	20,1	24,8
Retorno sobre o ativo médio – Anualizado[5]	1,7	1,8	2,2
Índice de Basileia – Consolidado prudencial	18,8	19,1	17,8
Índice de Inadimplência (90 dias) – %	3,1	3,4	3,5
Índice de Inadimplência (15-90 dias) – %	2,8	2,5	2,6
Índice de Eficiência (IE)[6]	46,3	45,1	43,6
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (IEAR)[6]	64,0	69,6	63,4

	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Balanço patrimonial			
Total do ativo	1.434.969	1.353.241	1.276.415
Total de operações de crédito	493.367	490.366	474.248
Patrimônio líquido	148.005	134.814	114.059
Patrimônio líquido atribuível aos Acionistas Controladores	134.840	122.582	112.252

(1) O número de ações em circulação foi ajustado para refletir a bonificação de 10% concedido em 17 de julho de 2015 e 14 de setembro de 2016.
(2) Quantidade total de ações em circulação (ordinárias e preferenciais) multiplicado pela cotação média da ação preferencial no último dia de negociação do período.
(3) A taxa de conversão US$/reais foi R$ 3,3080 em 31 de dezembro de 2017, R$ 3,2591 em 31 de dezembro de 2016 e R$ 3,9048 em 31 de dezembro de 2015.
(4) O retorno anualizado foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pelo patrimônio líquido médio trimestral atribuível aos acionistas controladores, excluindo os dividendos médios trimestrais propostos.
(5) O retorno anualizado foi calculado dividindo-se o lucro líquido pelo ativo médio.
(6) O Índice de Eficiência e o Índice de Eficiência Ajustada ao Risco são calculados com base nas informações gerenciais (para mais detalhes sobre a metodologia de cálculo para o Índice de Eficiência e o Índice de Eficiência ajustado ao Risco, consulte a Base da Apresentação das Informações por Segmento).

Lucro líquido (atribuível aos acionistas controladores): aumentou 2,8% em 2017 em relação a 2016 e diminuiu 9,6% em 2016 em relação a 2015.

Em 2017, o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi de R$ 23.903 milhões, com crescimento de 2,8% em relação a 2016, quando o lucro líquido atingiu R$ 23.263 milhões. Os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram o aumento das receitas de prestação de serviços e a redução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 31 de dezembro de 2016, nosso lucro líquido atribuível aos acionistas controladores reduziu 9,6% em relação a 2015, quando o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores atingiu R$ 25.740 milhões.

O Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio (ROAE), calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pelo patrimônio líquido médio trimestral atribuído aos acionistas controladores, excluindo dividendos trimestrais destacados no patrimônio líquido, atingiu 19,7% em 2017, uma redução de 0,4 ponto percentual em relação a 2016, quando o indicador atingiu 20,1%, uma redução de 4,7 pontos percentuais em relação a 2015, quando nosso ROAE atingiu 24,8%.

Patrimônio líquido (atribuível aos acionistas controladores): totalizou R$ 134.840 milhões em 31 de dezembro de 2017, aumento de 10,0% em relação a 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, nosso patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores atingiu R$ 122.582 milhões, aumento de 9,2% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Recompra de Ações: em 2017, adquirimos 37.982.900 ações preferenciais de emissão própria, e 46.214.237 ações ordinárias de emissão própria, no montante total de R$ 3,1 bilhões.

Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP): remuneramos nossos acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares de dividendos e juros sobre capital próprio. Em 2017 pagamos ou provisionamos R$ 5,0 bilhões, e destacamos no patrimônio líquido R$ 12,5 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio, líquidos de impostos, totalizando R$ 17,6 bilhões.

Certos efeitos das taxas de câmbio sobre nossa receita

A variação do real pode afetar nossa margem financeira (que inclui a receita e despesa de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior). Um determinado montante de nossos ativos e passivos financeiros está expresso ou indexado a moedas estrangeiras, em especial o dólar dos EUA. Quando há uma desvalorização do real, incorremos em perdas nos passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como dívidas de longo prazo e empréstimos de curto prazo expressos em dólares dos Estados Unidos, pois o custo em reais da correspondente despesa financeira aumenta. Ao mesmo tempo, realizamos ganhos sobre ativos monetários expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados, tais como títulos e valores mobiliários para negociação e empréstimos indexados ao dólar, devido a uma maior receita de juros referente a esses ativos quando convertidos para reais. Quando há valorização do real, os efeitos são opostos aos descritos acima. Consequentemente, o gerenciamento do descasamento (*gap*) em moedas estrangeiras pode ter um efeito significativo sobre nosso lucro líquido. Nosso gerenciamento do descasamento também considera os efeitos fiscais dessas posições. Buscamos manter *hedges* suficientes (posição passiva em derivativos cambiais) para reduzir os potenciais efeitos de nossa exposição cambial total.

Salvo indicação contrária, a discussão nesta seção refere-se às nossas taxas de juros e rentabilidades médias. As taxas de juros citadas são calculadas em reais e incluem o efeito da variação do real em relação a moedas estrangeiras. Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos. As autoridades brasileiras exercem influência sobre a economia brasileira. Alterações nas políticas fiscal, monetária e cambial, bem como a deterioração das contas fiscais do governo, podem nos afetar adversamente e o item Risco de mercado, para mais informações.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Demonstração Consolidada do Resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Produto bancário	**111.050**	**118.661**	**92.011**	**(7.611)**	**(6,4)%**	**26.650**	**29,0%**
Receita de juros e rendimentos	144.690	161.495	147.789	(16.805)	(10,4)%	13.706	9,3%
Despesa de juros e rendimentos	(78.325)	(95.126)	(75.064)	16.801	(17,7)%	(20.062)	26,7%
Receita de dividendos	301	288	98	13	4,5%	190	193,9%
Ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos	3.175	7.311	(11.862)	(4.136)	(56,6)%	19.173	(161,6)%
Resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior	(250)	5.513	(6.353)	(5.763)	(104,5)%	11.866	(186,8)%
Receita de prestação de serviços	34.448	31.918	29.452	2.530	7,9%	2.466	8,4%
Resultado de operações de seg. prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	5.252	5.880	6.672	(628)	(10,7)%	(792)	(11,9)%
Outras receitas	1.759	1.382	1.279	377	27,3%	103	8,1%
Perdas com créditos e sinistros	**(18.240)**	**(22.122)**	**(21.335)**	**3.882**	**(17,5)%**	**(787)**	**3,7%**
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.746)	(24.379)	(24.517)	3.633	(14,9)%	138	(0,6)%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.698	3.742	4.779	(44)	(1,2)%	(1.037)	(21,7)%
Despesas com sinistros	(1.224)	(1.555)	(1.611)	331	(21,3)%	56	(3,5)%
Recuperação de sinistros com resseguros	32	70	14	(38)	(54,3)%	56	400,0%
Margem operacional	**92.810**	**96.539**	**70.676**	**(3.729)**	**(3,9)%**	**25.863**	**36,6%**
Outras receitas/(despesas) operacionais	**(60.599)**	**(58.347)**	**(52.411)**	**(2.252)**	**3,9%**	**(5.936)**	**11,3%**
Despesas gerais e administrativas	(54.118)	(50.904)	(47.626)	(3.214)	6,3%	(3.278)	6,9%
Despesas tributárias	(7.029)	(7.971)	(5.405)	942	(11,8)%	(2.566)	47,5%
Resultado de participação sobre o lucro líquido em associadas e entidades controladas em conjunto	548	528	620	20	3,8%	(92)	(14,8)%
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	**32.211**	**38.192**	**18.265**	**(5.981)**	**(15,7)%**	**19.927**	**109,1%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.539)	(3.898)	(8.965)	(641)	16,4%	5.067	(56,5)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.404)	(10.712)	16.856	7.308	(68,2)%	(27.568)	(163,6)%
Lucro líquido	**24.268**	**23.582**	**26.156**	**686**	**2,9%**	**(2.574)**	**(9,8)%**
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores	365	319	416	46	14,4%	(97)	(23,3)%
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**23.903**	**23.263**	**25.740**	**640**	**2,8%**	**(2.477)**	**(9,6)%**

Produto bancário

O produto bancário é a soma de nossas receitas operacionais, líquidas dos custos de captação, conforme detalhado na tabela anterior. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 23 – Receitas e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Nota 24 – Receitas de Prestação de Serviços e Nota 25 – Outras Receitas, para mais informações.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa receita de juros e rendimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Receita de Juros e Rendimentos	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Depósitos compulsórios no Banco Central	7.201	6.920	5.748	281	4,1%	1.172	20,4%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	744	677	1.628	67	9,9%	(951)	(58,4)%
Aplicações no mercado aberto	25.712	34.162	27.572	(8.450)	(24,7)%	6.590	23,9%
Ativos financeiros mantidos para negociação	22.944	23.669	19.826	(725)	(3,1)%	3.843	19,4%
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.886	11.160	8.979	(2.274)	(20,4)%	2.181	24,3%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.896	3.788	3.758	(892)	(23,5)%	30	0,8%
Operações de crédito	75.584	80.118	79.392	(4.534)	(5,7)%	726	0,9%
Outros ativos financeiros	723	1.001	886	(278)	(27,8)%	115	13,0%
Total de receita de juros e rendimentos	**144.690**	**161.495**	**147.789**	**(16.805)**	**(10,4)%**	**13.706**	**9,3%**

A receita de juros e rendimentos é afetada por variações na taxa do certificado de depósito interbancário (CDI) e na taxa de câmbio. Em 2017, observamos redução na taxa média do CDI para 9,9% em relação a 14,0% em 2016. Em 2017, o real desvalorizou 1,5% em relação ao dólar dos EUA, enquanto havia valorizado 16,5% em 2016.

A receita de juros e rendimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$ 144.690 milhões, redução de 10,4% em relação ao mesmo período de 2016, quando a receita de juros e rendimentos totalizou R$ 161.495 milhões. A redução de 10,4% na receita de juros e rendimentos deveu-se principalmente a reduções em aplicações no mercado aberto, em ativos financeiros disponíveis para venda e em operações de crédito.

A receita sobre aplicações no mercado aberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$ 25.712 milhões, redução de 24,7% em relação a R$ 34.162 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essa redução deveu-se principalmente à redução nas taxas médias de juros.

A receita sobre ativos financeiros disponíveis para venda no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$ 8.886 milhões, redução de 20,4% em relação ao exercício anterior, quando totalizou R$ 11.160 milhões. Essa redução deveu-se principalmente à redução nas taxas médias de juros, que mais do que compensou o aumento do volume médio.

A receita sobre operações de crédito totalizaram R$ 75.584 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, redução de R$ 4.534 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essa redução foi afetada principalmente pela queda nas taxas médias de juros, pelo menor volume médio e também pela nova estrutura regulatória para cartões de crédito descrita a seguir.

Em janeiro de 2017, o CMN emitiu novas regras acerca do crédito rotativo para financiamento do saldo devedor dos cartões de crédito, que estabelece certas condições e limitações aplicáveis à concessão desse tipo de financiamento. Essa regulamentação dispõe que o crédito rotativo para financiamento do saldo devedor dos cartões de crédito seja concedido somente a clientes até a data devida da próxima fatura do cartão. Após essa data, a instituição financeira deverá oferecer ao cliente uma outra modalidade de financiamento em condições mais favoráveis do que aquelas atualmente oferecidas pelo mercado de cartões de crédito. Além disso, as instituições financeiras não poderão mais oferecer esse tipo de crédito a clientes que já tenham contratado o crédito rotativo para financiar saldos devedores que não foram quitados no seu devido tempo. Essa nova regulamentação entrou em vigor em abril de 2017.

A receita de juros e rendimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizou R$ 161.495 milhões, aumento de 9,3% em relação ao mesmo período de 2015, quando a receita de juros e rendimentos totalizou R$ 147.789 milhões. O crescimento de 9,3% na receita de juros e rendimentos deveu-se principalmente a aumentos em aplicações no mercado aberto, juros sobre ativos financeiros mantidos para negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda. Esses aumentos estão relacionados ao crescimento no volume desses ativos remunerados. Aumentos na taxa CDI acumulada, de 13,3% em 2015 para 14,0% em 2016, também contribuíram para o aumento na receita de juros e rendimentos.

A tabela a seguir apresenta a composição do valor contábil das operações de crédito e arrendamento mercantil por segmento, as principais responsáveis pela variação do total de operações de crédito e arrendamento mercantil entre 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Operações de crédito e arrendamento mercantil, por tipo	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Pessoas físicas	190.153	183.147	187.220	7.006	3,8%	(4.073)	(2,2)%
Cartão de crédito	66.650	59.022	58.542	7.628	12,9%	480	0,8%
Crédito pessoal	25.193	25.813	28.396	(620)	(2,4)%	(2.583)	(9,1)%
Crédito consignado	44.419	44.636	45.434	(217)	(0,5)%	(798)	(1,8)%
Veículos	14.083	15.434	20.058	(1.351)	(8,8)%	(4.624)	(23,1)%
Crédito imobiliário	39.808	38.242	34.790	1.566	4,1%	3.452	9,9%
Grandes empresas	107.617	121.754	152.527	(14.137)	(11,6)%	(30.773)	(20,2)%
Micro, pequenas e médias empresas	59.453	58.935	66.038	518	0,9%	(7.103)	(10,8)%
Unidades externas - América Latina	136.144	126.530	68.463	9.614	7,6%	58.067	84,8%
Total de operações de crédito e arrendamento mercantil	**493.367**	**490.366**	**474.248**	**3.001**	**0,6%**	**16.118**	**3,4%**

Desde 2011, temos priorizado a redução do risco de crédito de nossa carteira de crédito. Consequentemente, nossa carteira de crédito imobiliário tem tido um crescimento mais rápido, enquanto que as carteiras de veículos e grandes empresas têm apresentado redução. Nossa carteira de crédito imobiliário tem crescido em consonância com o mercado e mantemos uma abordagem conservadora em relação às garantias. O *loan-to-value* (LTV) – relação entre o valor do financiamento e a garantia subjacente – médio da carteira atingiu 54,7% no quarto trimestre de 2017. Consulte a tabela de operações de crédito e arrendamento mercantil por tipo, para mais informações.

Em 31 de dezembro de 2017, nossa carteira de crédito atingiu R$ 493.367 milhões, aumento de 0,6% em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando essa carteira totalizou R$ 490.366 milhões.

Operações de crédito e arrendamento mercantil para pessoas físicas

Em 31 de dezembro de 2017, as operações de crédito e arrendamento mercantil para pessoas físicas totalizaram R$ 190.153 milhões em relação a R$ 183.147 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento de 3,8% no volume das operações em relação ao exercício anterior deveu-se principalmente aos crescimentos nos empréstimos em cartão de crédito, em parte devido à consolidação das operações de varejo do Citibank no Brasil, e na carteira de crédito imobiliário, parcialmente compensados pelas reduções nas carteiras de crédito pessoal, consignado e para financiamento de veículos. A redução de 8,8% em 31 de dezembro de 2017 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no financiamento de veículos é resultado de uma combinação entre menor demanda e a aplicação de exigências mais rigorosas para concessão desse tipo de financiamento, que levaram ao aumento da entrada e menores prazos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2016, as operações de crédito e arrendamento mercantil para pessoas físicas totalizaram R$ 183.147 milhões, redução de 2,2% em relação a 31 de dezembro de 2015. Essa redução deveu-se principalmente à redução de 23,1% no financiamento de veículos como resultado da aplicação de exigências mais rigorosas para a concessão desse tipo de financiamento, as quais levaram ao aumento da entrada exigida e menores prazos de financiamento, parcialmente compensada pelos aumentos de (i) 9,9% no crédito imobiliário, que atingiu R$ 38.242 milhões, principalmente devido ao nosso foco em carteiras com menores índices de inadimplência; e (ii) 0,8% em empréstimos em cartão de crédito, na medida em que somos o líder do mercado brasileiro de cartões de crédito, segundo a ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), por intermédio da Itaucard, Hipercard, Hiper, Credicard, *joint ventures* e acordos comerciais com as principais empresas dos setores de telecomunicações, veículos, varejo e aviação, que operam no mercado brasileiro.

Operações de crédito e arrendamento mercantil para pessoas jurídicas

Em 31 de dezembro de 2017, as operações de crédito e arrendamento mercantil para pessoas jurídicas, que incluem operações para pequenas, médias e grandes empresas, totalizaram R$ 167.070 milhões, redução de 7,5% em relação a 31 de dezembro de 2016, quando totalizaram R$ 180.689 milhões. A redução em nossa carteira de crédito e arrendamento mercantil para pessoas jurídicas deveu-se principalmente à desalavancagem de empresas no Brasil e a uma demanda moderada de crédito, em especial empréstimos a grandes empresas, onde as empresas buscam alternativas nos mercados de capitais, o que resultou em contração dessa carteira. Em 31 de dezembro de 2017, as operações de crédito e arrendamento mercantil para grandes empresas totalizaram R$ 107.617 milhões e para micro, pequenas e médias empresas totalizaram R$ 59.453 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, nossas operações de crédito e arrendamento mercantil para pessoas jurídicas, que incluem operações para pequenas, médias e grandes empresas, totalizaram R$ 180.689 milhões, redução de R$ 37.876 milhões, ou 17,3%, em relação a 31 de dezembro de 2015. Os empréstimos para pequenas e médias empresas totalizaram R$ 58.935 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de 10,8% em relação a 31 de dezembro de 2015. Os empréstimos para grandes empresas totalizaram R$ 121.754 milhões em 31 de dezembro de 2016, redução 20,2% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Operações de crédito e arrendamento mercantil – América Latina

Nossa carteira de crédito e arrendamento mercantil na América Latina cresceu 7,6% em 31 de dezembro de 2017, em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido em parte ao efeito de variações cambiais nessa carteira e também ao crescimento orgânico das operações nos países onde operamos. O saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil de nossas operações na América Latina excluindo Brasil (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai) atingiu R$ 136.144 milhões, em 31 de dezembro de 2017.

O saldo das operações de crédito e arrendamento mercantil de nossas operações na América Latina excluindo Brasil (Argentina, Chile, Colômbia, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai) atingiu R$ 126.530 milhões, em 31 de dezembro de 2016, aumento de 84,8% em relação a 31 de dezembro de 2015, quando o saldo foi de R$ 68.463 milhões, principalmente como resultado da fusão entre nossa subsidiária Banco Itaú Chile e o CorpBanca no segundo trimestre de 2016, que representou um importante passo em nosso processo de internacionalização.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Despesas de juros e rendimentos	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Depósitos	(13.340)	(14.701)	(13.587)	1.361	(9,3)%	(1.114)	8,2%
Despesas de captação no mercado aberto	(33.082)	(45.932)	(32.879)	12.850	(28,0)%	(13.053)	39,7%
Recursos de mercados interbancários	(10.059)	(8.348)	(7.970)	(1.711)	20,5%	(378)	4,7%
Recursos de mercados institucionais	(6.852)	(8.248)	(8.030)	1.396	(16,9)%	(218)	2,7%
Despesa financeira de provisões técnicas de seguros e previdência	(14.918)	(17.790)	(12.556)	2.872	(16,1)%	(5.234)	41,7%
Outras	(74)	(107)	(42)	33	(30,8)%	(65)	154,8%
Total de despesas de juros e rendimentos	**(78.325)**	**(95.126)**	**(75.064)**	**16.801**	**(17,7)%**	**(20.062)**	**26,7%**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nossa despesa de juros e rendimentos totalizou R$ 78.325 milhões, redução de 17,7% em relação ao mesmo período de 2016, quando atingiu R$ 95.126 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a redução em nossa despesa de juros e rendimentos em relação ao exercício anterior deveu-se principalmente à queda nas despesas de captações no mercado aberto e despesas com recursos de mercados institucionais, ambos relacionados principalmente à redução da taxa CDI em 2017. As despesas de captações no mercado aberto totalizaram R$ 33.082 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, redução de 28,0% em relação a R$ 45.932 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A companhia também registrou redução na despesa financeira de provisões técnicas de seguros e previdência, na qual a queda na taxa média de juros mais do que compensou o aumento no saldo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a despesa financeira de provisões técnicas de seguros e previdência totalizou R$ 14.918 milhões, redução de 16,1% em relação a R$ 17.790 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a despesa de juros e rendimentos totalizou R$ 95.126 milhões, um aumento de 26,7% em relação a R$ 75.064 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O crescimento no volume e a alta na taxa CDI levaram ao crescimento de nossa despesa de juros sobre captações no mercado aberto e sobre as provisões de seguro, previdência e passivo de planos de capitalização. Consulte a seção Desempenho, Item Desempenho financeiro, Passivo, Captações, para mais informações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas de captações no mercado aberto totalizaram R$ 45.932 milhões, aumento de 39,7% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, devido principalmente à alta na taxa média de juros e ao aumento no volume médio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a despesa financeira de provisões técnicas de seguros e previdência totalizou R$ 17.790 milhões, aumento de 41,7% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, relacionados principalmente à alta na taxa média de juros e ao aumento no volume médio.

As receitas de dividendos totalizaram R$ 301 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em relação a R$ 288 milhões no mesmo período de 2016. Esse aumento foi ocasionado pelas maiores receitas de dividendos sobre investimentos de companhias não consolidadas, como a BSF Holding S.A. e a Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as receitas de dividendos totalizaram R$ 98 milhões.

O ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos totalizou um ganho de R$ 3.175 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação ao ganho de R$ 7.311 milhões no mesmo período de 2016. Essa redução decorreu principalmente do menor ganho em ativos financeiros disponíveis para venda e derivativos, relacionados em especial a instrumentos financeiros derivativos devido ao impacto da queda nas taxas e índices do mercado, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos totalizou um ganho de R$ 7.311 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao prejuízo de R$ 11.862 milhões no mesmo período de 2015. Esses resultados decorreram principalmente de nossas estratégias de gestão de risco, em particular aquelas relacionadas com instrumentos derivativos usados como *hedge* de nossos investimentos no exterior.

O resultado das operações de câmbio e a variação cambial sobre transações totalizaram um prejuízo de R$ 250 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação ao ganho de R$ 5.513 milhões no mesmo período em 2016 e um prejuízo de R$ 6.353 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essas variações devem-se principalmente às variações cambiais causadas pela desvalorização do real de 1,5% em relação ao dólar dos EUA em 2017, em comparação com a valorização de 16,5% em 2016. Em 2015, o real registrou uma desvalorização de 47,0% em relação ao dólar dos EUA.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa receita não decorrente de juros nos exercícios findos em 31 de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Receitas não decorrentes de juros	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Receita de prestação de serviços	34.448	31.918	29.452	2.530	7,9%	2.466	8,4%
Serviços de conta corrente	10.355	9.528	8.815	827	8,7%	713	8,1%
Taxas de administração de recursos	4.141	3.514	2.932	627	17,8%	582	19,8%
Comissões de cobrança	1.378	1.315	1.250	63	4,8%	65	5,2%
Taxas de serviços de cartão de crédito	14.036	13.330	12.722	706	5,3%	608	4,8%
Taxas de garantias prestadas e operações de crédito	1.783	1.773	1.609	10	0,6%	164	10,2%
Comissão de corretagem	606	295	248	311	105,4%	47	19,0%
Outras	2.149	2.163	1.876	(14)	(0,6)%	287	15,3%
Resultado de operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e de comercialização	5.252	5.880	6.672	(628)	(10,7)%	(792)	(11,9)%
Outras receitas	1.759	1.382	1.279	377	27,3%	103	8,1%
Total de receitas não decorrentes de juros	**41.459**	**39.180**	**37.403**	**2.279**	**5,8%**	**1.777**	**4,8%**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as receitas não decorrentes de juros totalizaram R$ 41.459 milhões, crescimento de 5,8% em relação ao exercício anterior, principalmente devido ao aumento de 7,9% na receita de prestação de serviços. Em 2016, as receitas não decorrentes de juros totalizaram R$ 39.180 milhões, crescimento de 4,8% em relação ao exercício anterior, principalmente devido ao aumento de 8,4% na receita de prestação de serviços.

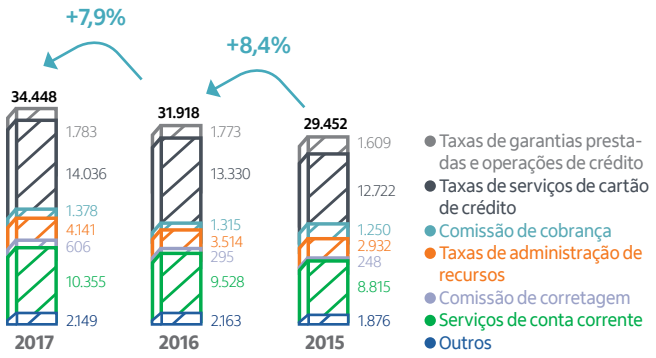
A receita de prestação de serviços consiste na soma das taxas de serviços de conta corrente, taxas de administração de recursos, cobrança, serviços de cartão de crédito, garantias prestadas e linhas de crédito, comissão de corretagem e outras taxas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o aumento da receita de prestação de serviços foi decorrente principalmente de: (i) receita de serviços de conta corrente, influenciada principalmente pela oferta de produtos diferenciados em relação ao exercício anterior e ao crescimento de nossa base de clientes, (ii) maior volume de ativos administrados que geraram taxas de administração de recursos; e (iii) receita de taxas de serviços de cartão de crédito, influenciada principalmente por maiores receitas de interchange, como resultado do maior volume de transações e receita de anuidades.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o aumento da receita de prestação de serviços foi decorrente principalmente de: (i) receita de serviços de conta corrente, influenciada principalmente pela oferta de produtos e serviços diferenciados em relação ao exercício anterior, (ii) receita de taxas de serviços de cartão de crédito, influenciada principalmente por maiores receitas de aluguel de equipamento e maior volume de transações em 2016 e (iii) taxas de administração de recursos devido ao aumento no volume de ativos administrados. O crescimento da receita de prestação de serviços e de outras taxas está alinhado com nossa estratégia de diversificação da receita, tornando-a menos dependente das variações da taxa de juros.

GRI 103-2 | 103-3 Diversificação de receitas

O quadro a seguir apresenta a composição da receita de prestação de serviços relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões R$)



Nossa prioridade em nossa operação de seguros é atender nossos clientes por meio dos canais mais eficientes. A comercialização de seguros e capitalização nos canais internet, mobile, caixa eletrônico, terminal de caixa e bankfone representaram 68,8% das vendas a correntistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O valor das vendas de seguros e capitalização a clientes das agências digitais representou 14,1% das vendas totais no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização totalizou R$ 5.252 milhões, uma redução de 10,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução deveu-se principalmente (i) à rescisão antecipada do contrato de garantia estendida entre Itaú Seguros S.A. e Via Varejo ocorrida no terceiro trimestre de 2014, que continua a afetar nossas provisões, pois essa carteira está em *run-off* e (ii) à venda da operação de seguros de grandes

riscos distribuída principalmente por corretoras a partir de 1º de abril de 2017. Esses eventos tiveram um maior impacto na variação das provisões técnicas de seguros do que na receita com prêmios de seguros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o resultado de operações de seguro, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e comercialização registrou redução de R$ 792 milhões em relação a 2015. Essa redução foi influenciada pela rescisão antecipada do contrato de garantia estendida entre o Itaú Seguros S.A. e a Via Varejo no terceiro trimestre de 2014, conforme mencionado no parágrafo anterior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, outras receitas totalizaram R$ 1.759 milhões, um aumento de 27,3% em relação ao exercício anterior, quando totalizaram R$ 1.382 milhões. Esse aumento deveu-se principalmente à venda das ações da IRB, conforme divulgado ao mercado em 28 de julho de 2017. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, outras receitas apresentaram crescimento de 8,1% em relação a 2015, quando totalizaram R$ 1.279 milhões, em virtude principalmente do aumento nos ganhos sobre vendas de ativos mantidos para venda, imobilizado e investimentos em coligadas e *joint ventures*.

Apresentamos a seguir a composição das perdas com créditos e sinistros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

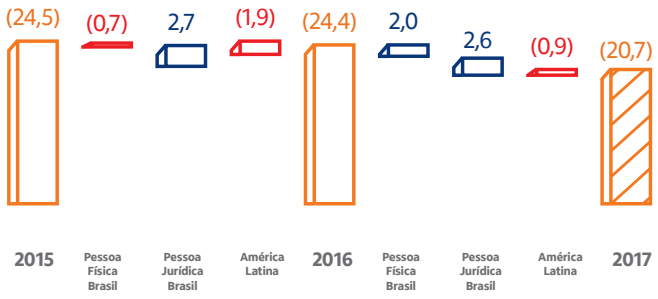
(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Perdas com créditos e sinistros	Exercícios findos em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.746)	(24.379)	(24.517)	3.633	(14,9)%	138	(0,6)%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.698	3.742	4.779	(44)	(1,2)%	(1.037)	(21,7)%
Despesas com sinistros	(1.224)	(1.555)	(1.611)	331	(21,3)%	56	(3,5)%
Recuperação de sinistros com resseguros	32	70	14	(38)	(54,3)%	56	400,0%
Total de perdas com créditos e sinistros	**(18.240)**	**(22.122)**	**(21.335)**	**3.882**	**(17,5)%**	**(787)**	**3,7%**

Evolução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e qualidade de crédito

O quadro a seguir apresenta mudanças nos componentes das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, responsáveis principalmente pela variação entre as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em bilhões de R$)



No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa diminuíram 14,9%, ou R$ 3.633 milhões, em relação ao mesmo período de 2016, principalmente como resultado da redução dessas despesas relativas a pessoas físicas e pessoas jurídicas, como reflexo da melhoria nas taxas de inadimplência. Essas reduções foram parcialmente compensadas pelos aumentos nas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa de nosso segmento na América Latina, principalmente no Chile e na Colômbia, em linha com o aumento nos índices de inadimplência observado nesses países.

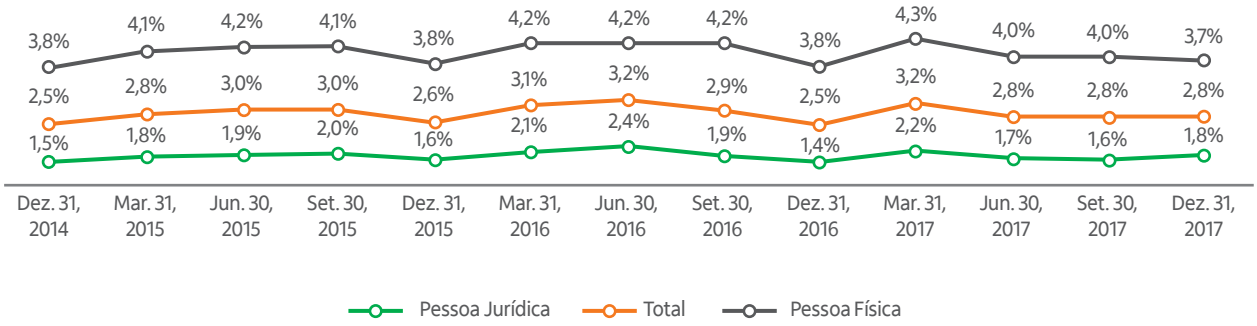
No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nossas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa permaneceram relativamente estáveis em relação ao mesmo período de 2015, principalmente como resultado da redução dessas despesas para pessoas jurídicas, compensada pelo aumento nessas mesmas despesas para nosso segmento na América Latina, em decorrência da fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca.

O índice de inadimplência acima de 90 dias é calculado por meio da divisão das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias pela nossa carteira de crédito. Em 31 de dezembro de 2017, nosso índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 3,1%, redução de 0,3 p.p. em decorrência da redução de 0,5 p.p. no índice para pessoas físicas e redução de 0,3 p.p. no índice para pessoas jurídicas, em relação a 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de inadimplência acima de 90 dias atingiu 3,4%, redução de 0,1 p.p. devido a redução no índice para pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2016, o índice para pessoas jurídicas aumentou 0,2 p.p. em relação ao exercício anterior.

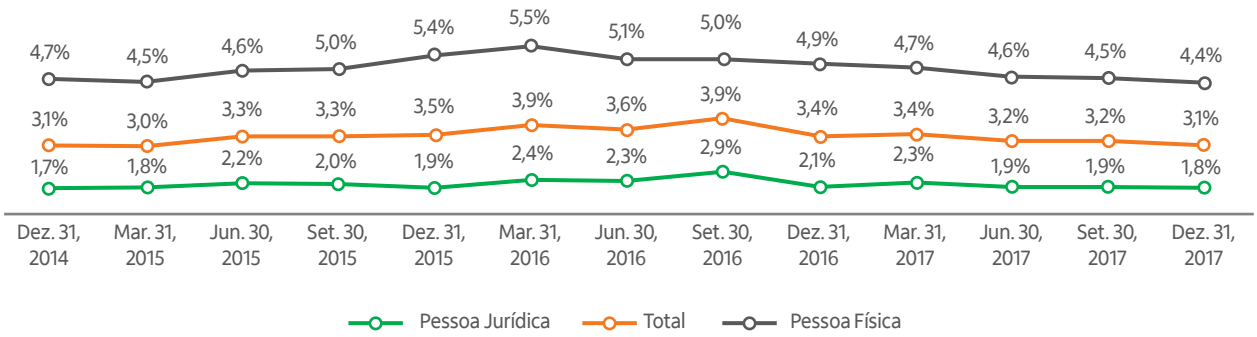
Em 31 de dezembro de 2017, nosso índice de inadimplência para operações vencidas de 15 a 90 dias, que apresenta o índice de inadimplência inicial, atingiu 2,8%, aumento de 0,3 p.p. em relação a 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, esse índice atingiu 2,6%.

O gráfico abaixo apresenta uma comparação dos índices de inadimplência para cada trimestre entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2017:

Índice de inadimplência de 15 a 90 dias (%)



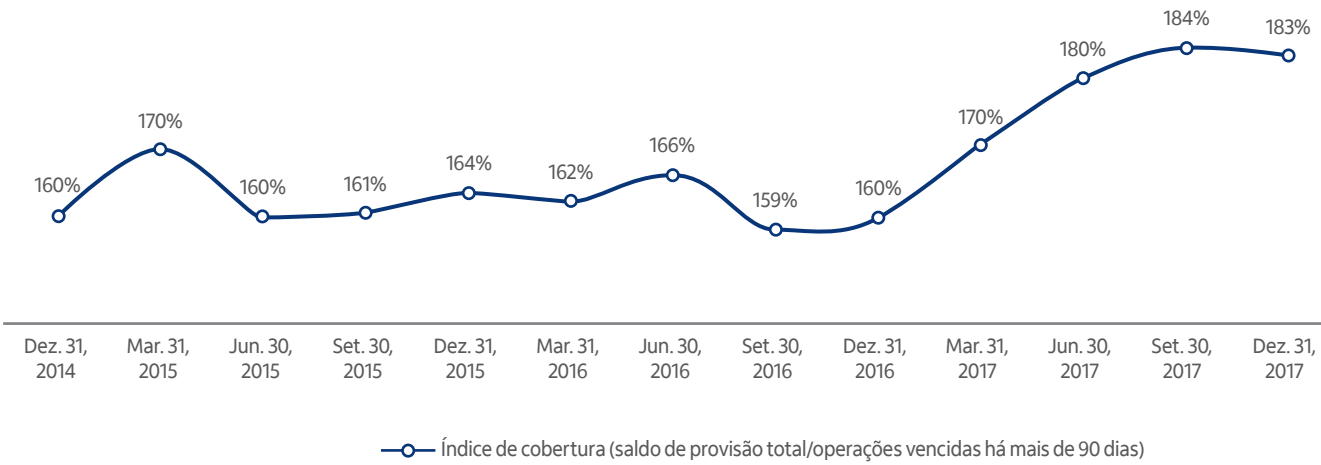
Índice de inadimplência de acima de 90 dias (%)



O índice de cobertura, calculado pela divisão das provisões para créditos de liquidação duvidosa por operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, reflete a mecânica do nosso modelo de provisionamento e alcançou 183% em 31 de dezembro de 2017, contra um índice de 160% em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, o índice de cobertura foi de 164%.

O gráfico abaixo apresenta uma comparação dos índices de inadimplência para cada trimestre entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2017:

Índice de Cobertura



As operações de crédito em situação de evidência objetiva de perda registraram redução de R$ 30.317 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$ 30.017 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de 1,0%. Essa redução deveu-se principalmente a nossa carteira de crédito, como resultado da melhoria do cenário macroeconômico que levou as pessoas jurídicas a uma melhor posição para pagar suas dívidas. As operações de crédito em situação de evidência objetiva de perda aumentaram de R$ 27.157 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$ 30.317 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 11,6%. Esse crescimento deveu-se principalmente à nossa carteira de operações de crédito para grandes empresas, em decorrência do cenário econômico mais desafiador no Brasil. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 36.6 – Qualidade de Crédito de Ativos Financeiros, para mais informações.

As operações de crédito em renegociação, que incluem pagamentos prorrogados, modificados ou diferidos, aumentaram 8,5% e atingiram R$ 26.401 milhões em 31 de dezembro de 2017 em relação ao mesmo período de 2016, quando registraram R$ 24.342 milhões, devido ao aumento em nossa carteira de empréstimos renegociados para grandes empresas, que mais que compensaram a redução de 12,1% em nossa carteira de empréstimos renegociados para pessoas físicas durante 2017. Em 31 de dezembro de 2017, as operações de crédito em renegociação representavam 5,4% de nossa carteira total de crédito, comparado com 5,0% em relação ao mesmo período de 2016. A carteira de renegociação registrou crescimento de 6,1% em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015.

Em 2017, a recuperação de créditos baixados como prejuízo atingiu R$ 3.698 milhões, redução de 1,2% em relação ao exercício de 2016, quando registrou R$ 3.742 milhões, redução de 21,7% em relação ao exercício anterior, como resultado do ambiente econômico desafiador no Brasil.

Em 2017, as despesas com sinistros diminuíram R$ 331 milhões em relação ao mesmo período do exercício anterior. A redução nas despesas com sinistros está relacionada com (i) a rescisão antecipada do acordo operacional de seguro de garantia estendida entre o Itaú Seguros S.A. e a Via Varejo no terceiro trimestre de 2014, que continua a ter efeitos em nossos sinistros, na medida em que essa carteira está sendo descontinuada e (ii) a venda da operação de seguros de grandes riscos distribuída principalmente por corretoras vigente a partir de 1º. de abril de 2017. Em 2016, as despesas com sinistros registraram redução de R$ 56 milhões em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2017, a recuperação de sinistros com resseguro sofreu redução de R$ 38 milhões, de R$ 70 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R$ 32 milhões em 2017. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a recuperação de sinistros com resseguro aumentou R$ 56 milhões, atingindo R$ 70 milhões, comparado com R$ 14 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A seguir encontra-se a composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Despesas gerais e administrativas	Exercícios findos em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Despesas de pessoal	(23.276)	(22.360)	(19.573)	(916)	4,1%	(2.787)	14,2%
Despesas administrativas	(16.289)	(15.959)	(15.112)	(330)	2,1%	(847)	5,6%
Depreciação	(1.564)	(1.702)	(1.688)	138	(8,1)%	(14)	0,8%
Amortização	(1.470)	(1.292)	(910)	(178)	13,8%	(382)	42,0%
Despesas de comercialização de seguros	(310)	(721)	(1.138)	411	(57,0)%	417	(36,6)%
Outras despesas	(11.209)	(8.870)	(9.205)	(2.339)	26,4%	335	(3,6)%
Total de despesas gerais e administrativas	**(54.118)**	**(50.904)**	**(47.626)**	**(3.214)**	**6,3%**	**(3.278)**	**6,9%**

Mantivemos um rígido controle de custos e compensamos parcialmente, com ganhos de eficiência, o potencial aumento de custos (gerado pelo crescimento das operações e dos aumentos de salários e benefícios definidos nas convenções coletivas e pelo impacto da inflação sobre nossos custos administrativos).

As despesas gerais e administrativas aumentaram R$ 3.214 milhões, ou 6,3%, atingindo R$ 54.118 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação ao exercício de 2016, quando registraram R$ 50.904 milhões. Entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, o número total de colaboradores cresceu 4,8%, atingindo 99.332, devido principalmente: (i) aos novos colaboradores contratados para a estrutura operacional do Banco de Varejo relacionada à rede de agências e (ii) à aquisição das operações de varejo do Citibank no Brasil, ocorrida em 31 de outubro de 2017. Além disso, a REDE reforçou a equipe comercial, aumentando o alcance da força de vendas e a qualidade dos serviços. Em 2016, as despesas gerais e administrativas cresceram R$ 3.278 milhões, ou 6,9%, em relação ao exercício de 2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o aumento de R$ 916 milhões em despesas de pessoal em relação ao exercício de 2016 foi resultado principalmente do impacto da negociação do acordo coletivo de trabalho, além do maior número de colaboradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o aumento de R$ 2.787 milhões em despesas de pessoal em relação ao exercício de 2015 foi resultado principalmente do aumento das despesas referentes a remuneração, benefícios sociais e provisões para reclamações trabalhistas. O crescimento no número de colaboradores na América Latina, decorrente da fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca, também contribuiu para esse aumento no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício de 2015. A negociação anual do acordo coletivo de trabalho firmado no terceiro trimestre de 2016 levou ao aumento de 8,0% na remuneração a partir de setembro de 2016 e também definiu um abono a ser pago aos colaboradores, afetando o exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015.

As despesas administrativas aumentaram R$ 330 milhões, atingindo R$ 16.289 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ou 2,1%, em relação ao exercício de 2016, quando registraram R$ 15.959 milhões. Esse aumento foi decorrente principalmente de aumentos nos custos relacionados a processamento de dados e telecomunicações, publicidade, promoções e publicações, principalmente relacionados a campanhas de mídia. O aumento nessas despesas foi decorrente do crescimento orgânico das nossas operações e do efeito da inflação na maior parte dos contratos e custos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas administrativas aumentaram R$ 847 milhões, ou 5,6%, em relação ao mesmo período de 2015, decorrentes principalmente de aumentos nos custos relacionados a serviços de terceiros, serviços financeiros e aluguel.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, outras despesas totalizaram R$ 11.209 milhões, um aumento de R$ 2.339 milhões, ou 26,4%, em relação ao exercício de 2016, que registrou R$ 8.870 milhões, decorrente principalmente do aumento nas despesas de vendas relacionadas a cartões de crédito e despesas relacionadas à integração das operações do Citibank. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, outras despesas diminuíram R$ 335 milhões, ou 3,6%, em relação ao exercício de 2015, principalmente nas provisões para processos cíveis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as despesas tributárias (ISS, PIS, Cofins e outras despesas tributárias) totalizaram R$ 7.029 milhões, uma redução de R$ 942 milhões em relação ao exercício de 2016, quando essas despesas totalizaram R$ 7.971 milhões. Essa redução reflete uma menor receita tributável e um aumento de R$ 2.566 milhões em 2016 em relação a 2015, como resultado do aumento na receita tributável.

Certos montantes de receitas e despesas são reconhecidos na nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributável. Por outro lado, certos montantes são considerados receitas tributáveis ou despesas dedutíveis no cálculo do imposto sobre renda, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como "diferenças permanentes". O valor total do imposto de renda e contribuição social inclui o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os primeiros contemplam uma despesa tributária exigida pela legislação tributária brasileira do período e os últimos, a despesa tributária resultante das diferenças permanentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o imposto de renda e a contribuição social atingiram uma despesa de R$ 7.943 milhões, comparados a uma despesa de R$ 14.610 milhões no exercício de 2016. Essa redução na despesa deveu-se principalmente ao efeito fiscal sobre *hedge* de nossos investimentos no exterior, já que as variações cambiais nesses investimentos não são tributáveis, o que não ocorre com o *hedge* desses investimentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o real desvalorizou-se perante o dólar dos EUA e incorremos em prejuízo no *hedge* sobre investimentos no exterior, o que impactou positivamente nossas despesas tributárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o imposto de renda e a contribuição social atingiram uma despesa de R$ 14.610 milhões, comparados a um crédito de R$ 7.891 milhões no exercício de 2015.

Base de apresentação das informações por segmento

Nossas informações por segmento são baseadas em relatórios utilizados pela alta administração para avaliar o desempenho financeiro de nossos negócios e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimentos e para outros propósitos.

As informações por segmento são preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil (não são preparadas de acordo com o IFRS) e incluem os seguintes ajustes pro forma: (i) reconhecimento do impacto relacionado com a alocação de capital por meio de um modelo proprietário; (ii) uso de financiamento e custo de capital, de acordo com preços de mercado, utilizando alguns critérios gerenciais; (iii) exclusão de eventos não recorrentes de nossos resultados, e (iv) reclassificação dos efeitos fiscais de transações de *hedge* realizadas para nossos investimentos no exterior. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS), Nota 34 – Informações por Segmento, para mais informações.

Os impactos associados à alocação de capital estão incluídos nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento. Além do capital alocado nível 1, o CEA considera os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular CMN nº 2.682/99. Desta forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (inclusive perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital de nível 1, calculamos o Retorno sobre o Capital Econômico Alocado, que corresponde ao indicador de desempenho operacional ajustado consistentemente ao capital exigido para fazer frente ao risco associado às posições de ativos e passivos assumidos, em conformidade com nosso apetite de risco.

No primeiro trimestre de 2016, adotamos a estrutura de Basileia III em nosso modelo gerencial de alocação de capital.

O índice de eficiência e o índice de eficiência ajustado ao risco são calculados com base em informações gerenciais, apresentadas a seguir.

(1) Para cálculo dos Índices de Eficiênci e de Eficiência ajustada ao Risco, as Despesas Não Decorrentes de juros consideram as Despesas Pessoais, Despesas Administrativas, Despesas Operacionais e Outras Despesas.
(2) Para cálculo dos Índices de Eficiência e de Eficiência ajustada ao Risco, o Produto Bancário é liquido de Despesas de Vendas de Seguros e Perdas com Sinistros.
(3) Custo do crédito é a soma da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, *impairment*, descontos concedidos e recuperação de créditos baixados como prejuízo.

$$\text{Índice de Eficiência} = \frac{\text{Despesas não decorrentes de juros}^{(1)}}{(\text{Produto bancário}^{(2)} + \text{Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras taxas})}$$

$$\text{Índice de Eficiência Ajustado ao risco} = \frac{\text{Despesas não decorrentes de juros}^{(1)} + \text{Custo do crédito}^{(3)}}{(\text{Produto bancário}^{(2)} + \text{Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras})}$$

O índice de eficiência e o índice de eficiência ajustado ao risco são indicadores para fins gerenciais, que divulgamos aqui por considerarmos serem métricas importantes para o entendimento de como gerenciamos nossos custos indiretos. Em 2017, *Impairment* e descontos concedidos foram reclassificados e divulgados em "Custo do Crédito" na demonstração do resultado gerencial, para melhor refletir nosso modelo gerencial. Essa alteração impacta somente a segmentação de nossa demonstração de resultado gerencial e, dessa forma, não altera o lucro líquido divulgado anteriormente. Divulgamos informações a respeito dos segmentos a seguir: (i) Banco de Varejo; (ii) Banco de Atacado; e (iii) Atividades com o Mercado e Corporação.

Os atuais segmentos de negócios e de divulgação, anteriormente mencionados na seção Visão geral, estão descritos a seguir:

- Banco de Varejo: O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e micro e pequenas empresas. Esse segmento abrange atividades de financiamento e empréstimo realizadas em unidades fora da rede de agências e oferece cartões de crédito, além de operações com o Itaú BMG Consignado.

- Banco de Atacado: O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas e clientes com elevado patrimônio financeiro (*private banking*), das atividades das unidades da América Latina (exceto Brasil), que incluem o CorpBanca a partir do segundo trimestre de 2016 após a fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca, e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como banco de investimento.

- Atividades com o Mercado e Corporação: Esse segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, excesso de dívida subordinada e saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas não associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Apresentamos a seguir um resumo dos resultados de nossos segmentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Informações similares referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas na Nota 34, referente a informações por segmento, na seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS). A análise a seguir deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações contábeis completas, especialmente a Nota 34 referente às informações por segmento, na Seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Completas (IFRS). A coluna de ajustes na Nota 34 mostra os efeitos das diferenças entre os resultados por segmento (substancialmente alinhados com as práticas contábeis adotadas no Brasil) e aqueles calculados segundo as práticas contábeis internacionais (IFRS).

(Em milhões de R$)

Demonstração Consolidada do Resultado de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com o Mercado + Corporação	Itaú Unibanco	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto bancário	**69.600**	**28.748**	**10.620**	**108.968**	**2.082**	**111.050**
Margem financeira[1]	38.381	19.426	10.508	68.315	1.276	69.591
Receita de prestação de serviços	23.963	8.876	46	32.885	1.563	34.448
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	7.256	446	66	7.768	(2.516)	5.252
Outras receitas	-	-	-	-	1.759	1.759
Perdas com Créditos e Sinistros	**(13.324)**	**(5.882)**	**(6)**	**(19.212)**	**972**	**(18.240)**
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.005)	(5.053)	(6)	(19.064)	(1.682)	(20.746)
Perda por redução ao valor recuperável	-	(1.094)	-	(1.094)	1.094	-
Descontos concedidos	(785)	(263)	-	(1.048)	1.048	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.688	581	-	3.269	429	3.698
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	(1.222)	(53)	-	(1.275)	83	(1.192)
Margem operacional	**56.276**	**22.866**	**10.614**	**89.756**	**3.054**	**92.810**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(37.280)**	**(14.523)**	**(1.647)**	**(53.450)**	**(7.149)**	**(60.599)**
Despesas não decorrentes de juros[2]	(32.885)	(13.265)	(831)	(46.981)	(7.137)	(54.118)
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(4.395)	(1.258)	(816)	(6.469)	(560)	(7.029)
Resultado de participação sobre o lucro líquido em associadas e entidades controladas em conjunto	-	-	-	-	548	548
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	**18.996**	**8.343**	**8.967**	**36.306**	**(4.095)**	**32.211**
Imposto de renda e contribuição social	**(7.146)**	**(2.412)**	**(1.777)**	**(11.335)**	**3.392**	**(7.943)**
Participação minoritárias nas subsidiárias	**(166)**	**117**	**(22)**	**(71)**	**(294)**	**(365)**
Resultado das operações do Citibank	(21)	-	-	(21)	21	-
Lucro líquido	**11.663**	**6.048**	**7.168**	**24.879**	**(976)**	**23.903**

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos de R$ 66.365, receita de dividendos de R$ 301, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos de R$ 3.175 e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior de R$ (250).
(2) Referem-se as despesas gerais administrativas que incluem despesas de depreciação de R$ 1.564, despesas de amortização de R$ 1.470 e despesas de comercialização de seguros de R$ 310.

Receitas das operações no Brasil e no exterior

A maior parte de nossos negócios são realizados no Brasil, mas não segregamos nossas receitas por mercados geográficos dentro do país. Nossas receitas de juros sobre operações de crédito e arrendamento mercantil, de prestação de serviços e de operações de seguro, previdência e capitalização estão divididas entre receitas auferidas no Brasil e no exterior. As informações a seguir estão apresentadas de acordo com o IFRS, após as eliminações na consolidação.

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente às nossas receitas de operações no Brasil e no exterior nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Receitas das operações no Brasil e no exterior	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Receitas da intermediação financeira[1]	**147.916**	**174.607**	**129.672**	**(26.691)**	**(15,3)%**	**44.935**	**34,7%**
Brasil	129.815	154.653	117.140	(24.838)	(16,1)%	37.513	32,0%
Exterior	18.101	19.954	12.532	(1.853)	(9,3)%	7.422	59,2%
Receita de prestação de serviços	**34.448**	**31.918**	**29.452**	**2.530**	**7,9%**	**2.466**	**8,4%**
Brasil	31.296	29.061	27.072	2.235	7,7%	1.989	7,3%
Exterior	3.152	2.857	2.380	295	10,3%	477	20,0%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	**5.252**	**5.880**	**6.672**	**(628)**	**(10,7)%**	**(792)**	**(11,9)%**
Brasil	5.105	5.748	6.570	(643)	(11,2)%	(822)	(12,5)%
Exterior	147	132	102	15	11,4%	30	29,4%

(1) Inclui receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho (perda) líquido de títulos e valores mobiliários e derivativos, resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Banco de Varejo

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente ao segmento Banco de Varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Demonstração Consolidada do Resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Produto bancário	**69.600**	**70.496**	**71.203**	**(896)**	**(1,3%)**	**(707)**	**(1,0%)**
Margem financeira	38.381	40.073	41.705	(1.692)	(4,2%)	(1.632)	(3,9%)
Receita de prestação de serviços	23.963	22.659	21.159	1.304	5,8%	1.500	7,1%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	7.256	7.764	8.339	(508)	(6,5%)	(575)	(6,9%)
Perdas com créditos e sinistros	**(13.324)**	**(15.820)**	**(14.601)**	**2.496**	**(15,8%)**	**(1.219)**	**8,3%**
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.005)	(16.717)	(16.232)	2.712	(16,2%)	(485)	3,0%
Perda por redução ao valor recuperável	-	(26)	-	26	-	(26)	-
Descontos concedidos	(785)	(893)	(708)	108	(12,1%)	(185)	26,1%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.688	3.242	3.886	(554)	(17,1%)	(644)	(16,6%)
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	(1.222)	(1.426)	(1.547)	204	(14,3%)	121	(7,8%)
Margem operacional	**56.276**	**54.676**	**56.602**	**1.600**	**2,9%**	**(1.926)**	**(3,4%)**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(37.280)**	**(37.202)**	**(35.924)**	**(78)**	**0,2%**	**(1.278)**	**3,6%**
Despesas não decorrentes de juros	(32.885)	(32.883)	(31.547)	(2)	0,0%	(1.336)	4,2%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(4.395)	(4.319)	(4.377)	(76)	1,8%	58	(1,3%)
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	**18.996**	**17.474**	**20.678**	**1.522**	**8,7%**	**(3.204)**	**(15,5%)**
Imposto de renda e contribuição social	**(7.146)**	**(6.328)**	**(7.263)**	**(818)**	**12,9%**	**935**	**(12,9%)**
Participação minoritária nas subsidiárias	**(166)**	**(223)**	**(342)**	**57**	**(25,6%)**	**119**	**(34,8%)**
Resultado das operações do Citibank	(21)	-	-	(21)	-	-	-
Lucro líquido	**11.663**	**10.923**	**13.073**	**740**	**6,8%**	**(2.150)**	**(16,4%)**
Medidas de desempenho (%)							
Índice de Eficiência	51,2	50,3	47,5				
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco	70,2	72,8	67,8				
Informações de balanço patrimonial							
Crédito, arrendamento mercantil e outras operações de crédito	220.815	214.025	222.774				
Total de ativos	970.137	909.779	873.202				

O lucro líquido do segmento Banco de Varejo totalizou R$ 11.663 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aumento de 6,8% em relação ao exercício de 2016, devido principalmente à redução de 16,2% nas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao mesmo período do exercício anterior, em linha com a tendência de queda da inadimplência nesse segmento no Brasil, mesmo com a retomada do crescimento nas operações de crédito, arrendamento e outros operações de crédito nesse ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o produto bancário atingiu R$ 69.600 milhões, redução de 1,3% em relação ao exercício anterior, quando totalizou R$ 70.496 milhões. A margem financeira diminuiu 4,2%, passando de R$ 40.073 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R$ 38.381 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, principalmente devido à nova estrutura regulatória para cartões de crédito (consulte Produto bancário para mais detalhes) e pelo impacto adverso da queda na taxa de depósito interbancário sobre a margem do passivo e a remuneração do capital alocado. O resultado de operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas com sinistros e de comercialização diminuíram 6,5%, passando de R$ 7.764 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R$ 7.256 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 5,8% na receita de prestação de serviços. O crescimento na receita de prestação de serviços, de R$ 22.659 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R$ 23.963 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, deveu-se principalmente à maior receita de serviços de contas-correntes, em vista do maior número de correntistas e da oferta de produtos e serviços diferenciados.

A redução nas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa mencionada acima é responsável parcialmente pelo menor índice de eficiência ajustado ao risco em 2017 em relação ao exercício anterior.

O lucro líquido do segmento Banco de Varejo diminuiu 16,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício de 2015, devido principalmente ao impacto negativo da redução de R$ 1.632 milhões na margem financeira, em decorrência do cenário econômico desafiador do Brasil. As despesas não decorrentes de juros aumentaram R$ 1.336 milhões, com o crescimento das despesas de pessoal, influenciado por eventos relacionados a rescisões de contrato de trabalho, reclamações trabalhistas e pagamento de abonos aos colaboradores em 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita de prestação de serviços aumentou 7,1% em relação ao exercício de 2015, que teve um impacto positivo no lucro líquido, em razão das maiores receitas dos serviços de contas-correntes e cartões de crédito.

Banco de Atacado

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente ao segmento Banco de Atacado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Demonstração Consolidada do Resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variation			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Produto bancário	**28.748**	**30.498**	**25.898**	**(1.750)**	**(5,7%)**	**4.600**	**17,8%**
Margem financeira	19.426	21.929	18.171	(2.503)	(11,4%)	3.758	20,7%
Receita de prestação de serviços	8.876	8.072	7.282	804	10,0%	790	10,8%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	446	497	445	(51)	(10,3%)	52	11,7%
Outras receitas	-	-	-	-	-	-	-
Perdas com créditos e sinistros	**(5.882)**	**(10.645)**	**(6.055)**	**4.763**	**(44,7%)**	**(4.590)**	**75,8%**
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.053)	(8.914)	(6.764)	3.861	(43,3%)	(2.150)	31,8%
Perda por redução ao valor recuperável	(1.094)	(1.856)	(85)	762	(41,1%)	(1.771)	-
Descontos concedidos	(263)	(318)	(39)	55	(17,3%)	(279)	715,4%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	581	502	883	79	15,7%	(381)	(43,1%)
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	(53)	(59)	(50)	6	(10,2%)	(9)	18,0%
Margem operacional	**22.866**	**19.853**	**19.843**	**3.013**	**15,2%**	**10**	**0,1%**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(14.523)**	**(13.410)**	**(11.130)**	**(1.113)**	**8,3%**	**(2.280)**	**20,5%**
Despesas não decorrentes de juros	(13.265)	(12.034)	(9.877)	(1.231)	10,2%	(2.157)	21,8%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(1.258)	(1.376)	(1.253)	118	(8,6%)	(123)	9,8%
Resultado de participação sobre o lucro líquido em associadas e entidades controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	**8.343**	**6.443**	**8.713**	**1.900**	**29,5%**	**(2.270)**	**(26,1%)**
Imposto de renda e contribuição social	**(2.412)**	**(1.081)**	**(2.691)**	**(1.331)**	**123,1%**	**1.610**	**(59,8%)**
Participação minoritária nas subsidiárias	**117**	**79**	**-**	**38**	**48,1%**	**79**	**-**
Lucro líquido	**6.048**	**5.441**	**6.022**	**607**	**11,2%**	**(581)**	**(9.6%)**
Medidas de desempenho (%)							
Índice de Eficiência	48,3	41,4	40,2				
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco	69,6	77,8	64,6				
Informações do balanço patrimonial							
Crédito, arrendamento mercantil e outras operações de crédito	272.781	277.200	251.056				
Total de ativos	604.384	585.088	547.236				

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido de nosso segmento Banco de Atacado aumentou 11,2%, passando de R$ 5.441 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R$ 6.048 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. O principal impacto positivo foi a redução de 44,7% nas perdas com créditos e sinistros, devido principalmente à redução de R$ 3.861 milhões nas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao mesmo período de 2016, reflexo da redução das taxas de inadimplência no segmento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o produto bancário atingiu R$ 28.748 milhões, redução de 5,7% em relação ao exercício anterior, quando totalizou R$ 30.498 milhões, devido principalmente à redução de R$ 2.503 milhões na margem financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação ao exercício de 2016, o que foi parcialmente compensado pelo crescimento de R$ 804 milhões na receita de prestação de serviços no exercício findo em 2017 em relação ao mesmo período de 2016. Esse aumento na receita de prestação de serviços deveu-se principalmente às maiores receitas de administração de fundos, relacionadas ao aumento no saldos dos fundos e das carteiras administradas, e das receitas de serviços de consultoria e de corretagem, em vista do maior volume de operações do banco de investimento.

A redução nas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa mencionada acima é responsável parcialmente pelo menor índice de eficiência ajustado ao risco no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido de nosso segmento Banco de Atacado diminuiu 9,6% em relação ao exercício anterior. Nosso produto bancário aumentou 17,8%, já que a margem financeira e as receitas de prestação de serviços registraram alta de 20,7% e 10,8% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O aumento da margem financeira foi decorrente do crescimento de nossa carteira na América Latina, resultante da fusão entre nossa subsidiária Banco Itaú Chile e o CorpBanca no segundo trimestre de 2016.

As despesas não decorrentes de juros aumentaram 21,8%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício de 2015. As perdas com créditos e sinistros aumentaram 75,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao exercício de 2015, devido principalmente às maiores despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que totalizaram R$ 8.914 milhões em 2016, relacionadas principalmente às maiores provisões para grupos econômicos específicos em virtude do ambiente econômico desafiador no Brasil. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a receita da recuperação de créditos baixados como prejuízo diminuiu 43,1% em relação ao exercício anterior.

Atividades com o Mercado e Corporação

A tabela a seguir apresenta a demonstração consolidada do resultado referente ao segmento Atividades com o Mercado e Corporação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Demonstração consolidada do resultado	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação			
	2017	2016	2015	2017-2016		2016-2015	
Produto bancário	**10.620**	**9.412**	**7.641**	**1.208**	**12,8%**	**1.771**	**23,2%**
Margem financeira	10.508	9.264	7.513	1.244	13,4%	1.751	23,3%
Receita de prestação de serviços	46	59	59	(13)	(22,0%)	-	0,0%
Resultado de operações de seg., prev. e cap. antes das despesas com sinistros e de comercialização	66	89	69	(23)	(25,8%)	20	29,0%
Perdas com créditos e sinistros	**(6)**	**71**	**98**	**(77)**	**(108,5%)**	**(27)**	**(27,6%)**
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	71	98	(77)	(108,5%)	(27)	(27,6%)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-
Descontos concedidos	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com sinistros/recuperação de sinistros com resseguros	-	-	-	-	-	-	-
Margem operacional	**10.614**	**9.483**	**7.739**	**1.131**	**11,9%**	**1.744**	**22,5%**
Outras receitas (despesas) operacionais	**(1.647)**	**(2.387)**	**(1.948)**	**740**	**(31,0%)**	**(439)**	**22,5%**
Despesas não decorrentes de juros	(831)	(1.616)	(1.522)	785	(48,6%)	(94)	6,2%
Despesas tributárias de ISS, PIS, COFINS e outras	(816)	(771)	(426)	(45)	5,8%	(345)	81,0%
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	**8.967**	**7.096**	**5.791**	**1.871**	**26,4%**	**1.305**	**22,5%**
Imposto de renda e contribuição social	**(1.777)**	**(1.237)**	**(1.040)**	**(540)**	**43,7%**	**(197)**	**18,9%**
Participação minoritária nas subsidiárias	**(22)**	**(1)**	**(14)**	**(21)**	**2.100,0%**	**13**	**(92,9%)**
Lucro líquido	**7.168**	**5.858**	**4.737**	**1.310**	**22,4%**	**1.121**	**23,7%**
Medidas de desempenho (%)							
Índice de Eficiência	8,3	18,6	21,0				
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco	8,3	17,8	19,7				
Informações do balanço patrimonial							
Crédito, arrendamento mercantil e outras operações de crédito	-	-	-				
Total de ativos	119.309	116.401	127.716				

O segmento Atividades com o Mercado e Corporação inclui o resultado do investimento de nosso capital excedente, dos custos de nossa dívida subordinada excedente e do saldo líquido dos ativos e passivos fiscais. Inclui ainda a margem financeira com o mercado, os custos das operações de tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial em subsidiárias não ligadas a qualquer segmento, bem como os ajustes referentes à participação minoritária em subsidiárias e à nossa participação na Porto Seguro S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido do segmento Atividades com o Mercado e Corporação atingiu R$ 7.168 milhões, um aumento de 22,4% em relação ao exercício anterior, quando atingiu R$ 5.858 milhões. Esse crescimento é resultado do aumento de R$ 1.244 milhões, ou 13,4%, na margem financeira, de R$ 9.264 milhões em 2016 para R$ 10.508 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente principalmente dos melhores resultados de operações realizadas para fins de gerenciamento de ativos e passivos e da redução de R$ 785 milhões em despesas não decorrentes de juros, de R$ 1.616 milhões em 2016 para R$ 831 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido do segmento Atividades com o Mercado e Corporação cresceu 23,7% em relação ao exercício anterior, como resultado do aumento na margem financeira de R$ 1.751 milhões, ou 23,3%, em relação ao exercício anterior.

Variações nos fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta as principais variações nos nossos fluxos de caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$)

Variações nos fluxos de caixa	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades operacionais	8.642	30.311	(34.459)
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades de investimento	(3.838)	14.429	(361)
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades de financiamento	(16.922)	(22.329)	(8.529)
Aumento/(diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	**(12.118)**	**22.411**	**(43.350)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a diminuição de R$ 12.118 milhões em caixa e equivalentes de caixa é atribuído aos montantes de (i) R$ 8.642 milhões resultantes de atividades operacionais, (ii) R$ 3.838 milhões aplicados em atividades de investimento e (iii) R$ 16.992 milhões aplicados em atividades de financiamento.

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o caixa líquido proveniente de atividades operacionais foi de R$ 8.642 milhões, resultado do aumento em depósitos, parcialmente compensado por variações nos ativos financeiros mantidos para negociação. Ocorreu ainda uma redução nas aplicações no mercado aberto e em outros ativos financeiros em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em 2016, o caixa líquido proveniente de atividades operacionais foi de R$ 30.311 milhões, resultado de reduções nas aplicações no mercado aberto, em outros ativos fiscais e nas operações de crédito, além de redução nos recursos dos mercados interbancários, parcialmente compensadas pelo aumento nas captações no mercado aberto. A administração acredita que o fluxo de caixa das atividades operacionais, saldos de caixa e recursos dos mercados interbancários são suficientes para financiar nossas necessidades de liquidez operacional nos próximos anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais foi de R$ 34.459 milhões, decorrente dos aumentos nos ativos financeiros mantidos para negociação, operações de crédito (como resultado dos aumentos na carteira de crédito) e aplicações no mercado aberto.

Atividades de investimento

As atividades de investimento incluem ativos disponíveis para venda, ativos mantidos até o vencimento, outros recebíveis e títulos de investimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a compra de ativos disponíveis para venda e o caixa recebido da venda de ativos disponíveis para venda foram as principais causas das variações em nosso fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o aumento no caixa proveniente das atividades de investimento deveu-se principalmente à consolidação do CorpBanca decorrente da fusão entre nossa subsidiária Banco Itaú Chile e o CorpBanca no segundo trimestre de 2016 e ao caixa recebido da venda de ativos financeiros disponíveis para venda. Em 2015, a compra de ativos disponíveis para venda e de ativos financeiros mantidos até o vencimento foi a principal causa das saídas de caixa em nosso fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento.

Atividades de financiamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento decorreram, principalmente, dos resgates de nossa dívida subordinada em mercados institucionais, de dividendos e juros sobre capital pagos e da compra de ações em tesouraria no montante de R$ 3.089 milhões, parcialmente compensadas pela captação em mercados institucionais. Em 2016 e 2015, as variações nos fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento decorreram, principalmente, de um aumento nos resgates de nossa dívida subordinada em mercados institucionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, recompramos o montante de R$ 947 milhões em ações em tesouraria, comparado a R$ 3.324 milhões em ações em tesouraria no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o que gerou saídas de caixa nos mesmos montantes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, adotamos uma nova prática de pagamento de dividendos e JCP, que prevê a distribuição de, no mínimo, 35% do lucro líquido recorrente anual. O montante total a ser pago todo ano será definido pelo Conselho de Administração, levando em conta: (i) o nível de capitalização da Companhia, conforme regras definidas pelo Bacen; (ii) o nível mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração de 13,5% de Capital Nível 1; (iii) a lucratividade no ano; (iv) as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado dos negócios, programas de recompra de ações, fusões e aquisições e alterações regulatórias e no mercado que possam alterar as exigências de capital; e (v) mudanças fiscais. Assim, o percentual a ser distribuído poderá flutuar ano a ano em função da lucratividade e demandas de capital da Companhia, sempre considerando o mínimo previsto no Estatuto Social.

Liquidez e recursos de capital

Nosso Conselho de Administração estabelece nossa política de gestão do risco de liquidez e amplos limites quantitativos para uma gestão alinhada ao nosso apetite por risco. Composta por membros da alta administração, a Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez (CSRML) é responsável pela gestão estratégica do risco de liquidez, alinhada com a estrutura de gestão de risco de liquidez e o apetite de risco aprovados pelo Conselho. Ao estabelecer nossas diretrizes, a CSRML considera as implicações de liquidez de cada segmento de mercado e produto. A unidade de tesouraria institucional do Itaú Unibanco Holding é responsável pelo gerenciamento diário do perfil de liquidez do Grupo Unibanco, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho de Administração e pela CSRML. Isso inclui uma responsabilidade de supervisão em relação a todas as unidades de negócio por meio das quais operamos no exterior.

Mantemos pools de liquidez distribuídos em nossas operações no Brasil e em cada subsidiária na América Latina e Europa. Nossas operações brasileiras incluem instituições financeiras no Brasil e entidades utilizadas pelas operações brasileiras para captação de recursos e prestação de serviços a clientes no exterior. Todas as subsidiárias na América Latina (por exemplo, Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia e Paraguai) e na Europa possuem suas próprias tesourarias, com a devida autonomia para administrar a liquidez de acordo com as necessidades e os regulamentos locais, ao mesmo tempo respeitando os limites de liquidez estabelecidos pela alta administração do Itaú Unibanco Holding. Em geral, raramente ocorrem transferências de liquidez entre as subsidiárias, ou entre a matriz e as subsidiárias, exceto em circunstâncias específicas (como aumentos de capital direcionados). O Brasil, a Argentina, o Reino Unido e a Colômbia são os únicos países em que operamos onde os órgãos reguladores estabelecem níveis mínimos de liquidez locais.

A regulamentação do CMN também estabelece a conservação de capital e reservas anticíclicas para instituições financeiras brasileiras e as respectivas porcentagens mínimas, bem como as sanções e limitações aplicáveis no caso de não cumprimento desses requisitos adicionais.

Com base nas práticas do mercado local e limites legais, definimos nossa reserva de liquidez operacional do grupo consolidado como o valor total dos ativos que podem ser rapidamente convertidos em dinheiro. A reserva de liquidez operacional geralmente inclui disponibilidades, posição bancada de operações compromissadas e títulos públicos sem ônus.

A tabela a seguir apresenta nossa reserva de liquidez operacional em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

(Em milhões de R$)

Reserva operacional	Em 31 de dezembro de			Saldo Médio de 2017[1]
	2017	2016	2015	
Disponibilidades	18.749	18.542	18.544	19.861
Posição bancada de operações compromissadas[2]	38.833	77.452	72.091	53.770
Títulos públicos – Carteira Própria	106.738	78.633	65.965	96.439
Reserva operacional	**164.320**	**174.627**	**156.600**	**170.069**

(1) Saldo médio calculado baseado nos saldos trimestrais das Demonstrações Contábeis.
(2) Subtraído o valor de R$ 3,664 (R$ 4,329 em 12/31/2016 e R$ 9,461 em 12/31/2015), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Banco Central.

A administração controla nossas reservas de liquidez mediante a projeção dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando os perfis de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pela CSRML. Esses limites buscam assegurar que o Grupo Itaú Unibanco sempre tenha liquidez disponível para cobrir casos de imprevistos no mercado. Esses limites são revisados periodicamente, com base em projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (por exemplo: cenários de estresse).

A gestão da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir as exigências operacionais estabelecidas, proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado. Nossa estratégia é manter a liquidez em níveis adequados para cumprir nossas obrigações financeiras atuais e futuras e aproveitar possíveis oportunidades de negócios.

Estamos expostos aos efeitos de turbulências e volatilidade nos mercados financeiros globais e na economia dos países nos quais temos negócios, especialmente no Brasil. Entretanto, devido às nossas fontes estáveis de captação de recursos, inclusive uma ampla base de depósitos e um grande número de bancos correspondentes com os quais temos relações duradouras, bem como linhas disponíveis que possibilitam acesso a recursos adicionais quando necessário, não temos historicamente problemas de liquidez, mesmo em períodos de instabilidade nos mercados financeiros internacionais.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Depósitos e empréstimos médios	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2017		2016		2015	
	Saldo médio	% do total	Saldo médio	% do total	Saldo médio	% do total
Passivos remunerados	**1.016.569**	**82,7%**	**969.461**	**81,9%**	**875.904**	**81,2%**
Depósitos remunerados	**287.398**	**23,4%**	**244.121**	**20,6%**	**236.314**	**21,9%**
Depósitos de poupança	110.411	9,0%	106.838	9,0%	114.500	10,6%
Depósitos interfinanceiros	3.282	0,3%	7.304	0,6%	19.633	1,8%
Depósitos a prazo	173.705	14,1%	129.979	11,0%	102.182	9,5%
Captações no mercado abertos	**328.721**	**26,7%**	**339.416**	**28,7%**	**297.509**	**27,6%**
Captações no mercado aberto e Recursos de mercados institucionais	**229.179**	**18,6%**	**240.563**	**20,4%**	**219.463**	**20,3%**
Recursos de mercados interbancários	133.894	10,9%	144.968	12,2%	134.637	12,5%
Recursos de mercados institucionais	95.284	7,8%	95.595	8,1%	84.826	7,9%
Provisão de seguros e previdência e passivos de planos de capitalização	**171.024**	**13,9%**	**144.387**	**12,2%**	**121.856**	**11,3%**
Outros passivos remunerados	**248**	**0,0%**	**974**	**0,1%**	**761**	**0,1%**
Passivos não remunerados	**212.633**	**17,3%**	**214.024**	**18,1%**	**203.377**	**18,8%**
Depósitos não remunerados	61.844	5,0%	61.895	5,2%	54.148	5,0%
Derivativos	23.195	1,9%	29.752	2,5%	29.488	2,7%
Outros passivos não remunerados	127.594	10,4%	122.377	10,3%	119.740	11,1%
Total	**1.229.203**	**100,0%**	**1.183.485**	**100,0%**	**1.079.280**	**100,0%**

Nossas principais fontes de recursos são depósitos remunerados, captações no mercado aberto, repasses de instituições financeiras governamentais, linhas de crédito junto a bancos estrangeiros e emissão de títulos e valores mobiliários no exterior. Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), Nota 17 – Depósitos, para mais detalhes sobre captações.

Podemos ocasionalmente tentar liquidar ou comprar nossa dívida pendente, inclusive notas subordinadas (sujeito à aprovação do Banco Central) e títulos de dívida (*senior notes*), por meio de recompras no mercado aberto, operações negociadas de forma privada ou de outra forma. Eventuais recompras dependerão das condições predominantes de mercado, nossos requisitos de liquidez, restrições contratuais e outros fatores. As notas recompradas podem ser mantidas, canceladas ou revendidas e qualquer revenda deverá estar em conformidade com requisitos ou isenções aplicáveis nos termos das respectivas leis de títulos e valores mobiliários.

Parte da nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto na ocorrência de determinados eventos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Até 31 de dezembro de 2017, não havia ocorrido nenhum desses eventos, inclusive eventos de inadimplência ou descumprimento de cláusula financeira.

Segundo a legislação brasileira, os dividendos em espécie somente podem ser pagos se a subsidiária que os distribui tiver contabilizado lucro nas demonstrações contábeis. Além disso, as subsidiárias consideradas instituições financeiras estão proibidas de realizar empréstimos ao Itaú Unibanco Holding, mas podem fazer depósitos no Itaú Unibanco Holding, os quais representam certificados de depósitos interbancários (CDI). Essas restrições não tiveram, nem se espera que tenham, impacto relevante em nossa capacidade de cumprir nossas obrigações de caixa.

Sazonalidade

Em geral, nossos negócios de Banco de Varejo e de cartão de crédito apresentam certa sazonalidade, com níveis mais altos de transações durante a época de Natal e a posterior redução desses níveis no início do ano. Além disso, há uma certa sazonalidade no final do ano em nosso negócio de planos de previdência, em função de uma exigência normativa no Brasil de que todos os colaboradores recebam o equivalente a um salário extra no final do ano. Há ainda uma certa sazonalidade em nossa receita de prestação de serviços relacionada a serviços de cobrança no início do ano, quando geralmente são pagos impostos e outras contribuições fiscais.

Informações sobre tendências GRI 103-2 | 103-3 Inovação

Estamos preparados para vários fatores que afetam nossos resultados futuros das operações, liquidez e recursos de capital, inclusive:

- O ambiente econômico brasileiro (consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro e a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, para mais informações);
- Desdobramentos legais e regulatórios (consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro, seção Nossa gestão de risco, item Ambiente regulatório e a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos legais e regulatórios, para mais informações);
- Os efeitos de qualquer turbulência financeira internacional contínua, inclusive sobre a liquidez e o capital exigidos (consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto global, a seção Nossa gestão de risco, item Ambiente regulatório e a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, para mais informações);

- Efeitos da inflação sobre o resultado das nossas operações (consulte a seção Contexto, item Contexto macroeconômico, Contexto brasileiro e a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, Inflação e flutuações nas taxas de juros podem ter um efeito adverso relevante sobre nós, para mais informações);

- Efeitos das oscilações no valor do real, nas taxas de câmbio e taxas de juros sobre nossa receita líquida de juros (consulte a seção Desempenho, item Desempenho financeiro, Resultados e a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, Riscos macroeconômicos, para mais informações); e

- Quaisquer aquisições que venhamos a fazer no futuro (consulte a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, A integração de negócios adquiridos ou associados envolve certos riscos que podem ter um efeito adverso relevante sobre nós, para mais informações).

Como parte de nossa estratégia, continuamos a analisar potenciais oportunidades de crescimento, tanto no Brasil quanto no exterior. Além disso, consulte a seção Nossa gestão de risco, item Fatores de risco, para comentários sobre os riscos enfrentados em nossas operações e que poderiam afetar nosso negócio, os resultados das operações ou nossa situação financeira.

Nossas informações financeiras



Demonstrações contábeis consolidadas (IFRS)

As demonstrações contábeis a seguir, juntamente com o parecer dos auditores independentes, fazem parte deste relatório anual consolidado:

Relatório da Administração sobre Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas F-188

Relatório do auditor independente registrado no PCAOB F-189

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 ..... F-190

Demonstração Consolidada do Resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 ..... F-192

Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 ..... F-193

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 ..... F-194

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 ..... F-195

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas F-197

Relatório da Administração sobre Controles Internos

Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados relacionados às demonstrações contábeis consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis da Companhia é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aprovadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção de registros que, em detalhe razoável, refletem precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da Companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme aprovadas pelo IASB, e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos conselheiros da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo esses controles, que foram concebidos para serem efetivos, podem ser incapazes de prevenir ou detectar erros. Ademais, as projeções de qualquer avaliação de efetividade de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa decair.

Nossa administração avaliou a efetividade de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017. Nessa avaliação, adotou os critérios estabelecidos pela Estrutura Integrada de Controle Interno (2013) do Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO - *Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission*). Com base nessa avaliação e critérios, nossa administração concluiu que nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 são efetivos.

Em concordância com os requisitos de avaliação da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana, seção 13a-15(d), nossa administração concluiu que as mudanças ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não afetaram de maneira relevante ou não têm probabilidade razoável de afetar significativamente nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis.

A efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foi auditada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, firma de auditoria independente da Companhia, cujo parecer consta no seu relatório incluído em anexo.

Por: Candido Botelho Bracher
Name: Candido Botelho Bracher
Cargo: Diretor Presidente

Por: Caio Ibrahim David
Name: Caio Ibrahim David
Cargo: Diretor Financeiro

Uma cópia original assinada deste relatório foi fornecida ao registrante e será retida e fornecida por ele à Comissão de Valores Mobiliários ou à sua equipe mediante solicitação.

Data: 20 de abril de 2018

Relatório da Firma Registrada de Auditoria Independente

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Opiniões sobre as Demonstrações Contábeis e os Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis

Examinamos os balanços patrimoniais consolidados do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para cada um dos três exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2017, bem como as correspondentes notas explicativas (em conjunto denominadas como "demonstrações contábeis consolidadas"). Examinamos também os controles internos da Companhia relacionados às demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2017, com base nos critérios estabelecidos no documento Controles Internos - Estrutura Integrada (2013), emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, e o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para cada um dos três exercícios do período findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Adicionalmente, em nossa opinião, a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, controles internos efetivos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os critérios estabelecidos no documento Controles Internos - Estrutura Integrada (2013), emitido pelo COSO.

Base para opiniões

A administração da Companhia é responsável por essas demonstrações contábeis consolidadas, por manter controles internos efetivos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas e pela avaliação da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluídos no "Relatório Anual da Administração sobre os Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas". Nossa responsabilidade é a de expressar opiniões sobre as demonstrações contábeis consolidadas e os controles internos da Companhia relacionados às demonstrações contábeis consolidadas com base em nossas auditorias. Somos uma firma de auditoria registrada no Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas (*Public Company Accounting Oversight Board* - PCAOB) dos EUA e devemos manter nossa independência com relação à Companhia de acordo com as leis federais dos Estados Unidos e as normas e regulamentações aplicáveis da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (*Securities and Exchange Commission* - SEC) e do PCAOB.

Conduzimos nossas auditorias de acordo com as normas do PCAOB. Essas normas exigem que a auditoria seja planejada e realizada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e de que controles internos efetivos foram mantidos, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis consolidadas.

Nossas auditorias das demonstrações contábeis consolidadas incluíram a realização de procedimentos para avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, e de realizar procedimentos em resposta a tais riscos. Esses procedimentos incluíram o exame, com base em testes, de evidências referentes aos valores e às divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossas auditorias incluíram também a avaliação dos princípios contábeis utilizados e estimativas significativas feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto. O nosso exame dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas incluiu a obtenção de um entendimento dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas, avaliação do risco de existência de uma fraqueza material e a realização de teste e avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos com base nos riscos avaliados. Os nossos exames também incluíram a realização de outros procedimentos considerados necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossas auditorias fornecem uma base razoável para as nossas opiniões.

Definição e Limitações dos Controles Internos Relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis consolidadas de uma companhia representam um processo que visa oferecer segurança razoável com relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações contábeis para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos sobre relatórios financeiros de uma companhia incluem políticas e procedimentos que: (i) referem-se à manutenção de registros que refletem precisa e adequadamente, com detalhamento razoável, as transações e alienações dos ativos da companhia; (ii) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e os gastos da companhia são realizados somente de acordo com as autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem segurança razoável com relação à prevenção ou detecção, em tempo hábil, de aquisição, utilização ou alienação, não autorizadas, dos ativos da companhia que poderiam afetar de forma significativa as demonstrações contábeis consolidadas.

Devido às limitações inerentes aos controles internos relacionados às demonstrações contábeis, eles podem não prevenir ou detectar distorções. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam tornar-se inadequados em razão de alterações nas condições ou de que o grau de conformidade com as políticas ou os procedimentos possa se deteriorar.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

São Paulo, Brasil

20 de abril de 2018

Temos atuado como auditores da Companhia desde 2001.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	4	18.749	18.542
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	98.837	85.700
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	29.053	22.692
Aplicações no Mercado Aberto	6	244.707	265.051
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	270.121	204.648
Dados em Garantia		30.585	12.950
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		239.536	191.698
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	1.746	1.191
Derivativos	8 e 9	22.843	24.231
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	102.284	88.277
Dados em Garantia		33.671	17.435
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		68.613	70.842
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	36.560	40.495
Dados em Garantia		974	11.778
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		35.586	28.717
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	465.472	463.394
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		493.367	490.366
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(27.895)	(26.972)
Outros Ativos Financeiros	20a	59.568	53.917
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	5.171	5.073
Ágio	3	10.716	9.675
Imobilizado, Líquido	15	7.359	8.042
Ativos Intangíveis, Líquido	16	8.667	7.381
Ativos Fiscais		41.927	44.274
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.336	2.703
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	33.547	37.395
Outros		6.044	4.176
Bens Destinados à Venda	36.7	736	631
Outros Ativos	20a	10.453	10.027
Total do Ativo		**1.434.969**	**1.353.241**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos	17	402.938	329.414
Captações no Mercado Aberto	19a	312.634	349.164
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	465	519
Derivativos	8 e 9	26.746	24.698
Recursos de Mercados Interbancários	19a	129.616	135.483
Recursos de Mercados Institucionais	19b	98.482	96.239
Outros Passivos Financeiros	20b	77.613	71.832
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	181.232	154.076
Passivos de Planos de Capitalização		3.301	3.147
Provisões	32	19.736	20.909
Obrigações Fiscais		7.839	5.836
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		3.175	1.741
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	441	643
Outras		4.223	3.452
Outros Passivos	20b	26.361	27.110
Total do Passivo		**1.286.963**	**1.218.427**
Capital Social	21a	97.148	97.148
Ações em Tesouraria	21a	(2.743)	(1.882)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.930	1.785
Reservas Integralizadas	21d	12.499	3.443
Reservas a Integralizar	21e	28.365	25.362
Resultado Abrangente Acumulado		(2.359)	(3.274)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		**134.840**	**122.582**
Participações de Acionistas não Controladores	21f	13.166	12.232
Total do Patrimônio Líquido		**148.006**	**134.814**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**1.434.969**	**1.353.241**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Produto Bancário		**111.050**	**118.661**	**92.011**
Receita de Juros e Rendimentos	23a	144.690	161.495	147.789
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(78.325)	(95.126)	(75.064)
Receita de Dividendos		301	288	98
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	3.175	7.311	(11.862)
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		(250)	5.513	(6.353)
Receita de Prestação de Serviços	24	34.448	31.918	29.452
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		5.252	5.880	6.672
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	26.914	24.849	22.634
Resseguros de Prêmios	30b III	(38)	(94)	(89)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(22.177)	(19.490)	(16.460)
Receita de Operações de Capitalização		553	615	587
Outras Receitas	25	1.759	1.382	1.279
Perdas com Créditos e Sinistros		**(18.240)**	**(22.122)**	**(21.335)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(20.746)	(24.379)	(24.517)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		3.698	3.742	4.779
Despesas com Sinistros		(1.224)	(1.555)	(1.611)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		32	70	14
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		**92.810**	**96.539**	**70.676**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		**(60.599)**	**(58.347)**	**(52.411)**
Despesas Gerais e Administrativas	26	(54.118)	(50.904)	(47.626)
Despesas Tributárias		(7.029)	(7.971)	(5.405)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	548	528	620
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**27**	**32.211**	**38.192**	**18.265**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(4.539)	(3.898)	(8.965)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(3.404)	(10.712)	16.856
Lucro Líquido		**24.268**	**23.582**	**26.156**
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	23.903	23.263	25.740
(Prejuízo) Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	21f	365	319	416
Lucro por Ação - Básico	28			
Ordinárias		3,68	3,57	3,91
Preferenciais		3,68	3,57	3,91
Lucro por Ação - Diluído	28			
Ordinárias		3,65	3,54	3,89
Preferenciais		3,65	3,54	3,89
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28			
Ordinárias		3.347.889.957	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais		3.156.020.074	3.171.215.661	3.228.881.081
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28			
Ordinárias		3.347.889.957	3.351.741.143	3.351.741.143
Preferenciais		3.197.763.868	3.216.235.372	3.270.734.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido		**24.268**	**23.582**	**26.156**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		765	2.040	(2.171)
Variação de Valor Justo		1.211	2.780	(6.518)
Efeito Fiscal		(494)	(1.251)	2.659
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	23c	80	851	2.812
Efeito Fiscal		(32)	(340)	(1.124)
Hedge		(571)	(697)	(1.739)
Hedge de Fluxo de Caixa	9	(29)	(2.815)	1.148
Variação de Valor Justo		(86)	(5.041)	2.104
Efeito Fiscal		57	2.226	(956)
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(542)	2.118	(2.887)
Variação de Valor Justo		(1.055)	3.760	(5.134)
Efeito Fiscal		513	(1.642)	2.247
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego (*)		(10)	(590)	(48)
Remensurações	29	33	(1.048)	(68)
Efeito Fiscal		(43)	458	20
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		731	(2.737)	3.099
Total do Resultado Abrangente		**25.183**	**21.598**	**25.297**
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		**365**	**319**	**416**
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		**24.818**	**21.279**	**24.881**

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 , 2016 e 2015
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores												
							Outros Resultados Abrangentes						
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Disponíveis para Venda (1)	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (2)	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
Saldos em 01/01/2015	**75.000**	**(1.328)**	**1.508**	**8.210**	**16.301**	**-**	**(600)**	**(177)**	**1.723**	**(1.377)**	**99.260**	**1.357**	**100.617**
Transações com os Acionistas	10.148	(3.025)	225	(7.445)	-	(8.207)	-	-	-	-	(8.304)	34	(8.270)
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	10.148	-	-	(10.148)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	(3.025)	101	-	-	-	-	-	-	-	(2.924)	-	(2.924)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	299	45	-	-	-	-	-	-	-	344	-	344
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(3.324)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.324)	-	(3.324)
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	56	-	-	-	-	-	-	-	56	-	56
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	124	-	-	-	-	-	-	-	124	-	124
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276	276
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.703	-	(8.207)	-	-	-	-	(5.504)	(242)	(5.746)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.936)	-	-	-	-	-	-	(2.936)	-	(2.936)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(639)	-	-	-	-	-	-	(639)	-	(639)
Outros	-	-	-	-	(10)	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	25.740	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	24.881	416	25.297
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	25.740	-	-	-	-	25.740	416	26.156
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(2.171)	(48)	3.099	(1.739)	(859)	-	(859)
Destinações:													
Reserva Legal	-	-	-	1.054	-	(1.054)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	11.823	4.656	(16.479)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	**85.148**	**(4.353)**	**1.733**	**10.067**	**20.947**	**-**	**(2.771)**	**(225)**	**4.822**	**(3.116)**	**112.252**	**1.807**	**114.059**
Mutação do Período	**10.148**	**(3.025)**	**225**	**1.857**	**4.646**	**-**	**(2.171)**	**(48)**	**3.099**	**(1.739)**	**12.992**	**450**	**13.442**
Saldos em 01/01/2016	**85.148**	**(4.353)**	**1.733**	**10.067**	**20.947**	**-**	**(2.771)**	**(225)**	**4.822**	**(3.116)**	**112.252**	**1.807**	**114.059**
Transações com os Acionistas	12.000	2.471	52	(9.620)	-	(11.574)	-	-	-	-	(6.671)	10.106	3.435
Aumento de Capital - Reserva Estatutária	12.000	-	-	(12.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	2.471	39	(2.670)	-	-	-	-	-	-	(160)	-	(160)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	748	(17)	-	-	-	-	-	-	-	731	-	731
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(947)	-	-	-	-	-	-	-	-	(947)	-	(947)
Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologado em 07/06/2016	-	2.670	-	(2.670)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	56	-	-	-	-	-	-	-	56	-	56
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13	-	13
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.199	10.199
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	5.050	-	(11.574)	-	-	-	-	(6.524)	(93)	(6.617)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.697)	-	-	-	-	-	-	(2.697)	-	(2.697)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(1.586)	-	-	-	-	-	-	(1.586)	-	(1.586)
Outros	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	5	-	5
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	23.263	2.040	(590)	(2.737)	(697)	21.279	319	21.598
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	23.263	-	-	-	-	23.263	319	23.582
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	2.040	(590)	(2.737)	(697)	(1.984)	-	(1.984)
Destinações:													
Reserva Legal	-	-	-	943	-	(943)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	6.336	4.410	(10.746)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	**97.148**	**(1.882)**	**1.785**	**3.443**	**25.362**	**-**	**(731)**	**(815)**	**2.085**	**(3.813)**	**122.582**	**12.232**	**134.814**
Mutação do Período	12.000	**2.471**	**52**	**(6.624)**	**4.415**	**-**	**2.040**	**(590)**	**(2.737)**	**(697)**	**10.330**	**10.425**	**20.755**
Saldos em 01/01/2017	**97.148**	**(1.882)**	**1.785**	**3.443**	**25.362**	**-**	**(731)**	**(815)**	**2.085**	**(3.813)**	**122.582**	**12.232**	**134.814**
Transações com os Acionistas	-	(861)	145	12.480	-	(19.201)	-	-	-	-	(7.437)	569	(6.868)
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	(861)	161	(1.178)	-	-	-	-	-	-	(1.878)	-	(1.878)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	1.050	64	-	-	-	-	-	-	-	1.114	-	1.114
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(3.089)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.089)	-	(3.089)
Cancelamento de Ações - RCA de 15/12/2017	-	1.178	-	(1.178)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	97	-	-	-	-	-	-	-	97	-	97
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	(16)	-	-	-	-	-	-	-	(16)	-	(16)
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	914	914
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	13.658	-	(19.201)	-	-	-	-	(5.543)	(345)	(5.888)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(5.048)	-	-	-	-	-	-	(5.048)	-	(5.048)
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(63)	-	-	-	-	-	-	(63)	-	(63)
Outros	-	-	-	-	(12)	-	-	-	-	-	(12)	-	(12)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	23.903	765	(10)	731	(571)	24.818	365	25.183
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	23.903	-	-	-	-	23.903	365	24.268
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	765	(10)	731	(571)	915	-	915
Destinações:													
Reserva Legal	-	-	-	1.055	-	(1.055)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	632	3.015	(3.647)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	**97.148**	**(2.743)**	**1.930**	**12.499**	**28.365**	**-**	**34**	**(825)**	**2.816**	**(4.384)**	**134.840**	**13.166**	**148.006**
Mutação do Período	**-**	**(861)**	**145**	**9.056**	**3.003**	**-**	**765**	**(10)**	**731**	**(571)**	**12.258**	**934**	**13.192**

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido Ajustado		**83.366**	**97.507**	**56.881**
Lucro Líquido		24.268	23.582	26.156
Ajustes ao Lucro Líquido:		**59.098**	**73.925**	**30.725**
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		81	69	180
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		687	17.941	(9.681)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	20.746	24.379	24.517
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		4.714	942	15.409
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		22.177	19.490	16.460
Resultado de Operações de Capitalização		(553)	(615)	(587)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	3.169	3.233	2.828
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		12.276	1.610	1.479
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		685	4.246	3.948
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(344)	(383)	(285)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	27b	5.101	4.172	(1.869)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(548)	(528)	(620)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	80	851	2.812
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(8.946)	(1.719)	(16.941)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		316	(185)	(6.821)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	408	124	36
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	(218)	(69)	43
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	(93)	(14)	11
Outros		(640)	381	(194)
Variação de Ativos e Obrigações (*)		**(74.724)**	**(67.196)**	**(91.340)**
(Aumento) Redução em Ativos		**(98.134)**	**(30.405)**	**(149.459)**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		(4.040)	521	3.308
Aplicações no Mercado Aberto		5.444	2.675	(88.250)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(13.167)	(20.390)	(2.762)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(65.435)	(34.950)	(31.056)
Derivativos (Ativos / Passivos)		4.540	(4.047)	3.008
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		(555)	(655)	435
Operações de Crédito		(11.786)	23.416	(28.103)
Outros Ativos Financeiros		3.352	881	2.476
Outros Ativos Fiscais		(2.545)	5.262	(15.037)
Outros Ativos		(13.942)	(3.118)	6.522
(Redução) Aumento em Passivos		**23.410**	**(36.791)**	**58.119**
Depósitos		64.200	(18.136)	(16.696)
Captações no Mercado Aberto		(36.623)	8.534	47.833
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(54)	206	(434)
Recursos de Mercados Interbancários		(7.428)	(27.017)	33.199
Outros Passivos Financeiros		3.009	1.915	(5.222)
Provisão de Seguros e Previdência		4.979	5.141	3.067
Passivos de Planos de Capitalização		707	718	621
Provisões		(2.761)	(2.993)	(2.005)
Obrigações Fiscais		5.811	6.359	6.931
Outros Passivos		(3.912)	(5.095)	(2.693)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.518)	(6.423)	(6.482)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		**8.642**	**30.311**	**(34.459)**
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		427	287	243
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		18.707	18.760	12.214
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		4.025	3.473	3.160
Alienação de Bens Destinados a Venda		201	336	123
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		223	69	(43)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição do Citibank		(245)	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição do CorpBanca	3	-	5.869	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da Recovery	3	-	(714)	-
Alienação de Imobilizado de Uso	15	204	109	104
Distrato de Contratos do Intangível	16	26	10	69
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(22.634)	(9.959)	(9.516)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(406)	(1.363)	(4.090)
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	(772)	(381)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(943)	(991)	(1.466)
(Alienação) Aquisição de Intangível / Ágio	16	(2.651)	(1.076)	(1.158)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		**(3.838)**	**14.429**	**(361)**
Captação em Mercados Institucionais		8.439	4.864	6.667
Resgate em Mercados Institucionais		(13.573)	(18.198)	(5.242)
(Aquisição) / Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		914	(1.013)	276
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		1.114	731	344
Aquisições de Ações para Tesouraria		(3.089)	(947)	(3.324)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(345)	(93)	(242)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(10.382)	(7.673)	(7.008)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		**(16.922)**	**(22.329)**	**(8.529)**
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.4c e 4**	**(12.118)**	**22.411**	**(43.350)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	96.119	91.649	125.318
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(687)	(17.941)	9.681
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	83.314	96.119	91.649
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa				
Juros Recebidos		139.895	168.708	136.277
Juros Pagos		71.456	79.227	58.436
Transações não Monetárias				
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		1.876	2.869	2.458

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Receitas	**172.327**	**193.150**	**147.337**
Juros, Rendimentos e outras	147.916	174.607	129.672
Prestação de Serviços	34.448	31.918	29.452
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	5.252	5.880	6.672
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.048)	(20.637)	(19.738)
Outras	1.759	1.382	1.279
Despesas	**(87.981)**	**(104.771)**	**(86.175)**
Juros, Rendimentos e outras	(78.325)	(95.126)	(75.064)
Outras	(9.656)	(9.645)	(11.111)
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(17.876)**	**(15.910)**	**(14.652)**
Materiais, Energia e Outros	(758)	(738)	(798)
Serviços de Terceiros	(4.161)	(4.340)	(4.044)
Outras	(12.957)	(10.832)	(9.810)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(4.152)	(3.966)	(4.052)
Propaganda, Promoções e Publicações	(1.167)	(1.036)	(1.095)
Instalações	(1.256)	(1.161)	(1.022)
Transportes	(339)	(391)	(411)
Segurança	(723)	(716)	(675)
Viagens	(214)	(199)	(212)
Outras	(5.106)	(3.363)	(2.343)
Valor Adicionado Bruto	**66.470**	**72.469**	**46.510**
Depreciação e Amortização	**(3.034)**	**(2.994)**	**(2.598)**
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	**63.436**	**69.475**	**43.912**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**548**	**528**	**620**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**63.984**	**70.003**	**44.532**
Distribuição do Valor Adicionado	**63.984**	**70.003**	**44.532**
Pessoal	**20.925**	**20.321**	**17.609**
Remuneração Direta	16.362	16.512	13.891
Benefícios	3.713	2.983	2.914
F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	850	826	804
Impostos, Taxas e Contribuições	**17.323**	**24.620**	**(522)**
Federais	15.810	23.410	(1.661)
Estaduais	2	35	16
Municipais	1.511	1.175	1.123
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	**1.468**	**1.480**	**1.289**
Remuneração de Capitais Próprios	**24.268**	**23.582**	**26.156**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	19.201	11.574	8.207
Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período	4.702	11.689	17.533
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	365	319	416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 para Contas Patrimoniais e
De 01/01 a 31/12 de 2017, 2016 e 2015 para Contas de Resultado
(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. (“IUPAR”), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. (“Itaúsa”), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações (“E. Johnston”), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2018.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

As demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas anuais, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas durante o período, decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados pelo método indireto. O Lucro Líquido Consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

A Administração entende que as informações prestadas nessas demonstrações contábeis consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2017

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2017.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:

  (I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros.

  - Modelo de negócios: é determinado em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da administração em relação a um instrumento individual. Dessa forma, representa se fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos; e

  - Características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros: identificação dos fluxos de caixa do ativo que constituem apenas pagamento de principal e juros, por meio da aplicação do SPPI (Solely Payment Principal and Interest) test.

  (II) Redução ao valor recuperável: A nova norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito.

- Estágio 1 - Perdas de crédito esperadas para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito na originação;

- Estágio 2 - Perdas permanentes de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com um aumento significativo no risco de crédito, mas que não foram originados com problemas de recuperação.

- Estágio 3 - Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que tenham um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Para ativos financeiros que não são originados com problemas de recuperação, mas que posteriormente se tornaram com problemas de recuperação, difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) em vez do valor contábil bruto.

(III) Contabilização de cobertura (hedge accounting): Os requisitos para contabilização de cobertura (hedge accounting) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de hedge accouting previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou simulações durante o segundo semestre de 2017 para obter uma melhor compreensão do efeito potencial do novo padrão contábil. A transição para a IFRS 9 acarretará, segundo melhores estimativas, uma redução não superior a 3,00% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Os impactos da transição são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros acumulados na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

A adoção da nova norma não trará impactos regulatórios ou prudenciais – inclusive capital – para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, uma vez que tais limites são calculados com base no Consolidado Prudencial que é elaborado segundo os princípios e normas contábeis geralmente aceitos no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 – Receita e IAS 11– Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e não há impactos para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- IFRS 17 – Contratos de Seguros: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

  - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
  - *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
  - *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;

- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação conjunta da IFRS 9: A alteração permite às entidades emitentes de contratos de seguro mitigar possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da IFRS 17 – Contratos de Seguro, por meio de duas opções:

  - Isenção temporária: adoção da IFRS 9 em conjunto com a IFRS 17, ou seja, a partir de janeiro de 2021. Esta opção se aplica, apenas, às entidades com atividades relevantes de seguro (acima de 80% dos passivos totais) e que não tenham aplicado antecipadamente a IFRS 9;

  - Abordagem de Sobreposição: adoção da IFRS 9, contudo, para os ativos reclassificados para a categoria Valor Justo por meio do Resultado, transferir os efeitos da adoção da IFRS 9 do Resultado do Período para Outros Resultados Abrangentes até a vigência da IFRS 17.

  Os passivos relacionados aos contratos de seguro não são representativos em comparação aos passivos totais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

  Em 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotará a IFRS 9 para todos os ativos financeiros, inclusive para os ativos financeiros das entidades seguradoras e, portanto, não utilizará as opções acima.

- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*) - As alterações referem-se a uma inconsistência entre as exigências da IFRS 10 e IAS 28, ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com as IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa nos fluxos de caixas recebidos em relação aos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por redução ao valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4d X). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes.

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4d X. O detalhamento da provisão para créditos de liquidação duvidosa está na Nota 12b.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4k, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão apresentados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreçamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. O detalhamento das provisões, contingências e outros compromissos está apresentado na Nota 32.

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração. São submetidos semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos e, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

De acordo com a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/12/2017 e 31/12/2016:

		Moeda Funcional	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
No País								
Banco Itaú BBA S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Consignado S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização			Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil			Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento			Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itauseg Seguradora S.A.(*)			Brasil	Seguros	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Itaú Corretora de Valores S.A.			Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.			Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.			Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento			Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A.			Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
No Exterior								
Itaú Corpbanca Colombia S.A.	(Nota 3)	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	23,90%	23,67%	23,90%	23,67%
Banco Itaú (Suisse) SA		Franco Suiço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.		Peso Argentino	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.		Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.		Peso Uruguaio	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.		Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA Colombia S.A. Corporacion Financiera		Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc		Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.		Real	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú CorpBanca	(Nota 3)	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	36,06%	35,71%	36,06%	35,71%

(*) Nova denominação social do Itaú BMG Seguradora S.A.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento (FIC) o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de Negócios, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos e, sua contabilização é aplicável quando um negócio for adquirido. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4h. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Com Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido Consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto na IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II - Transações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante do Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como caixa e equivalentes de caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria na qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

Categorias	Reconhecimento e Mensuração
• Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação • Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo	• Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo; • Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado; • Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são incluídos diretamente na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.
• Ativos Financeiros Disponíveis para Venda(*)	• Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo, mais os custos de transação; • Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado.
• Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento(*) • Empréstimos e Recebíveis • Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	• Inicialmente reconhecidos a valor justo, mais os custos de transação; • Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

(*) *Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.*

A classificação dos ativos e passivos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Taxa Efetiva de Juros – O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

As receitas e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas, na Demonstração Consolidada do Resultado, nas rubricas Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros ao custo amortizado as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial Consolidado:

Empréstimos e Recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado
• Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais (Nota 2.4dI e Nota 5); • Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6); • Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4dII e	• Depósitos (Nota 17); • Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4dII e Nota 19a); • Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a);

Nota 6); • Operações de Crédito (Nota 2.4dVIII e Nota 12); e • Outros Ativos Financeiros (Nota 20a).	• Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b); • Obrigações de Planos de Capitalização; e • Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IAS 39.

Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I – Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

II – Aplicações no Mercado Aberto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

III – Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

IV – Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados, irrevogavelmente, a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). De acordo com a IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

V – Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo for positivo, e como passivos quando o valor justo for negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios da IAS 39, são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com a IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- No início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*;
- É esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- Quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;
- A efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos;
- O *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

***Hedge* de Fluxo de Caixa**

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Resultado Abrangente Acumulado – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no Patrimônio Líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

***Hedge* de Investimento Líquido em Operação no Exterior**

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

a) A parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;
b) A parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

VI – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com a IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando for provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

VII – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com a IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Tanto a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, quanto a reversão do montante dessa perda, são registradas, quando aplicável, na Demonstração Consolidada do Resultado.

VIII – Operações de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

IX – Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente para ganho ou perda ao valor recuperável, utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (*probability of default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (*loss given default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de testes de modelos matemáticos, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A Administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) -** Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.

- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).

- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.

- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam a posição “vencida” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, *Write-off* e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

e) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING analisa a natureza de seus negócios em conjunto para avaliar se possui operações em conjunto ou negócios em conjunto. Os negócios em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial de acordo com os requerimentos da IFRS 11 – Negócios em Conjunto.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Resultados Abrangentes Acumulados será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

f) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

g) Imobilizado

De acordo com a IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

h) Ágio

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado semestralmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido na IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

A IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

i) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36, perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pela IAS 38 – Ativos Intangíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 16.

j) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo

apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (*)	20,00%

(*) Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual, um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

I) Contratos de Seguros e Previdência Privada

A IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BRGAAP).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguros são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos da IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

A IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30f.

m) Planos de Capitalização

Para fins regulatórios, no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador. Estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IAS 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

n) Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 – Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão. São reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;

- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo *(asset ceiling)*.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes da não aderência das premissas estabelecidas na última avaliação atuarial, em relação ao efetivamente realizado, bem como dos efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Resultados Abrangentes Acumulados.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

De forma semelhante aos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Resultados Abrangentes Acumulados, no período em que ocorrem.

o) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com a IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

p) Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, com base na melhor estimativa, se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida for provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

q) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

r) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

s) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

t) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 21.

u) Lucro por Ação

O Lucro por Ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no Lucro por Ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 28.

v) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente e suas receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

w) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

Negócios de Varejo do Citibank

Em 8 de outubro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas controladas Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) e Itaú Corretora de Valores S.A., assinou compromisso de compra e venda de ações com o Banco Citibank S.A. e outras sociedades de seu conglomerado (CITIBANK) para aquisição dos negócios de varejo conduzidos pelo Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo CITIBANK na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (representativas de 5,64% do seu capital social) e na CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização (representativas de 3,60% do seu capital social), pelo valor de R$ 628.

A operação foi estruturada em três etapas:

(i) aquisição das operações de varejo, cartões e corretagem de seguros em 31 de outubro de 2017;

(ii) aquisição das operações de corretagem de valores em 1º de dezembro de 2017; e

(iii) aquisição das participações societárias na TECBAN e na CIBRASEC, em 26 de dezembro de 2017.

A diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura na data de aquisição no montante de R$ 631.

Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito que desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas.

A Gestora de Inteligência de Crédito S.A., localizada na cidade de São Paulo, foi estruturada como uma sociedade anônima, sendo que cada um dos acionistas deterá 20% de seu capital social.

Após o cumprimento das condições precedentes, e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 14 de junho de 2017. A participação adquirida é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Banco Itaú BMG Consignado S.A.

Em 29 de setembro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou contrato de compra e venda com o Banco BMG S.A. (BMG) para aquisição de 40% de participação no capital social do Banco Itaú BMG Consignado S.A. (ITAÚ BMG CONSIGNADO), correspondente à totalidade da participação detida pelo BMG no ITAÚ BMG CONSIGNADO, passando a deter 100% do capital social do ITAÚ BMG CONSIGNADO, pelo montante de R$ 1.460.

O ITAÚ UNIBANCO e o BMG manterão uma associação por meio da celebração de um novo acordo comercial para distribuição de empréstimos consignados do ITAÚ BMG CONSIGNADO e de suas afiliadas, com exclusividade, em determinados canais de distribuição vinculados ao BMG e suas afiliadas.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 28 de dezembro de 2016.

Atualmente, o Itaú Consignado S.A. (atual denominação do ITAÚ BMG CONSIGNADO) é controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Em 21 de outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Redecard S.A. (REDE), assinou compromisso de compra e venda de ações com a Odebrecht Transport S.A. para aquisição de 50% do capital social da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (CONECTCAR) pelo montante de R$ 170.

A CONECTCAR, localizada na cidade de Barueri - SP, é uma instituidora de arranjos de pagamentos próprios e prestadora de serviços de intermediação de pagamento automático de pedágios, combustíveis e

estacionamentos. Foi criada em 2012 como resultado de uma parceria entre a Odebrecht Transport S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., empresa controlada pela Ultrapar Participações S.A., que atualmente detém os 50% remanescentes do capital social da CONECTCAR.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 29 de janeiro de 2016. A participação adquirida é avaliada pelo método de equivalência patrimonial (Nota 2.4e II).

Recovery do Brasil Consultoria S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou contrato de compra e venda e outras avenças com o Banco BTG Pactual S.A. (BTG) e com a Misben S.A. para aquisição de 89,08% de participação no capital social da Recovery do Brasil Consultoria S.A. (RECOVERY), correspondente à totalidade da participação das partes na RECOVERY, pelo montante de R$ 735.

Na mesma operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acordou a aquisição de aproximadamente 70% do portfólio de R$ 38 bilhões em direitos creditórios relacionados às atividades de recuperação de carteiras de titularidade do BTG, pelo montante de R$ 570.

Fundada em 2000 na Argentina e presente no Brasil desde 2006, a RECOVERY é líder de mercado na gestão e administração de portfólios de créditos em atraso. As atividades da RECOVERY consistem na prospecção e avaliação de portfólios, estruturação de operações e gestão operacional, atuando em todos os segmentos, desde pessoas físicas até créditos corporativos, com instituições financeiras e não financeiras, e oferecendo um diferencial competitivo aos seus clientes.

Após o cumprimento de determinadas condições suspensivas e aprovação dos reguladores, o fechamento da operação ocorreu em 31 de março de 2016.

A diferença entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	735
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(74)
(-) Ativos Intangíveis Amortizáveis	(20)
(=) Ágio	641

Em 07 de julho de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, adquiriu da *International Finance Corporation*, participação adicional de 6,92% pelo montante de R$ 59, passando a deter 96% do capital social da RECOVERY.

Itaú CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo de transação com o CorpBanca (CORPBANCA) e seus acionistas controladores (CORP GROUP), estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CORPBANCA no Chile e nas demais jurisdições em que o CORPBANCA atua.

O CORPBANCA é um banco comercial com sede no Chile e que também atua na Colômbia e no Panamá, focado em pessoas físicas e grandes e médias empresas. Em 2015, de acordo com a Superintendência Chilena de Bancos, foi um dos maiores bancos privados do Chile em termos de tamanho total de sua carteira de crédito, com participação de mercado de 7,1%.

Esse acordo representa um importante passo no processo de internacionalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Foram obtidas as aprovações da fusão pelos acionistas do CORPBANCA e do BIC e por todas as autoridades regulatórias competentes no Chile, Brasil, Colômbia e Panamá. E, conforme previsão do aditamento ao acordo, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes fecharam a operação em 1º de abril de 2016, quando apresentaram condições plenas para o processo de reorganização societária.

A operação foi concretizada por meio de:

I- Aumento de capital do BIC no valor de R$ 2.309 concluído em 22 de março de 2016;

II- Incorporação do BIC pelo CORPBANCA, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CORPBANCA, na proporção de 80.240 ações do CORPBANCA para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 33,13% para o CORP GROUP.

A seguinte estrutura societária foi formada como resultado da transação:

	Participação Acionária	
	ITAÚ UNIBANCO HOLDING	33,58%
	CORP GROUP	33,13%
	Outros Acionistas não Controladores	33,29%

O ITAÚ CORPBANCA passou a ser controlado a partir de 1° de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nessa mesma data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um acordo de acionistas com o CORP GROUP, o qual prevê, entre outros, o direito de o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o CORP GROUP indicarem membros do conselho de administração do ITAÚ CORPBANCA de acordo com suas participações no capital social, sendo que tais acionistas, em conjunto, terão o direito de indicar a maioria dos membros do conselho de administração do ITAÚ CORPBANCA e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá o direito de indicar a maioria dos membros eleitos por tal bloco. Exceto por algumas matérias estratégicas do ITAÚ CORPBANCA, sobre as quais o CORP GROUP tem direito de veto, os membros do conselho de administração indicados pelo CORP GROUP deverão votar de acordo com as recomendações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O valor justo da contraprestação transferida pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por sua participação no ITAÚ CORPBANCA foi de R$ 10.517, utilizando como base a cotação das ações do CORPBANCA na Bolsa de Santiago.

A contraprestação transferida resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura de R$ 6.928. Adicionalmente, no Brasil, foi gerado um ágio de R$ 692 pela diferença entre o valor patrimonial do BIC e o valor patrimonial do ITAÚ CORPBANCA resultante da fusão. Estes valores não serão deduzidos para fins fiscais, a menos que haja alienação ou incorporação do investimento.

A tabela abaixo resume os principais ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição:

CORPBANCA

Ativo	**01/04/2016**
Disponibilidades	5.869
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.712
Aplicações no Mercado Aberto	186
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	5.684
Derivativos	6.628
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7.164
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	236
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquido	75.222
Outros Ativos Financeiros	3.018
Ágio	888
Imobilizado, Líquido	494
Ativos Intangíveis, Líquido	2.603
Ativos Fiscais	1.413
Bens Destinados à Venda	2
Outros Ativos	1.257
Total do Ativo	**114.376**

Passivo e Patrimônio Líquido	**01/04/2016**
Depósitos	68.387
Captações no Mercado Aberto	4.052
Derivativos	5.749
Recursos de Mercados Interbancários	6.429
Recursos de Mercados Institucionais	17.025
Outros Passivos Financeiros	1.583
Provisões	140
Obrigações Fiscais	1.341
Outros Passivos	2.619
Total do Passivo	**107.325**
Ativos Líquidos	7.051
Participação dos acionistas não controladores	1.515
Ativos Líquidos Assumidos	**5.536**
Ajuste a Valor Justo dos Ativos Líquidos Assumidos	(1.946)
Ativos Líquidos Assumidos a Valor Justo	**3.590**

Durante o período de um ano após a aquisição foram realizados ajustes nos valores apresentados para refletir qualquer nova informação obtida sobre fatos existentes no fechamento da operação, conforme previsão da IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Não foram registrados passivos contingentes em decorrência da aquisição.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu indiretamente as seguintes participações adicionais no capital social do ITAÚ CORPBANCA:

• Em 26 de outubro de 2016 – 10.908.002.836 ações (2,13%) pelo valor de R$ 288,1, passando a deter 35,71%; e

• Em 15 de setembro de 2017 – 1.800.000.000 ações (0,35%) pelo valor de R$ 55,6, passando a deter 36,06%.

A possibilidade de ocorrência das referidas aquisições estava prevista no acordo de acionistas do ITAÚ CORPBANCA celebrado, entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e CORP GROUP e afiliadas, em 1º de abril de 2016.

MaxiPago Serviços de Internet Ltda.

Em 03 de setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária REDE assinou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet Ltda. (MAXIPAGO), uma empresa de dispositivos de interconexões de rede de pagamento eletrônico móvel.

Na mesma data houve a subscrição e integralização de 19.336 ações (33,33%) e aquisição de 24.174 ações (41,67%), fazendo com que a REDE seja detentora de 43.510 ações ordinárias, que representa 75% do capital social total e votante da MAXIPAGO.

Após o cumprimento das condições precedentes e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 08 de janeiro de 2015.

A diferença entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Preço de Compra	15
(-) Valor Justo dos Ativos e Passivos Identificados	(4)
(=) Ágio	**11**

No 2º semestre de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária REDE, aumentou capital da MAXIPAGO em 21,98% e adquiriu participações adicionais no total de 3,02%, pelo montante de R$ 2, passando a deter 100% do capital da MAXIPAGO.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	18.749	18.542
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.327	13.358
Aplicações no Mercado Aberto	49.238	64.219
Total	**83.314**	**96.119**

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R$ 13.726 (R$ 9.334 em 31/12/2016) e R$ 195.469 (R$ 200.832 em 31/12/2016), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	31/12/2017	31/12/2016
Não Remunerados	4.790	3.002
Remunerados	94.047	82.698
Total	**98.837**	**85.700**

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros [2]	28.039	1.014	29.053	21.503	1.189	22.692
Aplicações no Mercado Aberto [1]	244.511	196	244.707	264.740	311	265.051
Total	**272.550**	**1.210**	**273.760**	**286.243**	**1.500**	**287.743**

(1) O montante de R$ 3.664 (R$ 4.329 em 31/12/2016) está dado em garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e BACEN e R$ 185.305 (R$ 178.070 em 31/12/2016) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4d.

(2) Inclui R$ 6.689 de Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais de outros países.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	3.211	1	3.212	1.170	3	1.173
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	230.189	378	230.567	159.602	422	160.024
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	3.148	62	3.210	5.275	50	5.325
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	**3.942**	**33**	**3.975**	**3.714**	**21**	**3.735**
Argentina	1.446	20	1.466	634	17	651
Chile	50	1	51	126	1	127
Colômbia	2.080	12	2.092	2.666	3	2.669
Estados Unidos	100	-	100	78	-	78
México	5	-	5	6	-	6
Paraguai	6	-	6	88	-	88
Uruguai	222	-	222	32	-	32
Outros	33	-	33	84	-	84
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	**29.286**	**(129)**	**29.157**	**34.425**	**(34)**	**34.391**
Ações Negociáveis	3.969	(206)	3.763	2.598	(107)	2.491
Certificado de Depósito Bancário	347	-	347	1.824	-	1.824
Certificado de Recebíveis Imobiliários	66	(1)	65	-	-	-
Debêntures	3.181	77	3.258	3.129	61	3.190
Euro Bonds e Assemelhados	633	1	634	654	8	662
Letras Financeiras	20.612	-	20.612	25.893	-	25.893
Notas Promissórias	391	-	391	-	-	-
Outros	87	-	87	327	4	331
Total (2)	**269.776**	**345**	**270.121**	**204.186**	**462**	**204.648**

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R$ 29.002 (R$ 7.696 em 31/12/2016), b) R$ 1.508 (R$ 4.045 em 31/12/2016), c) R$ 46 (R$ 1.183 em 31/12/2016) e d) R$ 28 (R$ 26 em 31/12/2016), totalizando R$ 30.585 (R$ 12.950 em 31/12/2016);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	**48.533**	**48.411**	**34.302**	**34.206**
Sem vencimento	2.671	4.703	3.356	3.206
Até um ano	45.862	43.708	30.946	31.000
Não Circulante	**221.243**	**221.710**	**169.884**	**170.442**
De um a cinco anos	168.301	168.558	117.748	118.050
De cinco a dez anos	44.025	44.246	42.135	42.284
Após dez anos	8.917	8.906	10.001	10.108
Total	**269.776**	**270.121**	**204.186**	**204.648**

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R$ 169.178 (R$ 142.081 em 31/12/2016). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2017		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.670	76	1.746
Total	**1.670**	**76**	**1.746**

	31/12/2016		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.183	8	1.191
Total	**1.183**	**8**	**1.191**

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	**1.006**	**1.041**	**1.183**	**1.191**
Até um ano	1.006	1.041	1.183	1.191
Não Circulante	**664**	**705**	**-**	**-**
De um a cinco anos	664	705	-	-
Total	**1.670**	**1.746**	**1.183**	**1.191**

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de *swaps* apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R$ 18.284 (R$ 12.246 em 31/12/2016) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Contratos de Futuros (*)	**607.980**	**8**	**150**	**158**
Compromissos de Compra	**323.102**	**(4)**	**137**	**133**
Commodities	187	-	-	-
Índices	109.501	(34)	(16)	(50)
Mercado Interfinanceiro	166.833	30	-	30
Moeda Estrangeira	28.514	-	153	153
Títulos	18.067	-	-	-
Compromissos de Venda	**284.878**	**12**	**13**	**25**
Commodities	168	-	-	-
Índices	128.147	67	11	78
Mercado Interfinanceiro	118.186	(56)	-	(56)
Moeda Estrangeira	26.646	1	-	1
Prefixados	505	-	2	2
Títulos	11.218	-	-	-
Outros	8	-	-	-
Contratos de *Swaps*		**(4.770)**	**268**	**(4.502)**
Posição Ativa	**585.574**	**3.630**	**5.560**	**9.190**
Índices	228.406	(1.132)	2.595	1.463
Mercado Interfinanceiro	48.752	670	(72)	598
Moeda Estrangeira	10.145	693	245	938
Pós-Fixados	44.400	(48)	1.135	1.087
Prefixados	253.854	3.447	1.656	5.103
Títulos	4	-	1	1
Outros	13	-	-	-
Posição Passiva	**590.344**	**(8.400)**	**(5.292)**	**(13.692)**
Índices	197.597	(432)	(4.141)	(4.573)
Mercado Interfinanceiro	38.398	(293)	15	(278)
Moeda Estrangeira	19.289	(596)	(12)	(608)
Pós-Fixados	42.690	(36)	(1.208)	(1.244)
Prefixados	292.333	(7.043)	54	(6.989)
Outros	37	-	-	-
Contratos de Opções	**1.847.829**	**452**	**92**	**544**
De Compra - Posição Comprada	**245.514**	**1.256**	**392**	**1.648**
Commodities	367	11	18	29
Índices	178.839	295	(26)	269
Mercado Interfinanceiro	26.484	37	11	48
Moeda Estrangeira	31.818	647	(201)	446
Prefixados	20	3	-	3
Títulos	7.902	254	570	824
Outros	84	9	20	29
De Venda - Posição Comprada	**736.856**	**1.457**	**232**	**1.689**
Commodities	269	4	(1)	3
Índices	691.934	495	241	736
Mercado Interfinanceiro	11.623	21	96	117
Moeda Estrangeira	24.134	679	(150)	529
Prefixados	129	6	(5)	1
Títulos	8.753	252	51	303
Outros	14	-	-	-
De Compra - Posição Vendida	**88.688**	**(1.008)**	**(229)**	**(1.237)**
Commodities	278	(6)	(14)	(20)
Índices	30.554	(168)	22	(146)
Mercado Interfinanceiro	23.574	(31)	31	-
Moeda Estrangeira	27.774	(719)	247	(472)
Prefixados	77	(2)	-	(2)
Títulos	6.347	(73)	(495)	(568)
Outros	84	(9)	(20)	(29)
De Venda - Posição Vendida	**776.771**	**(1.253)**	**(303)**	**(1.556)**
Commodities	222	(8)	4	(4)
Índices	737.942	(505)	(249)	(754)
Mercado Interfinanceiro	8.722	(18)	(86)	(104)
Moeda Estrangeira	23.833	(549)	104	(445)
Prefixados	41	(1)	1	-
Títulos	5.998	(172)	(77)	(249)
Outros	13	-	-	-

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Contratos a Termo	**9.954**	**639**	**-**	**639**
Compras a Receber	**1.654**	**1.861**	**-**	**1.861**
Pós-Fixados	499	499	-	499
Prefixados	1.130	1.337	-	1.337
Títulos	25	25	-	25
Obrigações por Compra a Pagar	**-**	**(1.644)**	**-**	**(1.644)**
Pós-Fixados	-	(499)	-	(499)
Prefixados	-	(1.145)	-	(1.145)
Vendas a Receber	**737**	**5.049**	**1**	**5.050**
Índices	31	31	-	31
Pós-Fixados	-	1.873	-	1.873
Prefixados	-	2.447	-	2.447
Títulos	706	698	1	699
Obrigações por Venda a Entregar	**7.563**	**(4.627)**	**(1)**	**(4.628)**
Mercado Interfinanceiro	3.261	-	-	-
Pós-Fixados	1.874	(1.873)	(1)	(1.874)
Prefixados	2.428	(2.754)	-	(2.754)
Derivativos de Crédito	**10.110**	**(30)**	**109**	**79**
Posição Ativa	**5.831**	**38**	**99**	**137**
Índices	6	1	-	1
Moeda Estrangeira	3.588	15	28	43
Prefixados	89	-	2	2
Títulos	1.744	20	59	79
Outros	404	2	10	12
Posição Passiva	**4.279**	**(68)**	**10**	**(58)**
Índices	761	(7)	(1)	(8)
Moeda Estrangeira	2.582	(40)	9	(31)
Títulos	765	(20)	4	(16)
Outros	171	(1)	(2)	(3)
NDF - *Non Deliverable Forward*	**252.628**	**(948)**	**153**	**(795)**
Posição Ativa	**119.312**	**2.781**	**169**	**2.950**
Commodities	81	6	1	7
Índices	1	-	-	-
Moeda Estrangeira	119.230	2.775	168	2.943
Posição Passiva	**133.316**	**(3.729)**	**(16)**	**(3.745)**
Commodities	175	(14)	-	(14)
Índices	249	(6)	-	(6)
Moeda Estrangeira	132.880	(3.708)	(16)	(3.724)
Títulos	12	(1)	-	(1)
Verificação de *Swap*	**955**	**(73)**	**19**	**(54)**
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	**514**	**-**	**68**	**68**
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	**441**	**(73)**	**(49)**	**(122)**
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	**4.225**	**90**	**(62)**	**28**
Posição Ativa	**2.464**	**100**	**(8)**	**92**
Moeda Estrangeira	126	-	2	2
Prefixados	1.792	99	(18)	81
Títulos	388	1	5	6
Outros	158	-	3	3
Posição Passiva	**1.761**	**(10)**	**(54)**	**(64)**
Moeda Estrangeira	35	(7)	5	(2)
Prefixados	83	(1)	(2)	(3)
Títulos	1.285	(2)	(47)	(49)
Outros	358	-	(10)	(10)
	Ativo	**16.180**	**6.663**	**22.843**
	Passivo	**(20.812)**	**(5.934)**	**(26.746)**
	Total	**(4.632)**	**729**	**(3.903)**

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2017
Contrato de Futuros	187.771	152.660	87.819	179.730	607.980
Contratos de *Swaps*	29.734	96.849	86.922	368.439	581.944
Contratos de Opções	418.679	290.491	457.164	681.495	1.847.829
Contratos a Termo	6.997	1.933	1.024	-	9.954
Derivativos de Crédito	-	510	1.230	8.370	10.110
NDF - *Non Deliverable Forward*	63.446	136.650	39.109	13.423	252.628
Verificação de *Swap*	-	293	-	662	955
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	-	474	851	2.900	4.225

(*) O valor patrimonial dos futuros considera apenas o valor a receber ou a pagar referente ao último dia do trimestre.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Contratos de Futuros (*)	**666.927**	**61**	**66**	**127**
Compromissos de Compra	**200.752**	**(237)**	**86**	**(151)**
Commodities	147	-	-	-
Índices	47.295	(213)	3	(210)
Mercado Interfinanceiro	109.649	1	-	1
Moeda Estrangeira	31.141	(25)	83	58
Títulos	12.520	-	-	-
Compromissos de Venda	**466.175**	**298**	**(20)**	**278**
Commodities	284	-	-	-
Índices	169.930	306	(1)	305
Mercado Interfinanceiro	213.991	(11)	1	(10)
Moeda Estrangeira	70.719	3	(22)	(19)
Prefixados	941	-	2	2
Títulos	10.275	-	-	-
Outros	35	-	-	-
Contratos de *Swaps*		**(4.446)**	**1.767**	**(2.679)**
Posição Ativa	**471.221**	**6.602**	**3.940**	**10.542**
Commodities	5	-	-	-
Índices	196.505	794	456	1.250
Mercado Interfinanceiro	47.210	1.897	7	1.904
Moeda Estrangeira	13.582	1.136	(1)	1.135
Pós-Fixados	38.262	(21)	1.471	1.450
Prefixados	175.609	2.795	2.007	4.802
Títulos	12	-	-	-
Outros	36	1	-	1
Posição Passiva	**475.667**	**(11.048)**	**(2.173)**	**(13.221)**
Commodities	131	-	-	-
Índices	147.560	(2.729)	(2.115)	(4.844)
Mercado Interfinanceiro	36.554	(328)	(68)	(396)
Moeda Estrangeira	21.156	(915)	17	(898)
Pós-Fixados	36.438	(140)	(1.204)	(1.344)
Prefixados	233.780	(6.926)	1.195	(5.731)
Títulos	20	(10)	2	(8)
Outros	28	-	-	-
Contratos de Opções	**583.527**	**(2.108)**	**2.348**	**240**
De Compra - Posição Comprada	**163.069**	**1.490**	**(625)**	**865**
Commodities	404	16	1	17
Índices	99.978	111	(8)	103
Mercado Interfinanceiro	1.247	1	20	21
Moeda Estrangeira	45.106	1.205	(835)	370
Prefixados	11	-	-	-
Títulos	16.254	150	187	337
Outros	69	7	10	17
De Venda - Posição Comprada	**142.234**	**1.713**	**2.214**	**3.927**
Commodities	162	4	5	9
Índices	92.088	106	(9)	97
Mercado Interfinanceiro	7.533	6	(2)	4
Moeda Estrangeira	33.078	1.348	2.101	3.449
Prefixados	145	6	(3)	3
Títulos	9.211	243	122	365
Outros	17	-	-	-
De Compra - Posição Vendida	**129.392**	**(2.674)**	**1.721**	**(953)**
Commodities	239	(3)	(8)	(11)
Índices	83.283	(161)	29	(132)
Mercado Interfinanceiro	95	-	-	-
Moeda Estrangeira	39.900	(2.447)	1.875	(572)
Prefixados	94	(1)	-	(1)
Títulos	5.599	(54)	(166)	(220)
Outros	182	(8)	(9)	(17)
De Venda - Posição Vendida	**148.832**	**(2.637)**	**(962)**	**(3.599)**
Commodities	268	(17)	(3)	(20)
Índices	104.268	(137)	51	(86)
Mercado Interfinanceiro	3.438	(10)	2	(8)
Moeda Estrangeira	34.132	(2.258)	(884)	(3.142)
Prefixados	28	(1)	-	(1)
Títulos	6.681	(214)	(128)	(342)
Outros	17	-	-	-

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Contratos a Termo	**13.429**	**1.446**	**(5)**	**1.441**
Compras a Receber	**1.186**	**1.240**	**(5)**	**1.235**
Pós-Fixados	546	545	1	546
Prefixados	395	450	-	450
Títulos	245	245	(6)	239
Obrigações por Compra a Pagar	**-**	**(971)**	**-**	**(971)**
Pós-Fixados	-	(545)	-	(545)
Prefixados	-	(421)	-	(421)
Títulos	-	(5)	-	(5)
Vendas a Receber	**8.139**	**3.734**	**2**	**3.736**
Mercado Interfinanceiro	4.396	8	-	8
Pós-Fixados	300	300	-	300
Prefixados	2.250	2.257	-	2.257
Títulos	1.193	1.169	2	1.171
Obrigações por Venda a Entregar	**4.104**	**(2.557)**	**(2)**	**(2.559)**
Mercado Interfinanceiro	4.104	-	(2)	(2)
Pós-Fixados	-	(300)	-	(300)
Prefixados	-	(2.257)	-	(2.257)
Derivativos de Crédito	**12.100**	**-**	**34**	**34**
Posição Ativa	**5.306**	**190**	**(9)**	**181**
Moeda Estrangeira	3.876	188	(56)	132
Prefixados	114	-	2	2
Títulos	1.161	2	41	43
Outros	155	-	4	4
Posição Passiva	**6.794**	**(190)**	**43**	**(147)**
Moeda Estrangeira	5.487	(189)	70	(119)
Prefixados	33	(1)	-	(1)
Títulos	974	-	(21)	(21)
Outros	300	-	(6)	(6)
NDF - *Non Deliverable Forward*	**250.775**	**472**	**162**	**634**
Posição Ativa	**134.049**	**3.283**	**176**	**3.459**
Commodities	206	18	1	19
Índices	148	9	-	9
Moeda Estrangeira	133.693	3.256	175	3.431
Títulos	2	-	-	-
Posição Passiva	**116.726**	**(2.811)**	**(14)**	**(2.825)**
Commodities	244	(27)	2	(25)
Índices	27	-	-	-
Moeda Estrangeira	116.437	(2.784)	(16)	(2.800)
Títulos	18	-	-	-
Verificação de *Swap*	**1.493**	**(326)**	**61**	**(265)**
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	**923**	**18**	**70**	**88**
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	**570**	**(344)**	**(9)**	**(353)**
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	**4.217**	**45**	**(44)**	**1**
Posição Ativa	**2.569**	**48**	**23**	**71**
Moeda Estrangeira	148	(3)	8	5
Prefixados	1.174	48	(5)	43
Títulos	940	3	14	17
Outros	307	-	6	6
Posição Passiva	**1.648**	**(3)**	**(67)**	**(70)**
Commodities	2	-	-	-
Moeda Estrangeira	84	-	(32)	(32)
Prefixados	81	(1)	(1)	(2)
Títulos	1.317	(2)	(30)	(32)
Outros	164	-	(4)	(4)
	Ativo	**18.379**	**5.852**	**24.231**
	Passivo	**(23.235)**	**(1.463)**	**(24.698)**
	Total	**(4.856)**	**4.389**	**(467)**

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2016
Contrato de Futuros	184.309	221.487	50.749	210.382	666.927
Contratos de *Swaps* - Ajuste a Pagar	17.588	67.405	50.000	329.626	464.619
Contratos de Opções	191.242	191.998	175.220	25.067	583.527
Contratos a Termo	9.197	4.230	2	-	13.429
Derivativos de Crédito	-	1.233	1.098	9.769	12.100
NDF - *Non Deliverable Forward*	63.764	124.695	42.700	19.616	250.775
Verificação de *Swap*	-	180	913	400	1.493
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	32	579	418	3.188	4.217

(*) O valor patrimonial dos futuros considera apenas o valor a receber ou a pagar referente ao último dia do trimestre.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2017							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros - B3	**158**	**0,7**	**153**	**11**	**(2)**	**(3)**	**38**	**(39)**
Contratos de *Swaps* - Ajuste a Receber	**9.190**	**40,2**	**189**	**187**	**327**	**744**	**1.661**	**6.082**
B3	1.161	5,1	63	26	39	109	95	829
Empresas	2.834	12,4	66	40	95	245	400	1.988
Instituições Financeiras	4.647	20,3	59	121	192	237	1.010	3.028
Pessoas Físicas	548	2,4	1	-	1	153	156	237
Contratos de Opções	**3.337**	**14,6**	**430**	**440**	**353**	**955**	**865**	**294**
B3	1.715	7,5	374	274	96	515	396	60
Empresas	580	2,6	27	45	64	117	210	117
Instituições Financeiras	1.039	4,5	29	121	192	321	259	117
Pessoas Físicas	3	0,0	-	-	1	2	-	-
Contratos a Termo	**6.911**	**30,3**	**6.529**	**293**	**46**	**43**	**-**	**-**
B3	755	3,3	386	281	46	42	-	-
Empresas	6.156	27,0	6.143	12	-	1	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	**137**	**0,6**	**-**	**-**	**1**	**8**	**21**	**107**
NDF - *Non Deliverable Forward*	**2.950**	**12,9**	**677**	**717**	**624**	**610**	**166**	**156**
B3	644	2,8	195	166	194	89	-	-
Empresas	819	3,6	184	238	165	120	68	44
Instituições Financeiras	1.485	6,5	298	313	264	400	98	112
Pessoas Físicas	2	0,0	-	-	1	1	-	-
Verificação de *Swap* - Empresas	**68**	**0,3**	**-**	**-**	**6**	**-**	**-**	**62**
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	**92**	**0,4**	**-**	**-**	**-**	**3**	**5**	**84**
Empresas	11	0,0	-	-	-	2	3	6
Instituições Financeiras	81	0,4	-	-	-	1	2	78
Total (*)	**22.843**	**100,0**	**7.978**	**1.648**	**1.355**	**2.360**	**2.756**	**6.746**
% por prazo de vencimento			34,9	7,2	5,9	10,3	12,1	29,6

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ 13.341 referem-se ao circulante e R$ 9.502 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2016							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros	**127**	**0,5**	**85**	**51**	**13**	**(18)**	**(6)**	**2**
B3	128	0,5	85	52	13	(18)	(6)	2
Instituições Financeiras	(1)	0,0	-	(1)	-	-	-	-
Contratos de *Swaps* - Ajuste a Receber	**10.542**	**43,5**	**828**	**723**	**585**	**659**	**1.497**	**6.250**
B3	1.417	5,8	178	156	218	58	206	601
Empresas	4.585	18,9	322	354	227	390	764	2.528
Instituições Financeiras	4.256	17,6	319	197	122	196	447	2.975
Pessoas Físicas	284	1,2	9	16	18	15	80	146
Contratos de Opções	**4.792**	**19,7**	**354**	**582**	**759**	**1.540**	**1.397**	**160**
B3	1.679	6,9	144	209	182	1.075	41	28
Empresas	507	2,1	23	19	88	134	188	55
Instituições Financeiras	2.603	10,7	187	354	488	329	1.168	77
Pessoas Físicas	3	0,0	-	-	1	2	-	-
Contratos a Termo	**4.971**	**20,6**	**3.947**	**735**	**287**	**2**	**-**	**-**
B3	1.418	5,9	427	703	286	2	-	-
Empresas	2.783	11,5	2.750	32	1	-	-	-
Instituições Financeiras	770	3,2	770	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	**181**	**0,7**	**-**	**-**	**3**	**5**	**13**	**160**
NDF - *Non Deliverable Forward*	**3.459**	**14,3**	**601**	**1.252**	**444**	**579**	**245**	**338**
B3	305	1,3	82	123	56	44	-	-
Empresas	1.243	5,1	185	344	216	231	200	67
Instituições Financeiras	1.908	7,9	333	783	172	304	45	271
Pessoas Físicas	3	0,0	1	2	-	-	-	-
Verificação de *Swap* - Empresas	**88**	**0,4**	**-**	**-**	**35**	**53**	**-**	**-**
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	**71**	**0,3**	**-**	**-**	**1**	**6**	**13**	**51**
Empresas	29	0,1	-	-	-	5	8	16
Instituições Financeiras	42	0,2	-	-	1	1	5	35
Total (*)	**24.231**	**100,0**	**5.815**	**3.343**	**2.127**	**2.826**	**3.159**	**6.961**
% por prazo de vencimento			24,0	13,8	8,8	11,7	13,0	28,7

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ 14.111 referem-se ao circulante e R$ 10.120 ao não circulante.

	31/12/2017							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de *Swaps* - Ajuste a Pagar	**(13.692)**	**51,2**	**(65)**	**(202)**	**(451)**	**(1.711)**	**(3.747)**	**(7.516)**
B3	(1.515)	5,7	(3)	(17)	(29)	(128)	(211)	(1.127)
Empresas	(2.251)	8,4	(24)	(77)	(224)	(347)	(497)	(1.082)
Instituições Financeiras	(5.585)	20,9	(30)	(97)	(184)	(203)	(1.270)	(3.801)
Pessoas Físicas	(4.341)	16,2	(8)	(11)	(14)	(1.033)	(1.769)	(1.506)
Contratos de Opções	**(2.793)**	**10,4**	**(332)**	**(174)**	**(304)**	**(821)**	**(889)**	**(273)**
B3	(1.286)	4,8	(279)	(49)	(102)	(412)	(429)	(15)
Empresas	(672)	2,5	(25)	(44)	(99)	(140)	(247)	(117)
Instituições Financeiras	(829)	3,1	(28)	(81)	(101)	(268)	(210)	(141)
Pessoas Físicas	(6)	0,0	-	-	(2)	(1)	(3)	-
Contratos a Termo - Empresas	**(6.272)**	**23,5**	**(6.272)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	**(58)**	**0,2**	**-**	**-**	**(1)**	**(2)**	**(7)**	**(48)**
NDF - *Non Deliverable Forward*	**(3.745)**	**14,0**	**(927)**	**(735)**	**(547)**	**(785)**	**(225)**	**(526)**
B3	(638)	2,4	(289)	(134)	(155)	(60)	-	-
Empresas	(750)	2,8	(145)	(266)	(128)	(131)	(50)	(30)
Instituições Financeiras	(2.356)	8,8	(493)	(335)	(263)	(594)	(175)	(496)
Pessoas Físicas	(1)	0,0	-	-	(1)	-	-	-
Verificação de *Swap* - Empresas	**(122)**	**0,5**	**-**	**-**	**(73)**	**-**	**-**	**(49)**
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos - Empresas	**(64)**	**0,2**	**-**	**(2)**	**(2)**	**(6)**	**(9)**	**(45)**
Total (*)	**(26.746)**	**100,0**	**(7.596)**	**(1.113)**	**(1.378)**	**(3.325)**	**(4.877)**	**(8.457)**
% por prazo de vencimento			28,4	4,2	5,2	12,4	18,2	31,6

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ (13.412) referem-se ao circulante e R$ (13.334) ao não circulante.

	31/12/2016							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de *Swaps* - Ajuste a Pagar	**(13.221)**	**53,4**	**(461)**	**(228)**	**(742)**	**(732)**	**(2.352)**	**(8.706)**
B3	(1.614)	6,5	(304)	(75)	(124)	(97)	(125)	(889)
Empresas	(2.531)	10,2	(67)	(32)	(90)	(248)	(573)	(1.521)
Instituições Financeiras	(4.106)	16,6	(79)	(103)	(128)	(311)	(554)	(2.931)
Pessoas Físicas	(4.970)	20,1	(11)	(18)	(400)	(76)	(1.100)	(3.365)
Contratos de Opções	**(4.552)**	**18,5**	**(837)**	**(659)**	**(516)**	**(713)**	**(1.116)**	**(711)**
B3	(1.437)	5,8	(524)	(216)	(201)	(455)	(30)	(11)
Empresas	(631)	2,6	(48)	(28)	(103)	(170)	(200)	(82)
Instituições Financeiras	(2.463)	10,0	(265)	(414)	(208)	(81)	(882)	(613)
Pessoas Físicas	(21)	0,1	-	(1)	(4)	(7)	(4)	(5)
Contratos a Termo	**(3.530)**	**14,3**	**(3.530)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
B3	(6)	0,0	(6)	-	-	-	-	-
Empresas	(2.754)	11,2	(2.754)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(770)	3,1	(770)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	**(147)**	**0,6**	**-**	**-**	**-**	**(2)**	**(10)**	**(135)**
NDF - *Non Deliverable Forward*	**(2.825)**	**11,5**	**(466)**	**(881)**	**(527)**	**(299)**	**(99)**	**(553)**
B3	(259)	1,0	(102)	(76)	(41)	(40)	-	-
Empresas	(648)	2,6	(166)	(158)	(124)	(129)	(37)	(34)
Instituições Financeiras	(1.916)	7,9	(198)	(647)	(360)	(130)	(62)	(519)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	-	(2)	-	-	-
Verificação de *Swap* - Empresas	**(353)**	**1,4**	**-**	**-**	**-**	**(214)**	**(139)**	**-**
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos - Empresas	**(70)**	**0,3**	**-**	**(1)**	**(1)**	**(1)**	**(10)**	**(57)**
Total (*)	**(24.698)**	**100,0**	**(5.294)**	**(1.769)**	**(1.786)**	**(1.961)**	**(3.726)**	**(10.162)**
% por prazo de vencimento			21,4	7,2	7,2	7,9	15,1	41,2

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R$ (10.810) referem-se ao circulante e R$ (13.888) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps.*

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

	31/12/2017				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.416	1.200	2.412	2.804	-
Total por Instrumento	**6.416**	**1.200**	**2.412**	**2.804**	**-**
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	1.416	449	347	620	-
Abaixo do grau de investimento	5.000	751	2.065	2.184	-
Total por Risco	**6.416**	**1.200**	**2.412**	**2.804**	**-**
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	3.597	406	1.671	1.520	-
Governo - outros países	329	144	90	95	-
Entidades Privadas	2.490	650	651	1.189	-
Total por Entidade	**6.416**	**1.200**	**2.412**	**2.804**	**-**

	31/12/2016				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.094	1.989	3.487	2.585	33
Total por Instrumento	**8.094**	**1.989**	**3.487**	**2.585**	**33**
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	1.854	564	974	283	33
Abaixo do grau de investimento	6.240	1.425	2.513	2.302	-
Total por Risco	**8.094**	**1.989**	**3.487**	**2.585**	**33**
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	5.163	1.291	1.806	2.066	-
Governo - outros países	529	81	413	35	-
Entidades Privadas	2.402	617	1.268	484	33
Total por Entidade	**8.094**	**1.989**	**3.487**	**2.585**	**33**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo *(notional)*. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

	31/12/2017		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	**Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico**	**Posição Líquida**
CDS	(6.416)	3.694	(2.722)
Total	**(6.416)**	**3.694**	**(2.722)**

	31/12/2016		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	**Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico**	**Posição Líquida**
CDS	(8.094)	4.006	(4.088)
Total	**(8.094)**	**4.006**	**(4.088)**

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2017						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos [1]	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial [2]		Total
				Instrumentos Financeiros [3]	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	244.707	-	244.707	(575)	-	244.132
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.843	-	22.843	(3.138)	-	19.705

31/12/2016						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos [1]	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial [2]		Total
				Instrumentos Financeiros [3]	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	265.051	-	265.051	(334)	-	264.717
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.231	-	24.231	(4.039)	(540)	19.652

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/12/2017						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos [1]	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial [2]		Total
				Instrumentos Financeiros [3]	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	312.634	-	312.634	(14.489)	-	298.145
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.746	-	26.746	(3.138)	(452)	23.156

31/12/2016						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos [1]	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial [2]		Total
				Instrumentos Financeiros [3]	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	349.164	-	349.164	(17.829)	-	331.335
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.698	-	24.698	(4.039)	-	20.659

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.
Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de líquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – *Hedge* Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de recebimentos e pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na B3 e na bolsa de Chicago, relativos a certos ativos e passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar, contratos de Futuro DDI e Opções de compra de Dólar, negociados na B3, contratos de NDF (*Non Deliverable Foward*) e *swaps* de moeda, negociados em mercado balcão, relativos a transações previstas altamente prováveis não contabilizadas.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No *swap* de taxa de juros, de moeda e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, Opções, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda contratada.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de transações previstas altamente prováveis: proteger o fluxo de caixa de pagamento de acordos contratuais em moeda estrangeira referente ao risco de volatilidade da taxa de câmbio;
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na *LIBOR;*
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de Ativos Denominados em UF*: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na UF*;
- *Hedge* de Captações: proteger alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes das variações da TPM* e Câmbio;
- *Hedge* de Operações de Crédito: alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações da TPM*;
- *Hedge* de Operações Compromissadas Ativas: alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na Selic.

*UF – Unidade de Fomento / TPM – Taxa de Política Monetária

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2008 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de Transações previstas altamente prováveis: câmbio pago / recebidos em datas futuras;
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de Operações Ativas: juros pagos / recebidos mensalmente;
- *Hedge* de Ativos Denominados em UF: juros recebidos mensalmente;
- *Hedge* de Captações: juros pagos mensalmente;
- *Hedge* de Operações de Crédito: juros recebidos mensalmente;
- *Hedge* Operações Compromissadas Ativas:juros pagos / recebidos mensalmente.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do *Hedge* de Fluxo de Caixa:

Instrumentos de *Hedge*	31/12/2017		31/12/2016	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	(2.127)	152	(2.051)	10
Opção Cambial	(6)	-	-	-
Swap de Taxa de Juros	(31)	7	(27)	(2)
Total	**(2.164)**	**159**	**(2.078)**	**8**

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Para proteger os fluxos de caixa futuro de transações previstas altamente prováveis, oriundas de acordos contratuais futuros em moeda estrangeira, contra a exposição à taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de Futuro DDI e Opções de Compra de Dólar na B3 e contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) e *swap* de taxa de juros negociados em mercado de balcão.

Em 31/12/2017, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R$ (1.750) (R$ 130 em 31/12/2016).

b) *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na B3, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2011 e 2017, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior:

Instrumentos de *Hedge*	31/12/2017		31/12/2016	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(7.501)	(41)	(7.490)	(51)
Forward	623	38	683	(48)
NDF	1.411	9	2.312	(35)
Ativos Financeiros	(40)	(2)	43	2
Total	**(5.507)**	**5**	**(4.452)**	**(132)**

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) *Hedge* de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de *swaps* de taxa de juros, relativos as operações pré-fixadas denominadas em unidade de fomento, taxa fixa e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile, Londres e Colômbia, respectivamente.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento e pagamento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.
- Proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach e* o *dollar offset*:

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.

- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados entre 2012 e 2017, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2018 e 2035. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas do Hedge de Valor Justo.

Instrumentos de *Hedge*	31/12/2017		31/12/2016	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Swap de Taxa de Juros	105	(6)	(90)	(6)
Total	**105**	**(6)**	**(90)**	**(6)**

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o ajustes ao valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	31/12/2017			31/12/2016		
	Instrumentos de *Hedge*		Objeto de *Hedge*	Instrumentos de *Hedge*		Objeto de *Hedge*
	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	62.667	(32)	62.667	83.068	(8)	83.580
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Fluxo de Caixa)	-	-	-	6.844	(46)	6.844
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis	232	2	219	-	-	-
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	22.701	49	13.074	21.449	221	12.330
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	5.977	52	5.977	2.692	(91)	2.692
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	1.124	14	1.124	1.121	15	1.121
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	12.157	(114)	12.157	8.659	9	8.659
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	6.444	(16)	6.444	4.273	(22)	4.273
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Risco de Mercado)	794	0	794	-	-	-
Hedge de Operações Ativas	23.919	2	23.490	24.168	312	26.495
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	31.855	11	31.099	2.546	24	2.524
Hedge de Ativos Denominados em UF	15.227	(28)	15.227	13.147	(20)	13.147
Hedge de títulos AFS	482	34	482	472	(14)	472
Total	**183.579**	**(26)**	**172.754**	**168.439**	**380**	**162.137**

(*) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Estratégias	31/12/2017							
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	31.471	11.205	6.210	12.125	-	1.656	-	**62.667**
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis	162	70	-	-	-	-	-	**232**
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	22.701	-	-	-	-	-	-	**22.701**
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	268	143	628	1.502	1.335	642	1.459	**5.977**
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	-	-	27	157	75	865	-	**1.124**
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	2.399	3.669	799	218	348	2.099	2.625	**12.157**
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	1.646	749	1.026	884	525	1.614	-	**6.444**
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Risco de Mercado)	794	-	-	-	-	-	-	**794**
Hedge de Operações Ativas	16.726	5.940	-	1.253	-	-	-	**23.919**
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	251	25.209	3.956	1.349	-	1.090	-	**31.855**
Hedge de Ativos Denominados em UF	12.352	2.822	-	53	-	-	-	**15.227**
Hedge de títulos AFS	-	-	223	-	-	259	-	**482**
Total	**88.770**	**49.807**	**12.869**	**17.541**	**2.283**	**8.225**	**4.084**	**183.579**

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2016							
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	32.132	28.616	10.188	5.646	6.070	416	-	**83.068**
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Fluxo de Caixa)	6.844	-	-	-	-	-	-	**6.844**
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	21.449	-	-	-	-	-	-	**21.449**
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	123	-	-	24	141	833	-	**1.121**
Hedge de Operações Ativas	4.627	13.719	4.890	-	932	-	-	**24.168**
Hedge de Ativos Denominados em UF	8.940	2.598	1.558	-	51	-	-	**13.147**
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	121	1.485	73	536	774	1.284	-	**4.273**
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	-	-	1.465	918	163	-	-	**2.546**
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	189	422	63	29	93	335	1.561	**2.692**
Hedge de títulos AFS	-	-	-	218	-	254	-	**472**
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	1.266	2.460	3.433	701	72	488	239	**8.659**
Total	**75.691**	**49.300**	**21.670**	**8.072**	**8.296**	**3.610**	**1.800**	**168.439**

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Ganhos / (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo	Custo	Ganhos / (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo
Fundos de Investimento	301	-	301	42	-	42
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	12.480	310	12.790	14.465	(400)	14.065
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	25.623	866	26.489	17.652	286	17.938
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	**24.508**	**(118)**	**24.390**	**14.488**	**(16)**	**14.472**
Colombia	3.316	30	3.346	1.105	50	1.155
Chile	9.714	(4)	9.710	5.832	12	5.844
Coréia	1.944	-	1.944	2.673	-	2.673
Dinamarca	1.951	-	1.951	819	-	819
Espanha	2.936	-	2.936	923	-	923
Estados Unidos	1.585	(18)	1.567	1.446	(19)	1.427
Holanda	-	-	-	101	-	101
México	559	(15)	544	-	-	-
Paraguai	1.915	(115)	1.800	1.167	(56)	1.111
Uruguai	588	4	592	413	(2)	411
Outros	-	-	-	9	(1)	8
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	**38.657**	**(343)**	**38.314**	**42.176**	**(416)**	**41.760**
Ações Negociáveis	1.713	630	2.343	1.020	365	1.385
Cédula de Produtor Rural	2.858	(30)	2.828	1.477	(52)	1.425
Certificado de Depósito Bancário	803	-	803	2.639	2	2.641
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.743	19	1.762	2.150	(55)	2.095
Debêntures	21.737	(991)	20.746	21.863	(693)	21.170
Euro Bonds e Assemelhados	5.551	25	5.576	7.671	44	7.715
Letras Financeiras	619	-	619	2.822	(6)	2.816
Notas Promissórias	3.246	(2)	3.244	2.191	(18)	2.173
Outros	387	6	393	343	(3)	340
Total (2)	**101.569**	**715**	**102.284**	**88.823**	**(546)**	**88.277**

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R$ 14.877 (R$ 9.120 em 31/12/2016), b) R$ 11.892 (R$ 3.240 em 31/12/2016), c) R$ 37 e d) R$ 6.865 (R$ 5.075 em 31/12/2016), totalizando R$ 33.671 (R$ 17.435 em 31/12/2016);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	**25.519**	**26.107**	**23.516**	**23.636**
Sem Vencimento	2.030	2.659	1.010	1.375
Até um ano	23.489	23.448	22.506	22.261
Não Circulante	**76.050**	**76.177**	**65.307**	**64.641**
De um a cinco anos	44.780	44.722	39.149	38.969
De cinco a dez anos	17.521	17.439	12.521	12.329
Após dez anos	13.749	14.016	13.637	13.343
Total	**101.569**	**102.284**	**88.823**	**88.277**

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos de Dívida de Empresas	13.376	14.977
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro [(1)]	9.073	12.042
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	13.650	12.937
Títulos Públicos - Outros Países	461	539
Colombia	448	526
Uruguai	13	13
Total [(2)]	**36.560**	**40.495**

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram R$ 974 (R$ 11.778 em 31/12/2016).

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R$ 2.896 (R$ 3.788 de 01/01 a 31/12/2016 e R$ 3.758 de 01/01 a 31/12/2015).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	**10.296**	**2.498**
Até um ano	10.296	2.498
Não Circulante	**26.264**	**37.997**
De um a cinco anos	9.437	19.376
De cinco a dez anos	10.243	10.957
Após dez anos	6.584	7.664
Total	**36.560**	**40.495**

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2017	31/12/2016
Pessoas Físicas	**190.153**	**183.147**
Cartão de Crédito	66.650	59.022
Crédito Pessoal	25.193	25.813
Crédito Consignado	44.419	44.636
Veículos	14.083	15.434
Crédito Imobiliário	39.808	38.242
Grandes Empresas	**107.617**	**121.754**
Micro/Pequenas e Médias Empresas	**59.453**	**58.935**
Unidades Externas América Latina	**136.144**	**126.530**
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	**493.367**	**490.366**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.895)	(26.972)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	**465.472**	**463.394**

Por vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Vencidas a partir de 1 dia	17.622	16.843
A vencer até 3 meses	127.402	130.313
A vencer de 3 a 12 meses	116.089	112.923
A vencer acima de um ano	232.254	230.287
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	**493.367**	**490.366**

Por Concentração	31/12/2017	31/12/2016
Principal Devedor	4.078	3.543
10 Maiores Devedores	20.365	21.609
20 Maiores Devedores	30.761	32.720
50 Maiores Devedores	50.089	52.992
100 Maiores Devedores	69.427	72.441

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R$ 1.725, R$ 2.017 e R$ 1.882 de receita de juros e rendimentos em 31/12/2017, 31/12/2016 e 31/12/2015 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2016	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2017
Pessoas Físicas	**14.259**	**(12.538)**	**11.271**	**12.992**
Cartão de Crédito	3.693	(4.252)	4.028	3.469
Crédito Pessoal	7.756	(6.412)	5.500	6.844
Crédito Consignado	2.108	(1.357)	1.331	2.082
Veículos	644	(476)	382	550
Crédito Imobiliário	58	(41)	30	47
Grandes Empresas	**5.862**	**(1.648)**	**2.744**	**6.958**
Micros / Pequenas e Médias	**4.743**	**(4.168)**	**3.244**	**3.819**
Unidades Externas América Latina	**2.108**	**(1.469)**	**3.487**	**4.126**
Total	**26.972**	**(19.823)**	**20.746**	**27.895**

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2015	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2016
Pessoas Físicas	**14.717**	**(13.682)**	**13.224**	**14.259**
Cartão de Crédito	4.141	(4.905)	4.457	3.693
Crédito Pessoal	8.330	(6.745)	6.171	7.756
Crédito Consignado	1.319	(1.273)	2.062	2.108
Veículos	874	(709)	479	644
Crédito Imobiliário	53	(50)	55	58
Grandes Empresas	**6.459**	**(4.985)**	**4.388**	**5.862**
Micros / Pequenas e Médias	**4.809**	**(4.267)**	**4.201**	**4.743**
Unidades Externas América Latina	**859**	**(1.317)**	**2.566**	**2.108**
Total	**26.844**	**(24.251)**	**24.379**	**26.972**

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo inicial 31/12/2014	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31/12/2015
Pessoas Físicas	**13.385**	**(11.235)**	**12.567**	**14.717**
Cartão de Crédito	3.740	(4.055)	4.456	4.141
Crédito Pessoal	7.024	(5.221)	6.527	8.330
Crédito Consignado	1.107	(622)	834	1.319
Veículos	1.469	(1.294)	699	874
Crédito Imobiliário	45	(43)	51	53
Grandes Empresas	**3.114**	**(4.321)**	**7.666**	**6.459**
Micros / Pequenas e Médias	**5.158**	**(3.981)**	**3.632**	**4.809**
Unidades Externas América Latina	**735**	**(528)**	**652**	**859**
Total	**22.392**	**(20.065)**	**24.517**	**26.844**

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/12/2017	31/12/2016
Setor Público	4	5
Indústria e Comércio	4.634	5.253
Serviços	6.835	5.237
Setor Primário	824	872
Outros Setores	629	19
Pessoa Física	14.969	15.586
Total	**27.895**	**26.972**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4d X).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/12/2017						31/12/2016					
	Impaired		*Not Impaired*		Total		*Impaired*		*Not Impaired*		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	**14.615**	**6.509**	**93.002**	**449**	**107.617**	**6.958**	**14.138**	**5.351**	**107.616**	**511**	**121.754**	**5.862**
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	**9.842**	**6.091**	**180.311**	**6.901**	**190.153**	**12.992**	**10.763**	**6.756**	**172.384**	**7.503**	**183.147**	**14.259**
Cartão de Crédito	3.421	2.040	63.229	1.429	66.650	3.469	3.512	2.150	55.510	1.543	59.022	3.693
Crédito Pessoal	4.058	2.777	21.135	4.067	25.193	6.844	4.837	3.302	20.976	4.454	25.813	7.756
Crédito Consignado	1.470	973	42.949	1.109	44.419	2.082	1.431	954	43.205	1.154	44.636	2.108
Veículos	476	278	13.607	272	14.083	550	591	326	14.843	318	15.434	644
Crédito Imobiliário	417	23	39.391	24	39.808	47	392	24	37.850	34	38.242	58
Micro / Pequenas e Médias Empresas	**2.895**	**1.904**	**56.558**	**1.915**	**59.453**	**3.819**	**3.646**	**2.523**	**55.289**	**2.220**	**58.935**	**4.743**
Unidades Externas América Latina	**2.665**	**1.409**	**133.479**	**2.717**	**136.144**	**4.126**	**1.770**	**727**	**124.760**	**1.381**	**126.530**	**2.108**
Total	**30.017**	**15.913**	**463.350**	**11.982**	**493.367**	**27.895**	**30.317**	**15.357**	**460.049**	**11.615**	**490.366**	**26.972**

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4d X, os créditos de Grandes Empresas com evidência objetiva de perda (Impaired), na sua maioria, são avaliados individualmente. Os créditos sem evidência objetiva de perda (Not Impaired), são avaliados coletivamente de acordo com as caracteristicas das operações.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantís Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	31/12/2017		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	**3.292**	**(1.898)**	**1.394**
Até 1 ano	3.292	(1.898)	1.394
Não Circulante	**9.223**	**(2.859)**	**6.364**
Entre 1 e 5 anos	5.334	(2.803)	2.531
Acima de 5 anos	3.889	(56)	3.833
Total	**12.515**	**(4.757)**	**7.758**

	31/12/2016		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	**3.572**	**(1.636)**	**1.936**
Até 1 ano	3.572	(1.636)	1.936
Não Circulante	**9.726**	**(2.955)**	**6.771**
Entre 1 e 5 anos	5.741	(2.778)	2.963
Acima de 5 anos	3.985	(177)	3.808
Total	**13.298**	**(4.591)**	**8.707**

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R$ 317 (R$ 254 em 31/12/2016).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados contabilmente e estão representados pelas seguintes informações em 31/12/2017 e 31/12/2016:

Natureza da Operação	31/12/2017				31/12/2016			
	Ativo		Passivo [1]		Ativo		Passivo [1]	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	2.651	2.651	2.570	2.570	2.768	2.768	2.768	2.768
Pessoa Jurídica - Crédito [2]	-	-	4	4	-	-	8	8
Pessoa Física - Veículos [2]	-	-	2	2	-	-	4	4
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	2.460	2.405	2.453	2.390	3.061	2.960	3.055	2.944
Total	**5.111**	**5.056**	**5.029**	**4.966**	**5.829**	**5.728**	**5.835**	**5.724**

(1) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

(2) Cessão de operações que já estavam baixadas a prejuízo.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/12/2017		31/12/2017					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado [h]
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. [a] [b]	42,93	42,93	4.744	39	795	2.783	327	3.571
BSF Holding S.A.[c]	49,00	49,00	2.097	1	233	1.610	109	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. [a] [d] [e]	11,20	11,20	3.550	(19)	987	402	130	-
Outros [f]	-	-	-	-	-	172	10	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros [g]	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**204**	**(28)**	**-**
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.171**	**548**	**-**

	% de participação em 31/12/2016		31/12/2016						31/12/2015
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado [h]	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. [a] [b]	42,93	42,93	4.251	26	293	2.587	241	2.644	289
BSF Holding S.A.[c]	49,00	49,00	2.067	(1)	396	1.687	194	-	219
IRB-Brasil Resseguros S.A. [a] [d] [e]	15,01	15,01	3.230	(17)	745	478	109	-	102
Outros [f]	-	-	-	-	-	114	13	-	12
Entidades Controladas em Conjunto - Outros [g]	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**207**	**(29)**	**-**	**(2)**
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.073**	**528**	**-**	**620**

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/12/2017 a posição de 30/11/2017 e em 31/12/2016 a posição de 30/11/2016, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R$ 746 em 31/12/2017 e R$ 762 em 31/12/2016, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R$ 582 em 31/12/2017 de ágio.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Investimento parcialmente alienado em 28/07/2017 e 28/08/2017.

(f) Em 31/12/2017, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Gestora de Inteligência de Crédito S.A (20% capital total e votante), Compañia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (35,83% capital total e votante: 39,58% em 31/12/2016); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 25% em 31/12/2016); Kinea Private Equity Investimentos S.A. (80% capital total e 49% votante; 80% capital total e 49% votante em 31/12/2016) e Tecnologia Bancária S.A. (28,95% capital total e votante; e 24,92% em 31/12/2016).

(g) Em 31/12/2017, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2016); ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2016) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(h) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Em 31/12/2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R$ 87 (R$ 104 em 31/12/2016 e R$ 73 em 31/12/2015), BSF Holding S.A. no montante de R$ 281 (R$ 62 em 31/12/2016 e R$ 58 em 31/12/2015) e Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R$ 246 (R$ 222 em 31/12/2016 e R$ 240 em 31/12/2015).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Total de Ativos (*)	21.472	20.819	20.183
Total de Passivos (*)	11.081	11.272	11.477
Total de Receitas (*)	12.388	14.868	22.083
Total de Despesas (*)	(10.374)	(13.401)	(20.255)

(*) Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R$ 14.631 (R$ 14.313 em 31/12/2016 e R$ 14.690 em 31/12/2015)) referente a Ativos, de R$ 11.080 (R$ 11.083 em 31/12/2016 e R$ 11.477 em 31/12/2015) referente a Passivos, de R$ 11.340 (R$ 14.142 em 31/12/2016 e R$ 20.928 em 31/12/2015) referente a Receitas e de R$ (10.353) (R$ (13.397) em 31/12/2016 e R$ (20.254) em 31/12/2015) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatária

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R$ 4 (R$ 26 em 31/12/2016).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**4**	**26**
Até 1 ano	4	26
Não Circulante	**-**	**-**
De 1 a 5 anos	-	-
Total de Pagamento Mínimos Futuros	**4**	**26**
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	**4**	**26**

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R$ 1.134 de 01/01 a 31/12/2017 (R$ 1.145 de 01/01 a 31/12/2016 e R$ 1.102 de 01/01 a 31/12/2015).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	**1.113**	**1.336**
Até 1 ano	1.113	1.336
Não Circulante	**4.310**	**5.402**
De 1 a 5 anos	3.927	4.689
Mais de 5 anos	383	713
Total de Pagamento Mínimos Futuros	**5.423**	**6.738**

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso [1]	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso [2]		Outras Imobilizações de Uso [2]					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados [3]	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2016	**387**	**1.047**	**3.099**	**1.857**	**1.901**	**1.205**	**8.543**	**1.075**	**19.114**
Aquisições	302	-	-	147	7	111	294	82	943
Baixas	-	(1)	(69)	(46)	(1)	(14)	(313)	(20)	(464)
Variação Cambial	-	4	5	37	15	(12)	5	1	55
Transferências	(320)	-	86	122	26	-	86	-	-
Outros	(2)	(6)	(14)	87	7	(138)	64	10	8
Saldo em 31/12/2017	**367**	**1.044**	**3.107**	**2.204**	**1.955**	**1.152**	**8.679**	**1.148**	**19.656**
Depreciação									
Saldo em 31/12/2016	**-**	**-**	**(1.840)**	**(1.114)**	**(986)**	**(674)**	**(5.804)**	**(654)**	**(11.072)**
Despesa de Depreciação	-	-	(80)	(211)	(154)	(104)	(910)	(105)	(1.564)
Baixas	-	-	16	29	-	6	283	19	353
Variação Cambial	-	-	-	(12)	10	28	(16)	(4)	6
Outros	-	-	11	(67)	(21)	29	36	(8)	(20)
Saldo em 31/12/2017	**-**	**-**	**(1.893)**	**(1.375)**	**(1.151)**	**(715)**	**(6.411)**	**(752)**	**(12.297)**
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Saldo em 31/12/2017	-	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2017	**367**	**1.044**	**1.214**	**829**	**804**	**437**	**2.268**	**396**	**7.359**

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R$ 181 realizáveis até 2019 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R$ 3 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demostrações contábeis.

Imobilizado de Uso [1]	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso [2]		Outras Imobilizações de Uso [2]					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados [3]	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2015	**792**	**1.008**	**3.026**	**1.673**	**1.801**	**975**	**8.217**	**858**	**18.350**
Aquisições	341	57	70	137	47	309	246	223	1.430
Baixas	-	(4)	(13)	(56)	(15)	(8)	(449)	(6)	(551)
Variação Cambial	(2)	(15)	(11)	(22)	(3)	(67)	151	3	34
Transferências	(738)	-	27	125	-	1	515	4	(66)
Outros	(6)	1	-	-	71	(5)	(137)	(7)	(83)
Saldo em 31/12/2016	**387**	**1.047**	**3.099**	**1.857**	**1.901**	**1.205**	**8.543**	**1.075**	**19.114**
Depreciação									
Saldo em 31/12/2015	**-**	**-**	**(1.764)**	**(930)**	**(841)**	**(579)**	**(5.138)**	**(557)**	**(9.809)**
Despesa de Depreciação	-	-	(80)	(245)	(142)	(102)	(1.038)	(95)	(1.702)
Baixas	-	-	11	53	6	5	377	4	456
Variação Cambial	-	-	(8)	8	9	(1)	(101)	(8)	(101)
Outros	-	-	1	-	(18)	3	96	2	84
Saldo em 31/12/2016	**-**	**-**	**(1.840)**	**(1.114)**	**(986)**	**(674)**	**(5.804)**	**(654)**	**(11.072)**
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2015	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	**-**
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2016	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2016	**387**	**1.047**	**1.259**	**743**	**915**	**531**	**2.739**	**421**	**8.042**

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R$ 48 realizáveis até 2017 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demostrações contábeis.

Imobilizado de Uso [1]	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso [2]		Outras Imobilizações de Uso [2]					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema Processamento de Dados [3]	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2014	**2.277**	**1.011**	**2.220**	**1.468**	**1.116**	**916**	**7.419**	**773**	**17.200**
Aquisições	198	-	6	139	75	141	824	83	1.466
Baixas	-	(6)	(13)	(112)	182	(68)	(533)	(5)	(555)
Variação Cambial	-	3	35	81	6	8	6	6	145
Transferências	(1.681)	-	777	63	422	-	419	-	-
Outros	(2)	-	1	34	-	(22)	82	1	94
Saldo em 31/12/2015	**792**	**1.008**	**3.026**	**1.673**	**1.801**	**975**	**8.217**	**858**	**18.350**
Depreciação									
Saldo em 31/12/2014	**-**	**-**	**(1.695)**	**(754)**	**(519)**	**(504)**	**(4.538)**	**(479)**	**(8.489)**
Despesa de Depreciação	-	-	(74)	(257)	(129)	(93)	(1.057)	(78)	(1.688)
Baixas	-	-	9	109	(183)	13	489	3	440
Variação Cambial	-	-	(6)	(27)	(2)	1	(7)	(3)	(44)
Outros	-	-	2	(1)	(8)	4	(25)	-	(28)
Saldo em 31/12/2015	**-**	**-**	**(1.764)**	**(930)**	**(841)**	**(579)**	**(5.138)**	**(557)**	**(9.809)**
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2014	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	**-**
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2015	**792**	**1.008**	**1.262**	**743**	**960**	**396**	**3.079**	**301**	**8.541**

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R$ 59 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R$ 4 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demostrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis [1]	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros [4]	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2016	**1.046**	**1.748**	**3.840**	**3.525**	**1.078**	**11.237**
Aquisições	345	18	1.206	350	388	2.307
Distratos/ Baixas	(329)	(16)	-	(1)	(22)	(368)
Variação Cambial	-	25	(77)	-	685	633
Outros [4]	(2)	677	(398)	479	(604)	152
Saldo em 31/12/2017	**1.060**	**2.452**	**4.571**	**4.353**	**1.525**	**13.961**
Amortização [2]						
Saldo em 31/12/2016	**(555)**	**(376)**	**(1.701)**	**(532)**	**(284)**	**(3.448)**
Despesa de Amortização	(215)	(273)	(495)	(446)	(176)	(1.605)
Distratos/ Baixas	310	16	-	(6)	22	342
Variação Cambial	-	(17)	79	-	(134)	(72)
Outros [4]	(11)	3	119	(283)	58	(114)
Saldo em 31/12/2017	**(471)**	**(647)**	**(1.998)**	**(1.267)**	**(514)**	**(4.897)**
Redução ao Valor Recuperável [3]						
Saldo em 31/12/2016	**(19)**	**-**	**(54)**	**(335)**	**-**	**(408)**
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(14)	-	(14)
Baixas	19	-	-	6	-	25
Saldo em 31/12/2017	**-**	**-**	**(54)**	**(343)**	**-**	**(397)**
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2017	**589**	**1.805**	**2.519**	**2.743**	**1.011**	**8.667**

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R$ 984 realizáveis até 2020 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

(4) Foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31/12/2017 (relativos a carteira de depósitos adquiridos) visando permitir a adequada apresentação dos saldos das operações de acordo com a respectiva natureza contábil.

Intangíveis [1]	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2015	**1.005**	**1.409**	**2.362**	**3.311**	**960**	**9.047**
Aquisições	342	719	1.293	215	277	2.846
Baixas	(308)	(73)	(3)	(1)	-	(385)
Variação Cambial	-	(12)	120	-	(130)	(22)
Outros	7	(295)	68	-	(29)	(249)
Saldo em 31/12/2016	**1.046**	**1.748**	**3.840**	**3.525**	**1.078**	**11.237**
Amortização [2]						
Saldo em 31/12/2015	**(600)**	**(330)**	**(1.190)**	**(252)**	**(342)**	**(2.714)**
Despesa de Amortização	(261)	(263)	(429)	(280)	(298)	(1.531)
Baixas	306	67	1	-	-	374
Variação Cambial	-	84	(107)	-	110	87
Outros	-	66	24	-	246	336
Saldo em 31/12/2016	**(555)**	**(376)**	**(1.701)**	**(532)**	**(284)**	**(3.448)**
Redução ao Valor Recuperável [3]						
Saldo em 31/12/2015	**(18)**	**(2)**	**-**	**(18)**	**-**	**(38)**
Adições/reconhecimentos	(1)	-	(57)	(317)	-	(375)
Reversões	-	2	3	-	-	5
Saldo em 31/12/2016	**(19)**	**-**	**(54)**	**(335)**	**-**	**(408)**
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2016	**472**	**1.372**	**2.085**	**2.658**	**794**	**7.381**

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R$ 262 realizáveis até 2017 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Intangíveis [1]	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2014	**1.067**	**1.582**	**1.965**	**2.836**	**791**	**8.241**
Aquisições	109	39	410	489	15	1.062
Baixas	(169)	(195)	(134)	(14)	(4)	(516)
Variação Cambial	-	-	109	-	185	294
Outros	(2)	(17)	12	-	(27)	(34)
Saldo em 31/12/2015	**1.005**	**1.409**	**2.362**	**3.311**	**960**	**9.047**
Amortização [2]						
Saldo em 31/12/2014	**(556)**	**(337)**	**(918)**	**(113)**	**(149)**	**(2.073)**
Despesa de Amortização	(213)	(144)	(358)	(138)	(287)	(1.140)
Baixas	169	144	134	-	-	447
Variação Cambial	-	-	(51)	-	(150)	(201)
Outros	-	7	3	(1)	244	253
Saldo em 31/12/2015	**(600)**	**(330)**	**(1.190)**	**(252)**	**(342)**	**(2.714)**
Redução ao Valor Recuperável [3]						
Saldo em 31/12/2014	**(18)**	**(2)**	**-**	**(14)**	**-**	**(34)**
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(4)	-	(4)
Reversões	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2015	**(18)**	**(2)**	**-**	**(18)**	**-**	**(38)**
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2015	**387**	**1.077**	**1.172**	**3.041**	**618**	**6.295**

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intagíveis totalizam R$ 281 realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance)

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4i.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	**204.363**	**129.599**	**333.962**	**187.882**	**80.399**	**268.281**
Depósitos a Prazo	82.718	129.082	211.800	75.913	80.361	156.274
Depósitos Interfinanceiros	1.665	517	2.182	3.719	38	3.757
Depósito de Poupança	119.980	-	119.980	108.250	-	108.250
Depósitos não Remunerados	**68.976**	**-**	**68.976**	**61.133**	**-**	**61.133**
Depósitos à Vista	68.973	-	68.973	61.133	-	61.133
Outros Depósitos	3	-	3	-	-	-
Total	**273.339**	**129.599**	**402.938**	**249.015**	**80.399**	**329.414**

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Notas Estruturadas		
Ações	58	49
Títulos de Dívida	407	470
Total	**465**	**519**

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2017 e 31/12/2016.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	**55**	**134**
Não Circulante	**410**	**385**
De um a cinco anos	319	295
De cinco a dez anos	50	52
Após dez anos	41	38
Total	**465**	**519**

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	**240.808**	**71.826**	**312.634**	**234.569**	**114.595**	**349.164**
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios (*)	93.955	71.826	165.781	101.400	114.595	215.995
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	146.853	-	146.853	133.169	-	133.169
Interbancário	**73.414**	**56.202**	**129.616**	**75.352**	**60.131**	**135.483**
Letras de Crédito Imobiliário	14.046	4.479	18.525	12.830	6.349	19.179
Letras de Crédito do Agronegócio	7.562	7.539	15.101	9.158	6.284	15.442
Letras Financeiras	13.234	14.457	27.691	5.976	13.590	19.566
Financiamento à Importação e à Exportação	30.548	8.541	39.089	38.123	7.510	45.633
Repasses no País	7.991	16.190	24.181	9.205	20.623	29.828
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	33	4.996	5.029	60	5.775	5.835

(*) Inclui R$ 58.837 (R$ 132.149 em 31/12/2016) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto (*)	40% do CDI a 16,93%	1,60% a 4,93%
Letras de Crédito Imobiliário	81% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113% do CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	77% a 100% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	1,4% a 6,0%	0,79% a 11%
Repasses no País	2,5% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,78% a 13,17%	-

(*) A Nota 2.4d apresenta as operações que compõem as Captações no Mercado Aberto. As datas finais de recompra vão até Dezembro de 2034.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada (1)	12.500	40.196	52.696	11.056	46.364	57.420
Obrigações por TVM no Exterior	11.764	29.636	41.400	5.947	27.636	33.583
Captação por Certificados de Operações Estruturadas (2)	1.762	2.624	4.386	2.050	3.186	5.236
Total	**26.026**	**72.456**	**98.482**	**19.053**	**77.186**	**96.239**

(1) Em 31/12/2017, R$ 42.687 (R$ 51.875 em 31/12/2016) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 31/12/2017, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R$ 4.605.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 1,1% a IGPM + 7,60%	3,8% a 10,79%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,73%	1,4% a 27,54%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	IPCA a 16,54%	-

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros [1]	**46.718**	**12.850**	**59.568**	**41.648**	**12.269**	**53.917**
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	32.073	-	32.073	26.124	-	26.124
Operações de Seguros e Resseguros	1.224	10	1.234	1.306	14	1.320
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	1.520	11.892	13.412	2.118	11.144	13.262
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	639	-	639	893	-	893
Negociação e Intermediação de Valores	6.202	18	6.220	6.770	-	6.770
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	244	821	1.065	258	870	1.128
Serviços Prestados a Receber	2.842	1	2.843	2.510	-	2.510
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais [2]	1	105	106	7	234	241
Operações sem Características de Concessão de Crédito	1.973	3	1.976	1.662	7	1.669
Não Financeiros	**8.633**	**1.820**	**10.453**	**7.804**	**2.223**	**10.027**
Despesas Antecipadas	2.432	643	3.075	2.101	687	2.788
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	1.067	1.067	-	1.113	1.113
Diversos no País	2.642	-	2.642	1.634	32	1.666
Prêmio de Operações de Crédito	240	77	317	531	319	850
Diversos no Exterior	1.847	29	1.876	1.776	65	1.841
Outros	1.472	4	1.476	1.762	7	1.769

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.
(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros Passivos

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	**77.598**	**15**	**77.613**	**71.798**	**34**	**71.832**
Operações com Cartões de Crédito	71.892	-	71.892	58.920	-	58.920
Carteira de Câmbio	197	-	197	620	-	620
Negociação e Intermediação de Valores	4.606	15	4.621	10.538	-	10.538
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	4	-	4	26	-	26
Recursos de Consorciados	102	-	102	84	-	84
Outros	797	-	797	1.610	34	1.644
Não Financeiros	**24.381**	**1.980**	**26.361**	**25.968**	**1.142**	**27.110**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	325	-	325	297	-	297
Diversos no País	2.009	143	2.152	2.488	117	2.605
Recursos em Trânsito	8.800	989	9.789	10.214	190	10.404
Provisão para Pagamentos Diversos	1.721	135	1.856	2.007	203	2.210
Sociais e Estatutárias	4.931	137	5.068	5.541	35	5.576
Relativas a Operações de Seguros	167	-	167	224	-	224
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	985	-	985	864	-	864
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	197	525	722	201	548	749
Provisão de Pessoal	1.496	51	1.547	1.352	49	1.401
Provisão para Seguro Saúde	842	-	842	742	-	742
Provisão para Gastos com a Integração do Citibank	504	-	504	-	-	-
Rendas Antecipadas	2.326	-	2.326	1.975	-	1.975
Outros	78	-	78	63	-	63

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 14/09/2016 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R$ 12.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 21/10/2016 e o processo foi homologado pelo BACEN em 23/09/2016. Em consequência, o capital social foi elevado em 598.391.594 ações.

Em AGE de 27/04/2016 foi aprovado o cancelamento de 100.000.000 de ações preferenciais de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária. O processo foi homologado pelo BACEN em 07/06/2016.

Em RCA de 15/12/2017 foi aprovado o cancelamento de 31.793.105 de ações ordinárias de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária.

Em decorrência desse último cancelamento, o capital social está representado por 6.550.514.438 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.319.951.112 ações ordinárias e 3.230.563.326 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R$ 97.148 (R$ 97.148 em 31/12/2016), sendo R$ 65.482 (R$ 65.534 em 31/12/2016) de acionistas domiciliados no país e R$ 31.666 (R$ 31.614 em 31/12/2016) de acionistas domiciliados no exterior. A consequente alteração estatutária, da quantidade de ações, será deliberada na próxima Assembléia Geral de Acionistas.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

	31/12/2017			
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2016	3.335.350.311	1.104.963.731	4.440.314.042	
Residentes no Exterior em 31/12/2016	16.393.906	2.125.599.595	2.141.993.501	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	**3.351.744.217**	**3.230.563.326**	**6.582.307.543**	
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 15/12/2017	(31.793.105)	-	(31.793.105)	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	**3.319.951.112**	**3.230.563.326**	**6.550.514.438**	
Residentes no País em 31/12/2017	3.299.073.506	1.116.291.341	4.415.364.847	
Residentes no Exterior em 31/12/2017	20.877.606	2.114.271.985	2.135.149.591	
Ações em Tesouraria em 31/12/2016 (1)	**3.074**	**69.604.462**	**69.607.536**	**(1.882)**
Aquisições de Ações	46.214.237	37.982.900	84.197.137	(3.089)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(28.008.923)	(28.008.923)	728
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(8.118.725)	(8.118.725)	322
(-) Cancelamento de Ações - RCA 15/12/2017	(31.793.105)	-	(31.793.105)	1.178
Ações em Tesouraria em 31/12/2017 (1)	**14.424.206**	**71.459.714**	**85.883.920**	**(2.743)**
Em Circulação em 31/12/2017	**3.305.526.906**	**3.159.103.612**	**6.464.630.518**	
Em Circulação em 31/12/2016	**3.351.741.143**	**3.160.958.864**	**6.512.700.007**	

	31/12/2016			
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2015	3.033.657.386	1.130.776.196	4.164.433.582	
Residentes no Exterior em 31/12/2015	13.382.812	1.906.099.555	1.919.482.367	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	**3.047.040.198**	**3.036.875.751**	**6.083.915.949**	
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologada em 07/06/2016	-	(100.000.000)	(100.000.000)	
Bonificação de Ações - AGE de 14/09/2016 - Efetivada em 23/09/2016	304.704.019	293.687.575	598.391.594	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	**3.351.744.217**	**3.230.563.326**	**6.582.307.543**	
Residentes no País em 31/12/2016	3.335.350.311	1.104.963.731	4.440.314.042	
Residentes no Exterior em 31/12/2016	16.393.906	2.125.599.595	2.141.993.501	
Ações em Tesouraria em 31/12/2015 (1)	**2.795**	**162.562.650**	**162.565.445**	**(4.353)**
Aquisições de Ações	-	30.640.000	30.640.000	(947)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(19.931.626)	(19.931.626)	315
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(8.293.957)	(8.293.957)	433
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 27/04/2016 - Homologada em 07/06/2016	-	(100.000.000)	(100.000.000)	2.670
Bonificação de Ações - AGE de 14/09/2016 - Efetivada em 23/09/2016	279	4.627.395	4.627.674	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2016 (1)	**3.074**	**69.604.462**	**69.607.536**	**(1.882)**
Em Circulação em 31/12/2016	**3.351.741.143**	**3.160.958.864**	**6.512.700.007**	
Em Circulação em 31/12/2015(2)	**3.351.741.143**	**3.161.744.411**	**6.513.485.554**	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 23/09/2016.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2017	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	37,06	33,48
Médio ponderado	37,06	36,25
Máximo	37,06	38,56
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	37,05	30,90
Valor de Mercado em 31/12/2017	37,69	42,58

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2016	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	23,79
Médio ponderado	-	30,13
Máximo	-	36,05
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	6,59	27,04
Valor de Mercado em 31/12/2016	30,00	33,85

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido Individual Estatutário	21.108	18.853	21.084
Ajustes:			
(-) Reserva Legal	(1.055)	(943)	(1.054)
Base de Cálculo do Dividendo	20.053	17.910	20.030
Dividendo Mínimo Obrigatório	5.013	4.478	5.007
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos / Provisionados / Destacados	**17.558**	**10.000**	**7.305**

Remuneração aos Acionistas

	31/12/2017		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	**3.666**	**(389)**	**3.277**
Dividendos - 11 parcelas mensais de R$ 0,015 por ação pagas de fevereiro a dezembro de 2017	1.074	-	1.074
Juros sobre o Capital Próprio - R$ 0,3990 por ação, pago em 25/08/2017	2.592	(389)	2.203
Provisionados (Registrados em Outros Passivos)	**1.877**	**(140)**	**1.737**
Dividendos - 1 parcela mensal de R$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2018	98	-	98
Dividendos Provisionados - R$ 0,1304 por ação	843	-	843
Juros sobre Capital Próprio - R$ 0,1445 por ação, creditados em 28/12/2017 a serem pagos até 30/04/2018	936	(140)	796
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido - R$ 2,1126 por ação	**13.658**	**(1.114)**	**12.544**
Total de 01/01 a 31/12/2017	**19.201**	**(1.643)**	**17.558**

	31/12/2016		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	**3.355**	**(355)**	**3.000**
Dividendos - 11 parcelas mensais de R$ 0,015 por ação pagas de fevereiro a dezembro de 2016	987	-	987
Juros sobre o Capital Próprio - R$ 0,3990 por ação, pago em 25/08/2016	2.368	(355)	2.013
Declarados até 31/12/2016 (Registrados em Outros Passivos)	**3.169**	**(461)**	**2.708**
Dividendos - 1 parcela mensal de R$ 0,015 por ação, paga em 02/01/2017	98	-	98
Juros sobre Capital Próprio - R$ 0,4714 por ação, creditados em 30/12/2016 a serem pagos até 28/04/2017.	3.071	(461)	2.610
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido - R$ 0,7754 por ação	**5.050**	**(758)**	**4.292**
Total de 01/01 a 31/12/2016	**11.574**	**(1.574)**	**10.000**

	31/12/2015		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	**3.002**	**(311)**	**2.691**
Dividendos - 11 parcelas mensais de R$ 0,015 por ação pagas em fevereiro a dezembro de 2015	932	-	932
Juros sobre o Capital Próprio - R$ 0,3460 por ação, pago em 25/08/2015	2.070	(311)	1.759
Declarados até 31/12/2015 (Registrados em Outros Passivos)	**2.502**	**(186)**	**2.316**
Dividendos - 1 parcela mensal de R$ 0,015 por ação, paga em 04/01/2016	89	-	89
Dividendos Provisionados - R$ 0,1980 por ação	1.173	-	1.173
Juros sobre Capital Próprio - R$ 0,2090 por ação, creditados em 30/12/2015 a serem pagos até 30/04/2016.	1.240	(186)	1.054
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido - R$ 0,4564 por ação	**2.703**	**(405)**	**2.298**
Total de 01/01 a 31/12/2015	**8.207**	**(902)**	**7.305**

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Reservas de Capital [1]	**285**	**285**	**285**
Ágio na Subscrição de Ações	284	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1	1
Reservas de Lucros	**12.214**	**3.158**	**9.782**
Legal [2]	8.893	7.838	6.895
Estatutárias	588	1.132	9.461
Equalização de Dividendos [3]	499	337	3.355
Reforço do Capital de Giro [4]	-	-	1.655
Aumento de Capital de Empresas Participadas [5]	89	795	4.451
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	(10.925)	(10.862)	(9.277)
Especiais de Lucros [6]	13.658	5.050	2.703
Total das Reservas na Controladora	**12.499**	**3.443**	**10.067**

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos declarados após 31 de dezembro, em atendimento a Carta Circular nº 3.516 de 21/07/2011, do BACEN.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

f) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Itaú CorpBanca (Nota 3)	11.255	10.117	219	119
Itaú Corpbanca Colombia S.A. (Nota 3)	1.198	1.231	(41)	22
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	327	519	92	119
Banco Itaú Consignado S.A. (Nota 3)	-	-	-	(20)
Luizacred S.A. Soc. de Crédito, Financiamento e Investimento	294	275	69	51
Outras	92	90	26	28
Total	**13.166**	**12.232**	**365**	**319**

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

No período de 01/01 a 31/12/2017, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R$ (536) (R$ (591) de 01/01 a 31/12/2016 e R$ (734) de 01/01 a 31/12/2015).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxerem às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significante.

As opções simples possuem as seguintes características:

a) **Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3.

b) **Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.

c) **Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:

(i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

(ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da B3 na data-base de cálculo.

(iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.

(iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.

(v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela B3, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples		
	Quantidade	**Preço de Exercício Médio Ponderado**	**Valor de Mercado Médio Ponderado**
Saldo em 31/12/2016	**38.033.506**	**36,94**	
Opções exercíveis no final do período	23.440.177	40,98	
Opções em aberto não exercíveis	14.593.329	30,45	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(1.204.728)	41,11	
Exercidas	(20.485.872)	35,58	42,06
Saldo em 31/12/2017	**16.342.906**	**37,81**	
Opções exercíveis no final do período	16.342.906	37,81	
Opções em aberto não exercíveis	-	-	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2010-2011		21,71 - 41,31	
Outorga 2012		30,45	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,28		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	**Preço de Exercício Médio Ponderado**	**Valor de Mercado Médio Ponderado**
Saldo em 31/12/2015	**50.543.148**	**31,89**	
Opções exercíveis no final do período	35.647.958	33,40	
Opções em aberto não exercíveis	14.895.190	28,29	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(127.798)	35,91	
Exercidas	(12.381.844)	26,92	35,15
Saldo em 31/12/2016	**38.033.506**	**36,94**	
Opções exercíveis no final do período	23.440.177	40,98	
Opções em aberto não exercíveis	14.593.329	30,45	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2009-2010		25,66 - 41,69	
Outorga 2011-2012		30,45 - 40,72	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,63		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	**Preço de Exercício Médio Ponderado**	**Valor de Mercado Médio Ponderado**
Saldo em 31/12/2014	**60.678.323**	**29,48**	
Opções exercíveis no final do período	31.759.519	29,23	
Opções em aberto não exercíveis	28.918.804	29,75	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(9.968.681)	36,44	
Exercidas	(166.494)	22,11	31,24
Saldo em 31/12/2015	**50.543.148**	**31,89**	
Opções exercíveis no final do período	35.647.958	33,40	
Opções em aberto não exercíveis	14.895.190	28,29	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2008-2009		23,95 - 36,62	
Outorga 2010-2012		21,71 - 38,90	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,60		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R$ 32,33 por ação em 31/12/2017 (R$ 19,45 por ação em 31/12/2016 e R$ 26,56 por ação em 31/12/2015).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2016	**35.462.379**
Novas Outorgas	7.041.957
Cancelados	(931.658)
Exercidos	(7.523.051)
Saldo em 31/12/2017	**34.049.627**
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,46

	Quantidade
Saldo em 31/12/2015	**33.666.355**
Novas Outorgas	12.392.845
Cancelados	(370.039)
Exercidos	(10.226.782)
Saldo em 31/12/2016	**35.462.379**
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,73

	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	**29.407.871**
Novas Outorgas	11.442.795
Cancelados	(889.690)
Exercidos	(6.294.621)
Saldo em 31/12/2015	**33.666.355**
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,02

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R$ 38,23 por ação em 31/12/2017 (R$ 21,96 por ação em 31/12/2016 e R$ 28,40 por ação em 31/12/2015).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	**2017**
	Quantidade
Saldo em 31/12/2016	24.539.406
Novos	8.556.882
Entregues	(12.048.631)
Cancelados	(227.675)
Saldo em 31/12/2017	20.819.982

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	**2016**
	Quantidade
Saldo em 31/12/2015	22.325.573
Novos	13.422.462
Entregues	(11.136.079)
Cancelados	(72.550)
Saldo em 31/12/2016	24.539.406

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	**2015**
	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	17.492.005
Novos	13.792.517
Entregues	(8.306.134)
Cancelados	(652.815)
Saldo em 31/12/2015	22.325.573

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Depósitos Compulsórios no Banco Central	7.201	6.920	5.748
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	744	677	1.628
Aplicações em Mercado Aberto	25.712	34.162	27.572
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	22.944	23.669	19.826
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.886	11.160	8.979
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.896	3.788	3.758
Operações de Crédito	75.584	80.118	79.392
Outros Ativos Financeiros	723	1.001	886
Total	**144.690**	**161.495**	**147.789**

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Depósitos	(13.340)	(14.701)	(13.587)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(33.082)	(45.932)	(32.879)
Recursos de Mercados Interbancários	(10.059)	(8.348)	(7.970)
Recursos de Mercados Institucionais	(6.852)	(8.248)	(8.030)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(14.918)	(17.790)	(12.556)
Outros	(74)	(107)	(42)
Total	**(78.325)**	**(95.126)**	**(75.064)**

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	1.358	2.514	(1.625)
Derivativos (*)	2.029	7.320	(6.071)
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	181	49	51
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(80)	(1.685)	(4.345)
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento (Perda Permanente)	(276)	(740)	-
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	(37)	(147)	128
Total	**3.175**	**7.311**	**(11.862)**

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 31/12/2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R$ 1.063 (R$ 1.882 de 01/01 a 31/12/2016 e R$ 1.533 de 01/01 a 31/12/2015) de despesas por redução ao valor recuperável, sendo R$ 788 (R$ 1.142 de 01/01 a 31/12/2016) para Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e R$ 276 (R$ 740 de 01/01 a 31/12/2016) para Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento. A perda líquida de reversões totalizou R$ 982 (R$ 1.522 de perdas em 31/12/2016) registrada na demonstração de resultado na linha “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos”.

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Serviços de Contas Correntes	10.355	9.528	8.815
Taxas de Administração	4.141	3.514	2.932
Comissões de Cobrança	1.378	1.315	1.250
Comissões de Cartões de Crédito	14.036	13.330	12.722
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.783	1.773	1.609
Comissão de Corretagem	606	295	248
Outros	2.149	2.163	1.876
Total	**34.448**	**31.918**	**29.452**

Nota 25 - Outras Receitas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	398	233	97
Recuperação de Despesas	254	331	210
Reversão de Provisões	201	156	455
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais	-	13	65
Outros	906	649	452
Total	**1.759**	**1.382**	**1.279**

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Despesas de Pessoal	**(23.276)**	**(22.360)**	**(19.573)**
Remuneração	(9.234)	(8.752)	(7.982)
Encargos	(2.832)	(2.567)	(2.540)
Benefícios Sociais	(3.374)	(3.070)	(2.472)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	(107)	279	(240)
Benefício Definido	(92)	(81)	(78)
Contribuição Definida	(15)	360	(162)
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(234)	(306)	(214)
Treinamento	(232)	(192)	(202)
Participações de Empregados nos Lucros	(3.836)	(3.610)	(3.387)
Desligamentos	(457)	(571)	(351)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(2.970)	(3.571)	(2.185)
Despesas Administrativas	**(16.289)**	**(15.959)**	**(15.112)**
Processamento de Dados e Telecomunicações	(4.152)	(3.966)	(4.052)
Serviços de Terceiros	(4.161)	(4.340)	(4.044)
Instalações	(1.256)	(1.161)	(1.022)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.167)	(1.036)	(1.095)
Despesas de Aluguéis	(1.468)	(1.480)	(1.289)
Transportes	(339)	(391)	(411)
Materiais	(350)	(313)	(380)
Despesas com Serviços Financeiros	(833)	(731)	(614)
Segurança	(723)	(716)	(675)
Concessionárias de Serviços Públicos	(408)	(425)	(418)
Despesas de Viagem	(214)	(199)	(212)
Outros	(1.218)	(1.201)	(900)
Depreciação	**(1.564)**	**(1.702)**	**(1.688)**
Amortização	**(1.470)**	**(1.292)**	**(910)**
Despesas de Comercialização de Seguros	**(310)**	**(721)**	**(1.138)**
Outras Despesas	**(11.209)**	**(8.870)**	**(9.205)**
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(3.753)	(3.165)	(3.415)
Perdas com fraudes com Terceiros	(596)	(571)	(468)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(495)	(274)	(187)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(1.519)	(1.489)	(2.069)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(670)	(915)	(1.361)
Ressarcimento de custos interbancários	(288)	(294)	(262)
Provisão para Gastos com a Integração do Citibank	(504)	-	-
Outros	(3.384)	(2.162)	(1.443)
Total	**(54.118)**	**(50.904)**	**(47.626)**

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**32.211**	**38.192**	**18.265**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 k)	(14.495)	(17.187)	(7.611)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:			
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	169	165	176
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	397	(4.313)	8.329
Juros sobre o Capital Próprio	3.873	3.617	2.585
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	628	628	631
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	420	365	271
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis (*)	4.469	12.827	(13.346)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	**(4.539)**	**(3.898)**	**(8.965)**
Referentes a Diferenças Temporárias			
Constituição (Reversão) do Período	(3.474)	(10.774)	13.006
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	70	62	(71)
Majoração de Aliquota da Contribuição Social (Nota 27b III)	-	-	3.921
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	**(3.404)**	**(10.712)**	**16.856**
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(7.943)**	**(14.610)**	**7.891**

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2017
Refletido no Resultado	**47.883**	**(16.199)**	**14.496**	**46.180**
Créditos de Liquidação Duvidosa	26.975	(9.453)	6.457	23.979
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.928	(197)	794	7.525
Provisões para Passivos Contingentes	5.707	(2.733)	2.223	5.197
Ações Cíveis	1.955	(576)	595	1.974
Ações Trabalhistas	2.168	(1.233)	1.265	2.200
Fiscais e Previdenciárias	1.582	(924)	362	1.020
Outros	2	-	1	3
Ágio na Aquisição do Investimento	165	(758)	734	141
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	387	(557)	658	488
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	485	(239)	31	277
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	145	(145)	380	380
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	300	-	41	341
Outros	6.791	(2.117)	3.178	7.852
Refletido no Patrimônio Líquido	**2.994**	**(1.126)**	**141**	**2.009**
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	1.256	(628)	-	628
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	642	(498)	-	144
Hedge de Fluxo de Caixa	843	-	140	983
Outros	253	-	1	254
Total [(1) (2)]	**50.877**	**(17.325)**	**14.637**	**48.189**

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R$ 33.547 e R$ 441.

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A e Banco Itaucard S.A, foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2016
Refletido no Resultado	**48.911**	**(16.508)**	**15.480**	**47.883**
Créditos de Liquidação Duvidosa	25.572	(6.337)	7.740	26.975
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.655	(288)	561	6.928
Provisões para Passivos Contingentes	5.385	(1.784)	2.106	5.707
Ações Cíveis	2.149	(701)	507	1.955
Ações Trabalhistas	1.812	(1.010)	1.366	2.168
Fiscais e Previdenciárias	1.420	(71)	233	1.582
Outros	4	(2)	-	2
Ágio na Aquisição do Investimento	511	(346)	-	165
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	508	(200)	79	387
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.253	(797)	29	485
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	4.951	(4.951)	145	145
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	322	(22)	-	300
Outros	3.754	(1.783)	4.820	6.791
Refletido no Patrimônio Líquido	**4.253**	**(1.970)**	**711**	**2.994**
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	1.883	(627)	-	1.256
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.980	(1.338)	-	642
Hedge de Fluxo de Caixa	137	-	706	843
Outros	253	(5)	5	253
Total [(*)]	**53.164**	**(18.478)**	**16.191**	**50.877**

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R$ 37.395 e R$ 643.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2017
Refletido no Resultado	**13.507**	**(8.716)**	**9.690**	**14.481**
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	936	(323)	-	613
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	1.193	(179)	266	1.280
Planos de Pensão	233	-	71	304
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.095	-	326	1.421
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	7.293	(7.293)	7.592	7.592
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	1.502	-	382	1.884
Outros	1.255	(921)	1.053	1.387
Refletido no Patrimônio Líquido	**618**	**(132)**	**116**	**602**
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	486	(85)	13	414
Hedge de Fluxo de Caixa	63	-	103	166
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	35	(25)	-	10
Outros	34	(22)	-	12
Total (*)	**14.125**	**(8.848)**	**9.806**	**15.083**

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R$ 33.547 e R$ 441.

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2016
Refletido no Resultado	**4.277**	**(2.283)**	**11.513**	**13.507**
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	1.487	(551)	-	936
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	1.130	(168)	231	1.193
Planos de Pensão	336	(143)	40	233
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	51	(100)	1.144	1.095
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	198	(198)	7.293	7.293
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	286	-	1.216	1.502
Outros	789	(1.123)	1.589	1.255
Refletido no Patrimônio Líquido	**1.804**	**(1.639)**	**453**	**618**
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	53	-	433	486
Hedge de Fluxo de Caixa	1.313	(1.250)	-	63
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	424	(389)	-	35
Outros	14	-	20	34
Total (*)	**6.081**	**(3.922)**	**11.966**	**14.125**

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R$ 37.395 e R$ 643.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2017, são:

	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%		%		%
2018	22.219	55%	3.248	43%	25.467	53%	(3.132)	21%	22.335	67%
2019	9.824	24%	162	2%	9.986	20%	(4.654)	31%	5.332	16%
2020	1.983	5%	768	10%	2.751	6%	(2.020)	14%	731	2%
2021	1.286	3%	725	10%	2.011	4%	(1.787)	11%	224	1%
2022	832	2%	918	12%	1.750	4%	(825)	5%	925	3%
Acima de 2022	4.520	11%	1.704	23%	6.224	13%	(2.665)	18%	3.559	11%
Total	**40.664**	**100%**	**7.525**	**100%**	**48.189**	**100%**	**(15.083)**	**100%**	**33.106**	**100%**
Valor Presente (*)	**37.701**		**6.682**		**44.383**		**(13.427)**		**30.956**	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/12/2017 e 31/12/2016, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido	**23.903**	**23.263**	**25.740**
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(69)	(70)	(71)
Subtotal	**23.834**	**23.193**	**25.669**
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(74)	(73)	(74)
Subtotal	**23.760**	**23.120**	**25.595**
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:			
Aos Detentores de Ações Ordinárias	12.230	11.880	13.036
Aos Detentores de Ações Preferenciais	11.530	11.240	12.559
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	**12.304**	**11.953**	**13.110**
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	**11.599**	**11.310**	**12.630**
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.347.889.957	3.351.741.143	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.156.020.074	3.171.215.661	3.228.881.081
Lucro por Ação - Básico - R$			
Ações Ordinárias	3,68	3,57	3,91
Ações Preferenciais	3,68	3,57	3,91

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	**11.599**	**11.310**	**12.630**
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	79	82	83
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	**11.678**	**11.392**	**12.713**
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	**12.304**	**11.953**	**13.110**
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(79)	(82)	(83)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	**12.225**	**11.871**	**13.027**
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)			
Ações Ordinárias	3.347.889.957	3.351.741.143	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.197.763.868	3.216.235.372	3.270.734.307
Ações Preferenciais	3.156.020.074	3.171.215.661	3.228.881.081
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	41.743.794	45.019.711	41.853.226
Lucro por Ação Diluído - R$			
Ações Ordinárias	3,65	3,54	3,89
Ações Preferenciais	3,65	3,54	3,89

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 357.433 ações preferenciais em 31/12/2017, 6.901.686 ações preferenciais em 31/12/2016 e 4.805.473 ações preferenciais em 31/12/2015.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Apresentamos a seguir as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING quanto aos benefícios pós emprego.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido			Contribuição Definida (*)			Outros Benefícios			Total		
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Custo Serviço Corrente	(69)	(62)	(68)	-	-	-	-	-	-	(69)	(62)	(68)
Juros Líquidos	(15)	(13)	(6)	76	239	219	(22)	(19)	(17)	39	207	196
Aportes e Contribuições	-	-	-	(91)	121	(381)	-	-	-	(91)	121	(381)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-	14	13	13	14	13	13
Total Valores Reconhecidos	**(84)**	**(75)**	**(74)**	**(15)**	**360**	**(162)**	**(8)**	**(6)**	**(4)**	**(107)**	**279**	**(240)**

(*) No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R$ 334 (R$ 339 de 01/01 a 31/12/2016 e R$ 207 de 01/01 a 31/12/2015) , sendo R$ 91 (R$ 115 de 01/01 a 31/12/2016 e R$ 144 de 01/01 a 31/12/2015) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido			Contribuição Definida			Outros Benefícios			Total		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
No Início do Período	**(70)**	**(45)**	**(75)**	**(1.322)**	**(314)**	**(221)**	**(48)**	**(13)**	**(8)**	**(1.440)**	**(372)**	**(304)**
Efeito na Restrição do Ativo	98	(633)	(103)	(386)	(1.244)	(38)	-	-	-	(288)	(1.877)	(141)
Remensurações	12	608	133	339	236	(55)	(28)	(36)	(5)	323	808	73
Aquisição Carteira Citibank	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Total Valores Reconhecidos	**39**	**(70)**	**(45)**	**(1.369)**	**(1.322)**	**(314)**	**(76)**	**(49)**	**(13)**	**(1.406)**	**(1.441)**	**(372)**

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1)
	Plano de Benefício Franprev - PBF (1)
	Plano de Benefício 002 - PB002 (1)
	Plano Básico Itaulam - PBI (1)
	Plano Suplementar Itaulam - PSI (2)
	Plano Itaubanco CD (3)
	Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
	Plano BD Itaú (1)
	Plano CD Itaú (2)
	Plano de Previdência Unibanco (3)
	Plano de Benefícios Prebeg (1)
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV (1)
	Plano de Beneficios II (1)
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico (1)
	Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar (2)
	Plano de Previdência REDECARD(3)
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD (1)
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar (2)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1)
	Plano de Benefícios Funbep II (2)

(1) Plano de modalidade de benefício definido;
(2) Plano de modalidade de contribuição variável;
(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de Desconto (1)	9,98% a.a.	10,24% a.a.	11,28% a.a.
Tábua de Mortalidade (2)	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (3)	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2017 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

No caso dos benefícios patrocinados pelas subsidiárias no exterior, são adotadas premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico do país.

As premissas biométricas/demográficas adotadas pelas EFPCs estão aderentes à massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo			% Alocação			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	Meta 2018
Títulos de Renda Fixa	16.851	15.134	12.369	95,81%	91,61%	90,73%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	19	685	537	0,11%	4,15%	3,94%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	24	9	27	0,14%	0,05%	0,20%	0% a 10%
Imóveis	615	623	633	3,49%	3,77%	4,64%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	79	69	67	0,45%	0,42%	0,49%	0% a 5%
Total	**17.588**	**16.520**	**13.633**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R$ 12 (R$ 575 em 31/12/2016 e R$ 452 em 31/12/2015), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R$ 531 (R$ 597 em 31/12/2016 e R$ 606 em 31/12/2015).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2017, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
1- Ativos Líquidos dos Planos	17.588	16.520	13.633
2- Passivos Atuariais	(14.491)	(13.723)	(11.587)
3- Superveniência (1-2)	**3.097**	**2.797**	**2.046**
4- Restrição do Ativo (*)	(3.217)	(3.008)	(2.134)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	**(120)**	**(211)**	**(88)**
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	345	317	224
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(465)	(528)	(312)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2017				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	**16.520**	**(13.723)**	**2.797**	**(3.008)**	**(211)**
Custo Serviço Corrente	-	(69)	(69)	-	(69)
Juros Líquidos [1]	1.639	(1.347)	292	(307)	(15)
Benefícios Pagos	(1.141)	1.141	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	71	-	71	-	71
Contribuições Participantes	12	-	12	-	12
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	97	97
Variação Cambial	2	(6)	(4)	-	(4)
Remensurações [2] [3]	485	(487)	(2)	1	(1)
Valor Final do Período	**17.588**	**(14.491)**	**3.097**	**(3.217)**	**(120)**

	31/12/2016				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	**13.633**	**(11.587)**	**2.046**	**(2.134)**	**(88)**
Custo Serviço Corrente	-	(62)	(62)	-	(62)
Juros Líquidos [1]	1.483	(1.255)	228	(241)	(13)
Benefícios Pagos	(1.060)	1.060	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	149	-	149	-	149
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(633)	(633)
Saldo oriundo da aquisição do CorpBanca (Nota 3)	-	(207)	(207)	-	(207)
Variação Cambial	(8)	43	35	-	35
Remensurações [2] [3]	2.308	(1.715)	593	-	593
Valor Final do Período	**16.520**	**(13.723)**	**2.797**	**(3.008)**	**(211)**

	31/12/2015				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	**13.438**	**(11.695)**	**1.743**	**(1.847)**	**(104)**
Custo Serviço Corrente	-	(68)	(68)	-	(68)
Juros Líquidos [1]	1.334	(1.151)	183	(189)	(6)
Benefícios Pagos	(908)	908	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	60	-	60	-	60
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(103)	(103)
Remensurações [2] [3]	(306)	419	113	5	118
Valor Final do Período	**13.633**	**(11.587)**	**2.046**	**(2.134)**	**(88)**

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2017 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 10,24% a.a. (Em 01/01/2016 utilizou-se a taxa de desconto de 11,28% a.a. e em 01/01/2015 de 10,24% a.a.).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Liquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R$ 2.124 (R$ 3.791 em 31/12/2016 e R$ 1.028 em 31/12/2015).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R$ 71 (R$ 149 em 01/01 a 31/12/2016 e R$ 60 de 01/01 a 31/12/2015). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2018 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R$ 56.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2018	1.103
2019	1.126
2020	1.157
2021	1.190
2022	1.220
2023 a 2027	6.563

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA (*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	740	5,11%	(269)
- Acréscimo em 0,5%	(677)	(4,67%)	153

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2017			31/12/2016			31/12/2015		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	**1.287**	**(491)**	**796**	**2.229**	**(270)**	**1.959**	**2.438**	**(224)**	**2.214**
Juros Líquidos	126	(50)	76	269	(30)	239	239	(20)	**219**
Aportes e Contribuições (Nota 29)	(91)	-	(91)	121	-	121	(381)	-	**(381)**
Recebimento por Destinação de Recursos (*)	(12)	-	(12)	(515)	-	(515)	-	-	**-**
Efeito na Restrição do Ativo (Nota 29)	(15)	(371)	(386)	(1.053)	(191)	(1.244)	-	(38)	**(38)**
Remensurações	339	-	339	236	-	236	(67)	12	**(55)**
Valor Final do Período (Nota 20a)	**1.634**	**(912)**	**722**	**1.287**	**(491)**	**796**	**2.229**	**(270)**	**1.959**

(*) Refere-se à destinação do excedente do fundo previdencial do Plano Itaubanco CD.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
No Início do Período	**(221)**	**(179)**	**(170)**
Custo de Juros	(22)	(19)	(17)
Benefícios Pagos	14	13	13
Remensurações	(28)	(36)	(5)
No Final do Período (Nota 20b)	**(257)**	**(221)**	**(179)**

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2018	15
2019	16
2020	17
2021	18
2022	19
2023 a 2027	115

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	3	(3)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	32	(26)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade %		Comercialização %	
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Acidentes Pessoais Coletivo	7,8	5,0	38,0	42,1
Acidentes Pessoais Individual	23,5	19,5	12,5	12,4
Compreensivo Empresarial	36,4	63,3	21,2	21,1
Crédito Interno	139,6	221,7	0,9	3,9
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	84,5	85,7	1,2	1,4
Doença Grave ou Terminal	21,1	22,1	10,7	10,7
Extensão de Garantia - Patrimonial	16,0	17,1	62,1	63,8
Prestamista	16,9	18,7	18,7	19,0
Riscos Diversos	27,2	7,8	57,8	62,1
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	13,0	14,7	20,7	(0,3)
Vida em Grupo	24,2	46,8	8,3	13,6

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas			Resseguros			Prêmios e Contribuições Retidas		
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Acidentes Pessoais Coletivo	667	780	862	(1)	(4)	(2)	666	776	860
Acidentes Pessoais Individual	290	224	214	(1)	(12)	(11)	289	212	203
Compreensivo Empresarial	53	56	57	-	-	-	53	56	57
Crédito Interno	64	63	151	-	-	-	64	63	151
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	24	37	37	-	-	-	24	37	37
Doenças Graves ou Terminais	172	167	169	-	(1)	(2)	172	166	167
Extensão de Garantia - Patrimonial	-	112	252	-	-	-	-	112	252
Pensão Pecúlio Invalidez	323	298	256	(4)	(3)	(6)	319	295	250
PGBL	2.084	1.955	1.840	-	-	-	2.084	1.955	1.840
Prestamista	623	570	726	(2)	-	(1)	621	570	725
Riscos Diversos	151	162	172	-	-	-	151	162	172
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	282	261	224	(10)	(18)	(19)	272	243	205
Tradicional	129	142	159	-	-	-	129	142	159
VGBL	20.318	18.153	15.501	-	-	-	20.318	18.153	15.501
Vida em Grupo	1.001	1.278	1.453	(11)	(44)	(37)	990	1.234	1.416
Demais Ramos	733	591	561	(9)	(12)	(11)	724	579	550
Total	**26.914**	**24.849**	**22.634**	**(38)**	**(94)**	**(89)**	**26.876**	**24.755**	**22.545**

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) –** constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) -** constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.

- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR) -** constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) -** constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) -** constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.

- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF) –** constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.

- **Outras Provisões Técnicas (OPT) –** constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.

- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) –** constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.

- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) -** constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/12/2017				31/12/2016			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	**3.926**	**37.679**	**112.471**	**154.076**	**4.755**	**32.688**	**91.862**	**129.305**
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	4.059	2.536	20.318	26.913	4.302	2.395	18.153	24.850
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(4.225)	(323)	-	(4.548)	(5.124)	(297)	-	(5.421)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(1.228)	(402)	(70)	(1.700)	(1.623)	(370)	(39)	(2.032)
(+) Sinistros Avisados	1.291	-	-	1.291	1.620	-	-	1.620
(-) Resgates	(2)	(1.687)	(10.847)	(12.536)	(1)	(1.939)	(13.277)	(15.217)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	2.683	753	3.436	-	380	709	1.089
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	16	1.717	6.037	7.770	20	4.371	13.171	17.562
(+) Reorganização Societária	(282)	-	-	(282)	-	-	-	-
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(91)	1.685	5.218	6.812	(23)	451	1.892	2.320
Provisão de Seguros e Previdência Privada	**3.464**	**43.888**	**133.880**	**181.232**	**3.926**	**37.679**	**112.471**	**154.076**

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios não Ganhos	1.883	2.204	15	17	1.898	2.221
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	173	24	175.992	148.341	176.165	148.365
Resgates e Outros Valores a Regularizar	11	11	264	210	275	221
Excedente Financeiro	2	2	604	581	606	583
Sinistros a Liquidar (1)	560	769	34	23	594	792
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	401	435	27	27	428	462
Despesas Relacionadas e Administrativas	28	39	95	71	123	110
Outras Provisões	406	442	737	880	1.143	1.322
Total (2)	**3.464**	**3.926**	**177.768**	**150.150**	**181.232**	**154.076**

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 517, de 30/07/2015, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2017	**429**
Constituições	772
Amortizações	(948)
Saldo em 31/12/2017	**253**
Saldo a amortizar até 12 meses	209
Saldo a amortizar após 12 meses	44

Saldo em 01/01/2016	**901**
Constituições	902
Amortizações	(1.374)
Saldo em 31/12/2016	**429**
Saldo a amortizar até 12 meses	335
Saldo a amortizar após 12 meses	94

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30l.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (*)	594
(-) Operações DPVAT	11
(-) IBNER (sinistros não suficientementes avisados)	181
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(32)
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	**434**

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 31/12/2017.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	980	967	1.067	1.063	914	
1 ano depois	978	957	1.076	1.054		
2 anos depois	982	972	1.100			
3 anos depois	986	978				
4 anos depois	988					
Estimativa Corrente	988	978	1.100	1.054	914	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	984	972	1.084	1.024	739	4.803
Passivo Reconhecido no Balanço	4	6	16	30	175	231
Passivo em Relação a Anos Anteriores						18
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						**249**

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	28	31	32	32	32	
1 ano depois	42	41	43	39		
2 anos depois	48	49	50			
3 anos depois	56	54				
4 anos depois	60					
Estimativa Corrente	60	54	50	39	32	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	47	42	37	31	24	181
Passivo Reconhecido no Balanço	13	12	13	8	8	54
Passivo em Relação a Anos Anteriores						131
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						**185**

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar [1]	594
(-) Operações DPVAT	11
(-) IBNER	181
(-) Resseguros [2]	27
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(32)
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	**407**

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2017.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2017.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	956	954	1.045	1.053	898	
1 ano depois	954	944	1.045	1.045		
2 anos depois	958	955	1.068			
3 anos depois	961	960				
4 anos depois	962					
Estimativa Corrente	962	960	1.068	1.045	898	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	958	954	1.052	1.015	728	4.707
Passivo Reconhecido no Balanço	4	6	16	30	170	226
Passivo em Relação a anos Anteriores						11
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						**237**

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	Total
No Final do Ano de Divulgação	28	31	32	29	32	
1 ano depois	42	41	43	37		
2 anos depois	48	49	50			
3 anos depois	56	54				
4 anos depois	60					
Estimativa Corrente	60	54	50	37	32	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	47	42	37	28	24	178
Passivo Reconhecido no Balanço	13	12	13	8	8	54
Passivo em Relação a Anos Anteriores						116
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						**170**

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência nos períodos findos em 2017, 2016 e 2015.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triangulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apreçamento de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição ceteris paribus, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido (1)					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	24	-	-	21	(3)	(3)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(25)	(1)	(1)	(23)	3	3
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	26	5	5	49	6	6
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(27)	(5)	(5)	(50)	(6)	(6)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(13)	-	-	(6)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	13	-	-	6	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(37)	(36)	-	(50)	(48)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	37	36	-	50	48

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

O produto garantia estendida é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

	01/01 a 31/12/2017			01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos									
DPVAT	24	24	100,0	37	37	100,0	37	37	100,0
Extensão de Garantia	-	-	0,0	112	112	100,0	252	252	100,0
Pessoas									
Acidentes Pessoais Coletivo	667	666	99,8	780	776	99,5	862	860	99,7
Acidentes Pessoais Individual	290	289	99,8	224	212	94,8	214	203	94,8
Prestamista	623	621	99,7	570	570	100,0	726	725	99,9
Vida em Grupo	1.001	990	98,9	1.278	1.234	96,5	1.453	1.416	97,5

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da instituição, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

l) Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR –Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	4.936	(2,87)	5.141	(3,03)
NTN-B	5.343	(6,78)	2.969	(3,53)
LTN	279	(0,09)	-	-
Futuro DI			**-**	**-**
Título Privado				
Indexado a IPCA	336	(0,10)	307	(0,14)
Indexado a PRE	31	(0,00)	240	(0,00)
Ações	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**
Ativos Pós-Fixados	**5.132**		**5.852**	**-**
Compromissadas *Over*	**6.856**		**6.266**	**-**

II) Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	31/12/2017			31/12/2016		
		Valor do Passivo [1]	DU do Passivo [2]	DU do Ativo [2]	Valor do Passivo [1]	DU do Passivo [2]	DU do Ativo [2]
Operações de Seguros	**Ativo Garantidor**						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.882	24,7	12,0	2.202	13,5	12,7
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	985	20,4	18,3	1.242	13,8	18,9
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	565	70,6	26,2	446	119,0	33,3
Subtotal	**Subtotal**	**3.432**			**3.890**		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	95	116,8	78,9	71	107,4	80,9
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	16	-	9,7	19	-	14,1
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	37	-	9,8	25	-	13,9
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	28	17,0	9,7	27	11,4	14,1
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	275	-	9,8	221	-	14,0
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	2.404	116,8	79,1	1.737	107,4	81,1
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures [3]	169.149	197,2	38,9	142.039	169,9	39,4
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	4.454	-	95,1	4.584	210,9	92,0
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	737	116,8	95,1	880	210,9	92,0
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	605	116,8	95,0	583	210,6	91,8
Subtotal	**Subtotal**	**177.800**			**150.186**		
Total Reservas Técnicas	**Total Ativos Garantidores**	**181.232**			**154.076**		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

III) Risco de Crédito

Discriminação dos Resseguradores

Apresentamos a seguir a divisão dos riscos cedidos aos resseguradores pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- **Operações de Seguros:** Os prêmios emitidos de resseguros estão representados basicamente por IRB Brasil Resseguros com 45,07% (56,14% em 31/12/2016) e Munich Re do Brasil com 53,80% (43,33% em 31/12/2016).

- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referente aos prêmios emitidos de resseguros estão representadas em sua totalidade por Munich Re do Brasil com 70% (70% em 31/12/2016) e General Reinsurance AG com 30% (30% em 31/12/2016).

IV) Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

	31/12/2017					
Classificação Interna (*)	**Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto**	**Ativos Financeiros Mantidos para Negociação**	**Derivativos Ativo**	**Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**	**Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento**	**Total**
Baixo	7.558	156.478	194	6.312	3.447	173.989
Médio	-	-	-	-	-	-
Alto	-	26	-	-	-	26
Total	**7.558**	**156.504**	**194**	**6.312**	**3.447**	**174.015**
%	**4,3**	**89,9**	**0,2**	**3,6**	**2,0**	**100,0**

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

	31/12/2016					
Classificação Interna (*)	**Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto**	**Ativos Financeiros Mantidos para Negociação**	**Derivativos Ativo**	**Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**	**Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento**	**Total**
Baixo	7.859	125.944	284	3.558	4.629	142.274
Médio	-	13	-	-	-	13
Alto	-	-	-	-	-	-
Total	**7.859**	**125.957**	**284**	**3.558**	**4.629**	**142.287**
%	**5,5**	**88,5**	**0,2**	**2,5**	**3,3**	**100,0**

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

l) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e, para os casos de perdas efetivamente pagas, a partir de dezembro de 2015, são reavaliados transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Para os períodos anteriores, o prazo para reavaliação é de 365 dias. Essa alteração se deve à adequação da Circular SUSEP vigente. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	**46**	**18**	**74**	**103**
Contratos Emitidos	-	-	30	79
Sinistros a Recuperar	-	32	-	-
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	(10)	(3)	(55)	(108)
Outras Constituições / Reversões	(9)	(1)	-	-
Saldo Final	**27**	**46**	**49**	**74**

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/12/2017	31/12/2016
Sinistros de Resseguros	57	52
Prêmios de Resseguros	10	15
Saldo Final	**67**	**67**

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	**52**	**52**
Sinistros Avisados	21	70
Sinistros Pagos	(22)	(99)
Outras Constituições / Reversões	2	2
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	4	27
Saldo Final (*)	**57**	**52**

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	**15**	**24**
Constituições	8	65
Reversões	(13)	(74)
Outras Constituições / Reversões	-	-
Saldo Final	**10**	**15**

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	**-**	**-**
Constituições	-	6
Reversões	-	(6)
Outras Constituições / Reversões		-
Saldo Final	**-**	**-**

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	117.586	117.586	104.242	104.242
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.053	29.117	22.692	22.731
Aplicações no Mercado Aberto	244.707	244.707	265.051	265.051
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	270.121	270.121	204.648	204.648
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	1.746	1.746	1.191	1.191
Derivativos (*)	22.843	22.843	24.231	24.231
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	102.284	102.284	88.277	88.277
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	36.560	37.792	40.495	40.749
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	465.472	471.846	463.394	472.704
Outros Ativos Financeiros	59.568	59.568	53.917	53.917
Passivos Financeiros				
Depósitos	402.938	402.911	329.414	329.371
Captação no Mercado Aberto	312.634	312.634	349.164	349.164
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	465	465	519	519
Derivativos (*)	26.746	26.746	24.698	24.698
Recursos de Mercados Interbancários	129.616	129.286	135.483	134.730
Recursos de Mercados Institucionais	98.482	97.103	96.239	95.012
Passivos de Planos de Capitalização	3.301	3.301	3.147	3.147
Outros Passivos Financeiros	77.613	77.613	71.832	71.832

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto *(standby)* e Garantias Financeiras Prestadas no total de R$ 79.703 (R$ 77.453 em 31/12/2016) com o valor justo estimado de R$ 935 (R$ 1.066 em 31/12/2016).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- ***Swaps:*** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).

- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.

- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da *Black&Scholes*) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a *Bloomberg*).

- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Depósitos - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos / Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2017 e 31/12/2016 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/12/2017				31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**238.369**	**30.719**	**1.033**	**270.121**	**165.883**	**37.760**	**1.005**	**204.648**
Fundos de Investimento	1.738	1.474	-	3.212	14	1.159	-	1.173
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	227.749	2.817	1	230.567	157.369	2.654	1	160.024
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	3.210	-	-	3.210	5.325	-	-	5.325
Títulos Públicos - Outros Países	**1.647**	**2.328**	**-**	**3.975**	**819**	**2.916**	**-**	**3.735**
Argentina	1.466	-	-	1.466	651	-	-	651
Chile	39	12	-	51	-	127	-	127
Colômbia	-	2.092	-	2.092	-	2.669	-	2.669
Estados Unidos	100	-	-	100	78	-	-	78
México	5	-	-	5	6	-	-	6
Paraguai	4	2	-	6	-	88	-	88
Uruguai	-	222	-	222	-	32	-	32
Outros	33	-	-	33	84	-	-	84
Títulos de Empresas	**4.025**	**24.100**	**1.032**	**29.157**	**2.356**	**31.031**	**1.004**	**34.391**
Ações Negociáveis	2.940	-	823	3.763	1.533	-	958	2.491
Certificado de Depósito Bancário	1	346	-	347	12	1.812	-	1.824
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	65	65	-	-	-	-
Debêntures	487	2.637	134	3.258	216	2.949	25	3.190
Euro Bonds e Assemelhados	597	37	-	634	595	49	18	662
Letras Financeiras	-	20.612	-	20.612	-	25.893	-	25.893
Notas Promissórias	-	391	-	391	-	-	-	-
Outros	-	77	10	87	-	328	3	331
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**43.369**	**50.491**	**8.424**	**102.284**	**34.840**	**43.903**	**9.534**	**88.277**
Fundos de Investimento	-	301	-	301	-	42	-	42
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	25.561	709	219	26.489	17.039	671	228	17.938
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	12.790	-	-	12.790	14.065	-	-	14.065
Títulos Públicos - Outros Países	**2.111**	**22.181**	**98**	**24.390**	**1.536**	**12.850**	**86**	**14.472**
Chile	-	9.612	98	9.710	-	5.758	86	5.844
Colombia	-	3.346	-	3.346	-	1.155	-	1.155
Coréia	-	1.944	-	1.944	-	2.673	-	2.673
Dinamarca	-	1.951	-	1.951	-	819	-	819
Espanha	-	2.936	-	2.936	-	923	-	923
Estados Unidos	1.567	-	-	1.567	1.427	-	-	1.427
México	544	-	-	544	-	-	-	-
Holanda	-	-	-	-	101	-	-	101
Paraguai	-	1.800	-	1.800	-	1.111	-	1.111
Uruguai	-	592	-	592	-	411	-	411
Outros	-	-	-	-	8	-	-	8
Títulos de Empresas	**2.907**	**27.300**	**8.107**	**38.314**	**2.200**	**30.340**	**9.220**	**41.760**
Ações Negociáveis	1.085	63	1.195	2.343	817	-	568	1.385
Cédula do Produtor Rural	-	2.288	540	2.828	-	876	549	1.425
Certificado de Depósito Bancário	-	688	115	803	-	2.527	114	2.641
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	1	1.761	1.762	-	-	2.095	2.095
Debêntures	438	16.326	3.982	20.746	277	16.007	4.886	21.170
Euro Bonds e Assemelhados	1.384	3.678	514	5.576	1.105	5.615	995	7.715
Letras Financeiras	-	619	-	619	-	2.816	-	2.816
Notas Promissórias	-	3.244	-	3.244	1	2.172	-	2.173
Outros	-	393	-	393	-	327	13	340
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	**1.746**	**-**	**-**	**1.746**	**1.191**	**-**	**-**	**1.191**
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.746	-	-	1.746	1.191	-	-	1.191
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	**-**	**465**	**-**	**465**	**-**	**519**	**-**	**519**
Notas Estruturadas	-	465	-	465	-	519	-	519

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2017 e 31/12/2016 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/12/2017				31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	**158**	**22.249**	**436**	**22.843**	**127**	**23.583**	**521**	**24.231**
Futuros	158	-	-	158	127	-	-	127
Swaps - Diferencial a Receber	-	8.821	369	9.190	-	10.074	468	10.542
Opções	-	3.271	66	3.337	-	4.745	47	4.792
Termo	-	6.911	-	6.911	-	4.971	-	4.971
Derivativos de Crédito	-	137	-	137	-	181	-	181
Forwards	-	2.950	-	2.950	-	3.459	-	3.459
Verificação de *Swap*	-	68	-	68	-	88	-	88
Outros Derivativos	-	91	1	92	-	65	6	71
Derivativos - Passivo	**-**	**(26.643)**	**(103)**	**(26.746)**	**-**	**(24.638)**	**(60)**	**(24.698)**
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(13.590)	(102)	(13.692)	-	(13.165)	(56)	(13.221)
Opções	-	(2.792)	(1)	(2.793)	-	(4.548)	(4)	(4.552)
Termo	-	(6.272)	-	(6.272)	-	(3.530)	-	(3.530)
Derivativos de Crédito	-	(58)	-	(58)	-	(147)	-	(147)
Forwards	-	(3.745)	-	(3.745)	-	(2.825)	-	(2.825)
Verificação de Swap	-	(122)	-	(122)	-	(353)	-	(353)
Outros Derivativos	-	(64)	-	(64)	-	(70)	-	(70)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/12/2017 e 31/12/2016. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretores para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R$ 81.210 de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de dezembro de 2017, foi usado o serviço de apreçamento ou corretores para avaliar títulos com valor justo de R$ 47.187, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.

- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2017	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2017
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**1.005**	**(269)**	**187**	**(351)**	**461**	**1.033**	**(290)**
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**-**
Títulos de Dívida de Empresas	**1.004**	**(269)**	**187**	**(351)**	**461**	**1.032**	**(290)**
Ações Negociáveis	958	(135)	-	-	-	823	(287)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	(111)	176	-	-	65	(1)
Debêntures	25	(13)	2	(296)	416	134	(2)
Euro Bonds e Assemelhados	18	(17)	9	(19)	9	-	-
Letras Financeiras		-	-	(36)	36	-	-
Outros	3	7	-	-	-	10	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**9.534**	**(2.110)**	**4.348**	**(4.465)**	**1.117**	**8.424**	**(1.121)**
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	**228**	**(9)**	**-**	**-**	**-**	**219**	**22**
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	**86**	**4**	**469**	**(461)**	**-**	**98**	**-**
Títulos de Dívida de Empresas	**9.220**	**(2.105)**	**3.879**	**(4.004)**	**1.117**	**8.107**	**(1.143)**
Ações Negociáveis	568	292	98	-	237	1.195	13
Célula do Produtor Rural	549	(99)	417	(419)	92	540	(80)
Certificado de Depósito Bancário	114	11	390	(400)	-	115	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.095	(402)	68	-	-	1.761	19
Debêntures	4.886	(1.784)	2.363	(2.137)	654	3.982	(1.092)
Euro Bonds e Assemelhados	995	(112)	543	(1.046)	134	514	(3)
Outros	13	(11)	-	(2)	-	-	-

	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2017	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2017
Derivativos - Ativo	**521**	**(33)**	**101**	**(245)**	**92**	**436**	**17**
Swaps - Diferencial a Receber	468	(41)	-	(100)	42	369	32
Opções	47	12	101	(143)	49	66	(14)
Derivativos de Crédito	-	-	-	(1)	1	-	-
Outros Derivativos	6	(4)	-	(1)	-	1	(1)
Derivativos - Passivo	**(60)**	**(117)**	**(15)**	**111**	**(22)**	**(103)**	**(57)**
Swaps - Diferencial a Pagar	(56)	(122)	-	97	(21)	(102)	(60)
Opções	(4)	5	(15)	13	-	(1)	3
Derivativos de Crédito	-	-	-	1	(1)	-	-

	Valor justo em 31/12/2015	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2016
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**60**	**(151)**	**87**	**(344)**	**1.353**	**1.005**	**(154)**
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	**3**	**-**	**-**	**(2)**	**-**	**1**	**-**
Títulos de Empresas	**57**	**(151)**	**87**	**(342)**	**1.353**	**1.004**	**(154)**
Ações Negociáveis	-	(114)	-	-	1.072	958	(152)
Debêntures	48	(37)	33	(306)	287	25	(2)
Euro Bonds e Assemelhados	6	-	54	(36)	(6)	18	-
Outros	3	-	-	-	-	3	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**4.259**	**(677)**	**4.626**	**(4.380)**	**5.706**	**9.534**	**(685)**
Fundos de Investimento	114	313	-	(427)	-	-	-
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	**212**	**(208)**	**-**	**220**	**4**	**228**	**11**
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	**29**	**(44)**	**321**	**(220)**	**-**	**86**	**-**
Títulos de Empresas	**3.904**	**(738)**	**4.305**	**(3.953)**	**5.702**	**9.220**	**(696)**
Ações Negociáveis	267	119	-	(227)	409	568	76
Cédula do Produtor Rural	52	(54)	1.205	(851)	197	549	(57)
Certificado de Depósito Bancário	130	2	483	(501)	-	114	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.037	58	11	(10)	(1)	2.095	(55)
Debêntures	844	(739)	2.111	(994)	3.664	4.886	(653)
Euro Bonds e Assemelhados	26	(130)	446	(837)	1.490	995	(7)
Letras Financeiras	367	14	-	(301)	(80)	-	-
Notas Promissórias	54	-	-	(54)	-	-	-
Outros	127	(8)	49	(178)	23	13	-

	Valor justo em 31/12/2015	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2016	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2016
Derivativos - Ativo	**1.251**	**(713)**	**254**	**(728)**	**457**	**521**	**(7)**
Swaps - Diferencial a Receber	1.189	(731)	8	(455)	457	468	21
Opções	33	36	246	(268)	-	47	(28)
Outros Derivativos	29	(18)	-	(5)	-	6	-
Derivativos - Passivo	**(33)**	**18**	**(35)**	**96**	**(106)**	**(60)**	**(2)**
Swaps - Diferencial a Pagar	(21)	9	(5)	67	(106)	(56)	(8)
Opções	(12)	9	(30)	29	-	(4)	6

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		31/12/2017	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(1,9)	(2,4)
	II	(47,0)	(55,4)
	III	(93,9)	(114,5)
Moedas, *Commodities* e Índices	I	(146,6)	-
	II	(293,2)	-
Não Lineares	I	(9,2)	-
	II	(11,9)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis	5.300	5.172
Trabalhistas	7.283	7.232
Fiscais e Previdenciárias	7.003	8.246
Outros	150	259
Total	**19.736**	**20.909**
Circulante	**4.974**	**4.434**
Não Circulante	**14.762**	**16.475**

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

- Ações Cíveis

As contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da contingência é realizada mensalmente, sendo objeto de provisão contábil o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades da ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Cumpre mencionar que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90 como medida de combate à inflação.

Apesar do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ter observado as regras vigentes à época, a empresa figura como ré em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre esse tema, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. No que concerne à essas ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do Banco Central do Brasil (BCB), poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o Itaú já aderido aos seus termos. Para a validade e os efeitos do acordo, será

necessária a homologação do STF, prevendo-se que ocorra no primeiro trimestre de 2018. A partir da homologação, os poupadores terão 24 meses para aderirem aos termos do acordo.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 3.494 (R$ 3.388 em 31/12/2016), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- **Ações Trabalhistas**

As contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 122 (R$ 79 em 31/12/2016).

- **Outros Riscos**

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2017			
	Cíveis	**Trabalhistas**	**Outros**	**Total**
Saldo Inicial	**5.172**	**7.232**	**259**	**12.663**
Efeito Alteração do Critério de Consolidação (Nota 3)	(1)	-	-	(1)
Saldo Oriundo da Aquisição das Operações do Citibank (Nota 3)	39	284	-	323
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.q)	(256)	(1.066)	-	(1.322)
Subtotal	**4.954**	**6.450**	**259**	**11.663**
Atualização / Encargos (Nota 26)	99	613	-	712
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.420	2.357	(109)	3.668
Constituição (*)	1.962	2.592	4	4.558
Reversão	(542)	(235)	(113)	(890)
Pagamento	(1.416)	(3.135)		(4.551)
Subtotal	**5.057**	**6.285**	**150**	**11.492**
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.q)	243	998	-	1.241
Saldo Final	**5.300**	**7.283**	**150**	**12.733**
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2017 (Nota 20a)	**1.457**	**2.200**	**-**	**3.657**

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R$ 184.

	01/01 a 31/12/2016			
	Cíveis	**Trabalhistas**	**Outros**	**Total**
Saldo Inicial	**5.227**	**6.132**	**135**	**11.494**
Saldo oriundo da fusão do CorpBanca (Nota 3)	2	5	133	140
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.q)	(236)	(1.089)	-	(1.325)
Subtotal	**4.993**	**5.048**	**268**	**10.309**
Atualização / Encargos (Nota 26)	248	625	-	873
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	1.241	2.946	(9)	4.178
Constituição (*)	1.901	3.149	(7)	5.043
Reversão	(660)	(203)	(2)	(865)
Pagamento	(1.566)	(2.453)	-	(4.019)
Subtotal	**4.916**	**6.166**	**259**	**11.341**
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.q)	256	1.066	-	1.322
Saldo Final	**5.172**	**7.232**	**259**	**12.663**
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2016 (Nota 20a)	**1.541**	**2.337**	**-**	**3.878**

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R$ 408.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Saldo Inicial	**8.246**	**7.500**
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(69)	(65)
Subtotal	**8.177**	**7.435**
Atualização / Encargos (1)	613	737
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(27)	68
Constituição (1)	452	287
Reversão (1)	(479)	(219)
Pagamento (2)	(1.826)	(63)
Subtotal	**6.937**	**8.177**
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	66	69
Saldo Final	**7.003**	**8.246**

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) Inclui a adesão ao PERT que permitiu a utilização de créditos tributários.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Saldo Inicial	**4.847**	**4.339**
Apropriação de Rendas	344	383
Movimentação do Período	(3)	125
Novos Depósitos	240	217
Levantamentos Efetuados	(202)	(66)
Conversão em Renda	(41)	(26)
Saldo Final (Nota 20a)	**5.188**	**4.847**
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	(18)	-
Saldo Final após a Reclassificação	**5.170**	**4.847**

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R$ 1.289: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial totaliza R$ 1.273;

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R$ 687: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R$ 601.

Contingências não Provisionadas no Balanço

Não são provisionados os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível. Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 19.595 estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R$ 5.220: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas, não remuneratórias, dentre as quais, destacam-se: participação nos lucros, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;

- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R$ 2.580: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos;

- PIS e COFINS - Estorno da Receita de Superveniência de Depreciação – R$ 1.658: discute-se o tratamento contábil e fiscal do PIS e da COFINS na liquidação das operações de arrendamento mercantil;

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R$ 1.650: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;

- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – R$ 1.487: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;

- ISS – Atividades Bancárias – R$ 1.123: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar nº 116/03 ou do Decreto-Lei nº 406/68;

- IRPJ e CSLL - Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito – R$ 705 - autuações lavradas para exigência de IRPJ e de CSLL pela suposta inobservância dos critérios legais para a dedução de perdas no recebimento de créditos.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de contingências totaliza R$ 1.065 (R$ 1.128 em 31/12/2016) (Nota 20a). Este valor deriva, basicamente, da garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrido em 1997, quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos aos processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados judicialmente de acordo com o quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	962	950
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.585	4.537

As provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, em virtude do tempo de tramitação dessas ações no sistema judiciário brasileiro, o que impede a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

e) Programas de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Municipais

As empresas do conglomerado ITAÚ UNIBANCO aderiram aos Programas de Parcelamentos Incentivados – PPI, instituídos por diversas Prefeituras, entre as quais estão São Paulo e Rio de Janeiro (Leis n. 16.680/17 e n. 6.156/17, respectivamente).

Os programas permitiram a regularização de débitos tributários ou não tributários, com descontos sobre os valores de multa e juros.

f) Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

No âmbito federal, as empresas do conglomerado ITAÚ UNIBANCO aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, em relação a débitos tributários e previdenciários, administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN) que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O BACEN também determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

a) Requerimentos de Capital Vigentes e em Implantação

Os requerimentos mínimos de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível - demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Os índices de Capital Total, de Capital de Nível I e de Capital Principal são apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, que abrange não só as instituições financeiras como também as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING retenha substancialmente riscos e benefícios.

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo das parcelas de crédito e operacional.

A partir de 1º de setembro de 2016, o BACEN autorizou o ITAÚ UNIBANCO HOLDING a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulatório (RWA_{MINT}), em substituição à parcela RWA_{MPAD}, conforme previsto na Circular BACEN 3.646.

Para as unidades externas, utiliza-se a abordagem padronizada. Desta forma, não fazem parte do uso de modelos internos as unidades da Argentina, Chile, Itaú BBA *International*, Itaú BBA Colômbia, Paraguai e Uruguai.

De 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, o índice mínimo de capital requerido é de 9,25%, e, seguindo cronograma de redução gradual, chegará a 8% em 1º de janeiro de 2019.

Além dos mínimos regulatórios, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas $ACP_{Conservação}$, $ACP_{Contracíclico}$ e $ACP_{Sistêmico}$ que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo. O valor de cada uma das parcelas e os mínimos regulatórios, conforme definido na Resolução CMN 4.193, estão descritos na tabela a seguir.

Basileia III também redefiniu os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II, regulamentados no Brasil pela Resolução CMN 4.192. Essa reforma inclui um cronograma de *phase-out* para os instrumentos já considerados no capital, emitidos anteriormente à vigência da norma, que não atendam integralmente as novas exigências.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN, sendo que os números referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Cronograma de Implantação de Basileia III	A partir de 1º de janeiro				
	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	**11%**	**9,875%**	**9,25%**	**8,625%**	**8,0%**
Adicional de Capital Principal (ACP)	**0,0%**	**0,625%**	**1,50%**	**2,375%**	**3,5%**
de Conservação	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Contracíclico(1)	0%	0%	0%	0%	0%
de Importância Sistêmica	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
Capital Principal + ACP	**4,5%**	**5,125%**	**6,0%**	**6,875%**	**8,0%**
Capital Total + ACP	**11,0%**	**10,5%**	**10,75%**	**11,0%**	**11,5%**
Deduções dos Ajustes Prudenciais	**40%**	**60%**	**80%**	**100%**	**100%**

(1) $ACP_{Contracíclico}$ é acionado durante a fase de expansão do ciclo de crédito e, atualmente, conforme a Circular BACEN 3.769, o valor requerido de sua parcela é igual a zero. Além disso, na hipótese de elevação do adicional contracíclico, o novo percentual vigorará apenas doze meses após seu anúncio.

Ademais, em Março de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.751, de 19/03/2015, do BACEN, que dispõe sobre a apuração dos indicadores relevantes para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras do Brasil. As informações sobre os valores dos indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizadas no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, seção "Governança Corporativa", "Índice de Importância Sistêmica Global".

Em março de 2017, entrou em vigor o adicional de capital principal de importância sistêmica ($ACP_{Sistêmico}$), regulamentado pela Circular BACEN 3.768, de 29 de outubro de 2015. O $ACP_{Sistêmico}$ visa a reduzir a probabilidade de insolvência de uma instituição sistemicamente importante no âmbito doméstico (D-SIB, do inglês "*Domestic Systemically Importat Bank*") e o impacto na estabilidade do sistema financeiro e na economia. O cálculo do $ACP_{Sistêmico}$ associa a importância sistêmica, representada pela exposição total da instituição, ao Produto Interno Bruto (PIB).

Maiores detalhes sobre o $ACP_{Sistêmico}$, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, seção "Governança Corporativa" / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

O Índice de Alavancagem é definido como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748. O objetivo do índice é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular BACEN 3.706, desde outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING envia mensalmente ao BACEN o Índice de Alavancagem, porém o requerimento mínimo para Índice de Alavancagem deverá ser exigido em 2018, de acordo com as recomendações de Basileia, sendo definido com base no período de observação do comportamento do Índice desde sua implementação em 2011 até 2017.

Maiores detalhes sobre a composição do Índice de Alavancagem, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, seção "Governança Corporativa" / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

b) Governança do Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), processo que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

No nível executivo, existem órgãos colegiados responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital.

De forma a prover informações necessárias ao Conselho de Administração, elabora-se relatórios gerenciais que informam a adequação de capital da instituição, bem como as projeções de níveis de capital, em situações normais e de estresse. Há uma estrutura que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O documento "Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital", que não faz parte das demonstrações contábeis, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital,

pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

c) Apetite de risco

Em 2016 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisou sua política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo Conselho de Administração, que direciona a sua estratégia de negócios. O apetite de risco da instituição é fundamentado na seguinte declaração do Conselho de Administração:

"Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital."

A partir da declaração, foram definidas cinco dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: estabelece que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em situação normal e em estresse e dos *ratings* de emissão de dívidas da instituição.
- Dimensão de liquidez: estabelece que a liquidez da instituição deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez.
- Dimensão de composição dos resultados: define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.
- Dimensão de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas.
- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos clientes, da exposição nas mídias, além da observância da conduta da instituição.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e do *Chief Risk Officer* (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado às comissões de riscos e ao Conselho de Administração e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

d) Composição do Capital

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, denominados:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I.
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II, considerando seus respectivos ajustes prudenciais, conforme estabelecido pelas normas vigentes.

Composição do Patrimônio de Referência	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)	126.924	115.590
Participações de Não Controladores	11.942	11.568
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	1.482	2.777
Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)	**140.348**	**129.935**
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(17.952)	(14.527)
Capital Principal	**122.396**	**115.408**
Ajustes Prudenciais do Capital Complementar	57	532
Capital Complementar	**57**	**532**
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	**122.453**	**115.940**
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	19.723	23.488
Ajustes Prudenciais do Nível II	76	49
Nível II	**19.799**	**23.537**
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	**142.252**	**139.477**

Os Ajustes Prudenciais mais relevantes para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING são apresentados na tabela a seguir. Juntos, eles correspondem a mais de 90% dos ajustes prudenciais em 31 de Dezembro de 2017.

Composição dos Ajustes Prudenciais	31/12/2017	31/12/2016
Ágios pagos na aquisição de investimentos	8.123	7.408
Ativos Intangíveis	5.456	3.254
Créditos tributários	5.208	3.678
Excedente de capital principal de não controladores	286	909
Ajuste relativo ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	(1.399)	(1.254)
Outros	278	532
Total	**17.952**	**14.527**

Durante o exercício de 2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recomprou R$ 3.089 em ações de emissão própria. Essas ações ficam registradas na rubrica “Ações em Tesouraria”, que alcançou R$ (2.743) em 31 de Dezembro de 2017. As ações em tesouraria reduzem o Patrimônio Líquido da instituição, causando a redução de sua base de capital.

Nesse período, o valor de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) pagos / provisionados, que afeta a base de capital da instituição, atingiu R$ 10.582. Os dividendos são deduzidos do Patrimônio Líquido da instituição, reduzindo assim sua base de capital. Já o JCP que é contabilizado como despesa diretamente no resultado, reduz o Lucro Líquido da instituição, reduzindo também, consequentemente, sua base de capital.

Maiores detalhes sobre o requerimento de capital, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de dezembro de 2017, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R$ 51.134.

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo Contábil 31/12/2017
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	42	2011	2018	IGPM + 7%	64
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	51
	6.373	2012	2018	108% a 113% do CDI	7.347
	461			IPCA + 4,4% a 6,58%	805
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.888
	112			9,95% a 11,95%	193
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	4
	1	2012	2019	110% do CDI	2
	12			11,96%	23
	100			IPCA + 4,7% a 6,3%	173
	1	2012	2020	111% do CDI	2
	20			IPCA + 6% a 6,17%	40
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	12
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	4.199
	20			IGPM + 4,63%	26
	13.269			**Total**	**16.829**
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.310
	1.000	2010	2021	5,75%	3.395
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	2.430
	550	2012	2021	6,20%	1.819
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	8.752
	1.851	2012	2023	5,13%	6.152
	7.721			**Total**	**25.858**
Total					**42.687**

O ITAÚ UNIBANCO emitiu em 12 de dezembro de 2017, notas subordinadas perpétuas/AT1, no montante total de R$ 4,135. As Notas foram emitidas à taxa fixa de 6,125%, que será válida até o 5º aniversário da data da emissão. A partir dessa data, inclusive, a taxa de juros será recalculada a cada 5 anos com base na taxa de juros dos títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos da América para o mesmo período. O preço de oferta das Notas foi de 100%, o que resultará aos investidores o retorno de 6,125% até o 5º aniversário da data da Emissão. A Emissão não está sujeita às regras de registro junto à Securities Exchange Commission norte-americana - SEC, de acordo com a lei federal norte-americana "Securities Act de 1933" e alterações posteriores, bem como não está sujeita ao registro, no Brasil, junto à CVM, conforme legislação e regulamentação aplicáveis. As notas estão sujeitas a aprovação do BACEN para composição do Capital Complementar do seu Patrimônio de Referência, incrementando, assim, em aproximadamente 0,6 p.p. o índice de capitalização Nível I da Companhia. de acordo com a Resolução CMN 4.192/13.

e) Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;

RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN nº 3.646 e 3.674;

RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

A tabela a seguir apresenta os valores dos ativos ponderados de risco de crédito (RWA_{CPAD}):

	31/12/2017	31/12/2016
Exposições ao Risco		
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	**660.516**	**669.284**
a) Por Fator de Ponderação de Risco (FPR):		
FPR de 2%	92	105
FPR de 20%	7.674	8.011
FPR de 35%	15.900	12.056
FPR de 50%	42.896	44.251
FPR de 75%	145.376	142.194
FPR de 85%	75.673	82.494
FPR de 100%	320.976	325.890
FPR de 250%	34.053	33.213
FPR de 300%	3.906	7.357
FPR até 1250%(*)	2.096	1.608
Derivativos - Variação da qualidade creditícia da contraparte	6.417	6.168
Derivativos - Ganho Potencial Futuro	5.457	5.937
b) Por Tipo:		
Títulos e Valores Mobiliários	45.629	45.741
Operações de Crédito - Varejo	114.141	114.481
Operações de Crédito - Não Varejo	240.815	247.911
Coobrigações - Varejo	172	205
Coobrigações - Não Varejo	45.405	47.108
Compromissos de Crédito - Varejo	31.058	27.504
Compromissos de Crédito - Não Varejo	9.017	10.234
Outras Exposições	174.279	176.100

(*) Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular BACEN 3.644.

A composição da parcela de risco de mercado está apresentada na tabela abaixo:

	31/12/2017 (1)	31/12/2016 (2)
Ativos Ponderados de Risco de Mercado Padronizado (RWA_{MPAD})	**32.893**	**26.811**
Operações sujeitas à variação de taxas de juros	**31.076**	**24.919**
Prefixadas denominadas em real	6.119	4.952
Cupons de moedas estrangeiras	17.153	15.497
Cupom de índices de preços	7.804	4.470
Operações sujeitas à variação do preço de *commodities*	**361**	**353**
Operações sujeitas à variação do preço de ações	**239**	**401**
Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial	**1.217**	**1.138**
Piso de Ativos Ponderados de Risco de Mercado com Base no Modelo Padronizado (RW_{AMPAD}) (1) (2) (a)	**26.314**	**24.130**
Ativos Ponderados de Risco de Mercado calculados através de modelos internos (b)	**32.915**	**19.799**
Redução de Ativos Ponderados de Risco de Mercado devido aos modelos internos	**-**	**(2.681)**
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT}) - máximo entre (a) e (b)	**32.915**	**24.130**

(1) Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos, com possibilidade máxima de economia de 20% do modelo padrão.

(2) Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos, com possibilidade máxima de economia de 10% do modelo padrão.

Em 31 de dezembro de 2017, o RWA_{MINT} totalizou R$ 32.915, que corresponde ao capital de modelos internos, superior à necessidade de capital apurada através de 80% do RWA_{MPAD}, que totalizou R$ 26.314.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco de operacional (RWA_{OPAD}):

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	**63.277**	**37.826**
Varejo	11.870	10.887
Comercial	24.857	24.166
Finanças Corporativas	2.663	2.789
Negociação e Vendas	7.434	(11.026)
Pagamentos e Liquidações	7.532	3.418
Serviços de Agente Financeiro	3.892	3.471
Administração de Ativos	5.010	4.109
Corretagem de Varejo	18	12

f) Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o fluxo apresentado a seguir:

- Identificação dos riscos aos quais a instituição está exposta e análise de sua materialidade;
- Avaliação da necessidade de capital para os riscos materiais;
- Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- Quantificação de capital e avaliação interna de adequação de capital;
- Plano de Capital e Contingência;
- Envio de relatório de adequação de capital ao BACEN.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.988, à Circular BACEN 3.547e à Carta-Circular BACEN 3.774.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base Dezembro de 2016 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

g) Suficiência de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Composição do Patrimônio de Referência (PR)	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Nível I	**122.453**	**115.940**
Capital Principal	122.396	115.408
Capital Complementar	57	532
Nível II	**19.799**	**23.537**
Exclusões	-	-
Patrimônio de Referência	**142.252**	**139.477**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**69.995**	**72.210**
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**72.257**	**67.267**
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal ($ACP_{Requerido}$)	**11.351**	**4.570**
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	**2.470**	**2.264**

A tabela a seguir apresenta os valores do Índice de Basileia e de Imobilização:

	31/12/2017	**31/12/2016**
Índice de Basileia	**18,8%**	**19,1%**
Nível I	16,2%	15,9%
Capital Principal	16,2%	15,8%
Capital Complementar	0,0%	0,1%
Nível II	2,6%	3,2%
Índice de Imobilização	**23,9%**	**25,4%**
Folga de Imobilização	37.101	34.298

h) Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital da instituição. A instituição realiza este teste desde 2010 com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise sistêmica, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

Para a realização do teste, a estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. Os cenários são definidos levando em conta sua relevância para o resultado do banco, e a probabilidade de ocorrência, e são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração.

As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, *spread* e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Estas projeções então sensibilizam o resultado e o balanço orçados, que então alteram os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez.

O teste de estresse também é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações adversas severas, a instituição teria níveis adequados de capital, não impactando o desenvolvimento de suas atividades.

Essas informações permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, o processo orçamentário e o processo de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumo para métricas de apetite de risco.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

  O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú Consignado.

- **Banco de Atacado**

  O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

  Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular n° 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

- **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do *Hedge*: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour") foi reclassificado para a linha de margem financeira.

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;

- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;

- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.

- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31/12/2017
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	**69.600**	**28.748**	**10.620**	**108.968**	**2.082**	**111.050**
Margem Financeira [1]	38.381	19.426	10.508	68.315	1.276	69.591
Receita de Prestação de Serviços	23.963	8.876	46	32.885	1.563	34.448
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	7.256	446	66	7.768	(2.516)	5.252
Outras Receitas	-	-	-	-	1.759	1.759
Custo do Crédito e Sinistros	**(13.324)**	**(5.882)**	**(6)**	**(19.212)**	**972**	**(18.240)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.005)	(5.053)	(6)	(19.064)	(1.682)	(20.746)
Impairment	-	(1.094)	-	(1.094)	1.094	-
Descontos Concedidos	(785)	(263)	-	(1.048)	1.048	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.688	581	-	3.269	429	3.698
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.222)	(53)	-	(1.275)	83	(1.192)
Margem Operacional	**56.276**	**22.866**	**10.614**	**89.756**	**3.054**	**92.810**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(37.280)**	**(14.523)**	**(1.647)**	**(53.450)**	**(7.149)**	**(60.599)**
Despesas Não Decorrentes de Juros [2]	(32.885)	(13.265)	(831)	(46.981)	(7.137)	(54.118)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.395)	(1.258)	(816)	(6.469)	(560)	(7.029)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	548	548
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**18.996**	**8.343**	**8.967**	**36.306**	**(4.095)**	**32.211**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.146)	(2.412)	(1.777)	(11.335)	3.392	(7.943)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(166)	117	(22)	(71)	(294)	(365)
Resultado das Operações Citibank	(21)	-	-	(21)	21	-
Lucro Líquido	**11.663**	**6.048**	**7.168**	**24.879**	**(976)**	**23.903**

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R$ 66.365, receita de dividendos R$ 301, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R$ 3.175 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R$ (250).

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R$ 1.564, de amortização de R$ 1.470 e despesas de comercialização de seguros de R$ 310.

Ativo Total [1] - 31/12/2017	**970.137**	**604.384**	**119.309**	**1.503.503**	**(68.534)**	**1.434.969**
Passivo Total - 31/12/2017	**934.835**	**548.185**	**71.873**	**1.364.566**	**(77.603)**	**1.286.963**
[1] Inclui:						
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.168	-	3.986	5.154	17	5.171
Ágio	1.452	6.666	-	8.118	2.598	10.716
Imobilizado, Líquido	5.105	1.290	-	6.395	964	7.359
Intangível, Líquido	7.286	1.028	-	8.314	353	8.667

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2016
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	**70.496**	**30.498**	**9.412**	**110.406**	**8.255**	**118.661**
Margem Financeira [1]	40.073	21.929	9.264	71.266	8.215	79.481
Receita de Prestação de Serviços	22.659	8.072	59	30.790	1.128	31.918
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	7.764	497	89	8.350	(2.470)	5.880
Outras Receitas	-	-	-	-	1.382	1.382
Custo do Crédito e Sinistros	**(15.820)**	**(10.645)**	**71**	**(26.394)**	**4.272**	**(22.122)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.717)	(8.914)	71	(25.560)	1.181	(24.379)
Impairment	(26)	(1.856)	-	(1.882)	1.882	-
Descontos Concedidos	(893)	(318)	-	(1.211)	1.211	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.242	502	-	3.744	(2)	3.742
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.426)	(59)	-	(1.485)	-	(1.485)
Margem Operacional	**54.676**	**19.853**	**9.483**	**84.012**	**12.527**	**96.539**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(37.202)**	**(13.410)**	**(2.387)**	**(52.999)**	**(5.348)**	**(58.347)**
Despesas Não Decorrentes de Juros [2]	(32.883)	(12.034)	(1.616)	(46.533)	(4.371)	(50.904)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.319)	(1.376)	(771)	(6.466)	(1.505)	(7.971)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	528	528
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**17.474**	**6.443**	**7.096**	**31.013**	**7.179**	**38.192**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.328)	(1.081)	(1.237)	(8.646)	(5.964)	(14.610)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(223)	79	(1)	(145)	(174)	(319)
Lucro Líquido	**10.923**	**5.441**	**5.858**	**22.222**	**1.041**	**23.263**

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R$ 66.369, receita de dividendos R$ 288, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R$ 7.311 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R$ 5.513.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R$ 1.702, de amortização de R$ 1.292 e despesas de comercialização de seguros de R$ 721.

Ativo Total [1] - 31/12/2016	**909.779**	**585.088**	**116.401**	**1.427.084**	**(73.843)**	**1.353.241**
Passivo Total - 31/12/2016	**877.792**	**525.390**	**80.810**	**1.299.869**	**(81.442)**	**1.218.427**
[1] Inclui:						
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.325	-	3.106	4.431	642	5.073
Ágio	1.398	6.171	-	7.569	2.106	9.675
Imobilizado, Líquido	5.635	1.177	-	6.812	1.230	8.042
Intangível, Líquido	6.559	1.105	-	7.664	(283)	7.381

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Dezembro de 2015
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	**71.203**	**25.898**	**7.641**	**104.742**	**(12.731)**	**92.011**
Margem Financeira [1]	41.705	18.171	7.513	67.389	(12.781)	54.608
Receita de Prestação de Serviços	21.159	7.282	59	28.500	952	29.452
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	8.339	445	69	8.853	(2.181)	6.672
Outras Receitas	-	-	-	-	1.279	1.279
Custo do Crédito e Sinistros	**(14.601)**	**(6.055)**	**98**	**(20.558)**	**(777)**	**(21.335)**
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.232)	(6.764)	98	(22.898)	(1.619)	(24.517)
Impairment	-	(85)	-	(85)	85	-
Descontos Concedidos	(708)	(39)	-	(747)	747	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	3.886	883	-	4.769	10	4.779
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(1.547)	(50)	-	(1.597)	-	(1.597)
Margem Operacional	**56.602**	**19.843**	**7.739**	**84.184**	**(13.508)**	**70.676**
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	**(35.924)**	**(11.130)**	**(1.948)**	**(49.002)**	**(3.409)**	**(52.411)**
Despesas Não Decorrentes de Juros [2]	(31.547)	(9.877)	(1.522)	(42.946)	(4.680)	(47.626)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(4.377)	(1.253)	(426)	(6.056)	651	(5.405)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	620	620
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	**20.678**	**8.713**	**5.791**	**35.182**	**(16.917)**	**18.265**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.263)	(2.691)	(1.040)	(10.994)	18.885	7.891
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(342)	-	(14)	(356)	(60)	(416)
Lucro Líquido	**13.073**	**6.022**	**4.737**	**23.832**	**1.908**	**25.740**

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R$ 72.725, receita de dividendos R$ 98, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R$ (11.862) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R$ (6.353).

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R$ 1.688, de amortização de R$ 910 e despesas de comercialização de seguros de R$ 1.138.

Ativo Total [1] - 31/12/2015	**873.202**	**547.236**	**127.716**	**1.359.172**	**(82.757)**	**1.276.415**
Passivo Total - 31/12/2015	**840.033**	**502.887**	**97.017**	**1.250.955**	**(88.599)**	**1.162.356**
[1] Inclui:						
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.064	-	2.436	3.500	899	4.399
Ágio	232	-	-	232	1.825	2.057
Imobilizado, Líquido	5.781	1.274	-	7.055	1.486	8.541
Intangível, Líquido	6.606	857	-	7.463	(1.168)	6.295

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações do resultado dos principais serviços e produtos e dos ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/12/2017			01/01 a 31/12/2016			01/01 a 31/12/2015		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira [1] [2]	129.815	18.101	147.916	154.653	19.954	174.607	117.140	12.532	129.672
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	5.105	147	5.252	5.748	132	5.880	6.570	102	6.672
Receita de Prestação de Serviços	31.296	3.152	34.448	29.061	2.857	31.918	27.072	2.380	29.452
Ativos não Correntes	12.695	3.331	16.026	13.299	2.124	15.423	13.841	995	14.836

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

Nota 35 – Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR), Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas e coligadas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itautec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd, Itaúsa Empreendimentos S.A. e Alpargatas S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema, Associação Itaú Viver Mais e a Associação Cubo Coworking Itaú, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	Taxa Anual	ITAÚ UNIBANCO HOLDING				
		Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
		31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Operações de Crédito		**96**	**-**	**6**	**-**	**-**
Alpargatas S.A.		96	-	6	-	-
Captações no Mercado Aberto		**(48)**	**(77)**	**(5)**	**(19)**	**(20)**
Duratex S.A.	97,5% a 100% do CDI	(22)	(18)	(2)	(4)	(9)
Elekeiroz S.A.	97,5% do CDI	(5)	(3)	-	(1)	(1)
Itautec S.A.	100,1% do CDI	(2)	(1)	-	(3)	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	-	-	(7)	(7)
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	100% da Selic	(7)	(14)	(1)	(2)	(1)
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		-	(24)	-	-	-
Outras	60% a 100,1% do CDI	(12)	(17)	(2)	(2)	(2)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) Prestação de Serviços		**(108)**	**(129)**	**39**	**28**	**20**
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	6	3	2
Olimpia Promoção e Serviços S.A.		(2)	(2)	(23)	(25)	(28)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(106)	(127)	47	44	39
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	6	6	5
Outras		-	-	3	-	2
Receitas (Despesas) com Aluguéis		**-**	**-**	**(62)**	**(59)**	**(56)**
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.		-	-	(2)	(2)	(2)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(49)	(44)	(42)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(11)	(13)	(12)
Despesas com Doações		**-**	**-**	**(104)**	**(94)**	**(84)**
Instituto Itaú Cultural		-	-	(93)	(87)	(83)
Associação Cubo Coworking Itaú		-	-	(10)	(6)	-
Associação Itaú Viver Mais		-	-	(1)	(1)	(1)

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:
a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
b) qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
c) qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Remuneração	**426**	**360**	**459**
Conselho de Administração	60	32	27
Administradores	366	328	432
Participações no Lucro	**244**	**251**	**239**
Conselho de Administração	3	2	1
Administradores	241	249	238
Contribuições aos Planos de Aposentadoria - Administradores	**9**	**12**	**9**
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	**220**	**263**	**200**
Total	**899**	**885**	**907**

Nota 36 – Gerenciamento de Riscos

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

Classificação Interna	PD	Classificação Externa		
		Moody's	S&P	Fitch
Baixo	Menor ou igual a 4,44%	Aaa até B2	AAA até B	AAA até B-
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%	B3 até Caa3	B- até CCC-	CCC+ até CCC-
Alto	Maior que 25,95%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
Impairment	Operações *Corporate* com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já tem uma relação).

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Atendendo a Resolução CMN 3.721, o documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	31/12/2017			31/12/2016		
	Brasil	**Exterior**	**Total**	**Brasil**	**Exterior**	**Total**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.369	22.684	29.053	6.044	16.648	22.692
Aplicações no Mercado Aberto	243.918	789	244.707	264.080	971	265.051
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	259.374	10.747	270.121	193.903	10.745	204.648
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	1.746	1.746	-	1.191	1.191
Derivativos	12.109	10.734	22.843	13.593	10.638	24.231
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	66.955	35.329	102.284	53.529	34.748	88.277
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	26.501	10.059	36.560	27.436	13.059	40.495
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	301.554	163.918	465.472	305.394	158.000	463.394
Outros Ativos Financeiros	53.787	5.781	59.568	47.914	6.003	53.917
Off Balance	280.032	43.797	323.829	259.854	39.973	299.827
Garantias Financeiras Prestadas	60.062	10.427	70.489	62.172	8.621	70.793
Cartas de Crédito a Liberar	9.214	-	9.214	6.660	-	6.660
Compromissos a Liberar	210.756	33.370	244.126	191.022	31.352	222.374
Crédito Imobiliário	3.218	-	3.218	4.389	-	4.389
Cheque Especial	93.284	-	93.284	87.239	-	87.239
Cartão de Credito	109.196	2.679	111.875	96.497	1.273	97.770
Outros Limites Pré-Aprovados	5.058	30.691	35.749	2.897	30.079	32.976
Total	**1.196.812**	**299.803**	**1.496.615**	**1.171.747**	**291.976**	**1.463.723**

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/12/2017 e 31/12/2016, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de Garantias Financeiras Prestadas e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Conseqüentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Garantias Financeiras Prestadas e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 89,0% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 4,8% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 6,1% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Setor Público	2.366	0,5	3.051	0,6
Indústria e Comércio	106.620	21,6	112.067	22,8
Serviços	113.981	23,1	118.102	24,1
Setor Primário	23.013	4,7	24.362	5,0
Outros Setores	3.642	0,7	2.839	0,6
Pessoa Física	243.745	49,4	229.945	46,9
Total	**493.367**	**100,0**	**490.366**	**100,0**

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Setor Primário	2.836	0,4	2.466	0,4
Setor Público	328.293	46,4	249.745	38,7
Indústria e Comércio	11.299	1,6	10.435	1,6
Serviços	85.431	12,1	2.741	0,4
Outros Setores	5.141	0,7	93.165	14,4
Pessoa Física	554	0,1	290	0,0
Financeiras	273.760	38,7	287.743	44,5
Total	**707.314**	**100,0**	**646.585**	**100,0**

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Garantias Financeiras Prestadas, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/12/2017				31/12/2016			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	357.710	10.601	-	368.311	363.954	5.543	-	369.497
Médio	69.671	7.014	-	76.685	62.883	6.904	-	69.787
Alto	12.147	6.207	-	18.354	13.767	6.998	-	20.765
Impairment	-	-	30.017	30.017	-	-	30.317	30.317
Total	**439.528**	**23.822**	**30.017**	**493.367**	**440.604**	**19.445**	**30.317**	**490.366**
%	**89,1%**	**4,8%**	**6,1%**	**100,0%**	**89,8%**	**4,0%**	**6,2%**	**100,0%**

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2017					31/12/2016				
	Baixo	Médio	Alto	*Impairment*	Total	Baixo	Médio	Alto	*Impairment*	Total
Pessoas Físicas	**127.124**	**43.157**	**10.030**	**9.842**	**190.153**	**122.112**	**38.910**	**11.362**	**10.763**	**183.147**
Cartão de Crédito	47.346	14.362	1.521	3.421	66.650	42.432	11.212	1.866	3.512	59.022
Crédito Pessoal	6.332	7.303	7.500	4.058	25.193	6.414	6.298	8.264	4.837	25.813
Crédito Consignado	26.189	16.267	493	1.470	44.419	26.624	15.972	609	1.431	44.636
Veículos	10.492	2.689	426	476	14.083	11.378	2.911	554	591	15.434
Crédito Imobiliário	36.765	2.536	90	417	39.808	35.264	2.517	69	392	38.242
Grandes Empresas	**89.897**	**3.102**	**3**	**14.615**	**107.617**	**102.162**	**5.447**	**7**	**14.138**	**121.754**
Micros/Pequenas e Médias Empresas	**43.536**	**9.202**	**3.820**	**2.895**	**59.453**	**40.534**	**10.084**	**4.671**	**3.646**	**58.935**
Unidades Externas América Latina	**107.754**	**21.224**	**4.501**	**2.665**	**136.144**	**104.689**	**15.346**	**4.725**	**1.770**	**126.530**
Total	**368.311**	**76.685**	**18.354**	**30.017**	**493.367**	**369.497**	**69.787**	**20.765**	**30.317**	**490.366**
%	**74,7%**	**15,5%**	**3,7%**	**6,1%**	**100,0%**	**75,4%**	**14,2%**	**4,2%**	**6,2%**	**100,0%**

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	**89.372**	**2.927**	**3**	**92.302**	**101.612**	**5.076**	**7**	**106.695**
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	**121.121**	**38.919**	**6.610**	**166.650**	**120.221**	**34.851**	**7.155**	**162.227**
Cartão de Crédito	47.005	13.599	937	61.541	42.158	10.445	1.083	53.686
Crédito Pessoal	6.174	6.746	5.239	18.159	6.317	5.864	5.538	17.719
Crédito Consignado	25.771	15.817	362	41.950	26.383	15.606	447	42.436
Veículos	9.763	1.848	48	11.659	10.821	1.947	68	12.836
Crédito Imobiliário	32.408	909	24	33.341	34.542	989	19	35.550
Micro/Pequenas e Médias Empresas	**42.704**	**8.262**	**2.684**	**53.650**	**39.983**	**9.011**	**3.235**	**52.229**
Unidades Externas América Latina	**104.513**	**19.563**	**2.850**	**126.926**	**102.138**	**13.945**	**3.370**	**119.453**
Total	**357.710**	**69.671**	**12.147**	**439.528**	**363.954**	**62.883**	**13.767**	**440.604**

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/12/2017				31/12/2016			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	**9.653**	**2.543**	**1.466**	**13.662**	**5.976**	**2.772**	**1.410**	**10.158**
Cartão de Crédito	851	383	454	1.688	937	442	446	1.825
Crédito Pessoal	1.730	836	410	2.976	1.850	993	414	3.257
Crédito Consignado	674	174	151	999	439	168	161	768
Veículos	1.450	359	138	1.947	1.382	448	177	2.007
Crédito Imobiliário	4.948	791	313	6.052	1.368	721	212	2.301
Grandes Empresas	**649**	**17**	**33**	**699**	**790**	**72**	**58**	**920**
Micros/Pequenas e Médias Empresas	**2.089**	**609**	**210**	**2.908**	**1.928**	**816**	**316**	**3.060**
Unidades Externas América Latina	**4.973**	**1.076**	**504**	**6.553**	**3.965**	**899**	**443**	**5.307**
Total	**17.364**	**4.245**	**2.213**	**23.822**	**12.659**	**4.559**	**2.227**	**19.445**

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2017							
Classificação Interna	**Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto**	**Ativos Financeiros Mantidos para Negociação**	**Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado**	**Derivativos Ativo**	**Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**	**Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento**	**Total**
Baixo	273.760	270.088	1.746	21.210	98.362	34.785	699.951
Médio	-	6	-	1.262	46	-	1.314
Alto	-	27	-	371	614	-	1.012
Impairment	-	-	-	-	3.262	1.775	5.037
Total	**273.760**	**270.121**	**1.746**	**22.843**	**102.284**	**36.560**	**707.314**
%	**38,7**	**38,2**	**0,2**	**3,2**	**14,5**	**5,2**	**100,0**

31/12/2016							
Classificação Interna	**Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto**	**Ativos Financeiros Mantidos para Negociação**	**Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado**	**Derivativos Ativo**	**Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**	**Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento**	**Total**
Baixo	287.743	204.621	1.191	23.943	83.974	39.008	640.480
Médio	-	19	-	87	980	294	1.380
Alto	-	8	-	201	1.227	-	1.436
Impairment	-	-	-	-	2.096	1.193	3.289
Total	**287.743**	**204.648**	**1.191**	**24.231**	**88.277**	**40.495**	**646.585**
%	**44,4**	**31,7**	**0,2**	**3,7**	**13,7**	**6,3**	**100,0**

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/12/2017				31/12/2016			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	**52.635**	**132.006**	**1.080**	**1.029**	**51.587**	**128.555**	**790**	**743**
Crédito Pessoal	373	1.398	901	864	443	1.297	682	652
Veículos	13.622	34.367	178	164	13.039	35.995	107	90
Crédito Imobiliário	38.640	96.241	1	1	38.105	91.263	1	1
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	**117.019**	**339.741**	**11.248**	**8.688**	**122.353**	**368.937**	**12.324**	**6.729**
Unidades Externas América Latina	**105.425**	**175.476**	**10.262**	**3.598**	**97.374**	**155.923**	**9.420**	**4.803**
Total	**275.079**	**647.223**	**22.590**	**13.315**	**271.314**	**653.415**	**22.534**	**12.275**

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R$ 195.698 (R$196.518 em 31/12/2016).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em garantias financeiras prestadas.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Imóveis Não de Uso	144	13
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	315	411
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	2	14
Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação	240	172
Total	**701**	**610**

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias *(commodities)*.

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN nº 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para uma visão detalhada do tema *hedge* contábil, consultar a Nota 9 – *Hedge* Contábil.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- *VaR* Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O documento "Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado" que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Consolidado do Itaú Unibanco é calculado por Simulação Histórica, isto é, a distribuição esperada para os ganhos e perdas (P&L's - Profit and loss statement) de uma carteira ao longo do tempo pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos fatores de risco de mercado desta carteira. O VaR é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (holding period) de um dia. Ainda, em uma abordagem conservadora, o VaR é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o VaR final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

De 01/01 a 31/12/2017, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R$ 409,9 ou 0,28% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2016 foi de R$ 236,6 ou 0,18% do patrimônio líquido total).

	***VaR* Total (Simulação Histórica)**							
	31/12/2017				**31/12/2016**			
	Média	**Mínimo**	**Máximo**	***VaR* Total**	**Média**	**Mínimo**	**Máximo**	***VaR* Total**
***VaR* por Grupo de Fatores de Risco**								
Taxas de Juros	721,0	583,6	1.311,9	764,7	482,5	323,7	607,4	607,4
Moedas	20,4	6,5	50,2	11,9	18,4	6,8	33,2	17,0
Ações	45,4	38,5	54,9	46,4	45,2	34,0	63,3	44,3
Commodities	1,5	0,7	4,0	0,8	1,7	0,7	4,0	0,8
Efeito de Diversificação				(451,5)				(339,7)
Risco Total	**409,9**	**304,8**	**874,0**	**372,3**	**236,6**	**155,1**	**341,5**	**329,8**

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Taxa de Juros [1]

	31/12/2017						31/12/2016					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	**268.066**	**354.855**	**103.805**	**389.992**	**178.010**	**1.294.728**	**389.843**	**219.332**	**95.331**	**347.743**	**167.400**	**1.219.649**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.645	3.511	2.883	1.011	3	29.053	13.286	4.676	3.541	1.189	-	22.692
Aplicações no Mercado Aberto	42.615	201.894	2	28	168	244.707	201.525	63.180	35	281	30	265.051
Depósitos Compulsórios no Banco Central	94.047	-	-	-	-	94.047	82.698	-	-	-	-	82.698
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	14.052	16.841	17.518	168.558	53.152	270.121	6.971	14.194	13.041	118.050	52.392	204.648
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	-	-	1.041	705	-	1.746	-	-	1.191	-	-	1.191
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.034	9.040	12.033	44.722	31.455	102.284	5.994	10.539	7.103	38.969	25.672	88.277
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	9.456	335	505	9.437	16.827	36.560	1.370	528	600	19.376	18.621	40.495
Derivativos	7.978	3.003	2.360	6.681	2.821	22.843	5.815	5.470	2.826	6.940	3.180	24.231
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	73.239	120.231	67.463	158.850	73.584	493.367	72.184	120.745	66.994	162.938	67.505	490.366
Passivos Remunerados	**376.492**	**93.736**	**87.850**	**290.677**	**56.451**	**905.206**	**325.241**	**90.652**	**111.907**	**287.433**	**62.298**	**877.531**
Depósitos de Poupança	119.980	-	-	-	-	119.980	108.250	-	-	-	-	108.250
Depósitos a Prazo	27.798	32.350	22.570	126.435	2.647	211.800	30.555	28.248	17.110	78.032	2.329	156.274
Depósitos Interfinanceiros	88	908	669	451	66	2.182	1.176	1.918	625	36	2	3.757
Mercado Aberto	208.261	7.362	25.185	57.146	14.680	312.634	172.411	6.844	55.314	97.056	17.539	349.164
Mercado Interbancário	8.570	34.108	30.736	48.005	8.197	129.616	6.535	38.590	30.227	50.590	9.541	135.483
Mercado Institucional	4.188	16.495	5.343	43.911	28.545	98.482	951	11.490	6.612	46.883	30.303	96.239
Derivativos	7.596	2.491	3.325	11.109	2.225	26.746	5.294	3.555	1.961	11.394	2.494	24.698
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	11	22	22	319	91	465	69	7	58	295	90	519
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.301	-	3.301	-	-	-	3.147	-	3.147
Diferença Ativo/Passivo [2]	(108.426)	261.119	15.955	99.315	121.559	389.522	64.602	128.680	(16.576)	60.310	105.102	342.118
Diferença Acumulada	**(108.426)**	**152.693**	**168.648**	**267.963**	**389.522**		**64.602**	**193.282**	**176.706**	**237.016**	**342.118**	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	(8,4%)	11,8%	13,0%	20,7%	30,1%		5,3%	15,8%	14,5%	19,4%	28,1%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/12/2017			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	4.958	2.527	2.990	10.475
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.473	469	13.742	22.684
Aplicações em Mercado Aberto	195	-	594	789
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.869	158	3.720	10.747
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1.746	-	-	1.746
Derivativos	4.047	6.203	484	10.734
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	19.264	10.881	5.184	35.329
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	9.605	-	454	10.059
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	42.038	80.316	41.564	163.918
Total do Ativo	**97.195**	**100.554**	**68.732**	**266.481**

Passivo	31/12/2017			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	42.891	52.393	47.357	142.641
Captações no Mercado Aberto	14.489	238	2.295	17.022
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	465	-	-	465
Derivativos	5.381	5.541	324	11.246
Recursos de Mercados Interbancários	26.661	5.862	4.072	36.595
Recursos de Mercados Institucionais	37.367	29.565	3.047	69.979
Total do Passivo	**127.254**	**93.599**	**57.095**	**277.948**
Posição Líquida	**(30.059)**	**6.955**	**11.637**	**(11.467)**

Ativo	31/12/2016			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.719	1.581	3.164	11.464
Depósitos Compulsórios no Banco Central	81	-	5.288	5.369
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.860	1.007	6.781	16.648
Aplicações em Mercado Aberto	199	112	660	971
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	6.833	305	3.607	10.745
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	1.191	-	-	1.191
Derivativos	5.313	4.873	452	10.638
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	22.513	8.337	3.898	34.748
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	12.519	-	540	13.059
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	43.641	73.325	41.034	158.000
Total do Ativo	**107.869**	**89.540**	**65.424**	**262.833**

Passivo	31/12/2016			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	37.824	51.330	47.331	136.485
Captações no Mercado Aberto	18.353	27	2.558	20.938
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	519	-	-	519
Derivativos	4.783	4.105	282	9.170
Recursos de Mercados Interbancários	34.659	5.932	2.451	43.042
Recursos de Mercados Institucionais	37.077	23.643	3.284	64.004
Total do Passivo	**133.215**	**85.037**	**55.906**	**274.158**
Posição Líquida	**(25.346)**	**4.503**	**9.518**	**(11.325)**

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Políticas e Procedimentos

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações, bem como reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Este processo é realizado por meio de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos e administrados internamente.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

O Itaú Unibanco efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e também por metodologia regulatória.

Adicionalmente, e em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.749, de 05/03/2015, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Conforme instruções dadas pela Carta-Circular 3.775, de 14/07/2016, do BACEN, bancos com ativos totais acima de R$ 100 bilhões passaram, desde outubro de 2015, a enviar mensalmente ao BACEN um indicador padronizado de Liquidez de Curto Prazo (LCR, do inglês *“Liquidity Coverage Ratio”*), sendo este reportado de forma consolidada para instituições integrantes do Conglomerado Prudencial. O cálculo deste indicador segue a metodologia estabelecida pelo BACEN, e está alinhado às diretrizes internacionais de Basileia.

O cálculo resumido do indicador é apresentado na tabela abaixo. Em 2017, a exigência mínima para o indicador é de 80%. Maiores detalhes sobre o LCR do período, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	4º trimestre 2017
	Valor Total Ajustado[1]
Total Ativos de Alta Liquidez [2]	187.090
Total de saídas potenciais de caixa [3]	98.356
LCR (%)	190,2%

(1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

(2) Ativos de alta liquidez (HQLA - High quality liquid assets): saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são de baixo risco.

(3) Potenciais saídas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Ciruclar 3.749 (Saídas $_e$), subtraídas do menor valor entre (i) as potenciais entradas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Ciruclar 3.749 e (ii) 75% x Saídas $_e$.

Fontes Primárias de *Funding*

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R$ 622,1 bilhões (R$ 612,7 bilhões 31/12/2016), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 36,6% do total, ou R$ 277,5 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/12/2017			31/12/2016		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	216.842	402.938		201.113	329.414	
Recursos à Vista	68.973	68.973	11,1	61.133	61.133	10,0
Recursos de Poupança	119.980	119.980	19,3	108.250	108.250	17,7
Recursos a Prazo	27.798	211.800	34,0	30.554	156.274	25,5
Outros Recursos	91	2.185	0,4	1.176	3.757	0,6
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos [1]	6.820	107.581	17,3	3.091	93.711	15,3
Recursos de Emissão Própria [2]	2.570	58.837	9,5	2.561	132.149	21,6
Dívida Subordinada	1.315	52.696	8,5	628	57.420	9,4
Total	**227.547**	**622.052**	**100,0**	**207.393**	**612.694**	**100,0**

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbanários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R$ 164,3 bilhões e representavam 72,2% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 26,4% do total de recursos e 17,6% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/12/2017 %	31/12/2016 %
Ativos Líquidos [1] / Recursos de Clientes em até 30 dias [2]	72,2	84,2
Ativos Líquidos [1] / Recursos de Clientes Totais [3]	26,4	28,5
Ativos Líquidos [1] / Ativos Financeiros Totais [4]	17,6	19,0

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R$ 933.686 (R$ 918.080 em 31/12/2016).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	31/12/2017					31/12/2016				
Ativos Financeiros [1]	**0 - 30 dias**	**31 - 365 dias**	**366-720 dias**	**Acima de 720 dias**	**Total**	**0 - 30 dias**	**31 - 365 dias**	**366-720 dias**	**Acima de 720 dias**	**Total**
Disponibilidades	**18.749**	-	-	-	**18.749**	**18.542**	-	-	-	**18.542**
Aplicações em Instituições Financeiras	**93.218**	**173.663**	**673**	**508**	**268.062**	**219.066**	**58.275**	**1.171**	**292**	**278.804**
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada [2]	38.833	-	-	-	38.833	77.452	-	-	-	77.452
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	31.238	167.061	-	-	198.299	128.303	49.749	-	-	178.052
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros [4]	23.147	6.602	673	508	30.930	13.311	8.526	1.171	292	23.300
Títulos e Valores Mobiliários	**110.667**	**24.960**	**16.717**	**76.923**	**229.267**	**82.163**	**16.757**	**12.415**	**74.479**	**185.814**
Títulos Públicos - Livres	103.447	152	232	5.052	108.883	75.310	20	40	6.088	81.458
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	203	15.677	9.107	19.270	44.257	556	4.732	5.990	14.808	26.086
Títulos Privados - Livres	7.007	8.577	5.541	45.885	67.010	6.297	11.728	5.424	47.866	71.315
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	10	554	1.837	6.716	9.117	-	277	961	5.717	6.955
Instrumentos Financeiros Derivativos	**7.978**	**5.363**	**2.756**	**6.746**	**22.843**	**5.815**	**8.296**	**3.159**	**6.961**	**24.231**
Posição Líquida	**7.978**	**5.363**	**2.756**	**6.746**	**22.843**	**5.815**	**8.296**	**3.159**	**6.961**	**24.231**
Swaps	189	1.258	1.661	6.082	9.190	828	1.967	1.497	6.250	10.542
Opções	430	1.748	865	294	3.337	354	2.881	1.397	160	4.792
Contratos a Termo	6.529	382	-	-	6.911	3.947	1.024	-	-	4.971
Demais Derivativos	830	1.975	230	370	3.405	686	2.424	265	551	3.926
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro [3]	**57.505**	**152.660**	**71.107**	**201.881**	**483.153**	**61.602**	**176.002**	**81.224**	**211.908**	**530.736**
Total de Ativos Financeiros	**288.117**	**356.646**	**91.253**	**286.058**	**1.022.074**	**387.188**	**259.330**	**97.969**	**293.640**	**1.038.127**

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R$ 98.837 (R$ 85.700 em 31/12/2016) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R$ 3.664 (R$ 4.329 em 31/12/2016), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R$ 53.687 (R$ 43.837 em 31/12/2016) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R$ 4.931 (R$5.711 em 31/12/2016) .

(4) Inclui R$ 6.689 referente a Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais de outros países.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	31/12/2017					31/12/2016				
Passivos Financeiros	**0 - 30 dias**	**31 - 365 dias**	**366 - 720 dias**	**Acima de 720 dias**	**Total**	**0 - 30 dias**	**31 - 365 dias**	**366 - 720 dias**	**Acima de 720 dias**	**Total**
Depósitos	**222.782**	**61.672**	**16.500**	**152.961**	**453.915**	**201.167**	**44.545**	**13.106**	**107.055**	**365.873**
Depósito a Vista	68.973	-	-	-	68.973	61.133	-	-	-	61.133
Depósito Poupança	119.980	-	-	-	119.980	108.250	-	-	-	108.250
Depósito a Prazo	33.114	60.272	16.445	152.903	262.734	30.295	41.971	13.088	107.033	192.387
Depósito Interfinanceiros	712	1.400	55	58	2.225	1.489	2.574	18	22	4.103
Outros Depósitos	3	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Depósitos Compulsórios	**(40.538)**	**(18.197)**	**(4.644)**	**(35.458)**	**(98.837)**	**(42.314)**	**(13.885)**	**(3.985)**	**(25.516)**	**(85.700)**
Depósito a Vista	(4.790)	-	-	-	(4.790)	(8.092)	-	-	-	(8.092)
Depósito Poupança	(26.008)	-	-	-	(26.008)	(24.791)	-	-	-	(24.791)
Depósito a Prazo	(9.740)	(18.197)	(4.644)	(35.458)	(68.039)	(9.431)	(13.885)	(3.985)	(25.516)	(52.817)
Captações no Mercado Aberto [1]	**232.970**	**35.234**	**30.404**	**39.444**	**338.052**	**209.521**	**59.771**	**42.410**	**87.069**	**398.771**
Títulos Públicos	202.545	3.197	8.260	27.680	241.682	168.301	5.600	5.764	33.812	213.477
Títulos Privados	8.020	31.348	22.144	11.764	73.276	13.753	54.171	36.646	53.257	157.827
Exterior	22.405	689	-	-	23.094	27.467	-	-	-	27.467
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos [2]	**7.093**	**43.463**	**21.325**	**52.837**	**124.718**	**3.003**	**35.659**	**28.974**	**36.858**	**104.494**
Obrigações por Empréstimos e Repasses [3]	**3.975**	**37.132**	**9.839**	**19.807**	**70.753**	**5.077**	**46.527**	**11.000**	**20.943**	**83.547**
Dívidas Subordinadas [4]	**1.061**	**13.402**	**2.054**	**49.454**	**65.971**	**271**	**13.501**	**16.621**	**41.043**	**71.436**
Instrumentos Financeiros Derivativos	**7.596**	**5.816**	**4.877**	**8.457**	**26.746**	**5.294**	**5.516**	**3.726**	**10.162**	**24.698**
Posição Líquida	**7.596**	**5.816**	**4.877**	**8.457**	**26.746**	**5.294**	**5.516**	**3.726**	**10.162**	**24.698**
Swaps	65	2.364	3.747	7.516	13.692	461	1.702	2.352	8.706	13.221
Opções	332	1.299	889	273	2.793	837	1.888	1.116	711	4.552
Contratos a Termo	6.272	-	-	-	6.272	3.530	-	-	-	3.530
Demais Derivativos	927	2.153	241	668	3.989	466	1.926	258	745	3.395
Total Passivos Financeiros	**434.939**	**178.522**	**80.355**	**287.502**	**981.318**	**382.019**	**191.634**	**111.852**	**277.614**	**963.119**

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbanários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos *Off Balance*	31/12/2017					31/12/2016				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Garantias Financeiras Prestadas	1.749	17.563	5.451	45.726	70.489	1.645	16.203	5.603	47.342	70.793
Compromissos a Liberar	98.310	27.857	7.307	110.652	244.126	90.279	42.522	11.657	77.916	222.374
Cartas de Crédito a Liberar	9.214	-	-	-	9.214	6.660	-	-	-	6.660
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16)	-	432	460	273	1.165	-	310	-	-	310
Total	**109.273**	**45.852**	**13.218**	**156.651**	**324.994**	**98.584**	**59.035**	**17.260**	**125.258**	**300.137**

Risco Socioambiental

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende o risco socioambiental como o risco de perdas decorrentes de danos socioambientais causados pela instituição no desenvolvimento de suas atividades.

As ações de mitigação do risco socioambiental são efetuadas através de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e no registro das ocorrências em bases internas. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento deste risco no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A gestão do risco socioambiental é efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com o apoio técnico da área jurídica e da área de controle de riscos, que dispõem de equipe dedicada. As unidades de negócio contam ainda com a governança de aprovação de novos produtos, que contempla em sua avaliação o risco socioambiental, garantindo a observância deste requisito em todos os novos produtos aprovados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. A governança conta ainda com o Comitê de Risco Socioambiental, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais relacionados à exposição ao risco socioambiental para as atividades da instituição.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está constantemente progredindo na governança do risco socioambiental, sempre atento aos desafios para acompanhar as mudanças e as demandas da sociedade. Assim, dentre outras ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assumiu e incorporou aos seus processos internos uma série de compromissos e pactos voluntários, nacionais e internacionais, voltados à integração de aspectos sociais, ambientais e de governança nos negócios. Destacam-se os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), a Carta pelos Direitos Humanos – Ethos, os Princípios do Equador (EP), o Pacto Global, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Programa Brasileiro *GHG Protocol*, o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, entre outros. Os esforços do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para expandir os conhecimentos sobre avaliação dos critérios sociais e ambientais têm sido reconhecidos dentro e fora do país, como mostra a presença recorrente da instituição nos principais índices de sustentabilidade no exterior, como no *Dow Jones Sustainability Index*, e recentemente, no Índice de Sustentabilidade *Euronext Vigeo – Emerging 70*, e no Brasil, como no Índice de Sustentabilidade Empresarial, além dos diversos prêmios que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu.

Nota 37 – Informações Suplementares

Venda de Carteira de Seguro de Vida em Grupo

Em 19 de setembro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou contrato de compra e venda de ações com a Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (PRUDENTIAL), por meio do qual comprometeu-se a alienar a totalidade de suas operações de seguro de vida em grupo, que representam, aproximadamente, 4% do total de ativos pertencentes a Itaú Seguros S.A. (ITAÚ SEGUROS), companhia controlada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para a conclusão da operação, a ITAÚ SEGUROS foi cindida e as operações de seguro de vida em grupo foram vertidas para a IU Seguros S.A., cuja totalidade do capital foi alienada à PRUDENTIAL em 1º de abril de 2017, após o cumprimento das condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

A operação reitera a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de focar em seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

Aquisição de participação minoritária na XP Investimentos S.A.

Em 11 de maio de 2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou contrato de compra e venda de ações com a XP Controle Participações S.A. (XP CONTROLE), o G.A. Brasil IV Fundo de Investimento em Participações, o Dyna III Fundo de Investimento em Participações, entre outras partes (VENDEDORES), para aquisição de 49,9% do capital social total (sendo 30,1% das ações ordinárias) da XP Investimentos S.A. (XP HOLDING), por meio de aporte de capital no valor de R$ 600 e aquisição de ações de emissão da XP HOLDING detidas pelos VENDEDORES no valor de R$ 5.700, estando tais valores sujeitos a ajustes contratualmente previstos (PRIMEIRA AQUISIÇÃO).

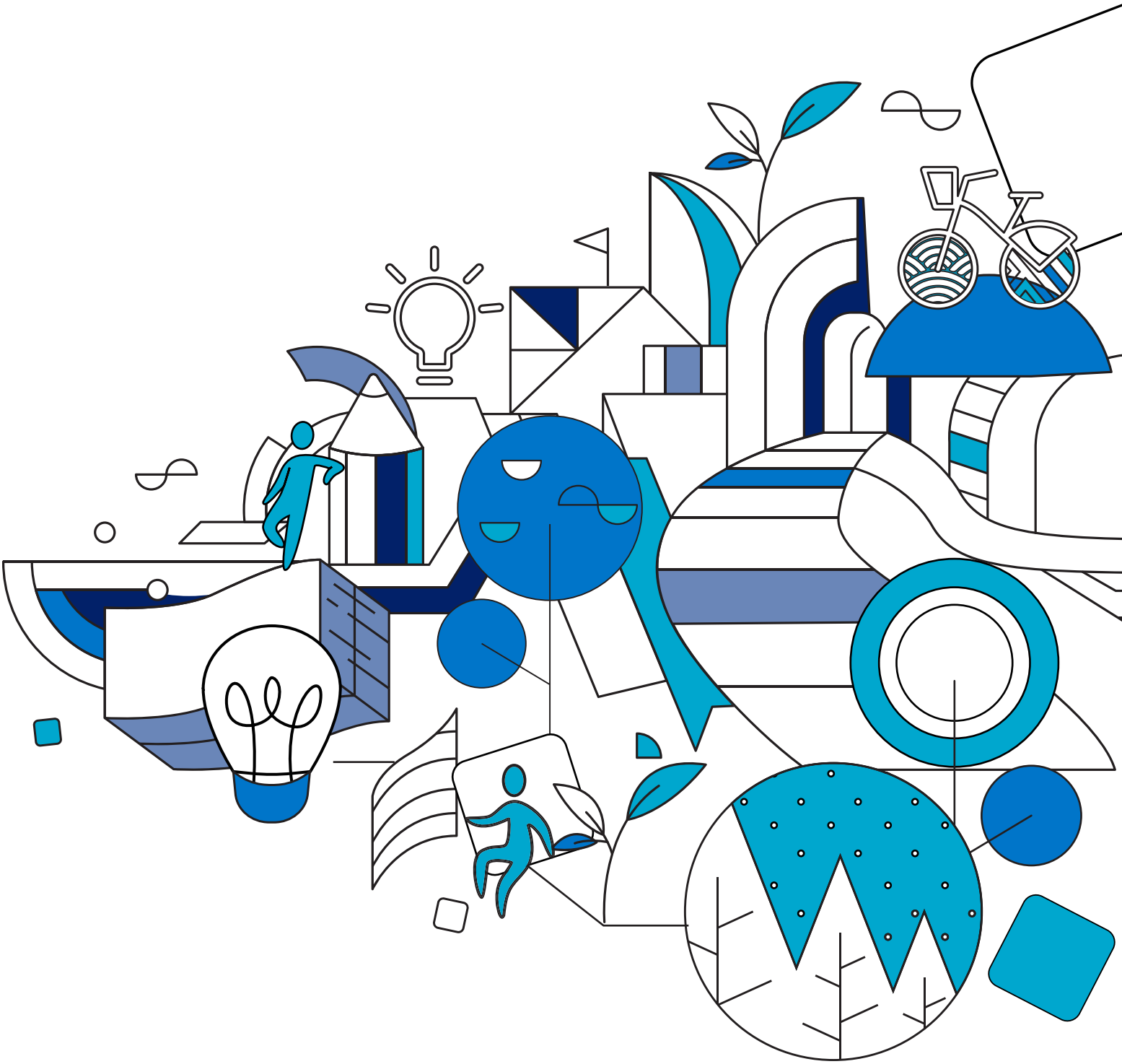
Além da PRIMEIRA AQUISIÇÃO, o ITAÚ UNIBANCO comprometeu-se a adquirir (i) em 2020, percentual adicional de 12,5%, que lhe garantirá 62,4% do capital social total da XP HOLDING (sendo 40,0% das ações ordinárias), com base em um múltiplo de resultado (19 vezes) da XP HOLDING, e (ii) em 2022, percentual adicional de 12,5%, que lhe garantirá 74,9% do capital social total da XP HOLDING (sendo 49,9% das ações ordinárias), com base no valor justo de mercado da XP HOLDING à época, sendo certo que o controle do Grupo XP, permanecerá com os acionistas da XP CONTROLE, que serão titulares da maioria das ações com direito a voto.

O ITAÚ UNIBANCO atuará como sócio minoritário e não terá influência nas políticas comerciais e operacionais da XP HOLDING ou de qualquer outra sociedade do Grupo XP.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

6 Sustentabilidade

Para nós, performance sustentável é gerar valor compartilhado no longo prazo. Conheça nossa estratégia de atuação e os principais destaques de 2017.



Performance sustentável GRI 102-43

Nossa visão é "ser o banco líder em *performance* sustentável e em satisfação dos clientes". Esse desafio só pode ser cumprido com um trabalho colaborativo, que envolve os principais públicos com os quais nos relacionamos.

Entendemos que planos de carreira desafiadores para nossos colaboradores, pautados pelo mérito, contribuem para gerar o orgulho de pertencer à nossa organização. Por sua vez, colaboradores engajados prestam melhores serviços aos seus clientes que, mais satisfeitos, tendem a se manter fiéis ao banco, estabelecendo relações duradouras que geram valor para os acionistas e garantem os resultados que permitem o desenvolvimento da sociedade. É dessa forma que buscamos gerar valor compartilhado, atingir resultados positivos e incentivar o desenvolvimento das pessoas, da sociedade e dos países onde atuamos, por meio de um ciclo virtuoso, representado graficamente na espiral de *performance* sustentável na figura a seguir.

Espiral de Performance Sustentável



A transparência para dados sociais, ambientais e de governança é uma premissa fundamental na busca pela *performance* sustentável. Com o intuito de trazer mais objetividade à nossa prestação de contas, firmamos uma parceria com o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) em 2013. Desde então, publicamos nosso *Relato Integrado* anualmente. É uma publicação concisa focada na nossa capacidade de gerar valor para os *stakeholders* a longo prazo. Nosso *Relato Integrado 2017* pode ser acessado em www.itau.com.br/relatorio-anual, ou em inglês em www.itau.com.br/annual-report.

Participamos também dos principais índices de mercado, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, na sigla em inglês), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Ao responder os questionários usados como parte do processo seletivo dos índices, fazemos um diagnóstico do nosso progresso na implementação dos projetos de sustentabilidade e identificamos pontos de melhoria que podem ser incorporados à nossa gestão. Acreditamos também que essa prática promove a agenda de sustentabilidade entre as empresas e incentiva a comunicação transparente e as transações no mercado de investimentos responsáveis.

Engajamento de *stakeholders*

GRI 102-43

Acreditamos no poder da atuação em rede, no compartilhamento de conhecimento e na captação de tendências em sustentabilidade. Para isso, continuamente buscamos fazer processos de consulta e engajamento de *stakeholders*.

Nossos processos de engajamento estão baseados em diretrizes e critérios da norma internacional AA1000APS e em circular interna preparada e publicada em 2014, que define a metodologia para conquistar o engajamento de nossos *stakeholders* com relação à estratégia de sustentabilidade. Nossa metodologia começa com a priorização desses públicos (colaboradores, clientes, acionistas, sociedade e fornecedores) e a identificação de questões fundamentais selecionadas com base nos impactos social, ambiental e econômico para a organização e os *stakeholders* envolvidos. GRI 102-40

Nosso plano de ação de engajamento para os temas de sustentabilidade contempla as seguintes etapas: definição de escopo, identificação dos *stakeholders*, definição do grau de engajamento, seleção da metodologia, avaliação dos riscos envolvidos e realização do processo de engajamento. GRI 102-42

Processos de consulta – revisão da estratégia de sustentabilidade

Este ano, iniciamos o processo de revisão de nossa estratégia de sustentabilidade. Cientes da importância do envolvimento de nossos *stakeholders*, estruturamos algumas metodologias de envolvimento e consulta. Essas metodologias tiveram como base o nosso plano de engajamento, bem como a política de engajamento. As ações realizadas estão descritas nos 3 itens a seguir:

Pesquisa com colaboradores

Realizamos uma pesquisa on-line com nossos colaboradores para avaliar o conhecimento das iniciativas de sustentabilidade do banco, a relevância do tema na organização e as sugestões de temas e modelo de atuação. O resultado desta pesquisa foi incorporado no processo de revisão da estratégia.

Painéis de *stakeholders*

Este ano, realizamos três painéis de stakeholders para discussão de temas relevantes na agenda de sustentabilidade. Os objetivos eram identificar tendências, compartilhar a atuação do banco no tema e discutir o futuro da agenda. Os grupos foram formados por especialistas externos, outras empresas e nossos executivos. Os painéis tiveram as seguintes propostas de discussões:

Painel de Responsabilidade Socioambiental: entender o papel do banco no fomento de uma economia mais verde e inclusiva, considerando riscos, oportunidades e o impacto positivo na sociedade e no meio ambiente;

Painel de Transformação Digital: no contexto do mundo digital, entender quais os novos riscos e oportunidades que impactam sobre a sustentabilidade do nosso negócio, levando em consideração movimentos como desintermediação, tecnologias exponenciais e uso intensivo de dados; e

Painel de Impacto gerado e Impacto Percebido: entender como o banco deve atuar num cenário em que as pessoas demandam mais transparência, coerência e impacto positivo.

Os temas foram selecionados a partir da evolução de agendas de sustentabilidade no contexto externo, novas diretrizes estratégicas do banco e o impacto de nossas operações para os *stakeholders*. As discussões dos painéis foram sistematizadas e contempladas para o processo de revisão de estratégia de sustentabilidade.

Reputação

Utilizando a metodologia de acompanhamento de nossa reputação (RepTrak), realizamos uma pesquisa quantitativa com os públicos participantes sobre duas de nossas iniciativas de sustentabilidade: Itaú Mulher Empreendedora e Itaú Viver Mais, além de uma pesquisa qualitativa com 15 *stakeholders* de sustentabilidade próximos das iniciativas do banco no tema. O objetivo do trabalho foi medir nossa reputação junto a estes públicos e influenciar no planejamento de iniciativas futuras.

Entrevistas com alta liderança

Com o auxílio de consultoria externa, foram realizadas 14 entrevistas individuais e em profundidade com executivos do banco – diretores e membros do comitê executivo e do conselho de administração. As entrevistas seguiram um roteiro-base e tinham formato aberto para explorar a percepção quanto ao tema de sustentabilidade corporativa, atuação do banco ao longo dos últimos anos e projeções para o futuro. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e permanecem sob custódia da consultoria, respeitando a imparcialidade das análises e resultando num diagnóstico confiável para o projeto de revisão da estratégia de sustentabilidade.

Relacionamento com *stakeholders*

Estabelecemos diálogo frequente com pessoas e instituições que são referência em nossos temas de interesse como forma de escuta, compartilhamento de práticas e captação de tendências. O relacionamento inclui a realização de palestras e painéis em eventos ou conferências, além do relacionamento com instituições por meio de representações.

As principais ações de 2017 estão descritas a seguir.

Palestras realizadas em 2017

As participações objetivam prioritariamente o compartilhamento de conhecimento, inspiração e escuta. Em 2017, tivemos 72 palestras realizadas em empresas, organizações, universidades, conferências e workshops.

Representações 2017

Participamos ativamente de organizações que têm o objetivo de unir empresas e especialistas para a discussão e ação rumo a uma sociedade mais equilibrada em termos sociais e ambientais. As principais realizadas em 2017 estão na página 442.

Além dos processos de engajamento direcionados a temas específicos, contamos com diversos instrumentos que envolvem e mantêm o diálogo contínuo com os nossos *stakeholders*, como *workshops*, estudos, publicações, palestras, pesquisas, reuniões públicas e mídias sociais.

Contamos com canais para contatos específicos em nosso *site*, *e-mails* e linhas telefônicas exclusivas voltadas para o atendimento da imprensa e de meios de comunicação, serviço de Ouvidoria e órgãos de proteção ao consumidor, entre outros.

As informações sobre nossos negócios são divulgadas de forma acessível pelos seguintes canais: *site* do Itaú, página de sustentabilidade no *site* do Itaú, *site* de relações com investidores, publicação *Ações Itaú em Foco*, nossos perfis no *Facebook* e no *Twitter* e reuniões públicas com analistas de investimento, acionistas e outros *stakeholders*.

Buscamos abordar os levantamentos realizados por nossos *stakeholders* e fornecer feedback sobre eles. Prestamos contas com base em nossa estratégia de sustentabilidade e materialidade, de forma transparente, para diferentes públicos, sem distinção. GRI 102-44

A tabela a seguir apresenta nossos mais significativos meios de engajamento com nossos *stakeholders*.

Iniciativas de engajamento GRI 102-40 | 102-43



Clientes

Método de Engajamento/ Como atrair engajamento	Frequência	Descrição
Fórum de Diálogos	Anual	O Fórum de Diálogos, um encontro anual entre o banco e as unidades do Procon, Defensoria Pública, Ministério Público e órgãos de proteção ao consumidor.
Chat On-line para reclamações do Procon	Contínua	Nossa Ouvidoria conta com um *chat* on-line para reclamações do Procon, dessa forma lidando com rapidez com eventuais questões.
Serviço ao Cliente	Contínua	Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC, *chat* on-line, mídias sociais, *call centers* e Ouvidoria).
Contatos telefônicos para pesquisa	Anual	Levantamento anual por contato telefônico estuda uma amostra representativa da carteira de cada segmento, visando avaliar a satisfação do cliente em relação aos serviços do banco em unidades de negócios específicas e comparar os resultados com a concorrência.
Pesquisas com clientes	Periódica	Realizamos pesquisas de satisfação, seja por contatos telefônicos, e-mail, SMS e canais digitais do próprio banco. Além disso, para melhorias dos nossos serviços e produtos, realizamos outras pesquisas com metodologias diferentes, como grupos focais, entrevistas em profundidade, fóruns de clientes com executivos e análises de mercado.
Ouvidoria	Contínua	Objetiva fornecer soluções rápidas e definitivas para reclamações feitas por clientes com as respostas dos nossos canais regulares – agências, atendimento ao cliente ou call center.
www.consumidor.gov.br	Contínua	Fazemos parte da iniciativa do governo de promover soluções on-line para reclamações de clientes recebidas diretamente pela empresa por meio do *site* www.consumidor.gov.br (Consumidor.gov).
Comunicação estruturada	Contínua	Por meio do exame do histórico do cliente, identificamos oportunidades de melhoria na experiência do cliente, estruturando ações para um serviço proativo, personalizado e digital.



Colaboradores

Método de Engajamento/ Como atrair engajamento	Frequência	Descrição
Ombudsman	Contínua	Canal de notificação e orientação que atua com o objetivo de auxiliar os colaboradores na resolução de conflitos interpessoais e de interesses no ambiente de trabalho, desvios éticos e práticas contrárias às políticas institucionais associadas (ex: assédio moral ou sexual, discriminação, favoritismo, etc.), como uma ouvidoria interna.
Sindicatos de empregados	Contínua	Mantemos um diálogo contínuo e transparente com os sindicatos que representam os nossos colaboradores em diferentes categorias profissionais.
Reuniões	Semestral	Reuniões entre representantes dos sindicatos dos bancários e representantes de bancos, com uma apresentação das estatísticas e dos indicadores do setor pela Federação Nacional dos Bancos (FENABAN)
Canais de comunicação	Contínua	*E-mail* (*e-mails* de marketing, boletins e declarações), intranet, painéis digitais, protetores de tela, Revista Itaú Unibanco, totens de comunicação visual e TV Corporativa (TV Itaú Unibanco) e Instagram Itaú Unibanco.
Diálogo com a liderança	Anual	Desde 2010, o programa Portas Abertas promove reuniões entre colaboradores, o Presidente Executivo Candido Bracher, e os Presidentes do Conselho de Administração, Pedro Moreira Salles e Roberto Setubal, para a discussão de temas pertinentes à organização. As reuniões também são uma maneira de difundir a nossa cultura e promover um diálogo com os colaboradores.
Encontro entre Líderes	Anual	Realizado anualmente desde 2010, o objetivo deste evento é alinhar toda a liderança da organização, inclusive unidades externas, com os resultados e desafios presentes, bem como a nossa estratégia para perenidade de nosso negócio, garantindo o comprometimento e o engajamento contínuo de nossos colaboradores.
Pesquisa Fale Francamente	Anual	A pesquisa Fale Francamente acontece uma vez ao ano e todos os colaboradores são convidados a participar. O objetivo é avaliar o grau de satisfação dos colaboradores com o ambiente de trabalho e a gestão.
Prêmio WMS	Anual	O Prêmio Walther Moreira Salles é uma das nossas mais importantes formas de reconhecimento, cujo objetivo é realçar o valor de nossa cultura organizacional, reconhecendo projetos e práticas excepcionais de nossos colaboradores, no Brasil e nas unidades externas. Essa premiação anual contempla projetos e gestores que alcançaram resultados excepcionais nos temas de eficiência, satisfação de clientes, inovação, gestão de risco e liderança. Cada vencedor recebe um troféu de reconhecimento, ações da companhia e tem seus projetos publicados na revista interna.
Experiência do colaborador	Contínua	Identificamo-nos como um banco que estimula o poder de transformação das pessoas e temos colocado bastante ênfase em garantir que isso também aconteça por meio de boas experiências dentro da organização. Por isso, nosso objetivo é proporcionar aos nossos colaboradores experiências cada vez melhores nos ambientes físicos, tecnológicos e culturais, pois acreditamos que as experiências proporcionadas aos nossos colaboradores transbordem também para os nossos clientes, mobilizando atitudes que gerem cada vez mais satisfação com nossos produtos e serviços para todos nossos *stakeholders*.



Fornecedores

Método de Engajamento/ Como atrair engajamento	Frequência	Descrição
Canais de comunicação	Contínua	Proporcionamos a nossos fornecedores canais de comunicação, como site e e-mail. O Canal de Denúncia, implantado em 2016, visa garantir um ambiente transparente e ético entre nós e os nossos fornecedores e pode ser acessado via e-mail ou telefone.



Acionistas

Método de Engajamento/ Como atrair engajamento	Frequência	Descrição
Teleconferências	Trimestral	Realizamos quatro teleconferências dos resultados trimestrais durante o ano. Cada uma delas é transmitida em tempo real em português e inglês e pode ser acessada por telefone ou pela internet.
Reuniões APIMEC	Anual	Ciclo anual de reuniões pelo país. No ano de 2017 tivemos 16 reuniões.
Fale Conosco (FQ)	Contínua	Ferramenta de atendimento aos acionistas.
E-mail – Caixa de Relações com Investidores/Canal de Atendimento Telefônico	Contínua	Ferramenta de atendimento aos acionistas – português (relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br) e inglês (investor.relations@itau-unibanco.com.br).
Site	Contínua	Principal meio de comunicação da área de Relações com Investidores – em português e inglês.
Mídias sociais	Contínua	*Twitter* (www.twitter.com/itau)/*Facebook*(facebook.com/itauunibancori).



Sociedade

Método de Engajamento/ Como atrair engajamento	Frequência	Descrição
Mídia social	Contínua	*Facebook*, *LinkedIn*, *Twitter*, *Medium*, *YouTube* e *Instagram*.
Relações com as comunidades	Periódica	Contamos com um programa para identificar necessidades e oportunidades em regiões onde possuímos grandes centros operacionais e de negócios. Este processo nos possibilita estudar formas de trabalhar em conjunto com os líderes das comunidades locais, sociedade civil organizada e órgãos do governo para apoio e implantação de projetos nestes locais.
Relações com entidades governamentais	Periódica	Mantemos contato com entidades governamentais a fim de colaborar na construção de políticas públicas convergentes aos interesses da organização e da sociedade. A atuação junto aos órgãos públicos é baseada em princípios de ética, transparência, moralidade e legalidade, zelando pela democracia e pelo respeito às leis do país e aos princípios estabelecidos pelo nosso Código de Ética.
Comitês consultivos	Periódica	No ano de 2016, foram formados Comitês Consultivos para os temas de Mobilidade Urbana, Diversidade, Cultura e Saúde. O objetivo é reunir especialistas nos temas para consulta sobre as prioridades de investimento.



Sociedade (imprensa)

Método de Engajamento/ Como atrair engajamento	Frequência	Descrição
Reuniões e *workshops*	Periódica	Realizamos reuniões e workshops para detalhar informações relevantes sobre temas que ajudam a elucidar o funcionamento do sistema financeiro para jornalistas e formadores de opinião, além de suas implicações no mundo globalizado.
Diálogo contínuo	Contínua	Como parte de nosso escopo de atuação para fora do banco, combinamos diálogos contínuos com estratégias de comunicação para receber e proporcionar referências adequadas às demandas da mídia e dos formadores de opinião.
Monitoramento da reputação	IQEM (mensal) RepTrak (trimestral)	Esse processo de monitoramento é contínuo, conduzido por meio do estudo RepTrak® Deep Dive e do IQEM (Índice de Qualidade de Exposição na Mídia) com stakeholders: mídia, principais formadores de opinião e público geral. Para IQEM, nossa medição é feita mensalmente. No RepTrak, para o público geral – com corte para clientes – o resultado de pesquisa é apresentado trimestralmente.

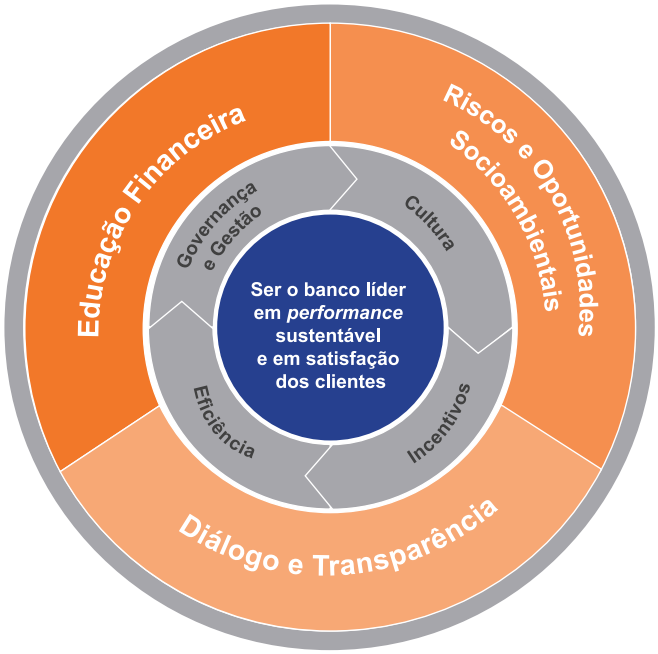
Estratégia de sustentabilidade

GRI 102-44

Nossa estratégia de sustentabilidade foi definida a partir de uma profunda análise sobre nossa visão, Nosso Jeito, políticas corporativas, compromissos e pactos voluntários, pesquisas e encontros com *stakeholders* para compreender as questões materiais.

No ano de 2011, essa análise nos levou a criar o Mapa da Sustentabilidade, que determina três focos estratégicos para nossas atividades: Diálogo e Transparência, Educação Financeira, e Riscos e Oportunidades Socioambientais, viabilizados por quatro frentes de apoio: Governança e Gestão, Eficiência, Incentivos, e Cultura, ou seja, por meio de frentes viabilizadoras bem estruturadas, conseguiremos entregar os três focos estratégicos. Dessa forma, o mapa orienta nossos negócios à medida que eles incorporam valores de sustentabilidade em seus processos de tomada de decisão e acompanhamento de tendências. Depois de nos reunirmos com diversos especialistas e executivos, o Comitê Executivo aprovou nossa estratégia de sustentabilidade.

Nossa estratégia



Para formalizar nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, temos uma Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental. Anualmente, essa política é revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Em 2017, entendemos que o nosso atual posicionamento atingiu a maturidade e iniciamos o processo de revisão da estratégia de sustentabilidade. O momento se torna ainda mais oportuno com a revelação do Nosso Propósito, surgimento de novos temas prioritários, contexto de transformação digital e avanços das agendas de desenvolvimento sustentável.

O processo de revisão de estratégia está divido em três etapas principais: (1) Evolução do Tema, que compreende a análise temporal do conceito de sustentabilidade corporativa no mundo; (2) Diagnóstico Interno, com o objetivo de capturar como a nossa atuação é percebida pelos nossos *stakeholders* e pela alta liderança do banco; e (3) Construção da Estratégia, que consiste no desenvolvimento de um novo posicionamento e modelo estratégico mais conectado ao *core* do negócio e baseado no impacto que queremos gerar. A nova estratégia está prevista para ser finalizada e divulgada em 2018.

Distribuição do valor adicionado

GRI 201-1 | G4-DMA Desempenho Econômico

A "Demonstração do Valor Adicionado" (DVA) é um demonstrativo contábil que tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelos negócios em um período de tempo e a forma como a riqueza gerada foi distribuída entre os diversos setores envolvidos no processo. Por se tratar de uma demonstração contábil exigida pelos reguladores locais, suas informações são extraídas das demonstrações contábeis, tendo como base o princípio da competência. A DVA é calculada a partir da diferença entre o valor financeiro produzido pelos negócios e os bens e serviços produzidos por terceiros, utilizados pelo banco. O nosso valor adicionado, atingiu R$ 67,2 bilhões em 2017. Esse resultado se refere ao valor econômico direto gerado e distribuído por nós, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de colaboradores, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para acionistas e governos.

Valor distribuído	2017	2016[1]	2015[1]
	R$ 67,2 bilhões	R$ 61,6 bilhões	R$ 59,5 bilhões
Esfera	%	%	%
Pessoa	30	32	30
Reinvestimentos de lucros	9	26	34
Impostos, taxas e contribuição	30	29	24
Pagamentos a acionistas	29	11	10
Remuneração de capitais de terceiros	2	2	2

(1) Para fins de comparabilidade, ajustamos os valores publicados nos anos anteriores, considerando o lucro líquido recorrente, apurado segundo as normas estabelecidas pelo Bacen – BRGAAP, e a reclassificação dos efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior para a margem financeira.

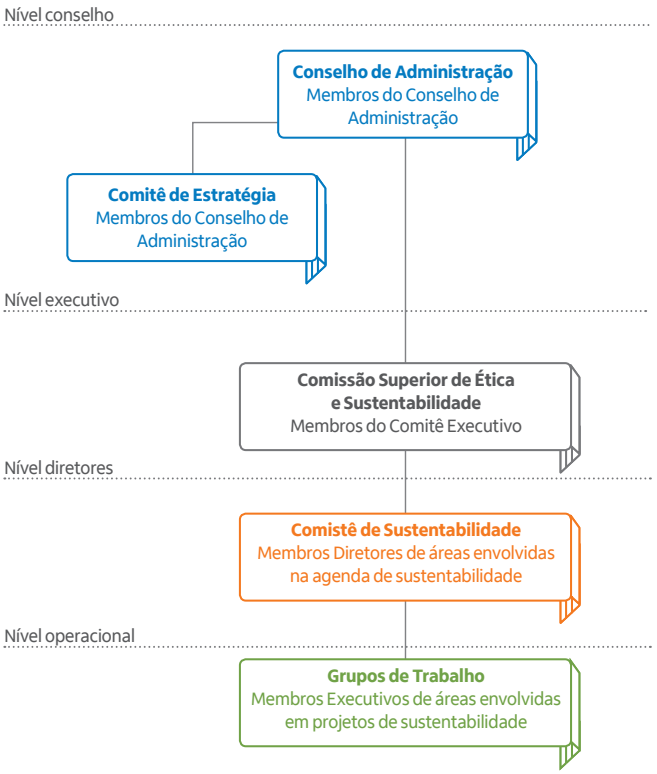
Gestão e governança de sustentabilidade GRI 102-20

Incorporamos a sustentabilidade à estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos nossos negócios, o que possibilita internalizar questões e tendências sociais, ambientais e econômicas nas atividades e nos processos diários, identificar as áreas capazes de tratá-las e acompanhar o desempenho e os indicadores dessas questões periodicamente, garantindo assim que os temas possam evoluir.

Em 2017, estruturamos a governança de acordo com o modelo aprovado no último ano. Com a nova estrutura, foi possível aprimorar e integrar sinergias e áreas que possuem desafios complementares, fortalecendo, assim, a disseminação de tendências globais que podem impactar diretamente sobre as estratégias de negócios do banco. Dessa forma, foi possível direcionar planos de ação tanto de curto quanto de longo prazo que influenciam mudanças relevantes para os *stakeholders*.

Os fóruns da governança de sustentabilidade estão apresentados a seguir.

Estrutura da nossa governança de sustentabilidade GRI 102-18



- **Conselho de Administração:** orienta, acompanha e aprova a estratégia e a política de sustentabilidade frente a nossa visão de longo prazo. Em 2017, o tema Sustentabilidade e nosso progresso em temas prioritários foi debatido em uma reunião que também abordou outros temas, como agenda de relacionamento com investidores responsáveis, avanços e principais desafios dos Índices de Sustentabilidade e das Agências de *ratings*.

- **Comitê de Estratégia:** lidera, no âmbito do Conselho de Administração, as discussões sobre os principais desafios e tendências relacionados à sustentabilidade que possam representar risco de reputação e de impacto socioambiental. Em 2017, os principais temas debatidos foram a evolução da sustentabilidade corporativa, decorrente dos avanços da sociedade, e a revisão da estratégia de sustentabilidade do conglomerado.

- **Comissão Superior de Ética e Sustentabilidade:** composto de membros do Comitê Executivo, tem como objetivo a integração entre as práticas de sustentabilidade e ética, com o intuito de promover a disseminação dos temas na gestão, na cultura organizacional e na estratégia do negócio. Em 2017, esse comitê realizou uma reunião em que foram debatidos temas como: parâmetros do programa de integridade e ética, investimento social privado, principais ações relacionadas às mudanças climáticas, revisão de estratégia de sustentabilidade, planos de ação e desempenho relacionados ao Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, em inglês) e ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), indicadores de *Ombudsman*, entre outros.

- **Comitê de Sustentabilidade:** por meio de uma agenda corporativa, endereça as principais questões de sustentabilidade para a governança do banco e os respectivos grupos de trabalho. Em 2017, esse comitê realizou cinco reuniões, nas quais, os principais temas abordados foram: principais desafios e avanços do DJSI e do ISE; iniciativas que endereçam o tema mudanças climáticas, revisão da governança de Risco Socioambiental, Diversidade, *Due Diligence* de Direitos Humanos, Investimento Responsável e a agenda de mensuração de Impactos e Externalidades. Esse Comitê é composto de representantes de diversas áreas: Jurídico, Pessoas, Ouvidoria, Controles Internos, *Compliance*, Relações Governamentais e Institucionais, Comunicação Corporativa, Relações com Investidores, *Marketing*, Risco de Crédito e Modelagem e Sustentabilidade.

- **Grupos de Trabalho:** criados para sermos mais eficientes na execução da estratégia de sustentabilidade e integrarmos as iniciativas de sustentabilidade às áreas de negócio, esses grupos são responsáveis pela gestão de projetos e demais iniciativas relacionados ao tema. Desde 2015, esses comitês são divididos em: Gestão Interna, Investimento Responsável, Reporte e Educação Financeira. Após revisarmos a governança de sustentabilidade, enxergamos a oportunidade de aproximação com outros grupos de trabalho do banco como diversidade, integridade e ética e as fundações do conglomerado.

Sustentabilidade nos países LATAM

Acreditamos em uma atuação em sustentabilidade integrada aos negócios e buscamos este alinhamento estratégico também em nossas unidades externas. Desde 2015 estabelecemos um modelo de priorização e acompanhamento de iniciativas locais para os países LATAM onde estamos presentes (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai), alinhadas à nossa estratégia. Estabelecemos uma governança estruturada para o tema, que inclui reporte mensal dos países ao Brasil; práticas de compartilhamento de conteúdo e iniciativas locais entre os países, além de um encontro presencial realizado anualmente.

Em 2017, foi realizado o Encontro de Fundações e Sustentabilidade, que este ano foi sediado em Asunción, Paraguai. Equipes dos países LATAM se reuniram para uma agenda que incluiu alinhamento estratégico, planejamento, e palestras sobre tendências em sustentabilidade. A edição 2017 contou com um *workshop* sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conduzido pela Rede Brasileira do Pacto Global, organização da ONU que tem como objetivo mobilizar as empresas para o desenvolvimento sustentável.

Sustentabilidade e governança

Além dos citados anteriormente, outros comitês visam agregar valor e integrar o tema à agenda de negócios do conglomerado.

Comitê de Risco Socioambiental

GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS2)

Composto pelos diretores das áreas de Riscos, Compliance, Jurídico e Sustentabilidade, sendo passível a convocação dos responsáveis pelas demais áreas, conforme os assuntos a serem deliberados neste fórum. A principal competência desse comitê é deliberar sobre entendimentos institucionais relacionados à exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da instituição, além de recomendar papéis e responsabilidades com relação ao gerenciamento desse risco, deliberar sobre situações de não cumprimento das políticas e procedimentos relacionados à gestão do risco socioambiental, e endereçar, aos fóruns competentes, as questões relacionadas ao não cumprimento de procedimentos que tratam do tema.

Comitê Estratégico de Fundações e Institutos

Composto de presidente, vice-presidentes, diretores e superintendentes responsáveis por todas as Fundações e Institutos da Itaú Unibanco Holding, esse comitê tem como responsabilidade:

- Decisões estratégicas sobre o Investimento Social Privado do Itaú Unibanco, bem como gestão de riscos nas Fundações e nos Institutos do Grupo.

Comitê de Integridade e Ética

Composto de diretores das áreas de *Compliance*, Jurídico, Segurança Corporativa, *Marketing*, Relações Institucionais e Governamentais, Recursos Humanos, Compras, Auditoria e *Ombudsman*, entre outras. Em 2017, reuniram-se quadrimestralmente com as principais atribuições:

- Avaliar e decidir sobre temas corporativos que envolvam a ética nos negócios e no ambiente de trabalho;
- Monitorar o cumprimento de políticas e procedimentos relacionados aos temas de integridade e ética;
- Indicar e aprovar melhorias nos processos, em decorrência de regulamentação, riscos identificados, denúncias, entre outros;
- Apresentar *status* das diversas ações relativas ao Programa de Integridade e Ética;
- Apresentar as informações dos canais de manifestação; e
- Deliberar situações de conflito de interesse (quando necessário).

Avaliação e desenvolvimento de produtos e serviços

GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS15)

Com base na Política Corporativa de Avaliação de Produtos, qualquer projeto que modifique ou crie produtos e serviços passa por uma análise rigorosa com foco na gestão de riscos. Isso requer uma integração das áreas de produtos e das unidades que avaliam de forma multidisciplinar os diferentes impactos que possam ocorrer, como Jurídico, Tributário, Segurança Corporativa, Contabilidade, Controles Internos, entre outras. A área de Sustentabilidade integra o time de áreas no fluxo de avaliação. Os comitês de Produtos de Varejo e de Atacado são compostos de seus diretores, que se reúnem periodicamente para debater projetos. Como uma das áreas envolvidas, nossa equipe de Sustentabilidade avalia e sugere ajustes para garantir que os produtos e projetos estejam alinhados aos nossos pilares de atuação: educação financeira, transparência e riscos e oportunidades socioambientais. Em 2017, passaram pela área de Sustentabilidade, 108 projetos que foram avaliados sob esses critérios. Além disso, continuamos aprimorando os estudos para entender como revisar os critérios de avaliação dos projetos para os próximos anos, para continuar levando a visão de Sustentabilidade para os produtos e serviços do banco.

Materialidade

GRI 102-46

Consideramos um tema material como sendo qualquer tema capaz de afetar a criação de valor compartilhado, em curto, médio e longo prazos, pelo ponto de vista da organização e de seus principais *stakeholders*. A determinação de temas materiais é crucial para nortear a nossa tomada de decisões, pois possibilita uma visão mais ampla dos riscos e das oportunidades inerentes ao negócio e conecta as estratégias aos múltiplos interesses externos.

Estamos em processo de revisão da estratégia de sustentabilidade que trará insumos importantes na definição de nossa nova matriz de materialidade com base no processo de consulta descrito no texto de Engajamento com *stakeholders* na página A-353. Esse processo já teve início em 2017 e, em 2018, se encerrará, viabilizando a revisão de nossa matriz.

A matriz atual foi fruto de um processo realizado em 2014, que contemplou aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança. Esse estudo foi desenvolvido por um grupo de trabalho diversificado, composto das áreas de Comunicação Corporativa, Finanças, Relações com Investidores e Sustentabilidade. A metodologia usada para determinar nossos temas materiais consiste em quatro etapas distintas:

(1) Identificação **(2) Priorização** **(3) Validação** **(4) Avaliação**

Na primeira etapa (1), o objetivo principal foi identificar as questões mais relevantes em nossos canais de comunicação e os *stakeholders* mais adequados para iniciar o processo de determinação de materialidade. Definimos aproximadamente 500 questões relevantes para o Itaú, a partir dos nossos principais canais de comunicação e relatórios, listados a seguir. GRI 102-42 | 102-44

Gestão de Pessoas
Pesquisa de clima organizacional e reivindicações sindicais.

Desempenho Financeiro e Operacional
Apresentações de resultados voltadas para investidores: teleconferências, reuniões da APIMEC e relatórios.

Sustentabilidade Empresarial
Estudos setoriais da GRI (GRI G4 – *Financial Services Sector Disclosures*) e SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*) e Questionários do Índice Dow Jones de Sustentabilidade e do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3.

Análise de Cenários de Mercado
Relatórios da Ouvidoria e nossos canais de mídias sociais, reuniões com investidores e análise de materialidade de instituições financeiras nacionais e internacionais consideradas referência em sustentabilidade.

Essa metodologia de consulta indireta aos nossos *stakeholders* para desenvolver nossa matriz de materialidade é responsável somente por identificar as principais questões para os nossos *stakeholders* e não por incorporá-las à gestão. Todas as questões levantadas são tratadas diretamente pela área responsável e pelo canal de origem. Por essa razão, não apresentaremos esses detalhes. GRI 102-44

Determinamos os nossos principais *stakeholders* por meio da nossa Espiral de *Performance* Sustentável e identificamos, por meio de consultas indiretas em nossos preestabelecidos, imparciais e legítimos canais de comunicação, quais foram as questões que eles consideraram mais relevantes. GRI 102-42

Colaboradores Clientes Acionistas Sociedade

Na etapa seguinte (2), as questões foram consolidadas em temas mais abrangentes, aplicando-se uma análise preliminar de materialidade para a gestão e os *stakeholders*. Os temas consolidados foram hierarquizados em uma matriz de priorização, dividida em duas seções: (I) avaliação da influência dos temas para os *stakeholders* e (II) análise da materialidade para a gestão.

No eixo dos *stakeholders*, analisamos o interesse e o poder de influência de cada *stakeholder* para o tema. Atribuímos o mesmo peso na avaliação de cada um dos quatro públicos. Já no eixo de gestão, definimos as questões ou os *drivers* que foram utilizados para avaliar cada tema, todos com o mesmo peso de avaliação, segundo a ótica da gestão do banco, conforme esquema a seguir:

- Qual o impacto desse tema em nossa visão de futuro?
- Qual o impacto econômico-financeiro desse tema para a continuidade dos negócios de forma sustentável?
- Qual o impacto desse tema em nossa imagem e reputação?
- Qual o impacto desse tema nas estratégias de negócios?
- Qual o impacto legal e regulatório desse tema?

Finalmente, no estágio (3), os temas priorizados foram debatidos e validados internamente pelo Comitê de Reporte, um fórum da governança de sustentabilidade dedicado à implementação de melhores práticas de reporte e transparência. Posteriormente, o estudo de materialidade foi enviado ao Comitê de Auditoria, ao Comitê de Divulgação e ao Comitê de Sustentabilidade. O processo de definição de materialidade foi assegurado externamente pela PwC, com base nas diretrizes da norma AA1000. GRI 102-56

Ao longo de 2015, o Comitê de Reporte realizou uma avaliação criteriosa da matriz (4). O tema Risco Socioambiental foi integrado ao tema Gestão de Riscos e de Capital, refletindo mais adequadamente a gestão do banco sobre esses temas e seguindo as diretrizes da Resolução CVM nº 4.327 do Banco Central do Brasil (Bacen).

Em 2017, preparamos nosso reporte seguindo a norma da *GRI Standard*. Entretanto, uma vez que as divulgações do setor referentes a serviços financeiros ainda não sofreram alterações, continuaremos a reportá-las observando o GRI-G4. GRI 102-48 | 102-49

Apresentamos, a seguir, a matriz de materialidade contendo os 22 temas relevantes. Também é possível verificar os indicadores priorizados pela gestão por tema, a relação entre GRI e ODS, juntamente com o tipo de impacto sobre nossos *stakeholders*. GRI 102-47

Temas materiais



Eficiência

GRI 103-1 Eficiência

Eficiência é reduzir custos, aumentar receitas, agilizar processos e ter mais qualidade no atendimento aos nossos clientes. Acreditamos que menos é mais, e que ter a atitude de dono contribui para a sustentabilidade dos negócios.

Assuntos relacionados

- Relação entre custo e receita
- Índice de eficiência operacional
- Controle de despesas de pessoal, administrativas, operacionais e tributárias.

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Variações nas despesas operacionais, por categoria	-	-
-	Índice de Eficiência	-	-
-	Índice de Eficiência Ajustado ao Risco	-	-
Desempenho econômico	GRI 201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	ODS 9: Investimentos em infraestruturas – 9.1	-
		ODS 8: Acesso a serviços financeiros – 8.10 . ODS 9: Desenvolvimento de recursos – 9.5	-

GRI 103-1 Eficiência

Públicos mais afetados



Crédito e inadimplência

GRI 103-1 Crédito e inadimplência

Crédito é uma operação financeira na qual os bancos emprestam recursos ou financiam operações ou aquisições de bens para os seus clientes. Para nós, é usar o dinheiro de forma inteligente. É apoiar o desenvolvimento social e econômico. Acreditamos que o crédito, aliado à educação financeira, promove o uso consciente do dinheiro, minimiza perdas e melhora a qualidade do crédito.

Assuntos relacionados

- Perfil da carteira de crédito
- Apetite de risco
- Margem financeira e insolvência.

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	PDD(1) Saldo/Carteira de crédito	-	-
-	Saldo das operações de crédito de curso anormal/Carteira de crédito	-	-
-	PDD(1) Saldo/Carteira renegociada	-	-
-	Insolvência	-	-
-	Margem financeira líquida	-	-

(1) PDD = Provisão para Devedores Duvidosos.

GRI 103-1 Crédito e inadimplência

Públicos mais afetados



Diversificação de receitas

GRI 103-1 Diversificação de receitas

Para nós, diversificar receitas é garantir a perenidade dos negócios, por meio das receitas não decorrentes de juros. É tornar o nosso resultado menos dependente das variações de taxas e mais alinhado às necessidades dos nossos clientes

Assuntos relacionados

- Diversificação e foco na oferta de serviços
- Receita da prestação de serviços e resultado das operações de seguros

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Composição da receita da prestação de serviços	-	-

GRI 103-1 Diversificação de receitas

Públicos mais afetados



Satisfação dos clientes

GRI 103-1 Satisfação dos clientes

Nosso objetivo é ser o banco líder em desempenho sustentável e em satisfação dos clientes. E, para nós, a satisfação dos clientes e os resultados financeiros são dois objetivos indissociáveis. Executar os serviços bancários esperados e atender as expectativas dos nossos clientes são desafios que impulsionam nossas equipes.

Assuntos relacionados

- • Satisfação dos clientes
- Tratamento de queixas e reclamações
- Resolução de casos críticos.

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Índice de satisfação dos clientes	-	-
-	Reclamações registradas nas agências reguladoras	-	-
-	Número de casos registrados na Ouvidoria e % resolvida na fase inicial	-	-
-	GRI 102-43: Abordagem para o engajamento das partes interessadas	**ODS 16:** Transparência na relação com *stakeholders* – 16.6	-

GRI 103-1 Satisfação dos clientes

Públicos mais afetados



Ética e transparência

GRI 103-1 Ética e transparência

A ética está presente nos nossos negócios e se traduz na transparência, respeito e honestidade no relacionamento com nossos públicos, na qualidade dos nossos serviços e produtos e na preocupação com o desempenho financeiro e a responsabilidade social e ambiental. Ela também se expressa nos relacionamentos internos, nos quais cultivamos ambientes que propiciam a realização de um trabalho de qualidade, relevante para quem o executa, para a instituição e para a sociedade.

Assuntos relacionados

- Políticas de cultura, valores e conduta
- Ética nos negócios e transparência na comunicação
- Apresentação de relatórios para o mercado

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Número de reclamações relacionadas com o código de ética	-	-
-	Número total de casos de discriminação	-	-
-	Número de ações judiciais movidas por concorrência desleal	-	-
-	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de *marketing*	-	-
-	GRI 102-16 Descreve os valores, os princípios, os padrões e as normas de comportamento da organização	**ODS 5:** Ética e transparência para Igualdade de gênero – 5.1, 5.2 **ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5 **ODS 16:** Mecanismos de queixas – 16.5, 16.6 e 16.10	10
-	GRI 102-17 Mecanismos para solicitar orientações e comunicar preocupações relativas à ética	**ODS 5:** Ética e transparência para igualdade de gênero – 5.1, 5.2 **ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5 **ODS 16:** Mecanismos de queixas – 16.5, 16.6 e 16.10	10
-	GRI 102-43 Abordagem para o engajamento das partes interessadas	**ODS 12:** Sustentabilidade nos reportes e na relação com *stakeholders* – 12.6 **ODS 16:** Transparência na relação com *stakeholders* – 16.6	
Comportamento Anticompetitivo	GRI 206-1 Ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	**ODS 16:** Conformidade com leis e regulamentos – 16.6	
-	GRI 103-2 Ética e transparência: abordagem de gestão e seus componentes	**ODS 16:** Mecanismos de queixas – 16.6 e 16.10	1
-	GRI 102-12 Iniciativas externas (p. ex.: pactos, princípios e compromissos)	**ODS 17:** Iniciativas externas –17.16 **ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.17	-
-	GRI 102-13 Participação em associações Parcerias (p. ex.: Instituto Ethos)	**ODS 10:** Associações e parcerias – 10.6 **ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.16, 17.17	-

GRI 103-1 Ética e transparência

Públicos mais afetados



Governança corporativa

GRI 103-1 Governança corporativa

A adoção de boas práticas de governança corporativa agrega valor a uma empresa, facilita seu acesso ao capital e contribui para a sua longevidade. Portanto, adotamos práticas de governança corporativa que estão alinhadas com as melhores práticas em vigor nos mercados brasileiro e internacional. Buscamos a evolução constante de nossas políticas e mecanismos de gestão a fim de garantir a excelência em nossas práticas e o crescimento sustentável de nossa empresa.

Assuntos relacionados

- Composição e mandato do Conselho de Administração
- Responsabilidades do Conselho de Administração e comitês permanentes
- Controle da empresa e do direito de votar dos acionistas

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Participação em índices de governança corporativa	-	-

GRI 103-1 Governança corporativa

Públicos mais afetados



Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Número de colaboradores realocados	-	-
-	Valor investido em treinamento	-	-
-	Taxa de retenção dos programas de talentos	-	-
Emprego	GRI 401-1 Número total e taxas de novas contratações de colaboradores e rotatividade de colaboradores por faixa etária, gênero e região	**ODS 5:** Igualdade de gênero – 5.1 **ODS 5:** Mulheres na liderança – 5.5 **ODS 8:** Emprego para jovens – 8.5 **ODS 8:** Emprego para jovens – 8.5 e 8.6 **ODS 8:** Inclusão social e práticas de acessibilidade (p. ex.: Menor Aprendiz e PCD) – 8.b **ODS 10:** Diversidade e igualdade – 10.4	6
Treinamento e educação	GRI 404-1 Média de horas de treinamento por ano, por colaborador, por gênero e por categoria	**ODS 1:** Inclusão social (p. ex.: Menor Aprendiz) – 1.1 **ODS 4:** Treinamento e educação – 4.3, 4.4 e 4.5 **ODS 5:** Igualdade de gênero – 5.1 **ODS 8:** Treinamento e educação de colaboradores – 8.5 **ODS 10:** Diversidade e igualdade – 10.4	6
	GRI 404-2 Programas para aperfeiçoar as habilidades de colaboradores e programas de apoio à transição	**ODS 1:** Inclusão social (p. ex.: Menor Aprendiz) – 1.1 **ODS 4:** Treinamento e educação – 4.3, 4.4 **ODS 8:** Treinamento e educação de colaboradores – 8.5 **ODS 8:** Inclusão social e práticas de acessibilidade (p. ex.: Menor Aprendiz e PCD) – 8.b	-

GRI 103-1 Atração, retenção e desenvolvimento

Públicos mais afetados



Atração, retenção e desenvolvimento

GRI 103-1 Atração, retenção e desenvolvimento

Somos feitos por pessoas e para garantir a perenidade de nossos negócios, precisamos de líderes prontos para os desafios futuros. A atração, formação e desenvolvimento de talentos vêm se tornando um dos nossos principais avanços.

Assuntos relacionados

- Atração e retenção de talentos
- Rotatividade dos colaboradores
- Treinamento e desenvolvimento
- Formação de lideranças

Antecipação de cenários

GRI 103-1 Antecipação de cenários

Em um mundo no qual as condições e os riscos têm sido incomuns, principalmente após a crise financeira global de 2008, a capacidade de prever e antecipar cenários se torna essencial para alcançarmos nossos propósitos.

Assuntos relacionados

- Capacidade de interpretar a economia
- Estratégia de posicionamento diante dos principais indicadores (inflação, taxas de juros, taxa de câmbio, desemprego)

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	-	-	-

GRI 103-1 Antecipação de cenários

Públicos mais afetados



Segurança da informação

GRI 103-1 Segurança da informação

Informação é a sustentação de toda a operação bancária. Assim, temos o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes em quaisquer operações. Somos orientados pela nossa Política Corporativa de Segurança da Informação, cujo objetivo é garantir a aplicação dos princípios e diretrizes de proteção das informações e da propriedade intelectual da organização, clientes e público em geral.

Assuntos relacionados

- Política de segurança da informação
- Privacidade dos dados do cliente

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes – confidencial	-	-
Privacidade do cliente	GRI 418-1 Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	**ODS 16:** Conformidade com leis e regulamentos/ Proteção da privacidade – 16.10, 16.6	1

GRI 103-1 Segurança da informação

Públicos mais afetados



Gestão de riscos e de capital

GRI 103-1 Gestão de riscos e de capital

Consideramos a gestão de riscos um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a maximizar a criação de valores para os acionistas.

Assuntos relacionados

- Gestão e governança de riscos
- Gestão de capital (incluindo dívidas)
- Adequação e Basileia III
- Gestão e avaliação de riscos segundo critérios socioambientais
- Impactos socioambientais associados com crédito, investimentos e seguros
- Política socioambiental e políticas de direitos humanos

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	*Value at Risk* (VaR)/ Patrimônio líquido	-	-
	Índice da Basileia	-	-
-	Índice da Basileia III	-	-
-	Projetos da modalidade *Corporate Finance* contratados segundo os critérios da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)	-	-
-	Projetos segundo os Princípios do Equador contratados segundo os critérios da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)	-	-
Desempenho econômico	GRI 201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas	**ODS 13:** Riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas – 13.1, 13.2	7
	GRI 201-4 Assistência financeira recebida do governo	-	-

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
Portfólio de produtos	GRI G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS1): Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios	**ODS 2:** Iniciativas de inclusão social (p. ex.: crédito rural) – 2.3 **ODS 3:** Produtos e serviços de saúde – 3.8 **ODS 8:** Ecoeficiência e gestão socioambiental – 8.7 **ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5 **ODS 16:** Gestão socioambiental – 16.2, 16.4	1 | 6 | 7(1)
	GRI G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS2): Procedimentos para avaliação e classificação de riscos socioambientais nas linhas de negócios	**ODS 3:** Produtos e serviços de saúde – 3.8 **ODS 8:** Ecoeficiência e gestão socioambiental – 8.7 **ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5 **ODS 11:** Atuação em desastres naturais e catástrofes – 11.5 **ODS 16:** Gestão socioambiental – 16.2, 16.4	2 | 4 | 5 | 10(1)
	GRI G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS3): Processos para o monitoramento da implantação por parte do cliente do cumprimento de exigências socioambientais incluídas em contratos ou transações	**ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5	1 | 2 | 4 | 5 | 7 | 8(1)
	GRI G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS4): Processo(s) para melhorar a competência do pessoal na implantação de políticas e procedimentos socioambientais aplicados às linhas de negócios	**ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5	1 | 4 | 5 | 7 | 8 | 9(1)
	GRI G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS5): Interações com clientes/investidores/parceiros comerciais em relação a riscos e oportunidades socioambientais.	**ODS 8:** Ecoeficiência e gestão socioambiental – 8.4, 8.7 **ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5 **ODS 16:** Gestão socioambiental – 16.2, 16.4	8(1)
	GRI G4 Portfólio de produtos (antigo FS6): Porcentagem da carteira de linhas de negócios por região específica, por porte (p. ex. micro/pequena e média/grande) e por setor	**ODS 1:** Acesso a serviços financeiros – 1.4 **ODS 8:** Acesso a serviços financeiros – 8.3, 8.10 **ODS 9:** Acesso a serviços financeiros – 9.3 **ODS 10:** Acesso a serviços financeiros –10.1, 10.2, 10.3	-
Auditoria	GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9): Escopo e frequência das auditorias para avaliar a implantação de políticas socioambientais e procedimentos de avaliação de riscos	**ODS 8:** Ecoeficiência e gestão socioambiental – 8.7 **ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5 **ODS 16:** Gestão socioambiental – 16.2, 16.4	2 | 4 | 5 | 7 | 8(1)
Controle acionário ativo	GRI G4 Controle acionário ativo (antigo FS10): Percentual e número de empresas na carteira da instituição com as quais a organização interagiu em questões sociais ou ambientais	**ODS 8:** Ecoeficiência e gestão socioambiental – 8.4 **ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5	2 | 4 | 5 | 8 | 9(1)
	GRI G4 Propriedade ativa (antigo FS11): Percentual de ativos sujeitos a avaliação social ou ambiental, positiva e negativa	**ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5	1 | 2 | 7 | 8 | 9(1)
	GRI G4-DMA Propriedade ativa (antigo FS12): Política(s) de voto aplicada(s) a questões sociais ou ambientais para participações nas quais a organização tem direito a ações com voto ou aconselhamento na votação	-	1 | 7 | 8 | 9 | 10(1)
-	Princípios do Equador	ODS 15: Vida sobre a Terra – 15.1	-

(1) Conduzimos nossa própria avaliação para definir os princípios do Pacto Global que se relacionam com os indicadores setoriais.

GRI 103-1 Gestão de riscos e de capital

Públicos mais afetados



Atuação internacional

GRI 103-1 Atuação internacional

Contamos com um amplo leque de operações no exterior e construímos nossa presença internacional com base em unidades estrategicamente localizadas nas Américas, na Europa e na Ásia. A América Latina é nossa prioridade na expansão internacional devido à proximidade geográfica e cultural de seus países com o Brasil. Nosso objetivo é sermos reconhecidos como o "banco da América Latina", uma referência na região, para todos os serviços financeiros prestados a pessoas físicas e jurídicas.

Assuntos relacionados

- Oportunidades em novos mercados
- Estratégia de internacionalização
- Evolução da carteira no exterior

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Volume de empréstimos no exterior	-	-
-	Carteira de crédito e participação no mercado latino-americano	-	-

GRI 103-1 Atuação internacional

Públicos mais afetados



Marca e reputação

GRI 103-1 Marca e reputação

O propósito da nossa marca é promover mudanças positivas na vida das pessoas e da sociedade. Ela está associada à qualidade e à confiabilidade, e nos ajuda a manter uma rotatividade baixa de clientes.

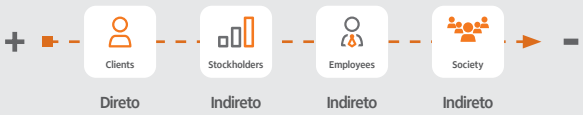
Assuntos relacionados

- Posicionamento da marca
- Reputação e exposição na mídia
- Índice de reputação e valor da marca

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Valor da Marca	-	-
-	Exposição positiva na mídia	-	-
-	GRI 417-3 Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de *marketing*, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado	**ODS 16:** Conformidade com leis e regulamentos – 16.6	-
-	GRI 102-43 Abordagem para o engajamento das partes interessadas	**ODS 12:** Sustentabilidade nos reportes e na relação com *stakeholders* – 12.6	-

GRI 103-1 Marca e reputação

Públicos mais afetados



Tecnologia da informação

GRI 103-1 Tecnologia da informação

Alinhados com a nossa estratégia de aumentar a eficiência em nossos negócios, investimos em inovações que oferecem maior conveniência e mobilidade para os nossos clientes.

Assuntos relacionados

- Investimento em tecnologia
- Uso de canais eletrônicos
- Acessibilidade e inclusão digital

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Percentual de transações digitais *versus* Canais tradicionais	**ODS 1:** Acesso a serviços financeiros – 1.4 **ODS 9:** Prover o acesso digital a serviços financeiros – 9.c	-

GRI 103-1 Tecnologia da informação

Públicos mais afetados



Remuneração e incentivos

GRI 103-1 Remuneração e incentivos

O objetivo da remuneração é reconhecer a competência e senioridade de um profissional. Nossas políticas de remuneração estão alinhadas às práticas de mercado e às nossas estratégias de remuneração. Disponibilizamos também de benefícios e incentivos de acordo com os quais nossos colaboradores e administradores podem receber a opção de sócios.

Assuntos relacionados

- Programas de avaliação de desempenho
- Remuneração variável
- Incentivos de longo prazo

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Percentual de colaboradores que recebem análises de desempenho	-	-
-	Valor total gasto em remuneração fixa, encargos sociais e salários	-	-
-	Valor total das contribuições feitas para os planos de pensão dos colaboradores	-	-
Treinamento e educação	GRI 404-3 Percentual de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional	**ODS 5:** Igualdade de gênero – 5.1 **ODS 10:** Diversidade e igualdade – 10.4	-
		ODS 8: Treinamento e educação de colaboradores – 8.5	6

GRI 103-1 Remuneração e incentivos

Públicos mais afetados



Combate à corrupção e a atividades ilícitas

GRI 103-1 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

Nossa Política Corporativa de Prevenção à Corrupção tem o objetivo de reforçar o nosso compromisso de cooperar com iniciativas de prevenção e combate à corrupção e, ainda, de estabelecer orientações para a concepção, efetivação e melhoria contínua dos programas de treinamento e desenvolvimento, canais de denúncia e campanhas de conscientização.

Assuntos relacionados

- Política de prevenção à corrupção e lavagem de dinheiro
- Combate à corrupção
- Monitoramento de atividades criminosas
- Treinamento de colaboradores sobre o tema

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Percentual de colaboradores que receberam treinamento em políticas e procedimentos anticorrupção	-	-
Anticorrupção	GRI 205-2 Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	**ODS 16:** Anticorrupção – 16.5	10
-	GRI 102-12 Iniciativas externas (p. ex.: pactos, princípios e compromissos)	**ODS 17:** Iniciativas externas – 17.16 **ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.17	-
-	GRI 102-13 Participação em associações Parcerias (p. ex.: Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção)	**ODS 10:** Participação em associações – 10.3 **ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.16, 17.17	-

GRI 103-1 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

Públicos mais afetados



Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos

GRI 103-1 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos

Nosso relacionamento com nossos fornecedores é pautado pela transparência, perenidade e construção de valor compartilhado. Esta parceria é constituída por meio de um processo de contratação formal, cujo objetivo é minimizar os possíveis impactos financeiros, reputacionais, operacionais e legais durante a prestação do serviço ou após o termino do contrato.

Assuntos relacionados

- Gestão de fornecedores
- Apoio aos fornecedores locais
- Promoção de práticas sustentáveis na cadeia de fornecimento

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Percentual de fornecedores locais contratados	-	-
Práticas de compra	GRI 204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	**ODS 5:** Inclusão econômica – 5.1 **ODS 8:** Inclusão econômica – 8.3 **ODS 10:** Diversidade e igualdade – 10.4 **ODS 12:** Prática de compra – 12.7	-
Avaliação ambiental de fornecedores	GRI 308-1 Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	-	8
	GRI 308-2 Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecimento e medidas tomadas a esse respeito	-	8
Avaliação social dos fornecedores	GRI 414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	**ODS 5:** Violência e assédio no ambiente de trabalho – 5.2 **ODS 8:** Prática de trabalho na cadeia de fornecimento – 8.8 **ODS 8:** Ecoeficiência e gestão socioambiental – 8.4, 8.7 **ODS 16:** Violência e assédio no ambiente de trabalho – 16.1	2
	GRI 414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas tomadas a esse respeito	**ODS 5:** Violência e assédio no ambiente de trabalho – 5.2 **ODS 8:** Ecoeficiência e gestão socioambiental – 8.4 **ODS 8:** Prática de trabalho na cadeia de fornecimento – 8.8 **ODS 16:** Violência e assédio no ambiente de trabalho – 16.1	2
-	Contratação de novos fornecedores visando ao desenvolvimento das regiões onde atuamos	ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura – 9.3	-
-	GRI 102-43 Abordagem para o engajamento das partes interessadas	ODS 16: Transparência na relação com *stakeholders* – 16.6	-

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	GRI 102-12 Iniciativas externas (p. ex.: pactos, princípios e compromissos)	**ODS 17:** Iniciativas externas – 17.16 **ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.17	-
-	GRI 102-13 Participação em associações Parcerias (p. ex.: *Integrare*)	**ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.16, 17.17	-

GRI 103-1 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos

Públicos mais afetados



Educação e inclusão financeira

GRI 103-1 Educação e inclusão financeira

Uma forma de contribuirmos para o desenvolvimento da sociedade é entender as necessidades das pessoas para oferecer conhecimentos e soluções financeiras adequadas para que tenham uma relação mais saudável com o dinheiro.

Assuntos relacionados

- Programas de educação financeira
- Fornecimento de produtos e serviços para a população com pouco acesso a serviços financeiros

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Número de colaboradores que receberam treinamento em educação financeira	-	-
-	Impacto dos programas de educação financeira nos colaboradores	-	-
-	Número de clientes impactados por treinamentos em educação financeira	-	-
-	Impacto dos programas de educação financeira nos clientes	-	-
-	Valor total financiado em operações de microcrédito	-	-
Comunidades locais	GRI G4 FS13 Pontos de acesso em áreas pouco populosas ou em desvantagem econômica por tipo	**ODS 1:** Acesso a serviços financeiros – 1.4 **ODS 8:** Acesso a serviços financeiros – 8.10 **ODS 9:** Acesso a serviços financeiros – 9.3 **ODS 10:** Acesso a serviços financeiros – 10.1, 10.2, 10.3	-
Local communities	GRI G4 FS14 Iniciativas para melhorar o acesso aos serviços financeiros de pessoas com deficiências	**ODS 1:** Acesso a serviços financeiros – 1.4 **ODS 8:** Acesso a serviços financeiros – 8.3, 8.10 **ODS 10:** Acesso a serviços financeiros – 10.1, 10.2, 10.3 **ODS 17:** Políticas para o desenvolvimento sustentável – 17.14	1
Rotulagem de produtos e serviços	GRI G4 FS15 Políticas para o bom desenvolvimento e para a venda de produtos e serviços financeiros	**ODS 10:** Financiamento responsável – 10.5	-
	GRI G4 FS16 Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário	**ODS 1:** Acesso a serviços financeiros – 1.4 **ODS 4:** Conhecimentos para estilo de vida sustentável – 4.7 **ODS 8:** Acesso a serviços financeiros – 8.3, 8.10 **ODS 10:** Acesso a serviços financeiros – 10.1, 10.2, 10.3 **ODS 12:** Conhecimentos para estilo de vida sustentável – 12.8	-
-	Programa Itaú Mulher Empreendedora; Microcrédito Itaú	**ODS 1:** Acesso a serviços financeiros – 1.4 **ODS 4:** Treinamento e educação: 4.4 **ODS 5:** Acesso a serviços financeiros – 5.a, 5.b **ODS 8:** Acesso a serviços financeiros – 8.3, 8.10 **ODS 9:** Indústria, inovação e infraestrutura – 9.3 **ODS 10:** Acesso a serviços financeiros – 10.1, 10.2, 10.3	-
-	Uso Consciente do Dinheiro – programa de voluntariado, campanhas e *site*; avaliação do processo, produtos e serviços do banco focados na gestão de riscos; critérios socioambientais para a análise de crédito; transparência na comunicação com o cliente	**ODS 12:** Prática de compra – 12.8	-
-	GRI 102-12 Iniciativas externas (p. ex.: pactos, princípios e compromissos)	**ODS 17:** Iniciativas externas – 17.16 **ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.17	-
-	GRI 102-13 Participação em associações Parcerias (p. ex.: *Integrare*)	**ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.16, 17.17	-
-	GRI 102-43 Abordagem para o engajamento das partes interessadas Parcerias (p. ex.: Akatu, ENEF)	**ODS 5:** Empoderamento feminino – 5.a, 5.c **ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.16, 17.17	

GRI 103-1 Educação e inclusão financeira

Públicos mais afetados



Inovação

GRI 103-1 Inovação

Inovamos para gerar impacto positivo e direto na vida de pessoas. Para nós, inovar é buscar novas soluções para problemas antigos, realizar experimentos para problemas novos e rever conceitos.

Assuntos relacionados

- Incorporação de novas tendências
- Novas oportunidades sociais e ambientais e oportunidades de negócios

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Valor monetário de produtos e serviços com benefícios socioambientais	-	-
-	Valor financeiro alocado para fundos sociais e ambientais	-	-
-	GRI 201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	**ODS 9:** Investimentos em infraestruturas – 9.2	-

GRI 103-1 Inovação

Públicos mais afetados



Cidadania corporativa

GRI 103-1 Cidadania corporativa

Nosso objetivo é o de usar a mesma qualidade e eficiência que aplicamos em nossos negócios para desenvolver projetos, tecnologias, e ferramentas que estimulem as pessoas a obter mais conhecimento e senso crítico para que possamos fazer melhores escolhas

Assuntos relacionados

- Geração de um legado cultural e social
- Incentivo para educação
- Investimentos na comunidade
- Doações e contribuições para políticas públicas

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Valor total alocado para projetos incentivados e não incentivados	-	-
-	Valor total das contribuições para políticos de partidos políticos	-	-
Políticas públicas	GRI 415-1 Valor total de contribuições políticas pelo país e destinatário/ beneficiário	**ODS 16:** Anticorrupção – 16.5	10
Portfólio de produtos	GRI G4 FS7 Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício social específico para cada linha de negócios, separados por finalidade	**ODS 1:** Acesso a serviços financeiros – 1.4 **ODS 8:** Acesso a serviços financeiros – 8.3, 8.10 **ODS 9:** Acesso a serviços financeiros – 9.3 **ODS 10:** Acesso a serviços financeiros – 10.2, 10.3	-
	GRI G4 FS8 Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício ambiental específico para cada linha de negócios, separados por finalidade	-	7 | 8 | 9(1)
-	Instituto Itaú Cultural	**ODS 11:** Incentivo à cultura e preservação de patrimônios culturais – 11.4	-
-	Fundação Itaú Social; Instituto Unibanco e iniciativas de educação do Itaú BBA	**ODS 4:** Treinamento e Educação – 4.1, 4.5, 4.6	-
-	GRI 201-1 Mobilidade urbana	**ODS 11:** Mobilidade urbana – 11.2	-
-	GRI G4 FS16 Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário	**ODS 4:** Conhecimentos para estilo de vida sustentável – 4.7	-
-	GRI 102-12 Iniciativas externas (p. ex.: pactos, princípios e compromissos)	**ODS 1:** Parcerias e relações governamentais – 1.b **ODS 17:** Políticas para o desenvolvimento sustentável – 17.14 **ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.17	-
-	GRI 102-13 Participação em associações Parcerias (p. ex.: governo)	**ODS 1:** Parcerias e relações governamentais – 1.b **ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.16, 17.17	-
Impactos Econômicos Indiretos	GRI 203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	-	-

(1) Conduzimos nossa própria avaliação para definir os princípios do Pacto Global que se relacionam com os indicadores setoriais.

GRI 103-1 Cidadania corporativa

Públicos mais afetados



Ecoeficiência e gestão ambiental



GRI 103-1 Ecoeficiência e gestão ambiental

Mantemos o foco constante na gestão e na utilização racional dos recursos naturais, estratégia que permite diminuir o impacto ambiental e de nossas operações e aumentar nossa eficiência operacional. Todas as iniciativas que desenvolvemos em relação à ecoeficiência têm base em quatro pilares: custo de implantação, disponibilidade no mercado, desempenho técnico do sistema e ganhos em eficiência.

Assuntos relacionados

- Gestão ambiental
- Água, energia, emissões e consumo de materiais
- Compromissos públicos relativos às mudanças climáticas

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental	-	-
-	Consumo de papel	-	-
-	Consumo de energia dentro da organização	-	-
-	Total de água retirada por fonte	-	-
-	Total de emissões de gases de efeito estufa	-	-
-	Total de resíduos, por tipo e método de descarte	-	-
Material	GRI 301-1 Materiais usados, discriminados por peso ou volume	**ODS 8:** Eficiência dos materiais – 8.4 **ODS 12:** Eficiência dos materiais/ Reciclagem – 12.2 **ODS 12:** Ecoeficiência – 12.5 **ODS 12:** Ecoeficiência e compensação de emissões – 12.4	7 | 8
Energia	GRI 302-1 Consumo de energia dentro da organização	**ODS 7:** Eficiência energética – 7.a, 7.3, 7.2 **ODS 8:** Eficiência energética – 8.4 **ODS 12:** Eficiência energética – 12.2 **ODS 13:** Eficiência energética – 13.1	7 | 8
Energia	GRI 302-4 Redução do consumo de energia	**ODS 6:** Retiradas sustentáveis de água – 6.4 **ODS 6:** Gestão de recursos hídricos – 6.5 **ODS 7:** Eficiência energética – 7.a, 7.3, 7.2 **ODS 8:** Eficiência energética – 8.4 **ODS 12:** Eficiência energética – 12.2 **ODS 13:** Eficiência Energética – 13.1	8 | 9
Água	GRI 303-1: Total de água retirada por fonte	**ODS 6:** Retiradas sustentáveis de água – 6.4 **ODS 6:** Gestão de recursos hídricos – 6.5 **ODS 7:** Eficiência energética – 7.2 **ODS 12:** Eficiência dos materiais/ Reciclagem – 12.2	7 | 8
Água	GRI 303-3 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	**ODS 6:** Eficiência hídrica – 6.3 **ODS 6:** Reciclagem e reúso de água – 6.4 **ODS 7:** Eficiência energética – 7.2 **ODS 8:** Eficiência hídrica – 8.4 **ODS 12:** Eficiência hídrica – 12.2	8
Emissões	GRI 305-1 Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)	**ODS 3:** Qualidade do ar – 3.9 **ODS 12:** Ecoeficiência e compensação de emissões – 12.4 **ODS 13:** Emissões de GEE – 13.1 **ODS 14:** Acidificação dos oceanos – 14.3 **ODS 15:** Vida sobre a Terra – 15.1 **ODS 15:** Degradação das florestas – 15.2	7 | 8
Emissões	GRI 305-2 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)	**ODS 3:** Qualidade do ar – 3.9 **ODS 12:** Ecoeficiência e compensação de emissões – 12.4 **ODS 13:** Emissões de GEE – 13.1 **ODS 14:** Acidificação dos oceanos – 14.3 **ODS 15:** Vida sobre a Terra – 15.1 **ODS 15:** Degradação das florestas – 15.2	7 | 8
Emissões	GRI 305-3 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)	**ODS 3:** Qualidade do ar – 3.9 **ODS 12:** Ecoeficiência e compensação de emissões – 12.4 **ODS 13:** Emissões de GEE – 13.1 **ODS 14:** Acidificação dos oceanos – 14.3 **ODS 15:** Vida sobre a Terra – 15.1 **ODS 15:** Degradação das florestas – 15.2	7 | 8
Emissões	GRI 305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	**ODS 9:** Infraestrutura para ecoeficiência – 9.4 **ODS 12:** Ecoeficiência e compensação de emissões – 12.4 **ODS 13:** GHG Emissões – 13.1 **ODS 14:** Acidificação dos oceanos – 14.3 **ODS 15:** Vida sobre a Terra – 15.1, 15.2 **ODS 15:** Degradação das florestas – 15.2	8 | 9
Efluentes e resíduos	GRI 306-2 Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de descarte	**ODS 3:** Qualidade do ar – 3.9 **ODS 6:** Resíduos – 6.3 **ODS 12:** Ecoeficiência e compensação de emissões – 12.4 **ODS 12:** Ecoeficiência – 12.5 **ODS 12:** Eficiência dos materiais/Reciclagem – 12.2	8
-	Certificado LEED NC obtido para o Centro Tecnológico de Mogi Mirim	ODS 9: Indústria, inovação e infraestrutura – 9.4	-
-	Programa Ecomudança; Sistema de Compartilhamento de Bicicletas; Medidas de Ecoeficiência	ODS 11: Cidade e comunidades sustentáveis – 11.a	-
-	GRI 102-12 E Iniciativas externas (p. ex.: pactos, princípios e compromissos))	ODS 15: Gestão socioambiental – 15.7 ODS 17: Iniciativas externas – 17.16 ODS 17: Parcerias em prol das metas – 17.17	-
-	GRI 102-13 Participação em associações Parcerias (p. ex.: edital com Natura)	ODS 17: Parcerias em prol das metas – 17.16, 17.17	-
Conformidade	GRI 307-1 Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	-	-

GRI 103-1 Ecoeficiência e gestão ambiental

Públicos mais afetados



Diversidade, equidade e inclusão

GRI 103-1 Diversidade, equidade e inclusão

O tema diversidade é reconhecido e valorizado em nossa cultura. A gestão é realizada pela Área de Pessoas e direcionada pela Política Interna de Valorização da Diversidade. A nossa gestão do tema é norteada por três princípios básicos: justa competitividade diante das diferenças; heterogeneidade dentro da organização; e implantação de políticas e projetos de valorização e promoção da diversidade.

Assuntos relacionados

- Igualdade de gênero e raça
- Respeito pela diversidade
- Combate à discriminação e ao assédio

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Percentual de negros, mulheres, pessoas com deficiência e aprendizes	-	-
-	Proporção de salário entre homens e mulheres	-	-
-	Número total de casos de discriminação	-	-
-	GRI 102-8 Informações sobre colaboradores e outros trabalhadores	-	6
Emprego	GRI 401-2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização	**ODS 8:** Rendimentos, salários e benefícios – 8.5	-
Diversidade e igualdade de oportunidades	GRI 405-1 Diversidade dos órgãos de governança e colaboradores	**ODS 5:** Igualdade de gênero – 5.1 **ODS 5:** Mulheres na liderança – 5.5 **ODS 8:** Diversidade e igualdade de oportunidade – 8.5 **ODS 10:** Diversidade e igualdade – 10.4	6
	GRI 405-2 Proporção do salário-base e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	**ODS 5:** Remuneração igual para homens e mulheres – 5.1 **ODS 8:** Remuneração igual para homens e mulheres – 8.5 **ODS 10:** Remuneração igual para homens e mulheres – 10.2, 10.3 **ODS 10:** Diversidade e igualdade – 10.4	6
Não discriminação	GRI 406-1 Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	**ODS 5:** Não discriminação – 5.1 **ODS 5:** Violência e assédio no ambiente de trabalho – 5.2 **ODS 5:** Mulheres na liderança – 5.5 **ODS 8:** Remuneração igual para homens e mulheres – 8.8 **ODS 10:** Diversidade e igualdade – 10.4 **ODS 16:** Não discriminação – 16.6	6
-	GRI 102-12 Iniciativas externas (p. ex.: pactos, princípios e compromissos)	**ODS 17:** Iniciativas externas – 17.16 **ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.17	
-	GRI 102-13 Participação em associações Parcerias (p. ex.: Global Banking Alliance for Women)	**ODS 17:** Parcerias em prol das metas – 17.16, 17.17	

GRI 103-1 Diversidade, equidade e inclusão

Públicos mais afetados



Saúde, segurança no trabalho e bem-estar

GRI 103-1 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar

Por intermédio de indicadores e normas internas fazemos a gestão dos diversos programas relativos à Saúde e Segurança do Trabalho. Já as nossas ações e programas focados em educação para a saúde visam prevenir doenças e aconselhar a incorporação de um estilo de vida saudável e equilibrado.

Assuntos relacionados

- Satisfação dos colaboradores
- Saúde e práticas de segurança
- Direitos no trabalho, greves e paradas

Tópicos do GRI	Iniciativas e indicadores relacionados	ODS	Pacto Global
-	Índice de satisfação dos colaboradores	-	-
-	Taxa de lesões	-	-
-	Taxa de dias perdidos	-	-
-	Taxa de doenças ocupacionais	-	-
-	Taxa de absenteísmo	-	-
-	GRI 102-41 Relato do percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	-	3
Saúde e segurança no trabalho	GRI 403-1 Percentual da força de trabalho total representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos de colaboradores de diferentes níveis hierárquicos	ODS 8: Saúde e segurança ocupacional – 8.8	-
	GRI 403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número total de óbitos relacionados ao trabalhodiscriminados por região e gênero	ODS 3: Saúde e segurança ocupacional – 3.4 ODS 8: Saúde e segurança ocupacional – 8.8	-
	GRI 403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	-	-
-	GRI 103-2 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar: Abordagem de gestão e seus componentes	ODS 16: Mecanismos de queixas – 16.6 e 16.10	-

GRI 103-1 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar

Públicos mais afetados



Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nossa estratégia

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) e líderes mundiais adotaram formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A agenda foi construída a partir de bases estabelecidas pelos Objetivos do Milênio (ODM), após um longo processo de consultas que envolveu empresas, governo e sociedade civil globalmente. O resultado são 17 Objetivos que incluem aspectos sociais, ambientais e econômicos a serem implementados por todos os países até 2030.

O setor privado tem um papel fundamental para este desafio. Estamos comprometidos com os ODS e desde 2015 fazemos parte do board do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG), que tem como principal objetivo a mobilização do setor privado para o desenvolvimento sustentável. Em 2017, fomos eleitos para a presidência do CBPG. Também atuamos na criação e na coordenação do grupo temático dos ODS do Pacto Global da ONU (GT ODS), lançado em 2015, mobilizando empresas e participando de discussões para promover a agenda.

Entre as nossas iniciativas de 2017 relacionadas aos ODS, destacamos:

Estudo

Participação e patrocínio do estudo "Integração dos ODS na estratégia empresarial – Uma contribuição do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG) para a Agenda 2030".

Capacitações

Participamos como facilitadores de workshops de capacitação de empresas, realizados em parceria com o GT ODS do Pacto Global com edições em Curitiba, Belo Horizonte e São Paulo, para capacitação e engajamento de empresas na implementação dos ODS por meio do guia SDG Compass.

Disseminação

Participamos de painéis, workshops e eventos para falar sobre os desafios do Itaú e do Pacto Global frente aos ODS.

Reporte

Desde 2015, reportamos nossa atuação da agenda aqui em nosso Relatório Anual Consolidado, no qual é possível consultar os nossos temas materiais relacionados aos respectivos ODS impactados, aos indicadores GRI e aos princípios do Pacto Global. Em 2017, também cruzamos nossos principais textos deste Relatório com os ODS.

Engajamento interno

Em 2017, iniciamos uma onda de workshops para gestores e colaboradores com o objetivo de promover imersão na agenda, engajamento, identificação da conexão com os negócios e definição de prioridades de atuação. As nossas unidades externas LATAM (Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Colômbia) também receberam a capacitação.

Conexão com a estratégia

Buscando atuar no alcance dos ODS e suas metas mediante desafios que sejam conectados aos nossos negócios, levamos o tema para a governança do banco, por meio do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e do Comitê de Sustentabilidade. Desde 2016, incorporamos os ODS como estratégia dos nossos institutos e fundações, e, em 2017, iniciamos a revisão da estratégia de sustentabilidade do banco que será finalizada em 2018, com base também nesses objetivos.

Aproximamos também as futuras lideranças com a agenda de ODS. A equipe de trainees do banco realizou um projeto de conexão da nossa estratégia com os ODS, auxiliando na definição de prioridades baseadas no impacto do positivo ou negativo dos negócios do Itaú em cada objetivo. O trabalho também inclui o mapeamento de indicadores e uma proposta para avaliação de impacto, sempre alinhados aos nossos negócios. O resultado do trabalho vai integrar o próximo passo em relação a essa agenda, que será a definição de ODS prioritários conectada às frentes prioritárias de negócios e à nova estratégia de sustentabilidade do banco.

Impacto do Itaú Unibanco nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A tabela a seguir é o resultado de uma análise dos impactos de nossas iniciativas nos ODS e em suas metas.

Itaú e os ODS

ODS	Principais metas que se relacionam com a atuação do Itaú	Impacto do Itaú considerando o olhar de: negócio, empregador e responsabilidade social (nessa ordem de importância)	Como contribuímos com este ODS e esta meta?	Onde encontrar o conteúdo neste relatório?
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	1.1	Baixo	Promover a inclusão social e iniciativas de acessibilidade	Programas de talentos (A-423) Treinamento e desenvolvimento (A-421) Programa Itaú Mulher Empreendedora (A-410)
	1.4	Alto	Promover inclusão financeira por meio de educação e acesso a serviços financeiros	Itaú Microcrédito (A-408) Crédito imobiliário (A-387) Clientes rurais (A-386) Programa Itaú Mulher Empreendedora (A-410) Fornecedores (A-436)
	1.b	Médio	Influenciar políticas públicas voltadas às questões sociais incluindo diversidade	Cidadania Corporativa (A-447)

ODS	Principais metas que se relacionam com a atuação do Itaú	Impacto do Itaú considerando o olhar de: negócio, empregador e responsabilidade social (nessa ordem de importância)	Como contribuímos com este ODS e esta meta?	Onde encontrar o conteúdo neste relatório?
 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	2.3	Baixo	Oferecer conhecimento e acesso a serviços financeiros para clientes de áreas rurais	Clientes rurais (A-386)
 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	3.4	Médio	Promover a saúde e a segurança ocupacional	Saúde e segurança dos colaboradores (A-417)
	3.8	Baixo	Oferecer aos colaboradores e a seus dependentes benefícios para acesso à saúde. Oferecer aos clientes seguro de vida que previna o risco financeiro	Benefícios (A-425) Direitos Humanos (A-413) Saúde e segurança dos colaboradores (A-417) Seguros (A-389, A-406)
	3.9	Baixo	Analisar critérios de risco socioambiental nos negócios e realizar a gestão ambiental dos recursos utilizados em nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394)
 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	4.1	Médio	Promover iniciativas e influenciar políticas públicas em prol da educação escolar por meio dos nossos institutos e fundações	Iniciativas de Educação Itaú BBA (A-451) Fundação Itaú Social (A-448) Instituto Unibanco (A-450)
	4.3	Médio	Oferecer aos colaboradores capacitações técnicas para o desenvolvimento de suas atividades	Instituto Unibanco (A-450) Treinamento e desenvolvimento (A-421) Programa de Oportunidade de Carreira (POC) (A-423)
	4.4	Médio	Oferecer aos colaboradores, incluindo jovens aprendizes, capacitações técnicas para o desenvolvimento de suas atividades, e fomentar o empreendedorismo feminino	Programas de talentos (A-423) Treinamento e desenvolvimento (A-421) Programa Itaú Mulher Empreendedora (A-410)
	4.5	Médio	Oferecer a todos os colaboradores capacitações técnicas para o desenvolvimento de suas atividades, e iniciativas de estímulo à inclusão de mulheres em carreiras de exatas	Instituto Unibanco (A-450) Treinamento e desenvolvimento (A-421)
	4.6	Baixo	Promover iniciativas e influenciar políticas públicas em prol da educação escolar por meio dos nossos institutos e fundações	Iniciativas de Educação Itaú BBA (A-451) Fundação Itaú Social (A-448) Instituto Unibanco (A-450)
	4.7	Baixo	Produzir e disseminar conhecimento para o desenvolvimento sustentável, incluindo conteúdo sobre orientação financeira	Instituto Itaú Cultural (A-453) Fundação Itaú Social (A-448) Instituto Unibanco (A-450) Iniciativas de Educação Itaú BBA (A-451) Espaço Itaú de Cinema (A-456) Educação Financeira (A-407) Participação em associações (A-442) Incentivos fiscais do governo (A-446)
 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	5.1	Médio	Promover iniciativas, políticas e treinamentos, além de firmar compromissos públicos voltados ao empoderamento feminino e à diversidade	Ombudsman (A-428) Compromissos voluntários (A-444) Casos de discriminação (A-436) Participação em associações (A-442) Treinamento e desenvolvimento (A-421) Fornecedores (A-436) Diversidade (A-415)
	5.2	Baixo	Promover iniciativas, políticas e treinamentos, além de firmar compromissos públicos voltados ao empoderamento feminino e à diversidade	Riscos socioambientais (A-382) Fornecedores (A-436) Oportunidades socioambientais (A-392)
	5.5	Médio	Promover discussões e pilotar iniciativas para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres	Ombudsman (A-428) Compromissos voluntários (A-444) Instituto Unibanco (A-450) Diversidade (A-415) Remuneração (A-425) Meritocracia (A-420)
	5.a	Alto	Promover iniciativas voltadas ao empoderamento econômico feminino	Programa Itaú Mulher Empreendedora (A-410) Relacionamento com o governo (A-445)
	5.b	Médio	Promover a plataforma digital Itaú Mulher Empreendedora, voltada para o empoderamento econômico feminino	Programa Itaú Mulher Empreendedora (A-410)

ODS	Principais metas que se relacionam com a atuação do Itaú	Impacto do Itaú considerando o olhar de: negócio, empregador e responsabilidade social (nessa ordem de importância)	Como contribuímos com este ODS e esta meta?	Onde encontrar o conteúdo neste relatório?
 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	5.c	Baixo	Assumir compromissos públicos e influenciar políticas públicas voltadas para o empoderamento feminino	Relacionamento com o governo (A-445)
 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	6.3	Médio	Analisar critérios de risco socioambiental nos negócios e realizar a gestão ambiental dos recursos utilizados em nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
	6.4	Médio	Analisar critérios de risco socioambiental nos negócios e realizar a gestão ambiental dos recursos utilizados em nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
	6.5	Médio	Analisar critérios de risco socioambiental nos negócios e realizar a gestão ambiental dos recursos utilizados em nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	7.2	Médio	Analisar critérios de riscos e oportunidades socioambientais nos negócios e aumentar a utilização de energias renováveis em nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
	7.3	Baixo	Viabilizar a utilização de energias renováveis e equipamentos eficientes em nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
	7.a	Baixo	Analisar critérios de riscos e oportunidades socioambientais nos negócios, investir em tecnologias energéticas eficientes, e testá-las em nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404) Participação em associações (A-442)
 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos	8.3	Alto	Participar de fóruns, promover discussões, influenciar políticas públicas e desenvolver produtos para a inclusão e acesso a serviços financeiros	Programa Itaú Mulher Empreendedora (A-410) Educação Financeira (A-407) Colaboradores (A-414) Itaú Microcrédito (A-408) Fornecedores (A-436) Cubo (A-460) Participação em associações (A-442) Compromissos voluntários (A-444)
	8.4	Baixo	Análisar critérios de riscos e oportunidades socioambientais nos negócios e aumentar a utilização de recursos renováveis em nossas instalações	Crédito (A-383, A-405) Seguros (A-389, A-406) Mudanças climáticas nos negócios (A-404) Investimentos (A-390, A-404) Mudanças climáticas nas operações (A-394)
	8.5	Médio	Realizar a gestão de pessoas de forma a promover o trabalho decente com oportunidades iguais para todos	Colaboradores (A-414) Diversidade (A-415) Treinamento e desenvolvimento (A-421) Benefícios (A-425)
	8.6	Médio	Estimular o acesso dos jovens ao mercado de trabalho e promover iniciativas em prol da educação	Programas de talentos (A-423)
	8.7	Alto	Analisar critérios de riscos socioambientais nos negócios e promover a gestão de fornecedores e colaboradores de acordo com os critérios de direitos humanos	Riscos socioambientais (A-382) Riscos e oportunidades socioambientais (A-382) Fornecedores (A-436)
	8.8	Médio	Analisar critérios de riscos socioambientais nos negócios e promover a gestão de fornecedores e colaboradores de acordo com os critérios de direitos humanos	Fornecedores (A-436) Riscos e oportunidades socioambientais (A-382)
	8.10	Alto	Disseminar conhecimento para potencializar o acesso a serviços financeiros	Diversidade (A-415) Itaú Microcrédito (A-408) Programa Itaú Mulher Empreendedora (A-410) Educação Financeira (A-407)
	8.b	Médio	Estimular o acesso dos jovens ao mercado de trabalho	Programas de talentos (A-423) Treinamento e desenvolvimento (A-421)

ODS	Principais metas que se relacionam com a atuação do Itaú	Impacto do Itaú considerando o olhar de: negócio, empregador e responsabilidade social (nessa ordem de importância)	Como contribuímos com este ODS e esta meta?	Onde encontrar o conteúdo neste relatório?
 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	9.2	Médio	Analisar critérios de risco socioambiental nos negócios	Crédito (A-383, A-405) Mudanças climáticas nos negócios (A-404) Investimentos (A-390, A-404) Seguros (A-389, A-406)
	9.3	Alto	Promover o acesso de pequenas e médias empresas aos serviços financeiros	Itaú Microcrédito (A-408)
	9.4	Médio	Analisar critérios de risco socioambiental nos negócios e investir em infraestrutura eficiente e adequada em nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
	9.5	Baixo	Promover iniciativas voltadas para a geração de conhecimento e inovação	Cubo (A-460) Participação em associações (A-442)
	9.c	Médio	Democratizar o acesso a serviços financeiros em plataformas digitais	Clientes PF e PJ (A-430)
 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	10.1	Médio	Promover inclusão financeira por meio de educação e acesso a serviços financeiros	Itaú Microcrédito (A-408) Educação Financeira (A-407)
	10.2	Alto	Promover inclusão financeira por meio de educação e acesso a serviços financeiros, além de firmar compromissos públicos e influenciar políticas públicas voltadas para a diversidade	Programa Itaú Mulher Empreendedora (A-410) Educação Financeira (A-407) Diversidade e acessibilidade (A-434) Itaú Microcrédito (A-408) Diversidade (A-415)
	10.3	Médio	Promover inclusão financeira por meio de educação e acesso a serviços financeiros, além de firmar compromissos públicos e influenciar políticas públicas voltadas para a diversidade	Programa Itaú Mulher Empreendedora (A-410) Educação Financeira (A-407) Diversidade e acessibilidade (A-434) Itaú Microcrédito (A-408) Diversidade (A-415)
	10.4	Médio	Realizar a gestão de pessoas de forma a promover oportunidades iguais para todos	Ombudsman (A-428) Compromissos voluntários (A-444) Participação em associações (A-442) Treinamento e desenvolvimento (A-421) Fornecedores (A-436) Diversidade (A-415)
	10.5	Alto	Atuar e articular melhorias setoriais e promover inciativas para o financiamento responsável	Participação em associações (A-442) Ética (A-426) Riscos e oportunidades socioambientais (A-382) Mudanças climáticas nos negócios (A-404) Comitê de risco socioambiental (A-358) Crédito imobiliário (A-387)
	10.6	Baixo	Participar e influenciar discussões econômicas e financeiras internacionais	Participação em associações (A-442)
 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	11.2	Baixo	Promover iniciativas em prol da mobilidade urbana	Mobilidade urbana (A-457) Investimento social privado (A-447) Distribuição do valor adicionado (A-356)
	11.4	Baixo	Promover iniciativas de incentivo à cultura e de preservação de patrimônios culturais	Instituto Itaú Cultural (A-453) Investimento social privado (A-447) Distribuição do valor adicionado (A-356)
	11.5	Baixo	Realizar a gestão de crises incluindo a atuação em desastres naturais e catástrofes, além de oferecer seguros para evitar perdas econômicas	Seguros (A-389, A-406) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
	11.a	Baixo	Promover iniciativas para melhorar a mobilidade urbana	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Comunidade (A-447) Mobilidade urbana (A-457)

ODS	Principais metas que se relacionam com a atuação do Itaú	Impacto do Itaú considerando o olhar de: negócio, empregador e responsabilidade social (nessa ordem de importância)	Como contribuímos com este ODS e esta meta?	Onde encontrar o conteúdo neste relatório?
 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	12.2	Médio	Analisar critérios de riscos e oportunidades socioambientais nos negócios e buscar melhoria contínua da eficiência na utilização de recursos em nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
	12.4	Médio	Analisar critérios de riscos socioambientais nos negócios e buscar melhoria contínua da eficiência no descarte de resíduos de nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
	12.5	Médio	Analisar critérios de riscos socioambientais nos negócios e buscar melhoria contínua da eficiência no consumo e no descarte de resíduos de nossas instalações	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
	12.6	Médio	Divulgar as informações financeiras e não financeiras em relatórios públicos	Performance sustentável (A-353)
	12.7	Médio	Analisar critérios socioambientais na contratação de fornecedores	Fornecedores (A-436)
	12.8	Médio	Produzir e disseminar conhecimento para o desenvolvimento sustentável e orientação financeira	Instituto Itaú Cultural (A-453) Fundação Itaú Social (A-448) Instituto Unibanco (A-450) Iniciativas de Educação Itaú BBA (A-451) Educação Financeira (A-407) Participação em associações (A-442)
 Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	13.1	Médio	Realizar a gestão de riscos e oportunidades socioambientais, uso eficiente dos recursos e combate às mudanças climáticas	Mudanças climáticas (A-393) Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404) Seguros (A-389, A-406)
	13.2	Médio	Realizar a gestão de riscos e oportunidades socioambientais, uso eficiente dos recursos e combate às mudanças climáticas	Mudanças climáticas (A-393)
	13.3	Baixo	Produzir e disseminar conhecimento para o desenvolvimento sustentável e para o combate às mudanças climáticas	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Participação em associações (A-442)
 Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	14.3	Baixo	Analisar critérios socioambientais nos negócios, reduzir as emissões e compensá-las	Mudanças climáticas (A-393) Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	15.1	Baixo	Analisar critérios socioambientais nos negócios, reduzir o consumo e realizar o descarte adequado da água em nossas operações	Mudanças climáticas (A-393) Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404) Riscos socioambientais (A-382) Crédito (A-383, A-405) Investimentos (A-390, A-404)
	15.2	Baixo	Analisar critérios socioambientais nos negócios	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
	15.7	Baixo	Analisar critérios socioambientais nos negócios	Mudanças climáticas nas operações (A-394) Mudanças climáticas nos negócios (A-404)
 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	16.2	Médio	Promover a gestão socioambiental nos negócios e na contratação de fornecedores	Riscos Socioambientais (A-382) Fornecedores (A-436) Prevenção a atos ilícitos (A-435) Clientes PF e PJ (A-430) Lista proibida (A-386)
	16.4	Médio	Promover a gestão socioambiental nos negócios	Riscos socioambientais (A-382) Lista proibida (A-386) Prevenção a atos ilícitos (A-435)
	16.5	Médio	Promover iniciativas voltadas para questões de ética, transparência e combate à corrupção, incluindo canais de denúncia, treinamentos e políticas	Ética (A-426) Performance sustentável (A-353) Ombudsman (A-428) Clientes PF e PJ (A-430) Fornecedores (A-436) Prevenção a atos ilícitos (A-435)

ODS	Principais metas que se relacionam com a atuação do Itaú	Impacto do Itaú considerando o olhar de: negócio, empregador e responsabilidade social (nessa ordem de importância)	Como contribuímos com este ODS e esta meta?	Onde encontrar o conteúdo neste relatório?
 Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	16.6	Alto	Promover iniciativas voltadas para questões de ética, transparência e combate à corrupção, incluindo canais de denúncia, treinamentos e políticas	Ética (A-426) Performance sustentável (A-353) Ombudsman (A-428) Clientes PF e PJ (A-430) Fornecedores (A-436) Prevenção a atos ilícitos (A-435) Gestão da comunicação (A-433)
	16.10	Médio	Promover iniciativas que incentivem a transparência, o bem-estar e a privacidade	Performance sustentável (A-353) Engajamento de stakeholders (A-353) Ética (A-426) Combate à corrupção (A-427) Prevenção a atos ilícitos (A-435) Gestão de privacidade do cliente (A-436)
 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	17.14	Médio	Influenciar e promover políticas para o desenvolvimento sustentável	Cidadania Corporativa (A-447) Participação em associações (A-442)
	17.16	Alto	Fortalecer parcerias e associações com *stakeholders*, incluindo a atuação em iniciativas que promovam a sustentabilidade dentro e fora do banco	Participação em associações (A-442) Compromissos voluntários (A-444)
	17.17	Alto	Fortalecer parcerias e associações com governo e sociedade, incluindo a atuação em iniciativas que promovam a sustentabilidade dentro e fora do banco	Participação em associações (A-442) Sociedade (A-442) Engajamento de stakeholders (A-353)

Responsabilidade bancária | Impactos sociais, econômicos e ambientais GRI 203-2

Um sistema bancário exerce um papel fundamental para impulsionar o crescimento e desenvolvimento socioeconômico da sociedade. Por meio de sua atuação, um banco é capaz de, por exemplo, gerar empregos, desenvolver negócios e incentivar o empreendedorismo no país; por outro lado, também pode gerar impactos negativos, como emissões de CO_2 e geração de resíduos.

No Itaú Unibanco, sempre que possível, procuramos maneiras de usar nossos recursos e expertise para promover contribuições positivas conectadas aos negócios.

Sabendo que boa parte do impacto que geramos é decorrente dos negócios que fazemos, também ofertamos produtos e serviços que fomentem impacto positivo. Definir a alocação do capital, seja no crédito, seja no investimento, além de apoiar nossos clientes com soluções de investimentos sustentáveis que tragam retornos financeiros e benefícios para a sociedade é parte fundamental dessa atuação.

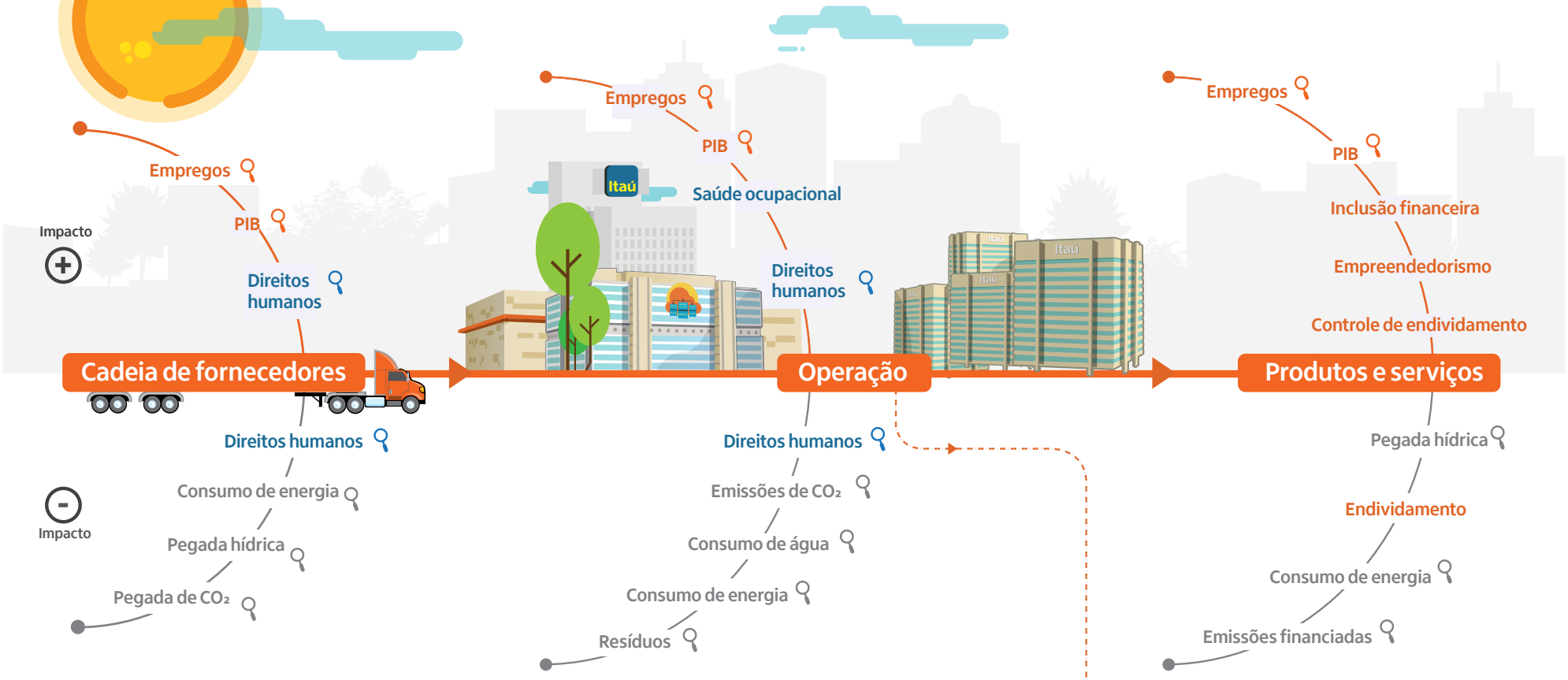
Em 2016, realizamos um primeiro estudo para ampliar o conhecimento dos nossos impactos socioeconômicos no Brasil. Os resultados desse estudo foram divulgados no relatório anual consolidado de 2016.

Em 2017, criamos um grupo de trabalho para fomentar discussões recorrentes, mapear e mensurar as externalidades sociais, econômicas e ambientais do banco.

A partir destes avanços, iniciamos um levantamento interno, ilustrado a seguir, das externalidades prioritárias que possuem iniciativas conectadas ao "core" e que geram e/ou mitigam impactos diretos, indiretos e induzidos positivos e/ou negativos.

Dimensão dos impactos na sociedade

O infográfico ilustra alguns impactos diretos da nossa operação, os impactos indiretos e induzidos de nossa cadeia de fornecedores e dos produtos e serviços.



Resultado das mensurações dos impactos ambientais diretos, indiretos e/ou induzidos

Descrevemos, a seguir, os resultados dos estudos ambientais de 2017. Os demais resultados sociais e econômicos estão nos respectivos hiperlinks do infográfico anterior.

1. Emissões de CO_2 das agências

Realizamos um estudo para avaliar a pegada de carbono com o objetivo de conhecer e comparar o impacto ambiental das duas modalidades de atendimento, as agências físicas e as agências digitais, em termos de emissões de GEE.

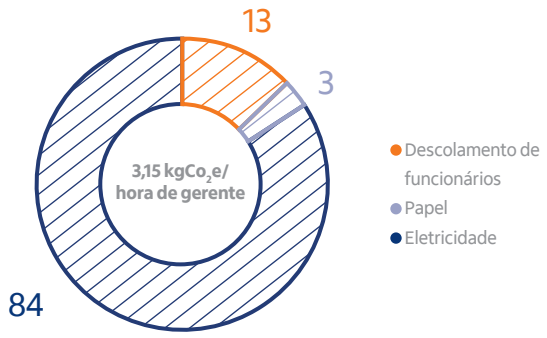
As agências digitais foram criadas pensando em atender os clientes que quase não frequentam as agências e fazem praticamente todas as suas transações em nossos canais remotos, possibilitando um atendimento com seu gerente e com consultores de investimentos, câmbio e crédito imobiliário da forma que preferir: e-mail, telefone, SMS, mensagens na internet e celular ou videoconferência.

Atualmente, contamos com 160 agências digitais, um crescimento de 19% comparado ao ano de 2016.

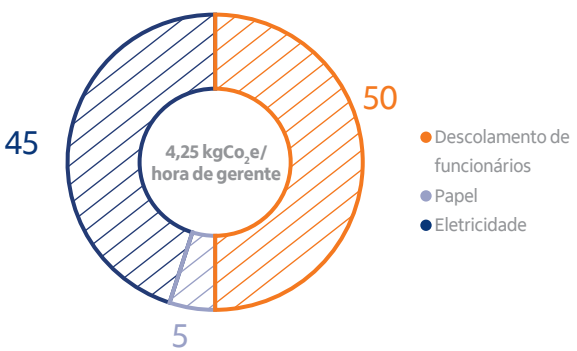
Para a metodologia do estudo, utilizamos dados e premissas para traçar o comparativo entre os dois modelos de agência, considerando aspectos ambientais referentes a consumo de energia, papel e descolamento de funcionários, além de indicadores do negócio como quantidade de clientes, funcionários e hora de atendimento de gerentes em cada modelo.

Resultados

Digital (%)



Física (%)



Com os resultados apresentados, identificamos que as agências digitais são mais eficientes em termos de emissão de GEE nas suas atividades, usando as premissas destacadas, apresentando um impacto na pegada de carbono 26% menor que as agências físicas.

2. Emissões de CO_2 de financiamentos

Esta análise é fundamental para avaliar nossas externalidades e o impacto direto e indireto de nossos financiamentos, contribuir com a estratégia de risco socioambiental e, consequentemente, mitigar riscos para o banco e para o meio ambiente.

Em 2017, realizamos um estudo para identificar as emissões financiadas das carteiras de crédito, especificamente os créditos direcionados para a aquisição de veículos e construção de imóveis, este trabalho é pioneiro e será ampliado em 2018 para que possamos comparar e avaliar atuação.

Escopo e Premissas utilizadas:

- Crédito concedido para clientes PJ;
- Operações contratadas em 2017;
- Cálculo das emissões por tempo de financiamento efetivado em contrato;
- Carteira Veículos: financiamento de veículos leves e pesados – efetivados na Itaucred;
- Carteira de Construção de Imóveis: imóvel residencial, misto e comercial;
- Financiamentos de veículos leves e pesados – uso do bem durante o período de financiamento; e
- Financiamentos para construção de imóveis – residencial, comercial e misto.

Como resultado, identificamos que, pelo financiamento de veículos e pela construção de imóveis, geramos impactos indiretos em emissões de CO_2, conforme figura:

Impacto indireto – Emissões de CO_2

Carteira	Representatividade na carteira de crédito (%)	Tonelada de CO_2e a cada R$ 10 mil financiados[1]
Veículos	0,40	5,80
Imóveis	0,30	0,47

(1) Os cálculos das emissões foram realizados através de uma ferramenta interna com premissas.

Para visualizar mais informações do estudo, clique aqui.

Consumo de recursos naturais dos produtos de crédito e cadeia de suprimentos

No Itaú Unibanco, as decisões de investimento e de concessão de crédito já consideram questões socioambientais para mitigar os riscos, além de contribuir para a sociedade inclusiva e uma economia de baixo carbono. No entanto, avaliar as externalidades dos nossos produtos é fundamental para termos uma gestão efetiva e real dos nossos impactos.

Em 2017, desenvolvemos um estudo que foi capaz de mensurar nossos impactos ambientais indiretos: aqueles provocados pela nossa cadeia de fornecimento e os provocados por nossos produtos bancários dado o fluxo econômico envolvido. Para tal, aplicamos a metodologia Local Footprint Nature® que simula os impactos ambientais correspondentes aos fluxos financeiros dos produtos de crédito e das compras com fornecedores. As informações utilizadas no estudo são referentes ao exercício contábil de 2016.

Impacto ambiental dos produtos de crédito

Para os produtos bancários, foram selecionados dez produtos de crédito: cinco com foco em clientes Pessoa Física e cinco com foco em clientes Pessoa Jurídica (Varejo). Esses produtos foram selecionados de acordo com sua representatividade nas operações do banco e, também, por serem adequados às premissas necessárias para o modelo e a realização do estudo.

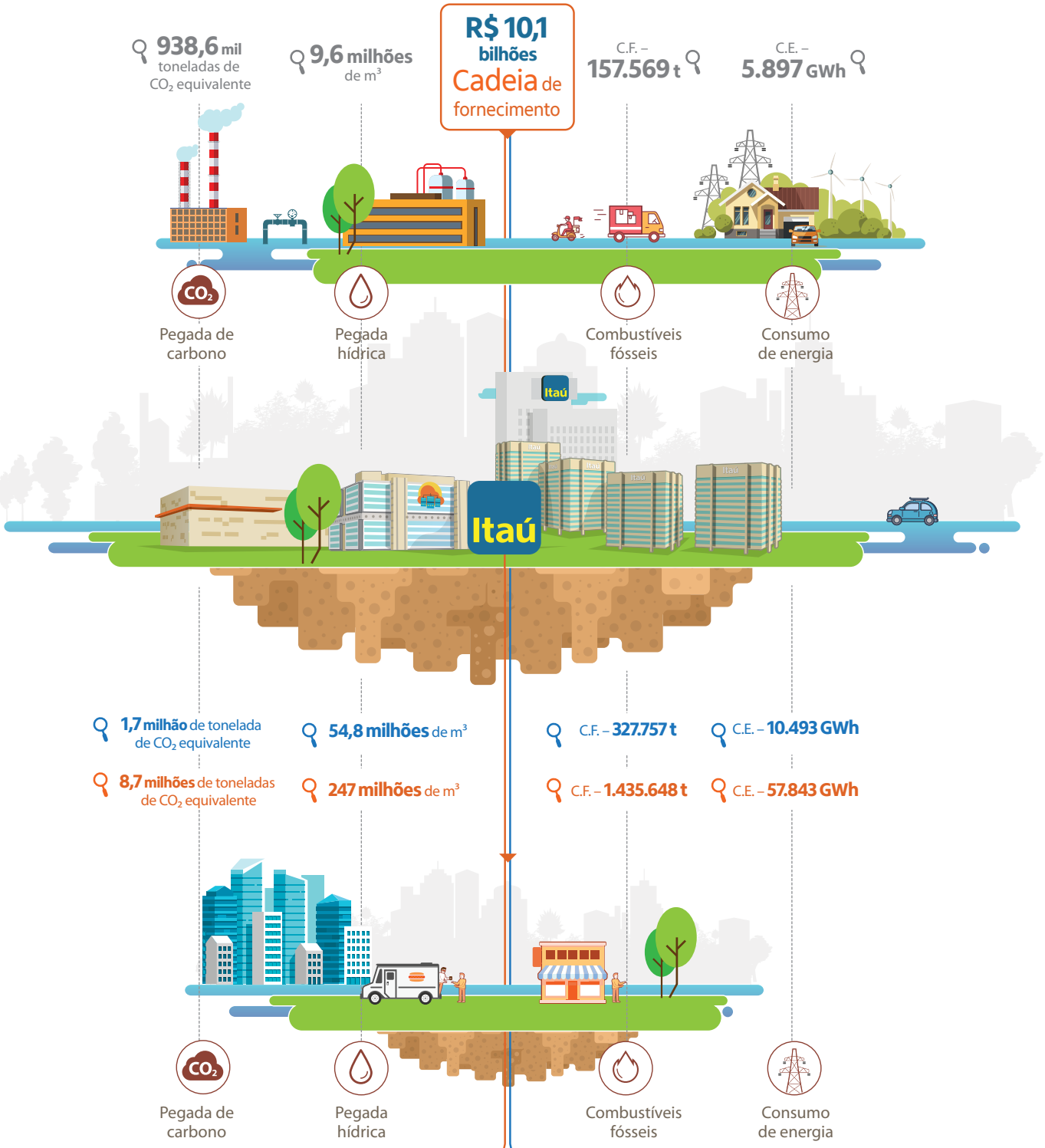
Impacto ambiental da cadeia de suprimentos

Para analisar a cadeia de fornecimento, foram selecionados os 100 maiores fornecedores do Itaú em valor de compra no Brasil. Portanto, com este novo estudo, complementamos a análise dos impactos ambientais relacionados ao nosso funcionamento (ver "Externalidades", na próxima página) ao introduzir o escopo da cadeia de suprimentos e a análise das externalidades que provocamos por nossas atividades bancárias.

Resultados

A ferramenta tem como principais outputs emissões de gases de efeito estufa, pegada hídrica e consumo de energia ilustrados a seguir:

Externalidades



(1) Fonte: http://emissoes.energiaeambiente.org.br/graficos.
(2) Fonte: https://exame.abril.com.br/brasil/onde-mais-se-consome-agua-no-brasil/.
(3) Fonte: https://goo.gl/uvxMkc, "Fuels and Oils".
(4) Fonte: http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/consumo-de-energia-eletrica-no-pais-caiu-22-em-maio-diz-epe.html (2015).

Obs.: Produtos para clientes Pessoa Física: Crédito Pessoal, Consignado, Cartões de Crédito, Crédito Imobiliário e Crédito para Veículos.
Produtos para clientes Pessoa Jurídica: Capital de Giro, Cartões de Crédito, CDC/FINAME/*Leasing*, Crédito Imobiliário e Crédito para Veículos.

Riscos e oportunidades socioambientais

GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS5)

As instituições financeiras possuem um papel essencial na economia global por interagirem com todos os setores econômicos. Dessa forma, esta afirmação nos confere uma relevante atribuição como influenciador de transformações na sociedade. Sendo assim, entendemos que integrar questões socioambientais em nossos negócios é fundamental para, além de mitigar riscos, fomentar o desenvolvimento social e econômico.

Nesse cenário, buscando evidenciar ainda mais a importância da temática socioambiental no setor financeiro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu, por meio da Resolução nº 4.327/2014, padrões mínimos de responsabilidade socioambiental que devem ser seguidos de acordo com a relevância e proporcionalidade de cada instituição.

Internamente, temos a nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental que ratifica nosso compromisso e estabelece as diretrizes de nossa estratégia baseando-se em cinco princípios:

1. Respeito e proteção aos direitos humanos por meio da promoção da diversidade, inclusão financeira e do combate ao trabalho infantil e análogo ao escravo, ao proveito criminoso da prostituição e à exploração sexual de menores;

2. Postura ética e transparente, adotando práticas justas de operação e disponibilizando informações tempestivas, acessíveis e adequadas às especificidades das partes interessadas;

3. Gerenciamento do risco socioambiental identificado como um componente das diversas modalidades de risco a que estamos expostos;

4. Desenvolvimento contínuo do relacionamento com as partes interessadas; e

5. Uso racional dos recursos naturais, conservação da biodiversidade, inclusive quanto a serviços ecossistêmicos e mitigação das mudanças climáticas.

Desde o início de nossa atuação desenvolvemos processos e produtos em parceria com outras áreas, elaboramos treinamentos para colaboradores e desenvolvemos políticas pautadas na Responsabilidade Socioambiental. Além disso, orientamos nossas práticas institucionais e nossos negócios por intermédio de boas práticas internacionais, como os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), os Princípios do Equador (EP, na sigla em inglês), Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês), o *Carbon Disclosure Project* (CDP) e o Pacto Global.

Para mais informações sobre nossa atuação de riscos e oportunidades socioambientais e sobre nossas práticas internas, acesse o novo posicionamento acerca dos Riscos e Oportunidades Socioambientais do Itaú Unibanco aqui.

Riscos socioambientais

GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS2 | antigo FS5)

O gerenciamento do risco socioambiental tem como objetivo identificar, mensurar, mitigar e monitorar os riscos relacionados a temas sociais e ambientais, em nosso processo operacional e em nossos negócios. Os procedimentos realizados pelas áreas estão descritos em políticas internas, que passam por processo de revisão ao menos uma vez por ano.

Nossa trajetória teve início em 2000, quando lançamos nosso primeiro sistema formal de gestão de riscos socioambientais. Essa experiência possibilitou expandir a identificação dos riscos socioambientais para outros segmentos de negócios, como crédito, seguros e investimentos e estender nossa atuação para a América Latina.

Para mensurar a qualidade dos processos e monitorar a exposição ao risco, as áreas são submetidas a processos de comprovação de aderência, realizados por equipe de controles internos ou de auditoria. Esses processos incluem a avaliação da adequação das Políticas de Risco Socioambiental e os resultados desse trabalho são reportados periodicamente aos fóruns competentes, como o Comitê de Risco Socioambiental.

GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9)

A identificação da nossa exposição ao risco socioambiental se inicia no processo de aprovação de novos produtos e serviços. A análise ocorre a partir do recebimento de informações detalhadas que subsidiam a análise técnica, realizada pelas gerências de Risco Socioambiental, do Jurídico Socioambiental, do *Compliance* Socioambiental e da Sustentabilidade. Para produtos ou operações específicas identificadas com exposição ao risco socioambiental, são avaliados, além de procedimentos específicos, a necessidade de inclusão de cláusulas, em conformidade com os princípios da relevância e proporcionalidade. **GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS15)**

Além disso, como parte do processo de engajamento interno e externo, realizamos iniciativas para disseminar as melhores práticas no mercado e aperfeiçoá-las internamente por meio de treinamentos para colaboradores.

Em 2017, os 15 integrantes da Gerência de Risco Socioambiental passaram por mais de 400 horas de capacitação. Essa qualificação, de alcance nacional e internacional, se distribuiu entre cursos, palestras, fóruns, *workshops*, incluindo grupos de discussão sobre temas socioambientais, além de capacitação em treinamentos de temas técnicos e para desenvolvimento profissional, por meio das trilhas de treinamentos da Diretoria de Riscos.

A equipe ainda envolveu-se com a capacitação de nossos colaboradores e de profissionais de outras instituições pelo incremento na qualificação dos analistas da nossa área de Crédito e de outras instituições na América Latina, além de ações pontuais envolvendo instituições de outras regiões, como África e Ásia.

PROJETO GESTÃO DE RISCO SOCIOAMBIENTAL

Em busca de nossa melhoria contínua, lançamos, em 2017, o PROJETO GESTÃO DE RISCO SOCIOAMBIENTAL (PGRSA) com o objetivo de revisar o risco socioambiental nas atividades do Itaú Unibanco, incluindo seus negócios e atividade própria, tanto no Brasil quanto em suas Unidades Externas. O PGRSA conta com etapa de revisão do risco, avaliação dos critérios e abrangência das políticas existentes, além da identificação de tendências e melhores práticas de mercado. As frentes de trabalho são definidas seguindo critérios de priorizações, dos quais o conhecimento prévio do tema e o risco envolvido são considerados essenciais. O PGRSA é liderado e executado pela Gerência de Risco Socioambiental, em conjunto com as equipes de Sustentabilidade, *Compliance* e Jurídico Socioambiental. Essas equipes realizam encontros semanais para compartilhamento de informações sobre o desenvolvimento do trabalho realizado com as áreas parceiras.

Em 2017, o PGRSA atuou em 21 frentes de trabalho, o que envolveu mais de 30 Diretorias da instituição, revisou mais de 80 circulares internas e identificou 40 *gaps*, dos quais apenas dois geraram a necessidade de registro junto à área de Controles Internos, os demais foram resolvidos no próprio PGRSA. A metodologia Kaizen foi utilizada em duas frentes de atuação, para o mapeamento dos processos existentes e para ações de melhorias, as quais possuem cronograma para atuação e implementação. Em 2018, o PGRSA atuará em outras frentes de trabalho.

Mais sobre nossos resultados de risco ambiental e social podem ser encontrados na página A-465.

Crédito **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS2 | antigo FS3 | antigo FS4 | antigo FS5)**

Nosso sistema de gestão socioambiental visa garantir que o crédito concedido esteja em acordo com nossas políticas. Nossa metodologia de identificação, mensuração, mitigação e monitoramento de riscos está formalizada na Política de Risco Socioambiental para Crédito, que contém os critérios de nossa estratégia de gestão do risco socioambiental e foi elaborada com base nos requisitos legais e regulatórios aplicáveis e nas melhores práticas internacionais.

Os critérios da política são aplicados em nossas análises de clientes, constituição de garantias imobiliárias e na avaliação de riscos socioambientais em operações com risco de crédito, o que inclui financiamento de projetos, como apresentado no infográfico abaixo. Para realizar a avaliação socioambiental possuímos equipes dedicadas à Gestão de Risco Socioambiental, sendo elas, a Gerência de Risco Socioambiental (GRSA) e o Jurídico Socioambiental. A GRSA é composta por 15 colaboradores, com formação multidisciplinar, e é responsável pela avaliação técnica socioambiental. O Jurídico Socioambiental é composto por advogados com *expertise* em avaliação de risco legal envolvendo temas socioambientais.

Para visualizar como o risco socioambiental se integra à avaliação de crédito, observe as informações descritas a seguir.

Processo de Concessão de Crédito

01
Início do Relacionamento

Cliente possui interesse em uma linha de crédito/operação.

1º Passo:
Verificação interna de não envolvimento com **atividades proibidas.**

Atividades que incentivem o trabalho escravo, trabalho infantil ou prostituição.

Relacionamento de crédito negado.

2º Passo:
Verificação interna se o cliente é passível de análise conformidade socioambiental, incluindo clientes de setores da lista de **atividades restritas** e **clientes rurais**.

Lista de atividades:
Produção e comércio de material bélico, armas de fogo e munições; extração de madeira proveniente de florestas nativas; atividades pesqueiras; extração e industrialização de asbesto/amianto; frigorífico e abatedouro bovino.

Lista restrita:
Se a atividade do cliente constar na lista restrita, ele passará por uma análise específica, conforme diretrizes existentes.

02
Escolha dos produtos ofertados

De acordo com os **produtos ofertados** ao cliente, poderá ser necessária uma diligência específica pré-contratação.

Avaliação de produtos:
Para identificar os produtos que possuem algum potencial risco socioambiental ao banco, a GRSA atua como parte integrante da governança de aprovação de Produtos do Atacado e Varejo.

Exemplo:
Em caso de financiamento de projeto, algumas informações podem ser solicitadas previamente à aprovação da linha ou antes da contratação da operação. (Licenças; critérios para aplicação dos Princípios do Equador; CAR; etc.).

03
Definição das garantias

Se algum produto ou condição de crédito exigir garantia de bem imóvel, seja na modalidade de Alienação Fiduciária ou Hipoteca, o imóvel deverá ser avaliado a partir do preenchimento do Questionário para Avaliação Ambiental Preliminar de Imóveis.

Se forem encontrados indícios de contaminação, uma análise mais detalhada será necessária.



04
Aprovação das linhas

Análise Socioambiental concluída!

Você está apto para seguir com a aprovação da linha!

05
Reavaliação

Sempre que a linha for renovada, o processo é reiniciado.

O processo é auditado periodicamente e as equipes de *Front* (comercial e produtos) são treinadas por meio do *e-learning*.



Critério fundamental

No processo de concessão e formalização de operações de crédito para clientes (pessoa física ou jurídica), consideramos, como condição precedente, a verificação de que a atividade desenvolvida pelo cliente não esteja relacionada à atividades consideradas proibidas pelo Itaú.

São consideradas como Atividades Proibidas, aquelas que contrariam os nossos princípios e valores. Dessa forma, não concedemos crédito para clientes que desenvolvam atividades que:

- Incentivem e/ou explorem a prostituição, inclusive infantil;
- Utilizem mão de obra infantil em desacordo com a legislação; e
- Utilizem mão de obra análoga a escrava.

Os clientes enquadrados nas atividades acima são identificados a partir de consultas realizadas em mídia ou por listas emitidas por órgãos oficiais. Caso seja comprovado o envolvimento do cliente com essas atividades, realizamos o bloqueio desse cliente nos sistemas, impossibilitando-o de contratar novas operações de crédito.

Em 2017, 75 clientes foram bloqueados por apresentarem indícios de envolvimento em atividades consideradas proibidas e somente realizamos o desbloqueio do cliente, e, consequentemente, retomamos o relacionamento em crédito, caso ele comprove que realizou mudanças em suas práticas.

Critérios para aprovação de crédito

Após atender o critério fundamental, o cliente é submetido a critérios socioambientais adicionais, com base nos requisitos exigidos pelos produtos, pelo segmento do cliente e pela estrutura de garantias proposta para cada linha de crédito.

Para concessões de crédito com envolvimento de garantias de bens imóveis, independente do cliente envolvido e do produto utilizado, é necessária a análise socioambiental do imóvel, com o objetivo de identificar indícios de contaminação, considerando informações sobre o histórico de ocupação e utilização atual do imóvel, assim como dados sobre seu entorno.

Adicionalmente, para garantias constituídas como alienação fiduciária, o banco não aceita garantia de imóveis rurais sem comprovação da averbação da reserva legal na matrícula ou no registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma ferramenta que auxilia os produtores rurais a estar em observância com a legislação ambiental.

Além disso, no processo de concessão de crédito, com ou sem garantias imobiliárias, o cliente pode ser submetido a dois processos de análise, a Análise de Clientes, o que inclui a avaliação de clientes envolvidos nos setores restritos, e a Análise de Operações Específicas, realizada para produtos que apresentam risco de crédito. Os critérios envolvidos em cada um dos processos estão descritos a seguir.

Análise de clientes

A análise de risco socioambiental de clientes é aplicável para pequenas (Varejo) e médias (*Middle Market*) empresas, incluindo o segmento de Grandes Empresas, além dos clientes dos setores considerados como Lista Restrita (descrita adiante em item específico).

Para realizar a análise de clientes, utilizamos ferramentas específicas, sendo iniciada pela categorização socioambiental do cliente. O processo de categorização é baseado no setor de atuação dos clientes e considera parâmetros de sustentabilidade como o uso de energia, uso de água, lançamento de efluentes líquidos, descarte de resíduos sólidos, emissões atmosféricas e riscos para a saúde e segurança do trabalhador. Os clientes podem ser categorizados como A, alto risco; B, médio risco; e C, baixo risco, conforme setores abaixo descritos.

Categoria A

Para a categoria de alto risco destacamos as atividades de industrialização de alto impacto, agronegócio de alto impacto, abate de animais, mineração, metalurgia, siderurgia, petroquímicas, saneamento, tratamento de resíduos, curtimento de couros, usinagem de cana-de-açúcar, geração/distribuição/transmissão de energia, extração vegetal, papel e celulose, químicas, entre outros.

Categoria B

Para clientes de Médio Risco, destacamos as atividades têxteis, industrialização de médio impacto, beneficiamento de matérias-primas, distribuição e comercialização de combustíveis, transportes e armazenamento de cargas, construção civil, serviços de reparação e manutenção de veículos e máquinas, hospedagem e lazer, serviços de saúde, agronegócio de médio impacto, criação de animais, florestamento e reflorestamento, fumo, bebidas, entre outros.

Categoria C

Para clientes de baixo risco, destacam-se os setores de serviços e comércio de baixo impacto.

Clientes rurais

A Diretoria de Produtores Rurais foi criada pelo Itaú com o objetivo de oferecer aos produtores rurais um serviço financeiro completo, contemplando desde o financiamento até a proteção de preços, com um atendimento próximo e comprometido. Independente do produto ofertado, o foco da carteira mantém-se na geração de valor no relacionamento de longo prazo com nossos clientes.

Em 2016, a Gerência de Risco Socioambiental, em conjunto com a área comercial, elaborou um processo de análise socioambiental específico para o segmento, com foco não apenas na mitigação do risco existente no setor, mas também em auxiliar nossos clientes a sempre buscarem as melhores práticas socioambientais. Entre as ações de implementação, realizamos treinamentos *in loco*, mapeamento das principais legislações do setor e sensibilização das áreas internas envolvidas no processo.

Ao longo de 2017, nosso objetivo foi a consolidação do processo de análise. Revisamos nossos questionários, estabelecemos um fluxo mais próximo com as áreas de crédito e com o Jurídico Socioambiental, visando a criação de um monitoramento mais eficaz e, como resultado, com o auxílio da área comercial, conseguimos avaliar aproximadamente 70% do risco do segmento.

Em 2018, buscaremos cada vez mais proximidade com nossos clientes, fornecendo informações e conteúdo técnico que sejam capazes de auxiliá-los nas tomadas de decisão do dia a dia em prol de um relacionamento perene e sustentável.

Para clientes de risco alto e médio, realizamos avaliação do Licenciamento Ambiental do empreendimento, a identificação de comportamentos desabonadores e de mitigadores inerentes da atividade, além de pesquisas de mídia com palavras-chave relevantes ao setor.

Lista Restrita

Alguns setores e/ou atividades são considerados restritas para o Itaú, considerando o risco envolvido e as práticas de mercado internacionalmente reconhecidas. Para clientes relacionados com a Lista Restrita, implementamos uma diligência específica para a concessão de crédito. Os setores e/ou atividades restritas são:

- Atividades de produção e comércio de material bélico, armas de fogo e munições;
- Atividade de extração de madeira proveniente de florestas nativas;
- Atividades pesqueiras;
- Atividades de extração e industrialização de asbesto/amianto; e
- Frigorífico e abatedouro bovino.

Para esses setores e/ou atividades, a Gerência de Risco Socioambiental realiza pesquisas de mídia direcionadas ao tipo de negócio e demanda aos clientes o preenchimento de questionários específicos, além do envio da documentação aplicável. Esta prática é complementar à análise de clientes e também é aplicada para o segmento de Grandes Empresas.

Em 2017, foram realizadas 2.222 análises de clientes, incluindo Lista Restrita, conforme indicado no quadro abaixo:

Análise socioambiental de Clientes – 2017

Categoria	Parecer socioambiental favorável			Parecer socioambiental desfavorável			Adequações e ajustes(1)			Total		
Ano	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
A	269	378	486	80	284	486	55	149	288	404	811	1.260
B	1.067	1.383	1.746	108	582	982	75	185	308	1.250	2.150	3.036
C	68	185	454	3	43	241	8	17	103	79	245	798
Clientes Rurais	141	-	-	1	-	-	0	-	-	142	-	-
Lista Restrita	134	-	-	168	-	-	45	-	-	347	274	-
Total	**1.679**	**1.946**	**2.686**	**360**	**909**	**1.709**	**183**	**351**	**699**	**2.222**	**3.206**	**5.094**

(1) Parecer favorável após as medidas tomadas para o cumprimento das políticas e dos regulamentos socioambientais em vigor.

Operações específicas

Para o financiamento de projetos ou quando, independentemente do tipo de operação financeira, existir um risco socioambiental relevante, a transação deverá ser submetida a uma análise mais profunda a fim de proporcionar uma tomada de decisão responsável quanto ao risco exposto.

Descreveremos a seguir os critérios e orientações para financiamento de projetos, *green* ou *brown field*.

Análise de projetos

Para médias e grandes empresas (segmento Atacado) que realizam a implementação e operação de projetos de grande porte, aplicamos critérios específicos na análise de risco socioambiental, incluindo os critérios exigidos pelos Princípios do Equador (PE), aplicável aos projetos indicados no *box* da página seguinte.

A análise socioambiental de projetos inicia a partir da categorização prévia do projeto, considerando o impacto gerado sobre o meio ambiente e sobre os aspectos sociais. A categorização é realizada por uma ferramenta desenvolvida pelo próprio Itaú que usa como referência os Padrões de Desempenho da *Internacional Finance Corporation* (IFC) e os guias de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (*Environmental, Health and Safety Guidelines*) elaborados pelo Banco Mundial. Após a categorização, o analista elabora pauta de documentos necessários para a análise e, ao final, quando necessário, elabora um plano de ação, cujo cumprimento é monitorado ao longo do financiamento, como destacado no próximo item, Monitoramento.

É importante destacar que também financiamos grandes projetos por intermédio de nossas unidades em outros países da América Latina, como Argentina, Paraguai e Uruguai, e que tais operações seguem a mesma metodologia de análise do Brasil, respeitando as particularidades da realidade local. Em ambos os casos, tal análise pode ser realizada por um consultor independente especialista com revisão da nossa equipe.

Princípios do Equador

Desde 2004, quando aderimos aos Princípios do Equador (PE), aplicamos as diretrizes e os critérios de tais princípios em nosso negócio, conforme seus critérios de corte. Tal compromisso voluntário é referência em identificação, avaliação e gerenciamento de riscos socioambientais em projetos ao redor do mundo e está em sua terceira versão. Em nosso modelo de negócio temos, inclusive, uma equipe dedicada exclusivamente para a estruturação de operações de Project Finance, nas quais os critérios dos PE são aplicáveis. A equipe de Project Finance é organizada por especialização setorial, integrando ao portfólio de produtos os aspectos macroeconômicos e regulatórios.

Para avaliação de projetos enquadrados nos critérios estabelecidos pelos Princípios do Equador, a Gerência de Risco Socioambiental realiza uma avaliação mais robusta, a partir de etapas de identificação, mitigação e monitoramento de risco, contemplando temas sensíveis como o impacto sobre populações tradicionais, patrimônio cultural, biodiversidade, serviços ecossistêmicos, além da avaliação do cumprimento da legislação local. Como parte do processo, a análise dos projetos pode requerer ainda a contratação de consultoria para realização de avaliação socioambiental independente. A contratação de um consultor independente é exigido para o *closing* financeiro e permanece durante toda a vigência do financiamento para projetos de alto impacto e para aqueles de médio risco, quando exigidos por nossa equipe técnica. Os demais projetos podem ser analisados pelo nosso próprio time, inclusive durante seu monitoramento. **GRI G4-DMA Auditoria (antigo FS9)**

A dimensão dessa diligência na gestão do risco socioambiental foi divulgada no artigo "Os Princípios do Equador e Os Padrões de Desempenho da IFC – Estudo de Caso do Itaú no Financiamento de Projetos do Setor de Energia". Tendo o setor de energia como pano de fundo, nesse material, apresentamos alguns dos desafios e dilemas enfrentados por nossas equipes, assim como lições aprendidas ao longo de mais de dez anos de aplicação dos Princípios do Equador. Consulte o artigo "Os Princípios do Equador e Os Padrões de Desempenho da IFC – Estudo de Caso do Itaú no Financiamento de Projetos do Setor de Energia", lançado em 2015, por meio do *link*.

Para mais informações sobre projetos contratados tanto dentro do escopo dos Princípios do Equador quanto fora, acesse a página A-463 deste relatório.

Monitoramento

Para gerenciar os riscos avaliados na fase de contratação, definimos planos de monitoramento, em conjunto com o cliente, para abordar as principais lacunas identificadas na análise ou para realizar o acompanhamento preventivo de questões relevantes para o empreendimento, como o atendimento à legislação socioambiental e, quando aplicável, os Padrões de Desempenho da IFC. Os planos acordados são incluídos no contrato de financiamento e acompanhados ao longo de toda a sua vigência, sendo esses condições precedentes para as liberações dos recursos, e seu eventual descumprimento poderá implicar em um evento de inadimplemento contratual.

Para garantir a cuidadosa diligência no financiamento de projetos, cada ciclo de monitoramento envolve, de acordo com a categoria de risco socioambiental atribuída, visitas de campo, análise documental, reuniões com clientes e o apoio de consultores externos especialistas em diferentes temáticas socioambientais. Ao fim de 2017, tínhamos 137 contratos em fase de monitoramento, oriundos de operações originadas no Brasil, e seis contratos originados em nossas Unidades Externas.

Crédito imobiliário **GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS2)**

As diretrizes de nossa Política de Risco Socioambiental aplicam-se aos empréstimos para projetos de construção comercial e residencial, em todas as regiões do Brasil. Em 2017, nosso Plano Empresário, que tem como objetivo financiar construções, foi oferecido principalmente para empresas com faturamento anual acima de R$ 30 milhões e a carteira totalizou R$ 8,4 bilhões. **GRI G4-FS6**

Crédito imobiliário – pareceres emitidos em 2017(1)

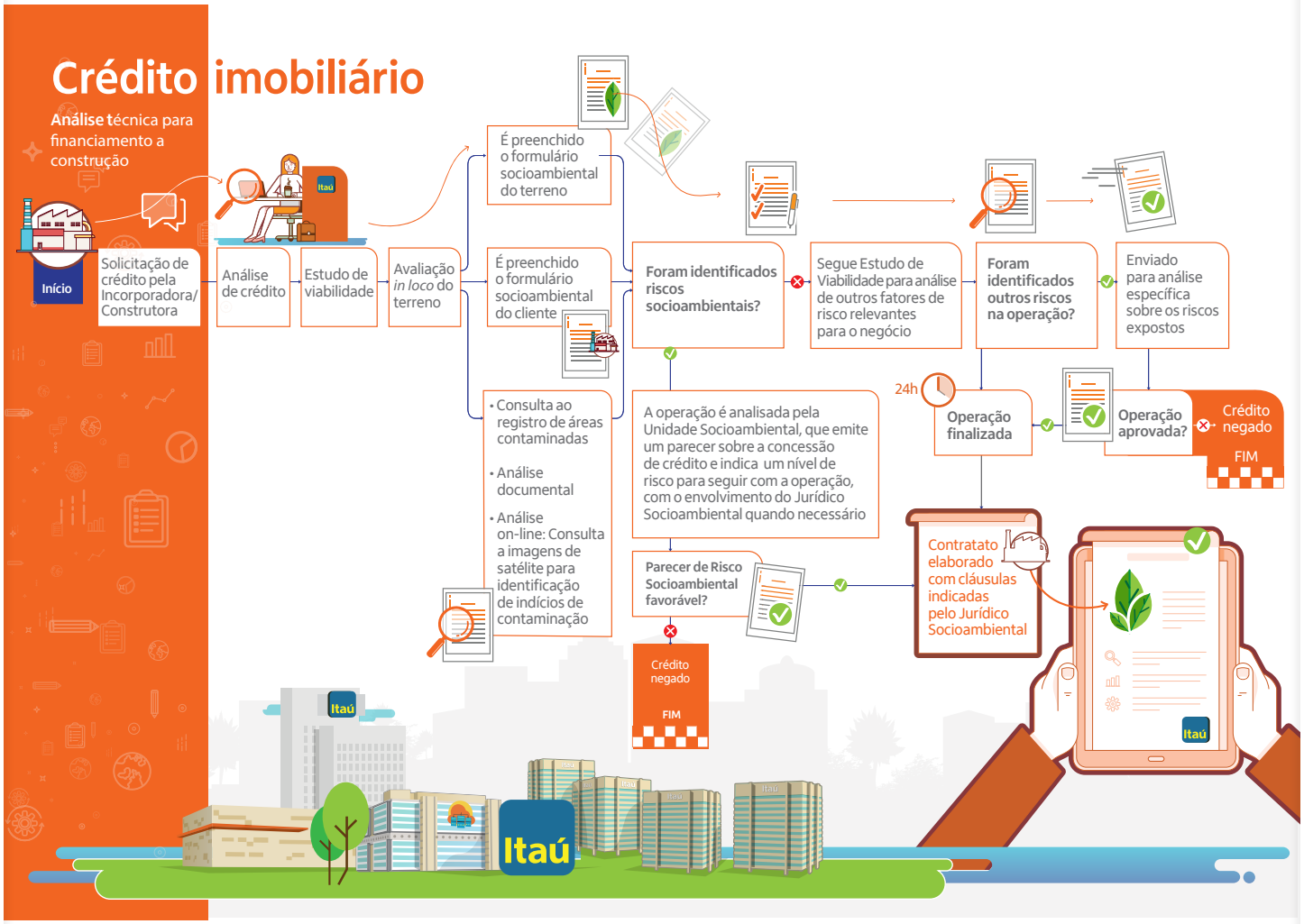
Pareceres favoráveis	Pareceres desfavoráveis
61	-

(1) Entre os "Pareceres Favoráveis" emitidos, há operações em que foram identificados risco de contaminação e/ou outro tipo de dano ambiental. Por isto, estas operações foram aprovadas para contratação com condicionantes de contrato que mencionam o plano de remediação. A aprovação do projeto e liberação mensal do recurso está atrelada ao cumprimento das condicionantes solicitadas pelo do órgão ambiental competente responsável pelo cliente, bem como à prestação de contas ao banco quanto ao andamento do(s) processo(s), como apresentação de relatórios de descontaminação, TACs, entre outros.

Nosso processo de avaliação é iniciado com uma avaliação *in loco* realizada por empresas de engenharia parceiras, que por meio de análise visual da região e do entorno do terreno onde será construído o empreendimento, verifica a existência de indícios de contaminação como postos de combustível, oficinas mecânicas, hospitais, entre outros. As informações coletadas na visita são registradas em um questionário (Formulário Socioambiental do Terreno), que abrange aspectos gerais do terreno e do entorno. Há também o envio de um questionário (Formulário Socioambiental do Cliente) para o cliente solicitante do financiamento, que abrange aspectos do histórico do terreno e do entorno. Ambos os questionários incluem informações sobre aspectos socioambientais que podem sugerir indícios de contaminação, como proximidade com fontes contaminadoras, presença de manchas no solo e existência de aterro sanitário.

Além da análise dos formulários preenchidos pela empresa parceira e pelo cliente, a equipe interna de engenharia realiza consulta ao Registro de Áreas Contaminadas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (os únicos estados em que há tal registro) para identificação de possível endereço registrado neste cadastro. Também são realizadas consultas em *sites* e portais de prefeituras ou outros órgãos competentes, quando necessário. Nessa análise são utilizados mapas disponíveis na internet, que permitem a determinação da localização dos terrenos e se estes se encontram próximos a postos de gasolina, antigas fábricas ou cemitérios, uma vez que estes podem ser casos de indícios de contaminação.

Por fim, toda documentação do empreendimento é analisada, incluindo Projeto Aprovado, Registro de Incorporação, Licença Ambiental e Licença de Construção, que podem incluir informações sobre contaminação no terreno em que o projeto será construído.



A análise dos Formulários Socioambientais, consulta em *sites* da internet, e análise documental de projetos são realizadas nos casos de contratação de Crédito Imobiliário.

Análise dos Formulários Socioambientais

	2015	2016	2017
Número de análises[1]	59	60	61

(1) Número de análises referente ao número de operações de Plano Empresário analisadas nos anos de 2015 a 2017.

O trabalho de empresas de engenharia parceiras também inclui o desenvolvimento de Estudos de Viabilidade Técnica e medições da evolução física da construção até que esta esteja encerrada.

Caso sejam identificados riscos socioambientais, de crédito, imagem ou de reputação, a operação será analisada pela nossa Unidade Socioambiental, que emitirá um parecer.

Se necessário, o departamento Jurídico também será envolvido e prosseguirá com a elaboração de cláusulas contratuais que protejam a operação, tais como vencimento antecipado do contrato caso alguma obrigação não seja cumprida, ou com a não liberação do financiamento caso determinado documento não seja apresentado.

Nos casos em que a Unidade Socioambiental identifique riscos para a operação, este parecer será submetido à análise específica sobre os riscos expostos, podendo levar a operação a uma aprovação ou uma negação ao crédito. O parecer socioambiental inclui o nível de risco da operação (baixo, médio e alto), além das possíveis formas de mitigação do risco ao longo da construção do edifício.

Seguros GRI G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS1 | antigo FS2)

Em 2017, o Comitê de Seguros continuou os planos de ação que foram traçados em 2015, buscando a melhoria contínua na gestão de processos e governança. Algumas das atividades traçadas e realizadas em 2017 foram:

- Trabalhar em conjunto com órgãos reguladores;
- Reavaliar os riscos socioambientais no cálculo do prêmio de seguros;
- Material de treinamento para a qualificação de colaboradores; e
- Lançamento de produtos voltados para diferentes perfis de clientes.

O Comitê de Seguros é composto por membros da Superintendência, Gerência e Coordenação. Seu objetivo é integrar as iniciativas de sustentabilidade nos negócios da seguradora, identificar possíveis riscos e oportunidades e dar diretrizes aos negócios. Nesse comitê participam as áreas de produtos de seguros e sustentabilidade.

Nossa avaliação de risco socioambiental em seguros considera as orientações dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês), dos quais somos signatários desde 2012. Esse compromisso voluntário traz diretrizes para minimizar a exposição aos riscos socioambientais e impulsionar o adequado gerenciamento por parte das empresas de seguros.

Para implementar os Princípios para Sustentabilidade em Seguros, criamos, em 2017, um portal interno que abrange todos os temas relativos a sustentabilidade e também desenvolvemos uma ferramenta para avaliar riscos socioambientais de novos produtos. Atualmente, na precificação de nossos produtos de seguros, levamos em consideração as questões climáticas. A análise dessas questões no preço dos seguros é feita em função da localização geográfica, frequência e potencial de geração de tragédias sociais, ambientais e econômicas.

Além disso, a área de Seguros encaminha a informação para a Gerência de Risco Socioambiental, que divulga essa informação nas plataformas do banco, visando impedir a contratação de outros produtos.

No processo de contratação ou renovação da apólice do Seguro Empresarial, é analisado se o CNPJ contratante exerce atividade com risco socioambiental e, se houver, o sistema não permite a contratação/renovação do Seguro.

Em 2016 criamos um *e-learning* que foi aplicado a todos os colaboradores que possuíam interação com os produtos destinados à pessoa jurídica, ao longo de 2017. O nosso compromisso é capacitar 80% dessas pessoas. GRI G4-DMA Portfólio de produtos (antigo FS4)

O Itaú Seguro Residencial foi pioneiro em lançar os Serviços Ambientais como parte da assistência, proporcionando aos segurados soluções sustentáveis como:

- **Descarte inteligente:** de forma ecologicamente correta, o segurado solicita a coleta de resíduos, como eletrônicos, eletrodomésticos e móveis. O Itaú providencia o descarte de maneira correta, garantindo o direcionamento ecologicamente responsável.

- **Orientação ambiental:** assessoria especializada para orientação no consumo consciente de água, energia elétrica e dicas de reciclagem de lixo.

Além de abordarmos questões ambientais em nossos produtos, empreendemos esforços para também integrar questões sociais nos produtos de seguros. A plataforma Proteja (www.itau.com.br/proteja) contempla dicas e orientações sobre proteção e seguros, por meio de tutoriais em vídeo com explicações didáticas sobre as principais dúvidas. O objetivo dessa plataforma é conscientizar o público em geral sobre a importância dessa "proteção" e ajudar as pessoas a entenderem o setor de seguros de forma simples e descomplicada. GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS16)

Em 2017, reformulamos a abordagem e apresentação do Seguro Empresarial Itaú com nichos para alguns segmentos de negócio. Assim, oferecemos coberturas, assistências e dicas de sustentabilidade de maneira direcionada, para ramos como escritórios, bares, restaurantes, comércio de alimentos, empresas de vestuários, entre outros. Seguindo este direcionamento,

reformulamos a página do *site* Itaú para o produto Empresarial, onde indicamos aos clientes as garantias que mais se adequam aos seus negócios, além de contarmos com dicas de sustentabilidade para estas empresas. Para conhecer nosso *site* de produtos de Seguros, clique aqui.

Também em 2017 foram lançados produtos de seguros de vida e acidentes pessoais voltados a públicos específicos:

- **Itaú Seguro Acidentes Pessoais Sênior:** visando garantir o conforto e a proteção da crescente população em idade avançada no território brasileiro, desenvolvemos o produto AP Sênior, que flexibiliza a idade de ingresso do segurado de 60 até 80 anos, além de possuir a cobertura de Diária de Internação Hospitalar por Acidente e uma rede de farmácias com medicamentos em desconto.

- **Itaú Seguro Viva Saudável:** tem como objetivo reforçar o estilo de vida saudável dos clientes com a assistência de Avaliação Clínica Preventiva.

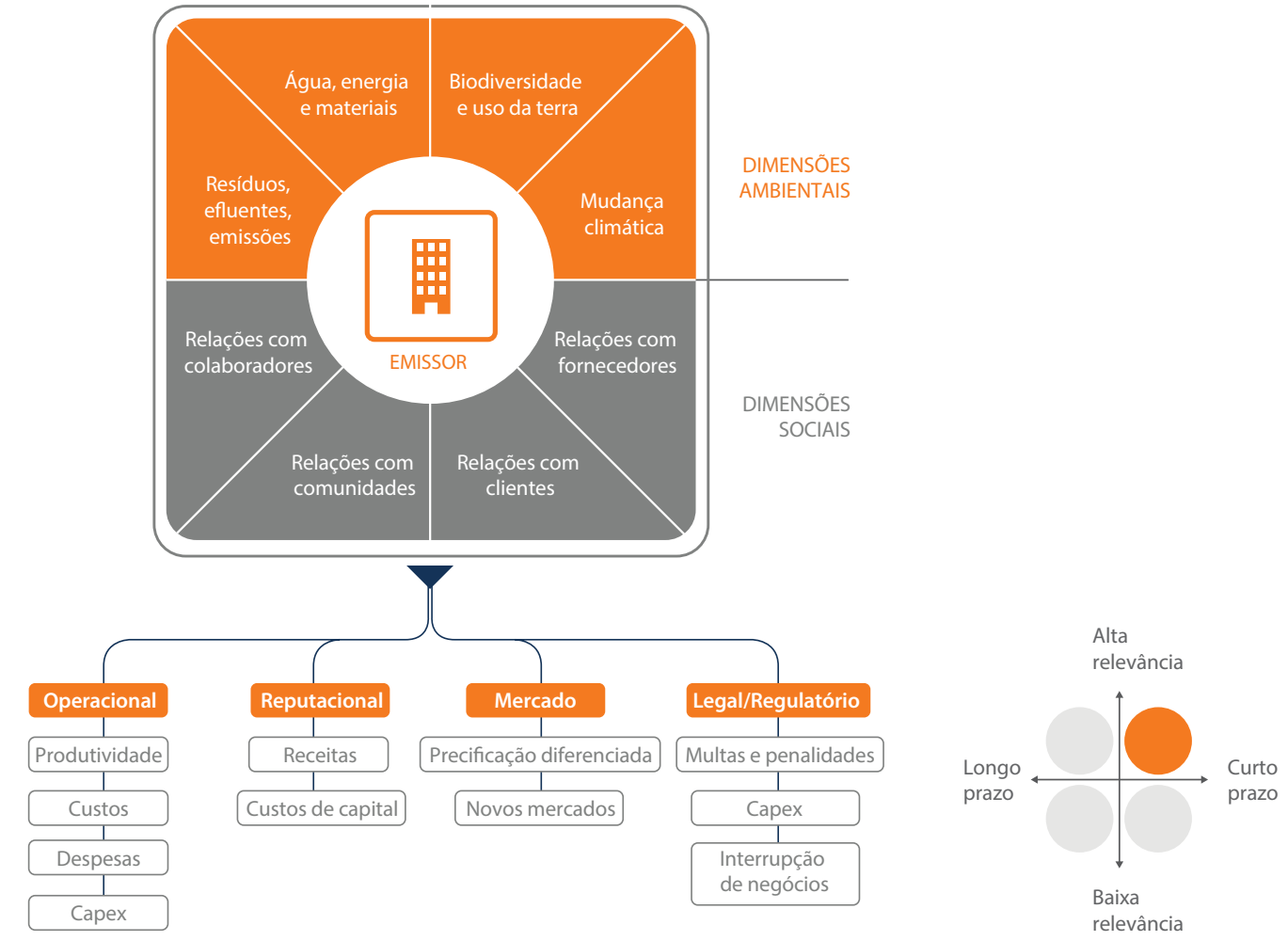
- **Itaú Seguro Viva Família:** tem como objetivo garantir o bem-estar de sua família no momento de um imprevisto. Além das garantias básicas, possui a cobertura de Diária por Internação Hospitalar e as assistências de Avaliação Clínica Preventiva e Funeral Familiar.

Investimentos GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1 | antigo FS2 | antigo FS5) | G4-FS10 | G4-FS11

A Itaú Asset Management, área especializada em gestão de recursos de clientes, é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI, sigla em inglês), e também signatária do *Carbon Disclosure Project* (CDP), solicitando informações de empresas sobre Riscos e Oportunidades relacionados às Mudanças Climáticas. A adesão a esses compromissos voluntários nos orienta na adoção de uma abordagem que integra questões sociais, ambientais e de governança nas práticas de investimento com o objetivo de mitigar riscos e identificar oportunidades para nossos clientes.

A metodologia desenvolvida pela Itaú Asset Management na avaliação de empresas consiste na integração de variáveis socioambientais nos modelos tradicionais de *valuation*, por meio da análise de seu impacto no fluxo de caixa e custo de capital. O objetivo é ajustar o preço-alvo para os papéis listados em bolsa e identificar antecipadamente os eventos que podem criar ou reduzir valor. Para avaliação de títulos de renda fixa, o modelo é ajustado para estimar o impacto absoluto das variáveis socioambientais no fluxo de caixa das empresas emissoras. Essa abordagem permite flexibilidade para os gestores, que utilizam as análises de acordo com suas estratégias e mandatos específicos. Nossa metodologia inclui variáveis como materialidade, relevância setorial, temporalidade, riscos e oportunidades, medições e gerenciamento, como apresentado no diagrama a seguir:

Metodologia para análise de avaliação



O percentual dos nossos ativos que estão alocados em setores que não apresentam riscos para o consumidor ou para terceiros, ou que não estiveram alocados em setores de produção ou distribuição de combustíveis fósseis e derivados foi de 98,97% em 2017.

Além da metodologia que contempla a integração de variáveis socioambientais nos modelos tradicionais de *valuation*, com o objetivo de aprofundar a avaliação do tema Governança Corporativa, foi desenvolvido, em 2017, um *rating* interno de governança corporativa. O *rating* considera 16 diferentes fatores de governança das empresas analisadas, incluindo a estrutura do Conselho de Administração, dualidade de CEO, membros independentes, comitês que assessoram as decisões do Conselho, diversidade de gênero dos membros do Conselho, entre outros fatores considerados boas práticas de governança corporativa. Os *ratings* obtidos são utilizados nas avaliações individuais das empresas, bem como de forma agregada no portfólio. Dessa forma é possível calcular o *rating* de governança de determinado portfólio e de seu *benchmark*, permitindo uma comparação direta entre ambos.

Nos últimos três anos evoluímos na cobertura de empresas pela metodologia de integração de questões Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ESG, sigla em inglês). Atualmente cobrimos cerca de 99% das empresas listadas no Ibovespa, IBrX-100 e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa. 90% dos títulos de renda fixa corporativa também estão cobertos pela metodologia. A meta para os próximos anos é atualizar periodicamente as análises realizadas em renda variável e ampliar a cobertura em renda fixa corporativa para 95%.

Possuímos uma estrutura dedicada a avaliação desses critérios, composta de um gestor de carteira e um analista ESG/SRI (Investimentos Socialmente Responsáveis), que modelam o impacto ESG e se aplicam o modelo ESG na análise das empresas investidas. Além disso, temos parcerias com consultores independentes especializados no tema.

Em 2017 foram realizados treinamentos e engajamentos ESG junto às equipes de gestão de fundos, comercial *Asset* e unidade de *Private Banking*.

Adotamos uma abordagem transparente para compartilhamento de nossas práticas e aprendizados a partir da crença de que podemos inspirar outras organizações na adoção de práticas alinhadas a sustentabilidade. Por isso, disponibilizamos publicamente nossa metodologia e participamos de diversos eventos do setor para apresentar nosso método e debater a integração de questões ambientais, sociais e de governança corporativa ao processo de avaliação de empresas investidas. Em 2017, dentre os eventos mais relevantes, podemos citar a participação no encontro anual dos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável da Organização das Nações Unidas (ONU), realizado em setembro, em Berlim. O evento contou com a participação de investidores institucionais, gestores de recursos e prestadores de serviço. A agenda incluiu debates sobre integração ESG à propriedade responsável, e como esses temas afetam decisões de investimento.

Além da aplicação da metodologia na construção de portfólios, levamos em consideração questões ESG para exercício do direito de voto em assembleias gerais em relação aos ativos detidos pelos fundos. A Política de Exercício do Direito de Voto em Assembleias Gerais de Empresas Investidas (*Proxy Voting Policy* – Política de Voto) baseia-se no código de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). **GRI G4-DMA Controle acionário ativo (antigo FS12)**

A Política estabelece que os direitos de voto sejam exercidos quando os fundos tiverem mais de 3% do capital social da empresa ou quando a empresa tiver uma participação superior a 10% em um único fundo. As convocações para as assembleias de acionistas são analisadas antecipadamente pelo analista ESG/SRI e pelos gestores de carteiras. O exercício do direito de voto é público na medida em que as empresas publicam as atas de suas assembleias. **GRI G4-DMA Controle acionário ativo (antigo FS12)**

Fundos socioambientais GRI 201-1

Além dos processos relacionados à mitigação de risco, oferecemos aos nossos clientes fundos com benefícios socioambientais:

- **Fundos Itaú Excelência Social (FIES):** desde o seu lançamento em 2004, esse fundo de ações investe em empresas socialmente responsáveis. O processo de seleção das empresas que compõem o FIES consiste na exclusão ou inclusão de determinados setores/empresas e na aplicação do método de integração ESG para os demais ativos elegíveis para investimento. Adicionalmente, 50% da taxa de administração dessa família de fundos é doada a projetos educacionais desenvolvidos no Brasil por ONGs. De 2004 até o fim de 2017, mais de R$ 30 milhões foram repassados para 173 OSCs, beneficiando mais de 36.500 crianças e jovens, além de 3.400 educadores. Em 2017, o FIES passou por uma reestruturação da estratégia de apoio aos projetos educacionais para conferir mais eficiência aos recursos. O montante de 2017 será repassado para as organizações em 2018.

- **Fundos Itaú Ecomudança:** os fundos de renda fixa Ecomudança repassam 30% de sua taxa de administração para apoiar projetos com potencial de redução de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) que desenvolvam iniciativas relacionadas com mobilidade urbana, eficiência energética, energia renovável, gerenciamento de resíduos, agricultura e recuperação de florestas.

Desde 2009, publicamos anualmente um edital para a seleção de novos projetos.

No edital de 2017 selecionamos nove projetos, aplicados na área de Florestas, Agricultura e Manejo de Resíduos Sólidos.

Projetos selecionados no edital 2017 do Fundo Ecomudança em parceria com o Instituto Ekos

Categoria	Organização	Projeto	Cidade	Estado	Toneladas de Co_2 evitadas/ano	Famílias atendidas	Apoio (R$)
Florestas	CODEMI	Sistemas agroflorestais	Igarapé-Miri	PA	85	20	61.000,00
Florestas	APAR	Sistemas agroalimentares sustentáveis	Garrafão do Norte	PA	170	20	80.000,00
Florestas	IMAFLORA	Sistemas sustentáveis de produção agroflorestal	Oriximiná	PA	340	42	99.248,00
Florestas	ADESSU BAIXA VERDE	*Das mãos para a terra a solução ambiental*	Triunfo e Santa Cruz da Baixa Verde	PE	128	31	99.828,00
Florestas	AVESOL	*Reflorestando as Margens do Mearim*	Bacabal e Pedreiras	MA	85	37	83.400,00
Manejo de Resíduos	COOPCHAMAR	*Chapada Recicla*	Chapada dos Guimarães	MT	231	15	100.000,00
Agricultura	APACO	Produção local de biofertilizantes para agroecologia	Chapecó	SC	64	40	60.000,00
Agricultura	Associação do Povoado Sabonete	*Projeto "Pindoba"*	Carutapera	MA	49	25	68.500,00
Agricultura	Vale Viver	*Mulheres construindo a agroecologia e a autonomia*	Águas Formosas	MG	10	21	72.410,00
				Total	**1.162**	**251**	**724.386,00**

Desde seu lançamento até o ano de 2017 (projetos selecionados nos editais de 2009 a 2016), o programa Ecomudança favoreceu cerca de 1.347 famílias, das quais, aproximadamente 598 tiveram um aumento de mais de 10% na renda. A redução geral de Gases do Efeito Estufa (GEE) gerada pelos projetos favorecidos, desde o seu início, já atinge a marca de 22.000 tCO_2eq.

- **Fundo Itaú Futura:** entre 2010 e 2017, o fundo social Itaú Futura doou mais de R$ 2,6 milhões a projetos educacionais desenvolvidos pelo Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, recurso que representa 30% de sua taxa de administração.

Oportunidades socioambientais GRI G4-FS7 | G4-FS8

Para além da identificação e mitigação dos riscos socioambientais em nossas operações, estamos sempre atentos às tendências de mercado e oportunidades de negócios que promovam impactos socioambientais positivos.

Para os segmentos de grandes empresas, antes de tomar qualquer decisão de crédito, o banco contempla aspectos socioambientais em sua análise. Essa análise impacta diretamente o *rating* de crédito dos clientes, o custo das operações, a alocação de recurso nos setores da carteira, os tipos de garantia e o mix de produtos a ser oferecido. Todos os setores com os quais atuamos foram mapeados pela nossa equipe técnica socioambiental, levando-se em conta normas ambientais internacionais e aspectos geográficos. Acreditamos que ao internalizar variáveis socioambientais no modelo de *rating* de crédito, revemos nosso relacionamento com nossos clientes, permitindo incentivos ou restringindo o acesso ao crédito.

Ofertamos diversas linhas de financiamento socioambientais para nossos clientes para projetos relacionados à mitigação de mudanças climáticas, redução de emissões de gases de efeito estufa, energia renovável, melhorias no sistema de transmissão e distribuição de energia (eficiência energética), biocombustíveis, infraestrutura e melhoria do setor de logística, saneamento básico, agricultura sustentável e renovação de canaviais.

Além disso, mantivemos vigentes todas as linhas multilaterais destinadas à promoção de benefícios socioambientais. Esses recursos foram provenientes da IFC, da *Inter-American Investment Corporation* (IIC) e da *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para projetos e empresas localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, para pequenas e médias empresas e empresas geridas por mulheres. Para apoiar e financiar empresas geridas por mulheres, em 2017 captamos mais uma linha com o BID no valor de U$ 100 milhões.

Operações contratadas em 2017

Modalidade Financiamento	Resumo destinação do recurso	Valor[1] (R$ milhão)
BNDES Finem Prorenova	Renovação dos canaviais e a introdução de novas plantações de cana-de-açúcar	69,80
BNDES ABC	Agricultura - financiamentos para a redução de emissões de gases de efeito estufa	10,00
BNDES Automático Financiamento de Projetos	Estruturas para armazenamento beneficiamento de grãos e açúcar, melhorias em hospitais e escolas, tratamento de efluente, usina hidrelétrica.	111,80
Itaú *Bridge* para projetos	Linhas de transmissão, usinas hidrelétricas e solares	981,50
Itaú Fiança para Projetos	Linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, solares e eólicas	2.248,95
Itaú Financiamento de Projetos - Longo Prazo	Distribuição de energia, plantios de cana-de-açúcar, armazenamento de grãos, hospital, planta de cimento e plantas solares.	577,80

(1) Total financiado por cada modalidade.

Em 2017, participamos da emissão de mais um título verde (*green bond*) do mercado brasileiro. Nessa operação, a Klabin contratou US$ 500 milhões (aproximadamente R$ 1,745 bilhões) em uma operação de títulos de dívida (*bonds*) distribuídos no mercado americano, com vencimento em 2027. Além do *green bond* mencionado, realizamos *due diligence* socioambiental para viabilizar a emissão de 7,67 bilhões em papéis com destinação a investimento de longo prazo a projetos específicos.

Em 2017 o segmento Atacado direcionou 2,92 bilhões em operações de crédito que promovem benefícios socioambientais, esse valor, se comparado com a carteira do segmento no final de 2017, corresponde aproximadamente a 1,76%.

Pioneirismo e parcerias

Como membro da Associação dos Princípios do Equador e representante da América Latina no Comitê Diretivo, o Itaú Unibanco sediou pela primeira vez na região a Reunião Anual da Associação, a qual é formada por mais de 90 bancos localizados em quase 40 países.

Na reunião, foram debatidos temas-chave para os bancos participantes, como os desafios da incorporação de riscos associados a Mudanças Climáticas. Os Princípios do Equador são referências de boas práticas internacionais e funcionam como um guia para o setor financeiro, contribuindo com a identificação, avaliação e gestão de riscos socioambientais na concessão de crédito para financiamento de projetos.

O evento de 2017 foi o maior desde sua primeira edição em 2009, tendo a participação de mais de 120 representantes de diversas instituições financeiras de todos os continentes. Além disso, em parceria com a IFC, braço privado do Grupo Banco Mundial, recebemos seu *Community of Learning* que reuniu participantes de diferentes geografias para discutir temas de fronteira em risco socioambiental.

Com o objetivo de identificar tendências e oportunidades de negócios socioambientais, criamos um grupo de trabalho, dentro da área de sustentabilidade, integralmente dedicado ao desenvolvimento e à avaliação da viabilidade desses novos negócios. Desde então, temos desenvolvido estudos e propostas com diversos *stakeholders* no intuito de engajar e gerar negócios socioambientais e integrar esses temas nas áreas de negócios, buscando a transição para uma economia de baixo carbono.

Anualmente, realizamos o levantamento de capital alocado em empréstimos verdes na economia brasileira, em conjunto com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Essa frente de trabalho da FEBRABAN visa desenvolver uma metodologia de mensuração de recursos financeiros alocados ano a ano em ramos de atividade com maior propensão a causar danos ambientais e aqueles considerados como de economia verde. O estudo permite acompanhar a evolução do capital aplicado em cada um dos temas mencionados anteriormente e a consequente tomada de decisão. Em 2017, 15 bancos, representando 87,3% do total de empréstimos para pessoa jurídica no sistema financeiro brasileiro, participaram do estudo.

Para mais Informações, clique aqui.

Ainda em 2017, integramos os grupos de trabalhos do Laboratório de Inovação Financeira – LAB, uma iniciativa para fomentar a criação de instrumentos financeiros que potencializem o desenvolvimento sustentável e impacto positivo. A ação é liderada pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e neste ciclo o laboratório promoveu discussões intersetoriais em três grupos de trabalho diferentes: Títulos Verdes, Finanças Verdes e Instrumentos Financeiros para Investimentos de Impacto Social.

Mais informações em www.labinovacaofinanceira.com.

Neste ano, seguimos apoiando a Força Tarefa de Finanças Sociais, do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE). O grupo visa articular uma rede de relacionamento para atrair investidores, empreendedores e parceiros para que promovam modelos de negócios rentáveis que possam levar à solução de problemas sociais ou ambientais e, com isso, promovam a reflexão sobre como gerenciar recursos e necessidades da sociedade. Com isso, reforçamos nosso posicionamento como incentivador do ecossistema de investimento de impacto.

Ainda no tema de Investimento de Impacto, disponibilizamos para nossos clientes do *Private Bank* a possibilidade de investirem na primeira debênture de impacto social do Brasil. A debênture foi emitida pela Vivenda que atua na reforma de casas populares em São Paulo, possibilitando uma mais digna para a população de baixa renda.



Mudanças climáticas GRI 201-2 | 103-2 | 103-3

Ecoeficiência e gestão ambiental

As mudanças climáticas representam um dos principais desafios do presente e do futuro e nós, como instituição financeira, temos um papel importante na mitigação desses riscos e no suporte à transição para uma economia de baixo carbono. Procuramos incorporar variáveis relacionadas às mudanças climáticas em nossas operações e negócios (crédito, seguros e investimento) por meio da gestão de riscos, utilizando a *expertise* da nossa equipe de avaliação de risco socioambiental e desenvolvendo soluções que nos auxiliem no adequado atendimento das nossas metas de redução de emissões de gases do efeito estufa e na adaptação de nossas operações às melhores práticas de mercado para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas nas nossas atividades. As mudanças climáticas também são tratadas em nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, que fornece diretrizes para toda a organização, e em nosso Posicionamento de Riscos e Oportunidades Socioambientais, o qual descreve nossos compromissos e metas para os próximos anos.

Os riscos climáticos, materializados nas alterações do regime das chuvas, na ocorrência de eventos extremos e na escassez de recursos naturais, trazem sérias consequências para a sociedade e economia. Por isso, estamos ampliando cada vez mais nossa atuação no tema, incorporando variáveis climáticas em nossos negócios, gerenciando riscos e buscando alternativa para aumentar a capacidade de nossa resistência, garantindo a perenidade do negócio e contribuindo com a sociedade.

Acreditamos que alcançar uma economia global limpa, eficiente e resiliente é uma medida urgente e exige a participação de todos: setor privado, Governo e sociedade. Por isso, participamos de grupos de discussões multissetoriais, com organizações como CEBDS, FEBRABAN e FGV, para mobilizar e articular com as lideranças empresariais, debater sobre possíveis impactos e ações mitigadoras das mudanças climáticas, adaptar ou desenvolver novos produtos, ou ainda, contribuir para elaboração de políticas públicas ligadas ao tema.

Estratégia

Somos uma empresa de serviços, e, mesmo que em menor escala do que as atividades industriais, nossas operações também exploram recursos naturais, como por exemplo, consumo de água, tanto para uso direto quanto para geração de energia, no caso das operações no Brasil, e geração de resíduos sólidos e consumo de energia elétrica. Além disso, estamos mensurando nossas emissões financiadas e investidas de forma a entender nosso impacto indireto e adotar iniciativas que o mitiguem.

Somos membros do *Benchmark Club do Carbon Disclosure Program* (CDP) *Latin America*, além de fazer parte das carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), do Índice Carbono Eficiente (ICO2), e do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), que anualmente reportam nossas emissões. Nesse contexto, implementamos medidas para reduzir, direta ou indiretamente, as emissões de GEE e outros poluentes associados aos nossos negócios.

A preocupação com as mudanças climáticas e seus impactos na sociedade está presente em todos os nossos negócios, cada qual com sua especificidade, e é tema de recentes compromissos voluntários que assumimos.

Em seguros, enfrentamos diversos novos desafios oriundos das mudanças climáticas, como o agravamento dos desastres ambientais, que podem causar perdas financeiras, de infraestrutura e, principalmente, humanas. Essa questão nos motiva a quantificar e precificar corretamente possíveis impactos, buscando reduzir a vulnerabilidade de nossos clientes.

Na área de crédito, nossa estratégia tem sido estudar e entender o impacto das mudanças climáticas na carteira de crédito do banco. Este trabalho será publicado em breve reunindo os principais resultados e conclusões.

Já na área de investimentos, nossa metodologia de avaliação de ativos considera as mudanças climáticas como uma das dimensões de análise. Prestamos atenção tanto aos aspectos regulatórios, como também utilizamos uma precificação interna de carbono para estimarmos os custos de emissões das empresas que analisamos e calcularmos o impacto financeiro no preço de mercado dessas companhias e de suas ações.

Em 2016, atuamos também com linhas de financiamento para projetos que mitigam os impactos das mudanças climáticas. Temos parceria com o BID, CEF, IFC e BNDES para financiamento de projetos de energia renovável e economia de baixo carbono. Também apoiamos esses projetos com recursos próprios.

Também estudamos caminhos para a incorporação das recomendações do *Task Force on Climate-Financial Disclosure* em nossa estratégia de atuação no tema, considerando governança climática, comunicação, metas e métricas.

Embora no Brasil ainda não exista legislação para comércio de créditos de carbono, participamos do sistema de simulação da Fundação Getulio Vargas e estamos nos preparando para atender essa demanda tão logo ela se imponha.

Nosso posicionamento em mudanças climáticas está disponível em nosso *site* e detalha essas e diversas outras iniciativas.



Mudanças climáticas nas operações GRI 103-2 | 103-3

Ecoeficiência e gestão ambiental

Gestão de risco e oportunidades

Entendemos a importância de conhecer, medir e gerenciar o impacto de nossa operação. Dessa maneira há mais de oito anos fazemos o inventário de nossas emissões de gases do efeito estufa com verificação por terceira parte independente, de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, sendo reconhecido pelo programa com o selo Ouro. Nosso histórico de emissões é público e anualmente o reportamos para o Registro Público de Emissões, uma plataforma de dados gerenciada também pelo Programa Brasileiro *GHG Protocol* e disponível para acesso no endereço www.registropublicodeemissoes.com.br.

Com o objetivo de aprimorar o gerenciamento ambiental de nossas instalações, buscamos por certificações ambientais internacionais e, em 2017, iniciamos o processo de certificação do Centro Empresarial Itaú Unibanco (CEIC) na norma ISO 14001, que nos proporciona uma gestão mais eficiente neste polo que contém mais de 10.000 funcionários. Somada à certificação ISO 14001 implementada desde 2011 no Centro Administrativo Tatuapé, nossa cobertura em de Sistema de Gestão Ambiental certificados aumentou de 15% para 40% com relação ao ano passado. Até 2020 trabalharemos na certificação de mais dois grandes polos administrativos, ainda em definição, com objetivo de **aumentar** a nossa cobertura de certificação em nossos polos administrativos.

Conquistamos em 2016 também a tripla certificação LEED selo Gold no Edifício Faria Lima 3500, uma certificação para construções sustentáveis concebida e concedida pela organização americana *U.S. Green Building Council* (USGBC), sendo a mais recente na tipologia LEED O+M (Operação e Manutenção) complementando as anteriores nas tipologias LEED BC+C (Projeto e Construção de Edifícios) e LEED ID+C (Design e Construção de Interiores), somando as certificações anteriores na tipologia LEED NC (*New Construction*) obtidas para CTMM (Centro Técnológico de Mogi Mirim).

Durante o último ano, testamos em nossa rede de agências novos conceitos de construção por meio de dois projetos que, com o acompanhamento de seus resultados reais, gerarão itens ecoeficientes replicáveis nas futuras reformas de nossas instalações.

Os conceitos das reformas partem do princípio de respeitar a estrutura e materiais existentes no edifício de forma a gerar menos resíduos durante a obra.

Agência Butantã e Ag. Digital Personnalité Aço III

Estas agências, localizadas nos bairros do Butantã e Jabaquara em São Paulo, serviram de piloto para realizarmos retrofit com o objetivo de ser mais eficiente no consumo de água e energia.

Para a Agência Butantã, focamos em testar novas tecnologias. Foram aplicados aproximadamente 59 itens de medidas sustentáveis como reúso de água pluvial, telhas e vidros térmicos, iluminação 100% em LED, sistema de ar-condicionado eficiente, automação e a instalação placas fotovoltaicas com a capacidade de gerar aproximadamente 12% da energia consumida nessa agência (início de operação primeiro trimestre de 2018). Os primeiros resultados apurados no período pós-obra (julho a novembro de 2017) mostraram uma economia de 55% no consumo de energia em comparação ao mesmo período do ano anterior.



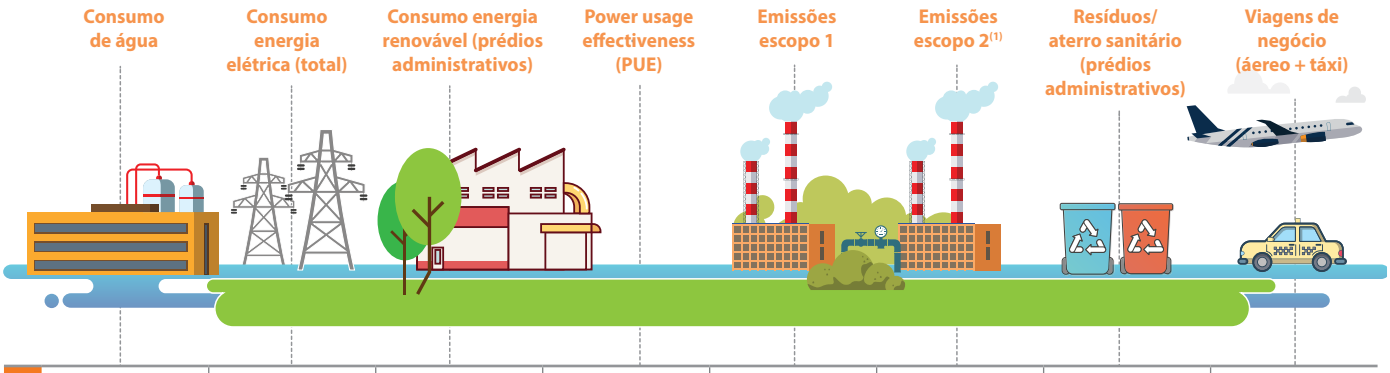


Já na agência digital Personnalité Aço III, foram aplicados alguns dos itens testados na reforma da agência Butantã como: iluminação 100% em LED, melhorias no sistema de ar-condicionado e elementos que economizam água (restritores de vazão em torneiras e descargas) nos sanitários. Essas e outras iniciativas servirão como padrão para reformas futuras em outras localidades.

No Itaú, o gerenciamento do nosso desempenho ambiental é segregado por unidades administrativas, rede de agências e centros tecnológicos. Discutimos melhorias, analisamos dados e viabilizamos projetos para os três tipos de estruturas em um Grupo de Trabalho (GT) nomeado Gestão Interna, criado para integrar ações, projetos e estudo, ligados à ecoeficiência e a trocar experiências entre as diferentes áreas técnicas.

Indicadores e visão para o futuro

Como continuidade das nossas ações e gerenciamento de nosso desempenho ambiental, definimos novos compromissos de longo prazo, buscando uma operação cada vez mais sustentável. Nossas metas contemplam o consumo de água, energia, emissões, resíduos e viagens a negócios de nossas operações no Brasil.



	Consumo de água	Consumo energia elétrica (total)	Consumo energia renovável (prédios administrativos)	Power usage effectiveness (PUE)	Emissões escopo 1	Emissões escopo 2[1]	Resíduos/ aterro sanitário (prédios administrativos)	Viagens de negócio (áereo + táxi)
Meta Absoluta 2020	Reduzir em 16% nosso consumo de água entre 2013 e 2020	Reduzir em 11% nosso consumo de energia entre 2013 e 2020	Atingir um indicador de 96% da energia consumida por fontes renováveis	Atingir um indicador PUE de 1,60	Reduzir em 3% nossas emissões de escopo 1 entre 2013 e 2020	Reduzir em 11% nossas emissões de escopo 2 entre 2013 e 2020	Reduzir em 46% a destinação de resíduos das nossas unidades administrativas para aterros entre 2013 e 2020	Reduzir em 10,5% a quantidade de quilômetros rodados entre 2013 e 2020
Meta Relativa 2020	Reduzir em 43% nosso consumo de água por R$ 1 milhão em produtos bancários entre 2013 e 2020	Reduzir em 40% nosso consumo de energia por R$ 1 milhão em produtos bancários entre 2013 e 2020	Não se aplica	Este é um indicador absoluto. Sem escala	Reduzir em 35% nossas emissões de escopo 1 por R$ 1 milhão em produtos bancários entre 2013 e 2020	Reduzir em 40% nossas emissões de escopo 2 por R$ 1 milhão em produtos bancários entre 2013 e 2020	Não fazemos por indicador relativo nesse caso	Reduzir em 40% a quantidade de quilômetros rodados por produto bancário, entre 2013 e 2020
Desempenho 2017[1]	Atualmente reduzimos em 17% nosso consumo absoluto e em 40% nosso indicador relativo	Atualmente reduzimos em 1% nosso consumo absoluto e em 27% nosso indicador relativo	Atualmente 95% da energia dos prédios administrativos é proveniente de fontes renováveis	Atingimos um PUE de 1,81 em 2017	Em 2017 obtivemos uma redução 23% no indicador absoluto e em 44% no indicador relativo	Em 2017 obtivemos uma redução de 6% no indicador absoluto e em 31% no indicador relativo	A quantidade encaminhada para aterro sanitário aumentou, pois em 2017 prédios administrativos e agências implementaram a gestão destes dados	Atualmente reduzimos em 2% nosso consumo absoluto e em 29% nosso indicador relativo

(1) Dados comparativos considerando os consumos do ano 2013.
(2) As metas para emissões de escopo 2 utilizam um fator de emissão do GRID nacional fixado pela média histórica entre 2012 e 2016, equivalente a 0,10058 tCo_2e/MWh.

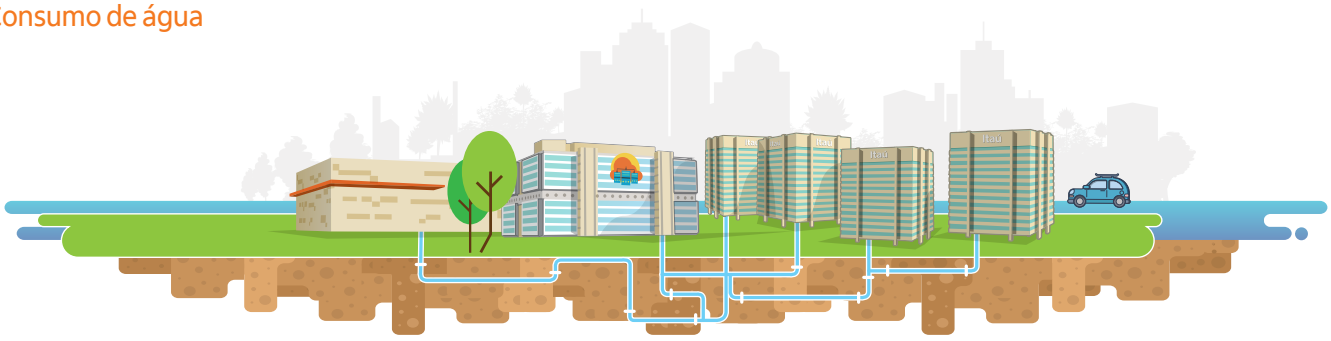
Nos últimos três anos, nossos esforços em buscar melhoria constante de nossas operações geraram impactos positivos em nosso desempenho ambiental. Como exemplo, no período de 2014 a 2016 reduzimos nosso consumo de água em aproximadamente 300 mil m³ (17%), 86 mil MWh no consumo de energia (12%) e 34% de nossas emissões diretas e indiretas de GEE. Os detalhes a sobre a gestão de cada recurso, natural ou não, estão apresentados a seguir.

Água GRI 303-1 | 303-3

A gestão hídrica no Itaú busca pela utilização responsável desse recurso, através da redução de nosso consumo e diversificação das fontes de abastecimento. Utilizamos, em nossa operação interna, água que advém da rede hídrica de abastecimento público e, em alguns de nossos polos, utilizamos também a captação de água de poços artesianos. Em 2017 perfuramos um novo poço artesiano que está em funcionamento no edifício CA Pinheiros em São Paulo.

Comparado ao consumo de água do ano anterior, em 2017 consumimos 1.390.142 m³ e tivemos uma redução de consumo de água de aproximadamente 1,5%.

Consumo de água



	Consumo total 2015[1][2]	Consumo total 2016[1][2]	Consumo total 2017[1][2]	Meta 2017	Atingiu a meta?	Meta 2018
Metros cúbicos (m³)	1.472.460,63	1.410.592,40	1.390.142,00	1.389.968,50	✗	1.375.653,50
M³/R$PB	13,54	13,03	12,76[3]	12,90	✓	12,71[4]

(1) Não são contabilizadas 34 unidades do banco de atacado que estão em condomínios multiempresariais.
(2) Os dados não contemplam as unidades LATAM.
(3) Utilizado valor real do PB do ano de 2017 equivalente a 108.967,00.
(4) Utilizado valor orçado para o PB de 2018.

Esses resultados são consequência de nossa gestão dos recursos hídricos para atingimento dos compromissos propostos e um desempenho cada vez mais eficiente, conforme iniciativas abaixo:

Iniciativa	Unidade implementada	Descrição	Redução de consumo (m³/ano)[1]	Economia (R$/ano)
Desligamento de uma central de água gelada	Centro Tecnológico de São Paulo	Com a redução da carga instalada do *data center* e ações de eficiência na infraestrutura, foi possível desligar uma central de água gelada aumentando a eficiência	Não mensurado	935.751,68
Instalação de dispositivos redutores de vazão em equipamentos sanitários	Centro Empresarial, CA Brigadeiro, CA Tatuapé e CA Pinheiros	Os dispositivos instalados reduzem a quantidade de água utilizada em descargas e torneiras	29.954,60	632.053,16
Captação de água pluvial	CA Tatuapé	Instalação de sistema de captação e tratamento de água pluvial	7.000,00	122.220,00

(1) Utilizando como base o ano de 2016.

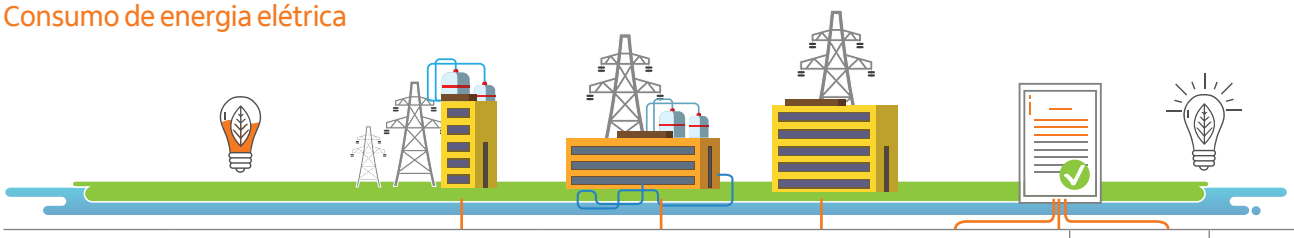
Tratamento de efluentes e água de reúso

Além de diversificar as formas de abastecimento em nossos polos, buscamos também o reaproveitamento deste recurso pelo reúso de água, captação e tratamento de água de chuva e tratamento de efluentes (esgoto) com o objetivo de reduzir a utilização de água proveniente do abastecimento público. Em 2017 consumimos um total de 72.185 m³ de água de reúso e estamos cada vez mais procurando novas alternativas para aumentar esse consumo de água, diminuindo assim o consumo da rede de pública de abastecimento. Durante o ano passado, realizamos a instalação de sistema de reaproveitamento de água de chuva no CA Tatuapé. Esse novo sistema irá complementar os já existentes em outros polos, como o sistema de reaproveitamento de águas pluviais no edifício Faria Lima 3500 em São Paulo, a estação de tratamento de efluentes em nosso centro Tecnológico de Mogi Mirim e demais sistemas complementares em nossas unidades.

Utilizamos a água proveniente das fontes de reúso, após os tratamentos necessários, para limpeza de áreas externas e fachadas, abastecimento dos sanitários para descargas ou em equipamentos do sistema de ar-condicionado como as torres de resfriamento.

Energia GRI 302-1

Consumo de energia elétrica



Fonte	Unidade de medida	Consumo total 2015	Consumo total 2016[2]	Consumo total 2017	Meta 2017	Atingiu a meta?	Meta 2018
Energia renovável[1]	MWh	188.823,56	203.919,90	218.609,00	219.000,00	✓	219.000,00
	GJ	679.764,82	734.111,64	786.992,00	788.400,00		788.400,00
Energia não renovável[1]	MWh	503.835,97[1]	409.253,57[1]	351.885,00[1]	363.923,40	✓	360.855,10
	GJ	1.813.809,50	1.473.312,85	1.266.786,00	1.310.124,24		1.299.078,36
Consumo absoluto total	MWh[4]	717.779,51[4]	630.245,26[4][5]	607.888,00[4]	582.923,40[1]	✓	579.855,10[1]
	MWh[1]	692.659,51[1]	613.249,26[1]	570.494,00[1]			
	GJ[4]	2.584.006,23[4]	2.268.882,94[4]	2.177.914,00[4]	2.098.524,24[1]		2.087.478,36[1]
	GJ[1]	2.493.574,24[1]	2.207.697,34[1]	2.053.778,00[1]			
Consumo relativo	MWh/ PB[1]	6,15[1]	5,44[1]	5,23[1][2]	5,39[1]	✓	5,34[3]

(1) Dados sem LATAM.
(2) Utilizado valor real do PB do ano de 2017 equivalente a 108.967,00.
(3) Utilizado valor orçado para o PB de 2018.
(4) Inclui LATAM.
(5) Exclui Chile.
Obs: O valor total pode incluir estimativas de consumo com base na média dos meses do ano.

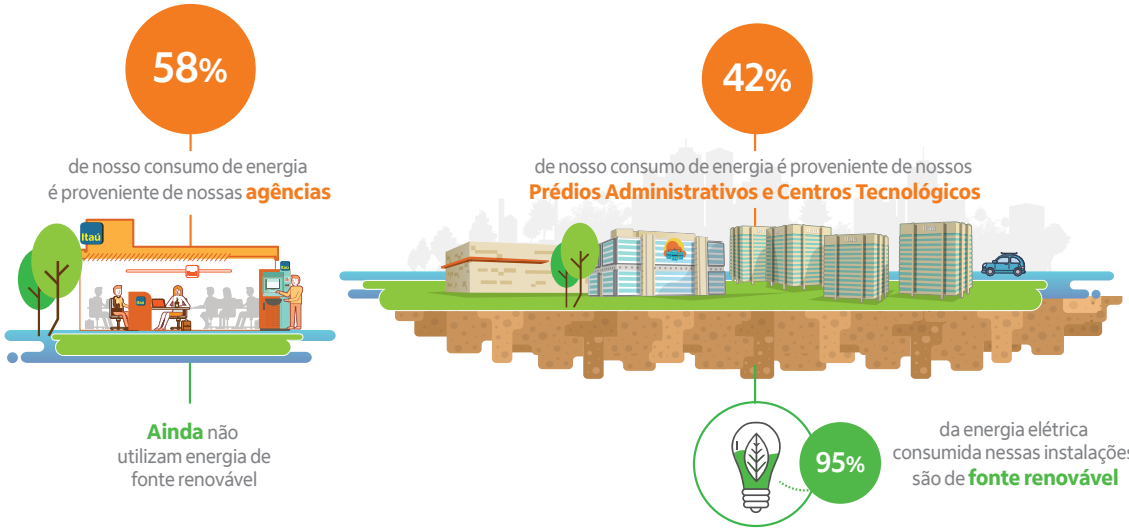
Indicador de Eficiência Energética em *Data Centers*	2015	2016	2017	Meta 2017	Atingiu a meta?	Meta 2018
PUE (*Power Usage Effectiveness*)	2,00	1,90	1,81	1,83	✓	1,75

Em comparação com o consumo total de energia elétrica do último ano, em 2017 nós tivemos uma redução de 7% em nossas operações do Brasil, o que equivale a quase 43 mil MWh.

Além disso, atingimos em 2017 um PUE (*Power Usage Effectiveness*), índice para medir a eficiência energética de *data centers*, de 1,81 atingindo a meta estipulada para o ano e uma redução de 8% em comparação ao ano anterior.

Buscamos manter nossa operação sustentada por uma matriz energética proveniente de fontes renováveis. O consumo de energia elétrica em agências representa 58% de nossa cobertura de consumo total, sendo que a fonte atual de abastecimento advém do mercado regulado de compra de energia, o que implica estarmos vulneráveis às flutuações do fator de emissão para a geração do Sistema Interligado Nacional (SIN). Hoje, 95% da energia elétrica usada em nossos prédios administrativos e centros tecnológicos são de fontes como pequenas centrais hidrelétricas, usinas de biomassa ou parques eólicos. Temos como meta, para 2020, expandir o uso de energia proveniente de fontes renováveis para 96%.

Fontes de consumo de energia elétrica do Itaú Unibanco







Em 2017 desenvolvemos em nosso Centro Empresarial e no Centro Administrativo Tatuapé novos projetos para utilização de três tecnologias diferentes de conversão da energia solar em energia elétrica. Além da clássica tecnologia de painel fotovoltaico PV (*Photo-Voltaic*) que visa um sistema dedicado de conversão da energia solar em energia elétrica, buscamos a prática de outras tecnologias que podem ser integradas a espaços, construções e fachadas, e assim serem utilizadas em outros projetos do Itaú. Essas tecnologias utilizam como base os Filmes Fotovoltaicos Orgânicos, também conhecidos como OPV (Organic Photovoltaics), que são um modelo de filme fino, leve, flexível, com diferentes graus de transparência e altamente customizável capazes de gerar energia elétrica a partir da luz do Sol.

Esses três projetos terão a capacidade de gerar aproximadamente 31.500 kWh/ano e apresentam apenas o primeiro passo para o exercício prático destas tecnologias no Itaú e que irão nos guiar para a expansão nos próximos anos.

Desta maneira, buscamos em nossa rede de agências também avançar nos estudos para utilização de energia proveniente de fontes renováveis. Em 2017 realizamos a instalação de painel fotovoltaico PV (*Photo-Voltaic*) em uma agência localizada na cidade de São Paulo, com capacidade de produzir 12% da energia total consumida por essa agência aproximadamente 40.000 kWh/ano com sua operação iniciando no primeiro trimestre de 2018.

A gestão sobre o consumo de energia elétrica para atingimento dos compromissos propostos foi bastante semelhante, conforme algumas iniciativas detalhadas abaixo:

Iniciativas de redução de consumo de energia elétrica GRI 302-4

Iniciativa	Unidade implement ada	Descrição	Redução no consumo (MWh)[1]	Economia (R$/ano)
Implantação de Iluminação com lâmpadas LED	Centro Empresarial, CA Brigadeiro, CA Tatuapé e CA Pinheiros	Substituição da iluminação nas áreas internas e externas por lâmpadas LED, mais eficientes.	2.536,5	940.314,9
Substituição de equipamentos consumidores	Centro Empresarial, CA ITM e CA Pinheiros	Substituição de equipamentos como motores elétricos, quadros elétricos e válvulas nos sistemas de refrigeração para modelos mais eficientes.	976,0	614.456,0
Desativação de equipamentos consumidores	CTSP (Centro Tecnológico São Paulo)	Desativação de um módulo de *no-break* e uma central de água gelada, reduzindo consumo local.	3.619,0	1.413.111,6

(1) 2016 utilizado como ano base.

Emissões GRI 305-1 | 305-2 | 305-3 | 305-5

Geração de emissões



	Emissões 2015	Emissões 2016[3]	Emissões 2017	Meta 2017	Atingiu a meta?	Meta 2018
Indicador Absoluto Escopo 1 (tCO_2e)	9.872,00	10.895,00	7.720,04	10.422,00	✓	10.414,00
Indicador Relativo Escopo 1 (tCO_2e)/PB[4]	0,091	0,101	0,071[4]	0,096	✓	0,091[5]
Indicador Absoluto Escopo 2 (tCO_2e)	96.154,00	54.340,00	65.676,40 52.565[6]	54.054,50[1][6]	✓	5.3752,60[1][6]
Indicador Absoluto Escopo 2 (tCO_2e)/PB[4]	0,88	0,50	0,60[4] 0,48[4][6]	0,49[1][6]	✓	0,50[1][5][6]
Indicador Absoluto Escopo 3 (tCO_2e)	121.521,00	99.556,00	169.480,31	–[2]	–[2]	–[2]
Indicador Relativo Escopo 3 (tCO_2e)/PB[4]	1,11	0,91	1,56	–[2]	–[2]	–[2]
Total (tCO_2e)	**227.547,00**	**164.791,00**	**242.877,00**			

(1) Meta elaborada utilizando o Fator Médio de Emissão Nacional do GRID Brasileiro em 2017 – 0,0927 ($kgCO_2$/MWh).
(2) Nenhuma meta foi definida para emissões de Escopo 3.
(3) Dados não contemplavam as emissões do Chile.
(4) Utilizado valor real do PB do ano de 2017 equivalente a 108.967,00.
(5) Utilizado valor orçado previsto para o PB de 2018.
(6) Valor referente apenas às emissões das operações no Brasil.

A gestão de emissões no Itaú Unibanco consiste em conhecer e inventariar as emissões advindas de nossas atividades, e reduzi-las por meio de desenvolvimento de projetos e metas de longo prazo e compensar o que não pode ser reduzido por essas ações interna.

Em comparação com resultados apresentados em 2016, durante o ano passado, nós tivemos um aumento de 47% de emissões totais, sendo que as emissões indiretas de escopo 3 apresentaram a maior variação.

Escopo 1
No ano de 2017, nossas emissões de Escopo 1 apresentaram um decréscimo de 29% comparado ao ano de 2016. Nossas emissões de Escopo 1 possuem como principal fonte o óleo diesel utilizado nos geradores, que durante testes ou no caso de falta de distribuição de energia elétrica, são ligados para assegurar 100% de disponibilidade para nossas instalações e para a continuidade dos nossos negócios. Durante o ano de 2017 a utilização dos geradores foi menor, comparado aos últimos anos, consequentemente uma menor utilização de óleo diesel. A falta de energia é uma condição imprevisível em nossa gestão o que resulta nas variações apresentadas nos últimos anos.

Escopo 2
Em 2017 o consumo de energia elétrica em nossas unidades apresentou uma redução de aproximadamente 4% comparado a 2016, porém devido ao aumento de 13% no fator de emissão da grade nacional (GRID), que é utilizado para a contabilização dessas emissões no Programa Brasileiro *GHG Protocol* (*PBGHG Protocol*), tivemos um aumento de 21% na emissões de Escopo 2 comparado ao ano de 2016. Nossas metas contemplam apenas as emissões de nossas operações no Brasil e devem ser comparadas ao resultado de em 2017 de 52.565 $tC0_2e$.

Escopo 3
Nossas emissões de Escopo 3, quando comparadas com os resultados de 2016, apresentaram um aumento de 70%. As principais fontes de emissão dessa categoria são o transporte de colaboradores, a geração de resíduos sólidos e viagens a negócios.

Esse aumento nos indicadores está relacionado principalmente à melhoria na abrangência do reporte, uma vez que em 2017 retomamos a mensuração dos dados de nossas operações no Chile, após fusão com o CorpBanca em 2016 e que atualmente representam 15,6% das emissões desse escopo.

Além disso aumentamos a cobertura dos dados de gestão de resíduos, incluindo os dados de nossa rede de agências, gerando um aumento de aproximadamente 28% no resultado final.

Essas inclusões somadas representaram 73.363 tCo_2e e proporcionalmente equivalem a 74% do total de aumento dessas emissões.

Complementarmente ao nosso acompanhamento anual de nossas emissões Escopo 3 somos signatários do programa *CDP Supply Chain*, que direciona a agenda de emissões de carbono e sua gestão para cadeia de fornecedores de grandes empresas. Embora acompanhemos a flutuação de nossas emissões deste escopo, ainda não temos meta absoluta ou relativa que oriente nossa atuação para sua redução. Sabemos que este é um grande desafio para os próximos anos, uma vez que a maior concentração de nossas emissões está neste escopo.

Programa de Compensação de Emissões
Em setembro de 2017 lançamos o edital de compensação de carbono Compromisso com o Clima em parceria com a Natura, com a meta, de juntos, compensarmos 500 mil toneladas de CO_2 por meio de projetos independentes, que correspondem às emissões das duas empresas entre os anos de 2016 e 2018.

Unimos nosso Programa de Compensação de Emissões lançado em 2015 ao programa Carbono Neutro da Natura, que em 2017 completou 10 anos de existência, com o objetivo de atrairmos mais empresas para essa parceria no combate ao desafio do novo cenário climático global e continuar engajando nossos *stakeholders*, pessoas, empresas, cidades e governos nessa causa.

Após o término de todas as etapas do Edital Compromisso com o Clima, em junho de 2018, teremos os projetos que foram selecionados para a compensação das emissões.

Como prática consolidada do Itaú Unibanco, com os créditos de carbono arrecadados no último edital, realizamos a compensação de nossas emissões de Escopo 1 (total) e Escopo 2 apenas do CTMM, o equivalente a um montante de 47.332,33 tCO_2, contando as emissões desde o ano de 2012 até o ano de 2015.

Para mais informações sobre o edital Compromisso com o Clima, acesse a plataforma www.ekos.social/pages/natura-itau.

Resíduos GRI 306-2

Geração de resíduos

	Geração 2015	Geração 2016	Geração 2017	Meta 2017	Atingiu a meta?	Meta 2018
Aterro Sanitário (ton)	1.460,32[4]	1.084,01[4]	22.373,16[3]	835,00[5]	✗	1.558,00[10]
Aterro Sanitário/ Perigosos (ton)	10,72[6]	53,99[9]	12,69	-	-	-
Compostagem (ton)	363,40	447,65	466,00	679,30	✗	679,30[8]
Reciclagem (ton)	1.431,94[4]	862,81[4]	795,44	-	-	-
Reciclagem Perigosos (ton)[2]	1.988,00[6]	2.645,64[8]	33,02	-	-	-
Outros (ton)[1]	295,80[7]	-	1.757,20[8]	-	-	-

(1) Equivalente a resíduos gerado em obras dentro de nossas instalações.
(2) Foram recicladas 35.607 lâmpadas fluorescentes em 2017.
(3) Número atualizado considerando a rede de agências com a cobertura de 100% de nossas instalações no Brasil.
(4) O número considera apenas prédios administrativos e prédios atacado.
(5) O consumo a ser comparado com a meta é de 1.524,7 ton equivalente aos prédios administrativos (exceto Atacado) e centros tecnológicos.
(6) O número considera apenas centros tecnológicos .
(7) Outras formas de reutilização/destinação de resíduos perigosos: referente a pilhas, baterias e resíduo do lavador de gases.
(8) O número considera apenas prédios administrativos e centros tecnológicos.
(9) O número considera apenas centros tecnológicos e prédios atacado.
(10) O número considera apenas prédios administrativos.

Estamos constantemente trabalhando com nossa cadeia de valor em iniciativas e programas de conscientização, com o intuito de reduzir a geração e assegurar a correta destinação dos resíduos derivados das atividades do banco.

Em nossa rede de agências durante o ano de 2017 desenvolvemos metodologia para controle operacional de nossos resíduos, aumentando assim a nossa cobertura dos dados reportados. Devido à ampliação desse escopo, nosso volume de resíduos gerados sofreu um aumento em relação ao que reportamos nos relatórios anteriores.

Além disso, identificamos um aumento na geração de resíduos destinados ao aterro sanitário de nossas unidades administrativas comparado ao ano de 2016, devido a troca de fornecedor e alteração do modelo de controle operacional, que resultou em valores diferentes aos reportados anteriormente neste relatório.

Durante o ano de 2017 trabalhamos com iniciativas diversas e programas de conscientização.

As principais ações de gestão no tema em nossos polos administrativos foram:

- A continuação da compostagem de resíduos dos restaurantes de três prédios administrativos, que representam 52% de toda a população da administração central (totalizando 24.229 posições);
- Campanha de conscientização interna, com objetivo de reduzir a geração de resíduos, assim como conscientizar para o correto arranjo e estímulo para reciclagem, reduzindo dessa forma a disposição em aterros;
- Treinamento para os fornecedores e prestadores de serviço que possuem interação com a cadeia de gestão de resíduos; e
- Revisão dos (Planos de Gerenciamentos de Resíduos Sólidos PGRS) dos polos da adm central.

Além disso, no início de 2017 realizamos melhoria no modelo operacional de gestão dos nossos resíduos, sendo a gestão atual separada em duas etapas, com uma empresa responsável pela operação (separação, enfardamento e pesagem dos resíduos gerados antes da destinação) e a outra responsável por todo o gerenciamento e conferência dos controles e indicadores gerados, licenças para operação e emissão de relatórios gerenciais periódicos. Com isso temos um processo de acompanhamento superior ao realizado anteriormente.

Como próximos passos para avançarmos no tema em 2018, realizaremos um estudo de expansão do modelo de compostagem, com alteração e ampliação do processo e aplicabilidade em outros locais, além da inclusão das lanchonetes e resíduos de jardinagem (hoje aplicável apenas ao CA Tatuapé).

Resíduos elétricos e eletrônicos

Como instituição financeira e com alta significância da tecnologia para o negócio, o Itaú possui a responsabilidade sobre a disposição adequada e devolução dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos de TI. Temos o processo de descarte para resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE) desde 2009. De 2009 a 2017, destinamos adequadamente mais de 34.500 toneladas de REEE.

O Itaú Unibanco destina os resíduos de equipamentos eletroeletrônicos, em território brasileiro, de forma ambientalmente adequada. Ao atingir o fim da sua vida útil (obsolescência), os equipamentos passam pelo processo de logística e manufatura reversa, sendo reinseridos na cadeia produtiva como matéria-prima. No processo atual, 100% do material enviado é reciclado, adotando o conceito "Aterro Zero", em que todos os componentes das máquinas são reaproveitados mássica ou energeticamente, eliminando o envio de remanescentes do processo aos aterros.

	2015	2016	2017	Meta 2017[1]	Atingiu a meta?	Meta 2018[1]
Reciclagem Resíduos Elétricos e Eletrônicos (REEEs)	1.988,00	2.643,45	4.093,79	274,72	✗	235,60

(1) A meta estipulada está relaciona a apenas uma parte do total de resíduos gerados pelo Itaú Unibanco.

Papel GRI 301-1

Consumo de papel



Correspondência para clientes

Bobinas grandes	Envelopes	Formulários	Papel A4
2015			
1.568,48	364,37	93,64	109,77
2016			
1.505,95	343,31	56,05	82,40
2017			
1.662,27	197,27	5,80	67,83



Cheques ◀ volumetria (t) ▶

Talão de cheque
2015
529,32
2016
455,32
2017
218,34



Impressão do Itaú+Rede+IBBA+Agências

Papel A4	Papel A3
2015	
2.356,32	1,62
2016	
1.807,00	0,30
2017	
1.498,70	0,60



Itens tangíveis (notificações de faturas)

Papel A4
2015
3.474,00
2016
2.859,00
2017
2.680,00

	2015	2016	2017
Total geral	**8.497,53**	**7.109,31**	**6.330,81**

Ao nos tornarmos um banco cada vez mais digital, contribuímos bastante para a redução da geração de papel em nossas unidades. Tendo ciência que ainda estamos no processo de digitalização, entendemos que hoje nossa operação é dividida entre banco digital e tradicional, portanto, o envio de correspondência para nossos clientes representa uma grande parte dos papéis gerados pela nossa atividade. Para amenizar o consumo desse recurso, temos projetos internos de racionalização e eletrolisação dos processos como diretrizes. Comparando o volume geral de 2017 com 2016, tivemos uma redução de 11%.

A disponibilização de Extrato Consolidado Conta-Corrente e de Fundos em meio digital para os clientes, além da disponibilização de outros conteúdos contribuíram para essa redução no período.

Iniciativa	Descrição	Resultados[1]	Economia (R$/ano)
Implantação do programa PDF 24.	Possibilidade de transformar um documento de texto diretamente em formato pdf, evitando que seja impresso e depois digitalizado	Não mensurado	Não mensurado
Conscientização de usuários	*E-mails* e informações para os colaboradores com orientações para redução da quantidade de impressões e imprimir apenas o que for realmente necessário	Não mensurado	Não mensurado

(1) Utilizando como base o ano de 2016.

Atualmente contamos com mais de três milhões de usuários ativos no aplicativo do banco, contribuindo para uma redução no consumo de papel por meio da realização de consultas e relacionamento com as agências on-line. Em todo nosso volume de correspondências emitidas pelo banco, nossas resmas possuem a certificação de Conservação Florestal Internacional *Forest Stewardship Council* (FSC).

Transporte

	Total Rodados 2015	Total Rodados 2016	Total Rodados 2017	Meta 2017	Atingiu a meta?	Meta 2018
Quilômetros (km)	171.008.269	187.197.506	229.088.191	-	-	-
Viagens a negócio[1] (aéreo e terrestre)	140.665.350	129.223.005	147.741.111	128.900.753	✗	140.539.706

(1) Os números de 2015 e 2016 foram revisados.

Em comparação ao ano passado, em 2017 tivemos um aumento de deslocamentos a trabalho de 22%.

O controle de dados referentes aos transportes, aéreos e terrestres, inclui informações sobre aviação civil, táxis, vans, ônibus e veículos executivos utilizados por colaboradores. As informações são fornecidas pelos prestadores de serviços e reportadas, consolidadas e armazenadas pela gestão do Itaú Unibanco, o que garante a acurácia das informações.

Apuramos mensalmente as emissões de tCO_2e desses deslocamentos, o que nos permite um acompanhamento trimestral da meta e uma gestão eficaz das ações realizadas ainda dentro do período de apuração.

Investimentos em ecoeficiência

Uma das maneiras de controlar nossas iniciativas relacionadas à prevenção, mitigação e proteção aos impactos ambientais é acompanhar nossos investimentos e despesas.

Em 2017, seguimos investindo dinheiro e energia de trabalho na gestão ambiental de nossas operações, ao reforçar nosso compromisso para a redução do consumo de recursos naturais. Continuamos nossos investimentos para prevenção de desastres ambientais em nossas operações internas por meio do gerenciamento de resíduos, desde o tratamento à disposição, e também com ações para remediação de áreas contaminadas.

Investimentos para mitigação e prevenção de impactos ambientais (R$)

Iniciativa	2017	2016	2015
Gerenciamento de resíduos – tratamento e disposição	2.376.744,26	2.994.983,00	1.712.896,36
Compra e uso de certificados de emissão[1]	-	-	892.178,00
Termo de Ajustamento de Conduta – gerenciamento de áreas contaminadas e restauração de vegetação[2]	40.584,00	40.589,10	122.000,00
Remediação de áreas contaminadas[2]	686.916,00	747.393,20	838.946,00
Subtotal	**3.104.244,26**	**3.782.965,30**	**3.566.020,36**
Serviços de gestão ambiental externos[3]	861.422,90	54.957,50	-
Certificação externa de sistemas de gestão[3]	41.719,90	494.452,67	7.600,00
Despesas extras para instalar tecnologias mais limpas[4]	3.633.324,00	-	739.289,75
Outros custos de gestão ambiental[4]	4.536.466,90	1.017.514,00	190.954,65
Subtotal	**9.072.933,70**	**48.810.899,78**	**937.864,76**
Total	**12.177.177,96**	**52.593.865,08**	**4.503.864,76**

(1) Programa de compensação de Emissões de GEE do Itaú Unibanco tem periodicidade bianual. Não tivemos compra de créditos de carbono em 2017.
(2) Gastos envolvendo o CA Raposo.
(3) As despesas foram significativamente maiores em 2017 devido à implantação da certificação ISO 14001 no Centro Empresarial SP. Os valores apresentados incluem também os planos de ação, desenvolvidos com base na auditoria de manutenção do sistema de gestão ambiental ISO 14001 do Centro Administrativo Tatuapé em 2017.
(4) Inclui investimentos nos prédios administrativos por tecnologias mais limpas a fim de reduzir consumo de água e energia.

Obs.: Não identificamos sanções não monetárias ou multas significativas por descumprimento de legislação ambiental. GRI 307-1

Mudanças climáticas nos negócios GRI 201-2 | 103-2 | 103-3 Ecoeficiência e gestão ambiental

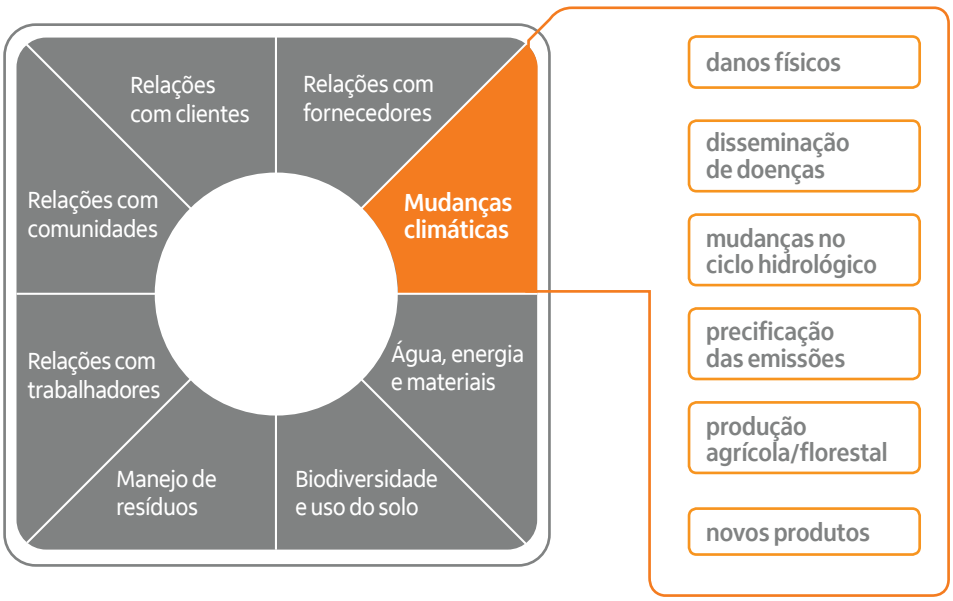
Os problemas decorrentes do aquecimento global e das mudanças climáticas colocam o tema da economia de baixo carbono como uma questão central para o desenvolvimento sustentável. Isso é, cada vez mais buscam-se meios de compatibilizar o desenvolvimento econômico e a proteção do sistema climático. O setor financeiro pode ter uma atuação protagonista para a transição para a economia de baixo carbono, uma vez que possui a escolha de direcionar os investimentos e os financiamentos para atividades menos carbono-intensivas. Por isso estamos em constante aprendizado, participamos de fóruns internos e externos e desenvolvemos projetos e estudos alinhados com as novas tendências. Tudo isso nos permite incentivar melhores práticas e mitigar diversos riscos que identificamos.

Investimentos

A Itaú Asset Management (IAM) aplica a sua metodologia proprietária para integração de questões socioambientais na avaliação de empresas, abordando oito dimensões, sendo quatro voltadas à relação com *stakeholders* – "Trabalhadores", "Comunidades", "Clientes" e "Fornecedores" –, e quatro ambientais – "Água, energia e materiais", "Biodiversidade e uso do solo", "Manejo de resíduos" e "Mudanças climáticas". O método aplicado aqui é um recorte desta análise, com foco nos impactos relacionados às mudanças do clima.

De maneira geral, o método consiste na inserção de variáveis socioambientais em modelos tradicionais de *valuation*, mediante a análise do impacto dessas variáveis no fluxo de caixa das empresas ao longo do tempo. Esse processo consiste em uma etapa de pesquisa e construção de cenários setoriais seguido por uma etapa de valoração dos impactos nas empresas, que leva em consideração suas idiossincrasias e capacidade de gestão. Esses impactos podem se materializar de formas distintas, conforme a figura a seguir.

Dimensões socioambientais de análise e tipos de impacto das mudanças climáticas



Fonte: Itaú Asset Management, 2017.

No processo de avaliação da variável mudança no clima para a gestão de ativos de terceiros, construímos cenários para cada uma das questões que se desdobram: danos físicos, disseminação de doenças, mudanças no ciclo hidrológico, precificação de emissões, produção agrícola florestal e novos produtos. Uma das ferramentas que utilizamos em nossa análise é a precificação do carbono. O preço estimado é utilizado como uma variável de entrada em nossa modelagem para estimar o custo das empresas com suas emissões de gases do efeito estufa. A partir daí, calculamos o valor do impacto financeiro dessas emissões sobre o valor de mercado das empresas e, por consequência, sobre o preço de suas ações. Acreditamos que essa abordagem, além de estimular a adoção de melhores práticas nas empresas investidas, permite aos investidores uma análise mais acurada dos riscos envolvidos nas companhias.

Cada um desses cenários possui uma matriz de materialidade de curto, médio e longo prazo, delimitados com base na recorrência e abrangência para diversos setores da economia. Estes cenários nos possibilitam a tomada de decisão de investimento com maior conhecimento dos riscos e oportunidades climáticas associadas.

Para aprofundar o entendimento da pegada de carbono das empresas investidas nos portfolios da Itaú Asset Management, em 2017 desenvolvemos uma calculadora que permite comparar as emissões dos nossos portfolios com seus *benchmarks*, contribuindo para um melhor entendimento da exposição de carbono dos produtos.

A Itaú Asset Management possui um *White Paper* específico de mudanças climáticas com mais detalhes e mais informações. O documento é público e está no nosso *site*.

Crédito

Consideramos a variável climática na análise de Risco Socioambiental de empresas e projetos. Ao analisarmos um projeto de um setor intensivo em carbono, independentemente de valor e modalidade de produto envolvido, a Gerência de Risco Socioambiental poderá requisitar o inventário de gases efeito estufa e considerar sua relevância como um dos requisitos do seu processo prévio de aprovação.

Além disso, em 2017 deu-se início a um trabalho para identificarmos e monitorarmos as emissões que financiamos em nossa carteira de crédito PJ, para os produtos: Veículos, Construção Imobiliária, Rural e Energia Elétrica. Cada setor foi analisado considerando suas particularidades e emissões de CO_2 atrelada a sua atividade. Entre as premissas utilizadas, foram definidos os escopos de cada carteira, sendo:

- **Veículos:** uso do veículo durante o período do financiamento.
- **Construção imobiliária:** emissões provenientes no período da obra.
- **Rural:** atividade agropecuária, localização e mudança do uso do solo.
- **Energia elétrica:** ferramenta desenvolvida para análise pré-concessão.

A ferramenta utilizada para a identificação das emissões de cada setor é personalizada para o Itaú Unibanco com base nas diretrizes do *Portfolio Carbon Initiative*.

Emissões financiadas no segmento de atacado

Carteira	Representividade na Carteira de Crédito (%)	Tonelada de CO_2E a cada R$ 10 mil financiados[1]
Rural	1,0	16,50
Veículos	0,4	5,80
Construção imobiliária	0,3	0,47

(1) Os cálculos das emissões foram realizados através de uma ferramenta interna com premissas específicas para cada carteira.

As carteiras serão acompanhadas periodicamente e tais dados serão utilizados em demais estudos e projetos internos para identificação de oportunidades e mitigação de riscos.

Também em 2017, aperfeiçoamos, por metodologia própria, a análise de risco socioambiental utilizando uma abordagem setorial aplicada ao portfólio de crédito do segmento de grandes empresas, de forma a reavaliar a correlação entre risco socioambiental e o risco de crédito. Para realizar a análise da carteira foi gerada a mandala de temas socioambientais, apresentada abaixo, que teve como uma de suas premissas o impacto das mudanças climáticas nos setores em um horizonte de curto e longo prazo.

Análise de Risco Socioambiental



Para avaliar o risco da carteira foram associados fatores de risco de crédito aos temas socioambientais.

Foram considerados:

- Riscos comuns, decorrentes da cadeia produtiva e processos do setor;
- Riscos associados à realidade da carteira; e
- Riscos relacionados a questões políticas, econômicas, legais e culturais.

Não foram considerados:

- Aspectos de gestão, pois o tema varia por empresa e não por setor; e
- Idiossincrasias locais, visto que não impacta o setor como um todo.

O projeto visa auxiliar nossa tomada de decisão e permitir a incorporação desses dados de forma estratégica.

Seguros

As questões climáticas afetam diretamente a essência da área de seguros. O principal motivo é a busca das empresas em se resguardar cada vez mais contra os riscos climáticos, ampliando a responsabilidade e consequentemente os riscos da seguradora.

Um dos principais desafios enfrentados pela área de seguros está em quantificar esses riscos e precificá-los de maneira adequada e em conjunto a isso, reduzir a exposição e a vulnerabilidade dos clientes e suas operações.

Somos signatários desde 2012 dos Princípios de Sustentabilidade em Seguros (PSI, na sigla em inglês) e nossa avaliação de risco socioambiental em seguros considera as orientações destes princípios. O PSI é um compromisso voluntário e nos auxilia com diretrizes que visam minimizar a exposição ao risco socioambiental e a impulsionar o adequado gerenciamento por parte das seguradoras. Para produtos destinados à pessoa jurídica, baseamo-nos também nas orientações da nossa Política de Risco Socioambiental para Seguros. Esta Política define regras e diretrizes gerais e específicas para análise de risco socioambiental, sinistro, desenvolvimento de produtos e cláusulas socioambientais.

Utilizamos as variáveis climáticas para precificação do Seguro Empresarial PJ. Essa precificação é feita em função da localização geográfica, frequência e potencial de geração de tragédias sociais, ambientais e econômicas.

Por meio do produto Itaú Seguro Residencial, e seus serviços ambientais oferecidos, viabilizamos projetos ecoeficientes de acordo com as necessidades do segurado, como:

Descarte inteligente: de forma ecologicamente correta, o segurado solicita a coleta de resíduos, como eletrônicos, eletrodomésticos e móveis. O Itaú providencia o descarte de maneira correta, garantindo o direcionamento ecologicamente responsável.

Orientação ambiental: assessoria especializada para orientação no consumo consciente de água, energia elétrica e dicas de reciclagem de lixo.

Projetos ecoeficientes: esses serviços viabilizam projetos ecoeficientes de acordo com as necessidades de cada segurado.

Educação financeira

GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS16) | 103-2 | 103-3 Educação e inclusão financeira

Uma maneira de contribuirmos com a sociedade é entender as necessidades das pessoas e oferecer conhecimento e soluções financeiras adequadas, para que elas tenham uma relação mais equilibrada com o dinheiro.

Sabemos que mudanças são resultado do comportamento individual, porém, acreditamos que o nosso papel é orientar nossos colaboradores, clientes e sociedade e oferecer ferramentas para que tomem decisões financeiras mais adequadas aos seus momentos de vida, além de produtos que viabilizem conquistas reais.

Destacamos a seguir nossas principais iniciativas.

Programa para colaboradores

Desde 2009, o programa oferece orientação para colaboradores por meio de soluções que apoiam suas escolhas e organização. Em 2017, dando continuidade aos estudos e pesquisas, dedicamo-nos a aprofundar o entendimento sobre os diferentes comportamentos e sobre como a questão financeira pode influenciar a saúde e a produtividade dos colaboradores. Este aprofundamento foi fundamental para o estabelecimento de uma estratégia de atuação mais focada para atender as necessidades dos diversos públicos que compõem a força de trabalho do Itaú-Unibanco.

Atualmente, as principais frentes de atuação do programa para colaboradores são:

- **Educação:** oferecemos cursos on-line e presenciais que promovem uma reflexão sobre a relação entre consumo, objetivos pessoais e a forma como as pessoas administram suas finanças.

- **Cursos on-line:** de 2014 à 2017, alcançamos mais de 33 mil colaboradores. Para impactar ainda mais pessoas, esse ano, os conteúdos on-line de educação financeira foram adaptados para a realidade de outros países da América Latina (Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile).

- **Cursos presenciais** ao longo do ano, 488 colaboradores participaram voluntariamente dos nossos cursos presenciais sobre finanças pessoais.

- **Assessoria financeira:** oferecemos assessoria personalizada e sem custo. Em 2017, o projeto atendeu 737 colaboradores.

Tabela do número de colaboradores impactados por ação:

Ação	2017	2016	2015
Curso on-line	33.487(1)	31.869(1)	29.580(1)
Curso presencial	488	862	493
Assessoria financeira	737	1.068	1.188

(1) Número de funcionários ativos impactados até o ano em questão.

Em 2017, lançamos a campanha "Papo que rende" para inspirar colaboradores a pensar sobre saúde financeira. A campanha levantou questões que tiveram o objetivo de instigar a reflexão sobre o próprio comportamento em diferentes espaços, como nas televisões corporativas entre os andares dos prédios, no portal, em *e-mail* e no *Instagram*.

Programa de Voluntariado

As ações são práticas, com uma abordagem lúdica, e tem o objetivo de compartilhar conhecimento de educação financeira com jovens e adultos. O programa Uso Consciente do Dinheiro já passou por mais de 15 cidades de todas as regiões do Brasil, e também pelo Paraguai. Ao todo, o programa já impactou mais de 6.300 pessoas em ONGs e escolas e envolveu aproximadamente 1.100 voluntários atuantes, desde 2015.

Programa para Empresas Clientes

O Programa de Educação Financeira oferece conteúdo, vídeos e palestras gratuitas para colaboradores de mais de 500 empresas clientes que possuem postos de atendimento bancário (PABs) do Itaú Unibanco. Desde 2014, o programa impactou mais de 24 mil clientes e foram realizadas 533 palestras em todo o País.

Educação Financeira Integrada com Ação Preventiva

Essa iniciativa tem como foco os clientes de crédito, que são analisados por nós com o intuito de identificar aqueles que podem estar precisando de orientação financeira. Por intermédio de um centro de atendimento, que utiliza orientação financeira como abordagem, entramos em contato com os clientes para entender suas necessidades de forma a poder instruí-los e oferecer os produtos mais adequados para a reorganização do crédito, de acordo com sua renda.

Programa para Endividados

Com o objetivo de auxiliar as pessoas a saírem da situação de alto endividamento, desenvolvemos soluções que, por um processo de inspiração e orientação, tem o potencial de ajudar as pessoas a retomarem o equilíbrio da sua vida financeira. Uma delas foi o piloto que realizamos em 2017, que integrou a oferta de cursos de educação financeira a um processo exclusivo de renegociação, usando abordagem de orientação financeira. O piloto teve 22% a mais de adesão dos clientes em comparação ao grupo controle. Além disso, fizemos em setembro uma campanha com vídeos pílula, trazendo dicas rápidas e práticas de orientação financeira para pessoas e empresas em situação de possível desequilíbrio financeiro. O conteúdo recebeu cerca de 65.000 visitas.

Canais Digitais

O conteúdo de educação financeira está disponível em www.itau.com.br/usoconsciente. A página Uso Consciente do Dinheiro oferece materiais e ferramentas gratuitas para diferentes situações financeiras como equilibrar o orçamento, sair do vermelho, atingir objetivos, poupar e investir e proteger conquistas com dicas rápidas para ajudar as pessoas a fazerem melhores escolhas. O site já teve cerca de três milhões de visualizações desde 2014, e nele é possível conhecer as principais campanhas de Educação Financeira que são realizadas.

Além disso, lançamos, esse ano, em uma plataforma parceira de educação a distância, o curso on-line Saia do Vermelho que ajuda pessoas em situação de endividamento a equilibrarem sua vida financeira. Ele está disponível gratuitamente em http://itau.com.br/objetivos-sair-do-vermelho/. Desde o lançamento, a página

do curso na plataforma de educação a distância já teve mais de 15.000 pessoas cadastradas.

Implementamos também no aplicativo do Itaú novas funcionalidades que auxiliam as pessoas em sua gestão financeira. Uma delas foi o calendário de pagamentos que facilita a organização e o acompanhamento das contas, viabilizando inclusive uma série de filtros para facilitar essa gestão.

Campanhas

Entretenimento financeiro foi a escolha de 2017 para apoiar os jovens a refletir sobre suas finanças e escolhas de consumo, chamado TV Vida Real, contou com diversos quadros veiculados nas redes sociais que incluíam humor, relatos de pessoas reais que conseguiram realizar seus sonhos mesmo sem ou com pouco dinheiro, dicas práticas e até desenho animado. Os dois primeiros episódios veiculados tiveram mais de 65 milhões de visualizações totais; o Mão de Vaca Show, desenho animado da série, apresentou o maior volume de visualizações entre os quadros com 12,1 milhões.

Parcerias

Em 2017, o Itaú-Unibanco, Fundação Itaú Social e Instituto Unibanco formalizaram mais uma parceria com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em um projeto transmídia que levará conteúdo para estudantes de escolas públicas em todo o Brasil, por meio de séries educativas veiculadas pela TV Escola, e uma plataforma digital que reunirá vídeo, *games*, biblioteca e cursos de educação a distância para docentes dos ensinos fundamental e médio. Nesse ano também teve início a parceria para o desenvolvimento do Sistema Único de Finanças da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), iniciativa que patrocinamos e que visa proporcionar às pessoas que buscam auxílio para sair da situação de endividamento, um tratamento integral e gratuito incluindo orientação financeira.

Certificações

As iniciativas de educação financeira do Itaú receberam certificação do programa Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pelo seu alinhamento com princípios e diretrizes da nossa estratégia.

Estratégia de educação financeira

Nossos objetivos de 2015 a 2018 são:

	Viabilizar a conquista real	Empoderar para melhores decisões	Impulsionar o tema na sociedade
	Disponibilizar produtos, serviços, atendimentos e ofertas transparentes, que potencializem a conquista real e financeiramente saudável dos objetivos de nossos clientes.	Disponibilizar conteúdos, ferramentas e soluções que ajudem colaboradores, clientes e não clientes a fazerem melhores escolhas com seu dinheiro, mediante múltiplos pontos de contato com o banco, de acordo com os seus momentos e as suas necessidades.	Gerar contribuições relevantes para a discussão do tema na sociedade e inspirar as pessoas a fazer melhores escolhas com seu dinheiro, fomentando a prosperidade individual e coletiva.
Status 2017	• 108 produtos e serviços avaliados sob a perspectiva de orientação financeira, transparência e satisfação de clientes; • Orientação financeira integrada à atuação preventiva, com clientes propensos à inadimplência, por meio de oferta de crédito mais adequada às suas necessidades; • Desenvolvimento de programas de educação financeira para públicos endividados; e • 33.371 colaboradores capacitados com treinamentos on-line de educação financeira.	• Plataforma digital com conteúdo de educação financeira. Mais de 3 milhões de visualizações desde o lançamento em 2014; • Curso on-line de orientação financeira em plataforma parceira com dicas e conteúdo para alcançar e manter o equilíbrio financeiro. Mais de 15 mil pessoas interessadas em 2017; • Programa de Educação Financeira para os colaboradores desde 2009. Inclui campanha de comunicação, educação presencial e a distância e serviço de assessoria financeira; e • Programa de Educação Financeira oferecido, sem custo, para mais de 500 empresas clientes no Brasil, com gerentes multiplicadores do tema e conteúdo on-line. Mais de 24 mil clientes já foram impactados.	• Programa de Voluntariado Uso Consciente do Dinheiro. Lançado em 2015, conta com aproximadamente 1.100 voluntários atuantes no Brasil e na América Latina. • Campanha de entretenimento financeiro com divulgação nas redes sociais. Em 2017, lançamos dois episódios da websérie TV Vida Real que impactou 65,8 milhões de pessoas.
Desafios 2018	• Desenvolver novas capacitações on-line para colaboradores, oferecendo trilhas personalizadas de acordo com o perfil; e • Oferecer soluções de orientação financeira para o pequeno empreendedor.	• Expandir o público impactado pelas soluções de ensino a distância voltadas para a recuperação do equilíbrio financeiro e saída do endividamento; • Expandir a oferta de orientação financeira em formato digital para as empresas clientes; e • Aumentar o engajamento digital dos colaboradores nos temas envolvendo orientação financeira.	• Aprofundar o conhecimento sobre comportamento financeiro para públicos específicos, assim como para diferentes gerações; e • Dar continuidade à estratégia de entretenimento financeiro para jovens e ampliar as campanhas para um público maior, atuando com o tema de forma transversal nas comunicações institucionais.

Itaú Microcrédito

O Itaú Microcrédito é uma linha de crédito direcionada para quem trabalha por conta própria ou possui um pequeno negócio formal (com CNPJ) ou informal (sem CNPJ), seguindo as condições do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO). Como exemplo salões de beleza, lanchonetes ou para quem presta serviços como: taxistas, fotógrafos, entre outros, são muitas vezes essenciais para auxiliar no crescimento dos negócios ou dar estabilidade para quem está começando. O Itaú Microcrédito está disponível em áreas economicamente desfavorecidas, nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. O menor crédito é de R$ 400,00, podendo chegar ao valor máximo de R$ 14.500,00. **GRI G4-FS13**

Os benefícios da inclusão financeira estão presentes nos três pilares da economia: social, econômico e ambiental. O ciclo inicia-se com a capacitação do agente de microcrédito para conceder um crédito adequado e promover educação financeira e ambiental, contribuindo com o desenvolvimento da comunidade e gerando valor para o mercado.

Modelo de crédito

Para orientar os processos de concessão de crédito, o Itaú Microcrédito utiliza a Política do Produto, que conceitua o produto, os proponentes e as áreas envolvidas, estabelecendo regras de contratação, alteração e cancelamento, disponível para acesso diretamente no Portal Corporativo para todos os colaboradores. Utilizamos também a Política de Crédito para garantia da qualidade da carteira.

Além disso, implantamos em outubro de 2017 uma nova política que conceitua o padrão de atendimento aos clientes nas atividades desenvolvidas pela área comercial (força de vendas), e estabelece critérios para intervenções gerenciais no que tange a aplicação de medidas educativas e corretivas em caso de condutas não adequadas no atendimento (*Score* de Qualidade Microcrédito). A fim de garantir a aplicabilidade das políticas, os processos e as operações internas e externas podem ser auditados.

Com o intuito de proteger nossos clientes, fornecemos seguro sem custo. No caso de morte ou invalidez permanente, o seguro garante o pagamento do saldo devido referente ao crédito e a família do microempreendedor também recebe uma cesta básica e auxílio-funeral. Já fornecemos 3.540 desses seguros. GRI G4-FS7

Agentes de microcrédito GRI G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS2)

Contamos com um time de agentes de microcrédito, capacitados e equipados com *notebook* e *smartphones* para levar o atendimento diretamente à localidade do microempreendedor, o que permite um estreito relacionamento com os clientes e proporciona uma destinação mais adequada do crédito. GRI G4-FS13

Em 2017, foi realizada a revisão de estrutura da operação de microcrédito, criando-se as células de planejamento comercial e produtos, além da operação comercial. Com isso, foi possível revisar estratégias e melhorar processos, inclusão de um novo sistema de treinamentos *mobile*, nos quais os agentes têm acesso a vídeos e materiais que vão desde detalhes sobre processos a riscos socioambientais e carreira até a criação de multiplicadores comerciais – agentes e supervisores capacitados para treinar outros agentes e multiplicar conhecimento –, passando pela realização da monitoração e garantia do *Score* de Qualidade por um monitor e um novo método de remuneração variável.

No momento de captação de clientes, os agentes de microcrédito fazem a verificação do negócio e analisam o tomador de crédito por meio de um formulário (Ficha de Avaliação Econômica e Financeira – FAEF), que considera a capacidade de pagamento, o capital, as condições e os efeitos que a concessão do microcrédito pode causar para o empreendedor e a comunidade

Impacto do microcrédito GRI G4-FS6 | G4-FS7 | 203-2

Além da concessão de crédito e da capacitação de agentes, no ano de 2017 conduzimos pesquisas que possibilitaram um entendimento maior sobre o perfil do pequeno empreendedor informal e o impacto social que o agente de microcrédito possui em ser a ponte de contato do cliente baixa renda com o banco. Mesmo quando analisamos os canais digitais utilizados, principalmente no *mobile*, o relacionamento com o banco ainda é centrado na figura do agente, ou seja, a relação pessoal é um ativo.

Desenvolvemos também um estudo com indicadores econômicos analisando o uso do microcrédito e o impacto nos indicadores financeiros dos microempreendedores, por exemplo, vendas mensais apresentam um crescimento entre 2013 e 2015, com uma queda em 2016 – variação de – 16%, sendo o último resultado influenciado pela crise financeira no Brasil.

O aumento de renda não deve ser entendido apenas como o aumento quantitativo de dinheiro, mas como a ampliação das possibilidades de escolha de um indivíduo de baixa renda, que contribui também para a redução de sua condição de vulnerabilidade. O microcrédito atua no aumento das oportunidades de emprego estável e na melhoria das condições de trabalho do microempreendedor, além de ser um produto que inclui clientes que estão à margem do sistema financeiro tradicional, podendo contribuir para o fortalecimento da cidadania por meio de produtos e serviços essenciais e melhoria do bem-estar da comunidade como um todo.

Resultados

Indicadores sociais e econômicos dos empreendedores apoiados pelo microcrédito

	Carteira (R$ mil)				Clientes			
Gênero	**2016**	**%**	**2017**	**%**	**2016**	**%**	**2017**	**%**
Feminino	4.968	54	5.036	51	1.549	56	1.356	53,7
Masculino	4.277	46	4.797	49	1.227	44	1.168	46,3
Outros(1)	23	0	0	0	2	0	0	0,0
Total	**9.268**	**100**	**9.833**	**100**	**2.778**	**100**	**2.524**	**100,0**

(1) Informação não identificada.

	Carteira (R$ mil)				Clientes			
Região	2016	%	2017	%	2016	%	2017	%
SP	5.339	58	5.238	53	1.585	57	1.325	52
RJ	3.694	40	4.457	45	1.129	41	1.155	46
RS	57	1	0	0	9	0	0	0
Outros[1]	179	2	138	1	55	2	44	2
Total	**9.268**	**100**	**9.833**	**100**	**2.778**	**100**	**2.524**	**100**

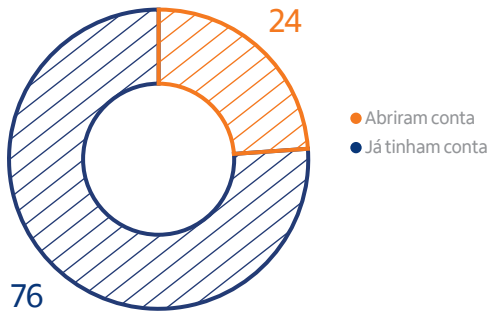
(1) Informação não identificada.

	Carteira (R$ mil)				Clientes			
Setor	2016	%	2017	%	2016	%	2017	%
Comércio	5.949	64	5.130	52	1.716	62	1.311	52
Prestação de serviços	1.831	20	2.609	27	616	22	711	28
Produção e comércio	1.297	14	2.060	21	397	14	493	20
Alimentação	130	1,4	22	0	33	1,2	5	0,2
Produção	16	0,2	13	0	7	0,3	4	0,2
Outros[1]	45	0	0	0	9	0	0	0
Total	**9.268**	**100**	**9.833**	**100**	**2.778**	**100**	**2.524**	**100**

(1) Informação não identificada.

Índice de bancarização: 24% dos clientes correntistas abriram conta após a contratação do microcrédito.

Dados de 2003 à 2017 (%)



Análise de perfil dos microempreendedores

- Mais de 50% cursaram pelo menos o Ensino Médio Completo;
- 70% são casados;
- A média de idade é de 43 anos;
- Renda média de R$ 2.174,29[1];
- Em mais de 50% dos casos o cônjuge ajuda na renda familiar;
- 42% dos aprovados possuem outros rendimentos;
- 60% possuem dependentes (com média de 2 dependentes);
- Pelo menos 70% dos solicitantes possuem residência própria, sendo 98% delas já quitadas;
- Cerca de 40% dos negócios são formais, dos quais 95% são individuais; e
- 59% funcionam em pontos comerciais.

(1) Microcréditos aprovados em 2013 até 2016.

Programa Itaú Mulher Empreendedora GRI G4-FS14

O programa Itaú Mulher Empreendedora (IME) surgiu em 2013 por meio da parceria com a *International Finance Corporation* (IFC), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de fornecer soluções financeiras e não financeiras para mulheres empreendedoras.

Representatividade de mulheres na base de clientes pessoa jurídica (%)	2017	2016[1]
Microcrédito (empresas formalizadas ou não formalizadas com faturamento até R$ 120 mil/ano)	54	58
EMP4 (empresas com faturamento até R$ 1,2 milhão/ano)	38,32	38,79
EMP3 (empresas com faturamento até R$ 8 milhões/ano)	32,61	32,76
EMP2 (empresas com faturamento até R$ 30 milhões/ano)	26,69	26,69

(1) A regra para análise de sócios majoritários foi ajustada de acordo com as premissas estabelecidas em políticas de crédito, portanto, houve alterações na volumetria dos dados reportados no relatório anterior.

O principal objetivo é empoderar mulheres empreendedoras no Brasil, contribuindo para a evolução de suas empresas e sua jornada de transformação do país para melhor. O programa também objetiva testar hipóteses sobre o relacionamento das mulheres com as instituições financeiras e oferecer produtos e serviços mais adequados às suas necessidades, além de uma abordagem diferenciada.

Por isso, o banco continua oferecendo soluções presenciais e on-line para capacitar, inspirar e conectar mulheres empreendedoras. Capacitação para que as mulheres aprimorem técnicas de gestão e potencializem resultados de suas empresas; inspiração para que vislumbrem caminhos de sucesso; e conexão para que ampliem redes de contato, favorecendo parcerias e negócios entre mulheres.

Linha do tempo

2013
- Pesquisas Empreededorismo Feminino no Brasil e no mundo
- Cocriação de soluções
- Linha de financiamento para empreendedoras de US$ 470 milhões em parceria com o IFC



2014
- Piloto 1.500 empreendedoras oferecendo *workshops* de capacitação, palestras de inspiração e lançamento da plataforma mulherempreendedora.com.br

2015
- Refinamento das soluções
- Expansão para outros estados
- Lançamento da rodada de negócios

2016
- Lançamento da nova versão da plataforma digital
- Lançamento de mentoria on-line
- Apuração de resultados
- Visão ampliada sobre gêneros

2017
- Lançamento do programa de aceleração
- Pesquisa sobre comportamento financeiro feminino
- Expansão digital
- Linha de financiamento para empreendedoras de US$ 100 MM em parceria com o BID





2018

Integração do banco

ITAÚ MULHER EMPREENDEDORA

ACELERAÇÃO Semidigital
Capacitação de três meses sobre gestão de negócios e elaboração de plano de crescimento em parceria com FGV de São Paulo

MENTORIA Digital
Conversas por Skype para reflexão junto a consultores sobre o modelo de negócios

PLATAFORMA Digital
Site com artigos, infográficos de gestão, vídeos inspiradores, entrevistas e uma rede para empreendedoras se conectarem *site* https://imulherempreendedora.com.br/

***WORKSHOPS* Presenciais**
Aulas teóricas atreladas a exercícios práticos sobre diferentes aspectos de gestão de empresas. Ênfase em Orientação Financeira

FERRAMENTAS Digitais
Toolkit de ferramentas para simplificar o dia a dia das empreendedoras

FÓRUM Presencial
Eventos com palestras de empreendedoras e convidadas compartilhando histórias e melhores práticas

RODADAS Presencial
Atividade que reúne empreendedoras de diferentes segmentos para fazerem parcerias e negócios entre si

As soluções presenciais, que ocorrem em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba, incluem eventos de *networking*, rodadas de negócio e *workshops* organizados em parceria com universidades renomadas e parceiros estratégicos; desde 2014 foram realizadas 80 ações. Em 2017, realizamos *workshops* intensivos de Orientação Financeira para empreendedoras, além de um evento de inspiração com transmissão on-line para mais de 1.400 espectadores.

Com o objetivo de favorecer a evolução e consolidação de empresas lideradas por mulheres o Itaú Mulher Empreendedora promoveu ainda a primeira edição do programa de Aceleração, que aborda as principais dimensões da gestão de negócios em três meses de curso gratuito, avaliação e *feedback* para os projetos apresentados ao final do programa, e cinco projetos são selecionados para receber uma consultoria específica, conduzidos pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, referência em formação de executivas(os) no Brasil.

Número de mulheres inscritas

	2017[1]	2016[2]
Cadastros no programa	8.056	5.994

(1) Contabilizando inscritas de 2014 à 2017.
(2) Contabilizando inscritas de 2014 à 2016.

Resultados

Por meio do modelo de avaliação de impacto realizado em 2016 e que será realizado bianualmente, identificamos que participantes do programa, em comparação a grupos controlados, apresentaram:

- Aumento do *networking* com outros empresários e dentro da cadeia de fornecimento;
- Investimento em mentoria, remunerando profissionais para adotarem uma gestão mais profissionalizada;
- Faturamento 11% maior; e
- Aumento da satisfação com o Itaú.

A melhoria do desempenho das mulheres empreendedoras participantes, além de revelar melhor saúde financeira, também gera um retorno positivo para o banco. Quando comparadas com as mulheres empreendedoras que não participaram do IME, as participantes mostram uma maior margem de contratação de produtos, como Investimentos, Serviços Bancários (2% maior em 2016) e Seguros (63% maior em 2016). Além da taxa de inadimplência 5% menor e dentre as que estão inadimplentes, aquelas cadastradas no programa ficam até nove dias a menos em atraso do que as não participantes.

Resultados dos impactos financeiros

Base de comparação	Ano	Margem de investimentos (%)	Margem de serviços (%)	Margem de seguros (%)	Dias em atraso	Está inadimplente
Empreendedoras participantes vs. Empreendedoras não participante	2016	130	2	63	(9)	(5)

Novos fundos financeiros

Para continuar apoiando o desenvolvimento de empreendedoras brasileiras, o Itaú e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) firmaram em 2017 uma parceria para financiar as micro, pequenas e médias empresas controladas por mulheres no Brasil, contribuindo para expansão de crédito a esse mercado.

Os recursos de US$ 100 milhões, emprestados pelo BID por intermédio da Cooperação Inter-Americana de Investimento (IIC em inglês) ao Itaú, deverão financiar empresas lideradas por mulheres e que tenham receitas anuais de no máximo R$ 8 milhões.

Captações deste tipo contribuem para a expansão de crédito ao mercado de mulheres empreendedoras, bem como para o desenvolvimento de companhias lideradas por mulheres.

Para dar mais visibilidade à temática do empreendedorismo feminino, valorizando e estimulando as mulheres nesta jornada, também desenvolvemos em 2017, por ocasião do Dia Internacional do Empreendedorismo Feminino, uma campanha de mídia on-line, pelo *Facebook*.

Além do empreendedorismo: o comportamento financeiro feminino

Para ampliar o entendimento a respeito da relação das mulheres com o universo financeiro, também na esfera da pessoa física, realizamos uma nova pesquisa qualitativa, buscando compreender por que existem *gaps* entre homens e mulheres frente às questões econômicas e financeiras, questões de gênero que influenciam a relação com o setor financeiro e como o banco poderia traçar uma estratégia de comunicação e negócios que contemplasse tais características.

Em parceria com o instituto Box 1824, a pesquisa contemplou uma análise sócio-histórica (fatos, dados e representações jornalísticas e publicitárias do feminino nos últimos 100 anos no Brasil); análise de tendências sobre o comportamento financeiro feminino; observações etnográficas com 12 mulheres nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro e, por fim, grupos de discussão on-line.

Uma das descobertas mais interessantes da pesquisa diz respeito à recente autonomia feminina e à participação da mulher em espaços de poder, entre eles o da esfera econômica, que influenciam a baixa autoestima financeira da mulher. Isso quer dizer que, apesar de muitas mulheres terem conquistado poder financeiro ao estarem inseridas no mercado de trabalho ou ganhando dinheiro com seus empreendimentos, muitas não se sentem aptas o suficiente para fazer gestão financeira e dialogar com os bancos, especialmente pelo fato de os bancos terem sido historicamente feitos por homens e para homens, onde a abordagem é predominantemente masculina.

Para aproximar o público do universo financeiro, dividimos nossa estratégia de atuação em duas frentes de trabalho: (i) comunicação e *marketing*, que contemple as necessidades e características das mulheres e rompa com referenciais de feminilidade que demonstrem comportamentos estereotipados; (ii) adequação da oferta de produtos e serviços pensando na relação de significado para o púbico e pela revisão do portfólio ou recomendações que ajudem a mulher a aumentar sua renda.

As principais conclusões desta pesquisa estão sendo compartilhadas pelos fóruns com áreas de negócio como *Marketing*, Produtos Empresas, Cartões, Seguros, Crédito e Investimentos como forma de integração do tema com o banco e desenho de novas estratégias de atendimento ao público, além de fóruns externos que aproximem as mulheres do universo financeiro para maior empoderamento.

Compartilhando aprendizados

O programa está inserido no debate para a promoção da equidade de gênero no âmbito de clientes e sociedade. Para isso, expandimos a discussão em diversos fóruns, a fim de contribuir com a agenda para equidade de gênero.

Com representação no Conselho da Global *Banking Alliance for Women* (GBA), trocamos experiências com instituições financeiras em diversos países a respeito de iniciativas voltadas às mulheres e a seus indicadores de sucesso. Apoiamos outras iniciativas, como o Fórum Empreendedoras, em 2017, e a pesquisa "Quem são elas", em 2016, promovidos pela Rede Mulher Empreendedora.

Também fomentamos a discussão por meio de atividades patrocinadas, como palestras e ativações na Conferência Ethos e no evento BlastU com *workshop* de Empoderamento Feminino.

Reconhecimento

O Itaú Mulher Empreendedora foi reconhecido no Prêmio Eco 2017, que destaca projetos criativos, inovadores e eficientes e é organizado pela AMCHAM Brasil e O Estado de S. Paulo. O banco venceu na categoria Produtos e Serviços, na modalidade Práticas de Sustentabilidade.

Direitos humanos

Como resultado do primeiro processo de *Due Diligence* de Diretos Humanos que realizamos entre 2015 e 2016, estabelecemos, em 2017, a gestão deste tema dentro da governança de sustentabilidade do banco (www.itau.com.br/relatorio-anual) e, pelo engajamento de diversas áreas, aprimoramos nosso Compromisso com os Direitos Humanos. Este documento, além da estipular a meta de realizar novo processo de *Due Diligence* a cada dois anos, estabelece diretrizes para a prevenção aos riscos que estamos expostos nas relações com nossos públicos mais sensíveis, abrangendo nossos negócios e relacionamentos com colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e sociedade.

Conduzimos nosso segundo processo de *Due Diligence*, que teve como objetivo avaliar impactos reais ou potenciais sobre direitos humanos, seja por meio de nossas próprias atividades ou como resultado de nossas relações comerciais, além de avaliar a gestão do tema, monitorar a conformidade com as diretrizes de nosso compromisso e assegurar o respeito aos direitos humanos de acordo com os Princípios Orientadores da ONU, segundo o parâmetro "Proteger, Respeitar e Reparar". Este processo consistiu em quatro etapas:

Etapas da *due diligence*

1	Pesquisa e mapeamento	Análise do Compromisso de Direitos Humanos, políticas, processos, produtos, serviços e entrevistas com envolvidos
2	Definição de prioridades	Avaliação de impactos, de riscos e identificação de oportunidades de melhoria
3	Análise de desafios dos Princípios Orientadores da ONU	Identificação dos desafios relacionados aos Princípios Orientadores da ONU
4	Conclusões e recomendações	Recomendações para melhoria do processo de gestão dos Direitos Humanos

Para o cumprimento deste trabalho, contamos com a parceria de terceira parte independente especializada, que avaliou processos e estratégias das seguintes frentes de atuação do banco: Pessoas, Negócios, Compras, Ouvidoria, Inspetoria, *Ombudsman*, *Compliance*, Segurança Corporativa, Jurídico, Sustentabilidade, Risco Socioambiental, Relações Governamentais e Institucionais e *Marketing*.

Este processo resultou na seguinte lista de questões prioritárias que serão trabalhadas ao longo de 2018: Segurança e privacidade de dados; Ética e transparência; Saúde e medicina do trabalho; Condições de trabalho; e Discriminação.

Atuaremos na elaboração de planos de melhoria, construção de metas, ações de mitigação e remediação com foco principal na gestão dos riscos advertidos nestes temas.

Nosso compromisso é proteger os direitos fundamentais e inerentes a cada ser humano, valendo-nos de parcerias especializadas, da incorporação das melhores práticas do mercado e da orientação de órgãos que estabelecem diretrizes de responsabilidade social, como:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas);
- Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (Organização das Nações Unidas);
- Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Organização das Nações Unidas); e
- Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Saiba mais sobre nossos indicadores de tratamento de denúncias na página A-432, nosso trabalho com colaboradores nesta página, sobre o nosso trabalho com clientes na página A-430, sobre acesso igualitário a serviços financeiros na página A-434, nossa atuação com fornecedores na página A-436 e com a sociedade na página A-442.

Veja os links de nossas políticas vigentes, como Código de Ética, Política Corporativa de Ética, Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, Política de Prevenção à Corrupção, Política de Governança Corporativa, Política de Segurança da Informação, entre outras.

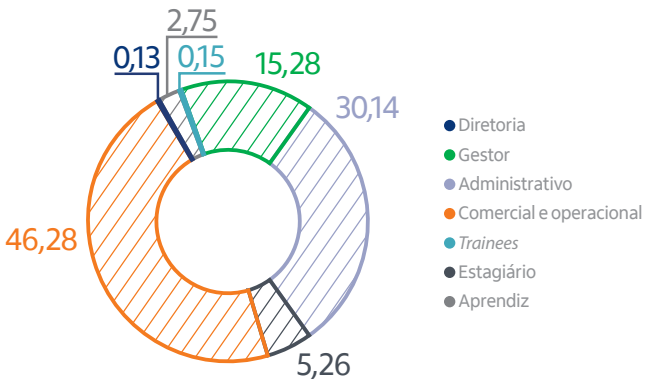
Colaboradores

GRI 103-2 | 103-3 Atração, retenção e desenvolvimento

A carreira de nossos colaboradores é acompanhada pela Área de Pessoas que tem como objetivo disseminar a cultura organizacional, atrair, reter e desenvolver os talentos da organização, buscando profissionais que, além de possuirem as competências necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, estejam comprometidos em aumentar a satisfação dos clientes e serem os líderes da organização no futuro.

Nossa governança ocorre por meio de ações pautadas nas diretrizes estratégicas definidas pelo Comitê de Pessoas, que é composto por membros do Conselho da Administração.

Nossa composição hierárquica (%)[1]



(1) Gestor considera colaboradores que gerenciam pessoas. Administrativo considera colaboradores de áreas que não gerenciam pessoas. Comercial e operacional considera colaboradores das agencias que não gerenciam Pessoas.

Nível hierárquico	Colaboradores	%
Diretor	118	0,13
Gestor	13.783	15,28
Administrativo	27.180	30,14
Comercial e operacional	41.738	46,28
Trainee	139	0,15
Estagiário	4.743	5,26
Aprendiz	2.482	2,75
Total	**90.183**	**100,00**

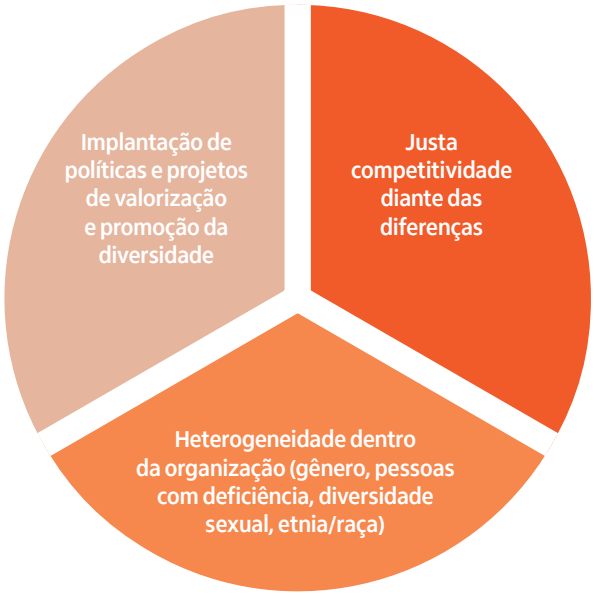
Mais sobre os resultados do nosso perfil organizacional podem ser encontrados na página A-468.

Diversidade GRI 103-2 | 103-3 Diversidade, equidade e inclusão

Acreditamos que a diversidade impulsiona a competitividade da organização. Ter um quadro de pluralidade de gênero, raça, origens, opiniões e culturas na empresa significa ampliar as perspectivas e pontos de vista nas tomadas de decisão. Nossos clientes são diferentes, então nossas equipes também precisam ser.

Como um tema reconhecido e valorizado em nossa cultura, a gestão da diversidade interna é direcionada pela Política Interna de Valorização de Diversidade, com base em três princípios básicos:

Política Interna de Valorização de Diversidade



Temos também diretrizes específicas, como a Política de Inclusão de Pessoa com Deficiência, o Programa Aprendiz e a Política de Direitos Humanos. Por meio de seminários, treinamentos e comunicação interna (palestras, materiais disponibilizados na intranet e vídeos), demonstramos a importância da valorização da diversidade sexual, de gênero, de etnia/ raça, de Pessoas com Deficiência (PCD), geração ou crença. Dessa forma, promovemos o diálogo respeitoso e combatemos juízos de valor que levam à discriminação. Realizamos ainda *workshops* com nossos fornecedores de seleção e treinamento bem como com nossos gestores e equipes, com o objetivo de ampliar, disseminar e promover a valorização da diversidade.

Criamos um grupo de trabalho representantes de mais de dez equipes, com objetivo de fortalecer e fomentar todos os pilares de diversidade nas mais variadas ações institucionais e de negócio.

Nosso perfil de diversidade



Total de colaboradores (%)

	2017	2016	2015
Mulheres	60	60	60
Negros	22	21	20
Pessoas com deficiência	4,70	4,60	4,60
Aprendizes	2,75	3,10	2,38
50 anos ou mais	9,03	9,38	7,65

Total de cargos de gestão (%)

	2017	2016	2015
Homens em cargos de gestão	48,6	49,0	50,1
Mulheres em cargos de gestão	51,4	51,0	49,9

Desafios por público[1]

Mulheres: Em 2017, conduzimos uma sequência de ações de aproximação do tema de gênero junto a estratégia da organização, que resultou em um plano de entendimento da percepção das mulheres em relação ao assunto. O plano de ação definido para 2017 envolveu iniciativas como a assinatura do WEPs e divulgação deste e outros temas de diversidade na maior plenária dos gestores do banco (Encontro Entre Líderes), palestras da liderança (#Elasporelas), entre outras. Temos 51,4% dos cargos de gestão ocupados por mulheres, e o nosso Comitê Executivo inclui uma mulher. Atualmente, temos como diretriz dessa frente, incentivar a ascensão de mulheres, de forma a equilibrar sua representatividade ao longo da pirâmide da organização.

(1) Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2016: Itaú Unibanco S.A., Itaú Corretora de Valores, Hipercard Banco Múltiplo, Itaú Unibanco Holding, Microinvest S.A., Banco Itaú, BMG Consignado, Provar Negócios, Luizacred S.A., Credicard Promotora, Fic Promotora, Redecard S.A., Itaú Seguros S.A., Itaú BMG, Itauseg Saúde S.A., Kinea Investimentos, Banco Itaucard S.A., Icarros Ltda., Pró-Imóvel Promotora, Itaú Adm Prev Ltda., Marcep e Banco Itaú BBA S.A.

Negros: Entendemos a importância de seguir com a estratégia, de levar o tema a discussões abertas em fóruns formais, sensibilizando todos os *stakeholders* do RH e, de forma transversal, levando o debate aos gestores e colaboradores. Em 2017, sobre inclusão de negros e diversidade racial no Brasil e nas Organizações, foram realizados seminários e *workshop* com as equipes de *Marketing*, Jurídico e um encontro on-line com os recrutadores de seleção externos. Nosso objetivo se concentra em estimular o aumento de representatividade de negros no quadro da organização.

Pessoas com deficiência (PCD): Programa de inclusão e encarreiramento de PCD, fundamentado na atração e seleção com foco no alinhamento do perfil do candidato à área de atuação. Com duração de 12 meses, o programa promove ações de desenvolvimento – como treinamentos técnicos, comportamentais e *mentoring* – para impulsionar o crescimento profissional de acordo com a cultura da organização e capacita também os futuros gestores do colaborador. Um sistema de rodízio entre áreas é utilizado para aprofundar o rol de conhecimentos que o analista utilizará em sua área de alocação. Já tivemos 44 participantes. Sendo assim, buscamos atuar com o foco em prover a nossos colaboradores com deficiência os melhores recursos possíveis de acessibilidade e de compatibilidade com perfil profissional. Nosso objetivo é oferecer condições de desenvolvimento com equidade de oportunidades.

LGBT: Em 2017, realizamos o primeiro Portas Abertas sobre a temática LGBT com Candido Bracher, Pedro Moreira Salles e Roberto Setubal, uma iniciativa para a troca de experiências, vivência e percepções sobre do tema, onde os participantes têm espaço para expressar suas opiniões sobre diferentes assuntos. Dessa forma, nosso propósito é estimular um ambiente de segurança e respeito, em que as pessoas tenham liberdade para falar sobre orientação sexual abertamente e sem receios.

Objetivos estipulados para 2017	Concluído/em andamento/ não endereçado ou objetivo revisto	Quais são os resultados?
Diálogos de diversidade	Em andamento	Foram realizados três diálogos (#Elasporelas) com os diversos públicos da organização, em que o objetivo foi estabelecer uma conversa aberta e reflexiva sobre temas de diversidade, estimulando a troca de percepções e vivências entre líderes e colaboradores. Disponibilizamos 177 lugares para cada evento. Promovemos também encontros com áreas da organização que, de forma protagonista, manifestam interesse genuíno em se aproximar e engajar nos temas de diversidade (diversidades nas áreas). Disseminamos os nossos conceitos norteadores de ações e abrimos espaço para debates e esclarecimento de dúvidas sobre o assunto. **Resultado**: esses diálogos são um importante instrumento de captação da percepção de colaboradores sobre o andamento dos assuntos de diversidade como um dos Temas Estratégicos Prioritários da organização.
Preparar os gestores e as equipes que recebem um novo colaborador com deficiência	Concluído	Dá-se em três frentes: 1) Reformulação estratégica da cartilha sobre liderança de equipes com diversidade, com instruções cruciais para a liderança das equipes que contam com colaboradores com deficiências, mostrando claramente desafios e benefícios. 2) *Workshop* de quatro horas oferecido a gestores que receberão um novo colaborador com deficiência para melhor equipar o gestor para avaliar o colaborador com deficiência em termos de suas capacidades. 3) O posicionamento institucional da área de Diversidade em relação aos gestores, equipes e Consultoria de Pessoas é um ponto focal para o esclarecimento de dúvidas e a gestão de conflitos.
Mapeamento de recursos de acessibilidade	Em andamento	Com o objetivo de ter em base os recursos necessários de todos os colaboradores PCD (Pessoa com Deficiência) da organização, para fins de estratégias de Pessoas (a exemplo do Plano de Abandono do Local de Trabalho), demos início ao mapeamento dos recursos de acessibilidade de todos os PCD registrados em nossa folha de pagamento. Além disso, o sistema integrado de pessoas está sendo revisado para abarcar todas essas informações (validadas com as consultorias especializadas, as áreas envolvidas e alguns colaboradores PCD), para que nenhum recurso deixe de ser contemplado no mapeamento. Em paralelo, a partir de novembro, todas as contratações de PCD passam a fazer parte de um novo fluxo que prevê a manutenção desse mapeamento.
Conversas com mulheres	Em andamento	A partir de conversas com mulheres de todos os níveis hierárquicos da organização, buscamos captar o cenário do desenvolvimento profissional no qual elas estão inseridas na empresa, e, consequentemente, trazer novas propostas de atuação sobre a temática de gênero.
Associação ao Movimento Mulher 360	Concluído	Participar de troca de experiências entre empresas, aprofundar estudos de casos específicos, produzir materiais, compartilhar *expertise*, elaborar planos de ação em temas que desejarem avançar de acordo com os princípios do programa.
Sensibilizar, envolver e engajar os principais *stakeholders* da organização nas questões de raça	Concluído	• Agenda periódica com a alta liderança do RH para reporte, alinhamento e avaliação dos planos de ação voltados para questões raciais; e • Palestras em diferentes universidades com tema Diversidade Racial no Ambiente de Trabalho, com debates ricos sobre o tema e posterior criação de um banco de candidatos com os alunos presentes.
Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça	Concluído	Realizamos um diagnóstico na organização sobre práticas focadas em eliminar a discriminação de gênero e raça. Em seguida, foram preparados planos de ação para melhora qualitativa das práticas existentes, elaborando ações no eixo de gestão de pessoas e de cultura organizacional. Com esse compromisso firmado, validado a cada dois anos, comprometemo-nos a seguir o plano, legitimando as intenções da organização.

Podemos destacar dois grandes projetos do banco com relação à temática de gênero em 2016. O primeiro é o Itaú Mulher Empreendedora, que oferece diversas formas de apoio para clientes empreendedoras, como assessoria financeira, *workshops* e plataforma digital. Outro destaque é a implementação de políticas internas de Apoio às Mães e Gestantes e do Programa Saúde da Mulher. Entre as ações, estão: licença maternidade adicional de 60 dias, carga horária reduzida no primeiro mês de retorno ao trabalho e curso Bebê a Bordo, que oferece orientações sobre gestação e para os primeiros meses do bebê.

Além das conquistas descritas e do Selo Paulista de Diversidade em 2017, aderimos aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (*Women's Empowerment Principles* – WEPs) proposto pela ONU Mulheres e pelo Pacto Global. Essa medida estabelece compromisso com a igualdade de oportunidade entre os gêneros. Em 2017, entramos para o Índice *Bloomberg* de Igualdade de Gênero em Serviços Financeiros e fomos contemplados como uma das melhores companhias no prêmio da *Great Place to Work* Mulher, o que significa que estamos entre as melhores empresas para mulheres trabalharem no Brasil, porque, para nós, diversidade fortalece a justa competitividade diante das diferenças.

Hoje, as mulheres somam aproximadamente 60% do total de colaboradores. No entanto, essa representatividade não se mantém ao longo da pirâmide hierárquica da organização. Por isso, direcionamos nossos esforços para garantir a igualdade de oportunidades de desenvolvimento de carreira entre homens e mulheres em todos os níveis de cargo e exercer nosso potencial de influência ao disseminar o princípio da equidade em nossa cadeia de valor.

Dessa forma, nossa participação em ações como Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, Movimento Mulher 360, Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero, Programa Itaú Mulher Empreendedora e *Global Banking Alliance for Women* ganhará ainda mais força. Além disso, o banco tem abordado o tema a partir de campanhas internas, engajamento das lideranças, sensibilização dos colaboradores e iniciativas voltadas para clientes e sociedade.

Em 2017, também assinamos a carta de compromisso do Itaú Unibanco com a diversidade, pois reconhecemos nosso papel de proteger e impulsionar a diversidade, buscando ser exemplo das melhores práticas:

1. Estimular ambiente respeitoso e saudável para todas as pessoas;

2. Desenvolver lideranças corporativas sensíveis e engajadas com esse compromisso;

3. Garantir a meritocracia por meio de ações que promovam a igualdade de oportunidades.

Mais sobre nossos resultados de diversidade podem ser encontrados na página 471.

Saúde e segurança dos colaboradores

GRI 103-2 | 103-3 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar

Saúde

Contamos com uma área específica para gerenciar, manter e desenvolver atividades que contribuam de forma permanente à segurança do trabalho, das instalações, dos equipamentos e das ferramentas que utilizamos em nossos negócios. Por meio de políticas e procedimentos internos conhecidos como Regulamento de Pessoal (RP), estabelecemos diretrizes institucionais para as questões que envolvem a Saúde Ocupacional. Nossas políticas são referentes ao Programa de Readaptação e Suporte ao Retorno ao Trabalho, à reabilitação profissional, ao Programa Fique OK, a exames médicos ocupacionais, política de apoio a mães e gestantes e à avaliação clínica complementar. Em atendimento à legislação vigente (NR 17) e com objetivo de aprofundarmo-nos nos aspectos psicofisiológicos, iniciamos um estudo que envolve melhoria nas Análises Ergonômicas do Trabalho e nos Exames Médicos Periódicos. Além de nossas políticas temos iniciativas que são direcionadas tanto para nossos colaboradores quanto para seus familiares, envolvendo as comunidades em torno de nossos centros administrativos, sempre que possível:

Programas/Serviços	Descrição	Número de colaboradores participantes
Atendimento nutricional	Oferece atendimento clínico nutricional. Oferecido aos centros com o maior número de colaboradores: CE, CAT, CT, ITM e CA Brigadeiro.	Total de 1.322 pessoas atendidas.
Academia	Temos parcerias com academias que oferecem descontos aos colaboradores, além de instalações próprias em alguns de nossos escritórios.	Aproximadamente, 9 mil colaboradores utilizam esse benefício exclusivo.
Checkup	São elegíveis ao *check-up* diretores, superintendentes, especialistas nível superintendente, gerentes da administração central e especialistas nível gerente do nosso grupo.	Cerca de 2.691 executivos elegíveis. 33,8% dos elegíveis realizaram o *check-up* em 2017.
Política de Apoio às Mães e Gestantes	A Política de Apoio às Mães e Gestantes estabelece várias regras e diversos procedimentos e benefícios a serem oferecidos às colaboradoras durante a gravidez e às mães que retornam da licença maternidade, com vistas a atender aos seus requisitos de saúde física e psicológica. Redução de carga horária: para fins de readaptação ao trabalho a colaboradora tem a possibilidade de reduzir sua jornada de trabalho durante o primeiro mês após o término da Licença Maternidade. A redução da carga horária poderá ocorrer no início ou no final da jornada de trabalho, conforme ajuste entre a colaboradora e sua gestão imediata.	Em 2017, aproximadamente 2.586 colaboradoras aderiram à Política de Apoio às Mães e Gestantes.
Programas de apoio à maternidade	• **Bebê a Bordo**: curso presencial realizado com a participação de colaboradoras gestantes e colaboradores com esposas gestantes. São abordados temas importantes, com orientações adotadas durante os primeiros meses de gestação, como nutrição da gestante, primeiros cuidados com o recém-nascido, questões psicológicas, etc. • **Canto da Mamãe**: espaço para retirada e armazenamento do leite materno durante o expediente. • **Bebê em Casa**: visita de enfermeira na primeira semana pós-parto na residência da colaborador (a) para orientar sobre o aleitamento materno e primeiros cuidados com o recém-nascido. Os programas de apoio a maternidade estão disponíveis para as colaboradoras das unidades de São Paulo e da Grande São Paulo.	Bebê a Bordo: 1.740 pessoas. Canto da Mamãe: 258 colaboradoras. Bebê em Casa: 900 famílias.

Programas/Serviços	Descrição	Número de colaboradores participantes
60 dias adicionais de licença maternidade, de acordo como Programa Empresa Cidadã	Somos signatários do Programa Empresa Cidadã, sendo que a adesão é facultativa. Um período adicional de 60 dias de licença maternidade começa no dia imediatamente posterior ao fim do período da licença concedida conforme a legislação trabalhista.	Do número total de colaboradoras que começam a licença maternidade em 2017, 82,8%[1] aderiram à extensão sob o Programa Empresa Cidadã. Adicionalmente, o percentual de colaboradoras que retornaram da licença maternidade no último ano e permaneceram em seus postos de trabalho durante pelo menos 12 meses após o seu retorno foi: **2015**: 86,0%[1] **2016:** 88,7%[1]
Licença paternidade	Um benefício que permite ao colaborador prolongar a licença paternidade por 15 dias além dos cinco dias aos quais já tem direito por lei.	1.143 colaboradores aderiram ao benefício em 2017.
Ponto eletrônico	O controle eletrônico de jornada baseia-se na captura dos registros de entrada e saída que os colaboradores efetuam em suas estações de trabalho. Na rede de agências e áreas administrativas foi implementado um sistema que desativa a estação de trabalho enquanto o colaborador não tenha registrado a sua entrada.	Número de colaboradores elegíveis ao ponto eletrônico: 69.945 em dezembro de 2017.
Jornada de trabalho	Sistema de compensação: visando facilitar ao colaborador cuidar de questões pessoais, ele pode compensar horas trabalhadas a mais ou a menos em determinados dias, ou permutar por dias de folga e/ou, ainda, chegar mais tarde e/ou sair antes do horário, sempre valendo o acordo entre gestor e colaborador durante o mês vigente.	Número de colaboradores do sistema de compensação: 69.137 em dezembro de 2017.
Home office e jornada flexível	Em 2017 iniciamos em algumas áreas administrativas um piloto de *home office* e jornada flexível. Essas iniciativas têm como principal objetivo oferecer flexibilidade e conveniência, além de aumentar a eficiência e melhorar a qualidade de vida dos nossos colaboradores. No caso do *home office*, o colaborador pode trabalhar remotamente, beneficiando-se especialmente da redução no tempo e nos custos com deslocamento. O *home office* é opcional e permite que o colaborador trabalhe fora das dependências do banco até duas vezes na mesma semana, sendo os dias sempre combinados previamente com o gestor. A prática da jornada flexível permite que o colaborador cumpra sua jornada de trabalho em horários alternativos, respeitando o período limite estabelecido entre 7h e 20h.	Participação de aproximadamente 800 colaboradores.
Programa Fique OK	Programa de apoio pessoal a colaboradores e seus familiares. Inclui uma equipe multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais, advogados, nutricionistas, fisioterapeutas, *personal trainers*, veterinários e consultores financeiros, entre outros. O atendimento é 24h por telefone, de forma rápida, confidencial e gratuita. O programa tem como objetivo acolher quem está passando por um momento difícil, orientando-os quanto à melhor forma de administrar situações de conflito pessoal, familiar e profissional. Apoia os colaboradores identificados com alterações emocionais, encaminhando-os para avaliação/acompanhamento psicológico/ou outros tratamentos, além de orientação quanto à adoção de estratégias de administração de conflitos. Em casos de situações de violência, contamos com atendimento presencial *in loco*.	Atendimento telefônico: 144.000 ligações/56.400 pessoas. Atendimento presencial: 800 pessoas impactadas.
Vacina da gripe	Vacinação oferecida gratuitamente aos colaboradores e estagiários, no local de trabalho e por meio de clínicas credenciadas.	Aproximadamente 64% (57.695) dos colaboradores.
Programa de readaptação profissional e programa de reabilitação profissional	Equipe de médicos e psicólogos treinados para apoiar e orientar o colaborador, ajustando progressivamente suas atividades às suas limitações de saúde, para que ele possa retomar plenamente as suas funções após a conclusão do plano de readaptação. O programa também tem como objetivo acolher os colaboradores em situação médica de maior vulnerabilidade, oferecendo suporte médico, psicológico e social para favorecer a readaptação às atividades laborais. A reabilitação profissional visa reintegrar ao mercado de trabalho, por meio de reeducação ou readaptação. A elegibilidade ao programa baseia-se em critérios da Previdência Social (INSS).	1.500 colaboradores.
Avaliação clínica complementar	Com o aumento das nossas taxas de adoecimento, e com objetivo de acompanhar e identificar as causas do absenteísmo apresentado pela nossa população, implantamos a Avaliação Clínica Complementar (ACC), um processo que atende algumas cidades dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Temos como objetivo avaliar os colaboradores que apresentam atestados com vistas à atuação preventiva, o mais precocemente possível, de modo a evitar o agravamento de doenças incapacitantes e levantamento de dados epidemiológicos.	**Meta**: extensão do programa para Salvador e Curitiba em 2018.
Apoio das Lideranças para a Promoção de Saúde	O banco disponibiliza aos gestores com equipes de no mínimo 50 colaboradores um menu de palestras que visam promover mais saúde e qualidade de vida aos colaboradores.	39 palestras realizadas em 2017.
Medidas flexíveis para acompanhamento de familiares	Política estruturada (RP 09) que prevê, a ausência por motivo de internação hospitalar de parente inclusive pais, avós, ou qualquer idoso que dependa do colaborador (1 dia útil a cada 12 meses). Além de ausências por motivos particulares, que podem ser negociadas previamente com o gestor, para compensação.	**Meta**: incluir folga idoso com abono de 1 dia útil a cada semestre.
Melhoria contínua dos exames periódicos	O exame periódico constitui um de nossos principais instrumentos de intervenção e prevenção, já que ocorre anualmente, mesmo com a NR-7 permitindo avaliações bienais. Estamos em processo de melhoria contínua da qualidade dos exames, considerando fatores como: tempo de espera para o atendimento, qualidade do exame físico realizado, esclarecimentos/orientações prestadas, adequação do local de realização do exame e nível de satisfação com a consulta realizada. Buscamos a maior cobertura possível. Implantação de salas ocupacionais em Curitiba e Salvador. Aplicamos o questionário SRQ20 nos exames periódicos, visando identificar precocemente os colaboradores com alterações emocionais, encaminhando-os para avaliação/acompanhamento psicológico/psiquiátrico e/ou para readaptação profissional.	Pesquisa de Satisfação em 98% nos ambulatórios próprios. Evolução da satisfação na rede credenciada de 96% em 2016 para 98% em 2017. Aumento na taxa de realização dos exames na rede credenciada de 67% em 2016 para 97% em 2017. **Meta:** Manter a taxa de realização dos exames acima de 98%.

Programas/Serviços	Descrição	Número de colaboradores participantes
Projeto Meu Tempo	Tem como objetivo preparar os colaboradores para a transição de carreira de forma saudável e estruturada. O projeto aborda temas voltados para autoconhecimento, alternativas de carreira, prevenção à saúde, além de planejamento financeiro e pessoal.	Piloto iniciado em julho de 2017, com 60 participantes. Previsão de encerramento em dezembro de 2017. Índice de satisfação 4,7% (régua 0-5).
Análise Ergonômica	Estudo voltado para elaboração de um modelo de análise ergonômica, que aborde os aspectos psicofisiológicos da organização do trabalho com objetivo de monitorar e garantir a saúde e segurança dos colaboradores.	Início do estudo setembro de 2017. Previsão de entrega: dezembro de 2017.
Exames ocupacionais LATAM	**Uruguai:** periodicidade bienal. **Paraguai:** periodicidade anual. **Argentina:** periodicidade anual.	**Uruguai:** 42% da população elegível em 2017 realizaram o exame até o momento. **Paraguai:** 85,5% de colaboradores examinados. **Argentina:** os exames são calculados por dias de exames. A porcentagem de dias por exame é de 0,02%.
Emergências	O banco possui uma área estruturada para a continuidade do negócio, envolvendo os assuntos relacionados a danos ou riscos às vidas dos colaboradores, com objetivos e responsabilidades descritas em politicas (CN5 e CN20). Nos casos de emergências médicas o banco dispõe de 10 ambulatórios médicos estruturados para atendimentos assistenciais e de urgências/ emergências, além de contrato com empresa de remoção para atendimento às áreas protegidas.	183 remoções realizadas em 2017.

(1) Em 2017, reconsideramos o cálculo feito em divulgações anteriores, retirando a licença-aborto da conta.

Em 2017, elaboramos também o Programa Bem-estar Corporativo que buscará uma maior sinergia entre áreas parceiras aprimorando a gestão das iniciativas. Esse programa será baseado em três pilares:

- **Saúde em dia:** despertar no colaborador o olhar para prevenção, incentivando comportamentos saudáveis, como: alimentação, atividade física, realização de exames preventivos, vacinação, entre outros, buscando a saúde integral.

- **Equilíbrio interior:** proporcionar condições para um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, capacitando o colaborador para lidar com situações adversas, como o gerenciamento do stress, focando no momento presente e fornecendo estratégias para o futuro.

- **Social:** promover ações e informações de saúde com foco na colaboração e apoio social, tanto no ambiente de trabalho quanto em relação à sociedade.

Segurança

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e os representantes de segurança estabelecem as responsabilidades e ações necessárias para garantir a conformidade às portarias 3.214/1978 e SIT 14/2007 do Ministério do Trabalho e Emprego. Essas portarias regem a organização obrigatória de uma CIPA e, dependendo da extensão das suas responsabilidades, exigem a nomeação de um representante da segurança no local de trabalho (RSLT) treinado na prevenção de acidentes.

Atividades	Descrição
SIPATs (Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho)	Realizada anualmente nos principais centros administrativos da organização com foco na prevenção e sensibilização do tema acidentes de trabalho. Essa iniciativa é realizada em conjunto com a CIPA contendo integrantes de diferentes níveis hierárquicos, como gestores, coordenadores e analistas, atingindo presencialmente 38.500[1] (42,7%) colaboradores. De forma digital, atingimos 100% da população. GRI 403-1 Para as agências e disponibilizado conteúdo da SIPAT pelo Portal Corporativo, na página de Segurança do Trabalho.
Investigação de Acidentes com Ações Preventivas	Análise das causas dos acidentes para um esforço adicional na prevenção e identificação de outras situações. O processo é realizado por nosso sistema de pessoas e abrange todos os colaboradores administrados pela área de pessoas.
Análise Ergonômica dos Postos de Trabalho	Prevenção do desconforto do colaborador na realização das atividades diárias, incluindo a verificação das condições de mobiliários (mesas e cadeiras), equipamentos, homologação de acessórios ergonômicos, descrição das atividades realizadas, organização das jornadas e do local de trabalho. Essa iniciativa é conduzida no ambiente de trabalho de todos os colaboradores da empresa.
Levantamento Ambiental	Visita as unidades para levantamento dos níveis de temperatura, iluminação, ruído, velocidade e umidade relativa do ar, para se adequar à legislação. Essa iniciativa é conduzida no ambiente de trabalho de todos os colaboradores e setores da empresa.
Treinamentos de Saúde e Segurança	Ajuste ergonômico: fornece informações sobre ergonomia aos operadores de teleatendimento, orientando quanto a utilização correta do mobiliário e equipamentos. O treinamento é ministrado por especialistas em segurança ocupacional nas centrais de teleatendimento de São Paulo. Periodicamente é conduzida uma reciclagem via *e-learning*. Representantes de Segurança no Local de Trabalho: nas unidades da empresa onde não é exigida uma CIPA, realizamos treinamento *e-learning* de assuntos relacionados à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Esse treinamento é projetado para gestores e supervisores de agências. Segurança e Saúde do Trabalhador (NR-1): os colaboradores recebem via *e-learning* todas as orientações relacionadas à prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais. Ergonomia para Operadores de Caixa: após a instalação de nova versão de guichês de caixa nas agências, todos os operadores de caixa são treinados quanto ao uso correto das novas instalações.
Avaliação de Posto de Trabalho	Visando proporcionar mais conforto aos colaboradores (inclusive PCD), a equipe de Técnicos e Engenheiros da Segurança do Trabalho realiza a avaliação individual do posto de trabalho para melhorar as condições de postura na realização das atividades, por solicitação do gestor ou recomendação médica.
Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)	Consiste na avaliação das unidades de negócio, visando identificar os riscos físicos, químicos e biológicos no ambiente, propondo adequações para eliminação da exposição a esses riscos.
Elaboração de Laudos de Insalubridade e Periculosidade	Inspeções no local feitas em unidades de negócios especificas para identificar condições insalubres ou perigosas, conforme exigido pela legislação brasileira. Realizadas em todos os locais de trabalho onde os colaboradores estão potencialmente expostos aos riscos ambientais.

(1) Refere-se ao porcentual sobre o total de colaboradores em polos administrativos, excluindo as agências, unidades internacionais e polos terceirizados.

A empresa utiliza indicadores e regras internas para gerir os programas relacionados com Segurança e Saúde Ocupacional.

Resultados de Saúde e Segurança Ocupacional

Indicadores	2017	2016	2015
Taxa de lesões (%)	1,87	2,36	1,98
Taxa de dias perdidos (%)	693,13	908,44	773,55
Taxa de doenças ocupacionais (%)	1,39	2,03	1,56
Taxa de absenteísmo (%)	1,18	1,11	1,42
Óbitos	2	1	2

As questões de Saúde e Segurança Ocupacional são também abordadas nos Acordos Coletivos com sindicatos e na Subcomissão da Segurança e Saúde Ocupacional da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Nossos colaboradores não estão sujeitos a doenças ocupacionais com alta incidência ou alto risco de doenças específicas. Incidentes decorrem principalmente do descuido ou de atitudes inseguras por parte dos colaboradores, como quedas no deslocamento entre a sua residência e a empresa e vice-versa, sobre os quais a empresa não tem qualquer controle de gestão. Para minimizar os incidentes/acidentes, o banco dispõe de treinamento *e-learning* para todos os colaboradores. GRI 403-3

Mais sobre nossos resultados de saúde e segurança podem ser encontrados na página A-470.

Performance

Meritocracia

Meritocracia é a nossa forma de fazer gestão de pessoas e diferenciá-las de acordo com seu desempenho relativo. Fazem parte desse exercício *feedbacks*, a oferta de oportunidades de desenvolvimento adequadas às necessidades de cada colaborador e também o papel do colaborador de buscar continuamente as melhores oportunidades.

A avaliação de *performance* visa avaliar o desempenho do colaborador durante o período de um ano. Para tanto, utilizamos três ferramentas de avaliação:

- **Metas (Eixo X):** tem a finalidade de avaliar o que foi entregue por meio da análise anual dos resultados conquistados pelo colaborador, definidos com base em metas e níveis de atingimento determinados previamente.

Os nossos colaboradores e executivos possuem metas relacionadas às suas áreas, tanto de Satisfação dos Clientes em áreas comerciais, quanto de Riscos, Crédito, Reputação de marca nas áreas que cuidam de cada uma dessas frentes. Os diretores da área de Pessoas possuem metas de atração, retenção e desenvolvimento, alguns diretores possuem metas de prevenção a fraudes e atividades ilícitas, como o de *Compliance* e todos os gestores a partir do cargo de gerentes possuem metas de eficiência.

- **Comportamentos (Eixo Y):** tem a finalidade de avaliar como os resultados foram alcançados pelo colaborador, a partir da análise de comportamentos considerados como fundamentais pela organização, como Gestão de Riscos (avaliada para todos os nossos colaboradores), definidos com base em nossa cultura corporativa, o Nosso Jeito (para mais informações sobre o Nosso Jeito e a Nossa Cultura, na página A-28).

- **Planejamento Estratégico de Pessoas (PEP):** consolidação das notas relacionadas à avaliação de metas e à avaliação do comportamento a fim de analisar o desempenho relativo do colaborador frente a seus pares, de maneira colegiada. Em relação ao ciclo de 2016(1), 43.535 colaboradores foram avaliados como parte do PEP (incluindo unidades externas), o que corresponde a cerca de 49,48% do total de nossos colaboradores elegíveis(2). Em 2016, em nossas unidades externas (Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Inglaterra, Paraguai, Suíça e Uruguai) foram avaliados no PEP 3.342 colaboradores, o que equivale a 52,46% dos colaboradores elegíveis(3).

No fim de cada processo, nossos colaboradores recebem um *feedback* que visa apresentar seus pontos fortes e oportunidades de melhoria. O processo de *feedback* proporciona ideias para a criação de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para cada colaborador, com o mapeamento de ações de reconhecimento e desenvolvimento, conforme o momento de carreira de cada um.

Avaliação de colaboradores

No Brasil, os colaboradores das agências que não possuem cargo de gestão são avaliados semestralmente por meio do Trilhas de Carreira, que tem o objetivo de subsidiar o planejamento de pessoas para realizar ações de movimentação. É baseado em indicadores de *performance*, onde o resultado, a forma de execução e o estágio de desenvolvimento são avaliados. Os resultados apurados são baseados nos seguintes pilares: produtividade (tanto o desempenho individual quanto o da agência são levados em consideração) e a qualidade do atendimento e das vendas (a pesquisa de satisfação feita com clientes, o volume de vendas para clientes potenciais, o percentual de produtos cancelados e outros indicadores são avaliados).

As decisões de meritocracia de mais de 30.000 pessoas são feitas em comitês colegiados conduzidos por consultores da área de pessoas justo aos gestores no qual cada colaborador é avaliado com base nos níveis de atingimento propostos.

Uma vez por semestre (em geral nos meses de março/abril e setembro/outubro) é realizado o comitê conduzido pela área de Recursos Humanos junto aos gestores para a discussão individual dos colaboradores. Nessa discussão, são apresentados diversos indicadores individuais de negócio, qualidade de vendas e resultado, e a partir dela os colaboradores de forma colegiada são alocados em seis possíveis classificações.

No primeiro semestre de 2017, foram avaliados 31.931 colaboradores, o que representa 36,29% dos colaboradores elegíveis(4).

Os demais colaboradores participam somente de uma avaliação individual (avaliação de metas e avaliação de comportamento) ou de outros modelos específicos de avaliação. Isso garante que 100% dos colaboradores elegíveis da organização sejam submetidos a alguma avaliação de desempenho. O processo referente ao ciclo de 2017 ainda está em andamento. GRI 404-3

(1) As informações do exercício de 2017 não estavam disponíveis até a data de publicação.
(2) Considerando total de 87.988 colaboradores elegíveis participantes no sistema de avaliação (Brasil e unidades externas).
(3) Considerando total de 6.370 colaboradores elegíveis participantes no sistema de avaliação (unidades externas).
(4) Considerando total de 87.988 colaboradores elegíveis participantes no sistema de avaliação (Brasil e Unidades externas).

Visando o desenvolvimento contínuo e estruturado de cada colaborador, em 2017, 81,75% dos diretores, 39% superintendentes e 45,15% dos gerentes fizeram seu Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Todos os planos foram discutidos em um Comitê de Desenvolvimento, a fim de definir ações de consequências. Esse exercício é recomendável, mas tem caráter opcional para os níveis de coordenador e analista, nesses níveis, o atingimento foi de 6,5%.



Treinamento e desenvolvimento

A Escola de Negócios Itaú Unibanco atua na construção de soluções de aprendizagem alinhadas à cultura e às estratégias da organização, disponibilizando programas específicos de capacitação que abrangem temas técnicos e comportamentais, por meio do uso de várias metodologias e mídias.

A nossa área de treinamento promove ações de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo de equipes e lideranças, uma vez que considera as pessoas absolutamente relevantes para a perenidade e sustentabilidade dos negócios, possibilitando resultados e benefícios para os acionistas, para os colaboradores e para a sociedade.

Em 2017 trabalhamos fortemente no desenvolvimento de três comportamentos essenciais para o novo modelo de atuação em comunidades de entregas na área de tecnologia: colaborar, aprender constantemente e pensar *lean*.

Foi desenvolvida uma grade de capacitação com os objetivos de:

- Ativar comportamentos-chaves (pensar *lean*, colaboração e aprender constantemente) para liderança das comunidades e superintendentes;
- Conectar os comportamentos-chaves com princípios da filosofia *lean* e como se aplicam para a liderança e para os membros;
- Estabelecer uma rede de apoio para engajamento na mudança;
- Demonstrar por exemplos e conteúdos, atitudes/comportamentos esperados para os membros; e
- Estabelecer comprometimento com a mudança pelos envolvidos.

Para apoiar a gestão dos líderes das comunidades e fazer o acompanhamento da *performance* das entregas as comunidades trabalham com indicadores operacionais e indicadores de metas, assim como processo de governança central estabelecido.

Ao longo de 2017, a equipe da Franquia Comercial (IA + IU + EMP4) desenvolveu dois programas de capacitação voltados para o treinamento dos colaboradores da rede de agências. O primeiro trata-se da capacitação on-line (remota) chamada "Meu Foco", a qual objetiva a disponibilização de vídeos ou tutoriais de até quatro minutos com dicas e informações relevantes para o dia a dia no atendimento a clientes e processos das áreas comerciais e operacionais, além de um conjunto de certificações baseado em grades de cursos realizados a distância e disponibilizados mensalmente. Estão sendo desenvolvidos indicadores que mostrem o impacto destes treinamentos na *performance* do colaboradores. O segundo modelo de capacitação trata-se de uma trilha de cursos presenciais aplicados pelos Gerentes de Modelo Franquia (GMF) para os colaboradores da agência com o objetivo de formar, reforçar o conhecimento e treinar de forma prática no negócio em que estão inseridos. Nossos indicadores atuais revelam a percepção de uma grande melhora de *performance* e no desenvolvimento destes colaboradores, como pode ser observado ao comparar colaboradores treinados com os não treinados ou individualmente antes e depois do treinamento.

Em nosso Portal Corporativo encontram-se as políticas sobre treinamento, educação, desenvolvimento, boas práticas e ética, que fornecem diretrizes sobre planejamento e ações de educação corporativa para as lideranças e suas equipes. Em 2017, investimos R$ 232 milhões(1) em capacitação, com a formação de mais de 9.096 turmas de treinamentos presenciais.

Para melhor gestão dos treinamentos, utilizamos dois tipos de indicadores: de processo (orçamento, volumetria e eficiência) e de qualidade (reação, aprendizagem, aplicabilidade, impacto no negócio e retorno sobre o investimento), os quais garantem a obtenção de dados para a melhoria dos nossos programas.

Veja mais informações sobre treinamento na tabela da página A-470.

Escola Itaú Unibanco de Negócios em números:

- Taxa média de adesão dos treinamentos (%):

2017	2016	2015
93,7	92,0	91,0

- Número de colaboradores treinados em atividades presenciais (pode apresentar um mesmo colaborador participando em mais de um programa):

2017	2016	2015
168.784	91.897	97.304

- Participações em treinamentos à distância:

2017	2016	2015
977.040	947.744	1.073.869

- Bolsas de estudo:

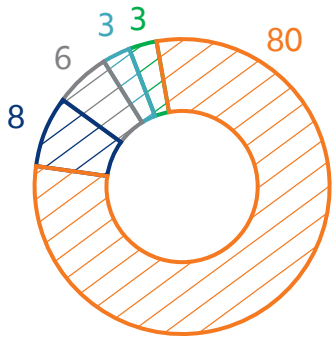
	2017	2016	2015
Programa de incentivo à pós-gradução	1.476	1.427	1.709
Determinadas pela Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017	5.500	5.500	3.708
Estudo de idiomas	325	349	101
Total de bolsas de estudo	**7.301**	**7.276**	**5.518**

- Um total de horas (horas presenciais): GRI 404-2

2017	2016	2015
2 milhões	1,4 milhão	1,5 milhão

(1) Esse montante refere-se ao total de treinamentos e despesas de desenvolvimento do Itaú Unibanco.

Média de horas de treinamento por colaborador (%)



Nível hierárquico	Média de horas de treinamento por colaborador	Total de colaboradores
Gestor	20	13.783
Administrativo	26	27.180
Comercial e operacional	10	41.738
Trainee	271	139
Estagiário	10	4.743

Formação da liderança

Nossa estratégia de formação dos líderes busca assegurar a *performance* sustentável de nossos negócios. Esse direcionamento torna-se ainda mais importante em um cenário macroeconômico adverso. Acreditamos que um gestor com competências de liderança bem desenvolvidas pode fortalecer o engajamento das equipes com o banco. Por isso, a grade de desenvolvimento contempla tanto a formação de novas lideranças, como os executivos mais seniores da organização.

Em 2014, nos impusemos a meta de capacitar em até dois anos todos os coordenadores e gerentes em nosso programa corporativo de liderança, fundamentado em três temas: gestão de pessoas e desempenho, *workshops* de ética e boas práticas trabalhistas. Essa meta foi atingida com sucesso e 99,9% dos gestores passaram pelo programa. Desde então perseguimos essa meta e, em 2017, nosso índice foi de 87%.

Em 2017, demos continuidade à nossa grade de riscos e iniciamos um grande movimento de capacitação digital com instrutores nacionais e internacionais. Entendemos que nossos líderes precisam estar preparados e sensibilizados nesses dois pilares fundamentais para buscar sustentabilidade e futuro do banco. Para o tema riscos trouxemos fortes parceiros, como Universidade de Wharthon e um grande ícone da economia comportamental, Dan Ariely. Já a grade digital contou com ações em parceria com Decoded e Stanford. Nosso programa também contempla temas como comunicação, clientes e negócios bancários e palestras com executivos do banco que contam o que já está sendo feito internamente em cada uma das nossas frentes de trabalho.

Decoded – Demystifying digital

- Contextualizar diretores e superintendentes sobre o cenário de digitalização e *customer centricity*.

Stanford – Innovation & Business

- *Leading Innovation;*
- *FinTech Innovation;*
- *Leading collaboratives teams;* e
- *Scaling excellence.*

Digitalks

- Realizamos palestras com executivos do banco contando como estamos lidando com a transformação digital e compartilhando as principais iniciativas de cada uma das áreas. Passaram pelas palestras o total de 570 pessoas.

Na Rede de Agências identificamos a necessidade de realizar treinamentos com os gestores para alavancar a qualidade de gestão de pessoas. Em 2018, vamos trabalhar os temas: conhecimento, resiliência, disciplina de execução, ambição e persistência, comunicação, originalidade, relacionamento e equilíbrio emocional, em uma grade educacional customizada.

Além dos treinamentos corporativos, oferecemos ações específicas de capacitação alinhadas ao estágio de carreira alcançado por cada executivo e customizado em relação ao seu Plano de Desenvolvimento Individual, incluindo soluções de treinamento presenciais e a distância como plataformas on-line de educação continuada, cursos de idiomas, programas de pós-graduação, MBA, seminários, congressos e cursos de curta duração no Brasil e no exterior.

Estratégia de treinamentos LATAM para 2017

Desenvolvimento e aplicação de temas que acompanham as transformações digitais do banco. Outra frente refere-se a capacitações que fortaleçam o foco no cliente e à excelência no atendimento nas agências físicas e digitais.

Diante desse cenário, desenvolvemos os seguintes treinamentos:

- **Metodologia Ágil e Design Thinking:** capacitação conceitual e prática de metodologias que apoiam as iniciativas de inovação e transformação digital na LATAM.
  Países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

- **Agências Digitais:** grade de treinamentos para a capacitação de colaboradores que atuam nas Agências Digitais acerca de ferramentas, business e comportamento.
  País: Uruguai.

- **Gestão de Negócios e *Coaching* Comercial:** capacitação dos gerentes de contas, trazendo ferramentas para uma melhor gestão da carteira com foco nos desafios do segmento empresas de cada país.
  Países: Argentina e Paraguai.

- **Academia Digital LATAM:** construção de uma grade de temas relacionados às transformações digitais e inovações que podem impactar o core business do banco. Os temas podem ser explorados por treinamentos presenciais e on-line, palestras, artigos e vídeos.
  Países: a definir.

- **Jornada de Visitas (*game learning*):** *game* on-line cujo objetivo é treinar os gerentes de contas das unidades externas no tema de visitas (pré, durante e pós-visitas).
  Países: Argentina, Paraguai e Uruguai.

Mais sobre nossos resultados de treinamento podem ser encontrados na página A-470.

Programa de Oportunidade de Carreira (POC)

GRI 404-2

O Programa de Oportunidade de Carreira (POC) é a nossa ferramenta de mobilidade interna, por meio da qual colaboradores e estagiários são incentivados a serem protagonistas, buscando oportunidades alinhadas às suas expectativas de carreira, e gestores podem identificar pessoas de diferentes áreas que tenham perfis aderentes às suas vagas.

Um dos principais objetivos dessa ferramenta é potencializar o aproveitamento interno de nossos colaboradores, permitindo a ampliação de horizontes de desenvolvimento e estimulando o protagonismo de carreira e a redução de nossa taxa de rotatividade.

Transferências POC	2017 (Jan.-dez.)	2016 (Jan.-dez.)	2015 (Jan.-dez.)
Colaboradores foram transferidos por POC	2.353	1.957	1.598

As oportunidades disponíveis são anunciadas internamente aos colaboradores por meio do Portal Corporativo. Além disso, os colaboradores podem registrar seu interesse prévio para até três áreas executivas e seis carreiras. Sempre que uma vaga se torna disponível para as carreiras e áreas escolhidas, um alerta é enviado por *e-mail*, notificando-os da sua elegibilidade para os cargos em questão.

Para as unidades externas, o aproveitamento interno é realizado por meio de indicações e divulgações do RH local, por *e-mail*. Essas unidades não têm acesso ao portal corporativo e, portanto à ferramenta POC.

Outras iniciativas de aproveitamento interno incluem o encarreiramento de estagiários e jovens aprendizes. Entre janeiro e dezembro de 2017, efetivamos 1.072 estagiários e encarreiramos 925 aprendizes para vagas de estágio ou de efetivo no banco. Além disso, temos também o Programa Conectando Oportunidades, que conecta profissionais cujas funções mudaram ou deixaram de existir a áreas do banco que têm vagas abertas, nas quais eles têm a oportunidade de assumir novas responsabilidades. Também existem transferências que acontecem por fora do sistema POC.

Todas essas ações, com exceção do encarreiramento de jovens aprendizes, contribuem para nosso índice de aproveitamento interno de 71%.

Programas de talentos

Para garantir a sustentabilidade de nossos negócios, conduzimos programas que proporcionam ações de desenvolvimento a fim de preparar os colaboradores a transformar potencial em resultado num curto espaço de tempo.

Programa	Descrição	Recrutamento	Taxa de retenção
Jovens Aprendizes	Vivenciar uma experiência de primeiro emprego e desenvolvimento profissional e pessoal. Ampliando o conhecimento do mercado financeiro e abastecendo os cargos de estágio e entrada, formado por jovens com uma vivência prévia do banco.	De janeiro até dezembro de 2017, 2.095 jovens foram contratados como aprendizes.	De janeiro a dezembro de 2017, encarreiramos 34% dos aprendizes. Desses 94% continuam no banco.
Estágio Corporativo	Tem como objetivo atrair e desenvolver jovens talentos com potencial para abastecer as posições de entrada nas áreas corporativas. Possui a duração máxima de 2 anos, e disponibiliza uma grade de treinamentos específica.	Em 2017, tivemos 59.644 inscritos no Programa Corporativo, 2.094 foram aprovados como estagiários.	Em 2017, 48% dos estagiários foram efetivados. Desses, 98% continuam ativos no banco.
Estágio Rede de Agências	Atrair e capacitar jovens universitários, com foco no desenvolvimento de talentos para a Rede de Agências. Possui a duração de 12 meses, podendo se estender para 18 meses. Para o programa de estágio em Rede de Agências há uma grade de capacitação a distância composta por 56 cursos.	Para as vagas abertas durante o ano de 2017, 3.179 foram aprovados como estagiários.	Em 2017, 28,5% dos estagiários foram efetivados. Desses, 99% continuam ativos no banco.
Estágio de Férias	Tem como objetivo atrair talentos das melhores universidades brasileiras e do exterior, oferecer experiência corporativa com projetos desafiadores, abastecer outros programas de talentos e propiciar conhecimento sobre o Itaú Unibanco. **Estágio de Férias Nacional:** O Estágio de Férias Nacional aconteceu em duas ondas em 2017: durante as férias acadêmicas de verão (dezembro, janeiro e fevereiro) e de inverno (julho). **Estágio de Férias de Graduação Internacional:** O Estágio de Férias de Graduação Internacional aconteceu uma vez em 2017, nos meses de maio e outubro, férias de verão no hemisfério norte.	Para o Estágio de Férias, tivemos 4.426 inscritos em julho de 2017, desses, 74 foram admitidos para o programa. Já para o programa de dezembro de 2017, tivemos 11.071 inscritos e 108 foram admitidos para o programa. Para o Estágio de Férias Graduação Internacional, tivemos admissão de 56 estagiários.	Não se aplica.

Programa	Descrição	Recrutamento	Taxa de retenção
Trainee	Tem como objetivo o desenvolvimento acelerado de jovens talentos por meio de formação robusta e prática profissional desafiadora, abastecendo o *pool* de talentos do banco, tanto para posições especialistas, quanto para posições de gestão de pessoas. Durante os 12 meses de programa desenhamos a vivência dos *trainees* para desenvolvê-los de acordo com as necessidades de cada negócio, podendo atuar em projetos específicos da área ou em formato de *job rotation*, adquirindo uma visão holística das áreas. Além disso, os *trainees* possuem treinamentos técnicos e comportamentais, *mentoring* e eventos de *networking* com os principais executivos da organização. Para os *trainees* da LATAM, na fase de *job rotation*, existe possibilidade de rotação em uma das unidades externas. Para os trainees que se destacarem, oferecemos um Programa de Carreira Acelerada alinhado às perspectivas possíveis em cada negócio, contando com treinamentos e sessões de *coaching*. No pós-Programa, um dos pilares é o Global Mindset, onde eles fazem visita de uma semana nas unidades externas com o intuito de entender como é o funcionamento do banco fora do Brasil.	Um total de 42 *ex- trainees* compõem o pós-Programa de *Trainee* atual, selecionados a partir do grupo de *trainees* do ano de 2016.	97% de retenção da turma de 2017[1]. 100% é a taxa de retenção do pós-programa em 2017.
Fellows	Programa com duração de dois anos que tem como objetivo formar a futura liderança. O perfil do programa conta com dois pilares: *problem solving* (capacidade de resolução de problemas) e liderança (de pessoas ou de projetos).	Foram 9.185 inscritos, sendo 30 selecionados em janeiro de 2017.	A retenção da taxa de *Fellow* em 2017[2] foi de 87%.
Patrocínio Internacional (MBA, *Master, Sloan* e LLM)	A proposta do programa é desenvolver nossos colaboradores por meio da realização de programas de MBA/*Sloan/Master* (LLM – *Master of Laws*/ MIF – *Master in Finance*) nas melhores escolas de negócios dos Estados Unidos e da Europa, com acompanhamento do RH e dos executivos.	Em 2017, tivemos 189 colaboradores inscritos. Desses, 15 foram para o exterior no mesmo ano.	93% é a taxa de retenção dos patrocinados da turma de 2017[2].
MBA Summer e Full-Time Associate	Recrutamos estudantes das melhores escolas de negócios dos EUA e da Europa para estágios de verão em nossa organização. Os alunos de MBA ficam no Itaú de 9 a 12 semanas. Durante o ano, visitamos mais de oito universidades no exterior. Também oferecemos oportunidades em tempo integral em nossa organização para alunos formados em MBA nas melhores escolas dos Estados Unidos e Europa.	139 MBAs se candidataram. Desses, 14 participaram do Programa *Summer*. 79 se candidataram ao programa. Desses, 6 colaboradores foram contratados como *MBA Full-Time Associate*, sendo 5 ex-participantes do Programa *Summer*.	Não aplicável para *Summer*. 66% é a retenção para o Programa de *Full-Time* da turma que finaliza o programa em 2017.

(1) Apurado entre janeiro a dezembro de 2017.
(2) Até dezembro de 2017.

Pesquisa Fale Francamente

Realizada anualmente com todos os colaboradores no Brasil e nas Unidades Internacionais, a pesquisa Fale Francamente mede o grau de satisfação dos colaboradores com relação ao ambiente organizacional e à gestão de pessoas. A metodologia da pesquisa é fornecida pela consultoria *Great Place to Work* e composta por cinco dimensões: Credibilidade, Respeito, Imparcialidade, Orgulho e Camaradagem.

Em 2017, a pesquisa informou índice de satisfação de 86% em 92% de todos os colaboradores que participaram voluntariamente. Em comparação com o ano anterior, o resultado geral apresentou um crescimento de um ponto percentual.

Resultados da pesquisa

Ano-base	Unidades	Colaboradores que responderam (%)	Satisfação (%)
2017	Brasil e Unidades Internacionais	92	86
2016	Brasil e Unidades Internacionais	89	85
2015	Brasil e Unidades Internacionais	88	82

Os resultados da pesquisa são encaminhados a todos os gestores e ao pessoal do banco, que podem acessar não apenas o resultado geral, mas também os números de suas próprias áreas. Por meio desses resultados, gestores e colaboradores são incentivados a se reunirem para analisar os resultados de sua área e traçar um plano de ação baseados em nosso Guia de Práticas, desenvolvido com o objetivo de orientar os gestores e equipes para a realização de ações que impactem positivamente sobre os aspectos do clima e de gestão de pessoas. Ele é composto de 12 melhores práticas e deve ser adotado de acordo com a necessidade de cada área.

Além disso, a área de Clima Organizacional gera estudos a partir do resultado global, dividindo o índice de satisfação por amostras (por exemplo: corporativo versus rede de agências) e demografias, para conhecimento do Comitê Executivo e definição de estratégia para o próximo ano.

Pesquisa sobre as melhores empresas

O Itaú Unibanco participa de quatro pesquisas externas relacionadas ao conceito Melhores Empresas para Trabalhar, visando monitorar de forma abrangente práticas de gestão e compará-las a outras empresas do mercado. O foco dessas pesquisas é a análise de aspectos de gestão do clima organizacional. O Instituto *Great Place to Work* organiza essa pesquisa em parceria com a revista Época, a consultoria Aon em parceria com a revista Valor Carreira e as duas últimas pesquisas são conduzidas pela Fundação Instituto de Administração (FIA) em parceria com a revista Você S/A – uma dessas, uma pesquisa de satisfação com jovens. Os institutos selecionam mais de seis mil colaboradores do Brasil, aleatoriamente, para responderem às pesquisas.

Em 2017, o Itaú Unibanco foi eleito uma das Melhores Empresas para Trabalhar em todos os rankings mencionados acima, não só no Brasil, mas também no Paraguai.

Reconhecimento

Anualmente, realizamos o Prêmio Walther Moreira Salles, uma das nossas mais importantes formas de reconhecimento, cujo propósito é realçar o valor de nossa cultura organizacional, reconhecendo projetos e práticas excepcionais de nossos colaboradores, no Brasil e nas unidades externas. Essa premiação contempla projetos e gestores que alcançaram resultados excepcionais nos temas eficiência, satisfação de clientes, inovação, gestão de risco e liderança. Cada vencedor recebe um troféu e um número determinado de nossas ações, distribuídas igualmente entre os vencedores. Na edição de 2017, tivemos 137 inscrições de projetos e 161 inscrições de líderes, 12 projetos finalistas e três líderes finalistas e, por fim, 41 colaboradores premiados.

Remuneração GRI 102-36 | 103-2 | 103-3 Diversidade, equidade e inclusão

Política de remuneração fixa e variável

O objetivo da remuneração fixa é reconhecer a competência e a senioridade de um profissional. Os colaboradores podem ter sua remuneração fixa alterada de acordo com a nossa política de promoção e mérito. A remuneração fixa de nossos colaboradores, acrescida de encargos e benefícios, totalizou aproximadamente R$ 15 bilhões em 2017.

Já a remuneração variável reconhece o nível de desempenho individual, o resultado financeiro atingido pelo banco e sua sustentabilidade em curto, médio e longo prazos. Cada colaborador possui metas a serem atingidas que estão atreladas à estratégia de cada área e que, por sua vez, refletem a nossa estratégia global.

A nossa política de remuneração fixa e variável está alinhada às práticas de mercado e nossas estratégias de remuneração conforme a unidade na qual atua cada colaborador. Esse alinhamento é aferido anualmente por meio de uma pesquisa de remuneração conduzida por consultorias especializadas. Também participamos de pesquisas conduzidas por outras empresas e participamos de fóruns especializados no tema.

Nosso modelo de governança é supervisionado por um comitê que envolve nossa Alta Administração e estabelece princípios e diretrizes gerais, em linha com as práticas de mercado e regulamentações. Consulte a seção Nossa Governança, item Estrutura Administrativa, Comitê de Remuneração para mais informações sobre as práticas de remuneração.

Adicionalmente, reajustes na remuneração e a participação nos lucros e resultados são garantidos a nossos colaboradores, com base em acordos e convenções coletivas de trabalho firmados com os sindicatos de cada categoria profissional.

Nossos programas de remuneração variável são:

Tipos de remuneração variável	Descrição
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	Distribuição de um porcentual de nosso lucro líquido, limitado a um valor definido em acordo de convenção coletiva firmado com o respectivo sindicato.
Participação nos Resultados (PR)	Programas de participação nos resultados que dependem de nossa *performance* nos negócios (exemplo: *performance* de uma área de negócio) e do desempenho individual do colaborador.
Programa de Participação Complementar nos Resultados (PCR)	Programas de participação nos resultados que dependem de nossa *performance* corporativa e consistem no pagamento de um valor definido em acordo com o respectivo sindicato.
Programa de Remuneração por Alto Desempenho (PRAD)	Participação complementar nos resultados para 30% dos colaboradores mais bem avaliados, não participantes de programas de PR. Esse programa depende também dos resultados do conglomerado.
Performance Diferenciada (PD)	Programa que abrange os colaboradores em cargos de liderança ou cargos similares do nosso conglomerado. Outorga remuneração na forma de nossas ações preferenciais (ITUB4)(1) de forma diferida. Esse modelo considera a avaliação individual e visa premiar os profissionais que foram destaque em resultados e em comportamento. Tem o objetivo de fortalecer a gestão de pessoas, o autodesenvolvimento e o desenvolvimento das equipes

(1) Detalhes sobre as companhias do Itaú Unibanco Holding no Brasil administrados pela área de Recursos Humanos.

Os programas de remuneração variável acima são também aplicados nas Unidades Internacionais, com exceção dos programas provenientes de acordo sindical, os quais podem eventualmente ser substituídos por programas que sigam acordos sindicais de cada localidade. No caso dos programas de remuneração em ações de Unidades Internacionais, utiliza-se *Phantom Shares* como instrumento de outorga e pagamento.

Programa de Sócios: adotamos um programa de incentivo de longo prazo que reconhece e destaca os profissionais que fazem a diferença e lideram a construção do futuro do conglomerado, bem como reforçam e disseminam a visão e a atitude de "dono do negócio", fortalecendo e propagando a Nossa Cultura. Nos termos desse programa, os colaboradores e administradores, sócios ou associados, poderão investir parte de sua Participação nos Lucros na aquisição de nossas ações, recebendo uma contrapartida do banco em ações. Para mais detalhes veja a página A-80.

Benefícios GRI 401-2

Oferecemos diversos benefícios firmados em acordos e convenções coletivas de trabalho, que abrangem a totalidade dos nossos colaboradores, com os respectivos sindicatos de cada categoria, que cobrem obrigações como vale-refeição, cesta-alimentação, auxílio-creche/babá, vale-transporte, etc. Esses benefícios são oferecidos somente para colaboradores ativos que atuam no Brasil e que estejam na folha de pagamento, inclusive colaboradores com jornada de trabalho reduzida ou contratados durante um período definido. Disponibilizamos, também, um pacote de benefícios, com taxas e descontos diferenciados em produtos bancários, programas de parcerias, planos de saúde com ampla rede credenciada, além de outros programas voltados à saúde e ao bem-estar dos nossos colaboradores, como:

Programa	Descrição
Assistência Médica e Odontológica	Atualmente, 87.800 colaboradores estão cadastrados no plano médico e 64.400 estão cadastrados no plano odontológico.
Previdência Privada Complementar	São 22 planos de previdência complementar administrados por duas entidades fechadas e uma entidade aberta. Os objetivos principais desses planos são dois: complemento ao benefício da Previdência Social e manutenção do padrão de vida na aposentadoria. Fizemos contribuições aos nossos planos de pensão de aproximadamente R$ 239 milhões em 2017. Devido à adesão voluntária, temos 70% dos colaboradores participando de algum dos planos que oferecemos.
Seguro de Vida Coletivo	Prevê o pagamento de indenização em caso de óbito ou invalidez do beneficiário. O plano prevê ainda a inclusão automática de cônjuge e filhos e a ampliação da garantia de assistência funeral. Os colaboradores que dispõem de seguro de vida têm a opção de contratar um seguro de vida complementar, aumentando assim o capital segurado.
Produtos e serviços financeiros com descontos para colaboradores (financiamentos, consórcios, seguros, cartões de crédito)	Produtos bancários com descontos e/ou taxas diferenciados, como crédito consignado, cheque especial, tarifas bancárias, seguro auto, seguro residencial, consórcios e crédito imobiliário.
Auxílio-Farmácia	Descontos na compra de medicamentos e perfumaria por meio de um cartão de identificação que deve ser utilizado na rede de lojas Droga Raia e Drogasil.
Auxílio-Educação	São 5.500 bolsas, das quais 1.000 são distribuídas preferencialmente para colaboradores com necessidades especiais da categoria bancária, 4.000 para colaboradores bancários e 500 para colaboradores da categoria não bancária, visando subsidiar parte das despesas com a primeira e segunda graduação e também com cursos de pós-graduação.
Itaú Unibanco Club	Atividades de lazer, recreação, cultura e esportes que visam a promoção da integração e a melhoria da qualidade de vida de nossos colaboradores, aposentados e seus familiares. Possuímos três clubes, localizados em Guarapiranga, Itanhaém e São Sebastiao.
Programa de Parcerias Mundo Itaú Unibanco	O programa Mundo Itaú Unibanco traz vantagens, descontos e serviços exclusivos de diversos parceiros no Brasil e na América Latina.

Saiba mais sobre Benefícios no item Saúde e Segurança (página 425).

Ética GRI 102-16

A ética está presente nos nossos negócios e se traduz na transparência, respeito e honestidade no relacionamento com nossos *stakeholders*, na qualidade dos nossos serviços e produtos e na preocupação com o desempenho financeiro e a responsabilidade socioambiental. Esses princípios éticos também se expressam nos relacionamentos internos, nos quais cultivamos ambientes que propiciam a realização de um trabalho de qualidade, relevante para quem o executa, para a organização e para a sociedade. Com esse objetivo, nosso Código de Ética existe para orientar, prevenir e sanar dilemas éticos e conflitos de interesse relacionados às nossas atividades e relações internas. Esse documento, juntamente com a Política Corporativa de Integridade e Ética (atualizada em agosto de 2017) e com o Nosso Jeito, onde se destaca um de nossos principais valores: ética é inegociável, ajuda em nossas atividades e nas decisões que tomamos quando nos relacionamos com todos os nossos *stakeholders*: colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, parceiros, o Poder Público, a concorrência, a mídia e a sociedade. Nosso Código de Ética está dividido em quatro princípios básicos:

- Identidade (o que nos distingue das outras empresas);
- Interdependência (motor da convivência social);
- Boa-fé (confiança gerando confiança); e
- Excelência (busca contínua da qualidade superior).

Esse Código reflete nossas atitudes em relação à construção de um conjunto de valores, a cultura corporativa, crenças e atitudes praticadas a todo instante por todos os nossos colaboradores e administradores. Nosso Código de Ética é aprovado pelo Conselho de Administração e se aplica a todos os conselheiros, diretores e colaboradores do nosso conglomerado no Brasil e no exterior. Está disponível em quatro idiomas (português, inglês, espanhol e japonês, línguas locais de onde o Itaú atua) e requer dos nossos colaboradores a formalização eletrônica anual do conhecimento e da aceitação dos seus termos. O documento está disponível também para todos os fornecedores, prestadores de serviços e subsidiárias do Itaú Unibanco. O porcentual de adesão ao termo das políticas de integridade corporativa (que inclui o Código de Ética) chegou a 93% dos colaboradores e administradores ativos na organização em 2017.

Políticas de integridade (%)	Meta 2018	2017	Meta 2017	2016	2015
Adesão ao termo de ciência e adesão às políticas de integridade corporativa	95	93	95	98	92

Adicionalmente, nosso Código de Ética prevê nosso compromisso formal relativo aos temas apontados nas principais convenções da OIT e em outros acordos internacionais, como a prevenção e o combate a atos ilícitos (ex. corrupção, fraude, lavagem de dinheiro, etc.) erradicação do trabalho infantil, forçado ou compulsório, o combate à discriminação em todas as suas formas, a promoção da valorização da diversidade, a prevenção ao assédio moral e sexual no local de trabalho, o respeito aos direitos de livre associação sindical e à negociação coletiva.

Além dessas orientações, o Código de Ética prevê o encaminhamento e a análise pelas áreas competentes de casos de desvio de conduta, conflitos interpessoais, descumprimento de normas e conflitos de interesses no âmbito das nossas operações. Os casos mais complexos são encaminhados para os Colegiados de Integridade e Ética específicos para deliberação.

Nosso Código de Ética está disponível a todos os colaboradores na intranet e ao público externo no *site* de Relações com Investidores. Comunicamos e treinamos nossos colaboradores sobre as diretrizes de nosso Código de Ética por meio de cursos presenciais e a distância.

Treinamento de ética (%)	Meta 2018	2017	Meta 2017
Treinamento dos colaboradores e administradores (*e-learning*, seminários sobre ética para a Alta Administração)	85	88	85

Em novembro de 2016 lançamos também o Código de Relacionamento com Fornecedores com o objetivo de alcançar a mesma transparência, legalidade, qualidade e confiabilidade que temos com nossos clientes nas interações com nossos fornecedores e prestadores de serviço. Eles devem aderir às orientações do código a partir do seu lançamento, assegurando o alinhamento dos princípios na relação comercial. Em 2017, fomos selecionados para compor novamente a lista Empresa Pró-Ética 2017 promovida pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Por meio do Programa Corporativo de Integridade e Ética – que engloba o comprometimento da alta administração, a criação e gestão de políticas e procedimentos, ações de comunicação e treinamento, o monitoramento contínuo e a disponibilização de canais de dúvida e denúncia – o Itaú Unibanco visa assegurar a conformidade de seus negócios, processos e atividades ao Código de Ética e aos princípios e valores do conglomerado Itaú Unibanco no Brasil e no exterior.

A Diretoria Executiva de Risco Operacional e *Compliance* (DEROC) realiza o acompanhamento da efetividade do Programa de Integridade e Ética, com reporte periódico ao Comitê de Auditoria e aos Colegiados que tratam dos assuntos relacionados à Integridade e Ética. Esse monitoramento abrange testes dos processos por Controles Internos, acompanhamento de indicadores, informações de canais de dúvidas e denúncias e tratamento de novas regulamentações que impactem o programa. Por meio dos resultados do monitoramento são identificadas necessidades de adequação e melhoria do Programa de Integridade e Ética. A Auditoria Interna realiza avaliação anual independente do Programa de Integridade e Ética.

Combate à corrupção GRI 102-16 | 102-17 | 205-2 | 103-2 | 103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

Com base nas melhores práticas globais, consideramos corrupção as práticas ilegais ocorridas entre agentes públicos e privados e também as que envolvem somente agentes privados.

Nossa Política Corporativa de Prevenção à Corrupção reforça o nosso compromisso de cooperar pró ativamente com iniciativas nacionais e internacionais de prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas, e ainda estabelece orientações para a concepção, execução e melhoria contínua do Programa Corporativo de Integridade e Ética destinado ao desenvolvimento de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos de corrupção, utilizando canais de denúncia e campanhas de conscientização e treinamento sobre o tema.

A política está disponível a todos os colaboradores na intranet em português, e ao público externo no nosso site de Relações com Investidores em português e inglês.

Com base em legislações nacionais e estrangeiras (Lei Federal nº 12.846/2013, o *Foreign Corrupt Practices Act* e o *UK Bribery Act*, entre outras), em jurisprudências e em informações do mercado global, identificamos os países com maior risco de práticas de corrupção. Nos países onde atuamos temos processos e controles relacionados com o relacionamento com clientes, setor público e terceiros, de acordo com os regulamentos específicos e particularidades de cada jurisdição.

O Departamento de Compliance, que é responsável pelo Programa Corporativo de Integridade e Ética, está aberto para receber opiniões e sanar dúvidas sobre o assunto. Disponibilizamos, também, um canal de denúncias para colaboradores e *stakeholders* para suspeitas de corrupção, que podem culminar em demissão ou interrupção de contrato. Os dois canais garantem confidencialidade e anonimato sobre as denúncias.

Em 2017 recebemos três denúncias sobre suspeitas de atos de corrupção envolvendo agentes privados, e mediante apuração interna concluímos como sendo improcedentes.

Possíveis atos de corrupção	2017	2016	2015
Denúncias sobre suspeitas de atos de corrupção	3	3	2

Em 2017, mantivemos o programa de educação continuada presencial e a distância, especialmente para as áreas mais sensíveis ao risco de corrupção, que se relacionam com o Poder Público e fornecedores. O percentual de adesão ao treinamento a distância por parte de colaboradores e Alta Administração atingiu 93% em 2017. Veja a seguir a adesão por nível de cargo até o fim de 2017:

Percentual de aderência no treinamento a distância

Nível de cargo	2017	2016
Alta Administração[1]	89	82
Gerência intermediária[2]	91	83
Força de trabalho[3]	93	84

(1) Diretores e acima.
(2)Superintendentes, gerentes e supervisores.
(3)Sem cargo administrativo.

Em 2017, realizamos treinamentos presenciais de Integridade, Ética e prevenção à corrupção aos colaboradores de áreas mais suscetíveis ao risco de corrupção e Alta Administração nas unidades da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bahamas, Estados Unidos e para a equipe LATAM no Brasil Além disso, o programa de educação a distância de prevenção à corrupção está presente nas unidades da Argentina, Paraguai, Uruguai e Reino Unido.

Realizamos também campanhas periódicas de comunicação institucional de integridade e ética corporativa sobre a política corporativa de prevenção à corrupção e suas diretrizes a todos os colaboradores e gestores. Adicionalmente, efetuamos *due diligences* nos processos de fusões e aquisições. Para garantir a melhoria contínua do Programa Corporativo de Integridade e Ética, são conduzidas revisões periódicas dos nossos processos e controles de prevenção à corrupção, com base no monitoramento das atuais regulamentações e das melhores práticas de mercado. Qualquer oportunidade identificada para melhoria é discutida nos Colegiados de Integridade e Ética, mencionados na seção anterior, e apresentada à Alta Administração. Acreditamos contar com um processo eficiente, por meio do comprometimento da Alta Administração, de um programa de educação e de comunicação contínua, em conjunto com um sistema robusto de controles internos e *compliance*, para mitigar o risco e diagnosticar, reprimir e combater desvios de conduta.

Ombudsman GRI 102-17 | 406-1 | 103-2 | 103-3 Diversidade, equidade e inclusão

Para fortalecer nosso compromisso com a ética, dispomos de um canal de ouvidoria interno – o *Ombudsman*.

Em 2017 o *Ombudsman* completou dez anos desde a sua criação. Nesse período foram atendidos mais de 20 mil colaboradores. Esse número é reflexo da credibilidade conquistada, sobretudo, pelo compromisso do canal com a qualidade do trabalho desenvolvido ao longo desses anos e pela consolidação do papel do *Ombudsman* na organização.

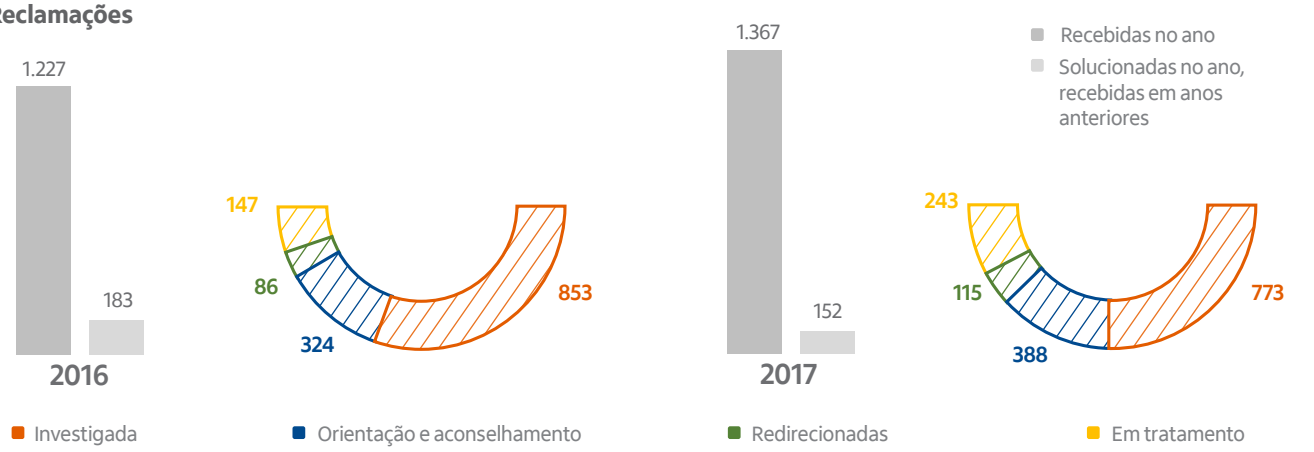
Pautado pelo comprometimento, o diálogo, a transparência, o pensamento de dono, a integridade e a ética, o *Ombudsman* atua com o objetivo de auxiliar os colaboradores na resolução de conflitos interpessoais e de interesses no ambiente de trabalho, desvios éticos e práticas contrárias às políticas institucionais associadas (por exemplo: assédio moral ou sexual, discriminação, favoritismo, etc.), atuando com confidencialidade, neutralidade e independência. Em 2017, o canal iniciou o atendimento também como canal de Riscos dentro do programa de Cultura de Riscos.

Com o objetivo de garantir a agilidade e ainda mais efetividade no tratamento dos casos das Unidades Internacionais, foi definido no Comitê Executivo que estes devem ser tratados localmente. Os colaboradores dessas unidades podem acionar as áreas de *Compliance* e RH locais, que são os seus principais canais de denúncia e orientação. Isso porque o *Compliance* e o RH estão preparados para acolher a manifestação, acionar áreas parceiras na apuração sempre que necessário e avaliar a melhor forma de resolução. Importante destacar que, existindo algum impedimento em acionar as áreas citadas, o *Ombudsman* pode ser contatado para auxiliar na resolução do conflito.

Indicadores

As manifestações tratadas pela área, nos anos de 2016 e 2017, podem ser sintetizadas a seguir:

Reclamações

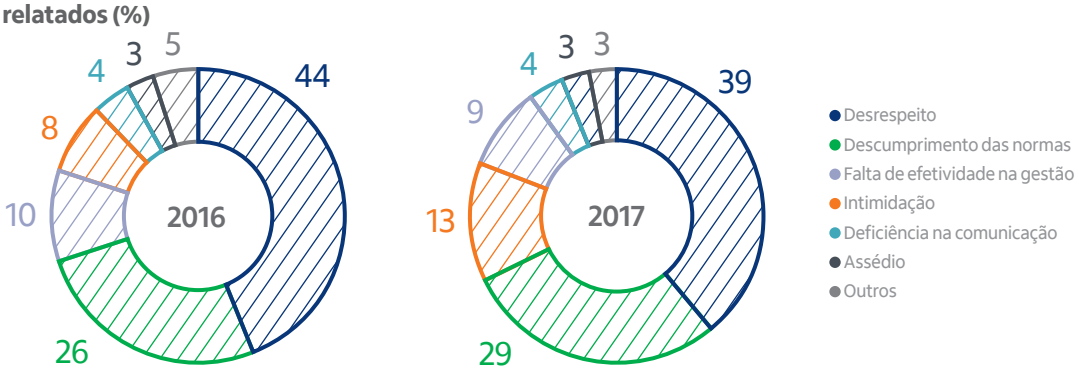


Das **853 manifestações** apuradas pelo canal no ano de 2016, **50,2%** foram **consideradas procedentes**, enquanto que em 2017, das **773 manifestações** apuradas, o percentual de **procedência foi de 43,1%**



Os principais comportamentos identificados nos casos procedentes, em ambos os anos, foram: desrespeito, descumprimento de normas e diretrizes do banco, falta de efetividade na gestão, intimidação, deficiência na comunicação e assédio como detalhado a seguir:

Comportamentos relatados (%)



A exemplo das situações identificadas em cada uma das classificações, podemos citar alguns comportamentos identificados:

- **Desrespeito:** autoritarismo, rispidez, arrogância.
- **Descumprimento de normas:** uso inadequado das ferramentas de comunicação corporativas, comercialização de produtos nas dependências do banco.
- **Falta de efetividade na gestão:** falta de apoio/planejamento das atividades, problemas com a administração da área.
- **Intimidação:** ameaças de demissão, agressividade, exposição.
- **Deficiência na comunicação:** falta de clareza na comunicação, ausência de comunicação.
- **Assédio:** assédio moral e/ou sexual.
- **Outros:** falta de equidade no tratamento, ausência de *feedback*.

Diversidade

Em 2017, o Itaú Unibanco compartilhou com os colaboradores, a Carta de Compromisso com a Diversidade, documento que reconhece o papel da instituição de proteger e impulsionar a diversidade, buscando ser exemplo das melhores práticas e dando continuidade à oferta de oportunidades iguais para todos. Além disso, divulgou, em comunicado institucional realizado pelo presidente da organização, o *Ombudsman* como canal de denúncia para situações em que o colaborador se sinta discriminado ou presencie alguma situação que vá contra os princípios de diversidade.

Das denúncias registradas em 2016, dez foram classificadas inicialmente como discriminação. Destes casos, seis foram resolvidos durante o ano e quatro ainda estavam em tratamento até o final do ano de 2016. Os seis casos que foram resolvidos durante o ano foram identificados como improcedentes para tal comportamento. Houve também uma denúncia classificada como discriminação que foi recebida antes de 2016 e que estava em tratamento. Esta denúncia foi apurada e concluída em 2016, sendo identificada como improcedente para tal comportamento.

Já das denúncias registradas em 2017, 37 foram classificadas inicialmente como discriminação. Destes casos, 31 foram resolvidos durante o ano e seis denúncias ainda estavam em tratamento até o final do ano de 2017. Dos 31 casos que foram resolvidos durante o ano, 01 foi identificado como procedente culminando no desligamento do colaborador que praticou tal comportamento.

Houve também seis denúncias classificadas como discriminação que foram recebidas antes de 2017 que estavam em tratamento, estas denúncias foram apuradas e concluídos em 2017, sendo identificados como improcedentes para tal comportamento.

Assédio

No ano de 2016 também foram registradas 34 denúncias classificadas inicialmente como assédio. Destes casos, 29 foram resolvidos durante o ano e 05 ainda estavam em tratamento até o final do ano de 2016. Dos 29 casos que foram resolvidos durante o ano, sete foram identificados como procedentes para tal comportamento. Houve também 17 denúncias classificadas como assédio que foram recebidas antes de 2016 e que estavam em tratamento. Estas denúncias foram apuradas e concluídas em 2016, sendo que cinco foram identificadas como procedentes para tal comportamento.

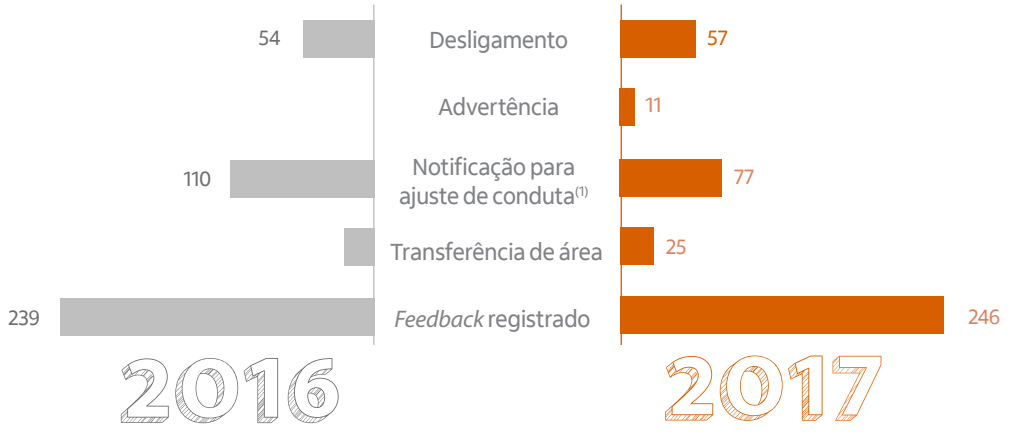
Já das denúncias registradas em 2017, 49 foram classificadas inicialmente como assédio, sendo que 29 foram resolvidas durante o ano e 20 ainda estavam em tratamento até o final do ano de 2017. Os 29 casos que foram resolvidos durante o ano foram identificados como improcedentes para tal comportamento.

Houve também, 18 denúncias classificadas como assédio que foram recebidas antes de 2017 e que estavam em tratamento. Estas denúncias foram apuradas e concluídas em 2017, sendo que 11 foram identificadas como procedentes, culminando no desligamento de oito colaboradores que praticaram tal comportamento.

Medidas disciplinares

Com o objetivo de orientar e disciplinar os colaboradores que apresentaram condutas contrárias aos princípios do Código de Ética e às normas da empresa e, visando minimizar os riscos decorrentes, o *Ombudsman* recomenda e acompanha a implementação de medidas orientativas/disciplinares aos envolvidos nas manifestações apuradas e qualificadas como procedentes. No ano de 2016, foram implementadas um total de 425 medidas, enquanto que, em 2017, esse número foi de 416, como representado a seguir:

Medidas tomadas



(1) A partir de maio de 2017, conforme atualização da Política de Padrões Disciplinares (RP-29) a escala de medidas disciplinares foi atualizada, incluindo como medida para primeira infração de natureza leve a Notificação para ajuste de conduta (em substituição ao que anteriormente era a Advertência) e passando a Advertência a ser aplicada quando da segunda infração de natureza leve (em substituição ao que anteriormente era a Suspensão). Desde modo, para melhor interpretação, a classificação das medidas foi atualizada nos indicadores de ambos os anos.

Além disso, em 2016, foram recomendadas 528 ações de monitoramento e planos de ação e desenvolvimento aos relatados, enquanto que, em 2017, esse número foi de 488 ações.

Atendimento

Baseado na otimização do prazo de atendimento praticado no ano anterior, o canal estabeleceu para o ano de 2017 um prazo para a conclusão das manifestações em aproximadamente 29 dias úteis. No entanto, o aumento no volume de manifestações recebidas no ano, aliado à recorrência de casos mais complexos e que demandaram maior esforço na apuração, contribuíram para que o prazo médio de atendimento praticado fosse superior ao estimado.

O canal preza pelo atendimento com o máximo de agilidade, contudo, o compromisso com a qualidade e apuração detalhada das manifestações é fundamental para o trabalho do *Ombudsman* e deve ser priorizado em qualquer circunstância, garantindo que seja realizado com foco na empatia, no acolhimento e no respeito com os colaboradores envolvidos.

Atuação preventiva

Como frente de mitigação, o *Ombudsman* realizou 39 encontros e palestras durante o ano, atingindo 1.784 colaboradores. O canal também divulgou diversos comunicados em todos os meios de comunicação interna, entre eles merecem destaque:

- **Diálogo** – campanha para incentivo do diálogo nas relações, ilustrando situações do cotidiano e como podem ser resolvidas com uma boa conversa, sob a perspectiva tanto de colaboradores quanto de gestores e com dicas de como se preparar e conduzir essas conversas; e

- **Mensagem dos executivos** – divulgação de vídeos gravados pelo presidente e pelos executivos do banco, com mensagens sobre a importância e independência da atuação do canal, e com o objetivo de reforçar o engajamento da alta direção com o propósito do *Ombudsman*, que é de garantir a qualidade do nosso ambiente de trabalho.

Governança

O *Ombudsman* é uma área independente na organização e reporta-se diretamente à presidência. O canal tem total autonomia para atuação e, caso for necessário, pode acionar o Comitê de Auditoria para deliberar casos envolvendo membros da alta direção.

O reporte de indicadores referentes às manifestações recebidas e tratadas no canal e discussões de assuntos relevantes à organização ocorre, mensalmente à presidência, semestralmente ao Comitê de Auditoria e periodicamente aos Colegiados de Integridade e Ética.

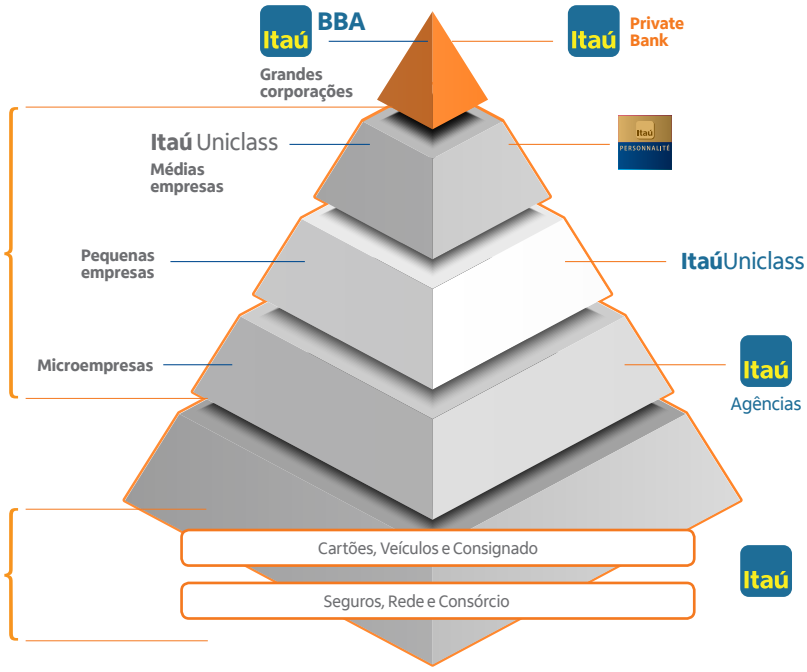
Clientes PF e PJ

27,4 MM	Correntistas e poupadores
26 MM	Clientes PF
1,4 MM	Itaú Empresas
4.396	Agências + PABs
208 Bi	Carteira de Crédito
531 Bi	Recursos + Depósitos

Fonte: www.itau.com.br/relacoes-com-investidores.

16,6 MM	Cartões(1)
4,2 MM	Consignado(2)
0,8 MM	Veículos(2)
5,0 MM	Seguros(2)
0,1 MM	Consórcio(2)
0,4 MM	Rede(3)

(1) Contas ativas.
(2) Contratos.
(3) Pontos de venda.



Na era da informação, em que nos relacionamos e utilizamos a tecnologia e os meios digitais de maneira cada vez mais democrática, os consumidores estão mais bem informados e cada vez mais conscientes de seus direitos e responsabilidades. Dessa maneira, a resolução de problemas, a transparência, a confiabilidade, a conveniência e a agilidade são requisitos identificados pelos clientes como primordiais para a utilização dos serviços bancários. Os consumidores também estão mais propensos a colaborar, sugerir e construir a reputação de uma empresa, como parte responsável desse processo. Por isso buscamos a todo o momento acompanhar esse movimento, tanto oferecendo ferramentas cada vez mais digitais para os clientes quanto trazendo os clientes como parte indispensável da construção do que será oferecido a eles.

Estamos constantemente fazendo pesquisas junto aos clientes para lançar novos produtos, segmentos ou mudanças nos nossos produtos (pesquisas qualitativas e quantitativas, dependendo da necessidade do projeto). A "Experiência do Cliente", como chamamos essa prática, consolidou-se no banco e é a base para o desenvolvimento das ferramentas.

Em 2016, como parte deste compromisso, foi ampliado o número de estudos que investiga a jornada do cliente e suas experiências com diferentes serviços e produtos que fazem parte do seu dia a dia. Além de monitorar a imagem do banco com diferentes *players* financeiros, comparamo-nos com empresas de tecnologia, que possuem alta relevância para o nosso público. No produto Cartão de Crédito, após entender a experiência com a fatura, estamos mudando-a de forma disruptiva para entregar melhor controle financeiro, ajudar no autoconhecimento e endividamento, além de tornar mais transparente a relação entre banco e cliente. Além disso, para tornar a oferta de produtos mais próxima ao interesse dos clientes, remodelamos e expandimos o portfólio de investimentos para o segmento *Personnalité*, desenvolvendo o **Personnalité 360°.**

Em 2017, realizamos projetos para entendermos melhor a relação financeira de alguns nichos de clientes, alguns exemplos de projetos são o Mulher Empreendedora e o CFO. O projeto CFO consistiu em estudar o controle financeiro que pequenos empresários utilizam em seus negócios. O estudo nos trouxe a informação de que eles não tinham uma forma efetiva de controle, muitos números do dia a dia financeiro não eram controlados, como a quantidade de vendas realizadas nas maquininhas de cartão ou o quanto saía e entrava no caixa. Tendo esse cenário, o Banco Itaú criou uma plataforma que os auxilia a terem um controle financeiro das suas empresas de forma mais efetiva. Já o projeto Mulheres Empreendedoras tem como objetivo conhecer a relação com finanças do público feminino, para dessa forma incluir e empoderar as mulheres economicamente. A partir desse estudo, foram criadas várias frentes para a inclusão desse público dentro da esfera financeira.

Os clientes começaram a ser envolvidos em estágios cada vez mais primários da criação de novas iniciativas, por exemplo, nos testes de conceito em vez de na fase de protótipos prontos. Como está acontecendo com a construção do novo assistente virtual do banco, que será lançado em 2018. Com esse objetivo, esses testes incluem desde a lógica de acesso até uma função, desde novas funcionalidades oferecidas até as ilustrações e os ícones que compõem uma aplicação, por exemplo. Para conseguir isso, as equipes das áreas de projeto e pesquisa trabalham em conjunto para compreender todo o contexto e a forma como os clientes percebem as ilustrações no contexto digital. Consideramos essa atividade como de extrema importância, uma vez que um dos nossos principais objetivos é nos tornarmos uma empresa mais centrada no cliente.

Para aumentar nossa eficiência em termos de prazos e custos, em 2016 criamos uma comunidade on-line de clientes e não clientes para apoiar iniciativas como as descritas no parágrafo acima. Essa comunidade é um laboratório que nos permite conversar com nossos clientes com mais agilidade, fornecendo ideais e referências inovadoras, *feedbacks* e fortalecendo nossa relação. Como exemplo de resultados tangíveis do laboratório, podemos mencionar o desenvolvimento de novas funcionalidades no principal aplicativo do banco, assim como refinamento de peças de comunicação. Em 2017, com a evolução dos canais digitais, as comunidades se expandiram incluindo novos segmentos, por exemplo, pessoa jurídica, portadores de cartão de crédito, baixa renda, entre outros:

Resultados da comunidade on-line	2017	2016
Atividades desenvolvidas na nova ferramenta	282	90
Pessoas envolvidas (entre jurídicas e físicas)	570	300
Interações	7.442	3.400

As áreas de Canais usam seus conhecimentos em "Experiência do Usuário" na gestão de relações com o cliente e nas metodologias de conceituação digital sustentada pelas abordagens de *Design Thinking* e *Human-Centered Design*. Essas abordagens pressupõem um entendimento profundo das necessidades e do comportamento dos clientes para conceitualizar produtos e empresas viáveis que geram valor percebido a partir de desafios de negócios. Ou seja, elas pressupõem um contato direto e recorrente com o cliente/usuário para entender suas necessidades e modelo mental e "testes rápidos" para verificar a adesão e o entendimento da solução proposta. Em 2017, por exemplo, uma das entregas que dialogam com este propósito foi a avaliação com clientes da nova e exclusiva tipografia do Itaú, que surgiu com o desafio de melhorar a visibilidade e experiência do cliente em nossos ambientes digitais.

Política Institucional de Relacionamento com Clientes e Usuários

Em 2017, publicamos a Política Institucional de Relacionamento com Clientes e Usuários, visando evoluir e declarar as diretrizes e princípios que devem ser aplicados por colaboradores, correspondentes e parceiros em todos os aspectos do relacionamento com clientes e usuários de nossa estrutura bancária.

A concepção, a oferta, a contratação e o pós-contratação de nossos produtos e serviços devem ser pautados pelos princípios de ética, transparência, responsabilidade e diligência, assegurando o nosso compromisso em se relacionar da melhor forma com clientes e usuários, permitindo a livre e consciente tomada de decisão dos clientes por produtos mais adequados aos seus interesses, necessidades e objetivos, além de prezar pela satisfação e pelo relacionamento perene no ciclo de vida do cliente.

Pesquisas de satisfação de clientes PF e PJ

GRI 102-43 | 103-2 | 103-3 Satisfação dos clientes

A satisfação de clientes e os resultados financeiros são dois objetivos indissociáveis para nós. A nossa visão de ser o "banco líder em *performance* sustentável e em satisfação dos clientes" evidencia como consideramos a natureza complementar desses objetivos em nossa perspectiva de atuação. Por isso, garantir a satisfação de clientes e incluir sua visão na estratégia dos negócios, significa estar preparado para mudanças constantes.

Consultamos mais de seis milhões de clientes por ano, por meio de pesquisas de satisfação, elaboradas para clientes de todos os tipos e segmentos. De forma tática, monitoramos a satisfação com periodicidade em nossos próprios canais de atendimento e, de forma estratégica, a satisfação em relação à concorrência em conjunto com os principais institutos de pesquisa.

Para acompanhar com maior tempestividade e abrangência a satisfação dos nossos clientes, realizamos mensalmente pesquisas em nossos canais: caixas eletrônicos, SMS e *Internet Banking*.

Como exemplo da relevância deste tema, o sistema de remuneração variável da Diretoria Varejo (AGIR), é composto pela ponderação de itens como venda de produtos, prospecção de conta corrente e satisfação dos clientes. Estes resultados impactam na remuneração de toda a equipe das agências, equipe comercial e principais executivos.

Conduzimos pesquisas de satisfação avaliando o Itaú em relação à concorrência no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nossa pesquisa é realizada anualmente por grandes institutos renomados, via telefone, com uma amostra representativa da base de cada segmento. As entrevistas são realizadas com listagem externa, sem a identificação do Itaú Unibanco como contratante da pesquisa para que sejam garantidas avaliações isentas. Na Diretoria de Atacado, pela particularidade do negócio e acessar públicos tão específicos, são enviadas listagem e a pesquisa é identificada. Os resultados são compartilhados com as áreas de qualidade de cada negócio, para que sejam definidos planos de ação focados em melhorias de forma a atender melhor e atrair novos clientes. Além disso, a área de pesquisa do banco, também com intuito de garantir a qualidade e veracidade dos resultados, executa constantemente auditoria dos processos e monitora a qualidade das pesquisas.

No Brasil, os dados das pesquisas provenientes de cada segmento (Cartonistas, Correntistas ou não), Itaú Agências, Uniclass, *Personnalité*, EMP4, EMP3, EMP2, *Middle, Large, Corporate*, Ultra+FS, IFS, Clientes Institucionais e Rede) são ponderados pelo tamanho de sua carteira e consolidados em um índice geral de satisfação de clientes, sendo possível haver diferenças entre anos devido à reestruturação e novas aquisições conduzidas pela empresa.

Nas unidades externas, os resultados são apresentados para o *board* de cada país e para o comitê responsável pela LATAM.

Pesquisas de satisfação de clientes	2017	2016	2015
Resultados	8,05	7,96	8,02

Gestão de reclamações

A Ouvidoria atua como última instância de atendimento a reclamações que não foram solucionadas nos canais de atendimento primários, buscando sempre resolver o problema de forma definitiva e contribuir para um relacionamento perene e equilibrado.

A área também atua no processo de solução de demandas de clientes encaminhadas à Instituição pelo Bacen (Banco Central) e Susep (Superintendência de Seguros Privados). Atualmente, 97,8% dos clientes que foram atendidos na Ouvidoria não recorreram aos órgãos externos como Bacen, Procon e Judiciário, após receberem a resposta do Banco pela Ouvidoria.

Paralelamente, mantemos diálogos permanentes com os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), Reguladores e entidades civis. O intuito desta agenda é a aproximação da Instituição com esses órgãos para promover e contribuir na evolução das relações de consumo.

A Ouvidoria também participa do processo de validação de projetos e criação de novos produtos e serviços por meio do sistema de Avaliação Geral de Riscos – modelo de governança que antecipa os possíveis riscos e indica quais são os controles necessários para garantir a satisfação dos consumidores, além de garantir sua adequação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Por fim, a Ouvidoria é responsável pela governança do processo de melhoria contínua por meio da análise de nossas reclamações em parceria com área de negócio, produtos, qualidade, atendimento e operações; conduzindo fóruns específicos sobre o tema e com o envolvimento e apoio da alta administração. Denominamos este processo por Gestão de Demandas.

O resultado destas ações é a redução do volume de demandas registradas em Órgãos de Defesa do Consumidor, melhorando nossa posição em rankings divulgados pelos Procons, Bacen e Secretaria Nacional do Consumidor. Em 2017, em comparação com o ano anterior, houve redução de 20,8% nos registros no Sindec (Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Procons) e 13,5% nas procedências do Bacen.

A atuação da Ouvidoria também tem sido reconhecida por entidades ligadas à defesa do consumidor, tendo inclusive recebido prêmios, como o Prêmio Ouvidorias Brasil 2017, atribuído pela Associação Brasileira das Relações Empresa e Clientes (ABRAREC), o que contribui positivamente para a reputação da instituição.

Em 2017, foram registrados em nossos canais de atendimento (SACs e Ouvidoria) 9,4 milhões de ocorrências, dos quais 76% se referiam a consultas, perguntas e solicitações, e 24% a insatisfações de clientes. Do total de insatisfações, cerca de 98,4% foram solucionadas em até cinco dias úteis no canal SAC ou explicadas na área de serviço de atendimento ao cliente do banco. Na Ouvidoria, 94,2% foram solucionadas em até 10 dias úteis e apenas 2,2% avançaram para outros Órgãos de Defesa do Consumidor (Procon e Bacen) ou para o sistema judiciário (ações cíveis).

Além disso, atuamos nas demandas recebidas pela plataforma Consumidor.gov, gerenciada pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, que permite a comunicação direta entre

consumidores e empresas. Para as demandas apresentadas nessa plataforma, nosso índice de solução foi de 80,2% o melhor entre os maiores bancos e nossa nota média de satisfação, atribuída pelos clientes, foi de 3,3 (notas de 1 a 5). O tempo de resposta também esteve entre os mais eficientes, com média de 6,6 dias úteis.

A satisfação do cliente é um valor fundamental do Itaú Unibanco e está declarado em nossa visão: "Ser líder em *performance* sustentável e satisfação de clientes". Continuaremos a fortalecer o relacionamento e o diálogo com nossos clientes, com os órgãos de defesa do consumidor, com os reguladores e o Poder Judiciário.

Gestão da comunicação

GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS15)

O processo de comunicação – que pode ser compreendido por disciplinas como publicidade, promoções, patrocínios e eventos, entre outras – é uma das nossas principais formas de se relacionar e nos conectar com nossos stakeholders. A comunicação é uma ferramenta essencial para fortalecer o valor da marca, a reputação da empresa e garantir a perenidade dos nossos negócios.

Utilizamos práticas de marketing responsáveis e gerenciamos riscos associados à comercialização de nossos produtos e à disseminação dos nossos serviços bancários por meio do Código de Ética Itaú Unibanco, Política Setorial de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e outras políticas internas que padronizam os processos de marketing. Respeitamos às normas e regulamentações do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR). Em 2017, não identificamos nenhum caso de não conformidade com os códigos de comunicação de marketing e não tivemos nenhum caso de Ação Cível Pública. **GRI 417-3**

Os impactos que nossas ações de comunicação podem exercer sobre a marca e sobre a empresa são gerenciados por meio de mecanismos de monitoramento. Entre todas as ferramentas que utilizamos para mensurar e mapear esses impactos, temos:

- Pesquisas de satisfação de clientes;
- Pesquisas de pré-teste e pós-teste em nossas campanhas para analisar o desempenho de comunicação e o monitoramento das nossas campanhas nas mídias sociais e em nossos canais proprietários;
- Monitoramento constante das redes sociais; e
- Acompanhamento da quantidade de interações e visualizações das comunicações, de onde conseguimos extrair o sentimento das pessoas no período das nossas campanhas.

Com base nessas análises e discussões, é possível fortalecer ações de comunicação e gerar conversas que impactam positivamente a marca Itaú.

Transparência e satisfação de clientes

GRI G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS15)

Buscamos constantemente aprimorar nossa comunicação com os clientes, sendo o mais objetivo possível no esclarecimento de preços, taxas, características e condições de produtos e serviços. Temos um compromisso de fornecer orientação e informações sobre os produtos e serviços financeiros bem como de adequar nossa oferta ao momento de vida e perfil de cada cliente. Dessa forma, trabalhamos para o uso consciente de produtos e serviços, pois acreditamos que quanto melhores forem as escolhas das pessoas, maior também será a satisfação como clientes.

- **Nosso Jeito de Falar de Investimentos Itaú Uniclass:** em 2017, demos sequência a revisão dos treinamentos dos gerentes comerciais, incluindo conteúdo e inspiração para que percebam os benefícios do hábito de poupar na sua vida pessoal. Entendemos que a experiência pessoal, potencializa uma oferta mais assertiva aos clientes.

- **Programa de Finanças Comportamentais:** tem a finalidade de disseminar entre os colaboradores o conhecimento sobre os vieses, emoções e comportamentos dos clientes para desenvolvermos melhores soluções para suas vidas financeiras.

- **Orientador de Crédito:** ferramenta on-line que tem como objetivo indicar, de acordo com as necessidades do cliente, o melhor produto de crédito. Por meio de perguntas objetivas, identificamos características do cliente e, conectamos com informações da sua conta, trazendo sugestões de crédito que se adequem aos seus objetivos.

- **Programa de Qualidade de Vendas:** a qualidade do serviço prestado aos nossos clientes faz parte da nossa cultura. Com base neste princípio, foi criado o *Score* de Qualidade de Vendas que tem por objetivo principal atender satisfatoriamente nossos clientes, reduzindo o número de reclamações, por meio do aprimoramento da identificação e do tratamento de eventuais desvios de conduta de colaboradores das áreas comercial e operacional. É um programa mensal, que faz parte do sistema de incentivos e que monitora as vendas de mais de 30 mil colaboradores. O programa é baseado em quatro grandes pilares: informação e capacitação das equipes de vendas, melhoria da qualidade das vendas, redução de atritos com clientes e aplicação de medidas de correção nos casos de desvios. Tanto o colaborador quanto o seu gestor são informados sobre o monitoramento do mês, incluindo histórico dos últimos 12 meses, e os próximos passos que precisam dar para garantir a qualidade das suas vendas. As capacitações são feitas todas on-line, certificadas e envolvem os seguintes temas: foco no atendimento ao cliente, venda com qualidade e o que buscamos e o que não toleramos. Desde a implantação do programa, o Itaú vem melhorando sua posição no *ranking* de reclamações no Banco Central. O programa vem sendo aprimorado e expandido, além de ser incorporado em nossos modelos de incentivo.

Diversidade e acessibilidade GRI G4 FS14

Com a revelação do nosso propósito no ano de 2017 e as decorrentes iniciativas para garantir sua perenidade, evidencia-se a importância da frente de diversidade, que se destaca como uma das prioridades da instituição. Os assuntos referentes a esse tema são endereçados pela Governança de Sustentabilidade Corporativa, reportando anualmente ao Comitê de Estratégia.

Para garantir o alinhamento estratégico entre as áreas envolvidas com o tema a nível operacional, fortalecendo as ações de valorização e promoção da diversidade em nosso relacionamento com clientes, colaboradores, fornecedores e sociedade, há um grupo de trabalho multidisciplinar. Participam deste grupo as áreas de pessoas, comunicação corporativa, relações governamentais e institucionais, e sustentabilidade. Diferentes áreas asseguram que haja frentes de trabalho específicas com cada um de nossos públicos de relacionamento:

- Colaboradores (Área de Pessoas);
- Sociedade civil (Relações Governamentais e Institucionais);
- Imprensa e porta-vozes (Comunicação Corporativa); e
- Fornecedores, clientes e áreas de negócio internas (Sustentabilidade).

A atuação em diversidade voltada para as iniciativas com clientes e sociedade teve como foco o início de estudos em nossas bases de clientes, considerando variáveis que permitam compreender nosso relacionamento com alguns dos públicos que representam pilares de diversidade para a instituição, aprofundando nossa compreensão a respeito de seu comportamento financeiro, utilização de crédito, posse de investimentos e outros produtos oferecidos, a fim de repensar ofertas, produtos, serviços e oportunidades para esses públicos.

Estudos com essa finalidade caminham em conjunto com o mapeamento de tendências e *benchmarkings* nacionais e internacionais, auxiliando na construção de um repertório para a mobilização das áreas de negócio nos diferentes temas tratados. Os pilares de diversidade com maior destaque nesse sentido foram os de gênero e gerações.

Os serviços financeiros devem ser acessíveis a todos os seus clientes para apoiar o desenvolvimento econômico de todos, o que é essencial para a manutenção do equilíbrio econômico. A acessibilidade permite a promoção da autonomia e o desenvolvimento econômico de pessoas com deficiência.

No Brasil, a acessibilidade é pautada pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Buscando adequação a essa legislação, seguimos a norma ABNT NBR 9050, que diz respeito a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; a lei também obriga sites na internet e aplicativos de celular a serem acessíveis conforme as melhores práticas e diretrizes adotadas internacionalmente. Sendo assim, nossa base são as diretrizes WCAG (*Web Content Acessibility Guidelines*).

Em nossas agências, possuímos uma série de iniciativas que contemplam o estabelecido pela norma. Segue a lista de nossas iniciativas:

Nos caixas eletrônicos

As nossas agências contam com terminais de caixa eletrônico que seguem os preceitos de um caixa universal, conforme determinado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esses terminais proporcionam o uso autônomo e seguro para qualquer pessoa, não importando seu grau de mobilidade ou limitações de percepção.

Por telefone

Para portadores de deficiência auditiva e de fala, oferecemos um serviço de atendimento pela central do Fale Conosco, que atende o SAC, as centrais de atendimento e a Ouvidoria, por meio de um equipamento chamado TDD, capaz de enviar e receber mensagens de texto.

Nos aplicativos

A Superintendência de *User Experience*, responsável pela melhoria na experiência dos clientes nos aplicativos e *sites*, tem atuação em três frentes para incluir a questão de acessibilidade. São elas:

- Especificação do processo de acessibilidade nos fluxos da área;
- Parceria com Superintendência de Qualidade de Testes para validação de elementos e atualização do Guia de Acessibilidade utilizado pela área; e
- Capacitação da equipe para aprofundar o tema de acessibilidade

Tangíveis

A fatura mensal do cartão de crédito e dados da conta corrente do cliente com deficiência visual são enviados por correspondência traduzida para o Braille.

Iniciativas tangíveis	2017	2016
Faturas enviadas em Braille	677	731
Cartas com informações gerais da conta enviadas em Braille	3.191	6.251

Além das iniciativas estabelecidas, no ano de 2017 foi iniciado o mapeamento e planejamento com áreas envolvidas sobre a incorporação de diretrizes de acessibilidade em políticas publicadas pela instituição, visando sua formalização para a incorporação de práticas que assegurem e promovam a acessibilidade de colaboradores e clientes com deficiência ou mobilidade reduzida. A publicação dessas diretrizes por meio de políticas garante o alcance a todas as áreas da instituição e assegura a exigência de cumprimento por parte das áreas envolvidas e seus processos.

Prevenção a atos ilícitos

Mantemos estruturas dedicadas ao combate a atos ilícitos e a mitigação de riscos à sociedade por meio da utilização de recursos financeiros de forma ilícita ou exposição indevida de dados sensíveis. As principais atividades envolvidas nesses processos estão relacionadas a seguir:

• Prevenção a fraudes GRI 103-2 | 103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas

Temos medidas para a prevenção da fraude baseadas nas melhores práticas nos mercados locais e internacionais. Possuímos pauta recorrente com os executivos do banco para compartilhamento de riscos e tomadas de decisão, além de proximidade com as áreas de negócio para auxiliar na compreensão de riscos e propor mitigadores para garantir a sustentabilidade dos produtos e serviços. As chaves para isso são:

• Monitoramento preventivo

A área de Prevenção a Fraudes é responsável pelo monitoramento preventivo de transações de maior risco, através de técnicas avançadas de *analytcs* e de ferramentas que combinam informações como, por exemplo, histórico de transações do cliente, dados demográficos, dados cadastrais, dentre outros, com foco na diferença entre o perfil do cliente e o perfil da fraude.

• Atendimento ao cliente

Possuímos áreas dedicadas ao atendimento das manifestações dos clientes e ao relacionamento com entidades reguladoras, visando atender o cliente em suas reclamações por meio do tratamento e apuração de responsabilidades.

• Dispositivos

Para aumentar a segurança do cliente, tanto pessoa física quanto pessoa jurídica, provemos dispositivos de segurança para transações nos canais eletrônicos, além dos disponibilizados em canais físicos, onde temos cartões com tecnologia de *chip* e a utilização de autenticações biométricas pela tecnologia de *Finger Print*. Esses dispositivos são apresentados em nosso site (www.itau.com.br/atendimento-itau/para-voce/dispositivos).

• Campanhas e treinamentos

Efetuamos programas e ações de divulgação e conscientização para clientes e colaboradores sobre prevenção a fraudes por meio de diferentes canais, como:

- Mídias sociais, *e-mails*, SMSs, protetores de tela e divisórias no caixa eletrônico e *pop-ups* no *internet banking* para clientes; e
- Informativos internos, *e-mails*, palestras e treinamentos para colaboradores.

Nos treinamentos abordamos temas como: prevenção a fraudes, prevenção ao vazamento de informação, prevenção à corrupção, fraude documental, cuidados nos ambiente públicos, redes sociais e desvio comportamental. No ano de 2017, fizemos 127 treinamentos, capacitando 4.479 colaboradores no Brasil e no exterior.

• Prevenção a vazamento de informação GRI 103-2 | 103-3 Segurança da informação

A Segurança da Informação é um dos temas mais relevantes tratados em todos os níveis da Instituição. A área de Segurança da Informação é responsável por prover uma base sólida e segura, utilizando informações estruturadas e consolidadas dos principais riscos de segurança da informação nos diferentes níveis da organização, objetivando a redução de perdas financeiras e risco de imagem no Brasil e Exterior, a partir da definição de políticas, processos e procedimentos que suportam toda a cadeia de informações. As revisões das políticas ocorrem no mínimo uma vez ao ano ou quando existe alguma necessidade pontual.

Monitoramos e tratamos qualquer tipo de ataque e incidentes de segurança, de forma ágil e eficaz, administrando as ferramentas de segurança com equipe certificada e especializada nas mais diversas tecnologias. Realizamos a gestão de acessos aos sistemas e recursos de forma eficiente, acompanhando as movimentações necessárias para manter a segurança na consulta e alterações a sistemas e informações.

Trabalhamos em conjunto com as áreas de negócio e tecnologia para manter a arquitetura de soluções e produtos com o maior grau de segurança, acompanhando a tendência do mercado no mundo digital. Continuamente, os colaboradores da corporação passam por campanhas de conscientização ou treinamentos que podem ser presenciais ou on-line relacionados a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação que integram a disciplina Segurança da Informação. Estas campanhas são veiculadas através de *e-mails*, portal corporativo, *e-learning*, elemídias, redes sociais aos colaboradores e clientes.

Os fornecedores contratados pelo banco são classificados considerando diversos critérios como: tipo de informação a que terá acesso, porte do fornecedor, tipo de serviço prestado, sensibilidade da informação tratada e tipo de acesso a sistemas do banco, se necessário. Dependendo da classificação, as exigências quanto à proteção da infraestrutura do fornecedor vão desde o fornecimento de recomendações de segurança até a validação in loco dos controles informados pelo fornecedor, além do acompanhamento de eventuais correções e melhorias implementadas pelos fornecedores, quando necessário. Para os fornecedores que manipulam informações confidenciais, realizamos mensalmente varreduras no ambiente do fornecedor e acompanhamos as correções para as vulnerabilidades eventualmente identificadas. Os contratos entre a instituição e os terceiros possuem cláusulas de confidencialidade que devem ser seguidas pelo fornecedor.

A estratégia de segurança da informação para *cyber security* do banco é desenvolvida para evitar violações da segurança dos nossos dados, minimizar os riscos de indisponibilidade dos nossos serviços, proteger a integridade e evitar qualquer vazamento de informação. Para isso, nossa estratégia está baseada em processos rígidos de controle voltados para detecção, prevenção, monitoramento (24h x 7dias) e resposta imediata a ataques e tentativas de invasões a nossa infraestrutura, garantindo, assim, a gestão do risco de segurança e a construção de um alicerce robusto para o futuro cada vez mais digital do Itaú Unibanco.

Para alcançarmos esse objetivo, utilizamos a estratégia de proteção de perímetro expandido. Esse conceito considera que a informação deve ser protegida independentemente de onde ela esteja, dentro da infraestrutura do banco, em um terceiro ou em uma unidade internacional. Essa estratégia leva também em consideração todo o ciclo de vida da informação, desde o momento em que ela é coletada, passando pelo processamento, transmissão, armazenamento, análise e destruição.

Frente aos riscos a que estamos expostos, existe um orçamento renovado anualmente aprovado pelos executivos da instituição para projetos e ferramentas de Segurança da Informação.

Para o ano de 2018, continuaremos investindo na proteção da informação durante todo o seu ciclo de vida, evoluindo continuamente nossa infraestrutura tecnológica, aumentando nossas proteções para as nossas Unidades Internacionais e terceiros, investindo na detecção prévia de novas ameaças externas, na proteção contra o vazamento de informação e em treinamentos e capacitação técnicas dos colaboradores. Para garantir que tudo esteja de acordo com o planejamento, realizamos testes independentes com as mais confiáveis e melhores empresas de *cyber security* do mundo.

As páginas do site www.itau.com.br são certificadas de acordo com a norma brasileira NBR ISO/IEC 27001, com a finalidade de assegurar a proteção e a privacidade das informações fornecidas pelos clientes e outras fontes, com fins únicos e exclusivos, para o atendimento dos objetivos definidos nos produtos e serviços interativos.

- Prevenção à lavagem de dinheiro GRI 103-2 | 103-3

Combate à corrupção e a atividades ilícitas

A gestão desse tema é detalhada na sessão Prevenção à lavagem de dinheiro, do capítulo Gestão de riscos.

Gestão de privacidade do cliente

A privacidade dos nossos clientes é uma questão sensível, tratada de acordo com as leis e as regulamentações aplicáveis, com sigilo e rigor. O número de queixas sobre questões referentes à privacidade é inexpressivo frente ao número total de clientes da instituição. GRI 418-1

Considerando o caráter sensível dessa questão, estamos empenhados em garantir aos nossos clientes um ambiente seguro e confiável. Temos investido em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos para impedir violações de privacidade de informação, com base em políticas, processos, procedimentos e orientações que abrangem várias frentes de ação.

Exemplos de ações que existem em produtos e serviços são o desenvolvimento e a aplicação de dispositivos de segurança para autenticação e utilização dos canais eletrônicos e certificação de canais de acordo com os mais rígidos padrões de segurança e confiabilidade.

Outra medida existente que podemos citar é a proteção e preservação de informações confidenciais em suas várias formas, incluindo a encriptação do fluxo de informação na internet. Outras iniciativas estão descritas no item Prevenção a vazamento de informação.

Casos de discriminação GRI 406-1

Dispomos de um Canal de Comunicação para nossos clientes, intitulado Ouvidoria Externa, que recebem dúvidas, críticas e reclamações dos clientes, no entanto, certas ocorrências com alegação de discriminação são judicializados ou levados a outros órgãos.

Em 2017, foram encerradas nove ações judiciais relacionadas ao tema discriminação envolvendo clientes do banco. Iniciamos acordos com os demandantes em oito deles e para o restante foi emitido um julgamento, indicando a ocorrência de tratamento injusto recebido por certos clientes de uma de nossas agências, condenados em nossa obrigação de indenizar esses clientes.

Não foram registradas ações judiciais relacionadas ao tema em nossas unidades LATAM.

Vale reforçar que em nosso processo de Due Diligence de Direitos Humanos, o mapa de riscos não apontou discriminação envolvendo clientes como um ponto crítico em nossa atuação. Ainda assim, os casos são acompanhados cuidadosamente, e para as ocorrência, as áreas responsáveis são envolvidas para desenvolver planos de ação para evitarmos casos semelhantes no futuro. O processo de Due Diligence é conduzido a cada dois anos para averiguar o grau de riscos deste e de outros temas. Mais informações página A-414.

Para mais informações sobre nossos Canais de Comunicação, visite a página A-428 para colaboradores (Ouvidoria Interna) e visite a páginaA- 432 para clientes (Ouvidoria Externa).

Fornecedores GRI 102-9 | 103-2 | 103-3 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos

Consideramos em nossa cadeia de suprimentos, fornecedores de primeiro e segundo nível, com os quais os relacionamentos são pautados pela transparência, sustentabilidade e construção de valor compartilhado. Em 2017, implantamos novas políticas internas para orientar o processo de gestão de nossos fornecedores e terceiros, desde a prospecção, avaliação administrativa e técnica de novos fornecedores, monitoramento periódico de riscos, até o término da relação de fornecimento. Tais políticas balizaram relacionamento com cerca de 2,3 mil parceiros, gerando 7.492 contratos formalizados, totalizando R$ 10 bi.

Buscamos com nossos fornecedores, a mesma licitude, qualidade e confiabilidade alcançadas com nossos clientes. Reconhecemos que nossos fornecedores são fundamentais para nossos negócios e, portanto, valorizamos e reforçamos parcerias saudáveis, construindo relacionamentos sustentáveis de longo prazo.

A gestão de risco e a conduta ética e transparente são o alicerce de nossos processos de parceria, suportados por instrumentos contratuais que tem como objetivo minimizar possíveis impactos financeiros, reputacionais, operacionais e legais, durante a prestação do serviço e fornecimento de produto até o término do contrato. Exigimos de nossos fornecedores práticas de sustentabilidade além do cumprimento da legislação e dos princípios éticos que devem reger os relacionamentos comerciais. Todas essas diretrizes estão publicadas em nosso *site*.

Em 2016, a área de Compras passou por uma reestruturação dos seus processos, políticas e do seu modelo de operação, concluída no primeiro semestre de 2017 e cujo objetivo foi obter maior eficiência operacional, satisfação das áreas atendidas, transparência, disciplina e melhor gestão do risco de seus fornecedores.

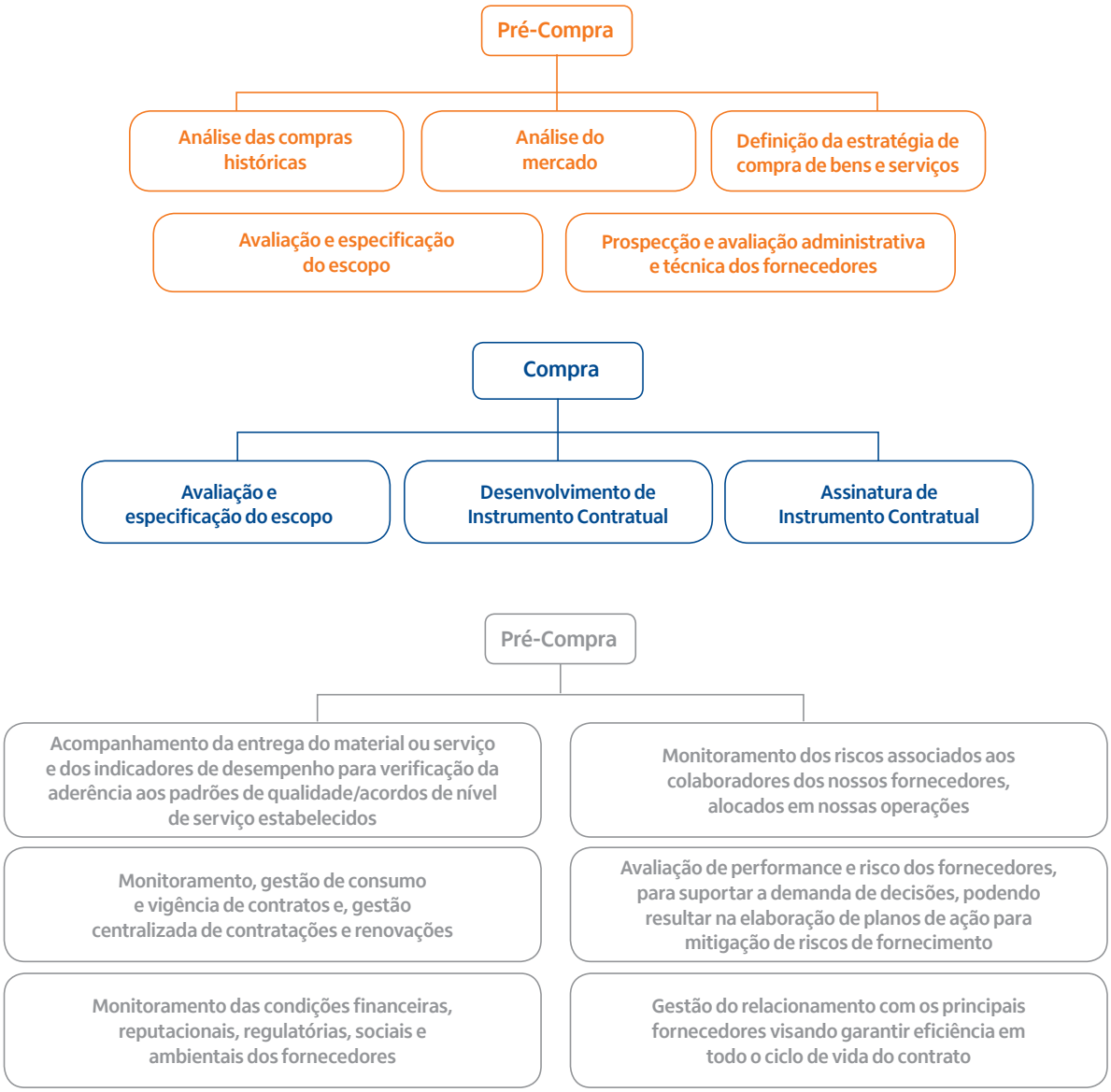
As demandas de Compras passaram a ser atendidas de acordo com sua criticidade e relevância, por equipes especializadas. Além disso, implantamos uma estrutura dedicada à gestão de fornecedores, com objetivo de aprimorar o relacionamento sustentável entre o banco e seus fornecedores mais críticos, fomentando oportunidade de eficiência e inovação, bem como aprimoramento operacional do banco e de seus parceiros.

Compra de bens e serviços

O processo de contratação de bens e serviços em nossa cadeia de fornecimento é conduzido de forma centralizada pela área de Compras, com o envolvimento da área contratante e jurídica, entre outras áreas de suporte. No entanto, há categorias em que a etapa de negociação comercial e contratual são delegadas aos seus gestores técnicos. As demais etapas de contratação são realizadas de forma centralizada por Compras, garantindo a avaliação administrativa do fornecedor e cadastro dos contratos firmados no sistema de gestão.

O modelo de atuação da área de Compras estimula a especialização em cada mercado, com objetivo de estruturar a estratégia de compra mais adequada para cada tipo de negócio e assegurar coerência no relacionamento com os fornecedores. O processo é composto de três etapas:

Processo de compras



Avaliação de fornecedores GRI 308-2 | 414-2

Temos um processo estruturado de avaliação de fornecedores, cujo objetivo é a mitigação de riscos em nossa cadeia de fornecimento. Esse processo se inicia mediante acesso e cadastro do fornecedor no *site* www.itau.com.br/fornecedores, no qual estão publicadas, para conhecimento e ciência, a Política de Compras, a Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, os Requisitos de Segurança da Informação, o Código de Ética e o Código de Relacionamento com o Fornecedor, bem como as condições gerais aplicáveis às contratações de bens e serviços.

Após o cadastro, essas empresas passam por um processo de homologação administrativa que consiste na análise da aderência do fornecedor às práticas de responsabilidade socioambiental, cumprimento e respeito à legislação fiscal, tributária e trabalhista (regularidade das certidões, licenças, pagamento de tributos, salários e contribuições) e do cumprimento de suas obrigações empresariais através das mesmas ferramentas utilizadas para avaliar clientes (análise de crédito, endividamento com o mercado e fornecedores, Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), fraudes, lei anticorrupção e demais fatos desabonadores).

Este processo baseia-se em três pilares de análise de risco e contempla uma visão específica em função dos riscos da categoria dos produtos ou serviços fornecidos.

1. **Reputacionais/Regulatório:** análise dos riscos relacionados à imagem e ao cumprimento de legislação vigente.

2. **Continuidade:** análise dos riscos relacionados à saúde financeira e ao impacto do fornecimento às operações do banco.

3. **Trabalhista:** análise do risco trabalhista na prestação de serviços que serão analisados com base em critérios jurídicos.

Além da avaliação administrativa, as novas contratações cujos fornecedores se enquadram em categorias de produtos e serviços considerados críticos, ou seja, aqueles setores em que o processo de produção ou a prestação do serviço possam causar algum impacto socioambiental negativo, passam pela homologação técnica. Neste processo os fornecedores são avaliados visando identificar se estão capacitados, estruturados, certificados e legalizados para fornecer o serviço ou o produto e ainda se, o que é oferecido está alinhado com as necessidades e exigências do banco.

Passando por essas análises, e sendo aprovada, a empresa estará apta a participar de processos de contratação.

Processo de avaliação

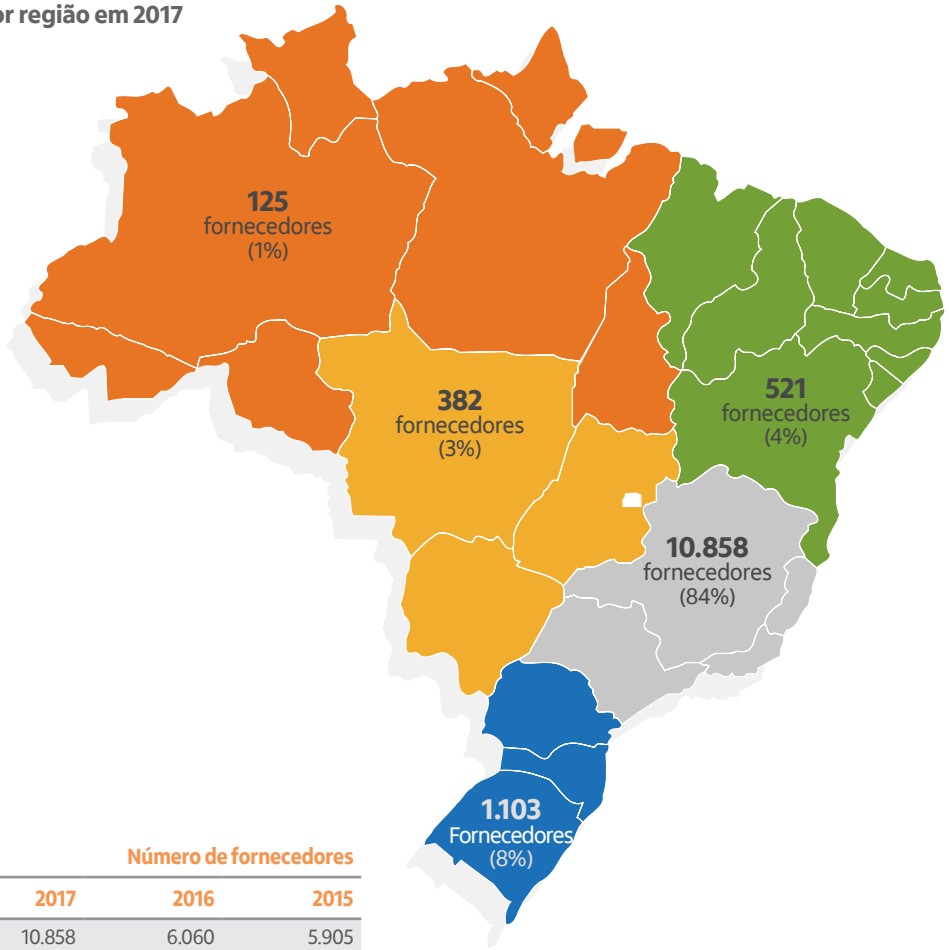


Resultados de avaliação	2017	2016	2015	Variação (%) 2017-2016	Variação (%) 2016-2015
Fornecedores homologados (Brasil)	12.989,00(1)	7.106,00	6.884,00	14,80(1)	3,20
Novos fornecedores aprovados (Brasil) GRI 308-1 | 414-1	1.678,00	1.031,00	778,00	62,80	32,50
Taxa de aprovação de fornecedores (%) (Brasil) GRI 308-1 | 414-1	68,30	86,60	90,90	(21,50)	(4,70)
Compras de fornecedores locais – empresas brasileiras e/ou subsidiárias no Brasil (% de gastos realizados no Brasil) GRI 204-1	98,71	96,50	98,20	2,30	(1,70)
Compras de fornecedores locais – dentro do próprio estado (% de fornecedores locais) GRI 204-1	56,00	75,30	75,10	(0,30)	0,30

(1) Em decorrência das ações do Novo Modelo de Compras, realizamos uma revisão no processo de avaliação administrativa que focou no aprimoramento da análise dos fornecedores e também na simplificação do processo para as partes envolvidas. Nessa revisão em que eliminamos a validade da homologação e que há o monitoramento periódico do risco destes fornecedores tempestivamente, o volume de fornecedores homologados variou em 4.205.

Nossos fornecedores estão distribuídos pelas regiões do Brasil de acordo com o volume de operações e pela localização dos nossos polos administrativos. Por esse motivo as contratações ocorrem em sua maioria na Região Sudeste.

Número de fornecedores por região em 2017



GRI 204-1

Região	2017 (%)	Número de fornecedores 2017	2016	2015
Sudeste	84	10.858	6.060	5.905
Sul	8	1.103	527	503
Nordeste	4	521	271	246
Centro-Oeste	3	382	200	191
Norte	1	125	48	39

Entre as categorias com o maior número de fornecedores, destacamos a de Obras, Manutenção e Patrimônio que atende aos polos e às agências espalhados por todo o país.

Categoria	%
Obras, manutenção e patrimônio	29,1
Marketing	13,4
Despesas jurídicas	10,8
Treinamentos e benefícios	10,6
TI	10,3
Despesas gerais	9,1
Despesas operacionais	6,7
Segurança	3,1
Telecomunicações	2,5
Call center	2,5
Despesas comerciais	0,8
Correios, insumos de cartões e cheques	0,5
Assessoria e consultoria	0,3
Transporte de valores	0,3
Total geral	**100,0**

Formalização contratual, violações e penalidades

Os contratos com fornecedores incluem cláusulas específicas sobre o adequado monitoramento de questões socioambientais – como obrigações trabalhistas, normas de segurança e saúde ocupacionais, aderência à legislação ambiental, responsabilidade por danos e segurança da informação – aplicáveis aos nossos fornecedores e à sua cadeia de fornecimento. No caso de identificação de irregularidades através de processos de auditorias externas, podem ser desenvolvidos planos de ação para auxiliar o fornecedor na resolução do problema ou, em determinadas situações, aplicação de penalidades podendo levar à suspensão ou rescisão do respectivo contrato.

Monitoramento GRI 308-1 | 308-2 | 414-1 | 414-2

Periodicamente, monitoramos os fornecedores homologados e seus colaboradores em função dos riscos da categoria dos serviços ou produtos que fornecem.

Os critérios de monitoramento são os mesmos utilizados no processo de avaliação administrativa, tendo como objetivo a verificação da condição inicial avaliada, podendo, em caso de identificação de riscos, a qualquer tempo, encerrar o relacionamento comercial de fornecimento.

Realizamos periodicamente auditoria independente em nossos fornecedores críticos com o objetivo de avaliar os riscos em nossa cadeia de fornecimento. Em 2017, foi realizada revisão do nível de risco (alto, médio ou baixo) das categorias de produtos e serviços de nossos fornecedores do ponto de vista socioambiental para garantir a atuação assertiva da auditoria, a qual concentrou-se nos fornecedores críticos do nível 1.

Como resultado da auditoria realizada em 2017, 50% dos nossos fornecedores de categorias críticas, que representa 39 empresas, foram aprovados sem restrições. As demais empresas tiveram planos de ação definidos para tratamento dos *gaps* identificados e a auditoria programada para 2018 avaliará as ações acordadas para garantir a mitigação dos riscos em nossa cadeia de fornecimento.

Além disso, realizamos visitas conduzidas pelas áreas técnicas, especializadas em nossas operações e na aplicação de normas relacionadas com a segurança da informação e demais itens regulatórios.

Transparência GRI 102-17

Proporcionamos aos nossos fornecedores canais de comunicação por meio dos quais é possível fazer sugestões e perguntas e comunicar qualquer tipo de violação ou conduta indevida (inclusive de questões de natureza socioambiental).

O Canal de Relatos, implantado em 2016, visa garantir um ambiente transparente e ético entre nós e os nossos fornecedores. Foi disponibilizado o contato via e-mail: fornecedores_relatos@itau-unibanco.com.br e telefone: 0800 723 0010, por meio dos quais, relatos de desvios éticos e de não conformidade em relação ao nosso Código de Relacionamento com o Fornecedor podem ser realizados.

Acreditamos que para garantir um crescimento sustentável em nossa cadeia de fornecimento, devemos promover o desenvolvimento de práticas contínuas, buscando a evolução conjunta com nossos fornecedores e suas operações de fornecimento. Sendo assim, publicamos em nosso site (www.itau.com.br/fornecedores) as ações que consideramos como sendo boas práticas socioambientais bem como nosso Código de Relacionamento com o Fornecedor e nosso Código de Ética.

Em novembro de 2016, lançamos o Código de Relacionamento com Fornecedores, que contou com a participação de 391 parceiros.

A criação do Código de Relacionamento com Fornecedores, que é complementar ao Código de Ética e visa disciplinar as interações entre colaboradores e fornecedores por meio da declaração dos valores que definem a conduta esperada nas relações comerciais, chamados de "Nossos Princípios", que são: Relacionamento Ético e Perene, Transparência, Rastreabilidade e Integridade, Simplicidade e Eficiência, Resultados Sustentáveis, Colaboração, e Gestão de Riscos.

Em 2017 houve a atualização do Código de Relacionamento com fornecedores, além da tradução do documento para inglês e espanhol.

Também durante o ano de 2017, acompanhamos a adesão dos nossos fornecedores às diretrizes do Código de Relacionamento com Fornecedores, atingindo os fornecedores responsáveis por 80% do total das contratações do ano.

Além disso, periodicamente, encaminhamos as Recomendações de Sustentabilidade, por comunicado oficial, por *e-mail,* aos fornecedores do banco.

Por fim, com o intuito de reforçar nosso compromisso com a Ética, em 2017 os colaboradores da Diretoria de Compras participaram de uma pesquisa conduzida por uma consultoria externa que tratou do tema: ética e transparência nas relações entre colaboradores e fornecedores.

É importante notar que a gestão de ativos recuperados (imóveis, veículos, equipamentos) e ativos que não são utilizados pela instituição, atuando na manutenção, regularização e venda, também utiliza o processo de fornecedores, prestadores de serviços, agentes de encaminhamento e leiloeiros aprovados e monitorados no processo de fornecedores mencionado.

Treinamento GRI 102-43

Treinamos nossos colaboradores e orientamos nossos fornecedores de forma a promover seu desenvolvimento e fortalecer seu compromisso com nossa cultura, reconhecendo boas práticas relacionadas com a mitigação de riscos e debatendo oportunidades para melhorar a eficiência de nossas operações.

Em parceria com a área de Sustentabilidade, realizamos um workshop com os principais fornecedores geradores de resíduos do Banco, com objetivo de divulgar como o tema resíduos é tratado no Itaú Unibanco, além de reforçar os conceitos do Código de Relacionamento com Fornecedores.

Para o primeiro semestre de 2018, está programado evento com os principais fornecedores visando manter este canal para fomentar a discussão e apresentação de boas práticas aos nossos fornecedores.

Em 2017, 87 colaboradores da área de Compras (63% dos colaboradores do total de 138 ativos no momento da realização do curso) receberam treinamento específico sobre Metodologia de Compras, que contou com exercícios práticos e alinhados com situações do nosso dia a dia. Além deste treinamento específico, 100% dos colaboradores da área de Compras – total de 136 colaboradores em dezembro de 2017 – realizaram ao menos um treinamento voltado ao aprimoramento de conhecimentos técnicos e/ou comportamentais.

CDP – Supply Chain

Alinhado à estratégia de mudanças climáticas do Itaú Unibanco, há dois anos fazemos parte do CDP Supply Chain – Carbon Disclosure Program – que é um programa que visa atuar nas questões climáticas na cadeia de suprimentos.

Esta iniciativa é importante para suportar nossa estratégia interna de gestão de fornecedores, no qual convidamos nossos maiores fornecedores e também aqueles setores críticos

em emissão de GEE para reportar informações referentes à mudanças climáticas. O objetivo é entender como eles abordam as mudanças climáticas e como podemos ajudá-los a introduzir esse tema em sua estratégia de atuação. Neste ano, 59 fornecedores participaram de workshops promovidos por essa instituição e 85 reportaram informações através de um questionário

Diversidade

A valorização da diversidade contribui para um clima positivo e mais tolerante, estimulando a cooperação e a sinergia entre os colaboradores e lideranças em torno de seus objetivos comuns e com um melhor desempenho. Nesse sentido, durante o ano de 2017, buscamos ampliar o acesso à diversidade na cadeia de fornecimento.

Integrare

Em 2016, nos associamos a *Integrare*, uma empresa sem fins lucrativos especializada na busca e aproximação de micro e pequenas empresas e grandes empresas que têm interesse em fomentar suas redes de relacionamento. A missão dessa associação é a de promover a inclusão e o desenvolvimento empresarial de fornecedores provenientes de grupos minoritários ao prover acesso e capacitação de negócios para empresários negros, indígenas ou portadores de necessidades especiais.

Continuamos com o desafio avançar no diagnóstico em busca de fornecedores para ampliar nosso relacionamento e buscar a geração de valor através da cadeia de fornecimento.

Resultados alcançados e desafios

A área de Compras contribui de maneira significativa para a redução de custos e otimização de recursos através de ações como: parcerias com nossos fornecedores, inovações em nossa cadeia de fornecimento, desenvolvimento de novos fornecedores, consolidação de volumes, reconfiguração da cadeia de valor, revisão de especificações, iniciativas de renegociação de contratos, gerenciamento de consumo, melhoria de processos e avaliação de ganhos socioambientais.

GRI 204-1

Resultados gerais	2017	2016	2015	Variação (%) 2017-2016	Variação (%) 2016-2015
Número de processos de compra	16.285[1]	19.010	13.218	(14)	44
Valor total da compra (R$ bilhões)	10	10	9	0	11

(1) As mudanças nos processos e o aprimoramento dos controles decorrentes do Novo Modelo de Compras trouxeram uma redução no volume de requisições de compras em 2017. A simplificação de processos, implantação da célula de triagem, fluxo de exceção, consolidação de demandas nos pools, compra delegada, foram alguns dos processos que contribuíram para essa redução.

Portanto, em 2013, estimulamos um plano de metas de médio (2015) e longo prazo (2020) estabelecendo as responsabilidades e as ações necessárias para superar o nosso desafio de implantar ações de engajamento, mitigar riscos e aumentar a transparência na divulgação de indicadores de nossas operações e fornecedores.

Já cumprimos com o nosso objetivo de monitorar, periodicamente, todos os fornecedores aprovados no processo de homologação administrativa, garantindo assim mais controle de riscos em nossa cadeia de fornecimento.

Sensibilizamos nossos fornecedores por meio de recomendações de Sustentabilidade que são divulgadas em nosso site e, semestralmente, enviadas para todos os fornecedores. Estamos, cada vez mais, aprimorando nosso processo de auditoria externa nos fornecedores e estabelecendo indicadores relativos à evolução das empresas avaliadas ao longo dos anos.

Detalhamento da apuração das metas de 2017 e novos compromissos para 2018

Indicador	Meta para 2017	Status de 2017	Meta para 2018	Meta para 2020
Monitoramento de risco associado a fornecedores com recorrência igual ou menor que seis meses.	100% do valor gasto.	Monitoramento periódico de 100% dos fornecedores com contratos ativos negociados por Compras.	Continuidade do monitoramento de riscos dos fornecedores ativos negociados por Compras.	**Meta ajustada:** Implantar plano de ação e governança para os fornecedores com riscos identificados (que passam pela área de compras) conforme critérios internos.
Recomendações para fornecedores quanto a práticas trabalhistas, direitos humanos, social, ambiental e incentivo de gestão socioambiental para sua própria cadeia de fornecimento.	Enviar as recomendações semestralmente para 100% dos nossos fornecedores ativos por *e-mail* e inclusão no site www.itau.com.br/fornecedores.	Recomendações enviadas para 100% dos fornecedores ativos, além de disponibilizá-las no site www.itau.com.br/fornecedores.	Enviar as recomendações semestralmente para 100% dos fornecedores ativos por *e-mail* e inclusão no site www.itau.com.br/fornecedores.	Manter e atualizar as recomendações e publicações para 100% dos fornecedores.
Engajamento de fornecedores (debates específicos, interação relatada em programas de desenvolvimento).	Avançar na agenda de engajamento de fornecedores dos níveis 1 e 2 com a condução de *workshops* específicos e acompanhamento e iniciar um novo processo de monitoramento de planos de ação para o desenvolvimento de programas nos fornecedores.	Realizamos o *workshop* de resíduos em parceria com a área de sustentabilidade para fornecedores nível 1 e acompanhamento de adesão ao Código de Relacionamento com Fornecedores nível 1.	Avançar na agenda de engajamento de fornecedores dos níveis 1 e 2 com a condução de *workshops*.	Fornecedores dos níveis 1 e 2 priorizados de acordos com critérios definidos pela área.
Auditorias conduzidas no local (% das auditorias).	Realizar um projeto que reavalie os critérios de seleção dos fornecedores (categorias críticas vs. % do valor gasto).	Revisamos em janeiro de 2017 a criticidade das categorias e premissas para auditoria.	Revisão anual da criticidade das categorias e premissas para auditoria.	Revisão anual da criticidade das categorias e premissas para auditoria.
% de fornecedores em risco, identificados por meio de pesquisa socioambiental detalhada.	Realizar pesquisa socioambiental detalhada nos fornecedores que não são avaliados por uma auditoria detalhada para alcançar 50% do valor gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas.	Meta despriorizada durante 2017.	-	-

Indicador	Meta para 2017	Status de 2017	Meta para 2018	Meta para 2020
Engajamento de pauta interna em sustentabilidade (nas áreas de Compras e Gestão Técnica).	Para 2017, nosso desafio é o de avançar no diagnóstico e busca de fornecedores para melhorar nosso relacionamento e buscar a geração de valor por meio da cadeia de fornecimento.	Meta despriorizada durante 2017.	-	Partes interessadas que trabalham com 80% do valor gasto por ano em categorias críticas.
Divulgação de indicadores de contratação de fornecedores (por exemplo: certificados, melhores práticas, emissão de gases, entre outros).	Indicadores para fornecedores que são minorias e resultados dos programas realizados.	Meta despriorizada durante 2017.	-	Indicadores de fornecedores de nível 2.
Avaliação do risco na cadeia de fornecimento (contratados por nossos fornecedores em processos críticos). Preparação e monitoramento de planos de ação com fornecedores em risco, identificados no programa RFI e nas auditorias *in loco*.	Estão previstas para 2017 ações para a melhoria dos seguintes indicadores: • Pesquisa socioambiental entre os fornecedores de nível 2; e • Início de um novo processo de monitoramento dos planos de ação para o desenvolvimento de programas nos fornecedores.	Avaliação dos riscos dos subcontratados declarados pelos nossos fornecedores conforme previsto em contrato.	-	Fornecedores que representam 30% do valor gasto nos 12 meses anteriores à medição em categorias críticas. • Preparação do plano: 100%; e • Monitoramento: 30% (casos críticos).

Por meio de todos os processos descritos, nós procuramos evitar potenciais impactos em nossa cadeia de valor.

Entre eles destacamos: GRI 308-2 | 414-2

- Impactos ambientais variados, impactos relacionados com práticas de trabalho ilegais, como o trabalho infantil, trabalho forçado, trabalho escravo e condições de trabalho inadequadas e impacto dos direitos humanos, todos considerados no processo de avaliação de fornecedores; e
- Impactos na sociedade, mitigados pela contratação de fornecedores comprometidos que, por sua vez, ajudam a promover práticas responsáveis e éticas no mercado cooperando, assim, com a sociedade brasileira. É inaceitável a contratação de empresas relacionadas com atividades que incentivem e/ou explorem a prostituição, inclusive infantil, ou empresas que, em suas atividades, utilizem mão de obra infantil em desacordo com a legislação ou que, em suas atividades, utilizem mão de obra análoga à escrava.

Sociedade

A nossa estratégia está relacionada às ações de desenvolvimento social, como educação, cultura, esporte, mobilidade urbana, envelhecimento e empreendedorismo. Em parceria com inúmeras instituições fomentamos iniciativas variadas, estendidas para a imprensa, os formadores de opinião, o mercado e várias organizações sociais. Também trabalhamos em conjunto com o Poder Público, em seus diversos níveis, para aprimorar os modelos de políticas públicas nos diversos países onde operamos.

Participação em associações GRI 102-13

A fim de contribuir para a construção de espaços de discussão e diálogo entre agentes do setor, orientar a elaborar políticas de autorregulação, bem como estruturar ações conjuntas entre instituições, no ano de 2017 estivemos associados às seguintes entidades com fins de representação, que trataram de temas como Ambiente de Crédito, Tributação do Sistema Bancário, Seguros e Planos Econômicos:

Entidades às quais somos filiados
Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp)
Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (ANEF)
Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca)
Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs)
Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip)
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima)
Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC)
Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL)
Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP)
Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)
Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercados de Capitais (APIMEC)
Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi)
BM&FBOVESPA S.A.
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg)
Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi)
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

Os cinco maiores gastos com associações são, respectivamente, com a Federação Brasileira de Bancos (R$ 21.449.804,83), Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (R$ 1.126.800,00), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (R$ 867.384,00), Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (R$ 785.646,00) e Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (R$ 373.362,20).

Ademais, contribuímos para o desenvolvimento da sociedade por meio de uma relação de confiança e cooperação junto a instituições sem fins de representação que promovem ações condizentes com nossos pilares institucionais, como:

Entidade	Filiação	Patrocínio
American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM)	X	
Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE)		X
Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)	X	
Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM)		X
Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI)		X
Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG)		X
Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)	X	
Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA)	X	
Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD)		X
Associação de Bancos do Estado de Minas Gerais (ABEMG)	X	
Associação de Bancos do Estado do Ceará	X	
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (Apae)		X
Associação dos Bancos no Distrito Federal (ASSBAN)	X	
Associação dos Bancos no Estado do Rio Grande do Sul	X	
Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Ajufesp)		X
Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj)		X
Movimento Mulher 360	X	
Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios (Apeprem)		X
Atletas pelo Brasil		X
BAYBRAZIL	X	
Bei Comunicação Ltda.		X
Brasil Investimentos & Negócios (BRAiN)	X	
Carbon Disclosure Program (CDP)	X	
Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)	X	
Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes)	X	
Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)	X	
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	X	
Conselho Nacional Autorregulamentação Publicitária (Conar)	X	
Conselho Regional de Administração (CRA)	X	
Fórum Brasileiro de Segurança Pública		X
Fundação Abrinq	X	
Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu)		X
Fundação Fernando Henrique Cardoso		X
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)	X	
Fundação José Arthur Boiteux (Funjab)		X
GBA Board Membership X Global Reporting Initiative (GRI)	X	
Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)	X	
Grupo de Estudos Tributários Aplicados (GETAP)		X
Instituto Akatu		X
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM)	X	
Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil)		X
Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP)		X
Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT)		X
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)		X

Entidade	Filiação	Patrocínio
Instituto Brasileiro de Estudos da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (IBRAC)	X	
Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC)		X
Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF)	X	
Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI)		X
Instituto Ethos		X
Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário	X	
Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO)	X	
Integrare		X
Jota Jornalismo Ltda. – ME X Lideranças Empresariais Ltda	X	
Movimento do Ministério Público Democrático (MPD)		X
Pacto Global	X	
Princípios do Equador	X	
Sociedade Rural Brasileira (SRB)	X	
SustainAbility	X	
United Nations Environment Programme – Finance Initiative (UNEP FI)	X	
WEPs Brasil 2016 – Empresas Empoderando Mulheres	X	

Compromissos voluntários GRI 102-12

O Itaú Unibanco está comprometido com causas como meio ambiente, direitos humanos, esporte e diversidade. O engajamento nos temas é realizado por diversas frentes, entre as quais destaca-se a assinatura de compromissos voluntários. Por meio destes, acompanhamos a evolução das agendas e fortalecemos nossa missão como banco líder em *performance* sustentável.

Em 2017, de forma a reforçar nosso posicionamento com a promoção da equidade de gênero, aderimos ao Princípios de Empoderamento da Mulher (WEPs), um compromisso da ONU Mulheres e do Pacto Global. Por intermédio dele, comprometemo-nos a criar ou adaptar políticas e práticas existentes relacionadas ao empoderamento feminino, de modo a contribuir com a construção de economias mais fortes, sociedades mais estáveis e justas, além de atingir objetivos da Agenda 2030 e impulsionar metas dos negócios.

Além dos compromissos e princípios firmados ao longo do ano de 2017, abaixo destacamos alguns assinados nos últimos 15 anos que, juntamente com nossas políticas internas, fundamentam nossa gestão, permitindo que esses temas permeiem todas as áreas, tal como nossas relações diretas com *stakeholders*:

Princípios	Ano da adesão	País de atuação
Pacto Global	2003	Global
Global Reporting Initiative (GRI)	2004	Global
Princípios do Equador III	2004	Global
Carbon Disclosure Program (CDP)	2009	Global
Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo	2008	Brasil
GHG Protocol – Programa Brasileiro	2008	Brasil
Princípios para o Investimento Responsável (PRI)	2008	Global
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI)	2008	Global
Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente	2012	Brasil
Contribuição Empresarial para a Promoção da Economia Verde e Inclusiva (RIO+20)	2012	Brasil
International Integrated Reporting Council (IIRC)	2012	Global
Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI)	2012	Global
Pacto pelo Esporte	2015	Brasil
Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção	2016	Brasil
Princípios de Empoderamento Feminino (WEPs)	2017	Global

Comunicação Corporativa Itaú

Com a missão de promover nossas relações e interações com a imprensa e demais stakeholders para atender aos temas prioritários da organização – gerar exposição positiva, proteger e fortalecer a imagem e a reputação da holding –, a Superintendência de Comunicação Corporativa atua com o objetivo de assegurar o alinhamento entre os discursos e as práticas da empresa.

Queremos contribuir para o cumprimento da visão da organização: ser o banco líder em performance sustentável e satisfação do cliente. Para sermos um banco cada vez mais sustentável, precisamos manter uma relação aberta e transparente com a imprensa e formadores de opinião em geral.

Nas interfaces com a imprensa, por exemplo, trabalhamos para reforçar os principais posicionamentos e mensagens-chave do banco, contribuindo para uma cobertura correta e clara por parte da mídia para influenciar positivamente nossa reputação. Também promovemos discussões de temas que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Uma das estratégias mais bem-sucedidas nesse sentido é a realização de encontros e workshops, com o intuito de expor informações relevantes sobre assuntos que ajudem a compreender a contribuição do setor financeiro no mundo globalizado. Em 2017, foram promovidos cerca de 20 eventos, que trataram de questões como: educação financeira, macroeconomia, sustentabilidade, mobilidade urbana, investimentos, incentivo à leitura, cultura e ao esporte, canais digitais, ouvidoria e empreendedorismo feminino.

O diálogo é permanentemente estabelecido, aliado às estratégias de comunicação, o que nos permite receber e dar o devido encaminhamento às demandas de veículos de comunicação e de formadores de opinião. Apenas da imprensa, foram recebidas quase duas mil pautas em 2017. Essa atuação possibilita, entre outras ações, apoiar o banco nas mudanças de práticas, produtos e serviços.

Ainda em 2017, jornalistas dos principais veículos da imprensa nacional e internacional foram recebidos por executivos do banco para conhecer projetos e ações adotadas com foco em satisfação de clientes, rentabilidade, gestão de pessoas, internacionalização, transformação digital e gestão de riscos. Nesses encontros, foram apresentadas as iniciativas que melhoraram o diálogo e ampliaram a transparência na relação com o cliente e com toda a sociedade, como o compromisso com a ONU para empoderamento das mulheres e incentivo à equidade de gênero, as frentes de relacionamento com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, Atendimento e Transparência. Temas como cenário econômico, projeções macroeconômicas, evolução dos canais de atendimento, empreendedorismo feminino, riscos, evolução digital, entre outros, também foram abordados nessas ocasiões.

Atualmente, são cerca de 160 os porta-vozes do banco autorizados a falar com a imprensa. Os treinamentos desses executivos também são de responsabilidade da área de Comunicação Corporativa. Eles são realizados sob demanda, à medida que novos executivos são nomeados porta-vozes. Em 2017, 53 executivos foram treinados.

Nossa exposição na imprensa nacional e internacional é acompanhada por meio de auditoria de imagem realizada pela área de Análise e Pesquisa da CDN, agência de comunicação focada em construção e fortalecimento da imagem e da reputação. As informações, analisadas nos âmbitos quantitativo e qualitativo, resultam no Índice de Qualidade de Exposição na Mídia (IQEM), indicador acompanhado mensalmente pela área de Comunicação Corporativa.

Índice de Qualidade de Exposição na Mídia (IQEM)	2017 (%)	2016 (%)	2015 (%)
Exposição positiva do setor financeiro na imprensa nacional	41,0	40,7	36,8

Outro indicador relevante utilizado pela área é o *RepTrak*, que mede nossa reputação e dos principais concorrentes em termos de percepção do público em geral. Com levantamentos trimestrais, a metodologia permite fazer uma análise detalhada de 26 atributos que explicam a reputação do banco. Em 2017, obtivemos reputação mediana, mas nos destacamos em relação aos outros participantes do sistema financeiro, com dois pontos acima da média do setor. No quarto trimestre de 2017, nosso indicador de reputação, conhecido como Pulse, foi de 64,2.

Com base em todos os resultados obtidos no IQEM e *RepTrak*, são avaliados os riscos a serem mitigados e as oportunidades de atuação junto à imprensa e formadores de opinião. Assim, ações e iniciativas são planejadas com o objetivo de reforçar a reputação do Itaú perante os *stakeholders*, e colocadas em prática em parceria com as áreas responsáveis por cada tema.

Os dados obtidos são de uso interno e apoiam o planejamento estratégico de comunicação, estabelecem metas de desempenho e permitem a avaliação de resultados de ações promovidas pela área.

Relacionamento com o governo

GRI 102-43 | 201-1 | G4-DMA Desempenho Econômico

Buscamos trabalhar em contato direto com a sociedade civil, entidades do terceiro setor, tal como entidades governamentais, tendo por propósito colaborar com a construção de políticas públicas convergentes aos interesses da sociedade e da organização. Desse modo, as atuações junto aos órgãos públicos, em atenção às questões que envolvem o nosso negócio e as causas que apoiamos, zelam pela democracia, pelo respeito às leis do país, aos princípios estabelecidos pelo Código de Ética do Itaú Unibanco e pela nossa Política de Relações Governamentais, que orientam a conduta permitida e esperada dos colaboradores nos casos de relacionamento com quaisquer agentes públicos.

A nossa atividade de representação dos interesses institucionais e do sistema financeiro em geral, de forma organizada e transparente, se desenvolveu por meio de ações de acompanhamento do trâmite normativo e legislativo, bem como de prestação de informações e sugestões de técnicas visando contribuir para o aperfeiçoamento do cenário regulatório brasileiro, sempre com observância dos ditames legais e éticos aplicáveis. No que tange o fortalecimento de causas institucionais, realizamos ao longo do ano aportes de recursos financeiros para apoiar projetos e/ou atividades vinculadas à órgãos públicos e demais instituições.

Dessa perspectiva, empregamos os seguintes esforços no que diz respeito ao nível federal do país:

- Acompanhamento do progresso de proposições legislativas que tramitam no Congresso Nacional.

Proposições legislativas	2017	2016	2015
Proposições	Mais de 2.800	Mais de 1.900	Mais de 1.300

- Realizamos visitas a legisladores e gestores públicos com notáveis participações e *expertise* em áreas como segurança, direitos do consumidor, mobilidade urbana, questões fiscais e tributárias e meio ambiente.

Visitas a legisladores e gestores públicos	2017	2016	2015
Visitas	Mais de 300	Mais de 200	Mais de 100

Exemplos de tais articulações são:

- Reunião com representantes do Poder Executivo e Legislativo, entre eles, mais de 50 deputados e senadores, para discussão do Projeto de Lei nº 6.787 de 2016, que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho (Reforma Trabalhista);
- Reunião com representantes do Poder Executivo, como Casa Civil, Ministério da Fazenda e Banco Central, com participação de outras entidades de representação, para discutir a Medida Provisória 775 de 2017, que dispõe, entre outras coisas, sobre mudanças nas regras sobre garantias de crédito; e

- Colaboramos com a divulgação de campanhas educativas e de conscientização da população produzidas pelo governo federal a partir de sua publicidade em painel luminoso no topo do nosso prédio administrativo no bairro de Pinheiros, cidade de São Paulo.

Nos níveis estaduais e municipais:

- Acompanhamos de perto as discussões de proposições legislativas que tramitam nas Assembleias Legislativas do país e em diversas Câmaras Municipais, tendo por base assuntos que tratam sobre segurança, direitos do consumidor, sistema tributário, operações bancárias, mobilidade urbana, entre outros.

Proposições legislativas	2017	2016	2015
Proposições	Mais de 7.000	Mais de 4.500	Mais de 3.000

- Estabelecemos relações com entidades governamentais e públicos estratégicos com a finalidade de nutrir, amparar e desenvolver atividades alinhadas às nossas causas institucionais, produzindo e agregando valor à sociedade. São exemplos de tal aproximação:
  - Implantação desde 2016 do Projeto Câmera Cidadã nas cidades de Nova Friburgo, Maceió, Recife e Salvador, permitindo o compartilhamento de imagens das câmeras externas das agências com os órgãos públicos de segurança dos municípios; e
  - Comprometimento com o gerenciamento do Auditório Ibirapuera na cidade de São Paulo, com o apoio do Instituto Itaú Cultural.

Relacionamento com Agentes Públicos

Prezamos pela manutenção de um relacionamento ético e transparente com todos os Agentes Públicos, respeitando leis, normas e regulamentos vigentes e, em busca da sustentabilidade de seus negócios, relacionamo-nos com diversos interlocutores no exercício das Atividades de Relações Governamentais e no acompanhamento da elaboração e execução de políticas públicas em geral.

A Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação Corporativa é responsável por recepcionar, registrar e administrar as informações constantes do registro realizado pelos nossos administradores e colaboradores, reportando os dados e as situações que entende necessárias para o vice-presidente responsável pela área e para o Comitê de Integridade e Ética, para adoção das providências eventualmente necessárias, devendo ser preservado o sigilo das informações fornecidas. Em 2017, foram registradas mais de 800 interações.

Campanhas políticas e doações GRI 415-1

Em conformidade com a Lei nº 9.504/1997, alterada pela Reforma Eleitoral (Lei nº 13.165/2015), no ano de 2016 atualizamos nossa política interna de doações vetando quaisquer tipos de: I) doações feitas diretamente a agentes públicos, órgãos ou entidades do Poder Público, ou feitas a parentes dos agentes públicos em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, que tenham por finalidade influenciar decisões, nas quais o Conglomerado Itaú Unibanco tenha interesses; II) doações eleitorais ou destinadas a candidatos e partidos políticos. Desse modo, obedecendo as leis e os regulamentos brasileiros, em 2017 o Conglomerado Itaú Unibanco não realizou qualquer doação de recursos a partidos políticos ou candidatos destinados às eleições.

Educação Política

Apoiamos projetos de educação política para incentivar o engajamento social e a cidadania dos indivíduos. Um exemplo é o Prêmio Paulista de Boas Práticas Legislativas, que visa estimular o reconhecimento da sociedade aos cerca de seis mil vereadores do Estado de São Paulo que se empenham na elaboração e aprovação de projetos capazes de impactar positivamente a realidade de seus respectivos municípios. Além disso, tem como intuito premiar as Câmaras Municipais por meio de ações inovadoras no campo da gestão pública promovidas por suas respectivas mesas diretoras e corpo de servidores, além de reconhecer o que a sociedade civil e o terceiro setor têm feito nos parlamentos.

Outra ação com parceria do Itaú é o Curso de Iniciação Política, cujo objetivo principal é oferecer aos seus participantes um conteúdo capaz de alterar a relação do sujeito comum com a política. Seu programa é fundamental para consolidar o compromisso da sociedade com a democratização da política, levando-a de forma suprapartidária à sociedade. Em complemento, temos o apoio anual ao Centro de Liderança Pública, organização sem fins lucrativos e apartidária, empenhada em promover mudanças transformadoras por meio da eficácia da gestão e da melhoria da qualidade das políticas públicas.

Incentivos fiscais do governo GRI 201-1 | 201-4

Em 2017, investimos na cultura, na educação, no esporte e na saúde, de forma incentivada pela legislação tributária, em contrapartida tivemos um benefício fiscal no montante de R$ 130,2 milhões, por intermédio das seguintes modalidades:

Investimentos por modalidade (R$ milhões)	2017	2016	2015
Doações para financiamento dos direitos da criança e do adolescente	15,6	15,8	22,4
Lei Rouanet de apoio à cultura	67,0	74,4	87,0
Patrocínios esportivos	16,6	12,4	22,4
Atividades audiovisuais	0,4	0,3	0,8
Outros[1]	30,6	31,9	65,3
Total	**130,2**	**134,8**	**197,9**

(1) Refere-se a projetos vinculados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas), ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e ao Estatuto do Idoso.

Adicionalmente, usufruímos do montante de R$ 31,9 milhões a título de incentivos fiscais:

Incentivos fiscais por modalidade (R$ milhões)	2017	2016	2015
Programa de Alimentação do Trabalhador	6,3	5,3	4,3
Programa Empresa Cidadã	25,6	1,0	0,9
Total	**31,9**	**6,3**	**5,2**

Comunidade GRI 102-43 | 201-1 |

G4-DMA Comunidades Locais

Na qualidade de instituição financeira, reconhecemos o nosso papel enquanto agente de transformação, promovendo o desenvolvimento local. Nesse sentido, trabalhamos para incentivar projetos, instituições e indivíduos de maneira inovadora, rumo a construção de um mundo melhor. Para tanto, participamos de discussões, eventos e ações que contribuam para a melhoria e o fortalecimento das comunidades ao redor de nossos principais polos de negócios no país. No ano de 2017, tivemos as seguintes atuações no entorno das nossas agências e polos administrativos:

- Atuação no entorno do Centro Empresarial Itaú Unibanco, na cidade de São Paulo pela manutenção de espaços públicos, como a Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha e o Parque Lina e Paulo Raia; além de patrocínio a atividades culturais no bairro do Jabaquara em parceria com a comunidade local;
- Ações de voluntariado e apoio a organizações das sociedades civis por meio de engajamento de nossos colaboradores ao longo de todo o Brasil;
- Realização da Gincana da Solidariedade, uma ação de engajamento entre nossos colaboradores dos prédios administrativos e agências bancárias de todo o país, com o objetivo de arrecadarmos alimentos, roupas, calçados, brinquedos, itens de higiene pessoal e cobertores para Entidades Assistenciais. Em 2017, arrecadamos a marca histórica de 325 toneladas em mais de 38 cidades. Em contrapartida às doações dos colaboradores, destinamos aproximadamente 45 mil cobertores e/ou lençóis para organizações sem fins lucrativos e órgãos municipais de diferentes cidades do país, englobando Secretarias, Fundos e Prefeituras; e
- Realizamos reuniões junto ao poder público local para identificar oportunidades de atuação dentro dos pilares institucionais. Em 2017, orientamos e auxiliamos prefeituras do Brasil na organização e estruturação de fundos municipais de recursos incentivados, como o Fundo do Idoso e da Criança e Adolescente, como em Salvador, Maceió e Belo Horizonte.

Além disso, mobilizamos e apoiamos ações de transformação social, entre elas:

- IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS) que levou especialistas para discutir o tema Financiamento e a Governança das Cidades em Brasília;
- Apoio para relevantes fóruns de conteúdo e políticas públicas, como Seminário de Direito e Tecnologia, Congresso Nacional das Relações Empresa-Cliente, 17º Encontro Brasileiro de Finanças, Fórum Brasileiro de Segurança Pública; e
- Primeiro Seminário de Boas Práticas Aplicadas ao Território, seminário que reuniu gestores públicos e integrantes da iniciativa privada em Recife para debater soluções integradas de segurança pública, objetivando o fomento à troca de experiência de combate à violência entre cidades latino-americanas.

Dentro dos pilares institucionais de mobilidade urbana, educação, saúde, cultura e diversidade, atuamos também junto à sociedade civil e entidades do terceiro setor com o objetivo de impulsionar a articulação do investimento social privado com causas e políticas públicas em diferentes cidades do Brasil. Nossas principais ações relacionadas são:

- Plataforma *Metrics*, uma metodologia desenvolvida em parceria com o Insper para avaliação de projetos sociais privados e estudos sobre impactos sociais ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU;
- O patrocínio ao 13º Encontro Nacional do Terceiro Setor, na cidade de Belo Horizonte;
- O apoio a Associação de Resgate à Cidadania por Amor à Humanidade, que visa, na cidade de São Paulo, recuperar pessoas em situação de rua;
- O patrocínio à Associação Todos pela Educação, de São Paulo, e Conselho Nacional dos Secretários de Educação;
- A parceria com o Instituto Novo Brasil Pelo Carimbo Solidário, que regulariza a situação habitacional dos moradores de comunidades no Estado do Rio de Janeiro; e
- *Workshops* de formação de gestores públicos e entes da sociedade civil com a finalidade de estruturar os fundos do idoso municipais, estaduais e federais.

Cidadania corporativa GRI 201-1 | 103-2 |

103-3 Cidadania corporativa

Investimento social privado

GRI G4-DMA-Desempenho Econômico

Sob a premissa de contribuir com a sociedade que nos fortalece, nós, historicamente figuramos entre um dos mais importantes atores do investimento social privado no Brasil; seja por aportes diretos; seja por projetos subscritos às leis de incentivo; seja por meio de nossos institutos e fundações. Entre as temáticas prioritárias para nosso investimento estão: Educação, Cultura, Esporte, Mobilidade Urbana, Terceira Idade e Diversidade.

Em 2017, formalizamos em política interna o direcionamento de que todo investimento realizado pelo banco deve visar contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reafirmando o nosso compromisso com a agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2015.

Acreditamos na necessidade de construir novos modelos de colaboração entre os diferentes setores da sociedade e integrar os ODS aos planos e políticas de estados e municípios. Dessa forma, determinamos também que os investimentos deverão considerar, de forma prioritária, a incidência em políticas públicas e as agendas coletivas em âmbito global, nacional e/ou local.

Nesse sentido, aderimos à Plataforma de Filantropia do PNUD, uma iniciativa global que conecta filantropia a conhecimento e redes que podem aprofundar a cooperação, alavancar recursos e aumentar o impacto, direcionando os ODS a um planejamento de desenvolvimento nacional.

Em 2016, estabelecemos, para os temas de Mobilidade Urbana, Diversidade, Cultura e Saúde, comitês consultivos com especialistas no tema para consulta sobre as prioridades de investimento.

Com o objetivo de avançar no tema de avaliação de indicadores e medição de impacto, estamos desenvolvendo, em parceria com o *Insper Metrics*, um protocolo para avaliação de projetos sociais e seus impactos sociais ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU. Em 2017, foram realizados os estudos referentes a dois grandes projetos do banco: o Itaú Viver Mais e o projeto de bicicletas compartilhadas.

Detalhamento do investimento realizado em 2017[1]

Não incentivados

	2017: valor investido (R$ milhões)	2016: valor investido (R$ milhões)	Número de projetos 2017	Número de projetos 2016
Educação	181,0	140,3	520	180
Cultura	148,5	74,1	50	4
Esporte[2]	7,2	8,5	7	4
Mobilidade urbana	64,9	63,8	45	15
Suporte institucional e outros	10,4	33,5	43	206
Idoso	2,3	-	3	-
Total de não incentivados	**414,3**	**320,2**	**668**	**409**

Incentivados

	2017: valor investido (R$ milhões)	2016: valor investido (R$ milhões)	Número de projetos 2017	Número de projetos 2016
Educação	15,8	11,7	38	39
Cultura	69,4	83,6	119	97
Esporte	16,9	14,5	18	15
Saúde e idosos	31,0	38,4	37	39
Outros	-	6,5	-	21
Total de incentivados	**133,1**	**154,6**	**212**	**409**
Total	**547,4**	**474,8**	**880**	**620**

(1) Devido à alteração na estrutura de apresentação dos aportes realizados nos anos de 2015 e 2016 e a incompatibilidade no formato de representação dos mesmos, o presente relatório não expressa um comparativo entre os três últimos anos.
(2) Não inclui patrocínios à Seleção Brasileira de Futebol e ao Aberto de Tênis de Miami.

Educação

Por meio da Fundação Itaú Social, do Instituto Unibanco e de parcerias com outros institutos, fundações e organizações da sociedade civil (OSCs), o Itaú contribui com a melhoria da qualidade da educação pública brasileira.

Fundação Itaú Social

A trajetória da Fundação Itaú Social teve início em 1993, com a criação do Programa de Ação Comunitária – posteriormente denominado Programa Itaú Social. O programa tinha como objetivo estruturar as iniciativas de investimento social do banco. Em 2000, o programa ganhou maior amplitude com o estabelecimento da Fundação Itaú Social, constituída por meio da criação de um fundo patrimonial a partir da doação de recursos próprios do Itaú.

Os recursos são aplicados em fundos de investimento (curto prazo e renda fixa) e em ações da Itaúsa e do Banco Itaú. O orçamento anual da Fundação Itaú Social, para sua manutenção e financiamento de projetos, resulta do rendimento da aplicação desse fundo patrimonial. O investimento para o ano de 2017 da Fundação Itaú Social foi de R$ 120 milhões e, ao final do ano, seu patrimônio somou R$ 4 bilhões.

Em 2017, a organização iniciou um processo de revisão de sua estrutura organizacional em busca de maior efetividade, reforçando, assim, o compromisso com a missão de desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira. Em decorrência dessa revisão, a partir de 2017, a atuação da Fundação Itaú Social passou a ser focada em torno de dois eixos: ações de gestão educacional – concentradas na formação de profissionais da área da educação – e ações de fomento – concentradas no fortalecimento da Sociedade Civil.

A Fundação Itaú Social segue com a premissa da construção de parcerias com as três esferas de governo, com OSCs e com outras empresas como principal forma de atuar no campo educacional. Além disso, por acreditar no monitoramento e na avaliação como ferramentas essenciais de melhoria contínua, a organização avalia os seus próprios programas e apoia OSCs e o poder público nessa prática. Nessa temática, está em processo de alinhar suas metas institucionais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) propostos pela ONU.

Em 2017, quase 1.590.000 pessoas se beneficiaram com as iniciativas da Fundação Itaú Social. Este relatório apresenta dados e resultados de alguns dos programas realizados no período:

Programa/extensão geográfica	Objetivo do programa	Investimento em 2017	Participação 2017
Prêmio Itaú-Unicef 1.651 parcerias entre OSCs e escolas públicas inscritas. Parcerias de todos os estados.	Reconhecer projetos de educação integral realizados por OSCs em parceria com escolas públicas.	R$12.136.864,53	192 OSCs e escolas premiadas com repasse de R$ 4 milhões.
Leia para uma criança Coleções de livros infantis com orientações para mediação de leitura enviadas para todos os estados.	Incentivar a leitura e o compartilhamento de histórias para ampliar o repertório cultural da criança e fortalecer laços afetivos, amiliares e comunitários.	R$12.069.305,10	3,6 milhões livros infantis distribuídos para pessoas físicas; 400.000 livros infantis enviados para OSCs e Secretarias de Educação. 4.920 livros em Braille distribuídos para pessoas físicas. 458 bibliotecas (conjuntos de 50 livros). distribuídas para ações sociais.
Voluntariado Todos os estados beneficiados por ações de voluntariado. Estados que têm Comitês Mobiliza Itaú (grupos compostos por funcionários voluntários) (21): PR, GO, AC, SC, PE, SP, MT, RN, RJ, PB, BA, RS, MG, DF, CE, ES, MS, AL, PA, MA e AM.	Mobilizar funcionários do Itaú que já são ou que gostariam de ser voluntários. Para isso, prepara os funcionários para realizarem ações sociais e os conecta com organizações da sociedade civil que podem se beneficiar com as ações voluntárias.	R$4.552.411,13	80 ações de voluntariado realizadas em 2017 com assessoria do Itaú Social, sendo 53 relacionadas à Semana de Ação Voluntária Global. 1.637 voluntários participaram de atividades da Semana de Ação Voluntária Global, beneficiando 14.548 pessoas. 20.308 voluntários registrados na Rede de Ações Sociais Itaú.
Escrevendo o Futuro Estados em que houve formações presenciais (23): AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RR, RS, SE, SP e TO.	Realizar diversas modalidades de formação presencial e a distância para professores. O Portal Escrevendo o Futuro fornece subsídios para educadores aprimorarem os seus conhecimentos, inovarem nas estratégias de ensino e compartilharem experiências.	R$6.042.014,72	60 turmas nas formações a distância com 5.347 professores participantes. 36 encontros presenciais com 2.008 professores participantes.
Formações em Avaliação Econômica de Projetos Sociais Estados em que houve formações presenciais: SP e RJ.	Disseminar a metodologia de Avaliação Econômica de Projetos Sociais.	R$479.033,33	1 turma do Curso Avançado com 36 participantes. 2 turmas do Curso On-line para Gestores Sociais com 145 participantes. 2 turmas do Curso Presencial para Gestores Sociais com 83 participantes.

Metas

Iniciativas	Meta 2017	Situação em 2017	Meta 2018
Prêmio Itaú-Unicef	Realizar a cerimônia de premiação e registrar 3.000 inscrições das parcerias entre as OSCs e as escolas públicas. Conduzir 50 ações de mobilização. Realizar 7 eventos inaugurais regionais em parceria com organizações locais e autoridades governamentais.	Realizada a cerimônia de premiação e registradas 1.651 inscrições das parcerias entre as OSCs e as escolas públicas Optou-se por não realizar os 7 eventos inaugurais. Foram realizadas, no entanto, 13 ações de mobilização locais com a mesma finalidade.	2.000 inscrições entre as OSCS e escolas públicas. Limitar o custo operacional para até 50% do orçamento total do programa. Realizar 20 ações de mobilização locais.
Escrevendo o Futuro	Formações presenciais: treinamentos em todos os 27 estados brasileiros. Formações a distância: 94 turmas.	Formações presenciais: treinamentos em 23 estados brasileiros. Educação a distância: 60 turmas.	Formações presenciais: treinamentos em 20 estados brasileiros. Educação a distância: 63 turmas.
Formações em Avaliação Econômica de Projetos Sociais	2 turmas do Curso para Gestores. 1 turma do Curso Avançado. 2 turmas do Cursos on-line. 1 Seminário Internacional.	2 turmas do Curso para Gestores. 1 turma do Curso Avançado. 2 turmas do Cursos *On-line*.	2 turmas do Curso para Gestores. 1 turma do Curso Avançado. 6 turmas do Cursos On-line.
Leia para uma criança	Distribuição de 6.000 bibliotecas adicionais de edições anteriores. 3,2 milhões de livros infantis doados para escolas públicas e projetos sociais. 3,2 milhões de livros infantis doados para pessoas físicas.	Distribuição em 458 bibliotecas de edições anteriores. 400.000 exemplares de livros infantis doados para escolas públicas e projetos sociais. 3,6 milhões de exemplares de livros infantis doados para pessoas físicas.	Distribuição de 820 mil livros infantis e 6.443 bibliotecas para a rede de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) por meio de parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social. 3,2 milhões de exemplares de livros infantis doados para pessoas físicas e 5.000 livros em Braille.
Voluntariado	Ações de assessoria ao voluntariado para 30 equipes do banco em todas as regiões brasileiras e engajamento de 10.000 colaboradores. Participação mínima de 4 unidades externas do Itaú na Semana de Ação Voluntária Global. Criação e implantação de uma política de voluntariado para a mitigação de riscos. Melhoria dos processos de monitoramento e avaliação.	Ações de assessoria ao voluntariado para 25 equipes do banco em todas as regiões brasileiras e engajamento de 10.000 colaboradores. Participação de 4 unidades externas do Itaú na Semana de Ação Voluntária Global.	Ações de assessoria ao voluntariado para 40 equipes do banco em todas as regiões brasileiras e engajamento de 10.000 colaboradores. Participação de 5 unidades externas do Itaú na Semana de Ação Voluntária Global. Criação e implantação de uma política de voluntariado para a mitigação de riscos. Melhoria dos processos de monitoramento e avaliação.

Instituto Unibanco

O Instituto Unibanco, fundado há 35 anos, é uma organização que atua na melhoria da educação pública do Brasil com foco no Ensino Médio. Para isso, elabora e implementa soluções de gestão em redes públicas de ensino com o objetivo de elevar os resultados de aprendizagem dos jovens.

Firmamos e mantemos parcerias com instituições como secretarias de educação, instituições acadêmicas, instituições filantrópicas focadas no tema da educação e também com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), entre outras. O Instituto é mantido por um fundo patrimonial (*endowment*) que orienta o financiamento das atividades.

Programa/extensão geográfica	Objetivo do programa	Investimento em 2017	Participação 2017
Jovem de Futuro CE, GO, ES, PA, PI e RN	Tecnologia educacional e produção de conhecimento para estimular o aprimoramento contínuo da gestão escolar.	R$39.404.970,14	1.999 escolas 802.110 estudantes[1]
Estudar Vale a Pena CE, GO, ES e SP	Ação de voluntariado de colaboradores que objetiva a conscientização dos alunos de escolas públicas do Ensino Médio sobre os benefícios da educação.	R$1.849.167,06	1.303 voluntários atuantes 142 escolas 13.637 estudantes
Fomento (Editais Gestão Escolar para Equidade e Fundos de Apoio)	i) Edital com objetivo de identificar, reconhecer e acompanhar projetos desenvolvidos em escolas públicas de Ensino Médio com foco na gestão escolar, que possam contribuir para elevar os resultados educacionais de grupos de estudantes em situações de desigualdades. - Edital Gestão Escolar para Equidade Elas nas Exatas. - Edital Gestão Escolar para Equidade Juventude negra. ii) Apoio para o desenvolvimento institucional de organizações sem fins lucrativos relevantes no campo da educação.	R$3.138.629,62	Resultado do Edital 2017 Na 2ª edição do edital, foram selecionados 10 projetos de um total de 185 inscritos de 24 Estados e do Distrito Federal, um aumento de 50% em relação à primeira edição, de 2014. Os 10 projetos selecionados são dos estados: AC, AL, MG, PE[2], RJ[2], RS, SP[2]. Assim como já ocorreu na primeira edição, o objetivo do edital é identificar, reconhecer e acompanhar projetos com foco na gestão escolar que possam contribuir para o desenvolvimento e a implementação de práticas capazes de elevar os resultados educacionais dos jovens negros e negras do Ensino Médio.

(1) Número de matrículas de 2017 baseado numa estimativa, calculada em cima do crescimento do número de matrículas de 2015 para 2016.

Elas nas Exatas

Em 2017, foi lançada a segunda edição do edital Gestão Escolar para Equidade Elas nas Exatas. O edital é uma iniciativa das instituições ELAS Fundo de Investimento Social, Fundação Carlos Chagas e Instituto Unibanco, e conta, nesta edição, com a participação da ONU Mulheres.

A iniciativa também contribui com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU que lista 17 objetivos a serem implementados por todos os países nos próximos 15 anos, entre eles "assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todas e todos" e "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas".

O primeiro edital Gestão Escolar para Equidade Elas nas Exatas foi lançado em 2015 e recebeu mais de 170 propostas, das quais dez foram selecionadas das cinco regiões do país: Sul – Florianópolis (SC); Norte – Itacoatiara (AM); Sudeste – São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e São João Del-Rei (MG); e Nordeste – Salvador (BA), Cachoeira (BA), Iracema (CE), Campina Grande (PB) e Natal (RN).

Juventude negra

Em 2017, foram divulgados os dez projetos selecionados na 2ª edição do "Edital de Gestão Escolar para Equidade – Juventude Negra", uma iniciativa do Fundo Baobá – Fundo para Equidade Racial, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Instituto Unibanco. As iniciativas escolhidas são provenientes de escolas públicas de Ensino Médio dos estados do Acre, Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, sendo que em alguns casos serão desenvolvidas em parceria com organizações da sociedade civil. No total, foram inscritos 185 projetos no edital, de 24 Estados e do Distrito Federal, um aumento de 50% em relação à primeira edição, de 2014.

As instituições selecionaram projetos de gestão escolar voltados à promoção da equidade racial em escolas públicas do Ensino Médio. Assim como já ocorreu na primeira edição, o objetivo do edital é identificar, reconhecer e acompanhar projetos com foco na gestão escolar que possam contribuir para o desenvolvimento e a implementação de práticas capazes de elevar os resultados educacionais dos jovens negros e negras do Ensino Médio e contribuir com o enfrentamento das desigualdades raciais nas escolas do Ensino Médio.

Metodologia de mensuração do Impacto

Para avaliar o impacto do programa "Jovem de Futuro" foi aplicada a metodologia "Experimento", que mediu o desempenho acadêmico dos alunos sobre dois resultados, (i) as proficiências em Língua Portuguesa e Matemática, ao final da 3ª série, (ii) três anos após o início da implantação do projeto. O resultado aponta para um impacto positivo do Jovem de Futuro de cinco pontos na Escala Saeb em ambas as disciplinas.

A metodologia dividiu as escolas em dois grupos, a partir do interesse das unidades em entrar no projeto: grupo de tratamento, que recebeu o Jovem de Futuro, e o de controle, sem o projeto e para efeito de comparação. A avaliação considerou as escolas nas quais o projeto foi implementado até 2012, uma vez adotado o período de avaliação de três anos. As escolas que aderiram ao programa após este ano, ainda não completaram os três anos necessários para o ciclo de avaliação, portanto não compõe a análise do programa.

O impacto da intervenção sobre um conjunto de escolas é, por definição, o contraste entre o que seria o desempenho dessas escolas caso fossem beneficiadas pela intervenção e o que teria acontecido caso não tivessem sido beneficiadas.

Ao todo foram utilizados na avaliação 141 agrupamentos de escolas, em oito áreas de implantação do projeto Jovem de Futuro, em sete estados brasileiros, onde as escolas foram escolhidas ao acaso para formarem os grupos de tratamento e de controle. Nessas 141 comparações, o desempenho das escolas de tratamento foi superior às de controle em 92 dos casos na nota de Língua Portuguesa e em 95 na de Matemática.

Em 2017, tivemos resultados positivos por meio do apoio técnico e financeiro ao Grupo de Trabalho do Ensino Médio do Conselho Nacional do Secretários Estaduais de Educação (Consed) que gerou a publicação de um e-book com três trabalhos desenvolvidos ao longo do ano. Um dos trabalhos, foi o "Mapeamento ETI – Escola em Tempo Integral", que foi aplicado nos estados do Brasil. Este documento é fruto de um questionário aplicado para as Secretarias Estaduais de Educação do país, sobre o processo de implementação da Política de Ensino em Tempo Integral (ETI) nos estados, considerando a política de fomento do Ministério da Educação em seu primeiro ano de implementação como cenário.

Outra publicação foi o estudo "Boas Práticas – Experiências de Ensino de Tempo Integral e de Flexibilização Curricular no Ensino Médio". A publicação contém textos de todos os estados do Brasil sistematizados, e tem o objetivo de compartilhar experiências de sucesso que contribuem para a implementação da Política de ensino de Tempo Integral (ETI) para o Ensino Médio. Essa ação foi um dos principais desafios para as Secretarias de Estado de Educação, no ano de 2017, considerando as especificidades sociodemográficas de cada território e o atendimento a Portaria 727/2017 que: "Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI, em conformidade com a Lei no 13.415, de 16 de fevereiro de 2017".

Metas

Iniciativa	2016	2017	Meta 2018
Jovem de Futuro	2.519 escolas	1.999 escolas	2.147 escolas

Iniciativas de Educação Itaú BBA

Como forma de investimento social trabalhamos em parceria com outras fundações, institutos e ONGs que compartilham o mesmo objetivo: melhorar a qualidade da educação pública básica no Brasil. Unimos esforços, inteligências, conhecimentos e recursos no apoio técnico e financeiro a projetos de educação porque acreditamos no potencial de desenvolvimento de jovens.

Nos últimos três anos nosso foco prioritário foi a formulação de um novo modelo de Ensino Médio, flexível, articulado ao Ensino Técnico e à qualificação profissional, uma vez que 75% dos jovens brasileiros que concluem o Ensino Médio não ingressam no Ensino Superior ou em cursos profissionalizantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O investimento vem diretamente do Banco Itaú BBA e é administrado pela área de Relações Institucionais e Governamentais do Itaú Unibanco S.A.

Para os próximos anos, esse continuará sendo um desafio importante em que as Secretarias de Educação estaduais continuarão o processo de implementação das Escolas, com a necessidade de consolidar a oferta nas unidades escolares implantadas durante 2017, e devem planejar a expansão do atendimento de Escolas de Tempo Integral na sua rede. A fim de oferecer subsídios as Secretarias Estaduais de Educação nesse processo de implementação a Frente Ensino de Tempo Integral do Grupo de Trabalho do Ensino Médio do Consed (GT EM), constituída por técnicos representantes das Secretarias de Educação dos estados, estabeleceu como parte de seu Plano de Ação 2017, a realização de um mapeamento das propostas de implementação de ETI nos estados.

Também foi realizado o mapeamento de todos os cursos técnicos existentes nos estados, que estão sendo consolidados em uma plataforma digital, que será veiculada no site do Consed no início de 2018. Esse conteúdo reunirá todas as normativas e cursos técnicos que regulam as políticas estaduais de educação profissional e técnica desenvolvidas nos 27 estados da Federação de educação profissional e técnica desenvolvidas nos 27 estados da Federação.

Os principais projetos, instituições e ONGs apoiados em 2017 foram:

Programa/extensão geográfica	Objetivo do programa	Investimento em 2017	Impacto em 2017
Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) Todos os estados brasileiros	Apoio técnico e financeiro aos Secretários de Educação e aos técnicos das Secretarias de Educação frente ao desafio da Reforma do Ensino Médio no contexto da Lei nº 13.415/2017, em especial para a construção de modelos de flexibilização curricular que promovam a educação técnica profissional de nível médio regular. O Itaú BBA também foi um dos patrocinadores do Prêmio Gestão Escolar (PGE), realizado desde 1998 pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), para estimular a melhoria da gestão das escolas públicas em busca de um objetivo maior: garantir educação de qualidade, direito fundamental de todos os estudantes brasileiros, por meio do estímulo da cultura da autoavaliação e da intervenção no processo de gestão.	R$262.000,00	• Realização de 4 Módulos do Programa de Formação em Planejamento para a Implementação de Políticas Públicas e Desenvolvimento do Ensino Médio; • Análise comparada de modelos de Ensino Médio com flexibilização curricular e orientação ao trabalho e publicação; • Elaboração de uma proposta de Programa de Fomento à Educação Profissional e Técnica via Dinheiro Direto na Escola; • Instituição de um Comitê Permanente de Planejamento e Assessoramento Técnico; • Publicação do Mapa do processo de implementação da Política e Boas Práticas de Ensino em Tempo Integral nos estados; e • Documento de proposições para alterações na Portaria nº 727/2017.
Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Programa Educação: Compromisso de São Paulo São Paulo/SP	A visão concretizada nos 5 pilares do Programa Educação – Compromisso de São Paulo: 1) Valorizar e investir no desenvolvimento do capital humano da Secretaria. 2) Aprimorar as ações e a gestão pedagógica da rede com foco na aprendizagem dos alunos. 3) Expandir e aperfeiçoar a política de Educação Integral. 4) Viabilizar mecanismos de gestão organizacional e financeira para operacionalizar o programa. 5) Mobilizar e engajar a rede, os alunos e a sociedade em torno do processo de ensino-aprendizagem.	R$250.000,00	• Aplicação de 20 protótipos na E. E. Prof. Alvino Bittencourt – 361 alunos e 27 professores; • Fortalecimento do programa Ler e Escrever e EMAI; • Atividades intensivas de recuperação; • Uso de sequências didáticas para escolas com os resultados menos expressivos em matemática, beneficiando 16.500 alunos; • Atividades contínuas de reforço por meio da metodologia "Aprendizagem em rede: uso de sequências didáticas por meio de percursos formativos nas Atividades de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC)"; e • Reforço com plataformas de jogos on-line – 10 mil alunos.
Todos pela Educação Todos os estados brasileiros	Apoio institucional do Itaú BBA em estudos e pesquisas sobre educação básica pública e também ao projeto **Educação Já**.	R$1.300.000,00	• Publicação da Pesquisa: "Ensino Médio: o que querem os jovens?"
Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Todos os estados brasileiros	Criação de uma Base Nacional Comum Curricular que será a base do documento que instituirá os direitos de aprendizagem de cada aluno, a formação dos professores, os recursos didáticos e as avaliações externas. O Movimento pela Base Nacional Comum (BNCC) é um grupo não governamental de profissionais da educação que desde 2013 atua para facilitar a construção de uma Base de qualidade. O grupo promove debates, produz estudos e pesquisas com gestores, professores e alunos e investiga casos de sucesso em vários países.	R$300.000,00	Nesse ano destacamos a realização do Seminário Regime de Colaboração e Preparação para a Implementação da BNCC, uma iniciativa do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – Consed e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime que contou com o apoio do Movimento pela Base.

Instituto Itaú Cultural



Foto: Exposição Modos de Ver o Brasil: Itaú Cultural 30 Anos | crédito: Agência Ophelia.

Em 2017, o Itaú Cultural completou 30 anos dedicados à pesquisa, ao mapeamento, ao incentivo, à produção e à difusão da cultura brasileira em todas as suas áreas de expressão. Para celebrar as mais de seis mil atividades realizadas desde 1987, o instituto desenvolveu uma série de ações. Uma delas foi a exposição *Modos de Ver o Brasil: Itaú Cultural 30 Anos*, que reuniu cerca de 800 obras do Acervo de Obras de Arte do Itaú Unibanco. A mostra foi apresentada entre maio e agosto na Oca – localizado no Parque Ibirapuera, o espaço foi revitalizado pelo Itaú Cultural – e visitada por mais de 97 mil pessoas.

Outro grande destaque foi o Prêmio Itaú Cultural 30 Anos, entregue a dez pessoas e coletivos que, ao longo das últimas três décadas, intervieram significativamente na vida artística e cultural do Brasil. Os premiados foram divididos em cinco categorias: Aprender – Ana Mae Barbosa (Rio de Janeiro, 1936) e Mestre Meia-Noite (Gilson Santana, Pernambuco, 1957), Criar – Lia Rodrigues (São Paulo, 1965) e Véio (Cícero Alves dos Santos, Sergipe, 1947), Experimentar – Hermeto Pascoal (Alagoas, 1936) e Teatro da Vertigem (São Paulo, 1991) Inspirar – Eliana Sousa Silva (Paraíba, 1962) e Nièdе Guidon (São Paulo, 1933), e Mobilizar – Davi Kopenawa (Amazonas, ca. 1956) e Sueli Carneiro (São Paulo, 1950).

Nesse ano de comemoração, o instituto celebrou a marca de mais de nove milhões de pessoas impactadas pelos seus projetos, mais de mil exposições realizadas, 52 mil inscritos no programa Rumos e mais de 127 milhões de acessos únicos ao seu portal. O Auditório Ibirapuera recebeu mais de 1,3 milhão de espectadores desde que o Itaú Cultural assumiu sua gestão – em agosto de 2011 –, nas mais de 930 apresentações realizadas.

O instituto mantém intensa programação gratuita, tanto na sua sede, em São Paulo, quanto por meio de parcerias estratégicas com equipamentos de outras cidades do país e do exterior. O orçamento realizado pelo Itaú Cultural em 2017 foi de 93 milhões de reais, e nenhuma das atividades desenvolvidas pelo instituto no mesmo ano contou com suporte da Lei Roaunet.

O Itaú Cultural realizou durante o ano 875 atividades, que impactaram mais de 760 mil pessoas em todo o Brasil. Entre essas ações estão os espetáculos e os eventos do Auditório Ibirapuera, as exposições no Espaço Memória, a Sala Alfredo Egydio e a programação na sede do instituto, na Avenida Paulista, onde está o Espaço Olavo Setubal e por onde passaram 318.510 pessoas, tendo um incremento de 26% em relação ao ano anterior.

Diversidade

A diversidade pauta grande parte das ações do Itaú Cultural. Além de contar com comitês internos para discutir questões raciais e de acessibilidade, o instituto realiza eventos como a mostra Todos os Gêneros – focada nos temas da sexualidade, da afetividade e da identidade de gênero – e a série Diálogos Ausentes – que promoveu palestras, debates e exposições sobre a obra e a presença de artistas negros em diferentes áreas de expressão.

O programa Ocupação teve como foco, ao longo de todo o ano de 2017, a trajetória de mulheres fundamentais da arte e da cultura brasileiras: a atriz Laura Cardoso, a escritora Conceição Evaristo, a crítica de arte Aracy Amaral, a cantora Inezita Barroso e a psiquiatra Nise da Silveira. A exposição feita em homenagem a Conceição Evaristo deu origem a uma mostra apresentada no Centro de Artes da Maré, no Rio de Janeiro. O espaço também recebeu uma itinerância da Mostra Diálogos Ausentes.

Diversidade

As questões indígenas, por sua vez, foram abordadas em dois grandes eventos: a segunda edição do Mekukradjá – Círculo de Saberes, que promoveu debates, oficinas e exibição de filmes, e a exposição Una Shubu Hiwea – Livro Escola Viva do Povo Huni Kuï do Rio Jordão.

Além de desenvolver ações como essas, o Itaú Cultural dá atenção especial aos recursos de acessibilidade em sua programação, prioriza a contratação de profissionais negros e oferece um curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) a parte de seus colaboradores.

Projetos

Programa/extensão geográfica	Objetivo do programa	Investimento em 2017	Impacto em 2017
Mostra Itaú Cultural – Modos de Ver o Brasil (São Paulo)	Em cartaz entre maio e agosto de 2017, a exposição *Modos de Ver o Brasil: Itaú Cultural 30* Anos reuniu cerca de 800 obras do Acervo de Obras de Arte do Itaú Unibanco. Ocupando os quatro andares da Oca, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, a mostra foi uma das ações que o Itaú Cultural desenvolveu para celebrar suas três décadas de atividade.	R$ 8.748.678,61	A exposição *Itaú Cultural 30 Anos: Modos de Ver o Brasil* contou com 97 mil visitantes.
Programa Rumos (nacional e internacional)	Em 2017, houve o desdobramento dos projetos Rumos aprovados no edital 2015-2016, além da divulgação da edição 2017-2018 do programa e com a realização da Caminhada Rumos – uma série de conversas sobre produção cultural em todas as capitais do país – e ações complementares em estados que costumam apresentar menor número de inscrições.	R$ 8.845.682,45 de investimento realizado para os projetos e acompanhamento. Em 2017 foi realizado o valor de R$ 639.694,90 para a Produção do Edital Rumos 2017/2018.	O resultado de parte dessas iniciativas da edição de 2015-2016 foi apresentado ao público no evento Narrativas do Invisível – Mostra Rumos 2015-2016, que englobou exposição, espetáculos e debates. Na edição de 2017-2018, foram registradas 12.616 inscrições de todos os estados brasileiros e de 18 países (entre eles Argentina, Canadá, Alemanha, Espanha, França, Moçambique e Venezuela). O Caminhada Rumos impactou 15.316 pessoas.
Exposições **Acervo Itaú e Itaú Cultural** (Nacional)	O Acervo de Obras de Arte do Itaú Unibanco tem mais de 15 mil itens. São pinturas, gravuras, esculturas, fotografias, filmes, vídeos, edições raras de obras literárias e outras peças que, reunidas ao longo de mais de 60 anos, cobrem toda a história da arte brasileira – além de importantes períodos da história da arte mundial. Para garantir o acesso a esse conjunto, o instituto organiza exposições focadas na diversidade de caminhos que a coleção oferece, dedicando-se à valorização, ao estudo, ao acesso e à disseminação do conhecimento sobre a história da arte.	R$ 1.657.091,23	As exposições itinerantes realizadas pelo Itaú Cultural aconteceram nas cidades de Ribeirão Preto, Fortaleza, Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba, Cuiabá e São Paulo e contaram com mais de 131 mil visitantes.
Exposição de Arte Indígena (São Paulo)	A produção cultural da população de indígenas da etnia *Huni Kuĩ*, estabelecidos no norte do Acre, foi tema de uma exposição, *Una Shubu Hiwea – Livro Escola Viva do Povo Huni Kuĩ* do Rio Jordão, que trouxe para o coração de São Paulo amostras do mundo da floresta em plantas, artefatos, pinturas, cantos e orações, criando um espaço encantado que neste ano estará em um site nos domínios virtuais do Itaú Cultural.	R$ 783.222,68	A exposição de arte indígena contou com 6.353 visitantes desde sua abertura, em dezembro, até o final de 2017. A mostra ficou em cartaz até fevereiro de 2018.
Brechas Urbanas (São Paulo)	A série mensal de encontros *Brechas Urbanas* propôs reflexões sobre a vida na cidade sob um ponto de vista poético e artístico. Com transmissão on-line, o evento reuniu artistas e pensadores de diferentes áreas de expressão para debater temas como a loucura na cidade, o ativismo e a reapropriação de espaços públicos, as questões de gênero nos grandes centros urbanos, de que forma as cidades inspiram a arte e são inspiração para ela, entre outros assuntos.	R$ 312.262,72	A série Brechas Urbanas teve, em 2017, 74 mil visualizações de vídeo e contou com a presença de 1.840 pessoas.
Ações virtuais Brasil e exterior (nacional e internacional)	Em 2017, o Itaú Cultural reformulou seu portal na internet. Adaptável aos mais diferentes dispositivos, traz a programação do instituto, o registro de atividades já realizadas, vídeos, notícias e outros conteúdos – além do acesso à *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.*	R$ 510.936,04	Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2017, o portal teve 14.655.977 acessos únicos. O *site* e a enciclopédia do Itaú Cultural possuem recursos de acessibilidade que facilitam a navegação por parte do público cego, de pessoas com baixa visão e surdos.
Auditório Ibirapuera – Oscar Niemeyer (São Paulo)	Desde 2011, o Itaú Cultural é responsável pela gestão da casa de espetáculos localizada no Parque Ibirapuera. Em 2017, 134 atrações – de shows musicais a peças de teatro – foram apresentadas no espaço, que ainda conta com uma escola de música.	R$ 12.168.746,49	A programação do Auditório Ibirapuera reuniu mais de 187 mil pessoas ao longo do ano.

Metas

Iniciativas	Meta 2017	Situação em 2017	Meta 2018
Celebração dos 30 anos do Itaú Cultural	1) Realização de ações ligadas à celebração de 30 anos do Itaú Cultural, como o lançamento de livro. 2) Projeto Gabinete (ação de relacionamento do instituto com artistas, gestores, coletivos, educadores e instituições culturais em estados do Brasil). 3) Prêmio Itaú Cultural 30 Anos, que vai homenagear artistas, intelectuais e ativistas que se destacaram entre 1987 – ano de fundação do Itaú Cultural – e 2017. 4) Mostra Itaú Cultural 30 Anos de Cinema Brasileiro, uma parceria entre o instituto e o Espaço Itaú de Cinema.	1) O projeto de livro foi modificado, dando lugar a uma publicação virtual.	1. Lançamento da publicação virtual sobre os 30 anos do Itaú Cultural.
		2) Nos estados que costumam apresentar menor número de inscrições do programa Rumos, foram promovidos encontros mais aprofundados, batizados de Rumos Escuta – originalmente, o projeto levava o nome Gabinete.	–
		3) O Prêmio Itaú Cultural 30 Anos foi entregue a dez pessoas e coletivos que, ao longo das últimas três décadas, intervieram significativamente na vida artística e cultural do Brasil. Os premiados foram divididos em cinco categorias: **Aprender** – Ana Mae Barbosa (Rio de Janeiro, 1936) e **Mestre Meia-Noite** (Gilson Santana, Pernambuco, 1957), **Criar** – Lia Rodrigues (São Paulo, 1965) e **Véio** (Cícero Alves dos Santos, Sergipe, 1947). **Experimentar** – Hermeto Pascoal (Alagoas, 1936) e Teatro da Vertigem (São Paulo, 1991) **Inspirar** – Eliana Sousa Silva (Paraíba, 1962) e Nièdè Guidon (São Paulo, 1933) e **Mobilizar** – Davi Kopenawa (Amazonas, ca. 1956) e Sueli Carneiro (São Paulo, 1950).	3. Uma série de eventos em 2018 vai ampliar as ações iniciadas com a premiação promovida pelo Itaú Cultural. A exposição *Véio: a Imaginação da Madeira* traz para a sede do instituto um passeio pela produção do escultor sergipano destacado pelo prêmio, com curadoria de dois jurados da premiação, Agnaldo Farias e Carlos Augusto Calil. Na *Ocupação Ilê Aiyê*, em setembro, Sueli Cordeiro participa como consultora.
		4) A mostra foi realizada em seis capitais, com 198 sessões gratuitas.	–
Exposições itinerantes	Fortalecimento da presença nacional	Por meio de parcerias com outras instituições, o Itaú Cultural levou exposições para sete cidades brasileiras. É o caso da mostra *Santos-Dumont na Coleção Brasiliana Itaú*, apresentada na sede do instituto em 2016 e no Palácio da Instrução, em Cuiabá (MT), entre agosto e outubro de 2017.	Continuar fortalecendo a presença nacional por meio das mostras que fazem parte do acervo, como as exposições *Imagens Impressas e Livros de Artistas.*
Ocupação Itaú Cultural	Ocupação 2017: Laura Cardoso, Conceição Evaristo, Aracy Amaral, Inezita Barroso e Nise da Silveira. Em 2017, o programa teve como foco a trajetória de mulheres fundamentais do cenário artístico e cultural do Brasil: a atriz Laura Cardoso, a escritora Conceição Evaristo, a crítica de arte Aracy Amaral, a cantora Inezita Barroso e a psiquiatra Nise da Silveira. Além de uma exposição, apresentada na sede do Itaú Cultural, cada uma dessas personalidades teve sua vida e sua obra analisadas no site do programa (www.itaucultural.org.br/ocupacao).	Mais de 225 mil pessoas visitaram as cinco exposições realizadas pelo programa em 2017. Ao longo do ano, o site do Ocupação somou 36.311 visualizações de página. Publicações impressas focadas na trajetória das artistas homenageadas também foram distribuídas gratuitamente aos visitantes das mostras (tiragem total: 11 mil exemplares).	2018: Angel Vianna (dança e formação), Ilê Aiyê (música, manifestação afro e formação), Paulo Mendes da Rocha (arquitetura), Antônio Candido (literatura) e Dzi Croquetes (*performance* e diversidade).
Auditório Ibirapuera – Oscar Niemeyer (renovação do convênio)	O Itaú Cultural renovou o convênio de gestão do Auditório Ibirapuera – Oscar Niemeyer com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo por mais dois anos. Além da programação artística da casa, essa parceria público-privada, iniciada em 2011, engloba as atividades da Escola do Auditório, que oferece cursos de música brasileira com duração de cinco anos a até 170 estudantes (a partir de 12 anos de idade) da rede pública de ensino que residam no município de São Paulo.	O convênio para a gestão do Auditório Ibirapuera foi renovado até 31 de dezembro de 2019.	A programação do Auditório Ibirapuera prossegue ampliando as possibilidades para a música, a dança, a literatura, o teatro e o cinema, seja com programação internacional voltada para a plateia externa – o concerto da *Russian State Symphony Orchestra*, por exemplo, seja com atividades para o público infantil e a família, como o lançamento de um disco do Grupo Triii, ou abrindo espaço para jovens expressões que despontam na música brasileira, como Amaro Freitas e Don L.
Lançamento do portal Brasiliana Iconográfica	Em parceria com a Biblioteca Nacional, o Instituto Moreira Salles e a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Itaú Cultural desenvolveu um site (brasilianaiconografica.art.br) que disponibiliza centenas de obras de arte e outros trabalhos ligados à história, à cultura, à fauna e à flora do Brasil.	O portal entrou no ar no dia 25 de outubro de 2017. Até 21 de janeiro de 2018 foram 24.130 acessos únicos, entre os quais estão usuários do Brasil, dos Estados Unidos, de Portugal, da França e do Reino Unido.	Em 2018, espera-se que outras instituições disponibilizem suas coleções no site – para que isso seja possível, o Itaú Cultural se reuniu, ainda em 2017, com representantes do Museu Nacional de Belas Artes, do Museu Histórico Nacional, do Museu da República, dos Museus Castro Maya, do Museu Imperial e do Museu da Inconfidência.
Ações comemorativas dos 10 anos do Observatório	Realização do Seminário de Economia da Cultura do Fórum Brasileiro para Direitos Culturais.	O seminário não foi realizado. Foram desenvolvidas outras ações, como a *websérie* Itaú Cultural – Observatório, com a participação de gestores e produtores culturais de diversas regiões do Brasil.	No seminário *Arte, Cultura e Educação na América Latina*, os vencedores do Prêmio Itaú Cultural 30 Anos Ana Mae Barbosa e Davi Kopenawa participarão como debatedores.

Espaço Itaú de Cinema

Desde sua inauguração em 1995, originalmente com o nome de Espaço Unibanco, o Espaço Itaú de Cinema tem como propósito oferecer uma programação de filmes diversificada, que abrange desde filmes de arte até títulos *blockbusters*.

O principal objetivo da rede é proporcionar diferentes visões do cinema, formar plateias e deixar um legado para a sociedade, sempre apoiando projetos que valorizam e reforçam o nosso compromisso com a democratização da cultura. Em 2017, recebemos mais de 3 milhões de pessoas em nossas salas de cinema.

Nossa estrutura conta com oito complexos de salas de cinema em seis cidades do Brasil (Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador), com 57 salas de exibição e 192 lugares para pessoas com deficiência.

Contamos ainda com alguns programas sociais, descritos a seguir:

Programa/extensão geográfica	Objetivo do programa	Impacto em 2017
Clube do Professor	Tem como propósito ampliar a experiência cinematográfica dos professores. A entrada à sessão é gratuita para professores que tenham o cartão Clube do Professor e um acompanhante.	**33.748 professores**
Projeto Escola	Seu propósito é integrar diferentes formas de expressão, sempre buscando relacionar áreas de conhecimento em seus programas. O projeto, além de exibir filmes, também realiza workshops, debates e outras atividades complementares para abordar o conteúdo e o entendimento dos temas apresentados. Dessa forma, busca contribuir para desenvolver pessoas com senso crítico e mais ativas na sociedade.	**18.168 estudantes**
Itaú Viver Mais	Projeto desenvolvido especialmente para pessoas acima de 55 anos de idade. Oferece sessões gratuitas na última terça-feira de cada mês. Mais informações na seção sobre o programa no site: www.itaucinemas.com.br/pag/itau-viver-mais.	**7.917 idosos**
Sessão Popular	De segunda a sexta, e uma vez ao dia, em horário específico, um filme é exibido com preço promocional	**4.286 pessoas**

Metas

Iniciativas	Impacto 2016	Impacto 2017	Meta 2018
Clube do Professor	37.661 pessoas	33.748 professores	10% de crescimento em relação ao fechamento de 2017
Itaú Viver Mais	7.906 idosos	7.917 idosos	10% de crescimento em relação ao fechamento de 2017
Projeto Escola	13.702 estudantes	18.168 estudantes	10% de crescimento em relação ao fechamento de 2017
Sessão Popular	7.150 pessoas	4.286 pessoas	10% de crescimento em relação ao fechamento de 2017

Outros eventos culturais e patrocínios

Baseado nos pilares que acreditamos que estimulam o poder de transformação das pessoas (cultura, esporte, educação, mobilidade urbana), apoiamos projetos que valorizam a identidade e diversidade brasileira.

Para o Itaú o acesso à cultura é parte fundamental para o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes, que por sua vez são empoderados para ampliar essa mensagem incentivando a transformação da sociedade e influenciando futuras gerações.

Patrocinamos em 2017 importantes projetos das mais diferentes vertentes culturais como a Mostra Internacional de Cinema de São Paulo (SP), a mais importante mostra de cinema do Brasil, o Festival Internacional de Fotografia de Porto Alegre (RS) que surgiu para ajudar a ampliar a visibilidade de fotógrafos brasileiros e hoje se insere na lista de eventos internacionais sobre fotografia brasileira contemporânea. Apoiamos também projetos relevantes no cenário literário tais como a FLIP (Festa Literária Internacional de Paraty) que contou com 25 mil visitantes, a FLUPP, festa literária das periferias que acontece na cidade do Rio de Janeiro. Outra manifestação cultural que o banco apoia é a dança com projetos como o Festival de Dança de Joinville que contou com a participação de aproximadamente de 237 mil pessoas entre bailarinos, cursistas e pessoas assistiram ao espetáculo, o Grupo Corpo, companhia de dança contemporânea brasileira de Belo Horizonte e o espetáculo *Oxygen* com público aproximado de 900 pessoas. Nas artes cênicas patrocinamos o Musical O Cartola que retrata a vida e obra do Cartola, um dos maiores nomes da música popular brasileira, com um elenco composto somente de atores e atrizes negros, novos talentos do teatro musical.

Por prezarmos pela democratização e acesso à cultura, também apoiamos anualmente grandes equipamentos públicos, como o Museu de Arte Moderna (MAM), Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) e a Fundação Bienal. Desse modo, incentivamos a construção e continuidade de espaços inclusivos e plurais para a sociedade.

A música é outra manifestação cultural onde atuamos com projetos relevantes. O Festival de Música em Trancoso (BA), foi criado para fazer da música clássica e popular fonte permanente de desenvolvimento pessoal e social através da formação de público. O *Rock in Rio* tem o itaú como patrocinador máster desde a edição de 2011. O evento que é o maior festival de música e entretenimento do país com público de aproximadamente 700 mil pessoas, com o lema de "o que o mundo separa, a música aproxima", proporcionamos espaços abertos com acesso livre e diversas apresentações musicais na Arena Itaú durante os sete dias de festival, incluindo dois grandes *shows*-surpresa de Pabllo Vittar e Raimundos, exaltando a importância da variedade de gêneros e públicos. Para tal, também criamos um manifesto, levando ao público os temas de diversidade e inclusão cultural:

"A música tem gênero, mas não se importa com o gênero de ninguém. A música não escolhe quem escuta pela cor da pele, nem pelo corte de cabelo. A música fala todas as línguas. A música não julga, não condena, a música acolhe, a música aceita. Se você parar para ver, a música é tudo o que mundo deveria ser."

Esportes

Acreditamos que o esporte, aliado à educação e à cultura, contribui para a construção do senso crítico de cidadãos, gerando um legado para a sociedade. Dessa forma, patrocinamos diversos projetos de três modalidades esportivas (tênis, futebol e multidisciplinares) que tenham como objetivo promover a inclusão social através do esporte, e capacitar pessoas para propagar a prática esportiva transformando assim o mundo das pessoas.

Patrocínios esportivos

Nosso envolvimento com o futebol começou há mais de 20 anos por meio do patrocínio de transmissões televisivas como o Campeonato Brasileiro até a Copa do Mundo FIFA de 2014 e a Seleção Brasileira de Futebol. Desde 2008 patrocinamos a Seleção Brasileira de Futebol, Feminina e Masculina, em todas as suas categorias: Principal, Olímpica, Sub-23, Sub-20, Sub-17 e Sub-15.

Em 2015, iniciamos o patrocínio da Seleção Chilena de Futebol e em 2017, pelo primeiro ano o Itaú patrocinou o *Go Cup*, maior torneio de futebol infantil da América Latina que reuniu mais de três mil atletas de 6 a 12 anos de idade de escolas privadas e públicas de 13 países do continente. Com a participação de 17 Estados do Brasil, o campeonato tem o objetivo de promover, por meio do esporte, a troca cultural e a mensagem de igualdade entre as crianças.

A união "Itaú e tênis" também é longa, com uma plataforma completa que vai da categoria de base até o alto rendimento, e que conta com Gustavo Kuerten como nosso embaixador na modalidade. Na fase de iniciação esportiva, apoiamos o Circuito Tênis para Todos que capacita professores de educação física de escolas municipais do interior de São Paulo para que eles possam dar aulas de tênis de forma lúdica. Projeto Bola dentro, que conta com nosso apoio há dois anos, atende cerca de 200 jovens no Parque Villa Lobos em São Paulo.

O Centro de Treinamento Itaú/Instituto Tênis, projeto com foco em formação de atletas de alto rendimento na fase juvenil é outra iniciativa que conta com nosso apoio e leva tenistas para os principais torneios do mundo.

Além disso, representando o gênero feminino, apoiamos o torneio internacional Circuito Feminino *Future* de Tênis, que possibilita que jovens acumulem pontos no *ranking* mundial e tenham a chance de participar de campeonatos de alto rendimento fora do Brasil.

Com alto rendimento desde 2015, somos o principal patrocinador do *Miami Open*, evento *Masters 1000* da ATP que apoiamos desde 2009 e é um dos torneios mais importantes do mundo que ocorre em Key Biscayne, Flórida. No Brasil, patrocinamos o Rio Open, maior torneio da América do Sul desde sua primeira edição que ocorreu em 2014.

Sobre projetos multidisciplinares, patrocinamos o Caravana do Esporte – programa itinerante que atende municípios brasileiros indicados pela Unicef com baixo IDH e promove capacitação de instrutores, tendo já beneficiado desde o seu começo 261 mil crianças e capacitado 18.770 professores, além dos dois milhões de atendimentos indiretos. Pelo terceiro ano apoiamos o Projeto Campeões da Vida do Instituto Guga Kuerten, que realiza cerca de 700 atendimentos por ano na região de Santa Catarina, incentivando a prática esportiva.

Na fase de formação esportiva, patrocinamos a Liga de Desporto Universitário, maior projeto esportivo universitário do Brasil, realizado pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU).

Mobilidade urbana GRI 201-1

Por sermos um banco essencialmente urbano e reconhecermos a importância da valorização do transporte ativo para o desenvolvimento sustentável das cidades, definimos mobilidade urbana como um pilar de investimento dentro de nossa plataforma de sustentabilidade e fomentamos o amadurecimento da cultura de integração das bicicletas ao modelo de transporte das cidades de forma conjunta com o Poder Público e com a sociedade, buscando influenciar políticas públicas que promovam o uso da bicicleta no dia a dia das pessoas. A causa dialoga com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ao incentivar acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis.

Sistema de compartilhamento de bicicletas

Iniciamos com patrocínio do *Bike* Rio em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro. O sucesso do programa levou a expansão do projeto para São Paulo e Porto Alegre em 2012, Pernambuco, Salvador e Santiago (Chile) em 2013, chegando em Brasília e Belo Horizonte em 2014. Somos o único patrocinador de sistemas de bicicleta compartilhada no mundo que tem programas de dimensões nacionais. Em 2017, iniciamos a renovação do projeto, em Pernambuco, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Importamos uma tecnologia de ponta ainda inédita no Brasil e revisamos os padrões de operação e implementação para proporcionar aos usuários mais conforto, segurança e praticidade ao utilizarem o sistema.

O projeto alcançou a marca de 16.423.758 viagens desde a sua inauguração e mais de 2.603.625 usuários cadastrados, conforme demonstrado em tabela a seguir:

Resultados gerais

Programa	Data de inauguração	Status	Estações	*Bikes*	Nº de usuários desde a inauguração	Nº de usuários cadastrados em 2017[1]	Nº de viagens desde a inauguração	Nº de viagens em 2017[1]
Bike Rio	Outubro de 2011	Em operação	260	2.600	1.081.689	131.995	10.386.900	1.235.447
Bike Sampa (São Paulo)	Junho de 2012	Em operação	260	2.600	758.836	51.124	2.466.764	259.290
Bike Poa (Porto Alegre)	Março de 2013	Em operação	41	410	210.559	19.740	1.157.863	240.694
Bike Pernambuco	Agosto de 2013	Em operação	80	800	218.317	15.626	1.273.703	133.922
Bike Salvador	Setembro de 2013	Em operação	40	400	182.588	10.996	801.371	78.036
Bike BH (Belo Horizonte)	Junho de 2014	Em operação	40	400	149.844	14.486	332.784	78.242
Bike Turista	Abril de 2016	Em operação	12	65	1.792	585	4.373	2.196
Total			**733**	**7.275**	**2.603.625**	**244.552**	**16.423.758**	**2.027.827**

(1) Cálculo até o mês de novembro de 2017.

Infraestrutura

Bicicletários e paraciclos

Por considerar estacionamentos parte fundamental ao incentivo a mobilidade por bicicletas, realizamos a operação de cinco bicicletários públicos, o Estações *Bike*. Juntos, somam 300 vagas em São Paulo e Salvador e contam com mais de 12.525 usuários cadastrados.

Mudança cultural

Escolinha *Bike*

A Escolinha *Bike* Itaú é um projeto educacional que visa ensinar as crianças a pedalar em centros urbanos de forma segura, em várias cidades brasileiras em diferentes espaços como praças públicas, parques, ruas de lazer, clubes e escolas. No ano de 2017, foram mais de 4.800 ciclistinhas (de 2 a 7 anos de idade) formados.

Movimento Paulista de Segurança no Trânsito

Em 2016, o Itaú se tornou patrocinador e integrante do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, um programa do Governo do Estado de São Paulo que tem como principal objetivo reduzir pela metade as vítimas fatais nos acidentes de trânsito no estado até 2020. No primeiro ano:

Fatalidades no trânsito (%)	Variação 2017-2016	Variação 2016-2015
Mortes[1]	(2,0)	(6,0)
Pedestres mortos[2]	6,8	(13,0)

(1) Óbitos gerais.
(2) Atropelamentos.

Entre as ações realizadas pelo banco, está a tradução de um guia internacional sobre planejamento de ruas seguras e *workshops* para os municípios cadastrados.

Apoios Institucionais

A fim de fortalecer organizações que promovem a mobilidade pela bicicleta, em 2017 o Itaú Unibanco realizou apoios institucionais para diversos projetos do Brasil como por exemplo: União de Ciclistas do Brasil, *Bike* Anjo, *Bike* é Legal, Transporte Ativo, Ameciclo e etc.

Lançamos também, em parceria com a Benfeitoria, um edital (Primeiro Passo) em que contribuímos com 20% de campanhas de financiamento coletivo em prol da ciclomobilidade.

Para desenvolver estudos acadêmicos sobre o tema, financiamos o Desafio Itaú Cebrap de Mobilidade por Bicicleta, no qual premiamos com cinco bolsas acadêmicas, alunos de graduação a doutorado que realizam pesquisas sobre o assunto.

Colaboradores e clientes

Além do esforço para apoiar a promoção de políticas públicas para a ciclomobilidade, temos o compromisso de incentivar colaboradores e clientes a aderirem à bicicleta como meio de transporte por meio de:

- Campanhas internas;
- Comunicações de *endomarketing;*
- Eventos de conscientização;
- Estacionamentos de bicicletas em quatro polos administrativos do banco na cidade de São Paulo além de vestiários e armários. No polo da Faria Lima o bicicletário possui vagas com carregadores específicos para bicicletas elétricas; e
- O lançamento do *Ibike*, uma plataforma digital de relacionamento com clientes, com conteúdo sobre mobilidade urbana e comercialização de bicicletas.

Envelhecimento

Itaú Viver Mais

A Associação Itaú Viver Mais é uma instituição sem fins lucrativos, focada no público com mais de 55 anos. Nosso propósito, desde 2004, é contribuir para a qualidade de vida dessas pessoas, proporcionando atividades culturais, físicas e sociais em parceria com um supermercado, clubes, *shopping centers* e cinemas. Em 2017, a Associação Itaú Viver Mais impactou aproximadamente 4.692 pessoas em 37 locais, distribuídos entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A associação promove os seguintes projetos:

Projetos/extensão geográfica	Descrição	Impacto
Atividades físicas e culturais. 37 locais em quatro estados – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul	Aulas de ioga, pilates, dança e *tai chi chuan*, *workshops* com instrumentos musicais e artesanato.	Pessoas: **2016:** 1.942 **2017**: 2.850
Itaú Viver Mais Cinema. 7 salas em 5 estados e no Distrito Federal	Sessões comentadas de filmes, gratuitas, e em parceria com o Espaço Itaú de Cinema.	Pessoas: **2016:** 7.898 **2017**: 7.917
Diálogos Itaú Viver Mais – parceria com a PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) 3 eventos realizados em São Paulo – SP	Evento dedicado à troca de conhecimentos sobre assuntos correlacionados ao público idoso.	Pessoas: **2016:** 355 **2017**: 257
Palestra Vida em Equilíbrio	A palestra teve como tema principal o equilíbrio financeiro sem perder a qualidade de vida após os 60 anos, transformando sonhos em projetos	Pessoas: **2017**: 46

Valor total investido (R$)	2017	2016
	2.212.000	1.989.928

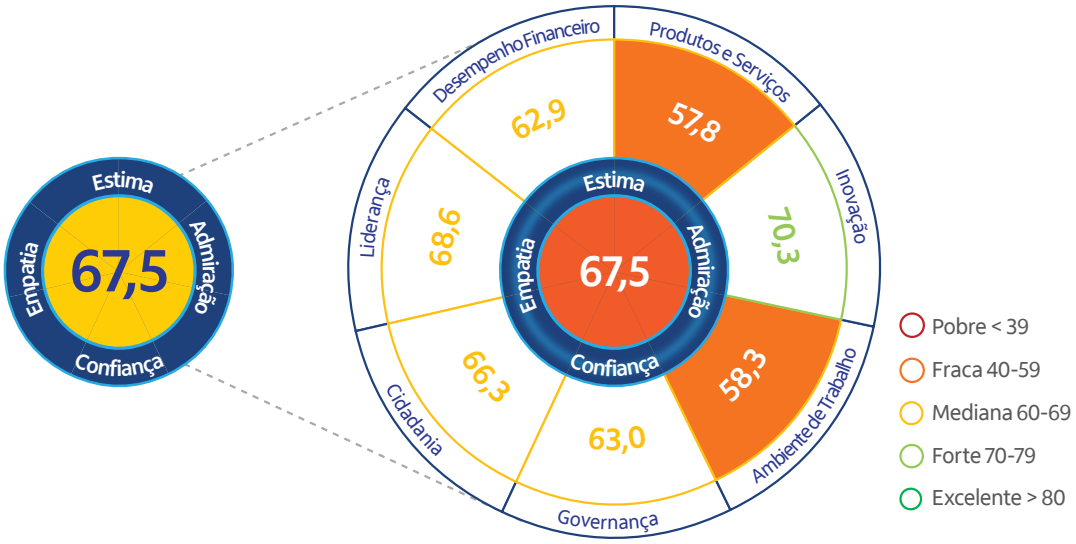
O ano de 2017 foi de consolidação das informações absorvidas ao longo de 2016 e de direcionamento dos aprendizados adquiridos. Os estudos de Comportamento 60+ (Eureka) e *Benchmarking* Internacional (Kalo Taxidi) foram direcionadores da nossa linha estratégica de estudos de 2017:

1. **Estudo Comportamento Financeiro 60+:** estudo realizado com a área de finanças do Itaú Unibanco S.A. para identificar oportunidades no público 60+ por meio de análises econométricas sobre sua utilização de produtos de crédito e investimento. Foram considerados os recortes 60+, 70+ e 80+ propostos pela pesquisa qualitativa realizada pela Eureka. Os resultados serão utilizados em 2018 como subsídio para engajamento das áreas de negócio, com possíveis desdobramentos focados em produtos de investimento.

2. **Guia de Avaliação de Impacto:** conduzido pelo Insper Metricis, o estudo trouxe como resultado um Guia pensado especificamente para a avaliação de impacto do programa Itaú Viver Mais. A construção deste Guia aconteceu a quatro mãos pela equipe do Insper em conjunto com a administração da Associação Itaú Viver Mais. Será adequado à nova oferta de valor do programa, permitindo que a avaliação de impacto seja incorporada à sua rotina a partir de 2018.

3. **Revisão de Estratégia Itaú Viver Mais:** embasada por entrevistas com participantes e não participantes do programa, por grupos focais com o público 55+, por entrevistas com especialistas nos temas que se conectam ao envelhecimento e entrevistas com executivos do banco, a revisão de estratégia iniciada em 2017 pela Kalo Taxidi, será finalizada no início de 2018 e tem a intenção de identificar melhorias e propor uma nova oferta de valor para a Associação Itaú Viver Mais, conectando o programa aos interesses do negócio do banco e da sociedade.

Em 2017, realizamos a *RepTrak*, pesquisa de reputação com 176 participantes do Itaú Viver Mais, com o objetivo de conhecer percepções e opiniões sobre a atuação do Itaú Unibanco e outros grandes bancos nacionais, para trabalhar pontos de melhoria nos serviços e produtos do banco oferecidos a seus clientes, bem como em iniciativas as quais participam. A metodologia que foi utilizada e a aplicação são do *Reputation Institute*, instituto de pesquisa especializado em avaliação de reputação de marcas. O programa Itaú Viver Mais contribui positivamente para a reputação – empatia, estima, admiração e confiança – do Itaú junto aos públicos que o conhecem.



Em 2017, realizamos o projeto de exposição fotográfica itinerante Viver Conviver & Reviver, retratando e registrando pessoas com mais de 55 anos, com destaque para as diferenças culturais. A exposição aconteceu nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte. Os objetivos principais foram proporcionar acesso à arte e cultura ao público idoso nos quatro estados, estimulando a atuação da comunidade em torno de seus valores culturais, e provocando a cidadania ativa e o envolvimento comunitário com questões do cotidiano. Esse projeto foi idealizado pela Associação Itaú Viver Mais e realizado pelo Ministério da Cultura.

Em 2017, participamos da terceira edição da Virada da Maturidade na grande São Paulo, que ofereceu neste ano, uma grade variada de atividades, que englobavam eventos educativos, artístico e culturais, de saúde, palestras e encontros com a finalidade de promover a integração entre os públicos de todas as idades, com o objetivo de ressaltar a pessoa idosa como protagonista de sua vida, além de motivar a discussão sobre o envelhecer bem. O evento aconteceu entre 26 de setembro e 1º de outubro, e a participação da Associação ocorreu por meio de ações como três sessões de cinema, um diálogo sobre o papel da tecnologia na longevidade e uma palestra de educação financeira e qualidade de vida.

Programa	Status 2015	Status de 2016	Meta 2017	Status de 2017	Meta 2018
Diálogos Viver Mais/ eventos	Realizamos 3 eventos.	Realizamos 6 eventos, sendo 4 em parceria com instituições de ensino que possuem núcleo de estudo focado em geração e envelhecimento.	Manter as parcerias com universidades, mantendo a qualidade dos eventos e buscando temas que sejam pertinentes ao nosso público.	Realizamos 3 eventos em parceria com instituição de ensino que possui núcleo de estudo focado em geração e envelhecimento.	Manter as parcerias com universidades, fomentando para sociedade discussões com temas pertinentes ao envelhecimento.
Participação no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI)	Representação da Confederação Nacional das Instituições Financeiras no CNDI.	Presença nas discussões e acompanhamento das políticas públicas focadas no envelhecimento e aproximação com órgãos governamentais.	Ampliar nosso contato com o setor financeiro para promover discussões sobre tendências e iniciativas.	Apoio na promoção de novas parcerias do CNDI, participação nas discussões de políticas públicas e suporte na liberação do Edital nº 5/17 de seleção de Projetos para instituições públicas no valor de 8 milhões de reais, com recursos do Fundo Nacional do Idoso e com foco na defesa e proteção dos direitos da pessoa idosa.	Ratificação pela Presidência da República da Convenção Interamericana Sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas - MSC 412/2017.
Pesquisas	-	Realização e divulgação da pesquisa qualitativa para entender o comportamento de pessoas com mais de 60 anos de idade.	Utilizar os dados obtidos e alinhar aos interesses do banco, ampliando o estudo para a compreensão de tendências do mercado para o tema do envelhecimento.	Realização de pesquisa com grupos focais para aprofundamento nas necessidades e oportunidades do público 55+, levando em conta saúde, digitalização, socialização, gestão financeira e empreendedorismo.	Utilizar os insumos que foram gerados pela Revisão de Estratégia alinhados aos interesses do banco e da sociedade para desenvolver novas pesquisas e estudos focados no tema envelhecimento.

Empresa Amiga do Idoso

O Itaú Unibanco Holding S.A recebeu em 2017, o título "Empresa Amiga do Idoso" em reconhecimento às atividades desenvolvidas pela empresa e seus objetivos, que mediante a Associação Itaú Viver Mais, principal mantenedor, desenvolve ações de responsabilidade social em prol da valorização do idoso, oferecendo atividades que auxiliam o público ter mais qualidade de vida, promovendo ações intergeracionais e garantindo, por meio das atividades sócio culturais, o atendimento a alguns princípios do Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, como: direitos ao lazer, bem-estar e saúde.

Empreendedorismo

Há dois anos lançamos o Cubo, uma iniciativa sem fins lucrativos cujo objetivo é fomentar o ecossistema de empreendedorismo no Brasil. Essa frente também traz muitos benefícios para o Itaú Unibanco, uma vez que estimula a troca de conhecimentos entre colaboradores e empreendedores, proporciona novas oportunidades de negócios e também oportunidade de inovar em produtos e serviços, contribui para uma cultura mais ágil e colaborativa, e também nos conectar com jovens talentos.

Cubo

O Cubo completou dois anos de atuação em 2017, como um importante centro de empreendedorismo tecnológico no Brasil, com resultados alcançados pelos vários públicos que utilizam essa plataforma: empreendedores, investidores, estudantes e grandes empresas. Durante esse período, promoveu conexões que foram fundamentais para alavancar negócios, ideias e iniciativas de uma nova geração de empreendedores e *startups*.

Apesar de seu breve período de atuação, o Cubo já atingiu números que o colocam como um importante *player* no ecossistema de empreendedorismo. Atualmente temos 54 *startups* residentes, que já geraram mais de 1.000 postos de trabalho. As *startups* do Cubo receberam entre 2015 e 2017 cerca de R$ 150 milhões em investimentos. Entre as *startups* e o Itaú foram fechados mais de 30 projetos, já concluídos ou em andamento.

O Cubo está, cada vez mais, se tornando uma ferramenta fundamental de suporte para o desenvolvimento de *startups* no Brasil. Para conseguir atingir mais empreendedores, abrigar mais e maiores *startups* e aumentar a escala do impacto que o Cubo realiza no ecossistema, em âmbito nacional e internacional, o Itaú Unibanco e a *Redpoint eventures* anunciaram a expansão do Cubo Itaú para um novo edifício de 12 andares, quadruplicando a sua capacidade para cerca de 210 *startups* residentes, bem como parceiros, tornando-se o maior centro de empreendedorismo da América Latina. A expectativa é de que as atividades passem a acontecer no novo endereço já a partir do primeiro semestre de 2018, com mais de 1.250 residentes trabalhando diariamente no local e mais de 2.000 pessoas circulando por dia no espaço.

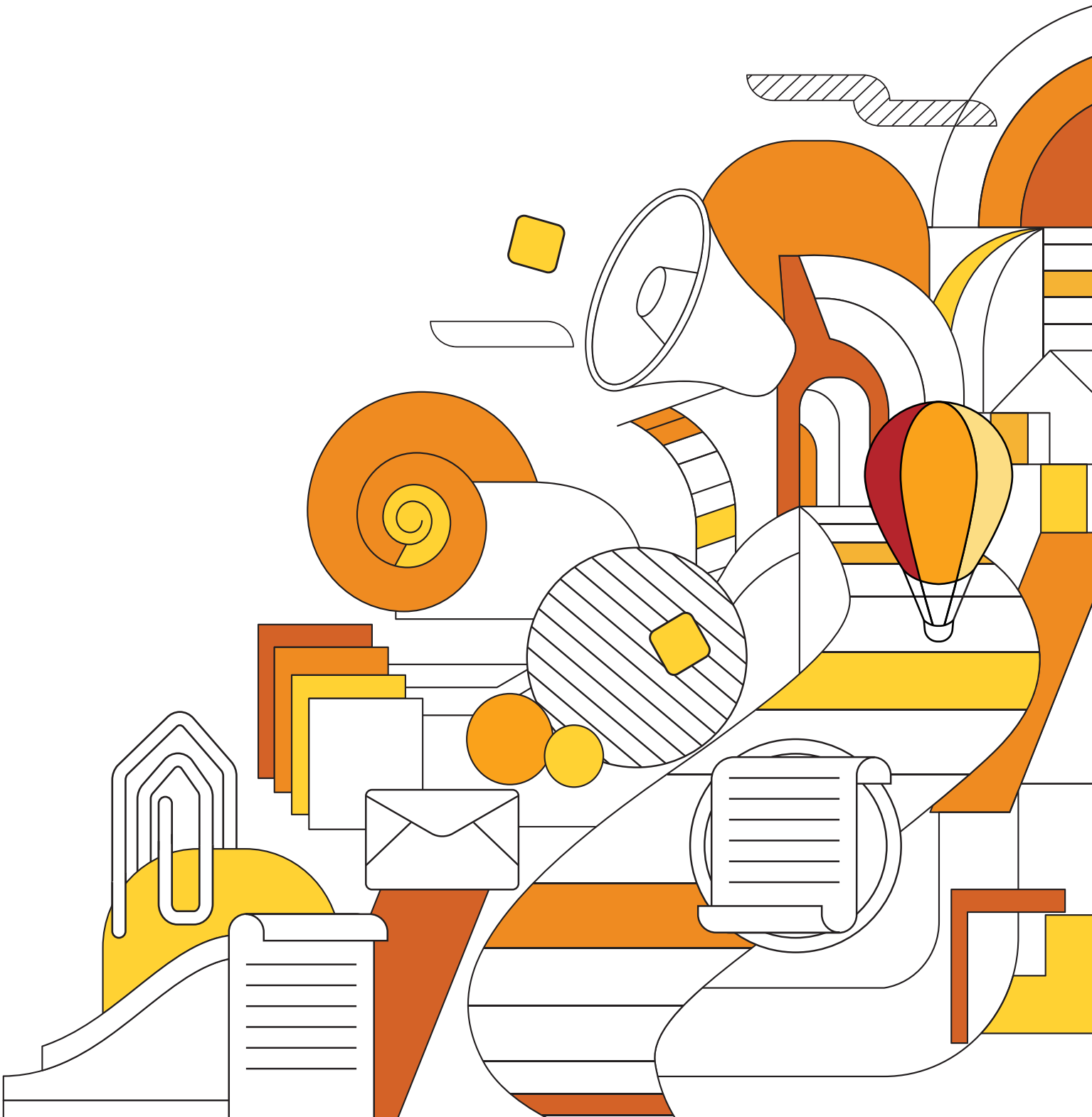
Além da expansão, o Cubo anunciou no Cubo Conecta 2017, evento realizado em setembro que celebrou os dois anos de atuação do Cubo, duas outras novidades. A primeira foi a mudança de nome da marca, que deixou de se chamar "Cubo *coworking* Itaú" e passa a ser "Cubo Itaú". A nova marca reflete melhor a atuação do Cubo no mercado, na medida em que não limita o valor que a iniciativa entrega. O Cubo já era muito mais do que um espaço de trabalho compartilhado, ele é uma referência de *hub* de conexões do Brasil, já com pretensões de ser posicionado no futuro como um *hub* global de empreendedorismo.

A segunda novidade foi o lançamento da plataforma Cubo Digital, criada para expandir a atuação do Cubo, impactar empreendedores de outras partes do Brasil e fomentar um ecossistema sem fronteiras. No Cubo Digital os empreendedores poderão reservar espaços no prédio físico do projeto, postar vagas de emprego e acessar ferramentas de comunicação e contratação de serviços, pelo pagamento em Cubo *Coins*, moeda digital da plataforma, que é obtida participando das atividades do projeto. Serão aceitas *startups* que obedeçam aos mesmos critérios das residentes do prédio do Cubo: um produto de tecnologia, escalável, que resolva um problema real e com uma base de clientes ativa.

O Cubo impacta positivamente a cultura interna do banco por reforçar a cultura do digital. Isso devido à proximidade com o mundo das startups, que nos permite aprender a partir de novos modelos de negócio, novos formatos de trabalho e soluções tecnológicas, além de descobrir oportunidades para inovar, criar vantagens competitivas e levar soluções cada vez mais inovadoras aos nossos clientes.

7 Anexos

Este capítulo contém informações complementares às seções de Desempenho e Sustentabilidade, entre elas, o Sumário GRI e a asseguração de auditoria independente.



Política de risco socioambiental e Princípios do Equador

Em 2017, não tivemos financiamento de projetos negados por questões socioambientais.

Operações de Project Finance[1][2] contratadas (critérios dos Princípios do Equador III) GRI G4-FS6

	Número de projetos		Investimento total[3] (R$ milhões)		Participação do Itaú Unibanco[3] (R$ milhões)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Categoria						
A	1	1	409,79	671,60	125,21	200,00
B	-	2	-	3.027,64	-	701,36
C	1	-	2,00	-	0,34	-
Setor						
Cimento	1	-	409,79	-	125,21	-
Energia	1	1	2,00	842,81	0,34	49,18
Logística	-	2	-	2.856,43	-	852,19
Localização						
Nordeste do Brasil	-	1	-	842,81	-	49,18
Norte do Brasil	-	1	-	671,60	-	200,00
Colômbia	-	1	-	2.184,83	-	652,19
Brasil[4]	1	-	2,00	-	0,34	-
Uruguai	1	-	409,79	-	125,21	-
Consultor Independente						
Operações Analisadas com consultor independente	1	3	409,79	3.699,24	125,21	901,36
Operações Analisadas sem consultor independente	1	-	2,00	-	0,34	-
Total	**2**	**3**	**411,79**	**3.699,24**	**125,55**	**901,363**

(1) Project Finance conforme definido por Basileia em www.bis.org/publ/bcbs107.pdf.
(2) Uma das Operação de Project Finance não foi enquadrada como Principios do Equador devida a seu volume financeiro.
(3) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.
(4) Projetos localizados em mais de uma região do Brasil (por exemplo: infraestrutura linear, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).
Obs.: Brasil é considerado um país não designado, enquanto Chile é considerado país designado. Uma operação de Project Finance não foi incluída na tabela porque não atingiu os gatilhos dos Princípios do Equador.

Mandatos[1] GRI G4- FS6

	Mandatos	
Sector	**2017**	**2016**
Energia	5	1
Logística	3	3
Saneamento	1	-
Localização		
Brasil[2]	6	-
São Paulo	2	-
Distrito Federal	1	-
Américas	-	4
Total	**9**	**4**

(1) Mandatos associados a desenvolvimento de projetos.
(2) Projetos localizados em mais de uma região do Brasil (por exemplo: infraestrutura linear, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).
Obs.: Alterações de mandatos também são consideradas.

Financiamentos corporativos dirigidos a Projetos (Corporate Finance) fechados e analisados de acordo com os critérios da Política Socioambiental[1][2] GRI G4-FS6

	Número de projetos		Investimento total[3] (R$ milhões)		Participação do Itaú Unibanco[3] (R$ milhões)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Categoria						
A	-	-	-	-	-	-
B	1	1	123,46	1.544,83	45,00	115,73
C	6	8	1.324,79	364,89	407,20	172,80
Setor						
Açúcar e Álcool	4.00	6	104,37	217,37	52,18	93,89
Agronegócios	1.00	1	125,00	36,91	110,28	36,91
Logística	-	1	-	1.544,83	-	115,73
Telecomunicações	-	1	-	110,61	-	42,00
Energia	1.00	-	1.095,42	-	244,74	-
Saúde	1.00	-	123,46	-	45,00	-
Localização						
Brasil[4]	1.00	2	29,28	1.655,44	14,64	157,73
Centro-Oeste do Brasil	2.00	2	145,01	85,85	120,28	36,22
Sudeste do Brasil	3.00	3	1.150,50	107,38	272,28	47,67
Sul do Brasil	1.00	2	123,46	61,05	45,00	46,91
Total	**7**	**9**	**1.448,25**	**1.909,72**	**452,20**	**288,52**

(1) Política de Risco Socioambiental do Itaú Unibanco.
(2) Não houve contratação de *Corporate Finance* que se enquadrou nos Critérios dos Princípios do Equador.
(3) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.
(4) Projetos localizados em mais de uma região do Brasil (por exemplo, infraestrutura linear, CAPEX de uma rede de lojas, etc.).
Obs.: financiamentos corporativos dirigidos a projetos (*Corporate Finance*) são geralmente cobertos por limites de crédito existentes em vez de aprovados para operações específicas.

Demais operações relacionadas com financiamento de projetos contratadas e analisadas de acordo com os critérios da Política Socioambiental[1] GRI G4-FS6

	Empréstimo-ponte[3]		Fiança do projeto		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de operações contratadas	10	10	11	12	21	22
Valores das operações contratadas						
Investimento total (R$ milhões)[2]	10.340,00	10.882,00	26.644,63	30.013,50	36.984,63	40.895,50
Participação do Itaú Unibanco (R$ milhões)[2]	981,50	1.282,05	2.248,95	1.571,97	3.230,45	2.854,02
Categoria das operações contratadas						
A	0	2	2	3	2	5
B	9	8	8	8	17	16
C	1	-	1	1	2	1
Localização dos projetos associados às operações contratadas						
Brasil	-	1	-	3	-	4
Centro-Oeste	-	-	-	1	-	1
Nordeste	7	6	7	7	14	13
Norte		-	1	1	1	1
Sudeste	2	2	2	-	4	-
Sul	1	1	1	-	2	1
Setor dos projetos associados às operações contratadas						
Energia	10	10	11	11	21	21
Logística	-	-	-	1	-	1
Total	**10**	**10**	**11**	**11**	**21**	**22**

(1) Política de Risco Socioambiental do Itaú Unibanco.
(2) No caso de valor em outra moeda, foi utilizada a taxa de câmbio do dia da contratação.
(3) Com base nos Princípios do Equador III, empréstimos-ponte acionam os requisitos específicos.

Risco ambiental e social nas operações de Corporate, Atacado, *Middle Market* e Varejo[1] GRI G4-FS6

Porcentagens de portfólio de crédito por setor GRI G4-FS6

(Em R$ MM)

Setor	Carteira
Pessoa jurídica	
Açúcar e álcool	7.022,52
Agro e fertilizantes	14.807,72
Alimentos e bebidas	12.137,50
Bancos e outras instituições financeiras	7.435,74
Bens de capital	4.599,76
Celulose e papel	2.923,17
Comércio diversos	26.171,84
Diversos	16.919,87
Energia e saneamento	9.257,04
Ensino	1.868,34
Farmacêuticos e cosméticos	4.904,84
Imobiliário	20.365,31
Indústria diversos	7.694,58
Lazer e turismo	4.337,93
Material de construção	4.545,93
Metalurgia/siderurgia	7.357,03
Mídia	604,75
Mineração	5.275,63
Obras de infraestrutura	8.783,98
Petróleo e gás	4.956,07
Petroquímica e química	7.711,05
Saúde	2.170,65
Seguros, resseguros e previdência	15,67
Serviços diversos	36.117,48
Tecnologia	3.921,88
Telecomunicações	1.780,44
Tradings	1.588,88
Transportes	12.344,27
Veículos/auto-peças	11.846,82
Pessoa física	
Cartão de crédito	71.937,40
Crédito imobiliário	63.743,68
Cdc/conta corrente	93.466,62
Veículos	14.980,82
Total R$ MM	**493.595,21**

(1) Atualmente, entre nossos financiamentos temos três categorias com reconhecido impacto negativo: (i) intensivos em carbono, (ii) que ameaçam a segurança pública, alimentar e nutricional e (iii) que indiretamente acarretam danos à integridade física ou psicológica de seus usuários ou de terceiros. Este valor representa 2,3% de nossa carteira de financiamentos.

Risco ambiental e social no financiamento de veículos

Porcentagem da carteira de financiamento de veículos, por setor GRI G4-FS6

Categoria	Valor da carteira (R$ milhões)			Valor total da linha de negócio (R$ milhões)			Valor da carteira (%)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Transportes	2.346,10	2.824,34	4.008,99	4.693,85	5.439,70	7.511,45	50,0	51,9	53,4
Materiais de construção	335,54	477,48	726,57	4.693,85	5.439,70	7.511,45	7,1	8,8	9,7
Veículos leves e pesados	438,59	371,29	407,31	4.693,85	5.439,70	7.511,45	9,3	6,8	5,4
Alimentos	414,03	511,11	680,55	4.693,85	5.439,70	7.511,45	8,8	9,4	9,1
Outros (com valor da carteira significantemente menor que os quatro setores principais)	1.159,59	1.255,48	1.688,03	4.693,85	5.439,70	7.511,45	24,7	23,1	22,5

Porcentagem da carteira de financiamento de veículos, por região GRI G4-FS6

Região	Valor da carteira (R$ milhões)			Valor total da linha de negócio (R$ milhões)			Valor da carteira (%)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Sudeste	2.030,29	2.289,84	3.150,07	4.693,85	5.439,70	7.511,45	43,3	42,1	41,9
Sul	1.397,89	1.678,97	2.361,37	4.693,85	5.439,70	7.511,45	29,8	30,9	31,4
Centro-Oeste	474,54	518,68	691,01	4.693,85	5.439,70	7.511,45	10,1	9,5	9,2
Nordeste	565,66	681,74	966,65	4.693,85	5.439,70	7.511,45	12,1	12,5	12,9
Norte	225,47	270,47	342,35	4.693,85	5.439,70	7.511,45	4,8	5,0	4,6

Porcentagem da carteira de financiamento de veículos, por tamanho GRI G4-FS6

Tamanho	Valor da carteira (R$ milhões)			Valor total da linha de negócio (R$ milhões)			Valor da carteira (%)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Microempresas (0-2,40 milhões)	1.242,70	1.497,16	2.080,16	4.693,85	5.439,70	7.511,45	26,5	27,5	27,7
Pequenas empresas (2,40 milhões-16,00 milhões)	1.678,66	2.137,15	3.047,93	4.693,85	5.439,70	7.511,45	35,8	39,3	40,6
Médias empresas (16,00-90,00 milhões)	1.187,12	1.210,35	1.662,32	4.693,85	5.439,70	7.511,45	25,3	22,3	22,1
Médias/grandes empresas (90,00-300,00 milhões)	424,97	461,35	552,8	4.693,85	5.439,70	7.511,45	9,1	8,5	7,4
Grandes empresas (acima de 300,00 milhões)	160,28	127,97	168,24	4.693,85	5.439,70	7.511,45	3,4	2,4	2,2
Sem informações	0,12	5,72	0,01	4.693,85	5.439,70	7.511,45	0,0	0,1	0,0

Risco ambiental e social em crédito imobiliário

Porcentagem da carteira de crédito imobiliário, por setor GRI G4-FS6

Setor	Valor da carteira (R$ milhões)[1][2]			Valor total da linha de negócio (R$ milhões)[1][3]			Valor da carteira (%)[4]		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Imóveis Residenciais	4.619,03	5.940,92	6.235,03	7.099,43	9.341,20	11.584,25	54,76	58,07	58,19
Imóveis Comerciais[1]	3.816,20	4.289,78	4.480,39	4.460,98	5.198,39	5.863,25	45,24	41,93	41,81

(1) Shopping centers, escritórios corporativos, hotéis e prédios de escritório.
(2) Saldo Devedor + Prestações em Atraso.
(3) Saldo Devedor + Prestações em Atraso + Parcelas a Liberar.
(4) Porcentagem da linha de negócio.

Porcentagem da carteira de crédito imobiliário, por região GRI G4-FS6

Região	Valor da carteira (R$ milhões)[1][2]			Valor total da linha de negócio (R$ milhões)[1][2]			Valor da carteira (%)[3]		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Sudeste	5.938,51	7.433,22	7.578,27	8.246,98	10.548,87	12.512,12	70,40	72,66	70,99
Sul	854,46	901,76	797,58	1.225,64	1.273,95	1.389,48	10,13	8,81	7,48
Centro-Oeste	784,14	910,16	1.010,43	1.055,66	1.385,05	1.667,85	9,30	8,90	9,19
Nordeste	676,63	701,69	961,41	847,25	1.016,85	1.421,35	8,02	6,86	8,10
Norte	181,50	283,88	367,73	184,89	314,87	456,69	2,15	2,77	4,24

(1) Saldo Devedor + Prestações em Atraso.
(2) Saldo Devedor + Prestações em Atraso + Parcelas a Liberar.
(3) porcentagem da linha de negócio.

Itaú Seguros em números

Carteira

Prêmio ganho da carteira, por linha de negócio e setor em 2017[1] GRI G4-FS6

Seguro capital global

Linha De negócio	Prêmio ganho	Representatividade (%)
Comércio – empresas não classificadas	38.393.196,72	19,73
Serviços – empresas não classificadas	12.563.710,84	6,46
Comércio de produtos alimentícios e bebidas	8.556.225,09	4,40
Indústria – empresas não classificadas	6.105.848,16	3,14
Empresas atuantes em diversos ramos	5.593.254,74	2,87
Transportes	5.474.505,56	2,81
Construção civil	5.133.891,96	2,64
Serviços de reparação, manutenção, instalação	3.985.833,70	2,05
Comércio de material para construção	2.732.820,45	1,40
Siderurgia	2.625.495,54	1,35
Comércio de veículos e peças	2.519.235,14	1,29
Servicos tecnico-profissionais	2.467.173,77	1,27
Metalurgia	2.060.867,67	1,06
Demais atividades ou não classificadas	96.348.561,53	49,52
Total	**194.560.620,87**	**100,00**

Seguro cartão protegido

Linha de negócio	Prêmio ganho	Representatividade (%)
Financeira	285.556.052,83	57,53
Banco comercial	210.790.929,20	42,47
Total	**496.346.982,03**	**100,00**

Seguro empresarial

Linha de negócio	Prêmio ganho	Representatividade (%)
Comércio – empresas não classificadas	49.157.071,90	78,10
Serviços – empresas não classificadas	1.852.706,57	2,94
Comércio de produtos alimentícios e bebidas	1.755.836,38	2,79
Empresas atuantes em diversos ramos	874.859,28	1,39
Siderurgia	701.882,78	1,12
Demais atividades ou não classificadas	8.599.872,19	13,66
Total	**62.942.229,10**	**100,00**

Seguro habitacional

Linha de negócio	Prêmio ganho	Representatividade (%)
Bancos	78.815.261,33	21,01
Financeira	296.390.667,07	78,99
Total	**375.205.928,40**	**100,00**

Seguro viagem

Linha de negócio	Prêmio ganho	Representatividade (%)
Demais atividades ou não classificadas	21.186.266,57	100
Total	**21.186.266,57**	**100**

Seguro vida individual

Linha de negócio	Prêmio ganho	Representatividade (%)
Demais atividades ou não classificadas	1.512.677.251,85	90,86
Financeira	152.254.244,89	9,14
Total	**1.664.931.496,74**	**100,00**

Demais seguros

Linha de negócio	Prêmio ganho	Representatividade (%)
Demais atividades ou não classificadas	483.464.034,41	62,37
Financeira	113.839.071,83	14,69
Lotéricas, consórcios e leilões	122.468.263,23	15,80
Banco comercial	30.067.821,94	3,88
Comércio – empresas não classificadas	25.304.683,12	3,26
Total	**775.143.874,53**	**100,00**

(1) Divulgadas apenas as atividades que representam acima de 1% da carteira.

Perfil organizacional*

Prêmio ganho da carteira, por estado em 2017 GRI G4-FS6

Prêmio de seguros por estado

Estado	Prêmio ganho	Representatividade (%)
Acre	1.376.609,26	0,04
Alagoas	6.853.913,73	0,19
Amazonas	16.136.871,80	0,45
Amapá	2.122.136,85	0,06
Bahia	55.189.685,68	1,54
Ceará	26.955.586,11	0,75
Federal District	34.669.091,60	0,97
Espírito Santo	18.089.524,71	0,50
Goiás	79.370.281,89	2,21
Maranhão	8.657.953,18	0,24
Minas Gerais	496.003.704,92	13,82
Mato Grosso	18.133.847,77	0,51
Mato Grosso do Sul	14.612.810,11	0,41
Pará	22.126.370,03	0,62
Paraíba	8.622.734,44	0,24
Pernambuco	45.066.596,00	1,26
Piauí	4.642.539,58	0,13
Paraná	177.960.842,24	4,96
Rio de Janeiro	369.483.029,65	10,29
Rio Grande do Norte	8.972.533,40	0,25
Rondônia	5.600.857,75	0,16
Roraima	1.959.510,67	0,05
Rio Grande do Sul	79.138.266,37	2,20
Santa Catarina	51.488.836,72	1,43
Sergipe	4.835.567,45	0,13
São Paulo	2.029.438.960,34	56,53
Tocantins	2.805.106,80	0,08
Total	**3.590.313.769,06**	**100,00**

Colaboradores por nível hierárquico GRI 102-8

Nível hierárquico[1]	2017	2016	2015
Diretor	118	107	113
Gestor	13.783	13.591	14.242
Administrativo	27.180	26.007	26.365
Comercial e Operacional	41.738	40.928	42.773
Trainee	139	122	98
Subtotal	**82.958**	**80.755**	**83.591**
Aprendiz	2.482	2.743	2.143
Estagiário	**4.743**	**4.213**	**4.271**
Total	**90.183**	**87.711**	**90.005**

(1) Nível Gestor considera colaboradores de agências e de áreas administrativas que gerenciam equipes. Administrativo considera colaboradores de áreas administrativas que não gerenciam equipes. Comercial e operacional considera colaboradores de agências que não gerenciam equipes.

Colaboradores com demais tipos de contrato GRI 102-8

Ano	Diretor		Aprendiz		Estágio	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2015	13	100	1.531	612	2.521	1.750
2016	13	94	1.925	818	2.461	1.752
2017	**15**	**103**	**1.750**	**732**	**2.739**	**2.004**

Colaboradores com contrato de tempo indeterminado GRI 102-8

Ano	Gestor		Administrativo		Comercial e operacional		*Trainee*		Total		
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Total
2015	7.106	7.136	14.263	12.102	28.209	14.564	24	74	49.602	33.876	83.478
2016	6.938	6.653	13.898	12.109	27.318	13.610	44	78	48.198	32.450	80.648
2017	**7.084**	**6.699**	**14.355**	**12.825**	**27.860**	**13.878**	**62**	**77**	**49.361**	**33.479**	**82.840**

Colaboradores próprios por região, idade e gênero GRI 102-8

Mulheres

Região	Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			Total		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Sul	1.337	1.247	1.390	2.213	2.260	2.456	501	522	408	4.051	4.029	4.254
Sudeste	13.627	12.855	13.625	23.635	23.291	24.098	2.864	2.941	2.368	40.126	39.087	40.091
Centro-Oeste	696	686	722	1.091	1.094	1.175	149	131	89	1.936	1.911	1.986
Nordeste	665	684	752	1.689	1.637	1.696	211	201	146	2.565	2.522	2.594
Norte	256	260	309	410	372	354	17	17	14	683	649	677
Total	**16.581**	**15.732**	**16.798**	**29.038**	**28.654**	**29.779**	**3.742**	**3.812**	**3.025**	**49.361**	**48.198**	**49.602**

* Observações:
- Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2017: Itaú Unibanco S.A.; Redecard S.A.; Microinvest S.A.; Soc De Cred; Banco Itaucard S.A.; Hipercard Banco Multiplo; Itaú Seguro S.A.; Banco Itaú BBA S.A.; Banco Itaú BMG Consignado; Itaú Corretora de Valores S.A.; Itaú BMG Gestão de V.; Itaú Unibanco Holding S.A.; Marcep Corretagem de Seguros; Itauseg Saúde S.A.; Kinea Investimentos; Provar Negócios de Varejo; Luizacred S.A. Socied; Fic Promotora de Vendas; Itaú Adm. Prev. Ltda.; Icarros Ltda.
- Gerência considera colaboradores que gerenciam pessoas. Administrativo considera colaboradores de áreas administrativas que não gerenciam pessoas. Comercial e operacional considera colaboradores das agências que não gerenciam pessoas.

Homens

Região	Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			Total		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Sul	630	582	681	1.173	1.232	1.469	593	665	565	2.396	2.479	2.715
Sudeste	8.789	8.021	8.531	15.925	15.658	16.526	3.261	3.235	2.888	27.975	26.914	27.945
Centro-Oeste	356	343	370	546	576	665	223	209	189	1.125	1.128	1.224
Nordeste	451	411	444	874	883	974	270	252	175	1.595	1.546	1.593
Norte	151	153	176	206	197	201	31	33	22	388	383	399
Total	**10.377**	**9.510**	**10.202**	**18.724**	**18.546**	**19.835**	**4.378**	**4.394**	**3.839**	**33.479**	**32.450**	**33.876**

Nota: Foram utilizados no cálculo os cargos celetistas.

Colaboradores*

Desligamentos GRI 401-1

Região	Mulheres									Homens									Total		
	Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos					
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Sul	231	274	91	209	192	235	90	101	98	157	155	119	112	147	171	110	105	63	909	974	777
Sudeste	1.622	1.768	1.036	1.929	2.070	2.255	675	748	540	1.435	1. 510	935	1.471	1.614	1.964	524	719	583	7.656	8.429	7.313
Centro-Oeste	105	125	57	111	139	128	15	36	17	83	92	49	77	91	85	28	51	31	419	534	367
Nordeste	71	86	62	94	154	145	24	32	21	65	84	59	67	90	119	26	19	18	347	465	424
Norte	35	39	29	29	48	53	6	5	1	31	30	28	17	42	27	5	4	4	123	168	142
Total	**2.064**	**2.292**	**1.275**	**2.372**	**2.603**	**2.816**	**810**	**922**	**677**	**1.771**	**1.871**	**1.190**	**1.744**	**1.984**	**2.366**	**693**	**898**	**699**	**9.454**	**10.570**	**9.023**

Contratações[1] GRI 401-1

Região	Mulheres									Homens									Total					
	Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos								
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017		2016		2015	
Sul	750	468	199	24	20	36	0	0	0	369	233	110	25	13	25	1	1	0	1.169	1,4%	735	11,29%	370	5,31%
Sudeste	5.772	4.148	2.462	680	424	524	5	0	3	4.524	3.066	1.833	805	495	514	6	1	3	11.792	14,2%	8.134	12,32%	5.339	7,85%
Centro-Oeste	301	283	88	19	6	7	0	0	0	177	172	42	21	12	11	0	0	0	518	0,6%	473	15,56%	148	4,61%
Nordeste	242	219	75	15	18	20	0	0	0	203	160	60	19	16	24	0	0	1	484	0,6%	413	10,15%	180	4,30%
Norte	105	72	48	11	6	2	0	0	0	61	49	24	5	7	2	0	0	0	182	0,2%	134	12,98%	76	7,06%
Total	**7.170**	**5.190**	**2.872**	**749**	**474**	**589**	**5**	**0**	**3**	**5.339**	**3.680**	**2.069**	**875**	**543**	**576**	**7**	**2**	**4**	**14.145**	**17,1%**	**9.889**	**12,26%**	**6.113**	**7,32%**

(1) Para cálculo da taxa de contratação em 2015 e 2016, dividia-se o total de contratações por região pelo total de empregados daquela região. Em 2017, no entanto, essa taxa foi calculada divindo-se o total de contratações por região pelo total de empregados celetistas.

Rotatividade (%)[1][2] GRI 401-1

Região	Mulheres									Homens									Total
	Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			Abaixo de 30 anos			Entre 30 e 50 anos			Acima de 50 anos			
	2017[1]	2016[1]	2015[2]	2017[1]	2016[1]	2015[2]	2017[1]	2016[1]	2015[2]	2017[1]	2016[1]	2015[2]	2017[1]	2016[1]	2015[2]	2017[1]	2016[1]	2015[2]	
Sul	5,70	7,71	6,55	10,00	8,89	9,57	18,90	20,27	24,02	10,00	11,18	17,47	9,70	11,21	11,64	18,9	16,91	11,15	10,30
Sudeste	5,60	6,67	7,60	8,70	9,36	9,36	27,10	26,48	22,80	8,20	9,65	10,96	9,50	10,22	11,88	19,0	23,58	20,19	9,20
Centro-Oeste	6,30	9,42	7,89	10,50	13,39	10,80	14,40	29,68	19,10	11,10	14,53	13,24	14,00	15,14	12,78	15,2	26,35	16,40	10,60
Nordeste	3,30	9,11	8,24	5,80	9,82	8,55	15,20	20,38	14,38	4,90	12,53	13,29	7,60	9,97	12,22	12,7	10,98	10,29	6,30
Norte	7,70	9,39	9,39	7,60	13,88	14,97	52,60	24,00	7,14	10,10	15,08	15,91	8,70	21,80	13,43	23,3	9,52	18,18	9,00
Total	**5,60**	**7,03**	**7,59**	**8,70**	**9,55**	**9,46**	**25,00**	**25,40**	**22,38**	**8,30**	**10,14**	**11,66**	**9,60**	**10,55**	**11,93**	**18,5**	**22,03**	**18,21**	**9,10**

(1) Cálculos baseados no total de desligamentos/(Total de colaboradores no início do período + Total de colaboradores no fim do período)/2. Total de colaboradores no fim do período considera colaboradores no início do período mais contratações de colaboradores menos desligamentos de colaboradores. Não considera diretoria, estagiários, expatriados e aposentados por invalidez.

(2) Cálculos baseados no número de desligamentos em cada categoria pelo número total de colaboradores da mesma categoria. Até 2015, os cálculos foram baseados no número de demissões em cada categoria, pelo número de empregados totais da mesma categoria sob gestão do departamento de recursos humanos, no fim do ano

* Observações:
- Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2017: Itaú Unibanco S.A.; Redecard S.A.; Microinvest S.A.; Soc De Cred; Banco Itaucard S.A.; Hipercard Banco Multiplo; Itaú Seguro S.A.; Banco Itaú BBA S.A.; Banco Itaú BMG Consignado; Itaú Corretora de Valores S.A.; Itaú BMG Gestão de V.; Itaú Unibanco Holding S.A.; Marcep Corretagem de Seguros; Itauseg Saúde S.A.; Kinea Investimentos; Provar Negócios de Varejo; Luizacred S.A. Socied; Fic Promotora de Vendas; Itaú Adm. Prev. Ltda.; Icarros Ltda.
- Gerência considera colaboradores que gerenciam pessoas. Administrativo considera colaboradores de áreas administrativas que não gerenciam pessoas. Comercial e operacional considera colaboradores das agências que não gerenciam pessoas.

Categoria social

Saúde e segurança dos colaboradores

Os contratantes são responsáveis pelo controle de dados do pessoal terceirizado.

Saúde e segurança dos colaboradores por gênero (%) GRI 403-2

Taxa	2017			2016			2015		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Taxa de lesões	2,14	1,46	1,87	2,59	2,02	2,36	2,23	1,60	1,98
Taxa de dias perdidos	807,47	518,51	693,13	1.050,66	689,97	908,44	890,73	596,05	773,55
Taxa de doenças ocupacionais	1,58	1,09	1,39	2,23	1,72	2,03	1,72	1,32	1,56
Taxa de absenteísmo(1)	1,44	0,79	1,18	1,35	0,76	1,11	1,73	0,95	1,42

(1) Cálculo de absenteísmo: absenteísmo = (total de dias de ausência por motivos de saúde nos dias período/total trabalhados pelo público interno, no mesmo período) x 100.

Saúde e segurança dos colaboradores, por região GRI 403-2

Taxa	Taxa de Lesão (TL)			Taxa de Dias Perdidos (TDP)			Taxa de Doenças Ocupacionais (TDO)			Taxa de Absenteísmo (TA)(1)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Sul	3,7	3,72	2,53	2.254	2.530	2.070	3,20	3,36	2,29	1,1	1,01	1,15
Sudeste	1,3	1,88	1,70	373	566	516	0,83	1,52	1,24	1,15	1,10	1,42
Centro-Oeste	1,4	2,04	1,07	1.301	1.255	779	1,33	1,84	1,03	1,19	1,17	1,50
Nordeste	8,5	9,16	6,60	3.338	3.977	2.833	8,23	8,96	6,24	1,75	1,47	1,85
Norte	2,2	1,89	1,45	958	1.073	801	2,26	1,74	1,05	1,10	0,96	1,06
Total	**1,87**	**2,36**	**1,98**	**693,13**	**908,44**	**773,55**	**1,39**	**2,03**	**1,56**	**1,18**	**1,11**	**1,42**

(1) Cálculo de absenteísmo: absenteísmo = (total de dias de ausência por motivos de saúde nos dias período/total trabalhados pelo público interno, no mesmo período) x 100.

Número absoluto de óbitos(1) GRI 403-2

Categoria	2017		2016		2015	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Colaboradores	0	2	1	0	1	1

(1) Mortes ocasionadas em acidentes de trajeto entre residência e empresa.

Treinamentos

Horas de treinamento, por nível funcional e gênero GRI 404-1

Nível hierárquico	Mulheres			Homens			Total		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Gestor	147.858	93.706	186.816	152.821	104.162	173.647	300.679	197.868	360.463
Administrativo	581.233	306.549	394.445	508.361	319.067	370.448	1.089.594	625.616	764.893
Comercial e operacional	264.898	494.400	499.047	155.434	249.401	280.248	420.332	743.801	779.295
Trainee	32.292	9.914	6.134	41.683	16.703	14.410	73.975	26.616	20.544
Estagiário	54.557	58.366	59.186	63.848	45.297	47.691	118.405	103.664	106.877
Total	**1.080.838**	**962.936**	**1.145.628**	**922.147**	**734.629**	**886.445**	**2.002.985**	**1.697.565**	**2.032.073**

Média de horas de treinamento por colaborador GRI 404-1

Nível hierárquico	Mulheres			Homens			Total		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Gestor	21	14	26	23	16	24	33	15	25
Administrativo	40	22	28	40	26	31	60	24	29
Comercial e operacional	10	18	18	11	18	19	16	18	18
Trainee	521	225	256	541	214	195	802	218	210
Estagiário	20	24	60	32	26	27	42	25	25
Total	**21**	**18**	**22**	**26**	**21**	**25**	**23**	**19**	**23**

* Observações:
- Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2017: Itaú Unibanco S.A.; Redecard S.A.; Microinvest S.A.; Soc De Cred; Banco Itaucard S.A.; Hipercard Banco Multiplo; Itaú Seguro S.A.; Banco Itaú BBA S.A.; Banco Itaú BMG Consignado; Itaú Corretora de Valores S.A.; Itaú BMG Gestão de V.; Itaú Unibanco Holding S.A.; Marcep Corretagem de Seguros; Itauseg Saúde S.A.; Kinea Investimentos; Provar Negócios de Varejo; Luizacred S.A. Socied; Fic Promotora de Vendas; Itaú Adm. Prev. Ltda.; Icarros Ltda.
- Gerência considera colaboradores que gerenciam pessoas. Administrativo considera colaboradores de áreas administrativas que não gerenciam pessoas. Comercial e operacional considera colaboradores das agências que não gerenciam pessoas.

Diversidade GRI 103-2 | 103-3 Diversidade, equidade e inclusão

Colaboradores, por nível funcional[1] GRI 405-1

Nível funcional	2017	%	2016	%	2015	%
Diretor	118	0,13	107	0,12	113	0,13
Gestor	13.783	15,28	13.591	15,50	14.242	15,82
Administrativo	27.180	30,14	26.007	29,65	26.365	29,29
Comercial e operacional	41.738	46,28	40.928	46,66	42.773	47,52
Trainee	139	0,15	122	0,14	98	0,11
Aprendiz	2.482	2,75	2.743	3,13	2.143	2,38
Estagiário	4.743	5,26	4.213	4,80	4.271	4,75
Total	**90.183**	**100,00**	**87.711**	**100,00**	**90.005**	**100,00**

(1) Colaboradores, por nível funcional, dividido pelo total de colaboradores.

Colaboradores, por gênero – 2017[1] GRI 405-1

Gênero	2017	%	2016	%	2015	%
Feminino	53.865	59,73	52.597	59,96	53.667	59,63
Masculino	36.318	40,27	35.114	40,04	36.338	40,37
Total	**90.183**	**100,00**	**87.711**	**100,00**	**90.005**	**100,00**

(1) Colaboradores, por gênero, dividido pelo total de colaboradores.

Colaboradores, por nível funcional e gênero – 2017[1] GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretor	15	0,03	103	0,28	118	0,13
Gestor	7.084	13,15	6.699	18,45	13.783	15,28
Administrativo	14.355	26,65	12.825	35,31	27.180	30,14
Comercial e operacional	27.860	51,72	13.878	38,21	41.738	46,28
Trainee	62	0,12	77	0,21	139	0,15
Aprendiz	1.750	3,25	732	2,02	2.482	2,75
Estagiário	2.739	5,08	2.004	5,52	4.743	5,26
Total	**53.865**	**100,00**	**36.318**	**100,00**	**90.183**	**100,00**

(1) Colaboradores, por nível funcional e gênero, dividido pelo total de colaboradores do gênero.

Colaboradores, por faixa etária[1] GRI 405-1

Faixa etária	2017	%	2016	%	2015	%
Abaixo de 30 anos	34.182	37,90	32.197	36,71	33.407	37,12
Entre 30 e 50 anos	47.855	53,06	47.285	53,91	49.710	55,23
Acima de 50 anos	8.146	9,03	8.229	9,38	6.888	7,65
Total	**90.183**	**100,00**	**87.711**	**100,00**	**90.005**	**100,00**

(1) Colaboradores, por faixa etária, dividido pelo total de colaboradores.

Colaboradores, por nível funcional e faixa etária – 2017[1] GRI 405-1

Nível funcional	Abaixo de 30 anos	%	Entre 30 e 50 anos	%	Acima de 50 anos	%
Diretor	0	0,00	92	77,97	26	22,03
Gestor	953	6,91	10.803	78,38	2.027	14,71
Administrativo	9.606	35,34	15.476	56,94	2.098	7,72
Comercial e operacional	16.260	38,96	21.483	51,47	3.995	9,57
Trainee	139	100,00	0	0,00	0	0,00
Aprendiz	2.482	100,00	0	0,00	0	0,00
Estagiário	4.742	99,98	1	0,02	0	0,00
Total	**34.182**	**37,90**	**47.855**	**53,06**	**8.146**	**9,03**

(1) Colaboradores, por nível funcional e faixa etária, dividido pelo total de colaboradores do nível.

Colaboradores, por nível funcional e minorias, negros[1] – 2017 GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretor	0	0,00	1	0,00	1	0,00
Gestor	956	1,06	960	1,06	1.916	2,12
Administrativo	2.697	2,99	2.263	2,51	4.960	5,50
Comercial e operacional	6.673	7,40	3.530	3,91	10.203	11,31
Trainee	1	0,00	5	0,01	6	0,01
Aprendiz	851	0,94	367	0,41	1.218	1,35
Estagiário	755	0,84	453	0,50	1.208	1,34
Total	**11.933**	**13,23**	**7.579**	**8,40**	**19.512**	**21,64**

(1) Colaboradores, por nível funcional, gênero e minorias, dividido pelo total de colaboradores.

Colaboradores, por nível funcional e minorias, negros[1] – 2016 GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretor	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gestor	902	1,03	947	1,08	1.849	2,11
Administrativo	2.552	2,91	2.088	2,38	4.640	5,29
Comercial e operacional	6.127	6,99	3.288	3,75	9.415	10,73
Trainee	5	0,01	5	0,01	10	0,01
Aprendiz	780	0,89	296	0,34	1.076	1,23
Estagiário	708	0,81	384	0,44	1.092	1,24
Total	**11.074**	**12,63**	**7.008**	**7,99**	**18.082**	**20,62**

(1) Colaboradores por nível funcional, gênero e minorias, dividido pelo total de colaboradores.

Colaboradores, por nível funcional e minorias, negros – 2015 GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretor	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gestor	885	0,98	956	1,06	1.841	2,05
Administrativo	2.597	2,89	2.113	2,35	4.710	5,23
Comercial e operacional	6.043	6,71	3.430	3,81	9.473	10,52
Trainee	3	0,00	2	0,00	5	0,01
Aprendiz	584	0,65	228	0,25	812	0,90
Estagiário	725	0,81	403	0,45	1.128	1,25
Total	**10.837**	**12,00**	**7.132**	**7,90**	**17.969**	**20,00**

Colaboradores, por nível funcional e minorias, deficientes[1] – 2017 GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretor	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gestor	64	0,08	63	0,08	127	0,15
Administrativo	611	0,74	804	0,97	1.415	1,71
Comercial e operacional	1.315	1,59	1.071	1,29	2.386	2,88
Trainee	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aprendiz	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Estagiário	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	**1.990**	**2,40**	**1.938**	**2,34**	**3.929**	**4,74**

(1) Colaboradores, por nível funcional, gênero e minorias, dividido pelo total de colaboradores.
Nota: Foram utilizados no cálculo todos os cargos celetistas.

* Observações:
- Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2017: Itaú Unibanco S.A.; Redecard S.A.; Microinvest S.A.; Soc De Cred; Banco Itaucard S.A.; Hipercard Banco Multiplo; Itaú Seguro S.A.; Banco Itaú BBA S.A.; Banco Itaú BMG Consignado; Itaú Corretora de Valores S.A.; Itaú BMG Gestão de V.; Itaú Unibanco Holding S.A.; Marcep Corretagem de Seguros; Itauseg Saúde S.A.; Kinea Investimentos; Provar Negócios de Varejo; Luizacred S.A. Socied; Fic Promotora de Vendas; Itaú Adm. Prev. Ltda.; Icarros Ltda.
- Gerência considera colaboradores que gerenciam pessoas. Administrativo considera colaboradores de áreas administrativas que não gerenciam pessoas. Comercial e operacional considera colaboradores das agências que não gerenciam pessoas.

Colaboradores, por nível funcional e minorias, deficientes[1] – 2016
GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretor	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gestor	62	0,07	62	0,07	124	0,14
Administrativo	613	0,70	813	0,93	1.426	1,63
Comercial e operacional	1.345	1,53	1.103	1,26	2.448	2,79
Trainee	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aprendiz	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Estagiário	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	**2.020**	**2,30**	**1.978**	**2,26**	**3.998**	**4,56**

(1) Colaboradores, por nível funcional, gênero e minorias, dividido pelo total de colaboradores.

Colaboradores, por nível funcional e minorias, deficientes – 2015
GRI 405-1

Nível funcional	Mulheres	%	Homens	%	Total	%
Diretor	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Gestor	56	0,06	61	0,07	117	0,13
Administrativo	635	0,71	791	0,88	1.426	1,58
Comercial e operacional	1.387	1,54	1.161	1,29	2.548	2,83
Trainee	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aprendiz	2	0,00	0	0,00	2	0,00
Estagiário	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total	**2.080**	**2,34**	**2.013**	**2,26**	**4.093**	**4,55**

Razão matemática do salário entre gêneros GRI 405-2

Nível funcional	Taxa 2017	Taxa 2016
Diretor	1	1
Gestor	0,9	0,9
Administrativo	0,9	0,9
Comercial e operacional	0,9	1
Trainee	1	1
Aprendiz	1	1
Estagiário	1	1

* Observações:
- Consideramos apenas as informações das empresas Itaú Unibanco sob a administração do departamento de Recursos Humanos. Empresas incluídas nos relatórios em 2017: Itaú Unibanco S.A.; Redecard S.A.; Microinvest S.A.; Soc De Cred; Banco Itaucard S.A.; Hipercard Banco Multiplo; Itaú Seguro S.A.; Banco Itaú BBA S.A.; Banco Itaú BMG Consignado; Itaú Corretora de Valores S.A.; Itaú BMG Gestão de V.; Itaú Unibanco Holding S.A.; Marcep Corretagem de Seguros; Itauseg Saúde S.A.; Kinea Investimentos; Provar Negócios de Varejo; Luizacred S.A. Socied; Fic Promotora de Vendas; Itaú Adm. Prev. Ltda.; Icarros Ltda.
- Gerência considera colaboradores que gerenciam pessoas. Administrativo considera colaboradores de áreas administrativas que não gerenciam pessoas. Comercial e operacional considera colaboradores das agências que não gerenciam pessoas.

Sumário de conteúdos da GRI Standards "de acordo" – Essencial GRI 102-54 | 102-55

STANDARDS

Conteúdos gerais		Página (ou *link*)	Verificação externa
	Perfil Organizacional		
GRI 102-1	Nome da organização	A-9	Não
GRI 102-2	Principais atividades, marcas, produtos e serviços	A-33	Não
GRI 102-3	Localização da sede da organização	A-87	
GRI 102-4	Localização das operações	A-43	Não
GRI 102-5	Controle acionário e forma jurídica da organização	Somos uma empresa de capital aberto.	Não
GRI 102-6	Mercados em que a organização atua	A-43	Não
GRI 102-7	Porte da organização	A-16, A-29, A-31	Não
GRI 102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores	A-468	Sim
GRI 102-9	Cadeia de fornecedores da organização	A-436	Não
GRI 102-10	Mudanças significativas ocorridas na organização ou na cadeia de fornecedores	A-21	Não
GRI 102-11	Abordagem ou princípio da precaução	A-117	Não
GRI 102-12	Iniciativas desenvolvidas externamente	A-444	Sim
GRI 102-13	Participação em associações	A-442	Sim
	Estratégia		
GRI 102-14	Declaração do presidente	A-8	Não
GRI 102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	A-90	Não
	Ética e integridade		
GRI 102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	A-28, A-426, A-427	Não
GRI 102-17	Mecanismos de aconselhamento e preocupações sobre ética	A-427, A-428, A-440	Sim
	Governança		
GRI 102-18	Estrutura de governança	A-48, A-357	Sim
GRI 102-20	Nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais	A-357	Sim
GRI 102-25	Conflitos de interesse	A-53	Não
GRI 102-35	Políticas de remuneração	A-126	Não
GRI 102-36	Processo adotado para a determinação da remuneração	A-73, A-425	Sim
	Engajamento de *Stakeholder*		
GRI 102-40	Lista de grupos de *stakeholders*	A-353, A-355	Sim
GRI 102-41	Acordos de negociação coletiva	A-30	Não
GRI 102-42	Identificação e seleção de *stakeholders*	A-353, A-359	Sim
GRI 102-43	Abordagem adotada pela organização para envolver os *stakeholders*	A-353, A-355, A-432, A-440, A-445, A-447	Sim
GRI 102-44	Principais tópicos e preocupações levantadas	A-354, A-356, A-359	Sim

STANDARDS

Conteúdos gerais			Página (ou *link*)	Verificação externa
Prática de Reporte				
GRI 102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas		A-14	Não
GRI 102-46	Definição do conteúdo do relatório e limites dos temas materias		A-358	Sim
GRI 102-47	Lista dos temas materiais		A-359	Sim
GRI 102-48	Reformulações de informações		A-359	Sim
GRI 102-49	Alterações no relatório		A-9, A-21, A-359	Sim
GRI 102-50	Período do relatório		A-9	Sim
GRI 102-51	Data do relatório anterior mais recente		2016	Sim
GRI 102-52	Ciclo de relatórios		A-9	Sim
GRI 102-53	Ponto de contato para perguntas sobre o relatório		A-10	Não
GRI 102-56	Verificação externa		A-359	Sim

Conteúdos específicos			Página (ou *link*)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tema material: Eficiência							
GRI 103-1 Eficiência		-	A-361	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Eficiência		-	A-10	-	-	-	Não
GRI 103-3 Eficiência		-	A-10	-	-	-	Não
Tópico: Desempenho Econômico							
GRI 201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído		A-356, A-391, A-445, A-446, A-447, A-457	-	-	-	Sim
Tema material: Crédito e inadimplência							
GRI 103-1 Crédito e inadimplência		-	A-361	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Crédito e inadimplência		-	A-108	-	-	-	Não
GRI 103-3 Crédito e inadimplência		-	A-108	-	-	-	Não
Tema material: Diversificação de receitas							
GRI 103-1 Diversificação de receitas		-	A-361	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Diversificação de receitas		-	A-174	-	-	-	Não
GRI 103-3 Diversificação de receitas		-	A-174	-	-	-	Não
Tema material: Satisfação dos clientes							
GRI 103-1 Satisfação dos clientes		-	A-362	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Satisfação dos clientes		-	A-432	-	-	-	Sim
GRI 103-3 Satisfação dos clientes		-	A-432	-	-	-	Sim
Tema material: Ética e transparência							
GRI 103-1 Ética e transparência		-	A-362	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Ética e transparência		-	A-118	-	-	-	Não
GRI 103-3 Ética e transparência		-	A-118	-	-	-	Não

Conteúdos específicos			Página (ou *link*)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tópico: Comportamento Anti-competitivo							
GRI 206-1	Número total de ações judiciais referentes à concorrência desleal e a violações de leis antitruste e da regulamentação de monopólio		A-164	-	-	-	Não
Tema material: Governança Corporativa							
GRI 103-1 Governança Corporativa		-	A-363	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Governança Corporativa		-	A-48	-	-	-	Não
GRI 103-3 Governança Corporativa		-	A-48	-	-	-	Não
Tema material: Atração, retenção e desenvolvimento							
GRI 103-1 Atração, retenção e desenvolvimento		-	A-363	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Atração, retenção e desenvolvimento		-	A-414	-	-	-	Sim
GRI 103-3 Atração, retenção e desenvolvimento		-	A-414	-	-	-	Não
Tópico: Emprego							
GRI 401-1	Novas contratações de empregados e rotatividade de empregados		A-29, A-469	-	-	-	Sim
Tópico: Treinamento e Educação							
GRI 404-1	Média de horas de treinamento realizado pelos empregados		A-470	-	-	-	Sim
GRI 404-2	Programas implementados para aperfeiçoar as habilidades de empregados e programas de transição oferecidos para facilitar a continuidade da empregabilidade		A-30, A-421, A-423	Programas de transição para facilitar a empregabilidade em caso de desligamento ou pré-aposentadoria.	A informação não está disponível no momento.	Implementamos um programa piloto em 2015, porém ainda não temos dados suficientemente consolidados para divulgação neste relatório. Em 2018, iremos levartar esses dados de forma mais estruturada.	Sim
Tema material: Antecipação de cenários							
GRI 103-1 Antecipação de cenários		-	A-363, A-364	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Antecipação de cenários		-	A-4	-	-	-	Não
GRI 103-3 Antecipação de cenários		-	A-4	-	-	-	Não
Tema material: Segurança da informação							
GRI 103-1 Segurança da informação		-	A-364	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Segurança da informação		-	A-435	-	-	-	Sim
GRI 103-3 Segurança da informação		-	A-435	-	-	-	Sim
Tópico: Privacidade do cliente							
GRI 418-1	Número total de queixas comprovadas relativas à violação de privacidade do cliente e número total de vazamentos, furtos ou perdas de dados de clientes		A-436	O número de queixas sobre violação de privacidade do cliente.	A informação está sujeita a restrições específicas de confidencialidade.	Devido a sensibilidade do assunto, não estamos confortáveis em reportar esta informação.	Sim

Conteúdos específicos			Página (ou *link*)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tema material: Gestão de riscos e de capital							
GRI 103-1 Gestão de riscos e de capital		-	A-364, A-365	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Gestão de riscos e de capital		-	A-104	-	-	-	Não
GRI 103-3 Gestão de riscos e de capital		-	A-104	-	-	-	Não
Tópico: Desempenho Econômico							
GRI 201-2	Riscos e oportunidades suscitados por mudanças climáticas com potencial de gerar mudanças substanciais em operações, receitas ou despesas		A-393, A-404	-	-	-	Sim
GRI 201-4	Valor monetário total da ajuda financeira recebida pela organização de governos		A-446	-	-	-	Sim
Tema material: Atuação internacional							
GRI 103-1 Atuação internacional		-	A-365	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Atuação internacional		-	A-43	-	-	-	Não
GRI 103-3 Atuação internacional		-	A-43	-	-	-	Não
Tema material: Marca e reputação							
GRI 103-1 Marca e reputação		-	A-366	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Marca e reputação		-	A-30, A- 118	-	-	-	Não
GRI 103-3 Marca e reputação		-	A-30, A- 118	-	-	-	Não
Tópico: *Marketing* e Rotulagem							
GRI 417-3	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de *marketing*		A-433	-	-	-	Sim
Tema material: Tecnologia da informação							
GRI 103-1 Tecnologia da informação		-	A-366	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Tecnologia da informação		-	A-32	-	-	-	Não
GRI 103-3 Tecnologia da informação		-	A-32	-	-	-	Não
Tema material: Remuneração e incentivos							
GRI 103-1 Remuneração e incentivos		-	A-366, A-367	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Remuneração e incentivos		-	A-73	-	-	-	Não
GRI 103-3 Remuneração e incentivos		-	A-73	-	-	-	Não
Tópico: Treinamento e Educação							
GRI 404-3	Percentual do total de empregados que receberam avaliação regular de desempenho e de desenvolvimento de carreira		A-420	-	-	-	Não

Conteúdos específicos		Página (ou *link*)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tema material: Combate à corrupção e a atividades ilícitas						
GRI 103-1 Combate à corrupção e a atividades ilícitas	-	A-367	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Combate à corrupção e a atividades ilícitas	-	A-119, A-126, A-427, A-435, A-436	-	-	-	Sim
GRI 103-3 Combate à corrupção e a atividades ilícitas	-	A-119, A-126, A-427, A-435, A-436	-	-	-	Sim
Tópico: Anti-corrupção						
GRI 205-2	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	A-126, A-427				Sim
Tema material: Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos						
GRI 103-1 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos	-	A-367, A-368	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos	-	A-436	-	-	-	Sim
GRI 103-3 Gestão de fornecedores e cadeia de suprimentos	-	A-436	-	-	-	Sim
Tópico: Avaliação Ambiental de Fornecedores						
GRI 308-1	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	A-438, A-439	-	-	-	Não
GRI 308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	A-438, A-439, A-442	-	-	-	Não
Tópico: Avaliação Social de Fornecedores						
GRI 414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas	A-438, A-439	-	-	-	Não
GRI 414-2	Impactos negativos para as práticas trabalhistas identificados na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	A-438, A-439, A-442	-	-	-	Não
Tópico: Prática de Compra						
GRI 204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	A-438, A-439, A-441	-	-	-	Não
Tema material: Educação e inclusão financeira						
GRI 103-1 Educação e inclusão financeira	-	A-368	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Educação e inclusão financeira	-	A-407	-	-	-	Sim
GRI 103-3 Educação e inclusão financeira	-	A-407	-	-	-	Sim
Tema material: Inovação						
GRI 103-1 Inovação	-	A-369	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Inovação	-	A-185	-	-	-	Não
GRI 103-3 Inovação	-	A-185	-	-	-	Não
Tema material: Cidadania corporativa						
GRI 103-1 Cidadania corporativa	-	A-369	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Cidadania corporativa	-	A-447	-	-	-	Sim
GRI 103-3 Cidadania corporativa	-	A-447	-	-	-	Sim

Conteúdos específicos			Página (ou *link*)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
Tópico: Impactos Econômicos Indiretos							
GRI 203-2	Impactos econômicos indiretos significativos		A-377, A-409	-	-	-	Sim
Tópico: Políticas Públicas							
GRI 415-1	Valor monetário de contribuições para partidos políticos		A-446	-	-	-	Sim
Tema material: Ecoeficiência e gestão ambiental							
GRI 103-1 Ecoeficiência e gestão ambiental		-	A-370	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Ecoeficiência e gestão ambiental		-	A-393, A-394, A-404	-	-	-	Sim
GRI 103-3 Ecoeficiência e gestão ambiental		-	A-393, A-394, A-404	-	-	-	Sim
Tópico: Material							
GRI 301-1	Materiais usados por peso ou volume		A-402	-	-	-	Não
Tópico: Energia							
GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização		A-397	-	-	-	Sim
GRI 302-4	Redução do consumo de energia		A-398	-	-	-	Não
Tópico: Água							
GRI 303-1	Total de água retirada por fontes		A-396	-	-	-	Sim
GRI 303-3	Água reciclada e reutilizada		A-396	-	-	-	Sim
Tópico: Emissão							
GRI 305-1	Emissões diretas de GEE (Escopo 1)		A-399	-	-	-	Sim
GRI 305-2	Emissões indiretas de GEE provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)		A-399	-	-	-	Sim
GRI 305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Escopo 3)		A-399	-	-	-	Sim
GRI 305-5	Reduções de emissões de GEE		A-399	-	-	-	Sim
Tópico: Efluentes e resíduos							
GRI 306-2	Resíduos por tipo e métodos de disposição		A-401	-	-	-	Sim
Tópico: Conformidade							
GRI 307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais		A-404	-	-	-	Não
Tema material: Diversidade, equidade e inclusão							
GRI 103-1 Diversidade, equidade e inclusão		-	A-371	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Diversidade, equidade e inclusão		-	A-415, A-425, A-428, A-471	-	-	-	Sim
GRI 103-3 Diversidade, equidade e inclusão		-	A-415, A-425, A-428, A-471	-	-	-	Sim
Tópico: Emprego							
GRI 401-2	Benefícios concedidos a empregados de tempo integral, mas não a empregados temporários ou em regime de meio período		A-425	-	-	-	Não

Conteúdos específicos			Página (ou *link*)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
			Tópico: Diversidade e igualdade de oportunidade				
GRI 405-1	Diversidade de órgãos de governança e empregados		A-471, A-472	-	-	-	Sim
GRI 405-2	Razão matemática entre o salário e remuneração base para mulheres e homens		A-73, A-472	-	-	-	Sim
			Tópico: Não-discriminação				
GRI 406-1	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas		A-428, A-436	-	-	-	Sim
			Tema material: Saúde, segurança no trabalho e bem-estar				
GRI 103-1 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar		-	A-371	-	-	-	Sim
GRI 103-2 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar		-	A-165, A-417	-	-	-	Não
GRI 103-3 Saúde, segurança no trabalho e bem-estar		-	A-165, A-417	-	-	-	Não
			Tópico: Saúde e Segurança Ocupacional				
GRI 403-1	Representação formal dos trabalhadores na gestão conjunta – comitês de saúde e segurança do trabalho		A-419	-	-	-	Não
GRI 403-2	Tipos de lesões, a taxa de lesões, a taxa de doenças ocupacionais, dias perdidos, a taxa de absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho		A-470	-	-	-	Sim
GRI 403-3	Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação		A-420	-	-	-	Não
Suplemento setorial – serviços financeiros (versão G4)			**Página (ou *link*)**	**Omissão(ões)**	**Razão(ões) para omissão(ões)**	**Explicação para omissão(ões)**	**Verificação externa**
			Econômico				
			Desempenho Econômico				
G4-DMA Desempenho Econômico		-	A-356, A-445, A-447	-	-	-	Não
			Social				
			Comunidades locais				
G4-DMA Comunidades locais		-	A-447	-	-	-	Não
G4-FS13	Pontos de acesso em áreas pouco populosas ou em desvantagem econômica por tipo		A-31, A-32, A-408, A-409	-	-	-	Sim
G4-FS14	Iniciativas para melhorar o acesso aos serviços financeiros de pessoas com deficiências		A-410, A-434	-	-	-	Sim
			Rotulagem de produtos e serviços				
G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS15)	Políticas para o bom desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros		A-358, A-383, A-433	-	-	-	Sim
G4-DMA Rotulagem de produto e serviço (antigo FS16)	Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário		A-389, A-407	-	-	-	Sim
			Portfólio de produtos				
G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS1)	Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios		A-382, A-383, A-387, A-389, A-390	-	-	-	Sim
G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS2)	Procedimentos para avaliação e classificação de riscos socioambientais nas linhas de negócios		A-358, A-382, A-383, A-387, A-389, A-390, A-409	-	-	-	Sim

Suplemento setorial – serviços financeiros (versão G4)		Página (ou *link*)	Omissão(ões)	Razão(ões) para omissão(ões)	Explicação para omissão(ões)	Verificação externa
G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS3)	Processos para o monitoramento da implantação por parte do cliente do cumprimento de exigências socioambientais incluídas em contratos ou transações	A-383	-	-	-	Sim
G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS4)	Processo(s) para melhorar a competência do pessoal na implantação das políticas e procedimentos socioambientais aplicados às linhas de negócios	A-383, A-389	-	-	-	Sim
G4-DMA Portfólio de produto (antigo FS5)	Interações com clientes/ investidas/ parceiros comerciais em relação a riscos e oportunidades socioambientais	A-382, A-383, A-390	-	-	-	Sim
G4-FS6	Porcentagem da carteira de linhas de negócios por região específica, por porte (p. ex. micro/ pequena e media/grande) e por setor	A-409, A-463, A-464, A-465, A-466, A-467, A-468	-	-	-	Sim
G4-FS7	Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício social específico para cada linha de negócios, separados por finalidade	A-39, A-392, A-409	-	-	-	Sim
G4-FS8	Valor monetário dos produtos e serviços criados para proporcionar um benefício ambiental específico para cada linha de negócios, separados por finalidade	A-392	-	-	-	Sim
		Auditoria				
G4-DMA Auditoria (antigo FS9)	Escopo e frequência das auditorias para avaliar a implantação de políticas socioambientais e procedimentos de avaliação de riscos	A-56, A-382, A-387	-	-	-	Sim
		Controle acionário ativo				
G4-DMA Controle acionário ativo (antigo FS12)	Política(s) de voto aplicada(s) a questões sociais ou ambientais para participações nas quais a organização tem direito a ações com voto ou aconselhamento na votação	A-391	-	-	-	Sim
G4-FS10	Percentual e número de empresas na carteira da instituição com as quais a organização interagiu em questões sociais ou ambientais	A-390	-	-	-	Sim
G4-FS11	Percentual de ativos sujeitos a avaliação social ou ambiental, positiva e negativa	A-390	-	-	-	Sim

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório.

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.
São Paulo- SP

Introdução

Fomos contratados pelo Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre (i) a compilação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e (ii) o atendimento aos princípios definidos na norma AA1000 *AccountAbility Principles Standards 2008* ("AA1000APS") no que diz respeito ao processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade.

Responsabilidades da administração

A administração do Itaú Unibanco Holding S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI-Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, assim como, é responsável pelo atendimento aos princípios definidos na norma AA1000APS relativa ao processo de engajamento das partes interessadas e definição da materialidade.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – "Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social", emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e com base na NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferentes de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitida pelo IAASB – *International Auditing and Assurance Standards Board*. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de se obter segurança limitada de que as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossa responsabilidade é, também, expressar conclusão sobre o processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade ("Processo"), com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a AA1000 Assurance Standard ("AA1000AS") 2008 - tipo 1, que estabelece os seguintes procedimentos:

- confirmar a existência de um processo de identificação e participação das principais partes interessadas;
- confirmar a existência de um procedimento transparente em relação à determinação da relevância quanto aos assuntos materiais; e
- confirmar a existência de um processo de comunicação com as principais partes interessadas e, também, quanto à apresentação de uma estrutura bem definida no Relatório Anual Consolidado, no que se refere ao processo de capacidade de resposta sobre matéria de sustentabilidade.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000, a ISAE 3000 e a AA1000AS consiste, principalmente, em indagações à administração e a outros profissionais do Itaú Unibanco que estão envolvidos na elaboração das informações de sustentabilidade, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações de sustentabilidade, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Principais procedimentos executados

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017 do Itaú Unibanco, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório;

(b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores mediante entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;

(c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório;

(d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis; e

(e) obtenção de evidências dos indicadores da GRI - Standards, selecionados como os indicadores mais relevantes (materiais), contidos no Relatório Anual Consolidado 2017, e apresentados no "Sumário de conteúdos da GRI Standards".

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aplicação de procedimentos quanto à aderência às diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI- Standards) aplicáveis na elaboração das informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, e verificações para confirmar o atendimento aos princípios da norma AA1000APS no processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade.

Acreditamos que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, e o atendimento aos princípios da norma AA1000APS. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017, contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, ou incidência de descumprimento com os princípios da norma AA1000APS. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre esses assuntos.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Além disso, não realizamos nenhum trabalho em dados informados para os exercícios anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve aacreditar que (i) as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI- Standards), e (ii) o processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade não foi executado de acordo com as diretrizes dispostas na norma AA1000 *AccountAbility Principles*.

São Paulo, 20 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Declaração de Independência

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do

Itaú Unibanco Holding S.A.

São Paulo, 20 de abril de 2018

Em conexão com os nossos trabalhos relacionados à emissão de Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes sobre (i) as informações de sustentabilidade do Relatório Anual Consolidado 2017 do Itaú Unibanco Holding S.A., contidas no capítulo "Sustentabilidade" e nos anexos desse relatório, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e (ii) o atendimento aos princípios definidos na norma AA1000 AccountAbility Principles Standards 2008 ("AA1000APS") no que diz respeito ao processo de engajamento das partes interessadas e de definição da materialidade, declaramos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é independente em relação ao Itaú Unibanco Holding S.A. e não houve conflito de interesse no processo de verificação de dados ambientais e sociais relativo às informações de sustentabilidade de acordo o Código de Ética da Federação Internacional de Contadores (IFAC) e regra local do CFC, Resolução NBC PA 291(R1).

Atenciosamente,

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Informações estatísticas selecionadas

As informações a seguir foram incluídas para fins de análise e devem ser lidas em conjunto com a seção Desempenho, item Desempenho Financeiro, Principais Políticas Contábeis, Ativos e Passivos e item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS).

Os dados incluídos ou mencionados nessa seção estão apresentados de acordo com o IFRS, salvo indicação contrária.

Dados médios do balanço patrimonial e taxas de juros

A tabela a seguir apresenta os saldos médios de nossos ativos e passivos remunerados, as contas de outros ativos e passivos, os respectivos valores de receita e despesa de juros e a média de rentabilidade/taxa de juros real referentes a cada período.

Calculamos os saldos médios com base nos saldos contábeis mensais, pois acreditamos que tais saldos representam nossas operações e o custo de apresentar saldos médios usando balanços contábeis diários segundo o IFRS seria alto.

A maioria dos nossos negócios é composta por operações com pessoas físicas e jurídicas, que apresentaram um crescimento orgânico e sem variações significativas em curtos períodos. As operações de crédito de curso anormal são divulgadas como ativos não remunerados nos períodos indicados na tabela a seguir:

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Ativo	2017			2016			2015		
	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa (%)	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa (%)	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa (%)
Ativos remunerados[1]	**1.226.148**	**144.690**	**11,8**	**1.151.431**	**161.495**	**14,0**	**1.070.449**	**147.789**	**13,8**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.640	744	2,5	26.914	678	2,5	29.489	1.628	5,5
Aplicações no mercado aberto	262.150	25.712	9,8	252.737	34.162	13,5	204.362	27.572	13,5
Depósitos compulsórios no Banco Central	90.189	7.201	8,0	72.031	6.920	9,6	63.418	5.748	9,1
Ativos financeiros mantidos para negocição	226.514	22.944	10,1	179.035	23.669	13,2	152.687	19.826	13,0
Ativos financeiros disponíveis para venda	92.588	8.886	9,6	87.678	11.160	12,7	82.744	8.979	10,9
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	38.512	2.896	7,5	41.384	3.788	9,2	38.295	3.758	9,8
Operações de crédito e arrendamento mercantil	432.501	75.584	17,5	438.081	80.118	18,3	445.583	79.392	17,8
Outros ativos financeiros	54.055	723	1,3	53.570	1.000	1,9	53.871	886	1,6
Ativos não remunerados	**143.022**			**159.779**			**115.597**		
Disponibilidades	19.027			21.204			19.159		
Depósitos compulsórios no Banco Central	3.806			3.782			3.797		
Derivativos	21.635			28.904			24.276		
Empréstimos de curso anormal	19.066			21.487			18.559		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.274)			(28.902)			(24.526)		
Imobilizado, líquido	7.647			8.176			8.618		
Investimentos em empresas não consolidadas	5.087			4.790			4.219		
Ágio	9.890			6.286			2.011		
Ativos intangíveis líquido	7.634			8.336			6.225		
Ativos fiscais	41.150			47.265			43.212		
Bens destinados à venda	685			570			341		
Outros ativos	34.669			37.881			9.706		
Total	**1.369.170**			**1.311.210**			**1.186.046**		

(1) Para o rendimento líquido do total médio ativos remunerados, consulte "Margem Líquida de Juros e *Spread*".

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

Passivo	2017			2016			2015		
	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa (%)	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa (%)	Saldo médio	Juros	Rendimento médio/taxa (%)
Passivos remunerados	**1.016.569**	**78.325**	**7,7**	**969.461**	**95.125**	**9,8**	**875.904**	**75.064**	**8,6**
Depósitos remunerados	287.398	13.340	4,6	244.121	14.701	6,0	236.315	13.587	5,7
Depósitos de poupança	110.411	6.393	5,8	106.838	7.501	7,0	114.500	7.720	6,7
Depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo	176.987	6.946	3,9	137.283	7.200	5,2	121.815	5.867	4,8
Captações no mercado aberto	328.721	33.082	10,1	339.416	45.932	13,5	297.509	32.879	11,1
Recursos do mercado interbancário e do mercado institucional	229.178	16.911	7,4	240.563	16.596	6,9	219.463	15.999	7,3
Recursos de mercados interbancários	133.894	10.059	7,5	144.968	8.347	5,8	134.637	7.970	5,9
Recursos de mercados institucionais	95.284	6.852	7,2	95.595	8.249	8,6	84.826	8.030	9,5
Provisão de seguros e previdência e passivos de planos de capitalizaçnao	171.024	14.918	8,7	144.387	17.790	12,3	121.856	12.557	10,3
Outros passivos remunerados	248	74	30,0	974	106	10,9	761	42	5,5
Passivos não remunerados	**212.633**			**214.024**			**203.376**		
Depósitos não remunerados	61.844			61.895			54.148		
Derivativos	23.195			29.752			29.488		
Outros passivos não remunerados	127.594			122.377			119.740		
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**127.590**			**117.844**			**105.034**		
Participaçnoes de acionistas não controladores	**12.378**			**9.880**			**1.732**		
Total	**1.369.170**			**1.311.210**			**1.186.046**		

Variações nas receitas e despesas de juros – análise de volume e taxas

Apresentamos a seguir a distribuição das variações em nossas receitas e despesas de juros, em termos do volume médio, e as variações na média dos rendimentos/taxas para os períodos indicados. As movimentações dos volumes e das taxas foram calculadas com base nas variações de saldos médios ocorridas no período e nas variações na média dos rendimentos/taxas de juros sobre os ativos e passivos remunerados de um período para o outro.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

	Aumento/(redução) devido a variações em:								
	2017-2016			2016-2015			2015-2014		
	Volume[1]	Rendimento/ taxa[2]	Variação líquida[3]	Volume[1]	Rendimento/ taxa[2]	Variação líquida[3]	Volume[1]	Rendimento/ taxa[2]	Variação líquida[3]
Ativos remunerados	**(4.462)**	**(12.345)**	**(16.805)**	**10.158**	**3.547**	**13.706**	**15.027**	**12.647**	**27.674**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	68	(2)	67	(131)	(819)	(950)	301	41	342
Aplicações no mercado aberto	1.327	(9.778)	(8.451)	6.539	52	6.591	4.001	5.641	9.642
Depósitos compulsórios no Banco Central	852	(571)	281	813	358	1.171	(733)	578	(156)
Ativos financeiros mantidos para negociação	(6.128)	5.403	(725)	3.477	366	3.843	2.166	2.532	4.698
Ativos financeiros disponíveis para venda	670	(2.944)	(2.274)	559	1.622	2.181	403	1.303	1.707
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	(250)	(643)	(892)	181	(151)	30	1.371	40	1.411
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	(1.010)	(3.524)	(4.534)	(1.275)	2.000	726	7.434	2.710	10.144
Outros ativos financeiros	9	(286)	(277)	(5)	119	114	83	(198)	(115)
Passivos remunerados	**3.925**	**(20.726)**	**(16.801)**	**9.342**	**10.719**	**20.060**	**11.420**	**(9.333)**	**2.087**
Depósitos remunerados	**981**	**(2.342)**	**(1.362)**	**446**	**669**	**1.114**	**276**	**1.247**	**1.523**
Depósitos de poupança	131	(1.239)	(1.108)	(572)	354	(219)	191	624	815
Depósitos interfinanceiros	(557)	(817)	(1.375)	(138)	659	521	485	(115)	370
Depósitos a prazo	1.407	(286)	1.121	1.156	(344)	812	(400)	738	338
Captações no mercado aberto	**(1.407)**	**(11.444)**	**(12.850)**	**5.032**	**8.020**	**13.053**	**3.279**	**2.829**	**6.109**
Recursos de mercados interbancários e de mercados institucionais	**(600)**	**914**	**315**	**1.308**	**(711)**	**596**	**6.595**	**(15.695)**	**(9.100)**
Recursos de mercados interbancários	(573)	2.284	1.712	586	(208)	377	3.444	(9.878)	(6.434)
Recursos de mercados institucionais	(27)	(1.370)	(1.397)	722	(503)	219	3.151	(5.816)	(2.666)
Provisões de seguros e previdência e Passivos de planos de capitalização	**4.926**	**(7.798)**	**(2.872)**	**2.542**	**2.691**	**5.233**	**1.262**	**2.307**	**3.569**
Outros passivos remunerados	**24**	**(56)**	**(32)**	**14**	**50**	**64**	**8**	**(22)**	**(14)**

(1) A variação nos volumes foi calculada como variação nos ativos ou passivos remunerados, de um período ao outro, multiplicada pelo rendimento médio/taxa do período anterior.
(2) A variação nos rendimentos/ taxas foi calculada por meio da multiplicação da variação nos rendimentos/taxas no período pelos ativos ou passivos médios remunerados do período anterior.
(3) A variação líquida dos efeitos combinados dos volumes e rendimentos/taxas foi apropriada proporcionalmente à variação de volume e rendimento/taxa, em termos absolutos, sem considerar os efeitos positivos e negativos.

Margem de juros líquida e *spread*

Apresentamos a seguir nossos ativos e passivos médios remunerados, a receita líquida de juros, a margem de juros líquida e o *spread* líquido comparativo para os períodos indicados.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2017	2016	2015
Total dos ativos médios remunerados	1.226.148	1.151.430	1.070.450
Total dos passivos médios remunerados	1.016.569	969.461	875.904
Receita de juros líquida[1]	66.365	66.370	72.725
Rendimento médio sobre os ativos médios remunerados[2]	11,8%	14,0%	13,8%
Rendimento médio sobre os passivos médios remunerados[3]	7,7%	9,8%	8,6%
Spread líquido[4]	4,1%	4,2%	5,2%
Margem de juros líquida[5]	5,4%	5,8%	6,8%

(1) Soma do total da receita de juros menos total das despesas de juros.
(2) Total da receita de juros dividido pelo total dos ativos médios remunerados.
(3) Total da despesa de juros dividido pelo total de passivos médios remunerados.
(4) Diferença entre os rendimentos médios sobre os ativos remunerados e a taxa média sobre os passivos remunerados.
(5) Receita financeira líquida dividida pelo total de ativos médios remunerados.

Retorno sobre o patrimônio e ativos

Apresentamos a seguir dados referentes ao retorno sobre o patrimônio e ativos para os períodos indicados.

(Em milhões de R$, exceto porcentagens)

	2017	2016	2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	23.903	23.263	25.740
Ativos totais médios	1.369.170	1.311.210	1.186.046
Patrimônio líquido médio	127.590	117.844	105.034
Lucro líquido como porcentagem dos ativos totais médios[1]	1,7%	1,8%	2,2%
Lucro líquido como porcentagem do patrimônio líquido médio[1]	19,7%	20,1%	24,8%
Patrimônio líquido médio como porcentagem dos ativos totais médios	9,3%	9,0%	8,9%
Índice de pagamento de dividendos por ação[2]	70,6%	45,0%	30,6%

(1) Atribuível aos acionistas controladores.
(2) Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação dividido pelo lucro básico por ação. Consulte a seção Nosso perfil, item Em números, Dados Financeiros Selecionados para informações adicionais sobre o cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio e lucro básico por ação.
Obs: Pagamento calculado considerando o lucro líquido recorrente com base nos números do BRGAAP.

Taxas de câmbio

Atualmente, o sistema de câmbio brasileiro permite a compra e venda de moeda estrangeira e a realização de transferências internacionais em reais por qualquer pessoa física ou jurídica, sujeitas a certos procedimentos regulatórios.

O governo brasileiro pode impor restrições temporárias sobre a conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e a remessa para investidores estrangeiros do resultado de seus investimentos no Brasil. A legislação brasileira permite que o governo imponha essas restrições sempre que houver um grave desequilíbrio na balança de pagamentos brasileira ou razões para se prever um desequilíbrio grave. Não podemos prever se o governo brasileiro irá impor restrições às remessas no futuro. O real poderá se valorizar ou desvalorizar de forma significativa em relação ao dólar dos Estados Unidos no futuro.

Consulte a seção Nossa Gestão de Riscos, item Fatores de Risco, Riscos Macroeconômicos, item Taxa de câmbio, para mais detalhes.

A tabela a seguir apresenta informações sobre a taxa de venda do dólar dos Estados Unidos e do euro, conforme dados do Banco Central, nos períodos e datas indicados.

Ano	Taxa de câmbio da moeda brasileira por US$ 1,00				Taxa de câmbio da moeda brasileira por € 1,00			
	Mínimo	Máximo	Média[1]	Final do ano	Mínimo	Máximo	Média[1]	Final do ano
2013	1,9528	2,4457	2,1741	2,3426	2,5347	3,2682	2,8947	3,2265
2014	2,1974	2,7403	2,3599	2,6562	2,8900	3,4320	3,1113	3,2270
2015	2,5754	4,1949	3,3876	3,9048	2,9080	4,7209	3,7358	4,2504
2016	3,1193	4,1558	3,4500	3,2591	3,3879	4,5032	3,8043	3,4384
2017	3,0510	3,3807	3,2031	3,3080	3,2455	3,9693	3,6502	3,9693
2018 (até 18 de abril de 2018)	3,1391	3,4263	3,2667	3,3844	3,8617	4,2394	4,0169	4,1902

Fonte: Sistema Economatica.
(1) Representa a média de fechamento das taxas de câmbio de cada mês do período em questão.

Mês	Taxa de câmbio da moeda brasileira por US$ 1,00				Taxa de câmbio da moeda brasileira por € 1,00			
	Mínimo	Máximo	Média[1]	Final do ano	Mínimo	Máximo	Média[1]	Final do ano
Outubro de 2017	3,1315	3,2801	3,1912	3,2769	3,6698	3,8256	3,7500	3,8140
Novembro de 2017	3,2136	3,2920	3,2594	3,2616	3,7710	3,8839	3,8280	3,8839
Dezembro de 2017	3,2322	3,3332	3,2919	3,3080	3,8152	3,9693	3,8961	3,9693
Janeiro de 2018	3,1391	3,2697	3,2106	3,1624	3,8617	3,9624	3,9187	3,9404
Fevereiro de 2018	3,1730	3,2821	3,2415	3,2449	3,9482	4,0364	4,0024	3,9585
Março de 2018	3,2246	3,3380	3,2792	3,3238	3,9728	4,1274	4,0443	4,0850
Abril de 2018 (até 18 de abril de 2018)	3,3104	3,4263	3,3762	3,3844	4,0595	4,2394	4,1590	4,1902

Fonte: Sistema Economatica.
(1) Representa a média de fechamento das taxas de câmbio de cada mês do período em questão.

Riscos relativos a nossas ADSs

Antes de investir em nossas ações e ADSs, é importante que o investidor saiba que, além dos riscos relacionados aos nossos negócios, que podem impactar o valor de nossos títulos e valores mobiliários e nossa capacidade de cumprir com certas obrigações, inclusive o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, o mesmo estará exposto a riscos adicionais, conforme descrito a seguir. Riscos adicionais e incertezas das quais não estamos cientes ou que atualmente consideramos imateriais também podem se tornar fatores importantes que nos afetam e/ou afetam os detentores de ADSs.

A relativa volatilidade do preço e a liquidez limitada dos mercados de capitais brasileiros podem limitar significativamente a capacidade de nossos investidores de venderem as ações preferenciais subjacentes às ADSs, pelo preço e na época em que desejarem

O investimento em títulos negociados em mercados emergentes envolve, com frequência, um risco maior que o investimento em títulos de emissores nos EUA ou em outros países desenvolvidos e esses investimentos são geralmente considerados de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de títulos e valores mobiliários é menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os mercados nos EUA ou em outros países. Desse modo, a capacidade do investidor de vender as ações preferenciais subjacentes às ADSs pelo preço e no momento desejado pelo investidor pode ser substancialmente limitada.

As ações preferenciais subjacentes às nossas ADSs não têm direito a voto, exceto em circunstâncias específicas

De acordo com nosso estatuto social, os detentores de ações preferenciais e, portanto, de nossas ADSs, não têm direito a voto nas assembleias gerais, exceto em circunstâncias específicas. Mesmo nessas circunstâncias, os detentores de ADSs podem estar sujeitos a restrições de ordem prática sobre sua capacidade de exercer seu direito de voto em decorrência de processos operacionais adicionais envolvidos na comunicação com esses acionistas, conforme mencionado a seguir.

De acordo com as disposições do contrato de depósito de ADSs, em caso de uma assembleia geral, notificaremos o banco depositário que, na medida do possível, repassará a convocação aos detentores de ADSs acompanhada de instruções sobre como esses detentores podem participar da referida assembleia; e os detentores de ADSs deverão instruir o banco depositário sobre como votar para exercer o seu direito de voto. Esse passo adicional de instrução ao banco depositário de ADSs pode tornar o processo para exercício do direito de voto mais longo para os detentores de ADSs.

Os detentores de ADSs podem ficar impossibilitados de exercer direitos de preferência com relação às ações preferenciais

Podemos não conseguir oferecer, aos detentores de nossas ADSs dos EUA, os direitos de preferência aplicáveis aos detentores de nossas ações preferenciais, em caso de aumento de nosso capital social mediante emissão de ações preferenciais, a menos que exista uma declaração válida de registro referente a tais direitos de preferência e a nossas ações preferenciais em vigor, ou exista uma isenção dessa exigência de registro de acordo com a Lei de Valores Mobiliários dos EUA. Como não somos obrigados a arquivar uma declaração de registro referente aos direitos de preferência de nossas ações preferenciais, não podemos garantir que serão oferecidos direitos de preferência. Caso essa declaração de registro não seja arquivada ou não haja isenção desse registro, os detentores de nossas ADSs dos Estados Unidos poderão não receber qualquer valor decorrente da concessão desses direitos de preferência.

O cancelamento de ADSs poderá acarretar a perda da possibilidade de remeter moeda estrangeira para o exterior e de certas vantagens fiscais no Brasil

Apesar de os detentores de ADS beneficiarem-se do certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, obtido no Brasil pelo custodiante de nossas ações preferenciais subjacentes às ADSs, que permite ao banco depositário converter em moeda estrangeira os dividendos e outros proventos relacionados às ações preferenciais subjacentes às ADSs e remeter os resultados para o exterior. A disponibilidade e as exigências referentes a esse certificado eletrônico podem ser afetadas negativamente por futuras mudanças na legislação.

Se um detentor de ADSs cancelar suas ADSs e, dessa forma, receber as ações preferenciais subjacentes às ADSs, este deverá registrar a posição detida em ações preferenciais no Banco Central do Brasil como (i) um Investimento Estrangeiro Direto, sujeito à Lei nº 4.131/62, que exigirá um certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, o Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Estrangeiro Direto (RDE-IED); ou (ii) um Investimento Estrangeiro no Mercado Financeiro e de Capitais,

sujeito à Resolução CMN nº 4.373/14, que, entre outras exigências, determina a nomeação de uma instituição financeira no Brasil como custodiante das ações preferenciais e representante legal do investidor estrangeiro no Registro Declaratório Eletrônico de Portfólio (RDE – Portfólio). Não registrar o investimento nas ações preferenciais como investimento estrangeiro por uma das modalidades mencionadas acima (por exemplo, RDE – IED ou RDE – Portfólio) impactará a capacidade do detentor de alienar as ações preferenciais e receber dividendos. Além disso, a regulamentação brasileira requer que, no recebimento das ações subjacentes às ADSs, o investidor realize operações de câmbio e pague impostos sobre essas operações, conforme aplicável.

O tratamento fiscal para remessa de dividendos, distribuições e resultados decorrentes de qualquer alienação de nossas ações preferenciais poderá ser menos favorável caso o detentor de ações preferenciais obtenha o RDE-IED em vez de do RDE – Portfólio. Além disso, caso tente obter o seu próprio certificado eletrônico de registro de capital estrangeiro, esse detentor de ações preferenciais poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de obtenção do registro, o que poderia impactar sua capacidade de receber, de forma tempestiva, dividendos ou distribuições relacionadas às nossas ações preferenciais ou ao retorno sobre capital.

Os detentores de ADSs possuem direitos que diferem dos direitos dos acionistas de empresas organizadas sob as leis dos EUA ou de outros países

Nossos assuntos societários são disciplinados por nosso estatuto social e pela legislação societária brasileira, que podem ter princípios jurídicos diferentes dos que seriam aplicáveis caso fossemos organizados sob as leis dos EUA ou de outro país. Nos termos da legislação societária brasileira, os direitos dos detentores de ADSs e dos detentores de nossas ações preferenciais podem ser diferentes daqueles previstos na legislação dos EUA ou de outro país, no que diz respeito à proteção dos interesses do investidor, inclusive tutelas jurisdicionais disponibilizadas para o investidor no caso de medidas tomadas pelo nosso Conselho de Administração ou pelos acionistas detentores de ações ordinárias.

Tributação de detentores de ADSs

O resumo a seguir baseia-se nas legislações tributárias em vigor nesta data, no Brasil e nos Estados Unidos, e inclui uma descrição das principais considerações tributárias referentes aos impostos federais sobre renda no Brasil e nos Estados Unidos, decorrentes da aquisição, titularidade e alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, embora não pretenda apresentar uma descrição completa de todas as considerações tributárias que poderiam ser relevantes para essas questões, considerando que leis são sujeitas a alterações e diferentes interpretações (possivelmente com efeito retroativo). Embora atualmente não exista nenhum tratado referente a imposto de renda em vigor entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades fiscais desses países chegaram a um consenso sobre as disposições aplicáveis para tratamento fiscal recíproco de compensação de imposto retido no país de origem e no país de residência. Entretanto, não podemos garantir se ou quando algum tratado entrará em vigor ou como o mesmo afetará um detentor dos EUA (definido a seguir) de nossas ações preferenciais ou ADSs.

Potenciais compradores de nossas ações preferenciais ou ADSs devem consultar seus assessores tributários em relação às consequências tributárias decorrentes da aquisição, titularidade e alienação das nossas ações preferenciais ou ADSs, em particular o efeito de qualquer legislação tributária estadual ou municipal, aplicável a não residentes que não sejam dos EUA.

Considerações sobre tributação no Brasil

Resumimos a seguir as principais consequências tributárias no Brasil relacionadas à aquisição, titularidade e alienação por detentores não residentes de nossas ADSs.

Detentores não residentes que sejam residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais

Conforme disposto no artigo 1º da Instrução Normativa nº 1.037, de 4 de junho de 2010 e alterações posteriores, "paraíso fiscal" é definido como um país ou localidade (a) que não impõe tributação à renda ou que o faça à alíquota máxima de 20% ou 17%, conforme detalhado a seguir; ou (b) cuja legislação interna impõe restrições sobre a divulgação da composição societária ou titularidade de investimentos. Uma relação das jurisdições atualmente consideradas paraísos fiscais foi publicada na referida Instrução Normativa. Detentores não residentes que residam ou sejam domiciliados em paraísos fiscais podem estar sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte no Brasil à alíquotas mais altas do que investidores não residentes que não sejam residentes ou não estejam domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, como descrito a seguir.

Adicionalmente, em 24 de junho de 2008, a Lei n° 11.727 introduziu o conceito de "regime fiscal privilegiado", definido como aquele que (i) não tributa a renda ou o faz a uma alíquota máxima inferior a 20%; (ii) concede vantagem de natureza fiscal a pessoa física ou jurídica não residente (a) sem exigência de realização de atividade econômica substantiva no país ou dependência, ou (b) condicionada ao não exercício de atividade econômica substantiva no país ou dependência; (iii) não tributa rendimentos auferidos fora de seu território ou o faz a uma alíquota máxima inferior a 20%; ou (iv) não permite o acesso a informações relativas a composição societária, titularidade de bens ou direitos ou operações econômicas realizadas.

Em 28 de novembro de 2014, as autoridades fiscais brasileiras emitiram a Portaria nº 488, que reduz de 20% para 17% a alíquota máxima da tributação da renda em determinados casos. Nos termos da Portaria nº 488, o limite de 17% aplica-se somente a países e regimes que observem padrões internacionais de transparência fiscal, de acordo com as normas a serem estabelecidas pelas autoridades tributárias brasileiras.

Não obstante o mencionado antes, recomendamos que potenciais investidores consultem seus assessores tributários em relação às consequências da promulgação da Lei nº 11.727, da Instrução Normativa nº 1.037 e de qualquer lei ou regulamentação brasileira de natureza tributária relacionada a paraísos fiscais e regimes fiscais privilegiados.

Tributação de dividendos

O pagamento de dividendos decorrentes de lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996, inclusive dividendos pagos em espécie, não está sujeito à retenção do imposto de renda na fonte no Brasil. O pagamento de dividendos oriundos de lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 poderá estar sujeito à retenção na fonte a taxas variáveis no Brasil, de acordo com o ano em que os lucros foram gerados.

Tributação de juros sobre capital próprio

A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e alterações posteriores, permite que uma sociedade brasileira constituída por ações, como a nossa, efetue pagamentos de juros sobre o capital próprio além das distribuições de dividendos. Consulte a seção Nossa Gestão de Risco, item Ambiente Regulatório, Tributação, para mais informações. O pagamento de juros sobre o capital próprio atualmente está sujeito à incidência de imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, ou 25% para investidores não residentes que residam ou estejam domiciliados em jurisdição considerada paraíso fiscal.

Tributação de ganhos

(a) Vendas ou outras formas de alienação de ADSs

Indiscutivelmente, os ganhos auferidos no exterior por um investidor não residente, relacionados à venda ou outras formas de alienação das ADSs para outro investidor não residente, não estão sujeitos à tributação brasileira. Entretanto, de acordo com a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, a alienação de ativos localizados no Brasil por um investidor não residente pode estar sujeita à retenção, no Brasil, de imposto de renda à alíquota geral de 15% ou a uma alíquota progressiva que pode variar de 15% a 22,5% dependendo do tipo de investimento feito no Brasil e do local onde o investidor não residente resida ou esteja domiciliado (uma alíquota de 25% pode ser aplicada caso o beneficiário estrangeiro seja residente ou domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal para fins tributários brasileiros).

Embora a referida lei não seja completamente clara a respeito do que seja considerado um ativo localizado no Brasil, em geral, as ADSs não são consideradas ativos localizados no Brasil, para fins dessa Lei, pois representam títulos emitidos e negociados em um mercado de câmbio no exterior. É importante observar que ainda que as ADSs fossem consideradas ativos localizados no Brasil, os investidores não residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais ainda podem solicitar isenção de imposto sobre ganhos de capital, conforme previsto pelo artigo 81 da Lei n° 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e alterações posteriores.

(b) Conversão de nossas ações preferenciais em ADSs

O depósito feito por um investidor não residente em nossas ações preferenciais com o depositário, para conversão em ADSs, pode estar sujeito à tributação brasileira de ganhos de capital se esse investidor não residente resida ou seja domiciliado em uma jurisdição considerada paraíso fiscal, ou se essas ações preferenciais não tiverem sido registradas no Banco Central do Brasil, conforme a Resolução CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, vigente desde 30 de março de 2015 (antiga Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e Resolução CMN nº 1.927, de 18 de maio de 1992), e alterações posteriores. Nesses casos, a diferença entre o custo de aquisição das ações preferenciais ou outro montante anteriormente registrado no Banco Central e o preço médio dessas ações preferenciais, conforme a Resolução CMN nº 4.373/14, pode ser considerada ganho de capital tributável e sujeita à tributação sobre a renda. Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Ambiente regulatório, Fundos de investidores estrangeiros, para mais detalhes.

Investidores não residentes que residam ou sejam domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais poderão estar sujeitos à tributação sobre ganhos de capital à alíquota de 25%, quando da venda ou transferência de ações fora dos mercados financeiros no momento dessa conversão.

Por outro lado, quando investidores não residentes, que não residam ou estejam domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, depositam ações preferenciais registradas, de acordo com a Resolução CMN nº 4.373/14, em troca de ADSs, esse depósito não deverá estar sujeito à tributação de ganho de capital.

(c) Venda ou outras formas de alienação de nossas ações preferenciais

Investidores não residentes, que não residam ou estejam domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, que registram suas carteiras de investimentos de acordo com a Resolução CMN nº 4.373/14 beneficiam-se de um tratamento fiscal especial, segundo o qual qualquer ganho de capital decorrente da venda de títulos mobiliários em bolsas de valores brasileiras está isento de imposto de renda. Por outro lado, de acordo com a Resolução CMN nº 4.373/14, a venda de ações não registradas ou realizada fora das bolsas de valores brasileiras estará geralmente sujeita à tributação sobre ganho de capital à alíquota de 15%.

Esse tratamento especial não se aplica a investidores não residentes, que sejam residentes ou domiciliados em jurisdições consideradas paraísos fiscais, sujeitos às regras gerais de tributação aplicáveis a residentes brasileiros na venda de seus investimentos nos mercados financeiros, incluindo bolsas de valores e mercados de balcão. A alíquota do imposto, nesses casos, é geralmente de 15%. Se esses investidores não residentes venderem ações fora do mercado financeiro, a alíquota de imposto de renda será de 25%. Qualquer exercício de direito de preferência relativo às nossas ações preferenciais (e ao programa de ADSs) não estará sujeito à tributação brasileira. Os ganhos oriundos da venda ou cessão de direitos de preferência estarão sujeitos à tributação brasileira sobre a renda de acordo com as mesmas regras aplicáveis à alienação de ações ou ADSs.

Imposto sobre Operações Financeiras – IOF/Câmbio e IOF/ Títulos e valores mobiliários

De acordo com o Decreto n° 6.306/2007 e alterações posteriores, o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) pode incidir sobre certas operações de câmbio. Consulte a seção Nossa gestão de riscos, item Ambiente regulatório, Tributação, para mais detalhes sobre IOF.

A aquisição de ADSs não está sujeita à incidência de IOF. Em 24 de dezembro de 2013, segundo o Decreto n° 8.165, a alíquota de IOF/Imposto sobre títulos e valores mobiliários que incide sobre a cessão de ações negociadas na bolsa de valores brasileira para permitir a emissão de *depositary receipts* a serem negociados no exterior foi reduzida para zero.

Outros tributos brasileiros

Não há tributação brasileira sobre herança, doação ou sucessão, quando da transmissão da propriedade ou da nua-propriedade (propriedade sem usufruto do bem) de nossas ações preferenciais ou ADSs fora do Brasil, ou sobre a constituição de usufruto gratuito sobre tais ações ou ADSs por um investidor não residente, exceto os tributos sobre doação, herança e sucessão incidentes em alguns estados brasileiros, se forem conferidos nesses Estados ou no exterior, quando o beneficiário residir ou for domiciliado nesses Estados. Não existem, no Brasil, tributos de selo, emissão, registro ou assemelhados, a serem pagos por detentores de nossas ações preferenciais ou ADS não residentes.

RECOMENDA-SE A POTENCIAIS INVESTIDORES CONSULTAR SEUS PRÓPRIOS ASSESSORES TRIBUTÁRIOS ACERCA DA TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA NOS NÍVEIS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL RELACIONADA À AQUISIÇÃO, TITULARIDADE E ALIENAÇÃO DE NOSSAS AÇÕES PREFERENCIAIS OU ADSs, TENDO EM VISTA SUAS PARTICULARIDADES E O IMPACTO DE QUALQUER LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTRANGEIRA.

Considerações sobre tributação federal nos Estados Unidos

Apresentamos uma breve discussão sobre as principais considerações sobre o imposto de renda federal dos EUA, incidente na aquisição, titularidade e alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs por investidores dos Estados Unidos (conforme definido a seguir) que detenham essas ações preferenciais ou ADSs como ativos de capital, no contexto da seção 1221 do Código Tributário Federal dos Estados Unidos de 1986 e alterações posteriores (o "Código"). Essa discussão não aborda todos os aspectos da legislação tributária federal dos EUA que podem ser relevantes para um investidor específico dos Estados Unidos à luz de circunstâncias especiais às quais pode estar sujeito, ou para os investidores dos Estados Unidos sujeitos a tratamento especial nos termos da legislação de imposto de renda federal dos Estados Unidos, como bancos, companhias de seguro, planos de previdência, companhias reguladas de investimentos, trustes de investimentos imobiliários, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários, entidades isentas de tributação; determinados ex-cidadãos ou ex-residentes dos Estados Unidos, investidores dos Estados Unidos que detêm nossas ações preferenciais ou ADSs como parte de uma "estratégia de combinação de opções, "cobertura contra risco potencial", "conversão" ou outra forma de transação integrada; investidores dos Estados Unidos que fazem transações marcadas a mercado para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos; investidores dos Estados Unidos que possuem moeda funcional diferente do dólar dos Estados Unidos; investidores dos Estados Unidos que possuem (ou considera-se que possuem) 10% ou mais (pelo poder de voto) das nossas ações; ou investidores dos Estados Unidos que recebem nossas ações preferenciais ou ADSs como remuneração. Adicionalmente, esta discussão não aborda o efeito de qualquer legislação tributária estadual ou municipal dos Estados Unidos, ou de fora dos Estados Unidos, ou tributação dos Estados Unidos sobre herança, doação ou ainda qualquer alternativa de imposto mínimo.

Essa discussão é baseada no Código, nas regulamentações do Tesouro dos Estados Unidos, promulgadas ou propostas, e em interpretações administrativas e judiciais, todas em vigor nesta data e sujeitas a alterações, possivelmente com efeito retroativo, ou a diferentes interpretações. Partimos do princípio de que cada obrigação constante do acordo de depósito e de qualquer acordo relacionado será executada em conformidade com seus termos.

Para fins dessa discussão, o termo "investidor dos Estados Unidos" significa o beneficiário de nossas ações preferenciais ou ADSs que é, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, (i) uma pessoa física cidadã ou residente nos Estados Unidos; (ii) uma sociedade por ações constituída ou organizada de acordo com as leis dos Estados Unidos, de um de seus estados ou do Distrito de Columbia; (iii) um espólio cuja renda esteja sujeita ao imposto de renda federal dos Estados Unidos, independentemente de sua fonte; ou (iv) um truste: (a) cuja administração esteja submetida a um tribunal dos Estados Unidos que exerça supervisão básica ou a uma ou mais pessoas dos Estados Unidos com poderes para controlar todas as suas decisões substanciais ou (b) que possua uma opção válida de ser tratado como cidadão dos Estados Unidos nos termos das regulamentações aplicáveis do Tesouro dos Estados Unidos.

Para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, se uma entidade tratada como sociedade investir em nossas ações preferenciais ou ADSs, o tratamento dispensado a esse investimento dependerá, em parte, da situação e das atividades dessa entidade e do sócio em particular. Qualquer entidade desse tipo deverá consultar seus próprios assessores tributários acerca do imposto de renda federal dos EUA incidente sobre essa entidade e aos seus sócios e relacionada à aquisição, titularidade e alienação dessas ações preferenciais ou ADSs, especialmente em vista das recentes alterações na legislação tributária dos Estados Unidos.

RECOMENDA-SE A POTENCIAIS INVESTIDORES CONSULTAR SEUS PRÓPRIOS ASSESSORES TRIBUTÁRIOS ACERCA DA TRIBUTAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NOS NÍVEIS LOCAL, ESTADUAL E FEDERAL RELACIONADA À AQUISIÇÃO, TITULARIDADE E ALIENAÇÃO DE NOSSAS AÇÕES PREFERENCIAIS OU ADSs, TENDO EM VISTA

SUAS PARTICULARIDADES E O IMPACTO DE QUALQUER LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA QUE NÃO SEJA AQUELA APLICADA NOS ESTADOS UNIDOS.

Exceto quando especificamente descrito abaixo, esta discussão parte do princípio de que não somos e nem seremos uma empresa de investimento estrangeiro passivo (*Passive Foreign Investment Company* – "PFIC") para fins de imposto de renda dos Estados Unidos. Para mais detalhes, consulte o item Considerações sobre Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo (PFIC) a seguir.

Tratamento das ADSs

Em geral, para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos, um investidor dos Estados Unidos em ADSs será tratado como o investidor dos Estados Unidos com participação proporcional em nossas ações preferenciais, detidas pelo depositário (ou seu custodiante) e representadas comprovadamente por essas ADSs. Dessa forma, quaisquer depósitos ou retiradas de nossas ações preferenciais, em troca de ADSs, não resultarão na realização de ganho ou prejuízo para esse investidor dos Estados Unidos para fins de imposto de renda federal naquele país.

Distribuições

Um investidor dos Estados Unidos que recebe uma distribuição relativa às nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou por meio de ADSs), incluindo pagamentos de juros sobre o capital próprio, conforme descrito anteriormente no item Tributação no Brasil – Tributação de juros sobre o capital próprio, geralmente deverá incluir o montante de tal distribuição (sem redução de eventual imposto brasileiro retido na fonte relacionado com ele), em sua receita bruta como um dividendo, na medida em que for feita com nossos lucros correntes ou acumulados (de acordo com as regras do imposto de renda federal dos EUA), na data em que esse investidor dos Estados Unidos (ou o depositário, no caso das ADSs) receber, implícita ou efetivamente, tal distribuição, não sendo elegível à dedução dos dividendos recebidos que é permitida às sociedades por ações. A distribuição realizada para os investidores de nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou por meio de ADSs) que ultrapassar o valor de nossos lucros correntes e acumulados será tratada, em geral, primeiramente como retorno não tributável de capital na proporção da participação do investidor dos Estados Unidos em nossas ações preferenciais ou ADSs, conforme o caso, e acima disso, como ganho decorrente da venda ou troca de tais ações preferenciais ou ADSs (tratada da mesma forma descrita a seguir em Venda, troca ou outra forma de alienação das ações preferenciais ou ADSs). Não mantemos, e não planejamos manter, cálculos dos lucros e rendimentos para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Como resultado, um investidor dos Estados Unidos poderá precisar incluir o valor integral dessa distribuição em sua receita como um dividendo.

O valor em dólares de qualquer distribuição de nossas ações preferenciais realizada em reais deve ser calculado com base na taxa de câmbio entre o dólar dos Estados Unidos e o real vigente na data do efetivo recebimento da distribuição pelo investidor dos Estados Unidos (ou o depositário, no caso de ADSs), independentemente de os valores em reais recebidos serem de fato convertidos em dólares dos Estados Unidos. Em geral, o investidor dos Estados Unidos terá uma base em reais equivalente ao valor em dólares dos Estados Unidos na data do recebimento. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente, ou outra forma de alienação das ações preferenciais ou ADSs pelo investidor dos Estados Unidos, será geralmente tratado como ganho ou perda ordinária e, geralmente, constituirá ganho ou perda de fontes dentro dos Estados Unidos.

As distribuições tratadas como dividendos, recebidas por investidores dos Estados Unidos não pessoas jurídicas (inclusive pessoas físicas) relativas às ações de uma sociedade fora dos Estados Unidos (exceto por sociedades que, no exercício fiscal no qual as distribuições são feitas ou no exercício fiscal anterior, sejam consideradas empresas de investimento estrangeiro passivo, ou PFIC) e prontamente negociáveis em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos, geralmente estão sujeitas a uma alíquota máxima de imposto reduzida de 20% (e eventualmente a outro tributo adicional discutido em "Tributo Medicare", a seguir), desde que atendidos certos prazos de carência e outros requisitos. Uma vez que as ADSs estarão registradas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), a menos que sejamos tratados como uma PFIC em relação a um investidor dos Estados Unidos, os dividendos recebidos por esse investidor, referentes às ADSs deverão se qualificar para a alíquota reduzida. Com base nas atuais diretrizes, não está inteiramente claro se os dividendos recebidos pelo investidor dos Estados Unidos, em relação às ações preferenciais, se qualificam para a alíquota reduzida, já que nossas ações preferenciais em si não são registradas em bolsa de valores dos Estados Unidos. Regras especiais são aplicáveis para determinar os rendimentos de investimento (que podem limitar deduções para juros provenientes dos investimentos) e os rendimentos de fonte estrangeira do beneficiário (que podem afetar o valor do crédito tributário estrangeiro nos Estados Unidos) e certos dividendos extraordinários. O investidor dos Estados Unidos, que não seja contribuinte pessoa jurídica, deve consultar seu próprio assessor tributário acerca da possibilidade de aplicar a alíquota reduzida de imposto e das restrições e regras específicas pertinentes.

Venda, troca ou outra forma de alienação de ações preferenciais ou ADSs

Quando da venda, troca ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, um investidor dos Estados Unidos geralmente reconhecerá ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos em um valor igual à diferença, se houver, entre o montante realizado em tal venda, troca ou outra forma de alienação e a base de cálculo de imposto ajustada do investidor, em tais ações preferenciais ou ADSs. Qualquer ganho ou perda assim reconhecido será geralmente tratado como ganho ou perda de capital de longo prazo se esse investidor dos Estados Unidos tiver detido as ações preferenciais ou ADSs por mais de um ano quando da venda, troca ou outra forma de alienação. Alguns investidores dos Estados Unidos, não pessoas jurídicas, têm direito a tratamento preferencial para ganhos de capital de longo prazo líquidos. É limitada a capacidade de um investidor dos Estados Unidos de compensar as perdas de capital com receita ordinária.

Um investidor dos Estados Unidos que receber um montante em reais pela venda, troca ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais geralmente reconhecerá um montante igual ao valor em dólares dos Estados Unidos em reais na data de liquidação de referida venda, troca ou outra forma de alienação se (i) esse investidor dos Estados Unidos adotar o regime de caixa ou optar por ser contribuinte pelo regime de competência, e nossas ações preferenciais forem tratadas como "negociadas em um mercado de títulos e valores mobiliários estabelecido" ou (ii) essa data de liquidação for também a data da venda, troca ou outra forma de alienação. Esse investidor dos Estados Unidos geralmente terá como base em reais um montante igual ao valor em dólares dos Estados Unidos desse montante na data de liquidação. Qualquer ganho ou perda decorrente de uma conversão subsequente, ou outra forma de alienação das ações preferenciais ou ADSs pelo investidor dos Estados Unidos, será geralmente tratado como ganho ou perda ordinária e, geralmente, constituirá ganho ou perda de fontes dentro dos Estados Unidos. O investidor dos Estados Unidos deve consultar seu próprio assessor tributário acerca das consequências, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, de receber valores em reais pela venda, troca ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais para casos não descritos na primeira sentença deste parágrafo.

Considerações sobre crédito tributário estrangeiro

As distribuições relativas às nossas ações preferenciais (detidas diretamente ou por meio de ADSs), incluindo pagamentos de juros sobre o capital próprio, conforme descrito anteriormente em "Tributação no Brasil – Tributação de Juros sobre Capital Próprio", tratadas como dividendos antes da redução de qualquer imposto brasileiro retido na fonte serão geralmente incluídas na receita bruta do investidor dos Estados Unidos. Dessa forma, o investidor dos Estados Unidos pode ser obrigado a declarar a receita para tal finalidade, em um montante superior ao que tenha recebido em espécie. Em geral, as distribuições tratadas como dividendos constituirão receita originada fora dos Estados Unidos e serão categorizadas, para fins de crédito tributário estrangeiro nos Estados Unidos, como "receita de categoria passiva" ou, no caso de alguns investidores dos Estados Unidos, como "receita de categoria geral". Sujeito às limitações aplicáveis e exigências do período de carência, um investidor dos Estados Unidos pode ter direito de reivindicar um crédito tributário estrangeiro naquele país, para compensar o montante do imposto de renda federal nos Estados Unidos referente a quaisquer desses impostos retidos no Brasil. De acordo com a legislação em vigor, o ganho resultante da venda ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs pode estar sujeito ao imposto de renda brasileiro retido na fonte. O uso por um investidor dos Estados Unidos, de um crédito tributário estrangeiro relativo a quaisquer desses impostos sobre a renda, ou impostos retidos na fonte no Brasil, pode ser limitado, já que esse ganho geralmente constituirá receita originada de fontes dentro dos Estados Unidos. Um investidor dos Estados Unidos que não reivindica um crédito tributário estrangeiro naquele país, em vez disso poderá reivindicar uma dedução de quaisquer desses impostos brasileiros, porém somente para o exercício fiscal no qual esse investidor dos Estados Unidos optar por fazê-lo, com relação a todos os impostos de renda não dos Estados Unidos, pagos ou provisionados por esse mesmo investidor nesse exercício fiscal. O ganho ou a perda cambial geralmente constituirá receita originada de fontes dentro dos Estados Unidos. As regras relacionadas com créditos tributários estrangeiros são complexas e o investidor dos Estados Unidos deve consultar seu próprio assessor tributário sobre a aplicação dessas regras.

Considerações sobre empresa de investimento estrangeiro passivo (PFIC)

Normas específicas de imposto de renda federal dos Estados Unidos aplicam-se às pessoas daquele país que detenham ações de uma empresa de investimento estrangeiro passivo (PFIC). Em geral, uma sociedade que não é dos Estados Unidos será classificada como PFIC, para fins de imposto de renda federal daquele país, em qualquer exercício fiscal em que, após a aplicação das normas de transparência relativas à renda e aos ativos de suas subsidiárias, se pelo menos 75% de sua receita bruta for "receita passiva" ou, em média, pelo menos 50% do valor bruto de seus ativos for atribuível a ativos que gerem receita passiva ou forem detidos para geração de receita passiva.

Para esse fim, a receita passiva geralmente inclui, entre outros elementos, dividendos, juros, aluguéis, *royalties*, ganhos na alienação de ativos passivos e ganhos em operações com *commodities*.

A aplicação das normas relativas às PFICs para bancos não é clara na atual legislação de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Em geral, os bancos têm parte substancial de suas receitas derivada de ativos remunerados ou que poderiam, de outra forma, ser considerados passivos segundo as regras da PFIC. As autoridades fiscais dos Estados Unidos ("IRS") emitiram um comunicado e propuseram regulamentos que excluem da receita passiva qualquer receita decorrente da condução ativa dos negócios bancários, por meio de um banco estrangeiro qualificado, também conhecidos como Exceção de Banco Ativo. O comunicado e os regulamentos propostos pelo IRS possuem exigências diferentes para qualificar um banco como banco estrangeiro e para apurar a receita bancária que poderá ser excluída da receita passiva, de acordo com a Exceção de Banco Ativo. Além disso, os regulamentos propostos têm sido discutidos desde 1994 e não entrarão em vigor até que sejam finalizados.

Com base em estimativas de nossa receita e ativo brutos, correntes e projetados, não acreditamos que seremos classificados como uma PFIC nos exercícios fiscais corrente ou futuros. A decisão em relação a sermos uma PFIC, no entanto, é tomada anualmente com base na composição de nossa receita e ativos (inclusive a receita e os ativos de entidades nas quais detemos pelo menos 25% de participação) e na natureza de nossas atividades (inclusive a capacidade de nos qualificarmos para a Exceção de Banco Ativo).

Como ainda não foram emitidos regulamentos definitivos e o comunicado e os regulamentos propostos são inconsistentes, nossa situação no que tange às regras da PFIC é de considerável incerteza. Muito embora conduzamos, e pretendamos continuar a conduzir, um empreendimento bancário significativo, não existem garantias de que atenderemos às exigências específicas da Exceção de Banco Ativo, de acordo com o comunicado ou os regulamentos propostos pelo IRS. Dessa forma, os investidores dos Estados Unidos podem estar sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA conforme as regras descritas a seguir.

Se formos tratados como uma PFIC em qualquer exercício fiscal no qual um investidor dos Estados Unidos detiver nossas ações preferenciais ou ADSs, qualquer ganho realizado em uma venda ou outra forma de alienação tributável dessas ações preferenciais ou ADSs e certas "distribuições excedentes" (em geral, distribuições que ultrapassem 125% da distribuição média durante os três exercícios anteriores ou, em caso de período inferior, o período de carência para essas ações preferenciais ou ADSs) serão tratados como receita ordinária e sujeitos à tributação como se (i) a distribuição ou ganho excedente tivesse sido realizado proporcionalmente, durante o período de carência do investidor dos Estados Unidos em relação a essas ações preferenciais ou ADSs; (ii) o montante considerado realizado em cada exercício tivesse sido sujeito à tributação, em cada exercício, à taxa marginal mais alta para esse exercício (exceto pela receita alocada ao período corrente ou qualquer período tributável antes de nos tornarmos uma PFIC, a qual estaria sujeita à tributação pela alíquota usual sobre a receita ordinária do investidor dos Estados Unidos no exercício corrente, não sujeita ao encargo financeiro discutido a seguir); e (iii) o encargo financeiro geralmente aplicável aos pagamentos de tributos a menor tivesse sido cobrado sobre os tributos considerados como tendo sido pagáveis nesses exercícios.

Não esperamos fornecer informações que permitiriam aos investidores dos Estados Unidos evitar as consequências anteriormente mencionadas ao fazerem opção pelo "fundo qualificado".

Se formos tratados como PFIC e, a qualquer momento, investirmos em uma sociedade por ações que não dos Estados Unidos classificada como PFICs ("PFICs subsidiárias"), os investidores dos Estados Unidos serão considerados em geral como investidores em uma PFIC e também estarão sujeitos às regras das PFICs em relação à sua participação acionária indireta nessa PFIC subsidiária. Ainda no caso de sermos tratados como PFIC, um investidor dos Estados Unidos pode ter que pagar o imposto diferido e encargo financeiro definido anteriormente se (i) recebermos distribuição de nossa participação em qualquer PFIC subsidiária ou alienarmos essa participação no todo ou em parte, ou se (ii) esse investidor dos Estados Unidos alienar no todo ou em parte nossas ações preferenciais ou ADSs.

Um investidor dos Estados Unidos de ações de uma PFIC (mas possivelmente não de uma PFIC subsidiária, conforme discutido a seguir) pode optar pela marcação a mercado, desde que as ações da PFIC sejam "ações negociáveis", conforme definido nos regulamentos vigentes do Tesouro dos Estados Unidos (ou seja, "negociada regularmente" em uma "bolsa de valores qualificada ou outro mercado"). Nos termos dos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos Estados Unidos, uma "bolsa de valores qualificada ou outro mercado" inclui (i) uma bolsa de valores nacional registrada na U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) ou o sistema de mercado nacional instituído de acordo com a Securities Exchange Act of 1934 (Lei das Bolsas e Títulos e Valores Mobiliários de 1934) e alterações posteriores (a "Lei de Bolsa de Valores"); ou (ii) uma bolsa de valores estrangeira regulada ou supervisionada por autoridade governamental do país no qual o mercado está localizado e que atenda a certas exigências de negociação, listagem, divulgações financeiras, entre outras estabelecidas nos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos Estados Unidos. As ADSs são negociadas na NYSE e as ações preferenciais são negociadas na BM&FBovespa. A NYSE constitui uma bolsa de valores qualificada ou outro mercado. Embora o IRS não tenha afirmado que a B3 atende às exigências para ser tratada como bolsa de valores qualificada ou outro mercado, acreditamos que a mesma deva ser assim tratada. As ações da PFIC negociadas em bolsa de valores qualificada ou outro mercado são regularmente negociadas no ano-calendário durante o qual essas ações são negociadas, além das quantidades mínimas, em pelo menos 15 dias de um trimestre calendário. Não podemos assegurar aos nossos investidores dos Estados Unidos que nossas ações preferenciais ou ADSs serão tratadas como "ações negociáveis" em qualquer exercício fiscal.

As consequências tributárias aplicáveis caso fôssemos uma PFIC seriam diferentes daquelas descritas anteriormente, se uma opção marcação a mercado estivesse disponível e se um investidor dos Estados Unidos fizesse essa opção no início de seu período de carência. Caso essa opção fosse feita, esse investidor dos Estados Unidos geralmente (i) incluiria na receita bruta, integralmente como receita ordinária, um montante equivalente à diferença, se houver, entre o valor justo de mercado de nossas ações preferenciais ou ADSs no fechamento de cada exercício fiscal e a base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos de tais ações preferenciais ou ADSs; e (ii) deduziria, como prejuízo ordinário, a eventual diferença entre a base de cálculo de imposto ajustada do investidor dos Estados Unidos, relativa a tais ações preferenciais ou ADSs, e o valor justo de mercado dessas ações preferenciais ou ADSs, ao final do exercício fiscal, mas apenas na medida do montante líquido anteriormente incluído na receita bruta como resultado da opção de marcação a mercado. Qualquer ganho auferido na venda, troca ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs, em um exercício fiscal no qual éramos uma PFIC, seria tratado como receita ordinária, e qualquer prejuízo em tal venda, troca ou outra forma de alienação seria tratado como prejuízo ordinário (na proporção de qualquer ganho líquido de marcação a mercado anteriormente incluído na receita) e, subsequentemente, como perda de capital. A base ajustada de cálculo de imposto do investidor dos Estados Unidos referente a tais ações preferenciais ou ADSs seria aumentada ou diminuída pelo montante do ganho ou perda considerado segundo o regime de marcação a mercado. Mesmo que um investidor dos Estados Unidos seja elegível para optar pela marcação a mercado com respeito às nossas ações preferenciais ou ADSs, não está claro se ou como essa opção se aplicaria às ações de qualquer PFIC subsidiária, das quais esse investidor dos Estados Unidos fosse tratado como titular, pois tais ações podem não ser ações negociáveis. A opção de marcação a mercado é feita relativamente às ações negociáveis de uma PFIC individualmente por acionista e, uma vez feita, somente pode ser revogada com a anuência do IRS. Serão aplicadas normas especiais se a opção de marcação a mercado não for feita no primeiro exercício fiscal no qual o investidor dos Estados Unidos detiver qualquer participação acionária conosco enquanto PFIC.

Em geral, o investidor dos Estados Unidos que detiver nossas ações preferenciais ou ADSs durante qualquer exercício fiscal em que formos tratados como PFIC será obrigado a protocolar uma declaração de informações a nosso respeito e de qualquer PFIC subsidiária, na qual esse investidor detiver participação direta ou indireta. O investidor dos Estados Unidos deve consultar seus próprios assessores tributários a respeito da aplicação das normas de PFIC às nossas ações

preferenciais ou ADSs e da possibilidade e conveniência de fazer opção pela marcação a mercado, caso sejamos considerados uma PFIC em qualquer exercício fiscal.

Tributo medicare

Além do imposto de renda federal regular dos EUA, certos investidores dos Estados Unidos, como, por exemplo, pessoas físicas, espólios ou trustes, estão sujeitos a um tributo de 3,8% sobre toda ou parte de sua "receita líquida de investimento", que pode incluir toda ou parte de sua renda auferida com distribuição referente a ações preferenciais ou ADSs, e ao ganho líquido da venda, troca ou outra forma de alienação de ações preferenciais ou ADSs.

Retenção preventiva (backup withholding) *na fonte e apresentação de informações*

A obrigatoriedade de fornecer informações e de realizar uma retenção preventiva na fonte à alíquota de 24% geralmente se aplica a certos investidores dos Estados Unidos para pagamentos efetuados ou recursos provenientes da venda, troca ou outra forma de alienação de nossas ações preferenciais ou ADSs. Em geral, um investidor dos Estados Unidos que não estiver de outra forma isento da retenção preventiva na fonte poderá evitá-la mediante a entrega do formulário W-9 (IRS) devidamente assinado. A retenção preventiva na fonte não é um imposto adicional. Quaisquer montantes retidos segundo essas normas serão geralmente disponibilizados como reembolso ou crédito para pagamento de imposto de renda federal dos EUA, devido pelo investidor daquele país, desde que as informações solicitadas sejam fornecidas pelo investidor daquele país para o IRS em tempo hábil.

Exigências de divulgação para ativos financeiros específicos no exterior

Em geral, os investidores dos Estados Unidos (e determinadas entidades dos EUA especificadas nas instruções do Departamento do Tesouro dos EUA) que, durante qualquer exercício fiscal, detiverem participação em qualquer "ativo financeiro específico no exterior", devem protocolar, junto com suas declarações de imposto de renda federal dos EUA, certas informações previstas no formulário 8938 (IRS), caso o valor total desses ativos ultrapasse montantes específicos. Em geral, um "ativo financeiro estrangeiro específico" inclui qualquer conta financeira mantida em uma instituição financeira que não dos Estados Unidos e pode também incluir nossas ações preferenciais ou ADSs, caso essas não sejam mantidas em conta aberta em uma instituição financeira. É possível que multas substanciais sejam impostas e o prazo limite de incidência e cobrança de imposto de renda federal dos Estados Unidos seja prorrogado no caso de descumprimento da obrigação. Os investidores dos Estados Unidos devem consultar seus próprios assessores tributários sobre uma possível aplicação dessa obrigação de apresentação de informações.

Exigências de divulgação para determinados investidores dos Estados Unidos que reconhecem perdas significativas

Um investidor dos Estados Unidos que alegar perdas significativas com nossas ações preferenciais ou ADSs para fins de imposto de renda federal dos EUA (geralmente de (i) US$ 10 milhões ou mais em um exercício fiscal, ou US$ 20 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios fiscais para sociedades por ações ou outras sociedades, cujos sócios sejam todos sociedades por ações; (ii) US$ 2 milhões ou mais em um exercício fiscal ou US$ 4 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios fiscais para todos os demais contribuintes; ou (iii) US$ 50.000 ou mais em um exercício fiscal para pessoas físicas ou trustes, em relação a operações em moeda estrangeira) pode ser solicitado a protocolar o Formulário 8886, referente às "operações passíveis de declaração". Os investidores dos Estados Unidos devem consultar seus próprios assessores tributários sobre qualquer possível obrigação de divulgação em relação a nossas ações preferenciais ou ADSs. Lei dosEstados Unidos de conformidade fiscal de contas estrangeiras (FATCA).

Consulte a seção Nossa gestão de risco, item Ambiente regulatório, Tributação, Lei dos EUA de conformidade fiscal de contas estrangeiras (FATCA), para mais informações sobre a FATCA.

Sustentabilidade

A sustentabilidade está incorporada à nossa estratégia corporativa por meio de uma estrutura de governança consolidada e integrada aos nossos negócios, que possibilita internalizar questões socioambientais nas atividades e processos diários de todo o Grupo Itaú Unibanco. Decisões estratégicas sobre sustentabilidade no longo prazo são discutidas anualmente pelo nosso Conselho de Administração, na reunião anual do Comitê de Estratégia (composto por membros do Conselho de Administração) e duas vezes por ano em reuniões de nosso Comitê Executivo. Desde 2011, nossas atividades de sustentabilidade estão baseadas em três focos estratégicos: (i) riscos e oportunidades socioambientais, (ii) educação financeira e (iii) diálogo e transparência.

O gerenciamento do risco socioambiental baseia-se na identificação, mensuração, mitigação e monitoramento de riscos. Sabemos que o aumento da consciência da sociedade para os desafios socioambientais que enfrentamos torna essas questões mais relevantes para nossas operações, produtos e serviços. Desenvolvemos e participamos de diversas iniciativas para reduzir os riscos socioambientais e buscar oportunidades para sua abordagem. Durante esse período, criamos estratégias, rotinas, processos e produtos, adotamos políticas específicas e aderimos a compromissos voluntários, como os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), os Princípios do Equador (PE), o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Princípio para Sustentabilidade em Seguros (PSI) e o Pacto Global, que orientam nossas práticas institucionais e de negócios. Preparamos diretrizes específicas sobre a questão socioambiental aplicáveis a nossos processos de concessão de crédito (empréstimos e financiamentos), seguros, investimentos e fornecedores. Nossas principais diretrizes socioambientais incluem: (i) uma lista de atividades restritas (armas de fogo, munições e explosivos; extração e produção de madeira e produção de lenha e carvão vegetal extraídos de florestas nativas; atividades pesqueiras; extração e industrialização de amianto e frigoríficos e abatedouros de bovinos), (ii) uma lista de atividades proibidas (prostituição, trabalho infantil em desacordo com a legislação e trabalho em condições análogas às de escravo), (iii) cumprimento de licenciamento ambiental, (iv) inclusão de cláusulas contratuais socioambientais e (v) regras específicas para constituição de garantias imobiliárias.

Em 2016, avançamos em nosso desempenho em direitos humanos, estruturando um grupo de trabalho multidisciplinar e governança em diversidade, que se reporta ao Comitê de Pessoas e ao Comitê de Sustentabilidade. Em 2017, lançamos o Compromisso em Direitos Humanos do Itaú, que visa reforçar nosso compromisso com o respeito aos direitos humanos em relação a colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade. Esse compromisso orienta nossas ações em relação a temas cruciais, práticas de mitigação, medidas de remediação e monitoramento e trabalho com grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, indígenas, mulheres, imigrantes, negros, pessoas com deficiência, entre outros).

Nosso Programa de Compensação de Emissões publica seu relatório sobre compensação de emissões de carbono a cada dois anos. Em 2017, celebramos uma parceria pioneira com a Natura. Lançamos a campanha "Compromisso com o Clima" que seleciona projetos interessados na compensação de emissões dessas duas empresas. Nossa meta é adquirir aproximadamente 500.000 toneladas de CO_2 para compensar as emissões entre 2016 e 2018. Somente pessoas jurídicas podem se cadastrar e se engajar em dois tipos de projetos: (i) Tradicional: projetos voltados a gerar redução de emissões, que serão avaliados em relação a normas de certificação do mercado voluntário e regulado de carbono; e (ii) Especial: projetos que geram a eliminação ou redução comprovada de GEE, mas cuja meta não é obter certificação do projeto nos termos das normas do mercado voluntário ou regulado. Vale a pena indicar que, mesmo com a compra dessas compensações, continuaremos a conduzir iniciativas para reduzir nossas emissões e buscar oportunidades para mitigar o impacto de nossas operações.

Nossa principal iniciativa em 2017 foi o canal de entretenimento financeiro TV Vida Real, que estimula os jovens a pensar sobre suas finanças e escolhas de consumo. Apresentado nas redes sociais, o canal mostrava quadros que incluíam humor, dicas práticas e até mesmo desenho animado para relatar casos de pessoas reais que conseguiam atingir seus sonhos mesmo sem dinheiro. Os primeiros dois episódios teve mais de 65 milhões de visualizações. O desenho "Mão de Vaca Show", teve o maior número de visualizações entre os quadros do programa, com 12,1 milhões de acessos. Além disso, lançamos o BOT (robô interativo no Facebook) que conversa com as pessoas e dá dicas sobre educação financeira.

Nossos esforços de diálogo e transparência enfatizaram o desenvolvimento de nossos processos de relatórios, com o objetivo de consolidar a integração das comunicações. Desde 2004, as informações sobre sustentabilidade são divulgadas com base em critérios da *Global Reporting Initiative*, e incluídas em nosso relatório anual, que, por sua vez, inclui tanto informações financeiras quanto de sustentabilidade. Em 2013, celebramos uma parceria com o *Integrated Reporting Council* (IIRC), para elaboração de um comunicado focado em nossa habilidade para criar valor para as partes interessadas ao longo do tempo. Nosso Relatório Integrado de 2017 pode ser acessado em www.itau.com.br/relatorio-anual.

A gestão das questões de sustentabilidade tem contribuído para nosso acesso à captação de recursos por meio de agências de desenvolvimento e para nossa presença em índices de sustentabilidade. Somos o único banco da América Latina a compor o Índice de Sustentabilidade Dow Jones desde o início desse índice em 1999 e também fazemos parte das carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3.

Controles e procedimentos

(a) Divulgação de controles e procedimentos

Sob a supervisão e com a participação de nossa administração, incluindo nosso Diretor Presidente (CEO) e nosso Diretor Financeiro (CFO), realizamos uma avaliação da eficácia de nossos controles e procedimentos de divulgação (conforme definido na Lei das Bolsa de Valores Mobiliários dos EUA, seções 13 a-15(e) e 15d-15(e)), exigida pelo parágrafo (b) da mesma lei, seções 13a-15 ou 15d-15, em 31 de dezembro de 2017.

Por mais bem desenhado e operacional que seja, um sistema de controle interno pode fornecer apenas segurança razoável, mas não absoluta, de que os objetivos do sistema de controle serão atingidos. Portanto, nossa administração não espera que os controles serão capazes de evitar todos os erros e fraudes.

Com base na avaliação efetuada, nossos CEO e CFO concluíram que, em 31 de dezembro de 2017, nossos controles e procedimentos de divulgação operaram de maneira eficaz e garantiram que as informações relevantes relativas ao Itaú Unibanco Holding e a suas subsidiárias consolidadas, estão (i) registradas, processadas, resumidas e divulgadas dentro dos prazos indicados nas normas e formulários da SEC e (ii) acumuladas e comunicadas à nossa Administração, incluindo nossos principais diretores executivos e principais diretores financeiros, promovendo decisões oportunas relativas à divulgação exigida.

(b) Relatório dos auditores independentes

O relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 20 de abril de 2018, sobre a eficácia de nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis na data-base de 31 de dezembro de 2017 está sendo apresentado em conjunto com nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Consulte a seção Desempenho, item Demonstrações Contábeis Consolidadas (IFRS), para mais informações sobre o relatório dos nossos auditores independentes.

(c) Alterações nos controles internos relacionados às demonstrações contábeis

Com relação à avaliação exigida pela Lei da Bolsa de Valores Mobiliários Americana, seção 13a-15(d), nossa administração, incluindo nosso Diretor Presidente e nosso Diretor Financeiro, concluiu que as alterações ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não afetaram nem deverão afetar significativamente nossos controles internos relacionados às demonstrações contábeis.

Glossário

A

- ABRASCA – Associação Brasileira de Companhias Abertas
- ADS – *American Depositary Shares*
- ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
- APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
- ASF – *Available Stable Funding* (Recursos Estáveis Disponíveis)

B

- B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (anteriormente, BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.
- Banco Central – Banco Central do Brasil
- Banco Itaú Argentina – Banco Itaú Argentina S.A.
- Banco Itaú Chile – Banco Itaú Chile S.A.
- Banco Itaú Paraguai – Banco Itaú Paraguay S.A.
- Banco Itaú Uruguai – Banco Itaú Uruguay S.A.
- BCBS – *Basel Committee on Banking Supervision* (Comitê de Supervisão Bancária da Basileia)
- BIS – *Bank for International Settlements* (Banco de Compensações Internacionais)
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNY Mellon – *The Bank of New York Mellon*

C

- CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- CCR – *Counterparty Credit Risk* (Risco de Crédito da Contraparte)
- CDC – Código de Defesa do Consumidor
- CDI – Certificado de Depósito Interbancário
- CEDEAR – Certificado de Depósito Argentino
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade
- CGRC – Comitê de Gestão de Risco e de Capital
- Cia E. Johnston – Companhia E. Johnston de Participações
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados
- COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras
- COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway)
- COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- CSC – Comissão Superior de Crédito
- CSCCA – Comissão Superior de Crédito e Cobrança Atacado
- CSCCV – Comissão Superior de Crédito e Cobrança Varejo
- CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
- CSP – Comissão Superior de Produtos
- CSRML – Comissão Superior de Risco de Mercado e Liquidez
- CSRO – Comissão Superior de Riscos Operacionais
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários

D

- DJSI – *Dow Jones Sustainability Index* (Índice Dow Jones de Sustentabilidade)

F

- FATF – *Financial Action Task Force* (Força-Tarefa de Ação Financeira)
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
- Fed – U.S. *Federal Reserve System* (Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos)
- FGC – Fundo Garantidor de Crédito

G

- Grupo Itaú Unibanco – Itaú Unibanco Holding S.A. e todas as suas subsidiárias e coligadas

I

- IASB – *International Accounting Standards Board* (Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade)
- IBRACON – Instituto de Auditores Independentes do Brasil
- IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
- ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital)
- IFRS – *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro)
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras
- IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
- IRS – *U.S. Internal Revenue Service* (Receita Federal dos Estados Unidos)
- ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
- ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
- Itaú BBA Colombia – Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera
- Itau BBA International – Itau BBA International plc
- Itaucard – Banco Itaucard S.A.
- Itaú Holding Financeira – Itaú Holding Financeira S.A.
- Itaúsa – Itaú Investimentos S.A.
- IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.

L

- LCR – *Liquidity Coverage Ratio* (Índice de Liquidez de Curto Prazo)
- Lei das sociedades por ações – Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores (inclusive a Lei nº 11.638)

N

- NSFR – *Net Stable Funding Ratio* (Índice de Liquidez de Longo Prazo)
- NYSE – *New York Stock Exchange* (Bolsa de Valores de Nova Iorque)

P

- PAB – Posto de Atendimento Bancário
- PEP – *Politically Exposed Person* (Pessoa Exposta Politicamente)
- PFIC – *Passive Foreign Investment Company* (Empresa de Investimento Estrangeiro Passivo)
- PIS – Programa de Integração Social

R

- RAET – Regime Especial de Administração Temporária
- RSF – *Required Stable Funding* (Recursos Estáveis Requeridos)

S

- SEC – *U.S. Securities and Exchange Commission* (equivalente à Comissão de Valores Mobiliários – CVM)
- SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
- Sistema de Pagamentos Brasileiro – engloba as instituições, os sistemas e os procedimentos relacionados com a transferência de recursos e outros ativos financeiros entre os diversos participantes do mercado financeiro brasileiro, incluindo o processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos sob qualquer forma
- SOX – Lei Sarbanes-Oxley de 2002
- STF – Superior Tribunal Federal
- STJ – Superior Tribunal de Justiça
- SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

T

- TR – Taxa Referencial

U

- Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

V

- VaR – *Value at Risk* (Valor em Risco)

Lista de subsidiárias no exterior (em 31 de dezembro de 2017)

Companhia	País
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina
FC Recovery S.A.U.	Argentina
Itaú Asset Management S.A. Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión	Argentina
Itaú Valores S.A.	Argentina
Itrust Servicios Inmobiliarios S.A.C.I.	Argentina
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Bahamas
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Bahamas
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	Bahamas
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch	Bahamas
Karen International Limited	Bahamas
CGB II SPA	Chile
CGB III SPA	Chile
CorpBanca Corredora de Seguros S.A.	Chile
Corplegal S.A.	Chile
Itaú Administradora General de Fondos S.A.	Chile
Itaú Asesorías Financieras S.A.	Chile
Itaú Chile Compañia de Seguros de Vida S.A.	Chile
Itaú Chile Corredora de Seguros Limitada	Chile
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.	Chile
Itaú CorpBanca Corredores de Bolsa S.A.	Chile
Itaú CorpBanca Recaudaciones y Cobranzas S.A.	Chile
Itaú CorpBanca S.A.	Chile
MCC Asesorías Ltda.	Chile
MCC S.A. Corredores de Bolsa	Chile
Itaú Asset Managment Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia
Itaú BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	Colômbia
Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A.	Colômbia
Itaú CorpBanca Colombia S.A.	Colômbia
Itaú Corredor de Seguros Colombia S.A.	Colômbia
Itaú Securities Services S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia
Banco Itaú International	EUA
CorpBanca Securities Inc.	EUA
Itaú BBA USA Securities, Inc.	EUA
Itaú Unibanco S.A. New York Branch	EUA
Itaú USA Asset Management Inc.	EUA
Jasper International Investiment Llc	EUA
Itaú Middle East Limited	Emirados Árabes
Itaú Asia Securities Ltd.	Hong Kong

Companhia	País
Bicsa Holdings Ltd.	Ilhas Cayman
Bie Cayman, Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú Bank, Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú BBA International (Cayman) Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú Cayman Directors Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú Cayman Nominees Ltd.	Ilhas Cayman
Itaú Unibanco Holding Cayman Branch	Ilhas Cayman
Itaú Unibanco S.A. Cayman Branch	Ilhas Cayman
ITB Holding Ltd.	Ilhas Cayman
MCC Securities Inc.	Ilhas Cayman
Topaz Holding Ltd.	Ilhas Cayman
Uni-Investiment International Corp.	Ilhas Cayman
Itaú Unibanco S.A. Tokyo Branch	Japão
Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo
Itaú BBA México, S.A. de C.V.	México
Proserv – Promociones y Servicios S.A. de C.V.	México
Corporación Interamericana para el Financ. de Infraestructura S.A. (CIFI)[1]	Panamá
Itaú (Panamá) S.A.	Panamá
Itaú Casa de Valores S.A.	Panamá
Albarus S.A.	Paraguai
Bancard Sociedad Anonima	Paraguai
Banco del Paraná S.A.	Paraguai
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai
IPI – Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, Unipessoal, Lda.	Portugal
Itaúsa Europa – Investimentos, SGPS, Unipessoal, Lda.	Portugal
Itau BBA International Plc.	Reino Unido
Itaú UK Asset Management Ltd.	Reino Unido
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Suíça
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai
Compañia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (C.U.M.P.S.A.)[1]	Uruguai
Mundostar S.A.	Uruguai
Nevada Woods S.A.	Uruguai
Oca Casa Financiera S.A.	Uruguai
Oca S.A.	Uruguai
Rias Redbanc[1]	Uruguai
Unión Capital AFAP S.A.	Uruguai

(1) Acionista minoritário.